



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1969 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1 9 6 9

ÍNDICE

dos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
ATOS INSTITUCIONAIS			
6 — Ato Institucional de 1º de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 3-2-69	3	47 — Ato Complementar de 7 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 10-2-69	12
7 — Ato Institucional de 26 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 27-2 e retificado no de 3 e 17-3-69	5	48 — Ato Complementar de 24 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 25-2 e retificado no de 3-3-69	13
ATOS COMPLEMENTARES			
41 — Ato Complementar de 22 de janeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 23 e retificado no de 29-1-69	7	49 — Ato Complementar de 27 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 28-2-69	14
42 — Ato Complementar de 27 de janeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 27-1-69 ...	8	50 — Ato Complementar de 27 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 28-2-69	14
43 — Ato Complementar de 29 de janeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 30-1 e retificado no de 4-2-69	9	DECRETOS-LEIS	
44 — Ato Complementar de 29 de janeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 31-1-69 ...	11	410 — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1969 — Considera a posse de Waldemar Alves da Silva Filho para o exercício interino do cargo de Fiscal de Aeroporto, Código CT-104.9A, válida para efeito de nomeação para o mesmo cargo, em caráter efetivo. — Publicado no D. O. de 7-1-69	15
45 — Ato Complementar de 30 de janeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 31-1-69 ...	11	411 — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios, e dá outras	
46 — Ato Complementar de 7 de fevereiro de 1969. — Publicado no D. O. de 7-2-69	12		

	Págs.		Págs.
providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 e retificado no de 14 e 17-1-69	15	419 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre as unidades do Colégio Pedro II, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13 e retificado no de 17 de janeiro de 1969	39
412 — Decreto-lei de 9 de janeiro de 1969 — Aprova o Acôrdio de Pesca e Preservação de Recursos Vivos, entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10 e retificado no de 14 de janeiro de 1969	27	420 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Provê sobre a retificação da Lei nº 4.255, de 9 de setembro de 1963. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13-1-69 ..	39
413 — Decreto-lei de 9 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre títulos de crédito industrial, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10 e retificado no de 14-1 e 10-2-69 ..	27	421 — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1969 — Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Ambulatório de Figueira à Prefeitura Municipal de Curliuva, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 17 e retificado no de 22-1-69	39
414 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Altera a redação do art. 163, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e a do § 1º, do art. 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, constitui o Fundo Federal do Desenvolvimento Ferroviário, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10-1-69	36	422 — Decreto-lei de 20 de janeiro de 1969 — Altera dispositivos da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21-1-69 ..	40
415 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre o Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13-1-69 ..	36	423 — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1969 — Dá nova redação ao art. 4º, da Lei número 5.371, de 5 de dezembro de 1967. — Publicado no <i>D. O.</i> de 22-1-69	41
416 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham exercer sua profissão no Brasil, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13 e retificado no de 17 de janeiro de 1969	37	424 — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1969 — Dá nova redação a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicado no <i>D. O.</i> de 22 de janeiro de 1969	42
417 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13 de janeiro de 1969	37	425 — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1969 — Revoga o parágrafo único do art. 4º, da Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 22-1-69	42
418 — Decreto-lei de 10 de janeiro de 1969 — Altera o Decreto-lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13 e retificado no de 17-1-69	38	426 — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1969 — Decreta a intervenção federal na Cruz Vermelha Brasileira. — Publicado no <i>D. O.</i> de 22-1-69	42
		427 — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre a tributação do imposto de renda na fonte, registro de letras de câmbio e notas promissórias, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i>	

	Págs.		Págs.
de 23 e retificado no de 29 de janeiro de 1969	43	nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b" da Constituição, municípios na alínea VII, do art. 1º, da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968. — Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1969	50
428 — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre operação externa de financiamento do VIII Censo Geral do Brasil. — Publicado no D. O. de 23-1-69	44	436 — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1969 — Devoga o § 2º, do art. 1º, da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, modifica a redação de seus arts. 13, 14, 16, 17 e 20, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 27-1-69	51
429 — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1969 — Autoriza o Ministério da Fazenda a regularizar despesas realizadas com base nos arts. 46 e 48, do Código de Contabilidade da União, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 23-1-69	44	437 — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1969 — Altera disposições do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que institui o Sistema Tributário do Distrito Federal. — Publicado no D. O. de 28-1-69 ..	52
430 — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1969 — Transfere para a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS as ações pertencentes à União Federal do capital da Usina Termelétrica de Figueira S.A. — UTEFLA. — Publicado no D. O. de 23-1-69	45	438 — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1969 — Altera dispositivo da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-1-69	52
431 — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1969 — Amplia a representação ministerial no Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas. — Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1969	45	439 — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1969 — Dispõe sobre a subscrição, pela União, das ações necessárias ao aumento de capital da Companhia Eletromecânica — CELMA. — Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1969	53
432 — Decreto-lei de 23 de janeiro de 1969 — Modifica a Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, que criou o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante. — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 29-1-69	45	439-A — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1969 — Autoriza a transferência de imóveis da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) para o Ministério da Aeronáutica — Publicado no D. O. de 31-1-69 ..	53
433 — Decreto-lei de 23 de janeiro de 1969 — Acrescenta parágrafos ao art. 19, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 24-1-69	49	440 — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1969 — Altera a composição do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial. — Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1969	54
434 — Decreto-lei de 23 de janeiro de 1969 — Altera a Lei nº 4.228, de 30 de abril de 1964, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1969	50	441 — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1969 — Altera e revoga dispositivos da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, modificada pela Lei	
435 — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1969 — Acrescenta,			

	Págs.		Págs.
nº 4.961, de 4 de maio de 1966, — Publicado no D. O. de 30-1 e retificado no de 3-2-69 ...	54	449 — Decreto-lei de 4 de feve- reiro de 1969 — Altera a Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1969. — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1969	58
442 — Decreto-lei de 29 de ja- neiro de 1969 — Dispõe sobre o número máximo de sessões or- dinárias do Conselho Delibe- rativo do Conselho Nacional de Pesquisas. — Publicado no D. O. de 30-1-69	54	450 — Decreto-lei de 4 de feve- reiro de 1969 — Revoga o De- creto-lei nº 213, de 27 de feve- reiro de 1967. — Publicado no D. O. de 5-2-69	58
443 — Decreto-lei de 30 de ja- neiro de 1969 — Acrescenta pa- rágrafos ao art. 42, da Lei Or- gânica da Previdência Social. — Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1969	55	451 — Decreto-lei de 4 de fe- vereiro de 1969 — Inclui no Plano Nacional de Viação o trecho rodoviário Assis Brasil (Fronteira com o Peru) — Brasília. — Publicado no D. O. de 5-2-69	58
444 — Decreto-lei de 30 de ja- neiro de 1969 — Reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências. — Pu- blicado no D. O. de 31-1-69 ..	55	452 — Decreto-lei de 5 de feve- reiro de 1969 — Concede isen- ção do imposto de importação incidente em equipamentos destinados à indústria de la- minação de madeira. — Publi- cado no D. O. de 6 e retifi- cado no de 12-2-69	59
445 — Decreto-lei de 3 de fe- vereiro de 1969 — Dá nova re- dação a dispositivos da Lei nú- mero 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Edu- cação e Cultura, de 9 (nove) prêmios literários nacionais. — Publicado no D. O. de 3-2-69 ..	55	453 — Decreto-lei de 5 de feve- reiro de 1969 — Aprova o Acôrdio de Pesca, entre o Bra- sil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezem- bro de 1967. — Publicado no D. O. de 6-2-69	59
446 — Decreto-lei de 3 de feve- reiro de 1969 — Modifica a re- dação dos arts. 4º e 9º, do De- creto-lei nº 359, de 17 de de- zembro de 1968, que criou a Comissão Geral de Investiga- ções. — Publicado no D. O. de 3 e retificado no de 6 de fevereiro de 1969	56	454 — Decreto-lei de 5 de feve- reiro de 1969 — Aprova o Acôrdio de Conservação dos Re- cursos Naturais do Atlântico Sul, entre o Brasil e a Argen- tina, assinado em Buenos Ai- res, em 29 de dezembro de 1967. — Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1969	59
447 — Decreto-lei de 3 de feve- reiro de 1969 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1970, o pra- zo estabelecido no art. 6º, da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965. — Publicado no D. O. de 3 e retificado no de 13 de março de 1969	57	455 — Decreto-lei de 5 de feve- reiro de 1969 — Reajusta os vencimentos de cargos da Pre- feitura do Distrito Federal, e dá outras providências. — Pu- blicado no D. O. de 6-2-69 ..	60
448 — Decreto-lei de 3 de feve- reiro de 1969 — Dispõe sobre a aplicação de penalidades às instituições financeiras, às so- ciedades e empresas integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários e aos seus agentes autônomos, e dá outras providências. — Pu- blicado no D. O. de 3-2-69 ..	57	456 — Decreto-lei de 6 de feve- reiro de 1969 — Acrescenta o § 5º ao art. 21, do Decreto- lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, cujo § 3º foi alterado pela Lei nº 5.434, de 14 de maio de 1968. — Publicado no D. O. de 7-2-69	60

Págs.	Págs.
457 — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1969 — Estende aos casos de enriquecimento ilícito previstos no Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, a competência da Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 7-2-69	nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 12-2-69 66
458 — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1969 — Autoriza a elevação do capital do Banco do Brasil S. A., e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 7-2-69 60	466 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1969 — Altera disposição da Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963. — Publicado no <i>D. O.</i> de 14-2-69 .. 68
459 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1969 — Cria a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10-2-69 61	467 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 14-2-69 68
460 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre alteração da Lei nº 4.714-65. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10 de fevereiro de 1969 61	468 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre a liberação automática das cotas do fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 1969, e dá outras providências. — Publicado no <i>D.O.</i> de 14 e retificado no de 24 de fevereiro de 1969 70
461 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre a aprovação de projetos de reflorestamento necessária ao reconhecimento de incentivos fiscais. — Publicado no <i>D. O.</i> de 10-2-69 62	469 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1969 — Modifica dispositivos da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 19-2-69 71
462 — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1969 — Estabelece normas para resguardo da poupança popular. — Publicado no <i>D. O.</i> de 11-2-69 63	470 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1969 — Transfere para a Secretaria da Receita Federal as dotações orçamentárias dos Departamentos extintos pelo Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 19 de fevereiro de 1969 77
463 — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre a cessão, a Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, de equipamentos adquiridos pela União. — Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1969 63	471 — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 386, de 26 de dezembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 20-2-69 77
464 — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1969 — Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 12-2-69 64	472 — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a dar garantia a um financiamento a ser feito pela General Motors Scotland Limited ao Banco do
465 — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1969 — Estabelece normas complementares à Lei	

	Págs.		Págs.
Estado do Rio Grande do Sul S. A. — Publicado no D. O. de 20-2-69	72	quio, a 14 de setembro de 1963. — Publicado no D. O. de 3 e ret. no de 12-3-69	72
473 — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a dar garantia a um empréstimo a ser concedido pelo Western American Bank (Europe) Limited ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. — Publicado no D. O. de 20-2-69	72	480 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1969 — Dispõe sobre a isenção do imposto incidente na importação de bens destinados à emissora de televisão e de rádio e revoga a Lei número 5.560, de 12 de dezembro de 1968. — Publicado no D. O. de 3-3-69	72
474 — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1969 — Modifica a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 20-2-69	72	481 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Transfere cargo do Ministério da Fazenda para o Ministério das Relações Exteriores. — Publicado no D. O. de 4-3-69	79
475 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1969 — Acrescenta parágrafo único do art. 26 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965. — Publicado no D. O. de 25-2-69	73	482 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Cria o cargo de Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia. — Publicado no D. O. de 4-3-69	79
476 — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1969 — Regula a produção a circulação da uva e dos vinhos, bem como dos seus derivados, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 26-2-69	74	483 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de assuntos de interesse educativo nos jornais de atualidades cinematográficas e estabelece nova classificação para filmes de curta metragem. — Publicado no D. O. de 4 e ret. no de 12-3-69	79
477 — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1969 — Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 27-2-69	77	484 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 401, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 4 e ret. no de 12-3-69	80
478 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1969 — Aprova a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico, assinada no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1966. — Publicado no D. O. de 3 e ret. no de 12-3-69	73	485 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Autoriza o Ministro de Estado da Fazenda a conceder à Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL — remissão de tributos federais. — Publicado no D. O. de 4 de março de 1969	81
479 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1969 — Aprova a Convenção sobre infrações e outros atos cometidos a bordo de aeronaves, assinada em Tô-		486 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Dispõe sobre a circulação e livros mercantis e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 4-3-69 ..	81
		487 — Decreto-lei de 3 de março de 1969 — Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Comér-	

Págs.		Págs.
	cio Exterior (CONCEX). — Publicado no <i>D. O.</i> de 4 de março de 1969	deral e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de março de 1969
488	— Decreto-lei de 4 de março de 1969 — Dispõe sobre a apli- cação do art. 4º do Decreto- lei nº 474, de 19 de fevereiro de 1969. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-3-69	496 — Decreto-lei de 11 de março de 1969 — Dispõe sobre as aeronaves de empresas de transporte aéreo em liquida- ção, falência ou concordata e dá outras providências. — Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 12-3-69
489	— Decreto-lei de 4 de março de 1969 — Regula a disponibi- lidade dos funcionários públi- cos civis. — Publicado no <i>D.O.</i> de 5-3-69	497 — Decreto-lei de 12 de março de 1969 — Dispõe sobre a transferência e permuta dos imóveis que menciona, situa- dos no Estado de Santa Cata- rina e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13 de março de 1969
490	— Decreto-lei de 4 de março de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a criar Companhias de Águas e Esgotos para os Territórios do Amapá, Rondô- nia e Roraima e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5-3-69	498 — Decreto-lei de 13 de março de 1969 — Isenta de imposto a importação de materiais des- tinados à construção de navios cargueiros. — Publicado no <i>D. O.</i> de 13-3-69
491	— Decreto-lei de 5 de março de 1969 — Estímulos fiscais à exportação de manufaturados. — Publicado no <i>D. O.</i> de 6 e ret. no de 12-3-69	499 — Decreto-lei de 17 de março de 1969 — Institui nova car- teira de identidade para estran- geiros e dá outras providên- cias. — Publicado no <i>D. O.</i> de 28-3-69
492	— Decreto-lei de 6 de março de 1969 — Aprova o Acôrdo Internacional do Açúcar, assi- nado em Nova York, nas Na- ções Unidas, em 18 de dezem- bro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> de 27-3-69	500 — Decreto-lei de 17 de março de 1969 — Isenta do paga- mento de custas o Distrito Fe- deral perante a Justiça do Dis- trito Federal. — Publicado no <i>D. O.</i> de 18-3-69
493	— Decreto-lei de 10 de março de 1969 — Autoriza a elevação do capital do Banco da Ama- zônia S. A. e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. e dá outras providências. — Publi- cado no <i>D. O.</i> de 11 e ret. no de 14 e 18-3-69	Decreto-lei nº 501 ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .
494	— Decreto-lei de 10 de março de 1969 — Regulamenta o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a aquisição de proprie- dade rural por estrangeiro. — Publicado no <i>D. O.</i> de 11 e ret. no de 14-3-69	502 — Decreto-lei de 17 de março de 1969 — Estabelece medidas acauteladoras para o confisco de bens previsto no art. 8º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e no to Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969. — Publicado no <i>D. O.</i> de 17 e ret. no de 20-3-69
495	— Decreto-lei de 11 de março de 1969 — Dispõe sobre o acréscimo de efetivo da Po- lícia Militar do Distrito Fe-	503 — Decreto-lei de 18 de março de 1969 — Aprova o plano de distribuição dos recursos da quota federal do Salário- Educação. — Publicado no <i>D.O.</i> de 19 e ret. no de 21-3-69
		504 — Decreto-lei de 18 de março de 1969 — Modifica a redação

	Págs.		Págs.
do art. 624 do Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). — Publicado no D.O. de 19-3-69	133	formação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 e ret. no de 25 de março de 1969	134
505 — Decreto-lei de 18 de março de 1969 — Dispõe sobre a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, como Solicitador Acadêmico. — Publicado no D. O. de 19-3-69	133	510 — Decreto-lei de 20 de março de 1969 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21-3-69	136
506 — Decreto-lei de 18 de março de 1969 — Altera a redação do item I e do § 5º do art. 576 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicado no D. O. de 19-3-69	133	511 — Decreto-lei de 20 de março de 1969 — Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País. — Publicado no D. O. de 21-3-69	140
507 — Decreto-lei de 18 de março de 1969 — Altera o art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicado no D. O. de 19-3-69	134	512 — Decreto-lei de 21 de março de 1969 — Regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 e ret. no de 25-3-69	141
508 — Decreto-lei de 19 de março de 1969 — Abre ao Ministério do Exército o crédito extraordinário de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 20 de março de 1969	134	513 — Decreto-lei de 31 de março de 1969 — Autoriza a doação do imóvel que menciona, situado no Distrito Federal e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 31-3-69	146
509 — Decreto-lei de 20 de março de 1969 — Dispõe sobre a trans-			

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
ATO COMPLEMENTAR			
40 — Ato Complementar de 30 de dezembro de 1968 — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I, Parte I, de 31-12-1968). — Ret. no D. O. de 10-1-69	149	391 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — criada pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 para a liquidação pela CODEBRAS de empréstimo por ela contraído com o Banco Nacional de Habitação. Cria o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD, e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 30 de dezembro de 1968). — Ret. no D. O. de 23-1-69	150
DECRETOS-LEIS			
221 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 28-2-67) — Ret. no D. O., de 2-1-69	149	400 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 30 e retificado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de dezembro de 1968). — Ret. no D. O. de 15-1-69	150
386 — Decreto-lei de 26 de dezembro de 1968 — Cria a Superintendência da Exposição Mundial Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 27 de dezembro de 1968) — Ret. no D. O. de 3-1-69	149	401 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera dispositivo da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 30-12-68). — Ret. no D. O. de 8-1-69	151
389 — Decreto-lei de 26 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade e dá outras providências. — Republicado no D. O. de 22-1-69	149	402 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Retifica o detalhamento do projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, constante da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Se-	
390 — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1968 — Retifica sem ônus, a Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 27 de dezembro de 1968) — Ret. no D. O. de 3-1-69	150		

	Págs.		Págs.
ção I — Parte I, de 30 de dezembro de 1968). — Ret. no D. O. de 8-1-69	151	sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 31 de dezembro de 1968). — Ret. no D. O. de 9-1 e no de 4-2-69	151
403 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa e dá outras providências. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 30-12-68). — Ret. no D. O. de 8-1-69	151	408 — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1968 — Altera a Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1969. — (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 31 de dezembro de 1968). — Ret. no D. O. de 9-1-69 ..	154
406 — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1968 — Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e			

Figuram neste volume os Atos Institucionais, os Atos Complementares e os Decretos-Leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1969, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL Nº 6, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, considerando que, como decorre do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, a Revolução brasileira reaffirmou não se haver exaurido o seu poder constituinte, cuja ação continua e continuará, em toda sua plenitude, para atingir os ideais superiores do movimento revolucionário e consolidar a sua obra;

Considerando que, como órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição de ordem constitucional, recebendo da Lei Maior, devidamente definidas, sua estrutura, atribuições e competência;

Considerando haver o Governo, que ainda detem o poder constituinte, admitido, por conveniência da própria justiça, a necessidade de modificar a composição e de alterar a competência do Supremo Tribunal Federal, visando a fortalecer sua posição de corte eminentemente constitucional e, reduzindo-lhes os encargos, facilitar o exercício de suas atribuições;

Considerando que as pessoas atingidas pelas sanções políticas e administrativas do processo revolucionário devem ter igualdade de tratamento sob o império das normas institucionais e demais regras legais delas decorrentes.

Resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição de 24 de janeiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 113. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze (11) ministros.

§ 1º Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.”

“Artigo 114. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

II — Julgar, em recurso ordinário:

a) Os habeas corpus decididos, em única ou última instância, pelos Tribunais locais ou Federais, quando denegatória a decisão, não podendo o recurso ser substituído por pedido originário;

b) As causas em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no país,

c) Os casos previstos no Artigo 122, parágrafo 2º.

III -- Julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas, em única ou última instância, por outros Tribunais, quando a decisão recorrida:

a) Contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência a tratado ou lei federal;

b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) Julgar válida Lei ou Ato do Governo local, contestado em face da Constituição ou de Lei federal,

d) Dar à Lei federal interpretação divergente da que lhe haja dado outro Tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal."

"Art. 122. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são semelhantes.

§ 1º Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 2º Compete, originariamente, ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no parágrafo primeiro.

§ 3º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra."

Art. 2º As disposições do Art. 5º e seus Parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, aplicam-se às pessoas punidas com fundamento no Art. 10 e seu Parágrafo Único, do Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, ou no Art. 15 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965.

Art. 3º Ficam ratificadas as emendas constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 4º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 5º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de fevereiro de 1969; 148º da Independência ; 61º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Kademker Grunewald

Aurelio de Lyra Tavares.

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario Davis Andreazza

Ivo Arana Pereira

Tarso Dutra

Jurbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antonio Luis Leite Junior

Eumécio de Macedo Soares

Helio Benício

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República,

Considerando que se impõe, no interesse dos Estados e Municípios e em defesa dos princípios da Revolução de 31 de Março de 1964, a edição de normas que disciplinem o funcionamento das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e a remuneração dos respectivos membros;

Considerando que constitui privilégio inaceitável contar-se para fins de aposentadoria, o período de exercício do mandato legislativo por tempo superior ao do próprio mandato;

Considerando que, no interesse de preservar e consolidar a Revolução, é desaconselhável a realização de eleições parciais, para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; resolve, editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º Os deputados estaduais não poderão perceber subsídios superiores a dois terços, quer em relação ao valor da parte fixa, como ao da parte variável, dos que são atribuídos aos deputados federais, nem ajuda de custo excedente a esse limite;

Parágrafo único. Não será devida ajuda de custo quando houver convocação extraordinária de Assembleia, no intervalo das sessões legislativas, ou prorrogação destas.

Art. 2º Durante o mês, não poderá exceder de 8 (oito) o número de sessões extraordinárias remuneradas das Assembleias Legislativas.

Art. 3º Além dos subsídios e da ajuda de custo, a que se referem os artigos anteriores, nenhum outro pagamento poderá ser feito, a qualquer título ou sob qualquer pretexto, a deputado estadual, pelo exercício do mandato ou em razão dele.

Art. 4º O parágrafo segundo do artigo 16 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16.

§ 2º Somente serão remunerados os vereadores das capitais e dos municípios de população superior a trezentos mil (300.000) habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

Art. 5º É vedado às Câmaras Municipais realizar durante o mês, mais de três (3) sessões extraordinárias remuneradas.

Art. 6º Nenhum funcionário público da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assim como das respectivas autarquias, poderá contar, para qualquer efeito, o período correspondente ao exercício de mandato eletivo por tempo excedente à efetiva duração deste.

Art. 7º Ficam suspensas quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 1º Nos municípios em que se vagarem os cargos de prefeito e vice-prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares, será decretada, pelo Presidente da República, a intervenção federal.

§ 2º Se a vacância do cargo de prefeito municipal coincidir com o término do mandato dos membros da Câmara Municipal, o interventor exercerá, também, as atribuições que a este confere a Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 8º Caberá ao Presidente da República, quando julgar oportuno, suspender a vigência do disposto no artigo anterior, providenciando a Justiça Eleitoral a fixação das datas para as novas eleições.

Art. 9º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acôrdo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 10. O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional.

Art. 11. O presente Ato Institucional entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antônio Dias Leite Júnior

José Fernandes de Lima

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 41, DE 22 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º, do art. 2º e o art. 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica vedada a nomeação, contratação ou admissão de funcionário ou servidor na Administração Direta e Autarquias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive nas Secretarias e Serviços Auxiliares dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Contas, a partir da publicação deste Ato.

§ 1º Excetua-se dessa proibição:

I — a nomeação para cargo em comissão, criado por lei;

II — a nomeação, por concurso, para cargo vago no quadro permanente;

III — a contratação ou admissão de pessoal técnico ou científico necessário aos serviços de saúde, ensino e pesquisa;

IV — a contratação ou admissão de pessoal para serviços braçais ou de natureza industrial.

§ 2º A nomeação, contratação ou admissão em desacordo com este Ato é nula de pleno direito e acarreta a demissão da autoridade e do funcionário que a autorizou ou realizou.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969. 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurelio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Deijm Netto

Mario David Andreazza

João Azeus Pereira

Carlos Dutra

Jurbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonei Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 42, DE 27 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 2º e art. 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O Presidente da República, após investigação, poderá decretar o confisco de bens de pessoa natural ou jurídica que, em relações de qualquer natureza, com a administração, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelos poderes públicos, associações ou entidades beneficiadas com auxílios ou contribuições estabelecidos em lei, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, se haja enriquecido, ilicitamente, com bens, dinheiros ou valores, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se, também, o disposto neste artigo a quem, de qualquer modo, concorre para o enriquecimento ilícito.

Art. 2º Considera-se enriquecimento ilícito o que resultar de:

I — Vantagem ou benefício auferido, ilicitamente, na qualidade de diretor, gerente, superintendente, administrador, sócio ou empregado das entidades mencionadas no art. 1º ou outras que se mantenham, no todo ou em parte, mediante contribuições periódicas populares;

II — Exploração de jogos de azar ou de lenocínio e do comércio clandestino de entorpecentes;

III — Declaração falsa:

a) em medição de serviços de construção de estradas ou de obras públicas executadas por empreiteiros, subempreiteiros, concessionários e tarefeiros;

b) sobre quantidade, qualidade, peso ou características de mercadorias ou bens entregues a serviço de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º;

IV — Inserção de elementos inexatos ou a omissão de operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se subtrair ao pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

V — Alteração de faturas e quaisquer outros documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

VI — Fornecimento ou a emissão de documentos gratuitos ou a alteração de despesas, ou outras verbas não especificadas, com o propósito de obter redução de tributos devidos à Fazenda Pública.

Parágrafo único. Os casos de enriquecimento ilícito acima referidos não excluem atos ou fatos que possam ser abrangidos pelo disposto no artigo 1º.

Art. 3º Os bens confiscados, de acordo com este Ato Complementar, serão incorporados ao patrimônio da entidade jurídica prejudicada com o enriquecimento ilícito e, se nenhum o tiver sido, ao da União.

Art. 4º Nenhuma sanção fiscal, de qualquer natureza, se aplicará a contribuinte beneficiado por anistias fiscais anteriores a este Ato Complementar.

Art. 5º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurelio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Delim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Társa Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonei Miranda

Jose Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de S. mas.

ATO COMPLEMENTAR Nº 43, DE 29 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do artigo 2º e pelo artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, combinados com o artigo 49, item II, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º O Poder Executivo elaborará Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração quadrienal, que serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional até 15 de setembro do primeiro ano de mandato do Presidente da República.

§ 1º Os Planos Nacionais serão apresentados sob a forma de diretrizes gerais de desenvolvimento definindo objetivos e políticas globais, setoriais e regionais.

§ 2º Com a mesma duração e concepção, e obedecendo às diretrizes estabelecidas no Plano Nacional, o Poder Executivo poderá elaborar, para aprovação pelo Congresso Nacional, planos regionais específicos para áreas de menor desenvolvimento, notadamente o Nordeste e a Amazônia.

Art. 2º O Congresso Nacional apreciará cada Plano Nacional de Desenvolvimento no prazo de 90 (noventa) dias, podendo aprová-lo integralmente ou formular as ressalvas ou restrições que julgar cabíveis, mantida, necessariamente a coerência global do plano e sua viabilidade em face dos recursos disponíveis.

§ 1º No caso de aprovação com ressalvas ou restrições, o Executivo deverá proceder, no prazo de 60 (sessenta) dias, à reformulação das partes ressalvadas e republicar o Plano com os textos reformulados, que terão vigência imediata.

§ 2º O Congresso Nacional aprovará ou rejeitará, dentro de 60 (sessenta) dias, as partes reformuladas, não podendo emendá-las; se, nesse prazo, não houver deliberação, os textos serão tidos como aprovados.

§ 3º Esgotado, sem deliberação, o prazo de 90 (noventa) dias, estabelecido no "caput" deste artigo, o Plano considerar-se-á aprovado.

Art. 3º Após o primeiro ano de vigência, poderá o Poder Executivo propor ao Congresso Nacional a revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Art. 4º Não serão objeto de tramitação, devendo ser arquivadas por ato do Presidente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quaisquer proposições que impliquem em alterar o Plano Nacional aprovado pelo Congresso Nacional, a não ser as de iniciativa do Poder Executivo, na forma estabelecida no artigo 3º.

Art. 5º Respeitadas as diretrizes e objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento, o Orçamento Plurianual de Investimentos, que abrangerá período de três anos, considerará exclusivamente as despesas de capital.

§ 1º O Orçamento Plurianual de Investimentos racionará as despesas de capital e indicará os recursos (orçamentários e extra-orçamentários) anualmente destinados à sua execução, inclusive os financiamentos contratados ou previstos, de origem interna ou externa.

§ 2º O Orçamento Plurianual de Investimentos compreenderá as despesas de capital de todos os Poderes, Órgãos e Fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 3º A inclusão, no Orçamento Plurianual de Investimentos, das despesas de capital de entidades da Administração Indireta, será feita sob a forma de dotações globais.

Art. 6º Através de proposição devidamente justificada, o Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, propor ao Congresso Nacional a revisão do Orçamento Plurianual de Investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Art. 7º Aplicam-se ao Orçamento Plurianual de Investimentos o artigo 67 da Constituição e seus parágrafos.

Art. 8º O Congresso Nacional apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto neste artigo, a matéria será considerada aprovada.

Art. 9º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal adaptarão seus orçamentos, no que for aplicável, ao disposto nos artigos 5º e 7º.

Art. 10. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento será encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de 1971.

Art. 11. O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Complementar nº 3 e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuq Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antônio Dias Leite Júnior

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 44, DE 29 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Só poderão instituir Tribunais de Contas os Municípios com população superior a quinhentos mil (500.000) habitantes, renda tributária acima de NCr\$ 100.000.000 00 (cem milhões de cruzeiros novos), e cuja despesa com pessoal não exceda o limite previsto no artigo 66, § 4º, da Constituição.

Parágrafo único. Na fixação do limite da receita de que trata este artigo, não se incluem as contribuições devidas aos Municípios nos termos do § 7º do art. 24 e dos artigos 26, 27 e 28 da Constituição, modificada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 2º Os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios terão a denominação de juizes, vedada qualquer outra, e não poderão perceber, sob nenhum pretexto, retribuição superior a dois terços da que recebem os membros do Tribunal de Contas do respectivo Estado.

Parágrafo único. Os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios, cuja retribuição seja superior à estabelecida neste artigo, deverão ajustá-la a esse limite, dentro do prazo de trinta (30) dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 3º São considerados extintos os Tribunais de Contas criados nos Municípios que não satisfizerem os requisitos especificados no artigo 1º.

Parágrafo único. Os membros e o pessoal dos Tribunais de Contas extintos terão assegurado o direito de retornarem aos cargos de que eram titulares, antes de sua investidura como membros ou funcionários do Tribunal, e, se os não tiverem, serão postos em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 4º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 45, DE 30 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no país.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão *causa mortis*.

Art. 2º Para os efeitos deste Ato, considera-se residente no país o estrangeiro que nele possua permanência definitiva.

Art. 3º Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade.

Art. 4º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurelio de Lyra Favares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Marcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Antônio Dias Leite Júnior
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 46, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica mantida a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968.

Parágrafo único. Nenhuma modificação poderá ser feita, na organização administrativa e judiciária, a que se refere este artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 47, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e,

Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em princípios éticos fundamentais visando a, não apenas, combater a subversão e a corrupção, mas, também, a impor normas legais e morais a todos quantos integram quaisquer ramos dos Poderes Públicos;

Considerando que, em determinados Estados, suas Assembleias Legislativas têm contrariado, até de modo ostensivo, aqueles princípios e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto a beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade do mandato que o povo lhes outorgou;

Considerando o que já foi apurado relativamente a determinados órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Nos termos do artigo 2º e seus parágrafos, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso, a partir desta data, das Assembleias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hermann Rademaker Grünwald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mário Davis Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonei Miranda

Antonio Dias Leite Junior

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 48, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do Artigo 2º e o Artigo 9º do Ato Institucional número 5, de treze de dezembro de mil novecentos e sessenta e oito, e

Considerando que, com fundamento no Artigo 2º do mencionado Ato Institucional, foi decretado o recesso do Congresso Nacional e de Assembleias Legislativas de alguns Estados;

Considerando que o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais elegem, anualmente, no início das sessões legislativas, as respectivas Comissões ou Mesas Diretoras;

Considerando que, decretado o recesso parlamentar não poderão os órgãos legislativos reunir-se para eleger novas Comissões ou Mesas Diretoras, muito embora venha a terminar o mandatos dos integrantes destas;

Considerando que, durante o período do recesso parlamentar, não podem os Poderes Legislativos ficar sem órgãos de direção que respondam pelos respectivos serviços internos e por suas relações com os demais Poderes, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica prorrogado, enquanto durar o recesso parlamentar, decretado com fundamento no Artigo 2º do Ato Institucional número 5, de treze de dezembro de mil novecentos e sessenta e oito, o mandato das Comissões ou Mesas Diretoras do Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, seja qual for o motivo, de qualquer dos cargos de Comissão ou Mesa Diretora, a substituição far-se-á de conformidade com o respectivo Regimento Interno, vedada a eleição de novos membros.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 49, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em princípios ético-fundamentais visando a, não apenas combater a subversão e a corrupção mas, também, a impor normas legais e morais a todos quantos integram quaisquer ramos dos Poderes Públicos;

Considerando que as Assembléias Legislativas dos Estados de Goiás e Pará vinham, por atos inequívocos, violando aqueles princípios e desrespeitando regras jurídicas vigentes e

Considerando o que foi apurado relativamente a esses órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado, a partir desta data, o recesso das Assembléias Legislativas dos Estados de Goiás e do Pará.

Art. 2º O presente Ato Complementar entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 50, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º É nula de pleno direito a contagem como de serviço público, do tempo de exercício de mandato eletivo, feita em desacordo com o disposto no artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969.

Art. 2º Serão revistos no prazo de sessenta (60) dias, os atos de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva, ou de quaisquer vantagens com base em tempo de serviço contado de forma contrária ao que preceitua o artigo anterior.

Art. 3º Nenhuma autoridade da União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios ou das respectivas autarquias poderá, após o decurso do prazo fixado no parágrafo anterior e sob pena de perda de cargo de que fôr titular, efetuar pagamento de vantagens ou proventos de aposentadoria, de reforma ou de transferência para a reserva concedidos em desacordo com o disposto neste artigo.

Art. 4º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 410 — DE 6 DE
JANEIRO DE 1969

Considera a posse de Waldemar Alves da Silva Filho para o exercício interino do cargo de Fiscal de Aeroporto, código CT-104.9A, válida para efeito de nomeação para o mesmo cargo, em caráter efetivo.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É considerada a posse de Waldemar Alves da Silva Filho, para o exercício interino do cargo de Fiscal de Aeroporto, código CT-104.9A, válida para os efeitos de sua nomeação para o mesmo cargo, em caráter efetivo, pelo Decreto de 4 de setembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de janeiro de 1969;
148ª da Independência e 81. da República.

A. COSTA E SILVA

Marcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 411 — DE 8 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

TÍTULO I

Da Organização e da Administração dos Territórios

Art. 1º A organização administrativa dos Territórios Federais e a organização político-administrativa dos Municípios que os integram obedecerão ao disposto neste Decreto-lei.

CAPÍTULO I

Da Natureza e das Finalidades

Art. 2º A União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos:

I — desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado.

II — ocupação efetiva do território, notadamente dos espaços vazios e zonas de fronteira mediante o povoamento orientado e a colonização;

III — Integração sócio-econômica e cultural à comunidade nacional,

IV — levantamento sistemático dos recursos naturais, para o aproveitamento nacional das suas potencialidades econômicas;

V — incentivos à agricultura, à pecuária, à silvicultura à piscicultura e à industrialização, através de planos integrados com os órgãos de desenvolvimento regional atuantes nas áreas respectivas;

VI — melhoria das condições de vida da população, mediante efetiva assistência médica, sanitária, educacional e social;

VII — garantia à autonomia dos municípios que os integram e assistência técnica às respectivas administrações;

VIII — preservação das riquezas naturais, do patrimônio e das áreas especialmente protegidas por lei federal.

Art. 3º Os Territórios são unidades descentralizadas da Administração Federal, com autonomia administrativa e financeira, equiparados para os efeitos legais, aos órgãos de administração indireta.

Art. 4º Os Territórios são vinculados ao Ministério do Interior, para os efeitos da supervisão ministerial estabelecida no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e nas demais leis e regulamentos pertinentes.

Art. 5º A elaboração dos planos e programas dos Territórios guardará inteira consonância com os planos regionais e nacionais.

Parágrafo único. A administração dos Territórios propiciará a harmonização dos planos e programas dos Municípios com o planejamento territorial.

Art. 6º A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área dos Territórios será sempre realizada em coordenação com a administração territorial.

Art. 7º A ação administrativa dos Territórios obedecerá a planos de governo, previamente submetidos à aprovação do Ministro do Interior.

Art. 8º Os Territórios serão incumbidos, nas respectivas áreas, da execução das atividades relacionadas com a implantação da política e da reforma agrária, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA, que lhes delegará atribuições, prestará assistência técnica e fornecerá os recursos necessários.

Art. 9º Podem os Territórios, por seus Governos, mediante prévia aprovação do Ministro do Interior ceder, nos termos do artigo 7º do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, o uso de terrenos da União, bem como alienar e arrendar lotes rurais a pessoas físicas ou jurídicas nacionais, assegurados na venda os direitos dos legítimos ocupantes.

§ 1º O arrendamento e a alienação de lotes rurais estarão condicionados à existência de plano de colonização aprovado pelo Ministro do Interior.

§ 2º Os atos praticados em decorrência deste artigo serão obrigatoriamente incluídos na prestação de contas do Governo do Território ao Tribunal de Contas da União.

Art. 10. Sem prejuízo das atribuições do órgão federal competente, a fiscalização e aplicação das sanções, previstas no Código Florestal poderão ser exercidas pelo Governo do Território.

Art. 11. Serão estabelecidas áreas prioritárias de desenvolvimento, fixando polos de crescimento, onde serão instalados núcleos de colonização.

Art. 12. Os planos de colonização a cargo do Governo dos Territórios deverão estar em consonância com os objetivos dos órgãos federais e regionais atuantes na sua área e com os projetos específicos das Forças Armadas.

Art. 13. Os Territórios poderão ter sistemas próprios referentes às atividades setoriais dos Ministérios civis, sem prejuízo da atuação direta destes.

§ 1º A execução direta dos programas dos Ministérios nas áreas dos Territórios será atribuída, de preferência, aos órgãos territoriais correspondentes.

§ 2º Em qualquer caso, os Ministérios prestarão assistência técnica e financeira, na forma que se dispuser em convênio.

CAPÍTULO II

Do Governo dos Territórios

SEÇÃO I

Do Governador e das Secretarias de Governo

Art. 14. Cada Território será administrado por um Governador auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 15. O Governador será nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Interior e aprovação do Senado Federal.

Parágrafo único. O Governador tomará posse perante o Ministro do Interior.

Art. 16. O Governador e os Secretários de Governo farão jus a uma gratificação de representação a ser fixada pelo Ministro do Interior, em percentagens que não excedam de 80% (oitenta por cento) e 50% (cinquenta por cento), respectivamente, de seus vencimentos.

Art. 17. São condições de nomeação para o cargo de Governador de Território:

- I — ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos civis e políticos;
- III — ser maior de 25 (vinte e cinco) anos;
- IV — ter notórios conhecimentos de administração pública e dos assuntos pertinentes ao Território.

Art. 18. Compete ao Governador:

- I — cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;
- II — expedir decretos territoriais e demais atos necessários à administração do Território;
- III — Apresentar, juridicamente, o Território, nos assuntos de interesse da administração;
- IV — encaminhar à aprovação do Ministro do Interior a proposta orçamentária do Território, ouvido o Conselho Territorial;
- V — promover a elaboração e a eventual revisão dos planos plurianuais de investimento e dos orçamentos-programa, encaminhando-os, com o parecer do Conselho Territorial, à aprovação do Ministro do Interior;
- VI — dar execução ao orçamento e aos planos plurianuais do investimento;
- VII — nomear e exonerar os Secretários do Governo;
- VIII — nomear, exonerar, aposentar e praticar os demais atos de movimentação de pessoal do quadro próprio do Território, bem como aplicar as penalidades previstas em lei;
- IX — promover a Instauração de comissão de inquérito para apurar responsabilidades de funcionários em exercício no Território;
- X — admitir e dispensar servidores sob o regime trabalhista;
- XI — nomear e exonerar os Prefeitos municipais;
- XII — executar ou fazer executar as ordens e sentenças judiciais e prestar às autoridades judiciárias o auxílio necessário ao cumprimento de suas decisões;
- XIII — assegurar o funcionamento do Conselho Territorial, proporcionando-lhe o necessário apoio administrativo;
- XIV — prestar assistência técnica às administrações municipais;

XV — propiciar a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

XVI — apresentar ao Ministro do Interior, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado da atuação do Governo do Território no exercício anterior;

XVII — celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades privadas ou públicas;

XVIII — delegar competência para a prática de atos administrativos, observado o disposto no artigo 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

XIX — exercer as demais atribuições necessárias ao desempenho do cargo.

Art. 19. O Governador residirá, obrigatoriamente, na Capital do Território.

§ 1º O Governador não poderá se afastar do Território sem prévia ciência do Ministro do Interior.

§ 2º Nas suas ausências e impedimentos até 15 (quinze) dias, responderá pelo expediente o Secretário do Governo por ele designado.

§ 3º Nas ausências e impedimentos por mais de 15 (quinze) dias, o Ministro do Interior designará um Governador interino.

Art. 20. Os Secretários de Governo serão nomeados, em comissão, pelo Governador do Território.

Parágrafo único. Cada Secretário de Governo será titular de uma Secretaria.

Art. 21. A estrutura básica de administração e apoio ao Governador será constituída das seguintes unidades:

- I — Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização;
- II — Secretaria de Educação, Saúde e Serviços Sociais;
- III — Secretaria de Obras Públicas;
- IV — Secretaria de Administração e Finanças;
- V — Secretaria de Segurança Pública.

§ 1º Funcionará junto ao Governador uma assessoria de planejamento e coordenação.

§ 2º As áreas de competência das Secretarias, bem como a organização e funcionamento dos serviços administrativos, serão definidos em regulamento.

Art. 22. O Governador e os Secretários de Governo serão processados e julgados, nos crimes comuns e de responsabilidades, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Art. 23. O Governador e os Secretários de Governo farão declaração pública de bens e rendimentos, no ato da posse e ao término do exercício dos respectivos cargos.

Parágrafo único. As declarações previstas neste artigo serão obrigatoriamente registradas em Cartório de Títulos e Documentos da Capital do Território.

Art. 24. Os Governadores dos Territórios e seus Secretários não poderão, desde a nomeação:

I — firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II — aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no item anterior;

III — ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público, ou nela exercer função remunerada;

IV — exercer cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

V — patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o item I;

VI — adquirir bens imóveis no Território e bens de qualquer natureza pertencentes às entidades enumeradas ao item I.

SEÇÃO II

Do Conselho Territorial

Art. 25. Fica criado, em cada Território, um Conselho Territorial, constituído de 6 (seis) membros, designados pelo Ministro do Interior, de acôrdo com o seguinte critério:

I — 2 (dois), de livre escolha do Ministro do Interior;

II — 1 (um), por indicação do órgão de desenvolvimento regional atuante na área;

III — 1 (um), por indicação do Governador do Território;

IV — 2 (dois), escolhidos pelo Ministro de Estado dentre os indicados, em listas trinômines, pelas Câmaras Municipais isoladamente,

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 26. O Conselho Territorial reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por motivo justificado, quando convocado pelo Governador até o limite de 10 (dez) sessões por mês.

§ 1º Cada Conselheiro perceberá uma gratificação de presença igual ao valor de cinquenta por cento .. (50%) de salário-mínimo regional, por sessão a que comparecer.

§ 2º Será destituído o Conselheiro que faltar, sem justificação, a maior de três sessões, consecutivas ou não, durante o mandato.

Art. 27. O Conselho Territorial contará com o apoio administrativo de uma Secretaria que funcionará em caráter permanente e exclusivo.

Art. 28. Compete ao Conselho Territorial:

I — opinar sobre:

a) os planos de Governo, o orçamento anual e o plano plurianual de investimentos;

b) a criação e a extinção de municípios;

c) a proposta orçamentária do Território;

d) a concessão de isenções fiscais previstas em lei;

e) o relatório anual do Governador ao Ministro do Interior;

f) os projetos de aquisição e alienação de bens imóveis e de bens móveis de capital.

II — aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;

III — sugerir ao Governador a adoção de medidas que visem a atender aos interesses da comunidade e a alcançar os objetivos de desenvolvimento do Território;

IV — solicitar ao Governador as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

V — representar ao Ministro do Interior contra atos do Governador e a êsse, contra atos dos Secretários do Governo e dos Prefeitos Municipais nos casos de irregularidade ou ineficiência ao exercício das suas funções;

VI — examinar as representações das Câmaras Municipais contra os respectivos Prefeitos e encaminhar ao Governador o seu parecer;

VII — eleger o Presidente do Conselho;

VIII — elaborar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Do Regime Administrativo e Financeiro

SEÇÃO I

Das Normas de Administração

Art. 29. A ação administrativa dos Territórios se norteará pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa estabelecidos no Decreto-lei nº 760, de 15 de fevereiro de 1967.

Art. 30. O Território terá quadro próprios de funcionários, observado, no que couber, o sistema de classificação de cargos e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 31. Os serviços do Território serão atendidos por:

a) funcionários do seu quadro próprio;

b) funcionários federais, com exercício no Território a serviço deste;

c) servidores federais, estaduais, municipais ou autárquicos, requisitados na forma da legislação em vigor;

d) servidores admitidos sob o regime da legislação trabalhista.

Art. 32. Aos funcionários referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do artigo 31, será concedida uma gratificação especial de 50 a 100% (cinquenta a cem por cento) dos seus vencimentos, quando ocupantes de cargos em comissão ou com atribuições técnicas ou especializadas e de 20 a 50% (vinte a cinquenta por cento), nos demais casos.

§ 1º Suspender-se-á o pagamento da gratificação especial a funcionário com exercício em repartição localizada fora do Território e ao que dele se afastar.

§ 2º A gratificação de que trata este artigo será calculada exclusivamente sobre o vencimento-base do cargo, não incidindo sobre qualquer adicional.

Art. 33. O Território poderá contratar, pelo regime trabalhista, servidores para a execução de obras públicas ou de serviços técnicos e especializados, de acordo com os níveis salariais estabelecidos pelo Conselho Territorial.

§ 1º Aos servidores requisitados na forma da alínea "c" do artigo 31, que exerçam funções de natureza técnica ou especializada, assegurar-se-á o direito de opção pela contratação trabalhista.

§ 2º Aos servidores recrutados fora do Território, poderá o Governo conceder:

I — transporte, inclusive à sua família, da localidade onde residir para o Território;

II — ajuda de custo não superior a dois meses de salário.

Art. 34. É assegurado ao funcionário em exercício nas repartições localizadas nos Territórios:

I — gratificação especial correspondente à prevista no artigo 32 deste Decreto-lei, segundo tabela aprovada pelo Presidente da República;

II — prioridade na transferência ou remoção após 4 (quatro) anos de efetivo exercício no Território.

Art. 35. Os Territórios manterão a ordem e a segurança pública internas, através de seus órgãos policiais.

Art. 36. A criação, a estruturação e a fixação dos efetivos das Polícias Militares dos Territórios serão objeto de lei especial.

SEÇÃO II

Do Regime Financeiro

Art. 37. Nos Territórios Federais, os impostos a que se refere o artigo 24 item I e II, da Constituição, assim como as taxas e contribuições de melhoria, serão decretados por lei especial.

Parágrafo único. Será instituído sistema próprio para arrecadação, lançamento e fiscalização, pelos Territórios, dos tributos referidos neste artigo.

Art. 38. A União poderá cometer aos Territórios a cobrança dos tributos cuja distribuição participem.

Parágrafo único. A receita dos tributos arrecadados na forma deste

artigo, constituirá suplemento dos recursos atribuídos pela União aos Territórios e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro do Interior.

Art. 39. As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelos Territórios, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente reinvestidas, segundo planos de aplicação elaborados pelos respectivos Governos, aprovados pelo Ministro do Interior.

Art. 40. O orçamento da União consignará, em cada exercício, sob forma de dotações globais, os recursos necessários aos encargos da administração do Território.

Parágrafo único. Até o dia 30 de abril de cada ano, o Governador encaminhará ao Ministério do Interior, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, devidamente justificada e acompanhada de parecer do Conselho Territorial.

Art. 41. As dotações globais serão transferidas, automaticamente, aos Territórios:

I — no início de cada trimestre, em cotas referentes a 3 (três) duodécimos, quanto à dotação para as despesas de custeio;

II — segundo o cronograma de desembolso, relativo aos programas de investimento, quanto à dotação para as despesas de capital.

Art. 42. Os Territórios elaborarão seus planos plurianuais de investimento, na forma da Lei Complementar nº 3, de 7 de dezembro de 1967, em articulação com as entidades públicas vinculadas aos programas a serem incluídos nos planos.

Art. 43. A fiscalização financeira e orçamentária será exercida, em cada Território, pelos seus órgãos próprios, sem prejuízo das atribuições do órgão competente do Ministério do Interior.

§ 1º O Governador apresentará ao Ministro do Interior, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, as contas do exercício anterior.

§ 2º O Governador exonerado prestará as contas de sua gestão até 60 (sessenta) dias após a data do ato exoneratório, a ele assegurados, pelo Governo do Território, os meios necessários à formação do processo.

TÍTULO II

Da Organização Municipal

CAPÍTULO I

Do Município

Art. 44. Os Territórios são divididos em Municípios, na forma de lei quadrienal, podendo estes ser divididos em Distritos.

§ 1º A sede do Município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade.

§ 2º O Distrito é designado pelo nome da respectiva sede, e tem a categoria de vila.

Art. 45. Mantidos os atuais Municípios, são requisitos mínimos para a criação de novos:

I — população estimada superior a 4.000 (quatro mil) habitantes;

II — eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III — centro urbano com número de casas superior a 150 (cento e cinquenta);

IV — receita tributária anual não inferior à menor cota do Fundo de Participação dos Municípios distribuída no exercício anterior a qualquer outro Município do País.

§ 1º O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida ao Governador do Território, assinada, no mínimo por 100 (cem) eleitores domiciliados na área que se deseja desmembrar.

§ 2º Não será permitida a criação de Município, desde que esta medida importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nessa Decreto-lei.

§ 3º Os requisitos exigidos nos itens I e III serão apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de número II, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e o do item IV pelo órgão fazendário federal.

§ 4º O Governador do Território solicitará aos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre os requisitos dos incisos I a IV e do § 2º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento do pedido.

Art. 46. Cumpridos os requisitos do artigo anterior e ouvido o Conselho

Territorial, o Governador do Território encaminhará o pedido, devidamente instruído, ao Presidente da República, a quem cabe determinar a realização da consulta plebiscitária, adotando-se, no que couber, a sistemática dos artigos 3º, 4º e 5º, da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

Art. 47. Caberá ao Presidente da República, com fundamento na representação prevista no § 1º, do artigo 45, ou de ofício, preenchidos os requisitos legais, a iniciativa da lei de criação de Municípios, nos Territórios.

Art. 48. Aos Municípios dos Territórios compete prover tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, especialmente no que concerne:

I — à eleição dos vereadores;

II — às necessidades da sua administração;

III — à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes, nos prazos fixados em lei.

IV — à organização dos serviços públicos locais.

Art. 49. Os Municípios dos Territórios têm todos os direitos e prerrogativas assegurados, na Constituição e nas leis federais, aos Municípios dos Estados.

Art. 50. O órgão específico de assistência aos Municípios, do Ministério do Interior, prestará direta e permanente colaboração aos Municípios dos Territórios, tendo em vista a implantação e a racionalização dos seus serviços e o planejamento local integrado.

CAPÍTULO II

Da Câmara Municipal

Art. 51. A Câmara Municipal é o órgão deliberativo do Município e se compõe de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, pelo período de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. O número mínimo de Vereadores será de 7 (sete) nos Municípios das Capitais e de 5 (cinco) nos demais, acrescendo-se mais 1 (um) para cada 5.000 (cinco mil) eleitores do Município.

Art. 52. São condições de elegibilidade para Vereador:

I — ser brasileiro;

II — ser maior de vinte e um anos;

III — estar no exercício dos direitos políticos.

Art. 53. Os Vereadores são impedidos de:

I — exercer cargo, função ou emprego público, da União, do Território ou do Município, inclusive de órgãos de sua administração indireta, no período das reuniões;

II — celebrar contrato com a União, o Território ou o Município, ou órgão de sua administração indireta, ou com empresa concessionária de serviço público federal, territorial ou municipal;

III — exercer a gerência ou a administração de firma beneficiada por privilégio ou favor concedido pelo Município;

IV — patrocinar causas contra a municipalidade e pleitear, perante a mesma, interesse de terceiro, como advogado ou procurador.

§ 1º Enquanto afastado para cumprir as obrigações inerentes ao mandato, o Vereador que não tiver direito a subsídio continuará a perceber os vencimentos do cargo público.

§ 2º Não perde o mandato o Vereador que, independentemente de licença da Câmara Municipal, seja nomeado Secretário de Governo ou Prefeito Municipal.

§ 3º Nos casos previstos neste artigo, nos de licença por mais de quatro meses ou nos de vaga, será convocado o suplente e na falta deste, o fato será comunicado ao Juiz Eleitoral.

§ 4º O Vereador licenciado nos termos do parágrafo anterior, não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 54. Compete à Câmara deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre tudo o que respeite ao peculiar interesse do Município, e especialmente:

I — dispor sobre os tributos municipais e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços de seus serviços e atividades, assim como das tarifas dos serviços concedidos;

II — conceder isenções de impostos em caráter geral;

III — orçar a receita e fixar a despesa do Município observado, quando couber, o critério fixado nos artigos 63 a 70 da Constituição;

IV — criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos;

V — autorizar operações de crédito, obedecida a legislação federal em vigor;

VI — autorizar a concessão de serviços públicos;

VII — autorizar a aquisição de bem imóvel, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

VIII — autorizar a permuta ou alienação de bens imóveis do Município, respeitada a legislação federal em vigor;

IX — autorizar o perdão de dívidas e a concessão de moratória;

X — aprovar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e as normas urbanísticas do Município;

XI — expedir normas de polícia administrativa nas matérias de competência do Município;

XII — autorizar desapropriações.

Art. 55. Compete privativamente à Câmara:

I — eleger anualmente, sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II — elaborar o seu Regimento Interno;

III — organizar os serviços de sua Secretaria e dar provimento aos respectivos cargos, não podendo a despesa com o seu pessoal ultrapassar de 50% (cinquenta por cento) da dotação que lhe couber para despesas correntes;

IV — dar posse ao Prefeito, conceder-lhe licença para afastamento do cargo e para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

V — representar ao Conselho Territorial contra atos do Prefeito que configurem ilícitos penais ou administrativos, ou nos casos de comprovada ineficiência;

VI — apreciar vetos do Prefeito;

VII — convocar o Prefeito para prestar esclarecimentos, especificando a matéria e fixando dia e hora para o comparecimento;

VIII — aprovar consórcio ou convênio de que o Município seja parte;

IX — julgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento, as contas do Prefeito.

Art. 56. Excetuados os casos previstos nesta lei, as decisões ou deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º Dependem do voto favorável da maioria absoluta de seus membros, as deliberações da Câmara sobre:

I — alienação ou permuta de bens imóveis;

II — perdão de dívidas ou concessão de moratória;

III — concessão de serviços públicos;

IV — cassação de mandato de vereador;

V — Vetos do Prefeito;

VI — isenção de impostos.

Art. 57. A iniciativa dos projetos a serem submetidos à Câmara cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, sendo da competência privativa deste a proposta orçamentária e os projetos que disponham sobre matéria financeira, criem, alterem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores municipais ou importem em aumento de despesa ou redução da receita.

Parágrafo único. Não serão permitidas emendas que importem em aumento das despesas previstas;

a) nos projetos da competência privativa do Prefeito;

b) naqueles referentes à organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 58. O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos sobre qualquer matéria, com a solicitação expressa de serem apreciados dentro de 30 (trinta) dias justificando a importância da matéria e a urgência da medida.

Parágrafo único. Esgotado o prazo a que se refere este artigo sem que haja deliberação da Câmara, o projeto será considerado aprovado.

Art. 59. Aprovado o projeto na forma regimental, será ele, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, enviado ao Prefeito que, em igual prazo, deverá sancioná-lo e promulgá-lo, ou então vetá-lo, se o considerar contrário ao interesse do Município ou infringente da Constituição ou de lei federal.

§ 1º Decorrido o prazo sem a manifestação do Prefeito, considerar-se-á sancionado o Projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade.

§ 2º O veto poderá ser total ou parcial, devendo, neste caso, abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 3º A apreciação do veto pela Câmara, deverá ser feita dentro de 15 (quinze) dias de seu recebimento, em uma só discussão e votação, considerando-se aprovada a matéria vetada, se o veto fôr rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Casa, em escrutínio secreto.

§ 4º Se o veto não fôr apreciado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á acolhido pela Câmara.

§ 5º Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de 5 (cinco) dias, entrando em vigor na data em que forem publicadas.

Art. 60. As Câmaras Municipais reunir-se-ão, anualmente, em 4 (quatro) períodos legislativos ordinários, não podendo cada um deles ultrapassar de 6 (seis) semanas.

Parágrafo único. As datas de instalação dos períodos legislativos ordinários serão estabelecidas pelos regimentos internos das Câmaras Municipais.

Art. 61. As Câmaras Municipais reunir-se-ão, extraordinariamente quando convocadas, com prévia declaração de motivos;

I — pelo seu Presidente;

II — pelo Prefeito;

III — pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único. Quando da convocação extraordinária, o Presidente marcará a reunião com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante comunicação direta aos Vereadores, por protocolo, e edital afixado na porta principal do edifício da Câmara e publicado na imprensa local, se houver.

Art. 62. Aplicam-se aos Vereadores dos Municípios dos Territórios as disposições do Decreto-lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO III

Do Prefeito Municipal

Art. 63. O Poder Executivo do Município será exercido pelo Prefeito, nomeado pelo Governador do Território, nos termos do artigo 17, § 3º, da Constituição.

Art. 64. São condições de nomeação para Prefeito:

I — ser brasileiro;

II — estar no exercício dos direitos políticos e civis;

III — ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 65. Não poderá o Prefeito, desde a posse:

I — exercer cargo, função ou emprego público da União, do Território, de Município, bem como de autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista;

II — celebrar contrato com o Município, o Território ou a União, com órgão de sua administração indireta ou com empresa concessionária de serviço público municipal, territorial ou federal;

III — ser proprietário, sócio ou diretor de empresa beneficiada com privilégio ou favor concedido pelo Município;

IV — patrocinar causas contra a Municipalidade e pleitear, perante a mesma, interesse de terceiros, como advogado ou procurador.

Art. 66. Compete ao Prefeito:

I — representar o Município em Juízo ou fora dele;

II — sancionar e promulgar, dentro de 10 (dez) dias do seu recebimento, os projetos aprovados pela Câmara, ou vetá-los e devolvê-los no mesmo prazo;

III — apresentar à Câmara projetos bem como, até 5 (cinco) dias após a abertura do terceiro período ordinário a proposta justificada do orçamento municipal para o exercício seguinte;

IV — propor à Câmara a criação e a extinção de cargos;

V — prestar à Câmara, pessoalmente ou por escrito, dentro de 20 (vinte) dias, as informações solicitadas;

VI — apresentar à Câmara, até o dia 30 de março, as contas do exercício anterior, acompanhada de relatório circunstanciado das atividades

da administração municipal no mesmo período, sugerindo as providências que julgar necessárias;

VII — prestar contas aos órgãos competentes e nos casos previstos em lei;

VIII — nomear, promover, exonerar ou demitir, pôr em disponibilidade, conceder licença, aposentar funcionários, observadas as leis municipais aplicáveis e na sua falta, em caráter supletivo, o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União;

IX — fazer arrecadar as rendas municipais, zelando pela sua guarda e exata aplicação;

X — fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e dos serviços e atividades explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais aprovados pela Câmara Municipal;

XI — contrair empréstimos e fazer outras operações de crédito, quando autorizado pela Câmara Municipal;

XII — colocar à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias da requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez, bem como até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

XIII — convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;

XIV — decretar e promover desapropriações autorizadas pela Câmara;

XV — permitir, a título precário, a exploração de serviços de utilidade pública;

XVI — fazer publicar os atos oficiais;

XVII — solicitar o auxílio das autoridades policiais do Território, para garantia do cumprimento de leis municipais e de suas decisões.

Art. 67. Os subsídios do Prefeito serão fixados pelo Governador, ouvido o Conselho Territorial e atendidas as possibilidades do erário municipal, podendo ser revistos anualmente.

Parágrafo único. Ao servidor público nomeado Prefeito fica assegurado o direito de opção pelos vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 68. Aplicam-se aos Prefeitos dos Municípios dos Territórios, no que couber, as disposições do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO IV

Da Administração Financeira

Art. 69. A deliberação orçamentária anual de cada Município, sem prejuízo de outras disposições de lei federal, observará os preceitos seguintes:

I — nenhum orçamento poderá inserir dispositivos estranhos à fixação da despesa e à previsão da receita, salvo a autorização para abertura de crédito por antecipação de receita e aplicação do saldo e o modo de cobrir deficit existente;

II — as despesas de capital obedecerão ao orçamento plurianual de investimento;

III — constituem vedações no orçamento e na sua execução o estorbo de verbas a concessão de crédito ilimitado, a abertura de crédito especial ou suplementar, sem prévia deliberação e sem indicação da receita correspondente, e a realização de despesas que excedam as verbas votadas pela Câmara Municipal, salvo as autorizadas, em crédito extraordinário, na ocorrência de necessidades imprevistas, como calamidade pública;

IV — o orçamento dividido em corrente e de capital, compreenderá as despesas e receitas de todos os órgãos da administração tanto direta quanto indireta, excluídas somente as entidades que não recebem subvenções ou transferência a conta do orçamento;

V — a receita e a despesa dos órgãos da administração indireta serão incluídas no orçamento anual em forma de dotações globais não importando esta determinação em prejuízo de sua autonomia na gestão de seus recursos;

VI — a previsão da receita compreenderá todas as rendas e suprimentos de fundos, incluído o produto das operações de créditos;

VII — nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa ressalvada: aquela que, por lei, passe a constituir receita do orçamento de capital, vedada, neste caso, sua aplicação no custeio de despesas correntes;

VIII — projeto, programa, obra ou despesas, cuja execução exceda um exercício financeiro, não poderão ter verba expressamente enunciada no orçamento anual nem ter início ou

contratação sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia deliberação que autorize e fixe o montante das verbas anualmente consignadas no orçamento, no curso de sua realização e conclusão;

IX — não poderá o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro ser superior ao total das receitas previstas para o mesmo período, salvo as despesas que corram à conta de créditos extraordinários, ou no caso de corretivo de recessão econômica, se o permitir a lei federal;

X — se a execução orçamentária, no curso do exercício financeiro, demonstrar a probabilidade de deficit superior a dez por cento do total da receita estimada, ao Prefeito cumpre propor à Câmara Municipal as providências necessárias ao restabelecimento do equilíbrio orçamentário;

XI — a despesa de pessoal do Município não poderá ir além do limite de cinquenta por cento (50%) das respectivas receitas correntes;

XII — compete ao Prefeito a iniciativa das deliberações orçamentárias e das que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores municipais, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem despesa pública;

XIII — nenhuma emenda que acarrete aumento de despesa global ou de cada órgão, plano ou programa, ou que vise modificar o seu montante, poderá ser objeto de deliberação;

XIV — o projeto de deliberação orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal até noventa dias antes do início do exercício financeiro seguinte, e se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento, a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado como deliberação;

XV — toda operação de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderá exceder a quarta parte da receita prevista para o exercício financeiro, e obrigatoriamente será liquidada até 30 (trinta) dias depois do encerramento deste;

XVI — a deliberação que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará as dotações a serem incluídas

no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

Art. 70. A fiscalização da administração financeira do Município será feita pela Câmara Municipal.

Art. 71. Não apresentadas as contas, pelo Prefeito, no prazo previsto nesta Lei, a Câmara constituirá uma comissão para realizar a tomada de contas, dando ciência ao Governador.

Art. 72. Verificada a existência de irregularidade nas contas do Prefeito, a Câmara representará ao Governador e ao Conselho Territorial, bem como à autoridade judicial, para efeito de apuração de responsabilidade criminal.

Art. 73. Consideram-se automaticamente aprovadas as contas do Prefeito que não forem julgadas no prazo a que se refere o item X do artigo 55 deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O prazo de exame das contas será suspenso durante a realização de diligência que tenha sido solicitada ao Prefeito.

Art. 74. As contas relativas a aplicação de recursos recebidos diretamente do Governo do Território ou da União, serão prestadas pelo Prefeito, ao Governador, bem como ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei, sem prejuízo da sua inclusão na prestação geral de contas à Câmara.

TÍTULO III

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 75. Fica isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de máquinas e equipamentos destinados a implantação ou a expansão de empresas instaladas nos Territórios e que sejam declarados prioritários, pelos respectivos Governadores, ouvido o Conselho Territorial.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não poderá beneficiar máquinas e equipamentos usados ou reconicionados ou aqueles de que existam similares nacionais em condições de pleno atendimento às necessidades do Território.

Art. 76. Mediante autorização do Ministro do Interior, em cada caso,

os Territórios poderão manter Escritórios de Representação em cidades que concentrem serviços administrativos ou que constituam centros comerciais, dos quais dependa o bom funcionamento da administração territorial.

Art. 77. As atuais Guardas Territoriais serão transformadas em Polícias Militares, aplicando-se-lhes as disposições contidas no Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967.

Art. 78. Ficam os Governadores dos Territórios autorizados a alienar ouvido o Conselho Territorial e depois de aprovação do Ministro do Interior, os bens imóveis sob sua administração, localizados nas respectivas unidades administrativas, quando não exista interesse econômico e social na sua manutenção.

Art. 79. Os Conselhos Territoriais deverão ser instalados dentro de 90 (noventa) dias da vigência deste Decreto-lei.

§ 1º. Até que sejam escolhidos os representantes indicados no item IV, do artigo 25 desta Lei, o Conselho Territorial poderá funcionar com os demais membros.

§ 2º. Os Conselhos Territoriais elaborarão os seus Regimentos internos, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação.

Art. 80. A primeira eleição para Vereador, nos atuais Municípios dos Territórios, realizar-se-á em 15 de novembro de 1969, com posse dos eleitos em 1º de fevereiro de 1970 e mandato de 3 (três) anos, para efeito de coincidência, nos termos do item I do artigo 16 da Constituição.

§ 1º. Imediatamente após a posse a Câmara Municipal será instalada, sob a Presidência do Vereador mais idoso, procedendo-se, imediatamente, à eleição da Mesa.

§ 2º. As primeiras eleições dos Municípios que vierem a ser criados, realizar-se-ão simultaneamente com a renovação das Câmaras Municipais em funcionamento.

Art. 81. Ficam criados nos Territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima, 18 (dezoito) cargos de Secretários de Governo, sendo 6 (seis) para cada Território, todos de provimento em comissão e com designações idênticas às das respectivas Secretarias.

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo integrarão a "Tabela C" do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com os vencimentos correspondentes aos até então atribuídos aos Secretários-Gerais dos Territórios, cujos cargos ficam extintos.

Art. 82. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, nos termos deste Decreto-lei e da legislação aplicável, Companhias de Desenvolvimento, sob a forma de Sociedades por Ações, em cada Território Federal, assegurados os meios necessários às suas atividades.

Art. 83. Este Decreto-lei não se aplica ao Território Federal de Fernando de Noronha, que se regerá por lei especial.

Art. 84. O Poder Executivo regulamentará este Decreto no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo-lhe facultado dispor, diferentemente, dentro dos limites legais, para cada Território, atendidas as peculiaridades locais.

Art. 85. O Poder Executivo, dentro de 180 (cento e oitenta) dias tomará as medidas necessárias à elaboração de legislação especial sobre a organização da Justiça e do Ministério Público dos Territórios Federais.

Art. 86. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 412 — DE 9 DE
JANEIRO DE 1969

Aprova o Acôrdio de Pesca e Preservação de Recursos Vivos, entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio de Pesca e Preservação de Recursos Vivos, entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

O Acôrdio mencionado no art. 1º foi publicado no D.O. de 10 de janeiro de 1969.

DECRETO-LEI Nº 413 — DE 9 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

CAPÍTULO I

Do Financiamento Industrial

Art. 1º O financiamento concedido por instituições financeiras a pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade industrial poderá efetuar-se por meio da cédula de crédito industrial prevista neste Decreto-lei.

Art. 2º O emitente da cédula fica obrigado a aplicar o financiamento nos fins ajustados, devendo comprovar essa aplicação no prazo e na forma exigidos pela instituição financiadora.

Art. 3º A aplicação do financiamento ajustar-se-á em orçamento, assinado, em duas vias, pelo emitente e pelo credor, dele devendo constar expressamente qualquer alteração que convençionarem.

Parágrafo único. Far-se-á, na cédula, menção do orçamento que a ela ficará vinculada.

Art. 4º O financiador abrirá, com o valor do financiamento conta vinculada à operação, que o financiado movimentará por meio de cheques, saques, recibos, ordens, cartas ou quaisquer outros documentos, na forma e no tempo previstos na cédula ou no orçamento.

Art. 5º As importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros e poderão sofrer correção monetária às taxas e aos índices que o Conselho Monetário Nacional fixar, calculados sobre os saldos devedores da conta vinculada à operação, e serão exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro, no vencimento, na liquidação da cédula ou, também, em outras datas convençionadas no título, ou admitidas pelo referido Conselho.

Parágrafo único. Em caso de mora, a taxa de juros constante da cédula será elevável de 1% (um por cento) ao ano.

Art. 6º O devedor facultará ao credor a mais ampla fiscalização do emprêgo da quantia financiada, exibindo, inclusive os elementos que lhe forem exigidos.

Art. 7º O financiador poderá, sempre que julgar conveniente e por pessoas de sua indicação, não só percorrer todas e quaisquer dependências dos estabelecimentos industriais referidos no título, como verificar o andamento dos serviços neles existentes.

Art. 8º Para ocorrer às despesas com a fiscalização, poderá ser ajustada, na cédula, comissão fixada e exigível na forma do art. 5º deste Decreto-lei, calculada sobre os saldos devedores da conta vinculada à operação, respondendo ainda o financiado pelo pagamento de quaisquer despesas que se verificarem com vitórias frustradas, ou que forem efetuadas em consequência de procedimento seu que possa prejudicar as condições legais e cedulares.

CAPÍTULO II

Da Cédula de Crédito Industrial

Art. 9º A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.

Art. 10. A cédula de crédito industrial é título líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório.

§ 1º Se o emitente houver deixado de levantar qualquer parcela do crédito deferido, ou tiver feito pagamentos parciais, o credor descontar-las-á da soma declarada na cédula, tornando-se exigível apenas o saldo.

§ 2º Não constando do endosso o valor pelo qual se transfere a cédula, prevalecerá o da soma declarada no título, acrescido dos acessórios, na forma deste artigo, deduzido o valor das quitações parciais passadas no próprio título.

Art. 11. Importa em vencimento antecipado da dívida resultante da cédula, independentemente de aviso ou de interpelação judicial, a inadimplência de qualquer obrigação do eminente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real.

§ 1º Verificado o inadimplemento, poderá, ainda, o financiador considerar vencidos antecipadamente todos os financiamentos concedidos ao emitente e dos quais seja credor.

§ 2º A inadimplência, além de acarretar o vencimento antecipado da dívida resultante da cédula e permitir igual procedimento em relação a todos os financiamentos concedidos pelo financiador ao emitente e dos quais seja credor, facultará ao financiador a capitalização dos juros e da comissão de fiscalização, ainda que se trate de crédito fixo.

Art. 12. A cédula de crédito industrial poderá ser aditada, ratificada e retificada, por meio de menções adicionais e de aditivos, datados e assinados pelo emitente e pelo credor, lavrados em folha à parte do mesmo formato e que passarão a fazer parte integrante do documento cedular.

Art. 13. A cédula de crédito industrial admite amortizações periódicas

que serão ajustadas mediante a inclusão de cláusula, na forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 14. A cédula de crédito industrial conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação “Cédula de Crédito Industrial”

II — Data do pagamento; se a cédula for emitida para pagamento parcelado, acrescentar-se-á cláusula discriminando valor e data de pagamento das prestações.

III — Nome do credor e cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, e a forma de sua utilização.

V — Descrição dos bens objeto do penhor, ou da alienação fiduciária, que se indicarão pela espécie, qualidade, quantidade e marca, se houver, além do local ou do depósito de sua situação, indicando-se, no caso de hipoteca, situação, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de aquisição do imóvel e anotações (número, livro e folha), do registro imobiliário.

VI — Taxa de juros a pagar e comissão de fiscalização, se houver, e épocas em que serão exigíveis, podendo ser capitalizadas.

VII — Obrigatoriedade de seguro dos bens objeto da garantia.

VIII — Praça do pagamento.

IX — Data e lugar da emissão.

X — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

§ 1º A cláusula discriminando os pagamentos parcelados, quando cabível, será incluída logo após a descrição das garantias.

§ 2º A descrição dos bens vinculados poderá ser feita em documento à parte, em duas vias, assinado pelo emitente e pelo credor, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância, logo após a indicação do grau do penhor ou da hipoteca, da alienação fiduciária e de seu valor global.

§ 3º Da descrição a que se refere o inciso V deste artigo, dispensa-se qualquer alusão à data, forma e condições de aquisição dos bens apenados. Dispensar-se-ão, também, para a caracterização do local ou do depósito dos bens apenados ou alienados fiduciariamente, quaisquer referências a dimensões, confrontações,

benfeitorias e a títulos de posse ou de domínio.

§ 4º Se a descrição do imóvel hipotecado se processar em documento à parte, deverão constar também da cédula todas as indicações mencionadas no item V deste artigo, exceto confrontações e benfeitorias.

§ 5º A especificação dos imóveis hipotecados, pela descrição pormenorizada, poderá ser substituída pela anexação à cédula de seus respectivos títulos de propriedade.

§ 6º Nos casos do parágrafo anterior, deverão constar da cédula, além das indicações referidas no § 4º deste artigo, menção expressa à anexação dos títulos de propriedade e a declaração de que eles farão parte integrante da cédula até sua final liquidação.

CAPÍTULO III

Da Nota de Crédito Industrial

Art. 15. A nota de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, sem garantia real.

Art. 16. A nota de crédito industrial conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação “Nota de Crédito Industrial”.

II — Data do pagamento se a nota for emitida para pagamento parcelado, acrescentar-se-á cláusula discriminando valor e data de pagamento das prestações.

III — Nome do credor e cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, e a forma de sua utilização.

V — Taxa de juros a pagar e comissão de fiscalização, se houver, e épocas em que serão exigíveis, podendo ser capitalizadas.

VI — Praça de pagamento.

VII — Data e lugar da emissão.

VIII — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

Art. 17. O crédito pela nota de crédito industrial tem privilégio especial sobre os bens discriminados no artigo 1.563 do Código Civil.

Art. 18. Exceto no que se refere a garantias e a inscrição, aplicam-se à nota de crédito industrial as disposições deste decreto-lei sobre cédula de crédito industrial.

CAPÍTULO IV

Das Garantias da Cédula de Crédito Industrial

Art. 19. A cédula de crédito industrial pode ser garantida por:

I — Penhor cedular.

II — Alienação fiduciária.

III — Hipoteca cedular.

Art. 20. Podem ser objeto de penhor cedular nas condições deste Decreto-lei:

I — Máquinas e aparelhos utilizados na indústria, com ou sem os respectivos pertences;

II — Matérias-primas, produtos industrializados e materiais empregados no processo produtivo, inclusive embalagens;

III — Animais destinados à industrialização de carnes, pescados, seus produtos e subprodutos, assim como os materiais empregados no processo produtivo, inclusive embalagens;

IV — Sal que ainda esteja na salina, bem assim as instalações, máquinas, instrumentos, utensílios, animais de trabalho, veículos terrestres e embarcações, quando servirem à exploração salineira;

V — Veículos automotores e equipamentos para execução de terraplenagem, pavimentação, extração de minério e construção civil bem como quaisquer viaturas de tração mecânica, usadas nos transportes de passageiros e cargas e, ainda, nos serviços dos estabelecimentos industriais;

VI — Dragas e implementos destinados à limpeza e à desobstrução de rios, portos e canais, ou à construção dos dois últimos, ou utilizados nos serviços dos estabelecimentos industriais;

VII — Toda construção utilizada como meio de transporte por água, e destinada à indústria da navegação ou da pesca, quaisquer que sejam as suas características e lugar de tráfego;

VIII — Todo aparelho manobrável em voo apto a se sustentar, a circular no espaço aéreo mediante reações aerodinâmicas, e capaz de transportar pessoas ou coisas;

IX — Letras de câmbio, promissórias, duplicatas, conhecimentos de embarques, ou conhecimentos de depósitos, unidos aos respectivos “warrants”;

X — Outros bens que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir como lastro dos financiamentos industriais.

Art. 21. Podem-se incluir na garantia os bens adquiridos ou pagos com o financiamento, feita a respectiva averbação nos termos deste Decreto-lei.

Art. 22. Antes da liquidação da cédula, não poderão os bens apenados ser removidos das propriedades nela mencionadas, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, sem prévio consentimento escrito do credor.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos veículos referidos nos itens IV, V, VI, VII e VIII do artigo 20 deste Decreto-lei, que poderão ser retirados temporariamente de seu local de situação, se assim o exigir a atividade financeira.

Art. 23. Aplicam-se ao penhor cedular os preceitos legais vigentes sobre penhor, no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

Art. 24. São abrangidos pela hipoteca constituída as construções, respectivos terrenos, instalações e benfeitorias.

Art. 25. Incorporam-se na hipoteca constituída as instalações e construções adquiridas ou executadas com o crédito, assim como quaisquer outras benfeitorias acrescidas aos imóveis na vigência da cédula, as quais, uma vez realizadas, não poderão ser retiradas ou destruídas sem o consentimento do credor, por escrito.

Parágrafo único. Faculta-se ao credor exigir que o emitente faça averbar, à margem da inscrição principal, a constituição de direito real sobre os bens e benfeitorias referidos neste artigo.

Art. 26. Aplicam-se à hipoteca cedular os princípios da legislação ordinária sobre hipoteca no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

Art. 27. Quando da garantia da cédula de crédito industrial fizer parte a alienação fiduciária, observar-se-ão as disposições constantes da Seção XIV da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, no que não colidirem com este Decreto-lei.

Art. 28. Os bens vinculados à cédula de crédito industrial continuam na posse imediata do emitente, ou do terceiro prestante da garantia real, que responderá por sua guarda e conservação como fiel depositário, seja pessoa física ou jurídica. Cuidando-se de garantia constituída por terceiro, este e o emitente da cédula

responderão solidariamente pela guarda e conservação dos bens gravados.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos papéis mencionados no item IX, art. 20, deste Decreto-lei, inclusive em consequência do endosso.

CAPÍTULO V

Seção I

Da Inscrição e Averbação da Cédula do Crédito Industrial

Art. 29. A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição. Antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.

Art. 30. De acordo com a natureza da garantia constituída, a cédula de crédito industrial inscreve-se no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição do local de situação dos bens objeto do penhor cedular, da alienação fiduciária, ou em que esteja localizado o imóvel hipotecado.

Art. 31. A inscrição far-se-á na ordem de apresentação da cédula, em livro próprio denominado "Registro de Cédula de Crédito Industrial", observado o disposto nos artigos 183, 188, 190 e 202, do Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939.

§ 1º Os livros destinados à inscrição da cédula de crédito industrial serão numerados em série crescente a começar de 1 (um) e cada livro conterá termos de abertura e de encerramento, assinados pelo Juiz de Direito da Comarca, que rubricará todas as folhas.

§ 2º As formalidades a que se refere o parágrafo anterior precederão a utilização do livro.

§ 3º Em cada Cartório haverá, em uso, apenas um livro "Registro de Cédula de Crédito Industrial", utilizando-se o de número subsequente depois de findo o anterior.

Art. 32. A inscrição consistirá na anotação dos seguintes requisitos cedulares:

- a) Data e forma do pagamento.
- b) Nome do emitente, do financiador e, quando houver, do terceiro prestante da garantia real e do endossatário.
- c) Valor do crédito deferido e forma de sua utilização.

- d) Praça do pagamento.
e) Data e lugar da emissão.

§ 1º Para a inscrição, o apresentante do título oferecerá, com o original da cédula, cópia em impresso idêntico, com a declaração "Via não negociável", em linhas paralelas transversais.

§ 2º O Cartório conferirá a exatidão da cópia, autenticando-a.

§ 3º Cada grupo de 200 (duzentas) cópias será encadernado na ordem cronológica de seu arquivamento, em livro que o Cartório apresentara no prazo de quinze dias depois de completado o grupo, ao Juiz de Direito da Comarca, para abri-lo e encerrá-lo, rubricando as respectivas folhas numeradas em série crescente a começar de 1 (um).

§ 4º Nos casos do § 5º do art. 14 deste Decreto-lei, a via da cédula destinada ao Cartório será anexada cópia dos títulos de domínio, salvo se os imóveis hipotecados se acharem registrados no mesmo Cartório.

Art. 33. Ao efetuar a inscrição ou qualquer averbação, o Oficial do Registro de Imóveis mencionará, no respectivo ato, a existência de qualquer documento anexo à cédula e nele aporá sua rubrica, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 34. O Cartório anotará a inscrição, com indicação do número de ordem, livro e folhas, bem como o valor dos emolumentos cobrados, no verso da cédula, além de mencionar, se for o caso, os anexos apresentados.

§ 1º Pela inscrição da cédula, serão cobrados do interessado, em todo o território nacional, os seguintes emolumentos, calculados sobre o valor do crédito deferido:

- a) até NCr\$ 200,00 — 0,1%
- b) de NCr\$ 200,01 a NCr\$ 500,00 — 0,2%
- c) de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 1.000,00 — 0,3%
- d) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 1.500,00 — 0,4%
- e) acima de NCr\$ 1.500,00 — 0,5% — até o máximo de 1/4 (um quarto) do salário-mínimo da região.

§ 2º Cinquenta por cento (50%) dos emolumentos referidos no parágrafo anterior caberão ao oficial do Registro de Imóveis e os restantes cinquenta por cento (50%) serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., a crédito do Tesouro Nacional.

Art. 35. O oficial recusará efetuar a inscrição, se já houver registro anterior no grau de prioridade declarado no texto da cédula, ou se os bens já houverem sido objeto de alienação fiduciária, considerando-se nulo o ato que infringir este dispositivo.

Art. 36. Para os fins previstos no art. 29 deste Decreto-lei averbar-se-ão, à margem da inscrição da cédula, os endossos posteriores à inscrição, as menções adicionais, aditivos e qualquer outro ato que promova alteração na garantia ou nas condições pactuadas.

§ 1º Dispensa-se a averbação dos pagamentos parciais e do endosso das instituições financiadoras em operações de redesconto ou caução.

§ 2º Os emolumentos devidos pelos atos referidos neste artigo serão calculados na base de 10% (dez por cento) sobre os valores da tabela constante do parágrafo único do artigo 34 deste Decreto-lei, cabendo ao oficial do Registro de Imóveis e ao Juiz de Direito da Comarca as mesmas percentagens estabelecidas naquele dispositivo.

Art. 37. Os emolumentos devidos pela inscrição da cédula ou pela averbação de atos posteriores poderão ser pagos pelo credor, a débito da conta a que se refere o artigo 4º deste Decreto-lei.

Art. 38. As inscrições das cédulas e as averbações posteriores serão efetuadas no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da apresentação do título sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários.

§ 1º A transgressão do disposto neste artigo poderá ser comunicada ao Juiz de Direito da Comarca pelos interessados ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato.

§ 2º Recebida a comunicação, o Juiz instaurará imediatamente inquérito administrativo.

§ 3º Apurada a irregularidade, o oficial pagará multa de valor correspondente aos emolumentos que seriam cobrados, por dia de atraso, aplicada pelo Juiz de Direito da Comarca, devendo a respectiva importância ser recolhida, dentro de 15 (quinze) dias, a estabelecimento bancário que a transferirá ao Banco Central do Brasil, para crédito do Fundo Geral para Agricultura e Indústria — FUNAGRI, criado pelo Decreto nº 56.835, de 3 de setembro de 1965.

Seção II

Do Cancelamento da Inscrição da Cédula de Crédito Industrial

Art. 39. Cancela-se a inscrição mediante a averbação, no livro próprio:

I — da prova da quitação da cédula, lançada no próprio título ou passada em documento em separado com força probante;

II — da ordem judicial competente.

§ 1º No ato da averbação do cancelamento, o serventuário mencionará o nome daquele que pagou, o daquele que recebeu, a data do pagamento e, em se tratando de quitação em separado, as características desse instrumento; no caso de cancelamento por ordem judicial, esta também será mencionada na averbação, pela indicação da data do mandado, Juízo de que procede, nome do Juiz que o subscreveu e demais características ocorrentes.

§ 2º Arquivar-se-ão no Cartório a ordem judicial de cancelamento da inscrição ou uma das vias do documento da quitação da cédula, procedendo-se como se dispõe no § 3º do artigo 32 deste Decreto-lei.

Seção III

Da Correição dos Livros de Inscrição da Cédula de Crédito Industrial

Art. 40. O Juiz de Direito da Comarca procederá à correição no livro "Registro de Cédula de Crédito Industrial" uma vez por semestre, no mínimo.

CAPÍTULO VI

Da Ação para Cobrança da Cédula de Crédito Industrial

Art. 41. Independentemente da inscrição de que trata o art. 30 deste Decreto-lei, o processo judicial para cobrança da cédula de crédito industrial seguirá o procedimento seguinte:

1º) Despachada a petição, serão os réus, sem que haja preparo ou expedição de mandado, citados pela simples entrega de outra via do requerimento, para, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, pagar a dívida;

2º) não depositado, naquele prazo, o montante do débito, proceder-se-á à penhora ou ao sequestro dos bens constitutivos da garantia ou, em se tratando de nota de crédito industrial, à daqueles enumerados no art. 1.563 do Código Civil (artigo 17 deste Decreto-lei);

3º) no que não colidirem com este Decreto-lei, observar-se-ão, quanto à penhora, as disposições do Capítulo III, Título III, do Livro VIII, do Código de Processo Civil;

4º) feita a penhora, terão os réus, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, prazo para impugnar o pedido;

5º) findo o termo referido no item anterior, o Juiz, impugnado ou não o pedido, procederá a uma instrução sumária, facultando às partes a produção de provas, decidindo em seguida;

6º) a decisão será proferida dentro de 30 (trinta) dias, a contar da efetivação da penhora;

7º) não terão efeito suspensivo os recursos interpostos das decisões proferidas na ação de cobrança a que se refere este artigo;

8º) o fóro competente será o da praça do pagamento da cédula de crédito industrial.

CAPÍTULO VI.

Disposições Especiais

Art. 42. A concessão dos financiamentos previstos neste Decreto-lei, bem como a constituição de suas garantias, pelas instituições de crédito, públicas e privadas, independe da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais, da previdência social, ou de declaração de bens e certidão negativa de multas.

Parágrafo único. O ajuizamento da dívida fiscal ou previdenciária impedirá a concessão do financiamento industrial, desde que sua comunicação pela repartição competente às instituições de crédito seja por estas recebida antes da emissão da cédula, exceto se as garantias oferecidas assegurarem a solvabilidade do crédito em litígio e da operação proposta pelo interessado.

Art. 43. Pratica crime de estelionato e fica sujeito às penas do art. 171 do Código Penal aquele que fizer declarações falsas ou inexatas acerca de bens oferecidos em garantia de cé-

dula de crédito industrial, inclusive omitir declaração de já estarem eles sujeitos a outros ônus ou responsabilidade de qualquer espécie, até mesmo de natureza fiscal.

Art. 44. Quando, do penhor cedular, fizer parte matéria-prima, o emitente se obriga a manter em estoque, na vigência da cédula, uma quantidade desses mesmos bens ou dos produtos resultantes de sua transformação suficiente para a cobertura do saldo devido por ela garantido.

Art. 45. A transformação da matéria-prima oferecida em penhor cedular não extingue o vínculo real, que se transfere para os produtos e subprodutos.

Parágrafo único. O penhor dos bens resultantes da transformação industrial poderá ser substituído pelos títulos de crédito representativos da comercialização daqueles produtos, a critério do credor, mediante endosso pleno.

Art. 46. O penhor cedular de máquinas e aparelhos utilizados na indústria tem preferência sobre o penhor legal do locador do imóvel de sua situação.

Parágrafo único. Para a constituição da garantia cedular a que se refere este artigo, dispensa-se o consentimento do locador.

Art. 47. Dentro do prazo estabelecido para utilização do crédito, poderá ser admitida a reutilização pelo devedor, para novas aplicações, das parcelas entregues para amortização do débito.

Art. 48. Quando, do penhor ou da alienação fiduciária, fizerem parte veículos automotores, embarcações ou aeronaves, o gravame será anotado nos assentamentos próprios da repartição competente para expedição de licença ou registro dos veículos.

Art. 49. Os bens onerados poderão ser objeto de nova garantia cedular e a simples inscrição da respectiva cédula equivalerá à averbada à margem da anterior, do vínculo constituído em g ou subsequente.

Art. 50. Em caso de mais de um financiamento sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens onerados, poderá estender-se aos financiamentos subsequentes o vínculo originariamente constituído me-

diante referência à extensão nas cédulas posteriores, reputando-se uma só garantia com cédulas industriais distintas.

§ 1º A extensão será averbada à margem da inscrição anterior e não impede que sejam vinculados outros bens à garantia.

§ 2º Havendo vinculação de novos bens, além da averbação, estará a cédula sujeita à inscrição no Cartório do Registro de Imóveis.

§ 3º Não será possível a extensão se tiver havido endosso ou se os bens já houverem sido objeto de novo ônus em favor de terceiros.

Art. 51. A venda dos bens vinculados à cédula de crédito industrial depende de prévia anuência do credor, por escrito.

Art. 52. Aplicam-se à cédula de crédito industrial e à nota de crédito industrial, no que forem cabíveis, as normas do direito cambial, dispensado porém, o protesto para garantir direito de regresso contra endossantes e avalistas.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 53. Dentro do prazo da cédula, o credor, se assim o entender, poderá autorizar o emitente a dispor de parte ou de todos os bens da garantia, na forma e condições que convencionarem.

Art. 54. Os bens dados em garantia assegurarão o pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais, com as preferências estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 55. Se baixar no mercado o valor dos bens onerados ou se se verificar qualquer ocorrência que determine sua diminuição ou depreciação, o emitente reforçará a garantia dentro do prazo de quinze dias da notificação que o credor lhe fizer, por carta enviada pelo Correio, ou pelo Oficial do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca.

Art. 56. Se os bens oferecidos em garantia de cédula de crédito industrial pertencerem a terceiros, estes subscreverão também o título, para que se constitua o vínculo.

Art. 57. Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dividas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real, cumprindo a qualquer deles denunciar a existência da cédula as autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

Art. 58. Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito industrial responderá ainda pela multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança ou de habilitação do crédito.

Art. 59. No caso de execução judicial, os bens adquiridos ou pagos com o crédito concedido pela cédula de crédito industrial responderão primeiramente pela satisfação do título, não podendo ser vinculados ao pagamento de dividas privilegiadas, enquanto não fôr liquidada a cédula.

Art. 60. O emitente da cédula manterá em dia o pagamento dos tributos e encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de sua responsabilidade, inclusive a remuneração dos empregados, exibindo ao credor os respectivos comprovantes sempre que lhe forem exigidos.

Art. 61. A cédula de crédito industrial e a nota de crédito industrial poderão ser descontadas em condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 62. Da cédula de crédito industrial poderão constar outras condições da dívida ou obrigações do emitente, desde que não contrariem o disposto neste Decreto-lei e a natureza do título.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional, observadas as condições do mercado de crédito, poderá fixar prazos de vencimento dos títulos de crédito industrial, bem como determinar a inclusão de denominações que caracterizem a destinação dos bens e as condições da operação.

Art. 63. Os bens apenhadados poderão, se convier ao credor, ser entregues à guarda de terceiro fiel-depositário, que se sujeitará às obrigações e

às responsabilidades legais e cadastrais.

§ 1º Os direitos e as obrigações do terceiro fiel-depositário, inclusive a imissão, na posse, do imóvel da situação dos bens apenhadados, independem da lavratura de contrato de comodato e de prévio consentimento do locador, perdurando enquanto subsistir a dívida.

§ 2º Todas as despesas de guarda e conservação dos bens confiados ao terceiro fiel-depositário correrão, exclusivamente, por conta do devedor.

§ 3º Nenhuma responsabilidade terão credor e terceiro fiel-depositário pelos dispêndios que se tornarem precisos ou aconselháveis para a boa conservação do imóvel e dos bens apenhadados.

§ 4º O devedor é obrigado a providenciar tudo o que fôr reclamado pelo credor para a pronta execução dos reparos ou obras de que, porventura, necessitar o imóvel, ou que fôrem exigidos para a perfeita armazenagem dos bens apenhadados.

Art. 64. Serão segurados, até final resgate da cédula, os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguros obrigatórios.

Art. 65. A cédula de crédito industrial e a nota de crédito industrial obedecerão aos modelos anexos, os quais poderão ser padronizados e alterados pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto no artigo 62 deste Decreto-lei.

Art. 66. Este Decreto-lei entrará em vigor 90 (noventa) dias depois de publicado, revogando-se os Decretos-leis ns. 265, de 28 de fevereiro de 1967, 320, de 29 de março de 1967 e 331, de 21 de setembro de 1967 na parte referente à cédula Industrial Pignoratícia, 1.271, de 16 de maio de 1939, 1.697, de 23 de outubro de 1939, 2.064, de 7 de março de 1940, 3.169, de 2 de abril de 1941, 4.191, de 18 de março de 1942, 4.312, de 20 de maio de 1942 e Leis ns. 2.931, de 27 de outubro 1956, e 3.408, de 16 de junho de 1958, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Antonio Delfim Netto
Edmundo de Macedo Soares

NOTA DE CRÉDITO INDUSTRIAL

Nº Vencimento em de de 19....
NCRs

A de de 19 pagar
por esta nota de crédito industrial a
..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor do crédito deferido para aplicação na forma
do orçamento anexo e que será utilizado do seguinte modo:

Os juros são devidos à taxa de ao ano
exigíveis em trinta (30) de junho, trinta e um (31) de dezembro no
vencimento e na liquidação da cédula

sendo de
a comissão de fiscalização, exigível juntamente com os juros

O pagamento será efetuado na praça de

CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL

Nº Vencimento em de de 19....
NCRs

A de de 19 pagar
por esta cédula de crédito industrial a
..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor do crédito deferido para aplicação na forma
do orçamento anexo e que será utilizado do seguinte modo:

Os juros são devidos à taxa de ao ano
exigíveis em trinta (30) de junho, trinta e um (31) de dezembro, no ven-
cimento e na liquidação da cédula

sendo de
a comissão de fiscalização exigível juntamente com os juros

O pagamento será efetuado na praça de

Os bens vinculados, obrigatoriamente segurados, são os seguintes:

DECRETO-LEI Nº 414 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Altera a redação do artigo 163 do Decreto-lei nº 37, de 13 de novembro de 1966, e a do § 1º do artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, constitui o Fundo Federal do Desenvolvimento Ferroviário, e as outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica elevada para 25% (vinte e cinco por cento) a percentagem da arrecadação do imposto de importação de que trata o artigo 163 do Decreto-lei nº 37, de 13 de novembro de 1966.

Art. 2º Entre os beneficiários da arrecadação de que trata o § 1º do artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, com a alteração estabelecida no artigo 1º deste Decreto-lei, fica incluído o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário, na proporção de 20% sobre os resultados da arrecadação referida, sendo reajustados os percentuais dos demais beneficiários a fim de ser mantida a respectiva participação nos referidos recursos.

Art. 3º O item I do artigo 1º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — 8% (oito por cento) para aumento de capital social da Rede Ferroviária Federal S. A., vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes".

Parágrafo único. Fica revogado o artigo 4º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967.

Art. 4º O Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário, constituído pelas receitas de que tratam os artigos 2º e 3º deste Decreto-lei, destina-se a suprir a Rede Ferroviária Federal S.A. de recursos para desenvolvimento do plano de recuperação e modernização das Estradas integrantes de seu sistema ferroviário, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 415 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre o Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, e com fundamento no § 3º do artigo 65 da Constituição, decreta:

Art. 1º A Taxa de Melhoramentos dos Portos de que trata o artigo 4º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, continua a ter a vinculação seguinte, vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes:

a) 60% (sessenta por cento) do produto de sua arrecadação como estabelece o artigo 2º e alínea v do artigo 4º da mesma Lei nº 3.421 de 10 de julho de 1958 e artigo 2º do Decreto nº 60, de 19 de outubro de 1961;

b) 40% (quarenta por cento) do produto de sua arrecadação, conforme o disposto na alínea a do artigo 4º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958 e artigo 3º do Decreto nº 60, de 19 de outubro de 1961.

Art. 2º A alínea "a" do artigo 3º da Lei nº 3.421 de 10 de julho de 1958 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º, alínea a: 2% (dois por cento) quando importada do exterior".

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 416 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Acréscima disposto ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham exercer sua profissão no Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Ficam acrescentados os seguintes dispositivos ao artigo 13 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966:

“Art. 13

h) cientistas e técnicos, pesquisadores e quaisquer outros especialistas brasileiros e estrangeiros, radicados no exterior que transfiram seu domicílio para o Brasil e que, a juízo do Conselho Nacional de Pesquisas, possam trazer contribuição efetiva ao desenvolvimento do País.

.....
§ 5º. A isenção de que trata a alínea h só será concedida se o interessado comprometer-se, perante o Conselho Nacional de Pesquisas, a exercer sua profissão no Brasil durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado da data da assinatura de compromisso formal”.

Art. 2º. O parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto-Lei nº 366 de 19 de dezembro de 1968 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º. Aos atuais despachantes aduaneiros é facultado o exercício ou participação em qualquer atividade relacionada com a livre iniciativa”.

Art. 3º. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delím Netto

DECRETO-LEI Nº 417 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É passível de expulsão, por decreto do Presidente da República o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento torne nocivo ou perigoso a conveniência ou aos interesses nacionais.

Parágrafo único. É, também, passível de expulsão o estrangeiro que:

I — praticar fraude, a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;

II — havendo entrado no território brasileiro com infração à lei, dele não se retirar, no prazo que lhe for assinado para fazê-lo, não sendo possível a deportação;

III — entregar-se à vadiagem e a mendicância;

IV — desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

Art. 2º. Em se tratando de procedimento contra a segurança nacional, a ordem política e social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão far-se-á mediante investigação sumária, que não poderá ceder o prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. Dispensar-se-á a investigação sumária quando o estrangeiro houver prestado depoimento em inquérito policial ou inquérito policial militar ou administrativo, no qual se apure haja ele se tornado passível de expulsão.

Art. 3º. Não será expulso o estrangeiro que tenha cônjuge ou filho brasileiro, dependente de economia paterna.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao estrangeiro desquitado que, não tendo filho brasileiro dependente da economia paterna, não haja sido condenado ao pagamento de alimentos ao cônjuge brasileiro.

Art. 4º A expulsão poderá efetivar-se, a juízo do Presidente da República, antes de concluído o inquérito policial, policial militar ou a ação penal a que esteja respondendo o estrangeiro e, na hipótese de condenação, durante o cumprimento da pena.

Art. 5º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969:
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

**DECRETO-LEI Nº 418 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969**

Altera o Decreto-lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As organizações que, autorizadas nos termos do Decreto-lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945, não observarem o plano de sorteio ou concurso aprovado, ou desvirtuarem a finalidade das operações, serão aplicadas, cumulativamente, as seguintes penalidades:

I — cassação da autorização e da Carta-Patente;

II — perda dos bens em sorteio ou concurso se estes ainda não tiverem sido entregues;

III — multa de 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, não inferior ao valor dos prêmios prometidos, se os mesmos já tiverem sido entregues ou não forem encontrados;

IV — proibição de realizar nova promoção de sorteio ou concurso pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º O lançamento ou a realização de qualquer tipo de sorteio ou concurso não previsto em lei, ainda que restrito aos associados de entidades públicas ou privadas, ou de outros previstos em lei específica não regularmente autorizados, sujeitam o responsável, pessoa física ou jurídica, às seguintes penalidades:

I — perda dos prêmios objeto da promoção, inclusive aparelhos de ex-

tração, encontrados em poder do contraventor;

II — multa de 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, não inferior ao valor dos prêmios prometidos, se estes já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 3º As sanções de natureza administrativas estabelecidas neste Decreto-lei não excluem a responsabilidade penal pela prática de loterias proibidas, de atos lesivos à economia popular e de outros ilícitos.

Art. 4º As autorizações de realização de qualquer tipo de sorteio ou concurso com distribuição de prêmios concedidas por outro órgão que não o Ministério da Fazenda são nulas, de pleno direito, sujeitando-se o realizador da promoção às sanções previstas no artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º As transgressões penais, de que tiverem conhecimento os agentes fiscalizadores do Ministério da Fazenda, deverão ser comunicadas às autoridades policiais competentes.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não condiciona nem limita a iniciativa das autoridades policiais que deverão exercer a repressão ao ilícito penal, independentemente de denúncia ou representação, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 6º As infrações de natureza administrativa serão apuradas mediante processo fiscal, ao qual se aplicarão as normas pertinentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, inclusive quanto aos direitos e vantagens dos denunciante e dos autores do procedimento fiscal.

Art. 7º Dentro do prazo de 60 (sesenta) dias a contar deste Decreto-lei deverão estar definitivamente encerradas todas as promoções de sorteios regularmente autorizadas, ficando sujeitas às penalidades do artigo 2º as entidades ou pessoas físicas que efetuarem sorteios após este prazo.

Parágrafo único. Excluem-se do prazo limite deste artigo as promoções que houverem sido autorizadas com fundamento no Decreto-lei 64, de 21 de novembro de 1966 e no Decreto-lei 7.930, de 3 de setembro de 1945.

Art. 8º Fica revogado o Decreto-lei nº 64, de 21 de novembro de 1966.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 419 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre as unidades do Colégio Pedro II e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

“O Colégio Pedro II terá como sede e foro a cidade do Rio de Janeiro e é constituído de duas unidades:

1 — Externato Bernardo de Vasconcelos;

2 — Externato Frei de Guadalupe”.

Art. 2º Ao atual externato do Colégio Pedro II, que passará a denominar-se Externato Bernardo de Vasconcelos, ficarão subordinadas as Seções Sul e Tijuca.

Art. 3º Ao atual internato do Colégio Pedro II, que passará a denominar-se Externato Frei de Guadalupe, será subordinada a Seção Norte.

Art. 4º Nos Externatos Bernardo de Vasconcelos e Frei de Guadalupe será ministrado curso de ciclo colegial; e nas Seções, o ensino do ciclo ginásial.

§ 1º Poderão, excepcionalmente, continuar nas Seções os alunos que, em 1969, cursarem a 2ª ou 3ª séries do ciclo colegial até a conclusão normal do curso, não lhes sendo assegurada essa prerrogativa no caso de reprovação.

§ 2º Os atuais alunos promovidos às 2ª e 4ª séries do ciclo ginásial das unidades poderão, em caráter excep-

cional, nelas continuar até conclusão normal do curso, não lhes sendo assegurada essa prerrogativa no caso de reprovação.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI 420 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1969

Provê sobre a retificação da Lei nº 4.255, de 9 de setembro de 1963.

O Presidente da República usando dos poderes que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O Parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 4.255, de 9 de setembro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. Se o terreno estiver integrado no patrimônio de sociedade de economia mista de que a União faça parte, a ela será extensivo o disposto neste artigo”.

Art. 2º. O prazo de que trata o art. 3º da mesma lei, passará a fluir da data da promulgação do presente Decreto-lei.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor a data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 421 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1969

Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Ambulatório de Figueira à Prefeitura Municipal de Curitiba, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica a Comissão do Plano do Carvão Nacional autorizada a doar o Ambulatório de Figueira à Prefeitura Municipal de Curiúva, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A doação a que se refere este artigo será feita através de convênio a ser celebrado entre a Comissão do Plano do Carvão Nacional e a Prefeitura Municipal de Curiúva.

Art. 2º O convênio disporá sobre a transferência para o domínio da Prefeitura, do acervo de bens móveis e imóveis, diretamente vinculados ao serviço.

Parágrafo único. O ato de transmissão incluirá os direitos e obrigações concernentes ao serviço ou aos bens nele empregados.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

José da Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 422 — DE 20 DE
JANEIRO DE 1969

Altera dispositivos da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Para efeito do artigo 1º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, consideram-se essenciais as mercadorias ou serviços como tais definidos em ato baixado pelo órgão ou entidade incumbida da execução da mesma Lei Delegada nº 4.

Art. 2º A forma intervencionista da requisição de serviços a que se refere o artigo 2º, item III, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, efetivar-se-á com ou sem a ocupação temporária das dependências da empresa.

Parágrafo único. O pagamento pelos serviços requisitados será efetuado após o término da requisição.

Art. 3º O artigo 7º, e seu parágrafo único, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 7º Os preços dos bens desapropriados, quando objeto de tabelamento, em vigor, serão pagos previamente em moeda corrente e não poderão ser arbitrados em valor superior ao do respectivo tabelamento.

Parágrafo único. Quando o bem desapropriado não for sujeito a prévio tabelamento, os preços serão arbitrados tendo em vista o custo médio nos locais de produção ou de venda”.

Art. 4º O artigo 8º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A imissão na posse dos bens desapropriados será efetivada, liminarmente, antes da citação do réu, no foro da situação dos bens, mediante prévio depósito judicial do respectivo preço, que, na hipótese do parágrafo único do art. 7º, será fixado por perito nomeado pelo juiz.”

Art. 5º O artigo 11 da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, passa conter mais duas alíneas, com a seguinte redação:

“l) adquirir, sob qualquer pretexto, ainda que com a concordância do vendedor mercadoria, produto ou qualquer bem por preço inferior ao mínimo oficial, quando fixado com base no artigo 2º, item IV, desta lei.

m) descumprir ato intervencionista, norma ou condição de comercialização ou industrialização estabelecidas”.

Art. 6º O artigo 12, e seu parágrafo único, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, passam a vigorar com a seguinte redação, desdobrado o aludido parágrafo único em cinco parágrafos:

“Art. 12. Nos casos de infração das alíneas a, b e c do artigo 11 desta lei, poderá ser deter-

minada a interdição do estabelecimento por um prazo de três a noventa dias, cabendo ao órgão ou entidade incumbido da execução desta lei fixar a competência para a prática do ato de interdição.

§ 1º O interditado poderá, sem efeito suspensivo, recorrer da interdição através de petição endereçada ao dirigente máximo do órgão a que estiver subordinado quem determinou a medida.

§ 2º A autoridade competente para apreciar o recurso terá o prazo de quarenta e oito horas para confirmar ou suspender a interdição.

§ 3º Findo o prazo previsto no parágrafo anterior sem que seja apreciado o recurso, considerar-se-á automaticamente suspensa a interdição.

§ 4º O interditado poderá, antes do fechamento das portas do estabelecimento, dele retirar os gêneros perecíveis.

§ 5º Responderão solidariamente pelo pagamento das multas e pelas demais penalidades os proprietários, os administradores, os gerentes, os signatários da fatura, nota ou caderno de venda, ou quem, de direito ou de fato, no estabelecimento, efetuar a venda.

Art. 7º E' da exclusiva competência da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) a fixação de preços máximos de taxas, anuidades de estabelecimentos de ensino, de ingressos em diversões públicas populares, inclusive cinema bem como a aplicação de qualquer outra forma de intervenção prevista no artigo 2º da Lei Delegada nº 4 de 26 de setembro de 1962, com relação a esses serviços.

Art. 8º O inobservância do disposto no presente Decreto-lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, sem prejuízo das sanções penais e da aplicação do disposto no artigo 10 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, no que respeita aos crimes contra a economia popular.

Parágrafo único. As infrações de que tratam as alíneas l e m, acrescidas ao artigo 11 da Lei Delegada nú-

mero 4, de 26 de setembro de 1962, são consideradas, para os fins de aplicação de sanções, de natureza grave.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 423 — DE 21 DE
JANEIRO DE 1969

Da nova redação ao artigo 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 4º, e seus parágrafos, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio (F. N. I.) e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. A Fundação terá sede e fóro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto-lei nº 200-67.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 424 — DE 21 DE
JANEIRO DE 1969

*Dá nova redação a dispositivos da
Consolidação das Leis do Trabalho.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 616 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter a seguinte redação:

"Art. 616.

§ 3º Havendo convenção, acôrdo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos sessenta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a êsse termo."

Art. 2º Ao artigo 867 da Consolidação das Leis do Trabalho fica acrescido o seguinte:

"Parágrafo único. A sentença normativa vigorará:

a) a partir da data de sua publicação, quando ajuizado o dissídio após o prazo do artigo 616, § 3º, ou quando não existir acôrdo, convenção ou sentença normativa em vigor da data do ajuizamento;

b) a partir do dia imediato ao termo final de vigência do acôrdo, convenção ou sentença normativa, quando ajuizado o dissídio no prazo do artigo 616, § 3º."

Art. 3º Ficam revogados os § 3º do artigo 2º da Lei nº 4.903, de 16 de dezembro de 1965, e o parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965.

Art. 4º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 425 — DE 21 DE
JANEIRO DE 1969

*Revoga o Parágrafo único do artigo
4º, da Lei nº 5.550, de 4 de dezembro
de 1968.*

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É revogado o Parágrafo único do artigo 4º, da Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Zootecnista.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 426 — DE 21 DE
JANEIRO DE 1969

*Decreta a intervenção federal na Cruz
Vermelha Brasileira.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É decretada a intervenção federal no Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, até a elaboração dos novos estatutos sociais e a eleição de novos órgãos dirigentes.

Parágrafo único. Os estatutos da Cruz Vermelha Brasileira e as alterações que nêles se fizerem só começarão a vigorar depois de aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 2º O interventor será designado pelo Ministro de Estado da Saúde e terá os mesmos poderes e atribuições que os estatutos sociais conferem à Diretoria.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Leonel Miranda
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurelio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Marcio de Souza e Mello
Affonso de A. Lima

DECRETO-LEI Nº 427 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a tributação do imposto de renda na fonte, registro de letras de câmbio e notas promissórias e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os beneficiários de rendimentos de ações nominativas e de ações ao portador identificados poderão optar pela tributação na fonte, de acordo com o artigo 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Parágrafo único. A opção a que se refere este artigo deverá ser manifestada por escrito, à fonte pagadora, no ato do recebimento dos dividendos ou bonificações.

Art. 2º No prazo de 60 (sessenta) dias, da data da publicação deste Decreto-lei, deverão ser registradas na repartição competente, definido pelo Ministério da Fazenda, todas as notas promissórias e letras de câmbio emitidas até a publicação deste Decreto-lei, sob pena de nulidade desses títulos de crédito.

§ 1º As notas promissórias e letras de câmbio emitidas a partir da data da publicação deste Decreto-lei, deverão, sob a mesma pena de nulidade, ser registradas no prazo de 15 (quinze) dias de sua emissão.

§ 2º As notas promissórias e letras de câmbio que deixarem de ser levadas a registro, nos prazos indicados, não poderão ser protestadas nem

por qualquer forma darão oportunidade à execução da dívida que representarem.

§ 3º Apurada qualquer adulteração dos títulos mencionados, com o propósito de obter-se seu registro, ficará o responsável sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do título, que será cobrada independentemente de outras penalidades cabíveis.

§ 4º As exigências deste artigo não se aplicam:

I — Aos títulos emitidos diretamente em favor do estabelecimento de crédito, e com este negociados, ou sacados em função de contratos específicos de abertura do crédito, celebrados com instituições financeiras;

II — Aos títulos emitidos em garantia do pagamento de legítimas transações de compra e venda de bens e serviços comprováveis pelo registro na contabilidade da empresa interveniente, ou os amparados por contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis, legalmente registrados;

III — Aos títulos juntados, até a data deste Decreto-lei, a processo judicial em andamento;

IV — Aos títulos de valor expresso em moeda estrangeira, representativos de dívida no exterior devidamente registrada no Banco Central do Brasil; e

V — A outras operações que venham a ser definidas pelo Poder Executivo.

Art. 3º Sempre que apurarem infrações de disposições legais, os agentes fiscais lavrarão auto de infração e respectiva notificação fiscal, escritos com clareza, sem entrelinhas, rasuras ou emendas.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os limites para deduções e abatimentos, independentemente de comprovação, por parte dos contribuintes do imposto de renda.

Art. 5º A partir da vigência deste Decreto-lei, os Cartórios de Notas ficam obrigados a comunicar ao Ministério da Fazenda os contratos, escrituras e quaisquer documentos perante eles celebrados que envolvam transações, de qualquer espécie ou natureza, com valor, pagamento ou promessa de pagamento superior a 600 (seiscentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º Nos casos de contrato de mútuo de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, a comunicação será obrigatória quando o valor da transação for superior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2º A comunicação será feita no prazo de 15 (quinze) dias da data da lavratura dos documentos ou contratos em Cartório, mediante formulário próprio e instruções a serem divulgadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 428 -- DE 22 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre operação externa de financiamento do VIII Censo Geral do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a contratar, em nome da União, empréstimo externo no valor de US\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil dólares) com a USAID, para o financiamento das despesas com material e assistência técnica para a realização do VIII Censo Geral do Brasil.

Art. 2º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística poderá aplicar os recursos obtidos com a presente operação, na qualidade de órgão executor do VIII Censo Geral do Brasil.

Art. 3º O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral incluirá no orçamento Plurianual de Investimentos da União e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o triênio 1969-71 todas as parcelas relativas a Receita e Despesa decorrentes de utilização do empréstimo de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 429 -- DE 22 DE
JANEIRO DE 1969

Autoriza o Ministério da Fazenda a regularizar despesas realizadas com base nos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade da União, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a dar baixa nas responsabilidades inscritas até 1967, decorrentes de despesas realizadas sem crédito orçamentário próprio e com apoio nos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade da União, aprovado pelo Decreto nº 4.536, de 26 de janeiro de 1922.

Parágrafo único. A baixa a que se refere este artigo independência de abertura de crédito regularizador de despesa e será registrada no sistema patrimonial.

Art. 2º. A Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, em cumprimento ao artigo anterior, procederá, na contabilidade geral da União, aos lançamentos necessários à baixa das contas de responsabilidades registradas e promoverá a remessa, ao Tribunal de Contas, de cópia autêntica dos lançamentos contábeis efetuados.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 430 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1969

Transfere para a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS as ações pertencentes à União Federal do capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTELFA.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam transferidas para a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS as ações do capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTELFA, pertencentes à União Federal.

Art. 2º Ficam, igualmente, transferidos para a ELETROBRAS, todos os créditos da Comissão do Plano de Carvão Nacional na UTELFA, que não estiverem sujeitos à incidência da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962 e alterações posteriores.

Art. 3º A ELETROBRAS emitirá, em favor da União, ações de seu capital correspondentes aos valores totais resultantes das transferências de ações e créditos de que tratam os artigos anteriores.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 5.380, de 29-1-68 e demais disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 431 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1969

Amplia a representação ministerial no Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A letra "b" do art. 9º — Capítulo III — Título II, da Lei nº

4.533, de 8 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) nove (9) membros, nomeados pelo Presidente da República, como representantes dos Ministérios da Agricultura da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, das Relações Exteriores da Saúde, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior, e do Estado-Maior das Forças Armadas".

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Helio Beltrão
Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 432 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1969

Modifica a Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, que criou o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º O Fundo da Marinha Mercante criado pela Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, será constituído:

a) do produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante arrecadado pelas empresas de navegação estrangeiras e pelos armadores nacionais que operem navios próprios ou afretados nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º, atendido o disposto no parágrafo único do artigo 9º, deste Decreto-lei;

b) dos ingressos de capital, juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação dos recursos do próprio Fundo, ou da execução deste Decreto-lei;

c) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União e de outros suprimentos oficiais;

d) das importâncias resultantes da aplicação prevista no § 1º do artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, combinado com o artigo 163 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

e) dos saldos anuais porventura apurados pela Comissão de Marinha Mercante no desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. Os recursos, a que se refere este artigo, serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., em conta especial, sob a denominação de "Fundo da Marinha Mercante", em nome e à ordem da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 2º Os recursos do Fundo da Marinha Mercante serão aplicados pela Comissão de Marinha Mercante, exclusivamente,

I — Em investimentos:

a) na compra ou construção de embarcações em estaleiros nacionais para as empresas de navegação de propriedade da União;

b) na subscrição de ações de sociedades nacionais de navegação ou construção e/ou reparos navais;

c) na construção de navios para a própria Comissão de Marinha Mercante, obrigatoriamente destinados a posterior arrendamento e venda;

d) em instituições dedicadas a pesquisas e serviços tecnológicos e a formação e complementação de pessoal especializado de interesse para a Marinha Mercante e Indústria Naval.

II — Em financiamentos às empresas nacionais de navegação ou construção e/ou reparação naval, privadas ou estatais, para:

a) construção de embarcações em estaleiros nacionais;

b) aquisição de equipamentos para recuperação de embarcações da Marinha Mercante Nacional.

III — Em empréstimos aos armadores e estaleiros nacionais, mediante as condições e garantias usuais do Sistema Financeiro Nacional.

IV — Em prêmios à construção naval do País, que não ultrapassem os tetos estabelecidos pela Comissão de Marinha Mercante e de acordo com a sistemática e limites estabelecidos pelo Decreto-lei nº 123, de 31 de janeiro de 1967.

V — Até 8% das aplicações do Fundo, no custeio dos serviços da Comissão de Marinha Mercante, que fica autorizada a contratar pessoal e serviços necessários, mediante aprovação do Orçamento da Comissão, pelo Ministro dos Transportes.

§ 1º A Comissão de Marinha Mercante poderá caucionar a receita futura do Fundo da Marinha Mercante, para garantir empréstimos contraídos para realização dos fins enumerados nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 2º A Comissão de Marinha Mercante poderá contrair empréstimos no mercado nacional ou internacional de capitais, obedecendo as recomendações contidas na Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966, para realização dos fins enumerados nos incisos I a IV deste artigo, bem como dar garantia a empréstimos contraídos no Brasil.

Art. 3º Até 30 de novembro de cada ano, a Comissão de Marinha Mercante submeterá à aprovação do Ministro dos Transportes o programa de aplicações dos recursos do Fundo da Marinha Mercante no exercício seguinte.

Parágrafo único. Dependirão de aprovação do Ministro dos Transportes, em cada caso:

a) os investimentos a que se refere o Art. 2º, Inciso I;

b) os financiamentos, empréstimos e garantia a que se refere os Incisos II, III e parágrafo 2º, do Artigo 2º deste Decreto-lei desde que elevem a responsabilidade de um só mutuário ao correspondente a mais de 20.000 (vinte mil) salários mínimos.

Art. 4º Até 31 de março de cada ano, a Comissão de Marinha Mercante prestará contas ao Tribunal de Contas da aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, no exercício anterior, atendidas as normas legais que regem a matéria.

Art. 5º Os financiamentos concedidos pela Comissão de Marinha Mer-

cante serão protegidos pela constituição de hipoteca ou outra garantia de direito real, em favor do credor, e pela cessão do direito ao produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, até o valor da importância mutuada.

Parágrafo único. Os bens constitutivos da garantia serão, até a final liquidação do financiamento, segurados em favor da entidade credora.

Art. 6º O armador de qualquer embarcação que opere em porto nacional cobrará, sob a designação de Taxa de Renovação da Marinha Mercante, criada pela Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, uma taxa adicional ao frete devido, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto do navio, pelo transporte de qualquer carga na

I — saída do porto nacional, no comércio de cabotagem, fluvial ou lacustre;

II — entrada no porto nacional, no comércio com o exterior.

§ 1º O montante da taxa será:

a) nos casos do Inciso I deste artigo, 20 % (vinte por cento) do frete líquido;

b) nos casos do Inciso II deste artigo, 15 % (quinze por cento) do frete líquido.

§ 2º A obrigatoriedade do pagamento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante abrange a carga transportada por toda e qualquer embarcação, salvo quando carregadas por embarcações com menos de 400 (quatrocentos) toneladas de registro ou quando, na importação do exterior, se tratar de mercadorias não sujeitas a despacho.

§ 3º A bagagem, tal como definida na legislação específica, fica isenta do pagamento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante.

§ 4º No caso do Inciso II, sendo o frete devido em moeda estrangeira, será adotada como taxa de conversão em cruzeiros novos, para efeito do cálculo da incidência da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, aquela determinada pelas autoridades monetárias para a transferência, para o Brasil, de fretes auferidos em moeda estrangeira por navios brasileiros.

§ 5º Não havendo cobrança de frete na base da mercadoria transportada, a Taxa de Renovação da Marinha Mercante será calculada sobre o que seria devido, segundo a tarifa estabelecida pela Comissão de Marinha Mercante ou a vigente nas linhas de longo curso.

§ 6º Sobre a mercadoria transportada com destino a outro departamento da mesma empresa ou proprietário com fins de comercialização, a taxa é devida nos termos do parágrafo 5º anterior.

§ 7º O produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante será recolhido pelos armadores ou seus agentes ao Banco do Brasil S.A. ou seus representantes, até 15 (quinze) dias após a saída da embarcação, nos casos de cabotagem, ou de chegada, nos casos de importação.

§ 8º Dentro do prazo referido no parágrafo anterior, os armadores ou seus agentes apresentarão à Delegacia, Subdelegacia ou Agência da Comissão de Marinha Mercante do local, o comprovante do recolhimento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante.

§ 9º Aquêle que receber o produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante será seu fiel depositário até o efetivo recolhimento ao Banco do Brasil S.A. ou a seu representante autorizado, com a responsabilidade civil e criminal decorrente dessa qualidade.

§ 10. O atraso no recolhimento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante autorizará a sua cobrança judicial pela Comissão de Marinha Mercante, em ação executiva, nos moldes do Livro IV — Título I, do Código do Processo Civil, acrescido de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês e da multa de 20 % (vinte por cento) da importância devida.

§ 11. Para os efeitos da cobrança judicial de que trata o parágrafo anterior, considerar-se-á líquida e certa a dívida comprovada pelo manifesto de carga e/ou conhecimento de embarque.

§ 12. No caso de ser o transportador empresa pública ou sociedade de economia mista federal, a Comissão de Marinha Mercante poderá, a seu critério, alterar o local para o recolhimento do produto da Taxa de

Renovação da Marinha Mercante estabelecido neste artigo.

Art. 7º O armador ou seu agente será responsável pela arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, respondendo pelo pagamento da mesma no caso de, ao liberar os conhecimentos de embarque, deixar de executar a cobrança.

Parágrafo único. As Alfândegas e Mesas de Rendas não receberão pedidos de despachos de mercadorias de qualquer natureza, sem que dos mesmos conste o recibo, passado pelo armador ou seu agente, no conhecimento de embarque ou em outro documento, do pagamento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante relativa à mercadoria a ser despachada.

Art. 8º O produto da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante será mantido em depósito pelo Banco do Brasil S.A. e só poderá ser movimentado com autorização da Comissão de Marinha Mercante.

§ 1º Constituirá receita do Fundo da Marinha Mercante o produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante arrecadado: pelas empresas estrangeiras de navegação; pelos armadores nacionais em decorrência da operação de navios estrangeiros afretados, atendido o disposto no artigo 9º deste Decreto-lei; e pelos armadores nacionais, na base de 50% (cinquenta por cento), nos demais casos.

§ 2º Os 50% (cinquenta por cento) restantes do produto arrecadado serão depositados no Banco do Brasil S.A., em conta especial, no mesmo prazo estabelecido no § 7º do artigo 6º deste Decreto-lei, em nome da empresa de navegação nacional, proprietária ou promissária compradora da embarcação, cujo serviço deu lugar à arrecadação.

Art. 9º A empresa de navegação nacional que afretar embarcação de bandeira nacional ou que, devidamente autorizada pela Comissão de Marinha Mercante, para operação de longo curso, afretar embarcação estrangeira em tonelage TDW, até o limite equivalente a dos navios próprios e em construção, recolherá ao Banco do Brasil S.A., na forma do § 2º do artigo 8º deste Decreto-

lei, 50% (cinquenta por cento) do produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, arrecadado pela embarcação afretada.

Parágrafo único. Os 50% (cinquenta por cento) restantes constituirão receita do Fundo da Marinha Mercante, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º deste Decreto-lei.

Art. 10. O direito da empresa de navegação ao produto da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante só poderá ser exercido com autorização da Comissão de Marinha Mercante para aplicação, exclusivamente:

a) na construção de embarcações em estaleiros nacionais, nas condições do Decreto-lei nº 123, de 31 de janeiro de 1967, e até o limite previsto no Decreto-lei nº 244, de 28 de fevereiro de 1967;

b) na compra de embarcações de empresas de navegação nacionais, com um financiamento mínimo de 5 (cinco) anos e até 50% (cinquenta por cento) do seu valor.

§ 1º O direito do proprietário ou do promissário comprador da embarcação ao produto da Taxa fica condicionado à sua efetiva aplicação ou cessão para os fins enumerados neste artigo e no artigo 11 deste Decreto-lei.

§ 2º Quando o Ministério da Marinha fizer exigência de construção naval e de qualidades técnico-operacionais que importem em aumento de custo da embarcação e acréscimo de custo operacional, os mesmos correrão por conta desse Ministério.

Art. 11. O direito ao produto da arrecadação futura da Taxa de Renovação da Marinha Mercante poderá, mediante autorização da Comissão de Marinha Mercante, ser dado em garantia do pagamento do principal de empréstimos contraídos para os fins e dentro de limites estabelecidos pelo artigo 10.

§ 1º A autorização dependerá das condições do empréstimo e da sua aplicação.

§ 2º Cedido o direito à arrecadação futura da Taxa de Renovação da Marinha Mercante para os fins deste artigo, o seu produto ficará vinculado ao pagamento do empréstimo garantido, até final liquidação deste, podendo o Banco do Brasil S.A., das

importâncias recebidas na forma do § 7.º do artigo 6.º deste Decreto-lei, pagar, diretamente ao credor, as parcelas previstas no instrumento de mútuo.

Art. 12. A Comissão de Marinha Mercante só poderá recusar a aplicação do produto da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, ou a cessão do direito à sua arrecadação futura:

a) para os fins do artigo 2º, Inciso II, Alínea a, se as características da embarcação não atenderem aos requisitos mínimos de ordem técnico-econômica, periodicamente estabelecidos pela Comissão de Marinha Mercante, ou se o seu preço não corresponder aos valores correntes do mercado;

b) para os fins do artigo 2º, Inciso II, Alínea b, se não ficar comprovada a rentabilidade da recuperação pretendida com o novo equipamento.

Art. 13. A transferência da propriedade ou a promessa de venda da embarcação a qualquer título, não importa na transferência do saldo arrecadado da Taxa de Renovação da Marinha Mercante.

Art. 14. A constituição da hipoteca sobre embarcação, cujo produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante tenha sido gravado, dependerá de prévia autorização da Comissão de Marinha Mercante, sob pena de nulidade.

Art. 15. A alienação da embarcação, cujo produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante tenha sido gravado, dependerá de prévia autorização da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 16. Os recursos escriturados em nome dos armadores poderão ser movimentados pela Comissão de Marinha Mercante em suas operações, sem prejuízo do direito dos titulares à sua utilização.

Art. 17. O Poder Executivo, ao regulamentar este Decreto-lei, discriminará, as condições de concessão de empréstimo pela Comissão de Marinha Mercante e os critérios gerais para apreciação dos pedidos de aplicação do produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante.

Art. 18. Serão respeitadas as condições de aplicação da Taxa de Re-

novação da Marinha Mercante nos contratos de financiamentos assinados pelos armadores nacionais, com intervenção da Comissão de Marinha Mercante, até a data da entrada em vigor do presente Decreto-lei, inclusive quanto ao direito ao total do produto da arrecadação futura da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, produzido pelas embarcações a que se referem aqueles contratos.

Art. 19. A partir de 31 de dezembro de 1973, todo o produto da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante constituirá receita do Fundo da Marinha Mercante, exceto os casos previstos no artigo 18 deste Decreto-lei.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 433 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1969

Acrescenta parágrafos ao artigo 19 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos ao artigo 19 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

“§ 8º A aplicação do disposto neste artigo não poderá, em qualquer hipótese, representar redução superior a 20% (vinte por cento) do imposto que seria devido sem o abatimento da reserva de manutenção do capital de giro próprio.

§ 9º Não será admitida a constituição da reserva de manutenção do capital de giro próprio, quando o balanço da empresa for encerrado com prejuízo.”

Art. 2º Quando o Conselho Monetário Nacional julgar indispensável, tendo em vista a arrecadação da receita da União e a conjuntura financeira, o Ministro da Fazenda poderá limitar a aplicação do disposto nos artigos 18 e 19 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 3º A ação fiscal direta, externa e permanente, estender-se-á às operações realizadas pelos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, no próprio ano em que se efetuar a fiscalização.

Parágrafo único. Apurada a existência de qualquer operação com ob- ou de valores não incluídos na declaração de bens, o Agente Fiscal lavrará o competente auto de infração e a respectiva notificação fiscal, cobrando-se imediatamente o imposto, calculado em razão das alíquotas vigentes, e a multa de lançamento *ex officio* aplicável à espécie.

Art. 4º Fica acrescentado ao § 2º do artigo 19, o seguinte:

"e) créditos contra terceiros, decorrentes de operações mercantis ou de qualquer outra natureza, com prazos de emissão superior a 120 dias."

Art. 5º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 434 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1969

Altera a Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica acrescentada ao artigo 135, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, a letra "c" com a seguinte redação:

c) Adicional de inatividade.

Art. 2º O adicional de que trata a letra c do art. 135 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, alterada por este Decreto-lei, é calculado mensalmente sobre o respectivo provento e em função do tempo de serviço efetivamente prestado, nas seguintes condições:

a) em 20% (vinte por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 40 (quarenta) anos;

b) em 15% (quinze por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 35 (trinta e cinco) anos;

c) em 10% (dez por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 30 (trinta) anos.

Art. 3º O adicional de que trata o artigo anterior é também devido ao pessoal que já se encontrava na inatividade a 31 de dezembro de 1968, devendo ser calculado sobre o respectivo provento percebido naquela data, com base na legislação então vigente.

Art. 4º O adicional previsto neste Decreto-lei vigora a partir de 1 de janeiro de 1969.

Art. 5º A despesa com a aplicação deste Decreto-lei será atendida com os recursos a que se referem os artigos 10 e 11 da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza Mello

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 435 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1969

Acrescenta, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b" da Constituição, municípios na alínea VII do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam incluídos na alínea VII do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b" da Constituição, os municípios de Canoas, Trajano de Moraes, ~~Tramandaó e Capão da Canoa~~ mandai e Osório todos do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grumewald
Aurêlio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mario David Andreazza
Ivo Arzuva Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Marcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Helio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 436 — DE 27 DE
 JANEIRO DE 1969

Revoga o § 2º do art. 1º da Lei número 5.474, de 18 de julho de 1968, modifica a redação de seus artigos 13, 14, 16, 17 e 20, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 2º do artigo 1º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968; os artigos 13, 14, 16 e 17, da mesma Lei, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A duplicata é protestável por falta de aceite de devolução ou pagamento.

§ 1º Por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, o protesto será tirado, conforme o

caso mediante apresentação da duplicata, da triplicata, ou, ainda, por simples indicações do portador, na falta de devolução do título.

§ 2º O fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou de devolução, não elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.

§ 3º O protesto será tirado na praça de pagamento constante do título.

§ 4º O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas."

"Art. 14. Nos casos de protesto, por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, ou feitos por indicações do portador o instrumento de protesto deverá conter os requisitos enumerados no artigo 29 do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, exceto a transcrição mencionada no inciso II, que será substituída pela reprodução das indicações feitas pelo portador do título".

"Art. 16. Será processada pela forma ordinária a ação do credor contra o devedor por duplicata ou triplicata não aceita e não protestada, e pelas protestadas por simples indicações do portador do título, sem apresentação de qualquer documento comprobatório da remessa ou da entrega da mercadoria, bem como a ação para ilidir as razões invocadas pelo devedor para o não aceite do título nos casos previstos no artigo 8º."

"Art. 17. O fóro competente para a ação de cobrança da duplicata ou da triplicata é a praça de pagamento constante do título, ou outra de domicílio do comprador e, no caso de ação regressiva, a dos sacadores, dos endossantes e respectivos avalistas".

Art. 2º O artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação acrescidos os §§ 12 e 13:

"Art. 15. Será processada pela forma executiva a ação do credor

por duplicata ou triplicata, aceita pelo devedor, protestada ou não, e por duplicata ou triplicata não aceita e protestada, desde que esteja acompanhada de qualquer documento comprobatório da remessa ou da entrega da mercadoria.

§ 12. A ação do portador contra o sacador, os endossantes e respectivos avalistas obedecerá sempre o rito executivo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto.

§ 13. Será também processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que o protesto seja tirado mediante indicações do credor ou do apresentante do título, acompanhado de qualquer documento comprobatório da remessa ou da entrega da mercadoria, observados os requisitos enumerados no art. 14º.

Art. 3º Fica acrescido ao artigo 20 o § 3º com a seguinte redação:

"Art. 20

§ 3º Aplicam-se à fatura e à duplicata ou triplicata de prestação de serviços, com as adaptações cabíveis, as disposições referentes à fatura e à duplicata ou triplicata de venda mercantil, constituindo documento hábil para transcrição do instrumento de protesto, qualquer documento que comprove a efetiva prestação dos serviços e o vínculo contratual que a autorizou."

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

**DECRETO-LEI Nº 437 — DE 27 DE
JANEIRO DE 1969**

Altera disposições do Decreto-lei número 82 de 26 de dezembro de 1966, que institui o Sistema Tributário do Distrito Federal.

da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 1º, do artigo 52, do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. A importância a recolher será a resultante do cálculo do imposto, correspondente a cada mês, deduzida:

I — Do valor do imposto relativo às mercadorias recebidas no mesmo período para comercialização;

II — Do valor do imposto relativo a matérias-primas, produtos intermediários e embalagens, recebidos no mesmo período, para emprego no processo de produção ou industrialização".

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

**DECRETO-LEI Nº 438 — DE 27 DE
JANEIRO DE 1969**

Altera dispositivo da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confiere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O artigo 18 da Lei número 4.545, de 10 de dezembro de 1964,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Para efeito do exercício da supervisão e do controle de que trata o § 1º do artigo 3º, cada um dos órgãos a que se refere o inciso II do mesmo artigo será, por decreto do Prefeito, vinculado à Secretaria interessada em sua principal atividade".

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 439 — DE 27 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a subscrição, pela União, das ações necessárias ao aumento de capital da Companhia Eletromecânica — CELMA.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968 e, considerando a necessidade de equilibrar, e propiciar o desenvolvimento da Companhia Eletromecânica — CELMA, integrando-a definitivamente na infra-estrutura do sistema aeronáutico do país, a bem do interesse público e da segurança nacional, decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a subscrever as ações necessárias ao aumento do capital social da Companhia Eletromecânica — CELMA — com sede na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, até o limite de NCr\$ 1.090.000,00 (hum milhão e noventa mil cruzeiros novos).

Art. 2º A despesa decorrente do presente decreto-lei será atendida com os recursos financeiros próprios, mediante compensação, com a quitação dos adiantamentos feitos à empresa em igual valor, pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 3º O Ministério da Fazenda fica autorizado a praticar todos os

atos necessários à plena observância do disposto neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Marcio de Souza e Mello
Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 439-A — DE 27 DE
JANEIRO DE 1969

Autoriza a transferência de imóveis da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) para o Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), a transferir para o Ministério da Aeronáutica os lotes 2 e 3 da Quadra 66-A, com duas casas em construção; da Quadra 67-B, com três casas em construção; da Quadra 67, com doze casas em construção; da Quadra 66; da Quadra 71 onde se acham instalados os auxílios a Proteção ao Voo e das duas casas geminadas e respectivos lotes 5 e 6 da Quadra 65-A, tudo constante do Plano de Urbanização da Cidade de Aragarças, elaborado pela extinta Fundação Brasil Central, plantas em poder daquela Superintendência.

Art. 2º Os imóveis acima citados, passarão à propriedade da SUDECO por força do que dispõe o artigo 11 da Lei nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967, como acervo remanescente da extinta Fundação Brasil Central.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 440 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1969

Altera a composição do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O artigo 142 e seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967, passam a ter a redação seguinte:

“Art. 142. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, ao qual compete o julgamento dos recursos previstos neste Código, será composto de sete membros.

Parágrafo único. O Ministro da Indústria e do Comércio designará para presidir o Conselho um dos seus membros, o qual será substituído, em suas faltas ou impedimentos temporários, pelo Conselheiro mais antigo, ou o mais idoso, em caso de empate”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 441 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1969

Altera e revoga dispositivos da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, modificada pela Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O item II do artigo 16 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II — Por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber

jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Supremo Tribunal Federal em listas triplices, destas não podendo constar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público”.

Art. 2º Ficam revogados o § 1º do artigo 16 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966, assim como o § 2º do artigo 16, e os §§ 6º e 7º do artigo 25, todos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Art. 3º Os §§ 3º e 4º do art. 16, e os §§ 8º e 9º do artigo 25, da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, passam a constituir respectivamente, os §§ 1º e 2º do artigo 16, e 6º e 7º do artigo 25, da mesma Lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 442 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre o número máximo de sessões ordinárias do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 36 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, não se aplica ao Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas, que, por ato do Presidente da República, poderá ter o número de suas sessões mensais remuneradas elevado até o máximo de oito (8).

Parágrafo único. O jeton de presença dos Membros do Conselho Deliberativo de que trata este artigo não será, em qualquer hipótese, superior a 40% (quarenta por cento) da importância fixada, por lei, para o nível

1 da escala de vencimentos dos servidores públicos civis do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 443 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1969

Acrescenta parágrafos ao art. 42 da Lei Orgânica da Previdência Social.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 42 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, é acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º Mediante prova hábil do desaparecimento de segurado em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes, farão jus à pensão provisória, dispensados a declaração e o prazo exigidos no artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 444 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1969

Reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São majorados em 20 % (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1969, os símbolos e valores de retribuição dos servidores, inclusive inativos, das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Superior do Trabalho, bem como dos serviços auxiliares dos demais órgãos da Justiça Militar da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal de Primeira Instância e da Justiça dos Territórios.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 13,80 (treze cruzeiros novos e oitenta centavos) mensais por dependente.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto-lei serão atendidas com os recursos previstos no artigo 11 da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 445 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1969

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) prêmios literários nacionais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no

Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) prêmios literários nacionais, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Os prêmios literários nacionais para obras publicadas, em número de seis, terão as seguintes denominações:

- 1 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de romance.
- 2 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de poesia.
- 3 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de conto e novela.
- 4 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de estudos brasileiros.
- 5 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de história do Brasil.
- 6 — Prêmio Instituto Nacional do Livro, de ensaio literário e lingüística.

Art. 3º Os prêmios literários nacionais para obras inéditas, em número de três, destinar-se-ão aos gêneros ficção, poesia e ensaio literário e terão as seguintes denominações:

- 1 — Prêmio Jorge de Lima, de poesia.
- 2 — Prêmio José Lins do Rêgo, de ficção (romance, conto e novela).
- 3 — Prêmio Mário de Andrade, de ensaio literário.

Parágrafo único. Os prêmios mencionados neste artigo serão concedidos anualmente.

Art. 4º Os prêmios nacionais para obras publicadas, nos gêneros romance, poesia e estudos brasileiros, serão concedidos nos anos ímpares; e os de conto e novela, história do Brasil e de ensaio e lingüística, nos anos pares".

Art. 2º Revogados o artigo 5º da Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, e as demais disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 3 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 446 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1969

Modifica a redação dos artigos 4º e 9º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, que criou a Comissão Geral de Investigações.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 4º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Durante a investigação, ou após ela, será dada ao indiciado oportunidade de defesa, por escrito, em prazo não excedente de oito dias.

§ 1º A notificação do indiciado far-se-á por intermédio do Departamento de Polícia Federal.

§ 2º Se o indiciado estiver em local incerto ou não sabido, no Brasil ou no estrangeiro, a notificação será feita mediante edital, publicado duas vezes no *Diário Oficial*, com o prazo de dez dias. Se, todavia, encontrar-se o indiciado, no estrangeiro, mas em lugar certo, far-se-á a citação mediante telegrama.

§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, o prazo para a apresentação da defesa começará a ser contado do dia subsequente àquele em que terminar o decêndio

§ 4º Esgotado o prazo, sem que o indiciado apresente defesa, ser-lhe-á nomeado defensor para apresentá-la no prazo de cinco dias".

Art. 2º Ao art. 9º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, são acrescidos os §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

"Art. 9º

§ 1º A prova de que trata este artigo será feita perante a Comissão Geral de Investigações.

§ 2º A Comissão Geral de Investigações emitirá parecer conclusivo sobre a prova apresentada e

o submeterá ao Presidente da República, que decidirá, revogando, ou não o decreto de confisco”.

Art. 3º O exercício da função de membro da Comissão Geral de Investigações, de Subcomissões por ela instituídas, assim como o de atribuições por ela delegadas, será considerado, para todos os efeitos legais, serviço relevante.

Art. 4º Gozará de franquia postal, inclusive aérea, a correspondência expedida pela Comissão Geral de Investigações, pelas Subcomissões por ela instituídas ou pelas pessoas que exercerem atribuições por ela delegadas.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald*

*Aurelio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Marcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Antônio Dias Leite Júnior
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas*

DECRETO-LEI Nº 447 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1969

Prorroga, até 31 de dezembro de 1970, o prazo estabelecido no artigo 6º da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1970, o prazo estabelecido no artigo 6º da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 448 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação de penalidades às instituições financeiras, às sociedades e empresas integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários e aos seus agentes autônomos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O descumprimento de normas legais ou regulamentares pelas instituições financeiras, sociedades e empresas integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários, ou pelos seus agentes autônomos, contribuindo para gerar indisciplina ou para afetar a normalidade do mercado financeiro e de capitais, será por decisão do Banco Central do Brasil, considerada tanta grave e por ele punido com a inabilidade temporária ou permanente aos administradores ou responsáveis, independentemente da aplicação da pena de advertência e outras, capituladas nas Leis números 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 4.728 de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. A aplicação do disposto neste artigo não exime os responsáveis de outras penas previstas na legislação em vigor.

Art. 2º A reincidência em falta grave punida na forma do artigo anterior, sujeita a pessoa física ou a empresa infratora a processo sumário de cassação do registro ou da carta-patente, e consequente liquidação extrajudicial, no caso de instituição financeira, independentemente da observância do que dispõe o § 9º do artigo 44 da Lei nº 4.595 de 31 de de-

zembro de 1964, e c § 1º do artigo 4º da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 3º Das decisões do Banco Central do Brasil, relativas às penalidades previstas nos artigos 1º e 2º, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, ao Conselho Monetário Nacional, a contar do recebimento da notificação.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 449 — DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1969

Altera a Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1969.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluído no Anexo ... 5.17.00 — Ministério dos Transportes, subanexo 5.17.03 — Secretaria-Geral, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Projeto: 15.04.19. 1.044 — BR-174 — Manaus — Fronteira da Venezuela, o subtrecho Boa Vista — Fronteira da Venezuela.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 450 — DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1969

Revoga o Decreto-lei nº 213, de 27 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 213, de 27 de fevereiro de 1967, devendo a matéria ser regulada por ato do Poder Executivo, de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 451 — DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1969

Inclui no Plano Nacional de Viação o trecho rodoviário Assis Brasil (Fronteira com o Peru) — Brasília.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluído no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 4.592 de 29 de dezembro de 1964 e restabelecido pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967 o trecho rodoviário Assis Brasil (Fronteira com o Peru) — Brasília, com extensão aproximada de 110 km, que se integra à rodovia BR-317, cuja descrição passa a ser "Assis Brasil (Fronteira com o Peru) — Brasília — Xapuri — Rio Branco — Bóca do Acre-Lábrea", com extensão de 760 km.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 452 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1969

Concede isenção do imposto de importação incidente em equipamentos destinados à indústria de laminação de madeira.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É concedida isenção do imposto de importação às máquinas, equipamentos e seus acessórios constantes das licenças de importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. — CACEX, de números DG-68-15.273 — 11.755, DG-68-15.279 — 11.756, DG-68-15.280 — 11.757, DG-68-15.443 — 11.758 e DG-68-15.444 — 11.759, importadas por N. e M. Madeiras Ltda. para a implantação de uma fábrica de laminados de madeira.

Art. 2º. A isenção não compreende os bens com similar nacional, consoante a legislação específica.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 453 — DE 5 DE
FEVREIRO DE 1969

Aprova o Acórdão de Pesca, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É aprovado o Acórdão de Pesca, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Ivo Arzua Pereira

O Acórdão mencionado no art. 1º foi publicado no D.O. de 6 de fevereiro de 1969.

DECRETO-LEI Nº 454 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1969

Aprova o Acórdão de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É aprovado o Acórdão de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1967.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

O Acórdão mencionado no art. 1º foi publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1969.

DECRETO-LEI 455 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1969

Reajusta os vencimentos de cargos da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Os valores dos vencimentos do Prefeito do Distrito Federal, dos Secretários e dos Membros do Serviço Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal ficam majorados de 20% (vinte por cento).

Art. 2º Fica atribuída ao Prefeito do Distrito Federal uma representação mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos respectivos vencimentos.

Art. 3º. Aplicam-se aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, inclusive aos Membros do respectivo Serviço Jurídico, a norma constante do artigo 2º e parágrafo único do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto-lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, pelo Fundo de Reserva criado pelo artigo 91 do Decreto-lei nº 260, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 5º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, os seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 1969.

Brasília, 5 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 456 — DE 6 DE
FEVEREIRO DE 1969

Acrésceta o § 5º ao artigo 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, cujo § 3º foi alterado pela Lei nº 5.434, de 14 de maio de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o §

1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, cujo § 3º foi alterado pela Lei nº 5.434, de 14 de maio de 1968, o § 5º, nos seguintes termos:

“§ 5º Nos casos em que as cargas, a que se refere o § 3º, corresponderem à aquisição de bens com recursos oriundos de financiamentos obtidos no exterior e que, pelas suas condições favoráveis, venham a merecer o aval do Tesouro Nacional ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, critérios diferentes dos estabelecidos no mesmo parágrafo poderão ser adotados para a distribuição dos transportes, desde que previamente aprovados pela Comissão de Marinha Mercante.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 457 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1969

Estende aos casos de enriquecimento ilícito previstos no Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1968, a competência da Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Compete à Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, promover investigações sumárias para o confisco de bens de que trata o Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, observado o disposto no referido Decreto-lei e no de número 446, de 3 de fevereiro de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969, 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grönewald*

Aurélio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antônio Dias Leite Júnior

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 458 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1969

Autoriza a elevação do capital do Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a mobilização de créditos de que seja titular o Tesouro Nacional no Banco do Brasil S. A., para o fim específico da integralização, por parte da União, das ações que vier a subscrever, até o limite de NCr\$ 60.000.000.00 (sessenta milhões de cruzeiros novos), no aumento de capital que for aprovado pela Assembleia-Geral de Acionistas daquela instituição financeira.

Parágrafo único. Não se incluem na autorização de que trata este artigo os créditos vinculados à execução orçamentária.

Art. 2º O Ministro da Fazenda ajustará com o Banco do Brasil S.A. as condições para a formalização da referida mobilização de recursos po-

dendo, para esse fim, inclusive, vincular o produto dos dividendos gerados pela participação acionária do Tesouro Nacional no capital do referido Banco.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969, 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 459 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1969

Cria a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e na conformidade do art. 83, item XII, da Constituição, e

Considerando que compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes contra a Segurança Nacional (art. 122, § 1º da Constituição modificado pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969);

Considerando que a Segurança Nacional implica em medidas destinadas a preservação da Segurança Externa e Interna, inclusive a repressão da guerra psicológica e da guerra revolucionária ou subversiva (art. 3º e seus parágrafos do decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967 — Lei de Segurança Nacional);

Considerando que as Forças Armadas se destinam a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem (§ 1º do art. 92 da Constituição);

Considerando que atos nitidamente subversivos evidenciam atividades de pessoas e grupos com a finalidade de solapar a segurança nacional e a tranquilidade do País, comprometendo o seu desenvolvimento econômico e cultural e a sua harmonia social com ações subversivas que caracterizam um processo de guerra revolucionária, em evolução contrariando a consecução dos superiores objetivos da Revolução Brasileira, de 31 de março de 1964, decreta:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar com a incumbência de promover investigações sobre atos subversivos ou contra-revolucionários e apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social.

Art. 2º. A Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, vinculada à Presidência da República, será constituída de um General-de-Divisão, que a presidirá, de um Capitão-de-Mar-e-Guerra, de um Coronel do Exército e de um Coronel-Aviador nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Por indicação do Presidente da Comissão Geral, será designado, por ato do Presidente da República, um Procurador da Justiça Militar para encargos de assessoramento.

Art. 3º. O Presidente da Comissão Geral de IPM fica investido de plenos poderes para instituir Subcomissões de Inquérito Policial Militar ou delegar atribuições para a realização de diligências em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo único. A Comissão Geral de IPM terá, também, a seu cargo a coordenação dos IPMs já instituídos para apurar fatos referidos no art. 1º deste Decreto-lei.

Art. 4º. A Comissão Geral de Inquérito Policial Militar poderá requisitar militares ou funcionários, informações, material e serviços de quaisquer órgãos ou repartições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

Art. 5º. O prazo para conclusão de cada inquérito a cargo de Subcomissões será o previsto no § 4º do art. 115 do Código de Justiça Militar, podendo ser prorrogado pelo prazo que se fizer justificadamente necessário à sua conclusão, pelo Presidente da Comissão Geral.

Art. 6º. O Presidente da Comissão Geral de Inquérito encaminhará os relatórios de inquéritos concluí-

dos ao Presidente da República, que poderá desde logo aplicar aos indicados as punições previstas no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

Art. 7º. Na aplicação do presente Decreto-lei, observar-se-á o Código da Justiça Militar, a Lei de Segurança Nacional e a Legislação Penal Militar, no que couberem.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de NCrs 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), pela Presidência da República — Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para atender às despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo vigorará até 31 de dezembro de 1969 e as despesas decorrentes correrão à conta do Fundo de Reserva Orçamentária, de que trata o art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 9º. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurelio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

Antônio Delfim Netto

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 460 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre alteração da Lei número 4.714-65

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica suspenso, durante o corrente ano, o disposto nos artigos

4º e 5º da Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, ouvido o Ministério da Indústria e do Comércio, elaborará no prazo de 30 (trinta) dias, projeto de novo ato regulando em definitivo a matéria.

Brasília, 10 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzuza Pereira

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 461 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a aprovação de projetos de reflorestamento necessária ao reconhecimento de incentivos fiscais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Os projetos de florestamento ou de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — até 29 de novembro de 1968 e que ainda não tenham sido aprovados por esse órgão, darão direito à redução ou abatimento condicional nas declarações de imposto de renda de pessoa física ou jurídica, desde que observadas as demais exigências da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, e respectivo regulamento.

§ 1º. Até a data da declaração do exercício financeiro de 1970 (ano base de 1969) será apresentada o comprovante, fornecido pelo IBDF, referente à aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas.

§ 2º. A falta de comprovação na forma do parágrafo anterior, e a rejeição do projeto sujeitarão ao tributo as importâncias condicionalmente abatidas, como rendimento da pessoa física ou jurídica, cobrando-se com correção monetária a diferença que for apurada.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzuza Pereira

DECRETO-LEI Nº 462 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1969

Estabelece normas para resguardo da poupança popular

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Determinada a liquidação extra-judicial prevista no Decreto-lei nº 48, de 18 de novembro de 1966, poderá o Banco Central do Brasil, com o objetivo de preservar os interesses da poupança popular e a integridade do acervo liquidando, estabelecer idêntico regime para as pessoas jurídicas que tenham integração de atividade ou vinculação de interesses com a entidade em liquidação.

Art. 2º Aos administradores e responsáveis pelas pessoas jurídicas submetidas a liquidação nos termos do artigo anterior, aplica-se a Lei número 1.808, de 1 de janeiro de 1953, com as modificações do artigo 42, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º As liquidações em curso ficam também submetidas ao regime e efeitos deste Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 463 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a cessão, a Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, de equipamentos adquiridos pela União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Educação e Cultura autorizado a ceder, temporariamente às Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, os equipamentos adquiridos pela União nos termos dos contratos de financiamento e fornecimento de material celebrados, em 6 de julho de 1967, com entidades estatais da República Democrática Alemã e da República Popular da Hungria e publicados no *Diário Oficial* de 17 do mesmo mês e ano.

Parágrafo único. Para a cessão prevista neste artigo, o Ministério celebrará convênio com as instituições participantes dos contratos aditivos individuais, assinados em decorrência dos dois contratos-base mencionados neste artigo.

Art. 2º Do convênio a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, e que deverá obedecer às diretrizes da assistência técnica prestada pela União, constarão, além de outras condições previstas em leis e regulamentos, as seguintes:

- a) prazo da cessão, prorrogável a critério exclusivo do Ministério;
- b) atendimento, pelas entidades beneficiadas, dos compromissos decorrentes da reforma universitária, sobretudo no tocante à expansão de matrícula e aprimoramento do ensino;
- c) mecanismo de acompanhamento do uso do material cedido.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 464 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1969

Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, será executada com as disposições complementares estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 2º Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional.

§ 1º Não se aplica a disposição deste artigo aos casos em que a iniciativa apresente um alto padrão, capaz de contribuir, efetivamente, para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa nos setores abrangidos.

§ 2º O reconhecimento das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior deverá ser renovado periodicamente, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3º A faculdade prevista no parágrafo único do artigo 10 da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, deverá ser exercida, quando se tratar de universidade, com observância do disposto no artigo 11 da mesma lei.

Art. 4º O Ministério da Educação e Cultura atuará junto às instituições de ensino superior, visando à realização, mediante convênio, de concursos vestibulares unificados em âmbito regional.

Art. 5º Nas instituições de ensino superior que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, com as seguintes funções:

- a) recuperação de insuficiências evidenciadas, pelo concurso vestibular, na formação de alunos;
- b) orientação para escolha da carreira;
- c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

Art. 6º Nas instituições oficiais de ensino superior, será recusada nova matrícula ao aluno reprovado em dis.

ciplinas que ultrapassem, quanto às horas prescritas de trabalho escolar, um quinto (1/5) do primeiro ciclo ou um décimo (1/10) do curso completo.

Art. 7º No ensino superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, abrangerá, no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a exames.

Art. 8º O Conselho Federal de Educação, ao baixar as normas previstas no artigo 24 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, poderá admitir que, excepcionalmente, instituições credenciadas expeçam títulos de doutor, diretamente por defesa de tese, a candidatos de alta qualificação científica, cultural ou profissional, apurada mediante exame dos seus títulos e trabalhos.

Art. 9º O registro de diplomas em universidades oficiais far-se-á por delegação do Ministério da Educação e Cultura, na forma do que dispõe o artigo 102 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Parágrafo único. Os diplomas correspondentes a cursos criados de conformidade com o artigo 18 da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, estarão sujeitos a registro e terão validade nos termos do artigo 27 da mesma lei.

Art. 10. Os cargos de professor catedrático transformam-se, para todos os efeitos, inclusive denominação, nos que correspondam ao nível final da carreira docente, em cada sistema de ensino.

Art. 11. Aos membros do magistério superior, admitidos no regime da legislação trabalhista, a Justiça do Trabalho aplicará também as normas constantes das leis do ensino e dos estatutos e regimentos universitários e escolares.

Art. 12. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior, o regime disciplinar de professores e alunos, regulado pelas normas constantes dos estatutos e regimentos, será da competência dos reitores e diretores, na jurisdição das respectivas instituições.

Art. 13. A disposição constante do artigo 16, § 2º, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, aplica-se aos reitores e diretores que se encontravam

no exercício de seus mandatos na data de publicação da mesma lei.

Art. 14. Dependem de homologação do Ministro da Educação e Cultura os pronunciamentos do Conselho Federal de Educação previstos na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e neste Decreto-lei.

§ 1º O Ministro da Educação e Cultura poderá devolver, para reexame, qualquer parecer ou decisão do Conselho Federal de Educação, que deva ser por ele homologado.

§ 2º Na hipótese do artigo 48 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a homologação do parecer do Conselho, em que propuser a suspensão da autonomia de universidade ou do funcionamento de estabelecimento isolado de ensino superior, será seguida da designação de Reitor ou Diretor *pro tempore*, pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no artigo 48 da Lei nº 5.540, a supervisão ministerial do sistema federal de ensino superior será exercida nos termos e casos legalmente previstos.

Art. 15. O parágrafo único do artigo 15, os artigos 31 e 36 e a letra c do artigo 40, e o artigo 52 e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

Parágrafo único. Na composição do Conselho de Curadores, a ser regulada nos estatutos e regimentos, deverão incluir-se, além dos membros pertencentes à própria instituição, representantes da comunidade e do Ministério da Educação e Cultura, em número correspondente a um terço do total.

Art. 31. O regime jurídico do magistério superior será regulado pela legislação própria dos sistemas de ensino e pelos estatutos e regimentos das universidades, das federações de escolas e dos estabelecimentos isolados.

Art. 36. A formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior obedecerá a uma política nacional e regional, definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida por meio de uma Comissão Executiva em cuja

composição deverão incluir-se representantes do Conselho Nacional de Pesquisas, da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Conselho Federal de Educação, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e das Universidades.

Art. 40.

c) estimularão as atividades de educação física e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais.

Art. 52. As atuais universidades rurais, mantidas pela União, deverão reorganizar-se de acordo com o disposto no artigo 11 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, ou ser incorporadas, por ato executivo, às universidades federais existentes nas regiões em que estejam instaladas.

Parágrafo único. Para efeito do disposto na segunda parte do artigo, a reorganização da escola poderá ser iniciada com a aglutinação de estabelecimentos de ensino superior, mantidos pela União, existentes na mesma, ou em localidades próximas.

Art. 16. Enquanto não houver em número bastante os professores e especialistas a que se refere o artigo 30 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a habilitação para as respectivas funções será feita mediante exame de suficiência realizado em instituições oficiais de ensino superior indicadas pelo Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Nos cursos destinados à formação de professores de disciplinas específicas no ensino médio técnico, bem como de administradores e demais especialistas para o ensino primário, os docentes que se encontravam em exercício na data da publicação da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, sem preencher os requisitos mínimos para o exercício de magistério em nível superior, deverão regularizar a sua situação no prazo de cinco anos.

Art. 17. A fiscalização dos estabelecimentos isolados de ensino superior,

mantidos pelos Estados ou Municípios, caberá aos sistemas estaduais de ensino.

Art. 18. Dentro do prazo de noventa (90) dias a contar da vigência deste Decreto-lei, as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior submeterão ao Conselho de Educação competente os seus estatutos e regimentos adaptados às prescrições da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. O prazo para adaptação dos regimentos gerais, ou dos regimentos das unidades universitárias, quando não houver regimento geral, será de noventa (90) dias a contar da aprovação dos respectivos estatutos.

Art. 19. Ficam revogados os artigos de ns. 66 a 87, 117 e 118 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, bem como as disposições em contrário ao presente Decreto-lei.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 465 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1969

Estabelece normas complementares à Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, será executada com as disposições complementares estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 2º cargo de professor assistente será provido mediante concurso público de títulos e provas, aberto a graduados no setor correspondente de estudos, que hajam concluído cursos de especialização ou aperfeiçoamento, constituindo títulos preferenciais o

diploma de mestre e o estágio probatório como auxiliar de ensino.

Parágrafo único. O estatuto ou regimento fixará o prazo, não superior a seis (6) anos a partir do qual se exigirá dos candidatos ao cargo de professor assistente o título de mestre obtido em curso credenciado.

Art. 3º O cargo de professor adjunto será provido mediante concurso de títulos a que poderão candidatar-se os professores assistentes, dando-se preferência, em igualdade de condições, aos que possuírem o diploma de doutor obtido em curso credenciado.

§ 1º O estatuto ou regimento fixará o prazo a partir do qual se exigirá dos candidatos ao cargo de professor adjunto o título de doutor obtido em curso credenciado.

§ 2º O professor assistente que obtiver o título de doutor, em curso credenciado, será automaticamente equiparado à condição de professor adjunto, recebendo gratificação correspondente à diferença entre as duas situações funcionais, até que haja vaga ou novo cargo criado.

Art. 4º O título de mestre ou doutor, obtido em curso credenciado, constitui requisito para a inscrição em prova de habilitação à docência livre, ressalvados os direitos dos atuais docentes desta categoria.

Art. 5º O título de doutor, obtido em curso credenciado, assegura direito à inscrição para provimento de qualquer cargo ou função na carreira do magistério.

Art. 6º A admissão de professores pelo regime da legislação do trabalho far-se-á com observância dos requisitos de titulação fixados para as várias classes da carreira do magistério, mediante seleção a ser prescrita nos estatutos e regimentos.

Art. 7º O servidor público poderá ser posto à disposição de universidade, federação de escolas ou estabelecimento isolado, mantidos pela União, para exercer o magistério em regime de dedicação exclusiva, com direito apenas à contagem de tempo de serviço para aposentadoria.

Art. 8º O pessoal docente das instituições de ensino superior mantidas pela União terá direito a quarenta e cinco (45) dias de férias

anuais, feitas as competentes escalas de modo a assegurar o cumprimento do disposto no § 2º do artigo 28 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 9º Os reitores das universidades e os diretores das unidades universitárias ou dos estabelecimentos isolados, mantidos pela União, exercerão os respectivos mandatos, obrigatoriamente, em regime de dedicação exclusiva.

Parágrafo único. O regime de dedicação exclusiva será facultativo para os reitores e diretores que se encontrem no exercício de seus mandatos na data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 10. Os artigos 2º, 3º e 17, da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O pessoal docente de nível superior compreende os professores integrantes da carreira do magistério e os auxiliares de ensino.

Parágrafo único. Os professores serão admitidos segundo o regime jurídico do Estatuto do Magistério Superior ou segundo a legislação do trabalho, e os auxiliares de ensino pela legislação do trabalho.

Art. 3º Os cargos e funções da carreira do magistério abrangem as seguintes classes:

- I — professor titular;
- II — professor adjunto;
- III — professor assistente.

Art. 17. O docente admitido em dedicação exclusiva ou em horas semanais de trabalho que excedam as do regime de menor duração fará jus a uma gratificação calculada em bases a serem estabelecidas por decreto.

Parágrafo único. A gratificação a que se refere este artigo deverá incorporar-se à aposentadoria, à razão de um vinte e cinco avos (1/25) por ano de serviço no regime."

Art. 11. Os atuais ocupantes de cargos de professor catedrático passam automaticamente a professores titulares.

Art. 12. Os atuais ocupantes de cargos de pesquisador chefe, pesquisador associado e pesquisador auxiliar, ficam enquadrados, respectivamente, nas classes de professor titular, professor adjunto e professor assistente, de acordo com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, o Poder Executivo promoverá, mediante decreto, o enquadramento dos pesquisadores que não se encontrem classificados nos termos da Lei nº 4.381-A, de 6 de dezembro de 1965.

Art. 13. Dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da vigência deste Decreto-lei, as universidades e os estabelecimentos isolados federais submeterão ao Conselho Federal de Educação os seus estatutos e regimentos, adaptados às prescrições da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, e do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. O prazo para adaptação dos regimentos gerais será de noventa (90) dias a contar da data da aprovação dos respectivos estatutos.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 22 da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 466 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Altera disposição da Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 6º da Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Passará a integrar o patrimônio da Escola Superior de Agri-

cultura de Lavras com o acervo que constitui o seu patrimônio, o Centro de Treinamento de Tratoristas da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura”.

Parágrafo único. A Subestação Experimental de Lavras, do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste, do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura, funcionará em regime de mútua colaboração com a Escola Superior de Agricultura de Lavras, ressalvada sua dependência técnica, financeira e administrativa ao Ministério da Agricultura, através do referido Departamento.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzuza Pereira

DECRETO-LEI Nº 467 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 2º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida

em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, estendendo-se essa fiscalização à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização dos mesmos.

Art. 3º Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem, e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1º A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da exceção prevista no Art. 5º deste Decreto-Lei.

§ 4º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no Órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 4º Os produtos definidos no Artigo 1º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no país, dentro do prazo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo será contado, a partir da data da publicação deste Decreto-Lei, para os produtos já licenciados e da data do respectivo licenciamento, para aqueles que, nas mesmas condições, venham a ser comercializados.

Art. 5º Pela execução dos serviços de fiscalização previsto neste Decreto-Lei, serão cobradas as seguintes taxas:

a) de licenciamento anual dos estabelecimentos que importem, fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário — até 10 (dez) produtos — um salário mínimo do maior valor vigente no País, e, acima, dois salários-mínimos;

b) de licença para comercialização de cada produto — meio a dois salários-mínimos do maior valor vigente no país, de acordo com a natureza e as características de cada produto e de conformidade com o que estabelecer a regulamentação do presente Decreto-Lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos oficiais, cooperativas e sindicatos rurais, ficam isentos do pagamento das taxas referidas neste artigo.

Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, cobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste Decreto-Lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir do curso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

Art. 8º A responsabilidade técnica dos estabelecimentos a que se refere este Decreto-Lei, caberá obrigatoriamente a veterinário, farmacêutico ou químico, conforme a natureza do produto, a critério do órgão incumbido de sua execução.

Art. 9º É vedado a todo servidor em exercício no órgão fiscalizador, e ao seu consorte, empregarem sua atividade em estabelecimentos particulares que produzam, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, ou manterem com

os mesmos qualquer relação comercial, ainda que como acionistas, cotistas ou comanditários.

Art. 10. Fica criada, no Ministério da Agricultura, subordinada ao Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a Comissão de Biotar-mácia Veterinária, que terá a sua organização e atribuições definidas na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 11. Compete ao Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a execução do presente Decreto-Lei, bem como da respectiva regulamentação.

Art. 12. O presente Decreto-Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzuva Pereira

DECRETO-LEI Nº 468 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a liberação automática das quotas do fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º No exercício de 1969, as quotas dos Estados, Distrito Federal e Municípios no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e no Fundo de Participação dos Municípios, a que se refere o artigo 26 da Constituição, com a redação dada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, ratificado pelo

Ato Institucional nº 6, de 1 de fevereiro de 1969, serão automaticamente liberadas observando-se, na sua aplicação, as prioridades do Programa Estratégico de Desenvolvimento, vedada a utilização em despesas de simples embelezamento urbanístico, ou de caráter supérfluo ou suntuário.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão tomar as providências que lhe competirem para possibilitar, no exercício de 1970 e seguintes, a satisfação dos requisitos fixados pelas alíneas *a* a *d* do § 1º do artigo 26 da Constituição, com a redação dada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, para a entrega das respectivas quotas no aludido Fundo de Participação.

Art. 3º No exercício de 1969, o Fundo Especial a que se refere o § 3º do artigo 26 da Constituição, com a redação dada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, fica reforçado das seguintes parcelas: (100%) cem por cento da quota dos Estados de São Paulo e da Guanabara no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; (50%) cinquenta por cento da quota do Estado do Paraná e do Distrito Federal no referido Fundo.

Art. 4º Fica fixada em (75%) setenta e cinco por cento, no exercício de 1969, a participação mínima que caberá ao conjunto dos Estados do Nordeste e do Norte no Fundo Especial a que se refere o artigo 3º, devendo a sua distribuição ser estabelecida segundo critérios a serem fixados pelo Poder Executivo, para atender a eventuais dificuldades orçamentárias relacionadas com a revisão do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios, efetuada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 469 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1969

Modifica dispositivos da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Ficam extintas a Secretaria da Indústria e a Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, e os respectivos cargos, em comissão, de Secretário da Indústria e de Secretário do Comércio, símbolo 1-C, a que se referem os artigos 3º e 41 da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961.

Art. 2º As adaptações decorrentes deste Decreto-lei serão feitas por ato do Poder Executivo, de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Fernandes de Luna
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 470 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1969

Transfere para a Secretaria da Receita Federal as dotações orçamentárias dos Departamentos extintos pelo Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto nos artigos 6º, 11 e 12 do Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968, que define a estrutura e as atribuições da Secretaria da Re-

ceita Federal do Ministério da Fazenda, decreta:

Art. 1º Ficam transferidas as dotações orçamentárias constantes da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968 consignadas às unidades 5.07.14 — Direção Geral da Fazenda Nacional (Gabinete do Diretor 5.07.18 — Departamento de Rendas Internas, 5.07.19 — Departamento do Imposto de Renda, 5.07.20 — Departamento de Arrecadação e 5.07.21 — Departamento de Rendas Aduaneiras, para a unidade criada pelo Decreto número 63.659, de 20 de novembro de 1968, 5.07.14 — Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. O programa de Trabalho da Secretaria da Receita Federal consolidará os programas das unidades aludidas neste artigo e será publicado no quadro de detalhamento de despesa de que trata o artigo 1º do Decreto nº 62.102, de 11 de janeiro de 1968.

Art. 2º As unidades 5.07.15 — Direção Geral da Fazenda Nacional (órgãos de administração geral) e 5.07.16 — Direção Geral da Fazenda Nacional (Delegacias Fiscais) passam a denominar-se respectivamente 5.07.15 — Secretaria da Receita Federal (órgãos de Administração Geral) e 5.07.16 — Secretaria da Receita Federal (Delegacias Fiscais).

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 471 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1969

Revoga o Decreto-Lei nº 386, de 26 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 386, de 26 de dezembro de 1968, de vez que a matéria tratada é da competência do Presidente da Repu-

blica, na forma do artigo 83, item II, da Constituição e do artigo 3º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, devendo ser objeto de Decreto executivo.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 472 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a dar garantia a um financiamento a ser feito pela General Motors Scotland Limited ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a dar garantia a um contrato de financiamento a ser feito pela General Motors Scotland Limited, com sede em Motherwell, Escócia, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de £ 1.283.270 (um milhão duzentas e oitenta e três mil duzentas e setenta libras esterlinas), para resgate no prazo de 6 (seis) anos, sendo o primeiro de carência, aos juros de 6,5% (seis e meio por cento) ao ano, podendo obrigar-se como fiador e principal pagador, e avalizar as notas promissórias que forem emitidas pelo financiado.

Art. 2º O contrato de financiamento deverá atender às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 473 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a dar garantia a um empréstimo a ser concedido pelo Western American Bank (Europe) Limited ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a dar garantia a um empréstimo a ser concedido pelo Western American Bank (Europe) Limited, com sede em Londres, Inglaterra, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., no valor de US\$ 3.700.000,00 (três milhões setecentos mil dólares norte-americanos), para pagamento no prazo de 3 (três) anos, sendo os 2 (dois) primeiros de carência, aos juros de 8% (oito por cento) ao ano, podendo assinar o respectivo contrato como fiador e principal pagador, e avalizar as notas promissórias que forem emitidas pelo mutuário.

Art. 2º O contrato de empréstimo deverá atender às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 474 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1969

Modifica a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional . . nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 22, 23, *caput* 34 e 74 do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, este último modificado pela Lei nº 5.554, de 10 de dezembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Quando o despacho a que se refere o art. 19 não puser termo ao processo, ou quando conclusos os autos por estarem findos os prazos nêles marcados, ou ainda se não houver que tomar qualquer das providências referidas nos arts. 19 e 20, o Juiz, no prazo dos 10 (dez) dias imediatos, proferirá sentença.

Parágrafo único. O Juiz deixará de proferir decisão imediata e designará, para um dos dez dias referidos neste artigo, hora para a audiência de instrução e julgamento da causa, se julgar necessária a produção de prova oral, requerida ou não pelas partes.

Art. 33. A arrematação será precedida de edital, afixado no local do costume, na sede do juízo, e publicado na forma do artigo 72.

Art. 34. O prazo entre as datas de publicação do edital e da praça não poderá ser superior a trinta nem inferior a dez dias.

Art. 74. Nas causas para cobrança da dívida ativa de valor inferior a dez (10) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, somente haverá recurso ordinário se a Fazenda fôr vencida, no todo ou em parte".

Art. 2º Ficam acrescidos ao artigo 66 do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, os seguintes parágrafos:

"Art. 66.
§ 1º Quando certificar nos autos que não conseguiu localizar o executado, o Oficial de Justiça relatará as diligências realizadas.

§ 2º Quando certificar que intimou o executado, mas não encontrou bens penhoráveis, o Oficial de Justiça descreverá os bens que guarnecem a residência ou se encontrem no estabelecimento do executado".

Art. 3º Para efeito de aplicação das normas do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, entendem-se, também, por dívida ativa os créditos da União Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, ou de suas agências financeiras, decorrentes de contratos ou operações de financiamentos, ou de sob-rogação de garantia, hipoteca, fiança ou aval.

Art. 4º As ações de qualquer natureza de competência da Justiça Federal, ainda pendentes e cujos autos estejam na Justiça dos Estados ou do Distrito Federal, deverão ser remetidas àquela Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei, independentemente de pagamento de custas.

Parágrafo único. Antes da remessa, serão os autos respectivos encaminhados ao Contador da Justiça local para que proceda ao cálculo das custas relativas aos atos praticados até a instalação da Justiça Federal, cujo montante, se fôr o caso, será afinal colocado à disposição do juízo originário.

Art. 5º O disposto neste Decreto-lei aplica-se aos processos pendentes.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, e demais disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 475 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1969

Acrescenta parágrafo único ao artigo 26 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 26 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Para os efeitos da incorporação de que trata este artigo, levar-se-á em conta

também, o tempo de efetivo exercício em atividade estritamente policial, anterior à data da concessão ao funcionário da vantagem prevista no artigo 23."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Brasília, 24 de fevereiro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 476 — DE 25 DE
FEVEREIRO DE 1969

Regula a produção a circulação da uva e dos vinhos, bem como dos seus derivados, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Este Decreto-lei regula a produção, a circulação e o consumo dos vinhos e seus derivados, assim como dos vinagres, fixando normas para o controle e a fiscalização desses produtos.

Art. 2º A denominação vinho, para os efeitos deste Decreto-lei, é reservada unicamente ao produto obtido pela fermentação alcoólica do mosto da uva fresca e madura.

§ 1º Fica proibida a venda, sob a denominação de vinho, de produtos obtidos por outra qualquer forma, sob pena de apreensão e multa.

§ 2º Quando o líquido for obtido pela fermentação alcoólica do suco produzido por qualquer outra fruta, a designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se logo o nome da fruta fermentada, grafado em caracteres da mesma dimensão.

§ 3º Nas marcas dos vinhos e derivados, não serão permitidas indicações de origem geográfica que não correspondam às verdadeiras origens da produção das uvas ou dos vinhos.

Art. 3º Os vinhos, os produtos derivados da uva e dos vinhos e os vi-

nagres, de origem nacional, para fins de produção e comercialização, terão suas características especificadas por normas técnicas e padrões fixados pelo Ministério da Agricultura e constarão da regulamentação do presente Decreto-lei.

Art. 4º Os vinhos, os produtos derivados da uva e dos vinhos e os vinagres, de procedência estrangeira, somente poderão entrar no país acompanhados de certificados oficiais de origem e de análise, sem prejuízo da fiscalização prevista neste Decreto-lei, sob pena de apreensão.

Parágrafo único. Os produtos referidos neste artigo, serão comercializados em seu recipiente original, sendo vedada qualquer alteração da marca, classe ou tipo, e deverão ser acondicionados em vasilhame de até 1 (um) litro de capacidade, sob pena de apreensão e multa.

Art. 5º Os vinhos e seus derivados nacionais ou estrangeiros, bem como outras bebidas derivadas da uva, somente poderão ser objeto de comércio ou entregues ao consumo, depois de prévio exame em laboratório oficial, devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O controle da produção e circulação da uva e dos vinhos, dos produtos derivados da uva e dos vinhos e vinagres, far-se-á através a Guia de Livre Trânsito, expedida pela repartição fiscalizadora.

Art. 6º Somente poderá efetuar a importação e a industrialização de vinhos, produtos derivados da uva e dos vinhos e vinagres, pesosa física ou jurídica devidamente inscrita no registro oficial competente do Ministério da Agricultura.

Art. 7º A elaboração de vinhos para o comércio, será privativa de cantinas registradas nas repartições competentes do Ministério da Agricultura.

Art. 8º Ficam os viticultores, viti-vinicultores e vinicultores obrigados a fazer, anualmente, dentro de 30 (trinta) dias após a vindima, perante a autoridade competente, a declaração da quantidade total de sua safra de uva e de vinho, bem como, as áreas cultivadas, as variedades e a sua produção.

§ 1º Os que forem somente produtores, de vinho e derivados, deverão declarar o montante de sua produção

do ano, com as especificações de qualidade do vinho e dos totais das partidas de uvas e suas variedades adquiridas de cada viticultor.

§ 2º Os que forem viticultores e produtores de vinho, deverão especificar a quantidade de uva colhida e comprada, as quantidades e variedades das uvas vendidas, a quantidade e origem dos vinhos comprados e o total de vinho produzido, com os respectivos comprovantes.

§ 3º Os proprietários de cantinas e adegas farão simultaneamente a declaração da quantidade e de qualidade dos vinhos das safras anteriores ainda em depósito.

§ 4º A autoridade competente poderá colher esses dados e amostra sem prévio aviso, onde e quando julgá-los necessários.

§ 5º As modificações das características originais do vinho, somente poderão ser efetuadas quando já feita prévia comunicação ao órgão competente, possibilitando, assim, o respectivo controle a critério do referido órgão.

§ 6º Os vinicultores e vitivinicultores deverão ter todo o seu vinho produzido e estocado em vasilhame adequado com numeração corrida ficando proibida a sua alteração sem prévio consentimento da fiscalização.

§ 7º Declarada a quantidade de vinho produzido, o viticultor e o vitivinicultor não poderão dispor de quantidade superior a ela, adotando, porém, somente nos centros de produção, a margem de 5%, para variações de cálculo.

§ 8º Ficam os engarrafadores obrigados a declarar mensalmente às autoridades competentes, as quantidades de vinho entradas nos estabelecimentos, saídas e estoques do mês.

§ 9º Fica proibida a vinificação de uva e de mostos de procedência estrangeira.

Art. 9º Serão apreendidos os vinhos em cujos barris, caixas ou vasilhames não constar a declaração de sua classe, tipo, marca ou procedência.

Art. 10. Considera-se mosto o produto obtido pelo esmagamento de uva madura, com a presença ou não de bagaço, mediante processos lícitos.

§ 1º Mosto concentrado é o produto obtido pela desidratação parcial do mosto não fermentado.

§ 2º Mosto sulfitado é o mosto estabilizado pela adição de anidrido sulfuroso ou seus sais.

§ 3º Mosto cozido é o produto resultante da concentração avançada de mostos, a fogo direto ou a vapor, sensivelmente caramelizado, com um conteúdo mínimo de 500 gramas de açúcar por litro.

Art. 11. Considera-se suco de uva, o produto líquido não fermentado, obtido de mosto de uva fresca e madura, devidamente estabilizado, por processos lícitos, podendo ser concentrado ou integral.

Art. 12. Considera-se filtrado doce, o mosto parcialmente fermentado, no qual, a fermentação tenha sido suscitada antes que o seu teor alcoólico ultrapasse 5º G.L..

Art. 13. Considera-se geropiga, a bebida alcoólica elaborada com mosto de uva parcialmente fermentada ou não, adicionada de álcool e etílico puro e retificado, até o limite máximo de 18º G.L..

Art. 14. Mistela é o mosto não fermentado e alcoolizado com álcool etílico ao limite máximo de 18º G.L..

Art. 15. Vinho composto é o vinho aromatizado pela adição de macerados ou destilados de plantas amargas ou aromáticas, com qualidades aperitivas, denominado vermute, quando é gemado.

Parágrafo único. Os vinhos compostos terão no mínimo 70% de vinho de mesa e no máximo de 20% de álcool em volume, permitida a adição de sacarose e mosto concentrado de uva, e até 10% de álcool etílico, puro, retificado e caramelo.

Art. 16. Vinho frizante, é o vinho de mesa, de sabor seco ou adocicado, levemente gasoso, não excedendo sua gaseificação a uma e meia atmosferas a 0º centígrados e cuja graduação alcoólica não exceda a 12,5 G.L..

Art. 17. Vinho espumante ou champagne é o produto resultante unicamente de uma primeira ou segunda fermentação em garrafas ou recipientes fechados.

Parágrafo único. A fermentação alcoólica a que se refere este artigo poderá ser obtida por meio da adição

do açúcar natural da uva ou da sacarose.

Art. 18. Vinhos licorosos são considerados os que apresentarem sabor adocicado ou seco e elevado teor alcoólico, com o mínimo de 15º G.L. e o máximo de 18º G.L. em volume.

Art. 19. Considera-se destilado de vinho ou aguardente de vinho o produto da destilação do vinho de mesa, com graduação alcoólica até 75º G.L..

Art. 20. Conhaque é a denominação do destilado de vinho envelhecido em vasilhame de carvalho ou de outra madeira adequada.

Parágrafo único. Para os produtos obtidos pela destilação do suco fermentado de cana de açúcar, adicionados de substâncias aromáticas ou medicinais, de uso permitido, é facultada a adoção das denominações "conhaques de alcañão, de mel, de gengibre" e semelhantes.

Art. 21. Considera-se bagaceira ou graspa, o produto obtido pela destilação do bagaço da uva fermentada.

Art. 22. Considera-se vinagre de vinho ou vinagre, sem outro qualificativo o produto da fermentação acética do vinho.

Parágrafo único. As normas para elaboração de vinagre e suas características, constarão do regulamento.

Art. 23. É permitida a venda tracionada do vinho nacional contido em recipientes de até 5 litros de capacidade.

Art. 24. É proibido sob as penas da Lei todo e qualquer processo de manipulação empregado para imitar ou fabricar artificialmente os vinhos, produtos derivados da uva e dos vinhos e vinagres.

Parágrafo único. Os mencionados produtos serão apreendidos e inutilizados independentemente de outras sanções previstas em Lei.

Art. 25. O vinho de mesa poderá ser objeto de comercialização e de consumo 60 (sessenta) dias após a declaração de produção, atendidas as disposições de fiscalização e controle deste Decreto-lei.

Art. 26. As instalações para a produção e engarrafamento de vinhos e produtos derivados da uva, dos vinhos e vinagres, devem atender exigências técnicas e higiênicas a serem estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 27. As medidas de fiscalização da produção, circulação e distribuição do vinho, derivados da uva e do vinho e vinagres, nacionais e estrangeiros, serão determinadas pelo órgão oficial e constarão na regulamentação.

Art. 28. A execução do presente Decreto-lei e seu regulamento ficará a cargo do Ministério da Agricultura que poderá celebrar convênios ou acordos com os Estados ou entidades particulares.

Art. 29. As infrações aos dispositivos deste Decreto-lei serão punidas pelas autoridades competentes, com a multa que deverá variar de 1 (um) a 10 (dez) vezes o valor do maior salário-mínimo do País, conforme a gravidade da falta, e no dobro, nos casos de reincidência, independentemente da apreensão e inutilização quando fôr o caso.

§ 1º Após a segunda autuação e mediante instauração de processo em que seja assegurada plena defesa, o estabelecimento poderá ter seus registros suspensos ou cassados, segundo a gravidade da falta e a critério da autoridade superior.

§ 2º As normas para aplicação das penalidades previstas neste Decreto-lei bem como as que devam ser observadas na instrução do processo e interposição de recurso, serão fixadas no regulamento.

§ 3º As multas impostas com fundamento neste Decreto-lei serão recolhidas à Fazenda Nacional.

§ 4º As penalidades previstas neste Decreto-Lei serão aplicadas sem prejuízo do processo judicial que couber

Art. 30. O Regulamento concederá prazo para que as novas exigências ou restrições sejam cumpridas.

Art. 31. O presente Decreto-lei será regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação, por proposta do Ministério da Agricultura, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 32. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzuza Pereira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 477 — DE 26 DE
FEVEREIRO DE 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I — Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II — Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III — Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV — Conduza ou realize, confecção, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V — Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI — Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I — Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II — Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º deste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcilo, independentemente das

sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 478 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1969

Aprova a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico, assinada no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1966.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico, assinada no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

A convenção Internacional mencionada no art. 1º foi publicada no D.O. de 3-3-69.

DECRETO-LEI Nº 479 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1969

Aprova a Convenção sobre infrações e outros atos cometidos a bordo de aeronaves, assinada em Tóquio, a 14 de setembro de 1963.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o pa-

rágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção sobre infrações e outros atos cometidos a bordo de aeronaves, assinada em Tóquio, a 14 de setembro de 1963.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

A convenção mencionada no artigo 1º foi publicada no D.O. de 3 de março de 1969.

DECRETO-LEI Nº 480 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a isenção do imposto incidente na importação de bens destinados à emissoras de televisão e de rádio e revoga a Lei número 5.560, de 12 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É concedida a isenção do imposto de importação aos aparelhos e equipamentos e suas peças e sobressalentes, destinados à instalação e manutenção de emissoras de televisão e de rádio, importados direta e exclusivamente por empresas concessionárias desses serviços.

Art. 2º Na concessão do benefício fiscal observar-se-á a exigência de que os bens mencionados no artigo anterior sejam pertinentes a projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL).

Parágrafo único. A necessidade técnica e destino de cada importação deve ser comprovada mediante atestado do técnico do Conselho Nacional de Telecomunicações, observadas, ainda, as normas gerais que regulam as obrigações dos beneficiários do favor fiscal.

Art. 3º A isenção não compreende os bens com similar nacional, consoante a legislação específica.

Art. 4º É revogada a Lei número 5.560 de 12 de dezembro de 1968.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1969
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 481 — DE 3 DE
MARÇO DE 1969

Transfere cargo do Ministério da Fazenda para o Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica transferido com o respectivo ocupante, Dulce de Oliveira Cabral, um (1) cargo da classe B, nível 14, da Série de Classes de Oficial de Administração, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda para idênticos Parte e Quadro do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 482 — DE 3 DE
MARÇO DE 1969

Cria o cargo de Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, decreta:

Art. 1º Fica criado no Quadro Único da Universidade Federal da Bahia, o cargo de Vice-Reitor, nível 2-C.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 483 — DE 3 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de assuntos de interesse educativo nos jornais de atualidades cinematográficas e estabelece nova classificação para filmes de curta metragem.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os produtores de jornais de atualidades cinematográficas ficam obrigados a inserir no início de cada filme um assunto classificado como de interesse educativo com duração pelo menos de dois minutos.

Art. 2º Os filmes para as inserções serão produzidos ou adquiridos pelo Instituto Nacional de Cinema, cabendo à Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República fazer a indicação dos assuntos.

Parágrafo único. A distribuição será feita através do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, em cópias positivas e sonorizadas, sem ônus para os produtores dos jornais de atualidades cinematográficas.

Art. 3º Os produtores ficarão dispensados da obrigatoriedade estabelecida no artigo 1º quando a edição do jornal não ultrapassar três cópias ou quando o Serviço de Censura de Diversões Públicas não fornecer, por falta de disponibilidade, as cópias positivas sonorizadas.

Art. 4º Nenhum Certificado de Censura para jornais cinematográficos de atualidades será concedido pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal sem que esteja observada a disposição do artigo 1º.

§ 1º Do verso do Certificado de Censura constará o título e a metragem do assunto de interesse educativo inserido no jornal ou, se for o caso, o motivo da dispensa.

§ 2º Será expedido um certificado de censura para cada cópia de filme, vedada a reprodução por fotocópia ou por qualquer outro processo.

Art. 5º O Instituto Nacional de Cinema classificará como de "Utilidade Pública" os filmes de curta metragem que forem indicados pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República.

§ 1º Todos os cinemas existentes no território nacional ficam obrigados a exibir, mediante determinação do Instituto Nacional de Cinema, os filmes de curta metragem assim classificados.

§ 2º A exibição de filmes com tal classificação isenta o exibidor da obrigatoriedade de programar na mesma sessão qualquer outro filme de curta metragem.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor trinta dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 484 — DE 3 DE MARÇO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 401, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 6º do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, o seguinte parágrafo:

§ 3º O contribuinte que educar o menor pobre, sem atender simultaneamente às outras despesas com a sua manutenção, abaterá o efetivamente despendido, até o limite anual para dependente.

Art. 2º Ficam acrescidos ao artigo 10 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos fretes pagos ou creditados às empresas, de transporte ferroviário, aéreo, marítimo, fluvial e lacustre.

§ 4º As pessoas jurídicas que pagarem ou creditarem os rendimentos de que trata este artigo fornecerão aos beneficiários dos pagamentos ou créditos, documento comprobatório da retenção do imposto na fonte.

Art. 3º Ficam isentos do imposto a que se refere o artigo 11, do Decreto-lei nº 401 de 30 de dezembro de 1968, as remessas de juros devidas às exigências de governos estrangeiros, quando houver reciprocidade de tratamento.

Art. 4º O parágrafo 2º do artigo 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O saldo dos dividendos e bonificações não reclamado pelos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da ata da Assembléia Geral que autorizar a distribuição, respeitado o disposto no artigo 103, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, deverá ser depositado no Banco do Brasil, em conta vinculada."

Art. 5º Ficam acrescidos ao artigo 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

"§ 3º O depósito a que se refere o parágrafo anterior será efetuado dentro de 15 (quinze) dias contados da data de vencimento do prazo nele mencionado".

"§ 4º O não cumprimento do disposto no § 2º deste artigo, implicará no desconto do imposto na fonte como rendimento de beneficiário não identificado".

Art. 6º O disposto no artigo 13 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, com as modificações introduzidas pelo artigo 1º do Decreto-lei

nº 427, de 22 de janeiro de 1969 não se aplica à matéria contida nas letras B, C, D, e E, do artigo 8º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

Art. 7º Ao artigo 2º do Decreto-lei nº 427, de 22 de janeiro de 1969, acrescente-se o seguinte parágrafo:

“§ 5º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a expedir normas para disciplinar a emissão de notas promissórias e letras de câmbio padronizando os formulários e controlando seu fornecimento.”

Art. 8º Fica suspensa, até o dia 30 de junho de 1969, a exigibilidade do imposto a que se refere o artigo 6º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, às sociedades anônimas que, até aquela data tenham aproveitado a faculdade outorgada no artigo 12, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 9º A redução da penalidade prevista no § 2º ao artigo 21, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, aplica-se também aos processos com reclamação ou recurso ainda não julgados definitivamente na esfera administrativa, desde que os interessados, concordando com o procedimento fiscal, requeiram o pagamento até 30 (trinta) dias da data da publicação deste Decreto-lei e efetuem o pagamento do débito até 30 de abril de 1969.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 485 — DE 3 DE MARÇO DE 1969

Autoriza o Ministro de Estado da Fazenda a conceder à Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL — remissão de tributos federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de

1968, e tendo em vista o disposto no artigo 172 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1965 (Código Tributário Nacional), decreta:

Art. 1º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder à Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, constituída nos termos da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, remissão total de tributos federais devidos até a presente data.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 486 — DE 3 DE MARÇO DE 1969

Dispõe sobre escrituração e livros mercantis e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Todo comerciante é obrigado a seguir ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados, cujo número e espécie ficam a seu critério.

Parágrafo único. Fica dispensado desta obrigação o pequeno comerciante, tal como definido em regulamento, à vista dos seguintes elementos, considerados isoladamente ou em conjunto.

- a) natureza artesanal da atividade;
- b) predominância do trabalho próprio e de familiares, ainda que organizada a atividade;
- c) capital efetivamente empregado;
- d) renda bruta anual;
- e) condições peculiares da atividade, reveladoras da exiguidade do comércio exercido.

Art. 2º A escrituração será completa, em idioma e moeda corrente

nacionais, em forma mercantil, com individuação e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens.

§ 1.º É permitido o uso do código de números ou de abreviaturas, desde que estes constem de livro próprio, revestido das formalidades estabelecidas neste Decreto-lei.

§ 2.º Os erros cometidos serão corrigidos por meio de lançamentos de estorno.

Art. 3.º A escrituração ficará sob a responsabilidade de profissional qualificado, nos termos da legislação específica, exceto nas localidades em que não haja elemento nessas condições.

Art. 4.º O comerciante é ainda obrigado a conservar em ordem, enquanto não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, a escrituração, correspondência e demais papéis relativos à atividade, ou que se refiram a atos ou operações que modifiquem ou possam vir a modificar sua situação patrimonial.

Art. 5.º Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de livro Diário, encadernado com folhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade mercantil, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial do comerciante.

§ 1.º O comerciante que empregar escrituração mecanizada, poderá substituir o Diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas seguidamente numeradas, mecânica ou tipograficamente.

§ 2.º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

§ 3.º Admite-se a escrituração resumida do Diário, por totais que não excedam o período de um mês, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares para registro individuado e conservados os documentos que permitam sua perfeita verificação.

Art. 6.º Os órgãos do Registro do Comércio, fora de suas sedes, atendidas as conveniências do serviço, poderão delegar competência a outra autoridade pública para o preenchimento das formalidades de autenticação previstas neste Decreto-lei.

Art. 7.º Observadas as exigências relativas ao Diário, o comerciante poderá submeter à autenticação de que trata o artigo 5.º, parágrafo 2.º, qualquer livro de escrituração que julgue conveniente adotar, segundo a natureza e o volume de seus negócios.

Art. 8.º Os livros e fichas de escrituração mercantil somente provam a favor do comerciante quando mantidos com observância das formalidades legais.

Art. 9.º Nas hipóteses de sucessão, em que o ativo e o passivo do sucedido sejam assumidos pelo sucessor, poderá este ser autorizado a continuar a escriturar os livros e fichas do estabelecimento, observadas as devidas formalidades.

Art. 10. Ocorrendo extravio, deterioração ou destruição de livros, fichas, documentos ou papéis de interesse da escrituração, o comerciante fará publicar em jornal de grande circulação do local de seu estabelecimento aviso concernente ao fato e deste dará minuciosa informação, dentro de quarenta e oito horas ao órgão competente do Registro do Comércio.

Parágrafo único. A legalização de novos livros ou fichas só será providenciada depois de observado o disposto neste artigo.

Art. 11. Fica abolido o uso obrigatório do copiador de cartas.

Art. 12. As disposições deste Decreto-lei não prejudicarão exigências específicas de escrituração e livros, a que estejam submetidas quaisquer instituições ou estabelecimentos.

Art. 13. Os órgãos do Registro do Comércio manterão livro de assinaturas e rubricas de autenticadores e organizarão o registro de livros e fichas autenticadas.

Art. 14. Compete ao Departamento Nacional de Registro do Comércio baixar as normas necessárias à perfeita aplicação deste Decreto-lei e de seu regulamento, podendo, quan-

do fôr o caso, resguardadas a segurança e inviolabilidade da escrituração, estender a autenticação prevista no artigo 5.º, parágrafo 2.º, a impressos de escrituração mercantil que o aperfeiçoamento tecnológico venha a recomendar.

Art. 15. Os livros autenticados por qualquer processo anterior permanecerão em uso até que se esgotem.

Art. 16. Este Decreto-lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário, na data da publicação do respectivo Regulamento, que será expedido dentro do prazo de 60 dias.

Brasília, 3 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Fernandes de Luna
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 497 — DE 3 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O artigo 6.º e seus parágrafos da Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6.º. O Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, e integrado pelos seguintes membros:

- Ministro das Relações Exteriores;
- Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;
- Ministro da Fazenda;
- Ministro da Agricultura;
- Ministro dos Transportes;
- Ministro das Minas e Energia;
- Presidente do Banco Central do Brasil;
- Presidente do Banco do Brasil S. A.;
- Diretor da Carteira de Comércio Exterior (CACEX);

§ 1.º Em suas faltas ou impedimentos como Presidente do Conselho o Ministro da Indústria e do Co-

mércio será substituído pelo Ministro das Relações Exteriores.

§ 2.º O Conselho terá uma Comissão Executiva, à qual competirá orientar, coordenar, e deixar as normas e resoluções necessárias à execução e à implementação da política de comércio exterior traçada pelo plenário.

§ 3.º A Comissão Executiva funcionará sob a presidência do Ministro da Indústria e do Comércio, e terá a seguinte constituição:

- Secretário Geral de Política Exterior ou Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores;
- Diretor de Câmbio do Banco Central do Brasil;
- Presidente do Conselho de Política Aduaneira;
- Diretor da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S. A.;
- Representante do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;
- Representante do Ministro da Fazenda.

§ 4.º Em suas faltas ou impedimentos como Presidente da Comissão Executiva, o Ministro da Indústria e do Comércio será substituído pelo representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 5.º O Presidente poderá convocar os membros da Comissão Executiva para as reuniões do Conselho, ou solicitar a presença de titulares de outros órgãos ou entidades, quando houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo;

§ 6.º O Conselho Nacional do Comércio Exterior poderá constituir comissões consultivas integradas por órgãos e por empresas com participação na exportação.”

Art. 2º Ficam revogados o art. 5º do Decreto-lei nº 24 de 19 de outubro de 1966 e demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
José Fernandes de Luna
Antonio Dias Leite Junior
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 488 — DE 4 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 474, de 19 de fevereiro de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º, do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1.º O artigo 4.º do Decreto-lei n.º 474, de 19 de fevereiro de 1969, não compreende os feitos de que trata o artigo 15, números I, II e III da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, que continua em vigor.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 489 — DE 4 DE
MARÇO DE 1969

Regula a disponibilidade dos funcionários públicos civis.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o § 2º do Artigo 39 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968, ativa da pelo Artigo 3º do Ato Institucional n.º 6, de 1 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável será pôsto em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º A extinção do cargo far-se-á, na Administração Direta, mediante lei e, na Administração Indireta, por ato do Poder Executivo.

§ 2º A declaração da desnecessidade do cargo far-se-á por ato do Po-

der Executivo, podendo para êsse fim ser delegada competência aos Ministros de Estado e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta.

Art. 2º Na contagem do tempo e serviço, para fins de disponibilidade, serão observados os preceitos aplicáveis à aposentadoria.

Art. 3º O valor dos proventos a que tem direito o servidor pôsto em disponibilidade será proporcional ao tempo de serviço, na razão de uma trinta e cinco avos por ano de serviço, se do sexo masculino, ou de uma trinta avos, se do sexo feminino, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, à data da disponibilidade, e do salário-família.

Art. 4º Ao funcionário pôsto em disponibilidade, na forma dêste Decreto-lei, é vedado, sob pena de demissão, exercer qualquer cargo, função ou emprêgo, ou prestar serviços retribuídos mediante recibo, em órgão ou entidade da Administração Federal Direta ou Indireta ou da Administração Direta ou Indireta dos Estados ou dos Municípios, ressalvada a hipótese de acumulação lícita, existente à data da vigência dêste Decreto-lei.

Art. 5º O Poder Executivo expedirá as normas complementares necessárias à execução dêste Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald*

*Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto*

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuza Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 490 — DE 4 DE
MARÇO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a criar Companhias de Águas e Esgotos para os Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir as seguintes sociedades de economia mista, denominadas Companhia de Águas e Esgotos do Amapá (CAESA), Companhia de Água e Esgotos de Rondônia (CAERD) e Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), destinadas a coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de saneamento básico (abastecimento d'água e esgotos sanitários) nos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, mediante convênios com os municípios.

Parágrafo único. Estas companhias terão sede e fóro nas capitais dos Territórios e funcionarão por prazo indeterminado.

Art. 2º A CAESA, CAERD e CAER reger-se-ão por seus Estatutos, pelo disposto neste decreto-lei e demais disposições relativas a sociedades anônimas.

Art. 3º O capital social autorizado de cada uma das Companhias — .. (CAESA — CAERD — CAER) — será de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) representados por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, no valor nominal de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma.

§ 1º Os Governos dos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, subcreverão pelo menos 51% (cinquenta e um por cento, do capital da CAESA — CAERD e CAER, respectivamente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos e realizar as operações necessárias à subscrição desse percentual na constituição e nos aumentos de capital de cada uma das companhias.

§ 2º A integralização do Capital em cada uma das companhias

(CAESA — CAERD — CAER) poderá ser feita com os seguintes recursos:

- a) valor atualizado dos seus bens móveis e imóveis, relacionados com os serviços de águas e esgotos;
- b) valor dos estudos e projetos custeados com recursos orçamentários, que serão cedidos à Companhia;
- c) dividendos que os Territórios auferirem das ações de sua propriedade no capital social das companhias;
- d) dotações originárias de recursos orçamentários, auxílios e doações;
- e) receitas provenientes da cobrança dos débitos decorrentes das taxas, tarifas, contribuições de melhoria e outras rendas de águas e esgotos, vencidos e não pagos até a data da passagem dos serviços dos Territórios para a CAESA, CAERD e CAER.

§ 3º O Poder Executivo fica autorizado a subscrever todas as ações que não tiverem encontrado tomadores e transferir a terceiros aquelas ações que excedam o percentual fixado no § 1º deste artigo.

Art. 4º Compete à CAESA, CAERD e CAER, além do que foi prescrito no art. 1º, as seguintes atribuições:

- I — promover os estudos técnicos, econômicos e financeiros relativos a projetos de abastecimento d'água e esgotos sanitários;
- II — fixar taxas, tarifas e preços públicos dos serviços que lhes cabem, reajustando-os sempre que necessários de modo a atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operações e manutenção, bem como à previsão de reservas para depreciação e financiamento da expansão dos sistemas;
- III — arrecadar as importâncias devidas pela prestação de seus serviços;
- IV — cumprir a política de saneamento formulada pelos Governos dos Territórios, dentro de suas atribuições.

Art. 5º A CAESA, CAERD e CAER ficam autorizadas a:

- I — contrair empréstimos e contratar financiamentos;
- II — celebrar acordos, convênios ou contratos para a execução de obras de saneamento básico;
- III — promover desapropriação e encampação de seus contratos de in-

terêsses social e público, para atender à implantação, expansão e execução dos planos de saneamento básico dos Territórios;

IV — estabelecer servidões de passagem necessárias aos seus serviços;

V — receber doações, subvenções e auxílios destinados aos Territórios, para obras de saneamento básico.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a CAESA, CAERD e CAER os direitos e ações de que é titular, em razão de convênios, contratos ou ajustes, celebrados com os municípios dos Territórios, visando à execução de obras de saneamento básico e à exploração industrial dos serviços.

Art. 7º A CAESA, CAERD e CAER, serão, respectivamente, administradas e dirigidas por uma Diretoria composta de 3 (três) membros, eleitos pela Assembléia-Geral de Acionistas.

§ 1º O mandato dos membros das Diretorias de cada uma das Companhias será de 4 (quatro) anos;

§ 2º Os Diretores-Presidentes serão escolhidos pelo acionista majoritário dentre os membros das Diretorias;

§ 3º Serão eleitos, conjuntamente com as Diretorias, os Conselhos Fiscais com 3 (três) membros e 3 (três) suplentes para cada Companhia, com os mandatos de 4 (quatro) anos.

§ 4º Os Diretores das Companhias não poderão receber estipêndios superiores aos atribuídos aos Secretários-Gerais dos Territórios de que fazem parte.

Art. 8º O Pessoal da CAESA CAERD e CAER, será contratado segundo a Legislação Trabalhista, ficando ressalvados os direitos dos servidores públicos que forem cedidos às Companhias, os quais terão o seu tempo de serviço contado para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade promoção e gratificação adicional.

Art. 9º A CAESA, CAERD e CAER não poderão prestar serviços gratuitos nem conceder abatimentos em seus preços, taxas e tarifas.

Art. 10. O Poder Executivo fica autorizado a conceder garantias aos Governos dos Territórios para empréstimos e financiamentos à CAESA, .. CAERD e CAER até o limite dos capitais das Companhias.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinados a atender às despesas de constituição, incorporação, instalação e subscrição inicial dos capitais da CAESA, CAERD e CAER, distribuídos em parcelas de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) para cada Companhia.

Art. 12. Os Governos dos Territórios nomearão, dentro de 10 (dez) dias, contados da vigência deste Decreto-lei, 3 (três) incorporadores por Companhia, que terão o prazo de 90 (noventa) dias para promoverem e ultimarem os atos necessários à constituição da CAESA, CAERD e CAER.

Parágrafo único. Os Governos dos Territórios não cobrarão nem permitirão que se cobre qualquer importância a título de remuneração pelos serviços de incorporação da Companhia.

Art. 13. Ficam criados os Fundos de Saneamento dos Territórios do Amapá (FAESA), de Rondônia (FAERDI) e de Roraima (FAER), que se constituirão de todos os recursos destinados a obras de saneamento básico nos Territórios Federais.

Parágrafo único. Os recursos desses fundos serão administrados nos Territórios pela CAESA, CAERD e CAER, respectivamente.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Héllo Beltrão
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 491 — DE 5 DE
MARÇO DE 1969

Estímulos fiscais à exportação de manufaturados.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 3º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados gozarão, a título de estímulo

fiscal, créditos tributários sobre suas vendas para o exterior, como ressarcimento de tributos pagos internamente.

§ 1º Os créditos tributários acima mencionados serão deduzidos do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as operações no mercado interno.

§ 2º Feita a dedução, e havendo excedente de crédito, poderá o mesmo ser compensado no pagamento de outros impostos federais, ou aproveitado nas formas indicadas por regulamento.

Art. 2º O crédito tributário a que se refere o artigo anterior será calculado sobre o valor FOB, em moeda nacional, das vendas para o exterior, mediante a aplicação das alíquotas especificadas na Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º O cálculo previsto neste artigo será efetuado:

I — sobre o valor CIF das vendas para o exterior, quando o transporte das mercadorias exportadas for realizado em veículo, embarcação ou aeronave de bandeira brasileira, e o seguro estiver coberto por empresa nacional;

II — sobre o valor C&F das vendas para o exterior, quando o transporte das mercadorias exportadas for realizado em veículo, embarcações ou aeronave de bandeira brasileira;

III — sobre o valor C&I das vendas para o exterior, quando o seguro das mercadorias exportadas estiver coberto por empresa nacional.

§ 2º Para os produtos manufaturados cujo imposto tenha alíquota superior a 15% (quinze por cento), será este o nível máximo sobre o qual recairá o cálculo do estímulo fiscal de que trata este artigo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I — fixar alíquota, para efeito de crédito, a que se refere o artigo anterior, para os produtos manufaturados que, no mercado interno, estejam livres ou isentos do imposto sobre produtos industrializados por qualificação de essencialidade;

II — fixar níveis diferenciais de estímulo interiores ao previsto no parágrafo 2º do artigo 2º;

III — alterar o limite a que se refere o parágrafo 2º do artigo 2º:

a) quando se tratar de produtos classificados nos Capítulos 82 a 89 da Tabela anexa a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

b) excepcionalmente, de outros produtos, em virtude de alteração na sistemática tributária ou modificação das condições de mercado.

Art. 4º Os estímulos fiscais a exportação, inclusive os de que trata esta lei, aplicam-se igualmente ao fabricante de produtos industrializados que tenha a sua exportação efetivada por intermédio de empresas exportadoras de cooperativas, de consórcio de exportadores, de consórcio de produtores ou de entidades semelhantes.

Art. 5º É assegurada a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos exportados.

Art. 6º No caso de vendas de produtos nacionais destinados à Zona Franca de Manaus, o disposto no "caput" e no § 1º do artigo 5º, da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, e os benefícios referidos nos artigos anteriores do presente decreto-lei somente se aplicam às mercadorias:

a) reexportadas para o exterior;

b) enquadradas nos termos do artigo 5º, § 2º, da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

Art. 7º É permitido às empresas exportadoras, de que tratam os artigos 1º e 4º, nas condições fixadas em regulamento do Poder Executivo, imputar ao custo, para fins do imposto sobre a Renda, os gastos que no exterior efetuarem com a promoção e propaganda de seus produtos, com a participação em feiras, exposições e certames semelhantes, com a manutenção de filiais, de escritórios e de depósitos ou congêneres.

Parágrafo único. Aplica-se também o disposto neste artigo às indústrias fabricantes de produtos manufaturados, cooperativas, consórcios de produtores, consórcios de exportadores e entidades semelhantes.

Art. 8º Quando o contribuinte do Imposto de Renda comprovar haver exportado, diretamente ou através das entidades referidas no artigo 4º, produtos manufaturados, poderá ser concedido redução ou restituição do imposto de renda incidente sobre transferências para o exterior, a título de "royalties", assistência técnica, e juros de empréstimos, devidamente registrados no Banco Central do Brasil, nas seguintes proporções e condições:

I — de 25% (vinte e cinco por cento) quando a exportação for, de no mínimo 100% (cem por cento) do valor da transferência, e signifique 5% (cinco por cento) ou mais de incremento em relação ao ano anterior;

II — de 50% (cinquenta por cento) quando a exportação for de, no mínimo 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da transferência, e signifique incremento de 10% (dez por cento) ou mais em relação ao ano anterior;

III — de 70% (setenta por cento) quando a exportação for de 200% (duzentos por cento) do valor da transferência, e signifique incremento de 15% (quinze por cento) ou mais em relação ao ano anterior.

Art. 9º O Ministro da Fazenda baixará os atos necessários para regular e disciplinar a aplicação do artigo anterior.

Art. 10. Fica acrescido o seguinte parágrafo único ao artigo 58, da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966:

"Parágrafo único. É o Poder Executivo autorizado a estender a isenção de que trata este artigo às embarcações marítimas estrangeiras que demandarem portos nacionais".

Art. 11. Não constitui fato gerador do imposto de importação e demais tributos, inclusive taxa de Melhoria de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, a reimportação de produtos nacionais que retornem ao País nas seguintes condições:

I — enviado em consignação e não vendido nos prazos autorizados;

II — por defeito técnico que exija sua devolução, para reparo ou substituição;

III — por motivo de modificação na sistemática de importação por parte do país importador;

IV — por motivo de guerra ou calamidade pública;

V — por quaisquer outros fatores alheios à vontade do exportador.

Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará a matéria em regulamento inclusive os casos de eventual devolução dos benefícios fiscais recebidos.

Art. 12. O Poder Executivo definirá os termos, os limites e as condições em que poderá ser concedida a redução ou a isenção do imposto sobre produtos industrializados incidentes nos produtos importados.

§ 1º A decisão e o ato concedente da redução ou da isenção a que se refere o presente artigo e da competência do Ministro da Fazenda.

§ 2º A disposição deste artigo, aplica-se aos casos previstos em leis específicas que autorizam a isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados nas importações de bens para setores de produção.

Art. 13. É o Ministro da Fazenda autorizado a conceder a isenção ou a redução do imposto de importação e/ou do imposto sobre produtos industrializados, que incidem sobre a importação de bens de capital destinados à implantação, ampliação e reaparelhamento de empresas exportadoras ou daquelas que apresentem programa e assumam compromisso de exportar.

§ 1º Os benefícios previstos neste artigo serão concedidos rigorosamente em termos de compensação com exportação, nos níveis e condições estabelecidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

§ 2º O não cumprimento do compromisso de exportação, que vier a ser assumido, obrigará a empresa beneficiária ao pagamento integral dos tributos devidos, à base de conversão do dólar à taxa vigente na data do recolhimento acrescidas de multa, a ser estabelecida e aplicada pelo Ministro da Fazenda, até o limite de 50% do valor das mercadorias importadas.

Art. 14. Não estão compreendidas na revogação mencionada no artigo 18 do Decreto-Lei nº 400-58 as importações e exportações beneficiadas por isenção ou redução na forma da legislação específica.

Art. 15. O artigo 10 da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Fica a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. autorizada a cobrar exclusivamente na importação e pela emissão de licenças de importação, guias de importação ou qualquer documento de efeito equivalente, taxa de expediente não excedente de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor das importações.

Parágrafo único. A emissão de documentos relativos às importações de alimentos e pequenas utilidades, a título de doação e destinados a fins assistenciais ou filantrópicos, fica isenta do pagamento da taxa prevista neste artigo".

Art. 16. É garantido o desembaraço aduaneiro, com os benefícios fiscais da Lei nº 4.613-65, observadas as exigências do Decreto nº 58.932-66 e o Decreto nº 63.066-68 dos veículos cuja importação foi licenciada pela CACEX na vigência dessa Lei, e com o prazo de validade ainda não expirado.

Art. 17. É concedida isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, para os aparelhos especiais destinados à adaptação de veículos com a finalidade de permitir sua utilização por paraplégicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos que as impossibilitam de utilizar veículos comuns.

Parágrafo único. A importação dos aparelhos de que trata este artigo somente se beneficiará com a isenção

quando se constituir de material sem similar nacional, importado diretamente pelo interessado ou pelas empresas nacionais fabricantes de veículos automóveis, para utilização nos limites deste artigo.

Art. 18. O Poder-Executivo indicará em regulamento os produtos e os casos em que a exportação deva ser incentivada com aplicação dos estímulos de que tratam os artigos 1º 3º e 8º, podendo limitar os prazos para sua aplicação.

Art. 19. Os estabelecimentos industriais abrangidos pela isenção a que se refere a Lei nº 5.460, de 25 de junho de 1968, terão direito à restituição do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, produtos intermediários e embalagem adquiridos no período de 1 de maio de 1968 até 31 de dezembro de 1969, para emprêgo, no período referido, na industrialização dos produtos classificados nas Posições 84.24 e 87.01, da Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. A restituição a que se refere este artigo se efetivará segundo normas estabelecidas pelo Secretário da Receita Federal.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, expressamente, a Lei nº 5.444, de 30 de maio de 1968.

Brasília, 5 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 492 — DE 6 DE MARÇO DE 1969

Aprova o Acôrdio Internacional do Açúcar, assinado em Nova York, nas Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1968

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Internacional do Açúcar, assinado em Nova York, nas Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

ACORDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR DE 1968

I N D I C E

Artigo

- Capítulo I — Objetivos*
- 1 Objetivos
- Capítulo II — Definições*
- 2 Definições
- Capítulo III — A Organização Internacional do Açúcar —
Membros e Administração*
- 3 Estabelecimento, Sede e Estrutura da Organização Internacional
do Açúcar
- 4 Membros da Organização
- 5 Composição do Conselho Internacional do Açúcar
- 6 Podêres e Funções do Conselho
- 7 Presidente e Vice-Presidente do Conselho
- 8 Sessões do Conselho
- 9 Votos
- 10 Sistema da Votação no Conselho
- 11 Decisões do Conselho
- 12 Cooperação com outras Organizações
- 13 Admissão de Observadores
- 14 Composição do Comitê Executivo
- 15 Eleição do Comitê Executivo
- 16 Delegação de Podêres pelo Conselho ao Comitê Executivo
- 17 Sistema de Votação e de Tomada de Decisões pelo Comitê
Executivo
- 18 *Quorum* para o Conselho e para o Comitê Executivo
- 19 O Diretor Executivo e seu Secretariado
- Capítulo IV — Privilégios e Imunidades*
- 20 Privilégios e Imunidades
- Capítulo V — Finanças*
- 21 Finanças
- 22 Determinação do Orçamento Administrativo e Fixação das
Contribuições
- 23 Pagamento das Contribuições
- 24 Verificação e Publicação das Contas
- Capítulo VI — Obrigações Gerais dos Membros*
- 25 Obrigações dos Membros
- 26 Verificação de Exportações e Importações
- 27 Normas Trabalhistas
- Capítulo VII — Obrigações Especiais dos Membros
Importadores e de outros Membros que Importem Açúcar*
- 28 Proteção dos Membros Exportadores Contra os Efeitos das
Exportações de Não-Membros
- 29 Cooperação dos Importadores na Defesa dos Preços
- Capítulo VIII — Obrigações Especiais dos Membros
Exportadores*
- 30 Garantias e Obrigações sobre Fornecimentos
- 31 Condições de Venda a Não-Membros
- 32 Obrigações sobre Quotas
- Capítulo IX — Preços*
- 33 Bases
- Capítulo X — Arranjos Especiais*
- 34 Arranjos Especiais
- 35 Exportações Efetuadas no âmbito do Convênio Açucareiro de
1951 da Comunidade Britânica

- 36 Exportações de Cuba para os Países Socialistas
- 37 Exportações Efetuadas no âmbito do Acôrdo Açucareiro Afro-Malgaxe
- 38 Exportações para os Estados Unidos da América
- 39 Situação de Membro e Exportações da União Soviética

Capítulo XI -- Regulamentação das Exportações

- 40 Tonelagens Básicas da Exportação
- 41 Autorizações Máximas de Exportações Líquidas
- 42 Outras Exportações Líquidas Permissíveis
- 43 Doações de Açúcar
- 44 Fundo de Reserva para Crises
- 45 Fixação das Quotas Iniciais de Exportação
- 46 Notificação das Quotas não Utilizadas e Medidas Decorrentes
- 47 Insuficiências e suas Redistribuições
- 48 Fixação e Ajustamento dos Níveis das Quotas
- 49 Distribuição das Quotas Iniciais da Exportação e Aplicação dos Ajustamentos dos Níveis de Quotas aos Membros Individuais

Capítulo XII -- Medidas de Apoio e Acesso aos Mercados

- 50 Medidas de Apoio
- 51 Obrigações Especiais dos Membros Importadores Desenvolvidos

Capítulo XIII -- Estoques

- 52 Estoques Máximos
- 53 Estoques Mínimos

Capítulo XIV -- Revisão Anual e Medidas Destinadas a Estimular o Consumo

- 54 Revisão Anual
- 55 Medidas Destinadas a Estimular o Consumo

Capítulo XV -- Exoneração de Obrigações em Situações Especiais

- 56 Exoneração de Obrigações

Capítulo XVI -- Litígios e Reclamações

- 57 Litígios
- 58 Medidas a serem tomadas pelo Conselho em caso de Reclamação ou de não Cumprimento de Obrigações por Membros

Capítulo XVIII -- Disposições Finais

- 59 Assinatura
- 60 Ratificação
- 61 Notificação pelos Governos
- 62 Notificação de Aplicação Provisória do Acôrdo
- 63 Entrada em Vigor
- 64 Adesão
- 65 Reservas
- 66 Aplicação Territorial
- 67 Retirada Voluntária
- 68 Exclusão
- 69 Liquidação das Contas em Caso de Retirada ou Exclusão
- 70 Duração e Revisão
- 71 Emendas
- 72 Notificação pelo Secretário-Geral das Nações Unidas

Anexo A

Compromissos Assumidos por Membros Importadores de Conformidade com o Artigo 51.

Anexo B

Distribuição dos Votos nos Termos do Artigo 63.

CAPÍTULO I

Objetivos

ARTIGO 1

Objetivos

Os objetivos do Acôrdio Internacional do Açúcar (doravante referido como o *Acôrdio*), que levam em consideração as Recomendações contidas na Ata Final da I Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, são:

a) elevar o nível do comércio internacional do açúcar; com vistas, particularmente, a aumentar a receita de exportação dos países exportadores em vias de desenvolvimento;

b) manter um preço estável para o açúcar, que seja razoavelmente remunerativo para os produtores mas que não encoraje novas expansões da produção nos países desenvolvidos;

c) prover suprimentos adequados de açúcar, para atender a preços justos e razoáveis às necessidades dos países importadores;

d) aumentar o consumo do açúcar e, em particular, promover a adoção de medidas que estimulem esse consumo em países onde seu nível *per capita* seja baixo;

e) lograr um maior equilíbrio entre a produção e o consumo mundiais de açúcar;

f) facilitar a coordenação da política de comercialização do açúcar e a organização do mercado;

g) assegurar para o açúcar prove-niente de países em vias de desenvolvimento adequada participação nos mercados dos países desenvolvidos e crescente acesso a esses mesmos mercados;

h) observar atentamente a evolução do uso de quaisquer formas de substitutos para o açúcar, inclusive ciclamatos e outros dulcificantes artificiais; e

i) favorecer a cooperação internacional em assuntos referentes a açúcar.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2

Definições

Para os fins dêste Acôrdio:

1) O termo "Organização" designa a Organização Internacional do Açúcar, estabelecida pelo Artigo 3.

2) O termo "Conselho" designa o Conselho Internacional do Açúcar estabelecido pelo Artigo 3.

3) O termo "Membro" designa uma Parte Contratante ou um território ou grupo de territórios sobre os quais tenha sido feita notificação de acôrdio com o parágrafo (3) do Artigo 66.

4) A expressão "Membro em desenvolvimento" designa qualquer Membro da América Latina, da África, exceto África do Sul, da Ásia, exceto Japão, e da Oceania, exceto Austrália e Nova Zelândia, e ainda: Grécia, Portugal, Espanha, Turquia e Iugoslávia.

5) A expressão "Membro desenvolvido" designa qualquer Membro que não seja "Membro em desenvolvimento".

6) A expressão "Membro Exportador" designa um Membro que é exportador líquido de açúcar.

7) A expressão "Membro Importador" designa um Membro que é importador líquido de açúcar.

8) A expressão "Membro que importe açúcar" designa qualquer Membro que importa açúcar, seja importador líquido ou exportador líquido de açúcar.

9) A expressão "Voto Especial" designa uma maioria de dois terços dos votos emitidos pelos Membros exportadores presentes e votantes e uma maioria de dois terços dos votos emitidos pelos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.

10) A expressão "Maioria discribuida de dois terços" designa uma maioria dos Membros que represente dois terços do total dos votos dos Membros importadores e uma maioria dos Membros que represente dois terços do total dos votos dos Membros exportadores, contados separadamente.

11) A expressão "Maioria distribuída simples" designa uma maioria simples dos votos emitidos pela maioria dos Membros exportadores presentes e votantes, e uma maioria simples dos votos emitidos pela maioria dos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.

12) O "Exercício Financeiro" corresponde ao ano-quota.

13) A expressão "Ano-Quota" designa o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, inclusive.

14) O termo "Tonelada" designa uma tonelada métrica, ou seja 1.000 quilogramas, e "Libra" designa uma libra avoirdupois. As quantidades de açúcar especificadas no Acórdo são em termos de peso líquido em valor bruto (o valor bruto de qualquer quantidade de açúcar corresponde ao seu equivalente em termos de açúcar bruto acusando 96 graus em teste de polarímetro).

15) O termo "Açúcar" designa açúcar em qualquer das suas formas comerciais reconhecidas, derivadas de cana-de-açúcar ou de beterraba, inclusive méis comestíveis e de fantasia, xaropes e quaisquer outras formas de açúcar líquido utilizado para uso humano:

a) o termo "Açúcar", tal como definido acima, não incluirá méis finais e tipos de açúcar não-centrífugo de qualidade inferior produzidos por métodos primitivos, nem, com exceção do que consta no Anexo B, açúcar destinado a outros usos que não o consumo humano como alimento;

b) se o Conselho decidir que a utilização crescente de misturas de açúcar torna-se uma ameaça para os objetivos do Acórdo, essas misturas serão consideradas como açúcar, proporcionalmente ao seu conteúdo de açúcar. O aumento da quantidade de tais misturas exportadas sobre a quantidade exportada antes da entrada em vigor do Acórdo será deduzida da quota de exportação do Membro exportador interessado, proporcionalmente ao seu conteúdo de açúcar.

16) A expressão "Mercado livre" designa o total das importações líquidas do mercado mundial, exceto aquelas cobertas pelos Artigos 35 a 38 inclusive, e pelo parágrafo (3) do Artigo 39.

17) A expressão "Importações líquidas" designa o total das importações de açúcar, depois de deduzido o total das exportações de açúcar.

18) A expressão "Exportações líquidas" designa o total das exportações de açúcar (exceto o açúcar fornecido a navios em portos nacionais para consumo a bordo), depois de deduzido o total das importações de açúcar.

19) A expressão "Tonelagem básica de exportação" designa a quantidade especificada no artigo 40.

20) A expressão "Quota inicial de exportação" designa a quantidade de açúcar atribuída a um país exportador de acordo com o parágrafo (1) do artigo 45 ou parágrafo (2) (a) do artigo 4.

21) A expressão "Quota em vigor" designa a quota inicial de exportação após as modificações que possam ter ocorrido por força do Capítulo XI, durante o tempo referido nas disposições do Acórdo onde esta expressão for usada.

22) A expressão "Autorizações básicas de exportação" para os fins do parágrafo (1) (b) do artigo 52 designa, para cada Membro exportador, a soma total da sua tonelagem básica de exportação ou maior autorização de exportação de acordo com o artigo 49 e, quando relevante, a quota básica que lhe corresponder no ano-quota imediatamente anterior, em decorrência dos acordos especiais referidos nos artigos 35 a 38.

23) A expressão "Embarque" inclui, nos termos do artigo 30, deslocamentos de açúcar por terra, quaisquer que sejam os meios de transporte utilizados.

24) A expressão "Preço prevalente" está definida no parágrafo (2) do artigo 33.

25) A expressão "Entrada em vigor" designa, salvo disposições em contrário, a data em que este Acórdo entrar em vigor provisória ou definitivamente.

26) Qualquer referência no Acórdo a "Governo convidado à Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar de 1968" é considerada como aplicável à Comunidade Económica Europeia (CEE). Igualmente, qualquer referência no Acórdo a "Assinatura do Acórdo" ou a "Depósito"

do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão" por um Governo deve, no caso da CEE, ser considerada como incluindo assinatura em nome da CEE pela autoridade competente, e depósito do instrumento requerido pela processualística institucional da Comunidade para a conclusão de um acordo internacional.

CAPÍTULO III

A Organização Internacional do Açúcar — Membros e Administração

ARTIGO 3

Estabelecimento, Sede e Estrutura da Organização Internacional do Açúcar

1) Fica instituída a Organização Internacional do Açúcar, com o objetivo de administrar as disposições do Acordo e superintender o seu funcionamento. É a sucessora do Conselho Internacional do Açúcar, que operou sob o Acordo Internacional do Açúcar de 1958.

2) A Sede da Organização é Londres, a menos que o Conselho decida de outro modo por voto especial.

3) A Organização funciona através do Conselho Internacional do Açúcar, do seu Comitê Executivo, e do seu Diretor-Executivo e seu secretariado.

ARTIGO 4

Membros da Organização

1) Cada Parte Contratante constitui um só Membro da Organização, salvo disposição em contrário, de acordo com o parágrafo (2) deste artigo.

2) Se qualquer Parte Contratante, incluindo os territórios por cujas relações internacionais for, no momento, o responsável final, e aos quais o Acordo for estendido, de conformidade com o parágrafo (1) do artigo 66, consiste de uma ou mais unidades que deveriam, individualmente, constituir um Membro exportador, de uma ou mais unidades que deveriam, individualmente, constituir um Membro importador a representação pode ser comum à Parte Contratante e aos

citados territórios ou, quando a Parte Contratante fizer uma notificação neste sentido, consoante o parágrafo (3) do artigo 66 poderá haver associação em separado, seja individualmente em conjunto ou em grupos, para os territórios que deveriam, individualmente, constituir um Membro exportador e associação em separado para os territórios que individualmente, deveriam constituir um Membro importador.

ARTIGO 5

Composição do Conselho Internacional do Açúcar

1) A autoridade suprema da Organização é o Conselho Internacional do Açúcar, que consiste de todos os Membros da Organização.

2) Cada Membro é representado no Conselho por um representante e, quando o desejar, por um ou mais suplentes. Qualquer Membro pode igualmente designar um ou mais assessores para o seu representante ou suplentes.

ARTIGO 6

Podêres e Funções do Conselho

1) O Conselho exerce todos os poderes e desempenha ou providencia o desempenho de todas as funções necessárias ao cumprimento das disposições expressas do Acordo.

2) O Conselho adota por voto especial todas as normas e regulamentos necessários ao cumprimento das estipulações do Acordo e que sejam com o mesmo compatíveis, inclusive o seu próprio Regimento Interno e e dos comitês, assim como os regulamentos financeiro e do secretariado da Organização. O Conselho pode, em seu Regimento Interno, estabelecer um processo que lhe permita, sem se reunir, decidir sobre questões específicas.

3) O Conselho deve manter os arquivos e a documentação necessários ao desempenho das funções que lhe atribui o Acordo, todos os outros arquivos e documentação que considerar apropriados.

4) O Conselho publica um relatório anual e quaisquer outras informações que julgar apropriadas.

ARTIGO 7

*Presidente e Vice-Presidente
do Conselho*

1) Para cada ano-quota o Conselho elege dentre as delegações um Presidente e um Vice-Presidente, os quais exercerão suas funções sem ônus para a Organização.

2) O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos cada ano-quota, alternadamente, um dentre as delegações dos Membros importadores e o outro dentre as delegações dos Membros exportadores, a menos que o Conselho, em circunstâncias especiais, decida por voto especial reeleger o Presidente, o Vice-Presidente ou a ambos.

3) Na ausência temporária do Presidente, ou na ausência permanente de um ou de ambos, o Conselho pode eleger dentre as delegações novos titulares para essas funções, provisórios ou permanentes, como julgar apropriado, levando em conta o princípio da representação alternada enunciado no parágrafo (2) deste artigo.

4) Nem o Presidente, nem qualquer outro Membro da Mesa que esteja presidindo reuniões tem direito de voto. Pode, entretanto, indicar uma outra pessoa para exercer o poder de voto do Membro que representa.

ARTIGO 8

Sessões do Conselho

1) Como regra geral, o Conselho realiza uma sessão ordinária em cada semestre do ano-quota.

2) Além das sessões que pode realizar por força de outras circunstâncias especificamente enunciadas no Acórdão o Conselho pode reunir-se em sessão especial quando assim o decidir, ou por requerimento:

- a) de cinco Membros quaisquer;
- b) de Membros com um mínimo de 250 votos; ou
- c) do Comitê Executivo.

3) A notificação das sessões é feita aos Membros com uma antecedência de pelo menos trinta dias úteis, exceto em caso de emergência, quando tal notificação é feita com antecedência de dez dias ou quando as disposições do Acórdão estipularem de outra maneira.

4) As sessões se realizam na sede da Organização, a menos que o Conselho decida de outra maneira por voto especial. Se algum dos Membros convidar o Conselho para reunir-se em outro local que não o da sede, deve arcar com os custos adicionais daí decorrentes.

ARTIGO 9

Votos

1) Os Membros exportadores dispõem, em conjunto, de 1.000 votos, e os Membros importadores dispõem, em conjunto, de 1.600 votos.

2) O Conselho estabelece no seu Regimento Interno as fórmulas a serem usadas para a distribuição dos votos entre os Membros exportadores e importadores. O Regimento Interno está sujeito às seguintes disposições:

- a) não há votos fracionados;
- b) nenhum Membro pode dispor de mais de 200 votos ou de menos de 5 votos.

3) No início de cada ano-quota o Conselho, com base nessas fórmulas, estabelece a distribuição dos votos para cada categoria de Membros, a qual é válida para todo o ano-quota, exceto para dar cumprimento às estipulações do parágrafo (4) deste artigo.

4) Quando ocorrer qualquer modificação no número de Membros do Acórdão, ou quando qualquer Membro tiver suspenso o seu direito de voto ou recuperar o seu direito de voto consoante qualquer estipulação do Acórdão, o Conselho efetua a redistribuição dos votos em cada categoria de Membros, com base nas fórmulas enunciadas no parágrafo (2) deste artigo.

ARTIGO 10

Sistema de Votação no Conselho

1) Cada representante ou seu suplente dispõe de todos os votos do Membro que representa, e não os pode dividir. Pode, entretanto, dispor de forma diferente dos votos que estiver autorizado a emitir de acordo com o parágrafo (2) deste Artigo.

2) Sempre que informar por escrito ao Presidente, qualquer Membro ex-

portador pode autorizar qualquer outro Membro exportador, e qualquer Membro importador pode autorizar qualquer outro Membro importador a representar os seus interesses e a dispor de seus votos em qualquer sessão ou sessões do Conselho. Uma cópia das referidas autorizações é examinada por um Comitê de Credenciais que pode ser criado pelo Regimento Interno do Conselho.

ARTIGO 11

Decisões do Conselho

1) Todas as decisões e todas as recomendações do Conselho são adotadas por uma maioria distribuída simples dos votos emitidos pelos Membros do Conselho, salvo quando o Acórdão exigir voto especial.

2) No cômputo do número de votos necessários para a adoção de qualquer decisão pelo Conselho, as ausências não são contadas como votos.

3) Os Membros se comprometem a aceitar como obrigatórias todas as decisões que o Conselho tomar de conformidade com as disposições do Acórdão.

ARTIGO 12

Cooperação com outras Organizações

1) O Conselho toma quaisquer providências que julgar convenientes para proceder a consultas ou promover a cooperação com as Nações Unidas e seus órgãos, em particular a UNCTAD e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e com as demais agências especializadas e organizações intergovernamentais que julgar apropriado.

2) O Conselho, tendo em vista o papel especial da UNCTAD no comércio internacional dos produtos de base, deve manter a UNCTAD informada das suas atividades e programas de trabalho.

3) O Conselho pode também adotar quaisquer disposições apropriadas para manter um contato eficaz com as organizações internacionais de produtores, comerciantes e fabricantes de açúcar.

ARTIGO 13

Admissão de Observadores

1) O Conselho pode convidar qualquer país não-Membro que seja Membro das Nações Unidas ou de suas agências especializadas para comparecer à sua sessão como observador.

2) O Conselho pode também convidar qualquer uma das Organizações referidas no Artigo 12 (1) para comparecer à sua sessão como observador.

ARTIGO 14

Composição do Comitê Executivo

1) O Comitê Executivo é constituído de oito Membros exportadores e oito Membros importadores, eleitos para cada ano-quota de acordo com o Artigo 15, e que podem ser reeleitos.

2) Cada Membro do Comitê designa um representante que pode fazer-se acompanhar de um ou mais suplentes e assessores.

3) O Comitê Executivo designa o seu Presidente para cada ano-quota. Este não tem direito a voto e pode ser reconduzido.

4) O Comitê Executivo reúne-se na sede da Organização, a menos que decida de outra maneira. Se algum Membro convidar o Comitê Executivo para reunir-se em outro local que não a sede da Organização, esse Membro arca com os custos adicionais daí decorrentes.

ARTIGO 15

Eleição do Comitê Executivo

1) Os Membros exportadores e importadores do Comitê Executivo são eleitos em sessão do Conselho, respectivamente, pelos Membros exportadores e importadores da Organização. A eleição dentro de cada categoria obedece às seguintes disposições deste Artigo.

2) Cada Membro vota em favor de um só candidato, conferindo-lhe todos os votos de que dispõe em virtude do Artigo 9. Qualquer Membro pode emitir em favor de um só candidato os votos de que dispõe em decorrência do parágrafo (2) do Artigo 10.

3) Os oito candidatos que receberem o maior número de votos são eleitos; contudo, nenhum candidato é eleito no primeiro escrutínio, a menos que receba um mínimo de 70 votos.

4) Se, de acordo com o disposto no parágrafo (3) deste Artigo, menos de oito candidatos forem eleitos no primeiro escrutínio, são realizados novos escrutínios, nos quais têm direito de voto apenas os Membros que não votaram em nenhum dos candidatos eleitos. Em cada novo escrutínio o número mínimo de votos exigido para a eleição diminui sucessivamente de cinco unidades, até que oito candidatos sejam eleitos.

5) Qualquer Membro que não tenha votado em favor de qualquer dos Membros eleitos pode emitir os seus votos em favor de um deles sujeito aos parágrafos (6) e (7) deste Artigo.

6) Considera-se que o Membro dispõe dos votos originalmente emitidos em seu favor ao ser eleito, mais os votos que detém, sob reserva de que o número total de votos não ultrapasse 299 para qualquer dos Membros eleitos.

7) Se os votos obtidos por um Membro eleito ultrapassam a 299, os Membros que nele votaram ou que emitirem em favor do mesmo os seus votos se entendem entre si para que um ou mais entre eles retire os seus votos e os transfira em favor de um outro Membro eleito, de modo que nenhum Membro eleito disponha de mais de 299 votos.

ARTIGO 16

Delegação de Podêres pelo Conselho ao Comitê Executivo

1) O Conselho pode, por voto especial, delegar ao Comitê Executivo o exercício de qualquer dos seus poderes, ou de todos eles, salvo os seguintes:

a) aprovação do orçamento administrativo e fixação das contribuições;

b) determinação das quotas iniciais de exportação, consoante o parágrafo (1) (b) do Artigo 45, adoção das medidas enunciadas no subparágrafo (2), (e) do Artigo 49, e a decisão prevista no parágrafo (2) do Artigo 40;

c) suspensão do direito de voto e outros direitos de um Membro, de

conformidade com o parágrafo (3) do Artigo 58;

d) exoneração das obrigações estipuladas no Artigo 56;

e) decisão de litígios, nos termos do Artigo 56;

f) exclusão de um Membro do Acórdão, nos termos do Artigo 64;

g) terminação do Acórdão, nos termos do Artigo 66;

h) recomendação de emendas, nos termos do Artigo 67;

i) revisão dos preços estipulados, nos termos do parágrafo (4) do Artigo 48.

2) O Conselho pode revogar em qualquer ocasião qualquer delegação de poderes ao Comitê Executivo.

ARTIGO 17

Sistema de Votação e de Tomada de Decisões pelo Comitê Executivo

1) Cada Membro do Comitê Executivo está autorizado a emitir o número de votos recebidos nos termos do Artigo 15, não se admitindo a divisão de votos.

2) Sem prejuízo do que estabelece o parágrafo (1), e sempre depois de informar o Presidente por escrito, qualquer Membro exportador ou importador que não seja Membro do Comitê Executivo, e que não emitirá os seus votos de acordo com o parágrafo (5) do Artigo 15, pode, sujeito às disposições do parágrafo (6) do Artigo 15, autorizar qualquer Membro exportador ou importador do Comitê Executivo, de acordo com o caso, a representar os seus interesses e a emitir os seus votos no Comitê Executivo.

3) Todas as decisões adotadas pelo Comitê Executivo exigem maioria igual à requerida para a adoção de medidas semelhantes pelo Conselho.

4) Qualquer Membro tem o direito de apelar para o Conselho contra qualquer decisão do Comitê Executivo, nas condições que o Conselho definir em seu Regimento Interno.

ARTIGO 18

Quorum para o Conselho e para o Comitê Executivo

1) O quorum necessário a qualquer sessão do Conselho é a presença de

uma maioria dos Membros que represente uma maioria distribuída de dois terços do total dos votos. Se não houver *quorum* no dia afixado para a abertura de qualquer sessão do Conselho, ou se no decorrer de qualquer sessão do Conselho não se observar *quorum* por três reuniões consecutivas, o Conselho é convocado para sete dias mais tarde; a partir deste momento, e para o resto da sessão, o *quorum* é constituído pela presença da maioria dos Membros que represente a maioria distribuída simples dos votos. Todo Membro representado de acordo com o parágrafo (2) do Artigo 10 é considerado como presente.

2) O *quorum* para qualquer sessão do Conselho Executivo é a presença de uma maioria dos Membros que represente uma maioria distribuída de dois terços do total dos votos.

ARTIGO 19

O Diretor Executivo e seu Secretariado

1) O Conselho, após consulta ao Comité Executivo, designa, por voto especial, o Diretor Executivo. Os termos da designação do Diretor Executivo são fixados pelo Conselho à luz dos critérios utilizados na escolha de funcionários correspondentes em organizações intergovernamentais similares.

2) O Diretor Executivo é o principal funcionário administrativo da Organização e o responsável pela execução de todas as funções que lhe cabem no exercício da administração do Acordo.

3) O Diretor Executivo nomeia o seu secretariado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho. Ao estabelecer tais normas o Conselho leva em conta as regras aplicáveis ao pessoal de organizações intergovernamentais análogas.

4) O Diretor Executivo e os componentes do secretariado não podem ter qualquer interesse financeiro no comércio ou indústria de açúcar.

5) No exercício das funções que lhes incumbem em decorrência deste Acordo, o Diretor Executivo e o seu secretariado não solicitam nem recebem instruções de qualquer Membro ou de qualquer outra autoridade externa à Organização. Nesse sentido, eles se abstêm de qualquer ato incompatível com a sua situação de funcionários internacionais responsáveis unicamente

perante a Organização. Cada Membro se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Diretor Executivo e do seu secretariado, não procurando influenciá-los no desempenho das suas responsabilidades.

CAPÍTULO IV

Privilegios e Imunidades

ARTIGO 20

Privilegios e Imunidades

1) A Organização tem personalidade jurídica. Ela tem, em particular, o poder de contratar, adquirir e dispor de bens móveis e imóveis, e de demandar em juízo.

2) O Governo do país onde estiver situada a sede da Organização (doravante referido como "Governo anfitrião"), tão logo o Acordo entre em vigor, concluirá com a Organização um acordo, a ser aprovado pelo Conselho, relativo à situação, aos privilégios e às imunidades da Organização, do Diretor Executivo e seu secretariado e dos representantes dos Membros durante a sua permanência no território do governo anfitrião com a finalidade de exercer suas funções.

3) O acordo referido no parágrafo (2) deste Artigo será independente do presente Acordo e prescreverá as condições para a sua terminação.

4) A menos que sejam postas em execução outras medidas fiscais, de acordo com o previsto no parágrafo (2) deste Artigo, o governo anfitrião:

a) concede isenção de taxas sobre a remuneração paga pela Organização aos seus funcionários, exceto quando tal isenção não se aplica aos nacionais daquele país; e

b) concede isenção de taxas sobre os haveres, a receita e demais bens da Organização.

CAPÍTULO V

Finanças

ARTIGO 21

1) As despesas das delegações ao Conselho, representantes no Comité Executivo e representantes em quaisquer dos comités do Conselho ou do Comité Executivo são custeadas pelos seus respectivos Governos.

2) As despesas necessárias à administração do Acôrdo são custeadas por contribuições anuais dos Membros, de acôrdo com o Artigo 22. Se entretanto, um Membro solicitar serviços especiais, o Conselho pode exigir o pagamento destes serviços.

3) Uma contabilidade é mantida para a administração do Acôrdo.

4) O exercício financeiro da Organização coincide com o ano-quota.

ARTIGO 22

Determinação do Orçamento Administrativo e Fixação das Contribuições

1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprova o orçamento administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixa a contribuição respectiva de cada Membro.

2) A contribuição de cada Membro para o orçamento administrativo de cada exercício financeiro é proporcional à relação que exista, no momento da aprovação do orçamento administrativo relativo a esse exercício, entre o número de votos que o mesmo dispõe e o número de votos de que dispõem todos os Membros em conjunto. Para determinar as contribuições, os votos de cada Membro são calculados sem tomar em conta a suspensão do direito de voto de qualquer Membro ou qualquer redistribuição de votos daí resultante.

3) A contribuição inicial de qualquer Membro que adira à Organização depois da entrada em vigor do Acôrdo é fixada pelo Conselho com base no número de votos que são atribuídos ao novo Membro e, em função do período restante do exercício financeiro em curso permanecendo inalteradas as contribuições fixadas aos outros Membros, para o exercício financeiro em curso.

4) Se o acôrdo entrar em vigor mais de oito meses antes do início do primeiro exercício financeiro completo da Organização, o Conselho, em sua primeira sessão, vota um orçamento administrativo que cubra um período que se estenda até o início do primeiro exercício financeiro completo. Nos outros casos, o primeiro orçamento administrativo cobrirá o mesmo tempo deste período inicial e o primeiro exercício financeiro completo.

ARTIGO 23

Pagamento das Contribuições

1) As contribuições ao orçamento administrativo de cada exercício financeiro são pagas em moeda conversível e exigíveis desde o primeiro dia do exercício.

2) Se ao fim de cinco meses após o início do exercício financeiro um Membro não tiver saldado integralmente a sua contribuição ao orçamento administrativo, o Diretor Executivo solicitará ao Membro o pagamento no mais breve prazo possível. Se, ao cabo de dois meses após a solicitação do Diretor Executivo, o Membro não tiver ainda saldado a sua contribuição, pode ter ele o seu direito de voto no Conselho e no Comité Executivo suspenso até que efetue o pagamento integral da contribuição.

3) Um Membro cujo direito de voto tenha sido suspenso de acôrdo com o parágrafo (2) deste Artigo não é privado de nenhum dos seus outros direitos ou exonerado das obrigações que lhe impõe o Acôrdo, a menos que o Conselho decida de outra maneira por voto especial, permanecendo ele obrigado a pagar a sua contribuição e a custear outras obrigações financeiras previstas pelo Acôrdo.

ARTIGO 24

Verificação e Publicação das Contas

Logo após o encerramento de cada exercício financeiro uma prestação de contas da Organização e um balancete para o mesmo exercício, devidamente verificados por um perito em contabilidade que não tenha interesse no Acôrdo, são apresentados ao Conselho para aprovação e publicação.

CAPÍTULO VI

Obrigações Gerais dos Membros

ARTIGO 25

Obrigações dos Membros

1) Os Membros comprometem-se a adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações contraídas em decorrência do

Acôrdo e a colaborar entre si com vistas à realização dos objetivos do mesmo.

2) Os Membros comprometem-se a colocar à disposição da Organização e a fornecer à mesma todas as informações de ordem estatística, bem como outras que, consoante o Regulamento Interno sejam necessárias à Organização para o bom desempenho das suas funções de conformidade com o disposto no Acôrdo.

ARTIGO 26

Verificação de Exportações e Importações

1) O Conselho pode, a qualquer momento, adotar medidas para averiguar as quantidades de açúcar exportadas para o mercado livre ou importadas do mesmo por países Membros. Tais medidas podem incluir, entre outras, a emissão de certificados de origem e outros documentos de embarque ou exportação.

2) O Conselho pode, por voto especial, decidir que a exportação ou importação de açúcar por Membros deverá obedecer as medidas relativas à documentação que porventura venha a determinar nos termos ao parágrafo (1) d'êste Artigo.

ARTIGO 27

Normas Trabalhistas

Os Membros asseguram a manutenção de normas trabalhistas justas nas suas respectivas indústrias açucareiras e na medida do possível, continuam melhorando o nível de vida nos diferentes setores da produção açucareira, tanto no que se refere aos trabalhadores agrícolas e aos industriais, como aos cultivadores de cana e de beterraba.

CAPÍTULO VII

Obrigações Especiais dos Membros Importadores e de outros Membros que importem açúcar

ARTIGO 28

Proteção dos Membros Exportadores Contra os Efeitos das Exportações de Não-Membros

1) Para evitar que países não-Membros sejam favorecidos em detrimento dos Membros, cada Membro se compromete, para cada ano-quota a:

a) não permitir a importação de não-Membros de uma quantidade total de açúcar maior, em conjunto, que a média das quantidades importadas daquele países em conjunto durante o triênio 1966-1968; e

b) a proibir todas as importações de açúcar de não-Membros quando o preço prevalecente estiver abaixo do preço estipulado no parágrafo (2) (j) do Artigo 48, e enquanto subsistir esta situação.

2) A limitação e a proibição estipuladas no parágrafo (1) d'êste Artigo não se aplicam à importação de quantidades de açúcar compradas:

a) para os fins do subparágrafo (a) daquele parágrafo, durante qualquer período em que, em virtude do parágrafo (2) (d) do Artigo 48, as quotas não estejam em vigor; e

b) para os fins do subparágrafo (b) daquele parágrafo antes da queda do preço prevalecente abaixo do preço estipulado no parágrafo (2) (j) do Artigo 48, desde que tais compras sejam notificadas ao Conselho pelo Membro interessado.

3) Os anos citados no parágrafo (1) (a) d'êste Artigo podem ser alterados pelo Conselho com respeito a qualquer Membro, quando êste assim o solicitar, e se o Conselho estiver convencido de que há razões especiais que justifiquem tal alteração.

4) Durante o primeiro ano do Acôrdo, e até que os Membros que importam açúcar assumam, com relação ao seu comércio de reexportação, as obrigações que lhes impõe o parágrafo (1) do presente Artigo, serão adotadas, entre êsses importadores e os exportadores que lhes fornecem açúcar para reexportação, medidas para salvaguardar a manutenção do seu comércio de exportação e do fornecimento de açúcar aos mesmos importadores pelos Membros re-exportadores.

5) Qualquer Membro que considerar que não pode cumprir integralmente as obrigações decorrentes d'êste artigo, ou que estas obrigações prejudicam ou ameaçam prejudicar o comércio de reexportação de açúcar do seu país ou o seu comércio de produtos que contenham açúcar, pode,

se assim decidir o Conselho por voto especial, e na medida em que este o determinar, ser exonerado das obrigações que lhe impõe o parágrafo (1) do presente artigo. O Conselho define no seu Regimento Interno as circunstâncias em que os Membros podem ser exonerados das suas obrigações, em particular com respeito a casos urgentes e excepcionais surgidos no decorrer do comércio habitual.

6) O Conselho disporá, em seu Regimento Interno, sobre a preparação e apresentação de relatórios ao Conselho em cada um dos seus períodos de sessões, e de um relatório geral logo depois do encerramento do ano-quota, evidenciando, *inter alia* para o período aberto por cada relatório:

a) as quantidades de açúcar exportadas por não-Membros para todos os destinos; e

b) as quantidades importadas de não-Membros por Membros.

7) Qualquer importação de um não-Membro por um Membro que exceda às quantidades cuja importação é permitida por este Artigo é deduzida da quantidade que de outro modo, o mesmo Membro seria autorizado a importar no ano-quota imediatamente posterior, a menos que o Conselho decida de outra maneira.

8) Dentro de um prazo de 45 dias a partir do início de um ano-quota, o Conselho exonera, para esse ano-quota os Membros exportadores das obrigações impostas pelo Artigo 30 relativo aos Membros importadores que não tenham cumprido satisfatoriamente, no ano imediatamente anterior, as suas obrigações de conformidade com o citado Artigo.

ARTIGO 29

Cooperação dos Importadores na Defesa dos Preços

Quando o Conselho julgar oportuno, recomendará aos Membros que importam açúcar meios e modos de prestar assistência aos Membros exportadores em seu empenho de assegurar que as vendas se efetuem a preços que sejam compatíveis com as disposições pertinentes do presente Acôrdo.

CAPÍTULO VIII

Obrigações Especiais dos Membros Exportadores

ARTIGO 30

Garantias e Obrigações sobre Fornecimentos

1) Os Membros exportadores se comprometem, sempre que o preço prevalecente estiver acima do preço especificado no parágrafo (2) (j) do Artigo 48, a oferecer, em consonância com as normas comerciais vigentes entre os Membros interessados e dentro dos limites impostos pelas quotas de exportação em vigor, fornecimentos de açúcar aos Membros importadores suficientes para habilitá-los a satisfazer as suas necessidades normais de importação do mercado livre.

2) (a) Dez dias depois que o preço prevalecente subir acima de 4,75 centavos de dólar por libra péso, o açúcar mantido como estoque mínimo consoante a provisão do Artigo 53 será liberado e oferecido aos Membros importadores para venda imediata e pronto embarque. A menos que o Conselho decida de outra maneira a quantidade de açúcar liberado será 50% da quantidade total mantida naquela época de acôrdo com as provisões do Artigo 53.

b) Dez dias depois que o preço prevalecente subir acima de 5,00 centavos de dólar por libra péso a quantidade total dos estoques restantes, mantidos de acôrdo com as disposições do Artigo 53 será liberada e oferecida para venda imediata e pronto embarque aos Membros importadores, a menos que o Conselho decida de outra maneira por voto especial.

3) Se o preço prevalecente estiver acima de 5,25 centavos, os Membros exportadores devem conceder prioridade, em igualdade de condições comerciais, aos Membros importadores sobre os não-Membros, em tôdas as ofertas de venda ao mercado livre realizadas enquanto o preço prevalecente estiver acima de 5,25 centavos.

4) Se, apesar do disposto no parágrafo (2) deste Artigo, o preço prevalecente exceder a 6,50 centavos por libra péso, cada Membro importador, sujeito aos parágrafos (7), (8) (b), (10) e (12) deste artigo, tem a op-

ção de comprar, de cada um dos seus exportadores tradicionais, a preços que não excedam ao equivalente do preço de obrigação de fornecimento, uma quantidade de açúcar a ser determinada da seguinte maneira:

a) (i) Se o preço prevalecente subir acima de 6,50 centavos por libra peso durante os quatro meses anteriores ao ano-quota pertinente, ou se estiver acima desse nível no dia 1º de setembro anterior ao ano-quota pertinente, o saldo da obrigação básica;

(ii) se o preço prevalecente subir acima de 6,50 centavos por libra peso durante o primeiro trimestre do ano-quota pertinente, ou estiver acima desse nível no primeiro dia daquele ano-quota, 75% da obrigação básica ou o saldo da obrigação básica, se for inferior;

(iii) se o preço prevalecente subir acima de 6,50 centavos por libra peso durante o segundo trimestre do ano-quota pertinente, ou estiver acima deste nível em 1º de abril daquele ano-quota, 50% da obrigação básica, ou o saldo da obrigação básica se este for inferior;

(iv) se o preço prevalecente subir acima de 6,50 centavos por libra peso durante o sétimo ou oitavo mês do ano-quota pertinente, ou estiver acima desse nível em 1º de julho daquele ano-quota, 25% da obrigação básica, ou o saldo da obrigação básica, se este for inferior;

(v) se o preço prevalecente subir acima de 6,50 centavos por libra peso durante os últimos 4 meses do ano-quota pertinente, ou estiver acima desse nível em 1º de setembro daquele ano-quota, a obrigação de fornecimento se aplica ao ano-quota subsequente, de acordo com o subparágrafo (4) (a) (i) deste Artigo.

(b) Neste Artigo:

(i) por "Membros exportadores tradicionais" se entende os Membros exportadores que exportaram açúcar no mercado livre para o Membro importador interessado durante os dois anos calendários anteriores, e o conceito de "Membros importadores tradicionais" deve ser entendido de forma análoga;

(ii) a "obrigação básica" de cada Membro exportador com respeito a cada um dos seus Membros importadores tradicionais, para o segundo e cada um dos anos subsequentes do

Acódo, é a média das quantidades do açúcar de mercado livre exportado para o Membro importador interessado durante os dois anos calendários anteriores;

(iii) o "saldo da obrigação de fornecimento" é a "Obrigação de fornecimento" menos quaisquer quantidades já embarcadas ou comprometidas para embarque a preços iguais ou inferiores ao "Preço de Obrigação de Fornecimento" durante o ano-quota pertinente;

(iv) o "preço de obrigação de fornecimento" é equivalente ao preço referido no parágrafo (4) (a) deste artigo para açúcar cru, com 96 graus de polarização base F. O. B. estocado a granel em porto do Caribe. Entretanto, qualquer Membro exportador pode solicitar um preço de obrigação de fornecimento mais alto se puder demonstrar que, na mesma época, teria direito a obter este preço mais alto por força de um dos arranjos especiais a que se faz referência no Capítulo X.

(c) O preço do açúcar branco ou refinado disponível para compra de conformidade com as disposições deste parágrafo pode incluir uma margem razoável para processamento.

5) As obrigações de fornecimento a um dado Membro importador não serão cumpridas de modo que resultem os fornecimentos totais obtidos por este importador para o ano-quota pertinente superiores às necessidades normais do seu consumo interno e das suas reexportações para o consumo interno normal de outros Membros importadores.

6) Não se exige de nenhum Membro exportador o fornecimento de açúcar em decorrência do presente artigo de maneira, qualidade ou forma incompatíveis com a sua prática comercial normal ou com os seus fornecimentos existentes de diversas qualidades e formas de açúcar de exportação.

7) Se um Membro importador deixar de exercer a sua opção de compra em virtude de qualquer uma das disposições do parágrafo (4) (a) deste artigo no prazo de trinta dias a partir da data em que se torna aplicável esse dispositivo, o Membro exportador em questão fica liberado para o restante do período pertinente de quaisquer obrigações de for-

necimento não utilizadas e que lhe correspondem em virtude dessa disposição.

8) (a) As disposições dos parágrafos (1) e (3) a (7) inclusive deste artigo se aplicam aos Membros importadores que exportam açúcar da mesma maneira que aos Membros exportadores, sob reserva de que, em caso de reexportação, as quantidades de açúcar liberadas para compra sejam proporcionais aos fornecimentos que o Membro importador interessado recebe de Membros de acordo com as disposições deste Artigo.

b) A disposição do subparágrafo anterior se aplica também às reexportações efetuadas por Membros exportadores.

9) O Conselho estabelecerá um Comitê para as Obrigações de Fornecimento, a fim de garantir a operação ordenada e equitativa das disposições deste artigo. Este Comitê deverá estudar prontamente a possibilidade de recomendar ao Conselho as medidas que pareçam necessárias à consecução dos objetivos do presente artigo, de acordo com processos práticos em matéria de transporte marítimo e comercialização, em particular:

a) submissão das informações necessárias ao efetivo cumprimento das obrigações decorrentes desse artigo, no caso em que tal ação se fizer necessária;

b) processos que permitam a efetiva aplicação dessas disposições aos Membros que importam açúcar re-exportado por Membros importadores;

c) meios pelos quais as obrigações individuais de suprimento possam ser ajustadas, sem que provoquem variação na obrigação total de cada exportador sem afetar a obrigação total de qualquer Membro importador, a fim de adaptá-las às práticas restritivas em matéria de embarque e comercialização ou às transações recentes na estrutura dos mercados;

d) processo para revisão e relatório da aplicação deste artigo;

e) processos que estabeleçam os preços equivalentes, em cumprimento ao parágrafo (4) deste Artigo, segundo corresponda ao comércio entre os vários Membros.

10) Se qualquer Membro exportador não puder, em qualquer ano-quota, suprir os seus Membros importadores

tradicionais em conjunto do total de suas obrigações básicas, deve informar o Conselho deste fato no mais breve prazo possível. Depois de examinar o caso, o Conselho divide o açúcar disponível do Membro exportador em questão entre os seis Membros importadores tradicionais, de acordo com os critérios que julgar apropriados.

11) Qualquer Membro que estimar que as obrigações decorrentes deste Artigo não estão sendo cumpridas, pode apresentar o caso ao Conselho. Sem prejuízo do estipulado no Artigo 58, o Conselho examina as queixas em consulta com os Membros interessados, e faz as recomendações que julgar oportunas.

12) As obrigações aceitas pelos Membros exportadores em virtude deste Artigo devem somar-se aos direitos e obrigações adquiridos pelos citados Membros em virtude dos arranjos especiais a que se refere o Capítulo X, devem ser compatíveis com os mesmos, mas não devem interferir com o seu exercício nem procurar diminuí-los.

13) As obrigações de fornecimento contidas neste Artigo não se aplicam aos seguintes países em vias de desenvolvimento sem litoral, Bolívia, Paraguai e Uganda.

14) Nada neste Artigo obriga um Membro exportador da costa atlântica da América do Sul a aceitar um preço de obrigação inferior a 6,50 centavos por libra, açúcar bruto, com 96 graus de polarização, base F.O.B. e estocado no porto de origem.

ARTIGO 31

Condições de Vendas a não-Membros

1) Os Membros exportadores não venderão açúcar no mercado livre a países não-Membros em termos comercialmente mais favoráveis que aqueles que os Membros estariam dispostos a oferecer a Membros que importam açúcar do mercado livre, na mesma época, levando em consideração as práticas do comércio habitual, os arranjos tradicionais de comércio e as disposições do Artigo 28.

2) Qualquer Membro importador que tenha razões para crer que um Membro exportador não cumpriu as obrigações estipuladas pelo parágrafo (1) pode apresentar queixa ao Dire-

tor Executivo. Se, depois de consultas com os Membros interessados, o Diretor Executivo julgar que o assunto requer uma arbitragem ulterior, pode adotar as medidas que julgar apropriadas para resolver o caso.

3) Nada do disposto neste Artigo impede qualquer Membro exportador de outorgar condições comerciais diferentes a países importadores em desenvolvimento.

ARTIGO 32

Obrigações sobre Quotas

1) Cada Membro exportador assegura que as suas exportações líquidas para o mercado livre em um ano-quota não excederão à sua quota em vigor no final daquele ano. Para tanto, nenhum Membro exportador, antes da determinação das quotas iniciais de exportação de acordo com o Artigo 45, comprometerá para exportação para o mercado livre, naquele ano-quota, mais que a sua autorização de exportação mínima de acordo com as disposições do parágrafo (2) do Artigo 49. Ademais, os Membros exportadores adotam as medidas adicionais que o Conselho decidir, por voto especial, para garantir o cumprimento efetivo do sistema de quotas.

2) Qualquer Membro exportador cujas exportações líquidas não excedam à sua quota em vigor no fim do ano-quota de mais de 10.000 toneladas ou 5 % da sua tonelage básica de exportação, se este for inferior, não será considerado como infrator dos compromissos do parágrafo (1) deste Artigo.

3) Todos os excessos das exportações líquidas dentro da margem de tolerância referida no parágrafo (2) deste Artigo são deduzidos da quota em vigor do país interessado para o ano-quota seguinte.

4) Qualquer primeiro excesso nas exportações líquidas superior à margem de tolerância referida no parágrafo (2) deste Artigo é igualmente deduzido da quota em vigor do país em questão para o ano seguinte, fazendo-se tal dedução sem prejuízo do estipulado no Artigo 58.

5) Se um Membro exportador, pela segunda ou outras vezes subsequentes, exceder à sua quota em vigor no fim de um ano-quota, uma quantidade correspondente a duas vezes o exces-

so que ultrapasse a margem de tolerância referida no parágrafo (2) é deduzida da sua quota em vigor para o ano seguinte, a menos que o Conselho decida, por voto especial, estabelecer uma dedução menor. Qualquer dedução decorrente deste parágrafo se faz sem prejuízo do estipulado no Artigo 58 do Acôrdio.

6) Cada Membro exportador notifica o Conselho antes de 1º de abril de qualquer ano-quota sobre a sua exportação total líquida para o mercado livre durante o ano-quota anterior.

CAPÍTULO IX

Preços

ARTIGO 33

Bases

1) Para os fins deste Acôrdio, entende-se que qualquer menção ao preço do açúcar se refere:

a) à média aritmética do preço do disponível do Contrato nº 8 da Bolsa de Café e Açúcar de Nova York e do preço diário da Bolsa de Açúcar de Londres, depois de feita a conversão de ambos os preços para centavos de dólar por libra avoirdupois, F.O.B., estocado a granel em porto do Caribe; ou

b) se a diferença entre os dois preços referidos no subparágrafo (a) acima for superior a seis pontos, ao preço mais baixo três pontos;

2) Quando, para os fins deste Acôrdio, se mencionar que o preço prevalente está acima ou abaixo de uma cifra determinada, entende-se que o preço médio, durante um período de dezessete dias consecutivos de Bolsa, foi superior ou inferior, segundo o caso, à cifra determinada, sempre que o preço no primeiro dia do período e durante doze dias do dito período, pelo menos, tenha sido, segundo o caso, superior ou inferior à cifra determinada.

3) Quando o preço a que se refere o parágrafo (2) do presente Artigo não poder ser obtido ou não representar o preço a que se vende no mercado de açúcar bruto a 96 graus de polarização, o Conselho decide, por voto especial, utilizar outros critérios que julgar apropriados: estes critérios devem basear-se nas cotações do disponível de uma Bolsa de

açúcar reconhecida, levando em conta o respectivo volume de comércio e a proporção em que os seus preços reflitam os preços mundiais.

CAPÍTULO X

Arranjos Especiais

ARTIGO 34

Arranjos Especiais

1) Nenhuma das disposições dos outros Capítulos deste Acôrdo interfere com os direitos e obrigações dos Membros em virtude dos arranjos especiais referidos nos Artigos 35, 36, 37, 38 e 39, nem restringe os mesmos. Os arranjos especiais se regem pelas disposições desses Artigos, sujeitos aos parágrafos (2) e (4) deste Artigo.

2) Os Membros reconhecem que as toneladas básicas de exportação estipuladas no Artigo 38 baseiam-se na continuidade e estabilidade dos arranjos especiais referidos nos Artigos 35, 36, 37, 38 e 39. Em consequência, se se verificar alguma alteração no número de Membros de um ou mais dos arranjos referidos nos Artigos 35, 36, 37, 38 e 39 que afete um Membro ou Membros, ou qualquer alteração significativa na posição de um ou mais Membros, partes de um ou mais desses arranjos, o Conselho se reúne para considerar os ajustes compensatórios pertinentes nas toneladas básicas de exportação estipuladas pelo Artigo 40, em consonância com as seguintes disposições:

a) sujeitas aos subparágrafos (b), (c) e (d) abaixo, as toneladas básicas de exportação do Membro ou Membros em questão são reduzidas, aumentadas ou fixadas em um nível equivalente à total extensão de qualquer redução ou incremento, de acôrdo com a quantidade total da alteração nas suas autorizações anuais de exportação em virtude do arranjo ou arranjos especiais correspondentes, que sejam o resultado de alterações no número dos Membros ou da posição a que se faz referência acima;

b) quando forem feitos ajustes compensatórios de acôrdo com o subparágrafo (2) (a) acima, o Conselho estabelece também quaisquer arranjos de transição que se façam necessários para cobrir o ano em que as alterações ocorrerem;

c) quando os ajustes compensatórios estipulados nos subparágrafos (2) (a) e (2) (b) deste Artigo não puderem ser aplicados às toneladas básicas de exportação estabelecidas no Artigo 40, porque as alterações no número de Membros ou mudança de posição nos arranjos especiais referidos acima acarretam uma modificação estrutural importante no mercado açucareiro, ou uma mudança significativa na posição de qualquer grande fornecedor ou fornecedores em virtude de qualquer dos arranjos especiais, o Conselho recomenda às Partes Contratantes emenda ao Acôrdo consoante as estipulações do Artigo 71, ou a imediata renegociação das toneladas básicas de exportação. Até que sejam incorporadas às toneladas básicas de exportação as mudanças resultantes de tal emenda ou renegociação, as alterações ou a fixação das toneladas básicas de exportação são aplicadas em caráter provisório;

d) o Membro ou Membros não satisfeitos com os resultados das renegociações estipuladas no subparágrafo (2) (c) acima podem retirar-se do Acôrdo, consoante as estipulações do Artigo 67.

3) Os Membros que importam açúcar nos termos dos arranjos especiais referidos nos Artigos 35, 37 e 38, adotam as medidas necessárias para informar o Conselho dos detalhes desses arranjos, das quantidades de açúcar importadas no interior dos mesmos em cada ano do Acôrdo, e de quaisquer alterações na natureza desses arranjos, dentro da trinta dias a partir da data em que ocorreu a alteração.

4) Os Membros que participam de qualquer dos arranjos especiais mencionados nos Artigos 35 a 39, inclusive, conduzem o seu mercado de açúcar no interior desses arranjos de molde a não prejudicar os objetivos do Acôrdo. Quando os arranjos especiais previrem reexportações de açúcar para o mercado livre, os Membros que participam desses arranjos tomam as medidas que julgarem apropriadas para garantir que, nos casos em que nenhuma disposição quantitativa for estipulada nos Artigos pertinentes, qualquer incremento do comércio realizado em decorrência desses arranjos além e acima das quantidades comerciais anualmente antes da entrada em

vigor do Acórdo, não resulte em re-exportações para o mercado livre.

ARTIGO 35

*Exportações efetuadas no âmbito do
Convénio Açucareiro de 1951 da
Comunidade Britânica*

As exportações para o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte realizadas no âmbito do Convénio Açucareiro de 1951 da Comunidade Britânica, até o limite das Quotas de Preço Negociado em vigor, não são debitadas contra as quotas em vigor de conformidade com o Capítulo XI deste Acórdo.

ARTIGO 36

*Exportações de Cuba para
os Países Socialistas*

1) As exportações de Cuba para os países socialistas não são debitadas contra a quota em vigor daquele país consoante as disposições do Capítulo XI deste Acórdo, salvo quanto ao estipulado nos parágrafos (3) e (4) deste Artigo.

2) Os países a que se faz menção no parágrafo (1) deste Artigo são: União Soviética, Tcheco-Eslováquia, Polónia, Hungria, Iugoslávia, Roménia, Bulgária, China Continental, Coreia do Norte, Alemanha Oriental, Vietnam do Norte, Albânia e Mongólia.

3) As disposições do parágrafo (1) deste Artigo não se aplicam às exportações de Cuba para a Tcheco-Eslováquia, Hungria e Polónia que excedam 250.000 toneladas métricas.

4) Sem prejuízos das disposições do parágrafo (1) deste Artigo, se as exportações da Alemanha Oriental e China Continental para o mercado livre excederem, em qualquer ano-quota, a quantidade total de 300.000 toneladas, este excesso consoante o Capítulo XI é deduzido da quota em vigor de Cuba para o ano-quota imediatamente posterior, mas somente se e na proporção em que as exportações de Cuba para esses países no mesmo ano-quota excederem 910.000 toneladas métricas. Durante o primeiro ano-quota do Acórdo, o Conselho estabelece processo para calcular as exportações anuais da Alemanha

Oriental e China Continental para o mercado livre.

ARTIGO 37

*Exportações efetuadas no âmbito do
Acórdo Açucareiro Afro-Malgaxe*

As exportações cobertas pelo Acórdo Açucareiro Afro-Malgaxe até o limite da Quota de Preço Garantido, não são debitadas contra as quotas em vigor de conformidade com o Capítulo XI deste Acórdo.

ARTIGO 38

*Exportações para os Estados Unidos
da América*

As exportações de açúcar para os Estados Unidos da América para consumo interno não são deduzidas das quotas de exportação estabelecidas por este Acórdo. Sem prejuízo de qualquer outra disposição do Acórdo que seja aplicável aos Membros importadores, as obrigações dos Estados Unidos decorrentes do Acórdo não estarão em vigor além de 1971, e se restringem às obrigações previstas no Acórdo e que não estão em conflito com a sua legislação interna.

ARTIGO 39

*Situação de Membro e Exportações
da União Soviética*

1) Sem prejuízo do estipulado no Artigo 36, todas as importações da URSS de todas as origens são levadas em conta e, conseqüentemente, conferem à URSS a situação de Membro importador do Acórdo.

2) Sem prejuízo da sua situação, tal como definida no parágrafo (1) deste Artigo, a URSS compromete-se a limitar as suas exportações totais de açúcar para o mercado livre em 1969 para 1,1 milhão de toneladas. Ao aproximar-se o final do ano de 1969 e ao aproximar-se o final do ano de 1970, o Conselho determina as quantidades correspondentes para 1970 e 1971, respectivamente, que não serão menores que 1,1 milhão de toneladas nem maiores que 1,25 milhão de toneladas em cada um desses anos.

3) A quantidade especificada no parágrafo (2) deste Artigo para 1969 e as toneladas a serem subsequentemente estabelecidas de acórdo com

êss parágrafo não incluem nenhuma exportação da URSS para os países referidos no parágrafo (2) do Artigo 36, em qualquer daqueles anos.

4) As exportações da URSS em virtude das disposições do parágrafo (2) dêste Artigo não estão sujeitas a

quaisquer das reduções estipuladas no Capítulo XI do Acôrdo.

5) O compromisso assumido pela URSS no parágrafo (2) não se aplica a qualquer período quando por força do parágrafo (2) (d) do Artigo 48, as quotas estiverem inoperantes.

CAPÍTULO XI.

Regulamentação das Exportações

ARTIGO 40

Tonelagens Básicas de Exportação

(1) (a) A fim de aplicar as disposições do Capítulo XI durante os primeiros três anos do Acôrdo, os países exportadores ou grupos de países têm as seguintes tonelagens básicas de exportação:

Coluna I (países)	Coluna II (tonelagens em milhares de toneladas)	Coluna III (tonelagens em milhares de toneladas)
África do Sul	625	
Argentina	25	
Austrália	1.100	
Bolívia		10
Brasil	500	
China (Formosa)	630	
Colômbia	164	
Congo (Brazzaville)	41	
Cuba	2.150	
Dinamarca	41	
Equador		0
Fiji	155	
Haiti		10
Honduras Britânica	22	
Hungria	51	
Índia	250	
Madagascar	41	
Mauritius	175	
México	96	
Panamá		10
Paraguai		10
Peru	50	
Polónia	370	
República Dominicana	75	
Roménia	46	
Suazilândia	55	
Tailândia	36	
Tcheco-Eslováquia	270	
Turquia	60	
Uganda	39	
Venezuela		17
Fundo de Mercado Comum Centro- Americano (Costa Rica, El Salva- dor, Guatemala, Honduras, Nica- rágua)		55
Comunidade Económica Européia (Bél- gica-Luxemburgo, República Federal		

Coluna I	Coluna II	Coluna III
(países)	(tonelagens em milhares de toneladas)	(tonelagens em milhares de toneladas)
da Alemanha, França, Itália, Países Baixos)	300	
índias Ocidentais (Antigua, Barbados, Guiana, Jamaica, St. Kitts Nevis, Anguilla, Trinidad e Tobago)	200	

(b) Sem prejuízo das disposições do subparágrafo (a) deste parágrafo, os Países Baixos mencionados terão as seguintes toneladas básicas de exportação em 1970 e 1971.

	1970	1971
	(tonelagens em milhares de toneladas)	(tonelagens em milhares de toneladas)
Argentina	55	55
Peru	75	100
República Dominicana	140	186

(2) Ao elaborar a revisão referida no parágrafo (2) do Artigo 70, o Conselho determina, por voto especial, as toneladas básicas de exportação para o quarto e quinto anos. Na ausência de uma decisão do Conselho, as toneladas básicas de exportação estipuladas pelo parágrafo (1) acima para o terceiro ano permanecem em vigor.

(3) Quando as toneladas básicas de exportação enunciadas no parágrafo (1) deste Artigo são distribuídas a grupos de países, as insuficiências eventuais de qualquer país incluído em um grupo são redistribuídas entre os outros Membros do mesmo grupo.

4) Para fins de distribuição das suas toneladas básicas de exportação e das redistribuições de acordo com o parágrafo (2) deste Artigo e com o Artigo 47, considera-se que os países do Fundo do Mercado Comum Centro-Americano participam em proporções iguais das toneladas básicas de exportação do Fundo.

5) As exportações de Uganda para a Comunidade do Leste Africano, até uma quantidade total de 10 mil toneladas, não são deduzidas da sua quota em vigor; esta quantidade não está sujeita a qualquer ajustamento no contexto do presente Capítulo. Se e quando Quênia e Tanzânia se tornarem Membros exportadores, as disposições do parágrafo (3) deste Artigo se aplicarão, caso os mesmos assim o desejem, aos três países da Comunidade do Leste Africano.

6) Sem prejuízo das disposições do Artigo 36, todas as importações efetuadas pela Tcheco-Eslováquia Hungria e Polónia, independentemente da origem, são deduzidas das exportações totais desses países no momento em que forem calculadas as suas exportações líquidas para o mercado livre.

7) O fato de que um dos países em desenvolvimento sem litoral com uma tonelagem básica de exportação mínima, não utilize a sua quota em vigor ou as suas autorizações de insuficiência durante um ou mais anos de vigência do presente Acordo não é razão para que se considere que esse país não cumpriu as suas obrigações em virtude do Acordo, nem que deu lugar ao consequente cancelamento da sua tonelagem básica em revisões posteriores deste Artigo.

ARTIGO 41

Autorizações Máximas de Exportações Líquidas

1) A Indonésia está autorizada a efetuar em cada ano-quota do Acordo exportações líquidas de até 81.000 toneladas métricas que não estão sujeitas a nenhum dos ajustes previstos no presente Capítulo.

2) As Filipinas estão autorizadas a efetuar em cada ano-quota do Acordo exportações líquidas de até 60.000 toneladas métricas, quando o nível do total das quotas em vigor estiver acima de 100 por cento do total das to-

nelagens básicas de exportação. Esta autorização não está sujeita aos ajustes estipulados pelo presente Capítulo.

ARTIGO 42

Outras Exportações Liquidas Permissíveis

Um país em desenvolvimento que seja Membro importador pode, após a necessária notificação ao Conselho antes do início do ano-quota, exportar açúcar em quantidades que excedam às suas importações, sob reserva de que, ao aproximar-se o final desse ano-quota, as suas exportações liquidas não excedam a 10.000 toneladas. Tal autorização não é considerada como uma tonelagem básica de exportação e não está sujeita a qualquer dos ajustes previstos no presente Capítulo do Acôrdo. Os países interessados, devem, entretanto, preencher as condições prescritas pelo Conselho com respeito às exportações efetuadas pelos Membros exportadores.

ARTIGO 43

Doações de Açúcar

1) As doações de açúcar por parte dos Membros exportadores, exceto as previstas nos parágrafos (2) e (3) deste Artigo, são deduzidas da quota vigente do país doador e se regem pelas disposições do Acôrdo que limitam as exportações para o mercado livre.

2) As doações de açúcar feitas por um Membro exportador através de programas de assistência das Nações Unidas ou das suas Agências Especializadas não são deduzidas da quota em vigor do país doador, a menos que o Conselho decida de outra maneira.

3) O Conselho estabelece as condições em que as doações de açúcar feitas por um Membro exportador, excetuadas as enunciadas no parágrafo (2) deste Artigo, não são deduzidas da quota em vigor do país doador. Estas condições estipularão "inter alia", consulta prévia e salvaguarda adequada das correntes normais de comércio. O açúcar doado nessas condições não goza da isenção proporcionada por este parágrafo, a menos que seja

utilizado exclusivamente para consumo interno dos países receptores.

4) Todas as doações de açúcar feitas por um Membro exportador são imediatamente notificadas ao Conselho pelo país doador. Sem prejuízo do estipulado nos parágrafos (2) e (3), em qualquer caso em que um Membro considerar que quaisquer doações estão causando ou ameaçam causar prejuízos aos seus interesses, pode este solicitar ao Conselho que examine a questão, formulando, após exame da mesma, as recomendações que julgar oportunas.

5) Em seu Relatório Anual o Conselho inclui dados relativos às doações de açúcar que se tenham efetuado.

ARTIGO 44

Fundo de Reserva para Crises

1) O Conselho estabelece para cada ano-quota um Fundo de Reserva para Crises, de até 150.000 toneladas, do qual poderá dispor como julgar conveniente, para atender a casos especiais de crise em países em desenvolvimento que disponham de açúcar para exportação acima do volume que, pelo Acôrdo, estejam autorizados a exportar.

2) Será dada prioridade nas distribuições do Fundo aos pequenos países em desenvolvimento, cujas receitas de exportação dependam em grande proporção das exportações de açúcar. Será dada consideração especial às petições dos países cuja economia esteja em dependência crescente de açúcar, inclusive países que não tenham efetuado anteriormente exportações para o mercado livre. Da mesma maneira, será dada atenção às necessidades de certos países sobrecarregados por estoques excessivos à época em que se negociou o Acôrdo.

3) O Conselho estabelece um Comitê de Ajuda para Crises, que se encarrega de estudar as petições submetidas de acôrdo com os parágrafos (1) e (2) deste Artigo, e fazer recomendações ao Conselho a respeito de tais petições. O Comitê leva geralmente em conta a situação prevalente do mercado, mas, em casos particulares de crises pode recomendar a concessão de ajuda seja qual for a si-

tuação do mercado. O Conselho cumpre a recomendação do Comitê, a menos que esta seja modificada por voto especial.

4) O Comitê compõe-se de um Presidente independente, e não mais que seis Membros que atuam a título pessoal e sem receber instruções de nenhum governo. Ao seleccionar os Membros do Comitê, o Conselho assegura-se de que eles não representam quaisquer interesses que possam ser afetados por uma decisão de distribuição do Fundo.

5) As distribuições do Fundo de Crises não são consideradas como um aumento na tonelagem básica da exportação do Membro interessado, como também não estão sujeitas a qualquer ajuste feito em virtude do presente Capítulo. Contudo, tais distribuições fazem parte da quota em vigor do referido Membro para os fins do Artigo 32.

ARTIGO 45

Fixação das Quotas Iniciais de Exportação

1) Pelo menos 30 dias antes do início do ano-quota, o Conselho:

a) prepara uma estimativa das necessidades de importação do mercado livre durante o ano em questão; e
b) à luz dessa estimativa e de todos os fatores que afetem a oferta e a demanda de açúcar, inclusive as quantidades de açúcar que países não-Membros exportarão provavelmente para o mercado livre, fixa as quotas iniciais de exportação de todos os Membros exportadores para o ano em questão, de acordo com o Artigo 49.

2) Em sua primeira Sessão ordinária de cada ano-quota, o Conselho procede a um exame das estimativas referidas no parágrafo (1) deste Artigo e considera, à luz dessa revisão, se e necessário adotar medidas com respeito ao nível geral das quotas em vigor. Ao mesmo tempo o Conselho revê as quantidades que podem ser obtidas em virtude das quotas individuais em vigor e, caso considere desejável, exerce os poderes de que dispõe em decorrência do parágrafo (2) do Art. 47.

3) O Diretor Executivo notifica todos os Membros das quotas iniciais de

exportação dos Membros exportadores de acordo com os parágrafos (1) e (2) deste Artigo, e de quaisquer alterações subsequentes nessas quotas em decorrência de quaisquer provisões do Acordo.

ARTIGO 46

Notificação das Quotas não Utilizadas e Medidas Decorrentes

1) Cada Membro exportador mantém o Conselho informado sobre se prevê ou não que a sua quota em vigor será utilizada e, em caso negativo, que parte da sua quota não será utilizada. Para este fim, cada Membro exportador faz ao Conselho pelo menos duas notificações da seguinte maneira: uma, logo depois que as quotas iniciais de exportação tenham sido distribuídas de acordo com o Artigo 45, mas nunca depois de 15 de maio; e outra, logo depois de 15 de maio, mas nunca depois de 30 de setembro.

2) Se um Membro exportador deixar de submeter ao Conselho até 15 de maio a primeira notificação referida no parágrafo (1) deste Artigo, terá o seu direito de voto suspenso para o restante do ano-quota.

3) Se um Membro exportador deixar de submeter ao Conselho até 30 de setembro a segunda notificação referida no parágrafo (1) deste Artigo, não pode se beneficiar de nenhuma redistribuição posterior as insuficiências, feitas de acordo com as disposições do Artigo 47, no decorrer do restante ano-quota.

4) Se as exportações líquidas de um Membro exportador para o mercado livre durante um ano-quota forem inferiores à sua quota em vigor em 1º de outubro do mesmo ano-quota, menos quaisquer reduções líquidas subsequentes resultantes da execução do Artigo 48, sujeitas aos parágrafos (5) e (6) deste Artigo, a diferença será deduzida da quantidade total de açúcar que, de outra maneira, teria sido distribuída àquele Membro no ano-quota subsequente como resultado de redistribuições de insuficiências, de acordo com as provisões do Artigo 47.

5) As deduções de acordo com o parágrafo (4) deste Artigo são feitas apenas na medida em que a diferença, estabelecida de conformidade

com as disposições do dito parágrafo, exceder de 10.000 toneladas ou de 5 por cento a tonelagem básica de exportação do Membro em questão, prevalecendo a cifra mais alta.

6) O Conselho pode, entretanto, decidir não aplicar as estipulações dos parágrafos (2) a (4) deste Artigo, se for persuadido por uma explicação do Membro interessado de que não preencheu as suas obrigações por motivo de força maior.

ARTIGO 47

Insuficiências e suas Redistribuições

1) Quando um Membro exportador faz a notificação consoante o parágrafo (1) do Artigo 46, de que não espera utilizar a totalidade de sua quota em vigor, a sua quota em vigor é imediatamente reduzida da quantidade a que renunciou pela notificação. Posteriormente, e para o resto do ano-quota, este Membro não participa de nenhum aumento das quotas que venha a ocorrer em virtude das disposições deste Capítulo, a menos que notifique o Conselho de que está em condições de aceitar aumentos da sua quota em vigor.

2) O Conselho pode, depois de consulta com um Membro exportador, resolver que este Membro está incapacitado para utilizar a totalidade ou parte da sua quota em vigor. Esta determinação pelo Conselho não tem o efeito de reduzir a quota em vigor do Membro interessado nem de privá-lo do direito de preencher a sua quota no decorrer do ano-quota. A decisão que o Conselho adotar de conformidade com este parágrafo não dispensa o Membro interessado das suas obrigações em virtude do parágrafo (1) do Artigo 46, nem o exonera das medidas a que se referem os parágrafos (2) a (4) daquele Artigo.

3) O Conselho leva em conta o efeito que as notificações efetuadas de acordo com o Artigo 46 e a decisão que da sua parte adotar de acordo com o parágrafo (2) deste Artigo possam exercer sobre a situação da oferta e da procura e, sujeito às estipulações pertinentes do parágrafo (2) do Artigo 48, decide se tais insuficiências devem ou não ser redistribuídas, total ou parcialmente. Quando, em virtude do parágrafo (2) do Artigo 48 houver necessidade de

aumentar o nível do total das quotas em vigor, qualquer insuficiência acumulada não distribuída é primeiro redistribuída na proporção necessária de conformidade com as disposições dos parágrafos (4) e (5) deste Artigo.

4) O Conselho pode estipular as condições em que as insuficiências não são redistribuídas, mas, em qualquer caso, não há redistribuição de insuficiências quando o preço prevaiente estiver no nível referido no subparágrafo (2) (i) do Artigo 48, exceto para dar cumprimento ao parágrafo (6) deste Artigo. A redistribuição de insuficiências é feita apenas entre os Membros exportadores que estejam em condições de aceitar aumentos na suas quotas em vigor. Quando um Membro não estiver em condições de utilizar a totalidade ou parte do aumento de quota resultante da redistribuição, notifica imediatamente ao Conselho neste sentido; as quantidades que não possam ser aceitas são redistribuídas novamente, de acordo com o parágrafo (5) deste Artigo.

5) Sujeito às disposições dos parágrafos (3) e (4) do Artigo 46 e ao parágrafo deste Artigo, são aplicados aos casos em que as insuficiências devem ser redistribuídas os seguintes princípios:

a) as insuficiências são primeiramente redistribuídas proporcionalmente às tonelagens básicas de exportação dos Membros exportadores cujas quotas em vigor estejam abaixo de 100 por cento das suas respectivas tonelagens básicas de exportação, até que seja atingido esse nível; e

b) a partir de então, 20 por cento de qualquer insuficiência a ser redistribuída é destinada exclusivamente a Membros exportadores em desenvolvimento, proporcionalmente às suas tonelagens básicas de exportação, sendo os 80 por cento restantes distribuídos novamente entre todos os Membros exportadores, proporcionalmente às suas tonelagens básicas de exportação.

6) Sem prejuízo das disposições do parágrafo (4) deste Artigo, as insuficiências de Bolívia, Equador, Haiti, Panamá, Paraguai e Venezuela são redistribuídas automaticamente entre estes Membros, proporcionalmente às suas tonelagens básicas de exportação. As insuficiências que não possam ser aceitas por esses

Membros como um grupo ficam sujeitas às disposições dos parágrafos (3), (4) e (5) deste Artigo.

ARTIGO 48

Fixação e Ajustamento dos Níveis das Quotas

1) O Conselho mantém a situação do mercado em exame e se reúne sempre que as circunstâncias o exigirem.

2) O Conselho estabelece, a seu critério, o nível das quotas iniciais de exportação, e aumenta ou reduz o nível das quotas em vigor, de acordo com o parágrafo (2) do Artigo 49, e com as seguintes disposições:

a) a menos que o Conselho decida de outra maneira, as quotas iniciais de exportação são estabelecidas ao nível do total das quotas em vigor na época em que o Conselho adotar as medidas previstas no parágrafo (1) do Artigo 45;

b) quando o preço prevalecente estiver acima de 4,00 centavos por libra-pêso, o total das quotas em vigor não é fixado abaixo do total das toneladas básicas de exportação, a menos que o Conselho decida de outra maneira por voto especial;

c) se o preço prevalecente, após ter-se mantido em níveis baixos, subir acima de 4,50 centavos por libra-pêso, o total das quotas em vigor não é fixado abaixo de 110 por cento do total das toneladas básicas de exportação, a menos que o Conselho decida de outra maneira por voto especial;

d) Se e enquanto o preço prevalecente exceder 5,25 centavos por libra, todas as quotas tornam-se inoperantes;

e) se o preço prevalecente, após ter-se mantido acima de 5,25 centavos por libra, cair para 5,00 centavos por libra, as quotas em vigor são estabelecidas em níveis que, no total, não excedam a 115 por cento do total das toneladas básicas de exportação a menos que o Conselho decida de outra maneira;

f) quando o preço prevalecente após ter-se mantido em níveis mais elevados cair para 4,75 centavos por libra as quotas individuais em vigor são reduzidas em 5 por cento das toneladas básicas de exportação dos Membros interessados a menos que o Conselho decida de outra maneira;

g) quando o preço prevalecente,

após ter-se mantido em níveis mais elevados, cair para 4,00 centavos por libra, as quotas individuais em vigor são reduzidas em 5 por cento das toneladas básicas de exportação dos Membros interessados, a menos que o Conselho decida de outra maneira;

h) se o preço prevalecente, após ter-se mantido em níveis mais elevados, cair abaixo de 3,75 centavos por libra-pêso, o total das quotas em vigor não é superior ao total das toneladas básicas de exportação, a menos que o Conselho decida de outra maneira;

i) se o preço prevalecente estiver a 3,50 centavos por libra-pêso ou abaixo deste nível, as quotas individuais em vigor são estabelecidas ao nível mínimo compatível com as provisões dos subparágrafos (a) e (b) do parágrafo (2) do artigo 49, a menos que o Conselho decida, por voto especial por um nível mais elevado;

j) se o preço prevalecente, após ter-se mantido em níveis mais elevados, chegar a 3,25 centavos o Conselho recorre ao procedimento previsto no subparágrafo (e) do parágrafo (2) do artigo 49;

k) não se faz nenhuma redução do nível das quotas vigentes nos últimos 45 dias do ano-quota.

3) Os ajustamentos dos níveis das quotas em vigor, necessários para atender às exigências do parágrafo (2) deste artigo são feitos tão logo as condições de preços desse parágrafo tenham sido preenchidas, e são aplicados até que o Conselho decida outros ajustamentos de acordo com as disposições desse parágrafo.

4) Ao elaborar a revisão referida no parágrafo (2) do artigo 70, o Conselho determina, por voto especial, e para os fins do disposto neste artigo e no artigo 30, os preços para o quarto e o quinto anos do Acordo. Na ausência de uma decisão do Conselho sobre a matéria, os preços referidos nestes artigos não são modificados.

ARTIGO 49

Distribuição das Quotas Iniciais de Exportação e Aplicação dos Ajustamentos dos Níveis de Quotas aos Membros Individuais

1) A distribuição das quotas iniciais de exportação nos termos do

Artigo 45, e as alotações no total das quotas em vigor nos termos do Artigo 48 são feitas para cada um dos Membros exportadores, proporcionalmente à sua tonelagem básica de exportação, exceto quando estipulado especificamente pelo parágrafo (2) deste Artigo.

2) A distribuição das quotas iniciais de exportação nos termos do artigo 45 e os ajustamentos das quotas em vigor, resultantes da aplicação do artigo 48 estão sujeitos às seguintes provisões:

a) a quota em vigor de qualquer Membro cuja tonelagem básica de exportação figure na Coluna II do parágrafo (1) do artigo 40 não é estabelecida inicialmente em menos de 90 por cento da sua tonelagem básica de exportação, nem reduzida posteriormente abaixo desta cifra, exceto para dar cumprimento a quaisquer deduções ou imputações feitas de acordo com o artigo 32 e 47, ou como resultado de iniciativa que possa ser tomada com base no subparágrafo (e) abaixo;

b) a quota em vigor de qualquer Membro cuja tonelagem básica de exportação figure na Coluna III do parágrafo (1) do artigo 40 não está sujeita a qualquer ajustamento resultante da aplicação das provisões do parágrafo (2) do artigo 48;

c) a quantidade a que um Membro exportador haja renunciado de acordo com o parágrafo (1) do artigo 45 é deduzida da quantidade total da redução que, de outra maneira, seria reduzida da quota em vigor daquele Membro no mesmo ano-quota;

d) quando uma redução de quota não puder ser inteiramente aplicada à quota em vigor de qualquer Membro exportador, porque na época em que a redução é feita esse Membro já exportou ou vendeu uma parte ou a totalidade de tal redução, uma quantidade correspondente é deduzida da quota em vigor deste Membro no ano-quota seguinte;

e) se a situação do mercado exigir medidas adicionais para garantir os objetivos de preço do Acordo, o Conselho pode estabelecer, por voto especial, as quotas em vigor ao nível ou abaixo do nível da percentagem mínima das toneladas básicas de exportação permitido pelo subparágrafo (a), acima, desde que, em hipótese alguma, os níveis de quotas estabelecidos por este subparágrafo

possam estar abaixo dos permitidos pelo citado subparágrafo (a) em mais de cinco por cento das toneladas básicas de exportação dos Membros em questão.

CAPÍTULO XII

Medidas de Apoio e Acesso aos Mercados

ARTIGO 50

Medidas de Apoio

1) Os Membros reconhecem que os subsídios à produção ou comercialização que influem direta ou indiretamente no sentido de aumentar as exportações de açúcar ou de reduzir as importações de açúcar podem pôr em perigo a realização dos objetivos do Acordo.

2) Se algum Membro concede ou mantém tais subsídios, inclusive quaisquer formas de subsídio da renda ou dos preços, deve comunicar ao Conselho por escrito, durante cada ano-quota, a importância e natureza dos subsídios e as circunstâncias em que estas se fazem necessárias. A comunicação a que se refere este parágrafo se faz por solicitação do Conselho devendo esta ser formulada ao menos uma vez em cada ano-quota, na forma e ocasião previstas no Regulamento Interno do Conselho.

3) Quando um Membro considerar que, de conformidade com este Acordo, tais subvenções causam ou podem causar grave prejuízo aos seus interesses, o Membro que concede a subvenção deve, ao ser solicitado, discutir com o outro ou outros Membros afetados, ou com o Conselho a possibilidade de limitar a referida subvenção. Em qualquer caso em que o assunto seja submetido ao Conselho, este pode examiná-lo com os Membros interessados e formular as recomendações que considerar apropriadas, levando em conta as circunstâncias particulares do Membro que outorga a subvenção.

ARTIGO 51

Obrigações Especiais dos Membros Importadores Desenvolvidos

1) Cada Membro importador desenvolvido garante acesso ao seu

mercado às importações dos Membros exportadores conforme o previsto no Anexo A.

2) Cada Membro relacionado no Anexo A adota as medidas que julgar apropriadas às circunstâncias para dar cumprimento às obrigações que lhe impõe o parágrafo (1) do presente artigo.

3) As condições a serem estabelecidas pelo Conselho em consonância com o Governo de um país importador desenvolvido que deseja aderir ao Acordo nos termos do artigo 64 incluem uma referência aos arranjos daquele Governo relativos à questão de acesso ao seu mercado.

CAPÍTULO XIII

Estoques

ARTIGO 52

Estoques Máximos

1) Cada Membro exportador compromete-se a ajustar a produção no seu país da seguinte maneira:

a) os estoques totais mantidos pelo país não excederão, em uma data fixa que proceda imediatamente o início da nova colheita, devendo tal data ser fixada de acordo com o Conselho, uma quantidade igual a 20 por cento da sua produção no ano-calendário imediatamente anterior; ou

b) a quantidade de açúcar mantida por um país além dos estoques destinados às necessidades do consumo interno não excederá uma data fixada em cada ano, imediatamente anterior ao início da nova colheita, devendo tal data ser fixada de acordo com o Conselho, uma quantidade igual a 20 por cento das suas autorizações básicas de exportação segundo o Acordo.

2) Na época da assinatura, ratificação, aprovação ou adesão ao Acordo cada Membro exportador notifica o Conselho de qual das duas alternativas do parágrafo (1) considerará aplicável ao seu caso.

3) Por solicitação de um Membro exportador o Conselho pode, se considerar que tal medida se justifica por circunstâncias especiais, autorizar a manutenção de reservas superiores às quantidades indicadas no parágrafo (1) deste artigo.

ARTIGO 53

Estoques Mínimos

1) Para os fins deste artigo, os estoques mínimos são as quantidades não comprometidas de açúcar mantidas por um Membro exportador (ou em seu nome, por um outro Membro, se o Conselho consentir), quantidades estas que excedam os estoques exigidos para atender às necessidades de consumo interno e quaisquer obrigações decorrentes dos arranjos especiais referidos no Capítulo X.

2) Os níveis dos estoques mínimos mantidos de acordo com este artigo são os seguintes:

a) para os Membros exportadores desenvolvidos: 15 por cento das suas toneladas básicas de exportação;

b) para os Membros exportadores em desenvolvimento: 10 por cento das suas toneladas básicas de exportação; esta percentagem pode ser aumentada até 12,5 por cento em casos especiais, com a concordância dos Membros exportadores interessados.

3) Os estoques mínimos mantidos por cada Membro exportador são postos à disposição para venda de acordo com as estipulações do artigo 30. Em circunstâncias especiais, entretanto, o Conselho pode, mediante voto especial autorizar Membros exportadores individuais a liberar uma parte dos estoques mínimos em situações que não se enquadrem nas especificadas pelo parágrafo (2) do artigo 30.

4) Se, em decorrência de circunstâncias especiais, um Membro exportador considerar que não pode manter durante um ano determinado os estoques mínimos estipulados por este Artigo, pode apresentar o seu caso ao Conselho, que pode, por voto especial, alterar para um período dado a quantidade dos estoques mínimos a serem mantidos pelo Membro interessado.

5) O Conselho adota procedimentos relativos à criação, manutenção e reposição dos estoques, e estabelece procedimentos para assegurar o cumprimento das obrigações contraídas em decorrência deste Artigo.

CAPÍTULO XIV

Revisão Anual e Medidas Destinadas a Estimular o Consumo

ARTIGO 54

Revisão Anual

1) Na medida do possível, o Conselho elabora para cada ano-quota uma revisão do funcionamento do Acôrdo, em consonância com os objetivos enunciados no Artigo 1 e dos seus efeitos no mercado e nas economias dos países individuais e, em particular, dos países em desenvolvimento, no ano anterior, e formula aos Membros recomendações sobre os meios e modos de aperfeiçoar o funcionamento do Acôrdo.

2) O relatório de cada revisão anual é publicado em forma e maneira que o Conselho decidir.

ARTIGO 55

Medidas Destinadas a Estimular o Consumo

1) Levando em consideração os objetivos pertinentes da Ata Final da Primeira Sessão da UNCTAD, cada Membro adota as iniciativas que julgar adequadas para estimular o consumo de açúcar e remover quaisquer obstáculos que restrinjam o aumento do consumo de açúcar. Ao fazê-lo, cada Membro leva em conta os efeitos sobre o consumo de açúcar de tarifas alfandegárias, impostos internos, gravames fiscais e controles quantitativos e outros, e todos os outros fatores relevantes para avaliar a situação.

2) Cada Membro informa periodicamente o Conselho das medidas que adotou de acôrdo com o parágrafo (1) deste Artigo, assim como dos seus efeitos.

3) O Conselho estabelece um Comitê de Consumo de Açúcar composto de Membros exportadores e importadores.

4) O Comitê examina questões como:

a) os efeitos sobre o consumo de açúcar do uso de todas as formas de substitutos para o açúcar, inclusive os adoçantes sintéticos;

b) o tratamento fiscal sofrido pelo açúcar e pelos adoçantes sintéticos;

c) os efeitos (i) da taxação e das medidas restritivas, (ii) das condições econômicas e em particular, das dificuldades observadas no balanço de pagamento e (iii) das condições climáticas e outras no consumo de açúcar em países diferentes;

d) meios de promover o consumo particularmente em países onde o consumo *per capita* for baixo;

e) cooperação com agências interessadas na expansão do consumo do açúcar e de outros alimentos;

f) pesquisa de novos usos para o açúcar, seus subprodutos e das plantas de que é extraído;

e submete ao Conselho as recomendações que julgar pertinentes com vistas a iniciativas a serem tomadas pelos Membros ou pelo Conselho.

CAPÍTULO XV

Exoneração de Obrigações em Situações Especiais

ARTIGO 56

Exoneração de Obrigações

1) Em decorrência de circunstâncias excepcionais ou de emergência ou de uma situação de força maior não previstas pelo Acôrdo o Conselho, por voto especial, pode exonerar um Membro de uma obrigação, se se considerar persuadido por uma explicação do Membro interessado, no sentido de que o cumprimento de tal obrigação lhe prejudica seriamente ou lhe impõe ônus injusto.

2) Ao conceder exoneração a um Membro de acôrdo com o parágrafo (1) deste Artigo, o Conselho declara explicitamente os termos e condições em que o Membro é exonerado da obrigação, o período para o qual a exoneração é válida, e as razões pelas quais ela é concedida.

3) A existência, em um país Membro, durante um ou mais anos, de açúcar exportável em quantidade superior ao total que este país tem direito de exportar em virtude do Acôrdo, ou seja, depois de atender ao consumo interno e às obrigações quanto a para solicitar ao Conselho uma exoneração das obrigações relativas a

estoques, não constitui por si só, base quotas.

CAPÍTULO XVI

Litígios e Reclamações

ARTIGO 57

Litígios

1) Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação do Acôrdo, que não seja resolvido entre as partes interessadas, é submetido, por solicitação de qualquer uma das partes da disputa, à decisão do Conselho.

2) Em qualquer caso em que um litígio tenha sido submetido ao Conselho de acôrdo com o parágrafo (1) d'êste Artigo, uma maioria dos Membros que disponha de não menos que um terço do total dos votos pode requerer ao Conselho que, após discussão do assunto, e antes de adotar uma decisão, solicite a opinião da Junta Consultiva mencionada no parágrafo (3) d'êste Artigo, sobre a questão em litígio.

3) a) A menos que o Conselho decida unânimemente de outra forma integram a Junta:

(i) duas pessoas designadas pelos Membros exportadores, das quais uma com grande experiência no assunto objeto do litígio e a outra com autoridade e experiência jurídica;

(ii) duas pessoas com idênticas qualificações, designadas pelos Membros importadores; e

(iii) um Presidente, escolhido unânimemente pelas quatro pessoas designadas segundo as alíneas (i) e (ii) ou, em caso de desacôrdo, pelo Presidente do Conselho.

b) Podem ser designados para integrar a Junta, nacionais de qualquer dos países Membros.

c) As pessoas designadas para compor a Junta atuam a título pessoal e não recebem instruções de nenhum Governo.

d) As despesas da Junta são custeadas pela Organização.

4) O parecer fundamentado da Junta é submetido ao Conselho, que, por voto especial e levando em conta todas as informações pertinentes, decide o litígio.

ARTIGO 58

Medidas a serem tomadas pelo Conselho em caso de Reclamações ou de não Cumprimento de Obrigações por Membros

1) Toda reclamação no sentido de que um Membro deixou de cumprir as obrigações estipuladas pelo Acôrdo é, por solicitação do Membro que formula a reclamação, submetida ao Conselho que, após consulta prévia com os Membros interessados, toma uma decisão sobre a matéria.

2) Qualquer conclusão do Conselho no sentido de que um Membro deixou de cumprir suas obrigações é adotada por maioria distribuída simples e específica a natureza da infração.

3) Sempre que, como resultado de uma reclamação, ou por qualquer outro método, concluir que um Membro infringiu o Acôrdo, o Conselho pode, por voto especial e sem prejuízo de quaisquer medidas previstas especificamente em outros Artigos do Acôrdo:

(i) suspender o direito de voto do Membro no Conselho e no Comité Executivo e, se julgar necessário;

(ii) suspender outros direitos do Membro, inclusive o de ser eleito para ou de ocupar funções no Conselho ou em qualquer de seus comités, até que tenha cumprido as suas obrigações; ou, se a infração prejudica de forma significativa a operação do Acôrdo;

(iii) aplicar as disposições do Artigo 68.

CAPÍTULO XVII

Disposições Finais

ARTIGO 59

Assinatura

O Acôrdo está aberto, na Sede das Nações Unidas, até 24 de dezembro de 1968 inclusive, à assinatura de qualquer Governo convidado a participar da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar de 1968.

ARTIGO 60

Ratificação

O Acôrdo fica sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação pelos

Governos signatários, de acordo com os seus respectivos procedimentos constitucionais. Com exceção do disposto no Artigo 61, os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, até, o mais tardar, 31 de dezembro de 1968.

ARTIGO 61

Notificação pelos Governos

1) Qualquer Governo signatário pode notificar a autoridade depositária de que se compromete a procurar obter o quanto antes, mas no mais tardar até 1º de julho de 1969, ratificação, aceitação ou aprovação, de conformidade com os seus processos constitucionais. Qualquer Governo para o qual o Conselho haja estabelecido, de acordo com o mesmo, condições de adesão, pode também notificar a autoridade depositária de que se compromete a cumprir o quanto antes os procedimentos constitucionais necessários para aderir ao Acordo, dentro, o mais tardar, de um prazo de seis meses contados a partir do estabelecimento das referidas condições.

2) Se o Conselho comprovar que um Governo, que fez a notificação prevista no parágrafo (1), não pode depositar o respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, até 1º de julho de 1969, pode autorizar este Governo a depositar o referido instrumento numa data posterior, mas desde que anterior a 31 de dezembro de 1969. Este Governo tem a condição de observador até que indique que aplicará o Acordo provisoriamente.

ARTIGO 62

Notificação de Aplicação Provisória do Acordo

1) Qualquer Governo signatário que faça uma notificação nos termos do Artigo 61 pode também indicar na notificação, ou em qualquer momento posterior, que aplicará o Acordo provisoriamente.

2) No decorrer de qualquer período em que o Acordo esteja em vigor, provisória ou definitivamente, e antes do depósito do seu instrumento

de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou da retirada de sua notificação, um Governo que notifique que aplicará o Acordo provisoriamente é Membro provisório do Acordo até que o prazo contido na notificação feita de acordo com o Artigo 61 expire. Se, entretanto, o Conselho comprovar que o Governo em questão não depositou o instrumento pertinente em virtude de dificuldades encontradas no cumprimento do seu respectivo processo constitucional, o Conselho pode prorrogar até uma data posterior a ser especificada a condição de Membro provisório desse Governo.

3) Enquanto não se completar o respectivo processo de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, um Membro provisório será considerado Parte Contratante do Acordo.

ARTIGO 63

Entrada em Vigor

1) O Acordo entra definitivamente em vigor em 1º de janeiro de 1969, ou em qualquer data dentro dos seis meses subsequentes, se, naquela data, Governos que dispunham de 80 por cento dos votos dos Membros exportadores e de 50 por cento dos Membros importadores, conforme a distribuição contida no Anexo A, tiverem depositados os seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O acordo entra também em vigor definitivamente a qualquer momento durante sua vigência provisória, desde que estas exigências percentuais sejam preenchidas pelo depósito e instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2) O Acordo entra provisoriamente em vigor em 1º de janeiro de 1969, ou em qualquer data dentro dos seis meses subsequentes, se, até essa data, Governos que dispunham do número de votos exigidos pelo parágrafo (1) deste Artigo tiverem depositado os seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, ou se tiverem indicado que aplicarão o Acordo provisoriamente. Durante o período em que o Acordo estiver provisoriamente em vigor, os Governos que tiverem depositado instrumentos de ratificação, aceita-

ção, aprovação ou adesão, assim como os Governos que tenham indicado que aplicarão o Acôrdo provisoriamente são Membros provisórios do Acôrdo.

3) Em 1º de janeiro de 1969, ou em qualquer data dentro dos doze meses seguintes, e ao fim de cada período subsequente de seis meses em que o Acôrdo estiver provisoriamente em vigor, os Governos de quaisquer dos países que tiverem depositado instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão podem decidir colocar o Acôrdo definitivamente em vigor entre eles, sejam em sua totalidade, seja em parte. Esses Governos podem também decidir que o Acôrdo entre ou continue provisoriamente em vigor, ou que caduque.

ARTIGO 64

Adesão

1) Todos os Governos convidados à Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar de 1968, e todos os outros Governos que sejam Membros das Nações Unidas ou de suas agências especializadas podem aderir ao Acôrdo, de conformidade com condições que serão estabelecidas pelo Conselho, de comum acôrdo com os Governos interessados. A adesão se faz pelo depósito de um instrumento de adesão junto à autoridade depositária.

2) O Conselho pode, ao estabelecer as condições referidas no parágrafo anterior, determinar, por voto especial, a tonelagem básica de exportação a ser incluída no Artigo 40:

a) para um país que não esteja mencionado no Artigo referido;

b) para um país que esteja mencionado no Artigo referido, mas que não adira dentro de doze meses a partir da data da entrada em vigor do Acôrdo, com a condição, entretanto, de que, se o país estiver mencionado no Artigo 38 e aderir dentro de doze meses a partir da data de entrada em vigor do Acôrdo, as cifras de tonelagem respectiva enunciadas naquele Artigo são aplicáveis ao país em questão.

ARTIGO 65

Reservas

1) Nenhuma reserva, além das previstas no parágrafo (2), pode ser feita a respeito de qualquer das disposições do Acôrdo.

2) (a) Qualquer Governo que, em 31 de dezembro de 1968, era parte do Convênio Internacional do Açúcar de 1958, ou de qualquer dos Protocolos que se sucederam, havendo formulado uma ou mais reservas pode, no ato de assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão deste Acôrdo, fazer reservas similares em seus termos ou nos seus efeitos, àquelas previamente formuladas.

b) Qualquer Governo que possa se tornar Parte Contratante do Acôrdo pode, no ato de assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão fazer reservas que não afetem o funcionamento das disposições econômicas do Acôrdo. Qualquer disputa suscitada com relação a este parágrafo será dirimida nos termos do procedimento estabelecido no Artigo nº 57.

c) Em qualquer outra instância em que forem feitas reservas, o Conselho as examinará e decidirá, por voto especial, se, e em que condições, elas serão aceitas. Tais reservas tornam-se efetivas somente depois que o Conselho tiver tomado sua decisão sobre o assunto.

ARTIGO 66

Aplicação Territorial

1) Qualquer Estado pode, no ato de assinatura ou depósito de um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou em qualquer época posterior, mediante notificação ao Secretário Geral das Nações Unidas, declarar que o Acôrdo se estende a qualquer dos territórios por cujas relações internacionais for no momento responsável, e o Acôrdo se estende aos territórios assim incluídos, a partir da data da notificação ou da data em que o Acôrdo entrar em vigor para o referido Estado, se esta correr mais tarde.

2) Quando um território ao qual se haja estendido o Acôrdo de conformidade com o parágrafo (1) deste Artigo alcançar a independência, o Governo deste território poderá, dentro

dos 90 dias seguintes à obtenção da independência, declarar, mediante notificação ao Secretário Geral das Nações Unidas, que assumiu para o território os direitos e as obrigações correspondentes a uma Parte Contratante do Acôrdo e, a partir da data da notificação, passará a ser Parte Contratante do Acôrdo. Se se tratar de um país exportador não mencionado no Artigo 40, o Conselho, depois de consultá-lo, atribuir-lhe-á, por voto especial, uma tonelagem básica de exportação. Se estiver mencionado no Artigo 40, a tonelagem básica de exportação ali especificada será a tonelagem básica de exportação do país em questão.

3) Qualquer Parte Contratante que deseje exercer o direito que confere o Artigo 3 com respeito a qualquer território por cujas relações internacionais é no momento responsável, pode fazê-lo mediante notificação nesse sentido dirigida ao Secretário Geral das Nações Unidas, seja ao efetuar o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, seja em qualquer momento posterior. Se o território que passa a ter representação separada fôr um país exportador e não estiver mencionado no Artigo 40, o Conselho, depois de consultá-lo, fixa-lhe, por voto especial, uma tonelagem básica de exportação. Se o território estiver mencionado no Artigo 38, a tonelagem básica de exportação ali especificada será a tonelagem básica de exportação do referido território.

4) Qualquer Parte Contratante que tenha feito uma declaração de acôrdo com o parágrafo (1) d'êste Artigo pode, em qualquer momento posterior, mediante notificação ao Secretário Geral das Nações Unidas, declarar que o Acôrdo não mais se estende ao território mencionado na notificação, e o Acôrdo deixa de estender-se a tal território a partir da data da notificação.

ARTIGO 67

Retirada Voluntária

Se um Membro considera que seus interesses estão sendo gravemente prejudicados pelo funcionamento do Acôrdo ou por qualquer outra causa, pode submeter o assunto ao Conselho, que o examina num prazo de trinta dias. Se o Membro em questão con-

siderar que, não obstante a intervenção do Conselho, seus interesses continuam a ser gravemente atingidos, poderá retirar-se do Acôrdo em qualquer momento posterior ao final do primeiro ano-quota, mediante notificação escrita de retirada ao Secretário Geral das Nações Unidas. A retirada torna-se efetiva 90 dias depois do recebimento da notificação pelo Secretário Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 68

Exclusão

Se o Conselho considerar que um Membro deixou de cumprir as obrigações previstas no Acôrdo e decidir, ademais que a infração prejudica gravemente o funcionamento do Acôrdo, pode, por voto especial, excluir da Organização o Membro em questão. O Conselho notifica imediatamente o Secretário Geral das Nações Unidas dessa decisão. Noventa dias depois da data da decisão do Conselho, o Membro em questão deixa de ser um Membro da Organização e, se fôr uma Parte Contratante, deixa de participar do Acôrdo.

ARTIGO 69

Liquidação das Contas em Caso de Retirada ou de Exclusão

1) Em caso de retirada ou exclusão, o Conselho procede ao acôrto de contas com o Membro em questão. A organização retém quaisquer importâncias já pagas por um Membro que se retire ou que seja excluído ficando este obrigado a pagar qualquer importância que deva à Organização no momento em que se efetivar a exclusão ou a retirada; entretanto, no caso de uma Parte Contratante que não possa aceitar uma emenda e que, em decorrência, venha a retirar-se ou a deixar de participar do Acôrdo em virtude das disposições do parágrafo (2) do Artigo 71, o Conselho pode fazer qualquer acôrto de contas que considere equitativo.

2) Um Membro que se tenha retirado ou tenha sido excluído, ou que tenha deixado de participar do Acôrdo por alguma outra razão, não tem direito, quando este expirar, a participar do produto da liquidação ou de outros haveres da Organização, nem responde por parte alguma do

"déficit" da Organização, caso este ocorra.

ARTIGO 70

Duração e Revisão

1) O Acôrdo permanece em vigor por cinco anos a partir do início do ano-quota em que entrar em vigor pela primeira vez, seja provisória ou definitivamente, a menos que seja antes terminado pelo Conselho, de conformidade com o parágrafo (3).

2) O Conselho examinará, antes do fim do terceiro ano-quota, o funcionamento do Acôrdo, e, se julgar necessário, pode recomendar aos Membros sua emenda, ou adotar medidas para a negociação de um novo Acôrdo.

3) O Conselho pode decidir a qualquer momento, por voto especial, dar por terminado o Acôrdo, com efeito a partir da data e sujeito às condições que estabelecer. Neste caso, o Conselho continua a existir durante o tempo necessário para efetuar a liquidação da Organização, e terá os poderes e exercerá as funções necessárias ao cumprimento desses fins.

ARTIGO 71

Emendas

1) O Conselho pode, por voto especial, recomendar uma emenda do acôrdo às Partes Contratantes. O Conselho pode fixar um prazo após o qual cada Parte Contratante notifica o Secretário Geral das Nações Unidas de sua aceitação da emenda. A emenda entra em vigor cem dias depois que o Secretário Geral das Nações Unidas tiver recebido notificações de aceitação de Partes Contratantes que representem pelo menos 75 por cento dos países exportadores, e que detenham pelo menos 85 por cento dos votos dos Membros exportadores, e de Partes Contratantes que representem pelo menos 75 por cento dos países importadores, e que detenham pelo menos 80 por cento dos votos dos Membros importadores, ou em qualquer data posterior que o Conselho tenha determinado por voto especial. O Conselho pode fixar um prazo para que cada Parte Contratante notifique o Secretário Geral das Nações Unidas de sua aceitação de uma emenda; se, transcorrido o referido prazo, a emenda não tiver en-

trado em vigor, será considerada como retirada. O Conselho presta ao Secretário Geral a informação de que necessita para determinar se as notificações de aceitação recebidas são suficientes para que a emenda entre em vigor.

2) Qualquer Membro que não haja notificado a aceitação de uma emenda até a data em que a referida emenda entre em vigor, pode, mediante notificação escrita ao Secretário Geral das Nações Unidas, retirar-se do Acôrdo ao fim do ano-quota em curso ou em qualquer data anterior que o Conselho venha decidir, mas não é exonerado de quaisquer obrigações decorrentes do Acôrdo anteriores à sua retirada. Nenhum Membro que se retire em tais condições está obrigado pelas disposições da emenda que tenha ocasionado a sua retirada.

ARTIGO 72

Notificação pelo Secretário Geral das Nações Unidas

O Secretário Geral das Nações Unidas notifica todos os Estados Membros das Nações Unidas ou de qualquer de suas agências especializadas de cada depósito de um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, e de cada depósito de uma notificação feita de acordo com o Artigo 61; notifica também as datas em que o Acôrdo entra provisória e definitivamente em vigor. O Secretário Geral notifica todas as Partes Contratantes de cada notificação feita de acordo com o Artigo 66, de cada notificação de retirada de acordo com o Artigo 67, de cada exclusão feita de acordo com o Artigo 68, da data em que uma emenda entre em vigor ou seja considerada como retirada de acordo com o parágrafo (1) do Artigo 71, e da cessação de participação no Acôrdo de conformidade com o parágrafo (2) do Artigo 71.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para este fim pelos seus respectivos Governos,

assinaram este Acôrdo, nas datas que figuram ao lado das suas assinaturas.

Os textos d'este Acôrdo em chinês, espanhol, francês, inglês e russo, são igualmente autênticos. Os originais são depositados nos arquivos das Nações Unidas, e o Secretário Geral emitirá cópias autenticadas dos mesmos para cada Estado signatário ou aderente.

ANEXO A

Compromissos Assumidos por Membros Importadores de Conformidade com o

Artigo 51

De acôrdo com o Artigo 51, os Membros importadores mencionados a seguir assumiram os seguintes compromissos:

Canadá — Aplicará a sua política interna de maneira a não promover incentivos à produção de açúcar além de um nível equivalente a 20% do consumo interno.

Finlândia — Não aumentará a superfície destinada ao cultivo da beterraba além de 25 mil hectares.

Japão — Pretende importar cada ano nunca menos de 1.500.000 toneladas e, ademais, uma quantidade de açúcar equivalente a 35% do crescimento futuro do seu consumo interno que ultrapasse 2.100.000 toneladas.

Nova Zelândia — Prevê que continuará a importar todo o açúcar necessário para satisfazer o seu consumo interno.

Reino Unido — Importará anualmente uma quantidade de açúcar nunca inferior a 1.800.000 toneladas.

Suécia — Prosseguirá em sua política de limitação da produção de beterraba açucareira e se compromete a não aumentar a superfície destinada ao referido cultivo além do nível a que foi ultimamente reduzido, ou seja, 40.000 hectares em números redondos.

Suíça — Procurará garantir que um mínimo de 70% das suas importações seja atendido por importações.

Nota: A Noruega importa todo o açúcar necessário ao seu consumo interno.

ANEXO B

DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS NOS TERMOS DO ARTIGO 63

Votos dos Importadores

<i>País:</i>	
Bulgária	6
Camarões	5
Canadá	74
Costa do Marfim	5
Espanha	13
Estados Unidos da América	200
Etiópia	5
Finlândia	16
Gana	5
Irlanda	7
Japão	138
Libano	5
Libéria	5
Malásia	18
Malawi	5
Marrocos	25
Nigéria	7
Noruega	15
Nova Zelândia	12
Portugal	5
Quênia	5
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	153
República Centro-Africana	5
República do Vietnam	17
Síria	5
Suécia	10
Suíça	22
Tchad	5
Tunísia	7
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	200
Tota!	1.000

Votos dos Exportadores

<i>País:</i>	
África do Sul	60
Argentina	9
Austrália	109
Bolívia	5
Brasil	70
Comunidade Econômica Europeia	62
Colômbia	16
Congo (Brazzaville)	5

Costa Rica	5	do artigo 2º do Ato Institucional nº 5,
Cuba	200	de 13 de dezembro de 1968 decreta:
China (Taiwan)	55	Art. 1º O capital do Banco da
Dinamarca	5	Amazônia S.A. e o do Banco do Nor-
Equador	5	deste do Brasil S. A. poderão ser
El Salvador	5	aumentados até os limites que forem
Filipinas	28	aprovados nas respectivas Assembléias
Guatemala	5	Gerais de Acionistas, mantendo sem-
Haiti	5	pre a União a maioria absoluta do
Honduras	5	capital.
Honduras Britânica	5	
Hungria	9	Art. 2º Fica aberto, no Ministério
Índia	38	da Fazenda, o crédito especial de
Índias Ocidentais	45	NCR\$ 100.000.000,00 (cem milhões de
Antigua	(5)	cruzeiros novos) para atender aos
Barbados	(5)	compromissos decorrentes da integra-
Guiana	(11)	lização, por parte da União, das ações
Jamaica	(13)	que vier a subscrever nos aumentos de
São Cristóvão	(5)	capital do Banco da Amazônia S.A.
Trindade	(6)	e do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Indonésia	10	§ 1º A despesa resultante da exe-
Ilhas Fiji	16	cução deste artigo será coberta com
Madagascar	5	recursos originários da mobilização
Maurício	23	de crédito de que seja titular o Te-
México	28	souro Nacional nas próprias institui-
Nicarágua	5	ções financeiras interessadas, para o
Panamá	5	fim específico da integralização, por
Paraguai	5	parte da União, das ações que vier a
Peru	14	subscrever, até os limites de
Polónia	41	NCR\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco mi-
República Dominicana	20	lhões de cruzeiros novos) para o Ban-
Roménia	7	co da Amazônia S.A. e
Suazilândia	6	NCR\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco
Tailândia	5	milhões de cruzeiros novos) para o
Tchecoslováquia	39	Banco do Nordeste do Brasil S. A.,
Turquia	10	nos aumentos de capital que forem
Uganda	5	aprovados pelas respectivas Assem-
Venezuela	5	bléias Gerais de Acionistas.
Total	1.000	§ 2º Não se incluem na autoriza-

DECRETO-LEI Nº 493 — DE 10 DE
MARÇO DE 1969

*Autoriza a elevação do capital do
Banco da Amazônia S.A. e do Ban-
co do Nordeste do Brasil S.A. e dá
outras providências.*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o § 1º

§ 3º O Ministro da Fazenda ajus-
tará com o Banco da Amazônia S.A.
e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.
as condições para a formalização da
necessária mobilização de recursos,
podendo, para esse fim, inclusive, vin-
cular o produto dos dividendos gera-
dos pela participação acionária do
Tesouro Nacional no capital dos refe-
ridos Bancos.

Art. 3º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a contratar, em nome da União, empréstimo externo no valor de até US\$ 3,000,000.00 (três milhões de dólares) com o EXIMBANK, para o financiamento da compra de ações do Banco da Amazônia S. A. que pertencerem à Rubber Development Company e depois ao Governo dos Estados Unidos da América.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral incluirá no Orçamento Plurianual de Investimentos da União, para o triênio 1969/71, todas as parcelas relativas à Receita e Despesa decorrentes da utilização do empréstimo de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 4º Depois de incorporadas ao patrimônio da União o Governo Federal poderá oferecer à subscrição pública a totalidade das ações do Banco da Amazônia S.A. adquiridas com o empréstimo de que trata o artigo anterior, respeitada, para a metade destas, a preferência outorgada pelo artigo 2º da Lei nº 4.087, de 7 de julho de 1962.

Art. 5º Para possibilitar a subscrição pública de novas ações do capital do Banco do Nordeste do Brasil S. A. a participação acionária da União poderá ser reduzida, no corrente ano, a até 70 % (setenta por cento) do capital, mediante renúncia parcial ao seu direito de preferência para a subscrição de novas ações e, posteriormente, a até 51 % (cinquenta e um por cento) do capital, mediante alienação, nos termos do artigo 60 da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965.

Art. 6º O Ministro da Fazenda poderá manter no Banco Central do Brasil, em conta especial de depósitos, os recursos originários da alienação, legalmente autorizada, de ações de propriedade da União, representativas do capital de sociedade de economia mista ou de sua subsidiária, ficando esses recursos reservados para aplicação em futuros aumentos do capital da própria sociedade emitente das ações alienadas.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral incluirá no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1969-71, todas as parcelas relativas à Receita e Despesa programadas com as alienações e reinversões de que trata este artigo.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 494 — DE 10 DE
MARÇO DE 1969

Regulamenta o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, decreta:

Art. 1º. A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão *causa mortis*.

§ 2º Para os efeitos deste Decreto-lei, considera-se residente no País o estrangeiro que faça prova de fixação permanente no território nacional, de acordo com a legislação em vigor.

§ 3º A aquisição de propriedade rural por estrangeiro dependerá de au-

torização do Ministério da Agricultura, requerida por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Art. 2º — Em caso de aquisição de área rural, a qualquer título, os Tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis farão constar, obrigatoriamente, dos atos que praticarem, os dados relativos ao documento de identidade do adquirente, se for estrangeiro, além da prova de sua residência permanente no território nacional (§ 2º do artigo 1º).

§ 1º — Em se tratando de pessoa jurídica estrangeira, deverão ser transcritos nos atos praticados os dados essenciais comprobatórios de sua constituição e a prova do cumprimento do disposto no artigo 5º e seu parágrafo único deste Decreto-lei.

§ 2º — Em se tratando de pessoa natural estrangeira, deverá ser transcrita a prova de cumprimento do disposto no artigo 1º deste Decreto-lei.

Art. 3º — Os Oficiais do Registro de Imóveis deverão possuir cadastro especial das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras naturais ou jurídicas do qual constarão, sob pena de nulidade dos atos que praticarem:

a) documentos de identidade das partes contratantes ou cópias fotostáticas dos mesmos, devidamente autenticadas;

b) memorial descritivo do imóvel, contendo área, características, limites e confrontações;

c) planta do imóvel e respectiva situação relativa na planta cadastral do município;

d) prova de autorização prevista no artigo 6º e seu parágrafo primeiro e no artigo 7º deste Decreto-lei.

Art. 4º A inobservância do disposto nas artigos 2º e 3º deste Decreto-lei configura o crime de falsidade ideológica, definido no artigo 299 do Código Penal.

Art. 5º Anualmente, o Desembargador-Corregedor da Justiça Estadual, ou magistrado por ele indicado, e o

Procurador da República, que fôr designado, promoverão, em conjunto, correição nos livros dos Tabeliães e dos Oficiais do Registro de Imóveis de todas as comarcas dos respectivos Estados, para verificar o cumprimento deste Decreto-lei, determinando, de imediato, as providências que forem convenientes.

Parágrafo único. No Distrito Federal e Territórios, as atribuições previstas neste artigo serão exercidas pelo Desembargador-Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 6º A pessoa jurídica estrangeira não poderá adquirir imóvel rural no Brasil, salvo se fôr autorizada a funcionar no País, devendo as aquisições ser vinculadas aos objetivos estatutários da sociedade.

§ 1º A aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira, no caso deste artigo, depende de autorização concedida por decreto em processo instituído pelo Ministério da Agricultura por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

§ 2º São equiparadas às pessoas jurídicas estrangeiras, para os efeitos deste Decreto-lei, as pessoas jurídicas nacionais das quais participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras naturais ou jurídicas que detenham maioria no seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

§ 3º As ações de companhias ou sociedades anônimas nacionais, proprietárias de imóveis rurais e que se dediquem ao ramo de comércio mobiliário, revestirão, obrigatoriamente, a forma nominativa.

Art. 7º A aquisição, por pessoa estrangeira natural ou jurídica, de glebas rurais situadas nos Municípios de interesse da segurança nacional e nas áreas a esta consideradas indispensáveis (Constituição, artigo 16, § 1º, b e artigo 91, II e parágrafo único), depende de prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 8º A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras naturais e jurídicas em todo o territó-

rio nacional, inclusive na área de que trata a Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, não poderá ultrapassar:

a) nos municípios de até 10.000 km², 1/5 da respectiva área;

b) nos municípios de mais de 10.000 km² a 50.000 km², 1.000 km², mais 1/10 da respectiva área;

c) nos municípios de mais de 50.000 km² até 100.000 km², 3.500 km² mais 1/20 da respectiva área;

d) nos municípios de mais de 100.000 km², 6.000 km² mais 1/40 da respectiva área.

§ 1º As pessoas de uma mesma nacionalidade não poderão possuir mais de 20% dos limites estabelecidos neste artigo.

§ 2º Atingidos esses limites, são vedadas, aos Tabeliães, a lavratura de novas escrituras e, aos Oficiais do Registro de Imóveis, a efetuação de novas transcrições, sob as cominações do artigo 17, deste Decreto-lei.

Art. 9º Os Tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis ficam obrigados, dentro de 30 (trinta) dias da prática do ato, a comunicar ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), a lavratura de escrituras e registros imobiliários pelos quais se transfirmam, a qualquer título, a posse ou a propriedade de imóveis rurais a pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas.

Parágrafo único. Quando se tratar de imóveis rurais situados em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional ou de seu interesse, a comunicação será feita também à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 10. Na aquisição, a qualquer título, de imóveis rurais por pessoa estrangeira natural ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Art. 11. Fica a União autorizada, por motivo de segurança nacional, a desapropriar terras rurais em poder de pessoa estrangeira natural ou jurídica, mediante decreto, ouvido, previamente, o Conselho de Segurança Nacional.

Art. 12. O artigo 60 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60. Para os efeitos desta lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programas de valorização de área ou distribuição de terras".

Art. 13. São equiparadas aos brasileiros, para os efeitos deste Decreto-lei, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa residentes no Brasil.

Art. 14. Ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), fica atribuída a execução deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Nas zonas indispensáveis à segurança nacional e nas áreas consideradas do seu interesse, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, por meio da Comissão de Faixa de Fronteiras, exercerá as atribuições previstas neste artigo.

Art. 15. Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais onde se estabeleçam estrangeiros imigrantes agricultores, em lotes rurais, é vedada, a qualquer título, a doação, posse ou venda de terras pertencentes à União ou aos Estados, a pessoas estrangeiras naturais ou jurídicas.

Art. 16. Em todo e qualquer caso de aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, ou a esta equiparada para os efeitos deste Decreto-lei, no processo instaurado pelo Ministério da Agricultura, será ouvida, obrigatoriamente, a Procuradoria Geral da República que tomará *ex officio*, de imediato, as providências que se fizerem necessárias à defesa dos interesses da União.

Art. 17. As alienações e aquisições de propriedades rurais feitas em desacordo com as normas deste Decreto-lei, assim como as que se fizerem a

estrangeiros no exterior, são nulas de pleno direito, sujeitando-se os Tabeliães e Oficiais, que lavrarem ou transcreverem os atos respectivos, as penas do crime definido no art. 319 do Código Penal, além da perda do cargo.

Art. 18. O Poder Executivo baixará, dentro de 30 dias, a regulamentação necessária à execução deste Decreto-lei.

Art. 19. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 495 — DE 11 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre o acréscimo de efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, de acôrdo com a letra *v*, item XVII, do artigo 8º da Constituição, e no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, de que trata o item I, artigo 4º, do Decreto-lei número 9, de 25 de junho de 1966, fica acrescido do seguinte efetivo:

3º Sargentos	70
Cabos	70
Policiais	720

Art. 2º O preenchimento dos cargos decorrentes da aplicação do disposto neste Decreto-lei, será regulado pelo Prefeito do Distrito Federal, devendo efetuar-se em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 3º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 496 — DE 11 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre as aeronaves de empréstas de transporte aéreo em liquidação, falência ou concordata e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Além dos previstos em lei, constituem créditos privilegiados da União nos processos de liquidação, falência ou concordata de empresas de transporte aéreo:

I — a quantia despendida pela União para financiamento ou pagamento de aeronaves, peças e equipamentos importados pelas empresas de transporte aéreo;

II — a quantia vincenda, que haja a União se obrigado a dispendar, ainda que parceladamente para pagamento de aeronaves, peças e equipamentos importados pelas empresas de transporte aéreo.

Art. 2º Na liquidação, falência ou concordata de empresas de transporte aéreo, passam, imediata e automaticamente, ao domínio e posse da União, por conta e até o limite do seu crédito, as aeronaves, peças e equipamentos adquiridos antes da instauração desses processos:

I — com a contribuição financeira da União, aval, fiança ou qualquer outra garantia desta ou de seus Agentes financeiros;

II — pagos no todo ou em parte, de uma só vez ou parceladamente, pela União ou por cujo pagamento venha a União a se responsabilizar após o início dos processos.

§ 1º O Registro Aeronáutico Brasileiro efetuará *ex officio* a transferência para a União dos bens especificados neste artigo.

§ 2º A quantia correspondente aos valores dos bens referidos neste artigo será deduzida do montante dos créditos da União.

§ 3º Cabe ao devedor tomar todas as medidas judiciais regulares para acelerar o julgamento do crédito da União, a fim de ser feito o abatimento previsto no parágrafo anterior.

Art. 3º O Ministério da Aeronáutica poderá destinar as aeronaves, peças e equipamentos referidos no artigo anterior ao serviço da aeronáutica civil e comercial, mediante arrendamento.

Art. 4º As empresas de transporte aéreo ficam impedidas de operar aeronaves ou explorar serviços aéreos de qualquer natureza, durante ou depois do encerramento dos processos de sua liquidação, falência ou concordata.

Art. 5º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos em curso, ressalvados os créditos já recebidos.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 497 — DE 12 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a transferência e permuta dos imóveis que menciona, situados no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Ficam transferidos da Superintendência das Empresas Incor-

poradas ao Patrimônio Nacional para o patrimônio da União os imóveis situados no Estado de Santa Catarina, provenientes do acervo da "Southern Brazil Lumber and Colonization Company", constantes da relação que acompanhou os termos de transferência e de entrega outorgados por aquela Superintendência ao então Ministério da Guerra, em 2 e 11 de setembro de 1952, respectivamente, incluindo-se o remanescente da Gleba nº 8, situada em São Francisco do Sul, no mesmo Estado, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob nº 74.588, de 1968.

Art. 2º. O remanescente da Gleba nº 8 será objeto de entrega ao Ministério do Exército, mediante termo a ser lavrado no Serviço do Patrimônio da União, ficando ratificada a entrega feita àquele Ministério dos demais imóveis mencionados no artigo anterior.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a permutar os imóveis que foram destinados a esse fim no termo de transferência de 2 de setembro de 1952, mencionado no art. 1º, por outros de valor equivalente, de propriedade do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 498 — DE 13 DE
MARÇO DE 1969

Isenta de imposto a importação de materiais destinados à construção de navios cargueiros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados a importação dos materiais destinados à construção de navios cargueiros, conforme programa aprovado pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a ser executado até 1971, e desde que beneficiados por financiamento externo.

Art. 2º Em caráter excepcional e a critério da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a importação desses materiais não estará sujeita às normas que regulam a apuração da similaridade.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI 499 — DE 17 DE
MARÇO DE 1969

Institui nova carteira de identidade para estrangeiros e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a carteira de identidade para estrangeiros, criada pelo artigo 135, do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, e denominada "carteira modelo 19", apresenta forma e conteúdo inteiramente obsoletos e

Considerando a necessidade de tornar efetivo o controle, pelas autoridades federais, da expedição da car-

teira de identidade para estrangeiros com permanência definitiva no País, decreta:

Art. 1º Fica instituída nova carteira de identidade para estrangeiros, conforme modelo anexo, sistema plástico, válida para todo território nacional impressa em série sob a orientação do Ministério da Justiça, e que será fornecida, no Distrito Federal, pela Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento de Polícia Federal, e, nos Estados e Territórios, pelas Delegacias Regionais do referido Departamento ou, mediante convênio, pelas repartições de polícia congêneres locais, e terá valor de carteira de identidade ordinária.

Art. 2º As atuais carteiras de identidade "modelo 19" de que trata o artigo 135, do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de um ano da vigência deste Decreto-lei, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.

Art. 3º Decorrido um ano da entrada em vigor deste Decreto-lei, o Ministério do Trabalho e Previdência Social só expedirá carteira profissional a estrangeiros mediante a apresentação da carteira de identidade aludida no artigo 1º.

Art. 4º Dentro de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto-lei, as repartições federais e estaduais encarregadas do registro e fiscalização de estrangeiros apresentarão ao Ministério da Justiça a estimativa do número de carteiras de identidade para estrangeiros necessárias ao atendimento dos serviços a seu cargo.

Parágrafo único — As repartições expedidoras ficam obrigadas a remeter, imediatamente ao Serviço Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal a individual datiloscópica do estrangeiro identificado para fins de obtenção da nova carteira criada por este Decreto-lei.

Art. 5º — Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de julho de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

ANVERSO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
	CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA ESTRANGEIRO PERMANENTE
	NOME _____
	FILIAÇÃO _____
	NACIONALIDADE _____
	NATURALIDADE _____ NASCIDO A _____
	LOCAL E DATA DO DESEMBARQUE _____
ASSINATURA DO PORTADOR _____	
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO	

Características. Texto em preto
 Palavra — estrangeiro — vermelho
 fundo em azul claro
 tarja em azul escuro
 papel confete de garantia
 Dimensões 9,5 x 6,5

VERSO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
POLEGAR DIRETO	FOTO 3 x 4 CM _____ CONFERENTE
RG. N. _____	RE. N. _____
SIGLA DO ÓRGÃO EXPEDIDOR	LOCAL E DATA EXPEDIÇÃO
AUTORIDADE EXPEDIDORA _____	
INI	

DECRETO-LEI Nº 500 — DE 17 DE
MARÇO DE 1969

Isenta do pagamento de custas o Distrito Federal perante a Justiça do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Distrito Federal fica isento do pagamento de custas perante a Justiça do Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Decreto-lei nº 501 ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI Nº 502 — DE 17 DE
MARÇO DE 1969

Estabelece medidas acauteladoras para o confisco de bens previsto no Artigo 8º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e no Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Tão logo seja decretado o confisco de bens pelo Presidente da República, os órgãos mencionados nos itens abaixo não poderão:

I — Os Registros de Imóveis, fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos particulares relativos aos bens confiscados, ou de quaisquer atos ou contratos em que sejam interessados pessoas naturais ou jurídicas, cujos bens tenham sido objeto de confisco;

II — Os Registros de Comércio ou Juntas Comerciais, arquivar atos ou contratos que importem em transferência de quotas sociais, ações ou partes beneficiárias objeto de confisco;

III — As Bolsas de Valores, realizar ou registrar operações e títulos de qualquer natureza que tenham sido alcançados pelo decreto confiscatório, ou pertencentes a pessoas nele referidas.

Parágrafo único. A violação do disposto no artigo 1º deste Decreto-lei tornará o infrator passível do crime previsto no artigo 319 do Código Penal, além da perda do cargo.

Art. 2º A Comissão Geral de Investigações poderá, pelo seu Presidente, se assim julgar conveniente e durante o curso da investigação sumária, notificar aos órgãos mencionados no artigo 1º deste Decreto-lei da existência de processo de confisco e determinar, desde logo, as providências cabíveis nesse dispositivo.

Art. 3º A Comissão Geral de Investigações poderá, também, observar o disposto nos artigos 1º e 4º do Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968, promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva, ou contrários à preservação e consolidação da Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 para os efeitos de aplicação das medidas previstas no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, encaminhando os resultados da mesma investigação ao Ministro de Estado da Justiça para os fins de direito.

Parágrafo único. Se, ainda, no processo de investigação sumária, a Comissão Geral de Investigações apurar atos ou atos que possam determinar a aplicação das medidas previstas nos artigos 4º e 6º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, mandará dele extrair as peças que julgar necessárias e as encaminhará ao Ministro de Estado da Justiça para os fins previstos no Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 4º O Ministro de Estado da Justiça poderá terminar, pelo prazo máximo de noventa dias, prisão administrativa de indiciado em processo instaurado pela Comissão Geral de Investigações, desde que se torne necessária a instrução do feito e haja indícios suficientes da existência do fato e de sua autoria.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 503 — DE 18 DE
MARÇO DE 1969

Aprova o plano de distribuição dos recursos da quota federal do Salário-Educação.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o plano de distribuição, relativo ao exercício de 1969, no valor de NCr\$ 94.000.000,00, da quota federal do Salário-Educação, a qual cabe à União, nos termos do Art. 4º, alínea b, da Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964.

Art. 2º Os recursos atribuídos aos Estados e ao Distrito Federal, de conformidade com o plano de distribuição referido no artigo 1.º serão entregues pelo Ministério da Educação e Cultura, a medida que for sendo efetivamente realizada a receita, atendidas as exigências apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Do total dos recursos em estimativa serão reservados até 40% (quarenta por cento) para atendi-

mento direto às Rêdes de Ensino Primário Municipal e Particular, através de convênios diretos com Prefeituras Municipais e Entidades Particulares de ensino gratuito.

Parágrafo único. A aplicação dos referidos recursos fica adstrita à construção de prédios escolares destinados ao ensino primário, à sua ampliação reforma ou ao equipamento de salas de aulas de acordo com as instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º Os restantes recursos serão aplicados mediante planos elaborados pelos Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal, os quais serão homologados pelos respectivos Governadores e pelo Prefeito do Distrito Federal e submetidos à aprovação do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Os recursos de que trata o Art. 4º serão destinados a complementar despesas com projetos e Atividades constantes do Plano de Aplicação das verbas do Plano Nacional de Educação para a expansão, manutenção e aperfeiçoamento progressivo da rede de Ensino Primário nos Estados e no Distrito Federal, atendidas as necessidades e peculiaridades locais.

Art. 6º As Unidades Federadas apresentarão, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação deste Decreto-Lei, à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, a relação discriminada das isenções conferidas às empresas no exercício de 1969, na conformidade da legislação vigente, para fins de ajustamento da estimativa prevista à realidade.

Art. 7º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

*Plano de Distribuição da Estimativa de Arrecadação da Quota Federal da
Arrecadação do Salário-Educação — Exercício de 1969*

UNIDADES FEDERADAS	Total
	NCr\$
Acre	899.116,10
Alagoas	2.511.699,22
Amazonas	2.181.173,20
Bahia	8.093.099,38
Ceará	5.779.416,70
Distrito Federal	850.251,26
Espírito Santo	2.296.056,20
Goiás	4.989.359,38
Guanabara	890.739,42
Maranhão	5.015.646,92
Mato Grosso	1.857.986,66
Minas Gerais	12.681.516,50
Pará	2.679.011,20
Paraíba	4.179.227,89
Paraná	6.789.625,80
Pernambuco	5.332.482,40
Piauí	3.279.360,14
Rio de Janeiro	3.103.906,20
Rio Grande do Norte	3.129.354,66
Rio Grande do Sul	6.379.116,10
Santa Catarina	3.904.941,69
São Paulo	5.017.662,22
Sergipe	2.159.250,76
T o t a l	94.000.000,00

DECRETO-LEI Nº 504 — DE 18 DE
MARÇO DE 1969

Modifica a redação do artigo 624 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 624 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 624. As revisões criminais serão processadas e julgadas:

I — pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às condenações por ele proferidas;

II — pelo Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça ou de Alçada, nos demais casos.

§ 1º No Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos o processo e julgamento obedecerão ao que fôr estabelecido no respectivo Regimento Interno.

§ 2º Nos Tribunais de Justiça ou de Alçada, o julgamento será efetuado pelas Câmaras ou Turmas Criminais, reunidas em sessão conjunta, quando houver mais de uma, e, no caso contrário, pelo Tribunal pleno.

§ 3º Nos Tribunais onde houver quatro ou mais Câmaras ou Turmas Criminais, poderão ser constituídos dois ou mais Grupos de Câmaras ou Turmas para o julgamento de revisão, obedecido o que fôr estabelecido no respectivo Regimento Interno.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 505 — DE 18 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, como Solicitador Acadêmico

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica permitida, aos alunos matriculados, ou que venham a matricular-se, no ano letivo de 1969, na 4ª série do curso de Direito das Faculdades Oficiais ou fiscalizadas pelo Governo Federal, a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, na condição de Solicitador Acadêmico.

Art. 2º Os alunos que usarem do benefício contido no artigo anterior, ficarão dispensados do Estágio Profissional e de Exame da Ordem, para ulterior admissão nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 506 — DE 18 DE
MARÇO DE 1969

Altera a redação do item I e do § 5º do art. 576 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O item I e o § 5º do artigo 576 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma constante do art. 17 do Decreto-lei nº 229, de 27 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 576.

“I — Um representante do Departamento Nacional do Trabalho;

.....

“§ 5º Em suas faltas ou impedimentos o Diretor-Geral do DNT será substituído na presidência pelo Diretor substituído do Departamento ou pelo representante deste na Comissão, nesta ordem”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI — Nº 507 — DE 18 DE
MARÇO DE 1969

*Altera o artigo 530 da Consolidação
das Leis do Trabalho*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ao artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em sua atual redação, constante do artigo 14 do Decreto-lei nº 229, de 27 de fevereiro de 1967, é acrescido o seguinte item:

.....
"VII — má conduta, devidamente comprovada".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 508 — DE 19 DE
MARÇO DE 1969

Abre ao Ministério do Exército o crédito extraordinário de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, parágrafo 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e com base no Artigo 64, parágrafo 2º da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército o crédito extraordinário de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil

cruzeiros novos) para atender às despesas decorrentes dos deslocamentos, instalações e emprego de tropas no Território de Roraima, para salvaguarda da inviolabilidade territorial do país e proteção aos habitantes da região ameaçada pelas perturbações da ordem em países vizinhos, para reforço de dotação consignada no subanexo 5.06.00, a saber:

5.06.01 — Ministério do Exército.
07.05.08.2.010 — Coordenação dos Serviços Administrativos Operacionais.

3.0.0.0 — Despesas correntes.
3.1.0.0 — Despesas de custeio.
3.1.4.0 — Encargos diversos —
NCr\$ 300.000,00.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 509 — DE 20 DE
MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT) fica transformado em empresa pública, vinculada ao Ministério das Comunicações, com a denominação de Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. A ECT terá sede e foro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2º A ECT compete:

I — executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional;

II — exercer, nas condições estabelecidas nos artigos 15 e 16, as atividades ali definidas.

Art. 3º A ECT será administrada por um Presidente, demissível "ad nutum", indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações e nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A ECT terá um Conselho de Administração (C.A.), que funcionará sob a direção do Presidente, e cuja composição e atribuições serão definidas no decreto de que trata o artigo 4º.

Art. 4º Os Estatutos da ECT, que serão expedidos por decreto, estabelecerão a organização, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

§ 1º A execução das atividades da ECT far-se-á de forma descentralizada, distribuindo-se por Diretorias Regionais, constituídas com base no movimento financeiro, na densidade demográfica e na área da região jurisdicionada.

§ 2º As Diretorias Regionais serão classificadas em categorias, de acordo com o volume dos respectivos serviços, e os órgãos que as integrarem poderão ser criados, desdobrados, reduzidos ou extintos, por ato do Presidente, ouvido o Conselho de Administração.

§ 3º A operação do Serviço Postal e a execução das atividades administrativas de rotina ficarão a cargo da estrutura regional, observados o planejamento, a supervisão, a coordenação e o controle dos órgãos da Administração Central.

§ 4º Os cargos e funções de direção e assessoria serão providos, conforme o caso, pelo Presidente, pelos Diretores Regionais, ou outros Chefes de Serviço, conforme determinarem os Estatutos.

Art. 5º Caberá ao Presidente representar a ECT em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários e delegar competência, permitindo, se for o caso, a subdelegação às autoridades subordinadas.

Art. 6º O capital inicial da ECT será constituído integralmente pela União, na forma deste Decreto-lei.

§ 1º O capital inicial será constituído pelos bens móveis e imóveis, valores, direitos e ações que, perten-

centes à União, estejam, na data deste Decreto-lei, a serviço ou à disposição do DCT.

§ 2º Os bens e direitos de que trata este artigo serão incorporados ao ativo da ECT mediante inventário e levantamento a cargo de Comissão designada, em conjunto, pelos Ministros da Fazenda e das Comunicações.

§ 3º O capital inicial da ECT poderá ser aumentado por ato do Poder Executivo, mediante a incorporação de recursos de origem orçamentária, por incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos de suas atividades, pela reavaliação do ativo e por depósitos de capital feitos pela União.

§ 4º Poderão vir a participar dos futuros aumentos do capital outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como entidades integrantes da Administração Federal Indireta.

Art. 7º A ECT poderá contrair empréstimos no País ou no Exterior que objetivem atender ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços, observadas a legislação e regulamentação em vigor.

Art. 8º Os prêmios, contribuições, tarifas e preços dos serviços a cargo da ECT serão aprovados pelo Conselho de Administração (C.A.), respeitados os acordos ou convenções a que o Brasil estiver obrigado, assim como a competência do Conselho Interministerial de Preços.

Parágrafo único. Os valores a serem aprovados pelo C.A. visarão à remuneração justa dos serviços que a ECT executar, sem prejuízo da sua maior utilização.

Art. 9º A concessão, suspensão ou cancelamento do privilégio da franquia postal-telegráfica, com isenção parcial ou total das tarifas e preços, serão da competência do Conselho de Administração (C.A.).

Parágrafo único. A suspensão ou cancelamento do privilégio de que trata este artigo, a qualquer título concedido, poderão estender-se aos órgãos dos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, inclusive aos de sua Administração Indireta.

Art. 10. As resoluções do Conselho de Administração (C.A.) referentes aos assuntos de que tratam os artigos 8º e 9º dependerão da homologação do Ministro das Comunicações.

Art. 11. O regime jurídico do pessoal da ECT será o da Consolidação das Leis do Trabalho, classificados os

seus empregados na categoria profissional de comerciários.

§ 1º Os servidores públicos hoje a serviço do DCT considerar-se-ão à disposição da ECT, sem ônus para o Tesouro Nacional, aplicando-se-lhes o regime jurídico da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

§ 2º O pessoal a que se refere o parágrafo anterior poderá ser aproveitado no quadro de pessoal da ECT na forma que fôr estabelecida em decreto, que regulará, igualmente, o tratamento a ser dispensado ao pessoal não aproveitado.

Art. 12. A ECT gozará de isenção de direitos de importação de materiais e equipamentos destinados aos seus serviços, dos privilégios concedidos à Fazenda Pública, quer em relação à imunidade tributária, direta ou indireta, impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, quer no concernente a fôro, prazos e custas processuais.

Art. 13. Ressalvada a competência do Departamento de Polícia Federal, a ECT manterá serviços de vigilância para zelar, no âmbito das comunicações, pelo sigilo da correspondência, cumprimento das leis e regulamentos relacionados com a segurança nacional, e garantia do tráfego postal-telegráfico e dos bens e haveres da Empresa ou confiados à sua guarda.

Art. 14. Enquanto não se ultimar o processo de transferência a que se refere a Lei nº 5.383, de 30 de novembro de 1967, a ECT continuará tendo sede e fôro no Estado da Guanabara.

Art. 15. Ressalvadas a competência e jurisdição da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), a ECT, como sucessora do DCT, poderá prosseguir na construção, conservação e exploração dos circuitos de telecomunicações, executando os serviços públicos de telegrafia e demais serviços públicos de telecomunicações, atualmente a seu cargo.

Art. 16. Enquanto não forem transferidos, para a EMBRATEL, os serviços de telecomunicações, que o Departamento dos Correios e Telégrafos hoje executa, a ECT, mediante cooperação e convênio com aquela empresa, poderá construir, conservar ou explorar, conjunta ou separadamente os circuitos-troncos que integram o Sistema Nacional de Telecomunicações.

Art. 17. Observada a programação financeira do Governo, serão transferidas para a ECT, nas épocas próprias, como parcela integrante do seu capital, as dotações orçamentárias e os créditos abertos em favor do atual DCT, assim como quaisquer importâncias a este devidas, deduzida a parcela correspondente às receitas previstas no orçamento geral da União como receita do Tesouro o que, por força deste Decreto-lei, passam a constituir receita da Empresa.

Art. 18. A ECT procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contratos e convênios, condicionado esse critério aos ditames de interesse público e às conveniências da segurança nacional.

Art. 19. Compete ao Ministro das Comunicações exercer a supervisão das atividades da ECT, nos termos e na forma previstos no Título IV do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 20. A ECT enviará ao Tribunal de Contas da União as suas contas gerais relativas a cada exercício, na forma da legislação em vigor.

Art. 21. Até que sejam expedidos os Estatutos, continuarão em vigor as normas regulamentares e regimentais que não contrariarem o disposto neste Decreto-lei.

Art. 22. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho
Hélio Beltrão
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 510 — DE 20 DE
MARÇO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os arts. 12 — 14 — 20 — 25 — 28 — 30 — 31 — 33 — 36 — 37 —

38 — 39 — 40 — 41 e 42 e o Capitulo III do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, passam a vigorar com a seguinte redacção:

“Art. 12. Formar-se ou manter associação de qualquer título, comité, entidade de classe ou agrupamento que sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça actividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional:

Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e de 6 meses a 2 anos, para os demais.

Art. 14. Divulgar por qualquer meio de comunicação social, noticia falsa, tendenciosa ou facto verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

Pena: Detenção, de 3 meses a 1 ano.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil.

Pena: Detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a director ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será também imposta a multa, de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, elevada ao dôbro, na hipótese do parágrafo anterior.

§ 3º As penas serão applicadas em dôbro, em caso de reincidência.

Art. 20. Exercer violência de qualquer natureza, contra Chefe de Governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo seu território.

Pena: Reclusão, de 1 a 2 anos, além da correspondente à violência.

Art. 25. Praticar devastação, saque, assalto, roubo, sequestro, incêndio ou depredação; acto de

sabotagem ou terrorismo, inclusive contra estabelecimento de crédito ou financiamento; massacre, atentado pessoal; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado, ou mediante concessão ou autorização.

Pena: Reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 28. Matar, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade pública, ou estrangeiro que se encontre no Brasil, a convite do Governo brasileiro, a serviço de seu País ou em missão de estudo.

Pena: Reclusão, de 12 a 30 anos.

Art. 30. Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: Reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 31. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos.

Art. 33. Incitar:

I — à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II — à desobediência colectiva às leis;

III — à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou a instituições civis;

IV — à luta pela violência entre as classes sociais;

V — à paralisação de serviços públicos ou actividades essenciais;

VI — ao ódio ou à discriminação racial.

Pena: Detenção, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se o crime fór praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de

qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade.

Art. 36. Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais.

Art. 37. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos.

Art. 38. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público.

Pena: Detenção, de 1 a 3 anos.

Art. 39. Constituem propaganda subversiva:

I — a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda da guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária;

II — o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III — o comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV — a greve proibida;

V — a injúria, a calúnia ou difamação quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI — a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Pena: Detenção, de 6 meses a 2 anos.

Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional.

Pena: Detenção, de 1 a 4 anos.

Art. 40. Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar, ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas, ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos.

Art. 41. Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Decreto-lei, ou fazer-lhes a apologia ou a dos seus autores.

Pena: Detenção, de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia é feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 42. É punível a tentativa, inclusive os atos preparatórios, com um a dois terços da pena prevista para o crime consumado.

CAPÍTULO III

Do Processo e Julgamento

Art. 44. Ficam sujeitos ao fôro militar tanto os militares como os civis, na forma do artigo 122, §§ 1º e 2º, da Constituição, com a redação dada pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste decreto-lei, assim como os perpetrados contra as Instituições Militares.

Parágrafo único. Instituições Militares são as Forças Armadas constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, estruturadas em Ministérios, bem assim os altos órgãos militares de administração, planejamento e comando.

Art. 45. O fôro especial, estabelecido neste Decreto-lei, prevalecerá sobre qualquer outro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 46. Aplica-se, quanto ao processo e julgamento, o Código da Justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e deste Decreto-lei.

Art. 47. Durante as investigações policiais, o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do In-

quérito, até trinta (30) dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1º O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez (10) dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares.

§ 2º Se entender necessário, o Encarregado solicitará, dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observadas as disposições do artigo 149 do Código da Justiça Militar.

Art. 48. Em qualquer fase do processo, aplicam-se as disposições relativas à prisão preventiva previstas no Código da Justiça Militar.

Art. 49. Poderão ser instaurados, individual ou coletivamente, os processos contra os infratores de qualquer dos dispositivos deste Decreto-lei.

Art. 50. Recebida a denúncia, o auditor mandará citar o denunciado para se ver processar e julgar.

Parágrafo único. A citação será por edital e com prazo de oito (8) dias, para os denunciados que não forem encontrados, e de vinte (20) dias, para os que se tenham ausentado voluntariamente do país, estejam ou não em lugar sabido.

Art. 51. O acusado, que não comparecer nos atos processuais para os quais foi devidamente citado ou notificado, será considerado revel.

Art. 52. A ausência de qualquer dos acusados não impedirá a realização dos atos do processo e do julgamento, nem obrigará seu adiamento.

Parágrafo único. Se a ausência fôr do advogado constituído, o acusado será assistido por defensor designado, na hora, pelo Presidente do Conselho.

Art. 53. A denúncia deverá arrolar até três (3) testemunhas, e, no caso de mais de um denun-

ciado, poderá ser ouvida mais uma acêrca da responsabilidade da-quele a respeito do qual não houverem deposto as testemunhas inquiridas.

Art. 54. A defesa, no curso do sumário, poderá indicar quas testemunhas para cada acusado, as quais deverão ser apresentadas, independentemente de intimação, no dia e hora fixados para a inquirição.

Parágrafo único. As testemunhas de defesa que deixarem de comparecer à audiência marcada, sem motivo de força maior comprovado pelo Conselho, não mais serão ouvidas, entendendo-se como desistência o seu não comparecimento.

Art. 55. Preterem a todos os serviços forenses locais as precatórias expedidas pelo auditor e deverão ser cumpridas no prazo máximo de quinze (15) dias, da data do seu recebimento, e devolvidas pelo meio mais rápido e seguro.

Art. 56. O exame de sanidade mental requerido pela defesa, de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido ao Conselho, até a data marcada para o julgamento. Neste caso, aqueles acusados serão julgados oportunamente.

Art. 57. Quando o estado de saúde do acusado não permitir sua permanência na sessão de julgamento, esta prosseguirá com a presença do seu defensor.

Parágrafo único. Se o defensor se recusar a permanecer na sessão, a defesa passará a ser feita por advogado designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 58. A acusação e a defesa terão respectivamente uma hora para a sustentação oral, por ocasião do julgamento, podendo o procurador e o defensor replicar e triplicar, por tempo não excedente a trinta (30) minutos.

Parágrafo único. Se forem dois ou mais réus e diversos os defensores, cada um dêes terá, por sua vez e pela metade, os prazos acima estabelecidos.

Art. 59. Quando a sessão de julgamento não puder ser concluída, por motivos justificados e dentro do próprio trimestre, o Conselho Permanente de Justiça terá sua jurisdição prorrogada no respectivo processo.

Art. 60. O Conselho de Justiça poderá:

a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público, em alegações escritas e a defesa tenha tido oportunidade de examiná-la;

b) proferir sentença condenatória por fato articulado na denúncia, não obstante haver o Ministério Público opinado pela absolvição, bem como reconhecer circunstância agravante não arguida, mas referida na narração do fato criminoso, na denúncia.

Art. 61. Ao Ministério Público cabe recorrer, obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar:

a) do despacho do auditor que rejeitar, no todo ou em parte, a denúncia;

b) da sentença absolutória.

Art. 62. O condenado à pena de reclusão por mais de dois (2) anos fica sujeito, acessoriamente, à suspensão de direitos políticos, por dois (2) a dez (10) anos.

Art. 63. Não é admissível a suspensão condicional da pena dos crimes previstos neste Decreto-lei.

Art. 64. A pena privativa da liberdade será cumprida em estabelecimento militar ou civil, a critério do Juiz, mas sem rigor penitenciário.

Art. 65. O livramento condicional dar-se-á nos termos da legislação penal militar.

Art. 66. São inafiançáveis os crimes previstos neste Decreto-lei.

Art. 67. O Ministro da Justiça, sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente quanto à sua contabilidade, receita e des-

pesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influências contrárias à Segurança Nacional, tal como definidos nos artigos 2º e 3º e seus parágrafos deste Decreto-lei."

Art. 2º Ficam revogados os §§ 1º a 4º do artigo 63 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 511 — DE 20 DE
MARÇO DE 1969

Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que, em virtude desse mesmo Ato Institucional, poderá, durante o recesso do Congresso Nacional legislar em todas as matérias e exercer a atribuição prevista no item III do Artigo 47 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 27 e 28 do corrente mês, a fim de participar das solenidades de inauguração da rodovia Paranaguá-Assunção (BR-277) e visitar a Usina Acaraí, em território paraguaio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 512 — DE 21 DE
MARÇO DE 1969

CAPÍTULO II

Do Órgão de Execução

Regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Viação Rodoviária

Art. 1º A política nacional de viação rodoviária se integra na política nacional dos transportes, cuja formulação compete ao Ministro dos Transportes, e compreende:

a) o planejamento do sistema rodoviário, federal, estadual e municipal, no território brasileiro, e suas alterações;

b) os estudos técnicos e econômicos, o estabelecimento dos meios financeiros para execução das obras integrantes do sistema e a elaboração dos projetos finais de engenharia;

c) a construção e conservação de rodovias, pontes e outras obras que as integrem;

d) a administração permanente das rodovias mediante guarda, sinalização, policiamento, imposição de pedágio, de taxas de utilização, de contribuição de melhoria, estabelecimento de servidões, limitações ao uso, ao acesso e ao direito das propriedades vizinhas, e demais atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito e de tráfego;

e) concessão, permissão e fiscalização do serviço de transporte coletivo de passageiros e de carga, nas estradas federais ou de ligação, interestaduais e internacionais;

f) a disciplina de aplicação dos recursos provenientes do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, previsto no art. 22, inciso VIII, da Constituição, bem como o de outros destinados, por lei, ao sistema rodoviário federal, estadual e municipal.

Art. 2º Ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), atendidas as atribuições conferidas em lei ao Conselho Nacional de Transportes e ao Ministério dos Transportes, compete a execução da política nacional de viação rodoviária, no plano federal.

Parágrafo único. Para consecução dos objetivos indicados neste artigo poderá o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem celebrar acordos e convênios de delegação de encargos, com os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, ou outras entidades federais, civis ou militares, bem como firmar contratos com entidades privadas.

Art. 3º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, vinculado ao Ministério dos Transportes, mantida a sua condição de autarquia administrativa e pessoa jurídica de direito público interno, com patrimônio e gestão financeira próprios, se reorganizará de acordo com as diretrizes instituídas neste Decreto-lei.

CAPÍTULO III

Da Receita do D. N. E. R.

Art. 4º Constituem receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

I — A parte que lhe couber do Fundo Rodoviário Nacional, que continuará a ser cobrado e distribuído na forma da legislação em vigor;

II — O produto da Taxa de Conservação de Rodovias, instituída pelo Decreto-lei nº 397, de 30 de dezembro de 1968; da Taxa para melhoria da segurança das estradas federais, instituída pela Lei nº 5.391, de 23 de fevereiro de 1968, sobre o prêmio do seguro obrigatório de responsabilidade civil relativo a transportes terrestres, e do Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros, instituído pelo Decreto-lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, destinado à formação do Fundo Especial de Conservação e Segurança do Tráfego;

III — A transferência de recursos orçamentários e créditos abertos por leis especiais;

IV — O produto de operações de crédito que efetue no país ou no exterior;

V — juros e comissões dos seus depósitos bancários ou resultado de operação financeira que efetue para implementação de obras rodoviárias;

VI — o produto da exploração e arrendamento de bens patrimoniais do seu acervo, não necessários aos seus serviços ou destinados a serventia pública, como meios auxiliares de comodidade, utilização ou integração rodoviária assim como o resultado da alienação de bens materiais e equipamentos inservíveis ou desnecessários ao uso da Autarquia;

VII — o produto de multas que, por lei, regulamento, ou contrato, incumba ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem impor e recolher;

VIII — o produto de serviço ou fornecimento prestado excepcionalmente a terceiro;

IX — a renda de contribuição de melhoria e de pedágio auferido do sistema rodoviário sob jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

X — legados, donativos, subvenções e outras rendas que venham a caber ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 5º Os recursos de dotação orçamentária previstos no inciso III do artigo anterior serão entregues pelo Tesouro Nacional, como suprimentos e por duodécimos, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, independentemente de comprovação. As demais rendas serão arrecadadas e escrituradas diretamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal do D.N.E.R.

Art. 6º As atribuições do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem serão desempenhadas por pessoal técnico de nível superior e pessoal auxiliar, em quantidade e qualidade adequadas às suas reais necessidades, atendidos os princípios de economia e máxima utilização do potencial disponível em entidades

privadas para aquelas atividades que não possam ser exercidas com pessoal próprio.

Art. 7º O regime jurídico do pessoal técnico de nível superior ocupante de emprego para cujo exercício seja exigida a habilitação profissional de Engenheiro será o da legislação trabalhista.

§ 1º O Presidente da República aprovará a Tabela de Funções e Empregos do pessoal técnico de que trata este artigo em consonância com os valores obtidos em pesquisas sobre o mercado de trabalho.

§ 2º O pessoal técnico de nível superior, ocupante da série de classes de Engenheiro, integrante dos Quadros do próprio Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952), quando investido em cargo em comissão ou função gratificada, bem como os Engenheiros ocupantes de cargo cujo provimento seja de livre escolha, perceberão vencimentos e vantagens do cargo em comissão ou gratificação da função que exercerem, acrescidos do complemento que bastar para igualar os vencimentos que percebem ao salário previsto na Tabela de Funções e Empregos, para emprego de atribuições semelhantes e jornada de trabalho idêntica. Os demais servidores integrantes da série de classes de Engenheiro, quando não investidos em cargo em comissão ou função gratificada, poderão também receber tal complemento na forma em que dispuser a regulamentação deste Decreto-lei.

§ 3º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva e a gratificação de produtividade, instituídos pela Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, são incompatíveis com a complementação prevista no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo, ressalvadas as hipóteses dos parágrafos 2º e 3º, não se aplica aos demais ocupantes das classes e carreiras de nível técnico superior dos quadros de pessoal do D. N. E. R., que continuarão submetidos ao regime jurídico do pessoal civil da União.

Art. 8º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem elaborará

um Regulamento de Pessoal Técnico de que trata o artigo 7º, o qual será aprovado por Decreto.

Parágrafo único. A admissão do pessoal técnico de que trata o artigo dependerá de prévia habilitação em concurso de provas, ou provas e títulos, a ser realizado pelo próprio órgão, observada a orientação geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, exceção feita para as funções que a legislação admita como de livre escolha.

Art. 9º Aos atuais integrantes dos quadros de pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, é assegurada a contagem, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado sob regime trabalhista ou como diarista de obras, desde que o serviço tenha sido prestado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 10. Em caso algum, a remuneração do Diretor-Geral e dos demais servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem poderá exceder o teto máximo previsto na legislação vigente.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 11. Para a consecução dos seus objetivos o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, poderá efetuar operações de crédito com entidades nacionais ou estrangeiras, contraindo débitos em moeda nacional ou estrangeira, atendidas as normas constitucionais da legislação vigente e regulamentares.

Art. 12. Quando os acordos com organismos financiadores estrangeiros especificarem a realização de concorrência internacional, procederá o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na forma do disposto no artigo 142 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e das normas próprias baixadas pelo Poder Executivo, respeitados os dispositivos legais que regem a matéria.

Art. 13. Estão isentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, observadas a legislação e re-

gulamentação vigentes, as máquinas, veículos e aparelhos que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem adquira para projeto, construção, conservação e policiamento de trânsito das estradas de rodagem.

Art. 14. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, por ato de seu Diretor-Geral, declarará a utilidade pública de bem ou propriedade, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, e a qualquer tempo, poderá requisitar o ingresso de agente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em propriedade pública ou privada, para efetivação de estudos que visem à implantação de estradas ou obras auxiliares, observado o dever de preservação do bem e de indenizar as perdas e danos decorrentes da requisição.

Art. 15. A declaração de utilidade pública e a desapropriação consequente se sujeitarão às disposições do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e legislação subsequente sobre desapropriações, observadas as disposições especiais deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Quando, na execução judicial, houver incidência de correção monetária, será deduzido do valor final da condenação o valor da contribuição de melhoria devido pelo expropriado.

Art. 16. O proprietário de bem declarado de utilidade pública pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que efetive doação ao mesmo, sem ônus ou gravame, fica dispensado do pagamento de contribuição de melhoria até o valor do bem incorporado ao patrimônio do órgão.

Art. 17. Declarada a utilidade pública, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem de ofício, formará processo de desapropriação amigável, um para cada bem, devendo efetivar a desapropriação de forma expedita e sumária, exigida do expropriado, exclusivamente, a prova de propriedade, a ser feita com escritura aquisitiva e certidão recente do Registro de Imóveis competente, dispensadas quaisquer outras formalidades.

Art. 18. Havendo concordância do expropriado com o valor do Laudo, a quantia de avaliação será depositada, por sessenta dias, em conta bloqueada

em estabelecimento bancário existente na Comarca da situação do bem ou na mais próxima, à disposição da autoridade judicial a que fôr requerido o depósito.

§ 1º No decorrer dos sessenta dias o Juiz fará publicar editais, na Comarca da situação do bem e no local de domicílio do expropriado, se conhecido, com prazo de trinta dias para que terceiro interessado impugne a titularidade do bem ou habilitar direitos creditórios. Não ocorrendo impugnação e decorrido o prazo dos Editais, ou provada a inexistência de justo título, ou, ainda, habilitados direitos ou créditos contra o expropriado, o Juiz, por sentença, adjudicará a propriedade ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para efeito de transcrição imobiliária permanecendo bloqueado o valor depositado até que decida a quem cabe levantá-lo.

§ 2º Efetivado o depósito nos termos deste artigo, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ficará automaticamente unificado na posse do bem em desapropriação.

Art. 19. Não havendo concordância do expropriado, ou sendo desconhecido ou ausente o proprietário, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dentro de seis meses no máximo, contados da avaliação, iniciará processo judicial de desapropriação, mediante depósito do valor do Laudo da Avaliação para efeito de imitir-se na posse do bem.

Art. 20. Aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, é defeso aplicar recursos oriundos do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos em investimentos não rodoviários, cabendo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a distribuição, segundo os critérios previstos na legislação federal em vigor, e a fiscalização da correta aplicação de tais recursos.

Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, na execução dos Planos Rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-lei e do Plano Rodoviário Nacional de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os Estados, Territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias anuais à aprovação do Conselho Nacional dos Transportes, através do D.N.E.R.

§ 2º Os Municípios submeterão suas programações anuais à aprovação das autoridades estaduais competentes.

§ 3º O Distrito Federal e os Territórios Federais ficam equiparados a Estados para efeito do cálculo e distribuição das quotas do Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 22. Compete ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a aprovação final dos projetos de estradas, obras de arte e instalações rodoviárias federais.

Art. 23. Se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vier a ser extinto, passarão para a União todos os direitos e obrigações decorrentes dos atos por ele praticados.

Art. 24. As causas judiciais em que fôr parte o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem serão processadas perante a Justiça Federal.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a criação de órgão federal que terá a seu cargo a concessão, permissão e fiscalização dos serviços rodoviários interestaduais e internacionais de transporte coletivo de passageiros e de cargas.

Parágrafo único. Enquanto não fôr criado tal órgão, os serviços de concessão, permissão e fiscalização do transporte de passageiros e de cargas continuarão a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na forma da legislação vigente.

Art. 26. A estrutura administrativa do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem será fixada por Decreto.

Art. 27. O artigo 20 da Lei número 302, de 13 de julho de 1948, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem poderá empregar, anualmente, até 1% (um por cento) dos seus recursos, no custeio de realização ou participação em congresso, viagens de estudo, no País ou no estrangeiro,

ou na contratação de especialistas em assuntos de seu interesse para realização de serviços ou cursos no Brasil”.

Art. 28. O artigo 53 do Decreto-lei número 8.463, de 27 de dezembro de 1945, passa a vigor com a seguinte redação:

“As transações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem continuarão a se processar mediante os mesmos instrumentos e formalidades e perante os mesmos officios e registros públicos a que se submeter a Fazenda Nacional. Nos Correios e Telégrafos, nas repartições alfandegárias e nas empresas de transporte e de serviços de utilidade pública, continuará a gozar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem das mesmas vantagens que competirem a outros serviços públicos federais”.

Art. 29. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei nº 8.462, de 27 de dezembro de 1945, a Lei número 302, de 13 de julho de 1948 com as exceções constantes dos artigos 27 e 28 d'este ato, Decreto-lei nº 122, de 31 de janeiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 513 — DE 31 DE
MARÇO DE 1969

Autoriza a doação do imóvel que menciona, situado no Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968,

e de acôrdo com os artigos 1.165 e 1.180, do Código Civil, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, a doar à União, inclusive o terreno correspondente, mediante escritura pública, o edificio em construção no Distrito Federal, originariamente destinado à sede da autarquia.

Art. 2º O DNOCS se reserva a propriedade autônoma de três (3) pavimentos do prédio em construção, bem como a respectiva quota ideal do terreno, em regime de condomínio, sob a administração do Ministério do Interior, nos termos do convênio a ser estipulado.

Art. 3º O imóvel de que trata o artigo 1º será utilizado pelo Ministério do Interior para a instalação e funcionamento dos seus serviços e dos órgãos e entidades de sua área de competência, aos quais poderá alienar ou ceder partes do edificio e correspondentes quotas ideais do terreno, observado o regime de condomínio previsto no artigo anterior.

Art. 4º O Ministério do Interior assumirá o encargo de ultimar a construção do imóvel, com recursos próprios e contribuições, a qualquer título, das entidades a que se refere o artigo anterior, exonerado o DNOCS de novos dispêndios com a construção.

Parágrafo único. Os recursos e contribuições previstos neste artigo serão depositados em estabelecimentos federal de crédito, em conta especial a ser movimentada por ordem do Ministro de Estado do Interior.

Art. 5º O Ministro do Interior fica autorizado a aceitar a doação e realizar os atos de alienação ou cessão, quer de forma gratuita quer onerosa, nos termos do artigo 3º d'este Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1969;
148º da independência e 81º da República.

A COSTA E SILVA

José Costa Cavalcanti

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO COMPLEMENTAR Nº 40 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I Parte I, de 31-12-1968)

Retificação

No artigo 3º — item III do artigo 26, citados, onde se lê. ... Fundo Especial a que se refere o § 4º deste artigo.

leia-se

... Fundo Especial a que se refere o § 3º deste artigo.

DECRETO-LEI Nº 221 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Dispõe sobre a proteção e estímulos
à pesca e dá outras providências.*

(Publicado no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I, de 28.2.67).

Retificação

Na página 2.415, 2.ª coluna, na
alínea b do parágrafo 11 do artigo
81, onde se lê:

... do art. 3º do Decreto-lei nú-
mero 2.627, de ...

Leia-se:

... do art. 9º do Decreto-lei nú-
mero 2.627, de ...

DECRETO-LEI Nº 386 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

*Cria a Superintendência da Exposi-
ção Mundial Comemorativa do Ses-
quicentenário da Independência do
Brasil.*

(Publicado no *Diário Oficial* — Se-
ção I — Parte I, de 27 de dezembro
de 1968)

Retificação

Na página 11.202, 3ª coluna, nas
assinaturas dos Exmos. Srs. Minis-

tros, inclua-se, por ter sido omitida:
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 389 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

*Dispõe sobre a verificação judicial
de insalubridade e periculosidade e
dá outras providências.*

O Presidente da República, no uso
das atribuições que lhe confere o §
1º do artigo 2º do Ato Institui-
cional nº 5, de 13 de dezembro de
1968, decreta:

Art. 1º Arguida em juízo, insa-
lubridade ou periculosidade de ativi-
dades ou operações ligadas à exe-
cução do trabalho, proceder-se-á a
perícia técnica para os efeitos do dis-
posto no artigo 209 da Consolidação
das Leis do Trabalho, aprovada pelo
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio
de 1943, e no artigo 2º da Lei nº
2.573 de 15 de agosto de 1955.

Art. 2º A caracterização e a clas-
sificação da periculosidade e da in-
salubridade, segundo as normas e os
quadros elaborados pelo Departamen-
to Nacional de Segurança e Higiene
do Trabalho, serão feitas por
médico ou engenheiro devidamente
habilitados em questões de higiene e

segurança do trabalho e designados por autoridade judiciária.

Art. 3º Os efeitos pecuniários, inclusive adicionais, decorrentes do trabalho nas condições da insalubridade ou da periculosidade atestadas, serão devidos a contar da data do ajuizamento da reclamação.

§ 1º Enquanto não se verificar haverem sido eliminadas suas causas, o exercício de atividades ou operações insalubres assegura a percepção de adicionais respectivamente de 40 %, 20 % e 10 % do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

§ 2º O adicional para a prestação de serviço em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade é o previsto na Lei número 2.573, de 15 de agosto de 1957.

Art. 4º Os princípios estatuídos neste Decreto-Lei aplicam-se aos procedimentos judiciais cujas sentenças ainda não tenham sido executadas.

Art. 5º O disposto neste Decreto-Lei não obriga à restituição de importâncias que até a data de sua promulgação tenham sido pagas a trabalhadores com fundamento em critérios de verificação e classificação diversos dos ora fixados.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.431, de 3 de maio de 1968.

Brasília, 26 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 83º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 390 — DE 27 DE
DEZEMBRO DE 1968

Retifica sem ônus, a Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968, que estina a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 27 de dezembro de 1968)

Retificação

Na página 11.203, 3ª coluna, na 7ª linha, onde se lê: no artigo 1º: NOV-124 — Densificação, Aviamento e Re-verificação da ... Leia-se: SVO-124 — Densificação, Aviamento e Re-verificação da ...

DECRETO-LEI Nº 391 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — criada pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 para a liquidação pelo CODEBRÁS de empréstimo por ela contratado com o Banco Nacional de Habitação. Cria o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30 de dezembro de 1968).

Retificação

No parágrafo 1º do artigo 6º onde se lê: ... incisos I, II, III, V, VII e VIII ... Leia-se: ... incisos I, II, III, V e VIII ...

DECRETO-LEI Nº 400 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Altera a legislação pertinente ao imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30 e retificado no *Diário Oficial* de 31 de dezembro de 1968)

Retificação

No artigo 3º onde se lê: ...22,06,... Leia-se: ...22,08,...

DECRETO-LEI Nº 401 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera dispositivo da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30-12-68).

Retificação

Na página 11.260, 3ª coluna, no artigo 5º, onde se lê: 75.000 a 100.000
Leia-se: 75.001 a 100.000 ...

No artigo 8º, na nova redação dada ao artigo 12 da Lei nº 4.506-64 na página 11.261, 1ª coluna, onde se lê: (Art. 12 ... § 1º ... § 2º ... comerciais, corretadores ou representantes...
Leia-se: "Art. 12 ... § 1º ... § 2º ... comerciais, corretores ou representantes ...

Na 3ª coluna, no artigo 18, na nova redação dada ao artigo 56 da Lei nº 4.506-64, onde se lê: "Art. 56. ... da manutenção do capital de valores expressos em moeda es perdas de câmbio verificadas no decurso do ano base, mediante: Leia-se: "Art. 56 ... da manutenção do capital de giro próprio, conforme o caso, as perdas de câmbio verificadas no decurso do ano-base, mediante:

DECRETO-LEI Nº 402 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Retifica o detalhamento do projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, constante da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30-12-68).

Retificação

Na página 11.262, 2ª coluna, no artigo 1º, onde se lê: "113.1.0137 — ... de Conciliação de Julgamento de ...

Leia-se: "113.1.0137 — ... de Conciliação e Julgamento de ...

DECRETO-LEI Nº 403 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30-12-68).

Retificação

Na página 11.262, 3ª coluna, no artigo 3º, onde se lê: ... de I ate a metade de seus valores, ... Leia-se: ... de até a metade de seus valores...
No parágrafo 3º do artigo 4º, onde se lê: ... sobre os contratados de ...
Leia-se: ... sobre os contratos de ...

DECRETO-LEI Nº 406 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 31 de dezembro de 1968).

Retificação

Na página 11.314 4ª coluna, no item I do § 4º, do artigo 1º, onde se lê:

§ 4º ... I — As saídas de vasilhame recipientes e ... leia-se: § 4º ... I — As saídas de vasilhame, recipientes e ...

Na página 11.315, no parágrafo 4º do artigo 3º, onde se lê: ... de (ilegível) que os representem. Leia-se: ... de entidades que os representem.

Na página 11.315, 1ª coluna, no artigo 1º, item X,

Onde se lê:

X — As saídas de mercadorias de estabelecimento de cooperativas de produtores para estabelecimentos, no mesmo Estado da federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte;

Leia-se:

X — As saídas de mercadorias de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimentos no

mesmo Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte.

Na mesma página, 2ª coluna, no § 3º do artigo 3º,

Onde se lê:

"... salvo disposição da lei estadual em contrário ..."

Leia-se:

"... salvo disposição da legislação estadual em contrário ..."

Na mesma página, 2ª e 3ª colunas,

Onde se lê:

Art. 5º. A alíquota do imposto de circulação de mercadorias será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais, e não excederá, naquelas que se destinem a outro Estado e ao exterior, os limites fixados em resolução do Senado.

§ 1º. A resolução será tomada pelo Senado, por iniciativa própria ou do Presidente da República.

§ 2º. O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota fixada em lei estadual, quando lhe fôr superior.

Leia-se:

Art. 5º. A alíquota do imposto de circulação de mercadorias será uniforme para todas as mercadorias; O Senado Federal, através de resolução adotada por iniciativa do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas para as operações internas, para as operações interestaduais e para as operações de exportação para o estrangeiro.

Parágrafo único. O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota estadual, quando esta fôr superior.

Na mesma página, 3ª coluna, no artigo 9º, § 3º,

Onde se lê:

§ 3º. Quando os serviços a que se referem os itens I, III, V, (exceto os de construção de qualquer tipo por administração ou empreitada) e VII da lista anexa, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional ha-

bilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo a responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

Leia-se:

§ 3º. Quando os serviços a que se referem os itens I, III, IV (apenas os agentes da propriedade industrial), V e VII da lista anexa forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Nas páginas 11.315 e 11.316 a Lista de Serviços que ficou publicada entre o artigo 12 e o artigo 13, deve ser colocada após as assinaturas dos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Fazenda, reatificada pela seguinte forma:

LISTA DE SERVIÇOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 8º DO DECRETO-LEI Nº 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968

LISTA DE SERVIÇOS

I — Médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, protéticos, ortopedistas, fisioterapeutas e congêneres; laboratórios de análises, de radiografia ou radioscopia, de eletricidade médica e congêneres;

II — Hospitais, sonatórios, ambulatórios, pronto-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, recuperação ou repouso, asilos e congêneres;

III — Advogados, solicitadores e provisionados;

VI — Serviços, por administração, industrial, artística ou literária, despachantes, peritos e avaliadores particulares, tradutores e intérpretes juramentados e congêneres;

V — Engenheiros, arquitetos, urbanistas, projetistas, calculistas, desenhistas técnicos, decoradores paisagistas e congêneres;

IV — Agentes da propriedade empreitada ou subempreitada, de construção civil, terraplenagem, demolição, conservação e reparação de edifícios, estradas, pontes e outras

obras de engenharia, inclusive obras hydraulicas, serviços auxiliares e congêneres;

VII — Contadores, auditores econo. nomistas, guarda-livros, técnicos em contabilidade;

VIII — Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures e congêneres; institutos de beleza e congêneres; estabelecimentos de duchas, massagens, ginásticas, banhos e seus congêneres;

IX — Serviços de transporte urbano ou rural, de cargas, ou de passageiros, estritamente de natureza municipal;

X — Serviços de diversões publicas.

a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, exposições com cobrança de ingresso, e congêneres, de natureza permanente ou temporária;

b) bilhares, boliches e outros jogos permitidos, exceto o fornecimento, no recinto, de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias;

c) cabarés, clubes noturnos, dançings, boites e congêneres; o fornecimento no recinto, de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias;

d) bailes e outras reuniões publicas, com ou sem cobrança de ingresso;

e) competições esportivas ou de destreza fisica ou intelectual, com ou sem cobrança de ingresso ou participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações radiofônicas, ou de televisão e congêneres;

f) execução de música, por executantes individuais ou em conjunto, ou transmitida por processo mecânico, elétrico ou eletrônico;

XI — Agências de turismo, passeios e excursões; guias turísticos e intérpretes.

XII — Agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, de câmbio, da compra e venda de bens móveis ou imóveis, de serviços pessoais de qualquer natureza e quaisquer ati-

vidades congêneres ou similares, exceto o agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos ou valores mobiliários praticados por instituição que dependa da autorização federal.

XIII — Organização, programação, planejamento e consultoria técnica, financeira ou administrativa, avaliação de bens mercadorias, riscos ou danos; laboratórios de análises técnicas; processamento de dados; serviços congêneres e similares.

XIV — Organização de feiras de amostras, de congressos e reuniões similares.

XV — Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas regulares de publicidade, a elaboração de desenhos, textos e demais materia publicitária (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação) e a divulgação de tais desenhos, textos ou outros materiais publicitários por qualquer meio apto a torná-los acessíveis ao público, inclusive por meio de transmissão telefônica, radiofônica ou televisionada, e sua inserção em jornais, periódicos ou livros;

XVI — Dactilografia, estenografia, secretaria e congêneres,

XVII — Elaboração, cópia ou reprodução de plantas, desenhos e documentos;

XVIII — Locação de bens móveis;

XIX — Locação de espaço em bens imóveis, a titulo de hospedagem;

XX — Armazéns gerais, armazéns frigoríficos, silos, depósitos de qualquer natureza, guarda móveis e serviços correlatos; serviços de carga, descarga, arrumação e guarda dos bens depositados.

XXI — Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres, exceto o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias quando não incluídas no preço da diária ou mensalidade.

XXII — Administração de bens ou de negócios;

XXIII — Lubrificação, conservação e manutenção.

XXIV — Empresas limpadoras.

XXV — Ensino de qualquer grau ou natureza.

XXVI — Alfaiates, costureiras ou congêneres, quando o material, salvo aviamentos, seja fornecido pelo usuário do serviço.

XXVII — Tinturarias e lavanderias.

XXVIII — Estudos fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópias fotográficas; fotolitografia;

XXIX — Venda de bilhetes de loteria.

DECRETO-LEI Nº 408 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera a Lei nº 5.546 de 29 de novembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1969.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte, I, de 31 de dezembro de 1968).

Retificação

Na página nº 11.324, 1ª coluna na ementa, onde se lê: ... para o exercício de 1969. Leia-se: ... para o exercício financeiro de 1969.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME I — 1969

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ABASTECIMENTO — Serviços e mercadorias essenciais — Intervenção no domínio econômico — Alterações. (Decreto-lei nº 422, de 20 de janeiro de 1969).

ACÓRDO — Brasil-Uruguai — Pesca. (Decreto-lei nº 412, de 9 de janeiro de 1969).

ACÓRDO DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS — Atlântico Sul. (Decreto-lei nº 454, de 5 de fevereiro de 1969).

ACÓRDO DE PESCA — Brasil e Argentina. (Decreto-lei nº 453, de 5 de fevereiro de 1969).

ACÓRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR — Nações Unidas. (Decreto-lei nº 492, de 6.3.69).

AÇÕES — Imposto de Renda — Tributação na Fonte. (Decreto-lei nº 427, de 22-1-69).

AÇÚCAR — Acôrdio Internacional — Nações Unidas. (Decreto-lei número 492, de 6.3.69).

AERONAVES — Infração a bordo — Convenção. (Decreto-lei nº 479, de 27-2-69).

— Empresas de transporte aéreo em liquidação. (Decreto-lei nº 496, de 1-3-69).

AGENTES AUTÔNOMOS — Instituições Financeiras — Penalidades. (Decreto-lei nº 448, de 3-2-69).

ÁGUAS E ESGOTOS — Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima. (Decreto-lei nº 490, de 4-3-69).

ALUNOS — Infrações disciplinares. (Decreto-lei nº 477, de 26-2-69).

AMAPÁ — Companhias de Águas e Esgotos. (Decreto-lei nº 490, de 4 de março de 1969).

ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS — Recesso. (Ato Complementar nº 47, de 7-2-69).

— Goiás e Pará — Recesso. (Ato Complementar nº 49, de 27-2-69).

ATUM — Convenção. (Decreto-lei nº 478, de 27-2-69).

B

BAGAGEM DE PASSAGEIROS — Técnicos — Cientistas — Benefícios. (Decreto-lei nº 416, de 10 de janeiro de 1969).

BANCO DA AMAZÔNIA — Banco do Nordeste — Elevação de capital. (Decreto-lei nº 493, de 10 de março de 1969).

BANCO DO BRASIL — Aumento de Capital. (Decreto-lei nº 458, de 7 de fevereiro de 1969).

BENS — Confisco — Medidas cauteladoras. (Decreto-lei nº 502, de 17-3-69).

C

CÂMARAS MUNICIPAIS — Sessões extraordinárias. (Ato Institucional nº 7, de 26-2-69).

CAPITAL DE GIRO — Imposto de Renda — Alteração do Decreto-lei nº 401, de 1968. (Decreto-lei nº 433, de 23-1-69).

- CARTEIRA DE IDENTIDADE** — Estrangeiros — Novo Modelo. (Decreto-lei nº 499, de 17.3.69).
- CIENTISTAS** — Transferência de domicílio — Benefícios aduaneiros. (Decreto-lei nº 416, de 10.1.69).
- CINEMA** — Assuntos educativos. (Decreto-lei nº 483, de 3.3.69).
- COBAL** — Remissão de tributos federais. (Decreto-lei nº 485, de 3 de março de 1969).
- COBRANÇA JUDICIAL** — Fazenda Nacional. (Decreto-lei nº 488, de 4.3.69).
- CÓDIGO DE CONTABILIDADE DA UNIÃO** — Responsabilidades inscritas até 1967 — Baixa. (Decreto-lei nº 429, de 22.1.69).
- CÓDIGO DE PROCESSO PENAL** — Revisões Criminais — Alteração — Art. 624. (Decreto nº 504, de 18 de março de 1969).
- COLÉGIO PEDRO II** — Unidades. (Decreto-lei nº 419, de 10.1.69).
- COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL** — Doação de Ambulatório. (Decreto-lei nº 421, de 16.1.69).
- COMISSÃO GERAL DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR** — Criação. (Decreto-lei nº 459, de 16 de fevereiro de 1969).
- COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES** — Alteração do Decreto-lei nº 359, de 17.12.68 — Arts. 4º e 9º. (Decreto-lei nº 446, de 3 de fevereiro de 1969).
- Enriquecimento ilícito — Competência. (Decreto-lei nº 457, de 7 de fevereiro de 1969).
- COMISSÕES LEGISLATIVAS** — Prorrogação do mandato. (Ato Complementar nº 48, de 24 de fevereiro de 1969).
- CONCEX** — Funcionamento e composição. — Alteração da Lei número 5.025, de 10.6.66 — Art. 3º. (Decreto-lei nº 487, de 3.3.69).
- CONCURSOS** — Alteração do Decreto-lei nº 7.930, de 3.9.45. (Decreto-lei nº 418, de 10.1.69).
- CONFISCO DE BENS** — Enriquecimento ilícito. (Ato Complementar nº 42, de 27.1.69).
- Medidas acauteladoras. (Decreto-lei nº 502, de 17.3.69).
- CONSELHO DE RECURSOS** — Propriedade Industrial — Sessões ordinárias. (Decreto-lei nº 440, de 29.1.69).
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS** — Alteração da Lei número 4.533, de 8.12.64 — Art. 9º. (Decreto-lei nº 431, de 22.1.69).
- Conselho Deliberativo — Sessões ordinárias. (Decreto-lei nº 442, de 29.1.69).
- CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS** — Acórdão — Atlântico Sul. (Decreto-lei nº 454, de 5 de fevereiro de 1969).
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO** — Dissídio Coletivo — Alteração. (Decreto-lei nº 424, de 21.1.69).
- Departamento Nacional do Trabalho — Alteração — Art. 576. (Decreto-lei nº 506, de 18.3.69).
- Eleições Sindicais — Alteração do Art. 530. (Decreto-lei nº 507, de 18.3.69).
- CONVENÇÃO SOBRE INFRAÇÕES COMETIDAS A BORDO DE AERONAVES** — Aprovação. (Decreto-lei nº 478, de 27.2.69).
- CONVENÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DO ATUM** — Aprovação. (Decreto-lei nº 478, de 27.2.69).
- CORREIOS E TELEGRAFOS** — Transformação. (Decreto-lei número 509, de 20.3.60).
- CRÉDITO INDUSTRIAL** — Títulos. (Decreto-lei nº 413, de 9.1.69).
- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA** — Intervenção. (Decreto-lei nº 426, de 21.1.69).
- CURSO GERAL DO BRASIL (VIII)** — Financiamento. (Decreto-lei número 428, de 22.1.69).
- CURTA METRAGEM** — Classificação. Decreto-lei nº 483, de 3.3.69).
- CUSTAS** — Justiça do Distrito Federal — Isenção. (Decreto-lei número 500, de 17.3.69 — D. O. de 18.3.69, p. 2.297).

D

DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELEGRAFOS — Transformação. (Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — Reorganização. (Decreto-lei nº 512, de 21.3.69).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SALÁRIOS — Revogação (Decreto-lei nº 450, de 4-2-69).

DEPUTADO — Tempo de Serviço. (Ato Complementar nº 50, de 27 de fevereiro de 1969).

DEPUTADOS ESTADUAIS — Subsídios. (Ato Institucional nº 7, de 26.2.69).

DESAPROPRIAÇÃO — Alteração da Lei nº 4.255, de 9.9.68 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 420, de 10.1.69).

DESENVOLVIMENTO — Planos Nacionais. (Ato Complementar número 43, de 29.1.69).

DISPONIBILIDADE — Funcionário. (Decreto nº 489, de 4.3.69).

DISSÍDIO COLETIVO — Alteração da CLT. (Decreto-lei nº 424, de 21 de janeiro de 1969).

DISTRITO FEDERAL — Sistema Tributário — Alteração do Decreto-lei nº 82, de 26.12.66 — Art. 52. (Decreto-lei nº 437, de 27.1.69).

— Reestruturação Administrativa — Alteração da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 — Art. 18. (Decreto-lei nº 438, de 27.1.69).

— Vencimentos — Reajustamento. (Decreto-lei nº 455, de 5.2.69).

— Polícia Militar — Acréscimo de efetivo. (Decreto nº 495, de 1 de março de 1969).

DOMÍNIO ECONÔMICO — Intervenção — Alteração. (Decreto-lei nº 422, de 20.1.69).

DUPLICATA — Alteração da Lei nº 5.474, de 18.7.68 — Arts. 1º, 13, 14, 16, 17 e 20. (Decreto-lei nº 436, de 27.1.69).

E

ELEIÇÕES — Territórios Federais. (Decreto-lei nº 411, de 7.1.69).

ELEIÇÕES SINDICAIS — Alteração do Art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei número 509, de 18.3.69).

ELETROBRÁS — Transferência de ações — UTEIFA. (Decreto-lei nº 430, de 22.1.69).

ELETRO-MECÂNICA — Ações da União — Petrópolis. (Decreto-lei nº 439, de 27.1.69).

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS — Trans. formação. (Decreto-lei nº 509, de 20.3.69).

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO — Confisco de bens. (Ato Complementar nº 42, de 27.1.69).

— Confisco de bens — Medidas cauteladoras. (Decreto-lei nº 502, de 17.3.69).

ENSINO — Colégio Pedro II — Unidades. (Decreto-lei nº 419, de 10 de janeiro de 1969).

— Equipamentos para Universidades. (Decreto-lei nº 463, de 11.2.69).

— Universidades — Normas para funcionamento — Alteração da Lei nº 5.540, de 28.11.69 — Arts. 15, 31, 36, 40 e 52. (Decreto-lei nº 464, de 11.2.69).

— Professor — Normas complementares e alterações da Lei nº 5.539, de 27.11.68 — Arts. 2º, 3º e 17. (Decreto-lei nº 465, de 11.2.69).

— Escola Superior de Agricultura — Alteração da Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963 — Art. 6º. (Decreto-lei nº 466, de 13.2.69).

— Infrações disciplinares. (Decreto-lei nº 477, de 26.2.69).

EQUIPAMENTOS — Universidades. (Decreto-lei nº 463, de 11.2.69).

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA — Alteração da Lei número 4.307, de 23.12.63 — Art. 6º. (Decreto-lei nº 466, de 13.2.69).

ESCRITURAÇÃO — Livros Mercantis. (Decreto-lei nº 486, de 3.3.69).

ESTADOS — Organização administrativa e judiciária. (Ato Complementar nº 46, de 7.2.69).

ESTÍMULOS FISCAIS — Manufaturas — Exportação. (Decreto-lei nº 491, de 5.3.69).

ESTRANGEIRO — Aquisição de propriedade rural. (Ato Complementar nº 45, de 30.1.69).

— Expulsão. (Decreto-lei nº 417, de 10.1.69).

— Propriedade rural — Regulamento. (Decreto-lei nº 494, de 10 de março de 1969).

— Carteira de Identidade — Nôvo Modelo. (Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969).

EXPORTAÇÃO — Manufaturados — Estímulos Fiscais. (Decreto-lei número 491, de 5.3.69).

EXPULSAO — Estrangeiros. (Decreto-lei nº 417, de 10.1.69).

F

FAZENDA NACIONAL — Cobrança Judicial. (Decreto-lei nº 488, de 4 de março de 1969).

FILMES — Assuntos educativos. (Decreto-lei nº 483, de 3.3.69).

FINANCEIRAS — Penalidades. (Decreto-lei nº 448, de 3.2.69).

FINANCIAMENTO EXTERNO — Bens importados — Alteração do Decreto-lei nº 67, de 21.11.66 — Art. 21. (Decreto-lei nº 456, de 6 de fevereiro de 1969).

FISCAL DE AEROPORTO — Validade. (Decreto-lei nº 410, de 6 de janeiro de 1969).

FUNCIONAMENTO — Universidades — Normas complementares da Lei nº 5.540, de 28.11.69 — Arts. 15, 31, 36, 40 e 52. (Decreto-lei nº 464, de 11.2.69).

— General Motors — Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 472, de 19 de fevereiro de 1969).

— Empréstimo externo — Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 473, de 19.2.69).

FUNCIONÁRIOS — Nomeação — Proibição. (Ato Complementar número 41, de 22.1.69).

— Disponibilidade. (Decreto-lei número 489, de 4.3.69).

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO — Alteração do Art. 4º da Lei número 5.371, de 1967. (Decreto-lei nº 423, de 21.1.69).

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO — Imposto de Importação. (Decreto-lei nº 414, de 10.1.69).

FUNDO DE MARINHA MERCANTE — Alteração da Lei nº 3.381, de 24.4.58. (Decreto-lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969).

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO — Municípios — Liberação automática. (Decreto-lei nº 468, de 14 de fevereiro de 1969).

FUNDO PORTUÁRIO — Taxa — Melhoramento das Partes. (Decreto-lei nº 415, de 10.1.69).

G

GADO BOVINO — Marcação — Alteração da Lei nº ... (Decreto-lei nº 460, de 10-2-69).

GOVERNADOR — Tempo de Serviço. (Ato Complementar nº 50, de 27.2.69).

I

IDENTIDADE — Carteira de estrangeiro. (Decreto-lei nº 499, de 17.3.69).

IMÓVEIS — Permuta — Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União — Santa Catarina. (Decreto-lei nº 497, de 12.3.69).

IMPORTAÇÃO — Televisão e Rádio — Isenção. (Decreto-lei nº 480, de 28.2.69).

— Navios cargueiros — Isenção. (Decreto-lei nº 498, de 13.3.69).

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO — Fundo de Desenvolvimento Ferroviário. (Decreto-lei nº 414, de 10 de janeiro de 1969).

— Laminação de madeira. (Decreto-lei nº 452, de 5.2.69).

IMPÓSTO DE RENDA — Ações — Tributação na Fonte. (Decreto-lei nº 427, de 22.1.69).

— Capital de Giro — Alteração do Decreto-lei nº 401, de 1968. (Decreto-lei nº 433, de 23.1.69).

— Menor Pobre — Alterações do Decreto-lei nº 401, de 30.12.68 — Arts. 6º, 10, 11, 13 do Decreto-lei nº 427, de 28.11.62 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 484, de 3.3.69).

IMPÓSTO SOBRE SERVIÇOS — Lista do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 (Apenso).

IMPOSTOS — Redução — Municípios no Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 435, de 24.1.69).

INATIVIDADE — Militares — Adicional. (Decreto-lei nº 434, de 24 de janeiro de 1969).

INCENTIVOS FISCAIS — Reflorescimento — Aprovação de projetos. (Decreto-lei nº 461, de 10.2.69).

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL — Revogação do Decreto nº 386, de 1968 (Decreto-lei nº 471, de 1969).

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR — Criação da Comissão Geral. (Decreto-lei nº 459, de 10.2.69).

INSALUBRIDADE — Verificação judicial. (Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968).

INTERVENÇÃO — Domínio Econômico — Alterações. (Decreto-lei nº 422, de 20.1.69).

— Cruz Vermelha Brasileira. (Decreto-lei nº 426, de 21.1.69).

INVESTIGAÇÕES — Comissão Geral — Alteração do Decreto-lei número 359, de 17.12.68 — Arts. 4º e 9º. (Decreto-lei nº 446, de 3 de fevereiro de 1969).

— Enriquecimento ilícito — Competência da Comissão Geral. (Decreto-lei nº 457, de 7.2.69).

J

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — Custas — Isenção. (Decreto-lei nº 500, de 17.3.69 — D.O. de 18 de março de 1969).

JUSTIÇA FEDERAL — Reajustamento dos servidores. (Decreto-lei nº 444, de 30.1.69).

JUSTIÇA MILITAR — Competência. (Ato Institucional nº 6, de 1 de fevereiro de 1969).

L

LAMINAÇÃO DE MADEIRA — Importação — Isenção. (Decreto-lei nº 452, de 5.2.69).

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL — Alteração do Decreto-lei nº 314, de 13.3.67 — Arts. 12, 14, 20, 25, 28, 30, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e Capítulo III. (Decreto-lei número 510, de 20.3.69).

LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Alteração — Art. 42. (Decreto-lei nº 443, de 30.1.69).

LIVROS MERCANTIS — Escrituração. (Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969).

M

MAGISTRATURA — Alteração da Lei nº 4.737, de 15.6.65 — Art. 16. (Decreto-lei nº 441, de 29.1.69).

MANDADO ELETIVO — Tempo de Serviço. (Ato Complementar nº 50, de 27.2.69).

MANUFATURADOS — Estímulos fiscais — Exportação. (Decreto-lei nº 491, de 5.3.69).

MARINHA MERCANTE — Alteração do Fundo e de Taxa de Renovação. (Decreto-lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969).

— Bens importados — Financiamento externo — Alteração do Decreto-lei nº 67, de 21.11.66 — Art. 21. (Decreto-lei nº 456, de 6.2.69).

MESAS DIRETORAS — Prorrogação dos mandatos. (Ato Complementar nº 48, de 24.2.69).

MILITARES — Adicional de inatividade. (Decreto-lei nº 434, de 23 de janeiro de 1969).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Transferência de cargo — Oficial de Administração. (Decreto-lei número 481, de 3.3.69).

MINISTÉRIO DE INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — Organização — Alteração da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961. (Decreto-lei número 469, de 14.2.69).

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Doação de terreno — Guanabara. (Decreto-lei nº 513, de 31.3.69).

MUNICÍPIOS — Tribunal de Contas. (Ato Complementar nº 44, de 29.1.69).

— Organização administrativa e judiciária. (Ato Complementar nº 46, de 7.2.69).

— Fundo de Participação — Liberação automática. (Decreto-lei número 468, de 14.2.69).

N

NAVIOS CARGUEIROS — Construção — Isenção de Importação. (Decreto-lei nº 498, de 13.3.69).

NOMEAÇÃO — Funcionário — Proibição. (Ato Complementar nº 41, de 22.1.69).

O

ORÇAMENTO DA UNIÃO — Alterações da Lei nº 5.546, de 29-11-68 — Fronteira da Venezuela. (Decreto-lei nº 449, de 4-2-69).

ORDEM DOS ADVOGADOS — Inscrição de Solicitador Acadêmico. (Decreto-lei nº 505, de 18-3-69).

P

PALÁCIO MILITAR — Distrito Federal — Acréscimo de efetivo. (Decreto-lei nº 495, de 1-3-69).

PERICULOSIDADE — Verificação judicial. (Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968).

PESCA — Acôrdo Brasil-Uruguaí. (Decreto-lei nº 412, de 9-1-69).

— Acôrdo Brasil-Argentina. (Decreto-lei nº 453, de 5-2-69).

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO — Fronteira com o Peru. (Decreto-lei nº 451, de 4-2-69).

PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO — Duração quadrienal. (Ato Complementar nº 43, de 23-1-69).

POLÍCIA — Incorporação — Alteração da Lei nº 4.878, de 3-12-65 — Art. 26. (Decreto-lei nº 475, de 24 de fevereiro de 1969).

POLÍTICA NACIONAL DE VIAÇÃO RODOVIÁRIA — Regulamento. (Decreto-lei nº 512, de 21-3-69).

POUPANÇA POPULAR — Resguardo. (Decreto-lei nº 462, de 11 de fevereiro de 1969).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Vencimentos — Reajustamento. (Decreto-lei nº 455, de 5-2-69).

PRÊMIOS LITERÁRIOS — MEC — Alteração da Lei nº 5.355, de 3 de novembro de 1967 — Arts. 2º, 3º e 4º. (Decreto-lei nº 445, de 3 de fevereiro de 1969).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Autorização para ausentar-se. (Decreto-lei nº 511, de 20-3-69).

PREVIDÊNCIA SOCIAL — Lei orgânica — Alteração — Art. 42. (Decreto-lei nº 443, de 30-1-69).

PROFESSORES — Infrações disciplinares. (Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

PROPRIEDADE INDUSTRIAL — Conselho de Recursos — Sessões ordinárias. (Decreto-lei nº 440, de 29-1-69).

PROPRIEDADE RURAL — Aquisição por estrangeiro. (Ato Complementar nº 45, de 30-1-69).

— Estrangeiros — Regulamentação. (Decreto-lei nº 494, de 10-3-69).

R

RADIODIFUSÃO — Isenção de impostos — Importação. (Decreto-lei nº 480, de 28-3-69).

RECESSO — Assembléias legislativas estaduais. (Ato Complementar nº 47, de 7-2-69).

— Prorrogação do mandato das Comissões em Mesas Diretoras. (Ato Complementar nº 48, de 24-2-69).

— Assembléias Legislativas de Goiás e Pará. (Ato Complementar nº 49, de 27-2-69).

REDUÇÃO DE IMPOSTOS — Municípios no Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 435, de 24-1-69).

REFLORESTAMENTO — Incentivos Fiscais — Aprovação de projetos. (Decreto-lei nº 461, de 10-2-69).

REFORMA AGRÁRIA — Alteração da Lei nº 4.255, de 9-9-68 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 420, de 10-1-69).

REVISÃO CRIMINAL — Alteração do Código de Processo Penal — Art. 624. (Decreto-lei nº 504, de 18-3-69).

RODOVIAS — Política Nacional — Reorganização do DNER. (Decreto-lei nº 511, de 20-3-69).

RONDÔNIA — Companhia de Águas e Esgotos. (Decreto-lei nº 490, de 4-3-69).

RORAIMA — Companhias de Águas e Esgotos. (Decreto-lei nº 490, de 4-3-69).

S

SALÁRIO EDUCAÇÃO — Plano de Distribuição. (Decreto-lei nº 503, de 18-3-69).

SALÁRIOS — Departamento Nacional de Salários — Revogação. (Decreto-lei nº 450, de 4-2-69).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL — Transferência de lota-

ções. (Decreto-lei nº 470, de 14 de fevereiro de 1969).

SEGURADO — Desaparecido — Previdência Social — Alteração da Lei Orgânica — Art. 42. (Decreto-lei nº 443, de 30-1-69).

SEGURANÇA NACIONAL — Alteração dos Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967 — Arts. 12, 14, 20, 25, 28, 30, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, Capítulo III. (Decreto-lei nº 510, de 20-3-69).

SENADOR — Tempo de Serviço. (Ato Complementar nº 50, de 27 de fevereiro de 1969).

SERVICIOS — Lista do Decreto-lei nº 406, de 31-12-68. (Apenso).

SISTEMA TRIBUTARIO — Distrito Federal — Alteração do Decreto-lei nº 82, de 26-12-66 — Art. 52. (Decreto-lei nº 437, de 27-1-69).

SOLICITADOR ACADÊMICO — Inscrição na OAB. (Decreto-lei nº 505, de 18-3-69).

SORTEIOS — Alteração do Decreto-lei nº 7.930, de 3-9-45. (Decreto-lei nº 418, de 10-1-69).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE REGIÃO CENTRO-OESTE — Transferência de imóveis — Aragarcas. (Decreto-lei nº 439-A, de 27-1-69).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Composição — Competência. (Ato Institucional nº 6, de 1-2-69). — Alteração da Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965 — Art. 16. (Decreto-lei nº 441, de 29-1-69).

T

TAXA DE RENOVAÇÃO DA MARI-NHA MERCANTE — Alteração da Lei nº 3.381, de 24-4-58. (Decreto-lei nº 432, de 23-1-69).

TÉCNICOS — Transferência de domicílio — Benefícios aduaneiros. (Decreto-lei nº 416, de 10-1-69).

TERRITÓRIO DE RORAIMA — Instalações de tropas. (Decreto-lei nº 508, de 19-3-69).

TERRITÓRIOS FEDERAIS — Organização. (Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969).

TÍTULOS — Penalidades à instituições financeiras. (Decreto-lei número 448, de 3-2-69).

TRANSPORTE AEREO — Empresas em liquidação. (Decreto-lei nº 495, de 1-3-69).

TRANSPORTE MARÍTIMO — Fundo Portuário — Taxa. (Decreto-lei nº 415, de 10-1-69).

TRIBUNAL DE CONTAS — Municípios. (Ato Complementar nº 44, de 29-1-69).

U

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA — Vice-Reitor. (Decreto-lei nº 482, de 3-3-69).

UNIVERSIDADES — Equipamentos. (Decreto-lei nº 463, de 11-2-69).

UVA — Produção e circulação. (Decreto-lei nº 476, de 25-2-69).

V

VENCIMENTOS — Aumento — Poder Judiciário da União. (Decreto-lei nº 444, de 30-1-69).

— Distrito Federal — Reajustamento (Decreto-lei nº 455, de 5-2-69).

VEREADORES — Remuneração. (Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969).

— Tempo de Serviço. (Ato Complementar nº 50, de 27-2-69).

VETERINÁRIA — Fiscalização de produtos. (Decreto-lei nº 467, de 13-2-69).

VINHO — Produção e circulação. (Decreto-lei nº 477, de 26-2-69).

Z

ZOOTECNISTA — Alteração do Artigo 4º da Lei nº 5.550, de 1968. (Decreto-lei nº 425, de 21-1-69).

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1969 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1 9 6 9

INDICE

DOIS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
ATOS INSTITUCIONAIS		DECRETOS-LEIS	
8 — Ato Institucional de 2 de abril de 1969 — Publicado no D. O. de 2.4.69	3	514 515 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Define a empresa individual nas atividades imobiliárias — Publicado no D.O. de 7 de abril de 1969	15
9 — Ato Institucional de 25 de abril de 1969 — Publicado no D. O. de 25.4.69	4	516 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Altera a denominação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes e dá outras providências — Publicado no D. O. de 8 e retificado no de 10 de abril de 1969	18
10 — Ato Institucional de 16 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 19.5.69	5	517 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Estabelece normas para o desembaraço aduaneiro de mercadorias — Publicado no D. O. de 8 e retificado do de 10.4.69	19
ATOS COMPLEMENTARES		518 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a aforar, com concorrência pública, os terrenos de propriedade da União onde se localizam conjuntos residenciais construídos pela antiga Fundação da Casa Popular — Publicado no D. O. de 8 e retificado no de 10.4.69	19
51 — Ato Complementar de 17 de abril de 1969 — Publicado no D. O. de 19.4.69	7		
52 — Ato Complementar de 2 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 5.5.69	7		
53 — Ato Complementar de 8 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 9.5.69	9		
54 — Ato Complementar de 20 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 21.5.69	9		
55 — Ato Complementar de 4 de junho de 1969 — Publicado no D. O. de 6.6.69	13		
56 — Ato Complementar de 18 de junho de 1969	14		

	Págs.		Págs.
519 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Dá nova redação ao artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, e outras providências — Publicado no D. O. de 8 e retificado no de 10 de abril de 1969	20	mino do prazo de prestação de contas do BNDE — Publicado no D. O. de 10.11.69 ...	25
520 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), a favor da Companhia Brasileira de Armazenamento CIBRAZEM, para integralização de capital — Publicado no D. O. de 8 e retificado no de 10 de abril de 1969	21	527 — Decreto-lei de 11 de abril de 1969 — Dispõe sobre remissão de créditos tributários relativos ao imposto de renda — Publicado no D. O. de 15 de abril de 1969	26
521 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Estabelece norma de contabilidade para a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1969	22	528 — Decreto-lei de 11 de abril de 1969 — Dispõe sobre a cobertura de bens pertencentes ao INPS, ao IPASE e ao SASSE contra os riscos enumerados nas alíneas g e h do artigo 20 do Decreto-lei número 73/69 — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1969	26
522 — Decreto-lei de 7 de abril de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 3.172, de 3 de abril de 1941 — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1969	22	529 — Decreto-lei de 11 de abril de 1969 — Reabre os prazos previstos no § 2º do artigo 19 e no artigo 21, da Lei número 4.119, de 27 de agosto de 1962 — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1969	26
523 — Decreto-lei de 8 de abril de 1969 — Acrescenta parágrafo ao Artigo 27 da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1954, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 9 e retificado no de 24 de abril de 1969 .	22	530 — Decreto-lei de 15 de abril de 1969 — Dispõe sobre os mandatos de Diretor-Geral e Diretor de Unidades do Colégio Pedro II — Publicado no D. O. de 15 de abril de 1969	27
524 — Decreto-lei de 8 de abril de 1969 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir a Companhia de Água e Esgotos de Brasília — Publicado no D. O. de 9 e revificado no de 2 de abril de 1969	23	531 — Decreto-lei de 16 de abril de 1969 — Altera dispositivos da Lei nº 1.649, de 10 de julho de 1962, que dispõe sobre a constituição do Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Publicado no D. O. de 17.4.69 ...	27
525 — Decreto-lei de 8 de abril de 1969 — Autoriza a constituição de sociedade de economia mista destinada a explorar os serviços do Porto de Pesca de Laguna e dá outras providências — Publicado no D. O. de 11 e retificado no de 15 de abril de 1969	24	532 — Decreto-lei de 16 de abril de 1969 — Dispõe sobre a fixação e o reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional — Publicado no D. O. de 17 de abril de 1969	27
526 — Decreto-lei de 9 de abril de 1969 — Dispõe sobre o tér-		533 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Autoriza o Governador da Guanabara a contrair empréstimo externo com a fiança do Banco do Estado da Guanabara S. A. — Publicado no D. O. de 17 e retificado no de 24.4.69	29
		534 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Aprova a reforma do soldado Francisco Oliveira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União	

Págs.	Págs.
— Publicado no D. O. de 17 de abril de 1969 29	1968, com a Espanha — Publicado no D. O. de 23-4-68 32
535 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Dilson Alves Nogueira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D. O. de 17 de abril de 1969 29	543 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Aprova Atas do IX Congresso da União Postal Universal, adotados em Viena, a 10 de julho de 1964 — Publicado no D. O. de 9 de maio e retificado no de 3-6-69 33
536 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Milton Ribeiro da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D. O. de 17 de abril de 1969 30	544 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Aprova as Atas do XV Congresso da União Postal Universal, adotados em Viena, a 10 de julho de 1965 — Publicado no D. O. de 12 e retificado no de 19-5-69 33
537 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Aprova o Acórdão de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1968, com a Índia — Publicado no D. O. de 17 de abril de 1969 30	545 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Dá nova redação ao § 3º do art. 19, do Decreto-lei nº 401, de 30-12-68 — Publicado no D. O. de 22 de abril de 1969 33
538 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Altera a redação do artigo 11 do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 18 de abril de 1969 30	546 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Dispõe sobre o trabalho noturno em estabelecimentos bancários, nas atividades que especifica — Publicado no D. O. de 22-4-69 34
539 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 5.388, de 21 de fevereiro de 1969 — Publicado no D. O. de 18 e retificado no de 24-4-69 31	547 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração — Publicado no D. O. de 22-4-69 34
540 — Decreto-lei de 17 de abril de 1969 — Altera a distribuição de dotações consignadas ao Ministério da Educação e Cultura pela Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968 — Publicado no D. O. de 18 de abril de 1969 31	548 — Decreto-lei de 23 de abril de 1969 — Estabelece a procedência funcional entre Oficiais-Generais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro e dá outras providências — Publicado no D. O. de 24 de abril de 1969 35
541 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Cria a Diretoria-Geral de Comunicações e dá outras providências — Publicado no D. O. de 18-4-69 32	549 — Decreto-lei de 24 de abril de 1969 — Dá nova redação ao § 2º do artigo 6º da Lei número 4.375, de 17 de agosto de 1964 — Publicado no D. O. de 25 de abril e retificado em 19 de maio de 1969 35
542 — Decreto-lei de 18 de abril de 1969 — Aprova o Acórdão de Cooperação sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, assinado em Madrid, a 27 de maio de	550 — Decreto-lei de 24 de abril de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), para atender às despesas decorren-

	Págs.		Págs.
tes da interventoria federal na Cruz Vermelha Brasileira — Publicado no D. O. de 25 de abril de 1969	35	no D. O. de 30 de abril e retificado no de 7-5-69	41
551 — Decreto-lei de 24 de abril de 1969 — Decreta intervenção em instituição do ensino superior — Publicado no D. O. de 235 de abril de 1969	36	559 — Decreto-lei de 29 de abril de 1969 — Aprova a aposentadoria de Augusto Carlos Emílio na função de Artífice, referência 20, do então Ministério da Guerra, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D. O. de 30-4-69	41
552 — Decreto-lei de 25 de abril de 1969 — Dispõe sobre a concessão de vista ao Ministério Público nos processos de "habeas-corpus" — Publicado no D. O. de 28-4-69	36	560 — Decreto-lei de 29 de abril de 1969 — Da nova redação aos artigos 3º e 4º, <i>caput</i> da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968 — Publicado no D. O. de 30 de abril de 1969	42
553 — Decreto-lei de 25 de abril de 1969 — Altera os limites do Mar Territorial do Brasil e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28-4-69	37	561 — Decreto-lei de 30 de abril de 1969 — Acrescenta um parágrafo, sob o nº 5º do art. 28 do Decreto-lei nº 3, de 4 de abril de 1968 — Publicado no D. O. de 2-5-69	42
554 — Decreto-lei de 25 de abril de 1969 — Dispõe sobre desapropriação por interesse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária e dá outras providências — Publicado no D. O. de 25-4-69	37	562 — Decreto-lei de 30 de abril de 1969 — Altera a redação da Lei nº 5.450, de 5 de junho de 1968, que aprovou o Orçamento Plurianual de Investimento para o Triênio 1968/1970 — Publicado no D. O. de 2 de maio de 1969	43
555 — Decreto-lei de 25 de abril de 1969 — Dá nova redação ao art. 1º e acrescenta itens no § 2º do art. 3º do Decreto-lei nº 248, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos — Publicado no D. O. de 28 e republicado no de 29-4-69	39	563 — Decreto-lei de 30 de abril de 1969 — Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967, relativo a operações de crédito rural — Publicado no D. O. de 2 de maio e republicado no de 15-5-69	43
556 — Decreto-lei de 25 de abril de 1969 — Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos projeto que especifica — Publicado no D. O. de 30 de abril e retificado no de 7 de maio de 1969	40	564 — Decreto-lei de 1º de maio de 1969 — Estende a presidência social a empregados não abrangidos pelo sistema geral da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 2-5-69	43
557 — Decreto-lei de 29 de abril de 1969 — Dispõe sobre imposto de exportação de café solúvel — Publicado no D. O. de 29 de abril e retificado no de 8 de maio de 1969	40	565 — Decreto-lei de 2 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de NCr\$ 2.200.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 5-5-69	45
558 — Decreto-lei de 29 de abril de 1969 — Dispõe sobre a cessação a Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior de equipamentos adquiridos pela União, e dá outras providências — Publicado			

Págs.		Págs.
566	— Decreto-lei de 2 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a fazer doação à Legião Brasileira de Assistência — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de maio de 1969	46
567	— Decreto-lei de 7 de maio de 1969 — Dispõe sobre a isenção de tributo incidentes na impatriação de bens destinados à construção da Ponte Rio-Niterói — Publicado no <i>D. O.</i> de 7 de maio de 1969	46
568	— Decreto-lei de 7 de maio de 1969 — Revoga a Lei número 5.531, de 12 de novembro de 1968 — Publicado no <i>D. O.</i> de 7 e retificado no de 6 de maio de 1969	46
569	— Decreto-lei de 7 de maio de 1969 — Concede isenção fiscal a empresas siderúrgicas e dá outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 8 de maio de 1969	47
570	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 9-5-69	47
571	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Modifica a redação de dispositivos dos Decretos-leis ns. 472 e 472, de 19 de fevereiro de 1969 — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 e retificado no de 26 de maio de 1969	48
572	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), para fim que especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 e retificado no de 26 de maio de 1969	49
573	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Cria o cargo de Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará — Publicado no <i>D. O.</i> de 9-5-69	49
574	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 e retificado no de 26-5-69	49
575	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Aprova a reforma do 1º Tenente (Q TR VO) — Omar Soares Rocha, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 de maio de 1969	50
576	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Altera a redação do artigo 21 da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, e do parágrafo único do artigo 12, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 e retificado no de 26-5-69	50
577	— Decreto-lei de 8 de maio de 1969 — Concede pensões especiais aos beneficiários dos membros da Expedição "Coleri" falecidos em missão de pacificação dos índios Atroari — Publicado no <i>D. O.</i> de 9 de maio de 1969	50
578	— Decreto-lei de 9 de maio de 1969 — Autoriza a contratação de operação externa no valor de US\$ — Yug 2.272.500,00 e dá outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de maio de 1969	51
579	— Decreto-lei de 10 de maio de 1969 — Estabelece condições especiais de recolhimento de contribuições para a previdência social nos casos que especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 15 de maio de 1969	51
580	— Decreto-lei de 14 de maio de 1969 — Altera dispositivo da Lei nº 2.351, de 25 de agosto de 1968 (Lei de Organização Básica do Exército) — Publicado no <i>D. O.</i> de 15 e retificado no de 19-5-69	52
581	— Decreto-lei de 14 de maio de 1969 — Aprova a Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, votado pela Junta de Governadores daquela instituição em 31 de maio de 1968, modifica a Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e toma outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 e retificado no de 30-5-69	53

	Págs.		Págs.
582 — Decreto-lei de 15 de maio de 1969 — Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileira de Reforma Agrária e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 16-5-69	54	Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Inspetoria-Geral de Finanças, o crédito especial de .. NCr\$ 20.000.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 20-5-69	60
583 — Decreto-lei de 15 de maio de 1969 — Altera sem aumento de despesa, o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Eleitoral e dá outras providências — Publicado no D. O. de 16-5-69	56	591 — Decreto-lei de 23 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de NCr\$ 30.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 20 de maio de 1969	61
584 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Modifica e revoga dispositivos do Código Nacional de Trânsito — Publicado no D. O. de 16-5-69	57	592 — Decreto-lei de 23 de maio de 1969 — Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Agência Nacional e dá outras providências — Publicado no D. O. de 26-5-69	62
585 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Regula o depósito e guarda de aeronaves, nas apreensões judiciais ou administrativas — Publicado no D. O. de 19-5-69	57	593 — Decreto-lei de 27 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência — Publicado no D. O. de 28-5-69 ..	62
586 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Acrescenta alínea ao art. 33 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968 — Publicado no D. O. de 19-5-69 ..	58	594 — Decreto-lei de 27 de maio de 1969 — Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28-5-69	64
587 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, o crédito especial de NCr\$ 180.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 19 de maio de 1969	58	595 — Decreto-lei de 27 de maio de 1969 — Altera denominação do Anexo II do Orçamento Geral da República para 1969, constante da Lei 5.549, de 29 de novembro de 1968 — Publicado no D. O. de 28 de maio de 1969	65
588 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Modifica o Projeto 15.04.11.1.180 do programa de trabalho da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, constante da Lei número 5.548, de 29 de novembro de 1968 — Publicado no D. O. de 19-5-69	59	596 — Decreto-lei de 27 de maio de 1969 — Autoriza o Estado de Mato Grosso, a celebrar operação externa no valor de USS Rom. 3.518.724,00 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28-5-69	65
589 — Decreto-lei de 16 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a desapropriar imóvel que menciona, situado na Ilha do Governador, Estado da Guanabara — Publicado no D. O. de 19-5-69	59	597 — Decreto-lei de 27 de maio de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar empréstimo externo com a USAID — Publicado no D. O. de 28-5-69 .	65
570 — Decreto-lei de 19 de maio de 1969 — Autoriza o Poder		598 — Decreto-lei de 28 de maio de 1969 — Altera as Resoluções ns. 49, de 30 de setembro de 1966, e 38, de 19 de	

	Págs.		Págs.
abril de 1967, do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo, em nome da Companhia Estadual de Águas — CEDAG e da Superintendência de Urbanização e Saneamento — SURSAN com os Estados Unidos da América, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional — AID — Publicado no D. O. de 29 de maio e retificado no de 2-6-69	66	605 — Decreto-lei de 2 de junho de 1969 — Extingue o Parque Nacional de Paulo Afonso e dá outras providências — Publicado no D. O. de 3 de junho de 1969	70
599 — Decreto-lei de 28 de maio de 1969 — Altera as condições de fixação do reajustamento do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — Publicado no D. O. de 29 de maio de 1969	66	606 — Decreto-lei de 2 de junho de 1969 — Aprova as concessões tarifárias feitas pelo Brasil na VI Rodada de Negociações Comerciais do G. A. T. T. — Publicado no D. O. de 3 e ret. no de 6 de junho de 1969	70
600 — Decreto-lei de 29 de maio de 1969 — Autoriza o inclusão de dotações no Orçamento da União — Publicado no D. O. de 30 de maio de 1969	67	607 — Decreto-lei de 3 de junho de 1969 — Prorroga o de validade da Lei nº 4.331, de 1 de junho de 1964 — Publicado no D. O. de 4 de junho de 1969	73
601 — Decreto-lei de 29 de maio de 1969 — Aprova Acordos Aéreos com a Dinamarca, Noruega e Suécia, assinados no Rio de Janeiro a 18 de março de 1969 — Publicado no D. O. de 30 de maio e republicado no de 3 e retificado no de 13 de junho de 1969 ..	67	608 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados o equipamento destinado à prática de desporto e dá outras providências — Publicado no D. O. de 6 de junho de 1969	74
602 — Decreto-lei de 30 de maio de 1969 — Concede isenção de tributos federais à importação de veículo motorizado pelo Capitão Armindo da Luz Matheus — Publicado no D. O. de 2 de junho de 1969	68	609 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Aprova o Acordo para Melhoria das Condições Sanitárias na Região da Fronteira Brasileiro-Uruguaia, entre o Brasil e o Uruguai, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 1969	74
603 — Decreto-lei de 30 de maio de 1969 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 43, de 13 de novembro de 1966 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 2 de junho de 1969	68	610 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Cria Quadros Complementares de Oficiais da Marinha de Guerra — Publicado no D. O. de 6 de junho de 1969	74
604 — Decreto-lei de 30 de maio de 1969 — Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir à Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de NCr\$ 5.627.000,00 (cinco milhões seiscentos e vinte e sete mil cruzeros novos) para para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 2 de junho de 1969.	69	611 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Cria o Quadro de Práticos dos Rios da Prata, Baixo e Médio Parana e Paraguai, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 6 de junho de 1969	76
		612 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Acrescenta parágrafo ao artigo 8º do Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 6 de junho de 1969	77

	Págs.		Págs.
613 — Decreto-lei de 4 de junho de 1969 — Altera disposição de imóvel ao Estado da Bahia — Publicado no D. O. de 6 de junho de 1969	77	la o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo — Publicado no D. O. de 11 e retificado no de 13 de junho de 1969	83
614 — Decreto-lei de 6 de junho de 1969 — Autoriza a retivo do Decreto-lei nº 403, de 30.12.68, sobre tributação de títulos de renda fixa; do Decreto-lei nº 401, de 30.12.68, sobre imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza; e da Lei nº 4.728, de 14.7.65, na parte relativa a debêntures conversíveis em ações — Publicado no D. O. de 6 e retificado no de 10 de junho de 1969	77	621 — Decreto-lei de 11 de junho de 1969 — Autoriza constituição de aforamento em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e dá outras providências — Publicado no D. O. de 12 de junho de 1969	83
615 — Decreto-lei de 9 de junho de 1969 — Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário e dá outras providências — Publicado no D. O. de 10 de junho de 1969	78	622 — Decreto-lei de 11 de junho de 1969 — Cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no D. O. de 12 de junho de 1969	84
616 — Decreto-lei de 9 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional — CENAFOR e dá outras providências — Publicado no D. O. de 10 de junho de 1969 ...	79	623 — Decreto-lei de 11 de junho de 1969 — Altera o Artigo 11, do Decreto-lei número 352, de 17 de junho de 1963 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 12 de junho de 1969	85
617 — Decreto-lei de 13 de junho de 1969 — Aprova a aposentadoria de Minervino Fiuza, Lima, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas — Publicado no D. O. de 11 de junho de 1969	80	624 — Decreto-lei de 11 de junho de 1969 — Autoriza a inclusão de dotações nos projetos dos Orçamentos Anuais para os exercícios de 1970, 1971 e 1972 e fixa os respectivos montantes para o fim indicado — Publicado no D. O. de 12 de junho de 1969	85
618 — Decreto-lei de 10 de junho de 1969 — Mantém vetos não apreciados pelo Congresso Nacional — Publicado no D. O. de 11 de junho de 1969	30	625 — Decreto-lei de 11 de junho de 1969 — Dispõe sobre o processamento dos institutos de enquadramento e readaptação no Serviço Civil do Poder Executivo — Publicado no D. O. de 12 de junho de 1969	86
619 — Decreto-lei de 10 de junho de 1969 — Dispõe sobre a Liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências — Publicado no D. O. de 11 de junho de 1969	82	626 — Decreto-lei de 12 de junho de 1969 — Dispõe sobre a liquidação de débitos de produtores rurais para com o FUNRURAL e dá outras providências — Publicado no D. O. de 13 de junho de 1969 ..	88
620 — Decreto-lei de 10 de junho de 1969 — Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regu-		627 — Decreto-lei de 13 de junho de 1969 — Transfere para a Universidade Federal de Santa Maria o pessoal que indica — Publicado no D. O. de 16 de junho de 1969	89
		628 — Decreto-lei de 13 de junho de 1969 — Dispõe sobre a	

Págs.		Págs.
	situação de servidores públicos federais aposentados com fundamento na prestação de serviço em zona de guerra. — Publicado no D. O. de 18 de junho de 1969	90
629	— Decreto-lei de 16 de junho de 1969 — Dá nova redação à letra "b", do artigo 4º do Decreto-lei nº 570, de 3 de maio de 1969. — Publicado no D. O. de 17 de junho de 1969	90
630	— Decreto-lei de 6 de junho de 1969 — Define a situação dos empregados a que se refere o artigo 23, e seus parágrafos, da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1957, nos casos que especifica. — Publicado no D. O. de 17 de junho de 1969	91
631	— Decreto-lei de 16 de junho de 1969 — Altera a denominação da Siderúrgica de Santa Catarina S. A. e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 17 e retificado no de 26 de junho de 1969 ..	91
632	— Decreto-lei de 17 de junho de 1969 — Permite, temporariamente, a venda, de vinho, a tórno, como exceção ao artigo 23, do Decreto-lei nº 478, de 25 de fevereiro de 1969 — Publicado no D. O. de 18 de junho de 1969	92
633	— Decreto-lei de 17 de junho de 1969 — Revoga a Lei nº 4.238, de 26 de junho de 1963, e revigora o Decreto-lei nº 7.732, de 1945 — Publicado no D. O. de 18 de junho de 1969	92
634	— Decreto-lei de 18 de junho de 1969 — Aprova o Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaiense no Combate à Febre Aftosa, assinado em 16 de maio de 1969 — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1969	93
635	— Decreto-lei de 18 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Viação e Obras, o crédito especial de NCRs 7.447.930,77 para o fim que	
	especifica. — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1969	93
636	— Decreto-lei de 18 de junho de 1969 — Modifica o Quadro de Oficiais-Generais do Exército, em tempo de paz, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 19 e retificado no de 24 de junho de 1969	94
637	— Decreto-lei de 18 de junho de 1969 — Acresce os efetivos de oficiais e praças no Exército e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1969	94
638	— Decreto-lei de 18 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terras e benefiteiras que menciona, no Estado de Goiás. — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1969	95
639	— Decreto-lei de 19 de junho de 1969 — Estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cricúma, Estado de Santa Catarina, pertencente à 4ª Região, do Município de Lauro Müller, no mesmo Estado. — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1969	95
640	— Decreto-lei de 19 de junho de 1969 — Aprova o Acórdão Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Tunísia, assinado no Rio de Janeiro, a 4 de junho de 1968. — Publicado no D. O. de 20 e retificado no de 26-6-1969	96
641	— Decreto-lei de 19 de junho de 1969 — Aprova o acórdão Cultural entre o Brasil e o Paquistão assinado em Islamabad, a 8 de fevereiro de 1968. — Publicado no D. O. de 20 e retificado no de 26-6 de 1969	96
642	— Decreto-lei de 19 de junho de 1969 — Aprova o Acórdão de Cooperação Cultural entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Índia, assinado em 23 de setembro de 1968. — Publicado no D. O. de 20 e Retificado no de 26-6-69	96

	Págs.	PÁGS.
643 — Decreto-lei de 19 de junho de 1969 — Autoriza a venda de imóveis do INPS nas condições que especifica e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 20-6-69	97	— Publicado no D. O. de 26 de junho de 1969 102
644 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969 — Altera a legislação do imposto único sobre energia elétrica e do empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás. — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 27-6-69	98	650 — Decreto-lei de 25 de junho de 1969 — Aprova a Convenção Internacional de Linhas de Carga — IMCO. — Publicado no D. O. de 26-6-67
645 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969 — Altera percentagens de incidência das cotas de previdência que indica. — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 27-6-69	100	651 — Decreto-lei de 25 de junho de 1969 — Aprova o Acórdão sobre Transportes Aéreos entre Brasil e Suíça. — Publicado no D. O. de 26-6-69
646 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969 — Autoriza o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a subscrever ações da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 27-6-69	100	652 — Decreto-lei de 25 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério de Educação e Cultura, o crédito especial de .. NCr\$ 12.304.800,00 (doze milhões, trezentos e quatro mil e oitocentos cruzeiros novos), destinado à Diretoria de Ensino dos Territórios e Fronteiras. — Publicado no D. O. de 26 de junho de 1969
647 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969 — Autoriza o poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes em favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o crédito especial de NCr\$.. 4.915.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 27 de junho de 1969	101	653 — Decreto-lei de 26 de junho de 1969 — Declara extinta a intervenção em instituição de ensino superior e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 27-6-69 ...
648 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério de Agricultura em favor do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná, o crédito especial de NCr\$ 185.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 24 e retificado no de 27 de junho de 1969	102	654 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília o crédito especial de NCr\$ 425.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 30-6-69
649 — Decreto-lei de 25 de junho de 1969 — Dispõe sobre a isenção das taxas de melhoramentos de portos e renovação da Marinha Mercante para mercadorias, equipamentos, combustíveis e lubrificantes importados e a importar pela e para a Companhia de Eletricidade do Amapá — CAE		655 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969 — Estabelece normas transitórias para a execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. — Publicado no D. O. de 30-6-69
		656 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969 — Dispõe sobre incorporação de bens da União do Estado do Piauí e de instituições particulares. — Publicado no D. O. de 30-6-69 ..
		657 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969 — Altera a Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, que criou a Fundação Universitária do Amazonas e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30-6-69

ÍNDICE DO APENSO

	PÁGS.		PÁGS.
ATO COMPLEMENTAR			
50 — Ato Complementar de 27 de fevereiro de 1969 — Publicado no <i>D. O.</i> de 10-4-69	111	512 — Decreto-lei de 21 de março de 1969 — Retificação — Regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> — Seção I — Parte I, de 21 e retificado no de 25 de março de 1969. — Retificado no <i>D. O.</i> de 1-4-69 ..	112
DECRETOS-LEIS			
492 — Decreto-lei de 6 de março de 1969 — Aprova o acôrdo Internacional do Açúcar, assinado em Nova York, nas Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1968. — Publicado no <i>D. O.</i> — Seção I — Parte I, de 27 de março de 1969 — Retificado no anexo do <i>D. O.</i> de 1-4-69	112	512-A — Decreto-lei de 28 de março de 1969 — Altera a Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, modificada pela Lei n: 5.550, de 20 de setembro de 1968, que dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Aeronáutica. — Publicado no <i>D. O.</i> de 1-4-69	112
501 — Decreto-lei de 17 de março de 1969 — Aprova a Convenção entre o Brasil e a Noruega para evitar a dupla-taxação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e o capital, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1967. — Publicado no <i>D. O.</i> de 7 e retificado no de 10-4-69	112	514 — Decreto-lei de 31 de março de 1969 — Inclui no Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário aprovado pelo Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967 a ligação que menciona. — Publicado no <i>D. O.</i> de 1 de abril de 1969	113

Figuram neste volume os Atos Institucionais, os Atos Complementares e os Decretos-Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1969, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL Nº 8, DE 2 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República, considerando a inadiável necessidade de dinamizar a Reforma Administrativa, em fase de plena implantação na esfera federal, inclusive com a sua extensão às demais áreas governamentais, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º Fica atribuída ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes, competência para realizar, por decreto, a respectiva reforma administrativa, observados os princípios fundamentais adotados para a Administração Federal.

Parágrafo único. A implantação da reforma administrativa não determinará aumento nas despesas de custeio de pessoal.

Art. 2º Para possibilitar a realização da reforma administrativa, poderá o Poder Executivo, inclusive o da União, através de decreto:

- I — alterar a denominação de cargos em comissão;
- II — reclassificar cargos em comissão, respeitada a tabela de símbolos em vigor;
- III — transformar funções gratificadas em cargos em comissão; e
- IV — declarar a extinção de cargos.

Parágrafo único. Ficam revuadados os atos do Poder Executivo que já efetivaram quaisquer das medidas administrativas previstas neste artigo.

Art. 3º O presente Ato Institucional entrara em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Távares

Jose de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Sámas

ATO INSTITUCIONAL Nº 9, DE 25 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República

Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º O § 1º do artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157

§ 1º Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceleração, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas".

Art. 2º É substituído o § 5º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

"§ 5º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias."

Art. 3º Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rodemaker Grünewald

Aurélio de Lyra Fares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Junior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República,

Considerando que os Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965, nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, estabeleceram, por diferentes motivos, sanções políticas e administrativas e restrições de direitos às pessoas que fossem atingidas por aquelas medidas de natureza jurídico-institucional e

Considerando que se impõe, também, a determinação de normas uniformes a serem impostas a todos quantos, servidores públicos, ou não, hajam sido ou venham a ser atingidos pelas disposições dos Atos Institucionais editados, entre outros motivos, com a finalidade de preservar os ideais e princípios da Revolução de 31 de março de 1964 e assegurar a continuidade da obra revolucionária,

Resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º A suspensão dos direitos políticos, ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, com fundamento nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965, nº 5 de 13 de dezembro de 1968 e nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, poderá, além do que dispõe a legislação em vigor, acarretar, ainda:

a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço, das pessoas que exerçam cargo ou função nas entidades previstas na alínea anterior;

c) a cessação imediata do exercício de qualquer mandato eletivo federal, estadual ou municipal, caso não tenham sido eles expressamente cassados.

§ 1º A suspensão dos direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, referidas neste artigo, poderá acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.

§ 2º O Presidente da República poderá, a qualquer tempo, impor as sanções previstas neste artigo, inclusive às pessoas já atingidas pelos Atos Institucionais anteriores a 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º A representação ao Presidente da República para aplicação das sanções previstas no artigo primeiro deste Ato far-se-á nos termos do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.

§ 1º No caso do disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 1º deste Ato, a representação será encaminhada por intermédio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2º Em se tratando de servidor público dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, os respectivos Chefes dos Poderes Executivos disporão do prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato de suspensão de direitos políticos ou cassação de mandato eletivo, no *Diário Oficial da União*, para encaminhar a representação, por intermédio do Ministério da Justiça.

Art. 3º A demissão, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma, com fundamento nos Atos Institucionais acima citados, poderão

determinar, também, a proibição do exercício de atividade, cargo ou função em qualquer das entidades referidas na alínea "a" e no § 1.º do artigo 1º deste Ato Institucional.

Art. 4º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

Mozart Gurgel Valente Junior

Antônio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mércio

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Eamunac de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Bettrao

Jose Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 51, DE 17 DE ABRIL DE 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte ATO COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os servidores públicos revertidos à atividade, em virtude do disposto no Ato Complementar nº 50, de 27 de fevereiro de 1969, ficarão em disponibilidade remunerada com vencimentos proporcionais ao efetivo tempo de serviço, até seu reaproveitamento, se o seu antigo cargo já estiver provido, na forma da lei.

Art. 2º Ficam os servidores públicos atingidos pelos efeitos do Ato Complementar nº 50, de 27 de fevereiro de 1969, dispensados da devolução das diferenças dos proventos da aposentadoria percebidos até a data de vigência do referido Ato.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969: 148º da Independência e 81º da República

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 52, DE 2 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que, com o Ato Complementar nº 41 de 22 de janeiro de 1969, o Governo Federal visou a coibir possíveis excessos quanto à admissão de servidores públicos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando, porém, que as medidas baixadas não devem servir de obstáculo ao exercício das atividades públicas essenciais, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR:

Art. 1º O artigo 1º do Ato Complementar nº 41, de 22 de janeiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica vedada a nomeação, contratação ou admissão de funcionário ou servidor da administração direta ou autárquica dos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive das Secretarias e Serviços Auxiliares dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Contas, a partir da publicação deste Ato.

§ 1º Excetuam-se dessa proibição:

I — A nomeação para cargo em comissão ou a designação para função gratificada, criados por lei;

II — A nomeação, por concurso, para cargo ou função do quadro permanente;

III — A contratação ou admissão de pessoal para serviços considerados essenciais nos setores da saúde, ensino e pesquisa, assim como do pessoal auxiliar estritamente necessário à execução desses serviços;

IV — A contratação ou admissão de pessoal para serviços de engenharia, obras e outros de natureza industrial, assim como para serviços braçais;

V — A contratação ou admissão de pessoal para preenchimento de vagas resultantes de exoneração, demissão ou dispensa;

VI — A renovação de contratos.

§ 2º A nomeação, contratação ou admissão em desacordo com o disposto neste Ato é nula de pleno direito e acarreta a demissão da autoridade e do funcionário que a autorizou ou realizou".

Art. 2º A juízo e no interesse da Administração, os servidores civis estáveis da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, ocupantes, em caráter efetivo, de cargos ou funções extintas ou declaradas desnecessárias, poderão ser compulsoriamente aproveitados em outros cargos ou funções compatíveis com sua capacidade funcional, mantido o vencimento do cargo ou a retribuição da função, ou ser postos em disponibilidade, nos termos do § 2º do artigo 99 da Constituição, com a redação dada pelo artigo 3º do Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, ratificado pelo artigo 3º do Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969.

Art. 3º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Deijm Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuza Pereira

Farso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Junior

Héllo Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 53, DE 8 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado o recesso das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Santos, no Estado de São Paulo; Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro; e Santarém, no Estado do Pará, nos termos do artigo 2º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Kademakier Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Maquinhães Pinto

Antônio Delim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Junior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 54, DE 20 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte

Ato Complementar:

Art. 1º As Convenções Municipais, Regionais e Nacional para a eleição respectivamente, dos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional dos partidos políticos, a se realizarem no corrente ano, obedecerão ao disposto neste Ato e, no em que não o contrariarem, às normas da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 e respectivas alterações.

Art. 2º Os Diretórios Municipais serão eleitos em Convenção partidária pública, que se realizará, em todo o território nacional, no dia 10 de agosto de 1969.

§ 1º Nas eleições a que se refere este artigo, só poderão votar e ser votados, em cada município, os eleitores neste inscritos e filiados ao respectivo partido político.

§ 2º Cada grupo de, pelo menos, 10 (dez) eleitores filiados poderá requerer, por escrito, ao Diretório Municipal em exercício, até 21 de julho de 1969, o registro de chapa completa de candidatos ao Diretório Municipal.

§ 3º O Juiz Eleitoral designara um representante para acompanhar, como observador, os trabalhos da Comissão, decidendo-se, no mais, ao disposto no § 2º do artigo 35, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 6º do Ato Complementar nº 29, de 26 de dezembro de 1966, e no § 3º do artigo 39, ambos da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.

§ 4º O Diretório Municipal eleito considerar-se-á empossado, automaticamente, após a proclamação dos resultados da Convenção.

Art. 3º Na mesma data a que se refere o artigo anterior, os convencionais escolherão os Delegados e respectivos suplentes, em igual número, à Convenção Regional, os quais deverão satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 2º e ser registrados em cada chapa, na forma e no prazo previstos para o registro de candidatos ao Diretório Municipal.

§ 1º Cada município terá direito a 1 (um) Delegado para cada 2 500 (dois mil e quinhentos) votos de legenda partidária obtidos na última eleição à Assembleia Legislativa do respectivo Estado, até o limite de 30 (trinta) Delegados.

§ 2º É assegurado aos municípios onde o partido tiver Diretório organizado o direito a, no mínimo, 1 (um) Delegado.

§ 3º Se na eleição a que se refere este artigo, não se completar o número de Delegados previsto nos parágrafos anteriores, caberá ao Diretório Municipal eleito indicar os demais, com os respectivos suplentes, satisfazendo as exigências legais.

Art. 4º Os Diretórios Regionais serão eleitos em Convenção partidária pública, que se realizará nas Capitais dos Estados e Territórios, e no Distrito Federal, no dia 14 de setembro de 1969.

Art. 5º Constituem a Convenção Regional:

— Os membros do Diretório Regional;

II — Os Delegados eleitos pela Convenção Municipal ou designados nos termos do § 3º do artigo anterior.

Art. 6º O registro de candidatos ao Diretório Regional será requerido, por escrito, à Comissão Executiva do Diretório Regional, por um grupo mínimo de 20 (vinte) convencionais, para cada chapa, até o dia 25 de agosto de 1969.

Parágrafo único. O Diretório Regional eleito considerar-se-á empossado, automaticamente após a proclamação dos resultados da Convenção.

Art. 7º Na mesma data a que se refere o artigo 4º, os convencionais escolherão os Delegados e respectivos Suplentes, em igual número, à Convenção Nacional, observado, quanto ao registro dos candidatos, o prescrito no artigo 6º deste Ato.

§ 1º O número de Delegados de cada Estado será o correspondente ao dobro da representação em exercício no Congresso Nacional.

§ 2º É assegurado aos Estados, Territórios e Distrito Federal, onde o partido tiver Diretório organizado o direito a, no mínimo, 2 (dois) Delegados.

§ 3º Se, na eleição de que trata este artigo, não se completar o número de Delegados previsto, caberá ao Diretório Regional eleito indicar os demais, com os respectivos suplentes, atendidos os requisitos da lei.

Art. 8º O Diretório Nacional será eleito em Convenção partidária pública, na Capital da União, no dia 12 de outubro de 1969.

Art. 9º Constituem a Convenção Nacional:

I — os membros do Diretório Nacional;

II — os Delegados dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

III — os representantes do partido no Congresso Nacional.

Art. 10. O registro de candidatos ao Diretório Nacional será requerido, por escrito, à Comissão Executiva do Diretório Nacional, por um grupo mínimo de trinta convencionais, para cada chapa, até o dia 22 de setembro de 1969.

Art. 11. O Diretório Nacional eleito considerar-se-á empossado, automaticamente, após a proclamação dos resultados da Convenção.

Art. 12. Só poderão votar e ser votados nas Convenções partidárias de que trata este Ato os eleitores inscritos nos partidos políticos até o dia 10 de julho de 1969.

§ 1º A inscrição de novos membros dos partidos, para os efeitos deste Ato, será feita em livro próprio, com as folhas numeradas e rubricadas pelo Juiz Eleitoral, devendo conter a assinatura do interessado, sua residência número do título eleitoral, zona de inscrição e município.

§ 2º No dia imediato ao previsto neste artigo, o Presidente da Comissão Executiva do Diretório Municipal respectivo apresentará, ao Juiz Eleitoral, o livro de inscrição, para lavratura do termo de encerramento.

§ 3º Os livros de inscrição partidária não estão sujeitos a padronização e poderão ser rubricados pelos Juizes Eleitorais a partir da vigência do presente Ato.

Art. 13. Nas eleições previstas neste Ato, o Ministério Público ou qualquer eleitor no partido a que for filiado poderá impugnar, perante o Diretório competente, o registro de candidatos.

§ 1º O prazo para a impugnação será de 48 (quarenta e oito) horas após a data de encerramento do registro de candidatos, tendo estes igual prazo para contestar a impugnação, imediatamente após o decurso da quele.

§ 2º Recebida a contestação, se houver, a Comissão Executiva do respectivo Diretório decidirá nos 3 (três) dias subseqüentes.

Art. 14. Caberá recurso:

I — para o Juiz Eleitoral:

a) do indeferimento do registro de candidato ao Diretório Municipal ou a delegado à Convenção Regional;

b) da decisão sobre impugnação de candidato às funções indicadas na letra anterior.

II — para o Tribunal Regional Eleitoral:

a) do ato denegatório de registro de candidato ao Diretório Regional ou a delegado à Convenção Nacional;

b) da decisão sobre impugnação de candidato às funções apontadas na letra "a" deste item;

III — para o Tribunal Superior Eleitoral:

a) do ato que nega registro a candidato ao Diretório Nacional;

b) da decisão sobre impugnação de candidato ao Diretório Nacional.

§ 1º O recurso será apresentado diretamente ao órgão competente da Justiça Eleitoral, devidamente instruído e fundamentado, no prazo de 3 (três) dias, contados da decisão ou ato.

§ 2º O Juiz Eleitoral, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, terão para o julgamento dos recursos de que trata este artigo, o prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º As decisões da Justiça Eleitoral nos recursos previstos neste artigo são irrecorríveis.

Art. 15. Os candidatos aos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional, cujo registro seja denegado poderão ser substituídos no prazo de:

I — cinco dias, contados do ato do Diretório que o indeferiu, se não houver recurso para a Justiça Eleitoral;

II — três dias, contados da decisão do Juiz ou Tribunal Eleitoral, conforme o caso, no recurso contra o ato denegatório do registro.

Art. 16. Os Diretórios a serem eleitos pelas Convenções Municipais, Regionais e Nacional de acordo com este Ato se constituirão:

I — O Diretório Municipal de 6 (seis) a 20 (vinte) membros;

II — Os Diretórios Regionais de 20 (vinte) a 30 (trinta) membros; e

III — O Diretório Nacional de 31 (trinta e um) a 49 (quarenta e nove) membros.

§ 1º Os líderes dos partidos políticos nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, integrarão, como membros natos, com voz e voto nas suas deliberações, respectivamente, os Diretórios Municipais, os Diretórios Regionais e o Diretório Nacional.

§ 2º No Diretório Nacional haverá, pelo menos, um membro eleito de cada seção partidária regional.

§ 3º Na constituição dos seus Diretórios, os partidos políticos deverão procurar, quanto possível, a participação das categorias profissionais.

§ 4º Os atuais Diretórios Municipais, Regionais e Nacional fixarão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da vigência deste Ato, o número de seus futuros membros, de acordo com o disposto neste artigo.

Art. 17. Os Diretórios eleitos na conformidade deste Ato escolherão, no prazo de cinco dias contados de sua posse, as respectivas Comissões Executivas, que terão a seguinte composição:

I — Comissão Executiva Municipal: um presidente; um vice-presidente; um secretário; um tesoureiro e um procurador;

II — Comissão Executiva Regional: um presidente; um primeiro e um segundo vice-presidentes; um primeiro e um segundo secretários; um tesoureiro e um procurador;

III — Comissão Executiva Nacional: um presidente; um primeiro, um segundo e um terceiro vice-presidentes; um secretário geral e um primeiro e um segundo secretários; um primeiro e um segundo tesoureiros e dois procuradores.

Art. 18. Os Diretórios eleitos de acordo com este Ato terão mandato de 2 (dois) anos, a contar da data da respectiva posse.

Art. 19. Para os Estados, onde não houver Diretório Regional organizado, a Comissão Executiva do Diretório Nacional designará uma Comissão provisória, constituída de 5 (cinco) membros, presidida por um deles, indicado no ato de designação, e que se incumbirá de organizar e dirigir a Convenção Regional, com a competência do Diretório e da Comissão Executiva Regional e com os poderes referidos no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Onde não houver Diretório Municipal organizado, a Comissão Executiva do Diretório Regional designará uma Comissão provisória de 3 (três) membros, sendo um deles o presidente, a qual exercerá as atribuições do Diretório e da Comissão Executiva Municipal, para os efeitos deste Ato.

Art. 20. Nas Convenções de que trata este Ato, observar-se-ão, no que couber, os Estatutos dos partidos políticos, salvo onde o contrariarem ou a legislação em vigor.

Art. 21. Não podem ser candidatos nas Convenções reguladas por este Ato, além dos já impedidos por lei os cidadãos que foram atingidos pelas medidas previstas nos artigos 7º e 10 do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964; 14 e 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; e 4º e 6º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 22. O Tribunal Superior Eleitoral baixará, dentro do prazo de quinze dias, contados do início da vigência deste Ato, as instruções necessárias à sua perfeita execução.

Art. 23. Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Mozart Gurgel Valente Júnior

Antônio Delfim Neto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mercio

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 55, DE 4 DE JUNHO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Art. 2º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

José Flavio Pecora

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mercio

Newton Burlamaqui Barreira

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 56, DE 18 DE JUNHO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os Diretórios Municipais dos partidos políticos, que deixaram de cumprir, no prazo legal, o disposto no § 4º do art. 16, do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, terão o número de seus membros fixado pela Comissão Executiva do respectivo Diretório Regional, até o dia 10 de julho de 1969.

Art. 2º Os §§ 2º, do artigo 3º, e 1º do artigo 7º, do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 2º É assegurado aos municípios onde o partido tiver Diretório organizado, o direito a, no mínimo, 1 (um) Delegado, além da representação referida no parágrafo anterior."

"Art. 7º

§ 1º O número de Delegados de cada Estado será correspondente ao dobro da efetiva representação a que tem direito, no Congresso Nacional."

Art. 3º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarim

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Inas Leite Junior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 515 — DE 7 DE
ABRIL DE 1969

Define a empresa individual nas atividades imobiliárias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, decreta:

Art. 1º Serão equiparadas às pessoas jurídicas, para os efeitos de cobrança do imposto de renda, as pessoas naturais que, como empresas individuais, praticarem operações imobiliárias com o fim de lucro.

Art. 2º Serão consideradas empresas individuais, para os fins do artigo 1º, as pessoas naturais que explorarem em nome individual, habitual e profissionalmente:

- 1 — a compra e venda de imóveis.
- 2 — a incorporação de prédios em condomínio ou
- 3 — o loteamento de terrenos para venda de lotes com ou sem construções.

Parágrafo único A pessoa natural que, após sua equiparação à pessoa jurídica, não efetuar nenhuma operação imobiliária durante o prazo de três anos consecutivos, deixará de ser considerada empresa individual, a partir do ano seguinte salvo quanto às operações então em andamento.

Art. 3º Para efeitos de equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica, nos termos do art. 2º, inciso 1, será considerada habitualidade na compra e venda de imóveis a aquisição e subsequente transferência a título oneroso, num mesmo ano civil de mais de três imóveis, ou a aquisição e subsequente transferência a título oneroso, durante o prazo de três anos civis consecutivos, de mais de seis imóveis.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, equiparam-se à compra e venda a pro-

messas de compra e venda, a procuração em causa própria, a adjudicação em hasta pública, a permuta, a cessão e a promessa de cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 2º No caso de haver, antes da alienação, mais de um titular sobre o imóvel, quer em condomínio quer com fração ideal especificadas para os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular pessoa natural, com a data da primeira alienação que cada um efetive.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo não serão computadas as incorporações de imóveis ao capital de sociedade e as transações de qualquer natureza, que tenham por objeto:

a) os imóveis havidos por herança, legado, doação ou dação em pagamento;

b) os imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação;

c) as unidades recebidas em pagamento de terreno, a que se refere o art. 39 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

§ 4º Para os efeitos do disposto neste artigo, serão computados como uma única operação:

a) a venda conjunta de dois ou mais terrenos confrontantes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo vendedor;

b) a venda parcial ou total de um mesmo imóvel a vários adquirentes em conjunto, ressalvado o artigo 4º letra b);

c) a venda de terreno resultante de desmembramento de terrenos adjacentes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo vendedor;

d) as vendas de dois ou mais terrenos confrontantes derivados do desmembramento de um mesmo terreno com a data da primeira venda efetuada.

Art. 4º Nas incorporações de prédios em condomínio (art. 2º, inciso 2), se-

rão equiparadas a pessoas jurídicas, no caso de se vincularem a mais de uma incorporação durante o prazo de dois anos civis consecutivos:

a) o proprietário, o promitente comprador, o cessionário dêste, ou o promitente cessionário de terrenos objetos de incorporações registradas nos termos do art. 32 da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

b) o proprietário, o promitente comprador, o cessionário dêste ou o promitente cessionário de terrenos em que, sem efetuar o registro da incorporação, promova a construção de prédios em condomínio, para venda após a sua conclusão;

c) o construtor ou o corretor de imóveis que, nos termos do art. 31, alínea b da Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964, assumir a iniciativa e a responsabilidade de incorporações.

§ 1º No caso de haver antes da incorporação, mais de um titular sobre o terreno, quer em condomínio, quer com porções distintas para os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular pessoa natural.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes normas:

1 — a data para o cômputo das incorporações será a do respectivo registro no Cartório do Registro de Imóveis; no caso da letra b, a da primeira alienação de unidade de cada prédio;

2 — não serão computados:

a) os registros de incorporações que, nos termos do artigo 34, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, forem denunciadas dentro do prazo de carência declarado pelo incorporador;

b) no caso da letra b, os prédios cujos projetos tenham sido aprovados até a data da publicação dêste Decreto-lei.

3 — será considerada unitariamente cada edificação ou cada conjunto de edificações objeto de um mesmo registro de incorporação, ainda que abrangendo dois ou mais terrenos confrontantes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular;

4 — será considerado unitariamente o conjunto de registros de incorporações de várias edificações em terrenos confrontantes, quando derivadas do desdobramento de um mes-

mo terreno ou de terreno resultante do desmembramento de terrenos adjacentes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular;

5 — será considerado unitariamente o conjunto de várias edificações num mesmo terreno a que se refere o artigo 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, inclusive com o desdobramento previsto no artigo 6º da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Art. 5º Nos loteamentos de terrenos para venda de lotes com ou sem construções (artigo 2º, inciso 3.), serão equiparados a pessoas jurídicas, no caso de se vincularem mais de um loteamento durante o prazo de três anos civis consecutivos:

a) o proprietário, o promitente comprador, o cessionário dêste ou o promitente cessionário de terrenos objetos de loteamentos registrados nos termos do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, haja ou não, paralelamente, o registro de incorporação de residências isoladas conforme dispõe o artigo 68 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

b) o construtor ou o corretor de imóveis que, nos termos do artigo 3º do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 31, alínea b da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, assumir a iniciativa e a responsabilidade de loteamentos ou de incorporações de residências isoladas.

§ 1º No caso de haver mais de um titular sobre o imóvel objeto do loteamento, quer em condomínio, quer com porções distintas para os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular pessoa natural.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes normas:

1 — a data para o cômputo dos loteamentos será a do respectivo registro no Cartório do Registro de Imóveis ou, em sua falta, a do primeiro documento relativo à venda de lotes;

2 — não serão computados os registros de loteamentos que forem denunciados dentro do prazo de carência declarado pelo loteador;

3 — será considerado unitariamente o loteamento da área objeto de um mesmo registro, nos termos do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, ainda que abrangendo dois ou mais terrenos confrontantes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular;

4 — será considerado unitariamente o conjunto de registros de loteamentos em terrenos confrontantes, quando derivados do desdobramento de um mesmo terreno ou de terreno resultante do desmembramento de terrenos adjacentes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular.

Art. 6.º A equiparação de pessoa natural à pessoa jurídica será determinada de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor na época do instrumento inicial de cada transação e a posterior alteração dessas normas, se mais rigorosa, não atingirá as transações já iniciadas.

§ 1.º Em relação às operações praticadas antes da data da publicação deste Decreto-lei, a equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica será determinada pelas disposições em vigor antes daquela data, aplicando-se quando fôr o caso o disposto no § 2.º do art. 3.º, § 1.º do art. 4.º, § 1.º do art. 5.º e § 3.º deste artigo.

§ 2.º As operações a que se refere o § 1.º deste artigo só serão computadas, para os efeitos de equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica, nos termos deste Decreto-lei, em conjunto com nova operação, em cada categoria, que a pessoa natural venha a praticar após a data da publicação deste Decreto-lei.

§ 3.º As operações imobiliárias que comportarem enquadramento em mais de uma das categorias de atividades referidas nos incisos 1, 2 e 3 do artigo 2.º, serão computadas, para os efeitos do disposto nos artigos 3.º, 4.º e 5.º, exclusivamente, numa só categoria correspondente à atividade preponderante, considerando-se a seguinte ordem de preponderância:

1.ª — loteamentos de terrenos;

2.ª — incorporações de prédios em condomínio;

3.ª — compra e venda de imóveis.

Art. 7.º Não serão equiparados a sociedades de fato os condomínios organizados para a efetivação de quaisquer operações imobiliárias, ainda que dêe façam parte também resscas jurídicas, aplicando-se a cada condômino pessoa natural os critérios e demais dispositivos legais de caracterização de empresa individual como se fôsse ele o único titular da operação imobiliária, nos limites de sua participação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos anteriores à data da publicação deste Decreto-lei.

Art. 8.º As pessoas naturais consideradas emrpnas individuais na forma deste Decreto-lei serão obrigadas:

a) a inscrever-se no cadastro a que se refere o artigo 28 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964;

b) a manter livro Caixa, na forma do art. 27 da Lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958, no qual deverão ser escriturados, ainda que com técnica rudimentar, todos os fatos relativos às suas atividades econômicas;

c) a manter sob a sua guarda e responsabilidade os documentos comprobatórios dos lançamentos referidos na alínea anterior;

d) a efetuar as retenções e recolhimento do imposto de renda na fonte, previstos na legislação, para as pessoas jurídicas.

Art. 9.º A aplicação do regime fiscal da pessoa jurídica às pessoas naturais a ela equiparadas, inclusive a observância do disposto no artigo 8.º terá início no 1.º dia do mês subsequente àquele em que se completarem as condições determinantes da equiparação, e não atingirá as transações iniciadas anteriormente àquela que determinar a equiparação.

Art. 10. O lucro real da empresa individual compreenderá o resultado de todas as transações relacionadas com o objeto da empresa, mas não incluirá as operações a que se refere o § 3.º do art. 3.º, nem outros rendimentos percebidos pelo seu titular, decorrentes da prestação de trabalho assalariado, autônomo ou profissional, outras atividades ou

produzidos por bens não integrantes do ativo da empresa individual.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os incisos 1, 2 e 3 da letra b do § 1.º do art. 41 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 516 — DE 7 DE ABRIL DE 1969

Altera a denominação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e alterado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, passa a denominar-se Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPO'T), subordinado diretamente ao Ministro de Estado dos Transportes.

Art. 2º O Poder Executivo disporá em Regulamento sobre a organização e funcionamento do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Nas atribuições do GEIPO'T incluir-se-á, também, a execução dos trabalhos complementares da FASE I do Convênio assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e daqueles previstos em sua FASE II.

Art. 3º Fica instituído um fundo especial, denominado Fundo de Integração de Transportes, destinado a atender despesas com o desenvolvimento das atividades relacionadas

com os estudos e pesquisas necessários ao planejamento integrado dos transportes e suas implicações quanto ao planejamento das respectivas modalidades.

Parágrafo único. O Fundo de Integração de Transportes será constituído por recursos transferidos por órgãos da administração indireta que tenham por finalidade o funcionamento e a execução das diversas modalidades de transportes, provenientes de dotações constantes no orçamento da União e créditos adicionais a ele destinados; e de outras fontes extra-orçamentárias a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 4º Enquanto estiverem em execução o Acordo de Assistência Técnica celebrado pelo Governo brasileiro com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, de 1 de outubro de 1965, e o Plano de Operações assinado com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Fundo Especial) de 19 de abril de 1967, ou qualquer ajuste semelhante em que seja necessário manter um representante do Governo brasileiro e seu suplente, em Comissão Diretora, tal como previsto nos referidos instrumentos, esses representantes serão designados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro dos Transportes e perceberão gratificação especial a ser fixada pelo Poder Executivo, podendo a escolha recair em servidor público, caso em que a gratificação ficará excluída da aplicação do disposto no artigo 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 5º Os Serviços do GEIPO'T continuarão a ser executados por servidores requisitados e por pessoal contratado, segundo normas aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 6º Observados os dispositivos constantes deste Decreto-lei, passam à responsabilidade do Grupo de Estudos da Política de Integração de Transportes, para todos os efeitos, os recursos financeiros, atividades, contratos e compromissos atribuídos ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes.

Art. 7º Os regimes jurídicos, administrativo, financeiro e operacio-

nal do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, instituídos a partir do Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificados pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, assim como as Resoluções do Grupo Executivo e os atos praticados pela Superintendência Executiva, são ratificados, para todos os efeitos, ficando revogado o Decreto-lei nº 135, de 2 de fevereiro de 1967, exceto quanto ao seu artigo 6º, cujos efeitos são prorrogados na forma deste artigo.

Art. 8º Fica criado o cargo em comissão de Superintendente, símbolo I.C. no Grupo de Estudos para integração da Política de Transportes.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 517 — DE 1

ABRIL DE 1969

Estabelece normas para o desembaraço aduaneiro de mercadorias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As mercadorias importadas retidas em instalações portuárias alfandegadas, exclusivamente em virtude de litígio entre o interessado e a autoridade fiscal, poderão ser liberadas, antes da decisão final, mediante fiança, depósito em dinheiro ou caução de títulos da dívida pública federal, no valor da quantia exigida.

§ 1º Quando necessário à instrução do processo, antes do desembaraço, será retirada amostra da mercadoria devidamente autenticada pelo Agente Fiscal e pelo importador e ou seu representante legal;

§ 2º Se não fôr possível a retirada de amostra, o processo será instruído com elementos que permitam a identificação da mercadoria;

Art. 2º No caso de importações procedidas por órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, a liberação, antes da decisão final, dependerá apenas de assinatura de termo de responsabilidade, independentemente de prestação de fiança, depósito ou caução.

Art. 3º Fica autorizado o Ministro da Fazenda a conceder, em caráter excepcional, a quaisquer outras entidades, o tratamento previsto no artigo anterior.

Art. 4º O chefe da repartição terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da entrada em protocolo da petição da interessada, para conceder a medida pleiteada, devendo fundamentar sua decisão quando denegatória.

Art. 5º Mesmo que a decisão final do litígio seja favorável ao interessado, este será responsável pelo pagamento da armazenagem e das despesas de remoção, se não houver providenciado a liberação da mercadoria na forma estipulada no art. 1º.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 518 — DE 7 DE

ABRIL DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a ajorar, sem concorrência pública, os terrenos de propriedade da União onde se localizam conjuntos residenciais construídos pela antiga Fundação da Casa Popular

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aforar ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, independentemente de concorrência pública e demais formalidades previstas no Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946, os terrenos de propriedade da União onde se situam os conjuntos residenciais construídos pela antiga Fundação da Casa Popular.

Art. 2º A constituição da enfiteuse de que trata esta Lei será promovida pelo Serviço do Patrimônio da União, em caráter preferencial, mediante solicitação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Art. 3º O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo fica isento do pagamento dos laudêmos devidos em consequência das vendas que vier a efetuar e, bem assim, dos respectivos foros, enquanto permanecerem os imóveis vinculados ao seu patrimônio.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969;
148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 519 — DE 7 DE
ABRIL DE 1969

Dá nova redação ao artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, e outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os aumentos de capital das pessoas jurídicas em ge-

ral, com recursos provenientes de reservas ou lucros em suspenso, realizados até 30 de junho de 1969, ficam isentos do imposto de renda.

§ 1º Para os efeitos deste artigo serão computados os lucros em suspenso ou reservas oriundos de lucros apurados em balanço mesmo quando ainda não tributados.

§ 2º As disposições deste artigo não serão aplicadas:

a) às pessoas jurídicas que estiverem em débito com o imposto de renda, na data da realização do aumento de capital;

b) às pessoas jurídicas que tenham diminuído seu capital a partir de 30 de dezembro de 1968, inclusive;

c) às pessoas jurídicas que se extinguirem ou reduzirem seu capital antes de 5 (cinco) anos, contados da data em que tenha sido realizado o aumento de capital.

§ 3º Não sofrerão tributação do imposto de renda, os aumentos de capital das pessoas jurídicas, mediante utilização do acréscimo de seu ativo quando decorrente de aumentos de capital realizados por pessoas jurídicas das quais sejam, acionistas ou sócias, bem como as ações novas ou cotas distribuídas em virtude daqueles aumentos.”

Art. 2º A inobservância de qualquer das condições estabelecidas no artigo anterior importará na cobrança do imposto de renda das pessoas jurídicas e físicas, ou na fonte, às taxas normais.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de abril de 1969;
148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 520 — DE 7 DE ABRIL DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCrs 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), a favor da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM, para integralização de capital

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Agricultura, a favor da Companhia Brasileira de Armazenamento, o crédito especial de NCrs 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), conforme a seguinte especificação:

		NCrs
	Programa-Agropecuária	
	Subprograma — Abastecimento	
	Projeto	
02.04.05.1.001	— Plano Global de Armazenamento	
4.2.0.0	— Inversões Financeiras	
4.2.2.0	— Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	2.000.000,00

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contenção de igual quantia nas dotações a seguir discriminadas:

		NCrs
5.05.00	— Ministério da Agricultura	
5.03.01	— Gabinete do Ministro	
	Programa-Agropecuária	
	Subprograma — Abastecimento	
0.2.04.05.1.001	— Plano Global de Armazenamento	
4.3.0.0	— Transferência de Capital	
4.3.7.0	— Contribuições Diversas	1.000.000,00
	Subprograma — Extensão Rural	
5.33.07	— Escritório Central de Planejamento e Controle	
02.05.05.2.041	— Extensão Rural a cargo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural	
4.3.0.0	— Transferência de Capital	
4.3.7.0	— Contribuições Diversas	1.000.000,00
		<hr/> 2.000.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos projetos de orçamentos anuais para os exercícios financeiros de 1970, 1971 e 1972, dotações específicas no valor de NCrs 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos); NCrs 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos) e NCrs 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros novos) respectivamente, para atender despesa com a integralização do aumento de capital da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação. Brasília, 7 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Ivo Arzuza Pereira

Hélio Beltrão

**DECRETO-LEI Nº 521 — DE 7 DE
ABRIL DE 1969**

Estabelece norma de contabilidade para a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As parcelas de dotações orçamentárias repassadas à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior terão o seu valor em moeda estrangeira convertido em moeda nacional, para fins de registro contábil, à taxa prevalecente no último dia de cada mês.

Art. 2º As diferenças para mais do valor em moeda nacional, na hipótese de desvalorização cambial interna, serão consideradas como créditos ou dotações automaticamente suplementadas, inscritas por igual valor como renda eventual da União.

Parágrafo único. Critério equivalente será adotado para o reajustamento das despesas de exercícios anteriores inscritas em "Restos a Pagar", quando existir, na Delegacia, numerário em dólar para pagamentos dessa natureza, ficando automaticamente autorizada a correção contábil necessária, inclusive no sistema patrimonial.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969:
148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

**DECRETO-LEI Nº 522 — DE 7 DE
ABRIL DE 1969**

Revoga o Decreto-lei nº 3.172, de 3 de abril de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É revogado o Decreto-lei nº 3.172, de 3 de abril de 1941, que regula o cosseguero no ramo incêndio.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969:
148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Macedo Soares

**DECRETO-LEI Nº 523 — DE 8 DE
ABRIL DE 1969**

Acrescenta parágrafo ao Artigo 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Artigo 27 da Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 4º Quando o óleo ou gás forem extraídos da plataforma continental, os 5% (cinco por cento) de que trata o "caput" deste Artigo serão destinados, em partes iguais, ao Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para constituição do Fundo Nacional de Mineração e ao Ministério da Educação e Cultura, para o incremento da pesquisa e do ensino de nível superior no campo das geociências".

Art. 2º O Artigo 14 da Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. O Fundo Nacional de Mineração será constituído:

I — Da parcela, pertencente à União, do imposto único de que trata esta Lei, ressalvada a parte destinada à Comissão do Plano do Cerrão Nacional;

II — Da parte que couber ao Departamento Nacional da Produção Mineral nos pagamentos devidos pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, sobre o valor do óleo ou gás extraídos da plataforma continental;

III — De dotações consignadas no Orçamento Geral da União;
IV — De rendimentos de depósitos e de aplicação do próprio Fundo".

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 524 — DE 8 DE
ABRIL DE 1969

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir a Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a constituir, na forma do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, uma sociedade por ações, que se denominará Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB, vinculada à Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2º A CAESB terá sede e fóro na cidade de Brasília, funcionará por tempo indeterminado e terá por finalidade:

I — a execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento d'água e de coleta de esgotos sanitários no Distrito Federal;

II — a conservação, proteção e fiscalização das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para os fins de abastecimento d'água;

III — o controle da poluição das águas.

Art. 3º A Prefeitura do Distrito Federal deterá, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto.

Parágrafo único. A quota da participação da Prefeitura do Distrito

Federal na formação do capital inicial da CAESB será integralizada mediante:

I — avaliação e subsequente transferência e incorporação dos bens atualmente vinculados às atribuições específicas do Departamento de Água e Esgotos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP;

II — transferência de recursos orçamentários e outros fundos especialmente vinculados ao serviço;

III — dotações ou créditos que com esse objetivo vierem a ser autorizados por lei;

IV — doações ou contribuições de qualquer natureza.

Art. 4º A partir da data da sua constituição, passarão a ser recolhidas à CAESB as contribuições e taxas pagas pelos usuários dos serviços de águas e esgotos do Distrito Federal.

Art. 5º A CAESB poderá, para a realização de suas finalidades, contrair empréstimos internos e externos, observados, em cada caso, os requisitos e formalidades constantes da legislação própria, ficando a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a figurar como a fiadora dessas operações de crédito.

Art. 6º A CAESB gozará dos benefícios de desapropriação pública, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 7º Em caso de liquidação da CAESB, o seu acervo reverterá ao patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal, depois de pagas as dívidas e reembolsado o capital dos demais acionistas, inclusive a participação que tiverem em reservas livres.

Art. 8º Não serão distribuídos os dividendos, participação ou bonificação que couberem à Prefeitura do Distrito Federal ou a entidades estatais, sendo os mesmos levados à conta de aumento do capital da CAESB.

Art. 9º A Companhia gozará, inclusive nas operações que realizar, de isenção de pagamento dos tributos de competência da União e do Distrito Federal, aplicando-se-lhe o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956 (art. 15 § 5º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964).

Art. 10. Nos Estatutos da CAESB serão observadas, em tudo que lhe

fôr aplicável, as normas da legislação vigente sobre sociedades anônimas.

Art. 11. O pessoal da CAESB ficará sujeito, em suas relações com a empresa, às normas da legislação trabalhista.

Art. 12. O Prefeito do Distrito Federal baixará os atos necessários à plena execução do presente Decreto-lei.

Art. 13. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1969;
148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI 525, DE 8 DE
ABRIL DE 1969.

Autoriza a constituição de sociedade de economia mista destinada a explorar os serviços do Porto de Pesca de Laguna e das outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Na forma do Presente Decreto-lei e observado o disposto no artigo 28 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 153, de 10 de fevereiro de 1967, fica o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (D.N.P.V.N.) autorizado a constituir uma sociedade de economia mista, por ações, que se denominará Companhia Porto de Pesca de Laguna (C.P.P.L.).

Parágrafo único. A C.P.P.L. terá sede e fóro na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, e por finalidade a administração de serviços portuários e atividades correlatas e semelhantes a porto de pesca.

Art. 2º Fica o Diretor-Geral do D.N.P.V.N. autorizado a representar a União, ou a fazer-se representar, nos atos constitutivos da C.P.P.L.

§ 1º — Os atos constitutivos da sociedade serão precedidos de:

I — aprovação pelo Diretor-Geral do D.N.P.V.N., do projeto de or-

ganização dos serviços básicos da sociedade, e respectiva homologação por parte do Ministro dos Transportes;

II — arrolamento, com as especificações do balanço, dos bens e direitos que a União ou o D.N.P.V.N., destinar à integralização do seu capital os quais deverão ser avaliados pelos seus valores atualizados de balanço na forma da lei;

III — elaboração dos Estatutos e sua prévia publicação.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituir o capital subscrito pela União, ou pelo D.N.P.V.N., conforme os valores registrados no último balanço;

II — aprovação dos Estatutos.

Art. 3º A sociedade será constituída em sessão pública no Ministério dos Transportes, devendo constar da respectiva ata os Estatutos aprovados, o histórico e o resumo dos atos constitutivos, bem como a avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Presidente da República, arquivando-se cópia autêntica da respectiva Ata no Registro do Comércio competente.

Art. 4º Observadas as ressalvas deste Decreto-lei, a C.P.P.L. reger-se-á pela legislação referente às sociedades anônimas em geral, não se lhe aplicando o disposto nos itens 1º e 3º do artigo 38 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo único. A reforma dos Estatutos da C.P.P.L. será aprovada por decreto do Presidente da República.

Art. 5º O Capital social inicial da C.P.P.L. será constituído pelo valor dos bens e direitos que a União, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, qualquer órgão público ou entidade privada federal ou estadual destinar à sua integralização.

Parágrafo único. Quando o valor desses bens e direitos não fôr suficiente para integralizar as ações subscritas, o D.N.P.V.N. promoverá a sua suplementação através de investimentos.

Art. 6º Os atos constitutivos da sociedade serão o instrumento de transferência do domínio e da posse dos bens a que se refere este Decreto-lei, produzindo todos os efeitos e direitos, inclusive perante o Registro de Imóveis, o Tribunal Marítimo e a Capitania dos Portos.

Art. 7º As ações da sociedade serão nominativas, ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sem direito de voto, estas inconvertíveis em ações ordinárias.

Parágrafo único. Os aumentos de capital da sociedade poderão constituir-se no todo ou em parte, de ações preferenciais, observado o disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 8º A União ou o D.N.P.V.N. subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) de capital votante.

§ 1º A transferência de ações pelo D.N.P.V.N., e a subscrição de aumento do capital social pelos demais acionistas da C.P.P.L., não poderão prejudicar o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º A transferência de ações do D.N.P.V.N. não poderá ser efetivada por valor inferior ao nominal.

§ 3º É nula, de pleno direito, a transferência ou subscrição de ações com infringência do disposto neste artigo.

Art. 9º A Companhia Porto de Pesca de Laguna (C.P.P.L.) será administrada por uma Diretoria, cujo Superintendente será de livre nomeação do Diretor-Geral do D.N.P.V.N.

§ 1º Os Estatutos da C.P.P.L. preverão, ainda, um Conselho de Administração, presidido pelo Superintendente, com funções deliberativas e de controle.

§ 2º Os demais diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, após prévia aprovação pelo Diretor-Geral do D.N.P.V.N., e exercerão seus mandatos de acordo com o prescrito nos Estatutos.

Art. 10. A União, ou o D.N.P.V.N., far-se-á representar na Assembleia-Geral na forma da legislação específica.

Art. 11. Os atos constitutivos da C.P.P.L., de que trata este Decreto-lei bem como os de integralização de seu capital pela União, ou pelo D.N.P.V.N., são isentos de impostos, taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União.

Art. 12. O regime jurídico dos empregados da sociedade será o da legislação trabalhista.

Art. 13. A C.P.P.L. gozará, durante 5 (cinco) anos, contados da sua constituição, da isenção de direitos de importação, imposto sobre produtos industrializados e taxas aduaneiras para o material de que necessitar na realização de seus serviços, observadas as disposições legais relativas à existência de similares na indústria nacional.

Parágrafo único. Todo material adquirido na forma deste artigo será desembaraçado mediante portaria dos inspetores alfandegários.

Art. 14. As tarifas e preços dos serviços próprios da C.P.P.L. serão aprovados pelo D.N.P.V.N.

Art. 15. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 526 — DE 9 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre o término do prazo de prestação de contas do BNDE.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É fixado no dia 28 de fevereiro de cada ano o término do prazo previsto nas alíneas e e f do artigo 15 da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, para remessa das contas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 527 — DE 11 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre remissão de créditos tributários relativos ao imposto de renda.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder remissão dos créditos tributários de responsabilidade da empresa Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP bem como aos seus acionistas, relativos ao imposto de renda e decorrentes da fusão de sociedades, realizada pela Assembleia Geral Extraordinária de 5 de dezembro de 1966, de que resultou a formação daquela empresa.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 528 — DE 11 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre a cobertura de bens pertencentes ao INPS, ao IPASE e ao SASSE contra os riscos enumerados nas alíneas g e h do artigo 20 do Decreto-lei nº 73/66.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O Instituto Nacional de Previdência Social, o Instituto de

Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econométricos, para a cobertura de seus bens contra os riscos mencionados nas alíneas g e h do artigo 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, adotarão, em lugar dos seguros obrigatórios a que se referem as mencionadas alíneas, a constituição de fundos específicos, com recursos próprios, ressalvado o disposto no artigo 2º.

Art. 2º. Quando a instituição de que trata o artigo 1º for acionista majoritária de companhia de seguros criada nos termos do artigo 143, do mencionado Decreto-lei nº 73, poderá a cobertura dos mesmos riscos ser feita mediante seguro direto naquela seguradora, dispensada em tal caso, a exigência do sorteio a que se refere o artigo 23 do citado Decreto-lei.

Art. 3º. O Ministro do Trabalho e Previdência Social regulamentará dentro de 60 (sessenta) dias, a constituição dos fundos a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho
Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 529 — DE 11 DE
ABRIL DE 1969

Reabre os prazos previstos no § 2º do artigo 19 e no artigo 21, da Lei número 4.119, de 27 de agosto de 1962.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Ficam reabertos, por 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto-lei, os prazos previstos no § 2º do artigo 19 e no artigo 21 da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962.

Parágrafo único. São considerados tempestivos os pedidos anteriores da

registro, se ainda não definitivamente solucionados.

Art. 2º. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a Diretoria do Ensino Superior, ou o órgão que a substitua na organização administrativa emitirá parecer em todos os casos, dentro de 30 (trinta) dias e os encaminhará imediatamente à decisão do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 11 de abril de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 530 — DE 15 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre os mandatos de Diretor-Geral e Diretor de Unidades do Colégio Pedro II.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Será de quatro anos o mandato de Diretor-Geral e de Diretor de Unidades do Colégio Pedro II.

Parágrafo único. Aplicam-se aos atuais ocupantes dos cargos de Diretor-Geral e Diretor de Unidade do Colégio Pedro II o disposto no *caput* deste artigo e no parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 469, de 11 de fevereiro de 1969.

Art. 2º A nomeação para o cargo de Diretor de Unidade do Colégio Pedro II será processada nos termos do artigo 23 do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, de acordo com a redação dada pela Lei nº 5.490 de 3 de setembro de 1968 e poderá recair em qualquer membro do corpo docente do estabelecimento.

Parágrafo único. Os Diretores de Unidades serão membros natos da Congregação.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 531 — DE 16 DE
ABRIL DE 1969

Altera dispositivos da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, que dispõe sobre a constituição do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, decreta:

Art. 1º O *caput* do artigo 7º da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O Banco será administrado por uma diretoria composta de cinco membros, sendo um presidente e quatro diretores”.

Art. 2º Fica revogado o § 5º, do artigo 7º, da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de abril de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 532 — DE 16 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre a fixação e o reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Cabe ao Conselho Federal de Educação, aos Conselhos Esta-

duais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências e jurisdições, a fixação e o reajuste de anuidades, taxas e demais contribuições correspondentes aos serviços educacionais, prestados pelos estabelecimentos federais, estaduais, municipais e particulares, nos termos deste Decreto-lei.

§ 1º Das decisões dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, proferidas nos termos deste artigo, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, para o Conselho Federal de Educação.

§ 2º Os estabelecimentos situados no Território do Amapá ficarão sujeitos à jurisdição do Conselho do Pará; os dos Territórios de Roraima e Rondônia, ao do Amazonas; e os de Fernando de Noronha, ao de Pernambuco.

Art. 2º Haverá junto ao Conselho Federal de Educação, a cada Conselho Estadual de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, uma Comissão de Encargos Educacionais com finalidade específica de estudar a matéria referida no art. 1º e opinar conclusivamente para a decisão final do respectivo Conselho.

§ 1º No Conselho Federal de Educação, a Comissão será constituída por um membro do Conselho, escolhido pelo Plenário, que a presidirá e pelos seguintes representantes, indicados pelas respectivas entidades:

I — um da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB);

II — um da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino;

III — um da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, da categoria profissional dos professores;

IV — um da União Nacional de Associações Familiares (UNAF), em representação dos pais de família.

§ 2º Nos Conselhos Estaduais e no do Distrito Federal, a constituição da Comissão de Encargos Educacionais poderá adaptar-se às peculiaridades locais, devendo estar, contudo, sempre integrada pelos representantes da SUNAB, das categorias econômica e profissional interessadas e dos pais de família; cabendo às indicações às entidades de âmbito regional ou, na

sua falta, às referidas nos itens II a IV deste artigo.

§ 3º Os serviços administrativos das Comissões de Encargos Educacionais ficarão a cargo dos órgãos próprios dos Conselhos e o assessoramento técnico ser-lhes-á propiciado pelos órgãos específicos do Ministério da Educação e Cultura e das Secretarias Estaduais, conforme o caso.

Art. 3º Na análise e avaliação do comportamento dos preços das anuidades, taxas e contribuições referidas neste Decreto-lei, os Conselhos terão por base o princípio de compatibilização entre a evolução de preços e a correspondente variação de custos, observadas as diretrizes da política econômica do Governo Federal, bem como as peculiaridades regionais e os diversos graus, ramos e padrões de ensino.

Art. 4º Os Conselhos poderão requisitar dos estabelecimentos de ensino, em caráter confidencial, assegurado o sigilo, o fornecimento de documentos, informações ou esclarecimentos que julgar necessário ao acompanhamento e à análise de evolução dos preços de que trata este Decreto-lei.

Art. 5º Nos casos de aumento de valores acima das correspondentes alterações de custos e de falta de atendimento, não justificado, das requisições previstas no artigo anterior, ou ainda, quando se apurar fraude de documento ou informações, os Conselhos poderão determinar o restabelecimento dos níveis de valores anteriores ou a fixação do justo valor, ou propor a adoção pelos competentes órgãos e entidades da Administração Pública das providências administrativas, fiscais e judiciais legalmente cabíveis.

Art. 6º Ressalvados os casos de gratuidade, a fixação do custo dos encargos educacionais será feita simultaneamente com a autorização do funcionamento dos estabelecimentos de ensino e, seu reajustamento, nos dois meses anteriores à realização das matrículas.

Art. 7º Em relação ao ano letivo de 1969, prevalece a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) para a fixação e o reajuste das anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional, observada a legislação própria daquela autarquia.

Art. 8º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de abril de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Helio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 533 — DE 17 DE
ABRIL DE 1969

Autoriza o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo externo com a fiança do Banco do Estado da Guanabara S. A.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Fica o Governo do Estado da Guanabara autorizado a contrair empréstimo no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) a ser contratado entre a Secretaria de Educação e Cultura, Bank of America Nat. Trust & Ass. e The Royal Bank of Canada com o aval do Banco do Estado da Guanabara S.A., destinado a financiar a execução do programa de ampliação da rede escolar primária do referido Estado e a instalação de cursos de artesanato.

Parágrafo único. O prazo do contrato será de 4 (quatro) anos, para resgate em parcelas trimestrais, com juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano, e carência de 18 (dezoito) meses para liquidação da primeira parcela.

Art. 2.º O contrato de financiamento deverá atender às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 534 — DE 17 DE
ABRIL DE 1969

Aprova a reforma do soldado Francisco Oliveira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1.º do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º É aprovada a reforma do soldado Francisco Oliveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 15 de setembro de 1967, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7.º da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 18, de 6 de setembro de 1967, do Ministro do Exército.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI N.º 535 — DE 17 DE
ABRIL DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Dilson Alves Nogueira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1.º do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º É aprovada a reforma do ex-soldado Dilson Alves Nogueira, tornando-se definitivo o ato praticado em 15 de setembro de 1967 de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7.º, da Constituição, pelo Presidente da Repu-

blica, em despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 16, de 6 de setembro de 1967, do Ministro do Exército.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI N.º 536 — DE 17 DE ABRIL DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Milton Ribeiro da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1.º do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º É aprovada a reforma do ex-soldado Milton Ribeiro da Silva, tornando-se definitivo o ato praticado em 15 de setembro de 1967, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, parágrafo 7.º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 17, de 6 de setembro de 1967, do Ministro do Exército.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI N.º 537 — DE 17 DE ABRIL DE 1969

Aprova o Acordo de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1968, com a Índia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1968, com a Índia.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

O acordo a que se refere o artigo 1º foi publicado no D.O. de 18 de abril de 1969.

DECRETO-LEI N.º 538 — DE 17 DE ABRIL DE 1969

Altera a redação do artigo 11 do Decreto-lei n.º 509, de 20 de março de 1969 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 11 do Decreto-lei n.º 509, de 20 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O regime jurídico do pessoal da ECT será o da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Hélio Beltrão

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 539 — DE 17 DE
ABRIL DE 1969

*Dá nova redação ao artigo 1º da Lei
nº 5.388, de 21 de fevereiro de ..
1968.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 5.388, de 21 de fevereiro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação, mantido o seu parágrafo único:

“Art. 1º Ficam isentas do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e de Renovação da Marinha Mercante as im-

portações feitas pelo Ministério da Educação e Cultura, com recursos próprios ou provenientes de contratos de financiamento obtidos no exterior, de equipamentos sem similar nacional, destinados a estabelecimentos de ensino de nível médio, industrial e superior”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969:
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 540 — DE 17 DE ABRIL DE 1969

Altera a distribuição de dotações consignadas ao Ministério da Educação e Cultura pela Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica alterada, sem aumento de despesa, a distribuição de dotações consignadas pela Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, ao Ministério da Educação e Cultura, cujo Subanexo, no projeto, abaixo, passa a ter a seguinte reanção:

NCR\$

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	
5.05.02 — Secretaria Geral	
08.05.07.1.006 — Auxílio para Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede de Ensino Médio dos Estados e do Distrito Federal, através de Convênios Gerais com os respectivos governos	27.000.000
	NCR\$
Acre	395.425
Alagoas	691.993
Amazonas	593.137
Bahia	1.779.411
Ceará	1.947.466
Distrito Federal	280.257
Espírito Santo	444.854
Goiás	1.071.600
Guanabara, sendo NCR\$ 200.000 para o Ginásio Newton Braga mediante convênio entre o MEC e o Ministério da Aeronáutica	602.442
Maranhão	1.581.699
Mato Grosso	560.514
Minas Gerais	4.100.552
Pará	996.470
Paraíba	889.705

	NCR\$
Paraná	1.694.839
Pernambuco	1.650.898
Piauí	790.849
Rj. de Janeiro	947.537
Rio Grande do Norte	779.481
Rio Grande do Sul	1.927.694
Santa Catarina	1.187.262
São Paulo	1.641.012
Sergipe	444.853

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 541 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Cria a Diretoria-Geral de Comunicações e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica criada a Diretoria-Geral de Comunicações (DGCom), diretamente subordinada ao Departamento de Produção e Obras.

Parágrafo único. Passam a integrar a Diretoria-Geral de Comunicações:

1. A atual Diretoria de Material de Comunicações (DMC);
2. A atual Diretoria de Comunicações, com a denominação de Diretoria de Estudos e Operações de Comunicações (DCom).

Art. 2º A Diretoria-Geral de Comunicações incumbem-se do suprimento e manutenção do material especializado de comunicações, da ordenação dos estudos sobre a utilização dos meios e sistemas de comunicações, das atividades de fotografia e cinematografia, bem como da fiscalização técnica da utilização dos meios e sistemas de comunicações.

Art. 3º O cargo de Diretor-Geral de Comunicações será exercido por um General-de-Divisão.

Art. 4º A Diretoria-Geral de Engenharia e Comunicações passa a denominar-se Diretoria-Geral de Engenharia (DGEng).

Art. 5º O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 542 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Aprova o Acórdão de Cooperação sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, assinado em Madrid, a 27 de maio de 1968, com a Espanha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acórdão de Cooperação sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, assinado em Madrid, em 18 de dezembro de 1968, com a Espanha.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

O acôrdo a que se refere o artigo 1º foi publicado no D.O. de 23 de abril de 1969.

DECRETO-LEI Nº 543 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Aprova Atos do IX Congresso da União Postal das Américas e Espanha, adotados na cidade do México, em 16 de junho de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São aprovados os seguintes Atos do IX Congresso da União Postal das Américas e Espanha, adotados na cidade do México, a 16 de junho de 1966, e assinados pelo Brasil:

- a) Convênio da União Postal das Américas e Espanha;
- b) Acôrdo sobre Encomendas Postais.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação dos Atos acima referidos, o texto dos mesmos será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

O Convênio e o Acôrdo mencionados no presente Decreto foram publicados no D.O. de 9-5-69.

DECRETO-LEI Nº 544 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Aprova os Atos do XV Congresso da União Postal Universal, adotados em Viena, a 10 de julho de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São aprovados os seguintes Atos do XV Congresso da União Postal Universal, adotados em Viena, a 10 de julho de 1964, e assinados pelo Brasil:

- a) Constituição da União Postal Universal;
- b) Convenção Postal Universal;
- c) Acôrdo sobre cartas e caixas com valor declarado;
- d) Acôrdo sobre encomendas postais.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação dos Atos acima referidos, o texto dos mesmos será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

O Convênio e os Acôrdos mencionados no presente Decreto foram publicados no D.O. de 12-5-69.

DECRETO-LEI Nº 545 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Dá nova redação ao § 3º do art. 19, do Decreto-lei nº 401, de 30.12.63.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 3º do artigo 19, do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A correção será procedida por ocasião do encerramento do

balanço de cada exercício e os lançamentos consequentes, registrados no próprio exercício social a que se refere, em conta apropriada do passivo não exigível e a débito da conta de lucros e perdas, para incorporação do capital social no prazo de 180 (cento e oitenta) dias".

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 546 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre o trabalho noturno em estabelecimentos bancários, nas atividades que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É permitido, inclusive à mulher, o trabalho noturno em estabelecimento bancário, para a execução de tarefa pertinente ao movimento de compensação de cheques ou a computação eletrônica, respeitado o disposto no artigo 73, e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º A designação para o trabalho noturno dependerá de concordância expressa do empregado.

§ 2º O trabalho após as vinte e duas horas será realizado em turnos especiais, não podendo ultrapassar seis horas.

§ 3º É vedado aproveitar em outro horário o bancário que trabalhar no período da noite, bem como utilizar em tarefa noturna o que trabalhar durante o dia, facultada, contudo a adoção de horário misto, na forma prevista no § 4º do precitado artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 4º O disposto neste artigo poderá ser estendido, em casos especiais, a atividade bancária de outra natureza,

mediante autorização do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 547 — DE 18 DE
ABRIL DE 1969

Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As Escolas Técnicas Federais mantidas pelo Ministério da Educação e Cultura poderão ser autorizadas a organizar e manter cursos de curta duração, destinados a proporcionar formação profissional básica de nível superior e correspondentes às necessidades e características dos mercados de trabalho regional e nacional.

Art. 2º As condições de funcionamento dos cursos serão examinadas, em cada caso, pelo Conselho Federal de Educação, devendo os mesmos ser disciplinados nos regimentos de cada unidade escolar.

Art. 3º Os diplomas dos cursos de que trata este Decreto-lei serão registrados na forma prescrita no § 1º do artigo 27, da Lei nº 5.540, de 20 de novembro de 1968, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo currículo de cada curso, e terão validade em todo o território nacional.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 548 — DE 23 DE
ABRIL DE 1969

Estabelece a precedência funcional entre Oficiais-Generais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A precedência funcional a que se refere o art. 15 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares) entre Oficiais-Generais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro fica estabelecida na seguinte ordem:

- a) Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b) Chefe do Estado-Maior da Armada;
- c) Chefe do Estado-Maior do Exército;
- d) Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
- e) Demais Almirantes-de-Esquadra, Generais-de-Exército e Tenentes-Brigadeiros.

§ 1º A precedência entre os Oficiais indicados na letra "e" deste artigo será regulada:

— no âmbito de cada Força Armada, pelos critérios previstos na regulamentação em vigor;

— entre as diferentes Forças Armadas, pela antiguidade no posto e, quando essa antiguidade for a mesma, pelo critério histórico de criação dos respectivos Ministérios.

§ 2º A precedência funcional não prevalecerá quando o cargo correspondente for exercido por Oficial-Generais de posto inferior ao fixado neste artigo.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei nº 77, de 23 de novembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1969:
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Aurélio de Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 549 — DE 24 DE
ABRIL DE 1969

Dá nova redação ao § 2º do artigo 6º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 2º do artigo 6º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Mediante autorização do Presidente da República, a duração do Serviço Militar inicial poderá:

- a) ser dilatada por prazo superior a 18 (dezoito) meses, em caso de interesse nacional;
- b) ser reduzida de período superior a 2 (dois) meses, desde que solicitada, justificadamente, pelo Ministério Militar interessado.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Aurélio Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 550 — DE 24 DE
ABRIL DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de NCrs 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), para atender às despesas decorrentes da inventariação federal na Cruz Vermelha Brasileira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

§ 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde, a favor da Secretaria Geral o crédito especial de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas decorrentes da inventoriação federal na Cruz Vermelha Brasileira, determinada pelo Decreto-lei nº 426 de 21 de janeiro de 1969.

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contenção de igual quantia, na dotação, a seguir discriminada:

5.15.02 — SECRETARIA-GERAL

4.05.17.1.006 — Programas Especiais de Assistência Médico-Hospitalar e Médico-Social

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

"Brasília, 24 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Jefferson Netto

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 551 — DE 24 DE ABRIL DE 1969

Decreta intervenção em instituição do ensino superior

O Presidente da República no uso de suas atribuições previstas no § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

considerando que o Poder Público não poderá deixar de acudir à situação social criada para estudantes de instituições de ensino que desatendam a prescrições expressamente estabelecidas em lei;

considerando que o Instituto Educacional, Politécnico e de Serviço Social de Brasília, mantém em funcionamento, sem autorização regularmente concedida, a Faculdade de Filosofia "Epitácio Pessoa", que vem realizando concursos vestibulares e

matriculando candidatos e alunos em suas diversas séries; e

considerando que o corpo discente do referido estabelecimento de ensino se constituiu sob pressuposto da legalidade dos cursos que nele se ministram, decreta:

Art. 1º É determinada a intervenção, sem prazo limitado, no Instituto Educacional, Politécnico e de Serviço Social de Brasília, e na Faculdade de Filosofia "Epitácio Pessoa" com sede no Distrito Federal.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura designará interventor, que assumirá imediatamente, com todos os poderes de gestão, as entidades mantenedora e mantida de que trata o artigo anterior.

Art. 3º O Interventor promoverá a regularização dos cursos da Faculdade de Filosofia "Epitácio Pessoa" e da situação de seus alunos, perante o Conselho Federal de Educação.

Art. 4º Ao cessar, mediante decreto do Poder Executivo, a intervenção de que trata o artigo 1º, o interventor promoverá o provimento legal da Direção das entidades nele referidos, e apresentará relatório de sua atuação e prestação de suas contas.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 552 — DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre a concessão de vista ao Ministério Público nos processos de "habeas corpus".

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ao Ministério Público será sempre concedida, nos Tribunais Federais ou Estaduais, vista dos autos

relativos a processos de "habeas corpus" originários ou em grau de recurso pelo prazo de 2 (dois) dias.

§ 1º Findo esse prazo, os autos, com ou sem parecer, serão conclusos ao relator para julgamento, independentemente de pauta.

§ 2º. A vista ao Ministério Público será concedida após a prestação das informações pela autoridade coatora salvo se o relator entender desnecessário solicitá-las, ou se, solicitadas, não tiverem sido prestadas.

§ 3º. No julgamento dos processos a que se refere este artigo será assegurada a intervenção oral do representante do Ministério Público.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 611 do Código de Processo Penal e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 553 — DE 25 DE ABRIL DE 1969

Altera os limites do Mar Territorial do Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro, do artigo 2º, do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O mar territorial da República Federativa do Brasil compreende todas as águas que banham o litoral do País, desde o Cabo Orange, na foz do Rio Oiapoque ao Arroio Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar, adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras.

Parágrafo único. Nos lugares em que a costa, incluindo o litoral das ilhas, inflete formando baías, enseadas e outras reentrâncias, as doze milhas acima referidas serão contadas a partir da linha que, transver-

salmente, una dois pontos opostos mais próximos dos de inflexão da costa e que distem, um do outro, vinte e quatro milhas marítimas ou menos.

Art. 2º O Poder Executivo, sem prejuízo da imediata vigência do presente Decreto-lei, baixará os Regulamentos e demais atos necessários à sua completa execução.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei nº 44, de 18 de novembro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 554 — DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional nº 9 de 25 de abril de 1969, decreta:

Art. 1º A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional nº 9 de 25 de abril de 1969.

§ 1º A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2º O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2º Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste Decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3º Na desapropriação a que se refere o artigo 1º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — O valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando inexistir essa declaração.

§ 1º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

§ 2º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento *ex officio*, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4º Não havendo acordo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos termos do artigo 3º e seus parágrafos.

Parágrafo único. O valor da terra não será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5º A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal

do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6º Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do artigo 4º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas, em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no registro de imóveis.

Art. 7º De plano, ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, dos competentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único. A transcrição da propriedade no registro de imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 (três) dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8º Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9º A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10. Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11. Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural, e eventualmente reajustado nos termos do § 3º do artigo 3º.

Art. 12. Aplica-se às desapropriações por interesse social de que trata este Decreto-lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no artigo 9º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13. O depósito, que se haverá como feito à disposição do juiz da ação de desapropriação será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das mul.

tas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem, com o prazo de 30 (trinta) dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14. Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

Parágrafo único. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15. O Juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 24 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de serventuário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará ele sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969: 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Izo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antonio Dias Leite Junior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 555 — DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dá nova redação ao art. 1º e acrescenta itens ao § 1º do art. 3º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei número 343, de 28 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os respectivos parágrafos:

“Art. 1º Da receita proveniente da arrecadação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos a que se refere o Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, a União destinará:

I — 8% (oito por cento) para aumento do capital social da Rede Ferroviária Federal S/A, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes;

II — 12% (doze por cento) para aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS;

III — 39,5% (trinta e nove e meio por cento) ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

IV — 32% (trinta e dois por cento) aos Estados e ao Distrito Federal;

V — 8% (oito por cento) aos Municípios;

VI — 0,2% (dois décimos por cento) ao Ministério das Minas e Energia, para despesas com o assessoramento técnico do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Geral; custeio dos serviços de fiscalização administrativa e atividades técnicas e científicas no setor de mineração; e atendimento de situações de emergência a critério do titular daquela Pasta; e

VII — 0,3% (três décimos por cento) ao Departamento Nacional de Produção Mineral para incremento das atividades que lhe são próprias”.

Art. 2º O § 1º do artigo 3º do citado Decreto-lei nº 343 fica acrescido dos seguintes itens:

“§ 1º

IV — A percentagem pertencente ao Ministério das Minas e Energia, à conta e ordem do Ministro de Estado;

V — A percentagem pertencente ao Departamento Nacional de Produção Mineral, à conta e ordem desse Departamento”.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 25 de abril de 1969;
48º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 556 — DE 28 DE
ABRIL DE 1969

Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos projeto que especifica.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluído no Programa Agro-Pecuária, Subprograma Promoção e Extensão, do Orçamento Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº 5.450 de 5-8-68, o Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Bovina de Corte, contemplando os Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo no valor global de NCr\$ 212.160.000,00, estimado a preços de 1969 inusive parcela destinada à prestação de assistência técnica, sendo NCr\$ 22.864.000,00 para aplicação em 1969 e NCr\$ 53.364.000,00 em 1970.

Parágrafo único. A diferença entre o valor global do Projeto e as aplicações previstas para 1969 e 1970, indicadas neste artigo será incluída no próximo Orçamento Plurianual de Investimentos.

Art. 2º Os recursos necessários ao financiamento do Projeto referido no artigo 1º serão proporcionados por

operação de empréstimo externo a ser contratada com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), com a interveniência do Banco Central do Brasil, e contrapartida de recursos internos, à conta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI).

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Ivo Arzuza Pereira

DECRETO-LEI Nº 557 — DE 29 DE
ABRIL DE 1969

Dispõe sobre imposto de exportação de café solúvel

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e considerando o disposto no artigo 22, item II, § 2º da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica estabelecido, com vigência a partir de 1 de maio de 1969, um imposto de NCr\$ 0,51675 por 0,45359 quilogramas na exportação de café solúvel, em todas as suas modalidades, para os Estados Unidos da América.

Art. 2º O Banco Central do Brasil reajustará o imposto de que trata este Decreto-lei em função das variações da taxa cambial, mantida a proporção prevista no artigo anterior.

Art. 3º O recolhimento do imposto será efetuado, no mais tardar, até o momento da liquidação da operação de exportação respectiva, ficando o pagamento ao exportador condicionado à comprovação de que o tributo foi satisfeito.

Art. 4º O imposto de que trata este Decreto-lei será recolhido ao Banco do Brasil S. A., em conta especial, a crédito do Tesouro Nacional.

Art. 5º O Banco Central do Brasil expedirá as instruções necessárias a exercer o controle do pagamento do imposto.

Art. 6º O imposto não incidirá sobre a exportação de café solúvel que tenha sido registrada no Instituto Brasileiro do Café até 30 de abril de 1969, com câmbio devidamente contratado até a mesma data.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de maio de 1969.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 558 — DE 29 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre a cessão, a Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, de equipamentos adquiridos pela União, e dá outras providências.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Educação e Cultura autorizado a ceder, temporariamente, às Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, os equipamentos adquiridos pela União nos termos dos contratos de financiamento e fornecimento de material celebrados, em 6 de julho de 1967, com entidades estatais da República Democrática Alemã e da República Popular da Hungria e publicados no *Diário Oficial* de 17 do mesmo mês e ano.

Parágrafo único. Para a cessão prevista neste artigo, o Ministério celebrará convênio com as instituições participantes dos contratos aditivos individuais, assinados em decorrência dos dois contratos-base mencionados neste artigo.

Art. 2º. Do convênio a que se refere o parágrafo único do artigo anterior e que deverá obedecer às diretrizes da assistência técnica pres-

tada pela União, constarão, além de outras condições previstas em leis e regulamentos as seguintes:

- a) prazo da cessão, prorrogável a critério exclusivo do Ministério.
- b) atendimento pelas entidades beneficiadas, dos compromissos decorrentes da reforma universitária, sobretudo no tocante à expansão de matrícula e aprimoramento do ensino;
- c) mecanismo de acompanhamento do uso do material cedido.

Art. 3º. Poderão ser redistribuídos, pelo Ministério da Educação e Cultura, a outras Universidades estabelecimentos isolados de ensino superior e, excepcionalmente a organismos estaduais ou municipais da área da educação quaisquer equipamentos de que trata o artigo 1º deste Decreto-lei e que não puderem, por motivo de força maior, ser plenamente utilizados pelas instituições participantes dos contratos aditivos individuais.

Parágrafo único. Quando não se tratar de Universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior, a cessão de equipamentos aplicar-se-á, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5º. Revogam-se o Decreto-lei nº 463, de 11 de fevereiro de 1969 e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º da Independência e 81 da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 559 — DE 29 DE ABRIL DE 1969

Aprova a aposentadoria de Augusto Carlos Emílio na função de Artífice, referência 20, do então Ministério da Guerra, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato

Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É aprovada a aposentadoria de Augusto Carlos Emilio na função de Artífice, referência 20, da Tabela Numérica Especial de Extranumerários Mensalistas, do Estabelecimento de Material de Intendência da 2ª Região Militar, tornando-se definitivo o ato praticado em 6 de fevereiro de 1962, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada nos Pareceres D-32, de 20 de julho de 1961 e nº 626-H, de 23 de janeiro de 1968, ambos da Consultoria Geral da República.

Art. 2º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 560 — DE 29 DE
ABRIL DE 1969

Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, caput, da Lei nº 5.449 de 4 de junho de 1968,

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 3º e 4º, *caput*, da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Nas faltas e impedimentos não superiores a trinta (30) dias, os Prefeitos nomeados para os Municípios declarados de interesse da Segurança Nacional serão substituídos na forma do disposto na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 1º. O Prefeito que tiver se ausentado da sede do Município, por prazo superior ao previsto neste artigo, dará ciência prévia ao Governador do respectivo Estado um substituto.

§ 2º Dentro do prazo de cinco (5) dias a contar do recebimen-

to da comunicação referida no parágrafo anterior, o Governador do Estado deverá submeter o nome do Prefeito substituto à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça”.

“Art. 4º Os Prefeitos nomeados, nos termos dos artigos anteriores, serão exonerados quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado”.

Art. 2º. Este decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 561 — DE 30 DE
ABRIL DE 1969

Acrescenta um parágrafo, sob o nº 5º, ao art. 26 do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É acrescentado um parágrafo, sob o nº 5º, ao art. 26 do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1966, com a seguinte redação:

§ 5º “Quando ocorrer congestionamento nas instalações dos portos organizados, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis poderá autorizar a movimentação de cargas de terceiros nos terminais ou embarcadouros de uso privativo, fixando, em regulamentação próprias, as taxas portuárias devidas pelos usuários.”

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 562 — DE 30 DE
ABRIL DE 1969

Altera a redação da Lei nº 5.450, de 5 de junho de 1968, que aprovou o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968/1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica alterada a redação constante da rubrica Construção de Eclusas e Canalização de Vias Interiores do item Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — Subprograma: Marítimo e Vias Navegáveis — Programa: Transporte — do Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968/1970, aprovado pela Lei nº 5.450, de 5 de junho de 1968, a qual passará a ser:

“Canalização dos rios Jacui e Taquari, RS; Eclusas na Barragem de Boa Esperança, no rio Parnaíba-Ma-Pi; Canalização dos rios Tietê e Paraná-SP-MT”.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 563 — DE 30 DE
ABRIL DE 1969

Da nova redação ao artigo 2º do Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967, relativo a operações de crédito rural.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimido o seu parágrafo único:

“Art. 2º Aplicam-se à contribuição sindical as mesmas normas e princí-

pios estabelecidos no artigo 37 e seu parágrafo único, da lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.”

Art. 2º O presente Decreto-lei entra em vigor 150 dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 564 — DE 1º DE
MAIO DE 1969

Estende a previdência social a empregados não abrangidos pelo sistema geral da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º É instituído o Plano Básico de Previdência Social, destinado a assegurar a empregados não abrangidos pelo sistema geral da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, com suas alterações, bem como a seus dependentes, as prestações previstas neste Decreto-lei.

Art. 2º São segurados obrigatórios do Plano Básico, à medida que se verificar sua implantação na forma do Artigo 9º, os empregados e os trabalhadores avulsos:

I — do setor rural da agro-indústria canavieira;

II — das empresas de outras atividades que, pelo seu nível de organização, possam ser incluídas

§ 1º Para os efeitos deste Decreto-lei considera-se trabalhador avulso o que presta serviços a empresa, sem a qualidade de empregado, inclusive quando utilizado por intermédio de terceiro.

§ 2º Os dependentes do segurado do Plano Básico são os mesmos do segurado do sistema geral de previdência social, nas mesmas condições.

Art. 3º As prestações do Plano Básico consistem nos seguintes benefícios e serviço:

I — ao segurado

- a) auxílio-doença;
- b) aposentadoria por invalidez;
- c) aposentadoria por velhice;

II — ao dependente:

- a) auxílio-reclusão;
- b) auxílio-funeral;
- c) pensão por morte.

III — ao segurado e ao dependente: assistência médica, na forma do Artigo 7º.

§ 1º Qualquer dos benefícios do item I consistirá em uma renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-mínimo regional.

§ 2º O auxílio-doença será devido a partir do trigésimo-primeiro dia do afastamento da atividade e enquanto durar sua causa.

§ 3º O período de contribuição para o sistema geral de previdência social será contado no Plano Básico e, inversamente, para efeito de carência com relação a benefício previsto em ambos.

§ 4º A prestação por acidente do trabalho independe de período de carência.

Art. 4º Ressalvado o disposto nos parágrafos do Artigo 3º, as condições dos benefícios serão as mesmas do sistema geral de previdência social.

Art. 5º O Plano Básico será custeado mediante contribuições:

I — do segurado, de quatro a seis por cento do salário-mínimo regional, observado o disposto no § 1º;

II — da empresa:

a) em quantia igual à soma das contribuições de seis empregados e dos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, ainda que por intermédio de terceiro;

b) em dois por cento do salário-mínimo regional por empregado para custeio das prestações decorrentes de acidente do trabalho;

III — da União em quantia suficiente;

a) para custeio das despesas de pessoal e de administração geral decorrentes da execução do Plano Básico;

b) para cobertura da eventual insuficiência financeira.

§ 1º A percentagem da contribuição do segurado será fixada por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º A contribuição estabelecida no item II, letra b, poderá ser elevada a até três por cento, mediante tarifação individual, se a experiência de risco da empresa assim aconselhar voltando a taxa uniforme se a incidência de sinistros retornar ao normal.

§ 3º Os recursos para a contribuição de que trata o item III serão providos pelo Fundo de Liquidez da Previdência Social.

§ 4º A empresa abrangida pelo Plano Básico fica dispensada, com relação ao setor rural, de qualquer outra contribuição para a previdência social para o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), ou para fim análogo.

Art. 6º O Plano Básico, com personalidade contábil, será executado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, sob a supervisão e controle dos órgãos próprios do Ministério do Trabalho e Previdência Social na forma da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação posterior.

Art. 7º A assistência médica prevista no artigo 3º, item III será prestada pelo FUNRURAL, na forma do Decreto-lei nº 276, de 27 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

§ 1º O INPS transferirá para o FUNRURAL, para custeio da assistência médica, vinte e cinco por cento do produto das contribuições fixadas no Artigo 5º.

§ 2º Se o produto da transferência de que trata o § 1º for inferior à arrecadação prevista no Decreto-lei nº 276, de 27 de fevereiro de 1967, em relação ao conjunto dos segurados do Plano Básico, este reembolsará o FUNRURAL da diferença, reajustando-se, se for o caso, a taxa de contribuição do Segurado, na forma do Artigo 5º, § 1º.

Art. 8º Aplica-se ao Plano Básico no que couber a legislação referente:

I — ao sistema geral da previdência social, principalmente a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e suas alterações;

II — ao FUNRURAL, principalmente o Decreto-lei nº 276, de 27 de fevereiro de 1967.

§ 1º Ressalvado o disposto no Artigo 5º, item II, alínea b, e § 2º não se aplicam ao Plano Básico o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, e a Lei nº 5.316 de 14 de setembro de 1967.

§ 2º O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) passa a denominar-se Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, com a mesma sigla.

Art. 9º O Plano Básico será implantado gradualmente, à medida que as diferentes atividades forem atingindo suficiente grau de organização empresarial, a critério do Ministério do Trabalho e Previdência Social, fazendo-se a inclusão das empresas de

cada novo setor mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A extensão gradual do Plano Básico poderá ser precedida, em cada caso, de implantação experimental:

a) em área limitada;

b) com exclusão de alguma ou algumas das prestações.

Art. 10. Este Decreto-lei, que será regulamentado pelo Poder Executivo até 31 de julho de 1969, entrará em vigor em 1º de outubro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 565 — DE 2 DE MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crédito especial de NCr\$ 2.200.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial no valor de NCr\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros novos) para atender às despesas de ampliação do Departamento de Censos.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.13.00, a saber:

- 5.13.00 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- 5.13.03 — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 01.02.15.1.005 — Planejamento e Trabalhos Preparatórios do Censo 1970
- 3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes
- 3.2.7.2 — Entidades Federais — Diversos — NCr\$ 2.200.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento para 1970, em favor do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a importância de NCr\$ 1.360.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta mil cruzeiros novos), como complementação ao Projeto de Ampliação do Departamento de Censos.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 566 — DE 2 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação a Legião Brasileira de Assistência.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 3, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Legião Brasileira de Assistência (LBA) o material permanentemente especificado no Processo PR-1.877-69 já cedido por empréstimo, há mais de cinco anos, a essa instituição.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 567 — DE 7 DE
MAIO DE 1969

Dispõe sobre a isenção dos tributos incidentes na importação de bens destinados à construção da Ponte Rio-Niterói.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados, bem como das taxas de Renovação de Marinha Mercante e de Melhoramentos de Portos, aos materiais, equipamentos, máquinas, aparelhos com respectivos acessórios sem similar nacional, importados diretamente pela "Consórcio Construtor Rio-Niterói S. A.", destinados, exclusivamente, à aplicação e ao uso na execução da construção da Ponte Rio-Niterói.

Parágrafo único. Em casos excepcionais poderão ser importados com os favores fiscais de que trata este artigo, produtos com similar nacional, desde que atestado pela CACEX a impossibilidade de ser atendida a demanda pelo respectivo ramo da indústria nacional.

Art. 2º Os bens e produtos adquiridos com isenção dos tributos na forma do artigo anterior, não poderão ser alienados ou cedidos, a qualquer título, pela beneficiária sem o prévio recolhimento dos tributos e demais gravames a que estaria obrigada se não houvesse a isenção.

Parágrafo único. Não serão devidos os tributos, se da data do desembaraço aduaneiro até a da mudança da destinação, houver decorrido mais de cinco anos.

Art. 3º Os favores fiscais mencionados neste Decreto-lei estão condicionados ao reconhecimento em cada importação pela CACEX, mediante atestado da Comissão Executiva da Ponte Rio-Niterói, criada pelo Decreto nº 57.555 de 29 de dezembro de 1965, de que os produtos a importar se enquadram nas condições estabelecidas no artigo primeiro.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 568 — DE 7 DE
MAIO DE 1969

Revoga a Lei nº 5.531, de 13 de novembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o Parecer H-789 da Consultoria Geral da República, decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5.531, de 13 de novembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 569 — DE 7 DE
MAIO DE 1969

Concede isenção fiscal a empresas siderúrgicas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a necessidade de proporcionar à indústria siderúrgica nacional condições de autofinanciamento para sua expansão;

Considerando a inconveniência de que essas condições sejam propiciadas exclusivamente por aumento de preços de venda, decreta:

Art. 1º. Ficam isentos, pelo período de trinta (30) meses, do pagamento do imposto de importação as matérias primas, materiais de consumo, equipamentos e peças sobressalentes destinados ao funcionamento, modernização ou ampliação das empresas siderúrgicas produtoras ou laminadoras de aço classificadas como tais pelo Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET) do Ministério da Indústria e do Comércio.

Parágrafo Único. As importações de carvão, coque, combustíveis líquidos e gasosos e lubrificantes, continuarão a ser reguladas pela Comissão do Plano do Carvão Nacional e pelo Conselho Nacional do Petróleo na forma da Lei.

Art. 2º A aplicação da isenção a que se refere o artigo anterior fica condicionada à prévia aprovação pelo GEIMET, dos projetos industriais, programas ou listas de importação, dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (CONSIDER).

Parágrafo Único. As importações aprovadas pelo GEIMET estão sujeitas ao exame do cumprimento das normas relativas à existência de similar nacional a cargo da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX).

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Deljím Netto
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 570 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências.

O Presidente da República, de acordo com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 3, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir sob a forma de Fundação e conforme os artigos 4º, 8º e 11 da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade Federal de Viçosa, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Universidade Federal de Viçosa será incorporada a Universidade Rural de Minas Gerais, criada pela Lei número 272, de 13 de novembro de 1948 e integrante do Sistema Federal de Ensino Superior.

Art. 2º A Universidade Federal de Viçosa adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do ato de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, observado o disposto no artigo 26 e seus incisos do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 1º O regime jurídico do pessoal, a sede, a organização e o funcionamento da fundação serão determinados pelo seu Estatuto, conforme preceitua o artigo 6º da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968.

§ 2º O Estatuto da Universidade só terá vigência depois de aprovado pelo Conselho Federal de Educação (artigo 5º, parágrafo único da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968), observados os termos do Decreto-lei número 464, de 11 de fevereiro de 1969.

Art. 3º Nos Atos Constitutivos da Universidade Federal de Viçosa, a União será representada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 4º O patrimônio da Universidade será constituído:

a) dos bens e direitos pertencentes à Universidade Rural de Minas Gerais, com essa denominação ou com a de "Universidade Rural do Estado de Minas Gerais" transferidos, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, nos termos do Convênio firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais;

b) das dotações consignadas, ou que vierem a ser consignadas, nos Orçamentos da União, do Estado de Minas Gerais, ou de outras entidades públicas, federais ou estaduais, em favor da Universidade Rural de Minas Gerais, com essa denominação ou com a de "Universidade Rural do Estado de Minas Gerais";

c) de doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de pessoas de direito público e de entidades internacionais,

d) de rendas provenientes da prestação de serviços;

e) de rendas provenientes de seus bens e produtos;

f) de rendas eventuais.

Art. 5º Os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, integrantes do quadro da Universidade Rural de Minas Gerais, poderão continuar prestando serviços à Universidade Federal de Viçosa, nos termos do convênio firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Os encargos financeiros com os vencimentos dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais integrantes do quadro da Universidade Rural de Minas Gerais, inclusive os inativos, permanecerão sob a responsabilidade do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º Os servidores públicos do Estado de Minas Gerais integrantes do quadro da Universidade Rural de Minas Gerais postos à disposição da Universidade Federal de Viçosa nos termos do artigo anterior, poderão ser por esta contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. Os níveis de remuneração do pessoal contratado na forma deste artigo não excederão aos limites estabelecidos para funções e regimes de trabalho idênticos na Universidade, computando-se, para esse fim, as importâncias pagas pelo Estado e pela Universidade.

Art. 7º A fundação, ora instituída, gozará dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública.

Art. 8º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 2.470, de 28 de abril de 1955, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 571 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Modifica a redação de dispositivos dos Decretos-leis nº 472 e 473, de 19 de fevereiro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica retificado para 60 (sessenta) meses o prazo previsto para o resgate da operação financeira a que se refere o art. 1º (primeiro) do Decreto-lei nº 472, de 19 de fevereiro de 1969.

Art. 2º O art. 1º (primeiro) do Decreto-lei nº 473, de 19 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a dar garantia a um empréstimo a ser concedido pela Adela Investment Company S. A., com sede em Luxemburgo, no Gran Ducado de Luxemburgo, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., no valor de US\$ 3.700.000.00 (três milhões e setecentos mil dólares americanos) ou seu equivalente em francos suíços, para pagamento

no prazo de 3 (três) anos, sendo os 12 (doze) primeiros meses de carência, aos juros de 3% (oitto por cento) ao ano, podendo assinar o respectivo contrato, como fiador e principal pagador e avalizar as notas promissórias que forem emitidas pelo mutuário".

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 572 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), para fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial no valor de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) para atender a despesa, com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações, instituída pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.

Art. 2º O recurso necessário a execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento ao Subanexo 5.13.00, a saber:

- 5.13.00 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- 5.13.01 — Gabinete do Ministro
- 01.08.15.1.001 — Equipamento e Instalação do Ministério
- 4.0.0.0 — Despesas de Capital
- 4.1.0.0 — Investimentos
- 4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações — NCr\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 573 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Cria o cargo de Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica criado no Quadro Único da Universidade Federal do Ceará, o cargo de Vice-Reitor, nível 2-C.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 574 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As instituições de ensino superior não poderão reduzir, em qualquer ano letivo, o número de matrículas considerado na primeira série de seus cursos, no ano letivo anterior.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados, a redução poderá ser autorizada pelo Conselho Federal de Educação, antes do início do ano letivo.

Art. 2º A extensão de cursos, para ampliação de matrículas, de que trata o § 3º do artigo 4º, do Decreto-lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968, poderá ser reconhecida como instituição autônoma de ensino, desde que satisfaça, para isso, as exigências previstas em lei.

Art. 3º As dotações destinadas, no Orçamento Geral da União, a instituições de ensino superior não pertencentes ao sistema federal, somente poderão ser pagas como auxílios especificamente condicionados, no mínimo até a metade de seu total disponível, ao programa de incremento de matrículas, no exercício a que se referiram.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 575 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

*Aprova a reforma do 1º Tenente....
(Q RT VO) — Omar Soares Rocha, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do 1º Tenente (Q RT VO) — Omar Soares Rocha, tornando-se definitivo o ato praticado em 15 de junho de 1967, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 098/GM1, de 30 de maio de 1967, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 576 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Altera a redação do artigo 21, da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, e do parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 21, da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste e a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), instituídos pelo Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, passam a denominar-se, respectivamente, Plano de Desenvolvimento da Região Sul e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)”.

Art. 2º O parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Conselho reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, sob a presidência de um dos seus membros, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno”.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 577 — DE 8 DE
MAIO DE 1969

Concede pensões especiais aos beneficiários dos membros da Expedição “Calleri”, falecidos em missão de pacificação dos índios Atroari.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o §

1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, decreta:

Art. 1º São concedidas pensões especiais aos beneficiários dos cidadãos Manuel Nascimento Filho, Benigno Ribeiro Neves, Aragão Rodrigues de Oliveira, Manoel Mariano Ferreira, João Francisco de Oliveira, João Geraldo Gouveia, Marina Otas Pinto da Silva e Maria Mercedes Sales, integrantes da expedição chefiada pelo Padre Calleri, constituída para pacificar os índios Atroari e que, nessa missão, faleceram vítimas dos citados índios.

Art. 2º As pensões corresponderão ao salário-mínimo regional, considerando-se beneficiários aqueles que, à época dos óbitos, viviam sob a dependência econômica dos cidadãos falecidos, obedecida a seguinte ordem:

- a) as viúvas, enquanto nesse estado permanecerem;
- b) os descendentes diretos, menores de idade;
- c) os ascendentes;
- d) os colaterais de 2º grau, menores de idade;
- e) outros dependentes, menores de idade.

Parágrafo único. A pensão será dividida proporcionalmente e assim paga, na hipótese de mais de um beneficiário.

Art. 3º Por morte do beneficiário direto, a pensão reverterá, exclusivamente, para o beneficiário que se seguir, de acordo com a ordem estabelecida no artigo anterior.

Art. 4º Se qualquer dos cidadãos enumerados ao artigo 1º, tiver deixado outra pensão, só será paga ao seu beneficiário a diferença, se for maior o benefício concedido neste Decreto-lei.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto-lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 578 — DE 9 DE
MAIO DE 1969

Autoriza a contratação de operação externa no valor de US\$ — Yug 2.272.500,00 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º, § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam os Ministérios da Agricultura e da Fazenda autorizados a contratar operação externa no valor de US\$ — Yug 2.272.500,00 (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil e quinhentos dólares iugoslavos) para a aquisição de 300 colhedoiras ZMAJ destinadas ao reaparelhamento da agricultura.

Art. 2º O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral adotará as providências que se fizerem necessárias à inclusão das parcelas correspondentes no item próprio do orçamento plurianual de investimentos.

Art. 3º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a ratificar todos os atos já praticados pelo Ministério da Agricultura, relativos à operação de que trata este Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 579 — DE 14 DE
MAIO DE 1969

Estabelece condições especiais de recolhimento de contribuições para a previdência social nos casos que especifica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O proprietário, promitente-comprador ou cessionário dos direitos à compra de terreno, que não possua outro imóvel, e que, sob sua responsabilidade direta, nele pretenda construir sua residência, com o máximo de setenta metros quadrados de área construída, em zona rural ou suburbana, poderá obter dilatação do prazo normal para recolhimento das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), nos termos deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se a quem, sendo proprietário, promitente-comprador ou cessionário dos direitos à compra de uma única unidade residencial de uso próprio, pretenda nela fazer realizar, sob sua responsabilidade direta, obras de reparo ou acréscimo.

Art. 2º O recolhimento das contribuições será feito mediante pagamentos mensais, consecutivos, vencendo-se o primeiro no último dia do mês civil subsequente ao mês de competência, e de valor correspondente a uma percentagem do salário-mínimo regional variável com a área a construir ou acrescer, sendo:

I — até cinqüenta metros quadrados — trinta por cento;

II — mais de cinqüenta metros quadrados, até setenta metros quadrados — sessenta por cento.

Art. 3º Quando a construção for executada parcialmente em regime de mutirão ou equivalente, o disposto neste Decreto-lei será aplicável às contribuições referentes aos salários pagos.

Art. 4º O proprietário, promitente-comprador ou cessionário dos direitos à compra de um único imóvel, com o máximo de cem metros quadrados de área construída, que deva à previdência social contribuições referentes a obra já realizada ou iniciada, poderá requerer ao INPS, até 31 de dezembro de 1969, o parcelamento do débito, com juros e mora, correção monetária e multa, se for o caso, observado o critério do artigo 2º.

§ 1º O valor da parcela mensal corresponderá a uma percentagem do

salário-mínimo regional variável com a área construída, sendo:

a) até cinqüenta metros quadrados — trinta por cento;

b) mais de cinqüenta metros quadrados até setenta metros quadrados — sessenta por cento;

c) mais de setenta metros quadrados — cem por cento.

§ 2º O requerimento será instruído com a confissão do débito, devendo ser paga no ato a primeira parcela.

§ 3º Se o débito já estiver ajuizado, o devedor poderá, dentro do prazo deste artigo, obter o parcelamento do saldo devedor, mediante confissão formal.

§ 4º A correção monetária será apurada sem se levar em conta o período anterior à vigência do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

§ 5º Será dispensado do pagamento de multa o aposentado por invalidez ou o pensionista que não tenha outro rendimento.

Art. 5º Nos casos em que forem deferidos os favores deste Decreto-lei, serão dispensadas as contribuições devidas a terceiros e arrecadadas pela previdência social.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 580 — DE 14 DE
MAIO DE 1969

Altera dispositivo da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956 (Lei de Organização Básica do Exército).

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O Art. 18 da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956 (Lei de Organização Básica do Exército) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. As Unidades e Subunidades que dispuserem, em virtude de ato

do Ministro do Exército, de autonomia ou semi-autonomia administrativa são denominadas Corpos de Tropa".

Art. 2º. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1969, 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 581 — DE 14 DE
MAIO DE 1969

Aprova a Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, votada pela Junta de Governadores daquela instituição em 31 de maio de 1968, modifica a Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e toma outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' aprovada a Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional cujo texto a esse acompanha.

Art. 2º Fica autorizado o depósito junto ao Fundo Monetário Internacional de um instrumento pelo qual o Governo declara aceitar todas as obrigações que caibam aos participantes da Conta Especial de Saque e que tomou as medidas legais necessárias a tornar efetivos no seu próprio território, os princípios estabelecidos na Emenda de que trata o Artigo 1º deste Decreto-lei, bem como a permitir o cumprimento das obrigações acima referidas.

Art. 3º As distribuições de Direitos Especiais de Saque que venham a caber ao Brasil e os demais recebimentos ou receitas, a qualquer título, em Direitos Especiais de Saque que o Brasil venha a auferir serão creditados em conta aberta no Banco Central do Brasil, à qual serão debitados os cancelamentos, os pagamentos, e as entregas de Direitos Especiais de Saque que o Brasil venha a fazer.

Art. 4º Os arts. 4º nº V, 10 número VII e 11 número III da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passarão a vigorar na forma do disposto no parágrafo único deste artigo, respectivamente, com a seguinte redação:

"Art. 4º V — Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira".

"Art. 10. VII — Ser depositário das reservas oficiais de ouro de moeda estrangeira e de Direitos Especiais de Saque e fazer com estas últimas todas e quaisquer operações previstas no Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional".

"Art. 11. III — Atuar no sentido de funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive as referentes aos Direitos Especiais de Saque, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial".

Parágrafo único. O Poder Executivo fixara por Decreto a data em que se tornarão efetivas as modificações a que se refere este artigo, após a entrada em vigor da Emenda mencionada no artigo 1º deste Decreto-lei.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

A Emenda ao Convênio mencionado no presente Decreto foi publicada no D.O. de 21-5-69.

DECRETO-LEI Nº 582 — DE 15 DE
MAIO DE 1969

Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 554 de igual data, decreta:

Art. 1º A execução da Reforma Agrária será intensificada, a partir da vigência do presente Decreto-lei, através de programas intensivos de implantação de novas unidades de exploração agrícola, em áreas prioritárias selecionadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), aprovadas pelo Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) e definidas por Decreto do Poder Executivo, de acordo com as metas a serem fixadas.

Parágrafo único. Consultarão requisitos básicos para a identificação das áreas onde se executarão os projetos de Reforma Agrária, entre outros, os seguintes:

- a) existência de inversões públicas em projetos de desenvolvimento, tais como obras de irrigação, de eletrificação rural, de estradas e outras;
- b) existência de latifúndios por exploração ou por extensão;
- c) manifesta tensão social;
- d) concentração de minifúndios;
- e) elevada incidência de não proprietários;
- f) áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores.

Art. 2º A Reforma Agrária preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão compatível com a exploração existente, desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra.

Art. 3º A Reforma Agrária será desenvolvida e intensificada com a co-participação e a co-responsabilidade dos diversos órgãos federais, procurando-se assegurar, sempre, a participação dos Estados, Municípios e iniciativa privada.

Parágrafo único. Os representantes sindicais rurais de trabalhadores e de empresários participarão do planejamento e execução da Reforma Agrária.

Art. 4º O Poder Executivo acompanhará a efetivação da Reforma Agrária, adotando as providências que se tornarem necessárias, atendida a alta prioridade conferida ao programa, a fim de assegurar, com a devida oportunidade, recursos financeiros para sua efetiva implementação.

Art. 5º Fica criado o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Agricultura, com o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover a execução da Reforma Agrária.

§ 1º O GERA, órgão máximo consultivo e deliberativo para assuntos da Reforma Agrária, será constituído por onze membros, representando os seguintes órgãos: Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Banco Central, Confederação Nacional de Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

§ 2º Os membros do GERA serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado e das representações sindicais.

§ 3º A Presidência do GERA será exercida pelo Ministro da Agricultura, cabendo ao representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral coordenar as medidas de caráter interministerial.

Art. 6º As contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, serão devidas ao IBRA, ao FUNRURAL e ao INDA nas seguintes proporções:

I — Ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA);

1) as contribuições a que se refere a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de

1955 no *caput* de seus artigos 6º e 7º, cuja arrecadação será feita pelo próprio IBRA;

2) 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição fixada na Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35, § 2º, item VIII.

II — Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição fixada no artigo 35, § 2º, item VIII da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965;

III — ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) caberão 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição estipulada na Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35, § 2º, item VIII.

Art. 7º Ficam transferidas para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as atribuições referentes a colonização, buscando-se ampliar a participação da iniciativa privada na execução do respectivo programa.

Parágrafo único. O IBRA terá sob sua jurisdição os Núcleos de Colonização que vinham sendo desenvolvidos pelo INDA e, de comum acordo com o Ministério da Agricultura, estudará a conveniência da emancipação dos mesmos a curto prazo com a consequente incorporação do acervo remanescente ao patrimônio de outros órgãos federais, estaduais e municipais, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 8º O IBRA, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverá a extinção das Companhias de Prestação de Serviços (CAPSES) e Companhias de Produção de Insumos (CAPIAS), criadas com base no artigo 17 da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, ou estimulará a sua transformação em empresas privadas.

Art. 9º O Fundo Nacional de Reforma Agrária de que trata o artigo 27 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, será constituído das seguintes fontes de recursos:

I — Recursos orçamentários, programados, sempre que possível, em caráter plurianual;

II — Contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, na forma estabelecida no presente Decreto-lei.

III — Recursos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a serem estabelecidos em caráter plurianual na forma do artigo 29 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

IV — Produto da Contribuição de Melhoria cobrada pela União, de acordo com a legislação vigente.

V — Parcela do Imposto Territorial Rural atribuída à União para execução de projetos de Reforma Agrária.

VI — Outros recursos de origem orçamentária ou de natureza diversa, destinados à execução da Reforma Agrária.

VII — Outras receitas próprias do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 10. O limite máximo de circulação referente aos Títulos de Dívida Agrária, de que trata o artigo 105, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, será corrigido anualmente de acordo com os índices oficiais de correção monetária.

Parágrafo único. A atualização de que trata este artigo será efetuada a partir da vigência da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial ao Ministério da Agricultura, até a importância de NCr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzéis novos), destinado ao IBRA para aplicação em despesas de qualquer natureza referentes à execução da Reforma Agrária, inclusive com os escritórios de extensão rural, podendo compreender despesas realizadas em exercícios anteriores.

Parágrafo único. Na forma da alínea c do § 1º do artigo 64, da Constituição os recursos para a cobertura das despesas abrangidas pelo crédito especial autorizado neste artigo serão indicados por ocasião de sua abertura, podendo ter origem em cancelamento de dotações orçamentárias constantes da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968.

Art. 12. Os artigos 37 e 38 e seus parágrafos, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

I — O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA);

II — O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente, ou através de suas Delegacias Regionais;

III — as Comissões Agrárias.

Art. 38. O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República.

§ 1º O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem os Ministros de Estado.

§ 2º Integrarão, ainda, a Administração Superior do IBRA Diretores, até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do GERA."

Parágrafo único. Os atuais cargos de direção do IBRA serão considerados extintos tão logo composta sua nova diretoria, na forma deste artigo.

Art. 13. O GERA deverá ser instalado no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação do presente Decreto-lei, devendo os respectivos órgãos que o integram indicar ao Presidente da República os seus representantes.

Art. 14. O Poder Executivo promoverá a criação de um Grupo Especial de Trabalho para, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias propor medidas para a reformulação dos objetivos, organização e funcionamento do INDA, com o propósito de evitar a duplicação de serviços e a dispersão de recursos e assegurar a adequada coordenação de suas atividades com as do IBRA e dos demais órgãos do Ministério da Agricultura.

§ 1º Enquanto esses estudos não forem concluídos, o INDA aplicará no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos próprios que lhe são atribuídos por este Decreto-lei na execução de programas de eletrificação rural.

§ 2º Dos recursos próprios de que trata o artigo 6º, item I, do presente Decreto-lei, ora transferidos para o IBRA, serão destacadas no corrente exercício, se necessário, parcelas para suplementar a verba do INDA destinada ao pagamento de seu pessoal regido pela CLT, atualmente existente.

Art. 15. O presente Decreto-lei será regulamentado dentro de 60 (sessenta) dias, devendo o ato dispor, inclusive, sobre as atribuições e competência dos dirigentes do IBRA e o regime de seu pessoal.

Art. 16. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzua Pereira

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 583 — DE 15 DE
MAIO DE 1969

Altera, sem aumento de despesa, o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É fixado em vinte (20) o número de cargos isolados, de provimento efetivo, de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2º O diploma de Bacharel em Direito ou de Economista constitui requisito indispensável à investidura no cargo de Auditor Fiscal, símbolo PJ-0.

Art. 3º Os cargos, em comissão, de Diretor Geral e de Secretário Geral da Presidência, do Quadro de Pessoal referido no artigo 1º deste Decreto, são de livre escolha do Presidente do Tribunal.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 584 — DE 16 DE
MAIO DE 1969

Modifica e revoga dispositivos do Código Nacional de Trânsito.

O Presidente da República, no uso de atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 70 e seu § 1º do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. A habilitação para dirigir veículos apurar-se-á através de exame requerido pelo candidato à autoridade de trânsito, instruído o requerimento com os seguintes documentos, além de outros que exija o Regulamento deste Código:

a) carteira de identidade ou documento reconhecido por lei como prova de identidade;

b) fôlha corrida ou atestado de bons antecedentes, passado pela repartição competente;

§ 1º Não se concederá inscrição a candidato que:

I — não contar dezoito ou mais anos de idade;

II — não souber ler e escrever.”

Art. 2º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 64, o § 3º do artigo 66, os artigos 81 e 82 e parágrafo único do Código Nacional de Trânsito.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 585 — DE 16 DE
MAIO DE 1969

Regula o depósito e guarda de aeronaves, nas apreensões judiciais ou administrativas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Toda aeronave apreendida, judicial ou administrativamente, que for entregue ao depósito e guarda do Ministério da Aeronáutica, responde pelas despesas correspondentes, na forma do presente Decreto-lei.

§ 1º O depósito previsto neste artigo não poderá exceder o prazo de dois (2) anos.

§ 2º Se, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, não for autorizada a entrega da aeronave, proceder-se-á de conformidade com o disposto no artigo 5º.

§ 3º O disposto neste artigo abrange, inclusive, os depósitos decorrentes de apreensões por infração administrativa, contravenção, crime, seqüestro, arresto, penhora ou arrecadação em falência, sejam quais forem a autoridade administrativa ou judicial, que as determine, e o processo em que as mesmas ocorram.

§ 4º Compete aos Comandos de Zonas Aereas, dentro da área sob sua jurisdição, através dos respectivos Serviços de Aeronáutica Civil (SAC), o exercício das atribuições deste artigo.

Art. 2º A apreensão será imediatamente averbada no Registro Aeronáutico Brasileiro e a aeronave inscrita no livro de controle do SAC da respectiva Zona Aérea.

Art. 3º As despesas de seguro, manutenção, conservação e administração deverão ser, em cada SAC, escrituradas em livro próprio, cujos pagamentos e certidões terão fé pública.

Parágrafo único. Será obrigatório o seguro da aeronave entregue ao depósito e guarda, na forma do artigo 1º.

Art. 4º A aeronave somente será liberada e entregue a quem de direito por ordem da autoridade administrativa ou judicial competente, após o pagamento das despesas previstas no artigo 3º, acrescidas do 5% sobre o valor da aeronave.

Art. 5º No caso de não ser retirada a aeronave, no prazo de dois anos a contar do depósito, o Ministério da Aeronáutica poderá efetuar a venda pública pelo seu valor, para cobrir as despesas e encargos previstos nos artigos 3º e 4º, recolhendo-se o saldo ao Banco do Brasil, à ordem da autoridade administrativa ou judicial, que determinou o depósito.

§ 1º Não havendo licitante, ou na hipótese de ser o maior lance igual ou inferior ao valor da dívida, a aeronave será adjudicada ao Ministério da Aeronáutica, sem prejuízo da cobrança judicial do remanescente do débito.

§ 2º Considera-se valor da aeronave, para efeito deste artigo, o constante do último título aquisitivo transcrito no Registro Aeronáutico Brasileiro, ou, na sua falta, o que foi fixado em avaliação realizada por engenheiro ou técnico do Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º Aplica-se o disposto neste Decreto-lei aos casos pendentes.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 586 — DE 16 DE
MAIO DE 1969

Acréscimo à alínea do art. 33 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1963, decreta:

Art. 1º O artigo 33 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968, fica acrescido da seguinte alínea:

"Art. 33
....."

i) custeio das despesas de manutenção da estrutura técnico-administrativa do GERAN, nos limites a serem fixados pelo seu Conselho Deliberativo".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 587 — DE 16 DE MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, o crédito especial de NCr\$ 180.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do Artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, o crédito especial de NCr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros novos) para atender a despesa a seguir discriminada:

	NCr\$
4.00.00 — Poder Judiciário	
4.04.00 — Justiça Eleitoral	
4.04.17 — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	
01.06.02.1.016 — Aquisição de Prédio para Sede do Tribunal	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.2.0.0 — Inversões Financeiras	
4.2.1.0 — Aquisição de Imóveis	180.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, para a obtenção do recurso necessário à execução deste Decreto-lei, a anulação par-

cial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Sub-anexo 4.04.00, a saber:

NCr\$

4.00.00 — Poder Judiciário	
4.04.00 — Justiça Eleitoral	
4.04.01 — Tribunal Superior Eleitoral	
01.06.02.2.047 — Coordenação e Supervisão de Eleições	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.4.0 — Encargos Diversos	180.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio, de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA.

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 588 — DE 16 DE
MAIO DE 1969

Modifica o Projeto 15.04.11.1.180 do programa de trabalho da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, constante da Lei número 5.546, de 29 de novembro de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º Ficam incluídos no Projeto 15.04.11.1.180, do programa de trabalho da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, constante da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, os seguinte trechos:

BR 174 — Boa Vista — fronteira com a Venezuela e BR 401 — Boa Vista — Bonfim — Normandia.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará, em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 589 — DE 16 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar imóvel que menciona, situado na Ilha do Governador, Estado da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar o imóvel situado na Praia de Olaria nº 367-Loja "C", Ilha do Governador, Estado da Guanabara, medindo 7,5m de frente por 11,5m de fundo, correspondendo a 86 25m2 pertencente ao Banco do Estado da Guanabara — BEG, para instalar uma Agência Postal Telegráfica.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 590 — DE 19 DE MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Inspeção-Geral de Finanças, o crédito especial de NCr\$ 20.000.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Inspeção-Geral de Finanças, o crédito especial no valor de NCr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros novos) para atender a liquidação de débitos da extinta autarquia Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento aos Subanexos 5.07.00 — Ministério da Fazenda e 5.13.00 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a saber:

	NCr\$
5.07.00 — MINISTÉRIO DA FAZENDA	
5.07.13 — Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior	
4.3.1.1 — Amortização da Dívida Pública	
02.00 — Fundada Externa	
01.07.09.2.016 —	1.500.000,00
5.07.15 — Secretaria da Receita Federal (Órgãos de Administração Geral)	
4.1.1.0 — Obras Públicas	
01.07.09.1.010 —	500.000,00
01.07.09.1.016 —	600.000,00
01.07.09.1.017 —	500.000,00
01.07.09.1.021 —	380.000,00
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	
01.07.09.1.023-B	200.000,00
01.07.09.1.023-C	200.000,00
5.07.23 — Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais)	
4.1.5.0 — Participação em constituição ou aumento de capital	
01.07.09.1.035 —	5.000.000,00
5.07.24 — Serviço do Patrimônio da União	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	
01.07.09.2.045 —	1.500.000,00
5.13.00 — MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
5.13.01 — Gabinete do Ministro	
01.08.15.1.001	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	360.000,00
4.1.4.0 — Material Permanente	300.000,00
01.08.15.2.001	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
02.00 — Despesas Variáveis	200.000,00
3.1.2.0 — Material de Consumo	500.000,00
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	800.000,00
3.1.4.0 — Encargos Diversos	700.000,00
5.13.03 — Secretaria-Geral (Órgãos vinculados)	
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
01.02.15.2.004	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
Material de Consumo	300.000,00
Serviços de Terceiros	300.000,00

	Encargos Diversos	900.000,00
	Diversos	400.000,00
01.02.15.2.005		
3.2.7.0	— Diversas Transferências Correntes	
	Contribuição Previdência Social	20.000,00
	Material de Consumo	600.000,00
	Serviços de Terceiros	540.000,00
	Encargos Diversos	300.000,00
	Diversos	600.000,00
	Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA	
01.02.15.1.008		
4.3.4.0	— Auxílio para Equipamentos	440.000,00
4.3.5.0	— Auxílio para Material Permanente	360.000,00
5.13.07	— Coordenação do Desenvolvimento de Brasília	
01.01.15.1.015		
4.1.2.0	— Serviço em Regime de Programação Especial	700.000,00
01.01.15.2.013		
3.1.3.0	— Serviços de Terceiros	800.000,00
3.1.4.0	— Encargos Diversos	500.000,00
Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.		

Brasília, 19 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 591 — DE 19 DE MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de NCr\$ 30.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) para atender despesas de exercícios anteriores.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 4.01.00, a saber:

		NCr\$
	4.00.00 — Poder Judiciário	
	4.01.00 — Supremo Tribunal Federal	
01.06.02.1.001	— Obras complementares no Prédio do Supremo Tribunal Federal	
	4.0.0.0 — Despesas de Capital	
	4.1.0.0 — Investimentos	
	4.1.1.0 — Obras Públicas	30.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 592 — DE 23 DE
MAIO DE 1969

Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Agência Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Agência Nacional (AN), órgão integrante do Gabinete Civil da Presidência da República, gozando de autonomia administrativa e financeira nos termos do Decreto nº 62.989 de 15 de junho de 1968, tem por finalidade exercer atribuições informativas, cabendo-lhe noticiar, fotografar, filmar, gravar, irradiar, televisonar e publicar atos e fatos da vida oficial brasileira, bem como acontecimentos cuja focalização interesse à divulgação do Brasil e sirva à cultura nacional.

Art. 2º A Agência Nacional (AN) compreende:

- I — Direção Geral (DG)
- II — Divisão de Informações (DI)
- III — Divisão de Telecomunicações (DT)
- IV — Divisão Audio-Visual (DAV)
- V — Divisão de Administração (DA)

Art. 3º O Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República poderá criar Sucursais e desdobrar serviços na estrutura dos órgãos previstos no artigo anterior, para atender às necessidades da Agência Nacional (AN), respeitadas as dotações orçamentárias.

Art. 4º O Diretor-Geral e o Diretor da Divisão de Informações serão jornalistas profissionais de livre escolha e nomeação do Presidente da República. Os demais Diretores de Divisão serão nomeados pelo Presidente da República por indicação do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Art. 5º A Agência Nacional terá quadro de pessoal regido pela legislação trabalhista, aprovado pelo Presidente da República com a respectiva tabela de salários.

Art. 6º Observadas as normas estabelecidas pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e à

medida que fôr a Agência Nacional se aparelhando, caberá a esta distribuir a publicidade dos órgãos da administração direta e indireta, ficando equiparada, exclusivamente para este fim, às agências ou aos agenciadores a que se referem a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e o Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 593 — DE 27 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com o objetivo de prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através da família desprovida de recursos, mediante o estudo das realidades médico-sociais, periódica e metodicamente apuradas.

§ 1º A assistência de que trata o artigo será prestada prioritariamente àqueles que não sejam protegidos por outro sistema de assistência.

§ 2º Ressalvados os casos de manifestada impraticabilidade ou inconveniência, e observado o § 6º do artigo 10 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a execução dos programas de assistência, em geral, deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, a outros órgãos, incumbidos de serviços semelhantes.

Art. 2º A fundação que se instituir, nos termos do artigo 1º, incorporará o acervo da associação civil

denominada Legião Brasileira de Assistência, de que trata o Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942 e legislação subsequente, e terá a mesma denominação e sigla (LBA) daquela associação, passando a ser sua sucessora para todos os fins de direito.

Art. 3º A Fundação será dirigida por um Presidente, eleito pelo Conselho Deliberativo, cujas atribuições serão fixadas nos Estatutos.

Art. 4º Serão órgãos da Fundação:

- a) o Conselho Deliberativo;
- b) o Conselho Fiscal;
- c) a Diretoria Nacional;
- d) as Diretorias Estaduais e Territoriais.

§ 1º Os Estatutos da Fundação disporão sobre a competência dos órgãos referidos neste artigo, cabendo ao Conselho Deliberativo a aprovação do plano anual de trabalho, condicionado este à existência de recursos.

§ 2º Além dos órgãos de que trata este artigo, o Regimento Interno da Fundação poderá criar outros para o desempenho das demais funções de caráter técnico e administrativo.

§ 3º O Conselho Deliberativo, sob a presidência do Presidente da Fundação, será constituído dos seguintes membros:

a) Quatro (4) representantes do Governo Federal, indicados, respectivamente, pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social, da Saúde, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral;

b) Um (1) representante da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor;

c) Um (1) representante das Confederações Nacionais da categoria econômica, em seu conjunto;

d) Um (1) representante das Confederações Nacionais da categoria profissional, em seu conjunto;

e) Um (1) representante do Conselho Federal dos Assistentes Sociais.

Art. 5º A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de escritura pública de sua constituição, com a qual serão apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

§ 1º A União será representada, nos atos de instituição da Fundação pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º A Fundação LBA equiparase às empresas públicas exclusivamente para fins da supervisão ministerial, de que trata o artigo 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 6º O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) pelo acervo da associação civil denominada Legião Brasileira de Assistência de que trata o Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942;
- b) pela incorporação dos resultados financeiros dos exercícios;
- c) pelas doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º Constituem receitas da Fundação:

- a) subvenções da União, Estados e Municípios;
- b) contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- c) rendas patrimoniais e eventuais;
- d) outras receitas estabelecidas em lei.

§ 2º Os recursos financeiros da Fundação serão aplicados exclusivamente em operações e execução de programas compatíveis com os objetivos da entidade.

Art. 7º O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade concedida pelo artigo 20, item III, letra c, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Nas operações em que a Fundação figurar como alienante, adquirente, cedente, cessionário, doadora ou donatária de bens ou direitos, a imunidade que é concedida não alcançará as outras partes contratantes, cabendo a estas o pagamento dos impostos que lhe são atribuídos em lei.

Art. 8º A Fundação gozará de foro especial, processando-se perante os Juizes e Tribunais Federais as causas em que for autora, ré, assistente ou oponente, sendo impenhoráveis seus bens e rendas.

Art. 9º O pessoal da Fundação será recrutado pelo sistema de mérito e se subordinará ao regime jurídico da legislação trabalhista.

Parágrafo único. Os atuais servidores da associação civil denominada Legião Brasileira de Assistência, mantido o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação subsequente, passam a integrar o quadro de pessoal da Fundação.

Art. 10. Em caso de dissolução da Fundação, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União, depois de satisfeitos seus compromissos.

Art. 11. O Conselho Deliberativo, constituído na forma do § 3º do artigo 4º, reunir-se-á dentro de 20 (vinte) dias contados da expedição deste Decreto-lei, sob a presidência do Presidente da associação civil LBA, para elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, o projeto de Estatutos da Fundação.

§ 1º O projeto de Estatutos referido neste artigo será submetido à aprovação do Presidente da República pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, depois de ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 2º Enquanto não forem aprovados os Estatutos da Fundação, o Conselho Deliberativo terá as atribuições do Conselho Deliberativo da associação civil, naquilo que não contrariar o presente Decreto-lei.

Art. 12. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 594 — DE 27 DE
MAIO DE 1969

Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica instituída a Loteria Esportiva Federal, para a exploração, em qualquer parte do Território Nacional, de todas as formas de concursos de prognósticos esportivos.

Art. 2º Fica o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais, incumbido de dar execução aos serviços relacionados com concursos de prognósticos esportivos.

Art. 3º A renda líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal será, obrigatoriamente, destinada a aplicações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico, e será distribuída de acordo com programação expedida pelo Poder Executivo, observadas as seguintes taxas:

a) 40% (quarenta por cento) para programas de assistência à família, à infância e à adolescência, a cargo da Legião Brasileira de Assistência;

b) 30% (trinta por cento) para programas de educação física e atividades esportivas;

c) 30% (trinta por cento) para programas de alfabetização.

Art. 4º O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua vigência, deverá apresentar ao Ministro da Fazenda o projeto de regulamentação do presente Decreto-lei, para ser submetido ao Presidente da República.

Art. 5º A Loteria Esportiva Federal fica sujeita ao pagamento de cota de previdência de 10% (dez por cento) sobre a importância bruta de sua receita, a qual será integralmente recolhida ao Banco do Brasil S.A., em guia própria, à conta do 'Fundo de Liquidez da Previdência Social'.

Art. 6º Considera-se renda líquida, para os efeitos deste Decreto-lei, a que resultar da renda bruta, deduzidas exclusivamente as despesas de custeio e manutenção dos serviços da Loteria Esportiva Federal, que se deverão manter dentro dos limites fixados pelo Poder Executivo.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mercio

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 595 — DE 27 DE
MAIO DE 1969

Altera denominação do Anexo II do Orçamento Geral da República para 1969, constante da Lei 5.546, de 29 de novembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica alterada para "Manutenção das Representações Regionais" a denominação "Manutenção das Coordenadorias Regionais" constante do Subprograma Administração do Programa Educação, e do Programa de Trabalho da Diretoria do Ensino Agrícola, ambos nas partes referentes ao Ministério da Educação e Cultura e correspondentes ao código 08.01.07.2.060.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mercio

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 596 — DE 27 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Estado de Mato Grosso a celebrar operação externa no valor de US\$ Rom.3.518.724.00 e dá outras providências.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o ar-

tigo 2º, § 1º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Para os fins do artigo 45, item II da Constituição, de 24 de janeiro de 1967, fica o Estado de Mato Grosso autorizado a contratar, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, operação externa com "Auto Tractor" — Empresa Estatal para Comércio Externo da República Socialista da România, no valor de .. US\$ Rom. 3.518.724.00 (três milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e vinte e quatro dólares) destinada à aquisição de 380 (trezentos e oitenta) tratores de esteira e respectivos sobressalentes, para desenvolvimento da agricultura do Estado.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 597 — DE 27 DE
MAIO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar empréstimo externo com a USAID.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e na forma do inciso II do artigo 45 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a contratar, juntamente com a Companhia Estadual de Energia Elétrica, operação de empréstimo externo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional — USAID, destinada ao financiamento de parte da construção da Usina Hidroelétrica de Passo Real, naquele Estado, desde que atendidas as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal (e o preceituado na Lei Estadual nº 5.749, de 6 de maio de 1969).

Art. 2.º O valor da operação a que se refere o artigo 1.º é de até
 USS 27.400.000.00 (vinte e sete milhões e quatrocentos mil dólares), à taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, a ser pago no prazo de 25 (vinte e cinco) anos com 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de carência, em prestações semestrais.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1969;
 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 598 — DE 28 DE
 MAIO DE 1969

Altera as Resoluções ns. 49, de 30 de setembro de 1966, e 38, de 19 de abril de 1967, do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado da Guanabara a contrair empréstimo, em nome da Companhia Estadual de Águas — CEDAG e da Superintendência de Urbanização e Saneamento — SURSAN com os Estados Unidos da América, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional — AID.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º da Resolução nº 49, de 30 de setembro de 1966, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º É o Governo do Estado da Guanabara, através da Companhia Estadual de Águas — CEDAG, autorizado a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional — AID, no valor de US\$ 2.925.000 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil dólares), para realização do Programa de Aquisição de Equipamento de Manutenção, a ser resgatado, fixado o período de carên-

cia em dois anos e meio, no prazo de 20 (vinte) anos, à taxa de 5,5% (cinco e meio por cento) sobre o saldo devedor e sobre qualquer parcela de juros vencida e não paga”.

Art. 2.º O artigo 2.º da Resolução nº 49, de 30 de setembro de 1966, do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 38, de 19 de abril de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º É o Governo do Estado da Guanabara igualmente autorizado, através da Superintendência de Urbanização e Saneamento — SURSAN, a contrair empréstimo com os Estados Unidos da América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional — AID, no valor de US\$ 2.175.000 (dois milhões, cento e setenta e cinco mil dólares) para a realização do Programa de Equipamento para a manutenção de esgotos, a ser resgatado com o período de carência fixado em dois anos e meio, no prazo de 20 (vinte) anos, à taxa de juros de 5,5% (cinco e meio por cento) sobre o saldo devedor e sobre qualquer parcela de juros vencida e não paga”.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de maio de 1969;
 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 599 — DE 28 DE
 MAIO DE 1969

Altera as condições de fixação do reajustamento do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º As Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, criadas pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, poderão ser emitidas, mediante autorização do Ministro da Fazenda,

com cláusula que assegure ao seu portador optar pelo reajustamento de seu valor segundo a correção monetária baseada nos coeficientes fixados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ou de acordo com os coeficientes calculados pelo Banco Central do Brasil, em base na variação da cotação do cruzeiro no mercado de câmbio, referida à taxa média do mês de subscrição.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não prejudicarão o direito à opção já assegurado nos termos do Decreto-lei nº 357, de 23 de setembro de 1968.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 600 — DE 29 DE
MAIO DE 1969

*Autoriza a inclusão de dotações no
Orçamento da União.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos projetos de Orçamentos anuais para os exercícios financeiros de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974, dotações específicas na forma do parágrafo único deste artigo, destinadas a constituir a contrapartida nacional prevista no convênio a ser assinado entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando a execução do "Projeto para Implantação Integrada na Pesquisa e Experimentação Florestal."

Parágrafo Único. As dotações de que trata o presente artigo serão consignadas nos seguintes valores:

1970 — NCR\$ 4.226.640,00
1971 — NCR\$ 1.881.640,00
1972 — NCR\$ 1.881.640,00
1973 — NCR\$ 1.881.640,00
1974 — NCR\$ 1.881.640,00

Art. 2º Os valores estabelecidos no artigo anterior, estimados a preços de 1969, serão convenientemente ajustados, por ocasião da elaboração dos projetos de leis do orçamento, de acordo com o comportamento do nível geral de preços.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
João Paulo dos Reis Velloso

(*) DECRETO-LEI Nº 601 — DE 29 DE
MAIO DE 1969

Aprova Acórdos Aéreos com a Dinamarca, Noruega e Suécia, assinados no Rio de Janeiro a 18 de março de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São aprovados os Acórdos Aéreos, entre o Brasil e a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, firmados no Rio de Janeiro, a 18 de março de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Márcio de Souza e Mello
José de Magalhães Pinto

O acórdo a que se refere o presente Decreto foi publicado no D.O. de 30-5 e republicado no de 3-6-69.

DECRETO-LEI Nº 602 — DE 30 DE
MAIO DE 1969

Concede isenção de tributos federais à importação de veículo motorizado pelo Capitão Armindo da Luz Mathews.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É concedida isenção de todos os tributos federais incidentes na importação de um automóvel adaptado especialmente para uso exclusivo do Capitão Armindo da Luz Mathews, inválido permanentemente em decorrência de acidente ocorrido em serviço.

Parágrafo único. A importação do referido automóvel independe de licença ou guia de importação.

Art. 2º A transferência de uso ou propriedade do veículo a qualquer título, obriga o beneficiário ao prévio recolhimento dos tributos e gravames cambiais.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 603 — DE 30 DE
MAIO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O inciso IX do art. 4º e o art. 35 e seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.

IX — Produzir e adquirir filmes e diafilmes educativos ou

culturais, bem como adquirir equipamentos audiovisuais, para fornecimento ou distribuição a estabelecimentos de ensino e entidades congêneres.”

“Art. 35. O INC poderá estabelecer a obrigatoriedade do uso do “bordereau”-padrão, emitir e vender, para uso compulsório pelas salas exibidoras nacionais, ingresso padronizado, ou obrigar o uso de máquinas registradoras para venda de ingressos.

§ 1º Cabe exclusivamente ao INC a elaboração, aprovação e aplicação do sistema a ser adotado para os fins deste artigo vedado o emprêgo de qualquer plano ou sistema que não tenha sido aprovado pelo Conselho Deliberativo desse órgão.

§ 2º Para facilitar a fiscalização do uso do ingresso padronizado, o INC poderá criar prêmios periódicos entre os usuários dos cinemas, na forma que vier a ser estabelecida em decreto.”

Art. 2º Os artigos 4º, 11 e 24 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, ficam acrescidos das seguintes disposições:

“Art. 4º.

XV — Formular normas destinadas a tornar obrigatório o uso do idioma nacional em filmes estrangeiros que forem exibidos nos cinemas existentes no território brasileiro.”

“Art. 11.

VIII — O produto da venda do ingresso padronizado e do “bordereau”-padrão, a que se refere o artigo 35 deste Decreto-lei.”

“Art. 24.

§ 1º Nenhum certificado de censura para filmes será concedido sem a prova do recolhimento da contribuição a que se refere o inciso II do artigo 11 deste Decreto-lei, ou a prova de sua dispensa, de acordo com o § 2º de seu artigo 14.

§ 2º Independentemente do disposto no parágrafo anterior, os filmes só poderão ser censurados quando forem encaminhados pelo INC com a respectiva guia.

§ 3º Tratando-se de filmes nacionais de longa metragem, a guia deverá referir-se ao certificado indispensável ao cumprimento do disposto no artigo 19 deste Decreto-lei."

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o § 4º do art. 23 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Favorino Bastos Mércio

DECRETO-LEI Nº 604 — DE 30 DE MAIO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir à Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de NCr\$ 5.627.000,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil cruzeiros novos) para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir à Secretaria de Serviços Públicos o crédito especial de NCr\$ 5.627.000,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil cruzeiros novos), para permitir à Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB a execução do programa de trabalho Energia.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior, serão obtidos na forma do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, das dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento do Distrito Federal (Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968):

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

NCr\$

40.0.00 — Despesas de Capital	
43.0.00 — Transferências de Capital	
43.2.00 — Auxílio para Obras Públicas	
43.2.03 — Entidades do Distrito Federal. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP	5.279.100,00
43.3.00 — Auxílios para Equipamentos e Instalações.	
43.3.03 — Entidades do Distrito Federal. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP	277.900,00
43.4.00 — Auxílios para Inversões Financeiras.	
43.4.03 — Entidades do Distrito Federal. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP	70.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 605 — DE 2 DE JUNHO DE 1969

Extingue o Parque Nacional de Paulo Afonso, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o Parque Nacional de Paulo Afonso, criado pelo Decreto nº 25.865 de 24 de novembro de 1948.

Art. 2º O Ministério da Fazenda, através o Serviço de Patrimônio da União, fica autorizado a ceder à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, pelo prazo que durar a concessão de que é beneficiária, as áreas e o acervo patrimonial do extinto Parque, que forem julgadas essenciais aos seus serviços.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Flavio Pecora
Ivo Arzuá Pereira
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 606 — DE 2 DE JUNHO DE 1969

Aprova as concessões tarifárias feitas pelo Brasil na VI Rodada de Negociações Comerciais do GATT.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São aprovadas as concessões tarifárias feitas pelo Brasil na Sexta Rodada de Negociações Comerciais do Acôrdio Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Rodada Kennedy), realizadas em Genebra e encerrada em 30 de junho de 1967 segundo tabela anexa.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

Concessões Tarifárias feitas pelo Brasil na VI Rodada de Negociações Comerciais do Acôrdio Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Rodada Kennedy)

LISTA III — BRASIL

Item Tarifário	Produto	Aliquota
03-03	Peixe Defumado, em Salmoura, Salgado, Salgado-sêco, Sêco, Prensado, Inteiro ou não, inclusive Frescal:	

Item Tarifário	Produto	Aliquota
04-03 .004	bacalhau (gadida e semelhante) Leite totalmente desidratado, em pó ou seco:	Livre
.003	modificado para alimentação infantil, acidificado:	12%
.004	modificado para alimentação infantil, não aci- ficado	12%
11-07	Malta de qualquer cereal, torrado ou não:	
.001	inverso ou partido	10%
15-06	Gordura e óleo, cru ou bruto, de peixe e de qualquer outro animal aquático:	
.002	de espermacete	25%
15-07	Gordura e óleo, refinado ou purificado, de peixe e de qualquer outro animal aquático	
.003	de fígado de bacalhau, a granel	10%
27-01	Antracito e carvão de pedra ou hulha:	
.001	hulha em bruto, a granel ou moinha	15%
27-02	Linhitos e Aglomerados à base de Linhitos:	
.002	linhitos em aglomerados ovóides ou briquetes	15%
28-04	Qualquer outro metalóide:	
.009	silício	10%

Item Tarifário	Produto	Alíquota
37-07	Pelotas cinematográficas incluída a película perfurada de mais de 4m (quatro metros) de comprimento, impressionada e revelada, muda ou com registro simultâneo de imagem e de som, negativa ou positiva:	
.001	jornal cinematográfico	Livre
.002	filme educativo ou científico	Livre
.003	qualquer outra, negativa, monocromática, ou em preto e branco	Livre
.004	qualquer outra, negativa, policromática	Livre
.005	qualquer outra, positiva, monocromática, ou em preto e branco	Livre
.006	qualquer outra, positiva, policromática	Livre
38-09	Qualquer outro produto da destilação da madeira: Alcatrão de madeira, óleo de creosoto, pireno ou qualquer outro exclusivo o álcool metílico bruto:	
.001	alcatrão de madeira	12%
38-19	Qualquer preparação, produto químico, produto residual e subproduto da indústria química não especificado nem compreendido em outra parte:	
.008	lixívia residual de carnalita	Livre
48-01	Papel em bobina, folha ou rolo, de cor natural, branco ou tinto na massa, pesando até 35g (trinta e cinco gramas) por m ² (um metro quadrado):	
ex.002	papel para condensador	25%
.003	papel de seda, até 20g. (vinte gramas) por metro quadrado, próprio para embalagem de fruta, nas condições exigidas pelo Ministério da Agricultura	Livre

Item Tarifário	Produto	Aliquota
43-02	Papel de mais de 35g. (trinta e cinco gramas) até 180 g. (cento e oitenta gramas), por 3m2 (um metro quadrado) e cartão em boina, folha ou rôlo, de côr natural, branco ou tinto na massa:	
.006	"Standard" para impressão de jornal e revista mesmo "couché"	Livre
.007	"Standard" áspero, acetinado, calandrado, "couché" "off-set", para impressão de livro, que contiver em toda sua largura ou comprimento linhas d'água (vergé), separadas na dimensão de 4 (quatro) a 6 (seis) centímetros	Livre
49-01	Livro brochura e impresso semelhante para fim cultural, religioso ou didático, mesmo em folha solta, em qualquer idioma:	
ex.004	com capa de couro, com entalhe ou incrustações capa de madrepérola ou marfim ou tartaruga, seda ou veludo simples ou com enfeite ou guarnição de qualquer matéria, em língua estrangeira	80%
77-01	Magnésio	
.001	em bruto ou residuo	15%
97-07	Artigo para Caça e Pesca	
.001	anzol	40%

DECRETO-LEI Nº 607 — DE 3 DE JUNHO DE 1969

Prorroga o prazo de validade da Lei nº 4.331, de 1 de junho de 1964.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por três anos, a partir de 1º de junho de 1969, o prazo a que se refere o artigo 2º da Lei nº 4.331, de 1 de junho de 1964, que dispõe sobre a aquisição,

por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões diplomáticas.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor an data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
José Flávio Pécora

DECRETO-LEI Nº 608 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados o equipamento destinado à prática de desporto e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados ao equipamento destinado à prática de desportos, sem similar nacional, importado por entidades desportivas ou órgãos vinculados direta ou indiretamente ao Conselho Nacional de Desportos.

Parágrafo único. A concessão do benefício ficará condicionada à prévia aprovação do Conselho Nacional de Desportos, que examinará a compatibilidade do equipamento a ser importado com a natureza e o vulto da atividade desportiva desenvolvida pela entidade para a qual se destina.

Art. 2º Aplicam-se as disposições do presente aos equipamentos desportivos ainda não desembaraçados pelas repartições competentes.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Flavio Pécora
Favorino Bastos Mércio

DECRETO-LEI Nº 609 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

Aprova o Acórdão para Melhoria das Condições Sanitárias na Região da Fronteira Brasileiro-Uruguaia, entre o Brasil e o Uruguai, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato

Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acórdão para Melhoria das Condições Sanitárias na Região da Fronteira Brasileiro-Uruguaia, entre o Brasil e o Uruguai, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

O acórdão mencionado no art. 1º foi publicado no D.O. de 6 de junho de 1969.

DECRETO-LEI Nº 610 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

Cria Quadros Complementares de Oficiais da Marinha de Guerra

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam criados no Ministério da Marinha, Quadros Complementares de Oficiais do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais, do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, do Corpo de Intendentes da Marinha e do Corpo de Saúde da Marinha.

Parágrafo único. Os Quadros Complementares de Oficiais destinam-se a suprir eventuais claros de oficiais nos efetivos estabelecidos com a Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1968.

Art. 2º Os Oficiais dos Quadros Complementares exercerão funções em Organizações Militares da Marinha de Guerra em terra, ou a bordo dos navios, de acórdão com as respectivas lotações.

Art. 3º Os Quadros Complementares serão formados com:

a) Segundos-Tenentes e Guardas-Marinhas da Reserva da Marinha, oriundos dos Centros e Escolas de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha, que requererem sua admissão nesses Quadros; e

b) pessoal de nível universitário, incluídos os de nível operacional, diplomados por Institutos, Faculdades e Escolas, oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal, que requerem sua admissão nesses Quadros.

Art. 4º Os candidatos aos Quadros Complementares, de que trata o artigo anterior, obrigam-se a um curso ou estágio de adaptação, para serem admitidos nos Quadros Complementares.

§ 1º O pessoal de que trata a letra b do artigo anterior será considerado da Guarda-Marinha, para efeito de vencimentos, uso de uniformes e precedência hierárquica, durante o curso ou estágio.

§ 2º O Ministro da Marinha baixará Instruções para a organização e funcionamento do curso ou estágio de adaptação, que terá a duração mínima de três meses.

§ 3º O não aproveitamento no curso ou estágio de adaptação, ou falta de conceito favorável, impedirá definitivamente a admissão nos Quadros Complementares.

§ 4º O desligamento do curso ou estágio de adaptação poderá ser feito em qualquer fase de seu funcionamento, por ato do Ministro da Marinha.

§ 5º Todas as vantagens e prerrogativas concedidas ao candidato cessarão na data do seu desligamento do curso ou estágio de adaptação.

Art. 5º A admissão nos Quadros Complementares será feita mediante:

- a) conclusão com aproveitamento do curso ou estágio de adaptação; e
- b) conceito favorável.

§ 1º O posto inicial para admissão nos Quadros é o de Segundo-Tenente.

§ 2º A ordem de admissão nos Quadros Complementares, para efeito de antiguidade, obedecerá à classificação final obtida no curso ou estágio, com precedência dos oficiais oriundos dos Centros e Escolas de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha.

§ 3º Os oficiais admitidos nos Quadros Complementares, na forma deste artigo, contam tempo de efetivo serviço, como oficiais, a partir da data do início do respectivo curso ou estágio de adaptação.

Art. 6º Os Quadros Complementares terão a seguinte constituição:

Capitão-de-Fragata
Capitão-de-Corveta
Capitão-Tenente
1º Tenente
2º Tenente

§ 1º O efetivo em cada posto dos Quadros Complementares será fixado, anualmente, pelo Poder Executivo, com base no total de claros existentes nos correspondentes Corpos e Quadros de Oficiais de carreira.

§ 2º Na fixação do efetivo a que se refere o parágrafo anterior, serão observadas as necessidades da Marinha de Guerra em cada posto.

§ 3º A fim de possibilitar o acesso dos oficiais em qualquer dos Quadros Complementares, o Poder Executivo, face à inexistência ou insuficiência de vagas, poderá, independentemente do disposto no § 1º, estabelecer um número adicional de vagas em correspondência às seguintes proporções:

Para os Capitães-Tenentes — até 1/10 do efetivo fixado em lei para o mesmo posto dos correspondentes Corpos ou Quadros de carreira;

Para os Capitães-de-Corveta — até 1/8 do efetivo fixado em lei para o mesmo posto dos correspondentes Corpos ou Quadros de carreira;

Para os Capitães-de-Fragata — até 1/6 do efetivo fixado em lei para o mesmo posto dos correspondentes Corpos ou Quadros de carreira.

§ 4º Para renovação, equilíbrio e regularidade de acesso nos Quadros Complementares, o Poder Executivo poderá aplicar o disposto no art. 14, letra e da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, para os postos de Capitão-de-Fragata e Capitão-de-Corveta, fixando proporções de acordo com as necessidades da Marinha de Guerra.

Art. 7º Ressalvado o disposto neste Decreto-lei, os oficiais dos Quadros Complementares terão as mesmas honras, direitos, prerrogativas, deveres, responsabilidades e vencimentos previstos em leis e regulamentos pa-

Parágrafo único. Os oficiais dos Quadros Complementares usarão uniformes e os dispositivos que lhes forem atribuídos pelo regulamento de uniformes da Marinha de Guerra (RUMG).

Art. 8º As vagas em cada pósto serão preenchidas:

- a) de Primeiro-Tenente — pelo critério exclusivo de antiguidade;
- b) de Capitão-Tenente — uma vaga por merecimento e uma por antiguidade;
- c) de Capitão-de-Corveta — três vagas por merecimento e uma por antiguidade; e
- d) de Capitão-de-Fragata — pelo critério exclusivo de merecimento.

Art. 9º As condições peculiares de acesso, nos Quadros Complementares, serão estabelecidas na regulamentação do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Aos oficiais dos Quadros Complementares serão aplicadas, no que couber, as disposições da Lei de Promoções para os Oficiais da Marinha, e respectivo regulamento, ressalvadas as determinações estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 10. Será transferido para a reserva não remunerada o oficial do Quadro Complementar que incida nos casos previstos nas letras b, c e d do art. 14 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, desde que conte menos de dez anos de efetivo serviço.

Art. 11. Ficam incluídos nos Quadros Complementares de que trata o artigo 1º deste Decreto-lei os oficiais que, atualmente, integram os Quadros Complementares criados pela Lei nº 3.885, de 2 de fevereiro de 1961, respeitada a situação individual de cada um, no tocante a pósto, antiguidade e demais prerrogativas.

Art. 12. As despesas com a execução do presente Decreto-lei serão atendidas de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará o presente Decreto-lei no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 14. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei nº 3.885, de 2 de fevereiro de 1961, e demais disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünewald

DECRETO-LEI Nº 611 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

Cria o Quadro de Práticos dos Rios da Prata, Baixo e Médio Paraná, e Paraguai, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Quadro de Práticos, do Ministério da Marinha, é constituído, dentro da estrutura do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, por pessoal militar destinado a praticar os navios da Marinha de Guerra nos Rios da Prata, Baixo e Médio Paraná, e Paraguai.

§ 1º Os Práticos da Armada poderão, quando lhes for determinado, ou permitido praticar a bordo de navios mercantes.

§ 2º Os Práticos da Armada poderão, também, exercer outras atividades na Marinha de Guerra, de acordo com as necessidades da Administração Naval.

Art. 2º O Quadro de Práticos compõe-se de duas seções:

a) Rio da Prata, Baixo Paraná e Paraguai (de Corumbá a Montevideu); e

b) Médio Paraná (de Porto Mendes a Corrientes).

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a organização, seleção, admissão, acesso, qualificações profissionais, deveres e atribuições do pessoal do Quadro, bem assim a organização de seu efetivo e subordinação das Seções de Práticos.

Art. 4º O pessoal subalterno do extinto Quadro de Práticos, organizado de acordo com o Regulamento aprovado pelo Decreto número 7.368, de 11 de junho de 1941, será aproveitado no Quadro de que trata o art. 1º deste Decreto-lei, na forma em que dispuser o seu regulamento.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 4.713, de

29 de junho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

DECRETO-LEI Nº 612 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

*Acréscimo parágrafo ao artigo 3º do
Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de
1969, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve:

Art. 1º O artigo 8º do Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. O Superintendente do GEIPOP perceberá, ainda, mensalmente, uma gratificação de representação, fixada pelo Ministro de Estado dos Transportes, observado o teto máximo de retribuição em vigor.”

Art. 2º O disposto neste Decreto-lei retroage a 8 de abril de 1969, data da publicação e vigência do Decreto-lei nº 516, de 1969.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
*Mário David Andreazza
João Paulo dos Reis Velloso*

DECRETO-LEI Nº 613 — DE 4 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza a reversão de imóvel ao Estado da Bahia

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a reversão ao Estado da Bahia do domínio útil

do imóvel, situado na cidade de Salvador, cado à União Federal por escritura pública de 1º de maio de 1944, lavrada a fls. 62, do Livro 202 do 4º Ofício de Notas daquela Capital.

Art. 2º A reversão se efetivará mediante termo que, com força de escritura pública, deverá ser lavrado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado da Bahia.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Flavio Pécora

DECRETO-LEI Nº 614 — DE 6 DE
JUNHO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei número 403, de 30-12-68, sobre tributação de títulos de renda fixa; do Decreto-lei nº 401, de 30-12-68, sobre imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza; e da Lei nº 4.728, de 14-7-65, na parte relativa a debêntures conversíveis em ações.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-lei nº 403, de 30 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo anterior os títulos das espécies ali referidas, os quais seja estabelecida correção monetária idêntica à atribuída às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, pagável apenas por ocasião do resgate, vedada qualquer antecipação.

§ 1º Os juros dos títulos de que trata este artigo não poderão ser pagos antes de vencido cada período a que se referirem.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a parcela correspondente à correção monetária estará isenta de tributação, incidindo o imposto

de renda apenas sobre os juros, mediante aplicação das seguintes taxas:

- títulos de 180 a 719 dias de prazo, a contar da data da emissão — 25%;
- títulos de 720 ou mais dias de prazo, a contar da data da emissão — 15%.

Art. 2º A alínea “b”, do artigo 4º do Decreto-lei nº 403, de 30 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

“b) no ato do pagamento dos juros, nos casos previstos no artigo 2º”.

Art. 3º O § 6º do artigo 4º do Decreto-lei nº 403, de 30 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

“§ 6º O imposto de renda retido na forma deste artigo será recolhido na forma e nas condições fixadas pelo Ministro da Fazenda, no prazo máximo de (cinco) dias, sujeitando-se os infratores às penalidades legais em vigor, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, caso em que o imposto poderá ser recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do fato gerador do tributo.”

Art. 4º Fica prorrogado para 31 de janeiro de 1970 o prazo de isenção estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 5º O inciso II, do artigo 26 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“II — correção efetuada em períodos não inferiores a três meses, em bases idênticas às aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional”;

Art. 6º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José Flávio Pecora
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 615 — DE 9 DE JUNHO DE 1969

Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e com fundamento no § 3º do artigo 65 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário, destinado a suprir a Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA, de recursos para desenvolvimento dos planos de recuperação, modernização e expansão de suas ferrovias, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será constituído:

a) dos recursos correspondentes ao percentual de que trata o artigo 3º deste Decreto-lei;

b) dos dividendos atribuídos às ações representativas do capital da RFFSA, de propriedade da União;

c) transferência de recursos orçamentários e créditos abertos por leis especiais.

§ 2º Os recursos recebidos pela Rede Ferroviária S.A., no presente exercício, correspondentes à sua participação na arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, serão, para todos os efeitos, levados à conta do Fundo instituído neste artigo.

§ 3º As cotas relativas aos recursos de dotações orçamentárias previstas na letra “c” do parágrafo primeiro, serão, independentemente de comprovação, entregues à Rede Ferroviária Federal S.A., entidade administradora do Fundo instituído neste artigo.

Art. 2º Os Orçamentos Anuais da União, enquanto permanecer a Rede Ferroviária Federal S.A. em regime deficitário, consignarão dotação destinada a suprir o Fundo de que cuida o artigo anterior, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) da previsão, para o respectivo exercício, da arrecadação do Imposto de Importação.

Art. 3º O inciso I do artigo 1º do Decreto-Lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os demais dispositivos conforme estabelecido no Decreto-lei nº 555, de 25 de abril de 1969:

I — 8% (oito por cento) para o Fundo Federal do Desenvolvimento Ferroviário.

Art. 4º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei nº 414, de 10 de janeiro de 1969 e as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José Flávio Pécora

Mario David Andreazza

Antonio Dias Leite Junior

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 616 — DE 9 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional — CENAFOR e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional — CENAFOR — sob a forma de fundação, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º A fundação, de que trata o presente Decreto-lei, adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o Decreto que os aprovar.

§ 1º A União será representada nos atos de constituição da fundação pelo Ministro da Educação e Cultura ou por pessoa que ele designar.

§ 2º A fundação CENAFOR equiparar-se-á às empresas públicas exclusivamente para os fins da supervisão ministerial de que trata o artigo 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º O CENAFOR terá por finalidade a preparação e o aperfeiçoamento de docentes, técnicos e especialistas em formação profissional, bem como a prestação de assistência técnica para a melhoria e a expansão dos órgãos de formação e aperfeiçoamento de pessoal existente no País.

Parágrafo único. As atividades do CENAFOR serão programadas tendo em vista a formação e ao aperfeiçoamento do pessoal requerido pela evolução tecnológica e pelo desenvolvimento dos diversos setores da economia do País.

Art. 4º O CENAFOR contará com um Conselho Técnico Administrativo cuja composição será estabelecida nos Estatutos, ao qual competirá:

- a) fixar as diretrizes e critérios gerais para as atividades operacionais do CENAFOR, inclusive as de natureza administrativa;
- b) apresentar ao Ministro da Educação e Cultura, na época própria lista tripartite para a nomeação do Diretor-Executivo do CENAFOR.

Art. 5º Os Estatutos disporão sobre a estrutura administrativa e sobre a autonomia técnica, didática, administrativa e financeira do CENAFOR.

Parágrafo único. A fiscalização financeira compete, na forma da lei, à Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6º A receita do CENAFOR será constituída de:

- a) recursos orçamentários consignados no Orçamento da União;
- b) auxílios e subvenções de órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou multinacionais;
- c) doações e legados;
- d) remuneração de serviços prestados;
- e) rendas eventuais

Parágrafo único. Para o corrente exercício, o Ministério da Educação e Cultura proporá as alterações orçamentárias destinadas a fazer face à manutenção do CENAFOR.

Art. 7º O pessoal do CENAFOR será recrutado pelo sistema do mérito.

e ficará sujeito ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação subsequente.

Art. 8º Para o desempenho de suas atribuições, o CENAFOR poderá firmar contratos e convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, agências governamentais estrangeiras e multinacionais ou organismos internacionais de assistência técnica.

Art. 9º A duração do CENAFOR será por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Extinguindo-se por qualquer motivo o CENAFOR, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 1969.
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Favorino Bastos Mercio
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 617 — DE 10 DE
JUNHO DE 1969

Aprova a aposentadoria de Minervino Fiuza Lima, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a aposentadoria de Minervino Fiuza Lima no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, tornando-se definitivo o Decreto de 23 de fevereiro de 1968, publicado no *Diário Oficial* do mesmo mês e ano, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7.º, da Constituição, ao Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 618 — DE 10 DE
JUNHO DE 1969

Mantem vetos não apreciados pelo Congresso Nacional.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968; e

Considerando ser de interesse público uma decisão definitiva e imediata sobre numerosos vetos pendentes de apreciação pelo Congresso Nacional;

Considerando que legislação super-veniente já dispõe sobre parte das matérias vetadas criando-se assim uma expectativa prejudicial ao ordenamento jurídico do País, decreta:

Art. 1º Ficam mantidos os vetos totais ou parciais opostos pelo Presidente da República, que ainda não foram apreciados pelo Congresso Nacional, relativos às matérias constantes dos seguintes autógrafos:

I — PROJETOS TOTALMENTE VETADOS:

1. Projeto nº CD-607-67, que cria dois cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. (Mensagem de Veto nº 810, de 4.12.67);

2. Projeto nº CD-315-67, que cria na 3ª Região da Justiça do Trabalho oito Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. (Mensagem de veto nº 103, de 1.3.68);

3. Projeto nº CD-418-59, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 7ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. (Mensagem de veto nº 212, de 18.4.68);

4. Projeto nº CD-316-67, que cria na 8ª Região da Justiça do Trabalho, nove Juntas de Conciliação e Julgamento. (Mensagem de veto nº 665 de 10 de outubro de 1968);

5. Projeto nº CD-2.803-65, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que dispõe sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais. (Mensagem de veto nº 699, de 17.10.68);

6. Projeto nº CD-69-67, que dispõe sobre a remuneração mínima dos Ba-

charéis em Direito que exercem com relação de emprego, a profissão de Advogado. (Mensagem de veto nº 700, de 17 de outubro de 1968);

7. Projeto nº C.N. 23-68 que dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único, do artigo 174 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. (Mensagem de veto nº 709, de 21 de outubro de 1968);

8. Projeto nº CD-726-67, que cria o fundo da Procuradoria Geral da República, e dá outras providências. — (Mensagem de veto nº 766-A, de 18 de novembro de 1968);

9. Projeto nº CD-2.493-67, que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências. (Mensagem de veto número 767, de 19.11.68);

10. Projeto nº CD-207-67, que dispõe sobre a soma para fins de aposentadoria, dos tempos de serviço público federal e de atividade abrangida pela previdência social, e dá outras providências. (Mensagem de veto número 783, de 28.11.68);

11. Projeto nº CD-1.939-68, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Paulo o crédito especial de NCr\$.. 180.000 00, para o fim que especifica. (Mensagem de veto nº 820 de 4.12.68);

12. Projeto nº CD-1.562-68, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro, e dá outras providências. (Mensagem de veto nº 825, de 6.12.68);

13. Projeto nº CD-1.584-68 que regula o ingresso no País de alimentos de qualquer natureza e outras utilidades adquiridos no exterior, mediante doação, e destinados à assistência social. (Mensagem de veto nº 826, de 6 de dezembro de 1968);

14. Projeto nº SF-36-67, que fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras de Brasília — Distrito Federal. (Mensagem de veto nº 833, de 10.12.68);

15. Projeto nº CD-3.314-67 que regulamentar a profissão de empregados de edifício e dá outras providências. (Mensagem de veto nº 845, de 12.12 de 1968);

16. Projeto nº CD-2.336-64, que dispõe sobre o exercício da profissão de Corretor de jóias e pedras preciosas. (Mensagem de veto nº 852, de 21.12 de 1968);

II — PROJETOS PARCIALMENTE VETADOS E SANCIONADOS:

1. Projeto nº CD-4.462-62 que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências — transformado na Lei nº 5.414, de 10 de abril de 1968, vetados os seguintes dispositivos: arts. 6º, 10 e 12;

2. Projeto nº SF-115-68, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências — transformado na Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, vetados os seguintes dispositivos: art. 16; parágrafo único do artigo 18; art. 20; art. 25 e parágrafos; art. 26; § 2º do art. 28; inciso V do art. 31; art. 32 e parágrafo único; artigo 52; inciso II do art. 57; e art. 59;

3. Projeto nº CN-26-68, que modifica dispositivos da Lei nº 4.831-A de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior e dá outras providências — transformado na Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, vetados os seguintes dispositivos: §§ 1º e 2º do art. 3º; "caput" do art. 4º; arts. 7º e 8º; artigo 9º e alíneas; "caput" do art. 13; art. 14; §§ 3º e 5º do art. 19; artigo 21; parágrafo único do art. 22; artigos 23 e 24;

4. Projeto nº CN-32-68, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências — transformado na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 vetados os seguintes dispositivos: §§ 1º, 2º, 3º, suas alíneas e § 4º do 3º; art. 5º; alínea "g" do art. 11; art. 12 e seus §§ 1º e 2º; parágrafo 3º do art. 16; art. 19; art. 22 e suas alíneas; parágrafo único do art. 24; art. 28 e seu § 1º; § 1º do art. 33; arts. 44; 45; 53; 54; 55, 56 e 57;

5. Projeto nº CD-1.731-68, que dispõe sobre a profissão de Zootecnista — transformado na Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968 vetado o seu artigo 8º;

6. Projeto nº SF-9-66, que altera o Decreto-lei nº 960 de 17 de dezembro

de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública — transformado na Lei número 5.554, de 6 de dezembro de 1968, vetada a nova redação proposta em seu art. 1º, para o parágrafo único do art. 73 daquele Decreto-lei;

7. Projeto nº CD-1.748-68 que altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga as Leis nº 4.066, de 28 de maio de 1962, e nº 5.472 de 9 de julho de 1968 — transformado na Lei nº 5.562, de 12 de dezembro de 1968, vetado o seu artigo 3º.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 619 — DE 10 DE JUNHO DE 1969

Dispõe sobre a Liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 141 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, em liquidação, autorizada a debitar ao Fundo de Estabilização previsto no artigo 3º da Lei nº 4.430, de 20 de outubro de 1964:

a) o montante das indenizações trabalhistas asseguradas aos empregados da empresa, na forma da Lei.

b) o valor correspondente à complementação da quantia dos imóveis de que trata o artigo 4º da presente Lei.

c) as despesas administrativas decorrentes da liquidação da sociedade, devidamente aprovadas pela autoridade competente.

Art. 2º O saldo da dotação orçamentária prevista no item I, do artigo 21, da Lei nº 4.430, citada, será incorporado ao patrimônio da empresa liquidanda deduzindo-se e levando-se à subscrição do Tesouro Nacional o valor correspondente à subscrição das sociedades seguradoras que não coparticiparam do aumento do capital social da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, de que tratam os Decretos nºs. 55.399, de 7 de abril e 56.873, de 15 de setembro, ambos de 1965, promovendo-se, no livro próprio, as alterações necessárias.

Art. 3º Encerrada a liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, em liquidação, na forma do artigo 144 do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficará o Instituto de Resseguros do Brasil como representante da empresa extinta para a solução dos resíduos de responsabilidades porventura supervenientes, correndo os ônus correspondentes, se for o caso, à conta do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, de que trata o artigo 142 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a receber o valor de sua participação acionária na Companhia Nacional de Seguro Agrícola, em liquidação, em bens imóveis e móveis, do patrimônio da mesma, conforme os valores que vierem a ser apurados, ouvido o órgão competente do Ministério da Fazenda.

Art. 5º O saldo das dotações orçamentárias consignadas, em exercícios anteriores nos subanexos do Ministério da Agricultura, ora em poder do Fundo Federal Agropecuário, em favor da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, em liquidação, será imediatamente transferido à sociedade, para, após as deduções previstas na presente lei, ser incorporado ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, na forma do artigo 142, de Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

José Flávio Pécora

Ivo Arzuza Pereira

DECRETO-LEI Nº 620 — DE 10 DE JUNHO DE 1969

Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 24, 28, alínea "a", 36 "caput" e 80 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei e a fiscalização do exercício das profissões nela referidas serão, para a necessária harmonia e unidade de ação, reguladas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA)."

"Art. 28.

a) a parcela a que se refere o art. 36, da renda bruta arrecadada pelos Conselhos Regionais;

"Art. 36. Cada Conselho Regional recolherá ao Conselho Federal a parcela de 15% (quinze por cento) da renda bruta proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas "a" e "b" do artigo anterior".

"Art. 80. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e

Agronomia constitui serviço público federal descentralizado sob forma autárquica, gozando os seus bens, rendas e serviços, bem como os dos CREAs, que lhe são subordinados, de imunidade tributária (art. 20, inciso III, alínea "a" e seu § 1º, da Constituição do Brasil)".

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a seguinte alínea:

"Art. 27.

g) promover auditoria e outras diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais e adotar medidas para sua eficiência e regularidade."

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 54 da Lei número 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Newton Burlamaqui Barreira

DECRETO-LEI Nº 621 — DE 11 DE JUNHO DE 1969

Autoriza constituição de aforamento em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a constituir, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, independente das formalidades previstas no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o aforamento do imóvel com a área de 36.661,15m2 (trinta e seis mil seiscentos e sessenta e um metros quadrados e quinze decímetros quadrados), situado à Rua do Rosário nº 2, constituído pelo calçadão acostado e o terreno entre aquela rua,

à Rua do Mercado, à Rua Visconde de Itaboraí e a divisa esquerda do imóvel utilizado pelo Serviço de Rembolsável do Ministério da Marinha, no Estado da Guanabara, de acordo com os elementos técnicos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 101.553-68.

Art. 2º O valor do domínio útil do imóvel a que se refere o artigo anterior é fixado em NCR\$ 165.958.076,00 (cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e cinqüenta e oito mil e setenta e seis cruzzeiros novos), na forma da avaliação realizada pelo Serviço do Patrimônio da União, e representará capital realizado da União Federal na Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Art. 3º O imóvel de que trata este Decreto-lei se destina à construção do "Centro de Marinha Mercante" e à execução do P.A. nº 8.580, aprovado pelo Decreto "E" nº 2.068, de 28 de abril de 1968, do Estado da Guanabara, nos termos que forem acordados entre aquele Estado e a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, ficando a União eximida de quaisquer responsabilidades, inclusive quanto às áreas destinadas a logradouros públicos.

Art. 4º Fica a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro isenta do pagamento do foro, enquanto o imóvel permanecer no seu patrimônio, bem como de laudêmio nas transferências que vier a efetuar.

Art. 5º O aforamento de que trata este Decreto-lei efetivar-se-á mediante termo a ser lavrado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado da Guanabara, o qual terá, para todos os efeitos, força de escritura pública.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

José Flavio Pécora

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 622 — DE 11 DE
JUNHO DE 1969

Cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do Artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam criados, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal, um cargo de Subprocurador-Geral, quatro de Curador e dez de Defensor Público, providos mediante concurso público, na forma da lei.

Art. 2º As funções do Ministério Público junto ao registro civil serão exercidas pelos Curadores.

Art. 3º Poderão ser aproveitados, em cargos da mesma classe no Ministério Público do Distrito Federal, os ocupantes de cargos da carreira do Ministério Público dos Territórios Federais que se encontrem, há mais de dois anos, na condição de requisitados, prestando serviços àquele.

Art. 4º Os Defensores Públicos, nos casos de comprovada necessidade de serviço, poderão substituir ocupantes de cargo de classe imediatamente superior da carreira respectiva.

Art. 5º O primeiro provimento para os cargos criados pelo artigo 1º será realizado após a comprovação da existência, nas dotações orçamentárias destinadas ao Ministério Público do Distrito Federal, de recursos disponíveis para o atendimento das despesas resultantes.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 623 — DE 11 DE
JUNHO DE 1969

Altera o Artigo 11 do Decreto-lei número 352, de 17 de junho de 1968 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Artigo 11 do Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 11. Os débitos para com a Fazenda Nacional poderão ser pagos em casos excepcionais, mediante prestações, acrescidas dos encargos legais, desde que autorizado o parcelamento em despacho expresso pelo:

I — Ministro da Fazenda, em qualquer caso;

II — Secretário da Receita Federal, antes da inscrição do débito como Dívida Ativa da União;

III — Procurador-Geral da Fazenda Nacional, se o débito estiver inscrito como Dívida Ativa da União;

§ 1º A competência fixada neste artigo poderá ser delegada, nos casos do item II, a autoridades subordinadas ao Secretário da Receita Federal e, nos casos do item III, aos Procuradores Chefe das Procuradorias da Fazenda Nacional.

§ 2º O atraso no pagamento de qualquer prestação acarretará o vencimento automático das demais.

§ 3º No caso de parcelamento do débito inscrito como Dívida Ativa o devedor pagará também as custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 4º O requerimento do devedor solicitando o parcelamento na via judicial ou administrativa valerá como confissão irretratável da dívida.

§ 5º Nenhuma outra autoridade, que não as mencionadas neste artigo, poderá autorizar o parcelamento de débito.

§ 6º O Ministro da Fazenda poderá baixar normas estabelecendo as garantias que julgar necessárias à efetiva liquidação do débito parcelado”.

Art. 2º Fica revogado o item II do Artigo 26 da Lei nº 4.592, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º O Ministro da Fazenda determinará as autoridades competentes para o julgamento, em primeira instância, dos processos fiscais e de consulta relativos aos tributos federais na área de competência do Ministério.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José Flavio Pécora

DECRETO-LEI Nº 624 — DE 11 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza a inclusão de dotações nos projetos dos Orçamentos Anuais para os exercícios de 1970, 1971 e 1972 e fixa os respectivos montantes para o fim indicado.

O Presidente da República, de acordo com os Artigos 65, § 4º, e 67 da Constituição, e no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, nos projetos dos Orçamentos Anuais para os exercícios de 1970, 1971 e 1972, dotações em favor do Ministério da Agricultura destinadas a atender despesas com o Programa de Diversificação Agrícola da Região da Mogiana, na conformidade do acordo celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização de Alimentação e Agricultura, intitulado PNUD-FAO-381BRA-32.

Art. 2º As dotações orçamentárias ficam fixadas, respectivamente, para cada um dos exercícios de 1970, 1971 e 1972, em NCr\$ 1.184.900,00

(hum milhão, cento e oitenta e quatro mil e novecentos cruzeiros novos); NCR\$ 1.192.620,00 (hum milhão, cento e noventa e dois mil, seiscentos e vinte cruzeiros novos) e NCR\$ 1.193.480,00 (hum milhão, cento e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros novos).

Art. 3º Os recursos fixados no Artigo 2º serão destinados a atender aos compromissos financeiros da contrapartida do Governo Brasileiro ao Programa acima referido e que será executado através da FAO-MINAG e MINIPLAM, com a finalidade de prestar assistência técnica e financeira internacional a projetos de investimentos na região da Mogiana — Crédito Rural Orientado e Implantação de Centros de Serviços Agrícola — com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Agência Internacional de Desenvolvimento e a contrapartida do Banco Central do Brasil.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzua Pereira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 625 — DE 11 DE
JUNHO DE 1969

Dispõe sobre o processamento dos institutos de enquadramento e readaptação no Serviço Civil do Poder Executivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a necessidade de adotar medidas no sentido de, em curto prazo, concluir os trabalhos de enquadramento e readaptação;

Considerando, ainda, o princípio da descentralização preconizado pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1º Os enquadramentos de que tratam as Leis números 3.780, de 12 de julho de 1960, 3.967, de 5 de outu-

bro de 1961 e 4.069, de 11 de junho de 1962, e outras leis, assim como as adaptações serão processados na conformidade desse decreto-lei, e obedecerão as instruções a serem baixadas pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Art. 2º Cabe às Divisões ou Serviços de Pessoal dos Ministérios e dos órgãos subordinados à Presidência da República:

I — organizar as propostas de enquadramento definitivo e de readaptação dos servidores dos respectivos Ministérios, ou órgãos subordinados, ainda pendentes;

II — examinar e decidir os casos de revisão ou retificação de enquadramento e readaptação;

III — coordenar, orientar e assistir os órgãos de pessoal da Administração Indireta, vinculados aos respectivos Ministérios, na organização das propostas referentes aos citados órgãos.

Parágrafo único. Cabe aos Órgãos de Pessoal das Entidades da Administração Indireta:

I — organizar as propostas de enquadramento e de readaptação dos servidores compreendidos na sua jurisdição ainda pendentes;

II — examinar e decidir os casos de revisão ou retificação de enquadramento e readaptação;

III — articular-se com o Órgão de Pessoal do Ministério a que estiver vinculado, a fim de receber orientação e assistência.

Art. 3º Nos enquadramentos e retificações serão rigorosamente observados os critérios estabelecidos no Anexo IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 1º O enquadramento com base na Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, será feito, exclusivamente, na classe inicial da série de classes ou em classe singular, observando-se o seguinte critério:

I — a natureza das atribuições indicará o grupo ocupacional;

II — o salário ou faixa salarial determinará a série de classes ou classe singular.

§ 2º A norma do parágrafo anterior será, também, observada no caso de enquadramento previsto na Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, quando não houver denominação de

emprego no ato de admissão, ressalvada a aplicação da proporcionalidade.

Art. 4º As propostas de enquadramento a que se refere este decreto-lei deverão estar concluídas até 31 de agosto de 1969, para encaminhamento ao Presidente da República, por intermédio do DASP.

Parágrafo único. Não caberá recurso dos enquadramentos com base nas Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961, 4.069, de 11 de junho de 1962 e em outras leis especiais, devendo ser arquivados os recursos pendentes.

Art. 5º A readaptação dependerá da prévia realização de uma prova prática ou escrita de suficiência, na forma deste decreto-lei, a ser realizada após o exame de todos os processos que deverá estar concluído até 30 de setembro de 1969, à qual concorrerão exclusivamente os readaptandos que satisfizerem as demais condições especificadas em lei.

§ 1º As provas práticas constarão de execução de trabalhos que comprovem a capacidade do candidato para o exercício das tarefas típicas da série de classe, ou classe singular, para a qual é proposta a readaptação.

§ 2º A prova escrita constará de questões sobre matéria eliminatória constante das instruções reguladoras do concurso exigido para ingresso na série de classes ou classe singular em que deva ser feita a readaptação.

§ 3º Quando a prova de suficiência disser respeito a série de classes ou a classe singular para as quais não se tenha realizado concurso, observar-se-á o que vieram a dispor as instruções a serem baixadas pelo DASP.

§ 4º Serão dispensados da prova de suficiência os candidatos que comprovem sua habilitação anterior em concurso público para ingresso na série de classes ou classe singular para a qual é proposta a readaptação.

§ 5º Não haverá segunda chamada para a prova de suficiência, sendo inabilitado, de plano, o candidato que deixar de comparecer para prestá-la.

§ 6º Do resultado das provas não caberá recurso.

Art. 6º As provas escritas para série de classes ou classe singular co-

muns a vários Ministérios, serão realizadas pelo DASP, devendo, para esse fim, cada Órgão de Pessoal organizar uma relação com o nome do readaptando, cargo de que é ocupante em caráter efetivo, cargo para o qual se pretende a readaptação e local de trabalho do funcionário, remetendo-a ao DASP, imediatamente após o exame dos processos.

Parágrafo único. As provas práticas, assim como as que disseram respeito à série de classes ou classe singular privativa de determinado Ministério ou de entidade da Administração Indireta serão realizadas pelos respectivos órgãos referidos no art. 2º e obedecerão às instruções baixadas pelo DASP.

Art. 7º De posse do resultado das provas previstas no artigo anterior, os órgãos citados no artigo 2º reunirão os processos relativos aos casos que mereceram aprovação, encaminhando-os até 31 de dezembro de 1969, com expediente próprio, ao DASP.

Art. 8º Serão arquivados, de plano, nos Órgãos de Pessoal respectivos, os processos em que não estejam satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

Art. 9º Não serão readaptados:

I — os agregados

II — os aposentados

III — os falecidos

IV — os que não comprovaram a subsistência do desvio de atribuições

V — os que tenham sido enquadrados de acordo com as atribuições.

Art. 10. Cabe aos Órgãos de Pessoal indicados no art. 2º deste decreto-lei a responsabilidade pela inclusão ou classificação indevida de servidores nas propostas de enquadramento, bem como pela incorreta verificação dos pressupostos legais para readaptação.

Parágrafo único. Os dirigentes e chefes dos demais órgãos são responsáveis pelas informações prestadas no tocante a execução de trabalhos, desvio de atribuições, data e forma de admissão.

Art. 11. As propostas de enquadramento e de readaptação, antes de seu encaminhamento à Presidência da

República, serão revistas pelo DASP que, sem prejuízo do exame de casos específicos, a seu exclusivo critério, verificará a conformidade das mesmas com o plano de classificação de cargos instituído pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, no que se refere à estrutura e proporcionalidade nas séries de classes, bem como seus respectivos títulos, códigos, valores, estes inclusive no tocante às classes singulares.

Art. 12. Os processos já estudados pelo DASP terão o seu curso normal, obedecendo-se, no seu encaminhamento, ao disposto neste decreto-lei, e os que se encontram dependendo de estudos serão restituídos aos Órgãos de Pessoal respectivos, para processamento na forma deste decreto-lei.

Art. 13. O presente decreto-lei não releva a prescrição administrativa legalmente fixada, vedado o reexame de casos já decididos.

Art. 14. Os Órgãos Setoriais de Pessoal da Administração Direta receberão orientação do DASP que, para tanto, expedirá as necessárias instruções, competindo-lhes orientar, assistir e supervisionar os trabalhos dos Órgãos de Pessoal das entidades da Administração Indireta vinculados aos respectivos Ministérios.

Art. 15. O descumprimento de qualquer das obrigações constantes deste decreto-lei, ou a inobservância dos respectivos prazos, incompatibiliza o dirigente do Órgão de Pessoal para o exercício do cargo em comissão, função gratificada ou emprego de confiança que ocupar, devendo dele ser imediatamente exonerado ou dispensado.

Art. 16. Os trabalhos a serem executados para cumprimento deste decreto-lei são considerados relevantes e de alta prioridade, e na sua execução os órgãos de Pessoal receberão a colaboração dos demais órgãos.

Parágrafo único. Aos casos de recusa injustificada de colaboração aplicar-se-á a sanção prevista no art. 205 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, fixado o mínimo da pena em trinta dias.

Art. 17. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 11 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Amélio de Lyra Tavares
Mozart Gurgel Valente Júnior
José Flávio Pécora
Mário David Andreazza
Ivo Arzuu Pereira
Favorino Bastos Mércio
Newton Burlamaqui Barreira
Mauro de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
Jose Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 626 --- DE 12 DE
 JUNHO DE 1969

Dispõe sobre a liquidação de débitos de produtores rurais para com o FUNRURAL e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º, § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica facultado aos produtores rurais liquidar, na forma do presente Decreto-lei, seus débitos para com o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), anteriores à vigência do Decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1957.

Art. 2º Para os efeitos do artigo 1º, a contribuição de 1% devida ao FUNRURAL terá por base o valor da produção consignado na declaração única que cada proprietário rural entregou, para fim de cadastro, ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

§ 1º A mencionada contribuição incidirá, em relação aos períodos abaixo indicados, sobre as importâncias que resultarem da aplicação, àquele valor, das seguintes percentagens:

Período	Porcentagem
1-2-1964 a 31-1-1965	25%
1-2-1965 a 21-1-1966	50%
1-2-1966 a 31-1-1967	75%
Fevereiro de 1967	83%

§ 2º Dos débitos apurados na forma do artigo e seu § 1º será deduzido, quando for o caso, o valor dos recolhimentos parciais de contribuição relativos aos períodos correspondentes, já efetuados ou a serem feitos na forma do artigo 4º, § 1º.

§ 3º Os débitos remanescentes, referentes a período de um ano ou ao mês de fevereiro de 1967, serão cancelados quando inferiores, respectivamente, a NCr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros novos) e NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos).

§ 4º Aos débitos não cancelados serão acrescidos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, computados a contar do dia seguinte ao término de cada período especificado no § 1º e até a data da liquidação ou parcelamento, na forma do artigo 3º.

Art. 3º O débito total, proveniente do disposto no artigo 2º, deverá ser liquidado, sem multa nem correção monetária:

a) de uma só vez, até o último dia do segundo mês seguinte ao do início da vigência deste decreto-lei;

b) em 36 (trinta e seis) prestações, iguais e sucessivas, correspondentes à amortização e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor e com vencimento no último dia de cada mês, a começar do mês seguinte ao do parcelamento do débito, observado, para este fim, o prazo estabelecido na letra a.

§ 1º O parcelamento do débito, na forma prevista na letra b, ficará condicionado à emissão, pelo devedor de notas promissórias, com aval idôneo, correspondentes às prestações.

§ 2º A falta de pagamento das prestações em seu vencimento sujeitará o devedor às sanções previstas no artigo 82 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na atual redação e respectiva regulamentação.

§ 3º O contribuinte fará constar da guia de recolhimento do débito total ou do acordo de parcelamento o número de cadastro, no IBrA, do imóvel a que corresponda a produção declarada.

Art. 4º As cooperativas de produtores rurais ficam obrigadas ao recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL, anteriormente ao Decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, e que, por força de convênios firmados com o extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industri-

ários, deveriam ter sido descontadas do produto da venda das mercadorias a elas entregues por seus associados.

§ 1º As mesmas cooperativas continuam obrigadas a recolher as contribuições descontadas, por força desses convênios e ainda não recolhidas, com o acréscimo dos juros moratórios, de um por cento ao mês, computados na forma do § 4º do artigo 2º.

§ 2º O débito total de que trata o § 1º deverá ser liquidado de acordo com o disposto no artigo 3º e seus parágrafos.

Art. 5º Caberá à Comissão Diretora do FUNRURAL em consonância com o INPS expedir as normas complementares necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Newton Burlamaqui Barreira

DECRETO-LEI Nº 627 — DE 13 DE JUNHO DE 1969

Transfere para a Universidade Federal de Santa Maria o pessoal que indica.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O pessoal do Posto Agro-Pecuário de Jaguari e dos Colégios Agrícolas de Frederico Westphalen, Alegrete, General Vargas e Santa Maria, em exercício na data dos atos de incorporação à Universidade Federal de Santa Maria efetivada, respectivamente, pelos Decretos números 60.731, de 19 de janeiro de 1967 e 62.178 de 25 de janeiro de 1968, será transferido para o Quadro Único de Pessoal da referida autarquia, com a respectiva situação funcional.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 628 — DE 13 DE
JUNHO DE 1969

Dispõe sobre a situação de servidores públicos federais aposentados com fundamento na prestação de serviço em zona de guerra.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os servidores públicos federais que foram aposentados com fundamento na Lei nº 3.908, de 19 de junho de 1961, por haverem prestado serviço em zona de guerra, reverterão à atividade:

a) nos cargos que ocupavam antes da aposentadoria, quando os mesmos não tiverem sido providos na forma da lei; ou

b) em cargos da mesma classe singular ou de série de classes idênticas à que integravam quando da aposentadoria; ou

c) na situação de agregados em que se encontravam, na época da aposentadoria.

Parágrafo único. Não ocorrendo qualquer das hipóteses a que se refere este artigo, a reversão se processará em cargo idêntico ao então ocupado, na mesma classe, que será considerado excedente.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica aos servidores que tenham sido aposentados por decisão judicial transitada em julgado, ou aqueles cujos atos de aposentadoria tenham sido registrados pelo Tribunal de Contas da União, e, ainda, aos servidores autárquicos cujas aposentadorias são contemporâneas às acima referidas.

Art. 3º O período em que o servidor esteve aposentado será computado para efeito de disponibilidade ou nova aposentadoria.

Parágrafo único. Se à data da publicação deste Decreto-lei o servidor já tiver completado o tempo de serviço legalmente exigido para a sua aposentadoria, o ato respectivo será expedido *ex officio*.

Art. 4º A aplicação do disposto neste Decreto-lei não importará, em

qualquer hipótese, em reposição de importâncias recebidas a título de provento.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República

A. COSTA E SILVA

*Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
Mozart Gurgel Valente Júnior
José Flávio Pecora
Mário David Andreazza
Ivo Arzuza Pereira
Tarso Dutra
Newton Burlamaqui Barreira
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas*

DECRETO-LEI Nº 629 — DE 16 DE
JUNHO DE 1969

Dá nova redação à letra b, do artigo 4º do Decreto-lei nº 570, de 3 de maio de 1969.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Decreta:

Art. 1º A letra b do artigo 4º do Decreto-lei nº 570, de 3 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) das dotações consignadas, ou que vierem a ser consignadas, nos Orçamentos da União, do Estado de Minas Gerais, ou de outras entidades públicas, federais ou estaduais, em favor da Universidade Rural de Minas Gerais, com essa denominação ou com a de Universidade Rural do

Estado de Minas Gerais, bem como em favor da Universidade Federal de Viçosa”;

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 630 — DE 16 DE JUNHO DE 1969

Define a situação dos empregados a que se refere o artigo 23, e seus parágrafos, da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, nos casos que especifica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, parágrafo 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 23 da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 6º — Se a previdência social suscitar dúvida quanto ao preenchimento, pelo empregado, das condições previstas neste artigo e seus parágrafos, caberá a sociedade de seguros manter o pagamento de seus salários até solução final.

§ 7º — Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a sociedade de seguros poderá optar pela dispensa do empregado, com o pagamento da indenização legal, ficando-lhe assegurado o reembolso pela previdência social da quantia paga, se imprecidente a dúvida suscitada.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos casos de dúvida ainda não solucionados.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Newton Burlamaqui Barreira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 631 — DE 16 DE JUNHO DE 1969

Altera a denominação da Siderúrgica de Santa Catarina S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e na conformidade do artigo 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º A Siderúrgica de Santa Catarina S. A. (SIDESC), criada pela Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, passa a denominar-se Indústria Carbonífera Catarinense S. A. (ICC).

Art. 2º O artigo 2º da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. A Sociedade terá por objetivo principal a implantação, no Estado de Santa Catarina, de um complexo industrial, baseado no aproveitamento do carvão mineral e das pirritas carbonosas de Santa Catarina, bem como a exploração de indústrias que direta ou indiretamente, se relacionem com esse objetivo”.

Art. 3º O artigo 3º da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, modificado pelo artigo 1º da Lei nº 4.509, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República e de 2 a 4 Diretores, eleitos em Assembleia Geral por quatro anos, podendo ser renovados os mandatos”.

Art. 4º O número de Diretores será fixado em Decreto do Presidente da República.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 632 — DE 17 DE
JUNHO DE 1969

Permite, temporariamente, a venda de vinho, a tórno, como exceção ao artigo 23, do Decreto-lei nº 476, de 25 de fevereiro de 1969

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É permitida a venda fracionada de vinho nacional contido em recipientes de até 5 litros de capacidade, conforme preceitua o artigo 23, do Decreto-lei nº 476, de 25-2-69.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no prazo de 3 (três) anos, é facultada a venda de vinhos de mesa, assim considerados exclusivamente os produtos obtidos pela fermentação da uva madura, excluindo os licorosos em recipientes de capacidade superior ao estabelecido na legislação em vigor e, ainda a venda de vinho a tórno.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se exclusivamente ao produto nacional, de acordo com as condições estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 3º A venda de vinho a tórno a que se refere o artigo 1º deste Decreto-lei será privativa dos que foram classificados como vinhos de mesa, secos, de acordo com o Regulamento da Fiscalização da Produção, Circulação e Distribuição dos Vinhos e Derivados no Território Nacional, aprovado pelo Decreto nº 2.499, de 16 de maio de 1938.

Art. 4º Os estabelecimentos que satisfaçam as exigências regulamentares previstas pelos Serviços de Higiene e Saúde Pública e que estejam devidamente autorizados a proceder ao comércio de refeições, tais como cantinas e similares, assim como as adegas e postos de vinhos, terão permissão para a venda de vinhos nos termos deste Decreto-lei.

Art. 5º Os vinhos vendidos a tórno não poderão ser oferecidos ao consumo, quando sofrerem qualquer alteração que modifique suas características analíticas e organoléticas de origem, ficando os vendedores obrigados à observância das disposições estabelecidas pela legislação vitivinícola nacional.

Art. 6º Os estabelecimentos produtores, suas filiais ou entrepostos ou atacado e os engarrafadores enquanto vigorar o prazo aqui estabelecido, poderão vender, em recipientes de até 100 (cem) litros de capacidade, às casas de comércio discriminadas no artigo 4º, deste Decreto-lei, vinhos de produção nacional.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1969: 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 623 — DE 17 DE
JUNHO DE 1969

Revoga a Lei nº 4.238, de 25 de junho de 1933, e revigora o Decreto-lei nº 7.732, de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968:

Considerando que o imóvel localizado na rua São Joaquim nº 324 no Município de São Paulo — SP foi incorporado ao patrimônio da União pelo Decreto-lei nº 7.732, de 12 de julho de 1945, encontrando-se no mesmo instalada a 4ª Circunscrição do Serviço Militar, do Ministério do Exército;

Considerando que a Lei nº 4.238, de 25 de junho de 1933, promulgada nos termos do artigo 70, § 3º, da Constituição de 1946, incorporou aquele imóvel do patrimônio da União e determinou a sua devolução à plena propriedade da Sociedade Filarmônica Alemã "Lyra";

Considerando, além do mais, que por acórdão de 27 de setembro de 1957 da 2ª Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso Extraordinário nº 23.596, a mais alta Corte não conheceu do recurso interposto pela Sociedade Filarmônica Alemã "Lyra" contra a decisão do Egrégio Tribunal Federal de Recursos nos

atos da Apelação Civil nº 2.150 em que a referida Sociedade foi considerada em funcionamento ilegal no País e reconhecida a legalidade do ato do Governo Federal, com base na Lei Constitucional nº 5, de 1942, e na legislação de guerra, decretando-lhe o fechamento e mandando incorporar ao Fundo de Indenizações de Guerra o respectivo acervo patrimonial;

Considerando, afinal, que nenhum efeito poderia produzir a lei posterior, que atribuiu a titularidade do domínio sobre o imóvel a uma pessoa jurídica já dissolvida, decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei número 4.238, de 26 de junho de 1963.

Art. 2º Fica revogado o Decreto-lei nº 7.732, de 12 de julho de 1945, e restabelecidos os seus efeitos a partir da respectiva publicação.

Brasília, 17 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 634 — DE 18 DE JUNHO DE 1969

Aprova o Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaiá no Combate à Febre Aftosa assinado em 16 de maio de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' aprovado o Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaiá no combate à febre aftosa, assinado em 16 de maio de 1969 com o Paraguai.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jose de Magalhães Pinto

O Convênio mencionado no presente Decreto foi publicado no D.O. de 19-6-69.

DECRETO-LEI Nº 625 — DE 18 DE JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Viação e Obras, o crédito especial de NCr\$ 7.447.930,77 para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir em favor da Secretaria de Viação e Obras, o crédito especial no valor de NCr\$ 7.447.930,77 (sete milhões quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta cruzeros novos e setenta e sete centavos) e destinado a integralizar a participação da Prefeitura do Distrito Federal no capital da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos na forma do item III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de igual valor nas dotações orçamentárias abaixo especificadas (o Orçamento do Distrito Federal (Lei nº 5 548, de 2 de dezembro de 1968)).

NCr\$

Secretaria de Viação e Obras

40.0.00 — Despesas de Capital

43.0.00 — Transferências de Capital

43.2.00 — Auxílios para Obras Públicas

43.2.03 — Entidades do Distrito Federal

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do

Brasil — NOVACAP

7.341.930,77

43.4.00 — Auxílios para Inversões Financeiras	
43.4.03 — Entidades do Distrito Federal	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do	
Brasil — NOVACAP	106.000,00
	<hr/>
	7.447.930,77

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 636 — DE 18 DE
 JUNHO DE 1969

Modifica o Quadro de Oficiais-Generais do Exército, em tempo de paz, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e,

— considerando que o Ministério do Exército mantém a mesma organização básica da Lei nº 2.851 de 25 de agosto de 1956, limitando-se a ajustá-la, através da criação ou extinção de determinados cargos ou órgãos, como imperativo de sua atualização;

— considerando a necessidade de reajustar os efetivos de Oficiais-Generais do Exército, a fim de atender aos encargos decorrentes da implantação progressiva da Reforma Administrativa, de que trata o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

Decreta:

Art. 1º Os Quadros de Oficiais-Generais do Exército, em tempo de paz, estabelecidos pelas Leis nº 1.632, de 30 de junho de 1952, nº 3.654, de 4 de novembro de 1959, nº 5.394, de 23 de fevereiro de 1968 e Decreto-lei nº 541, de 18 de abril de 1969, ficam acrescidos de:

— Quadro de Oficiais-Generais Combatentes:

General-de-Exército — 1 (um)
 Generais-de-Divisão — 5 (cinco)

— Quadro de Oficiais-Generais Engenheiros Militares:

General-de-Divisão — 1 (um)

— Quadro de Oficiais-Generais do Serviço de Saúde:

General-de-Brigada Médico — 1 (um)

— Quadro de Oficiais-Generais do Serviço de Intendência:

Generais-de-Brigada — 2 (dois).

Art. 2º O preenchimento das vagas, decorrentes da aplicação deste Decreto-lei, será regulado pelo Poder Executivo, devendo efetuar-se em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 637 — DE 18 DE
 JUNHO DE 1969

Acresce os efetivos de oficiais e praças no Exército e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e considerando:

— que é imperativo atender às necessidades mínimas de interiorização progressiva das unidades do Exército e, assim, permitir a criação de novas unidades previstas nos planos de desenvolvimento do Exército, entre as quais devem ser criadas, a curto prazo;

— 1 Grupo de Artilharia de Campanha, em Formosa — GO, de orga-

nização mista, que constitua o núcleo do Centro de Instrução da Arma de Artilharia e comportando além das Baterias de Obuses de 105 mm orgânicas, a adição de, pelo menos, 1 Bateria de Obuses 155 mm AP e 1 Bateria de Mísseis;

— 1 Batalhão de Infantaria, em Cristalina — GO;

— 1 Batalhão de Engenharia de Construção, em Cruzeiro do Sul — AC;

— 1 Regimento de Cavalaria Mecanizado, em João Pessoa — PB;

— que é necessário reforçar as sedes dos Comandos de Exército e do Comando Militar da Amazônia com um efetivo de unidades de Polícia do Exército em condições de cumprirem missões previstas nos planos de emprego daqueles Grandes Comandos;

— que os efetivos de praças do Exército são mantidos inalterados desde a Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, não comportando novos reajustes para atender à evolução do Exército e à criação de novas unidades, decreta:

Art. 1º Os efetivos globais de Oficiais dos Quadros das Armas e Material Bélico, por postos, são acrescidos da forma seguinte:

- Coronéis — 4
- Tenentes-Coronéis — 7
- Majores — 20
- Capitães — 43
- Primeiros Tenentes — 47

Art. 2º Os efetivos de oficiais do Quadro do Serviço de Intendência do Exército ficam acrescidos da forma seguinte:

- Capitães — 7
- 1ºs Tenentes — 7

Art. 3º Os efetivos de oficiais do Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército ficam acrescidos da forma seguinte:

- Capitães — 7

Art. 4º Os efetivos de praças do Exército são acrescidos da forma seguinte:

- Subtenentes — 32
- Sargentos — 632
- Cabos — 763
- Soldados — 4.500

Art. 5º O reajustamento dos Quadros e o complemento dos efetivos acrescidos em decorrência deste decreto-lei serão regulados pelo Poder Executivo, em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 6º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 638 — DE 18 DE JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terras e benfeitorias que menciona, no Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar a área de terras e respectivas benfeitorias, situada no Estado de Goiás, medindo 1.040 (hum mil e quarenta) quilômetros quadrados, compreendida no polígono determinado pela linha reta que liga as nascentes dos Rios Preto e Bezerra e pelos cursos desses rios desde suas nascentes até a confluência dos mesmos.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 639 — DE 19 DE JUNHO DE 1969

Estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Criminosos, Estado de Santa Catarina, pertencente à 4ª Região, do Município de Lauro Müller, no mesmo Estado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e de

acôrdio com o artigo 60, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica estendida ao atual Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, a Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma, no mesmo Estado.

Parágrafo único. Os feitos trabalhistas oriundos da Comarca de Lauro Müller e ajuizados em Orleans que se encontram, nesta data, em instrução, pendentes de sentença, em diligência ou em execução deverão ser imediatamente remetidos à Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 640 — DE 19 DE
JUNHO DE 1969

Aprova o Acôrdio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Tunísia, assinado no Rio de Janeiro, a 4 de junho de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Tunísia, assinado no Rio de Janeiro, a 4 de junho de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

O Acôrdio mencionado no presente Decreto foi publicado no D.O. de 20 de junho de 1969.

DECRETO-LEI Nº 641 — DE 19 DE
JUNHO DE 1969

Aprova o Acôrdio Cultural entre o Brasil e o Paquistão, assinado em Islamabad, a 8 de fevereiro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Cultural entre o Brasil e o Paquistão, assinado em Islamabad, a 8 de fevereiro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

O Acôrdio mencionado no presente Decreto foi publicado no D.O. de 20 de junho de 1969.

DECRETO-LEI Nº 642, DE 19 DE
JUNHO DE 1969

Aprova o Acôrdio de Cooperação Cultural entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Índia, assinado em 23 de setembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio de Cooperação Cultural entre os governos da República Federativa do Brasil e da Índia, assinado no Rio de Janeiro, a 23 de setembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

revogadas as disposições em contrário de concorrência pública ou licitação rio.

Brasília, 19 de junho de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

O Acórdão mencionado no presente Decreto foi publicado no D.O. de 20 de junho de 1969.

DECRETO-LEI Nº 643 — DE 19 DE JUNHO DE 1969

Autoriza a venda de imóveis do INPS nas condições que especifica e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Aquele que em 31 de janeiro de 1969 residisse em unidade habitacional de propriedade do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como locatário ou ocupante, e, na presente data, ainda mantenha essa qualidade, fica assegurada a preferência para compra do respectivo imóvel de conformidade com a legislação vigente para a alienação determinada pelo art. 65 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, pelo valor atual, observadas as condições estabelecidas nos incisos I a IV do art. 5º da Lei nº 5.455 de 19 de junho de 1968, e as instruções sobre a correção monetária expedida pelo Banco Nacional de Habitação.

§ 1º Fica ressalvada a preferência de candidato regularmente habilitado à aquisição do imóvel na forma das instruções baixadas pelo INPS ou em decorrência de decisão administrativa definitiva ou de última instância.

§ 2º Não serão alienados pela forma do art. 1º os imóveis que em virtude de ato solene anterior à Lei nº 4.380, de 1964, tenham sua destinação vinculada a condições especiais, bem assim aqueles que, a critério do INPS, sejam excluídos do processo da venda, por serem considerados necessários à expansão de seus serviços ou cuja alienação seja considerada prejudicial à urbanização das glebas onde se situem.

Art. 2º. O INPS poderá alienar, pelo valor atual e independentemente

terrenos de sua propriedade situados em conjuntos residenciais, para o fim exclusivo de construção de sede destinada a serviços sociais, associações de moradores ou outras entidades de classe, desde que aliem sem finalidade lucrativa, feita obrigatoriamente, a correção monetária do saldo financiado, na forma mencionada na parte final do art. 1º.

§ 1º Nas mesmas condições deste artigo poderão ser alienados às entidades mencionadas os imóveis por elas ocupados nesta data com a mesma destinação.

§ 2º Não poderá, entretanto, o INPS conceder financiamento para construção das benfeitorias.

§ 3º A escritura de venda ou de promessa de venda conterá, obrigatoriamente, cláusula de reversão, em favor do INPS, desde que desvirtuada a finalidade especificada, considerando-se as importâncias eventualmente pagas como taxa de ocupação do imóvel ou quando já quitado o preço, restituído seu montante sem correção monetária e sem juros, depois de deduzida uma taxa de ocupação equivalente a um centésimo do respectivo valor tributado, por mês de ocupação, ou fração.

Art. 3º Fica o INPS autorizado a alienar às entidades sindicais e cooperativas de consumo, sem concorrência pública ou licitação e pelo respectivo valor atual, os imóveis de sua propriedade que, em 31 de janeiro de 1969, estivessem e ainda estejam ocupados pelas referidas entidades ou cooperativas observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 2º e sujeito o saldo financiado à correção monetária, na forma do disposto na parte final do art. 1º.

Art. 4º A venda e o compromisso de venda, na forma do presente Decreto-lei, serão celebrados por instrumento particular, sem prejuízo de poderem ser registrados, um e outro, no respectivo cartório do Registro Geral de Imóveis.

Art. 5º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 644 — DE 23 DE
JUNHO DE 1969

Altera a legislação do imposto único sobre energia elétrica e do empréstimo compulsório em favor da..... ELETROBRAS.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Imposto único sobre energia elétrica, instituído pela Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, devido por kwh de energia consumida, a medidor ou *forfait*, será equivalente às seguintes percentagens da tarifa fiscal definida na lei:

- a) 47% (quarenta e sete por cento), para os consumidores residenciais;
- b) 2% (dois por cento), para os consumidores industriais;
- c) 22% (vinte e dois por cento), para os consumidores comerciais e outros.

Parágrafo único. Fica acrescentada ao parágrafo 5º do art. 4º da Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, alterado pelo art. 1º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, com a redação dada pelo art. 4º da Lei número 5.073, de 18 de agosto de 1966, a seguinte alínea:

“h — os consumidores rurais”.

Art. 2º O Inciso I do § 1º do artigo 13 da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — 39% (trinta e nove por cento), em contas de movimento, sendo 37% (trinta e sete por cento), à ordem da ELETROBRAS, e 2% (dois por cento), a ordem do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE.

Art. 3º. O empréstimo compulsório em favor da ELETROBRAS será cobrado por kwh de energia elétrica consumida, e equivalerá a 35% (trinta e cinco por cento) da tarifa fiscal, definida em lei, sendo exigível apenas dos consumidores industriais, comerciais e outros, excetuados os residenciais e rurais.

§ 1º Os consumidores iguais ou inferiores a 100 (cem) kwh mensais, cujo fornecimento se faça a medidor, ou em equivalência a *forfait*, ficam isentos do empréstimo compulsório de que trata este artigo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução do empréstimo compulsório, em caráter permanente ou temporário, a indústrias de intenso consumo de energia elétrica e de interesse relevante para a economia nacional, de acordo com normas a serem estabelecidas, em decreto, até 31 de dezembro de 1969.

Art. 5º Fica alterado o § 7º do artigo 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, e aquele acrescidos os §§ 8º, 9º, 10º e 11, como segue:

“§ 7º. As obrigações a que se refere o presente artigo serão exigíveis pelos titulares das contas de energia elétrica, devidamente quitadas, permitindo-se a este, até 31 de dezembro de 1969, apresentarem à ELETROBRAS contas relativas a até mais duas ligações, independentemente da identificação dos respectivos titulares.

§ 8º Aos débitos resultantes do não recolhimento do empréstimo referido neste artigo, aplica-se a correção monetária na forma do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e legislação subsequente.

§ 9º A ELETROBRAS será facultado proceder à troca das contas quitadas de energia elétrica, nas quais figure o empréstimo de que trata este artigo, por ações preferenciais, sem direito a voto.

§ 10. A faculdade conferida à ELETROBRAS no parágrafo anterior poderá ser exercida com relação às obrigações por ela emitidas em decorrência do empréstimo referido neste artigo, na ocasião do resgate dos títulos por sorteio ou no seu vencimento.

§ 11. Será de 5 (cinco) anos o prazo máximo para o consumidor de energia elétrica apresentar os originais de suas contas, devidamente quitadas, à ELETROBRAS, para receber as obrigações relativas ao empréstimo referido neste artigo, prazo este que também se aplicará, contado da data do sorteio ou do vencimento das obrigações, para o seu resgate em dinheiro”.

Art. 6º A ELETROBRAS poderá restituir antecipadamente as contribuições de empréstimo de que trata

o art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, desde que os subscritores concordem em recebê-las com desconto, cujo percentual será fixado, anualmente, pelo Ministro das Minas e Energia.

§ 1º As diferenças apuradas entre o valor das contribuições arrecadadas e das respectivas restituições constituirão recursos especiais destinados ao custeio de obras e instalações de energia elétrica que, por sua natureza pioneira, assim definida em ato do Ministro das Minas e Energia, sejam constituídas de imediata rentabilidade e à execução de projetos de eletrificação rural.

§ 2º A aplicação dos recursos referidos no parágrafo anterior far-se-á, a critério da ELETROBRAS, sob a forma de auxílio aos concessionários de serviço de energia elétrica para posterior transformação em participação acionária da ELETROBRAS, a partir da data em que os empreendimentos realizados tiverem rentabilidade assegurada, ou, sob a forma de financiamento, com prazos de carência e amortização, e juros previstos nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 20 da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965.

Art. 7º O § 3º do art. 6º da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos de 6% (seis por cento) ao ano e não terão direito de voto, salvo nos casos dos arts. 81, parágrafo único, e 106 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940".

Art. 8º O art. 10 da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10. O Estado que dispuser de sociedade de economia mista geradora, ou distribuidora de energia elétrica receberá a quota estadual, através da referida sociedade, a qual caberá aplicá-la, mediante crédito do respectivo valor ao Estado.

Parágrafo único. O critério referido no caput deste artigo será convertido em participação acionária na sociedade estadual de eletrificação, devendo, em se tra-

tando de aplicação em obras de natureza pioneira, a critério do Estado, ser tais aplicações escrituradas em conta especial, para posterior utilização, na subscricao ou integralização de capital da sociedade estadual de eletrificação, tão logo cada uma das aplicações referidas tenha atingido os limites legais de remuneração dos respectivos investimentos.

Art. 9º Fica acrescentado ao artigo 19 do Decreto-lei nº 400, de 30 de dezembro de 1968, um parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS e os concessionários de serviços públicos de energia elétrica".

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a concordar com a conversão do valor das partes beneficiárias e dos respectivos dividendos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF, a que fizer jus o Tesouro Nacional como titular das mesmas, em ações do capital daquela Companhia.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a ceder à Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS as ações resultantes da conversão referida neste artigo, e bem assim as ações da União nas empresas concessionárias de serviços de eletricidade.

§ 2º Em decorrência da cessão prevista neste artigo, a União ficará com um crédito na ELETROBRAS, no mesmo valor, para o efeito de futura subscrição de capital dessa empresa.

Art. 11. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto nos arts. 1º, 2º e 3º, que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1970.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, exceto os §§ 2º a 7º do art. 1º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, modificado pelo artigo 3º da Lei nº 4.676, de 16 de junho de 1965, que permanecerão em vigor até 31 de dezembro de 1969.

Brasília, 23 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Antônio Dias Leite Júnior

Marcos Vinícius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 645 — DE 23 DE
JUNHO DE 1969

*Altera percentagens de incidência das
cotas de previdência que indica*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 158, § 2º, da Constituição, decreta

Art. 1º Fica elevada, a partir de 1º de julho de 1969 para 15% (quinze por cento), a percentagem das taxas referidas no Decreto nº 20.465, de 1º de outubro de 1931, e na Lei nº 593 de 24 de dezembro de 1943, conseladas no artigo 166, item I, letra a, do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967, as quais são cobradas diretamente ao público, sob a denominação genérica de quotas de previdência.

§ 1º Excetuam-se da majoração referida neste artigo as taxas que incidem sobre tarifas de estradas de ferro, carris, transportes aéreos, portos, telegrafia, radiotelegrafia, radio-telefonia e radiodifusão, bem como as mencionadas nas alíneas b a h do artigo 166, item I, do Regulamento supracitado.

§ 2º Fica também excluída da majoração a que se refere este artigo a taxa que incide sobre tarifas de luz, a qual, a partir de 1º de janeiro de 1970, fica reduzida de 10% (dez por cento) para 3% (três por cento).

Art. 2º Ficam igualmente elevadas, a partir de 1º de julho de 1969, para 20% (vinte por cento), as percentagens de que trata o artigo 74, letras b e c, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Antônio Dias Leite Júnior

Marcos Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 646 — DE 23 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a subscrever ações da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), autorizado a subscrever ações preferenciais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS no montante de NCrs 50.000 000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Parágrafo único. Para o efeito do disposto neste artigo serão utilizados recursos proporcionados pelo aumento da cota de previdência de que trata o Decreto-lei nº 645, de 23 de junho de 1969, que serão entregues à ELETROBRAS em parcelas mensais iguais e sucessivas, a partir de 1º

de setembro de 1969, devendo a referida empresa convertê-los em capital social até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2º A subscrição de que trata o presente decreto-lei não se aplica o disposto no artigo 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 3º O Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério das Minas e Energia adotarão providências para o cumprimento do presente decreto-lei, inclusive as que decorrerem do disposto no artigo 131 da Lei nº 3.807, de 27 de agosto de 1960 e as que forem reclamadas pela eventual necessidade de aumento de capital da empresa.

Art. 4º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Antônio Dias Leite Júnior

Marcos Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 647 — DE 23 DE JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes em favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o crédito especial de NCr\$ 4.915.000,00 para a fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes em favor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro o crédito especial no valor de NCr\$ 4.915.000,00 (quatro milhões, novecentos e quinze mil cruzeiros novos) para atender a reformulações dos programas de obras públicas do aludido Departamento.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.17.00, a saber:

	NCr\$
5.17.00 — Ministério dos Transportes	
5.17.03 — Secretaria Geral (Órgãos Vinculados)	
Departamento Nacional de Estradas de Ferro	
15.05.19.1.026 — Construção do Trecho Jundapéba — Ribeirão Pires (Anel Ferroviário de São Paulo — Capital)	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.850.000,00
15.05.19.1.027 — Unificação e Remodelação dos Transportes Suburbanos da Guanabara (construção de um viaduto em Nova Iguaçu no Bairro do Km 11 — NCr\$ 500.000,00)	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas	500.000,00
15.05.19.1.029.A — Construção do Trecho Jequié-Campinho	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	500.000,00
15.05.19.1.029.C — Construção do Trecho Roca Sales Passo Fundo	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	2.065.000,00
	4.915.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfino Netto

Mário David Andreazza

Marcos Vinícius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 648 — DE 23 DE JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura em favor do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná, o crédito especial de NCr\$ 185.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Agricultura em favor do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná, o crédito especial no valor de NCr\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil cruzeiros novos) para atender despesas com Gratificação por Representação de Gabinete e Locomoção de Pessoal.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-Lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Suanexo 5.03.00, a saber:

5.03.00 — Ministério da Agricultura	
5.03.03 — Secretaria Geral (Órgãos Vinculados)	
Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná	
04.04.05.1.017 — Colonização das glebas "Missões" e "Chopin"	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.2 — Entidades Federais	
Serviços de Terceiros	185.000,00

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzua Pereira

Marco Vinicius Prutini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 649 — DE 23 DE JUNHO DE 1969

Dispõe sobre a isenção das taxas de melhoramentos de portos e renovação da Marinha Mercante para mercadorias, equipamentos, combustíveis e lubrificantes importados e a importar pela e para a Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São isentos das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante a que se refere a Lei nº 3.381, de 24 de

abril de 1958, alterada pelo Decreto-Lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969, os materiais, equipamentos combustíveis e lubrificantes importados e a importar pela Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA, desde que destinados à construção do Sistema Hidrelétrico do Paredão (Usina Hidrelétrica "Coaracy Nunes").

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jose Costa Cavalcanti

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 650 — DE 25 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção Internacional de Linhas de Carga — IMCO.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção Internacional sobre Linhas de Carga, celebrada sob os auspícios da Organização Intergovernamental Marítima Consultiva, agência especializada da Organização das Nações Unidas e assinada pelo Brasil em 6 de abril de 1966.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1969; 148º da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 651 — DE 25 DE JUNHO DE 1969

Aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos entre Brasil e a Suíça.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Suíça, firmado em Berna a 16 de maio de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1969; 148º da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI 652 — DE 25 DE JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCrs 12.304.800,00 (doze milhões, trezentos e quatro mil e oitocentos cruzeiros novos), destinado à Diretoria de Ensino dos Territórios e Fronteiras.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, a favor da Diretoria de Ensino dos Territórios e Fronteiras, o crédito especial de NCrs 12.304.800,00 (doze milhões, trezentos e quatro mil e oitocentos cruzeiros novos) destinado a atender despesas com sua implantação e funcionamento, a seguir discriminado:

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	
5.05.48 — Diretoria de Ensino dos Territórios e Fronteiras	
08.01.07.2.230 — Supervisão e Coordenação do Ensino dos Territórios e Fronteiras	274.144,00
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
02.00 — Despesas variáveis com Pessoal Civil	78.904,00
3.1.2.0 — Material de Consumo	9.000,00
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	101.855,20
3.1.4.0 — Encargos Diversos	4.500,00

4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.1.0.0	— Investimentos	
4.1.1.0	— Obras Públicas	5.000,00
4.1.3.0	— Equipamentos e Instalações . .	43.100,00
4.1.4.0	— Material Permanente	31.784,80
08.04.07.1.001	— Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede de Ensino Primário nos Territórios Federais	6.370.000,00
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.2.0.0	— Transferências Correntes	
3.2.1.0	— Subvenções Sociais	709.300,00
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas . .	4.223.400,00
4.3.4.0	— Auxílios para Equipamentos e Instalações	587.300,00
4.3.5.0	— Auxílios para Material Permanente	870.000,00
08.04.07.1.004	— Auxílio para Construção e Instalação de Escolas Primárias ao longo das Fronteiras Nacionais através de convênios gerais com governos estaduais bem como convênios diretos com as Prefeituras Municipais localizadas na faixa dos 0 aos 150 Km a dentro do Território Nacional	2.720.656,00
— Acre		1.000.000,00
— Amazonas		266.065,60
— Mato Grosso		483.718,08
— Paraná		238.859,04
— Rio Grande do Sul		520.360,80
— Santa Catarina		211.652,48
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas . .	2.720.656,00
08.04.07.1.005	— Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede de Ensino Médio nos Territórios Federais	2.940.000,00
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.2.0.0	— Transferências Correntes	
3.2.1.0	— Subvenções Sociais	709.300,00
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas . .	1.615.400,00
4.3.4.0	— Auxílios para Equipamentos e Instalações	240.000,00
4.3.5.0	— Auxílios para Material Permanente	375.300,00

Art. 2º A despesa com a execução do presente Decreto-lei será atendida com recursos resultantes do cancelamento de igual quantia das dotações constantes da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, abaixo discriminadas:

5.05.00	— Ministério da Educação e Cultura
5.05.02	— Secretaria Geral
08.04.07.1.001	— Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede de Ensino Primário nos Territórios

	Federais, destacando-se 2% para a Coordenação de Ensino dos Territórios	6.500.000,00
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.2.0.0	— Transferências Correntes	
3.2.1.0	— Subvenções Sociais	709.300,00
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas	4.223.400,00
4.3.4.0	— Auxílios para Equipamentos e Instalações	567.300,00
4.3.5.0	— Auxílios para Material Permanente	1.000.000,00
03.04.07.1.004	— Auxílios para Construção e Instalação de Escolas Primárias ao longo das Fronteiras Nacionais, através de convênios gerais com governos estaduais, bem como convênios diretos com as Prefeituras Municipais localizadas na faixa dos 0 aos 150 quilômetros a dentro do Território Nacional	2.804.800,00
	— Acre	1.000.000,00
	— Amazonas	280.480,00
	— Mato Grosso	504.864,00
	— Paraná	252.432,00
	— Rio Grande do Sul	542.640,00
	— Santa Catarina	224.384,00
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas	2.804.800,00
03.04.07.1.005	— Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede de Ensino Médio nos Territórios Federais, destacando-se 2% para a Coordenação do Ensino dos Territórios	3.000.000,00
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.2.0.0	— Transferências Correntes	
3.2.1.0	— Subvenções Sociais	709.300,00
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas	1.615.400,00
4.3.4.0	— Auxílios para Equipamentos e Instalações	300.000,00
4.3.5.0	— Auxílios para Material Permanente	375.300,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Marcus Vinicius Pralini de Moraes

DECRETO-LEI 653 -- DE 26 DE
 JUNHO DE 1969

nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Declara extinta a intervenção em instituição de ensino superior e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do art. 2º, do Ato Institucional

Art. 1º É declarada extinta, para todos os efeitos, a intervenção determinada pelo Decreto-lei nº 551, de 24 de abril de 1969, no Instituto Educacional Politécnico e de Serviço Social de Brasília e na Faculdade de Filosofia "Epitácio Pessoa", com sede no Distrito Federal.

Art. 2º Os alunos do estabelecimento de ensino de que trata o artigo anterior, poderão requerer transferência de matrícula para qualquer outra instituição congênere, autorizada a funcionar regularmente no País, desde que:

a) o façam dentro de trinta (30) dias a partir da data da publicação deste Decreto-lei;

b) comprovem a matrícula e a frequência regular no estabelecimento de ensino que estavam cursando;

c) assumam o compromisso expresso de continuar pagando, na nova situação escolar, as mensalidades e demais encargos educacionais a que estavam sujeitos no estabelecimento de origem.

§ 1º Os documentos comprobatórios das condições previstas na letra b do artigo, devem ser expedidos ou autenticados pelo Interventor nomeado na forma do artigo 2º do Decreto-lei nº 551, de 24 de abril de 1969.

§ 2º O inadimplemento, no corrente ano letivo, nos prazos estabelecidos, de qualquer prestação mensal dos encargos, devidos pelos alunos, importará, em cancelamento automático de sua matrícula.

Art. 3º Para efeito da transferência autorizada no artigo 2º, será considerado aumento do número de matrículas, em cada série, o correspondente ao de alunos efetivamente transferidos para o estabelecimento de ensino.

Art. 4º Os estabelecimentos de ensino que tenham recebido em transferência os alunos de que trata este Decreto-lei, deverão remeter a relação nominal dos mesmos dentro de trinta (30) dias, a partir da cessação de prazo previsto na letra a do artigo 2º, ao Ministro da Educação e Cultura, para efeito de promover a regularização da respectiva situação escolar perante o Conselho Federal de Educação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data da sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Marcus Vinicius Pratini de Moraes

DECRETO-LEI Nº 655 — DE 27 DE JUNHO DE 1969

Estabelece normas transitórias para a execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Ficam autorizados os órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, encarregados da administração e coordenação do ensino técnico agrícola comercial e industrial, a organizar, em nível superior e para as respectivas áreas, os cursos de que trata o artigo 30 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e, bem assim, a mantê-los, diretamente ou em convênio com unidades de ensino técnico ou de ensino superior, oficiais ou reconhecidas observadas as resoluções do Conselho Federal de Educação quanto à estruturação e extensão dos cursos.

Art. 2º. Serão extintos os cursos especiais de educação técnica nas regiões em que ficar comprovado haver número bastante de professores e especialistas a que se refere o artigo 30 da mesma Lei.

Art. 3º O presente Decreto-lei vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 656 — DE 27 DE JUNHO DE 1969

Dispõe sobre incorporação de bens da União, do Estado do Piauí e de instituições particulares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Universidade Federal do Piauí a ser instituída sob a forma de Fundação conforme autorização constante da Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968 poderá incorporar ao seu patrimônio bens pertencentes à União, ao Estado do Piauí e a instituições particulares.

Parágrafo único. Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a outorgar os instrumentos necessários à transferência de domínio dos bens da União notadamente os da Faculdade Federal de Direito do Piauí, devendo os estaduais e os particulares ser transferidos por instrumento próprio, obedecidas as disposições legais e, no último caso, mediante os entendimentos cabíveis entre a Fundação e os titulares do domínio.

Este Decreto-lei entrará em vigor à data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 657 — DE 27 DE JUNHO DE 1969

Altera a Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, que criou a Fundação Universidade do Amazonas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 8º e seus §§ 9º, 10 e seu parágrafo único, e 11, da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Fundação será administrada por um Conselho Di-

retor composto de cinco (5) membros.

§ 1º O Reitor da Universidade é membro nato e Presidente do Conselho Diretor e será substituído, em suas faltas ou impedimentos, sucessivamente pelo Vice-Reitor e pelo Professor decano da Universidade.

§ 2º Os demais membros do Conselho Diretor deverão ser escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência em assuntos de educação, administração ou economia estranhas aos quadros da Universidade.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor é de quatro (4) anos, sendo o Conselho renovado pela metade de seus membros, de dois (2) em dois (2) anos.

§ 4º O mandato do Reitor está vinculado ao exercício do cargo.

§ 5º Os membros do Conselho Diretor poderão ter seu mandato renovado por um período, sendo a função considerada de caráter relevante, sem direito à percepção de qualquer remuneração, ajuda ou diária de comparecimento.

§ 6º A designação dos membros do Conselho Diretor será feita por ato do Presidente da República, que os escolherá em lista triplíce apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Universitário, obedecidas as exigências legais e o disposto no Estatuto da Universidade.

§ 7º Para substituir os membros do Conselho Diretor em seus eventuais impedimentos serão designados dois (2) suplentes, observados os mesmos princí-

pios estabelecidos no § 2º para a escolha de titulares.

Art. 9º A estrutura e funcionamento da Universidade serão objeto de Estatuto a ser elaborado e submetido, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, à apreciação do Conselho Federal de Educação, para fins de aprovação pelo Poder Executivo.

Art. 10. A Universidade gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação vigente e do Estatuto.

Parágrafo único. Os órgãos técnicos e didáticos, deliberativos ou consultivos da Universidade, e suas unidades, serão organizados de acordo com o que dispuser o Estatuto.

Art. 11. O regime jurídico do pessoal da Fundação Universidade do Amazonas será o da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e legislação subsequente.

Art. 2º Ficam revogados os artigos 12 e 13, com os respectivos parágrafos, da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962.

Art. 3º O Conselho Diretor deverá elaborar, dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto-lei o novo estatuto da Fundação, de acordo com as novas diretrizes da organização universitária do País.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO COMPLEMENTAR Nº 50, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º É nula de pleno direito a contagem, como de serviço público, do tempo de exercício de mandato eletivo, feita em desacôrdo com o disposto no artigo 6º do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969.

Art. 2º Serão revistos, no prazo de sessenta (60) dias, os atos de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva, ou de quaisquer vantagens com base em tempo de serviço contado de forma contrária ao que preceitua o artigo anterior.

Art. 3º Nenhuma autoridade da União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios ou das respectivas autarquias poderá, após o decurso do prazo fixado no artigo anterior e sob pena de perda do cargo de que iôr titular, efetuar pagamento de vantagens ou proventos de aposentadoria, de reforma ou de transferência para a reserva concedidos em desacôrdo com o disposto nesse artigo.

Art. 4º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tasso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Fernandes de Luna

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 492 — DE 6 DE
MARÇO DE 1969

Aprova o Acôrdio Internacional do Açúcar, assinado em Nova York, nas Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1968.

(Publicação no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 27 de março de 1969).

Retificação

O anexo foi retificado no *Diário Oficial* de 1 de abril de 1969.

DECRETO-LEI Nº 501 — DE 17 DE
MARÇO DE 1969

Aprova a Convenção entre o Brasil e a Noruega para evitar a dupla-taxação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e o capital, assinada no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção entre o Brasil e a Noruega para evitar a dupla-taxação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e o capital, assinada no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969:
148º da Independência e 81º da República.

ARTHUR DA COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

A Convenção mencionada no presente Decreto foi publicado no D.O. de 7-4-69.

DECRETO-LEI Nº 512 — DE 31 DE
MARÇO DE 1969

Regula a Política Nacional de Viação Rodoviária fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

(Publicação no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 21 e retificado no de 25 de março de 1969).

Retificação

Na página 2.443, 4ª coluna, no item VI do artigo 4º, onde se lê:

... destinados a serventia ...
... de bens materiais e ...

Leia-se:

... destinadas à serventia ...
... de bens, materiais e ...

Na página 2.444, 2ª coluna, no artigo 14, onde se lê:

... que visem a implantação ...

Leia-se:

... que visem à implantação ...

DECRETO-LEI Nº 512-A — DE 28 DE
MARÇO DE 1969

Altera a Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, modificada pela Lei nº 5.500, de 20 de setembro de 1968, que dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Aeronáutica

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os artigos 19, 31 e 50 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, alterada pela Lei nº 5.500, de 20 de setembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. O preenchimento de vaga que deva ser feito pelo princípio de antiguidade, na forma do artigo 16, poderá ser processado pelo princípio de merecimento, sem alterar a sequência no computo de cotas futuras, desde que o Oficial a ser promovido figure no Quadro de Acesso por merecimento.”

“Art. 31. Os Oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadro de Acesso por merecimento, poderão

ser promovidos por esse princípio, desde que um Oficial numerado e colocado abaixo deles nos referidos Quadros de Acesso houver sido promovido por merecimento."

"Art. 50. As promoções pelos diversos princípios, exceto de bravura, são efetuadas por Portaria Ministerial até o posto de Capitão, e por Decreto Presidencial para os demais postos, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 16 e no artigo 30, *caput*."

Art. 2º Fica insubsistente a letra c do § 1º do artigo 13 da Lei número 5.020 de 7 de junho de 1966.

Art. 3º O artigo 52 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, alterado pela Lei nº 5.500, de 20 de setembro de 1968, fica acrescido dos §§ 1º e 2º com a seguinte redação:

"Art. 52.

"§ 1º O Oficial será promovido "post mortem" se, na data do seu falecimento lhe cabia a promoção pelo princípio de antiguidade"

"§ 2º Poderá, também, ser promovido "post mortem" a critério do Presidente da República, o oficial que na data do seu falecimento, tivesse direito a concorrer à promoção pelos princípios de merecimento ou escolha".

Art. 4º O artigo 12 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966 alterada pela Lei nº 5.500, de 20 de setembro de 1968, fica acrescentado dos §§ 7º e 8º com a seguinte redação:

"§ 7º Quando o Quadro de Acessos por Merecimento for igual ou menor do que o dobro do número de vagas por merecimento ele deverá ser aumentado para o dobro do número de vagas, acrescido de 20% (vinte por cento) arredondado para mais a fração".

"§ 8º Quando um Quadro de Acesso por antiguidade ou escolha for menor do que o número de vagas correspondente, ele deverá ser aumentado para esse número de vagas acrescido de 20% (vinte por cento), arredondado para mais a fração".

Art. 5º O atual parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, passa a constituir o § 2º ficando acrescido o § 1º com a seguinte redação:

Art. 47.

"§ 1º Será promovido em ressarcimento de preterição a contar da data do seu desaparecimento, o Oficial desaparecido ou extraviado que de acordo com as disposições da legislação vigente, for considerado falecido, desde que na data do desaparecimento, satisfizesse o disposto nos §§ 1º ou 2º do artigo 52".

"§ 2º

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Marcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 514 — DE 31 DE MARÇO DE 1969

Inclui no Plano Nacional de Viação-Setor Rodoviário aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967 a ligação que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluída no Plano Nacional de Viação-Setor Rodoviário — aprovado pela Lei nº 5.356 de 17 de novembro de 1967, a seguinte ligação rodoviária:

BR. 487/PR
Ponta Grossa — Campo Mourão — Pontal do Tigre/BR-163.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Mário David Andreazza

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME III — 1969

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ACÓRDO — Brasil-Índia — Utilização Pacífica da Energia Nuclear. (Decreto-lei nº 537, de 17-4-69).

— Brasil-Espanha — Cooperação sobre a utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos. (Decreto-lei nº 542, de 18-4-69).

— Aéreo-Dinamarca Noruega e Suécia. (Decreto-lei nº 601, de 29 de maio de 1969).

— Melhoria das condições sanitárias — Fronteira brasileiro-uruguaia. (Decreto-lei nº 609, de 4-6-69).

ACÓRDO CULTURAL — Brasil-Tunísia. (Decreto-lei nº 640, de 19 de junho de 1969).

— Brasil-Paquistão. (Decreto-lei número 641, de 19-6-69).

ACÓRDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL — Brasil-Índia. (Decreto-lei nº 642, de 19-6-69).

ACÓRDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS — Brasil-Suíça. (Decreto-lei nº 651, de 25-6-69).

AERONÁUTICA — Promoção de Oficiais — Alteração da Lei nº 5.020, de 7-6-66. Arts. 12, 13, 19, 31, 47, 50 e 52. (Decreto-lei nº 512-A, de 28-3-69).

AERONAVE — Depósito e guarda. Apreensões judiciais ou administrativas. (Decreto-lei nº 585, de 16-5-69).

AFORAMENTO — Lloyd Brasileiro. (Decreto-lei nº 621, de 11-6-69).

AGENCIA NACIONAL — Estrutura e atribuições. (Decreto-lei nº 592, de 23-5-69).

AGRÔNOMO — Exercício da profissão — Alteração da Lei nº 5.194, de 24-12-66 — Art. 24, 28, 36 e 80. (Decreto-lei nº 620, de 10-6-69).

ALFANDEGA — Desembarço de mercadorias. (Decreto-lei nº 517, de 7-4-69).

ANUIDADES — Ensino. (Decreto-lei nº 532, de 16-4-69).

APOSENTADORIA — Artífice — Ministério da Guerra. (Decreto-lei nº 559, de 29-4-69).

— Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. (Decreto-lei nº 617, de 6-6-69).

— Servidores públicos federais — Serviços prestados em zona de guerra. (Decreto-lei nº 628, de 13 de junho de 1969).

APREENSÃO — Aeronaves — Depósito. (Decreto-lei nº 585, de 16 de maio de 1969).

ARQUITETO — Exercício da profissão — Alteração da Lei nº 5.194, de 24-12-66 — Arts. 24, 28, 36 e 80. (Decreto-lei nº 620, de 10-6-69).

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR — General Motors. (Decreto-lei nº 571, de 8-5-69).

B

BANQUEIROS — Trabalho noturno. (Decreto-lei nº 546, de 18-4-69).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL — Alteração da Lei nº 1.649, de 19-7-52 — Art. 7º — Constituição do Banco. (Decreto-lei número 531, de 16-4-69).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — Prestação de contas — Prazo. (Decreto-lei nº 526, de 9-4-69).

C

CAFÉ SOLÚVEL — Imposto de importação — Rendimento. (Decreto-lei nº 557, de 29-4-69).

CAMARAS DE VEREADORES — Recesso — Santos, Nova Iguaçu e Santarém. (Ato Complementar número 53, de 8-5-69).

— Recesso — Santana do Livramento. (Ato Complementar nº 55, de 4-6-69).

CASSAÇÃO DE MANDATO — Federais, Estaduais e Municipais. (Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969).

CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL — Formação Profissional — CENAFOR. (Decreto-lei nº 616, de 9 de junho de 1969).

CINEMA — Ingresso padronizado — Alteração do Decreto-lei nº 43, de 18-11-66 — Arts. 4º e 35. (Decreto-lei nº 603, de 30-5-69).

CÓDIGO NACIONAL DO TRÂNSITO — Alteração da Lei nº 5.108, de 21-9-69 — Art. 70. (Decreto-lei nº 584, de 16-5-69).

COLÉGIO PEDRO II — Mandatos do Diretor Geral e Diretor de Unidades. (Decreto-lei nº 530, de 15 de abril de 1969).

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO (CIBRAZEM) — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 520, de 7-4-69).

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO BRASIL (CAESB) — Constituição. (Decreto-lei nº 524, de 8-4-69).

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA — Liquidação. (Decreto-lei nº 619, de 10-6-69).

CONGRESSO DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS E ESPANHA — IX — Aprovação dos Atos. (Decreto-lei nº 543, de 18-4-69).

CONGRESSO DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL — XV — Viena — Aprovação dos atos. (Decreto-lei nº 544, de 18-4-69).

CONGRESSO NACIONAL — Manutenção de vetos. (Decreto-lei número 618, de 10-6-69).

CONSTITUIÇÃO — Reforma Agrária — Alterações — Art. 157. (Ato Institucional nº 9, de 25-4-69).

CONVENÇÃO — Imposto de Renda — Bitributação — Aprovação — Brasil-Noruega. (Decreto-lei número 501, de 17-3-69).

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE LINHAS DE CARGA — Aprovação. (Decreto-lei nº 650, de 25 de junho de 1969).

CONVENÇÃO PARTIDÁRIA — Eleição de Diretórios. (Ato Complementar nº 54, de 20-5-69).

CONVENIO — Cooperação Brasileiro-Paraguai no Combate à Febre Aftosa — Aprovação. (Decreto-lei nº 634, de 18-6-69).

CONVENIO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL — Aprovação de ementa. (Decreto-lei nº 581, de 14-5-69).

COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 654, de 27-6-69).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Imposto de Renda — Incorporação de capital — Alteração do Decreto-lei nº 401, de 30-12-68 — Art. 19. (Decreto-lei nº 545, de 18-4-69).

CORREIOS E TELEGRAFOS — Regime jurídico do pessoal — Alteração do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969 — Art. 11. (Decreto-lei nº 538, de 17-4-69).

— Desapropriação — Instalação da Agência Postal — Ilha do Governador. (Decreto-lei nº 589, de 16 de maio de 1969).

CRÉDITO RURAL — Contribuição sindical — Alteração do Decreto-lei nº 300, de 28-2-67 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 563, de 30-4-69).

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA — Crédito especial. (Decreto-lei número 550, de 24-4-69).

CURSOS PROFISSIONAIS SUPERIORES — Organização e funcionamento. (Decreto-lei nº 547, de 18-4-69).

D

DEBENTURES — Imposto de Renda — Alteração da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1968 — Art. 26. (Decreto-lei nº 614, de 6-6-69).

DÉBITOS — Fazenda Nacional — Pagamento parcelado — Alteração do Decreto-lei nº 352, de 17-6-68 — art. 11. (Decreto-lei nº 623, de 11 de junho de 1969).

— Produtos rurais — Liquidação. (Decreto-lei nº 626, de 12-6-69).

DELEGADOS — Diretórios municipais — Fixação de número. (Ato Complementar nº 56, de 18-6-69).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 647, de 23-6-69).

DIREITOS POLITICOS — Suspensão. (Ato Institucional nº 10, de 16-5-69).

DIRETORIA DE ENSINO DOS TERRITÓRIOS — Crédito especial (Decreto-lei nº 652, de 25-6-69).

DIRETÓRIOS — Eleição em convenções. (Ato Complementar número 54, de 20-5-69).

— Delegados — Fixação de número. (Ato Complementar nº 56, de 18 de junho de 1969).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE — Plano Diretor — Revogação da Lei nº 5.508, de 11-10-68. (Decreto-lei nº 586, de 16-5-69).

DISTRITO FEDERAL — Secretaria de Serviços Públicos — Crédito especial. (Decreto-lei nº 604, de 30-5-69).

E

ELEIÇÕES — Diretórios — Convenção. (Ato Complementar nº 54, de 20-5-69).

ELETROBRÁS — Imposto único sobre Energia Elétrica — Alteração da Lei nº 2.308, de 31-8-54 — Artigo 4º; da Lei nº 4.676, de 16-6-65 — Art. 13; da Lei nº 4.156, de 28-11-62, Art. 4º e 10; da Lei número 3.890-A, de 25-4-61, art. 6º; do Decreto-lei nº 400, de 30-12-68, art. 19. (Decreto-lei nº 644, de 23-6-69).

— INPS — Subscrição de quotas. (Decreto-lei nº 646, de 23-6-69).

EMPRESAS SIDERÚRGICAS — Isenção do imposto de importação. (Decreto-lei nº 569, de 7-5-69).

EMPRESTIMO EXTERNO — Autorização — Guanabara. (Decreto-lei nº 533, de 16-4-69).

— Colhedeiras iugoslavas. (Decreto-lei nº 578, de 9-5-69).

— Estado de Mato Grosso. (Decreto-lei nº 596, de 27-6-69).

— Estado do Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 597, de 27-6-69).

— Estado da Guanabara. (Decreto-lei nº 598, de 28-5-69).

ENERGIA ELÉTRICA — Eletrobrás — Alteração da Lei nº 2.308, de 31-8-54, art. 4º; da Lei nº 4.676, de 16-6-65, art. 13; da Lei número 4.156, de 28-11-62, arts. 4º e 10; da Lei nº 3.890-A de 25-4-61, artigo 6º, do Decreto-lei nº 400, de 30-12-68, art. 10. (Decreto-lei número 644, de 23-6-69).

ENGENHEIRO — Exercício de profissão — Alteração da Lei nº 5.194, de 24-12-66 — Arts. 22, 28, 36 e 80. (Decreto-lei nº 620, de 10-6-69).

ENQUADRAMENTO — Servidores Públicos — Processamento. (Decreto-lei nº 625, de 11-6-69).

ENSINO — Reabertura de prazos — Lei nº 4.119, de 27-8-68 — Artigos 19 e 21. (Decreto-lei nº 529, de 11-4-69).

— Anuidades. (Decreto-lei nº 582, de 16-4-69).

— Importação de equipamento — Isenção. (Decreto-lei nº 539, de 17 de abril de 1969).

— Distribuição de dotação. (Decreto-lei nº 540, de 17-4-69).

ENSINO SUPERIOR — Equipamentos adquiridos pela União — Cessão. (Decreto-lei nº 558, de 29 de abril de 1969).

— Aumento de número de matriculas. (Decreto-lei nº 574, de 8 de maio de 1969).

ENSINO TÉCNICO — Coordenação de Recursos. (Decreto-lei nº 655, de 27-6-69).

ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS — Cursos de curta duração. (Decreto-lei nº 547, de 18-4-69).

ESPORTES — Equipamentos — Isenção do Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados. (Decreto-lei nº 608, de 4-6-69).

ESTADOS — Reforma Administrativa — Atribuição do Poder Executivo. (Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969).

EXERCITO — Lei Orgânica — Alteração da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956 — Art. 18. (Decreto-lei nº 580, de 14-5-69).

F

FACULDADE DE FILOSOFIA “EPI-TÁCIO PESSOA” — Intervenção — Brasília. (Decreto-lei nº 551, de 24-4-69).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL — Instituição do Centro Vocacional. (Decreto-lei nº 616, de 9-6-69).

FRONTEIRAS BRASILEIRO-URUGUAIA — Acôrdo — Melhoria das condições sanitárias. (Decreto-lei nº 609, de 4-6-69).

FUNCIONÁRIO — Enquadramento — Readaptação — Processamento. (Decreto-lei nº 625, de 11-6-69).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Crédito especial. (Decreto-lei nº 565, de 2-5-69).

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE AMAZONAS — Administração — Alteração da Lei nº 4.069, de 12-6-62 — Arts. 8º, 9º, 10 e 11. (Decreto-lei nº 657, de 27-6-69).

FUNDO FERROVIÁRIO — Instituição para o desenvolvimento. (Decreto-lei nº 615, de 9-6-69).

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL — Convênio — Aprovação de ementa. (Decreto-lei nº 581, de 14-5-69).

FUNDO NACIONAL DE MINERAÇÃO — Alteração da Lei nº 4.425, de 8-10-64 — Art. 14. (Decreto-lei nº 523, de 8-4-69).

G

GEIPOP — Alteração do Decreto-lei nº 516, de 7-4-69 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 612, de 4-6-69).

GRUPO EXECUTIVO — Integração da Política de Transporte — Alteração de denominação. (Decreto-lei nº 516, de 7-4-69).

H

HABEAS CORPUS — Vista de processos no Ministério Público. (Decreto-lei nº 552, de 25-4-69).

I

IMÓVEIS — Empresa individual — Definição. (Decreto-lei nº 515, de 7-4-69).

— Contribuição para a Previdência Social do proprietário, promitente-comprador e cessionário. (Decreto-lei nº 579, de 14-5-69).

— Missões diplomáticas — Brasília — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 607, de 3-6-69).

IMÓVEIS RURAIS — Desapropriação — Reforma agrária. (Decreto-lei nº 554, de 25-4-69).

IMÓVEL — Autorização — Reversão de imóvel ao Estado da Bahia. (Decreto-lei nº 613, de 4-6-69).

— Reversão do Ministério do Exército. S. Paulo. (Decreto-lei número 633, de 17-6-69).

IMPORTAÇÃO — Desembaraço Aduaneiro — Normas. (Decreto-lei nº 517, de 7-4-69).

— Ponte Rio-Niterói — Isenção. (Decreto-lei nº 567, de 7-5-69).

— Veículo Pessoal — Isenção. (Decreto-lei nº 602, de 30-5-69).

IMPORTANCIA SOBRE ENERGIA ELÉTRICA — Eletrobrás — Empréstimo compulsório — Alteração da Lei nº 2.308, de 31-8-54, art. 4º; da Lei nº 4.676, de 16-6-65, art. 13; da Lei nº 4.156, de 28-11-62, ar-

- tigos 4º e 10; da Lei nº 3.890-A, de 25-4-61, art. 6º; do Decreto-lei número 400, de 30-12-68, art. 19. (Decreto-lei nº 644, de 23-6-69).
- IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO** — Café solúvel — Rendimento. (Decreto-lei nº 556, de 28-4-69).
- Equipamentos esportivos — Isenção. (Decreto-lei nº 608, de 4 de junho de 1969).
- IMPÓSTO DE RENDA** — Atividades Imobiliárias. (Decreto-lei nº 515, de 7-4-69).
- Aumento de Capital — Isenção — Alteração do Decreto-lei nº 401, de 30-12-68 — Art. 12. (Decreto-lei nº 519, de 7-4-69).
- Remissão de créditos tributários — CESP. (Decreto-lei nº 527, de 11 de abril de 1969).
- Incorporação da capital — Correção monetária — Alteração do Decreto-lei nº 401, de 30-12-68 — Artigo 19. (Decreto-lei nº 545, de 18 de abril de 1969).
- Títulos — Correção monetária — Alteração do Decreto-lei nº 403, de 30-12-68 — Arts. 2º e 4º. (Decreto-lei nº 614, de 6-6-69).
- IMPÓSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS** — Equipamentos esportivos — Isenção. (Decreto-lei nº 608, de 4-6-69).
- IMPÓSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS** — Destinação — Alteração do Decreto-lei número 343, de 28-12-67 — Arts. 1º e 3º. (Decreto-lei nº 555, de 25 de abril de 1969).
- INCÊNDIO** — Cosseguro — Revogação. (Decreto-lei nº 522, de 7 de abril de 1969).
- INCENTIVOS** — Desenvolvimento EDUCAÇÃO — Revogação da Lei nº 5.531, de 13-11-68. (Decreto-lei nº 568, de 7-5-68).
- INSTITUTO EDUCACIONAL POLITÉCNICO DE BRASÍLIA** — Extinção de intervenção. (Decreto-lei nº 653, de 26-6-69).
- INSTITUTO EDUCACIONAL POLITÉCNICO DE SERVIÇO SOCIAL** — Intervenção — Brasília. (Decreto-lei nº 551, de 24-4-69).
- INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL** — Venda de Imóveis. (Decreto-lei nº 643, de 19-6-69).
- Subscrição de ações — Eletrobrás. (Decreto-lei nº 646, de 23-6-69).
- INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA** — Alteração do Decreto-lei número 43, de 18-11-66 — Arts. 4º e 35. (Decreto-lei nº 603, de 30 de maio de 1969).
- ISENÇÃO FISCAL** — Empresas Siderúrgicas — Matérias-primas, matérias de consumo, equipamentos e peças sobressalentes destinadas ao funcionamento. (Decreto-lei número 569, de 7-5-69).
- J**
- JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CRICIUMA** — Estende Município de Lauro Müller a Criciúma. (Decreto-lei nº 639, de 19-6-69).
- L**
- LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA** — Doação do material. (Decreto-lei nº 566, de 2-5-69).
- LEI ORGÂNICA DO EXERCITO** — Alteração da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956 — Art. 18. (Decreto-lei nº 580, de 14-5-69).
- LLOYD BRASILEIRO** — Aforamento. (Decreto-lei nº 621, de 11 de junho de 1969).
- LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL** — Instituição. (Decreto-lei nº 594, de 27-5-69).
- MANDATOS ELETIVOS** — Cassação. (Ato Institucional nº 10, de 16 de abril de 1969).
- M**
- MAR TERRITORIAL DO BRASIL** — Limites — Alteração. (Decreto-lei nº 553, de 25-4-69).
- MILITAR** — Procedência funcional. (Decreto-lei nº 548, de 23-4-69).
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** — Gabinete do Ministro — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 572, de 8 de maio de 1969):

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Diretoria-Geral de Comunicações — Criação. (Decreto-lei nº 541, de 18-4-69).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — Crédito especial — Inspetoria-Geral de Finanças. (Decreto-lei nº 590, de 19-5-69).

MINISTÉRIO PÚBLICO — Vista nos processos de "habeas-corpus". (Decreto-lei nº 552, de 25-4-69).

— Distrito Federal — Criação de cargos. (Decreto-lei nº 622, de 11 de junho de 1969).

MISSÕES DIPLOMÁTICAS — Prorrogação do prazo da Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964. (Decreto-lei nº 607, de 3-7-69).

MUNICÍPIOS — Reforma Administrativa — Atribuição do Poder Executivo. (Ato Institucional nº 8, de 2-4-69).

N

NOMEAÇÃO — Servidor Público — Proibição. (Decreto Complementar nº 52, de 2-5-69).

O

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOUREIRO — Fixação de valores. (Decreto-lei nº 599, de 28-5-69).

OFICIAIS DA AERONÁUTICA — Promoção — Alteração da Lei número 5.020, de 7-6-66 — Arts. 12, 13, 19, 31, 47, 50 e 52. (Decreto-lei nº 512-A, de 28-3-69).

OFICIAIS DA MARINHA — Criação de Quadros Complementares. (Decreto-lei nº 610, de 4-6-69).

OFICIAIS DO EXÉRCITO — Acresce os efetivos de Oficiais e Praças. (Decreto-lei nº 637, de 18-6-69).

OFICIAIS-GERAIS DO EXÉRCITO — Modificação do Quadro. (Decreto-lei nº 636, de 18-6-69).

ORÇAMENTO — Manutenção das Coordenadorias Regionais. (Decreto-lei nº 195, de 27-5-69).

— Pesquisa e Experimentação. (Decreto-lei nº 600, de 29-5-69).

ORÇAMENTO ANUAL — Inclusão de dotações. (Decreto-lei nº 624, de 11-6-69).

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — Transportes — Alteração da Lei nº 5.450, de 5-6-68. (Decreto-lei nº 562, de 30 de abril de 1969).

P

PARQUE NACIONAL DE PAULO AFONSO — Extinção. (Decreto-lei nº 605, de 2-6-69).

PENSÕES ESPECIAIS — Beneficiários dos membros da "Expedição Calleri". (Decreto-lei nº 577, de 8-5-69).

PETROBRAS — Fundo Nacional de Mineração — Alteração da Lei número 2.004, de 3-10-53 — Art. 27. (Decreto-lei nº 52, de 8-4-69).

PLANO BÁSICO — Previdência Social. (Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA SUDOESTE — Mudança de norma — Alteração da Lei nº 5.365, de 1-12-67 — Artigo 21 e Decreto-lei nº 301, de 28-2-67, art. 13. (Decreto-lei número 576, de 8-5-69).

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO — BR 163. (Decreto-lei nº 514, de 31 de março de 1969).

PODER EXECUTIVO — Autorização para instituir uma fundação com o objetivo de prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. (Decreto-lei nº 593, de 27-5-69).

PODER JUDICIÁRIO — Crédito especial — Supremo Tribunal Federal. (Decreto-lei nº 591, de 19 de maio de 1969).

PONTE RIO-NITERÓI — Isenção dos Tributos — Importação. (Decreto-lei nº 567, de 7-5-69).

PORTO DE PESCA DE LAGUNA — Constituição de sociedade de Economia Mista. (Decreto-lei nº 525, de 2-4-69).

PORTOS — Congestionamento — Alteração do Decreto-lei nº 5, de 4-4-66 — Art. 26. (Decreto-lei número 561, de 30-4-69).

PRÁTICOS DO RIO DA PRATA — PARANÁ — Criação de Quadro. (Decreto-lei nº 611, de 4-6-69).

PREFEITOS — Nomeação — Substituição — Segurança Nacional. (Decreto-lei nº 560, de 29-4-69).

PREVIDENCIA SOCIAL — Instituição do Plano Básico. (Decreto-lei nº 564, de 1º-5-69).

— Proprietário de imóveis — contribuição. (Decreto-lei nº 579, de 14 de maio de 1969).

— Seguro — Dúvida — Alteração da Lei nº 5.316, de 14-9-67 — Art. 23. (Decreto-lei nº 630, de 16-6-69).

— Elevação de quotas. (Decreto-lei nº 645, de 23-6-69).

PRODUTORES RURAIS — Liquidação de débitos. (Decreto-lei nº 626, de 12-6-69).

PROPRIETÁRIOS — Promitente-comprador e cessionário — Imóveis — Contribuição para a Previdência Social. (Decreto-lei nº 579, de 14 de maio de 1969).

Q

QUOTAS — Previdência Social — Elevação. (Decreto-lei nº 645, de 23-6-69).

R

READAPTAÇÃO — Servidores Públicos — Processamento. (Decreto-lei nº 625, de 11-6-69).

RECESSO — Câmara de Vereadores — Santos — Nova Iguaçu — Santarém. (Ato Complementar número 53, de 8-5-69).

— Câmara de Vereadores de Santana do Livramento. (Ato Complementar nº 55, de 4-6-69).

REFORMA MILITAR — Aprovação. (Decreto-lei nº 534, de 17-4-69).

— Aprovação. (Decreto-lei nº 535, de 17-4-69).

— Aprovação. (Decreto-lei nº 536, de 17-4-69).

— Aprovação. (Decreto-lei nº 575, de 8-5-69).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Estados, Distrito Federal e Municípios — Atribuições do Poder Executivo. (Ato Institucional nº 8, de 2-4-69).

REFORMA AGRÁRIA — Desapropriação — Títulos especiais da dívida pública — Alteração da Constituição Federal — Art. 157. (Ato Institucional nº 9, de 25-4-69).

— Desapropriação (Decreto-lei número 554, de 25-4-69).

— Intensificação — Organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. (Decreto-lei nº 582, de 15-5-69).

RODADA DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS DO GATT VI — Aprovação. (Decreto-lei nº 606, de 2 de junho de 1969).

S

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 635, de 18-6-69).

SEGURANÇA NACIONAL — Nomeação de Prefeito — Substituição. (Decreto-lei nº 560, de 29-4-69).

SEGURO — Incêndio — Revogação. (Decreto-lei nº 522, de 7-4-69).

— Cobertura de Bens — INPS, IPASE e SASSE. (Decreto-lei nº 528, de 11-4-69).

— Previdência Social — Dúvida — Alteração da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967 — Art. 23. (Decreto-lei nº 630, de 16-6-69).

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO — Aforamento. (Decreto-lei nº 518, de 7-4-69).

SERVIÇO MILITAR — Alteração da Lei nº 4.375, de 17-5-64 — Art. 5º. (Decreto-lei nº 549, de 24-4-69).

SERVIÇO SOCIAL DE BRASÍLIA — Extinção de intervenção. (Decreto-lei nº 6553, de 26-6-69).

SERVIDOR PÚBLICO — Reversão à atividade. (Ato Complementar nº 51, de 17-4-69).

— Navegação, contratação ou admissão — Proibição. (Ato Complementar nº 52, de 2-5-69).

SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA — Mudança de nome — Indústria Carboquímica Catarinense. (Decreto-lei nº 631, de 16-6-69).

SUDOESTE DO PARANÁ — Grupo Executivo — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 648, de 23-5-69).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA — Modificação de trabalho. (Decreto-lei nº 588, de 16-5-69).

T

TAXA DE MELHORAMENTO DE PORTOS E RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE — LEA — Isenção. (Decreto-lei nº 649, de 25-6-69).

TAXA PORTUARIA — Congestionamento dos portos — Fixação. (Decreto-lei nº 561, de 30-4-69).

TESOURO BRASILEIRO — Delegacia no Exterior — Normas de contabilidade. (Decreto-lei nº 521, de 7-4-69).

TÍTULOS — Reforma Agrária — Desapropriação. (Ato Institucional nº 9, de 25-4-69).

— Imposto de Renda — Correção Monetária — Alteração do Decreto-lei nº 403, de 30-12-68 — Arts. 2º e 4º. (Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969).

TRABALHO NOTURNO — Estabelecimentos bancários. (Decreto-lei nº 545, de 18-4-69).

TRABALHADOR RURAL — Previdência Social. (Decreto-lei nº 564, de 1º-5-69).

TRANSPORTE — Grupo Executivo de Integração. (Decreto-lei nº 516, de 7-4-69).

— Orçamento Plurianual de Investimentos 1968-70 — Alteração da Lei nº 5.450, de 5-6-68. (Decreto-lei nº 562, de 30-4-69).

— Alteração do Decreto-lei nº 516, de 7-4-69 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 612, de 4-6-69).

TRIBUNAL DE CONTAS DO PIAUÍ — Crédito especial. (Decreto-lei nº 587, de 16-5-69).

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO — Aposentadoria do Mi-

nistro. (Decreto-lei nº 617, de 6 de junho de 1969).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL — Secretaria — Alteração no Quadro do Pessoal. (Decreto-lei nº 583, de 15-5-69).

TRIBUNAIS FEDERAIS E ESTADUAIS — Vista de processos de "habeas-corpus". (Decreto-lei número 552, de 25-4-69).

U

UNIVERSIDADES — Equipamentos adquiridos pela União — Cessão. (Decreto-lei nº 558, de 29-4-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA — Transferência de pessoal. (Decreto-lei número 627, de 13-6-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA — Fundação. (Decreto-lei nº 570, de 8-5-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ — Criação do Cargo de Vice-Reitor. (Decreto-lei nº 573, de 8-5-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ — Bens da União. (Decreto-lei nº 656, de 27-6-69).

UNIVERSIDADE RURAL DE MINAS GERAIS — Dotações — Alteração do Decreto-lei nº 570, de 3-5-69 — Art. 4º. (Decreto-lei nº 629, de 16-6-69).

V

VETOS — Manutenção. (Decreto-lei nº 618, de 10-6-69).

VINHO — Venda temporária a tôrno. (Decreto-lei nº 632, de 17-6-69).

ZONA DE GUERRA — Prestação de Serviço — Servidores públicos federais aposentados. (Decreto-lei nº 628, de 13-6-69).

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1969 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1 9 6 9

ÍNDICE

dos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
ATOS INSTITUCIONAIS		cado no D.O. de 25 de julho de 1969 10	
11 — Ato Institucional de 14 de agosto de 1969 — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1969	3	59 — Ato Complementar de 24 de julho de 1969 — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	10
12 — Ato Institucional de 31 de agosto de 1969 — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	4	60 — Ato Complementar de 24 de julho de 1969 — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	11
13 — Ato Institucional de 5 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	6	61 — Ato Complementar de 14 de agosto de 1969 — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1969	12
14 — Ato Institucional de 5 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	6	62 — Ato Complementar de 22 de agosto de 1969 — Publicado no D.O. de 23 de agosto de 1969	13
15 — Ato Institucional de 9 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 11 de setembro de 1969	7	63 — Ato Complementar de 4 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 4 de setembro de 1969	14
ATOS COMPLEMENTARES		64 — Ato Complementar de 5 de setembro de 1969 — (Publicado no Diário Oficial, Seção I, Parte I, de 9 de setembro de 1969) — Publicado no D.O. de 9 e republicado no de 10 de setembro de 1969	15
57 — Ato Complementar de 10 de julho de 1969 — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1969	9	66 — Ato Complementar de 9 de setembro de 1969 —	

	Págs.		Págs.
Publicado no D.O. de 10 e republicado no de 11 de setembro de 1969	15	668 — Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Altera disposições do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de julho de 4 e ret. no de 8 de julho de 1969	24
66 — Ato Complementar de 19 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 19 de setembro de 1969	16	669 — Decreto-lei de 3 de julho de 1969 — Exclui do benefício da concordata as empresas que exploram serviços aéreos ou de infra-estrutura aeronáutica e dá outras providências — Publicado no D.O. de 3 de julho de 1969	25
67 — Ato Complementar de 22 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 23 de setembro de 1969	17	670 — Decreto-lei de 3 de julho de 1969 — Modifica e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969 — Publicado no D.O. de 4 de julho de 1969	26
68 — Ato Complementar de 29 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	18	671 — Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Considera a posse de Manoel Palmeira Nunes para o exercício interino do cargo de Pedreiro, código A-101-8A, válida para efeito cargo, em caráter efetivo — de nomeação para o mesmo Publicado no D.O. de 4 de julho de 1969	28
DECRETOS-LEIS			
658 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a celebrar operação de financiamento externo no valor de US\$ 1.142.385,20 e dá outras providências — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	19	672 — Decreto-lei de 3 de julho de 1969 — Declara de interesse da segurança nacional nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição o Município que especifica, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 4 de julho de 1969	28
659 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969 — Aprova a Convenção das Nações Unidas sobre Consentimento para casamento e Registro de casamento — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	19	673 — Decreto-lei de 7 de julho de 1969 — Dispõe sobre a situação do pessoal atingido por revisões de enquadramento ou de quadros, efetivadas por força de disposições legais e regulamentares, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de julho de 1969	28
665 — Decreto-lei de 2 de julho de 1969 — Altera o Artigo 8º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos — Publicado no D.O. de 3 de setembro de 1969	19	674 — Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Geraldo Thiago Ribeiro, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1969	29
666 — Decreto-lei de 2 de julho de 1969 — Institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira e dá outras providências — Publicado no D.O. de 3 e ret. no de 27 de 8 de agosto de 1969	19		
667 — Decreto-lei de 2 de julho de 1969 — Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 de julho de 1969	20		

Págs.		Págs.
675	Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Adalberto Baia, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1969	30
676	Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Edmo Alves, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1969	30
677	Decreto-lei de 9 de julho de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Fideleino Martins de Souza, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1969	30
678	Decreto-lei de 10 de julho de 1969 — Transfere cargo do Ministério da Indústria e do Comércio para o Ministério da Marinha — Publicado no D.O. de 11 de julho de 1969	31
679	Decreto-lei de 14 de julho de 1969 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 de julho de 1969	31
680	Decreto-lei de 15 de julho de 1969 — Transforma cargo do Quadro de Pessoal do Estado-Maior das Forças Armadas. — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1969	31
681	Decreto-lei de 15 de julho de 1969 — Aprova o Acórdão Geral de Cooperação sobre Ciências e Tecnologia concluído com a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, em 9 de junho de 1969. — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1969	32
682	Decreto-lei de 15 de julho de 1969 — Aprova o Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, em 23 de abril de 1969 — Publicado no D.O. de 16 e ret. no de 30 de julho de 1969	32
683	Decreto-lei de 15 de julho de 1969 — Dispõe sobre tarifas aeroportuárias e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 de julho de 1969	32
684	Decreto-lei de 15 de julho de 1969 — Altera a redação do artigo 13 do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no D.O. de 16 de julho de 1969	33
685	Decreto-lei de 17 de julho de 1969 — Estabelece normas complementares para resguardo da economia pública, poupança privada e segurança nacional no âmbito econômico-financeiro — Publicado no D.O. de 17 de julho de 1969	34
686	Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Transfere cargo do Ministério da Marinha, para o Estado-Maior das Forças Armadas — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1969	35
687	Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Altera o Decreto-lei nº 666, de 2 de julho de 1969, que institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira, e a Lei 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre intercâmbio comercial com o exterior — Publicado no D.O. de 18 de julho de 1969	35
688	Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Altera o § 2º do artigo 9º e os artigos 18 e 19 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sobre a política nacional do petróleo — Publicado no D.O. de 18 de julho de 1969	36
689	Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de julho de 1969	37
690	Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Comercial	

	Págs.		Págs.
(CDC) e dá outras providências — Publicação no D.O. de 21 de julho de 1969	37	ciona — Publica no D.O. de 24 de julho de 1969	41
691 — Decreto-lei de 18 de julho de 1969 — Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 e ret. no de 23 de julho de 1969	39	697 — Decreto-lei de 22 de julho de 1969 — Dispõe sobre o registro previsto no artigo 1º do Decreto-lei nº 286, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 23 e ret. no de 29 de julho de 1969	42
692 — Decreto-lei de 22 de julho de 1969 — Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1969	39	698 — Decreto-lei de 23 de julho de 1969 — Dissolve o DEFPRO — Defensora de Investimentos em Promissórias, com sede em São Paulo e dá outras providências — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1969	43
693 — Decreto-lei de 22 de julho de 1969 — Aprova as modificações, por troca de notas, introduzidas no Acordo de Comércio e Pagamentos, assinado em 19 de março de 1960, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polónia — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1969	41	699 — Decreto-lei de 23 de julho de 1969 — Autoriza, ao Poder Executivo, a transferência para o Fundo do Exército de recursos provenientes da alienação de imóvel — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1969	43
694 — Decreto-lei de 22 de julho de 1969 — Aprova o Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a Guiana, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1966 — Publicado no D.O. de 23 de julho de 1969	41	700 — Decreto-lei de 24 de julho de 1969 — Dá nova redação do item IV do artigo 3º do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968 — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	43
695 — Decreto-lei de 23 de julho de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado de Segunda Classe (Q IG FT) — Elias Cosme da Silveira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 24 de julho de 1969	41	701 — Decreto-lei de 24 de julho de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a instituir um fundo especial, denominado Fundo Nacional de Saúde (FNS) e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	45
696 — Decreto-lei de 23 de julho de 1969 — Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a celebrar operação de financiamento externo no valor de £ 558.000 para o fim que men-	41	702 — Decreto-lei de 24 de julho de 1969 — Dispõe sobre a participação em multas fiscais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	45
		703 — Decreto-lei de 24 de julho de 1969 — Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais, pela Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — Codebrás — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	45
		704 — Decreto-lei de 24 de julho de 1969 — Dispõe sobre	

Págs.		Págs.
	providência social rural e dá outras providências — Publicado no D.O. de 25 de julho de 1969	47
705	— Decreto-lei de 25 de julho de 1969 — Altera a redação do artigo 22 da Lei número 4.024 de 20 de dezembro de 1961 — Publicado no D.O. de 28 de julho de 1969	47
706	— Decreto-lei de 25 de julho de 1969 — Estende aos portadores de certificado de curso de pós-graduação em psicologia e psicologia educacional, o direito assegurado pelo Art. 19 da Lei número 4.119-62 — Publicado no D.O. de 28 e ret. no de 31 de julho de 1969	48
708	— Decreto-lei de 28 de julho de 1969 — Dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais 1969	49
	— Publica no D.O. de 28 de	
709	— Decreto-lei de 28 de julho de 1969 — Dá nova redação ao art. 99, da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 — Publicado no D.O. de 29 de julho de 1969	49
710	— Decreto-lei de 28 de julho de 1969 — Altera a legislação de previdência social — Publicado no D.O. de 29 de julho de 1969	49
711	— Decreto-lei de 20 de julho de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 620, de 10 de junho de 1969, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30 de julho de 1969	50
712	— Decreto-lei de 29 de julho de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 540, de 17 de abril de 1969 — Publicado no D.O. de 30 de julho de 1969	51
713	— Decreto-lei de 29 de julho de 1969 — Autoriza a venda de imóveis do I.N.P.S. e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30 de julho de 1969	51
714	— Decreto-lei de 29 de julho de 1969 — Isenta do imposto único o óleo lubrificante básico utilizado como matéria-prima da indústria de óleos brancos — Publicado no D.O. de 30 de julho de 1969	52
715	— Decreto-lei de 30 de julho de 1969 — Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). — Publicado no D.O. de 31 de julho de 1969	52
716	— Decreto-lei de 30 de julho de 1969 — Isenta do imposto de renda os juros remetidos para o exterior nas compras de bens a prazo realizadas pelas concessionárias de linhas aéreas — Publicado no D.O. de 31 de julho de 1969	53
717	— Decreto-lei de 30 de julho de 1969 — Modifica textos legislativos que menciona e dá outras providências — Publicação no D.O. de 31 de julho e ret. no de 29 de agosto e 2 de setembro de 1969 ..	53
718	— Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Cria o Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FDAE) e dá outras providências — Publicado no D.O. de 31 de julho de 1969	54
719	— Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências — Publicado no D.O. de 31 de julho e ret. no de 7 de agosto de 1969	55
720	— Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Altera a redação do artigo 28 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Publicado no D.O. de 1 de agosto de 1969	56
721	— Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Cria no Ministério da Fazenda cargos de provimento em comissão — Publicado no D.O. de 1 de agosto de 1969	56

	Págs.		Págs.
722 — Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Autoriza o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos — Publicado no D.O. de 1 de agosto de 1969	57	730 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Dispõe sobre o Conselho de Política Aduaneira e dá outras providências — Publicado no D.O. de 5 de agosto de 1969	87
723 — Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Dá nova redação ao artigo 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração) — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1969	57	731 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Altera a disposição da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	90
724 — Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — Publicado no D.O. de 1 de agosto de 1969	58	732 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Altera disposições do Decreto-lei número 21, de 17 de setembro de 1963, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	90
725 — Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Dispõe sobre aplicação de recursos da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964 — Publicado no D.O. de 1 e ret. no de 22 de agosto de 1969	53	733 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a celebrar contrato externo para aquisição de materiais hospitalares — Publicado no D.O. de 6 e ret. no de 30 de agosto de 1969	91
726 — Decreto-lei de 31 de julho de 1969 — Dá nova redação ao art. 7º do Decreto-lei nº 689, de 18 de julho de 1969, que extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências — Publicado no D.O. de 4 de agosto de 1969	59	734 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a avalizar contrato de financiamento externo — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	91
727 — Decreto-lei de 1º de agosto de 1969 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 1 de agosto de 1969	59	735 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado João Mussi, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 6 e ret. no de 20 de agosto de 1969	92
728 — Decreto-lei de 4 de agosto de 1969 — Institui o Código de Vencimentos dos Militares, dispõe sobre indenizações, proventos, outros direitos e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 e ret. no de 8 e 14 de agosto de 1969	63	736 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Aprova a reforma do ex-cabo Wilson Evangelista de Souza, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 6 e ret. no de 20 de agosto de 1969	92
729 — Decreto-lei de 4 de agosto de 1969 — Transfere cargos do Ministério da Justiça para o Ministério da Marinha — Publicado no D.O. de 5 de agosto de 1969	89	737 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Sebastião da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	93

Págs.		Págs.
738	— Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Francisco Vital da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	93
739	— Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, em favor da Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de que especifica — Publicado no NCr\$ 460.000,00 para o fim D.O. de 6 e ret. no de 20 de agosto de 1969	93
740	— Decreto-lei de 5 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito de NCr\$ 500.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 6 de agosto de 1969	94
741	— Decreto-lei de 6 de agosto de 1969 — Dispõe sobre acréscimo dos efetivos de oficiais dos Quadros de Farmacêuticos e de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha, fixados pela Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1968, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1969	95
742	— Decreto-lei de 6 de agosto de 1969 — Dá a denominação de Diretor-Geral de Pesquisas e Provas à atual Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, cria a Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1969	95
743	— Decreto-lei de 6 de agosto de 1969 — Aprova as modificações, por troca de notas, introduzidas no Acórdão de Comércio e Pagamentos, assinado em 20 de abril de 1963, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1969	96
744	— Decreto-lei de 6 de agosto de 1969 — Altera o artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o trabalho noturno da mulher, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1969	96
745	— Decreto-lei de 7 de agosto de 1969 — Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1969	97
746	— Decreto-lei de 7 de agosto de 1969 — Transfere a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, Estado de Sergipe, pertencente à 5ª Região, para o Município de Aracaju, no mesmo Estado, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1969	97
747	— Decreto-lei de 7 de agosto de 1969 — Altera o Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de rodovia que menciona — Publicado no D.O. de 13 de agosto de 1969	97
748	— Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Dá nova redação ao art. 2º e sua letra a, Decreto-lei nº 653, de 26 de junho de 1969 — Publicado no D.O. de 11 e ret. no de 20 de agosto de 1969	98
749	— Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Estabelece normas transitórias para execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 — Publicado no D.O. de 11 de agosto de 1969	98
750	— Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras provi-	

Págs.	Págs.
dências — Publicado no D.O. de 11 e ret. no de 20 de agosto de 1969	98
751 — Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Dá nova redação ao § 1º do artigo 16 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 11 de agosto de 1969	100
752 — Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1970 — Publicado no D.O. de 11 (suplemento) e ret. no de 18 e 20 de agosto de 1969	101
753 — Decreto-lei de 11 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a fiscalização de laboratórios que produzam ou manipulem substâncias ou produtos entorpecentes e seus equipamentos, de firmas distribuidoras ou depositárias das referidas substâncias, distribuição de amostras desses produtos e dá outras providências — Publicado no D.O. de 12 e ret. no de 15 de agosto de 1969 ...	104
754 — Decreto-lei de 11 de agosto de 1969 — Altera a redação do § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho — Publicado no D.O. de 12 de agosto de 1969	104
755 — Decreto-lei de 11 de agosto de 1969 — Dá nova redação ao § 2º do Art. 19 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterado pelo Art. 1º do Decreto-lei nº 688, de 18 de julho de 1969, que dispõe sobre a política nacional do petróleo — Publicado no D.O. de 12 de agosto de 1969	105
756 — Decreto-lei de 11 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26 de agosto de 1969	105
757 — Decreto-lei de 12 de agosto de 1969 — Altera disposição da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de	
maio de 1943 — Publicado no D.O. de 13 de agosto de 1969	115
758 — Decreto-lei de 12 de agosto de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar operação de financiamento externo. — Publicado no D.O. de 13 de agosto de 1969	116
759 — Decreto-lei de 12 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26 de agosto de 1969	116
760 — Decreto-lei de 13 de agosto de 1969 — Dispõe sobre o contrato de trabalho de safristas, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 de agosto de 1969	119
62 — Decreto-lei de 14 de agosto de 1969 — Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 de agosto de 1969	120
763 — Decreto-lei de 15 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — Juizado de Menores do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00, para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 18 de agosto de 1969	121
764 — Decreto-lei de 15 de agosto de 1969 — Autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — C.P.R.M. e dá outras providências — Publicado no D.O. de 15 e ret. no de 20 de agosto de 1969	122
765 — Decreto-lei de 15 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a aplicação do Fundo Nacional de Mineração e de recursos destinados ao Departamento Nacional da Produção Mineral e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências —	

Págs.	Págs.
Publicado no D.O. de 15 de agosto de 1969	126
766 — Decreto-lei de 15 de agosto de 1969 — Altera o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho — Publicado no D.O. de 18 de agosto de 1969	127
767 — Decreto-lei de 16 de agosto de 1969 — Institui incentivos fiscais e creditícios para o desenvolvimento industrial e dá outras providências — Publicado no D.O. de 22 de agosto de 1969	127
768 — Decreto-lei de 18 de agosto de 1969 — Dispõe a venda de imóveis residenciais de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal — Publicado no D.O. de 19 de agosto de 1969	128
769 — Decreto-lei de 18 de agosto de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros) e dá outras providências — Publicado no D.O. de 19 de agosto de 1969	129
770 — Decreto-lei de 19 de agosto de 1969 — Autoriza a União a constituir a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1969	130
771 — Decreto-lei de 19 de agosto de 1969 — Altera a redação do artigo 515, letra "b" e do artigo 538, § 1º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 20 de agosto de 1969	131
772 — Decreto-lei de 19 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a auditoria externa a que ficam sujeitas as entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições para fins sociais ou transferências do Orçamento da União, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 20 de agosto de 1969	133
773 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969. — Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1969	133
774 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969 — Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1969	135
775 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969 — Provê sobre o funcionamento como fundação de direito privado, da Faculdade de Medicina da Academia Brasileira de Medicina Militar, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1969	136
776 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969 — Transfere cargo do Ministério da Aeronáutica para o Estado-Maior das Forças Armadas. — Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1969	137
777 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a instituição da Fundação Museu do Café e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1969	136
778 — Decreto-lei de 21 de agosto de 1969 — Autoriza o funcionamento da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 23 de agosto de 1969	138
779 — Decreto-lei de 21 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica. — Publicado no D.O. de 25 de agosto de 1969	139
780 — Decreto-lei de 22 de agosto de 1969 — Autoriza o	

	Págs.		Págs.
Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento Coordenação Geral em favor do Instituto de Planejamento Econômico e Social, o crédito especial de NCr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos) para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 22 de agosto de 1969	140	especifica. — Publicado no D.O. de 26 de agosto de 1969	147
781 — Decreto-lei de 22 de agosto de 1969 — Provê sobre o funcionamento, como fundação de direito privado, da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 25 de agosto de 1969	140	788 — Decreto-lei de 26 de agosto de 1969. — Institui a classe singular de Técnico de Tributação e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 e republicado no de 29 de agosto de 1969	147
782 — Decreto-lei de 22 de agosto de 1969 — Fixa os vencimentos do Subprocurador-Geral da Justiça Militar. — Publicado no D.O. de 25 de agosto de 1969	141	789 — Decreto-lei de 26 de agosto de 1969 — Dispõe sobre o enquadramento sindical rural e sobre o lançamento e recolhimento da contribuição sindical rural. — Publicado no D.O. de 27 e retificado no de 29 de agosto de 1969	148
783 — Decreto-lei de 22 de agosto de 1969 — Altera, sem aumento de despesa, a forma de provimento de cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. — Publicado no D.O. de 25 de agosto de 1969	142	790 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Modifica o Decreto-lei nº 482 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1969	150
784 — Decreto-lei de 25 de agosto de 1969 — Dispõe sobre o crédito rural e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 26 de agosto de 1969	142	791 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 de agosto de 1969	150
785 — Decreto-lei de 25 de agosto de 1969 — Dispõe sobre infrações de normas relativas à saúde e respectivas penalidades. — Publicado no D.O. de 26 e retificado no de 28 de agosto de 1969	142	792 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Suprime o art. 8º do Decreto-lei nº 315, de 13 de março de 1967 e assegura ao pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal a observância das disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que lhe eram aplicáveis. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	151
786 — Decreto-lei de 25 de agosto de 1969 — Anula parte de dotação constante da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	146	793 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito especial de NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	152
787 — Decreto-lei de 25 de agosto de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 200.000.000,00 para o fim que		794 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Autoriza a União a constituir empresas para exploração de portos, terminais e vias navegáveis e dá outras providências. —	

Págs.	Págs.
Publicado no D.O. de 28 e retificado no de 1 de setembro de 1969	156
795 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Complementa o Decreto-lei número 710, de 28 de julho de 1969, que altera a legislação de previdência social, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	156
796 — Revoga o art. 17 e altera a redação dos arts. 10 (alínea f) e 30 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1969. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	157
797 — Decreto-lei de 27 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a forma de Recrutamento e Seleção do Pessoal Civil para a Administração Direta e para as Autarquias, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	157
798 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Reorganiza o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	158
799 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Reorganiza o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	159
800 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Transfere para o Município de Santa Catarina o serviço público local de abastecimento d'água administrado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional. — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1969	160
801 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Altera dispositivos da Lei nº 4.510, de 1º de dezembro de 1964, que reorganiza a Casa da Moeda e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 29 de agosto de 1969	161
802 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Declara a Rêde Ferroviária Federal S. A. e as demais ferrovias existentes no País isentas das obrigações estabelecidas no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 29 de agosto de 1969	161
803 — Decreto-lei de 28 de agosto de 1969 — Complementa o disposto no Decreto-lei número 725, de 31 de julho de 1969. — Publicado no D.O. de 29 de agosto e retificado no de 2 de setembro de 1969	161
804 — Decreto-lei de 29 de agosto de 1969 — Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis necessários à construção de uma estação receptora de energia elétrica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Publicado no D.O. de 2 de setembro de 1969	162
805 — Decreto-lei de 2 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 544.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 3 de setembro de 1969	162
806 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a profissão de Atuário e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 5 de setembro de 1969	163
807 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a transcrição de imóveis incorporados às sociedades por ações da Administração Indireta da União. — Publicado no D.O. de 5 de setembro de 1969	165
808 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a política de preços no mercado interno. — Publicado no D.O. de 5 de setembro de 1969	165
809 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Revoga e	

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969	166	815 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Isenta do imposto de renda na fonte os juros e comissões que especifica, pagos no exterior, decorrentes de exportação de produtos nacionais. — Publicado no D. O. de 5 e retificado no de 18 de setembro de 1969	170
810 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Universidade Federal do Paraná o crédito especial de NCr\$.. 243.893,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969	166	816 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Aprova a Convenção sobre Exposições Internacionais de 1928 emendada pelos Protocolos de 1948 e 1966. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969 ..	171
811 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Secretaria-Geral o crédito especial de NCr\$ 122.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969	167	817 — Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispõe sobre o enquadramento definitivo do pessoal ferroviário e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	171
812 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito especial de NCr\$.. 54.416.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 5 e retificado no de 9 de setembro de 1969	168	818 — Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, de atestados firmados por médico-veterinário sem vínculo com o serviço público e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	172
813 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia em favor da Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais, o crédito especial de NCr\$.. 3.000.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969	168	819 — Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$.. 100.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	173
814 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1969 — Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1969	169	820 — Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Acrescenta item ao artigo 2º da Lei número 1.046, de 2 de janeiro de 1950. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	174
		821 — Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispensa da apresentação do Certificado de Quitação com a pre-	

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
	vidência social, as transações que especifica, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	174
822 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Extingue a garantia de instância nos recursos de decisão administrativa fiscal e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	175
823 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 1.415,80 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 8 e retificado no de 10 de setembro de 1969	175
824 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a remessa de obras impressas no Instituto Nacional do Livro. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	176
825 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispõe sobre programas educacionais nos Territórios e Fronteiras. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	177
826 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dá nova redação à alínea "j" do artigo 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	177
827 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Dispõe sobre o Escritório Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. — Publicado no D. O. de 8-9-69	177
828 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	178
829 —	Decreto-lei de 5 de setembro de 1969 — Autoriza o	
	Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional, o crédito especial de NCr\$.. 466.370,00 para o fim que especifica. — Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1969	178
830 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Altera a Lei nº 5.414, de 10 de abril de 1968, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 9-9-69	179
831 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Dá nova redação aos §§ 2º e 4º do artigo 7: do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 9-9-69	180
832 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 9-9-69	180
833 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Altera a redação do art. 10 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 9-9-69	182
834 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a entrega das parcelas, pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias, estabelece normas gerais sobre conflito de competência tributária, sobre o imposto de serviços e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 9 e retificado no de 11-9-69	183
835 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Regula a aplicação dos Fundos previstos nos incisos I, II e III do art. 28 da Constituição. — Publicado no D.O. de 9 de setembro de 1969	186
836 —	Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a apuração do resultado	

	Págs.		Págs.
financeiro dos órgãos da Administração Direta e das outras providências. — Publicado no D.O. de 9-9-69 ...	187	decir Raimundo Soares, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União. — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	191
837 — Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor de diversos estabelecimentos do Ensino Federal, o crédito especial no valor de		844 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Paraná a avalizar contrato de financiamento externo. — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	192
NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 9-9-69	189	845 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o Crédito especial de	
838 — Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 9-9-69	189	NCr\$ 13.500.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 10-9-69 ...	192
839 — Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Assegura aos Oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e aos Oficiais dos Quadros Complementares da Marinha de Guerra o cômputo, como acréscimo, do tempo de Curso Universitário na forma que especifica. — Publicado no D.O. de 9-9-69	190	846 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de	
840 — Decreto-lei de 8 de setembro de 1969 — Dá nova redação ao art. 13, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicado no D.O. de 10 e retificado no de 15-9-69	190	NCr\$ 9.605.904,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 10-9-69	194
841 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Altera o disposto no Decreto-lei número 773, de 20 de agosto de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 10-9-69	191	847 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial de	
842 — Decreto-lei ainda não foi publicado no D.O.		NCr\$ 5.956.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros novos), para o fim que menciona. — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1969	194
843 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Aprova a reforma do ex-soldado Val-		848 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda em favor da Diretoria da Despesa Pública (Encargos Diversos), o crédito especial de NCr\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 10-9-69	195
		849 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Fixa normas para a remessa de recursos em moeda estrangeira e pagamento de despesas no exterior. — Publicado no D.O. de 10-9-69	195
		850 — Decreto-lei de 10 de setembro de 1969 — Dá nova	

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
	redação a dispositivos do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os serviços aduaneiros. — Publicado no D.O. de 11-9-69	196
851	— Decreto-lei de 10 de setembro de 1969 — Dispõe sobre Propaganda Eleitoral. — Publicado no D.O. de 11 de setembro de 1969	197
852	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Retifica o Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969. — Publicado no D.O. de 12-9-69	197
853	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a Comissão de Estudos Tributários Internacionais. — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1969	197
854	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Dá nova redação aos arts. 13 e 20 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1969	198
855	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a situação dos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos. — Publicado no D.O. de 12 e retificado no D.O. de 16 de setembro de 1969	198
856	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Acrescenta o § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. — Publicado no D.O. de 12-9-69	199
857	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Consolida e altera a legislação sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil. — Publicado no D.O. de 12 e retificado no de 30-9-69 ..	199
858	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a cobrança e a correção monetária dos débitos fiscais nos casos de falência e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12 e retificado no de 16-9-69 ..	200
859	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Mantém a destinação prevista no artigo 16 do Decreto-lei nº 61, de 21-11-66, para aplicação na infra-estrutura aeronáutica e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1969	201
860	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1969	201
861	— Decreto-lei de 11 de setembro de 1969 — Autoriza a contratação de empréstimos externos, no valor global equivalente a US\$ 30.000.000.00 em moeda-convenção, para aquisição de equipamentos e materiais de ensino na República Democrática Alemã e República Popular da Hungria, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12-9-69	203
862	— Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME), e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12 de setembro de 1969	203
863	— Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade oficial ou reconhecida. — Publicado no D.O. de 15-9-69 ..	206
864	— Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Altera o art. 2º do Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 15-9-69	207
865	— Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Declara de interesse da Segurança Na-	

	Págs.	Págs.	
cional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12-9-69	207	menta disposições da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16 de setembro de 1969	212
866 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 12-9-69	208	873 — Decreto-lei de 16 de setembro de 1969. — Acrescenta § 2º ao artigo 106 do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Vencimentos dos Militares. — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1969	213
867 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 12-9-69	208	874 — Decreto-lei de 16 de setembro de 1969. — Prove sobre a inclusão obrigatória do titular da Diretoria do Ensino Superior na composição do Conselho Federal de Educação. Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1969	214
868 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Altera o art. 4º do Decreto-lei número 690, de 18 de julho de 1969. — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1969	209	875 — Decreto-lei de 16 de setembro de 1969. — Transfere cargo do Território Federal do Amapá para o Ministério da Justiça. — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1969 ..	214
869 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 15-9-69	209	876 — Decreto-lei de 16 de setembro de 1969. — Transfere cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda — Parte Especial, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do DASP. — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1969	214
870 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969. — Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo que especifica. — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1969	211	877 — Decreto-lei de 16 de setembro de 1969. — Dispõe sobre eleições para os Conselhos de Contabilidade e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1969 ..	215
871 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a incluir nos orçamentos da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Ministério do Interior, nos exercícios de 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1977, dotações para os fins que especifica — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1969	211	878 — Decreto-lei de 17 de setembro de 1969. — Altera a redação do artigo 5º e seus paragrafos do Decreto-lei nº 5.697, de 22 de julho de 1943. — Publicado no D.O. de 18 de setembro de 1969	217
872 — Decreto-lei de 15 de setembro de 1969. — Comple-		879 — Decreto-lei de 17 de setembro de 1969. — Transfere cargo do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) para o Ministério da Saúde. — Publicado no D.O. de 18 de setembro de 1969 ...	217
		880 — Decreto-lei de 18 de setembro de 1969. — Dispõe	

Págs.	Págs.
sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 19 e retificado no de 23 de setembro de 1969	218
881 — Decreto-lei de 18 de setembro de 1969. — Transfere cargo do Ministério do Exército para o Estado-Maior das Forças Armadas. — Publicado no D.O. de 19 de setembro de 1969	219
882 — Decreto-lei de 19 de setembro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a incluir dotações nos projetos de Orçamentos Anuais, para os exercícios de 1971 a 1979, e fixa os respectivos montantes. — Publicado no D.O. de 22 de setembro de 1969	219
883 — Decreto-lei de 22 de setembro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 500.000,00, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 23 de setembro de 1969	220
884 — Decreto-lei de 22 de setembro de 1969. — Autoriza o Departamento Federal de Compras a ceder à Divisão do Material da Fazenda o Material que especifica. — Publicado no D.O. de 23 de setembro de 1969	221
885 — Decreto-lei de 23 de setembro de 1969. — Cria e classifica cargo em comissão no Permanente do Ministério da Aeronáutica. — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1969	221
886 — Decreto-lei de 23 de setembro de 1969. — Transfere cargo do Ministério do Exército para o Ministério das Minas e Energia. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	221
887 — Decreto-lei de 23 de setembro de 1969. — Transfere cargo do Ministério do Exército para o Ministério das	
Minas e Energia. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	222
888 — Decreto-lei de 24 de setembro de 1969. — Autoriza o Distrito Federal a dar garantias em contrato de aval a ser firmado entre a Companhia de Telefones de Brasília — CO-TELB — e o Banco do Brasil S.A. e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 25 de setembro de 1969 ..	222
889 — Decreto-lei de 25 de setembro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial de NCr\$.... 200.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1969 ..	222
890 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Dá nova redação aos parágrafos 4º e 5º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, ao artigo 350 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1969.	223
891 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Concede ao pessoal que indica, complementação de proventos de aposentadoria, ou de pensões e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	224
892 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional até o limite de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), nas condições que menciona e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1969	224
893 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Altera a Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1937, que integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social, e dá outras providências	

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
cias. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969 ..	225	suplementar de NCr\$ 250.000.000,00, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	227
894 — Decreto-Lei de 26 de setembro de 1969 — Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea "b", da Constituição o Município que especifica, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969 ...	226	895 — Decreto-lei de 29 de setembro de 1969. — Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	227
895 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Extingue cargos no Ministério da Indústria e do Comércio — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	226	899 — Decreto-lei de 29 de setembro de 1969. — Altera disposições sobre o custeio do funcionamento dos Tiros de Guerra, fardamento de seus alunos e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 30 de setembro de 1969	237
896 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de terrenos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Publicado no D.O. de 29 de setembro de 1969	227	900 — Decreto de 29 de setembro de 1969. — Altera disposições do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 30 de setembro de 1969	238
897 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda crédito			

ÍNDICE DO APENSO

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
DECRETOS-LEIS			
644 — Decreto-lei de 23 de junho de 1969. — Altera as legislações do Imposto Único sobre Energia Elétrica e do empréstimo compulsório em favor da ELETROBRAS. — Publicado no D.O. — Seção I — Parte I, de 24 de junho de 1969 e retificado no D.O. de 22 de julho e no de 14 de agosto de 1969	247	bre Consentimento para casamento, idade mínima para casamento e registro de casamento. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	248
654 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília o crédito especial de NCr\$ 425.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. — Seção I — Parte I, de 30 de junho de 1969 e retificado no D.O. de 2 de julho de 1969	247	660 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Aprova a Convenção sobre o Ensino de História, assinada a 26 de dezembro de 1933, na Sétima Conferência Interamericana. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	248
656 — Decreto-lei de 27 de junho de 1969. — Dispõe sobre incorporação de bens da União, do Estado do Piauí e de instituições particulares. — Publicado no D.O. — Seção I — Parte I, de 30 de junho de 1969 e retificado no D.O. de 2 de julho de 1969	247	661 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Confederação Suíça, assinada em 28 de abril de 1968. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	248
658 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a celebrar operação de financiamento externo no valor de US\$ 1.142.385,20 e dá outras providências. — Publicado no D.O. — Seção I — Parte I, de 1 de julho de 1969 e retificado no D.O. de 3 de julho de 1969	247	662 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969 — Aprova a Convenção nº 127, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969 ..	249
659 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Aprova a Convenção das Nações Unidas sobre		663 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Aprova a Convenção nº 125, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Certificados de capacidade dos pescadores. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	249
		664 — Decreto-lei de 30 de junho de 1969. — Aprova a Convenção nº 124, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao exame médico para determinação da aptidão dos adolescentes a emprego em trabalhos subterrâneos nas minas. — Publicado no D.O. de 1 de julho de 1969	249

Figuram neste volume os Atos Institucionais, os Atos Complementares e os Decretos-Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1969, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11, DE 14 DE AGÔSTO DE 1969

Considerando que, em virtude da aplicação de medidas previstas no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ou por outras causas, se vagaram cargos de Prefeitos e Vice-Prefeitos, tendo sido decretada a intervenção federal em vários municípios;

Considerando que as eleições municipais suspensas pelo artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, devem realizar-se, para facilidade de execução do calendário eleitoral, na mesma data;

Considerando que, visando à uniformidade dos mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, de modo a fixar-lhes a coincidência, em todo território nacional, na forma prevista na Constituição Federal (Item I, do art. 16), e no Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967, se deve, desde logo, determinar a data das respectivas eleições, uniformizando-se o início e término dos mandatos e reduzindo-se ou ampliando-se os mesmos, para perfeita execução daquela medida, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, suspensas em virtude do disposto no artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, bem como as eleições gerais visando à mesma finalidade, e para os municípios em que tenha sido decretada a intervenção federal, com fundamento no artigo 3º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ou cujos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito estejam vagos por outro motivo, e as estabelecidas pelo artigo 80, do decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, serão realizadas no dia 30 de novembro de 1969.

§ 1º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos nessa data serão empossados no dia 31 de janeiro de 1970.

§ 2º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, cujos mandatos se extinguirem antes da data prevista no parágrafo anterior, continuarão a exercê-los até a posse dos eleitos a 30 de novembro de 1969.

Art. 2º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que vierem a ser eleitos a 30 de novembro de 1969 ou a 15 de novembro de 1970, exercerão os seus respectivos mandatos até 31 de janeiro de 1973.

Parágrafo único. Nos municípios em que haja eleições previstas para 1971 ou 1972, os respectivos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores ficam com os seus mandatos dilatados até 31 de janeiro de 1973.

Art. 3º No dia 15 de novembro de 1972 se realizarão eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em todos os municípios do território nacional, sendo os eleitos empossados a 31 de janeiro de 1973.

Art. 4º Fica extinta a justiça de paz eletiva, respeitados os mandatos dos atuais Juizes de Paz, até o seu término.

Parágrafo único. Os Juizes de Paz temporários serão nomeados, nos Estados e Territórios, pelos respectivos Governadores, e, no Distrito Federal, pelo seu Prefeito, pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzidos, aplicando-se este limite aos atuais ocupantes dessas funções, salvo aos que as exercem em virtude de eleição anterior.

Art. 5º As decisões proferidas pelos tribunais Regionais Eleitorais sobre as eleições de que trata o art. 1º deste Ato são irrecorríveis, salvo se proferidas contra expressa disposição de lei ou de instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 6º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional.

Art. 7º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 8º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurelio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Deijim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Iarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antonio Dias Leite Junior

Helio Beltrao

Jose Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 12, DE 31 DE AGOSTO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, em nome do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, temporariamente impedido do exercício de suas funções por motivo de saúde, e

Considerando que continua em plena vigência o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que manteve a Constituição com as modificações nela introduzidas;

Considerando que o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decretou o recesso do Congresso Nacional;

Considerando que os compromissos assumidos perante a Nação, pelas Forças Armadas, desde a revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, ainda perduram e não devem sofrer solução de continuidade;

Considerando que, nesta conformidade, e ouvido o Alto Comando das Forças Armadas, o exercício da suprema autoridade do

Governo e de Comandante Supremo das Forças Armadas, durante o impedimento temporário do Presidente Arthur da Costa e Silva deve caber aos seus Ministros auxiliares, diretamente responsáveis pela execução das medidas destinadas a preservar a Segurança Nacional, o gozo pacífico dos direitos dos cidadãos e os compromissos internacionais, resolvem editar o seguinte Ato Institucional nº. 12:

Art. 1º Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 2º Os Ministros Militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3º Continuam em exercício os poderes e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos Atos Institucionais e Complementares.

Art. 4º Cessado o impedimento, o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em toda a sua plenitude.

Art. 5º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 6º Este Ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, GB, 31 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República. — *Augusto Hamann Rademaker Grunewald* — *Aurélio de Lyra Tavares* — *Márcio de Souza e Mello*.

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuá Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o banimento, ficam suspensos o processo ou a execução da pena a que, porventura, esteja respondendo ou condenado o banido, assim como a prescrição da ação ou da condenação.

Art. 2º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

Art. 3º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 14, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, e

Considerando que atos de Guerra Psicológica Adversa e de Guerra Revolucionária ou Subversiva que atualmente, perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão;

Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital, ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da Guerra Psicológica Adversa ou da Guerra Revolucionária ou Subversiva;

Considerando que aqueles atos atingem, mais profundamente, a Segurança Nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º O Parágrafo 11, do artigo 150, da Constituição do Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150.
.....

Parágrafo 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta."

Art. 2º Continuam em vigor os Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis, Decretos-Leis, Decretos e Regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito.

Art. 3º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como seus respectivos efeitos.

Art. 4º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Junior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 15, DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969,

Considerando que o Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, mandou realizar eleições municipais, no dia 30 de novembro de 1969, nos termos previstos no artigo 1.º do mesmo Ato;

Considerando que, apesar de terem sido feitas recentes eleições municipais, houve necessidade de, em defesa dos princípios e da continuidade da obra revolucionária, ser decretada, por diferentes motivos, a intervenção federal em vários municípios;

Considerando que, pelas mesmas razões, é conveniente que a intervenção federal decretada permaneça por mais tempo para consolidação dos próprios objetivos da Revolução, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O artigo 1.º do Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º No dia 30 de novembro de 1969, realizar-se-ão eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municí-

pios que, durante o ano de 1969, devessem realizar eleições gerais ou parciais, ainda que alguns desses Municípios se encontrem sob o regime de intervenção federal, nos termos do artigo 3.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, ou parágrafo 1.º, do artigo 7.º do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969.

§ 1.º Também, na mesma data, realizar-se-ão as eleições para Vereadores, previstas no artigo 80 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969.

§ 2.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos nessa data serão empossados no dia 31 de janeiro de 1970.

§ 3.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, cujos mandatos se extinguirem antes da data prevista no parágrafo anterior, continuarão a exercê-los até a posse dos eleitos a 30 de novembro de 1969.

Art. 2.º Nos demais Municípios, cujos cargos de Prefeito, ou também de Vice-Prefeito, se vagarem, por qualquer motivo, após a edição dos Atos Institucionais n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, e tenha sido decretada, ou ainda não, a intervenção federal, as eleições para aqueles se realizarão no dia 15 de novembro de 1970, aplicando-se, no mais, o que dispõe o Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969.

Art. 3.º O Superior Tribunal Eleitoral baixará as necessárias instruções para a perfeita execução deste Ato Institucional.

Art. 4.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

Art. 5.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuza Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 57, DE 10 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que o § 1.º do artigo 20 da Constituição do Brasil tem recebido interpretações diversas, havendo, portanto, necessidade de uniformizar a aplicação do referido dispositivo constitucional, de acôrdo com o seu verdadeiro espírito e objetivo, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1.º Sem prejuízo da tributação sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados a outras finalidades não essenciais das autarquias, os imóveis de propriedade destas prometidos à venda a particulares estão sujeitos ao ônus tributário, a cargo dos promitentes compradores, desde a data do contrato que serviu de base para a transação.

Art. 2.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR Nº 58, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Itu, no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honorio Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR Nº 59, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 10, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Ate que sejam nomeados e empossados os Interventores Federais para os municípios em que foram suspensas as eleições para cargos executivos, nos termos do artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, os Prefeitos Municipais, cujos mandatos se extinguíram passarão a responder pelo expediente administrativo das respectivas Prefeituras, sendo-lhes vedado o exercício da atribuição prevista no § 2º do artigo 7º do referido Ato Institucional.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Justiça resolverá, mediante consulta, quaisquer dúvidas para a fiel execução do disposto neste artigo.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ruy Corrêa Lopes
Tarsc Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Romeu Honorio Loures
Luiz Antônio de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR Nº 60, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e o artigo 10, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A remuneração mensal dos interventores federais nos municípios, nomeações pelo Presidente da República nos termos do parágrafo único do artigo 3º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ou do § 1º, do artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969 não poderá ultrapassar quantia correspondente a 12 (doze) salários-mínimos da região em que estiver localizado o município sob intervenção, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) a título de representação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos interventores atualmente no exercício de suas funções, promovendo-se, quando for o caso, o imediato reajustamento.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ruy Corrêa Lopes
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Romeu Honorio Loures
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR Nº 61, DE 14 DE AGOSTO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969 e o art. 6º do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º As eleições municipais, que estavam ou estão designadas para o ano de 1969, e as demais previstas no artigo 1º do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, se realizarão na data no mesmo estabelecida e obedecerão às suas normas, às deste Ato Complementar e, no que não os contrariar, à legislação em vigor.

Art. 2º Para as eleições municipais referidas no artigo anterior, a escolha de candidatos se fará até o dia 15 de outubro de 1969, encerrando-se, improrrogavelmente, às 18:00 horas do dia imediato o prazo para o pedido de registro de candidatos.

Art. 3º Fica reaberto, até sessenta dias anteriores à data fixada para as eleições de que trata o art. 1º, o prazo de filiação partidária para essas eleições, devendo, no dia imediato, ser encaminhados ao Juiz eleitoral competente os livros respectivos, para seu encerramento.

Art. 4º O prazo de filiação partidária para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador e Deputado Estadual se extinguirá a 15 de fevereiro de 1970.

Art. 5º São válidas, para todo o território nacional, as filiações partidárias realizadas perante o Diretório Nacional ou Diretório Regional.

Art. 6º O prazo para a instituição de sublegendas para as eleições previstas no artigo 1º e nos termos estabelecidos na Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, terminará no dia 10 de outubro de 1969.

Art. 7º Para as eleições municipais a se realizarem na data referida no artigo 1º deste Ato, os Diretórios Municipais substituirão as Convenções Municipais, tanto para a escolha dos candidatos, como para a instituição de sublegendas.

Parágrafo único. Nos Municípios em que não tenham sido constituídos os Diretórios Municipais, caberá ao Diretório Regional o exercício das atribuições previstas neste artigo, na inexistência dele, ao Diretório Nacional.

Art. 8º Apresentado o requerimento de registro de candidatos, com ou sem sublegendas, o Juiz eleitoral fará publicar, imediatamente, edital para ciência dos interessados, o qual será fixado no Cartório, no local de costume.

§ 1º Do pedido de registro caberá, no prazo de dois dias, a contar da data da afixação do edital, impugnação articulada por parte de qualquer eleitor, candidato ou Partido Político.

§ 2º Havendo impugnação, o Partido requerente do registro terá vista dos autos por igual prazo para sobre ela falar, findo o qual serão os autos conclusos ao Juiz eleitoral, que a julgará e publicará sua decisão nos três dias imediatos.

§ 3º Até 31 de outubro de 1969, todos os pedidos de registros de candidatos devem estar julgados, inclusive os que tiverem sido impugnados, e publicadas as respectivas sentenças.

§ 4º Da decisão proferida caberá recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias, manifestando-se a outra parte, em igual prazo, findo o qual os autos subirão imediatamente, à instância superior, que o decidirá nos 8 (oito) dias subseqüentes.

§ 5º A decisão do Tribunal Regional Eleitoral será irrecurável, salvo se contrariar expressa disposição de lei ou de instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 9º Se a impugnação de candidatos for aceita ou, no caso de recurso for este provido, os Diretórios referidos no art. 7º, ou os instituidores de sublegenda, providenciarão, se o quiserem, no prazo de 2 (dois) dias, o registro de novo candidato.

Art. 10. Aplica-se às decisões dos Diretórios Municipais, Regionais ou Nacional, que concederem ou denegarem a instituição de sublegendas, o processo previsto no artigo 8º deste Ato.

Art. 11. Diplomados os eleitos, na data marcada para a respectiva posse cessará a intervenção federal decretada com fundamento no artigo 3º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e § 1º, do artigo 7º, do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969.

Art. 12. Nos Estados e Municípios onde se não organizarem Diretórios Municipais ou Regionais, nos termos dos Atos Complementares nº 54, de 20 de maio de 1969, e nº 56, de 18 de junho de 1969, nos prazos e condições neles previstos, fica assegurado o direito de serem aqueles constituídos de acordo com esses Atos, desde que o façam até 15 de abril de 1970.

Parágrafo único. Os Diretórios Municipais e Regionais que vierem a ser eleitos de acordo com este artigo, exercerão seus mandatos até, respectivamente, 10 de agosto de 1971 e 14 de setembro de 1971.

Art. 13. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação deste Ato, baixará as necessárias instruções para sua fiel execução.

Art. 14. Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurêlio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Deljim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 62, DE 22 DE AGOSTO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O prazo para o registro de candidatos ao Diretório Regional, a que se refere o artigo 6º do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, fica prorrogado para o dia 28 de agosto de 1969.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1969; 148 da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Fernandes de Luna
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 63, DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 20 da Constituição, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º A Rede Ferroviária Federal S.A. e suas subsidiárias, enquanto subvencionadas pelo Tesouro Nacional, ficam isentas do pagamento dos impostos de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços de qualquer natureza, cancelados quaisquer débitos fiscais, inclusive multas, existentes à data deste Ato Complementar, resultantes de processos judiciais ou administrativos, ainda que já definitivamente julgados.

Art. 2º Ficam ratificados o Decreto-lei nº 668, de 3 de julho de 1969, e o Decreto nº 756, de 11 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 64, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com os artigos 1º e 2º, do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º São banidos do Território Nacional os seguintes brasileiros: Argonauta Pacheco da Silva; Flavio Aristides de Freitas Tavares; Gregorio Bezerra; Ivens Marchetti de Monte Lima; João Leonardo da Silva Rocha; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Ibraim; Luiz Travassos; Maria Augusta Ribeiro Carneiro; Mario Roberto Galgardo Zanconato; Onofre Pinto; Ricardo Villas Boas Sá Rego; Ricardo Zarattini; Rolando Prattes e Wladimir Gracindo Palmeira.

Art. 2º O Ministério da Aeronáutica Militar providenciará, imediatamente, a saída do território brasileiro das pessoas mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 65, DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem os artigos 1º e 5º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinados com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que no dia 14 de setembro de 1969 se realizarão as Convenções Regionais para a eleição dos Diretórios Regionais dos partidos políticos e, dentro de 5 (cinco) dias, a escolha dos membros de suas respectivas Comissões Executivas, nos termos dos artigos 4º e 17 do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969;

Considerando que é do interesse geral e dos próprios partidos que este último prazo seja dilatado e fixada data certa para a eleição dos membros de toda a Comissão Executiva Regional, sem que isto importe em qualquer prejuízo do calendário preestabelecido,

Resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º As Comissões Executivas dos Diretórios Regionais a serem eleitos nas Convenções Regionais dos partidos políticos, de acordo com o disposto no Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, serão escolhidas em reunião plenária de cada Diretório, a se realizar no dia 1º de outubro de 1969, às vinte horas, na sede do respectivo Diretório, obedecido o disposto no item II, do artigo 17, do mesmo Ato Complementar, e se considerarem impossíveis na data da escolha.

Art. 2º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LIRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuu Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

Jose Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 66, DE 19 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, de acordo com as atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que o Ato Complementar nº 65, de 9 de setembro de 1969, adiou para 1º de outubro de 1969 a eleição das Comissões Executivas dos Diretórios Regionais;

Considerando que, no interesse geral e dos próprios partidos políticos, há toda conveniência em se transferir a data já designada para realização da Convenção Nacional destinada a eleger os respectivos Diretórios Nacionais,

Resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica transferida para o dia 5 de março de 1970 a Convenção Nacional, que deverá proceder à eleição dos membros do Diretório Nacional dos Partidos Políticos, de acordo com o que prescreve o Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, alterado pelo Ato Complementar nº 56, de 18 de junho de 1969.

Art. 2º Os atuais Diretórios Nacionais e suas respectivas Comissões Executivas continuarão a exercer seus mandatos até que se cumpra o disposto no artigo anterior.

Art. 3º Fica prorrogado para o dia 10 de fevereiro de 1970 o término do prazo a que se refere o artigo 10 do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969.

Art. 4º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Mozart Gurgel Valente Júnior

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 67, DE 22 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Pariqueira-Açu, no Estado de São Paulo.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Mozart Gurgel Valente Junior

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 68, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Sobral, no Estado do Ceará nos termos do artigo 2º e seus parágrafos, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 29 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MARCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Deljim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 665 — DE 2 DE
JULHO DE 1969

Altera o Artigo 8º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Artigo 8º da Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O presidente da Fundação será nomeado pelo Presidente da República mediante proposta do Ministro da Educação e Cultura com mandato de três anos.”

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 2 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 666 — DE 2 DE
JULHO DE 1969

Institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAN, no exercício de sua função reguladora do transporte marítimo, cabe disciplinar e controlar, mediante resoluções que expedir, a participação da frota mercante nacional das linhas internacionais de navegação.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, deverão predominar, no tráfego entre o Brasil e os demais países os armadores nacionais do país exportador e importador de mercadorias, até que seja ocorra a igualdade de participação entre os mesmos armadores preconizada pela política brasileira de transporte marítimo internacional.

Art. 2º Será feito, obrigatoriamente, em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as importadas com quaisquer favores governamentais e, ainda, as adquiridas com financiamento, total ou parcial, de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamento externos, concedidos a órgãos da administração pública federal, direta ou indireta.

§ 1º Estão igualmente sujeitas à obrigatoriedade prevista neste artigo as mercadorias nacionais exportadas com quaisquer dos benefícios nele deferidos.

§ 2º A obrigatoriedade prevista neste artigo será extensiva às mercadorias cujo transporte esteja regulado

em acordos ou convênios firmados ou reconhecidos pelas autoridades brasileiras obedecidas as condições nos mesmos fixadas.

Art. 3º As cargas de importação ou exportação, vinculadas obrigatoriamente ao transporte em navios de bandeira brasileira, poderão ser liberadas em favor da bandeira do país exportador ou importador, ponderadamente até 50% de seu total, desde que a legislação do país comprador ou vendedor conceda, pelo menos, igual tratamento em relação aos navios de bandeira brasileira.

§ 1º Em caso de absoluta falta de navios de bandeira brasileira próprios ou afretados, para o transporte do total ou de parte da percentagem que lhe couber, deverá a mesma ser liberada em favor de navio da bandeira do país exportador ou importador.

§ 2º Caso não haja navio de bandeira brasileira ou da bandeira do importador ou exportador em posição para o embarque da carga, poderá a Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a seu exclusivo critério, liberar o transporte para navio de terceira bandeira especificamente designado.

§ 3º Quando a exportação ou importação for feita para ou de país que não seja servido por navios nacionais de ambas as bandeiras, importadora ou exportadora de mercadoria sujeita a liberação, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante fará a liberação prévia das cargas de que trata este Decreto-lei, designando o transportador.

Art. 4º Os atos do Poder Executivo, que objetivem proteger e regular o transporte marítimo de mercadorias de e para portos nacionais, só se aplicam a Conferência de Gênes, a acordos, e a rateios de fretes ou de cargas e a contratos, desde que destes atos participe a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, com ou sem armadores a ela associados, bem como a qualquer armador brasileiro previamente autorizado pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante para tráfego específico.

Art. 5º Para os fins deste Decreto-Lei, considera-se navio de bandeira brasileira o navio afretado por empresa brasileira devidamente autori-

zada a funcionar no transporte de longo curso.

Art. 6º Entende-se como favor governamental qualquer isenção ou redução tributária, tratamento tarifário protetor e benefício de qualquer natureza concedido pelo Governo Federal.

Art. 7º Para a perfeita execução deste Decreto-Lei, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM — poderá estabelecer os meios e normas necessários ao controle de embarque, bem como requisitar documentos, papéis, processos e informações de quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta, e empresas concessionárias de serviços públicos.

Art. 8º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 667 — DE 2 DE JULHO DE 1969

Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento:

a) Estado-Maior do Exército em todo o território nacional;

- b) Exércitos e Comandos Militares de Armas nas respectivas jurisdições;
- c) Regiões Militares nos territórios regionais.

Art. 2º A Inspetoria Geral das Polícias Militares, que passa a integrar, organicamente, o Estado-Maior do Exército, incumbem-se dos estudos, da coleta e registro de dados bem como do assessoramento referente ao controle e coordenação, no nível federal, dos dispositivos do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. O cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares será exercido por um General-de-Brigada da ativa.

CAPÍTULO I

Definição e competência

Art. 3º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete as Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, reservadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

d) atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua interrupção subordinando-se ao Comando das Regiões Militares para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Territorial.

Art. 4º As Polícias Militares subordinam-se ao órgão que, nos governos dos Estados, Territórios e no Distrito

Federal, for responsável pela ordem pública e pela segurança interna.

CAPÍTULO II

Estrutura e Organização

Art. 5º As Polícias Militares serão estruturadas em órgão de Direção, de Execução e de Apoio de acordo com as finalidades essenciais do serviço policial e as necessidades de cada Unidade da Federação.

§ 1º Considerados as finalidades essenciais e o imperativo de sua articulação pelo território de sua jurisdição, as Polícias Militares deverão estruturar-se em grupos policiais. Sendo essas frações os menores elementos de ação autônoma deverão dispor de um chefe e de um número de componentes habilitados indispensáveis ao atendimento das missões básicas de polícia.

§ 2º De acordo com a importância da região o interesse administrativo e facilidades de comando os grupos de que trata o parágrafo anterior poderão ser reunidos, constituindo-se em Pelotões, Companhias e Batalhões ou em Esquadrões e Regimento, quando se tratar de unidades montadas.

Art. 6º O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelos Governadores de Estado e de Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal.

§ 1º O provimento do cargo de Comandante será feito por ato dos Governadores dos Estados, Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal após ser designado por Decreto do Poder Executivo Federal o oficial que ficará à disposição do referido Governo e Prefeito para esse fim.

§ 2º O oficial do Exército nomeado para o Cargo de Comandante da Polícia Militar será comissionado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.

§ 3º O oficial da ativa do Exército, nomeado para o Comando da Polícia Militar, na forma deste artigo, é considerado em "cargo militar", para fins de satisfação de requisitos

legais exigidos para promoção, como se estivesse no exercício de cargo de Comandante de Corpo de Tropa do Exército.

§ 4º Em caso excepcional e a critério do Presidente da República, à vista de proposta do Ministro do Exército, o cargo de Comandante poderá ser atribuído a General-de-Brigada da ativa.

§ 5º Em caráter excepcional, ouvido o Ministro do Exército, o cargo de Comandante poderá ser exercido por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação.

§ 6º O oficial nomeado nos termos do parágrafo anterior, comissionado ou não, terá precedência hierárquica sobre os oficiais de igual posto da Corporação.

§ 7º O Comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército não poderá desempenhar outras funções no âmbito estadual, ainda que cumulativamente com suas funções de comandante, por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 7º Oficiais do serviço ativo do Exército poderão servir no Estado-Maior ou como instrutores das Polícias Militares, obedecendo para a designação as prescrições do artigo anterior, salvo quanto ao posto.

CAPÍTULO III

Do Pessoal das Polícias Militares

Art. 8º A hierarquia nas Polícias Militares é a seguinte:

a) Oficiais de Polícia:

- Coronel
- Tenente-Coronel
- Major
- Capitão
- 1º Tenente
- 2º Tenente

b) Praças Especiais de Polícia:

- Aspirante-a-Oficial
- Alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia.

c) Praças de Polícia:

- Graduados:
- Subtenente
- 1º Sargento
- 2º Sargento
- 3º Sargento
- Cabo
- Soldado.

§ 1º A todos os postos e graduações de que trata este artigo será acrescida a designação "PM" (Polícia Militar).

§ 2º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares:

a) suprimir na escala hierárquica um ou mais postos ou graduações das previstas neste artigo;

b) subdividir a graduação de soldado em classes, até o máximo de três.

Art. 9º O ingresso no quadro de oficiais será feito através de cursos de formação de oficiais da própria Polícia Militar ou de outro Estado.

Parágrafo único. Poderão também, ingressar nos quadros de oficiais das Polícias Militares, se convier a estas, Tenentes da Reserva de 2ª Classe das Forças Armadas com autorização do Ministério correspondente.

Art. 10. Os efetivos em oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, ouvido o Estado-Maior do Exército serão providos mediante concurso e acesso gradual conforme estiver previsto na legislação de cada Unidade Federativa.

Parágrafo único. A assistência médica às Polícias Militares poderá também ser prestada por profissionais civis, de preferência oficiais da reserva ou mediante contratação ou celebração de convênio com entidades públicas e privadas existentes na comunidade, se assim convier à Unidade Federativa.

Art. 11. O recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 12. O acesso na escala hierárquica tanto de oficiais como de praças será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com legislação peculiar a cada Unidade da Federação, exigidos os seguintes requisitos básicos:

a) para a promoção ao posto de Major: curso de aperfeiçoamento feito na própria corporação ou em Força Policial de outro Estado;

b) para a promoção ao posto de Coronel: curso superior de Polícia, desde que haja o curso na Corporação.

CAPÍTULO IV

Instrução e Armamento

Art. 13. A instrução das Polícias Militares limitar-se-á a engenhos e controlada pelo Ministério do Exército, através do Estado-Maior do Exército, na forma deste Decreto-lei.

Art. 14. O armamento das Polícias armas de uso individual inclusive automáticas, e a um reduzido número de armas automáticas coletivas e lança-rojões leves para emprego na defesa de suas instalações fixas, na defesa de pontos sensíveis e execução de ações preventivas e repressivas nas missões de Segurança Interna e Defesa Territorial.

Art. 15. A aquisição de veículos sobre rodas com blindagem leve e equipados com armamento nas mesmas especificações do artigo anterior poderá ser autorizada, desde que julgada conveniente pelo Ministério do Exército.

Art. 16. É vedada a aquisição de engenhos, veículos, armamentos e aeronaves fora das especificações estabelecidas.

Art. 17. As aquisições de armamento e munição dependerão de autorização do Ministério do Exército e obedecerão às normas previstas pelo Serviço de Fiscalização de Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército (SFIDT).

CAPÍTULO V

Justiça e Disciplina

Art. 18. As Polícias Militares serão regidas por Regulamento Disciplinar redigido à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército e adaptado às condições especiais de cada Corporação.

Art. 19. A organização e funcionamento da Justiça Militar Estadual serão regulados em lei especial.

Parágrafo único. O fôro militar é competente para processar e julgar o pessoal das Polícias Militares nos crimes definidos em lei como militares.

Art. 20. A Justiça Militar Estadual de primeira instância é constituída pelos Conselhos de Justiça previstos no Código de Justiça Militar. A de segunda instância será um Tribunal Especial, ou o Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI

Da competência do Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares

Art. 21. Compete ao Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares :

a) Centralizar todos os assuntos da alçada do Ministério do Exército relativos às Polícias Militares, com vistas ao estabelecimento da política conveniente e à adoção das providências adequadas.

b) Promover as inspeções das Polícias Militares tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste decreto-lei.

c) Proceder ao controle da organização, da instrução, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares.

d) Baixar as normas e diretrizes para a fiscalização da instrução das Polícias Militares.

e) Apreçar os quadros de mobilização para as Polícias Militares de cada Unidade da Federação, com vistas ao emprego em suas missões específicas e como participantes da Defesa Territorial.

f) Cooperar no estabelecimento da legislação básica relativa às Polícias Militares.

CAPÍTULO VII

Prescrições Diversas

Art. 22. Ao pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo, é vedado fazer parte de firmas comerciais de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerados.

Art. 23. É expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado, exceto em serviço, em manifestações de caráter político-partidário.

Art. 24. Os direitos, vencimentos, vantagens e regalias do pessoal, em serviço ativo ou na inatividade, das Polícias Militares constarão de legislação especial de cada Unidade da Federação, não sendo permitidas condições superiores às que, por lei ou regulamento forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas. No tocante a cabos e soldados, será permitida exceção no que se refere a vencimentos e vantagens bem como à idade-limite para permanência no serviço ativo.

Art. 25. Aplicam-se ao pessoal das Polícias Militares:

a) as disposições constitucionais relativas ao alistamento eleitoral e condições de elegibilidade dos militares;

b) as disposições constitucionais relativas às garantias, vantagens, prerrogativas e deveres, bem como todas as restrições ali expressas, ressalvado o exercício de cargos de interesse policial assim definidos em legislação própria.

Art. 26. Competirá ao Poder Executivo, mediante proposta do Ministério do Exército declarar a condição de "militar" e, assim, considerá-los reservas do Exército aos Corpos de Bombeiros dos Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal.

Parágrafo único. Aos Corpos de Bombeiros Militares aplicar-se-ão as disposições contidas neste Decreto-lei, exceto o disposto nos artigos 6º e seus parágrafos e artigo 7º.

Art. 27. Em igualdade de posto e graduação os militares das Forças Armadas em serviço ativo e da reserva remunerada têm precedência hierárquica sobre o pessoal das Polícias Militares.

Art. 28. Os oficiais integrantes dos quadros em extinção, de oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários nas Polícias Militares, poderão optar pelo seu aproveitamento nos efetivos a que se refere o artigo 10 deste Decreto-lei.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará o presente Decreto-lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 30. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogados o Decreto-lei número 317, de 13 de março de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

X DECRETO-LEI Nº 668 — DE 3 DE JULHO DE 1969

Altera disposições do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 20 da Constituição, decreta:

Art. 1º Os dispositivos do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, adiante enumerados, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 7º Integralizado o total das ações ordinárias destinadas às cooperativas, continuar-se-á a proceder na forma do disposto no artigo 6º, passando as respectivas importâncias à integralização de ações preferenciais que serão convertidas em ações ordinárias quando efetuado novo aumento de capital."

"Art. 10. Quando totalmente integralizado o capital social, promoverá o Poder Executivo, se julgar conveniente, a modificação dos estatutos para novo aumento de capital".

"Art. 13. As Sociedades cooperativas, excetuadas as habitacionais e as escolares, inscreverão, compulsoriamente, ações preferenciais do capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A.

§ 1º A realização das ações a serem inscritas de acordo com

este artigo far-se-á com créditos que o Banco fará as sociedades cooperativas, em contas individuais, das importâncias que delas receber.

§ 2º Para o fim do disposto no parágrafo anterior, as sociedades cooperativas farão recolher ao Banco até o dia 20 (vinte) de cada mês, com base nas operações que tiverem realizado no mês anterior o equivalente a:

a) 0.1% (um décimo por cento) sobre os valores dos insumos, mercadorias ou quaisquer outros bens entregues pelas referidas entidades a seus associados, através do setor de compra em comum ou consumo;

b) 0.1% (um décimo por cento) sobre os valores dos produtos que receberam dos seus associados através do setor de venda em comum;

c) 0.2% (dois décimos por cento) sobre os valores dos financiamentos que as cooperativas de crédito fizerem aos seus associados;

d) 0.2% (dois décimos por cento) sobre os valores das operações ou serviços realizados com os prestados a seus associados, que se não enquadrem nas alíneas anteriores.

§3º Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Banco procederá ao levantamento dos créditos de cada sociedade cooperativa a que se refere o § 1º deste artigo, para o fim de emitir as ações preferenciais a que tiver direito e entregá-las dentro de 30 (trinta) dias.

"Art. 14. O BNCC movimentará os seguintes recursos:

g) remanescente não comprometido resultante da liquidação das cooperativas, que se destinará à formação de fundo especial de assistência técnica ao cooperativismo.

h)

"Art. 16. Os feitos de interesse do BNCC serão processados privativamente perante a Justiça Federal, com os direitos, privilégios e prerrogativas da Fazenda Nacional, por quem será obrigatória-

mente assistido assegurada a correção monetária dos créditos em atraso, inclusive na cobrança, mediante ação executiva fiscal, das importâncias correspondentes à subscrição compulsória prevista no artigo 13".

"Art. 17. Fica assegurada ao BNCC isenção completa e irrevogável de todos os impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre seus bens, direitos, operações, rendas e serviços."

"Art. 18. O Banco será dirigido por:

a)

b) uma Diretoria Executiva integrada de 5 (cinco) Diretores, sendo um deles o seu Presidente e do Banco, e os demais eleitos em Assembleia Geral cabendo às cooperativas a eleição de um destes, com abstenção da União."

Art. 2º As importâncias eventualmente arrecadadas ou devidas por força do artigo 13, na sua primitiva redação, terão a destinação constante do § 3º do mesmo artigo.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzuva Pereira

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 669 — DE 3 DE JULHO DE 1969

Exclui do benefício da concordata as empresas que exploram serviços aéreos ou de infra-estrutura aeronáutica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a navegação aérea só pode ter eficiência, isto é, segurança, regularidade e precisão, se a empresa que a explora estiver em condições econômico-financeiras que permitam, em termos de planejamento, execução, manutenção, supervisão e controle, a perfeita sustentação de serviços através de uma sólida estrutura, capaz de plena atividade;

Considerando que, se a empresa de navegação aérea, entra em falência, concordata ou liquidação, sua estrutura técnico-econômico-financeira não tem mais condições adequadas e necessárias a merecer a confiança de proporcionar serviços regulares, eficientes e, sobretudo, dotados da imprescindível segurança, que compete ao Governo fiscalizar e garantir;

Considerando que a concordata, sendo um favor legal, que se dá à empresa estritamente comercial para continuar o seu negócio, não é de molde a ser admitida para a empresa de transporte aéreo, quando se tem em vista, acima do interesse comercial da empresa, a regularidade e segurança do voo, decreta:

Art. 1.º Não podem impetrar concordata as empresas que, pelos seus atos constitutivos, tenham por objeto, exclusivamente ou não, a exploração de serviços aéreos de qualquer natureza ou de infra-estrutura aeronáutica.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos casos em curso.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 670 — DE 3 DE JULHO DE 1969

Modifica e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 1º e o parágrafo único do artigo 4º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969 passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º Fica instituída nova carteira de identidade para estrangeiros conforme modelo anexo, sistema plástico, válida para todo território nacional, impressa em série sob a orientação do Ministério da Justiça, e que será fornecida no Distrito Federal, pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento de Polícia Federal, e, nos Estados e Territórios, pelas Delegacias Regionais do referido Departamento ou, mediante convênio pelas repartições de polícia congêneres locais e terá valor de carteira de identidade ordinária”.

“Art. 4º

“Parágrafo único. As repartições expedidoras ficam obrigadas a remeter imediatamente, ao Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal a individual dactiloscópica do estrangeiro identificado para fins de obtenção da nova carteira criada por este Decreto-lei”.

Art. 2º Fica revogado o artigo 5º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de outubro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

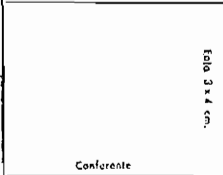
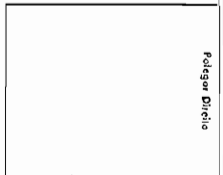
Luís Antônio da Gama e Silva

Anverso

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)	
 <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA ESTRANGEIRO PERMANENTE</p>	
Nome _____	
Filiação _____	
Nacionalidade _____	
Naturalidade _____	Nascido a _____
Data e Local de Desembarque _____	
Assinatura do Portador _____	
(INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO)	

CASA DA MÓDIA DO BRASIL

Verso

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)	
RG. N.º _____	SE. N.º _____
Sigla do Órgão Expedidor _____	Local e Data da Expedição _____
 <p>Foto 3 x 4 cm.</p>	 <p>Folga Direita</p>
<p>Conferente _____</p> <p>Autoridade Expedidora _____</p>	
(INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO)	

CASA DA MÓDIA DO BRASIL

Característica : Texto em azul claro

Palavra - estrangeiro - vermelho

Fundo azul claro em off sett

Tarja em azul escuro

Papel de fibra de garantia

Dimensões 9,5 x 6,5

DECRETO-LEI Nº 671 — DE 3 DE
JULHO DE 1969

Considera a posse de Manoel Palmeira Nunes para o exercício interino do cargo de Pedreiro, código A-101-8A, válida para efeito de nomeação para o mesmo cargo, em caráter efetivo.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É considerada a posse de Manoel Palmeira Nunes, para o exercício interino do cargo de Pedreiro, código A-101-8A, válida para os efeitos de sua nomeação para o mesmo cargo, em caráter efetivo, pelo Decreto de 12 de setembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 3 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 672 — DE 3 DE
JULHO DE 1969

Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É declarado de interesse da segurança nacional para os efeitos do disposto no artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ao Município referido no artigo anterior aplica-se o disposto nos artigos 2º até 5º e seus parágrafos

da Lei nº 5.449 de 4 de junho de 1968 alterada pelo Decreto-Lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 3 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 673 — DE 7 DE
JULHO DE 1969

Dispõe sobre a situação do pessoal atingido por revisões de enquadramento ou de quadros, efetivadas por força de disposições legais e regulamentares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Aos servidores, ativos e inativos, que vierem a sofrer deresso em decorrência de enquadramento definitivo ou da aplicação dos critérios de revisão determinados quer pelos artigos 19 e 20 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, quer pelas medidas constantes dos §§ 1º a 5º do artigo 1º da Lei nº 4.449, de 29 de outubro de 1964, fica assegurada a percepção da diferença entre o vencimento ou provento anterior e o resultante da revisão.

§ 1º As gratificações e vantagens legais calculadas em bases percentuais sobre vencimento serão reajustadas automaticamente, considerando-se o novo vencimento ou provento decorrente da revisão.

§ 2º A diferença entre o vencimento ou provento anterior e o que resultar da revisão — caracterizada como diferença de vencimento ou de provento — diminuirá, progressivamente, em razão de futuros reajustamentos ou ainda em virtude de readaptação, promoção ou acesso, inclusive com efeito retroativo.

§ 3º O servidor que, ao se aposentar na vigência deste Decreto-lei, vinha percebendo diferença de venci-

mento, terá a mesma transformada em diferença de proventos, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º A diferença resultante da revisão não será adicionada ao novo vencimento ou provento do servidor, salvo para os efeitos de cálculos de descontos e deduções legais, nem como para os relativos a empréstimos simples ou imobiliários e aos cálculos de pensões, senão devida a partir do mês em que ocorrer o decesso de vencimento ou provento.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos ex-Consultores Jurídicos das autarquias que tiveram seus cargos transformados nos de Procurador, aos ex-Consultores Técnicos das autarquias que por força de atos revisores retornaram a seus cargos anteriores e ainda ao pessoal cuja situação prevista pelo Decreto nº 53.413, de 17 de janeiro de 1964, foi revogada por atos do Poder Executivo, ficando ratificados todos os atos de revisão mencionados neste parágrafo.

Art. 2º Ressalvados os casos de que trata o § 5º do artigo anterior, o disposto neste Decreto-lei se aplica, ainda, aos servidores ativos e inativos, que sofreram decesso em decorrência de enquadramentos definitivos ou revisões de quadros e tabelas, ficando-lhes assegurada a percepção de diferença de vencimento ou provento, a ser apurada com base na situação individual à época do enquadramento ou da revisão consumada, sendo devido o respectivo pagamento a partir do mês de julho de 1969, vedado qualquer efeito financeiro retroativo.

Parágrafo único. Ao pessoal beneficiado por este artigo serão aplicadas, no que couber, as normas constantes dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 1º.

Art. 3º O disposto neste Decreto-lei não se aplica ao servidor que sofreu, ou vier a sofrer, decesso em virtude da falta de habilitação legal para o exercício do cargo que deu, ou vier a dar, origem ao decesso.

Art. 4º Compete aos respectivos órgãos de pessoal promover a atualização da ficha financeira do servidor, ativo ou inativo, beneficiado por este decreto-lei, e adotar, ou solicitar ao órgão pagador competente, as providências visando ao seu fiel cumprimento.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuza Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Romeu Honório Loures
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
João Aristides Wiltgen

DECRETO-LEI Nº 674 — DE 9 DE
 JULHO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado
Geraldo Thiago Ribeiro, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Geraldo Thiago Ribeiro, tornando-se definitivo o ato praticado em 30 de junho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho ex parte na Exposição de Motivos nº 908-DE de 23 de junho de 1969, do Ministério do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 675 — DE 9 DE
JULHO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Adalberto Ruia cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Adalberto Ruia, tornando-se definitivo o ato praticado em 30 de junho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 009-DF, de 23 de junho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 676 — DE 9 DE
JULHO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Edmo Alves, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Edmo Alves, tornando-se

definitivo o ato praticado em 2 de julho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do art. 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 10-DF, de 23 de junho de 1969, do Ministério do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 677 — DE 9 DE
JULHO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Fidelcino Martins de Souza, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Fidelcino Martins de Souza, tornando-se definitivo o ato praticado em 2 de julho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73º, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 11-DF, de 23 de junho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 678 — DE 10 DE
JULHO DE 1969

Transfere cargo do Ministério da Indústria e do Comércio para o Ministério da Marinha.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica transferido com o respectivo ocupante, Moacyr Walter Smith Vasconcellos um (1) cargo da classe B, nível 21, da série de clas-

ses de Químico-Tecnologista, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio para idênticos Parte e Quadro do Ministério da Marinha.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker
Grünwald

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 679 — DE 14 DE JULHO DE 1969

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Serão extintos, quando vagarem, os seguintes cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo:

- 1 (um) Cargo de Auditor Fiscal Símbolo PJ-1
- 1 (um) Cargo de Taquígrafo Símbolo PJ-4
- 1 (um) Cargo de Bibliotecário Símbolo PJ-4

Art. 2º Serão transformados, quando vagarem, em cargos de provimento em comissão, no Quadro a que se refere o artigo 1º, os cargos de provimento isolados constantes da Tabela anexa.

Art. 3º O provimento, em comissão, dos cargos transformados pelo presente Decreto-lei será feito por livre escolha do Presidente do Tribunal dentre os funcionários do Quadro respectivo.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

A tabela a que se refere o art. 2º foi publicada no D.O. de 15 de julho de 1969.

DECRETO-LEI Nº 680 — DE 15 DE
JULHO DE 1969

Transforma cargo do Quadro de Pessoal do Estado-Maior das Forças Armadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional

nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o que consta do Processo nº 4.608.69, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, decreta:

Art. 1º Fica transformado, sem aumento de despesa, um cargo de Chefe de Portaria, código GL-301.13 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Estado-Maior das Forças

Armadas, em cargo de Oficial de Administração, código AF-201.12.A.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 681 — DE 15 DE JULHO DE 1969

Aprova o Acórdão Geral de Cooperação sobre Ciências e Tecnologia concluído com a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, em 9 de junho de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acórdão Geral de Cooperação sobre Ciência e Tecnologia entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, em 9 de junho de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 682 — DE 15 DE JULHO DE 1969

Aprova o Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, em 23 de abril de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, em 23 de abril de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 683 — DE 15 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre tarifas aeroportuárias e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e

Considerando que o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica acarretará elevados encargos financeiros que não podem ser custeados somente com os recursos orçamentários do Ministério da Aeronáutica;

Considerando que se impõe a operação dessa infraestrutura em bases comerciais a fim de transferir para o usuário uma parcela dos custos de produzir e manter os serviços utilizados;

Considerando que há necessidade de estabelecer um mecanismo administrativo que assegure a contínua arrecadação e aplicação de recursos com a indispensável flexibilidade que a dinâmica de tecnologia aeronáutica exige;

Considerando que esses recursos são oriundos da cobrança de taxas aeroportuárias, cuja concepção internacionalmente adotada e defendida pelo Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), preconiza a aplicação direta do produto arrecadado em benefício da infraestrutura que o produziu, em cumprimento a programas que visam à elevação dos padrões de segurança do voo, à preservação de vidas humanas e de bens materiais de considerável valor, decreta:

Art. 1º As taxas aeroportuárias, a que se refere o Decreto-lei nº 270 de 28 de fevereiro de 1967, passam a configurar-se, para os efeitos legais, como tarifas, correspondentes aos preços públicos cobrados em retribuição à

efetiva utilização dos serviços, facilidades e instalações de infraestrutura aeronáutica nacional.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 43 do Decreto-lei nº 234, de 28 de fevereiro de 1967, constitui infraestrutura aeronáutica todo aeródromo, edificação, instalação, área e serviços destinados a facilitar e tornar segura a navegação aérea, nestes compreendidos os de tráfego aéreo, telecomunicações, meteorologia, coordenação de busca e salvamento, bem como as instalações de auxílio rádio ou visuais.

Art. 2º Os recursos provenientes da arrecadação pelo Ministério da Aeronáutica, das tarifas aeroportuárias, de acordo com o que dispõe a alínea c do artigo 3º do Decreto-lei nº 270, de 1967, constituirão receita do Fundo Aeroviário e serão utilizados na execução e manutenção do que prevê o Plano Aeroviário Nacional, podendo ser aplicados no custeio de projetos, operação e manutenção da infraestrutura aeronáutica, bem como no custeio da administração dos aeroportos e de suas instalações.

Art. 3º As tarifas aeroportuárias serão aprovadas pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Conselho Superior da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por proposta do Ministério da Aeronáutica, fixará os critérios para o estabelecimento, quantificação e atualização das tarifas aeroportuárias.

Art. 4º O produto da arrecadação das tarifas aeroportuárias será recolhido, mediante guia, dentro do prazo de 10 (dez) dias, pelo representante do Ministério da Aeronáutica, ou por Agentes por ele credenciados, ao Banco do Brasil S. A., que o creditará, em conta corrente de movimento não sujeita ao encerramento do Exercício Financeiro da União, à ordem do Ministro da Aeronáutica na rubrica "Tarifas Aeroportuárias — Fundo Aeroviário".

Parágrafo único. O Banco do Brasil S. A. comunicará, mensalmente, à Secretaria da Receita Federal, o montante depositado pelo Ministério da Aeronáutica, para fins de controle da arrecadação e da execução dos programas pertinentes.

Art. 5º O atraso no pagamento das tarifas aeroportuárias, depois de efetuada a cobrança pelo Ministério da

Aeronáutica, acarretará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I — após 30 (trinta) dias, cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

II — após 120 (cento e vinte) dias, suspensão *ex officio* das concessões ou autorizações;

III — após 180 (cento e oitenta) dias, cancelamento sumário das concessões ou autorizações.

Parágrafo único. As sanções aplicáveis aos concessionários de áreas aeroportuárias serão especificadas nos respectivos contratos de concessões.

Art. 6º O Ministério da Aeronáutica poderá celebrar convênios, contratos ou concessões, respectivamente, com as unidades federadas ou com o setor privado, para estabelecimento, operação e manutenção da infraestrutura aeronáutica, bem como para administração de aeroportos e de suas instalações.

Art. 7º O Poder Executivo, por proposta do Ministério da Aeronáutica, baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto-lei, os regulamentos que se fizerem necessários à sua execução e à fiscalização da cobrança e aplicação das tarifas aeroportuárias.

Art. 8º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 684 — DE 15 DE JULHO DE 1969

Altera a redação do artigo 13 do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional

nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decrete:

Art. 1º O artigo 13, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDESUL e por representantes: um do Estado-Maior das Forças Armadas; um de cada Estado, da área da Região Sul definida no artigo 20 da Lei número 5.365, de 1 de dezembro de 1967; um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA; um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA; um do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul; e um de cada Ministério a seguir enumerados: Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde e Transportes."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 685, DE 17 DE
JULHO DE 1969

Estabelece normas complementares para resguardo da economia pública, poupança privada e segurança nacional no âmbito econômico-financeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os administradores, gerentes e conselheiros fiscais das sociedades sujeitas ao regime de liquidação extrajudicial, nos termos do Decreto-lei nº 48, de 18 de novembro de 1966, ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los

ou onerá-los, até final e definitiva apuração e liquidação de suas responsabilidades.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o presente artigo decorre do ato que decretar a liquidação ou falência e atinge a todos aqueles que tenham estado no exercício das funções nos doze meses anteriores ao mesmo ato, inclusive os administradores, gerentes e conselheiros fiscais das liquidações extrajudiciais em curso, aplicando-se à espécie o disposto nos números I, II e III e parágrafo único do Artigo 1º do Decreto-lei nº 502, de 17 de março de 1969.

§ 2º Não poderão os administradores, gerentes e conselheiros fiscais ausentar-se do lugar da liquidação extrajudicial, sem autorização expressa do Banco Central do Brasil, atendido, no que for cabível, o que dispõe o número III, do Artigo 34, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 2º É competente a Justiça Federal para processar os feitos em que a sociedade liquidanda for autora, ré, assistente, litisconsorte ou oponente.

§ 1º Nos feitos a que se refere este artigo, os prazos serão contados em dobro a favor da empresa liquidanda devendo nos processos respectivos intervir a União Federal, pelo Procurador da República, aplicando-se esta disposição também aos feitos submetidos à Justiça do Trabalho.

§ 2º Os processos em curso serão remetidos no prazo de 15 dias à Justiça Federal, independentemente do pagamento imediato das custas.

Art. 3º No resguardo da economia pública, da poupança privada, e da segurança nacional, sempre que a atividade da instituição ou entidade liquidanda, a critério do Conselho Monetário Nacional, colidir com os interesses daquela área poderá o liquidante, sem prejuízo dos poderes que lhe são conferidos pela legislação vigente, expressamente autorizado pelo mesmo Conselho, e sem dependência de manifestação ou concordância dos credores, acionistas ou sócios da entidade liquidanda, adotar qualquer forma especial ou qualificada de realização do ativo e liquidação do passivo, inclusive ceder o ativo a terceiros, organizar ou reorganizar sociedade para continuação geral ou parcial do negócio ou atividade da liquidanda.

Art. 4º Os atos referidos no artigo 3º produzirão efeitos jurídicos imediatos, independentemente de formalidades e registros.

Parágrafo único. Os registros respectivos serão procedidos no prazo de 15 dias pelos Oficiais dos Registros de Imóveis e pelos Registros do Comércio, bem como pelos órgãos da administração pública da União, dos Estados e dos Municípios, na esfera da respectiva competência, à vista da comunicação formal que lhes seja feita, em caso, pelo liquidante.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 686 — DE 18 DE JULHO DE 1969

Transfere cargo do Ministério da Marinha, para o Estado-Maior das Forças Armadas.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica transferido com o respectivo ocupante, Enéas Alves de Souza, um (1) cargo da classe B, nível 10, da série de classes de Motorista, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha, para idênticos Parte e Quadro do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

DECRETO-LEI Nº 687 — DE 18 DE JULHO DE 1969

Altera o Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969, que institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira, e a Lei 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre intercâmbio comercial com o exterior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 1º do artigo 2º, o § 3º do artigo 3º, e os artigos 6º e 7º do Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º A Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAN — poderá, com a aprovação prévia do Conselho Nacional de Comércio Exterior — CONCEX, estender a obrigatoriedade prevista neste artigo a mercadorias nacionais exportadas”.

“Art. 3º

§ 3º Quando a importação de mercadorias sujeitas à liberação for feita de país não servido por navio de sua bandeira nem por navio de bandeira brasileira, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante fará a liberação prévia das cargas”.

“Art. 6º Entendem-se por favores governamentais os benefícios de ordem fiscal, cambial ou financeira concedidos pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As dúvidas de interpretação sobre o conceito de favores governamentais serão dirimidas pelo Ministério da Fazenda”.

“Art. 7º Os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta e as empresas concessionárias de serviços públicos, prestarão à SUNAMAN toda a colaboração necessária para a execução das medidas previstas neste Decreto-Lei”.

Art. 2º No § 3º do artigo 6º da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, com a redação que a este foi dada pelo Decreto-lei 487, de 3 de março de 1969, fica incluído, como integrante da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) — o Superintendente da Superintendência Nacional da Marinha Mercante.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Correa Lopes

Edmundo de Macedo Soares

Antonio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 688 — DE 18 DE
JULHO DE 1969

Altera o § 2º do artigo 9º e os artigos 18 e 19 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sobre a política nacional do petróleo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 2º do artigo 9º e os artigos 18 e 19 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 2º As ações da Sociedade serão ordinárias, nominativas, com direito de voto, e preferenciais, nominativas ou ao portador, sempre sem direito de voto, sendo-lhes inclusive inaplicável o disposto no parágrafo único do artigo 81 e no artigo 125 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e inconversíveis em ações ordinárias. Os aumentos de capital poderão dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9º do referido Decreto-lei nº 2.627.”

“Art. 18. Os Estatutos da Sociedade poderão, em relação às ações ordinárias, admitir como acionistas somente:

I — as pessoas jurídicas de direito público interno;

II — o Banco do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e demais órgãos da Administração Federal Indireta, bem como as sociedades de economia mista criadas pelos Estados ou Municípios, as quais, em consequência de lei, estejam sob controle acionário permanente do Poder Público;

III — os brasileiros natos ou naturalizados, salvo quando casados com estrangeiros sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital votante;

IV — as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no artigo 9º, letra “b”, do Decreto nº 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,5% cinco décimos por cento) do capital votante;

V — as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente façam parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital votante.

Parágrafo único. As restrições deste artigo não se aplicam à admissão de acionistas na categoria das ações preferenciais.”

“Art. 19. A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum*, com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva.

b) de 3 (três) a 6 (seis) Diretores nomeados pelo Presidente

da República, com mandato de 3 (três) anos.

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União, em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos.

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos.

§ 2º O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 7,5% (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c e d do § 1º.

§ 3º A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos Diretores nomeados pelo Presidente da República.

§ 4º É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 5º Do veto do Presidente ao qual se refere a letra a do § 1º, haverá recurso *ex officio* para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Dias Leite Junior

DECRETO-LEI Nº 689 — DE 18 DE JULHO DE 1969

Extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica extinto o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º São absorvidas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica todas as atribuições do extinto Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, definidas na legislação vigente, especialmente aquelas referentes ao imposto único sobre energia elétrica.

Art. 3º As Divisões Econômicas e Técnica do órgão extinto passam a fazer parte do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica com o pessoal nelas atualmente lotado, conservando-se os respectivos cargos em Comissão e funções gratificadas.

Parágrafo único. As atribuições das Divisões incorporadas serão reformuladas, tendo em vista o Regimento do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 4º O pessoal estante, até então vinculado ao extinto Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, será distribuído, pelo Ministro das Minas e Energia, mediante portaria, resolvendo-se, posteriormente, sobre a extinção das funções gratificadas do mesmo pessoal.

Art. 5º O material, até então vinculado ao órgão extinto, será objeto de arrolamento para posterior distribuição, pelo Ministro das Minas e Energia, aos demais órgãos do Ministério.

Art. 6º A dotação orçamentária 5.12.06 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, constante da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, terá sua aplicação realizada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 7º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Dias Leite Junior

DECRETO-LEI Nº 690 — DE 18 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o §

1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É criada, na estrutura do Ministério da Indústria e do Comércio, o Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC).

Art. 2º. O Conselho de Desenvolvimento Comercial terá como finalidades:

I — Promover e orientar o desenvolvimento do comércio interno do País.

II — Formular os critérios gerais que deverão presidir a concessão de estímulos governamentais à organização, expansão e produtividade do comércio, respeitadas as competências específicas, atribuídas por lei, aos demais órgãos da administração.

III — Promover a aplicação coordenada desses estímulos, objetivando acelerar o processo de modernização do comércio e o maior concurso deste para redução de custos e consequente ampliação da faixa de consumo no mercado interno.

Parágrafo único. No desempenho das atribuições previstas neste artigo, o Conselho de Desenvolvimento Comercial orientará suas decisões em consonância com as diretrizes das políticas financeiras e de desenvolvimento do Governo Federal, bem como atuará em estreita articulação com os órgãos governamentais que exerçam atividades relacionadas ao comércio.

Art. 3º. O Conselho de Desenvolvimento Comercial terá a seguinte composição:

Plenário;

Secretaria-Geral.

Art. 4º. O Plenário será assim constituído:

Ministro da Indústria e do Comércio;

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

Presidente do Banco Central do Brasil;

Presidente do Banco do Brasil S. A.

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;

Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento;

Representante do Ministério da Fazenda;

Representante do Ministério da Agricultura;

Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

§ 1º. O Conselho de Desenvolvimento Comercial será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 2º. Os membros do Plenário poderão ter suplentes previamente designados.

Art. 5º. São atribuições do Plenário propor ou expedir as medidas necessárias ao desenvolvimento e modernização do comércio interno, na forma do disposto nos incisos I, II e III do artigo 2º deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Presidente poderá solicitar a presença de titulares de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, quando houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo.

Art. 6º. A Secretaria-Geral, vinculada ao Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio, será órgão executivo das decisões do Conselho de Desenvolvimento Comercial e será dirigida por um Secretário-Geral, designado pelo Presidente.

§ 1º. A Secretaria-Geral terá a seguinte constituição:

— Assessoria Técnica;

— Serviço de Coordenação de Projetos;

— Serviço de Administração;

— Serviço de Documentação e Divulgação.

§ 2º. No exercício de sua responsabilidade executiva, a Secretaria-Geral poderá propor ao Plenário a criação de Grupos Executivos ou consultivos para complementação da orientação da Comissão de Desenvolvimento Comercial.

Art. 7º. O Conselho de Desenvolvimento Comercial promoverá, imediatamente após a expedição de seu Regimento Interno, as providências para revisão da legislação de comércio interno e atividades afins.

Art. 8º. Constituem fontes de recursos do Conselho de Desenvolvimento Comercial:

I — Verbas provenientes de créditos especiais e orçamentários que lhe forem atribuídos;

II — Fundos originários de convênios ou doações de qualquer natureza.

Art. 9º. O Conselho de Desenvolvimento Comercial reger-se-á pelo Regulamento deste Decreto-lei, a ser baixado dentro do prazo de 90 dias, contados da publicação do presente, pelo seu Regimento Interno e pelas normas e resoluções que expedir.

Art. 10. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ruy Corrêa Lopes

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 691, DE 18 DE
JULHO DE 1969

Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os contratos de técnicos estrangeiros domiciliados ou residentes no exterior, para execução, no Brasil, de serviços especializados, em caráter provisório, com estipulação de salários em moeda estrangeira, serão, obrigatoriamente, celebrados por prazo determinado e prorrogáveis sempre a termo certo, ficando excluídos da aplicação do disposto nos artigos ns. 451, 452, 453, no Capítulo VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com as alterações do Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966, e legislação subsequente.

Parágrafo único. A rescisão dos contratos de que trata este artigo reger-se-á pelas normas estabelecidas nos artigos ns. 479, 480, e seu § 1º, e 481 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º. Aos técnicos estrangeiros contratados nos termos deste Decre-

to-lei serão assegurados, além das vantagens previstas no contrato, apenas as garantias relativas a salário-mínimo, repouso semanal remunerado, férias anuais, duração, higiene e segurança do trabalho, seguro contra acidente do trabalho e previdência social deferidas ao trabalhador que perceba salário exclusivamente em moeda nacional.

Parágrafo único. É vedada a estipulação contratual de participação nos lucros da empresa.

Art. 3º. A taxa de conversão da moeda estrangeira será, para todos os efeitos, a da data do vencimento da obrigação.

Art. 4º. A competência para dirimir as controvérsias oriundas das relações estabelecidas sob o regime deste Decreto-lei será da Justiça do Trabalho.

Art. 5º. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às relações em curso.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1968; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker

Grünevald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

DECRETO-LEI Nº 692 — DE 22 DE
JULHO DE 1969

Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica retificada a Lei número 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1968, na forma abaixo:

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Roraima — Porto Velho

Onde se lê:

Sociedade Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra

Leia-se:

Sociedade Guaporense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Pará — Belém

Onde se lê:

Casa Andréa — Egressos do Leprosário de Marituba;

Leia-se:

Casa Andréa — Belém.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Maranhão — São Luiz

Onde se lê:

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra do Maranhão, sendo NCr\$ 5.000.00 para o Educandário Santo Antônio.

Leia-se:

Sociedade de Defesa Contra a Lepra do Maranhão, mantenedora do Educandário Santo Antônio.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Piauí — Parnaíba

Onde se lê:

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — Parnaíba.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Defesa Contra a Lepra.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Pernambuco — João Pessoa

Onde se lê:

Sociedade Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Defesa Contra a Lepra.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Guanabara

Onde se lê:

Sociedade do Estado da Guanabara de Defesa Contra a Lepra.

Leia-se:

Sociedade da Guanabara de Defesa Contra a Lepra.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Paraná — Curitiba

Onde se lê:

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — Curitiba.

Leia-se:

Sociedade de Defesa Contra a Lepra do Paraná.

Subanexo — 5.14.00 — Ministério da Saúde

Adendo "C"

Santa Catarina — Florianópolis

Onde se lê:

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, mantenedora do Preventório São José — Florianópolis.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Defesa Contra a Lepra, mantenedora do Educandário Santa Catarina, situado no município de São José.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Romeu Honório Loures

DECRETO-LEI Nº 693 — DE 22 DE
JULHO DE 1969

Aprova as modificações, por troca de notas, introduzidas no Acôrdo de Comércio e Pagamentos, assinado em 19 de março de 1960, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a nota assinada em 19 de junho de 1969, no Rio de Janeiro, que introduz modificações no Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polónia, assinado em 19 de março de 1960.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 694 — DE 22 DE
JULHO DE 1969

Aprova o Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a Guiana, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a Guiana, assinado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 695 — DE 23 DE
JULHO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado de Segunda Classe (Q IG FI) — Elias Cosme da Silveira, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado de Segunda Classe (QIG FI) — Elias Cosme da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 21 de julho de 1969, de acôrdo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 38-GM1, de 20 de março de 1968, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 696 — DE 23 DE
JULHO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a celebrar operação de financiamento externo no valor de £ 558.000 para o fim que menciona.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 45, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de financiamento externo com a firma Hawker Siddeley Aviation Limited, de Richmond Road, Kingston-upon-Thames, Surrey, Inglaterra, no valor de £ 558.000 (qui-

nhetas e cinquenta e oito mil libras esterlinas), para aquisição de um avião HS 125, série 4003, estinado ao uso do Governo daquele Estado.

Parágrafo único. A operação terá a garantia do Banco do Estado de São Paulo S.A. e o seu resgate far-se-á em 10 (dez) prestações semestrais consecutivas, observadas as demais condições de pagamento estipuladas na cláusula quatro do respectivo contrato de compra e venda.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI nº 697 — DE 23 DE
JULHO DE 1969

Dispõe sobre o registro previsto no artigo 1º do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando o disposto no artigo 78, da Lei nº 4.242, de 17-7-63 reiterado pelo Artigo 17 da Lei nº 4.728, de 14-7-65, que acrescentou aos quatro requisitos fixados pelo artigo 54 do Decreto nº 2.044, de 31-12-68, um quinto requisito essencial para a caracterização do título cambial: "Deverão ter a coobrigação de uma instituição financeira para a sua colocação no mercado";

Considerando que a regularização de emissões ilegais de títulos, prevista no artigo 17 da Lei nº 4.728, e no Decreto-lei nº 286, de 28-2-67, sem revoar a exigência do novo requisito cambial objetivou exclusivamente resguardar a economia popular inadvertidamente aplicada no mercado clandestino de títulos, ensejando a transação dos emitentes com os credores ou então a cobrança judicial da dívida por via ordinária na forma da legislação civil vigente;

Considerando a necessidade de impedir que a regularização de emissões ilegais de títulos possa ensejar danos

à Fazenda Nacional e ao mercado de capitais, mediante a prática de sonegações e crimes contra a economia popular, decreta:

Art. 1º O registro previsto no artigo 1º, do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67 que caracteriza a responsabilidade civil das empresas emitentes, não confere caráter cambial ao título, desprovido do mesmo em virtude de infração do artigo 78, da Lei nº 4.242, de 17-7-63, e do artigo 17, da Lei nº 4.728, de 14-7-65.

Art. 2º As pessoas jurídicas emitentes de títulos cujo registro foi realizado na forma do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67, ficam obrigadas a contabilizar no prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação deste Decreto-lei, as operações de liquidação dos títulos, por transação aprovada pelo Banco Central do Brasil, sob pena de ficarem sujeitas, juntamente com os seus diretores, às penalidades fiscais e criminais previstas em Lei.

Art. 3º Extinguem-se a punibilidade dos crimes previstos no artigo 177 do Código Penal para as emissões contábeis relativas a títulos registrados na forma do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67, ficando também assegurada a isenção das penalidades fiscais e cambiais decorrentes.

Parágrafo único. Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam aos diretores das empresas que não cumprirem, dentro do prazo fixado, as determinações do artigo anterior.

Art. 4º Os títulos não registrados na forma do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67, não poderão ser objeto de transação ou cobrança judicial sem o prévio pagamento da multa prevista no § 4º do artigo 17, da Lei nº 4.728, acrescida de correção monetária, segundo os índices fixados para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Nacional, calculada a partir do vencimento do prazo facultado para o registro pelo artigo 1º, do Decreto-lei nº 286, de 28-2-67.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 698 — DE 23 DE JULHO DE 1969

Dissolve a DEFPRO — Defensoria de Investimentos em Promissórias, com sede em São Paulo e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Fica dissolvida a DEFPRO — Defensoria de Investimentos em Promissórias — sociedade civil com sede em São Paulo, em virtude do exercício de atividades previstas no artigo 2º, do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.

Art. 2º. Os títulos ou valores mobiliários em poder da DEFPRO serão recolhidos ao Banco Central do Brasil, para o devido registro e sua liquidação e, em seguida, encaminhados ao Ministério Público para os procedimentos judiciais cabíveis.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 699 — DE 23 DE JULHO DE 1969

Autoriza, ao Poder Executivo, a transferência para o Fundo do Exército de recursos provenientes da alienação de imóvel.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e considerando:

— que a Lei nº 4.948, de 6 de abril de 1966, que autorizou ao Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército crédito especial, correspondente ao valor da venda do imóvel onde estava instalado o Quartel-General do II Exército, caducou por decurso do prazo estipulado em seu artigo 1º;

— que, na época, as obras do novo Quartel-General do II Exército foram dinamizadas, face à cobertura financeira garantida pela mencionada Lei, com recursos fornecidos, a título de antecipação, pelo Fundo do Exército, dos quais deve este ser ressarcido, decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Fundo do Exército os recursos, a serem arrecadados e recolhidos ao Tesouro Nacional, provenientes da alienação do imóvel, situado na Rua Conselheiro Crispiniano nº 378, em São Paulo — SP, a que se refere o Decreto nº 62.308, de 23 de fevereiro de 1968.

Art. 2º. Os recursos de que trata o artigo anterior destinar-se-ão a resgatar adiantamentos concedidos pelo Fundo do Exército, na forma do parágrafo único do artigo 9º do Decreto nº 56.534, de 5 de julho de 1965.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 700 — DE 24 DE JULHO DE 1969

Dá nova redação ao item IV do artigo 3º do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o Parecer nº H-827, de 9 de maio de 1969, do Consultor-Geral da República, aprovado por despacho de 12 e publicado no *Diário Oficial* de 20 do mesmo mês, páginas 4.270-71, decreta:

Art. 1º. O item IV do artigo 3º do Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

“IV — Subprocuradores-Gerais da República junto ao Supremo

Tribunal Federal e Tribunal Federal de Recursos, Procurador-Geral da Justiça Militar, Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, Consultores Jurídicos e Procurador-Geral da Fazenda Nacional: 25% (vinte e cinco por cento)".

Art. 2º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto-lei serão atendidas com as dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo devida a partir de 1º de janeiro de 1969 a vantagem financeira nele prevista.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

Jose Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

DECRETO-LEI Nº 701 — DE 24 DE JULHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a instituir um fundo especial, denominado Fundo Nacional de Saúde (FNS) e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5,

de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir um fundo especial, denominado Fundo Nacional de Saúde (FNS), cujos recursos financeiros serão destinados a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho relacionados com a saúde individual e coletiva, coordenados ou desenvolvidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) será constituído por recursos financeiros provenientes de dotações constantes na Lei de Orçamento Anual da União e créditos adicionais a ele destinados; transferências realizadas por entidades da Administração Indireta que tenham por finalidade a execução de atividades relacionadas com a saúde; e de outras fontes a serem definidas em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A gestão dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde — FNS caberá ao Ministério da Saúde, através de uma Junta Deliberativa, e o seu orçamento será aprovado em ato do Presidente da República, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Assistência Médica (FEFAM) e o Fundo Especial de Serviços Públicos e Investimentos Municipais (FESPIM), previstos no artigo 28 do Decreto-lei nº 204 de 27 de fevereiro de 1967, modificado pela Lei nº 5.525, de 5 de novembro de 1968 transferindo-se o saldo dos seus recursos para o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Parágrafo único. A partir da extinção dos fundos, autorizada no "caput" deste artigo, os recursos a eles destinados, provenientes do Fundo Especial da Loteria Federal ou da amortização de empréstimos por eles concedidos, passarão a integrar o Fundo Nacional de Saúde.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Romeu Honório Loures

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 702 — DE 24 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre a participação em multas fiscais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Para cumprimento do disposto nos artigos 104, inciso V, e 105, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a percentagem máxima de quarenta por cento a que alude o artigo 23 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, fica reduzida das percentagens destinadas aos extintos Fundos de Estímulo.

Art. 2º Ao regulamentar a adjudicação do percentual de participação dos agentes do Fisco Federal nas multas e no produto do leilão de mercadorias apreendidas, com a dedução a que se refere o artigo anterior o Poder Executivo poderá ainda reduzir o percentual que resultar dessa dedução, bem como estabelecer o limite que poderá ser pago, anualmente, a cada funcionário.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 703 — DE 24 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais, pela Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — Codebrás.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As unidades residenciais que a partir desta data vierem a ser construídas pela Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (Codebrás), com recursos do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília (F.R.H.B.), de

que trata o § 4º do artigo 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, as construídas com os recursos provenientes do empréstimo contratado com o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 4 de agosto de 1967, e liquidado através das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional a que se refere o Decreto-lei nº 391, de 30 de dezembro de 1968, as abrangidas pelo artigo 65, §§ 4º e 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as adquiridas por desapropriação, nos termos do Decreto-lei nº 223, de 28 de fevereiro de 1967, serão alienadas aos servidores públicos federais lotados em caráter definitivo no Distrito Federal, de conformidade com as normas estabelecidas neste Decreto-lei.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as unidades residenciais que, nos termos do artigo 7º do Decreto-lei nº 391, de 30 de dezembro de 1968, forem consideradas funcionais.

§ 2º Caberá ao Grupo Executivo da Complementação da Mudança dos Órgãos da Administração Federal para Brasília (GEMUD) indicar, mediante publicação no *Diário Oficial*, as unidades residenciais consideradas funcionais.

§ 3º Imediatamente após a publicação a que se refere o parágrafo anterior, as unidades residenciais funcionais serão excluídas de venda, deduzindo-se da cota de participação da União no F.R.H.B. o valor a elas correspondente.

Art. 2º Os ocupantes das unidades consideradas funcionais ficarão sujeitos ao pagamento de uma taxa de ocupação equivalente a um milésimo do valor atualizado do imóvel, calculada de acordo com as tabelas que serão organizadas e publicadas anualmente pela Codebrás, bem como da taxa de conservação a que se refere o artigo 6º do Decreto-lei nº 76, de 21 de novembro de 1966.

Art. 3º As alienações dos imóveis de que trata o artigo 1º, poderão ser feitas por intermédio da Caixa Econômica Federal de Brasília.

Art. 4º As alienações serão feitas à vista ou a prazo, mediante contrato-padrão de promessa de compra e venda e de amortização da dívida no prazo escolhido pelo promitente comprador, não excedente de 25 (vinte e cinco) anos, assegurado, no caso de venda a prazo, o direito à liquidação antecipada do débito, a qualquer tempo.

§ 1º Nas vendas a prazo, observado o que dispõe o artigo seguinte, o resgate da dívida será feita em prestações mensais e sucessivas, compreendendo as cotas de amortização e juros de 5% (cinco por cento) ao ano, pelo sistema Price.

§ 2º O pagamento mensal das cotas de amortização e juros será acrescido de:

a) prêmio de seguro correspondente à cobertura dos riscos definidos na Apólice Compreensiva Especial para o Plano Nacional de Habitação, efetuada a cobrança por duodécimos;

b) taxa de administração do contrato, no valor de até 2% (dois por cento) sobre as cotas de amortização e juros.

Art. 5º Para efeito de aplicação de correção monetária a que se refere o Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966, as prestações mensais de amortização e juros serão reajustadas 60 (sessenta) dias após cada aumento geral de vencimentos do servidor público federal, de acordo com a variação percentual das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 1º O primeiro reajustamento far-se-á de acordo com a variação percentual verificada entre a data da assinatura do contrato e a do primeiro aumento de vencimentos do servidor, adotando-se em cada um dos subsequentes reajustamentos, a variação percentual ocorrida a partir do aumento de vencimentos imediatamente anterior.

§ 2º O saldo devedor do preço da alienação será corrigido nas mesmas épocas do reajustamento das prestações correspondentes e obedecerá às mesmas proporções de acréscimo.

Art. 6º A falta de pagamento de 3 (três) prestações mensais sucessivas implicará na rescisão, de pleno direito, do contrato de promessa de compra e venda, ou de cessão, ressalvada ao promitente comprador, ou cessionário, a faculdade de purgar a mora dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º A cessão de direitos à compra dos imóveis de que trata este Decreto-lei só poderá ser feita por intermédio da Codebrás, após o transcurso do prazo de 3 (três) anos, contados da data da escritura de promessa de compra e venda.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, o saldo devedor existente na da-

ta, com correção monetária, passará, em qualquer caso, a render juros na base uniforme de 10% (dez por cento) ao ano, pela tabela Price, ficando reduzido o prazo de amortização à metade do tempo que faltar para a liquidação do débito.

§ 2º A cessão de direitos, por instrumento público ou particular, feita em desacordo com o disposto neste artigo acarretará a rescisão do contrato de promessa de compra e venda, independentemente de interpelação judicial.

§ 3º Se, antes de transcorridos 3 (três) anos da data da assinatura do contrato, ocorrer remoção ou transferência envolvendo o deslocamento definitivo do adquirente para fora do Distrito Federal, ou licença para trato de interesses particulares, o servidor restituirá o imóvel, sendo-lhe devolvidas todas as prestações pagas a título de amortização e juros.

Art. 8º Enquanto não fôr integralmente liquidada a dívida, o imóvel só poderá ser locado a outro servidor público federal, civil ou militar, mediante prévia e expressa autorização da Codebrás.

Art. 9º Em nenhuma hipótese será admitida a alienação a uma pessoa ou a seu cônjuge, de mais de uma unidade residencial, sendo igualmente vedada a aquisição por quem seja ou tenha sido, nos últimos 5 (cinco) anos, proprietário, promitente comprador ou cessionário de direitos à compra de outra unidade residencial, construída ou adquirida por qualquer órgão da Administração Federal, em Brasília.

Art. 10. Compete à Codebrás, como gestora do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, promover a rescisão dos contratos relativos à alienação dos imóveis de que trata este Decreto-lei.

Art. 11. O Fundo Rotativo Habitacional de Brasília (F.R.H.B.) terá a duração de 30 (trinta) anos.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 704 — DE 24 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre previdência social rural e dá outras providências.

Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A empresa abrangida pelo Plano Básico de Previdência Social instituído pelo Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969, poderá ser incluída no sistema geral da previdência social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), por ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o nível de organização da atividade e as condições econômicas da região.

Parágrafo único. A empresa incluída no sistema geral da previdência social na forma deste artigo ficará dispensada da contribuição para o Fundo de Assistência do Trabalho Rural (FUNRURAL) e obrigada tão somente ao recolhimento das contribuições de que tratam os itens I a III e VIII do quadro constante do artigo 35, § 2º, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, observado o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Art. 2º O caput e o item I do artigo 2º do Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º São segurados obrigatórios do Plano Básico, à medida que se verificar sua implantação, na forma do artigo 9º, os empregados:

I — do setor agrário da empresa agroindustrial;”

Art. 3º Serão também incluídos no Plano Básico os empregados:

I — das empresas produtoras e fornecedoras de produto agrário *in natura*;

II — dos empreiteiros ou organizações, que não constituídos sob a forma de empresa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimento de produto agrário *in natura*.

Art. 4º A carteira profissional devidamente anotada será documento hábil para obtenção das prestações do Plano Básico de previdência social.

Parágrafo único. Nenhuma outra obrigação trabalhista decorrerá para a empresa do disposto neste artigo.

Art. 5º A empresa agroindustrial anteriormente vinculada, inclusive quanto a seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e em seguida ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao sistema geral da previdência social, observado porém, a partir da vigência deste Decreto-lei, o disposto no parágrafo único do artigo 1º.

Art. 6º Fica prorrogado até 31 de agosto de 1969 o prazo para regulamentação do Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 705 — DE 25 DE JULHO DE 1969

Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 706 — DE 25 DE
JULHO DE 1969

Estende aos portadores de certificado de curso de pós-graduação em psicologia e psicologia educacional, o direito assegurado pelo Art. 19 da Lei nº 4.119-62.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Aos portadores de certificados de cursos de pós-graduação em psicologia e em psicologia educacional, que tenham sido nestes matriculados até o ano letivo de 1967, estende-se o direito assegurado no artigo 19 da Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º O pedido de registro profissional instruído com o diploma registrado no Ministério da Educação e Cultura, será feito no prazo de sessenta dias a contar da vigência do presente Decreto-lei, observado o disposto no Decreto-lei nº 529, de 11 de abril de 1969.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 707 — DE 25 DE
JULHO DE 1969

Transfere áreas de terras da União para a Universidade Federal de Santa Maria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

considerando a necessidade de instituir cursos de formação de recursos humanos que atendam ao desenvolvimento agropastoril da região da fronteira oeste, no Estado do Rio Grande do Sul;

considerando que a Estação Experimental Fitotécnica de São Borja dispõe de serviços e instalações que podem associar, mediante convênio, as atividades de pesquisa e ensino, para as formações profissionais de nível superior; e

considerando o que requereu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no processo nº 246.874-68; decreta:

Art. 1º São transferidas, de pleno direito, para a Universidade Federal de Santa Maria, o domínio e a posse de quatrocentos e trinta e quatro (434) hectares, dez (10) ares e quarenta e oito (48) centiares, de terra de campo e agricultura, que a União adquiriu por escrituras públicas, respectivamente, de 23 de abril de 1933, 30 de agosto de 1938 e 12 de dezembro de 1952, transcritas sob números 1.201, do Livro 3-J, 3.277, do Livro 3-L, e 11.819, no Livro 3-X, do Registro de Imóveis de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º As áreas de que trata o artigo 1º serão aproveitadas para a formação, através do ensino e da pesquisa, de recursos humanos destinados ao desenvolvimento regional em área geo-educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 3º Fica a Universidade Federal de Santa Maria autorizada a celebrar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para utilizar, em trabalhos experimentais, os serviços e instalações da Estação Experimental Fitotécnica de São Borja.

Art. 4º E, ainda, a Universidade Federal de Santa Maria autorizada a promover a transcrição, no Registro de Imóveis competente, a transferência de que trata este Decreto-lei.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 708 — DE 28 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º, do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os mandatos dos membros do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais serão por prazo indeterminado, podendo ser revogados a qualquer tempo, a juízo exclusivo do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 709 — DE 28 DE JULHO DE 1969

Dá nova redação ao art. 99, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O artigo 99, e seu Parágrafo único, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 99. Aos maiores de dezoito e menos de trinta e seis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginasial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância do regime escolar.

Parágrafo único. Nas mesmas condições, permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão do curso colegial aos maiores de dezoito e menos de trinta e seis anos.”

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 710 — DE 28 DE JULHO DE 1969

Altera a legislação de previdência social.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O valor mensal dos benefícios de prestação continuada da previdência social, inclusive os regulados por normas especiais, será calculado tomando-se por base o salário-de-benefício, assim entendido:

I — para o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, a pensão e o auxílio-reclusão, 1/12 (um doze avos) da soma dos salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao mês do afastamento da atividade até o máximo de doze, apurados em período não superior a dezoito meses;

II — para as demais espécies de aposentadoria, 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao mês do afastamento da atividade, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses;

III — para o abono de permanência em serviço 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao mês da entrada do requerimento até o máximo de trinta e seis apurados em período não superior a quarenta e oito meses.

§ 1º Nos casos dos itens II e III os salários-de-contribuição anteriores aos doze últimos meses serão previamente corrigidos de acordo com coeficientes de reajustamento a serem periodicamente estabelecidos pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Para o segurado autônomo, facultativo ou desempregado que esteja contribuindo em dobro, o período

do básico para apuração do salário-de-benefício será delimitado pelo mês da data de entrada do requerimento.

§ 3º Quando no período básico de cálculo o segurado houver percebido benefício por incapacidade, o período de duração deste será computado, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que tenha servido de base para o cálculo da prestação.

Art. 2º. O salário-de-benefício não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a dez vezes o maior salário-mínimo mensal vigente na data do início do benefício.

Art. 3º O valor mensal dos benefícios de prestação continuada não poderá ser inferior:

I — o da aposentadoria e o do auxílio-doença, a setenta por cento do salário-mínimo mensal de adulto vigente na localidade de trabalho do segurado;

II — o da pensão e o do auxílio-reclusão, a trinta e cinco por cento do mesmo salário-mínimo.

Art. 4º Após completar sessenta anos de idade, quem se filiar ao sistema geral da previdência social somente fará jus ao pecúlio de que trata o § 3º do artigo 5º da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Parágrafo único. As contribuições do segurado pelo exercício de outro emprego ou atividade que venha a iniciar após completar sessenta anos de idade não serão computados para efeito de salário-de-benefício, e somente darão direito à percepção do pecúlio de que trata este artigo.

Art. 5º. O abono de permanência em serviço somente será devido ao segurado que na data do requerimento já tenha preenchido todos os requisitos para a obtenção de aposentadoria com valor correspondente a cem por cento do salário-de-benefício.

Art. 6º. Os segurados de que trata o item III do artigo 5º da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, contribuirão sobre um salário-de-inscrição, segundo normas baixadas pelo Departamento Nacional da Previdência Social e critérios estabelecidos

pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º Para os efeitos do art. 39 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, a ressalva nêle prevista:

I — não autoriza a elevação do salário-de-contribuição além daquele sobre o qual o segurado estivesse efetivamente contribuindo em 21 de novembro de 1966;

II — quanto às prestações, se se aplica aos casos em que o segurado reunisse naquela data todos os requisitos necessários para sua obtenção.

Art. 8º. Terá efeito suspensivo o recurso interposto de decisão de órgão integrante do sistema geral da previdência social concessiva de benefício, quando seu cumprimento exigir desligamento do segurado do respectivo emprego ou atividade, ou a decisão determinar pagamento de atrasados.

Art. 9º. Ficam cancelados os débitos das empresas de navegação aérea oriundos do não recolhimento da taxa de dois por cento instituída pela Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desde que ela não tenha sido cobrada dos usuários de transporte aéreo internacional.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário, este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo o artigo 5º, que começará a vigorar no primeiro dia do terceiro mês civil seguinte, e o artigo 6º, cujos efeitos se produzirão a partir de 1º de janeiro de 1970.

Brasília, 28 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 711 — DE 29 DE JULHO DE 1969

Revoga o Decreto-lei nº 620, de 10 de junho de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 620, de 10 de junho de 1969,

e revigorados os preceitos por êle atingidos, com ressalva do que dispõe o artigo seguinte.

Art. 2º Fica atribuída ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a parcela de quinze por cento da renda proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas "a" e "b" do artigo 35 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 712 — DE 29 DE
JULHO DE 1969

*Revoga o Decreto-lei nº 540, de 17
de abril de 1969.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 540, de 17 de abril de 1969, que altera a distribuição de dotações consignadas o Ministério da Educação e Cultura pela Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 713 — DE 29 DE
JULHO DE 1969

*Autoriza a venda de imóveis do
I.N.P.S. nas condições que especifi-
fica e dá outras providências.*

O Presidente da República, o uso das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Aquele que, em 31 de janeiro de 1969, estivesse residindo em unidade habitacional de propriedade do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como locatário ou ocupante, e, na presente data, ainda mantenha essa qualidade, fica assegurada a preferência para compra do respectivo imóvel de conformidade com a legislação vigente para a alienação determinada pelo artigo 65, da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, pelo valor atual, observadas as condições estabelecidas nos incisos I a V do artigo 5º da Lei nº 5.455, de 19 de junho de 1968, e as instruções sobre a correção monetária expedidas pelo Banco Nacional de Habitação.

§ 1º Fic ressalvada a preferência de candidato regularmente habilitado à aquisição do imóvel na forma das instruções baixadas pelo INPS ou em decorrência de decisão administrativa definitiva ou de última instância.

§ 2º Não serão alienados pela força deste artigo os imóveis que, em virtude de ato solene anterior à Lei nº 4.380 de 1964, tenham destinação vinculada a condições especiais, bem assim aqueles que, a critério do INPS, sejam excluídos do processo da venda por serem considerados necessários à expansão de seus serviços ou cuja alienação seja considerada prejudicial à urbanização das glebas onde se situam.

§ 3º O disposto neste artigo se aplica somente às locações ou ocupações de unidades residenciais que tenham ocorrido após a data de vigência do Decreto nº 56.793, de 27 de agosto de 1965.

§ 4º A alienação dos imóveis residenciais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), situados em Brasília, continua sendo regida pela respectiva legislação específica em vigor.

Art. 2º O INPS poderá alienar, pelo valor atual e independente de concorrência pública ou licitação, terrenos de sua propriedade situados em conjuntos residenciais, para o fim exclusivo de construção de sede destinada a serviços sociais associações de moradores ou outras entidades de classe, desde que atuem sem

finalidade lucrativa, feita, obrigatoriamente, a correção monetária do saldo financiado, na forma mencionada na parte final do artigo anterior.

§ 1º Nas mesmas condições deste artigo, poderão ser alienados às entidades mencionadas os imóveis, por elas ocupados, nesta data, com a mesma destinação.

§ 2º Não poderá, entretanto, o INPS conceder financiamento para construção das benfeitorias.

§ 3º A escritura de venda ou de promessa de venda conterá, obrigatoriamente, cláusula de reversão, em favor do INPS, desde que desvirtuada a finalidade especificada, considerando-se as importâncias eventualmente pagas como taxa de ocupação do imóvel, ou, quando já quitado o preço, restituído seu montante sem correção monetária e sem juros, depois de deduzida uma taxa de ocupação equivalente a um centésimo do respectivo valor tributado, por mês de ocupação, ou fração.

Art. 3º Fica o INPS autorizado a alienar às entidades sindicais e cooperativas de consumo, sem concorrência pública ou licitação e pelo respectivo valor atual, os imóveis de sua propriedade que, em 31 de janeiro de 1969, estivessem e ainda estejam ocupados pelas referidas entidades ou cooperativas, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 2º deste Decreto-lei e sujeito o saldo financiado à correção monetária, na forma do disposto na parte final do artigo 1º deste Decreto-lei.

Art. 4º A venda e o compromisso de venda, na forma do presente Decreto-lei, serão celebrados por instrumento particular, nas condições e com o caráter previstos no § 5º do artigo 61, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, parágrafo este introduzido pela Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1967, sem prejuízo de poderem ser registrados, um e outros no respectivo cartório do Registro Geral de Imóveis.

Art. 5º O presente Decreto-lei aplicar-se-á, igualmente, aos imóveis de propriedade do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), na forma que o regulamento dispuser.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogados, expressamente, o Decreto-lei nº 643, de 19 de junho de 1969 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 714 — DE 29 DE JULHO DE 1969

Isenta do imposto único o óleo lubrificante básico utilizado como matéria-prima da indústria de óleos brancos.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, decreta:

Art. 1º. O óleo lubrificante básico, derivado de petróleo, é isento do imposto único, quando utilizado como matéria-prima na indústria de óleo branco.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo, só será concedida à indústria autorizada, pelo Conselho Nacional do Petróleo, a produzir óleo branco.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1969. 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 715 — DE 30 DE JULHO DE 1969

Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 4º do artigo 60 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar) passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Todo convocado matriculado em Órgão de Formação de Reserva que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou nanobras, ou reservista que seja chamado, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica, do Dia do Reservista, terá suas faltas abonadas para todos os efeitos.”

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Augusto Hamann Rudemaker
Grünewald*

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 716 — DE 30 DE
JULHO DE 1969

Isenta do imposto de renda os juros remetidos para o exterior nas compras de bens a prazo realizadas pelas concessionárias de linhas aéreas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A remessa de juros ao exterior, pelas empresas nacionais concessionárias ou permissionárias de linhas regulares de transporte aéreo, em razão da compra a prazo ou fi-

nanciada de bens, fica isenta do imposto de renda na fonte, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

a) que os bens não tenham similar nacional;

b) que os juros sejam incorporados ao valor do respectivo bem e contabilizados por este montante;

c) que o bem seja destinado ao uso ou consumo da empresa adquirente.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 717 — DE 30
DE JULHO DE 1969

Modifica textos legislativos que mencionam e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 4º do Decreto-lei nº 204, de 21 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Loteria Federal fica sujeita ao pagamento de cota de previdência de 15% (quinze por cento) sobre a importância total de cada emissão, incluindo as emissões dos “Sweepstakes”, a qual será adicionado ao preço de plano dos bilhetes.

Parágrafo Único. A Administração dos Serviços de Loteria Federal recolherá diretamente ao Banco do Brasil S. A., em guias próprias, à conta do “Fundo de Liquidez da Previdência Social” as importâncias correspondentes a 14% (quatorze por cento) da cota de previdência prevista neste artigo, e 1% (hum por

cento) em nome do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economários (SASSE)".

Art. 2º O artigo 74 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74. Constituirão, ainda, fontes de receita das Instituições da Previdência Social, observados os prazos de prescrição da legislação vigente:

a) 15% (quinze por cento) sobre a emissão de bilhetes da Loteria Federal, incluindo as emissões dos "Sweepstakes", cabendo ao Serviço de Assistência dos Economários (SASSE) ... 6.666% (seis e seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) do total arrecadado;

b) A percentagem sobre a renda líquida auferida pelas entidades turfísticas em cada reunião hipica, em prados de corrida, sub-sedes e outras dependências, calculada de acordo com a seguinte tabela:

Movimento Geral das Apostas por Reunião Hipica	Percentagem sobre a renda líquida
NCR\$	%
Até NCR\$ 150.000,00	5
De NCR\$ 150.001,00 a NCR\$ 250.000,00	10
Acima de NCR\$ 250.000,00	30

§ 1º Considera-se renda líquida auferida pela entidade a diferença entre a importância por ela retirada do movimento geral das apostas e o valor da contribuição da previdência social; entende-se por movimento geral das apostas a importância correspondente ao valor do total de bilhetes de apostas apregoado ao público para efeito de cálculo de rateio, acrescido das importâncias constantes das demais modalidades de apostas recebidas diretamente do público apostador nos prados de corrida, sub-sedes e outras dependências.

§ 2º O regulamento desta lei disporá sobre a fiscalização do

recolhimento das receitas de que trata este artigo."

Art. 3º A percentagem estabelecida por este Decreto-lei relativa ao pagamento, pela Loteria Federal, da cota de previdência, só será devida a partir de 1º de novembro de 1969, vigorando, até aquela data, as percentagens estabelecidas pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Fica elevada, a partir de 1º de janeiro de 1970, para 15% (quinze por cento) a percentagem a que se refere o artigo 13 do Decreto-lei nº 6.253, de 10 de fevereiro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 34, de 18 de novembro de 1966.

Art. 5º As entidades contribuintes ficam dispensadas do recolhimento das percentagens a que se refere o artigo 2º do Decreto-lei nº 645, de 23 de junho de 1969.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados os artigos 23 e 24 da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, o artigo 2º do Decreto-lei nº 645, de 23 de junho de 1969 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Deljim Netto

DECRETO-LEI Nº 718, DE 31 DE JULHO DE 1969

Cria o Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FDAE) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica criado, junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas ... (FDAE).

Art. 2º O FDAE tem por finalidade dar apoio financeiro a programas e projetos de alta prioridade, em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, preferencialmente através de repasses a outros fundos e entidades incumbidas de sua canalização para iniciativas específicas.

Parágrafo único. A cooperação do FDAE poderá destinar-se ao financiamento de despesas correntes ou de capital.

Art. 2º Constituem recursos do FDAE:

- a) recursos orçamentários;
- b) recursos provenientes de incentivos fiscais;
- c) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- d) contribuições ou doações de entidades públicas e privadas;
- e) recursos de outras fontes.

Art. 4º A aplicação dos recursos do FDAE obedecerá a diretrizes, planos e normas expedidos por um Conselho Diretor, presidido pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral e cuja constituição será estabelecida em Decreto.

Art. 5º O FDAE será dotado de uma Secretaria-Executiva, cuja organização e funcionamento serão estabelecidos em Regulamento.

Art. 6º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Bértão

DECRETO-LEI Nº 719 — DE 31 DE
JULHO DE 1969

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o

§ 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

§ 1º A assistência financeira do FNDCT será prestada, preferencialmente, através de repasse a outros fundos e entidades incumbidos de sua canalização para iniciativas específicas e poderá destinar-se ao financiamento de despesas correntes ou de capital.

§ 2º O regulamento do FNDCT, a ser expedido por Decreto do Poder Executivo, disciplinará o mecanismo e condições de financiamento de programas e projetos.

Art. 2º Constituem recursos do FNDCT:

- a) recursos orçamentários, inclusive os já incluídos no orçamento de 1969;
- b) recursos provenientes de incentivos fiscais;
- c) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- d) contribuições e doações de entidades públicas e privadas;
- e) recursos de outras fontes.

Art. 3º A aplicação dos recursos do FNDCT obedecerá a diretrizes, planos e normas expedidos por um Conselho Diretor, constituído pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, como Presidente, pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, como Vice-Presidente, pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e por representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério da Indústria e do Comércio, e de outros setores, públicos e privados, ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, conforme se dispuser em Decreto.

Art. 4º O FNDCT será dotado de uma Secretaria-Executiva, cuja organização e funcionamento serão estabelecidos em Regulamento.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

**DECRETO-LEI Nº 720 — DE 31 DE
JULHO DE 1969**

Altera a redação do artigo 28 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 28 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. O funcionário designado para funções cujo desempenho dependa de fiança não poderá entrar em exercício sem a prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º Não se exigirá fiança quando o total anual do dinheiro, bens ou valores da União, sob a responsabilidade do funcionário, não exceder 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal.

§ 2º A fiança poderá ser prestada:

I — Em dinheiro;

II — Em títulos da Dívida Pública;

III — Em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por instituto oficial ou empresa legalmente autorizada.

§ 3º Não se admitirá o levantamento da fiança antes da tomada de contas do funcionário.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker

Grünwald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

Jose Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

**DECRETO-LEI Nº 721 — DE 31 DE
JULHO DE 1969**

Cria no Ministério da Fazenda cargos de provimento em comissão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Consideram-se criados no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Fazenda, a partir de 4 de julho de 1967, os seguintes cargos de provimento em comissão, previstos nos Decretos nºs. 60.940, de 4 de julho de 1967 e 62.803, de 3 de junho de 1968:

1 (um) Chefe de Assessoria Especial da Divisão de Segurança e Informações, símbolo 5C.

1 (um) Chefe da Seção de Informações da Divisão de Segurança e Informações, símbolo 5C.

1 (um) Chefe da Seção de Estudos e Planejamento da Divisão de Segurança e Informações, símbolo 5C.

Art. 2º As despesas com a execução deste Decreto-lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 722 — DE 31 DE
JULHO DE 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

considerando que, nos termos do artigo 7º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, as universidades podem ser organizadas mediante a reunião de estabelecimentos de ensino superior já reconhecidos; e

considerando o que requereu a Sociedade Antônio Vieira, no processo nº 254.656 de 1969, decreta:

Art. 1º É autorizado o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com sede na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Antônio Vieira, do mesmo município, ficando constituída pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, com seus cursos, já reconhecidos, de filosofia, ciências sociais, letras clássicas, neo-latinas e anglo-germânicas, pedagogia, ciências sociais, história, história natural, matemática e didática, e pela Faculdade de Economia do Vale do Rio dos Sinos, com seu curso, já reconhecido, de ciências econômicas.

Parágrafo único. As Unidades de ensino acima mencionadas passam a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Economia.

Art. 2º A UNISINOS poderá incorporar em sua estrutura, desde que venham a ser reconhecidos, a Faculdade de Direito de Rio dos Sinos; os cursos de física e de Ciências, da Fa-

culdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo; o curso de ciências contábeis da Faculdade de Economia do Vale do Rio dos Sinos; e a Escola Superior de Música Carlos Gomes, mantida pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, observado o disposto no artigo 11 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 3º Dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação deste Decreto-Lei, a UNISINOS encaminhará seu estatuto à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 4º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 723 — DE 31 DE
JULHO DE 1969

Dá nova redação ao artigo 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que o artigo 26 do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) limita, ao máximo de 5 (cinco), as autorizações de pesquisa para as jazidas da mesma classe que podem ser detidas pela mesma pessoa, natural ou jurídica;

Considerando que a limitação do número de autorizações deve ser conjugada com a extensão máxima das áreas fixadas por Regulamento, segundo o artigo 25 do mesmo Código de Mineração;

Considerando que as áreas máximas assim delimitadas não são suficientemente amplas para justificar as economias de escala propiciadas por campanhas de prospecção, dotadas dos recursos humanos e materiais, hoje mobilizáveis; e

Considerando o interesse nacional em que novos recursos minerais se-

jam revelados em prazo curto e com o menor dispêndio de meios, decreta:

Art. 1º O artigo 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26. Cada pessoa, natural ou jurídica, poderá deter 5 (cinco), autorizações de pesquisa para cada substância mineral e, no máximo, 50 (cinquenta) da mesma classe.

Parágrafo único. Desde que apresentado e aceito pelo Departamento Nacional da Produção Mineral o Relatório de Pesquisa de que trata o inciso VIII, do artigo 22 deste Código, considera-se encerrada a fase de pesquisa para os fins de limitação do número de autorizações."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 724 — DE 31 DE
JULHO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), destinado a assegurar a execução dos programas e projetos de implantação do Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste.

Parágrafo único. O prazo da operação a que se refere este artigo será de 20 (vinte) anos, com período de carência de 4 (quatro) anos, aos juros máximos, inclusive taxas, de 4% (quatro por cento) ao ano.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 725 — DE 31 DE
JULHO DE 1969

Dispõe sobre aplicação de recursos da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 56.245, de 4 de maio de 1965, combinado com o Decreto nº 64.189, de 11 de março de 1969, decreta:

Art. 1º Enquanto não for instalado o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisas, criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e desde que observada a destinação prevista no artigo 1º da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964 fica o Ministério da Educação e Cultura autorizado a aplicar, diretamente, em programas ou atividades intensivas compreendidas no § 1º do artigo 93 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e no § 2º do artigo 25 e no artigo 26 do Decreto nº 55.551, de 12 de janeiro de 1965, parcelas de recursos oriundos da arrecadação, em exercícios anteriores, do salário-educação, e depositados, no Banco do Brasil S. A., em conta vinculada ao antigo Fundo Nacional do Ensino Primário.

Parágrafo Único A Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação opinará sobre as propostas de distribuição de recursos com base neste artigo.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 726 — DE 31 DE JULHO DE 1969

Dá nova redação ao art. 7º do Decreto-lei nº 689, de 18 de julho de 1969, que extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional-

nal nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 7º do Decreto-lei nº 689, de 18 de julho de 1969, que passa a ser a seguinte:

“Art. 7º O presente Decreto-lei entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Dias Leite Júnior

(*) DECRETO-LEI Nº 727 — DE 1º DE AGOSTO DE 1969

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1970

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Orçamento Geral da União, para o Exercício Financeiro de 1970, composto pelas receita e despesa do Tesouro Nacional e pelas receita e despesa de Órgãos da Administração Indireta, estima a Receita Geral em NCr\$ 19.703.368.000,00 (dezenove bilhões setecentos e três milhões trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros novos), inclusive NCr\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros novos) relativos a operações de crédito a realizar, e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, relacionada no Anexo I, com o seguinte desdobramento:

	NCr\$	NCr\$
1. RECEITA DO TESOURO		
1.1 — RECEITAS CORRENTES		16.829.879.490,00
Receita Tributária	16.151.800.100,00	
Receita Patrimonial	43.035.000,00	
Receita Industrial	18.044.090,00	
Transferências Correntes	300,00	
Receitas Diversas	617.000.000,00	
1.2 — RECEITAS DE CAPITAL		821.104.510,00
Operações de Crédito	820.000.000,00	
Outras Receitas de Capital	1.104.510,00	
TOTAL		17.650.984.000,00
2. RECEITA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive transferências do Tesouro)		
2.1 — RECEITAS CORRENTES		1.666.854.300,00
2.2 — RECEITAS DE CAPITAL		385.529.700,00
TOTAL		2.052.384.000,00
TOTAL GERAL		19.703.368.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a discriminação do Anexo II, que apresenta a sua composição por Programas e por Órgãos, conforme o seguinte desdobramento intético:

A — DESPESAS POR PROGRAMAS

1. Programação à conta de Recursos Ordinários	12.722.821.400,00
1.1. Distribuída por setores	10.542.941.400,00
1.2. Fundo de Reserva Orçamentária	1.243.000.000,00
1.3. Fundo de Areas Estratégicas	241.880.000,00
1.4. Dívida Pública e outros encargos	695.000.000,00
2. Programação à conta de Recursos Vinculados	4.928.162.600,00
2.1. Execução a cargo do Governo Federal	2.195.016.800,00
2.2. Execução a cargo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios	2.733.145.800,00
3. Programação à conta de Recursos Próprios dos Órgãos da administração indireta	2.052.384.000,00
Total da despesa por programas	19.703.368.000,00

B — DESPESA POR ÓRGÃOS

1. A conta de Recursos Ordinários	12.722.821.400,00
1.1. Poder Legislativo	182.414.100,00
Câmara dos Deputados	94.129.000,00
Senado Federal	68.287.000,00
Tribunal de Contas da União	19.998.100,00
1.2. Poder Judiciário	203.807.700,00
Supremo Tribunal Federal	12.662.300,00
Tribunal Federal de Recursos	12.654.000,00
Justiça Militar	14.848.400,00
Justiça Eleitoral	58.930.600,00
Justiça do Trabalho	78.926.600,00
Justiça Federal de 1ª Instância	15.118.800,00
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	10.667.000,00
1.3. Poder Executivo	12.336.599.600,00
1.3.1. Discriminadas por Órgãos:	
Presidência da República	103.213.000,00
Ministério da Aeronáutica	712.152.600,00
Ministério da Agricultura	330.000.000,00
Ministério das Comunicações	292.691.100,00

Ministério da Educação e Cultura (inclusive recursos do Salário Educação)	1.293.189.400,00
Ministério do Exército	1.201.989.800,00
Ministério da Fazenda	425.542.500,00
Ministério da Indústria e do Comércio	31.481.500,00
Ministério do Interior	557.860.000,00
Ministério da Justiça	119.341.700,00
Ministério da Marinha	644.488.800,00
Ministério das Minas e Energia	151.900.000,00
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (inclusive Fundação IBGE)	110.062.000,00
Ministério das Relações Exteriores	192.200.000,00
Ministério da Saúde	316.709.100,00
Ministério do Trabalho e Previdência Social	105.099.500,00
Ministério dos Transportes	1.094.400.000,00

1.3.2. Sob Coordenação Central:

Fundo de Reserva Orçamentária	1.243.000.000,00
Fundo de Áreas Estratégicas	241.880.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	60.000.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (previsão)	74.200.000,00
Consolidação da Capital Federal	45.700.000,00
VIII Recenseamento Geral do Brasil	100.000.000,00

1.3.3. Inativos e Pensionistas da administração direta, civis e militares

1.529.711.600,00

1.3.4. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

300.000.000,00

1.3.5. Dívida Pública

695.000.000,00

1.3.6. Transferências para o Distrito Federal, Estados da Guanabara e Acre	364.787.000,00	
2. A conta de Recursos Vinculados		4.928.162.600,00
2.1. Poder Executivo:		
Ministério da Aeronáutica	111.818.800,00	
Ministério da Agricultura	9.918.600,00	
Ministério das Comunicações	3.800.000,00	
Ministério das Minas e Energia (Gabinete)	5.721.600,00	
Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica	166.400.000,00	
Comissão do Plano do Carvão Nacional	600.000,00	
Departamento Nacional da Produção Mineral	12.682.400,00	
Conselho Nacional do Petróleo	343.296.000,00	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ...	1.311.915.400,00	
Réde Ferroviária Federal		
Sociedade Anônima	228.864.000,00	
Transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios (participação em impostos da União)	2.733.145.800,00	
Total da Despesa com Recursos do Tesouro		17.650.984.000,00
3. Despesas à conta de Recursos Próprios dos órgãos da administração indireta		2.052.384.000,00
Total da Despesa por Órgãos		19.703.368.000,00

Parágrafo único. A despesa dos Órgãos da Administração Indireta realizada com recursos por eles diretamente arrecadados, será discriminada em seus orçamentos próprios aprovados em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita.

Parágrafo único. Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante utilização dos recursos adiante indicados até um limite correspondente a 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

- I — atender a insuficiências nas dotações de Despesas Correntes especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando como recurso o Fundo de Reserva Orçamentária;
- II — atender a programas financiados por receitas com destinação específica, utilizando como recursos o definido no § 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

- III — atender a insuficiências nas dotações atribuídas a órgãos que exercam atividades econômicas usando como recurso a diferença entre as receitas por eles auferidas e recolhidas ao Tesouro Nacional e as estimadas nesta lei;
- IV — atender a insuficiências nas dotações destinadas a programas prioritários, utilizando como recursos as disponibilidades caracterizadas no item III, do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito e colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de NC\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros novos).

Parágrafo único. Inclui-se no montante autorizado neste artigo a colocação dos referidos títulos junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do artigo 49, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Junior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

Os anexos integrantes deste Decreto-lei foram publicados no D.O. de 1-8-69 (Suplemento).

DECRETO-LEI Nº 728 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1969

Institui o Código de Vencimentos dos Militares, dispõe sobre indenizações, proventos, outros direitos e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Este Código regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos militares.

Art. 2º Para os efeitos deste Código adotam-se as seguintes conceituações:

1 — Comandante — é o título genérico dado ao militar, correspondente ao de diretor, chefe ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquele que, investido de autoridade decorrente de leis e regulamentos, for responsável pela administração, instrução e disciplina de uma organização militar;

2 — Missão, Tarefa ou Atividade — é o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia;

3 — Organização Militar — é a denominação genérica dada a corpo de tropa, repartição, estabelecimento, navio, base, arsenal ou a qualquer outra unidade administrativa tática ou operativa, das Forças Armadas;

4 — Sede — no País — é todo o território do município, ou dos muni-

cípios vizinhos, quando ligados por freqüentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma organização militar considerada;

5 — Sede — no Exterior — é todo o território situado em país estrangeiro, no qual o militar desempenha as atribuições, missões, tarefas ou atividades inerentes ao cargo, comissão, função ou encargo que lhe foi cometido, exceto nas comissões exercidas a bordo quando a sede será o navio;

6 — Serviço Ativo — é a situação do militar das Forças Armadas capacitado legalmente para o exercício de cargo, comissão, função ou encargo;

7 — Cargo, Função ou Comissão — é o conjunto de atribuições definidas por lei, regulamento ou ato ministerial e cometidas, em caráter permanente ou não, ao militar;

8 — Encargo — é a missão ou atribuição de serviço cometida a um militar.

TÍTULO II

Do Militar em Atividade no País em Tempo de Paz

CAPÍTULO I

Dos Vencimentos

Art. 3º Vencimentos são o quantitativo mensal em dinheiro devido ao militar em serviço ativo e copremem o soldo e as gratificações.

CAPÍTULO II

Do Soldo

Art. 4º Soldo é a parte básica dos vencimentos inerente ao posto ou à graduação do militar da ativa.

Parágrafo único. O soldo do militar é irredutível, não está sujeito a penhora, seqüestro ou arresto, senão nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 5º O direito do militar ao soldo tem início na data:

1 — do ato de promoção, do ato de convocação ou designação para o serviço ativo, para oficiais;

2 — do ato de designação, declaração ou convocação para serviço ativo, para aspirante-a-oficial ou guarda-marinha;

3 — do ato de nomeação ou promoção para o subtenente ou suboficial;

4 — do ato de promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças;

5 — da incorporação às Forças Armadas, para os convocados e voluntários;

6 — da apresentação à organização competente do respectivo Ministério, quando da nomeação inicial para qualquer posto ou graduação das Forças Armadas;

7 — do ato da matrícula, para os alunos das escolas de formação de oficiais e de sargentos, escolas preparatórias e suas congêneres e para os aprendizes-marinheiros.

Parágrafo único. Excetuam-se das condições deste artigo os casos com caráter retroativo, quando o soldo será devido a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6º Suspende-se temporariamente o direito do militar ao soldo, quando:

1 — agregado para tratar de interesse particular;

2 — em licença para exercer atividades ou função estranha às Forças Armadas, estiver em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção;

3 — em licença para o exercício de atividade técnica de sua especialidade em organização civil;

4 — em estado de deserção.

Art. 7º O direito ao soldo cessa na data em que o militar for desligado do serviço ativo das Forças Armadas por:

1 — desconvocação, licenciamento, baixa, demissão, voluntária ou dispensa das funções da atividade;

2 — exclusão, expulsão ou perda do posto ou graduação;

3 — nomeação para Ministro do Superior Tribunal Militar;

4 — transferência para reserva remunerada ou reforma;

5 — óbito.

Art. 8º O militar, considerado desaparecido ou extraviado em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço ou manobra, terá o soldo pago aos herdeiros que teriam direito a sua pensão militar.

§ 1º No caso previsto neste artigo, decorridos 6 (seis) meses, far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do soldo.

§ 2º Verificando-se o reaparecimento do militar, e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre o soldo, a que faria jus se tivesse permanecido em serviço, e a pensão recebida pelos herdeiros.

Art. 9º O militar no exercício de cargo, comissão ou função, cujo desempenho seja privativo do posto ou graduação superior ao seu, percebe o soldo desse posto ou graduação.

§ 1º Quando, na substituição prevista neste artigo, o cargo, comissão ou função for atribuição de mais de um posto ou graduação, ao substituto cabe o soldo correspondente ao menor deles.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, prevalecem os postos e graduações correspondentes aos cargos, comissões ou funções estabelecidos em lei, regulamento, regimento interno, quadro de organização e distribuição de efetivo ou lotação, nesta ordem.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às substituições:

- a) por motivo de férias, até 45 (quarenta e cinco) dias;
- b) por motivo de gala, nojo e outras dispensas até 30 (trinta) dias;
- c) entre oficiais professores pertencentes ao Quadro do Magistério Militar.

Art. 10. O militar receberá o soldo do seu posto ou graduação quando exercer cargo, comissão ou função atribuídos, indistintamente, a 2 (dois) ou mais postos ou graduações e possuir qualquer destes.

Art. 11. O militar continuará com direito ao soldo do seu posto ou graduação em todos os casos não previstos nos artigos 6º e 7º deste Código.

CAPÍTULO III

Das Gratificações

Art. 12. Gratificações são as partes dos vencimentos atribuídos ao militar como estímulo por atividades profissionais e condições de desempenho peculiares, bem como pelo tempo de permanência em serviço.

Art. 13. O militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus às gratificações seguintes:

- 1 — Gratificação de Tempo de Serviço;

- 2 — Gratificação de Função Militar;

- 3 — Gratificação de Localidade Especial.

Art. 14. Suspende-se o pagamento das gratificações, ao militar:

- 1 — nos casos previstos no art. 6º deste Código;

- 2 — no cumprimento de pena igual ou menor de 2 (dois) anos, decorrente de sentença transitada em julgado;

- 3 — em licença, por período superior a 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de dependente;

- 4 — em licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, por conta própria;

- 5 — que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço;

- 6 — afastado das funções, por incompatibilidade profissional ou moral, nos termos das leis e regulamentos militares;

- 7 — no período de ausência não justificada.

Parágrafo único. Será, também, suspenso o pagamento da gratificação de que trata o item 3 do artigo anterior, ao militar quando em Licença Especial.

Art. 15. O direito às gratificações cessa nos casos do artigo 7º deste Código.

Art. 16. O militar que, por sentença passada em julgado, for declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito às gratificações que deixou de receber no período em que esteve afastado do serviço, à disposição da Justiça.

Parágrafo único. Do indulto, perdão ou livramento condicional não decorre direito do militar a qualquer remuneração a que tenha deixado de fazer jus por força de dispositivo deste Código ou de legislação específica.

Art. 17. Aplica-se ao militar desaparecido ou extraviado, quanto às gratificações, o previsto no art. 8º e seus parágrafos.

Art. 18. Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possuía o militar, ressalvado o caso previsto no art. 9º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados.

SEÇÃO I

Da Gratificação de Tempo de Serviço

Art. 19. A Gratificação de Tempo de Serviço é devida ao militar por quinquênio de efetivo serviço prestado.

Art. 20. Ao completar cada quinquênio de efetivo serviço, o militar percebe a Gratificação de Tempo de Serviço, cujo valor é de tantas cotas de 5% (cinco por cento) do soldo do seu posto ou graduação quantos forem os quinquênios de efetivo serviço.

Parágrafo único. O direito a gratificação começa no dia seguinte em que o militar completar cada quinquênio, computado na forma da legislação vigente e reconhecido mediante publicação em boletim do órgão de pessoal ou da organização militar, conforme a norma observada em cada Ministério Militar.

SEÇÃO II

Da Gratificação de Função Militar

Art. 21. A Gratificação de Função Militar é atribuída ao militar pelo efetivo desempenho de atividades específicas de sua Arma, Serviço, Corpo ou Quadro, na forma do estabelecido nesta Seção.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo é classificada em 2 (duas) Categorias: I e II.

Art. 22. A Gratificação de Função Militar — Categoria I — é devida ao militar pelos Cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, com os percentuais a seguir fixados:

1 — 35% (trinta e cinco por cento):

Cursos — Superior de Guerra Naval; da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Comando e Direção de Serviços da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; do Instituto Militar de Engenharia; do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; de ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais;

2 — 25% (vinte e cinco por cento):

Cursos — de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval; de Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;

3 — 20% (vinte por cento):

Cursos — de Aperfeiçoamento; Básico do Comando e Básico de Serviço da Escola de Guerra Naval, ou equivalentes;

4 — 15% (quinze por cento):

Cursos de Especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes;

5 — 10% (dez por cento):

Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos;

6 — 10% (dez por cento):

Cursos de Especialização de praças de graduação inferior a Terceiro Sargento.

§ 1º A equivalência dos cursos, referidos neste artigo, será estabelecida pelos Ministros, no âmbito dos respectivos Ministérios Militares.

§ 2º Somente os cursos de extensão, com duração igual ou superior a 6 (seis) meses, realizados no País ou no Exterior, são computados para os efeitos deste artigo.

§ 3º Ao militar que possuir mais de 1 (um) curso somente será atribuída a gratificação de maior valor.

§ 4º A gratificação estabelecida neste artigo é devida a partir da data de conclusão do respectivo curso.

Art. 23. A Gratificação de Função Militar — Categoria II — é devida ao militar, no exercício de funções, em uma das situações definidas nos artigos 24, 25 e 26 deste Código.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo compreende 3 (três) tipos: 1, 2 e 3.

§ 2º Ao militar que se enquadra simultaneamente em mais de uma das situações referidas nos artigos 24, 25 e 26, somente é atribuído o tipo de gratificação de maior valor percentual.

Art. 24. A Gratificação de Função Militar — Categoria II. Tipo 1 — é devida ao militar em efetivo desempenho de função de Estado-Maior ou de Engenheiro Militar.

Art. 25. A Gratificação de Função Militar — Categoria II. Tipo 2 — é devida ao militar que serve em unidade de tropa de sua força singular, em navio de guerra e excepcionalmente, em navio mercante.

Parágrafo único. Percebe, também esta gratificação:

a) o militar que, nas Forças Armadas, participar de trabalhos de campo ligados à construção de estradas e obras públicas, mapeamento e le-

vantamento cartográfico, hidrográfico, oceanográfico e manutenção de faróis;

b) o militar em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou de instrução militares, exceptuado o magistério militar.

Art. 26. A Gratificação de Função Militar — Categoria II, Tipo 3, — é devida ao militar em efetivo desempenho de funções militares não enquadradas nos artigos 24 e 25 d'este Código.

Art. 27. Os valores percentuais das gratificações referidas nos artigos 24, 25 e 26 serão fixados ou reajustados pelo Poder Executivo.

SECÇÃO III

Da Gratificação de Localidade Especial

Art. 28. A Gratificação de Localidade Especial é devida ao militar que servir em guarnições situadas em regiões inhóspitas, seja pelas condições precárias de vida seja pela salubridade.

Art. 29. A Gratificação de Localidade Especial é classificada em duas Categorias: A e B.

Art. 30. O Poder Executivo, em decreto comum às Forças Armadas, classificará as localidades especiais nas Categorias estabelecidas no artigo anterior e fixará as respectivas percentagens da gratificação, devendo a diferenciação entre as mesmas corresponder à variação das condições de vida e de salubridade dos locais.

Art. 31. Por ato dos Ministros Militares, conforme o caso, nas disposições desta Secção serão enquadrados os militares que nas localidades especiais forem cumprir missões de carácter transitório.

Art. 32. O direito à percepção da Gratificação de Localidade Especial começa no dia da chegada do militar à localidade especial e termina na data de sua partida.

Parágrafo único. Mantém-se o direito do militar à Gratificação de Localidade Especial, nos seus afastamentos de sua organização militar por motivo de serviço férias nojo, gala, dispensa do serviço, ou quando hospitalizado ou licenciado por motivo de acidente em serviço ou de moléstia adquirida em consequência da insalubridade da região.

TÍTULO III

Das Indenizações

Art. 33. Indenização é o quantitativo em dinheiro, isento de qualquer tributação, devido ao militar para ressarcimento de despesas decorrentes de obrigações impostas para o exercício de cargo comissão, função encargo ou missão bem como para compensar os desgastes orgânicos de que trata o art. 64.

Parágrafo único. As indenizações compreendem:

- a) Diárias;
- b) Ajuda de Custo;
- c) Transporte;
- d) Representação;
- e) Moradia;
- f) Compensação Orgânica.

Art. 34. Para fins de cálculo das indenizações, tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou da graduação que o militar percebe na forma do art. 18.

CAPÍTULO I

Das Diárias

Art. 35. Diárias são indenizações destinadas a atender às despesas extraordinárias de alimentação e de pousada e são devidas ao militar durante seu afastamento da organização militar a que pertence, por motivo de serviço.

§ 1º As diárias compreendem a Diária de Alimentação e a Diária de Pousada.

§ 2º A Diária de Alimentação é devida, inclusive nos dias de partida e de chegada.

Art. 36. O valor da Diária de Alimentação é igual a um dia de soldo:

- 1 — de General-de-Exército, para os oficiais-generais;
- 2 — de Coronel, para os oficiais superiores;
- 3 — de Capitão, para os Capitães, capitães-tenentes e oficiais subalternos, guardas-marinhas e aspirantes-a-oficial;
- 4 — de Subtenente, para subtenentes, suboficiais e sargentos, cadetes e aspirantes da Escola Naval;
- 5 — de Cabo engajado, para as praças de graduação inferior a 3º Sargento e para os alunos do Colégio Naval e das Escolas Preparatórias de Cadetes.

Art. 37. O valor da Diária de Pousada é igual ao valor atribuído à Diária de Alimentação.

Art. 38. Compete ao comandante da organização militar providenciar o pagamento das diárias a que fizer jus o militar e, sempre que for julgado necessário, deverá concedê-las adiantadamente, para ajuste de contas quando do pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso à organização militar, condicionando-se o adiantamento à existência de meios e à reserva dos recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes.

Art. 39. Não serão atribuídas diárias ao militar:

1 — nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiverem compreendidos a alimentação e o alojamento ou o pagamento das despesas correr por conta da União;

2 — durante o afastamento da organização militar por menos de 8 (oito) horas consecutivas;

3 — cumulativamente com a Ajuda de Custo, exceto nos dias de viagem por qualquer meio de transporte, quando a alimentação ou a pousada, ou ambas, não estejam compreendidas no custo das passagens;

4 — quando as despesas com alimentação e alojamento forem asseguradas pela Força a que pertence.

Art. 40. Ao militar em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, estende-se a diária prevista no artigo 36 deste Código, desde que sua organização, ou outra nas proximidades do local do serviço, não lhe possa fornecer alimentação por conta da União.

Parágrafo único. O militar, nos dias em que permanecer em serviço nas condições deste artigo, por prazo igual ou superior a 8 (oito) horas consecutivas, mas inferior a 24 (vinte e quatro) horas, faz jus à metade da Diária de Alimentação.

Art. 41. No caso de falecimento do militar, seus herdeiros não restituirão as diárias que ele haja recebido, adiantadamente, segundo o artigo 38 deste Código.

Art. 42. O militar que receber diárias, quando em deslocamento ou em serviço fora da sede, indenizará a organização militar em que se alojar ou se alimentar.

Parágrafo único. Quando as despesas de alimentação ou de pousada ou ambas, a que se refere o item I do artigo 39 deste Código, couberem às organizações militares, a indenização respectiva caberá a Força a que pertencer o militar atendido.

Art. 43. Os Ministros Militares, conforme o caso, baixarão instruções regulando o valor e o destino das indenizações referidas no artigo anterior.

CAPÍTULO II

Da Ajuda de Custo

Art. 44. Ajuda de Custo é a indenização para custeio de despesas de viagem, mudança e instalação exceto as de transporte, paga ao militar, quando, por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar em nova comissão, e, ainda, quando deslocado com a organização militar que tenha sido transferida de sede.

Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo será paga adiantadamente, salvo interesse do militar em recebê-la no destino.

Art. 45. O militar terá direito à Ajuda de Custo sempre que for designado para comissão cujo desempenho importe na obrigação de mudança de domicílio, concomitantemente com o seu afastamento da sede da organização onde exercia suas atribuições, missões, tarefas ou atividades militares, obedecidas as prescrições do art. 46.

Art. 46. A Ajuda de Custo devida ao militar será igual:

1 — ao valor correspondente ao soldo do posto ou graduação, quando não possuir dependentes;

2 — a 2 (duas) vezes o valor do soldo do posto ou graduação, quando possuir dependentes.

§ 1º O militar enquadrado neste artigo quando transferido para uma Localidade Especial — Categoria A — perceberá mais o valor de uma Ajuda de Custo correspondente àquela a que tinha direito.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo ao militar transferido da

Localidade Especial — Categoria A — para qualquer outra organização militar.

Art. 47. Não terá direito à Ajuda de Custo o militar:

1 — movimentado por interesse próprio, operações de guerra ou de manutenção da ordem pública;

2 — desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula, ainda que preencha os requisitos do artigo 45 deste Código.

Art. 48. Restituirá a Ajuda de Custo o militar que a houver recebido, nas formas e circunstâncias abaixo:

1 — integralmente e de uma só vez, quando deixar de seguir destino a seu pedido;

2 — pela metade do valor recebido de uma só vez, quando até seis meses após ter seguido para a nova comissão, desta fór, a pedido, dispensado, licenciado ou exonerado;

3 — pela metade do valor, mediante desconto pela décima parte do soldo, quando não seguir para a nova comissão por motivo independente de sua vontade.

§ 1º Não se enquadra nas disposições do item 2 deste artigo a licença para tratamento da própria saúde.

§ 2º O militar que estiver sujeito a desconto para restituição de Ajuda de Custo, ao adquirir direito a nova liquidação integralmente, no ato de recebimento desta, o débito anterior.

Art. 49. Na concessão da Ajuda de Custo, para efeito de cálculo de seu valor, determinação do exercício financeiro, estado civil e Tabela em vigor, tomar-se-á como base a data do ajuste de contas.

Parágrafo único. Se o militar fór promovido, contando antiguidade de data anterior à do pagamento da Ajuda de Custo, fará jus à diferença entre o valor deste e daquele a que teria direito no posto ou graduação atingido pela promoção.

Art. 50. A Ajuda de Custo não será restituída pelo militar ou seus herdeiros quando:

1 — após ter seguido destino, fór mandado regressar;

2 — ocorrer o falecimento do militar, mesmo antes de seguir destino.

CAPÍTULO III

Do Transporte

Art. 51. O militar, nas movimentações em objeto de serviço, tem direito a transporte, de domicílio a domicílio, por conta da União, nelle comprehendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem.

§ 1º Se as movimentações importarem na mudança da sede do militar com dependentes, a estes se estende o mesmo direito deste artigo.

§ 2º O militar com dependentes, amparado por este artigo, terá ainda direito ao transporte de um empregado doméstico.

§ 3º Quando o transporte não fór realizado por responsabilidade da União, o militar será indenizado da quantia correspondente às despesas decorrentes dos direitos a que se referem este artigo e seus parágrafos 1º e 2º.

§ 4º O militar da ativa terá direito ainda a transporte por conta da União, quando tiver de efetuar deslocamentos fora de sede de sua Organização Militar, nos seguintes casos:

a) deslocamento no interesse da Justiça ou da disciplina;

b) concurso para ingresso em Escolas, Cursos ou Centro de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento ou Atualização, de interesse da respectiva Força;

c) outros deslocamentos, em objeto de serviço, decorrentes do desempenho da função militar;

d) baixa em organização hospitalar, ou alta desta, em virtude de prescrição médica competente, ou ainda, realização de inspeção de saúde.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se ao militar da reserva quando estagiário, convocado para o serviço ativo, ou nomeado para exercer função na atividade.

Art. 52. A praça licenciada do serviço ativo ou desincorporada e o convocado julgado fisicamente incapaz terão direito ao fornecimento de passagens, dentro do território nacional, para a localidade onde forem residir após sua liberação do serviço.

Art. 53. Para efeito de concessão de transporte, consideram-se pessoas da família do militar, os seus depen-

dentes, desde que vivam às suas expensas sob o mesmo teto e quando expressamente declarados:

- 1 — esposa;
- 2 — as filhas, enteadas, irmãs, cunhadas ou sobrinhas, desde que solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas;
- 3 — os filhos, tutelados, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos no caso previsto no item 4 do artigo 164;
- 4 — a mãe e a sogra, desde que viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas;
- 5 — os avós e os pais, quando inválidos;
- 6 — os netos órfãos, se menores ou inválidos.

§ 1º Os dependentes do militar, com direito ao transporte, por conta do Estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão usar do direito a partir de 30 (trinta) dias até 9 (nove) meses após a movimentação do militar, desde que tenha sido feita por este, sob sua responsabilidade, a necessária declaração à autoridade competente para requisitar o transporte.

§ 2º A família do militar que falecer em serviço ativo terá direito dentro de 6 (seis) meses após o óbito ao transporte para a localidade, no território nacional, em que fixar residência.

Art. 54. O militar da ativa transferido para a reserva remunerada ou reformado terá direito ao transporte, dentro do território nacional, para a localidade aonde fixará residência e receberá seus proventos.

Art. 55. O Poder Executivo, em decreto comum às Forças Armadas, regulamentará o transporte dos militares e seus dependentes.

CAPÍTULO IV

Da Representação

Art. 56. A indenização de Representação destina-se a atender às despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social, diplomática ou profissional, inerentes à apresentação e ao bom desempenho em determinados cargos, comissões, funções ou missões.

Art. 57. Os cargos, comissões, funções, postos ou graduações que dão direito a indenização de Representação, bem como os seus valores, serão regulados por ato do Poder Executivo.

Art. 58. O direito à indenização de Representação é devido ao militar desde o dia em que assume o cargo, comissão ou função e cessa quando ele se afasta, ou não desempenha o cargo, comissão ou função por mais de 45 (quarenta e cinco) dias ou em caráter definitivo.

Parágrafo único. A indenização de Representação, no caso de afastamento do ocupante efetivo do cargo, comissão ou função, por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, será paga, a partir desse limite, apenas ao militar substituto.

Art. 59. Nos casos de representação especial e temporária, de caráter individual ou coletivo, as despesas correrão por conta de quantitativos postos à disposição, pelo Ministro ou autoridade competente, da organização militar responsável pela viagem, ou do militar designado para a representação pessoal ou para chefiar delegação, grupo ou equipe.

CAPÍTULO V

Da Moradia

Art. 60. O militar em atividade faz jus a:

- 1 — Alojamento, em sua organização militar, quando aquartelado ou embarcado;
- 2 — Moradia, em imóvel sob responsabilidade da União, de acordo com a disponibilidade existente;
- 3 — Indenização mensal para moradia, quando não se encontrar na situação prevista no item 2, acima.

Art. 61. O valor da indenização para moradia é anualmente fixado pelo Poder Executivo levando em consideração os encargos de família.

§ 1º "Encargos de Família", para os fins previstos neste artigo, são os dependentes do militar, na forma do disposto nos arts. 164 e 165 desta Constituição.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do militar à indenização para moradia, enquanto se encontrar em uma das situações previstas no artigo 6º.

Art. 62. Quando o militar ocupar imóvel sob responsabilidade do respectivo Ministério, o quantitativo correspondente à indenização para moradia será sacado pela Repartição competente e recolhido ao Ministério Militar para atender à conservação e construção de novas residências para o pessoal.

Art. 63. Quando o militar ocupar imóvel da União, sob a responsabilidade de outro órgão, o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

1 — o correspondente ao aluguel, recolhido ao órgão responsável pelo imóvel;

2 — o saldo, se houver, empregado na forma estabelecida no artigo anterior.

CAPÍTULO VI

Da Compensação Orgânica

Art. 64. A Indenização de Compensação Orgânica, cujo valor corresponde a quarenta por cento do soldo do posto ou graduação, é destinada a compensar os desgastes orgânicos consequentes das radiações de altitude, das acelerações, das variações barométricas e dos danos psicossomáticos resultantes do desempenho continuado das atividades especiais seguintes:

1 — Voo, em aeronave militar, como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo, fotogrametrista;

2 — salto em pára-quedas, cumprindo missão militar;

3 — imersão, no exercício de funções regulamentares a bordo de submarino;

4 — mergulho, com escafandro ou com aparelho;

§ 1º O militar não enquadrado no item 1, acima, quando em deslocamento a serviço de natureza militar, fará jus à indenização de que trata este artigo pela metade do seu valor.

§ 2º A um mesmo militar somente será atribuída a indenização de uma atividade especial.

Art. 65. As atividades especiais referidas no art. 64 deverão ser exercidas em cumprimento de missão,

plano de provas ou de exercícios determinados por autoridade competente e devidamente homologados.

Art. 66. O Ministro de cada Pasta Militar estabelecerá, para a atividade especial considerada, as missões, os planos de provas, de exercício ou de deslocamentos a serviço em aeronave militar, que definirão os requisitos que o militar deve satisfazer para que lhe seja assegurado o direito de percepção à Indenização de Compensação Orgânica.

Art. 67. A Indenização de Compensação Orgânica é devida:

1 — durante a aprendizagem da respectiva atividade especial, a partir da data:

a) do primeiro exercício de voo em aeronave militar.

b) do primeiro salto em pára-quedas, de aeronave militar em voo.

c) da primeira imersão em submarino.

d) do primeiro mergulho em escafandro ou com aparelho.

2 — no período subsequente ao cumprimento do plano de provas ou exercícios, ao militar qualificado para a atividade especial de voo,

3 — durante o período em que estiver servindo em organização militar específica do setor considerado, ao militar qualificado para as atividades especiais de salto, submarino ou mergulho e desde que cumpra as missões, planos de provas ou exercícios estabelecidos para tais atividades.

4 — quando o militar, desicando-se a serviço em aeronave militar, — completar o número mínimo de horas de voo.

§ 1º Não perderá o direito à percepção dessa indenização o militar:

a) hospitalizado ou licenciado para tratamento da própria saúde;

b) afastado da organização militar para participar de curso ou estágio de especialização ou de aperfeiçoamento, relacionado com a respectiva atividade especial, como instrutor, monitor ou aluno.

§ 2º O aluno de escola de formação de oficiais, recrutado, entre praeas, que já tenha assegurado o direito à percepção da Indenização de Compensação Orgânica, continuará a recebê-la, até o desligamento da es-

cola, na mesma importância que recebia por ocasião da matrícula.

Art. 68. O plano de provas de cada atividade especial regulará:

1 — a duração do período de provas;

2 — o número mínimo de saltos, horas de voo, de imersão ou de mergulho a ser cumprido em cada período;

3 — a forma, as condições e a maneira de calcular e homologar os exercícios realizados;

4 — o processo de reconhecimento do direito à percepção da Indenização de Compensação Orgânica.

Parágrafo único. Para efeito das provas relativas à atividade especial de voo, consideram-se os voos realizados em aeronaves civis, por militares da Força Aérea Brasileira, em cumprimento de missões específicas de "Vistorias de Aeronaves Civis" e "Verificação de Proficiência de Aero-navegantes Civis".

Art. 69. É assegurado ao militar que tenha feito jus à Indenização de Compensação Orgânica, em decorrência do exercício de voo, imersão ou mergulho, o pagamento definitivo dessa indenização, por cotas correspondentes aos anos de efetivo desempenho na atividade especial consideradas, observadas as regras seguintes:

1 — o direito à percepção de cada cota é adquirido ao fim de um ano de desempenho na atividade especial considerada, desde que o militar cumpra os requisitos fixados no respectivo plano de provas;

2 — o valor de cada cota é igual a 1/10 (um décimo) da indenização integral correspondente ao posto ou graduação do militar ao concluir o último período de execução do plano de provas respectivo;

3 — o número de cotas abonadas ao militar não pode exceder de 10 (dez).

§ 1º Ao militar que tenha completado o número de horas de voo de que trata o item 4 do artigo 67 e que fez jus à Indenização de Compensação Orgânica, em decorrência de deslocamentos, a serviço em aeronave militar, é também assegurado, o pagamento definitivo dessa indenização nas condições estabelecidas neste artigo.

§ 2º Em função de futuras promoções, o militar terá, assegurada a evolução dos cálculos para o pagamento definitivo da Indenização de Compensação Orgânica, desde que, após cada promoção, execute pelo menos, um novo plano de provas ou exercícios.

Art. 70. Ao militar que tenha feito jus à Indenização de Compensação Orgânica em decorrência do exercício de salto é assegurado o pagamento definitivo dessa indenização por cotas correspondentes a cada período de três meses de efetiva atividade, desde que tenha cumprido os requisitos do plano de provas.

§ 1º O valor de cada cota é igual a 1/20 (um vigésimo) da indenização integral correspondente ao último posto ou graduação em que o militar tenha executado o plano de provas.

§ 2º Para fins deste artigo, o número de cotas atribuídas a um mesmo militar não poderá exceder de 20 (vinte).

Art. 71. O valor das cotas, que, nos termos dos artigos 69 e 70 asseguram o pagamento definitivo da Indenização de Compensação Orgânica, acompanha as variações da Tabela de Sólido.

Art. 72. O militar que ainda não tenha assegurado o pagamento definitivo da indenização integral de que tratam os artigos 69 e 70, poderá ser beneficiado pelos artigos 64 e 67 deste Código até que complete o número mínimo de cotas previsto.

Art. 73. Suspende-se o pagamento da Indenização de Compensação Orgânica nos casos previstos no artigo 14 deste Código e quando o militar incorrer em infração da disciplina exigida para o exercício da atividade especial considerada.

Art. 74. Aplica-se ao militar, quando à Indenização de Compensação Orgânica, o disposto nos artigos 7º, 16 e 17 e 18 deste Código.

TÍTULO IV

Outros Direitos

CAPÍTULO I

Do Salário-Família

Art. 75. Salário-Família é o auxílio em dinheiro pago ao militar para custear, em parte, a educação e assistência a seus filhos e outros dependentes.

Parágrafo único. O Salário-Família é devido ao militar, no valor e nas condições previstas na legislação específica.

Art. 76. O Salário-Família é isento de tributação e não sofre desconto de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

Da Assistência Médico-Hospitalar

Art. 77. A União proporcionará ao militar e aos seus dependentes assistência médico-hospitalar através das organizações do Serviço de Saúde e de Assistência Social dos Ministérios Militares.

Art. 78. Em princípio, a organização de saúde de um Ministério destina-se a atender o pessoal dele dependente.

§ 1º Nas localidades onde não houver organização de saúde e uma das Forças, os militares pertencentes a esta serão atendidos em organização de outra Força Armada.

§ 2º Em certos casos o militar poderá baixar a organização hospitalar de outra Força Armada, quando desse fato não resultar qualquer prejuízo aos componentes desta.

Art. 79. A internação de militar em clínica ou hospital especializados, nacionais ou estrangeiros, estranhos aos serviços hospitalares das Forças Armadas, será autorizado nos seguintes casos:

— Quando não houver organização hospitalar militar no local;

— Em casos de urgência, quando a organização hospitalar militar local não possa atender;

— Quando a organização hospitalar militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Art. 80. O militar em serviço ativo terá hospitalização e tratamento custeado pelo Estado quando acidentado em serviço ou acometido de doença adquirida em serviço ou dela decorrente.

§ 1º O militar da ativa não enquadrado neste artigo terá tratamento por conta do Estado ressalvadas as indenizações mencionadas na respectiva regulamentação.

§ 2º A hospitalização para o militar da ativa será gratuita até 60 (sessenta) dias.

§ 3º O militar da reserva reinunciada e o reformado terão tratamento por conta do Estado, ressalvadas as indenizações mencionadas na respectiva regulamentação.

Art. 81. A assistência médica, hospitalar ao militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado será prestada pelas Organizações de Saúde, dentro das limitações dos recursos próprios colocados à disposição dos Ministérios Militares.

Art. 82. Os Ministérios Militares prestarão assistência médico-hospitalar, através de serviços especializados aos dependentes dos militares.

§ 1º Os recursos para a assistência de que trata este artigo provirão de verbas consignadas no Orçamento da União e de contribuições estabelecidas na forma do disposto no parágrafo seguinte:

§ 2º Poderá ser estabelecida a contribuição de até 3% (três por cento) do soldo do militar, para constituição do Fundo de Saúde de cada Força Armada, a critério do respectivo Ministro.

§ 3º Para efeito de aplicação deste artigo, são considerados dependentes os definidos no art. 53, deste Código.

§ 4º Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva do militar enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados no parágrafo anterior desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

Art. 83. As normas, condições de atendimento e indenizações serão reguladas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. As praças especiais e as demais praças da ativa, ficam isentas do pagamento das diárias de hospitalização.

CAPÍTULO III

Do Funeral

Art. 84. A União assegurará sepultamento digno ao militar.

Art. 85. Auxílio-Funeral é o quantitativo concedido para custear as despesas com o sepultamento do militar.

Art. 86. O Auxílio-Funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do militar falecido.

cido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de cabo engajado.

Art. 87. Ocorrendo o falecimento do militar, as seguintes providências devem ser observadas para a concessão do Auxílio-Funeral:

1 — Antes de realizado o enterro, o pagamento do Auxílio-Funeral será feito a quem de direito pela organização militar a que pertença o militar, independentemente de qualquer formalidade, exceto a da apresentação do atestado de óbito;

2 — Após o sepultamento do militar, não se tendo verificado o caso do item anterior deste artigo, deverá a pessoa que o custeou, mediante apresentação de atestado de óbito, solicitar o reembolso da despesa — comprovando-a com os recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhe, em seguida, reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos, até o valor limite estabelecido no artigo 86 deste Código;

3 — Caso a despesa com o sepultamento, paga de acordo com o item anterior, seja inferior ao valor do Auxílio-Funeral estabelecido, a diferença será paga aos herdeiros habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente;

4 — Decorrido o prazo do item 2, sem reclamação do Auxílio-Funeral por quem haja custeado o sepultamento do militar, será o mesmo pago aos herdeiros habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente.

Art. 88. Em casos especiais, e a critério da autoridade competente, poderá a União custear diretamente o sepultamento do militar.

Parágrafo único. Verificando-se a hipótese de que trata este artigo não será pago, aos herdeiros, o Auxílio-Funeral.

Art. 89. Cabe à União a transladação do corpo do militar para sua localidade de origem, quando por motivos devidamente justificáveis for solicitado pela família.

CAPÍTULO IV

Da Alimentação

Art. 90. Tem direito à alimentação por conta da União:

1 — o militar servindo ou quando a serviço em organização militar com

rancho próprio ou ainda, em campanha, manobra ou exercício;

2 — O aluno de Escola Preparatória ou de Formação de Oficiais da ativa ou de praças e o aluno gratuito de Colégios Militares;

3 — o preso civil quando recolhido à Organização Militar;

4 — O conscripto ou voluntário a partir da data de sua apresentação à Organização Militar;

5 — O aluno dos Centros e Escolas de Formação de Oficiais da Reserva, quando em exercício e instrução que justifique a sua alimentação por conta da União.

Parágrafo único. Poderá a União estender o direito de que trata o artigo precedente, observadas as prescrições do Poder Executivo aos civis que prestem serviço nas Organizações Militares.

Art. 91. Em princípio toda Organização Militar deverá ter Rancho próprio organizado, em condições de proporcionar rações preparadas, aos seus integrantes.

Parágrafo único. Se a Organização Militar não possuir Rancho, o militar quando em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, fará jus à diária de alimentação prevista no artigo 36 deste Código, desde que outra Organização nas proximidades do local de serviço não possa fornecer alimentação por conta da União.

Art. 92. A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração na região ou localidade considerada sendo o seu valor igual para as três Forças Armadas e fixado semestralmente.

Art. 93. Os gêneros de alimentação ou de subsistência serão fornecidos em espécies à Organização Militar pelos Estabelecimentos ou organizações de Subsistência se houver, ressalvados os casos específicos da Marinha.

Art. 94. As praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento quando servirem em Organização Militar que não tenha Rancho organizado e não possam ser arranchadas por outras vizinhas terão direito à indenização do valor igual à importância correspondente à ração comum fixada para a localidade.

§ 1º As praças das graduações referidas neste artigo que são alojadas

arranchadas em Organização Militar, quando em férias regulamentares e não forem alimentadas por conta do Estado, receberão indenização estipulada neste artigo.

§ 2º Idêntica indenização receberá a praça casada, de graduação inferior a Terceiro-Sargento quando servir em Localidade Especial de Categoria "A" onde esteja acompanhado de sua esposa.

Art. 95. É vedado o desarranhamento para o pagamento de etapas em dinheiro.

Art. 96. O Poder Executivo regulamentará a aplicação deste Capítulo.

CAPÍTULO V

Do Fardamento

Art. 97. O cadete, aspirante, aluno de Escola Preparatória de Cadetes ou Colégio Naval, aluno gratuito orfão de Colégio Militar e praças de graduação inferior a Terceiro-Sargento têm direito, por conta da União, a uniforme, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas pelos respectivos Ministérios.

Art. 98. O militar ao ser declarado Aspirante-a-Oficial ou Guarda-Marinha ou promovido a Terceiro-Sargento, faz jus a um auxílio para aquisição de uniformes no valor de 3 (três) vezes o soldo de sua graduação.

Parágrafo único. Idêntico direito assiste aos nomeados oficiais ou sargentos mediante habilitação em concurso e aos nomeados Capelães Militares.

Art. 99. Ao Oficial, Suboficial, Subtenente e Sargento que o requerer, quando promovido, será concedido um adiantamento correspondente ao valor de um soldo do novo posto ou graduação, para aquisição de uniforme.

§ 1º A concessão prevista neste artigo far-se-á mediante despacho em requerimento do militar ao seu comandante.

§ 2º Quando a promoção for ao primeiro posto de Oficial-General, o adiantamento a que se refere este artigo, será de 3 (três) vezes o valor do soldo.

§ 3º A reposição do adiantamento será feita mediante desconto mensal no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 4º O adiantamento referido neste artigo poderá ser requerido novamente se o militar permanecer mais de 4 (quatro) anos no mesmo posto ou graduação, podendo ser repetido em caso de promoção, desde que liquide o saldo devedor do que tenha recebido.

Art. 100. O militar que perder seus uniformes em qualquer sinistro havido em organização militar, ou em viagem a serviço, receberá um auxílio correspondente ao valor de até 3 (três) vezes o valor do soldo de seu posto ou graduação.

Parágrafo único. Ao comandante do militar prejudicado, por comunicação deste cabe providenciar sindicância e, em solução, determinar, se for o caso, o valor desse auxílio em função do prejuízo sofrido.

CAPÍTULO VI

Dos Serviços Reembolsáveis

Art. 101. Os Ministérios Militares assegurarão serviços reembolsáveis para o atendimento das necessidades em gêneros de alimentação, vestuário, utensílios, serviços de lavanderia, confecção e outros que se relacionem com as necessidades domésticas do militar, em localidades carentes de apoio social, quando for julgado de conveniência para seus integrantes.

Art. 102. Os órgãos responsáveis pela execução desses serviços são os reembolsáveis organizados em rede pelos Serviços de Intendência dos Ministérios Militares e com atividades em Regiões, Distritos ou Zonas.

TÍTULO V

Do Militar na Ativa em Serviço no Estrangeiro em Tempo de Paz

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 103. Considera-se em serviço no estrangeiro o militar em atividade fora do país, nomeado ou designado para desempenhar funções enquadradas em uma das missões seguintes:

1 — Missão Permanente:

a) ocupante de cargo, comissão ou função de natureza diplomática militar ou administrativa, de existência

permanente no exterior, assim definida em decreto do Poder Executivo:

b) integrante de contingente ou força em missão permanente no exterior;

2 — Missão Especial:

a) instrutor, monitor, estagiário ou aluno de estágios ou cursos no estrangeiro;

b) participantes de viagens ou cruzeiros de instrução;

c) integrante de tripulação, guarnição, contingente ou força em missão operativa ou de adestramento em país estrangeiro;

d) representante do Governo ou de Ministério Militar em missões de observação ou reuniões internacionais;

e) encarregado de missões especiais.

3 — Missão Transitória:

a) estagiário ou aluno de estágios ou cursos no estrangeiro;

b) membro de delegação, comitiva ou representação de natureza militar, técnico-científica ou desportiva;

c) integrante de tripulação, guarnição, contingente ou força em missão operativa ou de adestramento, em país estrangeiro;

d) encarregado de missões ocasionais.

§ 1º A missão permanente importa na mudança de sede do militar para o exterior; a missão especial poderá acarretá-la ou não e a missão transitória não desvincula o militar de sua sede no território nacional ou no navio, quando embarcado, por período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

§ 2º O ato oficial de designação do militar para serviço no estrangeiro enquadrará a missão que lhe for atribuída em uma das situações deste artigo e, no caso de missão especial, dirá se importa ou não em mudança de sede.

Art. 104. O militar em missão permanente ou especial no exterior percebe os vencimentos, indenizações e demais direitos previstos neste Código, pagos em moeda estrangeira observadas as prescrições deste Título.

Art. 105. O militar em missão transitória no exterior continua percebendo os vencimentos, indenizações e demais direitos em moeda nacional pela organização militar a que pertença.

Parágrafo único. Da regra deste artigo exclui-se o pagamento das diárias de alimentação e pousada, que será

feito em moeda estrangeira na forma prevista neste Título, quando couber.

Art. 106. Em casos especiais, o militar poderá ser designado pelo Presidente da República e Ministros Militares, para cumprir missões especiais no exterior sem ônus em moeda estrangeira, abonando-se-lhe em moeda nacional, os vencimentos, indenizações e outros direitos normais.

Parágrafo único. O militar designado para missão especial no exterior, de duração até 60 (sessenta) dias, sem mudança de sede do território nacional, terá direito a uma indenização diária, paga em moeda nacional, equivalente ao valor de um dia de soldo de seu posto ou graduação, quando as despesas com alojamento e alimentação forem asseguradas pela União."

Art. 107. O militar no exterior, em licença para aperfeiçoar conhecimentos técnicos ou realizar estudos por conta própria, perceberá, mensalmente, apenas o valor de um soldo de seu posto ou graduação, pago em moeda nacional no Brasil a procurador capaz.

Art. 108. O militar em missão oficial no exterior, vindo ao país em objeto de serviço ou em férias, continuará percebendo a sua remuneração em moeda estrangeira.

Art. 109. O pagamento em moeda estrangeira é devido a partir do dia em que o militar deixar a última localidade nacional e termina no dia em que deixar a última localidade estrangeira no regresso.

CAPÍTULO II

Dos Vencimentos

Art. 110. O militar no exterior, em missão que assegure o pagamento em moeda estrangeira, percebe os vencimentos a que faz jus pelo Título II deste Código, podendo ser os mesmos acrescidos de uma indenização especial de representação exterior a ser fixada, se for o caso, pelo respectivo Ministro Militar.

§ 1º A indenização de representação exterior tem por fim assegurar em moeda estrangeira níveis de vencimentos compatíveis com as missões e garantir a sua estabilidade em face das variações cambiais.

§ 2º O Poder Executivo, em decreto comum às Forças Armadas, baixará a tabela de vencimentos dos militares, em moeda estrangeira, constituida na forma deste artigo.

CAPÍTULO III

Das Indenizações

SEÇÃO I

Das Diárias

Art. 111. O militar, em missão official permanente ou especial, com sede no exterior quando se afastar de sua sede em objeto de serviço, perceberá diárias de alimentação e de pensada, em moeda estrangeira, nos valores fixados na tabela referida no artigo anterior.

Parágrafo único. Perceberá as diárias deste artigo, o militar no exterior, quando em missão especial que não acarrete mudança de sede no território nacional ou quando, em missão transitória desde que não tenha alojamento e alimentação por conta da União e que não esteja na situação do artigo 106.

SEÇÃO II

Da Ajuda de Custo

Art. 112. O militar, nomeado ou designado para missão permanente ou para missão especial com mudança de sede para o exterior, faz jus a ajuda de custo, em conformidade com o estabelecido nos artigos 44 a 50 deste Código, paga em moeda estrangeira, nos valores fixados na tabela de que trata o artigo 110.

Parágrafo único. É facultado ao militar receber, em moeda nacional no Brasil, a metade da ajuda de custo a que tenha direito.

Art. 113. É concedida ajuda de custo idêntica à da ida, paga em moeda estrangeira, ao militar que regressar ao país por término da missão official de duração superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Igual direito é assegurado ao militar que regressar ao país, antes do prazo mencionado, de missão prevista para mais de 6 (seis) meses, por motivo alheio à sua vontade.

Art. 114. No caso de falecimento do militar em missão no exterior, a ajuda de custo de regresso se trans-

fere aos dependentes a quem será paga ao regressarem ao país.

Parágrafo único. Permanecendo os dependentes no exterior, decorridos 6 (seis) meses do falecimento do militar, extingue-se o direito de que trata este artigo.

Art. 115. O militar em missão permanente ou especial com sede no exterior, que receba ordem para mudar sede no estrangeiro, receberá a ajuda de custo de que trata o artigo 112.

SEÇÃO III

Outras Disposições

Art. 116. São assegurados aos militares em missão no exterior os direitos estabelecidos nos artigos 51 e 60 a 100 deste Código, quando aplicáveis.

Parágrafo único. O Salário-Família é integralmente pago em moeda estrangeira, quer no mês da partida, quer no de regresso do militar.

TÍTULO VI

Do Militar em Campanha, no País e no Exterior

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 117. Ao militar em campanha, no país ou no exterior, aplicam-se, no que couberem as disposições dos artigos 1º a 116 deste Código observadas as prescrições deste Título.

Parágrafo único. Quando um contingente ou Força Brasileira estiver no exterior em cumprimento de compromissos internacionais de caráter pacífico, que venham a evoluir para situação de beligerância reconhecida em ato do Poder Executivo, os seus integrantes passarão a ser remunerados segundo o estabelecido neste Título a contar da data fixada naquele ato.

CAPÍTULO II

Do Abono e da Gratificação em Campanha

Art. 118. Ao militar que seguir para um teatro de operações, e enquanto

nêe efetivamente permanecer, além dos vencimentos normais, será devido:

- 1 — Abono de Campanha;
- 2 — Gratificação de Campanha.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Título consideram-se teatros de operações as áreas geográficas como tais definidas e delimitadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 119. O pagamento ao militar empenhado em teatro de operações situado fora do território nacional processa-se da forma seguinte:

1 — Vencimentos e Salário-Família: pagos em moeda nacional a pessoa ou à instituição que o interessado nomear;

2 — Abono de Campanha: pago em moeda nacional ao próprio militar;

3 — Gratificação de Campanha: paga em moeda estrangeira, conforme for regulado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os descontos a que estiver sujeito o militar serão deduzidos da parcela paga no país em moeda nacional.

Art. 120. O militar considerado desaparecido ou extraviado, prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, terá os vencimentos pagos aos herdeiros com direito à sua pensão militar.

§ 1º No caso do militar desaparecido ou extraviado decorridos 6 (seis) meses far-se-á habilitação dos herdeiros, na forma da lei cessando o pagamento dos vencimentos.

§ 2º Verificando-se o reaparecimento do militar e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre o montante de vencimentos a que faria jus se tivesse permanecido em serviço, e a pensão recebida pelos herdeiros.

SEÇÃO I

Do Abono de Campanha

Art. 121. O Abono de Campanha é igual ao valor do soldo do posto ou graduação do militar e é concedido apenas uma vez durante todo o curso das operações.

Parágrafo único. O Abono de Campanha é pago ao deslocar-se o militar para um teatro de operações ou ao se iniciarem as hostilidades, para os que nêe já se encontrem.

SEÇÃO II

Da Gratificação de Campanha

Art. 122. A Gratificação de Campanha é concedida mensalmente ao militar que permanecer no teatro de operações e tem o valor do soldo do seu posto ou graduação.

§ 1º A Gratificação de Campanha é paga a contar da data em que o militar seguir para o teatro de operações ou daquela em que começarem as hostilidades, quando nêe já se encontrar.

§ 2º O direito à gratificação cêste artigo cessa na data do término das hostilidades, reconhecido eu ato do Poder Executivo, ou da retirada do militar do teatro de operações.

Art. 123. O militar baixado a hospital em consequência de ferimento ou enfermidade contrada em campanha, continuará recebendo a Gratificação de Campanha durante todo o tempo em que estiver hospitalizado ou licenciado por tal motivo enquanto perdurar o estado de guerra.

Art. 124. O Suboficial, Subtenente ou Sargento em operações de guerra que, designado pelo Comandante da Força, desempenhar funções de oficial, faz jus aos vencimentos e gratificações de campanha do posto cujas funções exercer.

Art. 125. O militar, servindo em navio de guerra que for recolhido a porto, fora do teatro de operações, para execução de reparos, continuará percebendo a gratificação de campanha nas condições abaixo:

1 — Até 30 (trinta) dias, para execução de reparos destinados à manutenção de eficiência do navio;

2 — Até 60 (sessenta) dias, para reparos de avarias sofridas em combate por ação do inimigo.

TÍTULO VII

Do Militar na Inatividade

CAPÍTULO I

Da Remuneração

Art. 126. O militar na inatividade remunerada, satisfeitas as condições estabelecidas neste Título, faz jus:

- 1 — Aos Proventos;
- 2 — Ao Auxílio-Invalidez;
- 3 — Ao Adicional de Inatividade.

Parágrafo único. São extensivos ao militar na inatividade remunerada no que lhe for aplicável, os direitos constantes dos artigos 75 a 89, 101 e 102 deste Código.

CAPÍTULO II

Dos Proventos

Art. 127. Proventos são o quantitativo em dinheiro que o militar percebe na inatividade, quer na reserva remunerada quer na situação de reformado constituídos pelas seguintes parcelas:

- 1 — Sólido ou Cotas de Sólido;
- 2 — Gratificações e Indenização incorporáveis.

Art. 128. Os proventos são revistos sempre que por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda são modificados os vencimentos do militar em serviço ativo.

SEÇÃO I

Do Direito à Percepção

Art. 129. Os proventos são devidos ao militar na inatividade remunerada, quando deixar efetivamente o exercício do serviço ativo em virtude de:

- 1 — Transferência para a reserva remunerada;
- 2 — Reforma;
- 3 — Dispensa de cargo, comissão ou função para que tenha sido convocado ou designado quando já se encontrava na reserva remunerada.

Parágrafo único. O militar a que trata este artigo continuará a perceber os vencimentos, até a publicação de seu desligamento no boletim interno de sua organização militar, o que não poderá exceder de 45 (quarenta e cinco) dias à data da publicação oficial do respectivo ato de transferência para a reserva remunerada, reforma ou dispensa.

Art. 130. Suspende-se, temporariamente o direito do militar à percepção dos proventos na data da sua apresentação à organização militar competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função nas Forças Armadas.

Art. 131. Cessa o direito à percepção dos proventos na data:

- 1 — Do óbito;
- 2 — Da sentença passada em julgado, para o oficial, por crime que o prive do posto e patente; e, para a praça, por crime que implique na sua exclusão ou expulsão das Forças Armadas.

Art. 132. Na apostila de proventos será observado o disposto nos artigos 133 a 139 e 143.

SEÇÃO II

Do Sólido e das Cotas de Sólido

Art. 133. O sólido constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o militar na inatividade sendo o seu valor igual ao estabelecido para o sólido do militar da ativa de mesmo posto ou graduação.

Parágrafo único. Para efeito de cálculos, o sólido dividir-se-á em cotas de sólido correspondendo cada uma a um trigésimo do seu valor.

Art. 134. Por ocasião de sua passagem para a inatividade o militar tem direito a tantas cotas de sólido quantos forem os anos de serviço, computáveis para a inatividade, até o máximo de 30 (trinta) anos.

Parágrafo único. Para efeito de contagem destas cotas, a fração do tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada como um ano.

Art. 135. O oficial que contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando transferido para a inatividade terá o cálculo de seus proventos referido ao sólido do posto imediatamente superior, de acordo com os artigos 134 e 138 deste Título se em seu Quadro ou Corpo existir em tempo de paz, posto superior ao seu.

§ 1º O oficial nas condições deste artigo, se ocupante do último posto da hierarquia militar de seu Quadro ou Corpo na ativa, em tempo de paz terá o cálculo dos proventos referido ao sólido do seu próprio posto aumentado de 20% (vinte por cento).

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos oficiais do Quadro de Magistério Militar quando passarem da situação de reserva para a de reformado.

Art. 136. O Suboficial ou Subtenente quando transferido para a reserva, terá o cálculo de seus proventos referido ao soldo de Segundo-Tenente, desde que conte mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

Art. 137. As demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço ao serem transferidas para a reserva, terão o cálculo dos seus proventos referido ao soldo da graduação imediatamente superior à que possuíam no serviço ativo.

SEÇÃO III

Das Gratificações e Indenização Incorporáveis

Art. 138. São consideradas Gratificações e Indenização incorporáveis:

- 1 — Gratificação de Tempo de Serviço;
- 2 — Gratificação de Função Militar — Categoria I;
- 3 — Indenização de Compensação Orgânica, na forma estabelecida nos artigos 64 a 72 e 173 deste Código

Parágrafo único. A "base de cálculo" para o pagamento das gratificações previstas neste artigo, dos auxílios e de outros direitos dos militares na inatividade remunerada será o valor do soldo ou das cotas de soldo.

SEÇÃO IV

Das Incapacitados

Art. 139. O militar incapacitado terá seus proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado na forma da legislação em vigor, e as gratificações e indenizações incorporáveis a que tiver jus quando reformado pelos seguintes motivos:

- 1 — Ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas situações ou que neias tenham sua causa eficiente;
- 2 — acidente em serviço;
- 3 — doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com o serviço;
- 4 — por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o militar total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 1º A Indenização de Compensação Orgânica de que trata o artigo 138, para os fins deste artigo, é calculada em seu valor máximo.

§ 2º Não se aplicam as disposições do presente artigo ao militar que já na situação de inatividade, adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por junta médica militar, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo.

Art. 140. O militar, reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressalvados os casos do item 4 do artigo 139, perceberá os proventos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade, observadas as condições estabelecidas nos artigos 133 e 138 deste Código.

Parágrafo único. O militar de que trata este artigo não pode receber, como proventos, quantia inferior ao soldo do posto ou graduação da ativa, atingido na inatividade para fins de remuneração.

CAPÍTULO III

Do Auxílio-Invalidez

Art. 141. O militar em atividade, inclusive o de que trata o artigo 143, deste Código, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item 4 do artigo 139, ao passar para a inatividade, terá direito a um Auxílio-Invalidez no valor de 20% (vinte por cento) da "base de cálculo" de que trata o artigo 138 desde que seja considerado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e sem possibilidade de prover os meios de sua subsistência.

§ 1º Faz jus ao mesmo benefício o militar enquadrado nos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1946, desde que julgado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e definitivamente incapaz para o Serviço Militar.

§ 2º Para continuidade do direito ao recebimento do Auxílio-Invalidez o militar ficará sujeito a apresentar, anualmente, declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada, pública ou privada e a critério

da administração, a submeter-se, periodicamente, a inspeção de saúde de controle. No caso de oficial mentalmente enfermo ou de praça, aquela declaração deverá ser firmada por dois oficiais da ativa das Forças Armadas.

§ 3º O Auxílio-Invalidez será suspenso automaticamente, pela autoridade competente, se for verificado que o militar nas condições deste artigo exerça ou tenha exercido, após o recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se for julgado apto em inspeção de saúde, a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º O Auxílio-Invalidez não poderá ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.

CAPÍTULO IV

Do Adicional de Inatividade

Art. 142. O adicional de que trata o item 3 do artigo 126 é calculado mensalmente sobre o respectivo provento e em função do tempo de serviço efetivamente prestado, nas seguintes condições:

1 — de 20% (vinte por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 40 (quarenta) anos;

2 — de 15% (quinze por cento), quando o tempo de efetivo serviço computado for de 35% (trinta e cinco) anos;

3 — de 10% (dez por cento) quando o tempo de efetivo serviço computado for de 30 (trinta) anos.

CAPÍTULO I

Das Situações Especiais

Art. 143. O militar da reserva que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função nas Forças Armadas, perceberá os vencimentos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à organização militar competente, perdendo a partir dessa data, o direito aos proventos.

§ 1º Por ocasião da apresentação para o serviço ativo, o militar terá direito a um auxílio, para compra de

uniformes, correspondente ao valor do soldo de seu posto ou graduação.

§ 2º O militar de que trata este artigo, ao retornar à inatividade, terá seus proventos recalculados em função de novo cômputo de tempo de serviço e das novas situações alcançadas pelas atividades que exerceu, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 144. Não estão compreendidos nas disposições do artigo 134 os militares amparados por legislação especial que lhes assegura, por ocasião da passagem para a inatividade, soldo, gratificações ou vencimentos integrais do posto ou graduação a que eles fazem jus, efetivamente, na inatividade.

Art. 145. O militar, reformado com fundamento no Decreto-lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1946, terá o cálculo de seus proventos referido ao soldo do posto ou graduação a que ele faz jus, efetivamente, na inatividade.

Parágrafo único. O militar de que trata este artigo terá ainda, quando for o caso, seus proventos acrescidos da quantia equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da "base de cálculo" prevista no artigo 138.

Art. 146. O militar que reverter ao serviço ativo, e for reincluído ou reabilitado, faz jus aos vencimentos, na forma estipulada neste Código, para as situações equivalentes, na conformidade do que for estabelecido no ato de reversão, reinclusão ou reabilitação.

Parágrafo único. Se o militar fizer jus a pagamentos relativos a períodos anteriores à data da reversão, reinclusão ou reabilitação, receberá a diferença entre a importância apurada no ato de ajuste de contas e a recebida dos cofres públicos a título de vencimentos, proventos, pensão, remuneração, salário ou vantagem, nos mesmos períodos.

Art. 147. No caso de reversão ou reinclusão com ressarcimento pecuniário, o militar indenizará os cofres públicos, mediante encontro de contas, das quantias que tenham sido pagas à sua família a título de pensão militar.

Art. 148. Aplicam-se as disposições deste Título ao militar da reserva não remunerada que, convocado para o

serviço ativo, fôr reformado em consequência dos motivos constantes do artigo 139 d'este Código.

TÍTULO VIII

Dos Descontos em Fôlha de Pagamento

CAPÍTULO I

Dos Descontos

Art. 149. Desconto em fôlha é o abatimento que, na forma d'este Título, pode o militar sofrer em uma fração de vencimentos ou proventos para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposições de lei ou regulamento.

Art. 150. Para os efeitos de descontos em fôlha de pagamento do militar, são consideradas as seguintes importâncias mensais, denominadas "bases para desconto":

1 — o soldo do posto ou graduação efetiva acrescido das gratificações de tempo de serviço e de função militar — Categoria I, para o militar da ativa;

2 — os proventos, para o militar da reserva remunerada ou reformado.

Art. 151. Os descontos em fôlha são classificados em:

1 — Contribuições para:

a) a Pensão Militar;
b) a Fazenda Nacional quando fixada em lei.

2 — Indenizações para:

a) a Fazenda Nacional, decorrente de dívida;
b) o pagamento de próprio nacional;

3 — Consignações para:

a) pagamento por transações comerciais feitas através dos reembolsáveis militares conforme o regulamento para cada Ministério;

b) pagamento de mensalidade social pecúlio empréstimo, seguro ou pensão, a favor das entidades consideradas consignatárias, na forma a ser estabelecida na conformidade do art. 159;

c) cumprimento de sentença judicial para manutenção da família;

d) os serviços de assistência social dos ministérios militares;

e) pagamento da indenização prevista no. artigos 62 e 63;

f) pagamento de aluguel de casa para residência de consignante;

g. outros fins do interesse de cada Ministério Militar, e determinados por ato do respectivo Ministro.

Art. 152. Os descontos em fôlha descritos no artigo anterior são ainda:

1 — Obrigatórios:

— os constantes dos itens 1 e 2, letras c e e do item 3 do artigo precedente

2 — Autorizados:

— os demais descontos mencionados no item 3 do artigo anterior.

Parágrafo único. Os Ministros Militares regulamentarão os descontos previstos no item 2 d'este artigo.

CAPÍTULO II

Dos Consignantes

Art. 153. Podem ser consignantes o Oficial, Aspirante-a-Oficial, Guarda-Marinha, Suboficial, Subtenente, Sargento, bem como Cabo, Taifeiro e Marinheiro com mais de 5 (cinco) anos de serviço da ativa, da reserva remunerada ou reformado.

CAPÍTULO III

Dos Limites

Art. 154. Para os descontos em fôlha a que se refere o Capítulo I d'este Título são estabelecidos os seguintes limites, relativos às "bases para desconto" definidos no artigo 150:

1 — quando determinados por lei ou regulamento: quantia estipulada nesses atos.

2 — 70% (setenta por cento): para os descontos previstos nas letras c e e do item 3 do art. 151;

3 — a/c 30% (trinta por cento): para os demais, não enquadrados nos itens anteriores.

Art. 155. Em nenhuma hipótese o consignante poderá receber em fôlha de pagamento a quantia líquida inferior a 30% (trinta por cento) das bases estabelecidas no artigo 150, mesmo nos casos de privação das gratificações.

Art. 156. Os descontos obrigatórios tem prioridade sobre os autorizados.

§ 1.º. A importância devida à Fazenda Nacional ou à pensão judicial, superveniente e averbações já existentes será obrigatoriamente descontado dentro dos limites estabelecidos nos artigos 154 e 155.

§ 2.º. Nas reduções dos descontos autorizados que se fizerem necessários para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, serão assegurados aos consignatários os juros de mora, as taxas legais vigentes, decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3.º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido novo desconto autorizado quando este estiver dentro dos limites fixados neste Capítulo.

Art. 157. O desconto originado de crime previsto no Código Penal Militar não impede que, por decisão judicial a autoridade competente proceda a buscas, apreensões legais, confisco de bens e seqüestros no sentido de abreviar o prazo de indenização à Fazenda Nacional.

Art. 158. A dívida para com a Fazenda Nacional, no caso do militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrada, de preferência por meios amigáveis, e na impossibilidade de dêsses pelo recurso ao processo de cobrança executiva, na forma da legislação fiscal referente à Dívida Ativa da União.

CAPÍTULO IV

Das Consignatários

Art. 159. O Poder Executivo especificará as entidades que devam ser consideradas consignatárias para efeito deste Código.

TÍTULO IX

Disposições Diversas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 160. A aplicação deste Código é comum às Forças Armadas (Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar).

Art. 161. O valor do soldo será fixado, para cada posto ou graduação, com base no soldo do posto de General-de-Exército ou equivalente, observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical anexa a este Código.

Parágrafo único. A tabela de soldo, resultante aplicação do Escalonamento Vertical, deverá ser constituída por valores arredondados de múltiplos de 50 (trinta).

Art. 162. Qualquer que seja o mês considerado, o cálculo parcelado de vencimentos e indenizações terá o divisor igual a 30 (trinta).

Parágrafo único. O Salário-Família é sempre pago integralmente.

Art. 163. O militar transferido perceberá adiantadamente, se for o caso, pela organização militar de origem, os vencimentos, indenizações e Salário-Família correspondentes ao mês da data do ajuste de contas.

§ 1.º. Após o ajuste de contas nenhum pagamento será feito ao militar pela organização de origem, salvo quando o embarque for sustado por ordem superior, caso em que voltará à situação anterior ao ajuste de contas, para efeito de pagamento.

§ 2.º. Na organização militar de destino será realizado o acerto das diferenças acaso verificadas no pagamento realizado na organização militar de origem.

Art. 164. São considerados dependentes do militar para os efeitos deste Código desde que vivam a suas expensas sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na organização militar competente:

- 1 — esposa;
- 2 — filha e enteada solteiras,
- 3 — filha e enteada viúvas, desquitada ou separadas, desde que não recebam remuneração;
- 4 — filho e enteado menores de 24 anos desde que não recebam remuneração;
- 5 — mãe e sogras viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas desde que não recebam remuneração;
- 6 — madrastas viúvas separadas ou desquitadas desde que não receba remuneração;
- 7 — avós, pais, filho, irmão e irmã quando inválidos;
- 8 — pai maior de 55 anos, desde que não receba remuneração;

9 — irmão e irmã menores, órfãos sem outro arrimo;

10 — pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica no mínimo há cinco anos, comprovados mediante justificação judicial.

Parágrafo único. Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva de militar enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados neste artigo desde que vivam sob a responsabilidade da viúva.

Art. 165. São também considerados dependentes do militar exclusivamente para efeito de concessão de Ajuda de Custo, Moradia e Transporte, desde que vivam sob sua exclusiva dependência econômica, sob o mesmo teto, não percebam comprovadamente nenhuma remuneração e estejam declarados na organização militar competente:

1 — irmã, tutelada, cunhada e sobrinha, desde que solteiras, viúvas separadas ou desquitadas;

2 — irmão, quando menor de 18 (dezoito) anos;

3 — tutelado cunhado e sobrinho, quando menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos;

4 — neto órfão, se menor ou inválido.

Art. 166. Os vencimentos ou os proventos devidos ao militar falecido serão calculados até o dia do óbito inclusive, e pagos àqueles constantes da declaração de herdeiros habilitados.

Parágrafo único. Para fins de cálculo do valor do auxílio-funeral para os inativos será considerado como posto ou graduação do militar na inatividade, o correspondente ao soldo que serviu de referência para o cálculo de seus proventos.

CAPÍTULO II

Disposições Especiais

Art. 167. Os Ministros Militares do Superior Tribunal Militar terão vencimentos fixados em legislação especial.

Art. 168. É facultado ao militar da reserva não remunerada, que for servidor federal, estadual, municipal ou territorial, quando convocado ou designado para estágio regulamen-

tar, para períodos de instrução ou de manobra e, ainda, para fins de promoção, optar pelos vencimentos, remuneração ou salário a que tiver direito como civil.

Parágrafo único. Essa opção é extensiva ao servidor das organizações ou entidades que exerçam atividades por delegação do Poder Público ou sejam por este mantidas ou administradas.

Art. 169. Aos militares que participarem de trabalhos de construção de estradas e obras públicas, mapeamentos e levantamento cartográfico e hidrográfico, poderão ser atribuídas gratificações "pro-labore" na forma que for estabelecida em convênio com os Ministérios interessados nos referidos trabalhos, à conta dos recursos destinados aos mesmos.

Art. 170. Os oficiais professores do magistério militar superior e secundários terão os mesmos vencimentos, indenizações e demais direitos concedidos aos oficiais da ativa do mesmo posto, salvo as exceções deste Código.

Art. 171. Aplicam-se ao militar na ativa que opera com raios-X e substâncias radioativas as disposições da Lei nº 1.234 de 14 de novembro de 1950.

Art. 172. É assegurado ao militar que faz jus à gratificação prevista no artigo anterior, o pagamento definitivo dessa gratificação, por cotas correspondentes aos anos de efetivo desempenho em raios-X e substâncias radioativas, observadas as disposições seguintes:

1 — o direito à percepção de cada cota é adquirido ao fim de um ano de desempenho na função considerada.

2 — o valor de cada cota é igual a 1/10 da gratificação integral correspondente ao último posto ou graduação em que o militar exerceu a referida atividade;

3 — para fins deste artigo, o número de cotas abonadas a um mesmo militar não poderá exceder de 10 (dez);

4 — o militar reformado por inexistência contrária no exercício da referida função terá assegurado na inatividade o pagamento definitivo da gratificação de que trata este artigo, pelo seu valor integral dispensadas outras considerações;

5 — a gratificação de que trata este artigo não é acumulável com a indenização prevista no art. 64.

Art. 175. Ao militar que não assiste o direito à indenização e a Gratificação de que tratam os artigos 64 e 172 deste Código quando embarvado em avião militar e em objeto de serviço, por ordem de autoridade competente e for vítima de acidente aéreo que resulte em sua invalidez ou incapacidade física definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas, será devida a indenização de Compensação Orgânica na forma do § 1º do artigo 139.

CAPÍTULO III

Das Disposições Transitórias

Art. 174. A diária de asilado a que se referem os arts. 149 e 153, da Lei nº 4.328 de 30 de abril de 1964, continuará sendo devida apenas as praças asiladas remanescentes e seus herdeiros, que já estejam em gozo deste benefício na data da publicação deste decreto-lei atendidas as seguintes prescrições:

1 — as praças asiladas, residentes ou não no Asilo no valor da metade da diária de alimentação, prevista no art. 45 deste Código e no valor integral da referida diária caso o asilado seja portador de doença contagiosa incurável;

2 — à esposa do asilado, aquartelado ou não casada antes da invalidez do marido, no mesmo valor da atribuída ao cônjuge, se a inclusão no Asilo for anterior às instruções aprovadas pelo Decreto nº 2.774 de 20 de junho de 1938, sendo-lhe devida essa diária, ainda que lhe sobrevenha o estado de viuvez;

3 — ao filho mais velho do asilado, no mesmo valor no período compreendido de 2 (dois) aos 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que o asilado tenha casado antes da invalidez e da inclusão no Asilo, antes das instruções citadas no item anterior; permanece assegurada, neste caso, a sucessão *ex officio* desta diária a outro filho menor de 16 (dezesesseis) anos, caso exista;

4 — caso o asilado possua 2 (dois) filhos, com idade entre 2 (dois) e 16 (dezesesseis) anos, terá direito a mais uma das citadas diárias de asilado, até que o mais velho complete 16 (dezesesseis) anos.

Art. 175. A diária do asilado é devida na base de 30 (trinta) dias por mês qualquer que seja o número de dias do mês considerado, não constitui provento e nem está sujeita a desconto de qualquer natureza.

Art. 176. Aos militares da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal pagos pelos cofres da União, aplicam-se as disposições deste Código em tudo o que lhes couber e até que lei especial venha regular seus vencimentos.

§ 1º. Para os efeitos de enquadramento na Tabela de Escalonamento Vertical citada no art. 161, as praças das corporações referidas neste artigo são assim equiparadas:

a) cabo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ao cabo engajado;

b) soldado com curso policial (PM) e soldado bombeiro (CB) ao marinheiro especializado;

c) soldado sem curso policial (PM) e soldado bombeiro (CB) de 2ª classe ao cabo não engajado.

§ 2º. Quaisquer quantias recebidas de outras entidades públicas às quais estiverem servindo, por militares enquadrados neste artigo, serão obrigatória e mensalmente declaradas, a fim de serem deduzidas dos vencimentos a que fizeram jus de acordo com este Código, de forma a não perceberem nas cumulativamente.

§ 3º. As disposições deste Código são extensivas aos remanescentes reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre.

Art. 177. Os proventos de oficial general quando na inatividade no posto de marechal ou equivalente, serão calculados tomando-se como base o soldo correspondente ao posto de general de exército acrescido de 20% (vinte por cento), observadas as disposições do art. 138 deste Código.

Art. 178. O militar que já tenha completado os quinquênios de que trata o artigo 20, faz jus a contar da data da vigência deste decreto-lei à gratificação de tempo de serviço correspondente aos quinquênios efetivamente cumpridos, sem direito à retroatividade.

Art. 179. Ao militar que já se encontre na reserva remunerada ou reformado na data da vigência deste decreto-lei, é devida a gratificação a que se refere o artigo 22 deste Código, sem direito, entretanto, à per-

cepção de atrasados, desde que tenha realizado com aproveitamento, quando em atividade, um dos cursos militares.

Art. 180. Os proventos do pessoal que se encontrava na inatividade a 31 de dezembro de 1968, serão reajustados tendo por "base de cálculo" os valores do soldo, resultante da aplicação dos artigos 1º e 2º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968, correspondente ao respectivo posto ou graduação a contar da data da publicação deste decreto-lei, sem direito a reatividade.

§ 1º. No reajustamento desses proventos, observar-se-á o disposto nos arts. 133 a 138 deste Código ficando abolida a parcela correspondente a Gratificação de Função Militar Categoria "A" de acordo com o art. 2º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

§ 2º. Com a aplicação do disposto neste artigo ficam revogados o art. 4º e seu Parágrafo único da Lei número 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

§ 3º. Os militares que estiverem em gozo de gratificações não previstas neste Código, resultante de sentenças judiciais, deverão optar entre a situação definida neste Código e a anterior. Os que não o fizerem dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência deste decreto-lei terão a sua remuneração regulada pelos dispositivos deste Código.

Art. 161. O militar que já se encontra na reserva remunerada ou reformado na data da publicação deste decreto-lei e que na ativa tenha prestado serviço efetivo de raios-X e substâncias radioativas, durante 10 (dez) anos consecutivos ou não, faz jus na inatividade ao pagamento definitivo da gratificação prevista no art. 171 deste Código, observadas as prescrições do art. 172 desde que conste nos seus assentamentos o devido registro.

Art. 182. O militar que se encontra reformado na data da publicação deste decreto-lei e que vinha percebendo a diária de que tratava o art. 148 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, ora revogada, e que passou a denominar-se auxílio-invalidez, continuará percebendo-a desde que cumprida a exigência do § 2º do art. 141 deste Código.

Art. 183. Em qualquer hipótese e militar que em virtude da aplicação deste decreto-lei venha a fazer jus mensalmente, a um total de vencimentos ou proventos inferior ao que vinha recebendo terá direito a um complemento igual ao valor de diferença encontrada.

§ 1º. O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente até a sua completa extinção, em face dos futuros reajustamentos de soldo, promoções ou novas condições alcançadas.

§ 2º. Permanece o direito à percepção do complemento previsto no artigo 180, letra a, da Lei nº 4.328 de 1964, nos casos em que, face aos aumentos havidos a partir daquela Lei, as diferenças decorrentes da transformação da antiga gratificação da categoria "C" não tenha sido extinta.

Art. 184. Fica assegurado aos militares amparados pelo artigo 64 o cômputo, para os fins do artigo 69, das provas aéreas, missões, planos de provas ou exercícios efetivamente realizados anteriormente à vigência deste Código.

Art. 185. O militar enquadrado no artigo 64 e que não satisfaça as condições de que trata o artigo 69, quando realizar vãos em objeto de serviço por ordem de autoridade competente, fará jus, apenas para fins de pagamento definitivo na inatividade à Indenização de Compensação Orgânica, calculada pela metade do seu valor.

§ 1º. Para fins de pagamento definitivo na inatividade, os tempos de voo, de que trate este artigo, serão computados num total de horas de voo igual à metade do estabelecido para os militares de que trata o artigo 69, e registrados em caderneta própria ou no assentamento do militar conforme for determinado em cada Ministério.

§ 2º. A Indenização de que trata este artigo não é acumulável com a prevista no artigo 173 deste Código.

Art. 186. O militar enquadrado no artigo anterior terá direito ao pagamento definitivo, na inatividade, de um número de cotas da Indenização

de Compensação Orgânica Igual ao quociente obtido pela seguinte divisão:

— dividendo: o número de horas totalizadas como é determinado no § 1º do artigo anterior;

— divisor: o número de horas de voo que tenha sido estabelecido, como exigência mínima, no plano de provas em vigor, quando cumprir sua última atividade de voo;

— quociente: o número de cotas a que tem direito, para pagamento definitivo na inatividade, de conformidade com o artigo 185, sendo desprezado o que exceder de 10 (dez) cotas.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, as frações iguais ou superiores a cinco décimos serão aumentadas para a unidade e as inferiores àquele limite serão desprezadas.

Art. 187. Fica assegurado ao militar, à época de sua transferência para a reserva remunerada, ou reforma o direito ao pagamento definitivo na inatividade, das cotas totalizadas até o ano de 1966, inclusive, de acordo com a letra b do artigo 17 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e nos termos deste artigo, a partir de 1º de janeiro de 1967.

Art. 188. Continuam em vigor o Decreto nº 54.301, de 24 de setembro de 1964 e o Decreto nº 55.619, de 22 de janeiro de 1965, que tratam do Sistema de Crédito em Conta-Corrente Bancária e do Transporte de Militares, até que sejam reformulados pelo Poder Executivo.

Art. 189. As gratificações e indenizações previstas neste Código ficam excluídas do limite estipulado no artigo 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 190. Os integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares não podem perceber, sob qualquer título, retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército as sorvidas, por ocasião de futuros aumentos, as diferenças para mais atuais existentes.

Art. 191. A Tabela de Sólido para o cálculo de vencimentos, indenizações e outros direitos estipulados neste Código, é a resultante da aplicação dos artigos 1º e 2º da Lei número 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 192. O valor do sólido do posto de General-de-Exército ou equivalente, para aplicação da Tabela de Escalonamento Vertical, de que trata o artigo 161, é o fixado na Tabela de Sólido referida no artigo anterior, acrescido de 15% (quinze por cento).

Art. 193. Na aplicação do disposto no artigo 135 e seu § 1º, para o militar beneficiado por uma ou mais Leis nº 388, de 8 de junho de 1948, nº 616, de 2 de fevereiro de 1949, número 1.156, de 12 de junho de 1950 e 1.267, de 2 de dezembro de 1950, e que, em virtude de disposições da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, não mais faz jus a promoção prevista nas mencionadas Leis, será considerado como base para o cálculo dos proventos o sólido do posto ou graduação a que seria previamente promovido.

Parágrafo único. Se o militar de que trata este artigo estiver amparado pelo disposto no artigo 177 terá seus proventos acrescidos de 20% (vinte por cento).

Art. 194. Fica assegurado o pagamento das diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, observada a legislação própria.

Art. 195. Fica aberto no Ministério da Fazenda o crédito suplementar de RCr\$ 45.000.000.00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros novos) para atender às despesas com a aplicação deste Código.

Art. 196. Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei serão atendidos de acordo com o disposto no artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 197. Este Decreto-lei entra em vigor a contar de 1º de agosto de 1969, salvo quanto ao artigo 161 que terá vigência a partir de 1º de janeiro de 1970.

Art. 198. Ficam revogadas a Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e todas as disposições que contrariem matéria regulada neste Código.

Brasília, 4 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
Antônio Delfim Netto
Márcio de Souza e Mello

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL
(Artigo 161 do C V M)

PÔSTO OU GRADUAÇÃO	ÍNDICE
1. <i>Oficiais-Generais</i>	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército, Tenente-Brigadeiro	100
Vice-Almirante, General-de-Divisão, Major-Brigadeiro	94
Contra-Almirante, General-de-Brigada, Brigadeiro	88
2. <i>Oficiais Superiores</i>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra, Coronel	80
Capitão-de-Fragata, Tenente-Coronel	76
Capitão-de-Corveta, Major	72
3. <i>Capitães</i>	
Capitão-Tenente, Capitão	64
4. <i>Oficiais Subalternos</i>	
Primeiro-Tenente	55
Segundo-Tenente	50
5. <i>Praças Especiais e Alunos</i>	
Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial	46
Aspirante, Cadete (último ano)	13
Aspirante, Cadete (demais anos)	8
Aluno EFARM, CPOR, NPOR	8
Aluno EFS	6
Aluno Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes (último ano)	5
Aluno Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes (demais anos)	4
Aprendiz-Marinheiro	2
6. <i>Praças Graduadas</i>	
Suboficial, Subtenente	46
Primeiro-Sargento	43
Segundo-Sargento	37
Terceiro-Sargento	34
Cabo (engajado)	24
Cabo (não engajado)	9
7. <i>Demais Praças</i>	
Marinheiro, Soldado, Soldado Fuzileiro Naval (especializados, cursados e engajados)	17
Marinheiro ou Soldado Fuzileiro Naval (não especializados) e soldado de 1ª Classe da Aeronáutica	14
Soldado Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe	17
Soldado Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe	12
Soldado Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	9
Soldado, Soldado de 2ª Classe da Aeronáutica (engajados)	9
Soldado Recruta, Conscrito, Soldado, Soldado de 2ª Classe da Aeronáutica (não engajados)	4
Grumete	5
8. <i>Taifeiros</i>	
Taifeiro-Mór	28
Taifeiro de Primeira Classe	26
Taifeiro de Segunda Classe	25

DECRETO-LEI Nº 729 — DE 4 DE
AGOSTO DE 1969

*Transfere cargos do Ministério da
Justiça para o Ministério da Ma-
rinha.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º — Ficam transferidos, com os respectivos ocupantes, Laura Mendes da Silva e Maria Terezinha Ramos da Silva, dois (2) cargos da classe B nível 14, da Série de Classes de Auxiliar de Enfermagem, P-1701.14, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, para idênticos Parte e Quadro do Ministério da Marinha.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünnewald*

DECRETO-LEI Nº 730 — DE 5 DE
AGOSTO DE 1969

*Dispõe sobre o Conselho de Política
Aduaneira e dá outras providências*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ao Conselho de Política Aduaneira, instituído pela Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, compete a formulação das diretrizes básicas da política tarifária no campo das importações, visando a adaptar o mecanismo aduaneiro às necessidades do desenvolvimento econômico e à proteção do trabalho nacional, respeitadas as atribuições legais do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Comércio Exterior.

Art. 2º O Conselho de Política Aduaneira será presidido pelo Minis-

tro da Fazenda ou, nos seus impedimentos, pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Parágrafo único. Farão parte do Conselho de Política Aduaneira outros Ministros de Estado, dirigentes de órgãos e entidades públicas, bem como representantes das classes produtoras e dos trabalhadores, conforme se dispuser em ato do Poder Executivo.

Art. 3º O Conselho de Política Aduaneira contará com uma Comissão Executiva, que terá a incumbência de orientar e coordenar a execução da política aduaneira, expedindo para esse fim as normas necessárias, segundo as diretrizes básicas estabelecidas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Parágrafo único. A Comissão Executiva funcionará sob a presidência do Ministro da Fazenda, ou de seu substituto, e será composta de representantes de outros Ministérios, órgãos e entidades, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 4º Competirá à Comissão Executiva estabelecer "pauta de valor mínimo" para efeito de incidência do imposto de importação, obedecidas as normas, procedimento e critérios de prioridade fixados pelo Conselho de Política Aduaneira.

Art. 5º A Carteira de Comércio Exterior do Barco do Brasil (CACEX) poderá estabelecer "valores mínimos" para efeito de incidência do imposto de importação.

Parágrafo único. O ato que estabelecer o "valor mínimo" terá validade por cento e oitenta (180) dias e será submetido, no prazo de quinze (15) dias, à Comissão Executiva do Conselho de Política Aduaneira, que o examinará em caráter prioritário, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, e poderá aprovar ou modificar o valor fixado, transformando-o em "pauta de valor mínimo", rejeitá-lo ou promover a alteração da respectiva alíquota do imposto de importação.

Art. 6º A alínea "f" do artigo 22 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"f) reconhecer a similaridade da produção nacional, na forma

das disposições pertinentes do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966."

Art. 7º O artigo 22 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, é acrescido da seguinte alínea:

g) coordenar, no âmbito interno, os trabalhos preparatórios das negociações tarifárias em acordos internacionais, assim como opinar sobre extensão e retirada de concessões tarifárias outorgadas, respeitadas as disposições da Lei número 5.025, de 10 de junho de 1968.

Art. 8º Ficam extintos, a partir da data de vigência deste Decreto-lei, os mandatos dos atuais membros efetivos e suplentes do Conselho de Política Aduaneira.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, os artigos 5º, 6º, 7º, 9º e 10 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957; artigo 7º do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966; artigo 6º do Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966; e artigo 2º do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 731 — DE 5 DE
AGOSTO DE 1969

Altera a disposição da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Os terrenos da Ilha da Cidade Universitária, a que se refere a Lei 4.402, de 10 de setembro de 1964, e que passaram, por força da citada lei, ao patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, poderão ter a utilização que for julgada conveniente aos fins da Uni-

versidade, a critério dos órgãos diretivos, que decidirão na forma de seu estatuto.

Art. 2º. A disposição contida na parte final do artigo 2º do Decreto nº 47.535, de 1959, fica mantida em todos os seus termos, deixando de produzir qualquer efeito, em tudo que contrarie o artigo 1º deste Decreto-lei.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente a parte final do art. 6º da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 732 — DE 5 DE
AGOSTO DE 1969

Altera disposições do Decreto-lei número 21, de 17 de setembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. A assistência financeira prestada às empresas pela forma estabelecida nos Decretos-leis números 13 e 21, respectivamente, de 18 de julho de 1966 e 17 de setembro de 1966, fica mantida com as alterações constantes do presente decreto-lei.

Art. 2º. Para o resgate de seus débitos, é facultado às empresas mutuárias optar, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, por uma das seguintes modalidades:

I — Ajustada a venda do imóvel, em cumprimento às exigências contidas no inciso I do artigo 3º do Decreto-lei nº 21, de 17 de setembro de 1966, o sinal mínimo de 20% (vinte por cento) do valor do empréstimo será imputado no pagamento da dívida, podendo a respectiva Caixa Econômica Financeira, ao comprador, o saldo remanescente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, em prestações mensais, de acordo com suas

normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação no mês de setembro de 1969.

II — Se não realizar a venda, poderá a empresa devedora liquidar seu débito, pagando 20% (vinte por cento) no ato da apresentação da respectiva proposta à Caixa credora, o saldo restante em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de acordo com suas normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação no mês de setembro de 1969.

§ 1º As prestações mensais compreenderão o resgate do principal e juros máximos de 8% (oito por cento) ao ano.

§ 2º As prestações e o saldo devedor serão reajustados trimestralmente de acordo com os índices aplicados às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 3º As Caixas Econômicas Federais são obrigadas a executar os contratos, na forma dos artigos 6º e 7º do Decreto-lei nº 21, de 17 de setembro de 1966, caso não sejam pagas duas prestações mensais consecutivas de amortizações de capital e juros.

Art. 3º O valor dos suprimentos efetuados pelo Banco Central do Brasil às Caixas Econômicas Federais, nos termos do artigo 5º do Decreto-lei nº 21, de 17 de setembro de 1966, será reajustado trimestralmente, de acordo com os índices aplicados às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, devendo o primeiro reajustamento ser feito, em 1º de outubro de 1969, sobre os saldos devedores apurados em 30 de junho de 1969.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Federais pagarão trimestralmente os juros devidos ao Banco Central do Brasil, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 4º Continuam em vigor, no que não colidirem com o presente Decreto-lei, as disposições legais decorrentes dos Decreto-leis ns. 13 e 21, respectivamente, de 18 de julho e 17 de setembro de 1966, podendo as Caixas Econômicas Federais dar prosseguimento aos processos remetidos pelo Banco do Brasil S.A. até 31 de dezembro de 1966, desde que a contratação dos empréstimos independa de novos suprimentos de recursos do Banco Central do Brasil.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 733 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a celebrar contrato externo para aquisição de materiais hospitalares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o disposto no item II do artigo 45 da Constituição decreta

Art. 1º Fica o Governo do Estado de São Paulo autorizado a celebrar contrato através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Siemens Aktiengesellschaft, da Alemanha e Compagnie Générale de Radiologie da França, nos montantes respectivamente de DM 5.354.100,70 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e cem marcos alemães e setenta centavos) e de Fr. Fr. 6.552.118,00 (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e dezoito francos franceses), para aquisição de materiais hospitalares destinados ao reequipamento de hospitais do Estado.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 734 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a avalizar contrato de financiamento externo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no item II do artigo 45 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a prestar aval no contrato a ser celebrado entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica e o Gruppo Industrie Meccaniche per Impianti All'Estero S.p.A. com sede em Milão, Itália, destinado ao financiamento do projeto, fabricação, transporte, montagem e testes do equipamento eletromecânico, do fornecimento e montagem da subestação elevadora e de todas as obras civis da Central Termoelétrica de Canuota II, desde que integralmente atendidas as exigências dos órgãos encarregados da política econômica financeira do Governo Federal e o preceituado na Lei Estadual nº 5.794, de 16 de julho de 1969.

Art. 2º O valor máximo da operação a que se refere o art. 1º é de US\$ 26.300.000,00 (vinte e seis milhões e trezentos mil dólares) à taxa anual de 5,9% (cinco e nove décimos por cento) e seguro de crédito de 0,6% (seis décimos por cento) pago de uma só vez, a ser liquidado no prazo de 182 (cento e oitenta e dois) meses, em prestações semestrais com período de carência de 26 (vinte e seis) meses.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969,
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 735 — DE 5 DE
AGOSTO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Farid João Mussi, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, e

tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1963, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Farid João Mussi, tornando-se definitivo o ato praticado em 30 de julho de 1968, de acordo com a autorização concedida na forma do art. 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 17, de 24 de julho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969,
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 736 — DE 5 DE
AGOSTO DE 1969

Aprova a reforma do ex-cabo Wilson Evangelista de Souza, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o art. 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-cabo Wilson Evangelista de Souza, tornando-se definitivo o ato praticado em 30 de julho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do art. 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 18, de 24 de julho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 737 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Sebastião da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o art. 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' aprovada a reforma do ex-soldado Sebastião da Silva, tornando-se definitivo o ato praticado em 31 de julho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do art. 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos número 15 — DF, de 24 de julho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 738 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Francisco Vital da Silva, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o art. 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' aprovada a reforma do ex-soldado Francisco Vital da Silva, tornando-se definitivo o ato praticado em 31 de julho de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do art. 73, § 7º da Constituição, pelo Presidente da República em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 16-DF, de 24 de julho de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 739 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, em favor da Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de NCr\$ 460.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário em favor da Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial no valor de NCr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros novos) para atender as despesas decorrentes da construção do Edifício-Sede do Tribunal em Brasília.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, a saber:

4.00.00 — Poder Judiciário	NCr\$
4.05.00 — Justiça do Trabalho	
4.05.01 — Tribunal Superior do Trabalho	
01.06.02.293 — Processamento de Causas Trabalhistas inclusive instalação do futuro Tribunal Regional do Distrito Federal	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	150.000,00

NCR\$:

4.00.00 — Poder Judiciário	
4.05.00 — Justiça do Trabalho	
4.05.01 — Tribunal Superior do Trabalho	
01.06.02.1.016 — Reequipamento do Tribunal inclusive da nova Sede em Brasília	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	310.000,00
	<u>460.000,00</u>

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 740 — DE 5 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCR\$ 500.000,00 para o f.m. que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, a favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCR\$.... 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) destinado a atender a despesa de que trata o Decreto-lei nº 513, de 31 de março de 1969.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos na forma do item III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de igual valor nas dotações orçamentárias abaixo especificadas do Orçamento do Ministério do Interior (Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968).

NCR\$

5.09.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Vinculados)

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO CENTRO-OESTE

02.02.11.1.187 — Melhoria de Rebanhos	500.000,00
4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente	500.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 741 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre acréscimo dos efetivos de oficiais dos Quadros de Farmacêuticos e de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha, fixados pela Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Os efetivos de oficiais do Quadro de Farmacêuticos do Corpo de Saúde da Marinha ficam acrescidos da forma seguinte:

Capitão-de-Corveta — 3

Art. 2º Os efetivos de oficiais do Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha ficam acrescidos da forma seguinte:

Capitão-de-Mar-e-Guerra — 1

Capitão-de-Fragata — 4

Capitão-de-Corveta — 10

Art. 3º O complemento dos efetivos acrescidos em decorrência deste Decreto-lei será regulado pelo Ministério da Marinha, em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 4º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

DECRETO-LEI Nº 742 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1969

Dá a denominação de Diretoria-Geral de Pesquisas e Provas à atual Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, cria a Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento e dá outras providências.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5,

de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Diretoria-Geral de Pesquisas e Provas a atual Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas.

§ 1º A Diretoria-Geral de Pesquisas e Provas, diretamente subordinada ao Departamento de Produção e Obras, incumbem-se da orientação, coordenação e execução da pesquisa militar concernente ao material da formação do pessoal de engenharia em nível de pré e pós-graduação e da execução de análises e provas relativas ao material de interesse militar.

§ 2º O cargo de Diretor-Geral de Pesquisas e Provas é exercido por um General-de-Divisão do Quadro de Engenheiros Militares.

Art. 2º A Diretoria-Geral de Pesquisas e Provas compreende:

— Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento;

— Instituto Militar de Engenharia;

— Campo de Provas da Marinha;

Art. 3º A Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento incumbem-se de dirigir e coordenar a execução de projetos específicos concernentes ao material de interesse militar.

§ 1º Subordinam-se à Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento:

1 — A atual Comissão Central de Mísseis do Exército, com a denominação de Centro de Estudo e Desenvolvimento de Mísseis;

2 — Arsenal da Urca;

3 — Outros Centros de Estudos e Desenvolvimento.

§ 2º O cargo de Diretor de Pesquisas e Desenvolvimento é exercido por um General-de-Brigada do Quadro de Engenheiros Militares.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Centros de Estudo e Desenvolvimento, subordinados à Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento, para assuntos de armamento, técnicas nucleares, eletrônica, veículos de combate e de modo geral, material de interesse militar.

Art. 5º O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, fi-

cando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 743 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1969

Aprova as modificações, por troca de notas, introduzidas no Acórdão de Comércio e Fagamentos, assinado em 20 de abril de 1963, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a nota assinada em 14 de abril de 1969, no Rio de Janeiro, que introduz modificações no Acórdão de Comércio e Fagamentos entre a República Federativa do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de 20 de abril de 1963.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 6 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 744 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1969

Altera o artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o trabalho noturno da mulher, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Passam a vigorar com nova redação os itens II e V do artigo 379

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 229 de 28 de fevereiro de 1967 e ficam acrescentados a esse mesmo artigo três itens e parágrafo único, como segue:

“Art. 379

II — Em serviço de saúde e bem-estar;

V — Que, não executando trabalho contínuo, ocupem cargos técnicos ou postos de direção, de gerência, de assessoramento ou de confiança;

VI — Na industrialização de produtos perecíveis a curto prazo durante o período de safra quando ocorrer necessidade imperiosa de serviço, bem como nos demais casos em que o trabalho se fizer com matérias-primas ou matérias em elaboração suscetíveis de alteração rápida, quando necessário o trabalho noturno para salvar a perda inevitável;

VII — Em caso de força maior (art. 501);

VIII — Nos estabelecimentos bancários, nos casos e condições do artigo 1º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 546, de 18 de abril de 1969.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que trata os itens VI e VII o trabalho noturno dependerá de:

a) concordância prévia da empregada, não constituindo sua recusa justa causa para despedida;

b) exame médico da empregada, nos termos do artigo 375,

c) comunicação à autoridade regional do trabalho no prazo de quarenta e oito horas do início do período de trabalho noturno.”

Art. 2º O disposto no artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a alteração dada por este Decreto-lei, aplica-se também às atividades regidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1966).

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzua Pereira
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 745 — DE 7 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Nos contratos a que se refere o artigo 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, ainda que deles conste cláusula resolutiva expressa, a constituição em mora do promissário comprador depende de prévia interpelação, judicial ou por intermédio do cartório de Registro de Títulos e Documentos, com quinze (15) dias de antecedência.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 746 — DE 7 DE AGOSTO DE 1969

Tranferência da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, Estado de Sergipe, pertencente à 5ª Região, para o Município de Aracaju, no mesmo Estado, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e de acordo com o artigo 60, item II da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica transferida a sede da atual Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, Estado de Sergipe, para Aracaju, no mesmo Estado, que constituirá a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento daquela Capital.

Art. 2º A atual Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju denominar-se-á Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju.

Art. 3º A jurisdição das Primeira e Segunda Juntas de Conciliação e Julgamento de Aracaju abrangerá os municípios de Aracaju, Itaporanga, Estância, São Cristóvão, Lagarto, Buquim, Arauá, Indaroba e Itabaianinha.

Art. 4º O pessoal administrativo, lotado na Junta de Estância, constituirá o corpo administrativo da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju.

Art. 5º A Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju será presidida pelo Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, nela funcionando os mesmos vogais, até o fim dos seus mandatos, salvo renúncia de quaisquer deles, quando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região marcará eleição entre os Sindicatos de Aracaju, para indicação das listas tripartites.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 747 — DE 7 DE AGOSTO DE 1969

Altera o Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967, incluindo a rodovia que mencionada.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluída no Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, constituindo a BR-488, a ligação BR-116 ao Santuário Nacional de Aparecida.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 748 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1969

Da nova redação ao art. 2º e sua letra a, do Decreto-lei nº 653, de 26 de junho de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 2º, e sua letra a, do Decreto-lei nº 653, de 26 de junho de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º — Os alunos do estabelecimento de ensino de que trata o artigo anterior, poderão requerer transferência de matrícula para qualquer outra instituição, pública ou particular, que ministre os mesmos cursos ou cursos afins e esteja autorizada a funcionar regularmente no País, desde que:”

“a) o façam dentro de sessenta (60) dias, a partir da data da publicação deste Decreto-lei”.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 749 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1969

Estabelece normas transitórias para execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura fica autorizada a organizar, em nível superior e para a respectiva área, os cursos de que trata o artigo 30 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, destinados à formação de professores de disciplinas e práticas educativas vocacionais do ensino secundário e, bem assim, a mantê-los, diretamente ou em convênio com universidades de ensino médio ou superior, oficiais ou reconhecidas, observadas as resoluções do Conselho Federal de Educação quanto à estruturação e extensão dos cursos.

Art. 2º Serão extintos os cursos especiais de formação de professores de disciplina e prática e de outras vocacionais do ensino secundário, nas regiões em que ficar comprovado haver número suficiente de professores a que se refere o Artigo 30 da mesma Lei.

Art. 3º O presente Decreto-lei vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 750 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1969

Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do art. 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

considerando que a Reforma Universitária fixou as características que devem condicionar a presença da universalidade no sistema nacional de ensino exigindo, entre outras, a universalidade de campo e a unidade de funções de ensino e pesquisa;

considerando que, de acordo com os princípios estabelecidos, a instituição isolada de ensino superior somente será permitida a título excepcional e transitório; e

considerando o disposto no Art. 52 e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º É criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mediante a transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e das Faculdades de Direito e de Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A Universidade Federal de Pelotas, com sede na cidade e município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul, será uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Parágrafo único. O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 3º São fins da UFPEL a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 4º A UFPEL será constituída das seguintes unidades:

- I — Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel";
- II — Faculdade de Ciências Domésticas;
- III — Faculdade de Direito;
- IV — Faculdade de Odontologia;
- V — Faculdade de Veterinária;
- VI — Instituto de Sociologia e Política.

§ 1º Passam a ser instituições particulares agregadas à UFPEL o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes "Dona Carmen Trápaga Simões" e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE).

§ 2º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, ressalvado o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no art. 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 5º O patrimônio da UFPEL será constituído:

I — do patrimônio da atual Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul;

II — do patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Pelotas;

III — dos bens e direitos que vier a adquirir;

IV — das doações que receber;

V — de outras incorporações que resultem de trabalhos realizados pela Universidade.

§ 1º Os atos a que se refere o parágrafo único do art. 2º, compreenderão o tombamento, a avaliação e todos os que se relacionarem com a integração, mediante escritura pública, no patrimônio da fundação, sem ônus para esta, dos bens e direitos enumerados neste artigo.

§ 2º Os bens e direitos da fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados.

§ 3º No caso de extinguir-se a fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 6º São recursos financeiros da UFPEL:

I — as dotações consignadas anualmente no Orçamento da União;

II — as ajudas financeiras de qualquer origem;

III — as contribuições oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV — os saldos de exercícios financeiros encerrados;

Art. 7º Até o preenchimento dos cargos, na forma da lei e do estatuto, a Reitoria e a Vice-Reitoria serão providas *pro-tempore*, pelo Presidente da República.

Art. 8º São automaticamente transferidos à UFPEL todos os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e os das Faculdades de Direito e Odontologia, e do Instituto de Sociologia e Política, atualmente integrados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mantidos os direitos dos atuais servidores.

Art. 9º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, serão elaborados o estatuto da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o estatuto da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 751 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1969

Dá nova redação ao § 1º do artigo 16 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 1º, do artigo 16, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, fica substituído pelo seguinte:

“§ 1º As empresas estabelecidas no país, como representantes de fábrica de papel com sede no exterior, dependerão de autorização do Ministro da Fazenda, renovável em cada exercício e cassável a seu juízo, para também realizarem a importação, desde que o papel se destina ao uso exclusivo das pessoas a que se refere este artigo”.

Art. 2º O artigo 16 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 fica acrescido do seguinte:

“§ 5º A Secretaria da Receita Federal baixará as normas da

escrituração especial a que ficam obrigadas as empresas mencionadas neste artigo, registrando quantidade, origem e destino do papel adquirido ou importado”.

Art. 3º O parágrafo único do artigo 106, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, fica substituído pelo seguinte:

“§ 1º No caso de papel com linhas ou marcas d'água, as multas previstas nos incisos I e II serão de 150% e 75%, respectivamente, adotando-se, para calculá-las, a maior alíquota do imposto fixada para papel, similar, destinado a impressão, sem aquelas características.”

Art. 4º O artigo 106, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, fica acrescido do seguinte:

“§ 2º Aplicam-se as multas, calculadas pela forma referida no parágrafo anterior, de 75% e 20%, respectivamente, também nos seguintes casos:

a) venda não faturada de sobra de papel não impresso (mantas, aparas de bobinas e restos de bobinas);

b) venda de sobra de papel não impresso, mantas, aparas de bobinas e restos de bobinas, salvo a editoras ou, como matéria-prima a fábricas.”

Art. 5º O artigo 107 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 fica substituído pelo seguinte:

“Art. 107. Aplicam-se ainda as seguintes multas:

I — de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), a quem, por qualquer meio ou forma, desacomodar agente do fisco ou embarçar, dificultar ou impedir sua ação fiscalizadora;

II — de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), pelo registro ou comunicação à autoridade de tiragem maior que a real acima de 0,5% (meio por cento) para periódicos e 0,2% (dois décimos por cento) para livros, editados com papel importado;

III — de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), pelo descumprimento da obrigação referida no § 5º do artigo 16;

IV — de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) pela inexatidão das quantidades declaradas no faturamento do papel imune, inutilizado,

V — de NCr\$ 100,00 a NCr\$ 200,00 (cem cruzeiros novos) a (duzentos cruzeiros novos) pela saída de embarcação ou outro veículo, sem estar autorizado;

VI — de NCr\$ 50,00 a NCr\$ 100,00 (cinquenta cruzeiros novos a cem cruzeiros novos) por volume, na hipótese do artigo 102, pela falta de manifesto ou documento de efeito equivalente ou ausência de sua autenticação, ou ainda, falta de declaração quanto à carga.

VII — de NCr\$ 50,00 a NCr\$ 100,00 (cinquenta a cem cruzeiros novos) por infração deste Decreto-lei ou seu regulamento, para a qual não seja prevista pena específica".

Art. 6º No prazo de trinta dias, as empresas jornalísticas e editoras poderão comunicar à autoridade local da Secretaria da Receita Federal os seus estoques físicos de papel importado, existentes na data da publicação deste Decreto-lei, iniciando, com base na quantidade existente, a escrituração especial referida no § 5º, do artigo 16, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Parágrafo único. A comunicação e escrituração nos termos deste artigo excluem para as empresas jornalísticas e editoras quaisquer sanções aplicadas ou aplicáveis a infrações anteriores.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 752 — DE 8 DE AGOSTO DE 1969

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1970

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1970, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto-Lei, estima a Receita de NCr\$ 424.370.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e setenta mil cruzeiros novos) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

	NCr\$
<i>Receitas Correntes</i>	
Receita Tributária	191.394.000,00
Receita Patrimonial	690.400,00
Receita Industrial	25.800,00
Transferências Correntes	161.184.700,00
Receitas Diversas	3.565.900,00
Total das Receitas Correntes	356.860.800,00
<i>Total das Receitas Correntes</i>	<i>356.860.800,00</i>
<i>Receitas de Capital</i>	<i>67.509.200,00</i>
Total da Receita Orçamentária	424.370.000,00

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos e distribuídas pelas Unidades Orçamentárias, conforme o seguinte desdobramento:

NCR\$

Despesa por Programa

Administração	104.507.900,00
Agropecuária	17.181.700,00
Assistência e Previdência	7.386.100,00
Comércio	205.000,00
Comunicações	2.000.000,00
Defesa e Segurança	58.358.400,00
Educação	69.018.800,00
Energia	6.842.000,00
Habitação e Planejamento Urbano	56.762.000,00
Saúde e Saneamento	90.403.100,00
Transporte	11.705.000,00

Total Geral da Despesa 424.370.000,00

Despesa por Unidades Orçamentárias

Gabinete do Prefeito	1.514.500,00
Departamento de Turismo e Recreação	3.026.800,00
Procuradoria-Geral	1.643.800,00
Secretaria do Governo	1.714.600,00
Região Administrativa I — Brasília	638.500,00
Região Administrativa II — Gama	650.400,00
Região Administrativa III — Taguatinga	765.000,00
Região Administrativa IV — Brazlândia	290.600,00
Região Administrativa V — Sobradinho	740.800,00
Região Administrativa VI — Planaltina	450.300,00
Região Administrativa VII — Paranoá	259.600,00
Região Administrativa VIII — Jardim	259.600,00
Secretaria de Administração	15.751.600,00
Secretaria de Finanças	58.833.400,00
Secretaria de Agricultura e Produção	13.496.700,00
Secretaria de Educação e Cultura	68.903.800,00
Secretaria de Saúde	61.265.500,00
Secretaria de Serviços Sociais	13.955.100,00
Secretaria de Viação e Obras	98.054.500,00
Secretaria de Serviços Públicos	20.152.400,00
Secretaria de Segurança Pública	27.352.500,00
Polícia Militar do Distrito Federal	15.610.700,00
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	15.395.200,00
Tribunal de Contas do Distrito Federal	3.644.100,00

Total Geral da Despesa 424.370.000,00

Art. 4º A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as Unidades Orçamentárias.

Art. 5º As Unidades Orçamentárias organizarão, até 31 de dezembro do ano em curso, quadros de detalhamento dos projetos e atividades segundo os elementos da despesa.

Art. 6º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a:

I — realizar operações de crédito por antecipação da receita obedecido limite previsto na Constituição;

II — abrir, mediante decreto, os créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária orçada, de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, incluindo-se ao disposto neste item a aplicação do Fundo de Reserva Orçamentária, nos termos do artigo 91, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

III — conceder, mediante Decreto, subvenções sociais a instituições privadas do Distrito Federal, até o limite dos valores estabelecidos para esse fim, constantes do orçamento da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Serviços Sociais.

IV — firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos no presente Decreto-lei.

Art. 7º A Receita a que se refere este Decreto-lei será arrecadada de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 8º As dotações de pessoal e material bem como as destinadas ao pagamento de água, luz, telefone, das diversas Unidades Orçamentárias poderão ser movimentadas pelos órgãos próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal, segundo o disposto no art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Os anexos integrantes deste Decreto-lei foram publicados no D.O. de 11-8-69 (Suplemento).

DECRETO-LEI Nº 753 — DE 11 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de laboratórios que produzem ou manipulam substâncias ou produtos entorpecentes e seus equiparados, de firmas distribuidoras ou depositárias das referidas substâncias, distribuição de amostras desses produtos e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As empresas industriais que produzam ou manipulem substâncias ou produtos entorpecentes ou equiparados a entorpecentes ficam sujeitas à fiscalização do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal, conforme as normas estabelecidas neste decreto-lei.

Parágrafo único. A fiscalização será efetuada sem prejuízo da que é exercida pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Ministério da Saúde e órgãos congêneres dos Estados e Territórios.

Art. 2º O Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes e o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia bem como os seus órgãos subordinados e congêneres trabalharão em perfeito entrosamento.

Art. 3º As empresas industriais a que se refere este decreto-lei encaminharão, mensalmente, ao Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes, cópia da "Relação mensal de vendas de Entorpecentes", acrescida das seguintes informações:

I — número de unidades comerciais produzidas;

II — número de amostras entregues de acordo com o Plano de Distribuição de Amostras aprovado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia a médicos, dentistas e veterinários, devidamente relacionados.

§ 1º A "Relação mensal de vendas de Entorpecentes" e as informações constantes dos itens I e II deverão ser entregues ao Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º As filiais de laboratórios, drogarias atacadistas e depósitos de drogas ficam sujeitos, no que couber, às exigências deste artigo.

Art. 4º A venda ou entrega de substâncias e produtos de que trata este decreto-lei a empresas ou estabelecimentos não legalizados determinará a interdição da empresa ou do estabelecimento vendedor pela Polícia Federal seguida de representação ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia que poderá, em caso de reincidência, cassar a licença do estabelecimento infrator.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos casos de venda ou entrega de substâncias ou produtos entorpecentes e seus equiparados a profissionais que não estejam devidamente legalizados e a pessoas que não disponham de receita médica.

Art. 5º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e órgãos congêneres estaduais ou territoriais providenciarão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a expedição de guias de requisição de quaisquer substâncias ou produtos sob seu controle, quando solicitadas para fins de pesquisas de interesse técnico-policial, pelo Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes mediante ofício assinado pelo respectivo Chefe ou seu substituto legal.

Parágrafo único. A requisição deverá ser encaminhada pelo Serviço de Fiscalização da Medicina e Farmácia à fonte produtora para atendimento dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 6º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia comunicará ao Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes os novos licenciamentos, alterações e cancelamentos de licenças de produtos entorpecentes e seus equiparados.

Art. 7º A importação, exportação e trânsito das substâncias e produtos a que se refere este decreto-lei dependerão, para liberação e transporte, do visto da autoridade policial federal, cumpridas as demais exigências sanitárias e alfandegárias.

§ 1º O visto de que trata este artigo será solicitado, contra apresentação do documento a ser visado, à Chefia do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes, diretamente ou por intermédio dos Delegados, Subdelegados e Chefes de Postos Regionais do Departamento de Polícia Federal instalados nos Estados e Territórios, devendo ser concedido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º No caso do visto ser solicitado através dos Delegados, Subdelegados e Chefes de Postos do Departamento de Polícia Federal, cópia autenticada do documento visado ficará retida com as referidas autoridades que se encarregarão de remetê-la, dentro de 10 (dez) dias contados da data do visto à Chefia do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 62.391, de 12 de março de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Romeu Honório Loures

DECRETO-LEI Nº 754 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1969

Altera a redação do § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a um terço do salário do cargo efetivo.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 755 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1969

Dá nova redação ao § 2º do Art. 19 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterado pelo Art. 1º do Decreto-Lei nº 688, de 18 de julho de 1969, que dispõe sobre a política nacional do petróleo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O § 2º do Art. 19 da Lei nº 2.004 de 3 de outubro de 1953, alterado pelo Art. 1º do Decreto-Lei nº 688 de 18 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19
§ 2º O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 5% (cinco por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c e d do § 1º. Caso não sejam preenchidas estas condições fica assegurada a representação mínima de um conselheiro para cada um destes grupos de acionistas, exigindo-se, em qualquer hipótese o quorum de um terço do respectivo capital votante.”

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 756 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

tendo em vista o disposto no artigo 20, parágrafo segundo, da Constituição do Brasil, decreta:

CAPÍTULO I

Das Deduções Tributárias para Investimentos

Art. 1º. Todas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir do Imposto de Renda e seus adicionais não restituíveis:

a) Até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações, que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S.A., com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM);

b) Até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º. Os serviços básicos, referidos na alínea “b” deste artigo, são os relativos à energia, ao transporte, às comunicações, à colonização, à educação, ao saneamento e à saúde pública conforme regulamento próprio a ser baixado pela SUDAM.

§ 2º. Os recursos do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, destinados a projetos relativos aos serviços de que trata o parágrafo anterior, serão empregados em caráter complementar, sem prejuízo da aplicação, pelos órgãos públicos responsáveis, dos recursos normalmente exigidos para implantação e funcionamento dos referidos serviços.

§ 3º. O benefício, de que trata a alínea “b” supra, somente será concedido se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizesse as demais exigências da legislação de incentivos fiscais, vigentes para a região amazônica, concorrer efetivamente, para o financiamento das inversões totais do projeto, com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo, aplicados ou reinvestidos nos projetos.

§ 4º. A proporcionalidade entre recursos próprios e recursos oriundos dos incentivos fiscais será estabelecida, em resolução baixada pelo Conselho Deliberativo, com o reconhe-

cimento de maior prioridade a projetos que estimulem a ocupação territorial da Amazônia e o mais intenso aproveitamento de matérias-primas e mão-de-obra regionais, sem prejuízo da tecnologia atualizada.

§ 5º. Os projetos de que trata a alínea "b" deste artigo, deverão ser executados, obrigatoriamente, por pessoa jurídica com sede na Amazônia, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados em parecer fundamentado da Secretaria Executiva da SUDAM, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 6º. A redução prevista na alínea "b" deste artigo não se aplica aos adicionais, aos impostos devidos por lançamento *ex officio* ou suplementar e aos contribuintes que estiverem em débito para com o Imposto de Renda e Adicionais, ressalvados os débitos pendentes de decisão administrativa ou judicial.

§ 7º. O impedimento previsto no parágrafo anterior também se aplica, a critério da SUDAM ou do Banco da Amazônia S.A., quando se tratar de contribuinte inadimplente com qualquer dessas instituições.

Art. 2º. Para pleitear os benefícios de que trata a alínea "b" do artigo anterior, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar na sua declaração de rendimentos que pretende obter os favores deste Decreto-lei, sendo válida para esse fim as remissões às disposições sobre incentivos fiscais anteriormente em vigor para a Amazônia.

§ 1º. A pessoa jurídica deverá, em seguida, depositar no Banco da Amazônia S.A., ou estabelecimentos por ele autorizados, as quantias que deduzir de seu Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação do projeto específico na forma da legislação pertinente.

§ 2º. O recebimento das deduções a que se refere o parágrafo anterior estarão sujeitas, em caso de atraso, às mesmas multas e correção monetária devidas, em situação idêntica, relativamente ao Imposto de Renda, e a receita respectiva será creditada pelo Banco da Amazônia S.A. ao Fundo Para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.

§ 3º. Respeitada a competência do Conselho Nacional de Turismo para

os casos de incentivos fiscais destinados ao turismo a análise dos projetos e programas para fins de concessão dos recursos dos incentivos fiscais previstos neste Decreto-lei, será de competência da SUDAM, que determinará as liberações dos fundos correspondentes após a aprovação a que se refere o parágrafo seguinte.

§ 4º. Compete ao Conselho Deliberativo, mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, a aprovação dos projetos e programas que absorvam recursos de incentivos fiscais previstos neste Decreto-lei.

§ 5º. Os títulos de qualquer natureza, ações, quotas ou quinhões de capital, representativos dos investimentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de que trata este artigo, terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, contados a partir da data da subscrição.

§ 6º. Excepcionalmente poderá a SUDAM admitir que os depósitos a que se refere a alínea "b" do artigo anterior, sejam aplicados, no projeto beneficiado, sob a forma de crédito em nome da pessoa jurídica depositante, registrado em conta especial e somente exigíveis em prestações anuais, não superiores a 20% (vinte por cento), cada uma, depois de expirado o prazo de cinco (5) anos, contados da efetivação da operação de crédito.

§ 7º. O crédito de que trata o parágrafo anterior será a critério da empresa beneficiária, amortizado em dinheiro ou incorporado ao seu capital social, obedecendo o item II do § 9º deste artigo e o artigo 19 deste Decreto-lei.

§ 8º. O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata a alínea "b" do artigo anterior em mais de um projeto aprovado na forma do presente Decreto-lei, ou efetuar descontos em exercício financeiro subsequente, para aplicação no mesmo projeto.

§ 9º. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata a alínea "b" do artigo anterior:

I — Não prevalecerá, para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% (dez por cento) do capital, e de seu respectivo depósito, previsto no parágrafo único

do do artigo 112 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

II — 50% (cinquenta por cento), pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais, sem direito a voto, sendo a elas inaplicável o disposto no parágrafo único do artigo nono (9º) e no parágrafo único do artigo 81 (oitenta e um) do Decreto-lei nº 2.626, de 26 de setembro de 1940.

§ 10. Os descontos previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo anterior não poderão exceder isolada ou conjuntamente, em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda e adicionais não restituíveis a que estiver sujeita a pessoa jurídica interessada.

Art. 3º. Ao disposto no § 6º do artigo 2º deste Decreto-lei não se aplica o estabelecido na letra "e" do artigo 14 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, alterada pela Lei número 5.374, de 7 de dezembro de 1967.

Art. 4º. Os benefícios de que tratam a alínea "b" do artigo primeiro deste Decreto-lei e artigo 2º do Decreto-lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, deverão ser aplicados até o dia 31 de dezembro do ano seguinte àquele em que o depositante puder fazer, sem atraso, o recolhimento da última parcela do Imposto de Renda devido.

§ 1º Decorrido o prazo fixado neste artigo, referidos recursos somente poderão ser aplicados em projetos relacionados pela SUDAM e até o dia 31 de dezembro do segundo ano seguinte que aquele em que o depositante puder fazer, sem atraso, o recolhimento da última parcela do Imposto de Renda devido, sob pena de transferência destes recursos para o FIDAM.

§ 2º. Os prazos de que trata este artigo aplicam-se aos depósitos realizados no exercício de 1968.

§ 3º. Consideram-se aplicados os recursos que tenham sido efetivamente incorporados ao patrimônio da empresa beneficiária, ou quando a esta vinculados sob a forma de empréstimo.

Art. 5º. Para aplicar os recursos deduzidos na forma da alínea "b" artigo primeiro deste Decreto-lei a pessoa jurídica depositante poderá

apresentar, observado o disposto no artigo 4º e dentro das normas estabelecidas pela SUDAM, projeto próprio, ou indicar projeto já aprovado na forma da legislação de incentivos, vigente para a Amazônia.

Art. 6º. O desconto para os investimentos em hotéis de turismo previstos nos artigos 25 e 26 do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, alterados pelo artigo 17 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, poderá alcançar até 8% (oito por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, para aplicação nas regiões não situadas nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Parágrafo único. Os recursos provenientes do desconto previsto neste artigo e destinados às áreas de atuação da SUDENE e SUDAM serão depositados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A., respectivamente, observado o disposto no artigo 4º e seus parágrafos deste Decreto-lei.

Art. 7º. Os recursos oriundos das deduções do Imposto de Renda, que especificamente tenham sido deduzidos para aplicação em turismo na Região Amazônica, poderão ser, mediante indicação da pessoa depositante, aplicados em projetos de outros setores, aprovados pela SUDAM.

Art. 8º. Mediante a solicitação da pessoa jurídica depositante poderá a SUDAM, caso julgue procedente as razões do pleito, prorrogar o prazo de que trata o artigo 4º, respeitado o prazo estabelecido no parágrafo primeiro do mesmo artigo.

Art. 9º. Não havendo projetos aprovados para as áreas indicadas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º do Decreto-lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, poderá a pessoa física, dentro de um (1) ano, a contar da data do último recolhimento aplicar o total dos descontos em projeto aprovado nos termos deste Decreto-lei.

Art. 10. A SUDAM somente apreciará reformulações, ampliações, ou quaisquer outras modificações em projetos por ela anteriormente aprovados, após a total implantação do projeto original, salvo nos casos em que, excepcionalmente, mediante ra-

zões técnicas e a critério da Secretaria Executiva sejam consideradas imprescindíveis à sobrevivência do empreendimento.

Art. 11. Ocorrendo a extinção ou sucessão a qualquer título de pessoa jurídica detentora de recursos do artigo primeiro deste Decreto-lei, é permitida a transferência do depósito ou título, em que aqueles recursos se tenham transformado, para quem de direito, obedecendo as normas da legislação em vigor, devendo o beneficiário fazer a necessária comunicação à SUDAM.

Art. 12. A SUDAM realizará fiscalizações periódicas, a seu critério, na empresa beneficiária de incentivos fiscais, objetivando verificar a efetiva aplicação dos recursos, na forma indicada no projeto aprovado pela SUDAM.

Art. 13. O valor das liberações de recursos oriundos da alínea "b" do artigo primeiro deste Decreto-lei, efetuados pela SUDAM e não recolhidos efetivamente ao BASA, será contabilizado a crédito do FIDAM, em sub-título próprio.

Art. 14. Independentemente de solicitação, o órgão próprio da Secretaria da Receita Federal fornecerá à SUDAM, semestralmente, relação das pessoas jurídicas em débito que tenham optado pela dedução prevista no artigo primeiro deste Decreto-lei, ressalvados os débitos pendentes de decisão administrativa ou judicial.

Art. 15. Os recursos deduzidos na forma da alínea "b" do artigo primeiro deste Decreto-lei só poderão ser aplicados na área de atuação da SUDAM, não podendo ser transferidos para aplicação em outras áreas ou setores específicos.

Art. 16. As empresas que, a partir da vigência deste Decreto-lei, pleitearem os incentivos previstos no artigo primeiro alínea "b", em montante superior a 3.000 (três mil) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país, incluirão nos orçamentos de inversões dos respectivos projetos, sob a rubrica "contratação para análise fiscalização e serviços básicos", e equivalente a 2% (dois por cento) dos incentivos pleiteados.

§ 1º O produto da contribuição aludida neste artigo será retido pelo BASA e transferido para conta especial em nome da SUDAM à medida

que forem liberados recursos em favor das empresas beneficiárias.

§ 2º Em se tratando de reformulação de projetos, o valor da contribuição de que trata este artigo incidirá somente sobre o valor reajustado.

Art. 17. Verificado que os recursos liberados pela SUDAM, oriundos das deduções do imposto de renda, estão sendo aplicados pela empresa beneficiária, em desacordo com o projeto aprovado, poderá a SUDAM tomar as seguintes providências:

a) na hipótese de ter sido feito o depósito pela empresa beneficiária da aplicação dos recursos, comunicará o fato ao Banco da Amazônia S.A.; que automaticamente, transferirá o saldo existente para conta do FIDAM;

b) na hipótese de ter sido o depósito feito por outra empresa, suspenderá novas liberações, podendo o depositante, no prazo de 1 (um) ano, aplicar o saldo existente em outro projeto aprovado pela Autarquia, sob pena de transferência para o FIDAM.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, a SUDAM notificará a empresa beneficiária para recolher, dentro de 30 (trinta) dias, o valor das parcelas recebidas e não aplicadas devidamente, revertendo ao FIDAM o produto do crédito, sob pena de cobrança, pela SUDAM, mediante executivo fiscal e sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 18. Equipara-se a crime de sonegação fiscal, observada a lei número 4.729 de 14 de julho de 1965, a aplicação pela empresa beneficiária em desacordo com o projeto aprovado, das parcelas do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, recolhidas ao Banco da Amazônia S.A. e liberadas pela SUDAM.

Art. 19. O disposto no artigo 78, letra "d" e artigo 111, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se aplica aos titulares de ações subscritas com recursos derivados do artigo primeiro, alínea "b", deste Decreto-lei.

Art. 20. Nas assembleias gerais convocadas para aprovar a composição ou aumento do capital social das empresas beneficiárias dos recursos previstos na alínea "b" do artigo primeiro, será assegurado aos acionistas titulares desses recursos, detentores de ações ordinárias, o direito de

eleger um membro da Diretoria sempre que representem, nas referidas assembleias, o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do capital da empresa.

Art. 21. As deduções do Imposto de Renda, previstas neste Decreto-lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE, poderão no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas pelas duas regiões, desde que não ultrapassem no total, a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido.

CAPÍTULO II

Das isenções e reduções

Art. 22. Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos econômicos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da região, pagarão com a redução de 50% (cinquenta por cento), o imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis a que estiverem sujeitos, com relação aos resultados financeiros obtidos dos referidos empreendimentos até o exercício financeiro de 1982, inclusive.

Art. 23. Nos termos do artigo anterior gozarão de isenção de imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis os empreendimentos econômicos que se implantarem, modernizarem, ampliarem e/ou diversificarem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, após 6 de maio de 1963 e que venham entrar em fase de operação até o dia 31 de dezembro de 1974.

§ 1º O prazo de vigência da isenção referida neste artigo é de até 10 (dez) anos, a partir da data em que, a juízo da SUDAM, o empreendimento alcançar a fase de funcionamento normal, e poderá ser ampliado até 15 (quinze) anos considerando-se de preferência aqueles que absorvam fundamentalmente em seu processo produtivo, matéria-prima regional, obedecidos critérios de localização espacial, conforme normas regulamentares a serem baixadas pela SUDAM.

§ 2º O indeferimento do pedido de isenção de que trata este artigo não prejudicará o direito à redução, pre-

visto no artigo anterior, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.

Art. 24. O valor da redução ou isenção amparadas pelos artigos 22 e 23 deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada, em empresas industriais e/ou agropecuárias, até o dia 31 de dezembro do ano seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais, mantendo-se, em conta deonominada "fundo para aumento de capital", fração do valor nominal das ações ou o valor da isenção que não possam ser comodamente distribuídos entre os acionistas.

§ 1º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica, não impedirá a capitalização prevista neste artigo.

§ 2º O direito à redução ou isenção só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDAM, que deverá ser demonstrado nos assentos contábeis da empresa, com clareza e exatidão, especificando os elementos de que se compõem as operações e os resultados do exercício de cada um dos estabelecimentos que operam na Amazônia.

§ 3º Os benefícios de que tratam os artigos 22 e 23 serão reconhecidos pela SUDAM, que deverá comunicar à autoridade fiscal competente do Ministério da Fazenda, que o empreendimento satisfaz às condições exigidas pelo presente Decreto-lei.

§ 4º O recebimento das ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência da capitalização prevista nos artigos 22 e 23, não sofrerá a incidência de quaisquer impostos e taxas federais.

§ 5º As pessoas jurídicas ou firmas individuais que na data deste Decreto-lei ainda gozam dos benefícios de que trata a lei nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, deverão observar o disposto neste artigo.

§ 6º A inobservância do disposto neste artigo importa na perda da isenção ou redução, devendo a repartição fiscal competente promover a cobrança do imposto não capitalizado, acrescido das multas cabíveis e correção monetária.

Art. 25. As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços bási-

cos, estabelecidas na área de atuação da SUDAM gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — à atualização contábil, até 31.12.74, do valor das áreas dos imóveis rurais utilizados nos empreendimentos, cujos projetos tenham sido aprovados para absorver recursos oriundos do imposto de renda e ao correspondente aumento de capital;

II — ao aumento de capital com recursos provenientes de reservas, fundos e/ou lucros retidos a qualquer título.

§ 1º A atualização de valores e o respectivo aumento de capital, de que trata o item I deste artigo, deverão ser efetivados até seis (6) meses após a aprovação do projeto e antes de ser iniciada a execução do mesmo.

§ 2º A atualização de valores referida neste artigo deverá ficar compreendida nos limites fixados pela SUDAM e somente será aplicada aos imóveis rurais incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica até 31 de dezembro de 1966.

§ 3º O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência da capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 26. Mediante reconhecimento pela autoridade competente, definida em Regulamento, afora as capatazias, será isenta de quaisquer impostos e taxas mesmo as cobradas por órgãos de administração indireta a importação de máquinas e equipamentos destinados à Amazônia, para execução de empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários para o desenvolvimento econômico da região.

§ 1º As empresas que tenham requerido ou venham a requerer à SUDAM o favor previsto neste artigo poderão desembarcar as máquinas e equipamentos importados para efetivação do projeto em estudo, mediante termos de responsabilidade ou prestação de fiança idônea desde que facam prova, perante a repartição aduaneira competente mediante declaração expressa da SUDAM, de que o projeto acima referido e o respectivo processo se encontram em tramitação regular.

§ 2º As pessoas jurídicas e físicas poderão também importar motores marítimos com os benefícios constantes do presente artigo independentemente de apresentação de projeto, na forma definida em regulamento.

§ 3º A isenção de que trata este artigo não poderá beneficiar máquinas ou equipamentos:

a) cujos similares, no País, foram produzidos de maneira a atender em tempo hábil qualitativa e quantitativamente de forma econômica as necessidades da região, reconhecida em deliberação fundamentada da SUDAM;

b) consideradas pela SUDAM tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinarem.

Art. 27. As máquinas e equipamentos inclusive motores marítimos, integrantes de empreendimentos ou atividades que se tenham beneficiado de quaisquer dos favores previstos neste Decreto-lei, não poderão ser alienados ou transferidos para utilização fora da Região Amazônica, ou à pessoa física e jurídica que não goze de idêntico benefício fiscal.

§ 1º Mediante justificação por parte do interessado, a liquidação dos créditos oficiais recebidos e o pagamento dos impostos, taxas e outros encargos da cuja isenção tenha sido beneficiado, poderá a SUDAM autorizar a transferência para fora da Área Amazônica de máquinas e equipamentos integrantes de empreendimentos e atividades contemplados com quaisquer dos favores referidos no artigo 26 do presente Decreto-lei, inclusive motores marítimos.

§ 2º A transgressão ao disposto no parágrafo anterior submeterá os infratores, sem prejuízo da ação penal cabível:

a) no caso de máquinas e equipamentos, inclusive motores marítimos importados, ao pagamento imediato, com correção monetária, dos impostos e taxas devidos à época de seu ingresso no País acrescido de juros e multas de acordo com a legislação em vigor;

b) no caso de máquinas e equipamentos nacionais, à imediata reposição dos mesmos ou sua substituição por similares adequados acrescida da multa de 20% sobre o seu valor;

c) no caso de motores marítimos importados a transferência para fora da região implicará na sua apreensão e sujeitará os infratores às penas cominadas para o crime de contrabando.

Art. 28. A importação de bens doados à SUDAM por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais,

independentemente de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos bens doados por organizações públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a entidades de fins não econômicos e destinados à educação, saúde, pesquisa ou assistência social, reconhecido esse direito mediante atestado fornecido pela SUDAM, da existência legal da entidade na Área Amazônica.

§ 2º Os bens de que trata o parágrafo anterior não poderão ser transferidos ou vendidos, a qualquer tempo, sem expressa autorização da SUDAM, sujeitas às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 29. As empresas industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, instaladas na região da SUDAM, poderão depositar, para reinvestimentos, no Banco da Amazônia S. A., (BASA) desde que acrescida em 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, a importância do imposto de renda devido, *que devam pagar*, ficando, porém a liberação dos citados recursos condicionada à aprovação, pela SUDAM dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização, complementação, ampliação, ou diversificação.

Art. 30. A SUDAM baixará normas especiais para a elaboração e exame dos projetos referidos neste artigo, reduzindo ao mínimo as exigências para sua aceitação e tramitação, cabendo ao Superintendente aprová-los dispensadas as restrições de delegação e "ad referendum" mencionadas no artigo 5º e seu parágrafo único da lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967.

Art. 31. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de sua declaração de rendimentos relativa ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, as quantias correspondentes às despesas previstas no artigo 32 deste Decreto-lei.

Art. 32. As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos naturais, inclusive a prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por esta aprovados;

b) fizerem, como doações, a instituições especializadas, públicas ou privadas, de fins não econômicos, para a realização de programas especiais de ensino tecnológico ou de pesquisas de recursos naturais e de potencialidade agrícola e pecuária, aprovados pela SUDAM.

CAPÍTULO III

Do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

Art. 33. O Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM — passará a ser constituído dos seguintes recursos:

- a) as dotações orçamentárias da União que lhe forem especificamente destinadas;
- b) o produto da colocação das "Obrigações da Amazônia" emitidas pelo Banco da Amazônia S. A.;
- c) a receita líquida resultante de operações efetuadas com seus recursos;
- d) as doações, as subvenções os repasses e outros;
- e) os depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados, em projetos específicos, no prazo e na forma estabelecidos pela legislação de incentivos fiscais em favor da Amazônia;
- f) os recursos do Fundo de Fomento à Produção, criado pelo artigo 7º da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, modificado pelo artigo nº 37, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965;
- g) os empréstimos contraídos no país ou no exterior.

§ 1º As emissões de Obrigações da Amazônia não poderão exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância do imposto de renda e adicionais não restituíveis arrecadadas no exercício anterior.

§ 2º As Obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis no prazo de até 10 anos, com as condições e vantagens estabelecidas pelo órgão competente.

§ 3º A dotação prevista neste artigo, para ser distribuída independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 34. Os recursos do FIDAM serão aplicados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia S. A., diretamente ou através de repasses ou financiamentos a outras instituições.

financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas, pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas do Banco Central:

a) através de créditos preferencialmente destinados à pequena e média empresa para investimentos em setores de atividade econômica, declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região;

b) através de financiamento à iniciativa privada para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais da região inclusive para a elaboração de projetos decorrentes de seus resultados positivos.

§ 1º Se os resultados das pesquisas de que trata este artigo forem negativos de modo que o financiamento concedido acarrete prejuízo, será o valor deste contabilizado a débito do FIDAM, em subtítulo próprio.

§ 2º A concessão pelo Banco da Amazônia S. A., de financiamento para projeto de valor superior a 6.000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo do País, à conta dos recursos do FIDAM, fica sujeita à prévia homologação da SUDAM, sem prejuízo das atribuições do Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 35. Fica a SUDAM autorizada a propor a liquidação das sociedades em que tenha maioria de capital votante, ou sua incorporação a outras entidades respeitadas os direitos assegurados aos eventuais acionistas minoritários se houver, bem como a propor a constituição de outras sociedades de economia mista destinadas à execução de obras consideradas de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º A participação da SUDAM em tais sociedades e a indicação de seus representantes nos respectivos órgãos de direção e assembleias gerais far-se-ão mediante proposta da Secretaria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º Não se aplicam às sociedades de que trata este artigo o disposto no § 3º do artigo 38 e nos artigos 108 e 111, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que a subscrição de ações e o aumento de capital sejam efetuados para atender

à necessidade de a SUDAM ou a União participarem do capital das referidas sociedades.

§ 3º Na autorização de que trata este artigo compreende-se a participação acionária no capital da sociedade, sempre que isto se fizer necessário à execução dos serviços e obras pela SUDAM considerados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

Art. 36. A SUDAM poderá efetivar, com recursos e ela atribuídos e/ou seus bens patrimoniais, a integralização de ações no capital das empresas previstas no artigo anterior bem como financiamento a entidades públicas e privadas, diretamente ou através de fundos para execução de projetos considerados de interesse para a Região.

Art. 37. Poderão ser investidos ou reinvestidos, na execução de programas considerados, pela SUDAM, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, os dividendos a ela conferidos pelas sociedades de que participe ou venha a participar, em decorrência da subscrição de ações, com recursos destinados a serviços e obras incluídos no Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1º O investimento ou reinvestimento de que trata este artigo, será em cada caso, autorizado pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta da Secretaria Executiva.

§ 2º O reinvestimento previsto neste artigo poderá efetivar-se através da incorporação dos dividendos ao capital das referidas sociedades, mediante subscrição de novas ações, ou integralizações das já subscritas.

Art. 38. São isentas de todos os impostos e taxas federais ou atos de constituição, incorporação ou fusão de sociedades de economia mista, encaregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano de Valorização Econômica e/ou das quais a União, os Estados da Amazônia e/ou a SUDAM venha a participar com a maioria das ações do capital com direito a voto.

Art. 39. As sociedades de economia mista, com sede na Amazônia, inclusive o Banco da Amazônia S. A., encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e das quais a União e/ou a SUDAM participem ou venham

a participar com a maioria das ações de capital com direito a voto, são isentos de todos os impostos federais, bem como taxas e adicionais que, de qualquer modo incidam sobre o custo de equipamentos e materiais, destinados à execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 40. Obedecido o planejamento Geral do Governo e o disposto no orçamento monetário, o Banco da Amazônia S.A. organizará, e apresentará à SUDAM anualmente, até 31 de outubro, o seu orçamento de aplicações para o exercício subsequente.

Art. 41. O Conselho Deliberativo, mediante parecer ou proposta da Secretaria Executiva, poderá sugerir ao Banco da Amazônia S.A. normas de operações a serem por ele adotadas que tornem mais eficiente a colaboração do Banco a empreendimentos e programas julgados prioritários pela SUDAM, para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Art. 42. Antes de sua liberação, pela SUDAM, em favor da empresa beneficiária, o Banco da Amazônia S.A. poderá, obedecendo o seu orçamento anual, alicar os recursos previstos na alínea "b" do artigo primeiro deste Decreto-lei em empréstimos ou financiamentos, assegurado o retorno desses recursos em tempo hábil para cobertura imediata das liberações determinadas pela SUDAM concernentes aos projetos por ela indicados.

Art. 43. Para atender a programas de apoio à pequena e média empresa, poderá a SUDAM utilizar os recursos depositados na BASA, oriundos das deduções do Imposto de Renda em montante a ser fixado pelo Conselho Deliberativo nunca superior a 20% (vinte por cento) do saldo acumulado entre os recursos arrecadados e os efetivamente liberados pelo Banco da Amazônia S.A.

Parágrafo único. Os recursos citados neste artigo integrarão o programa anual de aplicação do BASA e obedecerão a regulamento próprio, proposto pela Secretaria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 44. Fica instituído, na SUDAM, o registro obrigatório dos escritórios, firmas ou empresas de prestação de serviços de assessoria e elaboração de projetos técnicos para

obtenção dos incentivos fiscais e financeiros, assegurados a empreendimentos na Amazônia.

Art. 45. O Conselho Deliberativo, por proposta da Secretaria Executiva, disciplinará o processamento do registro de que trata o artigo anterior, estabelecendo as formalidades e exigências indispensáveis à definição da responsabilidade profissional dos escritórios, firmas ou empresas respectivas.

§ 1º Entre essas exigências deverão ser incluídas as seguintes:

a) prova de constituição regular do escritório, firma ou empresa e do pagamento dos impostos devidos;

b) relação dos responsáveis pelo escritório, firma ou empresa e integrantes do seu quadro técnico permanente com a indicação detalhada das qualificações profissionais e das atividades anteriores e atuais por eles exercidas.

Art. 46. É vedado aos servidores da SUDAM, do Banco da Amazônia S.A. e dos Bancos ou entidades federais ou estaduais de desenvolvimento ou investimento, participarem como dirigentes ou colaboradores, a qualquer título, dos escritórios, firmas ou empresas referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Sem prejuízo das responsabilidades funcionais a violação ao disposto neste artigo equiparase ao crime previsto no artigo 317 do Código Penal.

Art. 47. Entende-se como serviço de assessoria, que pode ser prestado pelos escritórios, firmas ou empresas, registrados na forma do artigo 44 a assistência aos depositantes de parcelas do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis já vinculados a projetos aprovados pela SUDAM.

§ 1º A assistência referida neste artigo poderá estender-se ao processo de liberação dos depósitos respectivos, junto à SUDAM e ao Banco da Amazônia S.A.

§ 2º Os profissionais liberais, devidamente credenciados pelas entidades beneficiárias, poderão, prestar a assistência de que trata o presente artigo, independentemente de prévio registro.

Art. 48. A SUDAM estabelecerá os limites e critérios para a cobrança de honorários pelos escritórios, firmas ou empresas referidos no artigo 44, quer em relação à elaboração de projetos

técnicos, quer em relação aos serviços de assessoria, definidos no artigo 47.

Art. 49. Excetuados os escritórios, firmas ou empresas referidos no artigo 44, os profissionais liberais de que trata o § 2º do artigo 47 e as sociedades distribuidoras ou instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, fica vedado a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas exercerem atividades de intermediação com o fim de encaminhar a aplicação dos depósitos de que trata o artigo 48, salvo na qualidade de agentes ou corretores, devidamente credenciados pelos escritórios, firmas, empresas, sociedades distribuidoras ou instituições financeiras, antes referidas.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo às empresas que façam captação de recursos derivados do artigo primeiro, alínea "b", deste Decreto-lei, para projetos próprios.

Art. 50. O laudo mencionado no artigo 30 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços ou obras, e será sempre fornecido dentro de sessenta (60) dias, após o pedido do mesmo.

Art. 51. Os representantes da SUDAM, nas Assembleias Gerais e nos Conselhos Fiscais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidades, somente aprovarão as contas da Diretoria se delas constar o laudo de fiscalização passado pela SUDAM.

Art. 52. Fica acrescentado um parágrafo único ao artigo 26 da lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966, que terá a seguinte redação:

"Quando os recursos forem destinados a atender estado de calamidade pública, serviços ou obras de caráter urgente, o disposto neste artigo será observado "ad referendum" do Conselho Deliberativo, dispensadas as demais formalidades".

Art. 53. A SUDAM promoverá, na conformidade dos recursos disponíveis, junto aos municípios situados na

área de sua jurisdição, planos de desenvolvimento municipal, cujas diretrizes obedecerão às normas do planejamento regional.

Parágrafo único. Para este fim, a SUDAM poderá celebrar convênios com os municípios interessados.

Art. 54. Para fins de compatibilização com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a SUDAM apreciará os projetos e programas que devam ser realizados na Região, pelos órgãos, entidades da administração federal, e sobre o assunto promoverá o encaminhamento de parecer ao Ministério do Interior.

Art. 55. Os bens móveis adquiridos, com recursos da SUDAM, pelas entidades ou órgãos executores de convênios, poderão, a critério do Superintendente dessa autarquia, continuar, até o fim de suas vidas úteis, na posse dos referidos órgãos ou entidades.

Parágrafo único. Terminado o período de suas vidas úteis, poderão ser os bens móveis alienados, na forma da Lei, pelas entidades ou órgãos referidos neste artigo, devendo o produto ser recolhido aos cofres da.... SUDAM.

Art. 56. Os bens móveis da SUDAM, que forem objeto ou resultantes de pesquisas ou experimentação, poderão ser alienados, independentemente de quaisquer formalidades, inclusive licitação.

Art. 57. Para a celebração de acordos, contratos e convênios, aplica-se à SUDAM o disposto no artigo 68 da Lei nº 5.508, de 14 de outubro de 1968, dispensadas as formalidades do § 3º, do artigo 25 do Decreto-lei nº 426, de 11 de maio de 1938.

Art. 58. Fica a Superintendência da SUDAM autorizada a dispensar licitação e contrato formal para a aquisição de material, prestação de serviço, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 59. A SUDAM poderá alienar bens integrantes de seu patrimônio a critério do Superintendente, ouvido o Conselho Deliberativo.

§ 1º Quando a alienação ocorrer por venda será feita mediante concorrência ou leilão.

§ 2º Sempre que o pagamento for efetuado a vista, independêr de caução ou contrato formal.

Art. 60. Os serviços da SUDAM serão atendidos com pessoal sob regime da legislação trabalhista, cujos quadros e níveis salariais serão aprovados pelo Presidente da República, depois de homologados pelo Superintendente e pelo Ministro do Interior.

Parágrafo único. O pessoal será admitido mediante contrato de trabalho, obedecidos os critérios de seleção estabelecidos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 61. A SUDAM poderá, contratar, quando necessário, profissionais para prestação de serviços técnicos de nível superior, por prazo determinado e para tarefas específicas, respeitadas a legislação e regulamentação em vigor quanto a pessoal.

Art. 62. O Superintendente da SUDAM, além da competência estabelecida na letra e do art. 13 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967, deverá sempre que possível, a seu critério, delegar poderes a servidor do órgão.

Art. 63. Além das atribuições estabelecidas no artigo 13 da Lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966, o Superintendente da SUDAM exercerá, no Conselho Deliberativo da autarquia, a de Delegado do Ministério do Interior.

Art. 64. Ficam revogados os artigos 53, 61 e 62, da Lei nº 5.508, de 14 de outubro de 1968.

Art. 65. Poderá a SUDAM sugerir, ao órgão federal competente, quais os produtos regionais que devam ser incluídos ou eliminados da lista de mercadorias sujeitas ao imposto de exportação, bem como as respectivas alíquotas.

Art. 66. Visando promover a utilização dos resultados de pesquisas, ou a implantação dos projetos dela decorrentes, considerados de interesse prioritário para o desenvolvimento da região, poderá a SUDAM estabelecer, em relação aos mesmos, condições especiais para a aplicação dos

incentivos fiscais e financeiros que administre, objetivando a concretização do empreendimento.

Art. 67. Na administração da política de incentivos fiscais preconizada no presente Decreto-lei, poderá a SUDAM criar escritórios especializados, não só na Região Amazônica como fora dela.

Art. 68. Continuam em vigor todos os dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 e 5.374, de 7 de dezembro de 1967, que não colidirem com os do presente Decreto-lei.

Art. 69. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 757 — DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ao art. 473, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, fica acrescentado o item VI, com a seguinte redação:

“VI — No período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).”

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 758 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar operação de financiamento externo.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o disposto no item II do artigo 45 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a celebrar contrato de financiamento externo entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR e The Philadelphia National Bank, com sede em Philadelphia, Estado da Pensilvânia, U.S.A., destinado à expansão do serviço telefônico do Estado do Paraná, no valor máximo de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares).

Parágrafo único. A operação a que se refere este artigo será resgatada em 7 (sete) prestações semestrais consecutivas, com prazo de carência de 2 (dois) anos à taxa de juros de 8% (oito por cento) ao ano mais uma taxa de serviço de 1% (um por cento) ao ano.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 759 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e fóro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2º A CEF terá por finalidade:

- a) receber em depósito, sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;
- b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;
- c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;
- d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;
- e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;
- f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patri-

mônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art. 5º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicações obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes de loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8º Os diretores da CEF, respeitadas os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos

causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definem os encargos e atribuições.

Art. 9º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por Decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gra-

tificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.

§ 3º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferência nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que fôr estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do artigo 461 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção, bem como antecipar a extinção prevista no artigo 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juizes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste Decreto-lei o Fundo

de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas Agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 760 — DE 13 DE AGOSTO DE 1969

Dá nova redação aos artigos 5º e 8º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º Os artigos 5º e 8º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Encerrada a investigação, se a Comissão concluir pela existência de enriquecimento ilícito, propore ao Presidente da República a expedição de Decreto, com a especificação dos bens a serem confiscados e dos atos de alienação ou oneração de bens a serem declarados nulos.

§ 1º Publicado o decreto no Diário Oficial, os registros competentes, no prazo de sessenta

dias, providenciarão, de ofício, a transcrição dos bens em nome da pessoa jurídica de direito público em favor da qual haja sido decretado o confisco, remetendo-lhe as respectivas certidões.

§ 2º A inobservância do disposto no parágrafo anterior configurará crime de prevaricação."

"Art. 8º São nulos, de pleno direito, em relação a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal e suas autarquias, empresas públicas sociedades de economia mista e fundações, os atos de alienação ou oneração de bens, dinheiro ou valor, praticados por quem haja enriquecido ilícitamente nos termos do artigo 8º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, do Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969 ou dos arts. 6º e 11º deste Decreto-lei.

§ 1º A declaração de nulidade far-se-á no decreto de confisco dos bens.

§ 2º A nulidade abrangerá os atos de alienação ou oneração de bens desviados do patrimônio público.

§ 3º O confisco abrangerá inclusive, os bens cuja alienação ou oneração forem declaradas nulas.

§ 4º Aos terceiros possuidores de boa-fé é assegurado direito regressivo.

§ 5º Far-se-á a reintegração ou imissão de posse dos bens confiscados mediante mandado do Ministro da Justiça, do Secretário de Justiça ou do Prefeito Municipal, conforme o confisco haja sido decretado em favor da União, Distrito Federal, Estado, Território ou Município e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

§ 6º As autoridades de que trata o parágrafo anterior poderão requisitar força policial para o cumprimento da ordem.

§ 7º O Presidente da República poderá nomear e indicar, durante o prazo previsto no art. 9º ou até a decisão de que trata o § 2º do mesmo artigo, depositário dos bens que lhe forem confiscados, lavrando-se o termo de compromisso perante a pessoa jurídica de direito público em fa-

vor da qual haja sido decretado o confisco."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Aurelio de Lyra Tavares
Jose de Menezes Pinto
Antônio Delfim Netto
Mario Davis Andreatza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Melo
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Fábio Rêthron
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 761 — DE 14 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre o contrato de trabalho de safristas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Entende-se estipulado por prazo determinado todo contrato de trabalho de safrista que suceder, em qualquer tempo, a outro de duração limitada.

Parágrafo único. Considera-se safrista o empregado, inclusive trabalhador rural, cujo contrato tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrícola.

Art. 2º Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias, ou lhe fornecerá os elementos necessários à movimentação dos depósitos e acessórios previstos na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1966.

Art. 3º A jornada diária não ultrapassará de (oito) horas e, nos casos permitidos em lei, as horas extraordinárias, não excedentes de 2 (duas), deverão ser remuneradas com um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor de hora normal.

Parágrafo único. Se a prorrogação da jornada exceder de 2 (duas) horas sem motivo de força maior devidamente comprovado, o acréscimo das demais horas será de 50% (cinquenta por cento), não podendo a jornada nesse caso exceder de 12 (doze) horas.

Art. 4º Os dias de repouso serão pagos na razão de 1/6 (um sexto) da remuneração recebida na semana vinda, excluindo as horas extraordinárias e respeitado o disposto nos artigos 117 e 118 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 5º Para todos os efeitos, inclusive o de estabilidade, serão somados os períodos descontinuos de serviço de safrista na mesma empresa, regendo-se seus direitos pelas normas concernentes aos contratos por prazo indeterminado, salvo se dispensado por falta grave, pago na forma do disposto no artigo 2º deste Decreto-lei ou convenientemente indenizado nos termos do artigo 479 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6º Aplicam-se aos safrististas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, do Estatuto do Trabalhador Rural e da legislação complementar não colidentes com o estabelecido no presente Decreto-lei.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 762 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências.

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

Considerando a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e

Considerando o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969; decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, com sede na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos.

§ 2º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º São fins da Universidade de Uberlândia a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todos os ramos do saber, e a divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 3º Integrarão a Universidade de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I — Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1965);

II — Faculdade de Direito de Uberlândia (Decreto números 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III — Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);

V — Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 3 de outubro de 1967).

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Faculdade de Artes.

§ 2º A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar a Universidade de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

§ 3º Por deliberação do Conselho Universitário a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, respeitado o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 4º O patrimônio da Universidade de Uberlândia será constituído:

I — do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporem;

II — dos bens e direitos que vier a adquirir;

III — das doações que receber,

IV — de outras incorporações que resultarem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º São recursos financeiros da Universidade de Uberlândia:

I — as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Faculdade Federal de Engenharia, e outras;

II — as ajudas financeiras de qualquer origem;

III — as contribuições financeiras oriundas de convênio, acórdão ou contrato;

IV — os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º São transferidos à Universidade de Uberlândia os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que lhe são incorporadas, mantidos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores da Faculdade Federal de Engenharia, que continuarão regidos, para esse fim, pela legislação federal em vigor.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação deste Decreto-lei serão elaborados os estatutos da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas e os estatutos da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Rectoria o atual Diretor da Faculdade Federal de Engenharia.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 763 — DE 15 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — Juizado de Menores do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — Juizado de Menores do Distrito Federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos) para atender as despesas decorrentes da construção do edifício-sede em Brasília.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, a saber:

		NCR\$
4.00.00	— Poder Judiciário	
4.07.00	— Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
4.07.03	— Juizado de Menores	
03.04.02.1 043	— Construção dos Centros de Triagem e de Recuperação do Juizado de Menores em Brasília	
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.1.0.0	— Investimentos	
4.1.1.0	— Obras Públicas	150.000,00

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Deljym Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 764 — DE 15 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — C.P.R.M. e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1958, decreta:

SEÇÃO I

Da Constituição da Sociedade por Ações "Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais"

Art. 1º Fica a União autorizada a constituir, na forma deste Decreto-Lei, uma Sociedade por ações, que se denominará "Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais" e usará a denominação C.P.R.M., vinculada ao Ministério das Minas e Energia, nos termos dos artigos 4º, inciso II, alínea c e 3º, inciso III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 1º A C.P.R.M. terá sede e foro na Capital Federal e poderá estabelecer escritórios ou dependências em todo o território nacional.

§ 2º O prazo de duração da C.P.R.M. é indeterminado.

§ 3º A C.P.R.M. reger-se-á por este Decreto, pela legislação aplicável às sociedades anônimas e pelos Esta-

tutos a serem aprovados pelo Presidente da República, mediante decreto.

Art. 2º O Presidente da República designará, por decreto, o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos:

I — pelo arrolamento dos bens, direitos e ações que a União e a Comissão do Plano do Carvão Nacional destinarem a integralização de seu capital;

II — pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens, direitos e ações cujos valores já houverem sido apurados pela Comissão a que se refere o artigo 12 deste Decreto-Lei, para constituírem o capital da União e da Comissão do Plano do Carvão Nacional;

II — aprovação dos Estatutos.

§ 3º A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, no Registro do Comércio.

Art. 3º A reforma dos Estatutos da Sociedade, inclusive no que se referir ao aumento do capital social, ficará sujeita à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

SEÇÃO II

Do Objetivo Social

Art. 4º A C.P.R.M. terá por objetivo:

I — Estimular o descobrimento e intensificar o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do Brasil.

II — Orientar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos.

III — Suplementar a iniciativa privada, em ação estritamente limitada ao campo da pesquisa dos recursos minerais e hídricos.

IV — Dar apoio administrativo e técnico aos órgãos da administração direta do Ministério das Minas e Energia.

§ 1º Para os fins deste Decreto-lei, consideram-se:

a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como da plataforma submarina;

b) recursos hídricos: as águas da superfície e as águas subterrâneas.

§ 2º Nos recursos definidos no parágrafo anterior, não se incluem o petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros.

Art. 5º Para a consecução de seus objetivos sociais, a C.P.R.M. poderá:

I — Elaborar e executar estudos e trabalhos de geologia e hidrologia bem como pesquisas minerais e de recursos hídricos;

II — Realizar, diretamente ou em cooperação com entidades governamentais e privadas, estudos científicos, tecnológicos, econômicos e jurídicos visando à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos;

III — Realizar pesquisas destinadas a estudos sobre o aproveitamento integrado das fontes de energia;

IV — Prestar assistência técnica;

V — Promover e apoiar a formação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais necessários às suas atividades.

Parágrafo único. Na colaboração com entidades públicas e privadas a C.P.R.M. poderá fazer ajuste e contratos de prestação de serviços medi-

ante remuneração ou ressarcimento de despesas e, bem assim, realizar investimentos de risco.

Art. 6º Para efeito do disposto no item III do art. 4º, a C.P.R.M., sempre que necessário e obedecida a legislação específica, fica autorizada a:

a) realizar estudos e levantamentos hidrometeorológicos;

b) realizar pesquisa mineral.

§ 1º Não se aplica à C.P.R.M., o disposto nos arts. 31 e 32 do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 28.2.67).

§ 2º Aprovado pelo D.N.P.M. o Relatório de Pesquisa apresentado pela C.P.R.M., fica esta autorizada a negociar, mediante licitação pública, com empresa de mineração, os resultados dos trabalhos realizados.

§ 3º O adquirente dos resultados dos trabalhos de pesquisa terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da efetivação da compra, para requerer a concessão de lavra. Findo o prazo, sem que haja requerido a concessão de lavra, caducará o respectivo direito.

Art. 7º É facultado à C.P.R.M. desempenhar suas atividades diretamente, por convênio com órgãos públicos ou por contrato com especialistas e empresas privadas.

SEÇÃO III

Das Acionistas

Art. 8º Os Estatutos da Sociedade poderão admitir como acionistas:

I — as pessoas jurídicas de direito público interno;

II — as autarquias e demais entidades da administração indireta da União, Estados e Municípios;

III — as pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV

Do Capital Social

Art. 9º O capital social autorizado é de NCr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros novos), dividido em 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias e 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais no valor de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo) cada uma.

Art. 10. As ações da Sociedade serão ordinárias, nominativas com direito de voto; e preferenciais, nominativas ou ao portador, sempre sem direito de voto e inconversíveis em ações ordinárias.

§ 1º As ações preferenciais serão exclusivamente nominativas até a total integralização do capital autorizado.

§ 2º As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º A União manterá sempre 51% (cinquenta e um por cento) no mínimo, das ações com direito de voto.

Art. 11. A União e a Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN subscreverão 60.000.000 (sessenta milhões) de ações.

§ 1º A integralização do capital referido neste artigo será feita em dinheiro, bens, direitos e ações, ficando o Poder Executivo e a CPCAN autorizados a incorporar à Sociedade os bens móveis e imóveis, direitos e ações que, pertencentes à União e à CPCAN estejam, na data deste Decreto, a serviço ou à disposição do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) relacionados com o objeto da Sociedade.

§ 2º A integralização pela União da parte em dinheiro do capital social por ela subscrito será realizado da seguinte forma:

I — No corrente exercício financeiro, através da abertura de crédito especial no valor de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), utilizando como recursos para sua cobertura o cancelamento de igual importância nas dotações orçamentárias do Ministério das Minas e Energia, na conformidade do disposto no item III, § 1º, do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II — Nos exercícios financeiros de 1970, 1971 e 1972, através da inclusão, na Lei de Oramento de dotações no valor de NCr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros novos), em cada um dos exercícios, a este fim destinados.

§ 3º Fica facultado ao Poder Executivo atender às despesas referidas no parágrafo anterior mediante a en-

trega à Sociedade em valor correspondente, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 12. O valor dos bens, direitos e ações, referidos no § 1º do artigo anterior, será apurado, mediante avaliação realizada por Comissão constituída de peritos designados conjuntamente, pelos Ministros das Minas e Energia e da Fazenda, cabendo-lhe ainda proceder ao inventário e levantamento dos referidos bens, direitos e ações.

Parágrafo único. Se o valor dos bens, direitos e ações exceder à quantia de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), o excesso será contabilizado pela Sociedade como crédito da União, para integralização de aumento do capital da Sociedade.

Art. 13. A forma de integralização do capital subscrito pelos demais acionistas será estabelecida nos Estatutos, obedecendo o disposto na Seção VIII da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

SEÇÃO V

Da Administração e do Conselho Fiscal

Art. 14. A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria Executiva.

Art. 15. O Conselho de Administração será constituído:

I — de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum*;

II — de Diretores, em número de três, no mínimo e cinco no máximo;

III — de Conselheiros, em número de quatro.

§ 1º Os Diretores serão eleitos pela Assembleia-Geral de Acionistas.

§ 2º Um Conselheiro será eleito pela Assembleia-Geral de Acionistas sem o voto da União.

§ 3º Serão membros natos do Conselho de Administração, na qualidade de Conselheiros e sem direito a remuneração, os Diretores Gerais do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

§ 4º É privativo de brasileiros o exercício da função de membro do Conselho de Administração.

§ 5º O mandato dos Diretores e do Conselheiro eleito será de quatro anos.

Art. 16. A Diretoria Executiva será composta do Presidente e dos Diretores.

Art. 17. O Conselho Fiscal será constituído de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembléa-Geral, podendo ser reeleitos.

SEÇÃO VI

Dos Empréstimos e dos Favores Atribuídos à Sociedade

Art. 18. A C. P. R. M. poderá contrair empréstimos para a aquisição de equipamentos e materiais destinados à execução de seus programas, bem como para contratação de serviços técnicos e aperfeiçoamento de pessoal.

Parágrafo único. Para os empréstimos referidos neste artigo, que impliquem concessão de garantia do Tesouro Nacional, será ouvido previamente o Ministro da Fazenda, que poderá outorgá-la diretamente.

Art. 19. Para efeito de tratamento fiscal à importação, as atividades exercidas pela Sociedade enquadrar-se-ão no disposto no artigo 14 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

SEÇÃO VII

Do Pessoal

Art. 20. O regime jurídico do pessoal da C.P.R.M. será o da legislação trabalhista.

Art. 21. Os servidores públicos em exercício nos órgãos dos Departamentos Nacionais de Águas e Energia Elétrica e da Produção Mineral, da Comissão do Plano do Carvão Nacional e demais entidades referidas na letra b do artigo 23 deste Decreto-lei, cujas funções passaram a ser desempenhadas pela C.P.R.M., poderão, a critério da Administração da Sociedade, ser admitidos na mesma, mediante contrato de trabalho, ficando-lhes assegurada, em tal caso, a contagem dos respectivos tempos de serviço, para fins de estabilidade e

previdência social, nos termos do Decreto-lei nº 367, de 19 de dezembro de 1968.

SEÇÃO VIII

Do Balanço e Exercício Social

Art. 22. O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto a balanço, amortização, reservas e dividendos, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e as prescrições a serem estabelecidas nos Estatutos da Sociedade.

SEÇÃO IX

Disposições Gerais

Art. 23. A C.P.R.M. executará:

a) as atividades de estudos e pesquisas hídricas e energéticas, atualmente a cargo do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica;

b) as atividades de estudos geológicos, de pesquisas minerais e de investigação e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral, atualmente a cargo:

— do Departamento Nacional da Produção Mineral,

— da Comissão do Plano do Carvão Nacional,

— da Comissão Nacional de Energia Nuclear, exceto quanto às investigações e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral,

— do Departamento de Recursos Naturais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, bem como da Fundação prevista no art. 6º da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Federal referidos neste artigo celebrarão com a C.P.R.M. os convênios necessários à execução, por esta, das atividades no mesmo previstas.

Art. 24. Os órgãos da Administração Federal que concederem assistência financeira à pesquisa mineral, bem como à investigação e ao desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral observarão normas capazes de assegurar, a longo prazo, a compensação satisfatória das perdas decorrentes dos riscos assumidos.

§ 1º. Nos casos de financiamento, os empréstimos serão oncedidos sempre a juros reais, obrigados os beneficiários a uma participação com recursos próprios, nunca inferior a 20% (vinte por cento) dos investimentos autorizados.

§ 2º. A compensação das eventuais perdas decorrentes dos riscos assumidos na pesquisa mineral será obtida mediante cobrança de uma cota de risco proporcionada ao valor das reservas comercialmente exploráveis ou, durante prazo determinado, ao valor comercial da produção.

§ 3º. A compensação das eventuais perdas decorrentes dos riscos assumidos na investigação e desenvolvimento dos processos de beneficiamento mineral será obtida através de participação nos resultados da utilização industrial, nos casos bem sucedidos, das patentes concedidas.

§ 4º. Os órgãos da Administração Federal, mediante convênio, estabelecerão, em conjunto com a C.P.R.M., normas uniformes para a prestação da assistência financeira referida neste artigo.

Art. 25. Fica a C.P.R.M. autorizada a criar um fundo financeiro destinado aos investimentos de risco.

§ 1º. Nos investimentos que efetuar em cooperação com a iniciativa privada, a C.P.R.M. observará as normas financeiras estabelecidas no art. 24 deste Decreto-lei e nos seus Estatutos Sociais.

§ 2º. Os financiamentos que a C.P.R.M. conceder serão realizados sempre por intermédio de agência financeira da Administração Federal.

Art. 26. Ficam revogados o § 2º do artigo 6º e os artigos 10, 11, 12, 13 e 91 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968.

Art. 27. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 765 — DE 15 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação do Fundo Nacional de Mineração e de recursos destinados ao Departamento Nacional da Produção Mineral e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. O Fundo Nacional de Mineração, instituído pela Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, bem como as parcelas de 0,3% (três décimos por cento) da arrecadação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, destinada ao Departamento Nacional da Produção Mineral (art. 1º, item VII, do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 555, de 25 de abril de 1969) e de 2% (dois por cento) da arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, destinada ao Departamento Nacional de Águas e Energia (art. 13, item I, da Lei nº 4.676 de 16 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 644 de 23 de junho de 1969), serão aplicados, de acordo com as respectivas leis de regência, em execução indireta, mediante contrato, na forma legal, com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais instituída pelo Decreto-lei nº 764 de 15 de agosto de 1969.

Art. 2º. A partir de 1º de janeiro de 1971, a parcela do imposto único sobre os minerais do País, atualmente destinada à Comissão do Plano do Carvão Nacional nos termos do art. 10, parágrafo único, item I, da Lei nº 4.425 de 8 de outubro de 1964, com a redação dada pelo art. 3º do Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967, será creditada à conta e ordem do Departamento Nacional da Produção Mineral — Fundo Nacional de Mineração.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 766 — DE 15 DE AGOSTO DE 1969

Altera o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É alterada a redação do § 1º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando-se ao mesmo artigo, na redação dada pela Lei nº 5.562, de 12 de dezembro de 1968, dois parágrafos como segue:

“§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.

.....
§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o § 4º não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.”

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 767 — DE 16 DE AGOSTO DE 1969

Institui incentivos fiscais e creditícios para o desenvolvimento industrial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam instituídos os incentivos adiante enumerados de que gozarão os projetos de desenvolvimento industrial aprovados pelos Grupos Executivos do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e do Comércio.

a) isenção dos impostos de importação nos casos de importação sem similar nacional, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, bem como partes complementares da produção nacional, destinados à execução dos projetos industriais, observado o disposto no artigo 14 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1964.

b) apoio financeiro por entidades oficiais de créditos, obedecida a política traçada pelo Governo em matéria financeira e creditícia e atendidos os dispositivos estatutários das entidades financiadoras.

c) concessão do registro de financiamento ou de investimento estrangeiro, obedecidas as normas baixadas pelas autoridades monetárias e cambiais.

d) utilização adequada do imposto de importação, de modo que assegure equilibrada proteção à produção nacional, podendo o CDI sugerir ao Conselho de Política Aduaneira as eventuais modificações necessárias à compatibilização da Tarifa das Alfândegas com a política de desenvolvimento industrial, na conformidade da política global do Governo, e, ainda, respeitadas as atribuições, critérios e procedimentos do CPA.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 768 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a alienar os imóveis residenciais de sua propriedade na forma do presente Decreto-lei.

§ 1º É assegurado a todo servidor do Conjunto Administrativo do Distrito Federal que conte, pelo menos, um ano de serviço, o direito à aquisição do imóvel residencial que ocupa, ou venha a ocupar, mediante autorização regular.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo as unidades funcionais como tais consideradas aquelas cuja ocupação estiver vinculada ao exercício transitório de cargos ou funções de confiança.

§ 3º Caberá ao Prefeito do Distrito Federal especificar, em ato a ser publicado no órgão oficial, as unidades residenciais funcionais.

Art. 2º As vendas serão sempre realizadas pelo valor atualizado do imóvel, determinado através de prévia avaliação, observadas, no que couber, as normas da legislação federal, relativas à venda de imóveis residenciais.

Art. 3º Os preços das alienações serão homologados pelo Prefeito do Distrito Federal.

Art. 4º O seguro de vida de renda temporária para os adquirentes dos imóveis de que trata este Decreto-lei objeto de aplicação do Sistema Financeiro de Habitação, será processado junto ao Banco Nacional de Habitação.

Art. 5º As alienações dos imóveis de que trata o artigo 1º serão feitas por intermédio da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., SHIS.

Art. 6º As unidades residenciais que deixarem de ser alienadas por desinteresse ou impossibilidade legal de seus ocupantes, e aquelas a que se refere o § 2º do artigo 1º deste

Decreto-Lei serão administradas pela Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., SHIS.

Art. 7º Os ocupantes das unidades consideradas funcionais ficarão sujeitos ao pagamento de uma taxa de ocupação equivalente a um milésimo do valor atualizado do imóvel, calculada de acordo com as tabelas que serão organizadas e publicadas anualmente pela SHIS, bem como da taxa de conservação a que se refere o artigo 6º do Decreto-lei nº 76, de 21 de novembro de 1966.

Art. 8º As vendas serão feitas à vista ou a prazo, através de contrato padrão de promessa de compra e venda e de amortização da dívida no prazo escolhido pelo promitente comprador, desde que não excedente de 25 (vinte e cinco) anos, assegurado, no caso de venda a prazo o direito à liquidação antecipada do débito, a qualquer tempo.

§ 1º Nas vendas a prazo, observado o que dispõe o artigo seguinte o resgate da dívida será feito em prestações mensais sucessivas, compreendendo as cotas de amortização e juros de 5% (cinco por cento) ao ano (pela Tabela Prce).

§ 2º O pagamento mensal das cotas de amortização e juros será acrescido de:

a) prêmio de seguro correspondente à cobertura dos riscos definidos na Apólice Compreensiva Especial para o Plano Nacional de Habitação, efetuada a cobrança por duodécimos;

b) taxa de administração do contrato, no valor de 2%, (dois por cento) sobre as cotas de amortização e juros.

Art. 9º Para efeito de aplicação de correção monetária a que se refere o Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966, as prestações mensais de amortização e juros serão reajustadas 60 (sessenta) dias após cada aumento de vencimentos ou salário do servidor de acordo com a variação percentual das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 1º O primeiro reajustamento far-se-á de acordo com a variação percentual verificada entre a data da assinatura do contrato e a do primeiro aumento de vencimentos ou salário do servidor adotando-se, em cada um dos subsequentes reajustamentos, a

variação percentual ocorrida a partir do aumento de vencimentos ou salário imediatamente anterior.

§ 2º O saldo devedor do preço da alienação será corrigido nas mesmas épocas de reajustamento das prestações correspondentes e obedecerá às mesmas proporções de acréscimos.

Art. 10. A falta de pagamento de 3 (três) prestações mensais sucessivas implicará na rescisão de pleno direito, do contrato de promessa de compra e venda, ou de cessão, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial ressalvada ao promitente comprador ou cessionário, a faculdade de purgar a mora dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. A cessão de direitos à compra dos imóveis de que trata este Decreto-lei só poderá ser feita mediante prévia e expressa autorização da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda..SHIS, após o transcurso do prazo de carência de 3 (três) anos, contados da data da escritura de promessa de compra e venda.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, o saldo devedor existente na data, com correção monetária, passará, em qualquer caso, a render juros na base uniforme de 10% (dez por cento) ao ano pela Tabela Price, ficando reduzido o prazo de amortização à metade do tempo que faltar para a liquidação do débito.

§ 2º A cessão de direito, por instrumento público ou particular, feita em desacordo com o disposto neste artigo acarretará a rescisão do contrato de promessa de compra e venda, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial.

Art. 12. Enquanto não for integralmente liquidada a dívida, o imóvel só poderá ser locado a outro servidor público do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

Art. 13. Em nenhuma hipótese será admitida a alienação a uma mesma pessoa, ou a seu cônjuge, de mais de uma unidade residencial, sendo igualmente vedada a aquisição por quem, em Brasília, já seja proprietário, promitente comprador ou cessionário de direitos à compra de outra unidade residencial.

Art. 14. O produto das alienações de que trata este Decreto-lei será re-

colhido em conta própria no Banco Regional de Brasília S.A., passando a constituir um Fundo Especial destinado ao financiamento exclusivo da construção de novas unidades residenciais para Servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal e administrado pela Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda..SHIS.

Art. 15. Para efeito do disposto nos artigos 5º, 6º e 14 deste Decreto-lei, a Prefeitura do Distrito Federal celebrará convênio com a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda..SHIS.

Art. 16. Compete à Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda..SHIS, como gestora do Fundo Especial, promover a execução dos contratos relativos à alienação dos imóveis de que trata este Decreto-lei.

Art. 17. O Fundo Especial terá a duração de 30 (trinta) anos.

Art. 18. Aos casos não previstos neste Decreto-lei aplica-se, no que couber, a legislação referente ao sistema financeiro da habitação.

Art. 19. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 769 — DE 18 DE AGOSTO DE 1969

Revoga o Decreto-lei nº 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e considerando:

— que a atividade de movimentação de oficiais e praças no espírito e na letra (artigo 3º) da Lei de Reforma Administrativa deve ser considerada como atribuição exclusiva do Poder Executivo;

— que os fatores condicionantes dessa atividade são muito afetados pelos dados conjunturais, exigindo portanto uma contínua e rápida adaptação das normas em vigor;

— que a lei que regula o assunto (Decreto-lei nº 7.039, de 10 de novembro de 1944) encontra-se desatualizada e não mais responde às imposições e necessidades da situação, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros).

Art. 2º O Poder Executivo baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, o regulamento de movimentação do pessoal militar do Ministério do Exército, ressalvadas as prescrições do artigo 55, inciso 1 (um), da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956 — Lei de Organização Básica do Exército.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de publicação do regulamento de que trata o artigo anterior, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 770 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza a União a constituir a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

CAPÍTULO I

Da Constituição da EMBRAER

Art. 1º Fica a União autorizada a constituir, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, na forma deste Decreto-lei, uma sociedade de economia mista que se denominará EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A.

Parágrafo único. A EMBRAER terá sede e fóro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A EMBRAER terá por objeto promover o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira e atividades correlatas, inclusive projetar e construir aeronaves e respectivas acessórios, componentes e equipamentos e promover ou executar atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção do material aeronáutico, de acordo com programas e projetos aprovados pelo Poder Executivo.

§ 1º A EMBRAER recorrerá sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato desde que exista, na área iniciativa privada capacitada a desenvolver os encargos de execução.

§ 2º A implantação progressiva da indústria aeronáutica observará critérios de racionalidade econômica, inclusive quanto à necessidade de assegurar escalas mínimas de produção eficientes.

§ 3º O Ministério da Aeronáutica e quaisquer órgãos da administração direta ou indireta federal, darão prioridade à utilização dos produtos e serviços da EMBRAER.

Art. 3º Não se aplica à EMBRAER o disposto nos itens 1º e 3º do art. 38 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo único. A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo, sendo a ata correspondente, posteriormente arquivada no Registro do Comércio, por cópia autêntica.

CAPÍTULO II

Do Capital da EMBRAER

Art. 1º O capital social inicial da EMBRAER será de NCr\$ 50.000 000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros novos), correspondendo a 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, em ações ordinárias nominativas a serem subscritas pela União e o restante em ações ordinárias ou preferenciais, nominativas ou ao portador, a serem subscritas por pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. Até que o capital inicial da EMBRAER seja integralizado, não se aplicam à Sociedade as disposições do artigo 14 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 5º A União nas emissões posteriores de ações ordinárias decorrentes de aumentos de capital, sub-reverá o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

Art. 6º Para integralização das ações subscritas pela União, nos aumentos de capital da EMBRAER, fica o Poder Executivo autorizado a incorporar os bens, instalações, máquinas, equipamentos e direitos que possuir, relacionados com a fabricação de material aeronáutico.

Parágrafo único. Se necessário o valor desses bens e direitos será completado pela União, em dinheiro.

Art. 7º Nos exercícios financeiros de 1970 a 1975 inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir até 1% (um por cento) do imposto de renda devido, desde que apliquem diretamente, até o vencimento da cota única ou última cota do imposto igual importância em ações novas da Empresa criada neste Decreto-lei.

§ 1º O incentivo fiscal previsto neste artigo será concedido cumulativamente com os demais em vigor, observado o limite máximo de 51% (cinquenta e um por cento).

§ 2º A opção deverá ser feita na respectiva declaração de renda, importando a não aplicação em obrigatoriedade de recolhimento como imposto, acrescido das multas cabíveis.

Art. 8º Os recursos captados pelas instituições financeiras na forma e nos termos do artigo 2º do Decreto-lei número 157, de 10 de fevereiro de 1967, poderão ser aplicados na subscrição de ações da EMBRAER, para integralização do seu capital inicial ou de aumentos de capital.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos da EMBRAER

Art. 9º A EMBRAER será administrada por um Conselho Diretor, com funções normativas, e por uma Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Diretor será constituído de:

I — Um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação conjunta dos Ministros da Aeronáutica e da Indústria e do Comércio demissível "ad nutum";

II — três conselheiros nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos Ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e Coordenação Geral com mandato de três anos;

III — dois conselheiros eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de três anos;

IV — o diretor-superintendente.

§ 2º A Diretoria Executiva a quem caberá todas as funções executivas e de administração da EMBRAER será constituída de um diretor-superintendente e dos diretores-executivos previstos nos Estatutos Sociais, escolhidos pela Assembléia Geral.

Art. 10. O Conselho Fiscal será constituído de três membros, com mandato de um ano.

§ 1º Para a constituição do Conselho Fiscal, a União indicará um representante; as pessoas jurídicas de direito público e sociedades de economia mista, o segundo; e as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, o terceiro.

§ 2º Enquanto o Conselho Fiscal não puder ser constituído na forma do parágrafo anterior, todos os seus membros serão eleitos pela Assembléia Geral.

§ 3º Não se aplicam ao Conselho Fiscal da EMBRAER as disposições do Decreto-lei número 2.928 de 31 de dezembro de 1940.

Art. 11. É privativo de brasileiros o exercício dos cargos e funções de membro do Conselho Diretor, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da EMBRAER.

Art. 12. Os membros do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva terão remuneração fixada pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. Na fixação da remuneração do diretor-superintendente e dos diretores-executivos serão consideradas as condições do mercado regional de trabalho.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 13. A EMBRAER poderá requisitar militares e servidores públicos, através de solicitação ao Minis-

tério da Aeronáutica, para a realização de suas atividades.

Parágrafo único. Os servidores requisitados continuarão recebendo os seus vencimentos e vantagens e poderão perceber gratificação da EMBRAER, de acordo com o nível salarial da função desempenhada.

Art. 14. Os administradores e empregados da EMBRAER, bem como os militares e servidores públicos a seu serviço, são obrigados a manter absoluto sigilo quanto aos trabalhos e tarefas de que forem incumbidos.

Art. 15. A EMBRAER gozará de isenção de todos os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre a importação de matérias-primas, peças complementares, componentes e equipamentos, máquinas e dispositivos, sem similar nacional, destinados à sua produção e serviços.

Parágrafo único. Fica estendida a isenção de que trata este artigo às indústrias nacionais de produção de material aeronáutico, nas importações destinadas à realização de programas aprovados pelo Ministério da Aeronáutica e cujos projetos recebem aprovação do GEIMEC.

Art. 16. O Ministério da Aeronáutica fica autorizado a transferir a propriedade de bens móveis, imóveis e direitos e, ainda, a transferir para a EMBRAER material, máquinas e equipamentos necessários à realização, por esta, de programas de interesse do Ministério.

Art. 17. A EMBRAER contribuirá para a formação de pessoal técnico, necessário à indústria aeronáutica e para a preparação de operários qualificados, podendo organizar cursos, conceder auxílios a estabelecimentos de ensino do País bolsas de estudo e, ainda, assinar convênios com entidades públicas ou privadas para a formação de pessoal técnico-especializado.

Art. 18. Compete ao Ministro da Aeronáutica exercer a supervisão das atividades da EMBRAER, nos termos e na forma prevista no Título IV do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 19. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 771 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1969

Altera a redação do artigo 515, letra "b" e do artigo 538, § 1º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º O artigo 515, letra b e o artigo 538, § 1º e § 4º da Consolidação das Leis do Trabalho passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 515.

b) duração de três anos para o mandato da diretoria".

"Artigo 538.

§ 1º A diretoria será constituída no mínimo de 3 (três) membros e de 3 (três) membros se comporá o Conselho Fiscal os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato por 3 (três) anos.

§ 4º O Conselho de Representantes será formado pelas delegações dos sindicatos ou das federações filiadas, constituída cada delegação de 2 (dois) membros com mandato por 3 (três) anos, cabendo um voto a cada delegação".

Art. 2º Nas entidades em que não se tenham realizado eleições até esta data, ficam prorrogados para 3 (três) anos os mandatos referidos nos artigos 515, letra b e 538, § 1º e § 4º.

Art. 3º A redução das delegações previstas no artigo 538, § 4º só terá vigência depois de cumpridos os mandatos dos atuais delegados.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1969,
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 772 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a auditoria externa a que ficam sujeitas as entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições para fins sociais ou transferências do Orçamento da União, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Sem prejuízo do disposto no artigo 183 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, as entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que se utilizem de contribuições para fins sociais (Decreto-lei nº 27, de 14 de novembro de 1966) ou recebam transferências do Orçamento da União, estarão sujeitas também a auditoria externa, a cargo da Inspeção Geral de Finanças do Ministério em cuja área de competência se enquadrarem.

Parágrafo único. Se a entidade ou organização dispuser de renda própria de outra natureza, a auditoria se limitará ao emprego daquelas contribuições e transferências.

Art. 2º. Nos casos de irregularidades apuradas, se o responsável, devidamente notificado, deixar de atender às exigências formuladas pela Inspeção Geral de Finanças, o Ministro de Estado determinará a suspensão dos repasses destinados às referidas entidades ou organizações, ou a retenção da receita na fonte arrecadadora.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuva Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 773 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1969

Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a existência, no Estado da Guanabara, de estabelecimentos isolados de ensino superior pertencentes ao sistema federal;

Considerando que é direttriz da Reforma Universitária a associação de instituições de ensino em entidades de nível universitário ou federativo, conforme as características próprias em cada caso (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, artigos 8º e 10), decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a instituir a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), com sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, para reunir e integrar, sob a forma jurídica de fundação de direito público, estabelecimentos isolados do sistema federal de ensino.

§ 1º A Federação de que trata o artigo gozará de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar e organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento nos termos da legislação em vigor e do seu estatuto.

§ 2º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º São fins da FEFIEG a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º A FEFIEG congregará:

I — A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;

II — A Escola de Enfermagem "Alfredo Pinto";

III — A Escola Central de Nutrição;

IV — O Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional do Teatro;

V — O Instituto "Villa-Lobos";

VI — O Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional;

VII — O Instituto Nacional do Câncer.

§ 1º A FEFIEG é autorizada a admitir como instituições agregadas, na forma prevista no estatuto, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Reabilitação Profissional, e outros estabelecimentos de ensino, de pesquisa ou de assistência médico-social.

§ 2º Por deliberação do Conselho Federativo, a FEFIEG poderá promover a incorporação ou criação de novas unidades, ressalvado o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no artigo 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 3º Para a consecução de seus objetivos, a FEFIEG celebrará convênio, inclusive para o cumprimento de mandato, com outras instituições públicas ou privadas.

§ 4º Aos professores, auxiliares de ensino e servidores das instituições e cursos integrados na FEFIEG, serão assegurados os direitos e vantagens que lhes são atualmente concedidos pela legislação federal.

Art. 4º São órgãos da administração superior da FEFIEG:

I — A Presidência;

II — O Conselho Federativo;

III — O Conselho de Curadores.

Art. 5º O Presidente da Federação será designado pelo Presidente da República, em lista sextupla elaborada pelo Conselho Federativo, e terá o prazo de mandato, competência e prerrogativas correspondentes às de Reitor.

Art. 6º O Conselho Federativo, órgão de deliberação e consulta da FEFIEG, será constituído dos diretores das unidades de ensino e de um representante das respectivas congregações ou colegiados equivalentes, e terá as atribuições previstas no estatuto, obedecidos os princípios estabelecidos no artigo 38, e seus parágrafos, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 7º O Conselho de Curadores, órgão de controle e fiscalização econômico-financeira da FEFIEG, terá composição e atribuições definidas no estatuto, observando-se o disposto no artigo 15, e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o artigo 15 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Curadores serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º São recursos financeiros da FEFIEG:

I — As dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União;

II — As ajudas financeiras de qualquer origem;

III — As contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;

IV — Os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 9º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação deste Decreto-lei, serão elaborados o estatuto da Fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas e o da Federação, para aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Até que seja aprovado o estatuto, continuam em vigor os regimentos das unidades, ressalvados o disposto no presente Decreto-lei.

Art. 10. A nomeação do primeiro Presidente da FEFIEG será livremente feita pelo Presidente da República.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 774 — DE 20 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que a Reforma Universitária admite, apenas a título precário e transitório, a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

Considerando a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e

Considerando o disposto no artigo 10, e seu parágrafo único, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º É autorizada a funcionar a Universidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º A Universidade de que trata o artigo será uma fundação de direito privado, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e do seu estatuto.

§ 2º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º São fins da Universidade do Rio Grande a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º A Universidade do Rio Grande será constituída das seguintes unidades, reconhecidas:

I — Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande (federal);

II — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (municipal);

III — Faculdade de Direito "Clóvis Bevilacqua";

IV — Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande;

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata o artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia Industrial, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida a designação da Faculdade de Direito.

§ 2º A Faculdade de Medicina do Rio Grande deverá integrar-se na Universidade do Rio Grande, assim que venha a ser legalmente reconhecida.

§ 3º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, ressalvado o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no artigo 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 4º O patrimônio da Universidade do Rio Grande será constituído:

I — Do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporem;

II — Dos bens e direitos que vier a adquirir;

III — Das doações que receber.

IV — De outras incorporações que resultem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º São recursos financeiros da Universidade do Rio Grande:

I — As dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Escola de Engenharia Industrial, e outras;

II — As ajudas financeiras de qualquer origem;

III — As contribuições financeiras oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV — Os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º São transferidos à Universidade do Rio Grande os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que

lhes são incorporadas mantidos todos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, que continuarão regidos, para esse fim, pela legislação federal em vigor.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação deste Decreto-lei serão elaborados o estatuto da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o estatuto da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Reitoria o atual Diretor da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 1969;
148ª da Independência e 31ª da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 775 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1969

Provê sobre o funcionamento como fundação de direito privado, da Faculdade de Medicina da Academia Brasileira de Medicina Militar, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É autorizada a funcionar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a Faculdade de Medicina, pertencente à Academia Brasileira de Medicina Militar.

Art. 2º Para o efeito de manter e administrar o estabelecimento de ensino, de que trata o artigo 1º, a Academia Brasileira de Medicina Militar instituirá, como entidade de direito

privado, a "Fundação General Doutor João Severiano da Fonseca", observado o disposto neste Decreto-lei.

§ 1º Os estatutos da Fundação e da Faculdade deverão ser aprovados, respectivamente, pelo Presidente da República e pelo Conselho Federal de Educação.

§ 2º Os estatutos poderão ser alterados nas mesmas condições previstas para sua aprovação.

§ 3º Do ato de instituição da fundação, pela Academia Brasileira de Medicina Militar, participará, como interveniente, representante expressamente credenciado pelo Presidente da República.

Art. 3º O patrimônio da fundação, de que trata este Decreto-lei, será constituído:

I — Pelo terreno, com a área aproximada de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), situado à Avenida Brasil, em Manguinhos, Estado da Guanabara, cedido gratuitamente pelo Ministério da Aeronáutica à Academia Brasileira de Medicina Militar, de acordo com o Decreto nº 62.269, de 15 de fevereiro de 1968;

II — Pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III — Pelas doações que receber;

IV — Por outras incorporações que revertam dos trabalhos realizados, pela instituição.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação serão alienados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados.

Art. 4º Serão recursos financeiros da Fundação:

I — As dotações anualmente consignadas no Orçamento da União;

II — As ajudas financeiras de qualquer origem;

III — As contribuições oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV — Os saldos de exercícios encerrados.

Parágrafo único. A subvenção orçamentária concedida à Fundação não deverá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício anterior.

Art. 5º A Faculdade de Medicina, a que se refere o artigo 1º, disporá dos leitos hospitalares e instalações para-médicas existentes no Hospital da Aeronáutica do Galeão, dos laboratórios do Instituto Estadual de Saúde

Pública, do anfiteatro e de parte do 4º andar do Instituto Médico Legal, da Secretaria de Segurança do Estado da Guanabara dos leitos hospitalares e das instalações para-médicos existentes no Hospital Central da Marinha, e de outros hospitais da Marinha Brasileira situados no Estado da Guanabara, de acordo com os termos de convênio respectivamente firmados, a 27 de julho de 1967, com a Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, a 28 de agosto de 1967, com o Governo do Estado da Guanabara, a 29 de setembro de 1967 com o Governo do Estado da Guanabara, e a 21 de novembro de 1968, com a Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 776 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1969

Transfere cargo do Ministério da Aeronáutica para o Estado-Maior das Forças Armadas.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica transferido, com o respectivo ocupante, Dirce Guimarães Batista, um cargo de Estenodactilógrafo, AF-502-11, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, para idênticos Parte e Quadro do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 2º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 777 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a instituição da Fundação Museu do Café e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, nos termos do artigo 4º, § 2º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, uma fundação que se denominará "Fundação Museu do Café", vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a finalidade de documentar a história do café, servindo de mostra retrospectiva e de exposição permanente do desenvolvimento da sua cultura, bem como das técnicas utilizadas nas diversas fases da sua produção, beneficiamento e comercialização.

Art. 2º A Fundação terá sede e fóro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, e se regerá por Estatutos aprovados por decreto do Presidente da República, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º A Fundação adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da escritura pública de sua constituição, com a qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

§ 2º A União será representada, nos atos constitutivos da Fundação, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou por pessoa que ele designar.

§ 3º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, cuja composição e atribuições serão definidas nos Estatutos.

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelo imóvel denominado Fazenda Taquaral, situado no Município de Campinas, Estado de São Paulo e de propriedade do Instituto Brasileiro do Café;

b) por dotações que lhe sejam atribuídas no orçamento anual do Instituto Brasileiro do Café;

c) por subvenções e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Art. 5º O patrimônio, as rendas e os serviços da Fundação gozarão da imunidade concedida pelo artigo 20, item III, letra "c", da Constituição.

Parágrafo único. Nas operações em que a Fundação figurar como alienante, adquirente, cedente, cessionária, doadora ou donatária de bens ou direitos, a imunidade não alcançará as outras partes contratantes, cabendo a estas o pagamento dos impostos que lhes são atribuídos em lei.

Art. 6º O pessoal da Fundação ficará sujeito ao regime da legislação trabalhista e será recrutado segundo o sistema do mérito.

§ 1º A Fundação poderá requisitar servidores federais, estaduais e municipais, inclusive autárquicos, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Os servidores requisitados na forma deste artigo poderão optar pelo regime trabalhista peculiar à Fundação, durante o período em que permaneçam à sua disposição, contando-se o tempo de serviço assim prestado para efeito de direitos e vantagens na função pública.

Art. 7º Em caso de extinção da Fundação, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União.

Art. 8º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Maceio Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 778 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1969.

Autoriza o funcionamento da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o §

1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º É autorizada a funcionar a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com sede na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º A Universidade, de que trata o artigo, será uma fundação de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e do seu estatuto.

§ 2º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º São fins da Universidade Federal de Ouro Preto a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º A Universidade Federal de Ouro Preto será constituída das seguintes unidades:

I — Escola Federal de Minas de Ouro Preto (Lei nº 3.843, de 15 de dezembro de 1960);

II — Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto (Lei número 1.254, de 4.12.50).

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata o artigo, passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Minas e Metalurgia, e Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica.

§ 2º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação, incorporação ou agregação de novas unidades ressalvado, quando for o caso, o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no artigo 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, e nas demais normas legais aplicáveis.

Art. 4º O patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto será constituído:

I — do patrimônio das instituições que a ela se incorporam;

II — dos bens e direitos que vier a adquirir;

III — das doações que receber;

IV — de outras incorporações que resultem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º São recursos financeiros da Universidade Federal de Ouro Preto:

I — as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento Geral da União, para as Escolas Federais de Minas e de Farmácia e Bioquímica, de Ouro Preto, e outras;

II — as ajudas financeiras de qualquer origem;

III — as contribuições financeiras oriundas de convênio, acôrdo ou contrato;

IV — os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º São transferidos à Universidade Federal de Ouro Preto os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que lhe são incorporadas, mantidos todos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores, que continuarão regidos para esse fim, pela legislação federal em vigor.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da data da publicação deste Decreto-lei, serão elaborados o estatuto da fundação, para aprovação pelo Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o estatuto da Universidade para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Reitoria o atual Diretor da Escola Federal de Minas de Ouro Preto.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 779 — DE 21 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

I — a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II — o quádruplo do prazo fixado no artigo 841, "in fine", da Consolidação das Leis do Trabalho;

III — o prazo em dobro para recurso;

IV — a dispensa de depósito para interposição de recurso;

V — o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias;

VI — o pagamento de custas a final, salvo quanto à União Federal, que não as pagará.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se aos processos em curso mas não acarretará a restituição de depósitos ou custas pagas para efeito de recurso até decisão passada em julgado.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva
Jairbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 780 — DE 22 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento Coordenação Geral em favor do Instituto de Planejamento Econômico e Social, o crédito especial de NCr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos) para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor do Instituto de Planejamento Econômico e Social, o crédito especial no valor de NCr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos), para atender as despesas com encargos trabalhistas.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.13.00, a saber:

5.13.00	— Ministério do Planejamento e Coordenação Geral		
5.13.03	— Secretaria Geral (órgãos vinculados)		
	Instituto de Planejamento Econômico e Social		
01.02.15.2.008	— Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais		
3.0.0.0	— Despesas correntes		
3.2.0.0	— Transferências correntes		
3.2.7.0	— Diversas transferências correntes		
3.2.7.2	— Entidades Federais		
	Material de consumo	NCr\$	90.000,00
	Encargos Diversos	NCr\$	50.000,00
		NCr\$	140.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 781 — DE 22 DE AGOSTO DE 1969

Provê sobre o funcionamento, como fundação de direito privado, da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a conveniência de condicionar os investimentos educacionais a fins altamente produtivos para o desenvolvimento econômico-social do

País e para as investigações pioneiras, em setores específicos de trabalho científico; e

Considerando que a formação de técnicos e especialistas, associada à formação profissional, é uma das diretrizes da nova formulação da educação superior do País, decreta:

Art. 1º A Faculdade Católica de Medicina, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é autorizada a funcionar como fundação de direito privado, observado o disposto neste Decreto-lei.

§ 1º O estatuto da fundação deverá ser aprovado pelo Presidente da República, mediante parecer favorável do Conselho Federal de Educação

§ 2º O estatuto poderá ser alterado nas mesmas condições previstas para sua aprovação.

Art. 2º São fins da Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre a formação de profissionais de medicina, a realização de estudos e pesquisas e a divulgação científica e tecnológica, especialmente aplicáveis em bases nacionais, à cito-oncologia.

Art. 3º O patrimônio da fundação, de que trata o artigo 1º, será constituído:

I — Pelos bens, móveis e imóveis, de que atualmente a Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre tem uso e posse, e que lhe serão doados pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre;

II — Pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III — Pelas doações que receber;

IV — Por outras incorporações que revertam de trabalhos realizados pela instituição.

§ 1º Os bens e direitos da fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados.

§ 2º No caso de extinguir-se a fundação, ou se houver mudanças de suas finalidade ou de localização, ou ainda, se o hospital geral da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre deixar de ser utilizado no ensino de clínicas da instituição, os bens de que trata o inciso I do artigo 3º, reverterão ao patrimônio da doadora.

Art. 4º Serão recursos financeiros da fundação:

I — As dotações anualmente consignadas no Orçamento Geral da União, especialmente para assegurar:

a) retribuição pecuniária no nível dos padrões federais correspondentes, ao corpo docente e administrativo;

b) manutenção, renovação e ampliação das instalações e equipamentos, segundo as exigências do ensino e da pesquisa;

c) o funcionamento do Instituto de Pesquisas Cito-Oncológicas.

II — As ajudas financeiras de qualquer origem;

III — As contribuições oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV — Os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 5º A fundação será administrada por um Conselho de 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da República, e dos quais, obrigatoriamente, um será o Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, outro o Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e, ainda outro, o Diretor da Faculdade Católica de Medicina.

§ 1º Os membros livremente escolhidos cumprirão, no Conselho, o mandato de 4 (quatro) anos, sem direito a recondução.

§ 2º Das deliberações do Conselho caberá recurso de nulidade para o Ministro da Educação e Cultura.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Turso Dutra

DECRETO-LEI Nº 782 — DE 22 DE AGOSTO DE 1969

Fixa os vencimentos do Subprocurador-Geral da Justiça Militar

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São fixados em NCr\$ 1.900 00 (um mil e novecentos cruzeiros novos), os vencimentos do Subprocurador-Geral da Justiça Militar, a que se refere o Anexo III ao Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 783 — DE 22 DE
AGOSTO DE 1969

Altera, sem aumento de despesa, a forma de provimento de cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam transformados em cargos isolados, de provimento em comissão, os dois cargos isolados, de Diretor do Serviço, símbolo PJ-1, do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional de Pernambuco, incluídos na Tabela X, que acompanha a Lei número 4.049, de 23 de fevereiro de 1962.

Art. 2º Os cargos referidos no artigo anterior serão providos de acordo com o disposto do artigo 8º da Lei nº 4.049, citada.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1969; 148ª da Independência e 31ª da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 784 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre o crédito rural e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, parágrafo 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O item III do artigo 11, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III — Crédito às cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento e aparelhamento, inclusive para integralização de cotas-partes de capital social, destinado a programas de investimento e outras finalidades, prestação de serviços aos cooperados, bem como

para financiar estes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e, a comercialização da produção respectiva e os gastos com melhoramento de suas propriedades”.

Art. 2º O artigo 29, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. A critério da entidade financiadora, os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural poderão ser vinculados ao respectivo instrumento contratual, inclusive título de crédito rural, como garantia especial.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os bens e culturas a que se refere este artigo somente poderão ser alienados ou gravados em favor de terceiros, mediante concordância expressa da entidade financiadora”.

Art. 3º Os benefícios previstos para o crédito rural pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, ficam extensivos às pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como “produtor rural”, se dedicam à pesquisa e à produção de sementes e mudas melhoradas ou à prestação em imóveis rurais, de serviços mecanizados de natureza agrícola, inclusive de proteção do solo.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o parágrafo único do artigo 14, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, os artigos 16 e 29 do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1969; 148ª da Independência e 31ª da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 785 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre infrações às normas relativas à saúde e respectivas penalidades.

O presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o § 1º

do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º As infrações às normas sanitárias regem-se pelo presente Decreto-lei, salvo determinação legal expressa e independentemente das sanções penais cabíveis.

Art. 2º Considera-se infração, para o fim deste Decreto-lei, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Parágrafo único. Constituem, ainda, infrações, a fraude, a falsificação e a adulteração das matérias-primas e dos produtos farmacêuticos, dietéticos, produtos de higiene, perfumes, cosméticos e congêneres, saneantes e detergentes e seus congêneres, quaisquer produtos, substâncias ou insumos e outros que interessem à saúde pública.

Art. 3º As infrações serão apuradas em processo administrativo, iniciado com a lavratura do auto de infração, e as penalidades a serem impostas são as classificadas a seguir:

- I — advertência;
- II — multa;
- III — apreensão e inutilização dos produtos;
- IV — suspensão, impedimento ou interdição temporária definitiva;
- V — denegação, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;
- VI — intervenção.

Art. 4º Responde pela infração quem, de qualquer modo, cometer ou concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 5º As penas previstas no artigo 3º serão aplicadas pelas autoridades competentes do Ministério da Saúde e dos serviços sanitários dos Estados, Territórios e Distrito Federal, conforme as atribuições que lhes são conferidas nas respectivas legislações ou por competência delegada através de convênios.

Art. 6º As infrações serão a critério das autoridades sanitárias classificadas em leves, graves e gravíssimas.

Parágrafo único. Para a imposição das penalidades e a sua graduação, será levado em conta:

I — a maior ou menor gravidade de infração;

II — as suas circunstâncias atenuantes e agravantes;

III — os antecedentes do infrator com relação às disposições das leis sanitárias, de seus regulamentos e demais normas complementares.

Art. 7º A pena de multa nas infrações consideradas leves, graves ou gravíssimas, a critério da autoridade sanitária, consiste no pagamento de uma soma em dinheiro, fixada sobre o valor do maior salário-mínimo vigente no País, na seguinte proporção:

I — as infrações leves, de um terço a três vezes;

II — as infrações graves, de quatro a seis vezes;

III — as infrações gravíssimas, de sete a dez vezes.

Art. 8º São infrações de natureza sanitária:

I — construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios industriais farmacêuticos ou quaisquer outros estabelecimentos que interessem à medicina e à saúde pública, contrariando normas legais pertinentes à matéria;

Pena — multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País, e interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou intervenção, conforme o caso.

II — extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, comprar, vender, trocar ou ceder produtos, substâncias ou insumos, bem como utensílios ou aparelhos que interessem à medicina e à saúde pública, em desacordo com as normas legais vigentes;

Pena — multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País, apreensão e inutilização dos produtos, suspensão ou interdição temporária ou definitiva, cancelamento do registro, licenciamento, au-

torização ou intervenção, conforme o caso.

III — exercer, sem habilitação ou autorização legal, ainda que a título gratuito, as profissões de enfermagem e funções auxiliares de nutricionista, obstetriz, protético, técnico em radiologia médica e auxiliar de radiologia médica, técnico de laboratório, laboratorista e auxiliar de laboratório, massagista, ótico prático e ótico em lentes de contato, pedicure e outras profissões congêneres, que sejam criadas pelo poder público e sujeitas a controle e fiscalização das autoridades sanitárias;

Pena — Multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ou suspensão temporária ou definitiva do exercício profissional.

IV — cometer, no exercício das profissões enumeradas no inciso anterior, ação ou omissão em que haja o propósito deliberado de iludir ou prejudicar, bem como, erro cujo efeito não possa ser tolerado pelas circunstâncias que envolverem o fato;

Pena — multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ou suspensão temporária ou definitiva do exercício profissional.

V — aviar receita ou vender medicamentos em desacordo com prescrições médicas;

Pena — multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País, e/ou interdição temporária ou definitiva, cancelamento de licença, conforme o caso.

VI — deixar de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com as normas legais ou regulamentares vigentes;

Pena — advertência ou multa de um terço a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

VII — impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias;

Pena — advertência ou multa de quatro a seis vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

VIII — deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à preven-

ção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde;

Pena — advertência, multa de um terço a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País, apreensão e inutilização, suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva, cassação ou cancelamento, de registro ou licenciamento, ou intervenção;

IX — opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias;

Pena — advertência ou multa de um terço a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

X — obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções.

Pena — advertência ou multa de um terço a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País, suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva.

XI — o não cumprimento de medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves e veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros;

Pena — multa de quatro a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País, interdição temporária ou definitiva, apreensão, suspensão, impedimento temporário ou definitivo.

XII — a inobservância das exigências de saúde pública pertinente a imóveis, pelos seus proprietários, arrendatários, responsáveis ou ocupantes;

Pena — advertência ou multa de um terço a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País, e/ou interdição temporária ou definitiva.

Art. 9º A inobservância ou a desobediência às normas sanitárias para o ingresso e/ou a fixação de estrangeiros no País, implicará em impedimento ao desembarque pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. O estrangeiro que desembarque burlando a saúde pública será repatriado.

Art. 10. Quando aplicada a pena de multa o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 10 (dez) dias à Fazenda Nacional ou Estadual, conforme o caso.

§ 1º. A notificação será feita por intermédio do funcionário lotado no órgão competente ou mediante registro postal, e no caso de não ser localizado ou encontrado o infrator, por meio de edital publicado no órgão oficial de divulgação.

§ 2º O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma prescrita pelo artº 22 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 11. As multas previstas neste decreto-lei serão aplicadas em dobro no caso de reincidência.

Art. 12. Verificada, em processo administrativo, a existência de fraude, falsificação ou adulteração de produtos, substâncias ou insumos e outros, deverá a autoridade sanitária competente ao proferir a sua decisão, determinar a sua inutilização.

Parágrafo único. A inutilização dos produtos, substâncias ou insumos e outros, somente deverá ser feita após o decurso de 20 (vinte) dias, contados da data da publicação da decisão condenatória irrecorrível, lavrado o competente termo de inutilização, que deverá ser assinado pela autoridade sanitária e pelo infrator ou seu substituto ou representante legal, devendo na recusa destes, ser o termo assinado por duas testemunhas.

Art. 13. Não são consideradas fraude, falsificação ou adulteração, as alterações havidas nos produtos, substâncias ou insumos e outros, em razão de causas, circunstâncias ou eventos naturais ou imprevisíveis, que vierem a determinar avaria ou deterioração.

§ 1º. Verificada a alteração nos casos previstos neste artigo, será notificado o fabricante, manipulador, beneficiador ou acondicionador respon-

sável, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação, providencie o recolhimento dos produtos, substâncias ou insumos alterados.

§ 2º O não atendimento à notificação mencionada no parágrafo anterior sujeitará o notificado às penalidades previstas no presente decreto-lei.

Art. 14. Das decisões das autoridades sanitárias caberá recurso àquelas que lhe sejam imediatamente superiores, exceto quanto à hipótese prevista no parágrafo único do art. 12.

§ 1º O recurso será interposto dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da publicação da decisão na imprensa oficial ou do conhecimento da parte ou de seu procurador à vista do processo, ou da notificação por escrito, sob registro postal.

§ 2º O recurso, devidamente fundamentado será examinado pela própria autoridade recorrida a qual poderá reconsiderar a decisão anterior.

Art. 15. As infrações às disposições legais, regulamentares e outras, de ordem sanitária, regidas pelo presente Decreto-lei, prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente, visando a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Art. 16. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Leonel Miranda

DECRETO-LEI Nº 786 — DE 25 DE AGOSTO DE 1969

Anula parte de dotação constante da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, atendendo ao disposto no Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, a importância de NCr\$..... 671.680.000,00 (seiscentos e setenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil cruzeiros novos) constante do Subanexo 5.07.00 — Ministério da Fazenda, assim discriminada:

NCr\$

5.07.23 — Diretoria da Despesa Pública
(Encargos Gerais)

Programa de Trabalho

16.01.09.1.036	— Investimentos a cargo dos Estados e Distrito Federal	
	Parcela do Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza	53.430.000,00
	Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados	114.490.000,00
16.01.09.1.037	— Investimentos a cargo dos Municípios	
	Parcela do Imposto de Renda e Proventos de qualquer Natureza	53.430.000,00
	Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados	114.490.000,00
16.01.09.2.034	— Ajuda Financeira aos Estados e Distrito Federal	
	Parcela do Imposto de Renda e Proventos de qualquer Natureza	53.430.000,00
	Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados	114.490.000,00
16.01.09.2.035	— Ajuda Financeira aos Municípios	
	Parcela do Imposto de Renda e Proventos de qualquer Natureza	53.430.000,00
	Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados	114.490.000,00
TOTAL		671.680.000,00

NATUREZA DA DESPESA	Elemento da Despesa NCr\$	Categoria Econômica NCr\$
3.0.0.0 — Despesas Correntes		335.840.000,00
3.2.0.0 — Transferências Correntes		335.840.000,00
3.2.7.3 — Entidades Estaduais		
Diversos	167.920.000,00	
3.2.7.4 — Entidades Municipais	167.920.000,00	
4.0.0.0 — Despesas de Capital		335.840.000,00
4.3.0.0 — Transferências de Capital		335.840.000,00
4.3.7.0 — Contribuições Diversas	335.840.000,00	
Total da Anulação		671.680.000,00

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1969 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 787 — DE 25 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 200.000.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de NCr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros novos) para atender despesas com o Fundo Especial, criado pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 2º A despesa resultante da abertura do crédito especial autorizada neste Decreto-lei, será coberta com os recursos resultantes da anulação de dotações orçamentárias, constante do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

(*) DECRETO-LEI Nº 788 — DE 26 DE AGOSTO DE 1969

Institui a classe singular de Técnico de Tributação e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica instituída, no Quadro de Pessoal do Ministério da Fa-

zenda, a classe singular de Técnico de Tributação, nível 18, composta de seiscentos e seis (606) cargos, retribuídos pelo regime de remuneração previsto no artigo 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2º O primeiro provimento dos cargos a que se refere o artigo 1º poderá ser feito mediante provas e títulos, por aproveitamento de funcionários pertencentes ao Quadro do Ministério da Fazenda, com mais de um (1) ano de exercício no Ministério, na data deste Decreto-lei.

Art. 3º A classificação nas provas de aproveitamento ou em concurso, para a classe de Técnico de Tributação, assegurará ao candidato provimento provisório, que terá validade máxima de um (1) ano, para estágio a serviço da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º A remuneração do estagiário será equivalente a 80% do que caberá ao ocupante efetivo do cargo.

§ 2º Dentro do prazo de provimento provisório, para estágio, o candidato poderá ser exonerado, a critério da Administração.

§ 3º Aprovado no estágio, o candidato será provido no cargo, em caráter efetivo.

Art. 4º O aproveitamento de funcionário na classe de Técnico de Tributação, importará na vacância e extinção do respectivo cargo, após a efetivação processada na forma do § 3º do artigo 3º.

Art. 5º A Secretaria da Receita Federal promoverá o aproveitamento integral dos componentes das carreiras fiscais, através do emprego de técnicas modernas de trabalho, promovendo, inclusive, a fiscalização setorial e integrada, podendo para tanto, mediante prévia seleção e treinamento, utilizar agentes fiscais de um tributo na fiscalização de outro, principalmente nas localidades em que haja ausência ou insuficiência de funcionários pertencentes a carreiras específicas.

Art. 6º Os Agentes Fiscais de Rendas Internas, do Imposto de Renda e de Rendas Aduaneiras, poderão ser designados para ter exercício nos diversos órgãos da Secretaria da Receita Federal, independentemente da classe correspondente ao seu nível de vencimento.

Art. 7º Aos cargos das classes e séries de classes sob regime de remuneração não se aplica o disposto no artigo 9º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, sobre classificação de cargos de nível universitário.

Art. 8º Aos integrantes das séries de classes do Grupo Ocupacional Fisco, sujeitos ao regime de remuneração é vedado o exercício de outra atividade profissional, pública ou privada, exceto o exercício simultâneo de outro cargo, que não constitua acumulação vedada por lei, ou o exercício de magistério relacionado com as atribuições da série de classes.

Art. 9º Os integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, sujeitos ao regime de remuneração previsto no artigo 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, designados para funções diferentes daquelas inerentes aos seus próprios cargos, por prazo superior a 90 (noventa) dias, ficam excluídos desse regime, passando a perceber pelo período que durar o afastamento, vencimento mensal equivalente ao valor total correspondente ao respectivo nível.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos afastamentos para o exercício das seguintes atividades:

- a) funções nos órgãos da Presidência da República, no Gabinete do Ministro e na Secretaria Geral do Ministério da Fazenda;
- b) direção de órgãos da Secretaria da Receita Federal;
- c) assessoria ou tarefas específicas ligadas a assuntos de tributação, de fiscalização, de arrecadação e de informações econômico-fiscais;
- d) chefia de Divisão, Serviço ou Seção de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Informações Econômico-Fiscais;
- e) treinamento, planejamento, programação e auditoria fiscal.

Art. 10. A despesa decorrente da execução deste Decreto-lei será atendida com os recursos resultantes da extinção de cargos do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Deljim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 789 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre o enquadramento sindical rural e sobre o lançamento e recolhimento da contribuição sindical rural.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Para efeito de enquadramento sindical, considera-se:

I — trabalhador rural:

- a) a pessoa física que presta serviços a empregador rural, mediante remuneração de qualquer espécie;
- b) quem, proprietário ou não, trabalhe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros;

II — empregador rural:

- a) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende a qualquer título atividade econômica rural;
- b) quem, mesmo em regime de economia familiar, e ainda que sem empregado, explore área que exceda o módulo rural ou outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º Em caso de dúvida na aplicação do disposto no artigo anterior, o trabalhador, o empregador ou a en-

tidade sindical interessada poderão suscitar-lhe perante o Delegado Regional do Trabalho, que decidirá após as diligências necessárias e ouvida uma comissão permanente constituída do responsável pelo setor sindical da Delegacia, o qual a presidirá de um representante dos trabalhadores rurais e de um representante dos empregadores rurais, indicados pelas respectivas federações ou, em sua falta, pelas confederações pertinentes.

§ 1º O trabalhador ou o empregador poderão, no curso do processo de que trata este artigo, recolher a contribuição sindical à entidade a que entenderem ser devida ou ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (Conta Emprego e Salário), fazendo-se posteriormente o estorno, compensação ou repasse cabível.

§ 2º Da decisão do Delegado Regional do Trabalho caberá recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, no prazo de quinze dias.

Art. 3º A partir da publicação deste decreto-lei, o Ministério do Trabalho e Previdência Social somente reconhecerá para a mesma base territorial, um sindicato de trabalhadores rurais e outro de empregadores rurais, sem especificação de profissão ou de atividade, ressalvado às entidades já reconhecidas o direito à representação constante da respectiva carta sindical.

Art. 4º A partir do exercício de 1970, caberá ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) proceder ao lançamento e cobrança da contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura, obedecido o disposto no artigo 5º deste decreto-lei e no artigo 1º da Lei nº 4.755, de 18 de agosto de 1966.

Parágrafo único. Em pagamento dos serviços e despesas relativos aos encargos decorrentes deste artigo, caberá ao IBRA quinze por cento das importâncias arrecadadas, que lhe serão creditadas diretamente pelo órgão arrecadador.

Art. 5º A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais, tomando-se por base um dia do salário-mínimo regional por módulo e fração contidos no imóvel rural objeto do lançamento.

Parágrafo único. A contribuição nos termos deste artigo será devida

sem prejuízo da obrigação do recolhimento, pelo empregador na mesma ocasião, da contribuição retentente aos demais empregados, se for o caso, na forma dos artigos 582 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

Art. 6º A contribuição sindical de que trata este decreto-lei será paga juntamente com o imposto territorial rural do imóvel a que se referir.

Art. 7º As guias de lançamento da contribuição sindical, emitidas pelo IBRA na forma deste decreto-lei, constituem documento hábil para a cobrança judicial da dívida, na forma do artigo 606 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. O recolhimento amigável ou judicial das contribuições sindicais em atraso somente poderá ser feito diretamente no órgão arrecadador, que providenciará as transferências e créditos na forma dos artigos 8º e 9º deste decreto-lei.

Art. 8º O produto da arrecadação da contribuição sindical, depois de deduzida a percentagem de que trata o parágrafo único do artigo 4º, será transferido diretamente, pela agência bancária centralizadora da arrecadação, até o décimo dia útil do mês seguinte ao do recebimento, obedecida a seguinte distribuição:

I — vinte por cento para a conta do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Conta Emprego e Salário);

II — sessenta por cento para a conta do sindicato da categoria correspondente com jurisdição na área de localização do imóvel rural a que se referir a contribuição;

III — quinze por cento para a conta da federação respectiva;

IV — cinco por cento para a conta da confederação respectiva;

§ 1º As transferências previstas neste artigo serão feitas para a conta-corrente das entidades credoras na agência do Banco do Brasil.

§ 2º Se não existir agência local do Banco do Brasil, as transferências serão feitas para a conta-corrente no estabelecimento bancário aprovado pelo Delegado Regional do Trabalho, obedecido o disposto no Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967.

§ 3º Se não existir entidade representativa ou coordenadora das categorias respectivas com jurisdição na

área de localização do imóvel; rural de que se trata, será observado o disposto no artigo 591 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 9º Aplicam-se aos infratores deste Decreto-lei as penalidades previstas no artigo 598 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 10. Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência Social dirimir as dúvidas referentes ao lançamento, recolhimento e distribuição da contribuição sindical de que trata este decreto-lei, expedindo, para esse efeito, as normas que se fizerem necessárias e podendo estabelecer o processo previsto no artigo 2º e avocar a seu exame e decisão os casos pendentes.

Art. 11. A contribuição rural devida até a data da publicação deste decreto-lei poderá ser recolhida sem multa até 31 de dezembro de 1969 nas condições que forem estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 790 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1969

Modifica o Decreto-lei nº 432 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 6º e o parágrafo 1º do artigo 6º do Decreto-lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 6º

I — Saída do porto nacional, no comércio de cabotagem;

II —

§ 1º O montante da taxa será:

a) nos casos do Inciso I deste artigo, 20 % (vinte por cento) do frete bruto;

b) nos casos do inciso II deste artigo, 20 % (vinte por cento) do frete líquido."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 791 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o que dispõe o inciso II do Artigo 20 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a, nos termos do Artigo 20, Inciso II da Constituição, instituir cobrança de pedágio, que será devido pelos condutores de veículos automotores que utilizem vias públicas, integrantes do sistema rodoviário federal.

§ 1º Poderão ser submetidos ao pedágio:

a) estradas bloqueadas ou rodovias expressas;

b) pontes, viadutos, túneis ou conjunto de obras rodoviárias de grande vulto;

§ 2º Ficam isentos do pagamento de pedágio os veículos oficiais e aqueles do Corpo Diplomático.

§ 3º O Governo Federal, por intermédio dos órgãos competentes, poderá, excepcionalmente, autorizar o trânsito de semoventes em rodovias e obras rodoviárias de que trata este artigo, mediante pagamento de tarifa de pedágio e obedecidas as cartelas que a autoridade administrativa determinar.

Art. 2º A cobrança de pedágio será precedida da verificação técnico-econômica de viabilidade e rentabilidade.

Art. 3º As tarifas de pedágio serão estabelecidas, anualmente, em tabelas aprovadas pelo Ministro dos Transportes, ouvido o Conselho Nacional de Transportes e mediante proposta do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 4º As tarifas de pedágio serão fixadas, distintamente, para as diversas categorias de veículos e espécies de semoventes.

Art. 5º A base de cálculo das tarifas de pedágio levará em conta, obrigatoriamente, os seguintes fatores:

I — Custo de construção da obra e melhoramentos existentes ou a introduzir para comodidade e segurança dos usuários;

II — Custos dos serviços e sobre-serviços operacionais, administrativos e fiscais.

Parágrafo único. Na fixação das tarifas de pedágio para determinada via ou obra rodoviária federal, serão considerados, igualmente, os custos dos transportes rodoviários na região.

Art. 6º O produto havido do pedágio aproveitará, na sua totalidade, à obra rodoviária a ele submetida, para amortização dos seus custos, atendimento das despesas de manutenção, reparação, administração e remuneração do capital investido ou reinvestimentos destinados a melhoramentos, acessos e ampliações necessárias.

Art. 7º O Governo Federal, por intermédio do órgão setorial de execução, poderá, atendendo ao interesse público e mediante licitação, outorgar concessões por prazo fixo, para construção e exploração de rodovias e obras rodoviárias federais, assim como para a exploração e administração de rodovias existentes, mediante cobrança de pedágio.

Art. 8º A União Federal, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, poderá constituir e organizar empresa pública para construção ou exploração de rodovia e obra rodoviária federal, mediante cobrança de pedágio.

Art. 9º Nas estradas ou obras rodoviárias de que trata o § 1º do artigo 1º deste Decreto-lei, desde que submetidas ao pedágio, não poderá ser aplicada qualquer parcela da arrecadação da Taxa Rodoviária Federal de que trata o Decreto-lei nº 397, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 10. O Ministro dos Transportes expedirá os atos e normas bas-tantes à execução deste Decreto-lei.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 792 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1969

Suprime o art. 8º do Decreto-lei nº 315, de 13 de março de 1967 e assegura ao pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal a observância das disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que lhe eram aplicáveis.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica suprimido o artigo 8º do Decreto-lei número 315, de 13 de março de 1967.

Art. 2º Fica assegurada ao pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (PMDF e CBDF), pago pelos cofres do Distrito Federal, a observância das disposições, que lhe eram aplicáveis, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, revogada pelo Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, até que Lei Especial venha regular seus vencimentos.

Art. 3º Este Decreto-lei terá vigência a contar de 1º de agosto de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Aurelio de Lyra Tavares

DECRETO-LEI Nº 793 — DE 27 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito especial de NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, o crédito especial de NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos) destinado a atender a cobertura de despesa resultante de diferença de câmbio.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, a saber:

	NCr\$
5.03.00 — Ministério da Agricultura	
5.03.03 — Secretaria-Geral (Órgãos Vinculados)	
Superintendência do Desenvolvimento da Pesca	
Projeto — 02.02.05.1.003	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações	1.500.000,00
Atividade — 02.06.05.2.009	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.6.0 — Auxílios para Inversões Financeiras	1.000.000,00
Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário	
Atividade — 02.01.05.2.011	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.2 — Entidades Federais	5.600.000,00
Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal	
Atividade — 13.01.05.2.022	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.2 — Entidades Federais	4.700.000,00
5.03.07 — Escritório Central de Planejamento e Controle	
Atividade — 02.06.05.2.041	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.1.0 — Subvenções Sociais	
3.2.1.5 — Instituições Privadas, ABCAR	1.000.000,00
5.03.11 — Escritório de Engenharia	
Projeto — 02.06.05.1.030	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial ...	1.200.000,00
5.09.00 — Ministério do Interior	
5.09.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Vinculados)	
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	
Projeto — 09.04.11.1.035	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.500.000,00

NCR\$

Departamento Nacional de Obras de Saneamento	
Projeto — 09.04.11.1.048	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.000.000,00
Projeto — 09.04.11.1.049	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.800.000,00
Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	
Projeto — 04.02.11.1.190	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.7.0 — Contribuições Diversas	600.000,00
Superintendência do Vale do São Francisco	
Projeto — 02.03.11.1.290	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	500.000,00
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações	20.000,00
	<hr/>
	600.000,00
Projeto — 02.09.11.1.302	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações	2.350.000,00
5.12.00 — Ministério das Minas e Energia	
5.12.06 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	
Projeto — 09.04.14.1.029	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.6.0 — Auxílios para Inversões Financeiras	20.000.000,00
5.17.00 — Ministério dos Transportes	
5.17.03 — Secretaria-Geral (Órgãos Vinculados)	
Comissão de Marinha Mercante	
Projeto — 15.06.19.1.013	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.6.0 — Auxílios para Inversões Financeiras	8.000.000,00
Projeto — 15.06.19.1.014	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.6.0 — Auxílios para Inversões Financeiras	1.000.000,00
Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis	
Projeto — 15.06.19.1.086	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	200.000,00
Projeto — 15.06.19.1.087	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	450.000,00
Projeto — 15.08.19.1.089	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.300.000,00
Projeto — 15.08.19.1.092	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações	800.000,00

NCR\$

Projeto — 15.08.19.1.093	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	250.000,00
Projeto — 15.08.19.1.095	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	3.050.000,00
Projeto — 15.08.19.1.097	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.320.000,00
Projeto — 15.08.19.1.099	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	720.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto-lei, no Balanço Geral da União, relativo ao corrente exercício financeiro deverão ser demonstradas discriminadamente por Órgão e imputadas aos programas realizados.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
 Antônio Delfim Netto
 Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 794 — DE 27 DE
 AGOSTO DE 1969

Autoriza a União a constituir empresas para exploração de portos, terminais e vias navegáveis e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. Fica a União autorizada a constituir, na forma deste Decreto-lei e quando julgar necessário, sociedades de economia mista ou empresas públicas, destinadas a explorar os portos, terminais e as vias navegáveis localizados em um ou mais Estados.

Parágrafo único. No mesmo Estado não poderá ser criada mais de uma entidade, salvo quanto àquelas que poderão ser constituídas, se for necessário, para explorar o terminal salineiro a ser construído em Macau, Estado do Rio Grande do Norte, e o Porto de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º. O Ministro dos Transportes, por Portaria, designará o repre-

sentante da União nos atos constitutivos de cada sociedade.

§ 1º. Os atos constitutivos de cada sociedade serão precedidos:

I — Da aprovação, pelo Ministro dos Transportes de projeto de organização dos serviços básicos da empresa.

II — do arrolamento, com as especificações de balanço, dos bens e direitos que a União destinar à integralização do respectivo capital, sendo que os bens e direitos deverão ser avaliados pelos seus valores de balanço, registrados a 31 de dezembro do ano que anteceder à constituição da empresa, considerando-se como bens e direitos da União, para o efeito de subscrição, pela União, do capital da referida empresa, os bens, direitos e recursos destinados pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis para integralização daquele capital social;

III — da elaboração dos estatutos e a sua prévia publicação.

§ 2º. Os atos constitutivos comporão:

I — A aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para consti-

tuirem o capital subscrito pela União, conforme valores registrados nos balanços a 31 de dezembro do ano anterior à constituição da sociedade;

II — A aprovação dos estatutos.

Art. 3º Cada sociedade será constituída em sessão pública, no Ministério dos Transportes, devendo constar da respectiva Ata os estatutos aprovados, o histórico e o resumo dos atos constitutivos, bem como as avaliações dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo Único. A constituição de cada sociedade será aprovada por decreto do Presidente da República, arquivando-se cópia autêntica da respectiva Ata no Registro do Comércio competente.

Art. 4º. Observadas as ressalvas deste Decreto-lei, as sociedades reger-se-ão pela legislação referente às sociedades anônimas em geral, não se lhes exigindo os requisitos dos itens 1º e 3º do artigo 38, do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo Único. A reforma dos estatutos das sociedades será aprovada pelo Presidente da República.

Art. 5º. A União subscreverá as ações que irão constituir a totalidade do capital inicial de cada uma das sociedades, ou, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações correspondentes a cada capital inicial, podendo aquela integralizá-las, no todo ou em parte, com o valor dos bens e direitos que formam o patrimônio vinculado aos portos existentes nos respectivos Estados, desde que os bens desses portos, estejam administrados ou explorados pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Parágrafo único. Quando o valor desses bens e direitos não for suficiente para completar as ações subscritas, a União, por si ou por intermédio do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, subscreverá as ações a realizar, através de investimentos.

Art. 6º A constituição de cada sociedade, a que se refere o art. 1º, não importa na rescisão de contrato de concessão do serviço portuário, na absorção ou encampação de porto, organizado ou não, localizado na sua área de jurisdição.

§ 1º No caso de abranger exploração de porto ou terminal que se encontra em regime de concessão esta-

dual ou municipal, será facultado ao concessionário participar do capital da sociedade, podendo inclusive subcrever ações com a importância a que, porventura, fizer jus pelo término da concessão, e que corresponderá ao valor do capital reconhecido da concessão após procedidas as deduções cabíveis, na forma da legislação portuária e do respectivo contrato de concessão.

§ 2º. Na hipótese de convir a qualquer das referidas sociedades abrange exploração de porto ou terminal que se encontre sob regime de concessão a empresa particular, será, preliminarmente, ajustado o término da concessão na forma da legislação portuária e do respectivo contrato de concessão, ficando vedado criar-se para a União qualquer novo encargo ou conferir-se à concessionária qualquer nova vantagem ou, ainda, estender alguma já existente.

§ 3º. Apurada a liquidação de que cuida o parágrafo anterior, e se convier à sociedade constituída na forma deste Decreto-lei, a empresa particular, que era concessionária de serviços portuários correspondentes, terá preferência na participação do capital social da primeira, até o limite do saldo apurado na respectiva liquidação.

Art. 7º. As correções monetárias, procedidas sobre bens e direitos a que se refere a alínea I do § 2º do art. 2º deste Decreto-lei, serão isentas de impostos e taxas e as diferenças a maior no valor dos referidos bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União como realização de capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 8º. As ações das sociedades serão nominativas, ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sem direito a voto, estas inconversíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais.

Art. 9º. A União, por si ou através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante e do capital social.

§ 1º A transferência, pela União, de ações de capital ou a subscrição

de aumento de capital pelos demais acionistas não poderá contrariar o disposto neste artigo.

§ 2º. A transferência de ações da União não poderá ser efetivada por valor inferior ao nominal.

§ 3º. É nula de pleno direito, a transferência ou subscrição de ações com infringência ao disposto neste artigo.

Art. 10. Nos estatutos sociais das empresas de que trata este Decreto-lei, ficará previsto que serão elas dirigidas por um Conselho de Administração, com funções deliberativas e de controle, e uma Diretoria Executiva.

§ 1º. O Conselho de Administração será constituído de:

a) um Presidente, que será o Diretor-Presidente da sociedade, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro dos Transportes, e demissível "ad nutum", com direito de veto sobre as decisões do Conselho, a ser submetido ao Ministro dos Transportes

b) Diretores nomeados pelo Ministro dos Transportes

c) Um Conselheiro eleito pelos acionistas, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que representem, pelo menos, 20% (vinte por cento) do capital social com direito de voto.

Art. 11. Os atos constitutivos das sociedades, bem como os de integralização do capital pela União, são isentos de impostos, taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União.

Art. 12. O regime jurídico dos empregados das sociedades será o da Legislação Trabalhista.

Art. 13. As sociedades poderão promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor, depois de declarada, por decreto, a utilidade pública do bem a desapropriar.

Art. 14. As sociedades gozarão, durante 5 (cinco) anos, contados de sua constituição, da isenção de direitos de importação, das taxas aduaneiras, do imposto sobre produtos industrializados e dos demais impostos federais, para o material de que necessitar para a realização de seus serviços, observadas as disposições le-

gis relativas à existência de similares na indústria nacional.

Parágrafo Único. A importação que se fizer com os benefícios estabelecidos neste artigo dependerá de expressa autorização do Ministro da Fazenda.

Art. 15. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 795 — DE 27 DE AGOSTO DE 1969

Complementa o Decreto-lei número 710, de 28 de julho de 1969, que altera a legislação de previdência social, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Para o reajustamento dos salários-de-contribuição, na forma do artigo 1º, § 2º, do Decreto-lei nº 710, de 28 de julho de 1969, serão utilizados os índices oficiais de recomposição salarial de cada ano, calculados pela média dos fatores mensalmente aplicáveis.

Parágrafo único. Os índices de que trata este artigo serão calculados pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com variações trimestrais para cada ano, utilizando-se para os trimestres seguintes, quando necessário, a taxa de previsão da inflação adotada para o cálculo dos reajustamentos salariais.

Art. 2º O disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 710, de 28 de julho de 1969, não se aplica ao antigo segurado que, tendo perdido ou vindo a perder essa qualidade, se filiar novamente ao sistema geral de previdência social no máximo cinco anos depois, desde que não esteja filiado a outro sistema de previdência social.

Art. 3º Ficam acrescidos ao artigo 5º do Decreto-lei nº 710, de 28 de julho de 1969, os seguintes parágrafos:

“§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, aos trinta anos de serviço o segurado fará jus ao abono no valor de vinte por cento do salário-de-benefício.

§ 2º O abono não variará de acordo com a evolução do salário do segurado, fazendo-se seu reajustamento da mesma forma que o dos demais benefícios de prestação continuada”.

Art. 4º O § 2º do artigo 23 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Não serão considerados para efeito de fixação do salário-de-benefício os aumentos que excedam os limites legais, inclusive os voluntariamente concedidos nos trinta e seis meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo, quanto aos empregados, se resultantes de promoções reguladas por normas gerais da empresa, admitidas pela legislação do trabalho, de sentenças normativas ou de reajustamentos salariais obtidos pela categoria respectiva”.

Art. 5º Este Decreto-lei vigorará a contar de 29 de julho de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 796 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1969

Revoga o art. 17 e altera a redação dos arts. 19 (alínea f) e 30 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 17 da Lei nº 3.552, de 16.2.59, devendo a matéria nele contida ser regulamentada por Ato do Poder Executivo, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 2º A alínea f do art. 19 e o art. 30 da Lei nº 3.552-59, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 19. Compete ao Conselho de Representantes:

.....

f) autorizar toda despesa que ultrapasse a quantia de 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País”.

“Art. 30. Os bens patrimoniais das Escolas, representados pelos imóveis em que estejam instalados, continuam sob o domínio da autarquia, assim como os que vierem a ser adquiridos para as mesmas, com recursos próprios ou da União”.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 797 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a forma de Recrutamento e Seleção do Pessoal Civil para a Administração Direta e para as Autarquias, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O recrutamento e a seleção de pessoal civil, em todas as suas fases, passam a ser executados pelos Órgãos de Pessoal dos Ministérios e das Autarquias de maior porte, a juízo do Poder Executivo, observado o disposto neste decreto-lei.

Art. 2º Antes de iniciar qualquer processo seletivo, o Órgão de Pessoal interessado deverá solicitar autorização ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), instruindo o pedido com informações sobre a quantidade de cargos ou empregos vagos, suas denominações e o nome da repartição e lugar onde o provimento se faz necessário.

§ 1º A autorização será concedida se não existirem, nos registros do DASP, candidatos habilitados em concurso ainda válido para os cargos ou empregos indicados, em número suficiente.

§ 2º O candidato habilitado em concurso sob jurisdição do DASP poderá ser, com a anuência do interessado, indistintamente indicado para admissão na Administração Direta ou em Autarquia, caso não haja remanescente de concurso específico para determinado órgão ou entidade.

§ 3º Quando se tratar de recrutar e selecionar pessoal para prover cargos ou preencher funções ou empregos existentes no seu próprio quadro ou tabela, o DASP poderá atuar como órgão operacional, desincumbindo-se diretamente do processo seletivo.

Art. 3º Os concorrentes a processo seletivo somente poderão apresentar um pedido de revisão fundamentado, relativamente ao resultado de cada uma das provas do concurso, consoante estabelecerem as respectivas Instruções, não cabendo outros recursos na órbita administrativa.

Art. 4º Prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final o direito de recurso ao Poder Judiciário contra a legalidade de quaisquer atos relativos a concurso para provimento de cargos ou empregos na Administração Direta ou nas Autarquias.

Art. 5º Decorrido o prazo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação do ato homologatório do resultado final, e não havendo recurso *sub judice*, poderão ser incinerados as provas e o material inservível de cada concurso.

Art. 6º Compete ao DASP zelar pela integral observância das leis, regulamentos e normas que dispõem sobre recrutamento e seleção de pessoal para a Administração Direta e para as Autarquias, sendo-lhe assegurada a faculdade de intervir em qualquer fase do processo seletivo.

Art. 7º A inobservância das disposições legais, regulamentares e normativas sobre a matéria de que trata este decreto-lei incompatibiliza o dirigente ou titular de chefia mediata ou imediata para o exercício do cargo em comissão, função gratificada ou emprego de confiança que ocupar, devendo ser imediatamente exonerado ou dispensado.

Art. 8º Ficam revogadas a Lei nº 5.091, de 30 de agosto de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Fernandes de Luna
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 798 — DE 27 DE
 AGOSTO DE 1969

Permite ao segurado da Previdência Social o cômputo do tempo de serviço militar voluntário, para efeito de aposentadoria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É computável, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço militar prestado por segurado da previdência social.

Art. 2º O tempo de serviço militar, voluntário ou obrigatório, deve ser computado, para o fim de que trata o artigo anterior, mesmo que tenha sido prestado quando o segurado da previdência social ainda não possuía essa condição.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 799 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1969

*Reorganiza o Conselho Nacional de
Transportes e dá outras providên-
cias.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Transportes, integrante do Ministério dos Transportes, tem por finalidade participar da formulação e da coordenação da política de transporte no sentido de sua perfeita integração.

Art. 2.º O Conselho Nacional de Transportes será presidido pelo Ministro dos Transportes e será constituído dos seguintes Membros:

a) Secretário-Geral do Ministério dos Transportes como Vice-Presidente;

b) Um Representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

c) Um Representante de cada um dos seguintes Ministérios:

— Marinha

— Exército

— Fazenda

— Aeronáutica — Setor concernente à Aeronáutica Civil

— Planejamento e Coordenação Geral.

— Indústria e Comércio.

d) Um Representante de cada um dos seguintes setores:

— Portos e Vias Navegáveis

— Ferroviário

— Rodoviário

— Marinha Mercante.

§ 1.º Os Representantes do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Ministérios serão nomeados, mediante decreto do Presidente da República, por indicação dos Titulares dos Órgãos interessados ao Ministro dos Transportes.

§ 2.º Os demais Membros serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro dos Transportes.

§ 3.º Cada Conselheiro Representante terá um Suplente, designado da mesma forma que o Titular.

Art. 3.º As funções de Conselheiro do Conselho Nacional de Transportes são consideradas de relevante in-

teresse nacional e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos exercidos pelos Conselheiros.

Parágrafo único. Os Conselheiros ou seus Suplentes perceberão, na forma do artigo 36 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, gratificação pelo efetivo comparecimento às sessões do órgão de deliberação coletiva, não podendo o número mensal de sessões remuneradas ser superior a 8 (oito).

Art. 4.º Ao Conselho Nacional de Transportes compete:

a) propor as diretrizes da política de transportes;

b) opinar sobre o Plano Nacional de Viação e sobre os Planos Plurianuais de Transportes, inclusive os referentes à Aviação Civil;

c) sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento dos meios de transportes e sua exploração econômica;

d) propor normas gerais referentes ao regime e condições de exploração das vias de transportes nacionais ou para o exterior;

e) propor normas gerais para a concessão ou autorização para a exploração de portos ou terminais, públicos ou privados;

f) pronunciar-se sobre planos e projetos de instalação de transporte por meio de dutos;

g) propor normas gerais para concessão de auxílios ou subvenção federal às empresas de transportes e às administrações de portos ou de terminais;

h) aprovar as programações rodoviárias anuais que os Estados, Territórios e Distrito Federal lhe submeterem, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem nos termos do § 1.º do artigo 21 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969;

i) assegurar a coordenação entre os Ministérios dos Transportes e da Aeronáutica, na forma estabelecida pelo artigo 162 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

j) pronunciar-se sobre programas de erradicação de linhas férreas anti-econômicas;

l) pronunciar-se, por iniciativa do Ministro dos Transportes, sobre os seguintes assuntos de interesse dos transportes: anteprojetos de leis, decretos e regulamentos; criação ou

transformação de órgãos públicos federais ou entidades de administração direta ou indireta e operações de crédito ou financiamento de que participem órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes. No tocante a assuntos de transporte aéreo, caberá também ao Ministro da Aeronáutica a iniciativa de que trata este dispositivo;

m) pronunciar-se sobre assuntos submetidos pelo Ministério dos Transportes ou pelo Ministério da Aeronáutica, se referentes ao transporte aéreo comercial.

Art. 5.º Os pronunciamentos do Conselho Nacional de Transportes serão submetidos à homologação do Ministro dos Transportes, com referendo do Ministro da Aeronáutica, se concernentes ao transporte aéreo.

Parágrafo único. Os pronunciamentos do Conselho Nacional de Transportes serão adotados, em reunião, pelo voto da maioria absoluta dos seus Conselheiros.

Art. 6.º Os órgãos do Ministério dos Transportes e os do Ministério da Aeronáutica, vinculados à aviação civil, colaborarão com o Conselho, sempre que solicitados.

§ 1.º A Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes dará assessoramento ao Conselho.

§ 2.º Para o desempenho de suas atribuições administrativas, o Conselho Nacional de Transportes disporá de uma Secretaria integrada por servidores públicos da administração direta ou indireta, requisitados ou movimentados de acordo com a legislação em vigor.

Art. 7.º O cargo, em comissão, de Chefe do Departamento Técnico, símbolo 2-C, criado pela Lei n.º 4.563, de 11 de dezembro de 1964, fica transformado no cargo, em comissão, de Secretário do Conselho, com o mesmo símbolo, mantido o outro cargo previsto na referida lei, ambos integrando o Quadro de Pessoal do Ministério dos Transportes.

Art. 8.º O Conselho Nacional de Transportes elaborará o seu Regulamento Interno, que será aprovado por ato do Presidente da República.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogados o § 1.º do artigo 14 do Decreto-lei n.º 61, de 21 de novembro de 1966, e as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Márcio de Souza e Mello
José Fernandes de Luna
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 800 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1969

Transfere para o Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, o serviço público local de abastecimento d'água administrado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para o Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, o serviço público local de abastecimento d'água ora administrado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN).

Parágrafo único. A transferência de que trata este artigo compreende os bens móveis e imóveis que constituem o acervo do serviço de abastecimento d'água, bem assim os direitos e obrigações a este vinculados.

Art. 2.º A Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste Decreto-lei, ultimar a transferência nele determinada, mediante termo de entrega, onde será relacionado o acervo de bens e direitos transferidos.

Art. 3.º Os servidores públicos federais e autárquicos atualmente em exercício no serviço de abastecimento d'água de Criciúma, poderão ser colocados a disposição daquele Município, mediante convênio celebrado entre este e a CPCAN, observados os preceitos legais pertinentes à espécie.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 5.419 de 15 de abril de 1968 e demais disposições em contrário.

Brasília 28 de agosto de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Dias Leite Junior

DECRETO-LEI Nº 801 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1969

Altera dispositivos da Lei nº 4.510, de 1º de dezembro de 1964, que reorganiza a Casa da Moeda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O "caput" do artigo 6º da Lei nº 4.510, de 1º de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O Conselho Deliberativo, composto de seis membros, será integrado pelo Diretor Executivo da Casa da Moeda, que nele exercerá as funções de presidente, pelo Vice-Diretor da Casa da Moeda e por representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Banco Central do Brasil."

Art. 2º O atual § 2º do artigo 8º da Lei nº 4.510, de 1º de dezembro de 1964, é renumerado para 3º, passando a figurar como §§ 1º e 2º o seguinte:

"§ 1º As deliberações do Conselho serão tomadas sob forma de resolução.

§ 2º Sempre que se tratar de assunto que interesse à Segurança Nacional, as sessões do Conselho Deliberativo serão secretas e as Resoluções serão previamente submetidas à aprovação do Conselho de Segurança Nacional".

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 802 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1969

Declara a Rede Ferroviária Federal S. A. e as demais ferrovias existentes no País isentas das obrigações estabelecidas no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A Rede Ferroviária Federal S. A. e as demais ferrovias existentes no País, ficam isentas das obrigações previstas nas alíneas b e h, do artigo 20, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Mário David Andreazza
José Fernandes de Luna

DECRETO-LEI Nº 803 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1969

Complementa o disposto no Decreto-lei nº 725, de 31 de julho de 1969.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É extensiva a outros níveis de ensino a aplicação, em atividades e programas prioritários, dos recursos de que trata o Decreto-lei nº 725, de 31 de julho de 1969.

Art. 2º Em programação aprovada pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, serão fixadas as parcelas de distribuição dos recursos oriundos do convênio a que se refere o Decreto nº 64.189, de 11 de março de 1969, observado o disposto no Decreto-lei nº 725, de 31 de julho de 1969, e neste Decreto-lei.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 804 — DE 29 DE
AGOSTO DE 1969

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis necessários à construção de uma estação receptora de energia elétrica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no artigo 151, letra b, do Código de Aguas decreta:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação os imóveis necessários à construção de uma estação receptora de energia elétrica na esquina da Rua do Lavradio com a Rua do Seacoco, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, cujos projetos e planta de situação nº 50.616 foram aprovados por ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Aguas e Energia Elétrica no processo M.M.E. 702.311-69.

Parágrafo único. Os imóveis mencionados no artigo 1º compõem um lote desmembrado da quadra B-6 do P.A. 8530 medindo na planta
37,00 m (trinta e sete metros) x
75,00 m (setenta e cinco metros) x
39,00 m (trinta e nove metros) x
75,00 m (setenta e cinco metros), em forma de um quadrilátero, com testadas para os futuros alinhamentos

das ruas do Lavradio, do Senado e Silva Jardim, segundo prevê o referido P.A. 8530.

Art. 2º A Light Serviços de Eletricidade S.A. poderá promover, em Juízo, as medidas necessárias de caráter urgente à desapropriação dos referidos imóveis, utilizando o processo judicial estabelecido no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações introduzidas através da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 805 — DE 2 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 544.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 544.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil cruzeiros novos) para atender a despesas relativas a Auxílio Funeral.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.00.00 a saber:

5.06.01 — Ministério do Exército
07.05.08.2.025 — Pagamento do Pessoal Civil e Militar.
3.0.0.0 — Despesas Correntes.
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes.
3.2.7.5 — Pessoas.
Auxílio Doença — NCr\$ 544.000,00.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYNRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 806 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a profissão de Atuário e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º É livre o exercício da profissão de atuário, em todo o território nacional, observadas as condições de capacidade previstas no presente Decreto-lei:

I — Aos atuários diplomados na vigência do Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931;

II — Aos bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais diplomados na vigência do Decreto-lei 7.988, de 22 de setembro de 1945;

III — Aos bacharéis em Ciências Atuariais na forma da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951;

IV — Aos diplomados em Ciências Atuariais em Universidades ou Instituições estrangeiras de ensino superior, que revalidem seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;

V — Aos brasileiros e estrangeiros, domiciliados no País, em situação devidamente legalizada e que, na data da publicação do presente Decreto-lei, satisfaçam, ao menos, uma das seguintes condições:

a) tenham sido aprovados em concurso ou prova de habilitação para provimento de cargo ou função de Atuário ou Auxiliar de Atuário do Serviço Público Federal;

b) tenham exercido por 3 (três) anos, no mínimo, cargo de Atuário ou Chefia em funções técnico-atuariais, em repartições federais, estaduais ou municipais, entidades paraestatais, sociedades de economia mista ou sociedades privadas de seguro, capitalização ou sorteios;

c) tenham sido professores de atuária em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos.

Art. 2.º O registro profissional, obrigatório a todo atuário, far-se-á no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social e constará de livro próprio.

Parágrafo único. Os profissionais que se encontrem nas condições previstas no inciso V, do art. 1.º, deverão requerer o citado registro, dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a regulamentação deste Decreto-lei.

Art. 3.º Os pedidos de registro, a que se refere o artigo 2.º, serão entregues, acompanhados da documentação exigida, ao Instituto Brasileiro de Atuária, que encaminhará o processo ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Atuária, realizadas as diligências necessárias, opinará sobre o pedido de registro, manifestando-se quanto ao mérito. Este pronunciamento instruirá o processo, ficando, porém, a critério das autoridades administrativas a decisão final.

Art. 4.º Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de atuário, senão à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com o presente Decreto-lei, e essa prova será também exigida para a inscrição em concursos, a realização de perícias e outros atos que exijam capacidade técnica de atuário.

Art. 5.º Compete, privativamente, ao Atuário:

a) a elaboração dos planos técnicos e a avaliação das reservas matemáticas das empresas privadas de seguros e de capitalização, das instituições de Previdência Social, das Associações ou Caixas Mutuárias de penúrias ou sorteios e dos órgãos oficiais de seguros e resseguros;

b) a determinação e tarifação dos prêmios de seguros de todos os ramos, e dos prêmios de capitalização,

b) como los prêmios especiais ou extra-premios relativos a riscos especiais;

c) a análise atuarial dos lucros dos seguros e das formas de sua distribuição entre os segurados e entre portadores dos títulos de capitalização;

d) a assinarura, como responsável técnico, dos balanços das empresas de seguros e de capitalização, das carteiras dessas especialidades mantidas por instituições de previdência social e outros órgãos oficiais de seguros e resseguros e dos balanços técnicos das caixas mutualistas de pecúlios ou sorteios, quando publicados;

e) o desempenho de cargo técnico-atuarial no Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social e de outros órgãos oficiais semelhantes, encarregados de orientar e fiscalizar atividades atuariais;

f) a peritagem e a emissão de pareceres sobre assuntos envolvendo problemas de competência exclusivamente do atuário.

Art. 6º Haverá assessoria obrigatória do atuário:

a) na direção, gerência e administração das empresas de seguros, de financiamento e de capitalização, das instituições de previdência social e de outros órgãos oficiais de seguros, reseguros e investimentos;

b) na fiscalização e orientação das atividades técnicas dessas organizações e na elaboração de normas técnicas e ordens de serviço, destinados a esses fins;

c) na estruturação, análise, racionalização e mecanização dos serviços dessas organizações;

d) na elaboração de planos de financiamentos, empréstimos e semelhantes;

e) na elaboração ou pericia de balanço geral e Atuarial das empresas de seguros, capitalização, instituições de previdência social e outros órgãos oficiais de seguros e resseguros;

f) nas investigações das leis de mortalidade, invalidez, doença, fecundidade e natalidade e de outros fenômenos biológicos e demográficos em geral, bem como das probabilidades de ocorrências necessárias aos estabelecimentos de planos de seguros e de cálculo de reservas;

g) na elaboração das cláusulas e condições gerais das apólices de todos

os ramos, seus aditivos e anexos, dos títulos de capitalização; dos planos técnicos de seguros e resseguros; das formas de participação dos segurados nos lucros; da cobertura ou exclusão de riscos especiais;

h) na seleção e aceitação dos riscos, do ponto de vista médico-atuarial.

Parágrafo único. Haverá a participação obrigatória do atuário em qualquer pericia ou parecer que se relacione com as atividades que lhe são atribuídas neste artigo.

Art. 7º No preenchimento de cargos públicos para os quais se faz mister a qualidade de atuário, é condição essencial que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências deste Decreto-lei.

Art. 8º Satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino, é prerrogativa do atuário o exercício do magistério das disciplinas, que se situar no âmbito da atuária, constantes dos currículos respectivos, em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos.

Art. 9º A fiscalização do exercício da profissão de atuário, em todo o território nacional, será exercida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 10 Os infratores dos dispositivos do presente Decreto-lei incorrerão em multa de meio a cinco salários mínimos, variável segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro em cada reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelas autoridades regionais competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Das decisões exaradas pelas autoridades, a que alude o parágrafo anterior, caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Mão-de-Obra.

Art. 11. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto-lei, o Presidente da República baixará decreto, aprovando o Regulamento que disciplinará a execução deste Decreto-lei.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 145º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELI DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 837 --- DE 4 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a transcrição de imóveis incorporados às sociedades por ações da Administração indireta da União,

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Nos casos de incorporações de bens do patrimônio da União, para a formação ou integralização do capital de sociedades por ações da administração indireta, o oficial do respectivo registro de imóveis fará nova transcrição em nome da entidade a que os mesmos foram incorporados valendo-se, para tanto, dos dados característicos e confrontações existentes nas transcrições anteriores.

§ 1º Servirá como título hábil para o processamento da nova transcrição o instrumento pelo qual a incorporação se verificou, em cópia autêntica ou exemplar do *Diário Oficial da União* no qual foi aquela publicada.

§ 2º Na hipótese de alteração das características do imóvel, mesmo anterior à nova transcrição, ou de inexistência de registro ou titulação anterior, deverá a sociedade, ao qual o mesmo foi incorporado, promover a respectiva correção mediante instrumento aditivo ao instrumento de incorporação e do qual deverá constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações, sua descrição e caracterização.

Art. 2º Para fins de registro de que trata o presente Decreto-lei, considerará-se o valor de transferência dos bens aquele constante do insu-

mento de incorporação e, na sua falta, do que constar do leilão aditivo previsto no § 2º do artigo anterior.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MARCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antonio da Gama e Silva
Antônio Deljim Netto
Mario David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 808 --- DE 4 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a política de preços no mercado interno

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. O Conselho Interministerial de Preços, CIP, instituído pelo Decreto nº 63.196, de 29 de agosto de 1968 é o órgão através do qual o Governo Federal fixará e fará executar a política de preços no mercado interno buscando sua harmonização com a política econômico-financeira global.

Art. 2º. Para desempenho de suas atribuições o Conselho Interministerial de Preços promoverá pelos competentes órgão e entidades da Administração Pública, a adoção de medidas administrativas, legais ou judiciais cabíveis.

Art. 3º. Para efeito do disposto no artigo 1º, os órgãos da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, que tenham atribuições de fixar tarifas ou preços em suas áreas específicas, fornecerão seus estudos ao Conselho Interministerial de Preços, quando isto for solicitado, para que este opine a respeito, antes de sua aprovação final pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. Ao apreciar os estudos a que se refere este artigo, o Conselho Interministerial de Preços poderá convocar representantes dos órgãos interessados para o exame conjunto da matéria.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Edmundo de Macedo Soares
Hélvio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 809 -- DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Revoga e dá nova redação a disposições da Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 2º da Lei número 3.149, de 21 de maio de 1957, e o artigo 7º da Lei nº 4.518, de 2 de dezembro de 1964.

DECRETO-LEI Nº 810 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Universidade Federal do Paraná o crédito especial de NCr\$ 243.893,00 para o fim que especifica

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura em favor da Universidade Federal do Paraná, o crédito especial de NCr\$ 243.893,00 (duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros novos), para atender ao pagamento do Fundo Especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, à contrapartida do Brasil ao Projeto nº 52 (Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná).

Art. 2º O artigo 10 da Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. No caso de não poderem o Conselho Superior e a Caixa Econômica Federal prestar, diretamente, os serviços de assistência geral, estes serão obrigatoriamente contratados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Não poderá exceder de 20% (vinte por cento) da receita do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicários a despesa, direta ou indireta, pertinente aos serviços de assistência, nem de 20% (vinte por cento) das receitas correntes as despesas de administração.”

Art. 3º Os servidores inscritos no Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicários, na forma deste Decreto-lei, ficarão sujeitos a um período de carência de 5 (cinco) anos, contados dia a dia a partir da data de inscrição, salvo quanto ao direito à aposentadoria por invalidez e à pensão.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antonio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas, no vigente Orçamento, ao Subanexo 5.05.00, a saber:

	5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	NCr\$
	5.05.20 — Diretoria do Ensino Superior	
08.06.07.1.097	— Auxílios a Estabelecimentos de Ensino Superior para atendimento de compromisso firmado com o BID	

1) Universidade de São Paulo

4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.3.0	— Auxílios para Obras Públicas	243.893,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURELIO DE LYNFA FAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antonio Delym Netto
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 811 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Secretaria-Geral o crédito especial de NCr\$ 122.000,00 para o fim que especifica

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de NCr\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil cruzeiros novos), para atender às despesas necessárias à realização da Feira Nacional de Ciências.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

	5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	NCr\$
	5.05.12 — Departamento Nacional de Educação	
08.11.07.2.046	— Representação Estudantil (CASES)	
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.2.0.0	— Transferências Correntes	
3.2.1.0	— Subvenções Sociais	20.000,00
5.05.18	— Diretoria do Ensino Secundário	
08.05.07.2.104	— Material Didático para o ensino de Ciências Experimentais	
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.5.0	— Auxílios para Material Permanente	52.000,00

5.05.24 — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos	
08.12.07.2.187 — Publicação e Distribuição de Material de Ensino	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	50.000,00
	<hr/>
	122.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 812 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito especial de NCr\$ 54.416.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito especial no valor de NCr\$ 54.416.000,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros novos) para atender a co-

bertura de diferenças de câmbio verificadas na liquidação de compromissos contratuais assumidos no Exterior pelos Ministerios da Aeronáutica e Marinha.

Art. 2º A despesa resultante da abertura do crédito especial autorizada neste Decreto-lei, será coberta com os recursos resultantes da anulação de dotações orçamentárias constante do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO Nº 813 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia em favor da Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais, o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 para o fim que especifica

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Minas e Energia em favor da Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais, o

crédito especial no valor de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos) para atender o que preceitua o Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.12.00 a saber:

	NCr\$
5.12.00 — Ministério das Minas e Energia	
5.12.09 — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica	
09.01.14.1.034 — Ampliação e Reaparelhamento	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	500.000,00
09.04.14.1.039 — Planos Especiais de Energia nos Estados, Distrito Federal e Territórios da União	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	500.000,00
13.04.14.1.043 — Ampliação do Serviço de Fotogrametria	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	500.000,00
13.04.14.2.021 — Coordenação da Pesquisa de Recursos Hídricos	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	500.000,00
5.12.10 — Departamento Nacional de Produção Mineral	
13.01.14.2.023 — Coordenação da Política Nacional de Minerais	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	1.000.000,00
Total	3.000.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYNRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 814 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes

confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e na conformidade do artigo 8º, item XVII, alínea "c", da Constituição, decretam:

Art. 1º A partir de 1º de outubro de 1969, somente poderá operar em Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres, a que

se refere o artigo 20, alínea "b", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a Sociedade Seguradora que for expressamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de acordo com critérios previamente fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 2º Vencer-se-ão a 30 de setembro de 1969 as atuais autorizações concedidas às Sociedades Seguradoras para operarem em Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres.

Parágrafo único. Os contratos de seguro que se vencerem após 1º de outubro de 1969 não poderão ser renovados em Sociedade Seguradora que não tenha sido autorizada a operar, na forma prevista no artigo 1º.

Art. 3º O Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres, realizado nos termos do artigo 5º do Decreto nº 61.867, de 7 de dezembro de 1967, garantirá, a partir de 1º de outubro de 1969, a reparação dos danos causados por veículo e pela carga transportada a pessoas transportadas ou não, excluída a cobertura de danos materiais.

Art. 4º A responsabilidade da seguradora por pessoa vitimada, no caso de morte, será de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos); até igual importância, no caso de invalidez permanente, e até NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) por despesas de assistência médica e suplementares.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) rever, anualmente, os limites de responsabilidade previstos neste artigo.

Art. 5º O pagamento das indenizações será efetuado mediante a simples prova do dano e independentemente de apuração da culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do proprietário do veículo.

Parágrafo único. A indenização será paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito e registro da ocorrência no órgão policial competente — no caso de morte;

b) prova de atendimento da vítima por hospital, ambulatório, ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente — no caso de danos pessoais.

Art. 6º A tarifa de prêmios em vigor para o seguro obrigatório de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestres será reduzida, no mínimo, de 40% (quarenta por cento), em todos os seus itens.

Art. 7º As indenizações de danos materiais no seguro facultativo de responsabilidade civil, devidas a proprietários de veículos envolvidos em acidentes de trânsito, serão pagas independentemente da responsabilidade que for apurada em ação judicial contra o causador do dano, cabendo à Sociedade Seguradora o direito de regresso contra o responsável.

Art. 8º Terá suspensão a autorização para operar em seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestres, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, a Sociedade Seguradora que infringir as disposições deste decreto-lei.

Art. 9º O CNSP expedirá novas normas disciplinadoras, condições e tarifas para atender ao disposto neste decreto-lei.

Art. 10. Os contratos em vigor na data deste Decreto-lei continuam subordinados à legislação então vigente, facultado às partes contratantes, de comum acordo, ajustá-los às novas disposições.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 815 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Isenta do imposto de renda na fonte os juros e comissões que especifica, pagos no exterior, decorrentes de exportação de produtos nacionais.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar,

usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Não sofrerão desconto do imposto de renda na fonte quando pagos por exportadores de quaisquer produtos nacionais e decorrentes da exportação:

a) as comissões, aos seus agentes no estrangeiro;

b) os juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais;

c) os juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao pré-financiamento e financiamento de exportação devidamente autorizados pelo Banco Central do Brasil e cuja liquidação se processe com o produto da exportação.

Art. 2º Se, vencida a obrigação, a exportação não for comprovada, o estabelecimento bancário que intervier na operação deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o respectivo imposto de renda com os acréscimos de lei.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a alínea "a" do § 2º do artigo 97, do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, com a redação que lhe deu o artigo 46, da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965 e demais disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfino Netto

DECRETO-LEI Nº 816 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1969

Aprova a Convenção sobre Exposições Internacionais de 1928 emendada pelos Protocolos de 1948 e 1966.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institu-

cional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É aprovada a Convenção sobre Exposições Internacionais, assinada em Paris, a 22 de novembro de 1928, e emendada pelos Protocolos de 10 de maio de 1948 e 16 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 817 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre o enquadramento definitivo do pessoal ferroviário e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os enquadramentos definitivos do pessoal ferroviário ainda pendentes de solução, bem como as revisões de enquadramento decorrentes de reclamações julgadas procedentes, serão elaborados de acordo com as seguintes normas:

a) dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da vigência deste Decreto-lei, os órgãos de pessoal das Ferrovias integrantes da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A.), atendidas as disposições do Decreto nº 51.466, de 16 de maio de 1962, encaminharão ao órgão central de pessoal da mencionada Rede as propostas respectivas devidamente instruídas;

b) a R.F.F.S.A., dentro de 90 (noventa) dias da data de publicação deste Decreto-lei, encaminhará ao Ministério dos Transportes os tra-

balhos que forem elaborados, com base nas propostas referidas na alínea anterior;

c) recebidos os trabalhos e uma vez revistos e alterados, quando necessário, pela Divisão do Pessoal do Ministério dos Transportes, o Ministro de Estado submeterá diretamente à decisão do Presidente da República os projetos de decreto decorrentes.

Art. 2º Ficam ratificados os enquadramentos definitivos dos ferroviários e respectivas revisões, elaborados com observância no Decreto nº 51.466, de 16 de maio de 1962 e aprovados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. As ratificações autorizadas neste artigo não homologam situação individual que, em virtude de sindicância, inquérito administrativo ou revisão, venha a ser considerada nula ou contrária às normas aplicáveis à espécie.

Art. 3º É permitido aos servidores reclamarem contra os enquadramentos e revisões de enquadramentos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação dos decretos respectivos.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica às reclamações feitas contra os enquadramentos e revisões de enquadramentos ratificados por este Decreto-lei, desde que apresentadas no prazo mencionado neste artigo, contado da data da publicação do respectivo decreto.

§ 2º As reclamações de que trata este artigo serão apreciadas pelos órgãos de pessoal das respectivas ferrovias e decididos, em caráter irrevogável, pelo órgão central de pessoal da R.F.F.S.A..

§ 3º Os recursos serão decididos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e, se providos, serão encaminhados à Divisão do Pessoal do Ministério dos Transportes, para as providências cabíveis.

Art. 4º As promoções e os acessos do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e de outras cujo enquadramento tenha sido feito com a fusão dos cargos dos funcionários da administração direta e autárquica, poderão ser efetivados independentemente de separação das duas categorias em enquadramentos distintos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dá direito a que o pessoal

autárquico venha a pleitear dupla aposentadoria, inclusive a de que trata a Lei nº 2.752, de 10 de abril de 1956.

Art. 5º O disposto nos artigos 15 a 16 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 625, de 11 de junho de 1969, aplica-se aos responsáveis pela execução do presente Decreto-lei.

Art. 6º Respeitados os efeitos da vigência dos enquadramentos, das promoções e dos acessos, na forma da legislação pertinente, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES

MARCIO DE SOUZA E MELLO

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 818 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, de atestados firmados por médico-veterinário sem vínculo com o serviço público e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Nas unidades administrativas onde não existirem, ou forem em número insuficientes, médicos-veterinários pertencentes ao serviço público federal, fica o Ministério da Agricultura autorizado a aceitar atestados zoonosológicos firmados por médicos-veterinários não vinculados à administração federal, que sejam portadores de carteira de identificação profissional expedida pelos Conselhos Federal ou Regionais de Medicina Veterinária.

§ 1º A aceitação dos atestados fica condicionada à comprovação pelos médicos-veterinários, de conhecimento da legislação específica de defesa sa-

nitária animal e das normas referentes a profilaxia das doenças infecciosas, infecto-contagiosas ou parasitárias, objeto de programas federais de controle ou erradicação, a critério do Ministério da Agricultura.

§ 2º A autorização prevista neste artigo somente terá validade nas unidades administrativas que sejam objeto de declaração pelo Ministério da Agricultura e em caso algum poderá acarretar qualquer ônus para os cofres públicos.

Art. 2º O médico-veterinário que infringir o disposto no presente Decreto-lei, ou as demais disposições legais e regulamentares atinentes a defesa sanitária animal, será declarado inidôneo para o fornecimento dos atestados, por ato do Ministério da Agricultura, que também representará contra o infrator junto aos Conselhos Federal ou Regionais de Me-

dicina-Veterinária, para a aplicação das medidas disciplinares cabíveis.

Art. 3º O Ministério da Agricultura ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, promoverá a expedição, no prazo de 60 (sessenta) dias, das normas que se fizerem necessárias à execução do presente Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Ivo Arzuza Pereira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 819 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial no valor de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos) para atender a despesa de que trata o artigo 4º do Decreto-lei nº 513, de 31 de março de 1969.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.09.00, a saber:

		NCr\$
5.09.00	— Ministério do Interior	
5.09.02	— Gabinete do Ministro	
	(Órgãos Vinculados)	
	Superintendência do Vale do São Francisco	
09.05.11.1.311	— Construção de Sistemas de Transmissão e	
	Eletrificação Rural, inclusive Energização	
	de Municípios, conforme Adendo "A"	
4.0.0.0	— Despesas de Capital	
4.3.0.0	— Transferências de Capital	
4.3.4.0	— Auxílios para Equipamentos e Instalações	100.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
José Beltrão
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 820 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1969

Acrescenta item ao artigo 2.º da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Fica acrescentado ao artigo 2.º da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, alterado pela Lei n.º 2.853, de 28 de agosto de 1956, o seguinte item:

“VII — prêmios de seguros privados, quando consignatária qualquer das entidades referidas no item III, do art. 5.º, desta lei.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 821 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dispensa da apresentação do Certificado de Quitação com a previdência social, as transações que cospicua, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Fica acrescentado ao artigo 141 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Pre-

vidência Social, na redação dada pelo Decreto-lei número 66, de 21 de novembro de 1966, o seguinte parágrafo:

“§ 5º — Independem da apresentação do Certificado de Quitação (CQ):

I — as transações em que forem outorgantes, a União Federal, os Estados, os Municípios e as entidades públicas de direito interno sem finalidade econômica, assim como as pessoas ou entidades não obrigadas a contribuir para a previdência social;

II — as transações realizadas pelas empresas que exercitam a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação (CRS) e que dele conste expressamente essa finalidade;

III — os instrumentos, atos e contratos que constituam ratificação, ratificação ou efetivação de outros anteriores para os quais já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação (CQ);

IV — as transações de unidade imobiliárias resultantes da execução de incorporação realizada na forma da Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, desde que a certidão própria tenha sido apresentada para a inscrição do respectivo memorial no Registro de Imóveis;

V — as transações de unidades construídas com financiamento contratado por instrumento, para cuja lavratura já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação (CQ);

Art. 2.º O Certificado de Quitação (CQ), quando exigível, só o será com relação às contribuições devidas pela dependência da empresa do local onde se situar o objeto da transação, se for o caso, ou por sua sede.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 822 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Extingue a garantia de instância nos recursos de decisão administrativa fiscal e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Independe de garantia de instância a interposição de recurso no processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais.

§ 1º Nos processos não definitivamente decididos pela administração fica extinta a fiança e, a requerimento do interessado, será liberado o depósito.

§ 2º O depósito em dinheiro, no prazo de interposição do recurso, ou

o não levantamento da importância depositada, evitará a correção monetária do crédito tributário.

Art. 2º O Poder Executivo regulará o processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários federais, penalidades, empréstimos compulsórios e o de consulta.

Art. 3º Ficará revogada, a partir da publicação do ato do Poder Executivo que regular o assunto, a legislação referente à matéria mencionada no artigo 2º, deste Decreto-Lei.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LIRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA e MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 823 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 1.415,80 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial no valor de NCr\$ 1.415,80 (um mil quatrocentos e quinze cruzeiros novos e oitenta centavos) para atender despesas de vencimentos relativos ao exercício de 1966.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ac Subanexo 5.09.00, a saber:

NCr\$

5.09.00 — Ministério do Interior	
5.09.04 — Território Federal de Rondônia	
01.01.11.2.093 — Coordenação dos Serviços	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas	1.415,80

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

**DECRETO-LEI Nº 824 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1969**

Dispõe sobre a remessa de obras impressas ao Instituto Nacional do Livro.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º As editoras e gráficas brasileiras, situadas em qualquer parte do território nacional, são obrigadas a remeter ao Instituto Nacional do Livro um exemplar de cada obra que editarem, no prazo de 10 (dez) dias após o seu lançamento público.

Parágrafo único. Estão compreendidas na disposição de que trata o artigo, além dos livros, as obras musicais, mapas, planos, plantas, estampas, revistas, jornais, plaquetas e folhetos, e, bem assim, as reimpressões novas edições e traduções de obras estrangeiras.

Art. 2º No caso da inobservância das disposições previstas no artigo anterior, as editoras e gráficas incorrerão em falta punida com a pena de multa equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da obra não depositada, ficando ainda obrigadas, logo que terminem o prazo estipulado no artigo 1º, a proceder à remessa, em um segundo prazo, igual ao primeiro, sob pena de apreensão do exemplar ou dos exemplares devidos e da não aquisição, du-

rante um ano, de obras pelo Instituto Nacional do Livro, para distribuição à sua rede de bibliotecas.

Parágrafo único. O Diretor do Instituto Nacional do Livro comunicará ao Procurador Regional da Justiça Federal a infração ocorrida, a fim de tornar-se efetiva, por via judicial a pena estabelecida neste artigo.

Art. 3º Para efeito de contribuição e de apreensão, equiparam-se as obras nacionais as provenientes do estrangeiro, nas quais conste indicação de editor domiciliado no Brasil.

Art. 4º As obras remetidas ao Instituto Nacional do Livro, por força do presente Decreto-lei, transferirão pelo serviço nacional de correio em todo o território nacional, com franquia e gratuidade de registro, devendo o remetente declarar o título de obra, os nomes do editor e do autor ou o pseudônimo deste, o lugar e a data da edição.

Art. 5º O Instituto Nacional do Livro divulgará em sua Bibliografia Brasileira Mensal, todas as obras recebidas em virtude do presente Decreto-lei.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI N.º 825 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre programas educacionais nos Territórios e Fronteiras.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º O auxílio global configurado pela característica orçamentária 08.04.07.1.004, de que tratam o Decreto-lei n.º 652, de 25 de junho de 1969, e o correspondente Decreto número 64.735, da mesma data, será destinado, em programas parciais aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura, à manutenção, construção e instalação de escolas ao longo das Fronteiras nacionais, através de convênios gerais com os Governos estaduais ou de convênios parciais com as Prefeituras Municipais, comandos militares ou outros serviços públicos existentes na faixa de 150 (cento e cinquenta) quilômetros a dentro do Território nacional.

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 1969: 148.º da Independência e 81.º da República

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 826 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação à alínea "j" do artigo 20 do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º

do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º A alínea "j" do artigo 20 do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20

"j") crédito à exportação, quando julgado conveniente pelo CNSP, ouvido o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX);"

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969: 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 827 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre o Escritório Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Fica incluído na estrutura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a denominação de Escritório Técnico da Universidade, o Escritório Técnico da Cidade Universitária instituído pelo Decreto-lei número 7.217, de 30 de dezembro de 1944 e transferido para a Universidade do Brasil pela Lei n.º 4.402, de 10 de setembro de 1964.

Art. 2.º Fica transferida para a Universidade Federal do Rio de Janeiro a Comissão Supervisora do Planejamento e Execução de obras da Cidade Universitária, criada pela Lei n.º 4.402, de 10 de setembro de 1964, e composta de oito (8) membros, dela participando um representante

do Ministério da Educação e Cultura e o Diretor do Escritório Técnico da Universidade, sendo os demais membros escolhidos na forma determinada em Regimento a ser aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, observadas as disposições deste Decreto-lei.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LUYA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 828 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica instituído um fundo especial, denominado Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, destinado a atender despesas com o desenvolvimento do ensino profissional marítimo, a cargo da Di-

retoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha.

Parágrafo único. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo será constituído pelos recursos transferidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social, provenientes de arrecadação estabelecida pela Lei número 5.461, de 25 de junho de 1968, de juros de depósitos ou de operações do próprio Fundo, e de recursos de outras fontes, a serem de finidas por ato do Poder Executivo.

Art. 2º Sob a supervisão do Ministro da Marinha e gerência do Diretor de Portos e Costas e na forma do Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo será aplicado no desenvolvimento do ensino e aperfeiçoamento profissional do pessoal da Marinha Mercante e das demais atividades correlatas, em todo o território nacional.

Parágrafo único. A Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha prestará contas da gestão financeira do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, relativa a cada exercício, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LUYA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 829 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional, o crédito especial de NCr\$ 466.370,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional, o crédito especial no valor de NCr\$ 466.370,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros novos), para atender despesas com contribuições de Previdência Social.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento ao Subanexo 5.13.00, a saber:

5.13.00 —	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
5.13.04 —	Secretaria Geral (Recursos sob controle do Órgão Central de Orçamento)	
01.01.15.2.010 —	Fundo de Reserva Orçamentária — Provisão para atender a insuficiência de recursos em Despesas Correntes (art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25-2-67)	
3.0.0.0 —	Despesas Correntes	
3.1.0.0 —	Despesas de Custeio	
3.1.4.4 —	Encargos Diversos	466.370,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 830 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

Altera a Lei nº 5.414, de 10 de abril de 1968, e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam criados, extintos e transformados, de acordo com a tabela anexa, cargos isolados de provimento em comissão e efetivo, e de carreira no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 2º Será exigida a apresentação de diploma:

I — De bacharel em Direito, para o Titular do cargo em comissão de Assessor Jurídico destinado ao Gabinete da Presidência;

II — De Contador, para o titular do cargo isolado efetivo de Auditor;

III — De Técnico de Contabilidade, para o titular do cargo isolado efetivo de Contador.

Art. 3º O provimento dos cargos criados pela Lei nº 5.414, de 10 de abril de 1968, e por este Decreto-lei, ressalvados aqueles providos em comissão, far-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas.

Art. 4º A "Revista do Tribunal Federal de Recursos" passará a ser chefiada por um Secretário bacharel em Direito e designado por proposta do Ministro do Tribunal que estiver na sua direção.

Parágrafo único O pessoal técnico da Revista ficará subordinado nas relações de emprego ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e para sua admissão se exigirá a condição de ser acadêmico de Direito.

Art. 5º As despesas resultantes da execução da tabela anexa a este Decreto-lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Hélio Beltrão

O anexo a que se refere o art. 1º foi publicado no D.O. de 9-9-69.

DECRETO-LEI Nº 831 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação aos §§ 2º e 4º do artigo 7º do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os §§ 2º e 4º do artigo 7º do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O Engenheiro integrante do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ocupante de cargo da respectiva série de classes, quando investido em cargo em comissão ou função gratificada, bem como o Engenheiro estranho aos quadros do D. N. E. R. que for investido em cargo em comissão de livre escolha, não farão jus aos vencimentos e vantagens correspondentes ao cargo em comissão ou a função gratificada, passando a perceber os salários e gratificações fixados em decreto na forma do parágrafo primeiro. Os integrantes de série de classes de Engenheiro, quando não investidos em cargo em comissão ou função gratificada, poderão perceber uma complementação salarial, de acordo com o que dispuser a regulamentação deste Decreto-Lei.”

“§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos demais ocupan-

tes das classes, carreiras, cargos em comissão e funções gratificadas de nível técnico superior que continuarão submetidos ao regime jurídico do pessoal civil da União.”

Art. 2º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 832 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando as recomendações feitas pela Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 1.350, de 1967, do Ministério dos Transportes, para reformular a política do Sistema Ferroviário Brasileiro; e

Considerando a necessidade de implantar a reforma administrativa no Departamento Nacional de Estradas de Ferro, decretam:

Art. 1º A política nacional de viação ferroviária, integrada na política nacional dos transportes, compreende:

a) o planejamento de todo o sistema ferroviário no território brasileiro e suas alterações;

b) os estudos técnicos e econômicos, o estabelecimento dos meios financeiros para a execução das obras integrantes do sistema e a elaboração dos projetos finais de engenharia;

c) a construção, o melhoramento, a conservação e a exploração de ferrovias, inclusive pontes e outras obras que a integrem;

d) a fiscalização das ferrovias, incluindo-se a guarda, a sinalização e o policiamento, bem como os demais atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito e de tráfego, especialmente a fixação de tarifas, o estabelecimento de serviços e as limitações ao uso e ao direito das propriedades vizinhas às estradas de ferro;

e) a concessão e a fiscalização do serviço de transporte ferroviário concedido;

f) os atos que tenham por objetivo a paralisação de tráfego e a erradicação de trechos e ramais ferroviários antieconômicos;

g) a disciplina de aplicação dos recursos integrantes do Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário, bem como de recursos destinados, por lei, ao sistema ferroviário.

Parágrafo único. A execução da política nacional de viação ferroviária a cargo do Ministério dos Transportes far-se-á por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) como órgão de assessoramento e fiscalização e da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), como órgão de operação, atendidas as atribuições do Conselho Nacional de Transportes e as do Ministro dos Transportes.

Art. 2º Ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, com autonomia administrativa e financeira, constituída pela

Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962, compete:

1) assistir o Ministro dos Transportes na formulação da política de viação ferroviária e na fiscalização de sua execução;

2) zelar pela exata observância da parte ferroviária do Plano Nacional de Viação, promovendo as revisões periódicas necessárias e acompanhando a sua execução;

3) zelar para que sejam observadas as especificações gerais de ordem técnica, decorrentes do Plano Nacional de Viação, bem como as que se referirem a material fixo e rodante visando a sua adequação, segurança e padronização;

4) zelar pelo fiel cumprimento, por parte das empresas ferroviárias, dos contratos de concessão ou outros de interesse federal e de todos os dispositivos legais e regulamentares emanados do Governo Federal, especialmente, os que regulam a constituição das empresas ferroviárias, a responsabilidade civil das Estradas de Ferro e sua segurança, polícia e tráfego, além do Regulamento Geral dos Transportes e do Código Brasileiro de Sinalização;

5) realizar, em coordenação com empresas ferroviárias interessadas, diretamente ou por meio de contratos com entidades especializadas, pesquisas, inquéritos, estudos e planejamentos destinados ao aperfeiçoamento das linhas férreas e dos transportes ferroviários;

6) organizar a estatística ferroviária do País, atendida a competência do Serviço de Estatística da Secretaria Geral do Ministério dos Transportes, a fim de adaptá-la às normas gerais para o sistema nacional de transportes, dentro da melhor técnica e de forma completa, colhendo, para esse fim, os elementos que julgar conveniente, nas diversas fontes e, especialmente, junto às administrações ferroviárias que, para tanto, ficam obrigadas a fornecer, segundo normas e prazos determinados pelo Departamento, todos os dados pelo mesmo solicitados;

7) estudar as propostas de alteração dos tetos tarifários do transporte ferroviário;

8) proceder à fiscalização tarifária das empresas ferroviárias, respeitados os ajustes necessários ao incremento do convênio de transportes;

9) realizar estudos sobre a paralização de tráfego e a erradicação de brechos e ramais ferroviários antieconômicos para final aprovação do Ministro dos Transportes;

10) manifestar-se, previamente, sobre os planos e programas de investimentos das empresas ferroviárias que devam ser aprovados pelo Governo.

Art. 3º A receita do Departamento Nacional de Estradas de Ferro será formada de:

a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União e de outros suprimentos oficiais;

b) produto de juros de depósitos bancários;

c) produto de venda de material inservível ou da alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços;

d) produto de aluguéis de bens patrimoniais do DNFF;

e) produto de serviços prestados a terceiros;

f) recursos resultantes de financiamentos por organismos internacionais ou entidades financeiras nacionais.

Art. 4º O Departamento Nacional de Estradas de Ferro poderá movimentar recursos orçamentários que lhe forem destinados, para delegar a construção de obras a outras entidades executantes.

Art. 5º Os contratos de construção e conservação de vias permanentes, atualmente em vigor no Departamento Nacional de Estradas de Ferro, serão transferidos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, por portaria ministerial.

Parágrafo único. Para consecução dos objetivos deste artigo, serão, preliminarmente firmados contratos entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, mediante os quais aquela, também, transferirá, a esta, os recursos vinculados a cada contrato.

Art. 6º O Poder Executivo redefinirá, na forma do artigo 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a estrutura, as atribuições e as normas de funcionamento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LYRA TAVARES
MARCIO DE SOUZA E MELLO
Mário Doria Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 833 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 10 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. O artigo 10 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Poderá ser concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados às matérias-primas e aos produtos de sua transformação, utilizados pelas indústrias petroquímicas na execução de projetos aprovados pelos órgãos governamentais responsáveis pela política de desenvolvimento do setor petroquímico, mediante prévia recomendação dos órgãos federais da política de produção ou de preços.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo será concedida pelo Ministro da Fazenda que ouvirá:

a) o Conselho Nacional de Petróleo;

I — quando se tratar daquelas matérias-primas e produtos básicos ou primários, respectivamente utilizados e produzidos pelas indústrias petroquímicas, que têm origem no aproveitamento do gás

natural, dos produtos e subprodutos do gás natural e do petróleo de poço ou do óleo de xisto (naftas e gasóleos, gases residuais e resíduos de petróleo).

II — quando se tratar de produtos básicos ou primários (e demais matérias-primas do processo) e seus produtos de transformação, respectivamente utilizados e produzidos pelas indústrias petroquímicas que têm origem na industrialização dos seguintes produtos: eteno (etileno), propeno, (propileno), butenos (butilenos), etino (acetileno), benzeno, tolueno, xilenos (orto, meta e para-xileno), naftaleno, hidrogênio e misturas de hidrogênio e monóxido de carbono (gás de síntese), metano e amoníaco.

b) o Conselho de Política Aduaneira, quando se tratar de produtos importados excluídos das hipóteses previstas na letra "a".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LARA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 834 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a entrega das parcelas, pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias, estabelece normas gerais sobre conflito de competência tributária, sobre o imposto de serviços e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decretam:

Art. 1º Para a distribuição, no exercício de 1970, das parcelas perten-

centes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias, de que trata o Decreto-lei nº 380, de 23 de dezembro de 1968, os Estados poderão adotar os índices percentuais correspondentes à relação entre a arrecadação efetiva do imposto em seu território e no de cada Município no ano de 1968, em substituição ao valor das operações tributáveis previstas no artigo 2º do mesmo decreto-lei.

Art. 2º Não será aplicada penalidade por diferença de imposto sobre circulação de mercadorias devido nas transferências para estabelecimento do mesmo titular em outro Estado, desde que o contribuinte remetente, ou seu representante, tenha pago o tributo a um dos Estados, quer o de origem, quer o de destino.

§ 1º O disposto neste artigo não prejudica o direito de qualquer Estado de exigir o imposto que entenda ser-lhe devido.

§ 2º Se o contribuinte houver pago o imposto a um Estado quando devido a outro terá direito à restituição do que houver recolhido indevidamente, feita a prova do pagamento ou do início deste ao Estado onde efetivamente devido.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 1967, não se restituindo, porém, as multas já pagas.

Art. 3º O Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — O artigo 1º, § 3º, inciso III passa a ter a seguinte redação:

“III — Sobre a saída, de estabelecimento prestador dos serviços a que se refere o artigo 8º, de mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação de tais serviços, ressalvados os casos de incidência previstos na lista de serviços tributados”.

II — O artigo 1º, § 4º, inciso VIII passa a ter a seguinte redação:

“VIII — A saída, de estabelecimento de empreiteiro de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas às

construções, obras ou serviços re-
feridos a cargo do remetente.

III — O artigo 8º, § 2º, passa a ter
a seguinte redação:

“§ 2º O fornecimento de mer-
cadorias com prestação de serviços
não especificados na lista fica su-
jeito ao imposto sobre circulação
de mercadorias”.

IV — O artigo 9º, § 2º, passa a vi-
gorar com a seguinte redação:

“§ 2º Na prestação dos servi-
ços a que se referem os itens 19
e 20 da lista anexa o imposto
será calculado sobre o preço de-
duzido das parcelas corresponden-
tes:

a) ao valor dos materiais for-
necidos pelo prestador dos servi-
ços;

b) ao valor das subempreitadas
já tributadas pelo imposto.”

V — O artigo 9º, § 3º passa a vigorar
com a seguinte redação:

“§ 3º Quando os serviços a que
se referem os itens 1, 2, 3, 5, 6, 11,
12 e 17 da lista anexa forem
prestados por sociedades, estas fi-
carão sujeitas ao imposto na for-
ma do § 1º, calculado em rela-
ção a cada profissional habilitado,
sócio, empregado ou não, que
preste serviço em nome da socie-
dade, embora assumindo respon-
sabilidade pessoal, nos termos da
lei aplicável.”

VI — Fica revogado o § 3º do
artigo 6º.

VII — A lista de serviços de qual-
quer natureza a que se refere o ar-
tigo 8º passa a vigorar com a seguin-
te redação:

LISTAS DE SERVIÇOS

Serviços de:

1. Médicos, dentistas e veteriná-
rios.
2. Enfermeiros, protéticos (próte-
se dentária), obstetras, ortópticos,
fonoaudiólogos, psicólogos.
3. Laboratórios de análises clíni-
cas e eletricidade médica.
4. Hospitais, sanatórios, ambula-
tórios, prontos-socorros, bancos de

sangue, casas de saúde, casas de re-
cuperação ou repouso sob orientação
médica.

5. Advogados ou provisionados.
6. Agentes da propriedade indus-
trial.
7. Agentes da propriedade artísti-
ca ou literária.
8. Peritos e avaliadores.
9. Tradutores e intérpretes.
10. Despachantes.
11. Economistas.
12. Contadores, auditores, guarda-
livros e técnicos em contabilidade.
13. Organização, programação, pla-
nejamento, assessoria, processamento
de dados, consultoria técnica, finan-
ceira ou administrativa (exceto os
serviços de assistência técnica pres-
tados a terceiros e concernentes a ra-
mo de indústria ou comércio explo-
rados pelo prestador do serviço).
14. Datilografia, estenografia, se-
cretaria e expediente.
15. Administração de bens ou ne-
gócios, inclusive consórcios ou fundos
mútuos para aquisição de bens (não
abrangidos os serviços executados por
instituições financeiras).
16. Recrutamento, colocação ou
fornecimento de mão-de-obra, inclu-
sive por empregados do prestador de
serviços ou por trabalhadores avulsos
por ele contratados.
17. Engenheiros, arquitetos, urba-
nistas.
18. Projetistas, calculistas, dese-
nhistas técnicos.
19. Execução, por administração,
empreitada ou subempreitada, de
construção civil, de obras hidráulicas
e outras obras semelhantes, inclusive
serviços auxiliares ou complementares
(exceto o fornecimento de mercadori-
as produzidas pelo prestador dos
serviços, fora do local da prestação dos
serviços, que ficam sujeitas ao ICM).
20. Demolição; conservação e re-
paração de edifícios (inclusive eleva-
dores neles instalados), estradas,
pontes e congêneres (exceto o forne-
cimento de mercadorias produzidas
pelo prestador dos serviços, fora do
local da prestação dos serviços, que
ficam sujeitas ao ICM).
21. Limpeza de imóveis.
22. Raspagem e lustração de asse-
lhos.
23. Desinfecção e higienização.
24. Lustração de bens móveis
(quando o serviço for prestado a
usuário final do objeto lustrado).
25. Barbeiros, cabeleireiros, mani-
cures, pedicures, tratamento de pele
e outros serviços de salões de beleza.

26. Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres.

27. Transporte e comunicações, de natureza estritamente municipal.

28. Diversões públicas:

a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres;

b) exposições com cobrança de ingresso;

c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f) execução de música, individualmente ou por conjuntos

g) fornecimento de música mediante transmissão, por qualquer processo.

29. Organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao ICM).

30. Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.

31. Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59.

32. Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59.

33. Análises técnicas.

34. Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.

35. Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.

36. Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos.

37. Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).

38. Guarda e estacionamento de veículos.

39. Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).

40. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41).

41. Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusivo, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).

42. Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).

43. Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização.

44. Esmo de qualquer grau ou natureza.

45. Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final, quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo usuário.

46. Tinturaria e lavanderia.

47. Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.

48. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por, ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço ao poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).

49. Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.

50. Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de "video-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora.

51. Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior.

52. Locação de bens móveis.

53. Composição gráfica, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia.

54. Guarda, tratamento e amestramento de animais.

55. Florestamento e reflorestamento.

56. Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao ICM).

57. Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.

58. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.

59. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar).

60. Encadernação de livros e revistas.

61. Aerofotogrametria.

62. Cobranças, inclusive de direitos autorais.

63. Distribuição de filmes cinematográficos e de "video-tapes".

64. Distribuição e venda de bilhetes de loteria.

65. Empresas funerárias.

66. Taxidermista.

Art. 4º É concedida à Superintendência Nacional do Abastecimento remissão de quaisquer débitos do imposto sobre circulação de mercadorias anteriores à data deste Decreto-lei.

§ 1º Considera-se regularmente cobrado, para os fins do artigo 3º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, o imposto referente às mercadorias saídas de estabelecimentos da SUNAB ou de seus representantes mercantis devidamente autorizados, cujo valor será abatido do montante devido pelo contribuinte titular do estabelecimento destinatário.

§ 2º Ficam canceladas as penalidades relativas aos débitos e créditos do imposto sobre circulação de mercadorias a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º Fica acrescentado ao artigo 3º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, o seguinte parágrafo:

"§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a mercadorias cuja industrialização for objeto de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo, resultante de reconhecimento ou concessão por ato administrativo anterior a 31 de dezembro de 1968 e baseada em Lei Estadual promulgada até a mesma data".

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 835 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

Regula a aplicação dos Fundos previstos nos incisos I, II e III do artigo 26 da Constituição.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo Especial, a que se refere o artigo 26 da Constituição, com a redação dada pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, ratificado pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, serão obrigatoriamente aplicados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com as diretrizes e prioridades dos planos e programas do Governo Federal, e, em especial, a partir de 1972, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, respeitadas as condições regionais e locais.

Art. 2º. Os programas de aplicação dos recursos dos Fundos referidos no artigo 1º serão elaborados de acordo com os critérios, normas e instruções que forem estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 1º. As normas a que se refere este artigo visarão à progressiva implantação, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, do sistema de planos de desenvolvimento e de orçamentos plurianuais de investimentos.

§ 2º No estabelecimento de exigências para a formulação dos programas de aplicação, atentar-se-á para o nível de renda e as condições específicas da situação administrativo-institucional dos diferentes Estados e Municípios.

Art. 3º. A partir de 1970, o Poder Executivo estabelecerá prazos de apresentação e aprovação dos programas de aplicação, de modo a assegurar, na medida do possível, a automaticidade da entrega dos recursos dos Fundos citados, a contar do início de cada exercício.

Art. 4º. Para os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios, o Poder Executivo estabelecerá percentagens mínimas de aplicação em despesas de capital, assim como em áreas prioritárias do Plano Nacional de Desenvolvimento, visando ao aumento de produtividade dos dispêndios públicos e à redução das despesas de custeio da administração, atendidas as condições regionais e locais.

Art. 5º. A regulamentação dos Fundos referidos no artigo 1º estabelecerá a forma e a gradação a serem estabelecidos na vinculação de recursos próprios, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como na transferência efetiva de encargos executivos da União para as aludidas entidades.

Art. 6º. A apreciação, revisão e aprovação dos programas de aplicação dos Municípios, será efetuada pelo Poder Executivo Federal, diretamente, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ou indiretamente, através da utilização de órgãos e mecanismos de natureza estadual ou regional, obedecidas as normas que estabelecer.

Art. 7º. Fica autorizada a destinação de recursos dos Fundos mencionados no artigo 1º a Fundos Especiais de desenvolvimento constituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação através de Bancos e Companhias de Desenvolvimento, ou outros mecanismos adequados.

Art. 8º. Os critérios para a distribuição do Fundo Especial a que se refere o § 3º do artigo 26 da Constituição, na redação dada pelo Ato

Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, serão estabelecidos em decreto executivo tendo em vista, entre outros, critérios destinados a considerar a situação financeira do Estado ou Município, o seu esforço próprio de desenvolvimento e o grau de prioridade dos projetos a serem financiados.

Art. 9º. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LIRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 836 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a apuração do resultado financeiro dos órgãos da Administração Direta e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Todas as despesas relativas ao exercício financeiro deverão ser computadas na apuração do resultado do mesmo exercício.

§ 1º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a dar baixa contábil nos registros de despesas realizadas em exercícios anteriores não computadas na forma deste artigo.

§ 2º A baixa de que trata o parágrafo anterior independerá de abertura de crédito especial e constituirá variação patrimonial do exercício corrente.

§ 3º O disposto neste artigo não isenta das sanções legais os responsáveis por emprêgo indevido dos dinheiros públicos.

Art. 2º Os atos relativos à execução do Orçamento Anual limitar-se-ão ao exercício financeiro correspondente.

Art. 3º Constituem Restos a Pagar:

I — a despesa com fornecimento de material, execução de obras ou prestação de serviços, legalmente empenhada e não paga dentro do exercício, a qual será relacionada em conta nominal do credor;

II — a despesa de transferência em favor de entidade pública ou privada, legalmente empenhada e não paga no exercício, a qual será relacionada em conta nominal da entidade beneficiária.

§ 1º Os restos a pagar mencionados no item I deste artigo terão vigência de cinco exercícios, a contar do exercício seguinte àquele a que se referir o crédito.

§ 2º Os restos a pagar mencionados no item II deste artigo terão a vigência de dois exercícios, a contar do exercício seguinte àquele a que se referir o crédito.

Art. 4º Os registros de restos a pagar far-se-ão por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

§ 1º Constituem despesas processadas, além das caracterizadas no item II do artigo 3º deste decreto-lei, aquelas cujo fornecimento de material, execução da obra ou prestação de serviço tenha se verificado até a data do encerramento do exercício financeiro.

§ 2º São despesas não processadas as que, empenhadas, estejam na dependência da apuração do fornecimento do material, execução da obra ou prestação do serviço.

Art. 5º As contas bancárias dos órgãos da Administração Direta serão encerradas pelos saldos que apresentarem em 31 de dezembro, reabrindo-se-as com idênticos saldos, automaticamente no início do exercício financeiro seguinte.

Parágrafo único. As importâncias com as quais forem reabertas as contas serão consideradas cotas liberadas no exercício vigente e atenderão, primeiramente, à liquidação de resíduos passivos.

Art. 6º As despesas com subvenções sociais são empenháveis em favor das entidades beneficiárias, a requerimen-

to destas, dentro do próprio exercício financeiro a que pertençam e desde que apresentada a documentação comprobatória de sua regular habilitação.

Parágrafo único. Não se concedera ou pagará, conforme o caso, subvenção social a instituição que:

I — constitua patrimônio de indivíduo;

II — não tenha sido fundada, organizada e registrada no órgão competente de fiscalização até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária;

III — não tenha prestado contas da aplicação de subvenção ordinária ou extraordinária anteriormente recebida, acompanhada do balanço do exercício;

IV — não tenha sido considerada em condições de funcionamento satisfatório pelo órgão competente de fiscalização;

V — não tenha feito prova de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 7º Ficam anuladas as inscrições de despesas em restos a pagar anteriores ao exercício de 1967, não pagas até a data da vigência deste decreto-lei, levando-se à conta patrimonial a variação decorrente das baixas.

Art. 8º Os pagamentos que vierem a ser requeridos pelos credores, após as baixas de que trata o artigo anterior, serão devidamente apurados, e, reconhecida a dívida pelo ordenador da despesa, caberá ao Inspetor-Geral de Finanças do respectivo Ministério, ou autoridade equivalente, autorizar o restabelecimento da inscrição para atender ao compromisso.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições deste artigo aos processos em curso na data da vigência deste Decreto-lei, sobre os pagamentos já requeridos.

Art. 9º Na forma do artigo 111 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, as despesas pessoais de alimentação e pousada dos colaboradores eventuais, quando em viagem a serviço, inclusive sob a forma de diárias, correrão à conta da dotação orçamentária da Unidade interessada e serão classificadas como "Encargos Diversos".

Art. 10. Fica revogado o artigo 11 e seus parágrafos da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pelas Leis números 2.266, de 12 de julho de 1954 e 4.762, de 30 de agosto de 1965.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antonio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 837 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor de diversos estabelecimentos do Ensino Federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), para atender a liquidação de compromissos assu-

midos em exercícios financeiros anteriores, e destinado a estabelecimentos do Ensino Federal.

Art. 2º A despesa decorrente da abertura do crédito especial, autorizado neste Decreto-lei, será coberta com os recursos resultantes da anulação de dotações orçamentárias constantes do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Fica revogado o Decreto-lei nº 360, de 17 de dezembro de 1968.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 838 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos), destinado às obras de construção da garagem do Edifício-Sede em Brasília, conforme discriminação a seguir:

NCr\$

5.17.00 — Ministério dos Transportes
5.17.01 — Gabinete do Ministro
01.04.19.1.105 — Construção da Garagem do

NCR\$

	Edifício-Se- de em Bra- sília	
4.0.0.0 —	Despesas de Capital	
4.1.0.0 —	Investimen- tos	
4.1.1.0 —	Obras Pú- blicas	350.000,00

Art. 2º Os recursos necessários a execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.17.00 — Ministério dos Transportes, a saber:

5.17.00 —	M i n i s - tério dos Transportes	
5.17.02 —	S e c r e - taria Geral	
01.08.19.2.003 —	C o o r d e - nação e P l a n e - jamento Se- ctorial	
3.0.0.0 —	D e s p e - sas Corren- tes	
3.1.0.0 —	D e s p e - sas de Custeio	
3.1.3.0 —	Serviços de Terceiros . .	350.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 839 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Assegura aos Oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e aos Oficiais dos Quadros Complementares da Marinha de Guerra o cômputo, como acréscimo, do tempo de Curso Universitário na forma que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar,

usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Aos oficiais, possuidores do Curso Universitário, que ingressaram ou venham a ingressar no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, na forma do disposto na letra b, item II, § 2º do artigo 4º da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, alterada pelas Leis ns. 3.399, de 11 de junho de 1958; 4.300, de 23 de dezembro de 1963 e 5.355, de 10 de novembro de 1967, será computado um ano de acréscimo para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, até que tais acréscimos completem o total de anos da duração normal do correspondente curso universitário, sem superposição a tempo militar ou de serviço público, eventualmente prestado durante a realização do referido curso.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos oficiais dos Quadros Complementares da Marinha de Guerra, compreendidos na letra b do artigo 3º do Decreto-lei nº 610, de 4 de julho de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 840 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação ao artigo 13, do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 13 do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, modificado pelo artigo 1º, do Decreto-lei

nº 684, de 15 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDESUL e por representantes: um do Estado-Maior das Forças Armadas; um de cada Estado da área da Região Sul definida no artigo 20 da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967; um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA; um do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA; um do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, e um de cada Ministério a seguir enumerado: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde e Transportes”.

Art. 2º Esta Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LYRA TAVARES
MARCIO DE SOUZA E MELLO
Carlos F. de Simas
José Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 841 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Altera o disposto no Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o Parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 1º de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O inciso IV do artigo 3º do Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Conservatório de Teatro do Serviço Nacional de Teatro.”

Art. 2º Os recursos financeiros destinados, no Orçamento Geral da União ou em planos ministeriais de

aplicação, nos exercícios de 1969 e 1970, às instituições referidas no artigo 3º, do Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, serão transferidos ao Ministério da Educação e Cultura, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara.

Art. 3º Os atos constitutivos de que trata o § 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 773 de 20 de agosto de 1969, operará a plena transferência à FEFIEG, ao domínio, posse e uso dos bens que devam integrar seu patrimônio, os quais poderão ser utilizados exclusivamente nos fins a que se destina a Fundação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LYRA TAVARES
MARCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 842 ainda não foi publicado no Diário Oficial.

DECRETO-LEI Nº 843 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Aprova a reforma do ex-soldado Valdecir Raimundo Soares, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 1º de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar número 38, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-soldado Valdecir Raimundo Soares, tornando-se definitivo o ato praticado em 3 de setembro de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, pelo Presidente da República em despacho exarado na Expo-

sição de Motivos nº 21 — DF., de 26 de agosto de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 844 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a avaliar contrato de financiamento externo.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a prestar aval relativo aos Termos Aditivos números 3 e 4, celebrados em 25 de no-

vembro de 1968 e 29 de janeiro de 1969, entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR e a firma Siemens & Halske A. G. com sede em Munich, Alemanha, destinado a aquisição de equipamentos, cabos coaxiais e acessórios para ampliação do Sistema de Micro-Ondas.

Art. 2º Os valores máximos das operações a que se refere o artigo 1º é respectivamente: DM 8.430.200,00 (oito milhões, quatrocentos e trinta mil e duzentos marcos alemães), e DM 8.542.794,00 (oito milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e setecentos e noventa e quatro marcos alemães).

Art. 3º O contrato de financiamento deverá atender às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Deljim Netto

DECRETO-LEI Nº 845 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de NCr\$ 13.500.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial no valor de NCr\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) para saldar compromissos no exterior provenientes da aquisição de aeronaves, pela Presidência da República.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.02.00, a saber:

NCr\$

5.02.00 — MINISTERIO DA AERONAUTICA

Projeto 07.07.04.1.006

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações

450.000,00

NCr\$

Projeto 07.07.04.1.007

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.4.0 — Material Permanente	120.000,00

Projeto 07.07.04.1.003

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.4.0 — Material Permanente	1.000.000,00

Projeto 07.07.04.1.009

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.1.0 — Obras Públicas	870.000,00

Projeto 07.07.04.1.012

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	140.000,00

Projeto 08.05.04.1.013

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.1.0 — Obras Públicas	200.000,00

Projeto 10.05.04.1.017

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.6.0 — Auxílios para Inversões Financeiras	1.905.000,00

Projeto 11.05.04.1.019

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	3.670.000,00

Projeto 11.10.04.1.022

4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial ..	2.435.000,00

Atividade 06.05.04.2.007

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.4.0 — Encargos Diversos	380.000,00

Atividade 07.03.04.2.008

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.4.0 — Encargos Diversos	120.000,00

Atividade 07.07.04.2.013

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.2.0 — Material de Consumo	120.000,00
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	70.000,00

Atividade 07.07.04.2.014

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.2.0 — Material de Consumo	260.000,00

Atividade 08.05.04.2.020

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	200.000,00

NCR\$

Atividade 08.06.04.2.021

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.4.0 — Encargos Diversos	560.000,00

Atividade 14.05.04.2.023

3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	350.000,00
3.1.4.0 — Encargos Diversos	650.000,00
	<hr/>
	13.500.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 846 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de NCR\$ 9.605.904,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial no valor de NCR\$ 9.605.904,00 (nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e quatro cruzeiros novos), para atender despesas decorrentes da aquisição, pela União de aeronaves e peças da S. A. Empresa de Viação Aérea Riograndense.

Art. 2º A despesa decorrente da abertura do crédito especial, autorizado neste Decreto-lei, será coberta com os recursos resultantes da anulação de dotações orçamentárias constante do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 847 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial de NCR\$ 5.956.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da

Agricultura, para atender à integralização do capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o crédito especial no valor de NCr\$ 5.956.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros novos).

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-Lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao subanexo 5.03.00 — Ministério da Agricultura — a serem indicadas por ocasião da abertura do referido crédito.

Art. 3º. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 848 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda em favor da Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais) o crédito especial de NCr\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor da Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais), o crédito especial de NCr\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros novos) destinado a atender a cobertura, junto ao Banco Central do Brasil, de despesa resultante de diferenças de câmbio em operações diretas do Tesouro Nacional, ou por seu aval em exercícios anteriores.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, a serem indicadas por ocasião da abertura do referido crédito.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 849 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1969

Fixa normas para a remessa de recursos em moeda estrangeira e pagamento de despesas no exterior.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º As remessas de recursos financeiros para atender compromissos ou despesas no exterior, dos órgãos da Administração Direta e Indireta, serão feitas, exclusivamente, por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. As despesas de qualquer natureza, dos órgãos da Administração Direta, em moeda estrangeira, só poderão ser atendidas à conta de recursos financeiros repassados à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, excetuados os suprimentos de fundos destinados a custear despesas com aeronaves, navios ou expedições militares, para missão no exterior, que poderão ser entregues diretamente ao responsável, no Banco do Brasil S.A.

Art. 2º As cotas financeiras repassadas à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior terão o seu valor em moeda estrangeira convertido em moeda nacional, para fins de registro contábil, à taxa declarada pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Os reajustamentos do eqüivalente em cruzeiros, na hipótese de variação cambial interna, serão escriturados em conta apropriada de modo a que os pagamentos realizados em moeda estrangeira disponível possam ter seu valor em moeda nacional contabilizados ao câmbio vigente.

Art. 4º A conta de que trata o artigo anterior será anualmente encerrada, sendo o saldo considerado variação patrimonial do exercício, ressalvada a contabilização das despesas feitas até 31 de dezembro, cujos documentos estejam em trânsito.

Art. 5º As dotações orçamentárias consignadas aos Ministérios que tenham compromissos no exterior, serão calculadas com base em um divisor de conversão médio para o exercício financeiro a que se referiram, estimado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Parágrafo único. O Orçamento Anual consignará dotação no subnexo "Encargos Gerais da União" à conta da qual serão atendidas as suplementações que se fizerem necessárias, em consequência das variações cambiais.

Art. 6º Os saldos dos créditos orçamentários e adicionais distribuídos à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, apurados na data do encerramento do exercício, serão escriturados em Restos a Pagar e apropriados à conta dos respectivos credores até 31 de março.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos saldos atualmente existentes em Restos a Pagar, que serão contabilizados em nome dos próprios credores dentro do prazo de 90 (noventa) dias da vigência deste Decreto-lei.

Art. 7º Os saldos de dotações remanescentes em Restos a Pagar, após a apuração das dívidas passivas de que trata o artigo anterior, constituirão variação patrimonial do exercício, ressalvado o pagamento dos compromissos assumidos dentro do exercício a que se referiram, apurados em data posterior desde que não excedam os mesmos saldos.

Art. 8º Os elementos patrimoniais serão contabilizados à taxa vigente na data do balanço, procedendo-se ao reajustamento do valor escritural em cruzeiros sempre que houver movimentação.

Parágrafo único. As variações resultantes da conversão de débitos e créditos serão levadas à conta patrimonial.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Héllo Beltrão

DECRETO-LEI Nº 850 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os serviços aduaneiros.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º As alíneas "a" e "b" do item III do artigo 13 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) funcionários da carreira diplomática quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e os que a eles se assemelharem pelas funções permanentes de caráter diplomático, bem como servidores públicos civis da administração direta e militares, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importa em seu regresso ao País;

"b) servidores públicos civis da administração indireta, que regressarem ao País, quando dispensados de qualquer função oficial de caráter permanente, exercida no exterior por mais de dois (2) anos ininterruptamente."

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 851 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre Propaganda Eleitoral

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A propaganda eleitoral para as eleições municipais previstas no artigo 1º, do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, com a redação dada pelo artigo 1º do Ato Institucional nº 15, de 9 de setembro de 1969, e regulada nos artigos 240 e seguintes da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, só poderá iniciar-se no dia 3 de novembro de 1969.

Parágrafo único. A utilização das estações de rádio e televisão, de qualquer potência, para propaganda eleitoral, nos termos do que permitem o artigo 250, e seus parágrafos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, tendo em vista as eleições de que trata este artigo, só poderá ser exercida no período compreendido entre 10 a 20 de novembro de 1969.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 852 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

*Retifica o Decreto-lei nº 564,
de 1º de maio de 1969*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica revogado o § 1º do artigo 2º do Decreto-lei nº 564, de 1º de maio de 1969, passando seu § 2º a parágrafo único.

Art. 2º A alínea a do item II do artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) em quantia igual à soma das contribuições de seus empregados;”

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 853 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

*Dispõe sobre a Comissão de Estudos
Tributários Internacionais*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI), instituída pelo artigo 46 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, passa a ser subordinada diretamente ao Ministro da Fazenda, e composta de 7 (sete) membros escolhidos dentre pessoas de reconhecida competência em teoria e prática tributárias.

§ 1º A designação de um dos membros recairá no Procurador da Fazenda Nacional que o Procurador-Geral indicar.

§ 2º Os membros da comissão, bem como os respectivos suplentes, assim como, dentre aqueles, o Presidente e o Vice-Presidente, serão designados ou dispensados mediante portaria do Ministro da Fazenda.

§ 3º O Secretário será designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 2º Servirão na Secretaria da CFTI os funcionários da lotação própria e os que forem requisitados, na forma da legislação pertinente.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 854 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação aos artigos 13 e 20 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os artigos 13 e 20 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Conselho de Recursos da Previdência Social — (CRPS) será constituído de 17 (dezessete) membros, sendo 4 (quatro) representantes dos segurados, 4 (quatro) representantes das empresas, eleitos pelas respectivas Confederações Nacionais, na forma que o regulamento estabelecer, e 9 (nove) representantes do Governo, nomeados pelo Presidente da República por

indicação do Ministro de Estado, dentre servidores, inclusive aposentados por tempo de serviço, do sistema geral da previdência social, com mais de 10 (dez) anos de serviço e notórios conhecimentos, de previdência social, todos com mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º O CRPS será presidido por um dos representantes do Governo, designado pelo Ministro de Estado, cabendo-lhe dirigir os serviços administrativos e presidir o Conselho Pleno, com direito ao voto de desempate.

§ 2º O CRPS se desdobrará em 4 (quatro) Turmas, de 4 (quatro) membros cada uma, mantida a proporcionalidade de representação, presididas por um representante do Governo, designado pelo Ministro de Estado, com direito aos votos de qualidade e desempate, sem prejuízo da função de relator.”

“Art. 20. Cada JRPS será constituída de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) representantes do Governo, designados pelo Ministro de Estado, dentre servidores do INPS, inclusive aposentados por tempo de serviço, 1 (um) representante dos segurados e 1 (um) representante das empresas, eleitos pelas respectivas Federações estaduais ou, na falta destas, pelos Sindicatos, na forma que o regulamento estabelecer, todos com mandato de 2 (dois) anos.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 855 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a situação dos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar,

usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Os empregados de empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, que, por força de encampação ou transferência desses serviços tenham, a qualquer tempo, sido absorvidas por empresa pública ou sociedade de economia mista, constituirão quadro especial, a ser extinto à medida que se vagarem os cargos ou funções.

Art. 2.º Os empregados de que trata o artigo 1.º não servirão de paradigma para aplicação do disposto no artigo 461 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943).

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 856 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Acréscena o § 3º ao artigo 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º O artigo 2.º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica acrescido de um § 3.º, com a seguinte redação:

“§ 3.º É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, de ações, cotas e direitos representa-

tivos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 857 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Consolida e altera a legislação sobre moeda de pagamento de obrigações executíveis no Brasil.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º São nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que, executíveis no Brasil, estipulem pagamento em moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do cruzeiro.

Art. 2.º Não se aplicam as disposições do artigo anterior:

I — aos contratos e títulos referentes a importação ou exportação de mercadorias,

II — aos contratos de financiamento ou de prestação de garantias relativos às operações de exportação de bens de produção nacional, vendidos a crédito para o exterior;

III — aos contratos de compra e venda de câmbio em geral;

IV — aos empréstimos e quaisquer outras obrigações cujo credor ou devedor seja pessoa residente e domiciliada no exterior, excetua-

dos os contratos de locação de imóveis situados no território nacional.

V — aos contratos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no item anterior, ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no país.

Parágrafo único. Os contratos de locação de bens móveis que estipulem pagamento em moeda estrangeira ficam sujeitos, para sua validade, a registro prévio no Banco Central do Brasil.

Art. 3º No caso de rescisão judicial ou extrajudicial de contratos a que se refere o item I do artigo 2º deste Decreto-lei, os pagamentos decorrentes do acerto entre as partes, ou de execução de sentença judicial, subordinam-se aos postulados da legislação de câmbio vigente.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, a Lei nº 28, de 15 de fevereiro de 1933, o Decreto-lei nº 236 de 2 de fevereiro de 1938, o Decreto-lei número 1.079, de 27 de janeiro de 1939, o Decreto-lei nº 6.650, de 29 de junho de 1944, o Decreto-lei nº 316, de 13 de março de 1967 e demais disposições em contrário mantida a suspensão do § 1.º do Art. 947 do Código Civil.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 858 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a cobrança e a correção monetária dos débitos fiscais nos casos de falência e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de

1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A correção monetária dos débitos fiscais do falido será feita até a data da sentença declaratória da falência, ficando suspensa, por um ano, a partir dessa data.

§ 1º Se esses débitos não forem liquidados até 30 dias após o término do prazo previsto neste artigo, a correção monetária será calculada até a data do pagamento, incluindo o período em que esteve suspensa.

§ 2º Nas falências decretadas há mais de 180 dias, o prazo para a liquidação dos débitos fiscais, com os benefícios de que trata este artigo será de 180 dias, a contar da data de publicação deste Decreto-lei.

§ 3º O pedido de concordata suspensiva não interdirá na falência dos prazos fixados neste artigo.

Art. 2º A concordata preventiva ou suspensiva, a liquidação judicial ou a falência não suspenderão o curso dos executivos fiscais, nem impedirão o ajuizamento de novos processos para a cobrança de créditos fiscais apurados posteriormente.

Art. 3º Não será distribuído requerimento de concordata preventiva ou liquidação judicial de sociedade sem a prova negativa de Executivo Fiscal proposto pela Fazenda Pública, fornecida pelo competente ofício distribuidor.

Parágrafo único. Terá efeito de certidão negativa aquela que, mesmo acusando Executivo Fiscal proposto, vier acompanhada de prova da existência de penhora aceita, mediante certidão expedida pelo Cartório ou Secretária do Juízo respectivo.

Art. 4º As normas deste Decreto-lei aplicam-se aos processos em curso.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 859 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Mantém a destinação prevista no art. 16 do Decreto-lei nº 61, de 21.11.66, para aplicação na infraestrutura aeronáutica e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando a necessidade de assegurar a execução do Plano Nacional de Viação no tocante ao desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica, a fim de satisfazer às exigências técnicas requeridas pela evolução da aviação, decretam:

Art. 1º Fica mantida, a partir de 1970, a destinação de 4% (quatro por cento) das quotas de Fundo Rodoviário pertencente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e aos órgãos rodoviários dos Estados e do Distrito Federal, prevista no artigo 16 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, para aplicação na construção, melhoria, pavimentações e instalações de aeródromos, aeroportos, inclusive em acessos rodoviários, e na implantação e manutenção dos sistemas de segurança das operações de proteção ao voo.

Art. 2º Os recursos correspondentes à percentagem de que trata o artigo anterior integrarão o Fundo Aeroaviário e serão aplicados na execução do Plano Aeroaviário Nacional, na forma constante do Decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º O inciso I do § 1º do artigo 3º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 555, de 25 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.

§ 1º.

I — a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário Nacional, nos termos do artigo anterior, da seguinte forma:

I.1 — à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; 76,64/79,5%, para distribuição como segue:

das de Rodagem; 76,64/79,5%, para distribuição como segue:

a) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem 37,92/76,64%;

b) Estados e Distrito Federal — 30,72/76,64%;

c) Municípios — 8,0/76,64%.

I.2 — à conta e ordem do Ministério da Aeronáutica, para crédito do Fundo Aeroaviário — 2,86/79,5%".

Art. 4º As disposições deste Decreto-lei tornar-se-ão efetivas a partir de 1º de janeiro de 1970.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYZA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 860 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º São criados o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas — CFPRP e os Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas — CRPRP constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas,

com sede em Brasília, Distrito Federal, terá por finalidade:

- a) instalar conselhos regionais;
- b) propugnar por uma acertada compreensão dos problemas de Relações Públicas e adequada solução;
- c) disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Relações Públicas;
- d) elaborar o seu regimento interno;
- e) dirimir quaisquer dúvidas ou problemas surgidos nos Conselhos Regionais;
- f) estudar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;
- g) julgar, em última instância, os recursos das decisões tomadas pelos Conselhos Regionais;
- h) fixar as contribuições e emolumentos devidos pelos profissionais de Relações Públicas e pessoas jurídicas que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas;
- i) elaborar, e alterar o Código de Ética Profissional, bem como zelar pela sua fiel execução;
- j) fixar contribuições;
- l) aprovar anualmente as contas da autarquia;
- m) promover estudos e conferências sobre relações públicas;
- n) convocar, realizar e fiscalizar eleições para composição e renovação de seus quadros.

Art. 3º Os Conselhos Regionais, com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, terão por finalidade:

- a) fazer executar as diretrizes do Conselho Federal;
- b) disciplinar e fiscalizar, no seu âmbito de jurisdição, o exercício da profissão de Relações Públicas;
- c) organizar e manter o registro de profissionais de Relações Públicas;
- d) julgar as infrações e impor as penalidades definidas neste Decreto-lei;
- e) expedir as carteiras profissionais indispensáveis ao exercício da profissão, as quais terão fé pública em todo o território nacional;
- f) expedir certificados de registro de entidades que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas;
- g) elaborar o seu regimento interno para estudo e aprovação do Conselho Federal;

h) convocar e realizar eleições para composição e renovação da respectiva Diretoria.

Art. 4º O Conselho Federal será composto de brasileiros natos e naturalizados que satisfaçam as exigências da lei e terá a seguinte constituição:

- a) 7 (sete) membros efetivos, eleitos em Assembléia Geral, que por sua vez elegerão, entre si, o seu Presidente, Secretário - Geral e Tesoureiro;
- b) 7 (sete) suplentes, eleitos juntamente com os membros efetivos.

Art. 5º A renda do Conselho Federal será constituída de:

- a) 25 % da renda bruta dos Conselhos Regionais, exceto dos legados, doações ou subvenções;
- b) doações e legados;
- c) subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ou de outras entidades públicas e auxílios de pessoas jurídicas físicas;
- d) rendimentos patrimoniais;
- e) rendas eventuais.

Art. 6º Os Conselhos Regionais serão constituídos de 7 (sete) membros eleitos da mesma forma estabelecida para o Conselho Federal.

Art. 7º A renda dos Conselhos Regionais será constituída de:

- a) 75 % das contribuições estabelecidas pelo Conselho Federal;
- b) rendimentos patrimoniais;
- c) doações e legados;
- d) subvenções e auxílios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, e de outras entidades públicas e de pessoas jurídicas físicas;
- e) provimento das multas aplicadas;
- f) rendas eventuais.

Art. 8º Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de 2 (dois) anos, podendo ser renovados, por mais 2 (dois) períodos consecutivos.

Art. 9º Serão obrigatoriamente registrados nos Conselhos Regionais as empresas, entidades e escritórios que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas, nos termos da Lei 5.377, de 11 de dezembro de 1967 e de seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968.

Art. 10. Os Conselhos Regionais aplicarão aos infratores dos dispositivos do Código de Ética Profissional as seguintes penalidades:

a) multa de 5% (cinco por cento) a 50% (cinqüenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, por infração de qualquer dispositivo;

b) suspensão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, assegurada ampla defesa;

c) suspensão de 1 (um) a 3 (três) anos ao profissional que no âmbito de sua atuação, for responsável na parte técnica por falsidade.

Parágrafo único. No caso de reincidência da mesma infração praticada dentro do prazo de cinco anos após a primeira, será determinado o cancelamento do registro profissional.

Art. 11. O provimento dos cargos de membros de Conselho Federal será feito por eleições diretas, realizadas em Assembléa Geral da classe, especialmente convocada para esse fim, só podendo votar e ser votados profissionais registrados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo único. Para efeito desta Assembléa Geral os Conselhos Regionais poderão constituir mesas eleitorais que receberão os votos.

Art. 12. Para provimento dos cargos de membros dos Conselhos Regionais aplica-se, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Art. 13. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão quadro próprio de pessoal regido pela CLT podendo os respectivos presidentes mediante representação ao Ministro do Trabalho e Previdência Social solicitar a requisição de servidores da administração direta ou indireta para nêles servirem na forma e condições da legislação própria.

Art. 14. A responsabilidade administrativa e financeira dos Conselhos cabe aos respectivos presidentes.

Art. 15. Os presidentes do Conselho Federal e Conselhos Regionais dos Profissionais de Relações Públicas prestarão anualmente suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1º A prestação de contas do Presidente do Conselho Federal será feita

por intermédio da Inspeção de Finanças do Ministério do Trabalho e Previdência Social, após aprovação do Conselho.

§ 2º A prestação de contas dos Presidentes dos Conselhos Regionais será apresentada por intermédio do Conselho Federal e na forma da prestação de contas deste.

Art. 16. O primeiro provimento dos cargos de Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro e demais Conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Federal, com a duração de 1 (um) ano, será feito por decreto do Presidente da República mediante indicação do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º A escolha dos nomes que comporão o Conselho Federal será feita em lista tripartite dentre os profissionais registrados, encaminhada pela Associação Brasileira de Relações Públicas ao Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Ao Conselho Federal assim constituído caberá, além das atribuições deste Decreto-lei, as de:

a) desempenhar, enquanto não forem constituídos os Conselhos Regionais, as atribuições destes previstas no artigo 3º deste Decreto-lei, exceto as da alínea h;

b) elaborar o projeto de regulamento do presente Decreto-lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apresentando-o ao Presidente da República por intermédio do Ministro do Trabalho e Previdência Social;

c) promover, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Decreto-lei, a realização das primeiras eleições para formação dos Conselhos Regionais na forma do que dispuser o regulamento, ressalvado o disposto no artigo 6º deste Decreto-lei; e

d) promover as primeiras eleições do Conselho Federal 60 (sessenta) dias antes do término do seu mandato.

Art. 17. Enquanto não estiver definitivamente constituído o Conselho Federal, o registro a que se refere a alínea "c" do artigo 3º continuará a ser feito de acordo com o regulamento aprovado pelo Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968.

Art. 18. Durante o período de organização do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas, o

Ministro do Trabalho e Previdência Social ceder-lhe-á material e local para sede provisória.

Art. 19. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

— — —
DECRETO-LEI Nº 861 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza a contratação de empréstimos externos, no valor global equivalente a US\$ 30.000.000,00 em moeda-convênio, para aquisição de equipamentos e materiais de ensino na República Democrática Alemã e República Popular da Hungria, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Ministro da Fazenda autorizado a contratar, em nome da União, empréstimos externos, nos valores de US\$ RDA 20.000.000,00 e US\$ Hung 10.000.000,00 com as firmas Feinmechanik Optik, da República Democrática Alemã, e Metrim-pex Hungarian Trading Company for Instruments, da República Popular da Hungria, respectivamente, para aquisição de equipamentos e materiais vinculados a projetos do Ministério da Educação e Cultura relativos a reequipamento de Universidades e Estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

Parágrafo único. A aquisição de equipamentos e materiais de que trata este decreto-lei fica condicionada à celebração, entre o Ministério da Educação e Cultura e as Universidades e Estabelecimentos de En-

sino Superior beneficiados, de contratos aditivos específicos, que definirão os equipamentos e materiais a serem importados e cuja assinatura dependerá de prévia declaração de prioridade, para cada caso, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura adotará as providências necessárias à inclusão das verbas competentes no Orçamento da União e no item próprio do Orçamento Plurianual de Investimentos.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Térso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 862 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAPFILME), e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e, tendo em vista o disposto no art. 5º, item III, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, decretam:

Art. 1º Fica autorizada a criação da Sociedade de Economia Mista denominada Empresa Brasileira de Filmes S. A. — EMBRAPFILME, com personalidade jurídica de direito privado e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A EMBRAPFILME será regida pelo seu estatuto e pelas disposições da Lei de Sociedades por Ações, no que com as mesmas não colida.

Art. 2º A EMBRAFILME tem por objetivo a distribuição de filmes no exterior, sua promoção, realização de mostras e apresentações em festivais, visando à difusão do filme brasileiro em seus aspectos culturais artísticos e científicos, como órgão de cooperação com o INC, podendo exercer atividades comerciais ou industriais relacionadas com o objeto principal de sua atividade.

Art. 3º A EMBRAFILME será dirigida por uma Diretoria composta de 3 (três) membros, sendo um o Diretor-Geral.

§ 1º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 4º O capital social da Empresa será inicialmente de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), dividido em 6.000 (seis mil) ações ordinárias nominativas, do valor de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) cada uma, sendo 70% (setenta por cento) subscritas pela União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, e as restantes por outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º Para constituição do capital subscrito pela União, serão aproveitados os depósitos existentes no Banco do Brasil S. A., feitos de acordo com o art. 28 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.

Parágrafo único. Após a complementação do capital subscrito na forma do presente artigo, as importâncias referentes aos depósitos passarão a constituir receita da Empresa, de conformidade com o item IV do artigo 11, deste Decreto-lei.

Art. 6º As Empresas titulares ou beneficiárias dos depósitos feitos na forma do art. 28 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, terão o prazo de 60 dias, a partir da vigência deste Decreto-lei, para apresentar ao INC o projeto destinado à realização de filmes, acompanhado da documentação indispensável ao exame do mesmo. Findo esse prazo, o valor registrado no Banco do Brasil S. A. passará a crédito da Empresa Brasileira de Filmes S. A., para constituição de seu capital e sua receita.

Parágrafo único. Todos os depósitos feitos de acordo com os artigos 28, 29 e 30 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, ficarão sujeitos,

partir da vigência do presente Decreto-lei, ao que dispõe o seu art. 5º e parágrafo único.

Art. 7º Os artigos 28 e 30, do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, passarão a vigorar com a seguinte redação, 60 dias após a vigência deste Decreto-lei:

"Art. 28. O depósito a que se refere o art. 45, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, deverá ser, obrigatoriamente, recolhido ao Banco do Brasil S. A., em conta especial, para ser aplicado pela Empresa Brasileira de Filmes S. A., conforme dispõem o estatuto da Empresa e o Decreto autorizativo de sua criação."

"Art. 30. Os depósitos, a que se referem os arts. 28 e 29 serão realizados pelo distribuidor ou importador do filme estrangeiro, em nome da Empresa Brasileira de Filmes S. A., como beneficiária do favor fiscal."

Art. 8º Ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do art. 28, do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.

Art. 9º O art. 45, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os rendimentos oriundos da exploração de películas cinematográficas, excetuados os dos exibidores não importados, serão sujeitos ao desconto do imposto à razão de 40%, ficando, porém, o contribuinte obrigado a fazer um depósito no Banco do Brasil S. A. em conta especial, de 40% do imposto devido, a crédito da Empresa Brasileira de Filmes S. A. — EMBRAFILME, para ser aplicado conforme o disposto no estatuto e no decreto autorizado de criação da referida Empresa."

Art. 10. Os aumentos do Capital serão feitos:

I — Com a utilização dos depósitos a que se refere o art. 28 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966;

II — Mediante subscrição realizada por entidades de direito público ou privado;

III — Pela incorporação de reservas facultativas, fundos disponíveis ou pela valorização do seu ativo móvel e imóvel.

Parágrafo único. Nos aumentos de capital, a participação da União nunca poderá ser inferior a 70% de sua totalidade.

Art. 11. Constituem receita da Empresa, além de seu capital, os seguintes recursos:

I — Empréstimo e doações de fontes internas e externas;

II — Produto da comercialização de filmes, de suas operações de crédito, depósitos bancários e venda de bens patrimoniais;

III — Juros e taxas de serviços provenientes de financiamentos feitos;

IV — Fundo decorrente dos depósitos a que se refere o art. 28 do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, depois de integralizada a parte do capital subscrito pela União;

V — Subvenções ou auxílios da União ou dos Estados;

VI — Eventuais.

Art. 12. A organização e o funcionamento da Empresa obedecerão ao que for disposto em estatuto.

Art. 13. O Ministro da Educação e Cultura designará o representante da União nas Assembleias Gerais.

Art. 14. Fica a Empresa equiparada às autarquias, para efeito de tributação.

Art. 15. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 863 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade oficial ou reconhecida.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica

Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando o propósito de serem conjugados esforços para formação de médicos para o Brasil;

Considerando a necessidade de preenchimento dos claros existentes nos Quadros de Médicos dos Serviços de Saúde das Forças Armadas; e

Considerando a oportunidade de ser incentivado o interesse pela carreira médico-militar e estimular a aproximação com o meio médico universitário, dando ensejo à melhor divulgação das atividades da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, nos Ministérios Militares a que o assunto interessar, um Programa Especial de Bolsas de Estudo, para acadêmicos de Medicina matriculados em Faculdades localizadas nas áreas de suas organizações hospitalares.

Art. 2º As bolsas de estudo serão concedidas a acadêmicos de Medicina do sexo masculino, que se encontrem cursando do 3º ao 5º ano de Faculdade de Medicina oficial ou reconhecida.

Art. 3º Aos bolsistas caberá, além da alimentação e residência, como internos dos hospitais, uma remuneração mensal, calculada com base no maior salário mínimo vigente no País, na forma abaixo:

- 1 — Acadêmicos do 5º e 6º anos — um e meio salário mínimo.
- 2 — Acadêmicos do 3º e 4º anos — um salário mínimo.

Art. 4º Ao término do curso, os bolsistas serão nomeados para o Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do respectivo Ministério, independentemente de concurso, desde que satisfaçam as condições e serem estabelecidas em regulamento deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Os médicos nomeados para um dos Quadros de que trata este artigo, ficam sujeitos às leis e aos regulamentos vigentes nas Forças Armadas.

Art. 5º Poderá ser cancelada pelo respectivo Ministério a bolsa con-

cedida, fazendo cessar todos os direitos aos bolsistas que deixarem de cumprir as normas e instruções que forem estabelecidas.

Art. 6º Ao bolsista será facultado desistir da bolsa concedida ou da sua renovação, ficando, porém, em ambos os casos, obrigado a indenizar a Fazenda Nacional de todas as despesas com ele feitas.

Parágrafo único. Ficará igualmente obrigado a indenizar a Fazenda Nacional o bolsista que tiver sua bolsa cancelada na forma do artigo 5º.

Art. 7º O Poder Executivo no regulamento deste Decreto-lei facultará a cada um dos Ministérios Militares o estabelecimento de planos e instruções para a fixação de número e a distribuição das Bolsas e Estudos decorrentes do Programa instituído por este Decreto-lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto-lei, correrão à conta dos recursos próprios dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Art. 9º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LLYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 864 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera o artigo 2º do Decreto-Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A anistia concedida neste Decreto não dá direito a

reversão ao serviço, aposentadoria, passagem para a inatividade remunerada, vencimentos, proventos ou salários atrasados aos que forem demitidos, excluídos ou condenados à perda de postos e patentes, pelos delitos acima referidos."

Art. 2º Os processos em curso baseados na anterior redação do artigo 2º e seus parágrafos do Decreto-Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e ainda não definitivamente julgados, deverão ser considerados prejudicados nos aspectos referidos na nova redação do mencionado dispositivo.

Art. 3º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os §§ 1º e 2º do artigo 2º do Decreto-Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e demais disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LLYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antonio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuva Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 865 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969,

combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º E' declarado de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do disposto no artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município de Santos, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. O Prefeito do Município de que trata este artigo somente será nomeado depois de cessada a intervenção federal a que se acha ele submetido.

Art. 2º Ao Município referido no artigo anterior aplica-se o disposto nos artigos 2º até 5º e seus parágrafos da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, alterada pelo Decreto-lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 866 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º E' declarado de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do disposto no artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município de Santarém, no Estado do Pará.

Art. 2º Ao Município referido no artigo anterior aplica-se o disposto nos artigos 2º até 5º e seus parágrafos

da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, alterada pelo Decreto-Lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 867 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha e de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial no valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas de construção de um presídio militar no Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 2º Os recursos necessários a execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, constante do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 868 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera o artigo 4º do Decreto-lei número 690, de 18 de julho de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o Decreto nº 65.078, de 29 de agosto de 1969, decretam:

Art. 1º O Artigo 4º do Decreto-lei nº 690, de 18 de julho de 1969, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º O Plenário será assim constituído:

Ministro da Indústria e do Comércio;

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

Presidente do Banco Central do Brasil;

Presidente do Banco do Brasil S.A.;

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;

Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento;

Representante do Ministério da Fazenda;

Representante do Ministério da Agricultura;

Presidente da Confederação Nacional do Comércio;

Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Comercial será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 2º Os membros do Plenário poderão ter suplentes previamente designados.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 869 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magis-

tério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;

b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com a adequada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira."

§ 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de "Estudo de Problemas Brasileiros," sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo.

Art. 4º Os currículos e programas básicos, para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o artigo 5º, e aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

§ 1º A CNMC será integrada por nove membros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica.

§ 2º Aplica-se aos integrantes da CNMC o disposto nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 6º Caberá, especialmente à CNMC:

a) articular-se com as autoridades cívicas e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;

b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;

c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;

d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editoriais, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;

e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei.

Parágrafo único. As demais atribuições da CNMC, bem como os recursos e meios necessários, em pessoal e material, serão objeto da regulamentação deste Decreto-lei.

Art. 7º A formação de professores e orientadores da disciplina "Educação Moral e Cívica," far-se-á em nível universitário, e para o ensino primário, nos cursos normais.

§ 1º Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação, adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo.

§ 2º Aos Centros Regionais de Pós-Graduação incumbirá o preparo de professores dessa área, em cursos contínuos.

§ 3º Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor.

§ 4º No ensino primário, a disciplina "Educação Moral e Cívica" será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias.

§ 5º O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º, será feito sempre a título pre-

cário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo 111 do Decreto-lei nº 90, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 6º Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o seu diretor avocará o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista.

Art. 8º É criada a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica a ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta da CNMC a personalidades que se saientarem, em esforços e em dedicação à causa da Educação Moral e Cívica.

Parágrafo único. A CNMC propo-
rá ao Ministro da Educação e Cul-
tura as instruções necessárias ao
cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9º A CNMC elaborará projeto de regulamentação do presente Decreto-lei, a ser encaminhado ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, no prazo máximo de 30 (noventa) dias, a contar da data de publicação deste Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 870 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo que específica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de de-

zembro de 1968, e de acôrdo com o art. 45, item II, da Constituição, decretam:

Art. 1º Fica o Governo do Estado da Bahia autorizado a realizar operação de empréstimo a ser contratada com Jon. Berenberg, Gossler and Co., com sede em Hamburgo, Alemanha Ocidental, para atender aos encargos com o projeto de pavimentação do trecho Itaberaba — Ibotirama da BR-242, desde que atendidas as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal e o preceituado na Lei Estadual nº 2.625, de 8 de dezembro de 1968.

Art. 2º O valor da operação a que se refere o artigo 1º é de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares), a ser pago no prazo de 5 (cinco) anos, inclusive 2 (dois) anos de carência, em 6 (seis) prestações semestrais.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Héllo Beltrão

DECRETO-LEI Nº 871 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a incluir nos orçamentos da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Ministério do Interior, nos exercícios de 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1977, dotações para os fins que específica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos orçamentos anuais da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Mi-

Ministério do Interior, inclusive para atender compromissos decorrentes de empréstimo externo a ser utilizado por aquela autarquia, nos termos de contrato firmado com a Tahal Consulting Engineers Ltd. e Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. em 17 de julho de 1968, as dotações abaixo indicadas, a preços de 1969, a serem aplicadas na execução do Plano Agrohídrológico da Região Sul:

1971	NCR\$ 1.444.052,00
1972	NCR\$ 2.065.428,00
1973	NCR\$ 2.654.304,00
1974	NCR\$ 2.550.684,00
1975	NCR\$ 1.766.632,00
1976	NCR\$ 1.145.256,00
1977	NCR\$ 556.380,00

Art. 2º Respeitado o valor global do empreendimento, as dotações constantes do art. 1º poderão ser reajustadas em função do desenvolvimento físico do projeto, sempre mediante relatório sobre sua execução que contenha a indicação das aplicações realizadas e respectivas fontes de recursos.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 872 — DE 15 DE
SETEMBRO DE 1969

Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 1º, as alíneas a e c e o § 2º do artigo 3º, o artigo 4º suas alíneas e parágrafos, e o § 1º

do artigo 9º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º E” criado, com personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)”.

“Art. 3º

a) financiar os programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União, e conceder a assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares;

c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades federais e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, visando à compatibilização de seus programas e projetos com as diretrizes educacionais do governo.”

§ 2º Os estabelecimentos particulares de ensino que recebem subvenção ou auxílio de qualquer natureza da União ficarão obrigados a reservar matrículas, para bolsas de estudo, manutenção ou estágio, concedidas pelo FNDE e compensadas à conta da ajuda financeira a que tiverem direito.”

Art. 4º Para fazer face aos encargos de que trata o art. 3º, o FNDE disporá de:

a) recursos orçamentários que lhe forem consignados;

b) recursos provenientes de incentivos fiscais;

c) vinte por cento (20%) do Fundo Especial da Loteria Federal (Lei número 5.525, de 5 de novembro de 1968);

d) trinta por cento (30%) da receita líquida da Loteria Esportiva Federal, de que trata o art. 3º, letra c, do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969;

e) recursos provenientes do salário-educação a que se refere a alínea b do art. 4º da Lei número 4.440, de 27 de outubro de 1964, com as modificações introduzidas pelo art. 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965;

f) as quantias transferidas pelo Banco do Brasil S.A., mediante

ordem dos Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como contrapartida da assistência financeira da União, conforme se dispuser em regulamento;

g) as quantias recolhidas pela Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, na forma e para os fins previstos no parágrafo 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, na redação dada pelo Decreto-lei número 523, de 8 de abril de 1969;

h) recursos decorrentes de restituições relativas às execuções do programa e projetos financeiros sob a condição de reembolso;

i) receitas patrimoniais;

j) doações e legados;

l) juros bancários de suas contas;

m) recursos de outras fontes.

§ 1º Os recursos previstos neste artigo serão administrados pelo FNDE e transferidos, pelo total, a sua conta.

§ 2º As contribuições a que se referem as letras c e d deste artigo serão recolhidas mensalmente, à conta do FNDE, tendo em vista as médias estimativas dos resultados líquidos anuais da exploração dos respectivos serviços.

§ 3º O FNDE terá subcontas distintas, para o desenvolvimento do ensino superior, médio e primário, creditando-se, em cada uma delas, a receita que lhe for específica.

§ 4º O FNDE poderá adotar as medidas e realizar as operações que se fizerem indicadas para o financiamento dos programas e projetos e a oportuna liberação dos recursos correspondentes."

"Art. 9º

§ 1º A Secretaria Executiva, com estrutura flexível, será organizada sob forma de equipe técnica de trabalho."

Art. 2º As referências contidas na Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, ao Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa aplicam-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Edu-

cação e Cultura, em favor do FNDE, o crédito especial de NCr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros novos), destinado a atender, no corrente exercício, ao programa de tempo integral e dedicação exclusiva para o magistério superior, ao fortalecimento administrativo do Conselho Federal de Educação e a outros projetos prioritários a cargo do FNDE.

Parágrafo único. Para a abertura de crédito especial autorizado neste artigo, o Poder Executivo utilizará recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, de que trata o Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 4º No exercício financeiro de 1970, o Poder Executivo poderá determinar que dotações orçamentárias consignadas a órgãos da administração direta ou indireta, destinadas a projetos e atividades enquadráveis nas letras a e b do artigo 3º, passem, no todo ou em parte, a integrar o FNDE.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 873 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1969

Acréscimo § 2º ao artigo 106 do Decreto-Lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Ven. cimentos dos Militares.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O atual parágrafo único do artigo 106 do Decreto-Lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, passa a consti-

tulr o § 1º, ficando acrescentado ao mesmo artigo o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º Para os militares em missão decorrente de compromissos internacionais ou em viagem de representação, compreendidos no disposto no parágrafo anterior, poderá também ser abonada uma ajuda de custo correspondente a um mês de soldo de seu posto ou graduação, paga em moeda nacional."

Art. 2º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 874 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1969

Provê sobre a inclusão obrigatória do titular da Diretoria do Ensino Superior na composição do Conselho Federal de Educação.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O Diretor do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, participará, sem mandato prefixado, da composição do Conselho Federal de Educação.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo anterior não será provida a primeira vaga a ocorrer no órgão a que o mesmo se refere.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-Lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 16 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 875 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo do Território Federal do Amapá para o Ministério da Justiça.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, nos termos do § 3º do artigo 7º, do Decreto nº 51.776, de 24 de novembro de 1967, com o respectivo ocupante, Armando Botelho da Cunha, um (1) cargo da classe B, nível 14, da série de classes de Desenhista, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Território Federal do Amapá, para idênticos Quadro e Parte, do M.N.J. — Ministério da Justiça.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antonio da Gama e Silva
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 876 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda — Parte Especial, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do DASP.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido com o respectivo ocupante Ivone Mesquita um (1) cargo da classe B, nível 16, da

série de classes de Assistente da Administração, da Parte Especial do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 877. — DE 16 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre eleições para os Conselhos de Contabilidade e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando as atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que o Conselho Federal de Contabilidade constitui, em conjunto com os respectivos Conselhos Regionais, serviço público federal descentralizado, sob a forma autárquica, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando que as eleições para composição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade vinham sendo realizadas desde o Decreto-lei 9.295-46 — Lei Orgânica dos Conselhos de Contabilidade —, seja inicialmente, por forma indireta, através das entidades de classe, seja, posteriormente, pelo pleito direto, por força da alteração introduzida pela Lei nº 4.695-65, fato que aliou as entidades de classe do processo de formação dos órgãos de controle e fiscalização profissional;

Considerando que, pela sistemática da legislação sindical brasileira — alínea c, artigo 513, da Consolidação das Leis do Trabalho, compete às

entidades de classe eleger os representantes da respectiva categoria profissional;

Considerando ser urgente e conveniente proceder-se a um sistema eleitoral que aproveite as vantagens do voto direto, combinando-as, entretanto, com as impostergáveis prerrogativas sindicais;

Considerando a necessidade de se regular, por via legislativa, o prazo dos mandatos dos membros e suplentes desses Conselhos e a respectiva renovação;

Considerando a necessidade da observância da norma estabelecida na letra a, do art. 4º, do Decreto-lei nº 9.295-46, face à natureza da entidade autárquica vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando, finalmente, a importância do exercício da profissão de Contabilistas no contexto do desenvolvimento econômico do País, das finanças públicas e da Segurança Nacional, resolvem baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade compor-se-á de 9 (nove) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela forma estabelecida neste Decreto-lei.

Parágrafo único. A composição do Conselho Federal de Contabilidade obedecerá à seguinte proporção:

- a) dois terços (2/3) de contadores, no total de 6 (seis) membros;
- b) um terço (1/3) de técnicos em contabilidade no total de 3 (três) membros.

Art. 2º Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e seus respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral que terá a seguinte constituição:

- a) um (1) representante para cada Conselho Regional de Contabilidade, por este eleito, dentre os seus membros contadores, em reunião especialmente convocada;
- b) dois (2) membros, sendo um contador e o outro técnico em contabilidade, ambos sindicalizados como representantes da entidade sindical dos contabilistas de cada Território, Estado e Distrito Federal, por força da alínea "c", do art. 513, da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º A eleição dos representantes, aos quais se refere a letra "b" deste artigo, far-se-á da seguinte forma:

a) na hipótese da existência de uma única entidade sindical, mediante eleição em Assembléia Geral Extraordinária convocada com essa finalidade;

b) na hipótese da existência de mais de uma entidade sindical, mediante eleição pelos delegados — eleitores de todas essas entidades.

§ 2º O Colégio Eleitoral, convocado para a composição do Conselho Federal, reunir-se-á, preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

Art. 3º O Presidente do Conselho Federal de Contabilidade será nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Trabalho e Previdência Social, dentre os contadores eleitos pela forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 4º Observada a mesma proporção estabelecida no parágrafo único do art. 1º deste Decreto-lei, os membros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e seus respectivos suplentes serão eleitos da seguinte forma:

a) dois terços (2/3), do total dos membros, pelo sistema de eleição direta, sendo o voto pessoal, secreto e obrigatório;

b) um terço (1/3) do total dos membros, eleitos pelas entidades sindicais sediadas na jurisdição do respectivo Conselho Regional de Contabilidade, por força da alínea "c" do art. 513, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. A eleição de que trata a alínea "b" deste artigo obedecerá ao disposto no § 1º, alíneas "a" e "b" do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º Os Presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade serão eleitos, por maioria de votos, dentre seus membros, admitida uma única reeleição sucessiva, devendo o período presidencial obedecer a mesma duração do respectivo mandato de conselheiro.

Art. 6º As eleições para o Conselho Federal e para os Conselhos Re-

gionais serão realizadas com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias, do término dos mandatos.

Art. 7º O mandato dos membros e respectivos suplentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade será de 4 (quatro) anos, renovando-se a sua composição, de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1 (um) e por 2 (dois) terços, admitida, entretanto, uma única recondução sucessiva.

Art. 8º O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados, além das exigências constantes do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

- a) habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
- b) cidadania brasileira;
- c) pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
- d) inexistência de condenação por crime contra o fisco ou a segurança nacional;
- e) prova de não ter sido atingido por qualquer sanção decorrente de Ato Institucional.

Art. 9º A arrecadação das taxas e anuidades devidas aos Conselhos de Contabilidade fica condicionada, nos termos do art. 608 da Consolidação das Leis do Trabalho, à exibição da prova de quitação da contribuição sindical.

Art. 10. Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade aplicar-se-á o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 11. Extinguir-se-ão a 15 de dezembro do corrente ano todos os mandatos em curso dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, ficando prorrogados até a essa mesma data aqueles cujo término esteja fixado para data anterior.

Art. 12. As eleições para a composição dos novos Conselhos Regionais e, conseqüentemente, para o Conselho Federal de Contabilidade, serão realizadas, nos termos e na forma estabelecida pelo presente De-

Decreto-lei, até aos dias 15 (quinze) de outubro e 15 (quinze) de novembro do corrente ano, respectivamente.

Parágrafo único. Sem prejuízo da regra geral de coincidência dos mandatos com o ano civil, a posse dos novos membros desses Conselhos de Contabilidade efetivar-se-á, extraordinariamente, a 15 de dezembro do corrente ano.

Art. 13. O Conselho Federal de Contabilidade, com a participação de todos os Conselhos Regionais, e, ouvidas as entidades de classe, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, promoverá a elaboração e aprovação do Código de ética Profissional dos Contabilistas.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Contabilidade funcionará como tribunal superior de ética profissional.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 878 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 5º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 5.697, de 22 de julho de 1943.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 83, item II, da Constituição, decretam:

Art. 1º O artigo 5º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 5.697, de 22 de julho de 1943, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º O C.N.S.S. compor-se-á de sete membros designados pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente de-

dicadas ao serviço social em qualquer de suas modalidades.

§ 1º A cada membro titular do Conselho corresponderá um suplente.

§ 2º O mandato dos membros e suplentes do Conselho será de três anos, não sendo vedada a recondução.

§ 3º Designado, dentre os seus membros, pelo Presidente da República, o C.N.S.S. terá um presidente, ao qual competirá orientar, coordenar e superintender todos os seus serviços, bem como exercer as atribuições que lhe conferir o regimento.

§ 4º O Vice-Presidente será escolhido pelo Conselho dentre os seus membros.

§ 5º Os membros do C.N.S.S. perceberão por sessão a que comparecerem, a gratificação de apresentação de cinquenta cruzeiros novos, a qual não poderá exceder, em conjunto, quatrocentos e oitenta cruzeiros novos por mês.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra
Leonel Miranda

DECRETO-LEI Nº 879 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) para o Ministério da Saúde.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, com o respectivo ocupante, Almir Pimentel

Machado, um (1) cargo da classe B, nível 21, da Série de Classes de Técnico de Administração, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) para idênticos Parte e Quadro do Ministério da Saúde.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURELIO DE LIRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Leonel Miranda

DECRETO-LEI Nº 880 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, constituído de:

a) recursos derivados do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, nos termos do Artigo 3º deste Decreto-lei;

b) dotações governamentais de origem federal ou estadual, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

c) recursos destinados ao Estado do Espírito Santo, pelo Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA);

d) recursos resultantes de incentivos instituídos pelo Governo do Estado do Espírito Santo;

e) rendimentos derivados das suas aplicações.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto na alínea b deste ar-

tigo, a União utilizará recursos do Fundo Especial criado pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 2º O Fundo tem por principal finalidade prestar assistência financeira, sob a forma de participação acionária e de operações de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º O contribuinte do imposto sobre a renda, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no Estado do Espírito Santo, poderá aplicar no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo os incentivos instituídos pelo Decreto-lei nº 157, de 10-2-67, obedecidos os mesmos percentuais.

Art. 4º Observados os mesmos percentuais e a preferência para investimentos nos setores da pesca e do turismo, o contribuinte do imposto sobre a renda, domiciliado no Estado do Espírito Santo, poderá aplicar, em empreendimentos industriais e agropecuários considerados de interesse para a recuperação econômica desse Estado, os recursos decorrentes dos incentivos instituídos pelos Decretos-leis nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e nº 55, de 18 de novembro de 1966.

§ 1º As opções para aplicação dos incentivos fiscais na forma deste artigo poderão ser usadas pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2º Optando pela aplicação em empreendimentos de interesse para a recuperação econômica do Estado do Espírito Santo, nos termos deste artigo, o contribuinte do imposto sobre a renda:

a) depositará a importância resultante da dedução do imposto e adicionais não restituíveis, em parcelas proporcionais às do recolhimento, no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, e comprovará o depósito perante o agente arrecadador, quando do pagamento de cada parcela do imposto devido;

b) indicará, até 6 (seis) meses após o recolhimento, sem atraso da última parcela do depósito a que se refere a alínea a, o empreendimento a que pretende destinar os recursos.

§ 3º A importância depositada, na forma deste artigo, será registrada pelo estabelecimento de crédito em conta especial, a favor do contribuin-

te, para efeito de fiscalização e aplicação.

Art. 5º Os recursos a que se refere o artigo 4º serão aplicados pela pessoa jurídica depositante sob a forma de participação societária.

§ 1º As ações adquiridas com os recursos a que se refere este artigo serão nominativas e intransferíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2º O valor das ações adquiridas com recursos a que se refere este artigo será igual, no máximo, a 75% (setenta e cinco por cento), e, no mínimo, a 25% (vinte e cinco por cento), do capital social da empresa assistida.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, alínea b, do artigo 4º, sem que o contribuinte tenha feito a indicação do projeto, os recursos serão transferidos para a conta do Fundo de que trata o artigo 1º.

Art. 6º Poderão ser utilizados segundo as disposições deste Decreto-lei os recursos de contribuintes domiciliados no Estado do Espírito Santo, provenientes de deduções do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis efetuadas em conformidade com os Decretos-leis nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e nº 55, de 18 de novembro de 1966, e que não estejam comprometidos na forma estabelecida pela legislação própria.

Art. 7º Fica criado o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES), com competência para administrar e disciplinar os recursos e incentivos previstos neste Decreto-lei.

Parágrafo único. A composição e as atribuições específicas do GERES serão fixadas em decreto.

Art. 8º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 881 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo do Ministério do Exército para o Estado-Maior das Forças Armadas.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, com o respectivo ocupante, Leny Cabral Martins, um cargo de Datilógrafo .. AF-503.9.B do Quadro de Pessoal — Parte Especial — do Ministério do Exército, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 882 — DE 19 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a incluir dotações nos projetos de Orçamentos Anuais, para os exercícios de 1971 a 1979, e fixa os respectivos montantes.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir nos Projetos de Orçamentos Anuais para os exercícios de 1971 a 1979, dotações em favor do Ministério dos Transportes, à conta do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos,

destinadas a atender ao pagamento dos encargos assumidos pela Rede Ferroviária Federal S. A. com a aquisição de 180 locomotivas diesel-elétricas nos seguintes valores, a preços de 1969:

	NCR\$
1971	14.473.052,00
1972	31.091.740,00
1973	33.153.245,00
1974	32.145.266,00
1975	31.137.288,00
1976	30.129.310,00
1977	20.462.297,00
1978	20.098.179,00
1979	5.261.008,00

Art. 2º Os encargos decorrentes da operação referida no artigo 1º deste Decreto-lei, nos exercícios de 1969 e 1970 e parte dos mesmos no exercício de 1971, correrão à conta de outros

recursos internos, nos valores a seguir, a preços de 1969:

	NCR\$
1969	5.368.672,00
1970	5.368.672,00
1971	10.737.344,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 883 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCR\$ 500.000,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), para atender despesas com a Superintendência da Exposição Mundial comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil-EXPO/72.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento no Subanexo 5.08.00, a saber:

	NCR\$
5.08.00 — Ministério da Indústria e do Comércio	
5.08.11 — Departamento Nacional da Propriedade Industrial	
11.01.10.2.020 — Proteção da Propriedade Industrial	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	500.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 884 — DE 22 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Departamento Federal de Compras a ceder à Divisão do Material da Fazenda o Material que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Departamento Federal de Compras autorizado a transferir, sem ônus, o remanescente do material resultante da desmontagem das instalações da XXII Reunião do Fundo Monetário Internacional a que se refere o art. 4º do Decreto-lei nº 175, de 15 de fevereiro de 1967, à Divisão do Material do Ministério da Fazenda, para suprimento às repartições desse mesmo Ministério.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1969.
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Deljim Netto

DECRETO-LEI Nº 885 — DE 23 DE
SETEMBRO DE 1969

Cria e classifica cargo em comissão no Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica criado, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica, destinado à Diretoria de Aeronáutica Civil, e

classificado no símbolo 4-C, o cargo de provimento em comissão — direção intermediária — de Diretor da Administração do Aeroporto Internacional do Galeão, previsto no regulamento da mesma União, aprovado pelo Decreto número 62.321, de 29 de fevereiro de 1968.

Art. 2º A despesa com a execução deste Decreto-lei será custeada pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Aeronáutica.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 886 — DE 23 DE
SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo do Ministério do Exército para o Ministério das Minas e Energia

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido com o respectivo ocupante Waldemar Giorelli Zani, o cargo de Tesoureiro-Auxiliar, nível 18 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério do Exército, para o Quadro de Pessoal — Parte Especial — do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 887 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1969

Transfere cargo do Ministério do Exército para o Ministério das Minas e Energia.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido com a respectiva ocupante Alfredina Pinto e Castro, o cargo de Tesoureiro-Auxiliar, nível 18 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério do Exército para o Quadro de Pessoal — Parte Especial do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 888 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Distrito Federal a dar garantias em contrato de aval a ser firmado entre a Companhia de Telefones de Brasília — COTELB e o Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar,

usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 45 da Constituição, decretam:

Art. 1º Fica o Distrito Federal autorizado a afiançar, junto ao Banco do Brasil S. A., o contrato de outorga de aval relativo à operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) entre a Companhia de Telefones de Brasília — COTELB e um grupo de bancos liderados pela Manufactures Hanover Trust Company, para financiamento da expansão dos serviços telefônicos de Brasília.

Art. 2º É igualmente autorizado o Distrito Federal a dar em garantia da fiança a que se refere o artigo anterior o produto da quota a que tem direito no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da legislação em vigor, bem como a outorgar poderes ao Banco do Brasil S. A. para o recebimento dos recursos dados em garantia, na forma deste artigo, caso a obrigação não seja satisfeita em tempo oportuno.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 889 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial de NCr\$ 200.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito

especial de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), para atender ao adimplimento do compromisso com a Pan American Health Organization, referente ao estabelecimento da Biblioteca Regional de Medicina, na Escola Paulista de Medicina — SP, relativo à parcela do ano de 1968.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento, ao subanexo 5.05.00, a saber:

	NCr\$
5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	
5.05.10 — Diretoria do Ensino Superior	
08.06.07.1.097 — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino Superior para atendimento de compromisso firmado com o BID	
1) Universidade de São Paulo	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	200.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 890 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação aos parágrafos 4º e 5º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, ao artigo 350 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os parágrafos 4º e 5º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Fundando-se a ação de despejo nos casos previstos nos itens III, IV, V, VII, VIII e X, se o réu, no prazo da contestação, declarar nos autos que concorda com o pedido de

desocupação do prédio, o juiz homologará o acordo por sentença, na qual fixará o prazo de seis (6) meses, contados da citação, para a mudança, e imputará ao réu o ônus do pagamento das custas e de honorários de advogado, na base de 20 % do valor da causa. Se, findo o prazo, o réu houver desocupado o prédio, ficará ele isento do pagamento das custas e dos honorários de advogado; em caso contrário, será expedido mandado de despejo, que se executará independentemente da notificação a que se refere o artigo 352 do Código de Processo Civil.

§ 5º Contestada a ação, o juiz, se a julgar procedente, assinará ao réu o prazo de cento e vinte (120) dias para a desocupação do prédio, salvo se, entre a data da citação e a da sentença de primeira instância houverem decorrido mais de seis (6) meses, ou, ainda, se a locação houver sido rescindida com fundamento nos itens I, II, VI e IX, casos em que o prazo para a desocupação não excederá de trinta (30) dias.”

Art. 2º O artigo 350 e seu parágrafo único do Código de Processo

Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 350. A ação de despejo, uma vez contestada, prosseguirá com o rito ordinário, e, se não o for, os autos serão conclusos para sentença.

Parágrafo único. O juiz conhecerá, entretanto, diretamente do pedido, proferindo sentença definitiva, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência."

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor no primeiro (1º) dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogado o parágrafo 7º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 891 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1969

Concede, ao pessoal que indica, complementação de proventos de aposentadoria ou de pensões e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Será concedida complementação de proventos, até atingir o total de NCr\$ 606,52 (seiscentos e seis cruzeiros novos e cinquenta e dois centavos) aos servidores aposentados em cargos de Faroleiro do Ministério da Marinha que estavam no exercício desses cargos durante a vigência da Lei nº 2.265, de 7 de outubro de 1910.

Parágrafo único. No caso de serem proporcionais ao tempo de serviço os proventos de aposentadoria do pes-

soal a que se refere este artigo, serão eles recalculados com base no mesmo quantitativo nele estabelecido.

Art. 2º Será igualmente concedida majoração aos pensionistas dos servidores falecidos de que trata este Decreto-lei, observado o quantitativo fixado no artigo 1º e respeitado o percentual legalmente estabelecido para o cálculo das respectivas pensões.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto-lei correrão a conta dos recursos orçamentários destinados a inativos e pensionistas.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Deijm Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 892 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional até o limite de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), nas condições que menciona e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, nas condições previstas na Lei nº 4.557, de 16 de julho de 1964, até o limite de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), destinados a financiar o pagamento das obras contratadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para atender à construção das rodovias federais BR-116 nos Estados do Ceará e Bahia e BR-262, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º As despesas de serviços de juros, amortização e resgate dessa operação não importarão em ônus direto para o Tesouro Nacional e correrão à conta do Fundo Rodoviário Nacional, em forma a ser ajustada entre a União e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 893 — DE 26 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera a Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, que integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, fica alterada, da seguinte maneira:

I — a letra b do parágrafo 1º do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“(b) a doença, não degenerativa nem inerente a grupos etários, resultante das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho seja executado, desde que, diretamente relacionada com a atividade exercida, cause redução permanente para o trabalho que justifique a concessão do auxílio-acidente.”

II — são introduzidas no artigo 15 as seguintes alterações:

a) o caput passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. O acidentado, seus beneficiários, a empresa ou qualquer

outra pessoa poderão, diretamente ou por intermédio de advogado, depois de esgotada a via recursal da previdência social, mover ação contra a previdência social, para reclamação de direitos decorrentes desta Lei”

b) são introduzidos dois parágrafos que serão o segundo e o terceiro, com a seguinte redação:

“§ 2º A prova da decisão final da previdência social é peça essencial para instauração do procedimento judicial de que trata este artigo.

§ 3º Terão prioridade absoluta para julgamento, nas Juntas de Recursos e no Conselho de Recursos da Previdência Social, os recursos relativos a direitos decorrentes desta Lei.”

c) o atual § 2º passa a § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º Das sentenças finais nas ações de acidentes do trabalho somente caberá agravo de petição, que terá preferência no julgamento pelos tribunais, sendo obrigatório o recurso de ofício quando a previdência social for vencida.”

d) o atual § 3º passa a § 5º, sem alteração;

III — é introduzido no artigo 16 um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A previdência social não será obrigada ao depósito prévio da importância de qualquer condenação para a interposição de recurso, nem estará sujeita a depósito, penhora ou sequestro de dinheiro ou de bens para a garantia da execução de julgados, sendo nulos de pleno direito os atos praticados com tais objetivos.”

IV — é introduzido no artigo 23, na redação dada pelo Decreto-lei nº 630, de 16 de junho de 1969, um parágrafo, que será o oitavo com a seguinte redação:

“§ 8º Os valores das contas vinculadas de que trata a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, pertencentes às sociedades de seguros e relativas aos empregados não optantes pelo regime instituído pela mencionada lei, aproveitados ou indenizados na forma deste artigo, serão levantados pelo

INPS a partir da data do aproveitamento ou do pagamento da indenização, mediante comunicação do Instituto ao Banco depositário, observadas as instruções do Banco Nacional da Habitação (BNH) sobre saques."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho
Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 894 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército da Aeronáutica Mi-

litar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É declarado de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do disposto no artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município de LADÁRIO, no Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Ao Município referido no artigo anterior aplica-se o disposto nos artigos 2º até 5º e seus parágrafos da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, alterada pelo Decreto-lei nº 500, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 895 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Extingue cargos no Ministério da Indústria e do Comércio

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de junho de 1968, e de acordo com o disposto no parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.394, de 23 de abril de 1969, decretam:

Art. 1º Ficam extintos, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, os seguintes cargos:

a) NA PARTE PERMANENTE

2	Oficial de Administração	AF-201.16.C
1	Escriturário	AF-202.10.B
1	Inspetor de Seguros	P-2.102.20.A

b) NA PARTE ESPECIAL

1	Oficial de Administração	AF-201.12.A
1	Economista	TC-501.21.B

c) NA PARTE ESPECIAL — EXTINTA

1	Assistente Comercial	AF-103.12.A
1	Oficial de Administração	AF-201.16.C
1	Escriturário	AF-202.10.B
1	Mestre	A-1.801.13.A

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto à extinção do cargo de Inspetor de Seguros que prevalece a partir de 15 de setembro de 1969.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 896 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de terrenos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, autorizado a efetuar doação de terrenos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, para fins de construção de moradias a serem vendidas em regime de financiamento, aos servidores do referido órgão rodoviário, obedecidas as normas e segundo recursos do Banco Nacional de Habitação.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Mário David Andreazza
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 897 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda crédito suplementar de NCr\$ 250.000.000,00, para o fim que es-pecifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Mi-

litar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda : crédito suplementar no valor de NCr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros novos), para atender despesas decorrentes do pagamento de juros da dívida pública, no corrente exercício.

Art. 2º A despesa decorrente da abertura do crédito suplementar, autorizado neste Decreto-lei, será coberta com os recursos resultantes da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 898 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1969

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do

artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1938, decretam:

CAPÍTULO I

Da Aplicação da Lei de Segurança Nacional

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antigônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contróle progressivo da Nação.

Art. 4º Este Decreto-lei se aplica, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aos crimes cometidos, no todo ou em parte, em território nacional, ou que nele, embora parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado.

Art. 5º Ficam sujeitos ao presente decreto-lei, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.

Art. 6º Aplica-se este Decreto-lei ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, ressalvadas as disposições de convenções, tratados e regras de direito internacional.

Art. 7º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

CAPÍTULO II

Dos Crimes e das Penas

Art. 8º Entrar em entendimento ou negociação com governo estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil.

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos.

Parágrafo único. Se os atos de hostilidade forem desencadeados:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo e morte, em grau máximo.

Art. 9º Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil:

Pena: Reclusão, de 20 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da tentativa, resultar morte:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 10. Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual for o motivo ou pretexto:

Pena: Reclusão, de 10 a 20 anos.

Parágrafo único. Verificando-se a invasão:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo, em morte, em grau máximo.

Art. 11. Comprometer a Segurança Nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações:

Pena: Reclusão, de 8 a 30 anos.

§ 1º Se, em decorrência da sabotagem, verificar-se paralisação de qual-

quer serviço, serão aplicadas as seguintes penas:

a) se a paralisação não ultrapassar de um dia:

Pena: Reclusão, de 8 a 12 anos;

b) se a paralisação ultrapassar de um (1) e não ultrapassar cinco (5) dias:

Pena: Reclusão, de 10 a 15 anos;

c) se a paralisação ultrapassar de cinco (5) e não ultrapassar de trinta (30) dias:

Pena: Reclusão, de 12 a 24 anos;

d) se a paralisação ultrapassar de trinta (30) dias:

Pena: Prisão perpétua.

§ 2º Verificando-se lesão corporal em decorrência da sabotagem, as penas cominadas nas alíneas a, b e c do parágrafo anterior, serão acrescidas de um terço até o dobro, proporcionalmente à gravidade da lesão causada.

§ 3º Verificando-se morte, em decorrência da sabotagem:

Pena: Morte.

Art. 12. Concertarem-se mais de 2 (duas) pessoas para a prática de qualquer dos crimes previstos nos artigos anteriores:

Pena: Reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 13. Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição:

Pena: Reclusão, de 4 a 8 anos.

Parágrafo único. Se a propaganda de que trata o artigo, utilizando o material ou fundos de proveniência estrangeira, é feita a fim de submeter o Brasil a outro país:

Pena: Reclusão, de 8 a 12 anos.

Art. 14. Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional:

Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores,

e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.

Art. 15. Promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva;

Pena: reclusão de 10 anos, em grau mínimo, e prisão perpétua, em grau máximo.

§ 1º Obter ou procurar obter, para o fim de espionagem, notícia de fatos ou coisas que, no interesse do Estado, devam permanecer secretas, desde que o fato não constitua delito mais grave:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos.

§ 2º Destruir, falsificar, subtrair, fornecer ou comunicar a potência estrangeira, organização subversiva ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificados como sigilosos por interessarem à Segurança Nacional:

Pena: reclusão de 12 a 24 anos.

§ 3º Entrar em relação com governo estrangeiro, organização subversiva ou seus agentes, para o fim de comunicar qualquer outro segredo concernente à Segurança Nacional:

Pena: reclusão de 5 a 10 anos.

§ 4º Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravuras ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares; desenvolver atividades aerofotográficas, em qualquer parte do território nacional, sem autorização de autoridade competente:

Pena: reclusão de 5 a 10 anos.

§ 5º Dar asilo ou proteção a espions, sabendo que o sejam:

Pena: reclusão de 12 a 24 anos.

§ 6º Facilitar o funcionário público, culposamente, o conhecimento de segredo concernente à Segurança Nacional:

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil:

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber o diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior:

§ 3º As penas serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência.

Art. 17. Falsificar, suprimir, tornar irreconhecível, subtrair ou desviar de seu destino ou uso normal algum meio de prova relativo a fato de importância para o interesse nacional:

Pena: reclusão, de 3 a 8 anos.

Art. 18. Violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de Chefe ou representante de Nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional:

Pena: reclusão, de 6 a 12 anos.

Art. 19. Violar neutralidade assumida pelo Brasil em face de países beligerantes:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr simplesmente culposo:

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Art. 20. Destruir ou ultrajar bandeira, emblemas ou escudo de Nação amiga, quando expostos em lugar público:

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Art. 21. Ofender publicamente, por palavras ou escrito, Chefe de Governo de Nação estrangeira:

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 22. Exercer violência de qualquer natureza, contra Chefe de Governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo território brasileiro:

Pena: prisão perpétua.

Parágrafo único. Se da violência resultar lesão corporal ou morte:

Pena: morte.

Art. 23. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no

Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo:

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

Art. 24. Promover insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a form. de governo por ela adotada:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 25. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva:

Pena: reclusão, de 5 a 15 anos.

Parágrafo único. Se, em virtude deles, a guerra sobrevém:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 26. Impedir ou tentar impedir, por meio de violência ou ameaça de violência, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados:

Pena: reclusão, de 4 a 10 anos.

Art. 27. Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação:

Pena: reclusão, de 10 a 24 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 28. Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 29. Impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado ou executados mediante concessão, autorização ou permissão:

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 30. Tentar desmembrar parte do território nacional, para constituir país independente:

Pena: reclusão, de 6 a 12 anos.

Art. 31. Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurrectos ou rebeldes:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos.

Parágrafo único. Se o segredo revelado causar prejuízo às operações militares ou aos planos aludidos:

Pena: reclusão, de 12 anos até a prisão perpétua.

Art. 32. Matar, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade ou estrangeiro que se encontrar no Brasil, a convite do Governo Brasileiro, a serviço de seu país ou em missão de estudo:

Pena: morte.

Art. 33. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade:

Pena: reclusão, de 8 a 15 anos.

§ 1.º Se da violência resultar lesões corporais:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

§ 2.º Se da violência resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 34. Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade.

Art. 35. Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado

ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: reclusão, de 8 a 24 anos.

Art. 36. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal:

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão a pena é aumentada de metade, além da multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país, se a responsabilidade couber a diretor ou responsável por tais órgãos da imprensa, escrita e falada.

Art. 37. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra estrangeiro que se encontre no Brasil, a serviço de seu país, em missão de estudo, ou a convite do Governo brasileiro:

Pena: reclusão, de 8 a 15 anos.

§ 1.º Se da violência resultar lesão corporal:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

§ 2.º Se da violência resultar morte:

Pena: morte.

Art. 38. Promover greve ou *lock-out*, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República:

Pena: reclusão, de 4 a 10 anos.

Art. 39. Incitar:

I — A guerra ou à subversão da ordem político-social;

II — A desobediência coletiva às leis;

III — A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV — A luta pela violência entre as classes sociais;

V — A paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI — Ao ódio ou à discriminação racial:

Pena: reclusão, de 10 a 20 anos.

§ 1.º Se os crimes previstos nos itens I a IV forem praticados por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão:

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos.

§ 2.º Ressalvados os crimes de que tratam os itens V e VI, se, do incitamento decorrer morte:

Pena: morte.

§ 3.º Se a responsabilidade pela incitação couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente à época do delito.

Art. 40. Cessarem funcionários públicos coletivamente, no todo, ou em parte, os serviços a seu cargo:

Pena: detenção de 8 meses a 1 ano.

Parágrafo único. Incurrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar aos atos de cessação ou paralisação de serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo.

Art. 41. Perturbar, mediante o emprego de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruados, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais, realizadas no Brasil:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 1.º Se, da ação resultar lesões corporais:

Pena: reclusão, de 4 e 12 anos.

§ 2.º Se resultar morte:

Pena: morte.

§ 3.º Aplica-se à tentativa a mesma pena, reduzida de um ou dois terços.

Art. 42. Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa:

Pena: reclusão, de 3 a 8 anos.

Art. 43. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou

perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso:

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

Art. 44. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público:

Pena: detenção, de 2 a 4 anos.

Art. 45. Fazer propaganda subversiva:

I — Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva:

II — Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III — Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV — Realizando greve proibida;

V — Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI — Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Art. 46. Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente:

Pena: reclusão, de 5 a 10 anos.

Art. 47. Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Capítulo, ou fazer-lhes a apologia ou a de seus autores se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

§ 1.º A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia for feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

§ 2º Se a responsabilidade pelo crime couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade à época do delito.

Art. 48. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa, em decorrência da prática de crimes previsto nesta Lei.

Pena: reclusão, de 8 a 12 anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com violência.

Pena: reclusão, de 12 a 24 anos.

Art. 49. São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime:

I — Ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista;

II — Ter sido o crime praticado com a ajuda de qualquer espécie ou sob qualquer título, prestada por Estado ou organização internacional ou estrangeiro;

III — Ter no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigido a atividade dos demais agentes.

IV — Ter sido o agente, em época anterior ao delito, atingido por sanção aplicada de acordo com os Atos Institucionais.

Art. 50. Para o efeito de cálculo da pena aplicável à tentativa, a pena de morte ou de prisão perpétua equipara-se à de reclusão por 30 anos.

Parágrafo único. Quando a tentativa não constituiu por si só crime, é punida com a pena cominada a este, reduzido de um a dois terços.

Art. 51. Quando ao crime for cominada pena de prisão perpétua, poderá o Conselho ou Tribunal substituí-la pela de reclusão por 30 anos.

Art. 52. Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos neste Decreto-lei:

- a) pela morte do autor;
- b) pela prescrição da pena.

Parágrafo único. Verifica-se a prescrição:

I — Em o dobro da pena máxima privativa de liberdade, cominada ao

crime, até o limite máximo de 30 anos, e desde que não se trate de prisão perpétua;

II — Em 40 anos, na hipótese da pena de prisão perpétua ou de morte.

Art. 53. Se a responsabilidade pela propaganda subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o juiz poderá, ao receber a denúncia, impor a suspensão da circulação deste até trinta dias, sem prejuízo de outras cominações previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de estação de radiodifusão ou televisão, a suspensão será imposta, nas mesmas condições, pelo Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 54. Nos crimes definidos nos arts. 16, e seus parágrafos, 34 e seu parágrafo único, 36 e seu parágrafo único, 39 e seus parágrafos, 45 e seu parágrafo único e 47 e seus parágrafos, o Ministro de Estado da Justiça, sem prejuízo da ação penal prevista neste Decreto-lei, poderá determinar a apreensão de jornal, periódico, livro ou qualquer outros impresso, a suspensão de sua impressão, circulação, distribuição ou venda, no território brasileiro, e, se tratar de radiodifusão ou de televisão, representar ao Ministro de Estado das Comunicações, para a suspensão de seu funcionamento.

Parágrafo único. No caso de reincidência, praticada pelo mesmo jornal, periódico, livro ou qualquer outro impresso ou pela mesma empresa ou por periódico de empresas diferentes, mas que tenham o mesmo diretor ou responsável, ainda, o Ministro de Estado da Justiça poderá determinar ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente o cancelamento do registro respectivo e, em se tratando de radiodifusão ou de televisão, representar ao Ministro de Estado das Comunicações para a cassação da respectiva concessão ou permissão, e ulterior cancelamento do registro.

Art. 55. A responsabilidade penal pela propaganda subversiva independe da civil e não exclui as decorrentes de outros crimes, na forma deste Decreto-lei ou de outras Leis.

CAPÍTULO III

Do Processo e Julgamento

Art. 56. Ficam sujeitos ao fôro militar tanto os militares como os civis, na forma do art. 122, parágrafos 1º e 2º da Constituição, com a redação dada pelo Ato Institucional n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste Decreto-lei, assim como os perpetrados contra as Instituições Militares.

Parágrafo único. Instituições Militares são as Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, estruturadas em Ministérios, bem assim os altos órgãos militares de administração, planejamento e comando.

Art. 57. O fôro especial estabelecido neste Decreto-lei prevalecerá sobre qualquer outro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 58. Aplica-se, quanto ao processo e julgamento, o Código da Justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e deste Decreto-lei.

Art. 59. Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1.º O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares.

§ 2º Se entender necessário, o Encarregado solicitará dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observadas as disposições do art. 149 do Código da Justiça Militar.

Art. 60. Em qualquer fase do processo, aplicam-se as disposições relativas à prisão preventiva previstas no Código da Justiça Militar.

Art. 61. Poderão ser instaurados, individual ou coletivamente, os processos contra os infratores de qualquer dos dispositivos deste Decreto-lei.

Art. 62. Recebida a denúncia, o Auditor mandará citar o denunciado para se ver processar e julgar.

Parágrafo único. A citação será por edital e com prazo de quinze dias, para os denunciados que não forem encontrados, e de vinte dias, para os que se tenham ausentado voluntariamente do país, estejam ou não em lugar sabido.

Art. 63. O acusado que não comparecer aos atos processuais para os quais foi devidamente citado ou notificado, será considerado revel.

Art. 64. A ausência de qualquer dos acusados não impedirá a realização dos atos do processo e do julgamento, nem obrigará seu adiamento.

Parágrafo único. Se a ausência fôr do advogado constituído, o acusado será assistido por defensor designado, na hora, pelo Presidente do Conselho.

Art. 65. A denúncia deverá arrolar até três testemunhas, e, no caso de mais de um denunciado, poderá ser ouvida mais uma acerca da responsabilidade daquele a respeito do qual não houverem deposto as testemunhas inquiridas.

Art. 66. A defesa, no curso do sumário, poderá indicar duas testemunhas para cada acusado, as quais deverão ser apresentadas, independentemente de intimação, no dia e hora fixados para a inquirição.

Parágrafo único. As testemunhas de defesa que deixarem de comparecer à audiência marcada, sem motivo de força maior comprovado pelo Conselho, não mais serão ouvidas, entendendo-se como desistência o seu não comparecimento.

Art. 67. Preterem a todos os serviços forenses locais as precatórias expedidas pelo Auditor e deverão ser cumpridas no prazo máximo de quinze dias, da data do seu recebimento, e devolvidas pelo meio mais rápido e seguro.

Art. 68. O exame de sanidade mental requerido pela defesa, de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido ao Conselho até a data marcada para o julgamento. Neste caso, aqueles acusados serão julgados oportunamente.

Art. 69. Quando o estado de saúde do acusado não permitir sua permanência na sessão do julgamento, esta prosseguirá com a presença do seu defensor.

Parágrafo único. Se o defensor se recusar a permanecer na sessão, a defesa passará a ser feita por advogado, designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 70. A acusação e a defesa terão respectivamente uma hora para a sustentação oral, por ocasião do julgamento, podendo o procurador e o defensor replicar e treplicar, por tempo não excedente a trinta minutos.

Parágrafo único. Se forem dois ou mais réus e diversos os defensores, cada um deles terá por sua vez e pela metade, os prazos acima estabelecidos.

Art. 71. Quando a sessão de julgamento não puder ser concluída, por motivos justificados e dentro do próprio trimestre, o Conselho Permanente de Justiça terá sua jurisdição prorrogada no respectivo processo.

Art. 72. O Conselho de Justiça poderá:

a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público, em alegações escritas e a defesa tenha tido oportunidade de examiná-la;

b) proferir sentença condenatória por fato articulado na denúncia, não obstante haver o Ministério Público opinado pela absolvição, bem como reconhecer circunstância agravante não arguida, mas referida, na narração do fato criminoso, na denúncia.

Art. 73. Ao Ministério Público cabe recorrer obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar:

a) do despacho do Auditor que rejeitar, no todo ou em parte, a denúncia;

b) da sentença absolutória.

Art. 74. O condenado à pena de reclusão por mais de dois anos fica sujeito, acessoriamente, à suspensão de direitos políticos, por dois a dez anos.

Art. 75. Não é admissível a suspensão condicional da pena dos crimes previstos neste decreto-lei.

Art. 76. A pena privativa de liberdade será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, sem rigor penitenciário, a critério do juiz, tendo em vista a natureza do crime e a periculosidade do agente.

Art. 77. O livramento condicional dar-se-á nos termos da legislação penal militar.

Art. 78. São inafiançáveis os crimes previstos neste decreto-lei.

Art. 79. O Ministro da Justiça, sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influências contrárias à Segurança Nacional, tal como definidos nos artigos 2.º e 3.º e seus parágrafos deste decreto-lei.

CAPÍTULO IV

Do processo dos crimes punidos com as penas de morte e de prisão perpétua

Art. 80. Os autos do Inquérito, do flagrante, ou documentos relativos ao crime serão remetidos à Auditoria, pela autoridade militar competente.

Art. 81. O prazo para a conclusão do inquérito, é de trinta dias, podendo, por motivo excepcional, ser prorrogado por mais quinze dias.

Art. 82. Recebidos os autos do inquérito, do flagrante, ou documentos, o Auditor dará vista imediata ao Procurador que, dentro em cinco dias, oferecerá a denúncia, contendo:

a) o nome do acusado e sua qualificação;

b) a exposição sucinta dos fatos;

c) a classificação do crime;

d) a indicação de duas a oito testemunhas.

Art. 83. Será dispensado o rol de testemunhas, se a denúncia se fundar em prova documental.

Art. 84. Serão nomeados pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar os membros dos Conselhos de Justiça competentes para o julgamento dos crimes punidos com as penas de prisão perpétua e de morte.

Parágrafo único. A nomeação dos juizes do Conselho constará dos autos do processo, por certidão.

Art. 85. Recebida a denúncia, mandará o Auditor citar o acusado e intimar as testemunhas, nomeando-lhe defensor, se aquêle não o tiver, e lhe abrirá vista dos autos em cartório, pelo prazo de dez dias, podendo, dentro dêste, oferecer defesa escrita, juntar documentos e arrolar testemunhas, até o máximo de oito.

Art. 86. Se o Procurador não oferecer denúncia, ou se esta fôr rejeitada, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal Militar, que a seu respeito decidirá de forma definitiva.

Art. 87. Quando, na denúncia, figurarem diversos acusados, poderão ser processados e julgados em grupos, se assim o aconselhar o interesse da Justiça, contados os prazos em dôbro.

Art. 88. O oferecimento da denúncia, citação do acusado, intimação de testemunhas, nomeação de defensor, instrução criminal, julgamento e lavratura da sentença, reger-se-ão no que lhes fôr aplicável, pelas normas estabelecidas para os processos da competência do Auditor e dos Conselhos de Justiça.

Art. 89. A instrução criminal será presidida pelo Oficial-Juiz que funcionar no Conselho, observada a precedência hierárquica, cabendo ao Auditor relatar os processos para o julgamento.

Art. 90. O acusado prêso será requisitado, para se ver processar e, se ausente, será processado e julgado à revelia.

Art. 91. A defesa terá vista dos autos em cartório, para alegações escritas.

Parágrafo único. Nas alegações finais, o Procurador indicará as circunstâncias agravantes expressamente previstas na lei penal e todos os fatos e circunstâncias que devam influir na fixação da pena.

Art. 92. O acusado poderá dispensar a assistência de advogado, se estiver em condições de fazer sua defesa.

Art. 93. As questões preliminares e os incidentes, que forem suscitados, serão resolvidos, conforme o caso, pelo Auditor ou pelo Conselho de Justiça.

Art. 94. A falta do extrato da fé de Ofício ou dos assentamentos do acusado, poderá ser suprida por outros meios informativos.

Art. 95. Os órgãos da Justiça Militar, tanto em primeira como em segunda instância, poderão alterar a classificação do crime, sem todavia inovar a acusação.

Parágrafo único. Havendo impossibilidade de alterar a classificação do crime, o processo será anulado, devendo ser oferecida nova denúncia.

Art. 96. Encerrada a prova de defesa, o Auditor procederá ao julgamento em outra audiência, dentro em vinte dias, na qual, o Procurador e o Defensor terão, respectivamente, uma hora, para produzir, oralmente, suas alegações, podendo replicar e treplicar por tempo não excedente a trinta minutos.

§ 1.º E' dispensado o comparecimento do acusado à audiência de julgamento, se, assim, o desejar.

§ 2.º Após os debates orais, o Conselho deliberará em sessão secreta e o Auditor lavrará a sentença e a lerá, em sessão pública, dela mandando intimar no mesmo dia, o Procurador e o réu, ou seu defensor, se ausentes.

Art. 97. Das sentenças de primeira instância caberá recurso de apelação, com efeito suspensivo, para o Superior Tribunal Militar.

§ 1.º A apelação será interposta de ofício e, no prazo de dez dias, contados da intimação da sentença, pelo acusado ou, se revel, por seu defensor, ou, ainda, pelo Procurador.

§ 2.º Não caberá recurso de decisões sobre questões incidentes, que poderão, entretanto, ser renovadas na apelação.

Art. 98. As razões do recurso serão apresentadas, com a petição, em cartório e, conclusos os autos ao Auditor, êste os remeterá, incontinenti, à instância superior.

Art. 99. Os autos, no Superior Tribunal Militar, serão logo conclusos ao relator, que mandará abrir vista ao Procurador-Geral, a fim de que emita parecer, no prazo de cinco dias.

Art. 100. Restituídos os autos pelo Procurador-Geral serão êles encaminhados ao relator e revisor, tendo cada um, sucessivamente, o prazo de 10 dias para seu exame.

Art. 101. Anunciado o julgamento pelo presidente, o relator fará a exposição dos fatos.

§ 1.º Findo o relatório, poderão o defensor e o Procurador-Geral produzir alegações orais por trinta minutos, cada um.

§ 2.º Discutida a matéria, o Superior Tribunal Militar proferirá sua decisão.

§ 3.º O relator será o primeiro a votar, sendo o presidente o último.

§ 4.º O resultado do julgamento constará de ata, que se juntará ao processo e a decisão será lavrada dentro em cinco dias, salvo motivo de força maior.

Art. 102. A apelação devolve o pleito no conhecimento do feito ao Superior Tribunal Militar.

Art. 103. O recurso de embargos, nos processos, seguirá as normas estabelecidas para a apelação.

Art. 104. A pena de morte somente será executada trinta dias após haver sido comunicada ao Presidente da República, se este não a comutar em prisão perpétua, e a sua execução obedecerá ao disposto no Código de Justiça Militar.

Art. 105. A pena de prisão perpétua será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regime especial e separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade.

Art. 106. Nos casos omissos, aplica-se ao processo de que trata este Capítulo as disposições do Capítulo anterior, e do Código de Justiça Militar.

Art. 107. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-leis números 314, de 13 de março de 1967, e 510, de 20 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 899 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera disposições sobre o custeio do funcionamento dos Tiros de Guerra, fardamento de seus alunos e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o Artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º. Os parágrafos 1.º e 2.º do Artigo 59 da Lei nº 4.375-64 Lei do Serviço Militar — passam a ter as redações abaixo:

“§ 1.º. Os Tiros de Guerra terão sede, material, móveis, utensílios e polígono de tiro providos pelas Prefeituras Municipais, sem no entanto ficarem subordinados ao executivo municipal. Tais sejam o interesse e as possibilidades dos Municípios, estes poderão assumir outros ônus do funcionamento daqueles Órgãos de Formação da Reserva, mediante convênios com os Ministérios Militares”.

“§ 2.º. Os instrutores, armamento, munição e outros artigos julgados necessários à instrução dos Tiros de Guerra serão fornecidos pelas Forças Armadas, cabendo aos instrutores a responsabilidade de conservação do material distribuído. As Forças Armadas poderão fornecer fardamento aos alunos, quando carentes de recursos”.

Art. 2.º. O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES.

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 900 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os dispositivos do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo estabelecida no artigo 46, inciso II e IV, da Constituição, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal”.

“Art. 5º ...

I — ...

II — Empresa Pública — a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governador seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III — Sociedade de Economia Mista — a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta”.

“Art. 15 ...

§ 1º ...

§ 2º Com relação à Administração Militar, observar-se-á a

finalidade precípua que deve regê-la, tendo em vista a destinação constitucional das Forças Armadas, sob a responsabilidade dos respectivos Ministros, que são os seus Comandantes Superiores.

§ 3º ...”

“Art. 21. O Ministro de Estado exercerá a supervisão de que trata este título com apoio nos Órgãos Centrais.

Parágrafo único. No caso dos Ministros Militares a supervisão ministerial terá, também, como objetivo, colocar a administração, dentro dos princípios gerais estabelecidos nesta lei, em coerência com a destinação constitucional precípua das Forças Armadas, que constitui a atividade afim dos respectivos Ministérios.”

“Art. 23 ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º Além das funções previstas neste título, a Secretária-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral exercerá as atribuições de Órgão Central dos sistemas de planejamento e orçamento, e a Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, as de Órgãos Centrais do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria”.

“Art. 31. A estruturação dos sistemas de que trata o artigo 30 e a subordinação dos respectivos Órgãos Centrais serão estabelecidas em decreto”.

“Art. 36. Para auxiliá-lo na coordenação de assuntos afins ou interdependentes, que interessem a mais de um Ministério, o Presidente da República poderá incumbir de missão coordenadora um dos Ministros de Estado, cabendo essa missão na ausência de designação específica, ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos assuntos mi-

litares, cuja coordenação far-se-á diretamente pelo Presidente da República".

"Art. 37. O Presidente da República poderá prover até 4 (quatro) cargos de Ministro Extraordinário para o desempenho de encargos temporários de natureza relevante".

"Art. 40. O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível no assessoramento direto do Presidente da República, na formulação e na execução da Política de Segurança Nacional.

§ 1º ...

§ 2º No que se refere a execução da Política de Segurança Nacional, o Conselho apreciará os problemas que lhe forem propostos no quadro da conjuntura nacional ou internacional".

"Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, das Divisões de Segurança e Informações dos Ministerios Civis e de outros órgãos complementares, cuja criação se torne imprescindível ao cumprimento de sua finalidade constitucional".

"Art. 45 As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, pelo Exército e pela Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. As Forças Armadas, essenciais à execução da Política de Segurança Nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constituídos, da Lei e da Ordem.

Parágrafo único. As Forças Armadas, nos casos de calamidade pública, colaborarão com os Ministerios Civis, sempre que solicitadas, na assistência às populações atingidas e no restabelecimento da normalidade".

"Art. 50. O Estado-Maior das Forças Armadas, órgãos de assessoramento do Presidente da República tem por atribuições:

I — Proceder aos estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares, bem como elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes;

II — Estabelecer os planos para emprego das Forças Combinadas ou Conjuntas e de forças singulares destacadas para participar de operações militares no exterior, levando em consideração os estudos e as sugestões dos Ministerios Militares competentes;

III — Coordenar as informações estratégicas no Campo Militar;

IV — Coordenar, no que transcenda os objetivos específicos e as disponibilidades previstas no Orçamento dos Ministerios Militares, os planos de pesquisas de desenvolvimento e de mobilização das Forças Armadas e os programas de aplicação de recursos decorrentes.

V — Coordenar as representações das Forças Armadas no País e no exterior;

VI — Proceder aos estudos e preparar as decisões sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da República".

"Art. 51. A Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas é exercida por um oficial-general do mais alto posto nomeado pelo Presidente da República, obedecido, em princípio, o critério de rodízio entre as Forças Armadas".

"Art. 55. O Ministro da Marinha exerce a direção geral do Ministério da Marinha e é o Comandante Superior da Marinha de Guerra".

"Art. 56. A Marinha de Guerra compreende suas organizações próprias, pessoal em serviço ativo e sua reserva. Inclusive as formações auxiliares conforme fixado em lei".

"Art. 57.

V

— Comando do Contrôlo Naval do Tráfego Marítimo.

"Art. 58. O Chefe do Estado-Maior da Armada exercerá, cumulativamente, o cargo de Comandante-Geral das forças mencionadas no inciso V do artigo anterior".

"Art. 63. O Ministério da Aeronáutica administra os negócios da Aeronáutica e tem como atribuições principais a preparação da Aeronáutica Militar para o cumprimento de sua destinação constitucional e a supervisão das atividades da Aeronáutica Civil.

Parágrafo único. Cabe ao Ministério da Aeronáutica:

I — Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Aérea Brasileira, inclusive de elementos para integrar as Forças Combinadas ou Conjuntas.

II — Orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil, tanto comerciais como privadas e desportivas, observando, quanto às primeiras, a orientação estabelecida pelo Conselho Nacional dos Transportes, nos termos do artigo 162 desta lei.

III — Estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, a infraestrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea.

IV — Orientar, incentivar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Aeronáutica, obedecido quanto às de interesse militar, o previsto no item IV do artigo 50 da presente lei.

V — Operar o Correio Aéreo Nacional.

VI — Estudar e propor diretrizes para a Política Aeroespacial Nacional".

"Art. 64. O Ministério da Aeronáutica exerce a direção geral das atividades do Ministério e o Comandante Superior da Aeronáutica Militar".

"Art. 65. A Aeronáutica Militar é constituída pela Força Aérea Brasileira, por suas organizações próprias e por sua reserva, inclusive as organizações auxiliares, conforme previsto em lei.

§ 1º A Força Aérea Brasileira é a parte da Aeronáutica Militar organizada e aparelhada para o cumprimento de sua destinação constitucional e em pleno exercício de suas atividades.

§ 2º Constitui a reserva da Aeronáutica Militar todo o pessoal sujeito à incorporação na Força Aérea Brasileira mediante mobilização ou convocação, e as organizações auxiliares, conforme fixado em lei".

"Art. 66. O Ministério da Aeronáutica compreende:

I — Órgãos de Direção Geral:

— Alto Comando da Aeronáutica

— Estado-Maior da Aeronáutica

— Inspeção Geral da Aeronáutica

II — Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (artigo 24)

III — Órgãos de Assessoramento:

— Gabinete do Ministro

— Consultoria Jurídica

— Conselhos e Comissões

IV — Órgãos de Apoio:

— Comandos, Diretorias, Institutos, Serviços e outros órgãos

V — Comandos Aéreos

— Comandos Territoriais"

"Art. 75. Os órgãos da Administração Federal prestarão ao Tribunal de Contas, ou suas delegações, os informes relativos à administração dos créditos orçamentários e facilitarão a realização das inspeções de controle externo dos órgãos de administração financeira, contabilidade e auditorias.

Parágrafo único. As informações previstas neste artigo são as imprescindíveis ao exercício da auditoria financeira e orçamentária, realizada com base nos documentos enumerados nos itens I e II do artigo 36 do Decreto-lei número 199, de 25 de fevereiro de 1967, vedada a requisição sistemática de documentos ou comprovantes arquivados nos órgãos da administração federal, cujo exame se possa realizar através das inspeções de controle externo".

"Art. 91. Sob a denominação de Reserva de Contingência, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos suplementares, quando se evidenciarem insuficientes, durante o exercício, as dotações orçamentárias constantes do orçamento anual".

"Art. 101. O provimento em cargos em comissão e funções gratificadas obedecerá a critérios a serem fixados por ato do Poder Executivo que:

a) definirá os cargos em comissão de livre escolha do Presidente da República;

b) estabelecerá os processos de recrutamento com base no Sistema do Mérito; e

c) fixará as demais condições necessárias ao seu exercício."

"Art. 122. O Assessoramento Superior da Administração Civil compreenderá determinadas funções de assessoramento aos Ministros de Estado, definidas por decreto e fixadas em número limitado para cada Ministério civil, observadas as respectivas peculiaridades de organização e funcionamento.

§ 1º As funções a que se refere este artigo caracterizadas pelo alto nível de especificidade, complexidade e responsabilidade, serão objeto de rigorosa individualização, e a designação para o seu exercício somente poderá recair em pessoas de comprovada idoneidade, cujas qualifica-

ções, capacidade e experiência específicas sejam examinadas, aferidas e certificadas por órgão próprio, na forma definida em regulamento.

§ 2º O exercício das atividades de que trata este artigo revestirá a forma de locação de serviços regulada mediante contrato individual, em que se exigirá tempo integral e dedicação exclusiva, não se lhe aplicando o disposto no artigo 35 do Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966, na redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei número 177, de 16 de fevereiro de 1967.

§ 3º A prestação dos serviços a que alude este artigo será retribuída segundo critério fixado em regulamento, tendo em vista a avaliação de cada função em face das respectivas especificações, e as condições vigentes no mercado de trabalho".

"Art. 123. O servidor público designado para as funções de que trata o artigo anterior ficará afastado do respectivo cargo ou emprego enquanto perdurar a prestação de serviços, deixando de receber o vencimento ou salário correspondente ao cargo ou emprego público.

Parágrafo único. Poderá a designação para o exercício das funções referidas no artigo anterior recair em ocupante de função de confiança ou cargo em comissão diretamente subordinados ao Ministro de Estado, caso, em que deixará de receber, durante o período de prestação das funções de assessoramento superior, o vencimento ou gratificação do cargo em comissão ou função de confiança".

"Art. 124. O disposto no presente capítulo poderá ser estendido, por decreto, a funções da mesma natureza, vinculadas aos órgãos integrantes da Presidência da República".

"Art. 146 ...

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Poder Executivo:

a) ...

b) obedecerá as diretrizes, princípios fundamentais e de-

mais disposições da presente lei, expedirá progressivamente os atos de reorganização, reestruturação, lotação, definição de competência, revisão de funcionamento e outros necessários à efetiva implantação da reforma".

"Art. 155. As iniciativas e providências que contribuem para o estímulo e intensificação das atividades de ciência e tecnologia, serão objeto de coordenação com o propósito de acelerar o desenvolvimento nacional através da crescente participação do País no progresso científico e tecnológico".

"Art. 157. As medidas relacionadas com a formulação e execução da política nacional do abastecimento serão objeto de coordenação na forma estabelecida em decreto".

"Art. 172. O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente aos serviços, institutos e estabelecimentos incumbidos da execução de atividades de pesquisa ou ensino ou de caráter industrial, comercial ou agrícola, que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, observada sempre a supervisão ministerial.

§ 1º Os órgãos a que se refere este artigo terão a denominação genérica de Órgãos Autônomos.

§ 2º Nos casos de concessão de autonomia financeira, fica o Poder Executivo autorizado a instituir fundos especiais de natureza contábil, a cujo crédito se levará todos os recursos vinculados às atividades do órgão autônomo, orçamentários e extra-orçamentários, inclusive a receita própria".

"Art. 195. A alienação de bens imóveis da União dependerá de autorização em decreto e será sempre precedida de parecer do

órgão próprio responsável pelo patrimônio da União, quanto à sua oportunidade e conveniência."

✓ Art. 2º Não serão instituídas pelo Poder Público novas fundações que não satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos e condições:

a) dotação específica de patrimônio, gerido pelos órgãos de direção da fundação segundo os objetivos estabelecidos na respectiva lei de criação;

b) participação de recursos privados no patrimônio e nos dispêndios correntes da fundação, equivalentes a, no mínimo, um terço do total;

c) objetivos não lucrativos e que, por sua natureza, não possam ser satisfatoriamente executados por órgão da Administração Federal, direta ou indireta;

d) demais requisitos estabelecidos na legislação pertinente a fundações (artigos 24 e seguintes do Código Civil).

✓ Art. 3º Não constituem entidades da Administração Indireta as fundações instituídas em virtude de lei federal, aplicando-se-lhes, entretanto, quando recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União, a supervisão ministerial de que tratam os artigos 19 e 26 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º A aprovação de quadros e tabelas de pessoal das autarquias federais e a fixação dos respectivos vencimentos e salários são da competência do Presidente da República, ficando revogadas quaisquer disposições que atribuam a órgãos das próprias autarquias competência para a prática destes atos.

Art. 5º Desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida, no capital da Empresa Pública (artigo 5º inciso II, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967), a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno bem como de entidades da Administração Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 6º O Presidente da República poderá atribuir, em caráter transitório ou permanente, ao Ministro en-

carregado da Reforma Administrativa, a supervisão do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Art. 7º Ficam substituídas:

I — no artigo 97 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, as expressões “nas condições previstas neste artigo” por “nos termos da legislação trabalhista”;

II — no artigo 161 do Decreto-lei referido no item anterior a palavra “lei” por “decreto”.

Art. 8º Ficam suprimidas, nos artigos 35 e 39 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, as referências a setores e revogados o § 2º do artigo 4º, o parágrafo único do artigo 31, o parágrafo único do artigo 37, o parágrafo único do artigo 50, a alínea “c” do artigo 146, os §§ 1º e 2º do artigo 155, e os artigos 168, 169, 192, 193, 194, 196 e 197 do mesmo decreto-lei.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antonio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 644 — DE 23 DE
JUNHO DE 1969

Altera as legislações do imposto único sobre energia elétrica e do empréstimo compulsório em favor da ELETROBRAS.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 24 de junho de 1969)

Retificação

Na 1ª pág., 2ª coluna, no artigo 5º, onde se lê:

Art. 5º...

"7º As obrigações a que se refere o presente artigo... relativas a até mais duas ligações,..."

Leia-se:

Art. 5º...

"7º As obrigações a que se refere o presente artigo... relativas a até mais de duas ligações,..."

Na página 5.313, no parágrafo único do artigo 8º, onde se lê:

Art. 8º ...

Parágrafo único. O critério referido no ...

Leia-se:

Art. 8º ...

Parágrafo único. O crédito referido no ...

DECRETO-LEI Nº 654 — DE 27 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília o crédito especial de NCR\$ 425.000,00 para o fim que especifica.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30 de junho de 1969)

Retificação

Na 1ª página, 2ª coluna, na data de encerramento,

Onde se lê:

Brasília, 30 de junho de 1969; ...

Leia-se:

Brasília, 27 de junho de 1969; ...

DECRETO-LEI Nº 656 — DE 27 DE
JUNHO DE 1969

Dispõe sobre incorporação de bens da União, do Estado do Piauí e de instituições particulares.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30 de junho de 1969)

Retificação

Na 1ª pág., 2ª coluna, nas assinaturas,

Onde se lê:

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Leia-se:

A. COSTA E SILVA

Antônio Deljim Netto

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 658 — DE 30 DE
JUNHO DE 1969

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a celebrar operação de financiamento externo no valor de US\$1.142.385 20 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 45, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a contratar operação de financiamento externo com a firma "Caterpillar Americas Co.", no valor de US\$ 1.142.385 20 (hum milhão, cento e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco dólares e vinte centavos, para aquisição de 66 (sessenta e seis) tra-

tores de esteira com lâminas *anglo-dozer*, destinados à execução do "Plano de Combate às Secas Cíclicas", e às Prefeituras do mesmo Estado.

Parágrafo único. A operação será resgatável 10% (dez por cento) por ocasião dos embarques e 90% (noventa por cento) em 9 (nove) prestações semestrais, à taxa de juros de 8% (oito por cento) e Comissão de 0,5% (meio por cento) ao ano.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 659 — DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção das Nações Unidas sobre Consentimento para casamento, Idade Mínima para casamento e Registro de casamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1962.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Adesão à Convenção acima referida, o texto da mesma será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 660 — DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção sobre o Ensino de História, assinada a 26 de dezembro de 1933, na Sétima Conferência Interamericana.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção sobre Ensino de História, assinada na Sétima Conferência Interamericana, a 26 de dezembro de 1933.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 661 — DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Confederação Suíça, assinada em 26 de abril de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Confederação Suíça, assinado no Rio de Janeiro, a 26 de abril de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 662 -- DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção nº 127, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção nº 127, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador, adotada pela 51ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, realizada em 1967.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação da Convenção acima referida, o texto da mesma será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 663 -- DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção nº 125, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Certificados de capacidade dos pescadores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção nº 125, da Organização Internacional do Trabalho, sobre certificados de capacidade dos pescadores, adotada pela 50ª sessão da Conferência Ge-

ral da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1966.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação da Convenção acima referida, o texto da mesma será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 664 -- DE 30 DE JUNHO DE 1969

Aprova a Convenção nº 124, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao exame médico para determinação da aptidão dos adolescentes a emprego em trabalhos subterrâneos nas minas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção nº 124, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao exame médico para determinação da aptidão dos adolescentes a emprego em trabalhos subterrâneos nas minas, adotada pela 49ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, realizada em 1965.

Art. 2º Após o depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação da Convenção acima referida, o texto da mesma será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME V — 1969

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

- ABASTECIMENTO D'ÁGUA** — Criciúma. (Decreto-lei nº 800, de 28 de agosto de 1969).
- ABONO DE FALTAS** — Serviço Militar. (Decreto-lei nº 715, de 30 de julho de 1969).
- AÇÃO DE DESPEJO** — Inquilinato — Simplificação. (Decreto-lei número 890, de 26-9-69).
- ACADEMIA BRASILEIRA DE MEDICINA MILITAR** — Faculdade de Medicina. (Decreto-lei nº 775, de 20-8-69).
- ACIDENTES DE TRABALHO** — Previdência Social — Alteração. (Decreto-lei nº 893, de 26-9-69).
- ACÓRDO** — Cooperação Técnica — Brasil-Suíça. (Decreto-lei nº 661, de 30-6-69).
- Brasil-Alemanha — Ciências e Tecnologia. (Decreto-lei nº 681, de 15-7-69).
- Brasil-Polônia — Comércio e pagamentos. (Decreto-lei nº 693, de 22-7-69).
- Brasil-URSS — Comércio e pagamentos. (Decreto-lei nº 743, de 6 de agosto de 1969).
- ACÓRDO CULTURAL** — Brasil-Guiana — Aprovação. (Decreto-lei nº 694, de 22-7-69).
- AERONÁUTICA** — EMBRAER — Criação. (Decreto-lei nº 770, de 19 de agosto de 1969).
- Plano Nacional de Viação — Destinação de quota. (Decreto-lei número 859, de 11-9-69).
- AEROPORTOS** — Tarifas. (Decreto-lei nº 683, de 15-7-69).
- AGÊNCIA NACIONAL** — Crédito especial. (Decreto-lei nº 829, de 5 de setembro de 1969).
- ALFABETIZAÇÃO** — Alteração da Lei nº 5.379, de 15-12-67 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 665, de 2-7-69).
- AMAPÁ** — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 875, de 16-9-69).
- AMAZÔNIA** — Valorização econômica. (Decreto-lei nº 756, de 11-8-69).
- ANISTIA** — Alteração do Decreto-legislativo nº 18, de 15-12-61 — Artigo 2º. (Decreto-lei nº 864, de 12 de setembro de 1969).
- APOSENTADORIA** — Complemento. (Decreto-lei nº 891, de 26-9-69).
- ASSISTÊNCIA FINANCEIRA** — Caixa Econômica — Execução — Alteração do Decreto-lei nº 21, de 17 de setembro de 1966. (Decreto-lei nº 732, de 5-8-69).
- ATUÁRIO** — Regulamentação de profissão. (Decreto-lei nº 806, de 4 de setembro de 1969).
- AUXÍLIO FUNERAL** — Exército — Crédito especial. (Decreto-lei número 805, de 2-9-69).
- AUDITORIA EXTERNA** — Contribuição da União. (Decreto-lei número 772, de 19-8-69).

AUTARQUIAS — Venda de Imóveis — Tributos. (Ato Complementar nº 57, de 10-7-69).

B

BANCÁRIOS — Cargos de Direção — Duração de serviço — Alteração do art. 224. (Decreto-lei número 754, de 11-8-69).

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO — Ações ordinárias e preferenciais — Alteração do Decreto-lei nº 60, de 21-11-69 — Artigos 7, 10, 13, 14, 16, 17, 18. (Decreto-lei nº 668, de 3-7-69).

BANIMENTO — Suspensão de processo e execução da pena. (Ato Institucional nº 13, de 5-9-69).

— Instituição. (Ato Institucional número 14, de 5-9-69).

— Relação de punidos. (Ato Complementar nº 64, de 5-9-69).

BENS — Enriquecimento ilícito — Transcrição. (Decreto-lei nº 760, de 13-8-69).

BÓLSA DE ESTUDO — Acadêmico de Medicina. (Decreto-lei nº 863, de 12-9-69).

BOMBEIROS MILITARES — Reorganização. (Decreto-lei nº 667, de 2-7-69).

BRASÍLIA — Venda de Imóveis — Prefeitura. (Decreto-lei nº 768, de 18-8-69).

C

CABOTAGEM — Alteração do Decreto-lei nº 432, de 23-1-69 — Artigo 6º. (Decreto-lei nº 790, de 27 de agosto de 1969).

CAIXAS ECONÔMICAS — Conselho Superior — Mandatos. (Decreto-lei nº 708, de 28-7-69).

— Assistência financeira — Alteração do Decreto-lei nº 21, de 17-9-66. (Decreto-lei nº 732, de 5-8-69).

— Empresa Pública. (Decreto-lei número 759, de 12-8-69).

— Pessoal pela CLT — Serviços de assistência — Alteração da Lei número 3.149, de 2-12-64 — Arts. 2º e 7º. (Decreto-lei nº 809, de 4 de setembro de 1969).

CAMARA DE VEREADORES — Recesso — Itu. (Ato Complementar nº 58, de 24-7-69).

CAMBIO — Registro de título — Regulamentação. (Decreto-lei nº 697, de 23-7-69).

CANDIDATOS — Registros — Diretórios Regionais. (Ato Complementar nº 62, de 22-8-69).

CARGO — Transferência — Ministério da Marinha. (Decreto-lei número 678, de 10-7-69).

CARTEIRA DE IDENTIDADE — Estrangeiros — A lteração do Decreto-lei nº 499, de 17-3-69 — Arts. 1º e 4º. (Decreto-lei nº 670, de 3-7-69).

CASA DA MOEDA — Reorganização — Alteração da Lei nº 4.510, de 1 de dezembro de 1964 — Arts. 6º e 8º. (Decreto-lei nº 801, de 28 de agosto de 1969).

CASAMENTO — Convenção das Nações Unidas. (Decreto-lei nº 659, de 30-6-69).

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO — Previdência Social — Dispensa. (Decreto-lei nº 821, de 5-9-69).

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES — Indenizações, proventos e outros direitos. (Decreto-lei nº 728, de 6-8-69).

— Viagem ao Exterior — Alteração do Art. 106. (Decreto-lei nº 873, de 16-9-69).

COMISSÃO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS INTERNACIONAIS — Instituição. (Decreto-lei nº 853, de 11-9-69).

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS — Política de preços — Mercado interno. (Decreto-lei nº 808, de 4-9-69).

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS — Instituição. (Decreto-lei nº 764, de 15 de setembro de 1969).

— Crédito especial. (Decreto-lei número 813, de 4-9-69).

CONCESSIONARIOS — Encampação — Situação dos empregados. (Decreto-lei nº 855, de 11-9-69).

CONCORDATA — Empresas de navegação aérea — Exclusão. (Decreto-lei nº 669, de 3-7-69).

CONFISCO DE BENS — Enriquecimento ilícito — Alteração do Decreto-lei nº 359, de 17-12-68 — Artigos 5º e 8º. (Decreto-lei nº 760, de 13-8-69).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL — Criação. (Decreto-lei nº 690, de 18-7-69).

— Plenário — Alteração do Decreto-lei nº 690, de 18-7-69 — Art. 4º. (Decreto-lei nº 868, de 12-9-69).

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA — Alteração da Lei nº 3.244, de 14-8-57 — Art. 22. (Decreto-lei nº 730, de 5-8-69).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO — Inclusão de membro. (Decreto-lei nº 874, de 16-9-69).

CONSELHO MINISTERIAL DE PREÇOS — Política no mercado interno. (Decreto-lei nº 808, de 4-9-69).

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA — Extinção — Alteração do Decreto-lei número 689, de 18-7-69 — Art. 7º. (Decreto-lei nº 726, de 31-7-69).

— Extinção. (Decreto-lei nº 689, de 18-7-69).

CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL — Alteração do Decreto-lei nº 5.697, de 22-7-43. (Decreto-lei nº 878, de 17-9-69).

CONSELHO DE CONTABILIDADE — Eleições. (Decreto-lei nº 877, de 16 de setembro de 1969).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Mulher — Trabalho noturno — Alteração — Artigo 379. (Decreto-lei nº 744, de 6 de agosto de 1969).

— Bancários — Cargos de direção — Alteração do art. 224. (Decreto-lei nº 754, de 11-8-69).

— Serviço Militar Voluntário — Alteração do art. 473. (Decreto-lei nº 757, de 12-8-69).

— Recibo de quitação — Assistência ao empregado — Alteração do artigo 477. (Decreto-lei nº 766, de 15 de agosto de 1969).

— Representação Sindical — Alteração dos arts. 515 e 538. (Decreto-lei nº 771, de 19-8-69).

— Rescisão de contrato — Resistência — Alteração da CLT — Artigo 477. (Decreto-lei nº 766, de 15 de setembro de 1969).

CONTABILIDADE — Eleições — Conselhos. (Decreto-lei nº 876, de 16-9-69).

CONTRATO DE TRABALHO — Safrista. (Decreto-lei nº 761, de 14 de setembro de 1969).

— Rescisão — Alteração da CLT — Art. 477. (Decreto-lei nº 766, de 15-9-69).

CONTRATOS — Moeda de pagamento. (Decreto-lei nº 857, de 11 de setembro de 1969).

CONVENÇÃO — Ensino de História — Sétima Conferência Interamericana. Decreto-lei nº 660, de 30 de junho de 1969).

— Nações Unidas — Consentimento para casamento. (Decreto-lei número 659, de 30-6-69).

— OIT — Trabalhador — Pêso de carga. (Decreto-lei nº 662, de 30 de junho de 1969).

— OIT — Pescador — Certificado de capacidade. (Decreto-lei nº 663, de 30-6-69).

— OIT — Trabalhos subterrâneos — Adolescentes. (Decreto-lei nº 664, de 30-6-69).

— Exposições Internacionais de 1928. (Decreto-lei nº 816, de 4-9-69).

COOPERAÇÃO TÉCNICA — Acórdão Brasil-Suíça. (Decreto-lei nº 661, de 30-6-69).

COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA — Alienação de imóveis. (Decreto-lei nº 703, de 24-7-69).

CORPO DE BOMBEIROS — Vencimentos — Alteração do Decreto-lei nº 315, de 13-3-68 — Art. 8º (Decreto-lei nº 792, de 27-8-69).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Falências. (Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969).

CRÉDITO RURAL — Cooperativo — Alteração da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1969 — Arts 11 e 29. (Decreto-lei nº 784, de 25-8-69).

D

DESAPROPRIAÇÕES — Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios — Autorização federal — Alteração do Decreto-lei nº 3.365, de 21-6-41 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 856, de 11-9-69).

DEFENSORA DE INVESTIMENTOS EM PROMISSÓRIAS — Dissolução. (Decreto-lei nº 698, de 23-7-69).

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL — Atestado veterinário particular. (Decreto-lei nº 818, de 5-9-69).

DELEGACIA DO TESOIRO — Crédito especial. (Decreto-lei nº 793, de 27-8-69).

DELEGACIA DO TESOIRO NO EXTERIOR — Crédito especial. (Decreto-lei nº 812, de 4-9-69).

DEMISSÃO — Assistência ao empregado — Alteração do art. 477. (Decreto-lei nº 766, de 15-8-69).

DENTISTAS — Marinha — Acréscimo dos efetivos. (Decreto-lei número 741, de 6-8-69).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL — Alteração do Decreto-lei nº 5.697, de 22-7-43. (Decreto-lei nº 879, de 17 de setembro de 1969).

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS — Cessão de material. (Decreto-lei nº 884, de 22-9-69).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — Engenheiro — Classificação. (Decreto-lei nº 831, de 8-9-69).

— Doação de terreno. (Decreto-lei nº 896, de 26-9-69).

DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — Dotações. (Decreto-lei número 871, de 12-9-69).

DESPESAS — Exercício financeiro — Administração Direta. (Decreto-lei nº 836, de 8-9-69).

DIRETORIA DA DESPESA PÚBLICA — Crédito especial. (Decreto-lei nº 848, de 9-9-69).

DIRETORIAS REGIONAIS — Eleição. (Ato Complementar nº 65, de 9-9-69).

DIRETÓRIO NACIONAL — Eleições. (Ato Complementar nº 66, de 19 de setembro de 1969).

DIRETÓRIOS REGIONAIS — Registros de Candidatos. (Ato Complementar nº 62, de 22-8-69).

DISTRITO FEDERAL — Orçamento. (Decreto-lei nº 752, de 8-8-69).

DÍVIDA PÚBLICA — Juros — Crédito Suplementar. (Decreto-lei número 897, de 29-9-69).

E

ECONOMIA PÚBLICA — Normas para resguardo. (Decreto-lei número 685, de 17-7-69).

EDUCAÇÃO — Instituto Nacional do Desenvolvimento — Aplicação de recursos. (Decreto-lei nº 725, de 31 de julho de 1969).

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA — Disciplina obrigatória. (Decreto-lei nº 869, de 12-9-69).

ELEIÇÕES — Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores — Uniformidade. (Ato Institucional nº 11, de 14-8-69).

— Prefeito, Vice-prefeito e vereadores — Data. (Ato Institucional número 15, de 9-9-69).

— Uniformidade de mandatos. (Ato Complementar nº 61, de 14-8-69).

— Registro de Candidatos — Diretórios Regionais — Prazo. (Ato Complementar nº 62, de 22-8-69).

— Diretorias Regionais. (Ato Complementar nº 65, de 9-9-69).

— Diretório Nacional. (Ato Complementar nº 66, de 19-9-69).

— Propaganda eleitoral. (Decreto-lei nº 851, de 10-9-69).

EMPRESA BRASILEIRA DE FILMES — Alteração do Decreto-lei nº 43, de 18-11-66 — Arts. 28 e 30

— Criação. (Decreto-lei nº 862, de 12-9-69).

EMPRESAS AÉREAS — Concordata. (Decreto-lei nº 669, de 3-7-69).

EMPRÉSTIMO EXTERNO — Carterpillar Américas — R. G. do Sul. (Decreto-lei nº 658, de 30-6-69).

— Governo do Estado de São Paulo. (Decreto-lei nº 696, de 23-7-69).

— Desenvolvimento da Região Noroeste — Minas Gerais. (Decreto-lei nº 724, de 31-7-69).

— Materiais Hospitalares — S. Paulo. (Decreto-lei nº 732, de 5-8-69).

— Materiais hospitalares — S. Paulo. (Decreto-lei nº 733, de 5-8-69).

— Energia Elétrica — R. Grande do Sul. (Decreto-lei nº 734, de 5 de agosto de 1969).

— Telepar — Paraná. (Decreto-lei nº 758, de 12-8-69).

- Estado do Paraná. (Decreto-lei nº 844, de 9-9-69).
 - Reequipamento do ensino. (Decreto-lei nº 861, de 11-9-69).
 - Governo da Bahia. (Decreto-lei nº 870, de 12-9-69).
 - COTELB. (Decreto-lei nº 888, de 24-9-69).
 - ENCAMPAÇÃO — Empresas concessionárias — Situação dos empregados. (Decreto-lei nº 885, de 11 de setembro de 1969).
 - ENERGIA ELÉTRICA — Estação receptiva — Guanabara. (Decreto-lei nº 804, de 29-8-69).
 - ENGENHARIA — Arrecadação de taxas. (Decreto-lei nº 711, de 29 de julho de 1969).
 - ENQUADRAMENTO — Revisões. (Decreto-lei nº 673, de 7-7-69).
 - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO — Especificação dos bens confiscados — Alteração do Decreto-lei nº 359, de 17-12-68 — Arts. 5º e 8º. (Decreto-lei nº 760, de 13-8-69).
 - ENSINO — Alfabetização — Alteração da Lei nº 5.379, de 15-12-67 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 665, de 2 de julho de 1969).
 - Educação Física — Obrigatoriedade — Alteração da Lei nº 4.024, de 20-12-61 — Art. 22. (Decreto-lei nº 705, de 25-7-69).
 - Art. 99 — Alteração da Lei número 4.024, de 20-12-68. (Decreto-lei nº 709, de 28-7-69).
 - Transferência de matrícula — Alteração do Decreto-lei nº 653, de 25-7-68 — Art. 2º. (Decreto-lei número 748, de 8-8-69).
 - Disciplina e práticas educativas vocacionais — Organização em nível superior. (Decreto-lei nº 749, de 8-8-69).
 - Criação de FEFIEG. (Decreto-lei nº 773, de 20-8-69).
 - Conselho de Representantes — Escolas Industriais — Alteração da Lei nº 3.552, de 6-2-59 — Artigos 19 e 30. (Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969).
 - Recursos — Extensão — Complementação do Decreto-lei nº 725, de 31-7-69. (Decreto-lei nº 803, de 28 de agosto de 1969).
 - Territórios e Fronteiras — Programas educacionais. (Decreto-lei nº 825, de 5-9-69).
 - Empréstimo externo — Reequipamento. (Decreto-lei nº 861, de 11 de setembro de 1969).
 - ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO — Fundo de desenvolvimento. (Decreto-lei nº 828, de 5-9-69).
 - ENTORPECENTES — Fiscalização. (Decreto-lei nº 753, de 11-8-69).
 - ESTADO-MAIOR — Forças Armadas — Transformação de cargos. (Decreto-lei nº 680, de 15-7-69).
 - Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 881, de 18-9-69).
 - ESTADOS — Aplicação dos Fundos. (Decreto-lei nº 835, de 3-9-69).
 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS — Dependência de fiança — Alteração do Art. 28. (Decreto-lei nº 720, de 31-7-69).
 - ESTRANGEIROS — Carteira de identidade — Alteração do Decreto-lei nº 499, de 17-3-69 — Arts. 1º e 4º. (Decreto-lei nº 670, de 3-7-69).
 - EXERCÍCIO FINANCEIRO — Administração Direta — Aprovação do resultado. (Decreto-lei nº 836, de 8-9-69).
 - EXÉRCITO — Pesquisas e Provas — Secretaria-Geral. (Decreto-lei número 742, de 6-8-69).
 - Movimento de Quadros. (Decreto-lei nº 769, de 18-9-69).
 - EXPORTAÇÃO — Imposto de Renda — Juros e Comissões. (Decreto-lei nº 815, de 4-9-69).
 - Crédito — Alteração do Decreto-lei nº 73, de 21-11-66 — Art. 20. (Decreto-lei nº 826, de 5-9-69).
 - EXTERIOR — Remessa de recursos. (Decreto-lei nº 849, de 9-9-69).
 - Militares — Alteração do Código de Vencimentos. (Decreto-lei número 873, de 16-9-69).
- F**
- FACULDADE CATÓLICA DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE — Funcionamento. (Decreto-lei nº 781, de 22-8-69).
 - FALÊNCIAS — Correção monetária. (Decreto-lei nº 858, de 11-9-69).

FARMACÊUTICOS — Marinha — Acréscimo de efetivos. (Decreto-lei nº 741, de 6-8-69).

FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS FEDERAIS ISOLADAS DA GUANABARA — Estado da Guanabara — Criação. (Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969).

— Alteração do Decreto-lei nº 773, de 20-8-69 — Arts. 1º e 3º. (Decreto-lei nº 841, de 9-9-69).

FERROVIAS — Política nacional. (Decreto-lei nº 832, de 8-9-69).

FIANÇA — Funcionário — Alteração da Lei nº 1.711, de 1952 — Art. 28. (Decreto-lei nº 720, de 31-7-69).

FILMES — Criação da Empresa Brasileira — Alteração do Decreto-lei nº 43, de 18-11-66 — Arts. 28 e 30. (Decreto-lei nº 862, de 12-9-69).

FORÇAS ARMADAS — Transformação de cargo — Estado-Maior. (Decreto-lei nº 680, de 15-7-69).

FRONTEIRAS — Programas educacionais. (Decreto-lei nº 825, de 5 de setembro de 1969).

FUNCIONÁRIO — Revisões de enquadramento. (Decreto-lei nº 673, de 7-7-69).

— Fiança — Alteração da Lei número 1.711, de 1952 — Art. 28. (Decreto-lei nº 720, de 31-7-69).

— Seleção — Recrutamento. (Decreto-lei nº 797, de 27-8-69).

FUNDAÇÃO MUSEU DO CAFÉ — Instituição. (Decreto-lei nº 777, de 20-8-69).

FUNDO — Recuperação Econômica do Espírito Santo. (Decreto-lei número 880, de 18-9-69).

— Desenvolvimento de áreas estratégicas — Apoio financeiro. (Decreto-lei nº 718, de 31-7-69).

— Criação. (Decreto-lei nº 719, de 31-7-69).

FUNDO DO EXÉRCITO — Alienação de Imóveis. (Decreto-lei nº 699, de 23-7-69).

FUNDO ESPECIAL DO PODER EXECUTIVO — Crédito especial. (Decreto-lei nº 787, de 25-9-69).

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE — Criação. (Decreto-lei nº 701, de 24 de julho de 1969).

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO — Complementação da Lei nº 5.537, de 21-9-69 — Arts. 1º, 3º, 4º e 9º. (Decreto-lei nº 872, de 15-9-69).

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO — Criação. (Decreto-lei nº 719, de 31-7-69).

FUNDOS — Estados e Municípios — Aplicação. (Decreto-lei nº 835, de 8-9-69).

G

GARANTIA DE INSTÂNCIA — Recursos Fiscais — Dispensa. (Decreto-lei nº 822, de 5-9-69).

I

IMÓVEIS — Autarquias — Venda — Tributos. (Ato Complementar número 57, de 10-7-69).

— Alienação — CODEBRAS. (Decreto-lei nº 703, de 24-7-69).

— Venda — INPS. (Decreto-lei número 718, de 29-7-69).

— Venda — Prefeitura de Brasília. (Decreto-lei nº 768, de 18-8-69).

— Transcrição — Sociedades por ações — Administração indireta. (Decreto-lei nº 807, de 4-9-69).

IMÓVEIS NÃO LOTEADOS — Compra e venda — Contribuição em mora — Interpelação. (Decreto-lei nº 745, de 7-8-69).

IMPORTAÇÃO — Conselho de Política Aduaneira — Alteração da Lei nº 3.244, de 14-8-57 — Art. 22. (Decreto-lei nº 730, de 5-8-69).

— Papel — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 18-11-68 — Arts. 16, 106 e 107. (Decreto-lei nº 751, de 8 de agosto de 1969).

— Diploma dos Servidores Públicos no Exterior — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 18-11-66 — Art. 13. (Decreto-lei nº 850, de 10-9-69).

IMPÓSTO DE RENDA — Juros remetidos para o exterior. (Decreto-lei nº 716, de 30-7-69).

IMPÓSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — Municípios — Entrega de parcelas. (Decreto-lei nº 834, de 8-9-69).

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS — Conflito de competência. (Decreto-lei nº 834, de 8-9-69).

IMPOSTOS — Indústria petroquímica. Isenção. (Decreto-lei número 838, de 8-9-69).

INCENTIVOS FISCAIS — Desenvolvimento de indústria. (Decreto-lei nº 767, de 18-8-69).

INDÚSTRIA — Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 767, de 18-8-69).

INQUILINATO — Ação de despejo. Simplificação. (Decreto-lei número 890, de 26-9-69).

INTERVENTORES — Municípios. Expediente. (Ato Complementar nº 59, de 24-7-69).

— Municípios. Remuneração. (Ato Complementar nº 60, de 24-7-69).

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO SOCIAL. Crédito especial. (Decreto-lei nº 780, de 22 de agosto de 1969).

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISAS. Aplicação de recursos. (Decreto-lei nº 725, de 31-7-69).

J

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. Transferência. Aracaju. (Decreto-lei nº 746, de 7 de agosto de 1969).

JUROS — Remessa para o exterior. (Decreto-lei nº 716, de 30-7-69).

— Imposto de Renda — Exportação. (Decreto-lei nº 815, de 4-9-69).

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — Crédito especial. (Decreto-lei nº 763, de 15-8-69).

JUSTIÇA DO TRABALHO — Crédito especial. (Decreto-lei nº 739, de 5 de agosto de 1969).

— Transferência da Junta de Conciliação — Aracaju. (Decreto-lei nº 746, de 7-8-69).

— Normas processuais. União, Estados e Municípios. (Decreto-lei nº 779, de 21-8-69).

JUSTIÇA ELEITORAL — Pernambuco. Cargos da Secretaria. (Decreto-lei nº 783, de 22-8-69).

JUSTIÇA MILITAR — Sub-Procurador-Geral. Vencimentos. (Decreto-lei nº 782, de 22-8-69).

L

LEI DO MOVIMENTO DE QUADROS — Exército. Revogação. (Decreto-lei nº 769, de 18-8-69).

LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL — Resguardo da economia pública e poupança privada. (Decreto-lei nº 685, de 17-7-69).

LIVROS — Remessa ao INL. (Decreto-lei nº 824, de 5-9-69).

LOTEAMENTO — Contrato sem cláusula de arrependimento. Alteração do Decreto-lei nº 58, de 10-12-37 — Art. 32. (Decreto-lei nº 745, de 7-8-69).

LOTERIA FEDERAL — Previdência Social. Quotas. (Decreto-lei número 717, de 30-7-69).

M

MANDATOS — Eleições municipais. (Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969).

— Eleições municipais. (Ato complementar nº 61, de 14-8-69).

MERCADO INTERNO — Política de preços. CIP. (Decreto-lei número 808, de 4-9-69).

MILITAR — Reforma de ex-soldado. (Decreto-lei nº 735, de 5-8-69).

— Reforma de ex-cabo. (Decreto-lei nº 736, de 5-8-69).

— Reforma de ex-soldado. (Decreto-lei nº 737, de 5-8-69).

— Reforma de ex-soldado. (Decreto-lei nº 738, de 5-8-69).

MILITARES — Código de vencimentos. (Decreto-lei nº 728, de 6 de agosto de 1969).

MINERAÇÃO — Autorização de pesquisas. Ampliação. Alteração do Decreto-lei nº 277, de 28-2-67. Art. 26. (Decreto-lei nº 723, de 31-7-69).

— Companhia de Pesquisa. Constituição. (Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969).

— Fundo Nacional. Aplicação. (Decreto-lei nº 765, de 15-8-69).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 776, de 20-8-69).

— Crédito Especial. (Decreto-lei nº 845, de 9-9-69).

— Crédito Especial. (Decreto-lei nº 846, de 9-9-69).

— Crédito Especial. (Decreto-lei nº 847, de 9-9-69).

— Cargo em comissão. (Decreto-lei nº 885, de 23-9-69).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Distribuição de dotações. Revogação. (Decreto-lei nº 712, de 29-7-69).

— Secretaria Geral. Crédito especial. (Decreto-lei nº 811, de 4-9-69).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Criação de cargo em comissão. (Decreto-lei nº 721, de 31-7-69).

— Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 876, de 16-9-69).

— Crédito Suplementar. (Decreto-lei nº 787, de 25-8-69).

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Gabinete. Crédito especial. (Decreto-lei nº 883, de 22 de setembro de 1969).

— Extinção de cargos. (Decreto-lei nº 895, de 26-9-69).

MINISTÉRIO DA MARINHA — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 686, de 18-7-69).

— Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 729, de 4-8-69).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 887, de 23-9-69).

— Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 886, de 23-9-69).

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Gabinete. Crédito especial. (Decreto-lei nº 740, de 5-8-69).

— Gabinete. Crédito especial. (Decreto-lei nº 819, de 5-9-69).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Crédito especial. (Decreto-lei nº 837, de 8-9-69).

MOEDA ESTRANGEIRA — Remessa para o exterior. (Decreto-lei número 849, de 9-9-69).

MULTAS FISCAIS — Participação. (Decreto-lei nº 702, de 24-7-69).

MULHER — Trabalho noturno. Alteração da CLT. Art. 379. (Decreto-lei nº 744, de 6-8-69).

MUNICÍPIOS — Eleições. Uniformidade. (Ato Institucional nº 11, de 14-8-69).

— Eleição de Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Data. (Ato Institucional nº 15, de 9-9-69).

— Recesso — Câmara de vereadores. Idé. (Ato complementar nº 58, de 24 de julho de 1969).

— Interventores — Expediente. (Ato Complementar nº 59, de 24-7-69).

— Interventores — Remuneração. (Ato Complementar nº 60, de 24 de julho de 1969).

— Eleições — Normas e calendários. (Ato Complementar nº 61, de 14 de agosto de 1969).

— Recesso — Pariqueraçu. (Ato Complementar nº 67, de 22-9-69).

— Recesso da Câmara de Vereadores — Sobral. (Ato Complementar número 68, de 29-9-69).

— Imposto sobre a circulação de Mercadorias — Entrega de parcelas. (Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969).

— Aplicação de Fundos. (Decreto-lei nº 835, de 8-9-69).

— Segurança Nacional — Santos. (Decreto-lei nº 865, de 12-9-69).

— Segurança Nacional — Santarém. (Decreto-lei nº 866, de 12-9-69).

— Segurança Nacional — Ladário. (Decreto-lei nº 894, de 26-9-69).

N

NAVIO BRASILEIRO — Transporte — Obrigatoriedade. (Decreto-lei nº 687, de 18-7-69).

O

ORIGINAÇÕES — Moeda de pagamento. (Decreto-lei nº 857, de 11 de setembro de 1969).

ORIGINAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOUREIRO — Emissão — DNER. (Decreto-lei nº 892, de 26-9-69).

ÓLEOS BRANCOS — Imposto Único — Isenção. (Decreto-lei nº 714, de 29-7-69).

ORÇAMENTO DA UNIÃO — Retificação. (Decreto-lei nº 692, de 22 de julho de 1969).

— Exercício financeiro de 1970. (Decreto-lei nº 727, de 1-8-69).

— Alteração da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968. (Decreto-lei nº 786, de 25-8-69).

— Inclusão de dotações. (Decreto-lei nº 882, de 19-9-69).

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. (Decreto-lei nº 752, de 8 de agosto de 1969).

ORDEM POLÍTICA — Crime — Processo. (Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969).

P

PAPEL — Importação — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 18-11-68 — Arts. 16, 106 e 107. (Decreto-lei nº 751, de 8-8-69).

PEDÁGIO — Rodovia. (Decreto-lei nº 791, de 27-8-69).

PENA DE MORTE — Instituição. (Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969).

PENSÕES — Complemento. (Decreto-lei nº 891, de 26-9-69).

PESCADOR — Certificado de capacidade — Convenção da OIT (Decreto-lei nº 663, de 30-6-69).

PESQUISA — Ampliação de autorização — Alteração do Decreto-lei nº 227, de 28-2-67 — Art. 26. (Decreto-lei nº 723, de 31-7-69).

— Diretoria-Geral. (Decreto-lei número 742, de 6-8-69).

PETROBRAS — Conselheiros — Alteração do Decreto-lei nº 688, de 18-7-69 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 755, de 11-8-69).

PETRÓLEO — Política Nacional — Alteração do § 2º do art. 9º e os arts. 18 e 19 da Lei nº 2.004, de 3-10-53. (Decreto-lei nº 668, de 18 de julho de 1969).

PETROQUÍMICA — Isenção de impostos. (Decreto-lei nº 833, de 8 de setembro de 1969).

POLÍCIAS MILITARES — Vencimentos — Alteração do Decreto-lei nº 315, de 13-3-67 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 792, de 27-8-69).

— Reorganização. (Decreto-lei número 667, de 2-7-69).

POLÍTICA NACIONAL DE VIAÇÃO FERROVIÁRIA — Regulamentação. (Decreto-lei nº 832, de 8 de setembro de 1969).

PORTOS — Empresas de exploração. (Decreto-lei nº 794, de 27-8-69).

POSSE — Interino — Ministério da Aeronáutica. (Decreto-lei nº 671, de 3-7-69).

POUPANÇA — Normas para resguardo. (Decreto-lei nº 685, de 17 de julho de 1969).

PREÇOS — Mercado interno. (Decreto-lei nº 808, de 4-9-69).

— Política Nacional — CIP. (Decreto-lei nº 808, de 4-9-69).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Venda de imóveis. (Decreto-lei nº 768, de 16-8-69).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Impedimento temporário. (Ato Institucional nº 12, de 31-8-69).

PRESIDIO — Exército — Crédito especial. (Decreto-lei nº 867, de 12 de setembro de 1969).

PREVIDENCIA SOCIAL — Novos cálculos — Alteração das Leis números 3.807, de 26-8-63, art. 5º e 3.501, de 21-12-69. (Decreto-lei nº 710, de 28-7-69).

— Loteria Federal — Quotas. (Decreto-lei nº 717, de 30-7-69).

— Benefícios — Reajustamentos — Complementação do Decreto-lei número 710, de 28-7-69. (Decreto-lei nº 795, de 27-8-69).

— Serviço Militar voluntário. (Decreto-lei nº 793, de 27-8-69).

— Certificado de quitação — Dispensa. (Decreto-lei nº 821, de 5 de setembro de 1969).

— Conselho de Recursos — Alteração do Decreto-lei nº 72, de 21-11-66 — Arts. 13 e 20. (Decreto-lei número 854, de 11-9-69).

— Acidentes de Trabalho — Alteração. (Decreto-lei nº 893, de 26 de setembro de 1969).

PREVIDENCIA SOCIAL RURAL — Segurados obrigatórios — Alteração do Decreto-lei nº 564, de 1-5-69 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 704, de 24-7-69).

— Empregado da Indústria agro-indústria canavieira — Alteração do Decreto-lei nº 564, de 18-5-69 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 852, de 11 de setembro de 1969).

PRISÃO PERPÉTUA — Instituição. (Ato Institucional nº 14, de 5-9-69).

PROPAGANDA ELEITORAL — Regulamentação. (Decreto-lei nº 851, de 10-9-69).

PSICOLOGIA — Pós-graduação — Registro profissional. (Decreto-lei nº 706, de 25-7-69).

PUBLICAÇÕES — Remessa ao INL. (Decreto-lei nº 824, de 5-9-69).

R

RECESSO — Câmara de Vereadores — Pariquera-Açu. (Ato Complementar nº 67, de 22-9-69).

RECIBO DE QUITAÇÃO — Assistência ao empregado — Alteração do art. 477. (Decreto-lei nº 766, de 15-8-69).

RECURSOS — Garantia de instância — Dispensa. (Decreto-lei número 822, de 5-9-69).

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL — Imposto de Transmissão — Isenção. (Ato Complementar nº 63, de 4-9-69).

— Isenção de imposto. (Decreto-lei nº 802, de 28-8-69).

— Enquadramento definitivo. (Decreto-lei nº 817, de 5-9-69).

REFORMA — Ex-soldados. (Decreto-lei nº 674, de 9-7-69).

— Ex-soldado. (Decreto-lei nº 675, de 9-7-69).

— Ex-soldado. (Decreto-lei nº 676, de 9-7-69).

— Ex-soldado. (Decreto-lei nº 677, de 9-7-1969).

— Ex-soldado. (Decreto-lei nº 695, de 23-7-1969).

— Ex-soldado. (Decreto-lei nº 843, de 9-9-1969).

RELAÇÕES PÚBLICAS — Conselhos. (Decreto-lei nº 860, de 11-9-69).

RESPONSABILIDADE CIVIL — Regulamentação. (Decreto-lei nº 814, de 4-9-1969).

RODOVIAS — Plano Nacional Rodoviário — Alteração da Lei nº 5.356, de 7-11-67. (Decreto-lei nº 747, de 7-8-1969).

— Pedágio. (Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969).

S

SAFRISTA — Contrato de Trabalho. (Decreto-lei nº 761, de 14-8-69).

SALÁRIOS — Técnicos estrangeiros — Pagamentos em moeda estrangeira — Alteração da CLT — Arts. 451, 452 e 453. (Decreto-lei nº 691, de 18-7-1969).

SAÚDE — Criação do Fundo Nacional. (Decreto-lei nº 701, de 24-7-69).

— Infrações — Penalidades. (Decreto-lei nº 785, de 25-8-69).

SEGURANÇA NACIONAL — Santos. (Decreto-lei nº 865, de 12-9-69).

— Município de Santarém. (Decreto-lei nº 866, de 12-9-69).

— Angra dos Reis — Estado do Rio. (Decreto-lei nº 672, de 3-7-69).

— Crimes — Processo. (Decreto-lei nº 898, de 29-9-69).

SEGUROS — Veículos — Responsabilidade civil. (Decreto-lei nº 814, de 4-9-1969).

— Alteração da Lei nº 1.046, de 2-1-50 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 820, de 5-9-1969).

SERVIÇO MILITAR — Abono de faltas. (Decreto-lei nº 715, de 30-7-69).

SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO — Alterado da CLT — Art. 473. (Decreto-lei nº 757, de 12-8-69).

— Previdência Social. (Decreto-lei nº 798, de 27-8-69).

SINDICATO NAVAL — Contribuição. (Decreto-lei nº 789, de 26-8-69).

SINDICATOS — Alteração de CLT — Arts. 515 e 538. (Decreto-lei nº 771 de 19-8-69).

SOCIEDADES POR AÇÕES — Administração indireta — Transcrição de imóveis. (Decreto-lei nº 807, de 4 de setembro de 1969).

SUDESUL — Conselho Deliberativo — Alteração do Decreto-lei nº 301, de 28-2-67 — Art. 13. (Decreto-lei número 684, de 15-7-69).

SWEEPSTAKES — Previdência Social — Quotas. (Decreto-lei nº 717, de 30-7-1969).

T

TARIFAS AEROPORTUÁRIAS — Regulamentação. (Decreto-lei nº 683, de 15-7-1969).

TÉCNICO DE TRIBUTAÇÃO — Classe singular. (Decreto-lei nº 788, de 26-8-1969).

TÉCNICOS ESTRANGEIROS — Pagamentos em moedas estrangeiras — Alteração da CLT — Arts. 451, 452 e 453. (Decreto-lei nº 691, de 18-7-69).

TERRENOS — Contrato sem cláusula de arrendamento — Alteração do Decreto-lei nº 58, de 10-12-37 — Artigo 22. (Decreto-lei nº 745, de 7 de agosto de 1969).

TERRITÓRIO DE RONDÔNIA — Crédito especial. (Decreto-lei nº 823, de 5-9-69).

TERRITÓRIOS — Programas educacionais. (Decreto-lei nº 825, de 5 de setembro de 1969).

TESOURO BRASILEIRO NO EXTERIOR — Crédito especial. (Decreto-lei nº 793, de 27-9-69).

TÍTULO CAMBIAL — Registro — Regulamentação. (Decreto-lei número 697, de 23-7-69).

TÍTULOS — Moeda de pagamento. (Decreto-lei nº 857, de 11-9-69).

TRABALHO EM MINAS — Adolescentes — Convenção da OIT. (Decreto-lei nº 664, de 30-6-69).

TRABALHO NOTURNO DA MULHER — Alteração da CLT — Art. 379. (Decreto-lei nº 744, de 6-8-69).

TRABALHADOR — Pêso de carga — Convenção da OIT. (Decreto-lei número 662, de 30-6-69).

TRABALHADOR RURAL — Safrista. (Decreto-lei nº 761, de 14-8-69).

TRANSPORTE MARÍTIMO — Bandeira Brasileira. (Decreto-lei nº 687, de 18-7-69).

TRANSPORTES — Conselho Nacional — Reorganização. (Decreto-lei número 799, de 28-8-69).

TRATADO DA BACIA DO PRATA — Aprovação. (Decreto-lei nº 682, de 15-7-1969).

TRANSPORTE — Navio de bandeira brasileira. (Decreto-lei nº 666, de 2 de julho de 1969).

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Criação de cargos — Alteração da Lei nº 5.414, de 10-4-68. (Decreto-lei nº 830, de 8-9-69).

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Alteração da Lei nº 5.414, de 10-4-68. (Decreto-lei nº 839, de 8 de setembro de 1969).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — São Paulo — Quadro da Secretaria — Alteração. (Decreto-lei nº 679, de 14-7-69).

U

UNIVERSIDADE — Ilha da Cidade Universitária — Utilização — Alteração da Lei nº 4.402, de 10-9-64 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 731, de 5 de agosto de 1969).

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA — Funcionamento. (Decreto-lei número 762, de 14-8-69).

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS — Funcionamento — São Leopoldo. (Decreto-lei nº 722, de 31-7-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO — Funcionamento. (Decreto-lei nº 778, de 21-8-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA — Transferência de terrenos — R.G. do Sul. (Decreto-lei nº 707, de 25-7-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ — Crédito especial. (Decreto-lei nº 810, de 4-9-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO — Escritório Técnico. (Decreto-lei nº 827, de 5-9-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE — Funcionamento — Rio
Grande do Sul. (Decreto-lei nº 774,
de 20-8-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO GRANDE DO SUL —
Transformação. (Decreto-lei nº 750,
de 8-8-69).

V

VEÍCULOS — Responsabilidade Civil.
(Decreto-lei nº 814, de 4-9-69).

VETERINÁRIO — Defesa sanitária
animal — Atestado particular. (De-
creto-lei nº 818, de 5-9-69).

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1969 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1970

ÍNDICE

dos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		
1 — Emenda Constitucional, de 17 de outubro de 1969 — (Constituição). — Publicado no D.O. de 20 e ret. no de 21 e rep. no de 30-10-69	3	73 — Ato Complementar de 15 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 16-10-69 ...	99

ATOS INSTITUCIONAIS

16 — Ato Institucional de 14 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 15 e ret. no de 26 de outubro de 1969	93	74 — Ato Complementar de 20 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 21-10-69	100
17 — Ato Institucional de 14 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 15-10-69	95	75 — Ato Complementar de 21 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 21-10-69	102
		76 — Ato Complementar de 21 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 21-10-69	103
		77 — Ato Complementar de 27 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 27-10-69	104

ATOS COMPLEMENTARES

69 — Ato Complementar de 6 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 6-10-69	97	4 — Lei Complementar de 2 de dezembro de 1969 — Concede isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 2-12-69	105
70 — Ato Complementar de 6 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 6-10-69	97	904 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Dispõe sobre entidades do Ministério da Saúde. — Publicado no D.O. de 2-10-69	107
71 — Ato Complementar de 14 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 15 e ret. no de 21-10-69	98	905 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Modifica a redação da letra "a" do § 1º do artigo 58 da Lei nº 5.020, de	
72 — Ato Complementar de 15 de outubro de 1969 — Publicado no D.O. de 16-10-69	99		

Págs.	Págs.
7 de junho de 1960 que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica. — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1969 108	especial de NCr\$ 1.070.386,00, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 7-10-69 113
906 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Transfere para o Ministério das Relações Exteriores cargo do Ministério da Fazenda. — Publicado no D.O. de 2-10-69 108	914 — Decreto-lei de 7 de outubro de 1969 — Altera disposições da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, que regula a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 7-10-69 113
907 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Cria cargos na carreira do Ministério Público dos Territórios Federais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 2-10-69 108	915 — Decreto-lei de 7 de outubro de 1969 — Altera a redação do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Publicado no D.O. de 8 de outubro de 1969 114
908 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Eleva à categoria de Delegacia Regional as Subdelegacias Regionais que especifica e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 2-10-69 109	916 — Decreto-lei de 7 de outubro de 1969 — Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC — e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 8-10-69 115
909 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Concede pensão especial ao Professor Francisco de Lima Vianna. — Publicado no D.O. de 2-10-69 109	917 — Decreto-lei de 7 de outubro de 1969 — Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no País e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 8-10-69 116
910 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Altera dispositivo da Lei nº 4.510, de 1 de dezembro de 1964, que reorganiza a Casa da Moeda. — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1969 110	918 — Decreto-lei de 8 de outubro de 1969 — Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército — e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 8-10-69 .. 118
911 — Decreto-lei de 1 de outubro de 1969 — Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-10-69 110	919 — Decreto-lei de 8 de outubro de 1969 — Transfere cargos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda. — Publicado no D.O. de 9 e ret. no de 13-10-69 119
912 — Decreto-lei de 2 de outubro de 1969 — Modifica a redação do artigo 47 e a da alínea "a", do inciso XXX do art. 89 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito. — Publicado no D.O. de 3-10-69 112	920 — Decreto-lei de 9 de outubro de 1969 — Dispõe sobre acréscimo dos efetivos de oficiais dos Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha, fixa dos pela Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1963, e modificada pelo Decreto-lei nº 741, de 6 de agosto de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 10 e ret. no de 17-10-69 120
913 — Decreto-lei de 6 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Superintendência de Marinha Mercante, o crédito	

Págs.	Págs.
921 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Altera a Lei nº 8.152, de 31 de outubro de 1965, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 10 e ret. no de 14-10-69 120	929 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Estabelece normas para enquadramento dos Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não classificados nos termos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. — Publicado no D.O. de 13-10-69 129
922 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Altera a redação do § 2º do artigo 8º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. — Publicado no D.O. de 10-10-69 121	930 — Decreto de 10 de outubro de 1969 — Autoriza o Banco do Estado do Amazonas S.A. na qualidade de Agente Financeiro do Estado a contratar financiamento externo e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 13-10-69 ... 130
923 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Dispõe sobre comercialização do leite. — Publicado no D.O. de 13-10-69 121	931 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Transfere cargos, com os respectivos ocupantes, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica para o do Conselho Nacional de Pesquisas. — Publicado no D.O. de 14-10-69 . 130
924 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Exclui das disposições do Decreto-lei nº 494, de 10 de março de 1969, as aquisições de áreas rurais necessárias aos empreendimentos industriais que menciona. — Publicado no D.O. de 13-10-69 122	932 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Dispõe sobre os impostos sobre Serviços e Circulação de Mercadorias e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-10-69 ... 131
925 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943. — Publicado no D.O. de 13-10-69 122	933 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dá nova redação ao art. 2º, item I e II, do Decreto-lei nº 732, de 5 de agosto de 1969. — Publicado no D.O. de 14-10-69 132
926 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13-10-69 126	934 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Transfere cargo do Ministério da Fazenda para o Ministério das Minas e Energia. — Publicado no D.O. de 14-10-69 132
927 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Altera a composição do Plenário do Conselho Nacional do Petróleo, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 e ret. no de 15-10-69 128	935 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Universidade Federal de Juiz de Fora, o crédito especial de NCr\$ 11.994,48 para o fim que especifica. — Pub. no D.O. de 14-10-69 133
928 — Decreto-lei de 10 de outubro de 1969 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contrair um empréstimo a ser concedido pela Union de Banques Suisses, Genebra — Suíça, com o aval do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — Publicado no D.O. de 13-10-69 129	936 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial

	Págs.		Págs.
de NCr\$ 5.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 14-10-69	133	944 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 1.544.651,97 para o fim que especifica. — Pub. no D.O. de 16-10-69 ...	156
937 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera a redação do artigo 51 e parágrafos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. — Publicado no D.O. de 14-10-69 .	134	945 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de NCr\$ 992.500,00 para o fim que especifica. — Pub. no D.O. de 16-10-69 .	157
938 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14 e ret. no de 16-10-69	134	946 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Ministério da Justiça a ceder o uso do jazigo 1.419 "F" quadra 2, do Cemitério de São João Batista, à "Associação dos Veteranos da F.F.B." — Pub. no D.O. de 16-10-69	158
939 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei 794, de 27 de agosto de 1969, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14-10-69 .	135	947 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de NCr\$ 2.800.000,00 para o fim que especifica, e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17-10-69	158
940 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Estende o disposto na Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965, a beneficiários de ex-servidores públicos civis, nas condições que indica. — Pub. no D.O. de 14-10-69	136	948 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de NCr\$ 7.000.000,00 para o fim que especifica. — Pub. no D.O. de 17-10-69 .	159
941 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 15 e ret. no de 20-10-69	136	949 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dispõe sobre aplicações de recursos pelo BNH nas operações de financiamento para saneamento e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17 e retificado no de 22-10-69	160
942 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o crédito suplementar de NCr\$ 350.000.000,00 para o fim que especifica. — Pub. no D.O. de 14-10-69	154	950 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 17-10-69 .	160
943 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera disposições do Decreto-lei número 266, de 28 de fevereiro de 1967, e dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior. — Pub. no D.O. de 15-10-69	155		

Págs.	Págs.
951 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera Quadros de Pessoal dos Ministérios da Aeronáutica e da Educação e Cultura e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17-10-69	151
952 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Concede pensão especial aos três últimos trinetos de Tiradentes. — Publicado no D.O. de 17-10-69	161
953 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dispõe sobre remissão parcial de créditos tributários. — Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-10-69	132
954 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Concede pensão especial ao pintor Homero Massena. — Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-10-69	162
955 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera o Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967, incluindo a rodovia que menciona. — Publicado no D.O. de 17-10-69	163
956 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dispõe sobre aposentadoria dos servidores públicos e autárquicos cedidos à Rede Ferroviária Federal S.A., bem como dos seus empregados em regime especial e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17 e retificado no de 22-10-69	163
957 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dá nova redação aos artigos 141, e seus parágrafos 1º e 3º, e 182, do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Vencimentos dos Militares. — Pub. no D.O. de 17-10-69	164
958 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Assegura 50% (cinquenta por cento) das vagas atualmente existentes nos Cursos de Formação ou de Adiantação, destinados ao ingresso nos Quadros de Saúde ou de Veterinária das Forças Armadas, aos militares que especifica e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17-10-69	165
959 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a contribuição devida ao Instituto Nacional de Previdência Social pela empresa que remunerar serviços a ela prestados por trabalhador autônomo, e dá outras providências. — Pub. no D.O. de 17 de outubro de 1969	166
960 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Revoga o Decreto-lei nº 9.049, de 11 de março de 1946 — Publicado no D.O. de 17-10-69	167
961 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Fixa o número de vereadores para os municípios dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e dá outras providências — Publicado no D.O. de 17 e retificado no de 23 de outubro de 1969	167
962 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Aprova a aposentadoria de Manoel Alves Mendes Júnior, no cargo de Assessor para Assuntos Legislativos do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — Publicado no D.O. de 17-10-69	168
963 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Distrito Federal a celebrar contrato de financiamento — Publicado no D.O. de 17 e retificado no de 22-10-69	168
964 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Altera o Decreto-lei nº 830, de 8 de setembro de 1969 — Publicado no D.O. de 17-10-69	169
965 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal Federal de Recursos, em favor deste Tribunal, o crédito especial de NCr\$ 45.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 20-10-69	169

	Págs.		Págs.
966 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial de NCr\$ 427.107,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 30-10-69 ..	170	972 — Decreto-lei de 17 de outubro de 1969 — Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista — Publicado no D.O. de 21-10-69	174
967 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Gabinete do Ministro e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito especial de NCr\$ 7.541.300,00, para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 20-10-69	171	973 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Regula a aplicação da correção monetária às concessionárias de serviços portuários — Publicado no D.O. de 21-10-69	177
968 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Dispõe sobre o exercício da supervisão ministerial relativamente às entidades incumbidas da fiscalização no exercício de profissões liberais — Publicado no D.O. de 20-10-69	171	974 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a emitir apólice da Dívida Pública da União — Publicado no D.O. de 21-10-69	179
969 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 20-10-69	172	975 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Define os crimes de contrabando e transporte de terroristas e subversivos, praticados por meio de aeronaves e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21-10-69	180
970 — Decreto-lei de 13 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 6ª Região, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 20-10-69	172	976 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Da nova redação ao § 1º do artigo 1º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968 — Publicado no D.O. de 21-10-69	183
971 — Decreto-lei de 17 de outubro de 1969 — Considera como tempo de serviço militar o prestado por servidores civis nos Ministérios Militares durante a Segunda Guerra Mundial e que posteriormente ingressaram nos Quadros ou Serviços de Saúde das Forças Armadas — Publicado no D.O. de 21-10-69	173	977 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal do Amapá, o crédito especial de NCr\$ 420.000,00 para o fim que especifica — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69	184
		978 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Provê sobre a utilização de imóvel de propriedade da União, para fins educacionais — Publicado no D.O. de 21-10-69	185
		979 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Altera disposições da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967 — Publicado no D.O. de 21-10-69	185
		980 — Decreto-lei de 20 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a cobrança de direitos autorais nas exhibições cinematográficas — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11 de novembro de 1969	185

Págs.		Págs.
981	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dá nova redação ao artigo 18 da Lei número 4.591, de 18 de dezembro de 1964 — Publicado no D.O. de 21-10-69	187
982	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transforma, sem aumento de despesa, cargos do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969	187
983	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza a doação da área de terreno que menciona, situada no município de Curemas, no Estado da Paraíba e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21-10-69	187
984	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Aprova a reforma do ex-cabo Ozéas Raphael Balbino, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União — Publicado no D.O. de 21-10-69	188
985	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a transferência de imóveis da União para a Prefeitura do Distrito Federal — Publicado no D.O. de 21-10-69	188
986	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Institui normas básicas sobre alimentos — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69 ..	188
987	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Altera o artigo 1º do Decreto-lei nº 803, de 23 de agosto de 1959 — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69	197
988	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a arrecadação de prestações ou alugueis de imóveis incorporados ao patrimônio do SERFHAU e dá outras providências — Publicado no D.O. de 21-10-69	198
989	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a fixação de preços de petróleo bruto e seus derivados e a fixação de tarifa de energia elétrica — Publicado no D.O. de 21-10-69	199
990	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Aprova convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, firmado pelo Brasil, em Montevidéu, a 19 de outubro de 1966 — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969	199
991	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo de nº 900, de 29 de setembro de 1969 — Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1969 ..	199
992	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transfere cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha, para o do Ministério da Educação e Cultura — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969	200
993	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transfere cargos do Ministério da Aeronáutica para o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 ..	201
994	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a Fundação Presidente Antônio Carlos — Publicado no D. O. de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969	201
995	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre as tabelas de representação a que se refere o Decreto-lei número 9.202 de 1946 — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969	202
996	Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. — RFFSA a ceder bens, na forma que determina — Pu-	

	Págs.		Págs.
blicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969	202	1.005 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Código da Propriedade Industrial — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (Suplemento)	687
997 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Integra estabelecimentos isolados de ensino superior em Universidades das áreas geo-educacionais em que estão situados — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969	203	1.006 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transfere, para o Estado Maior das Forças Armadas, cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério do Exército — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 ...	734
998 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondonia, o crédito especial de NCr\$ 540.000,00 para o fim que especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969	204	1.007 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Fundação Universidade de Brasília, o Crédito especial de NCr\$ 720.000,00 para o fim que especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 ...	734
999 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Insstitui Taxa Rodoviária Única, incidente sobre o registro e licenciamento de veículos e das outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969	204	1.008 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de NCr\$ 1.310,00 para o fim de especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969	735
1.000 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (suplemento)	206	1.009 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 383.700,00 (trezentos e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros novos), para o fim que especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969	736
1.001 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Código Penal Militar — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (Suplemento)	275	1.010 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 para o fim de especifica — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969	736
1.002 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Código de Processo Penal Militar — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (suplemento)	377	1.011 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e	
1.003 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (Suplemento)	551		
1.004 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Código Penal — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969 (Suplemento)	583		

Págs.	Págs.
Coordenação Geral, em favor da Secretaria Geral (Recursos sob Controle do Órgão Central de Orçamento), o crédito especial de NCr\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil cruzeiros novos) para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 737	ção parcial das Taxas de Renovação da Marinha Mercante e de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 741
1.012 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia o crédito especial de NCr\$ 2.242.000,00, para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 738	1.018 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transfere cargo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Justiça — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 742
1.013 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre o resgate de comprovantes de recolhimento do adicional substituível e dos empréstimos compulsórios, referentes a pessoas físicas — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 739	1.019 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Extingue cargos no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 742
1.014 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) para o fim que especifica — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 739	1.020 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Altera a redação do artigo 189, do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969. — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 743
1.015 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a responsabilidade da União no pagamento do pessoal transferido para o Estado da Guanabara ou neste reincluído e dá outras providências — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 740	1.021 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Altera o Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969 e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 743
1.016 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre o pagamento de serviços industriais ou comerciais prestados por órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969 741	1.022 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Considera em exercício de cargo militar militares nomeados para o Gabinete Pessoal do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969. 744
1.017 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Concede isen-	1.023 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre a tarifa de utilização de Faróis e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1969. 744
	1.024 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 21 de outubro e retificado no de 11 e 19 de novembro de 1969. 745
	1.025 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Declara ex-

	Págs.		Págs.
tinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida Ativa da União e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	746	meação que especifica. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	771
1.026 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Altera disposições da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, alterada pela Lei nº 5.141, de 14 de outubro de 1966, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	747	1.033 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dá nova destinação aos recursos previstos no artigo 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	771
1.027 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Reverte ao Fundo Naval a receita proveniente das multas estabelecidas no Regulamento para o Tráfego Marítimo, e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	747	1.034 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre medidas de segurança para Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Créditos, e dá outras providências — Publicado no <i>D. O.</i> de 21-10-69	772
1.028 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Aprova o estatuto da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 27 de outubro de 1969.	748	1.035 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, em favor do Serviço de Saúde dos Portos, o crédito especial de NCr\$ 16.403,00 para o fim que especifica. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969.	773
1.029 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre o Estatuto dos Militares e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969.	753	1.036 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Incorpora ao sistema federal de ensino superior, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	774
1.030 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Acrescenta parágrafo único ao artigo 382 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de 18 de setembro de 1939). — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	770	1.037 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Autoriza o Distrito Federal a prestar fiança. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	774
1.031 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Acrescenta parágrafo ao artigo 132 da solidação das Leis do Trabalho. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969. ..	771	1.038 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro e retificado no de 11 de novembro de 1969.	774
1.032 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre a retroatividade do ato de no-		1.039 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969. — Dispõe sobre a administração e colocação dos seguros de interesse de de Sociedade de Economia Mista e dá outras providências. — Publicado no <i>D. O.</i> de 21 de outubro de 1969.	779

Págs.	Págs.
1.040 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1.69 — Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69 780	ral, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 21-10-69 785
1.041 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Permite ao segurado da Previdência Social o cômputo do tempo de serviço militar voluntário, para efeito de aposentadoria. — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69 781	1.048 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Cria a Biblioteca Nacional para assuntos educacionais e científicos, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21-10-69 786
1.042 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre regularização de situações fiscais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 e retificado no de 29-10-69 782	1.049 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transforma e extingue cargos de Avaliador Privativo da Fazenda. — Publicado no D.O. de 21-10-69 ... 787
1.043 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Estabelece nova exigência para registro de diploma de professor de Educação Física conferido por estabelecimento militar de ensino. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969 783	1.050 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Altera Quadros de Pessoal da Universidade Federal da Paraíba e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969 787
1.044 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. — Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69 784	1.051 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Provê sobre o aproveitamento em cursos de licenciatura, de estudos realizados em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969 787
1.045 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a opção e aproveitamento em caráter definitivo de servidores que exerçam cargo de Procurador da República, nos termos da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1963, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21-10-63 784	1.052 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza a reversão de área de terra à Prefeitura Municipal de São José do Egito. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969 788
1.046 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Altera Quadros de Pessoal dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21-10-69 785	1.053 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Provê sobre o exercício de mandato em órgão colegiado. — Publicado no D.O. de 21-10-69 788
1.047 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura em favor da Secretaria-Ge-	1.054 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Aproveita servidor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969 789
	1.055 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Aproveita servidor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura de 21-10-69 789
	1.056 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre prazo de pagamento de Impôs-

	Págs.		Págs.
to de Renda das pessoas físicas e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-10 e retificado no de 11-11-69	789	1.064 — Decreto-lei de 24 de outubro de 1969 — Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 de outubro de 1969	797
1.057 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Transfere para o patrimônio Unido o imóvel que especifica, propriedade do INPS. — Publicado no D.O. de 21-10-69	790	1.065 — Decreto-lei de 24 de outubro de 1969 — Aprova a participação da República Federativa do Brasil no "Fundo de Pré-Investimento para a integração da América Latina", sob administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27 de outubro de 1969	798
1.058 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Extingue cargos do ex-Departamento dos Correios e Telégrafos. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969	790	1.066 — Decreto-lei de 29 de outubro de 1969 — Organiza os Serviços Administrativos da Vice-Presidência da República e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1969	798
1.059 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito especial de NCr\$ 5.621.162,00, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 21-10-69	791	1.067 — Decreto-lei de 29 de outubro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor do Território Federal do Amapá, do Território Federal de Rondônia e do Território Federal de Roraima e crédito especial de NCr\$ 290.753,87, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 29 de outubro de 1969	799
1.060 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a declaração de bens, dinheiros ou valores, existentes no estrangeiro, a prisão administrativa e o sequestro de bens por infrações fiscais e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21-10-69	791	1.068 — Decreto-lei de 29 de outubro de 1969 — Reestrutura o Quadro de Pessoal do Estado-Maior das Forças Armadas, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29 de outubro de 1969	799
1.061 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Dispõe sobre a integração a que se referem o artigo 3º, § 2º, dos Decretos-lei nºs 762 e 774, respectivamente, de 14 e 20 de agosto de 1969. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969	792	1.069 — Decreto-lei de 4 de novembro de 1969 — Revoga o artigo 18 do Decreto-lei nº 1.063, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 4-11-69	800
1.062 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Acrescenta § 3º ao artigo 64 do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Vencimento dos Militares. — Publicado no D.O. de 21 de outubro de 1969	793	1.070 — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1969 — Complementa a redação do Artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal. — Publicado no D.O. de 4-12-69	800
1.063 — Decreto-lei de 21 de outubro de 1969 — Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1967, casos de inelegibilidades e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 21, repetido no de 24 e retificado no de 30-10-69	793		

Págs.	Págs.
1.071 — Decreto-lei de 5 de dezembro de 1969 — Prorroga o prazo de isenção estabelecido no artigo 4º do Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969. — Publicado no D.O. de 5-12-69	801
1.072 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1969 — Dá nova redação ao artigo 3º, letra "a" do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de	801
DECRETOS LEGISLATIVOS	
1 — Decreto Legislativo de 1969. — Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.069 de 4 de novembro de 1969. — Publicado no D.O. de 19-11-69	803
2 — Decreto Legislativo de 1969. — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, reconhecendo como legal contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Remington Rand do Brasil Sociedade Anônima. — Publicado no D.O. de 25-11-69	803
3 — Decreto Legislativo de 1969 — Aprova o texto do Decreto-Lei nº 358, de 20 de novembro de 1968, que autoriza a realização de operações de crédito adicionais, para obtenção do equilíbrio orçamentário da União. — Publicado no D.O. de 26-11 e republicado no de 3-12-69	804
LEIS	
5.565 — Lei de 5 de novembro de 1969 — Altera os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil. — Publicada no D.O. de 6 e ret. no de 17 de novembro de 1969	805
5.566 — Lei de 19 de novembro de 1969 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior dos graduados em escolas normais	805
5.567 — Lei de 25 de novembro de 1969 — Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei nº 94, de 16 de setembro de 1947, que permite aos Juizes da Fazenda Pública a requisição de processos administrativos para a extração de peças. — Publicada no D.O. de 26-11-69	806
5.568 — Lei de 25 de novembro de 1969 — Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural onde não funciona o Conselho Arbitral. — Publicada no D.O. de 26-11-69	806
5.569 — Lei de 25 de novembro de 1969 — Acrescenta dispositivos ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 26-11-69	807
5.570 — Lei de 28 de novembro de 1969 — Dispõe sobre a adaptação dos Tribunais de Contas ao disposto no artigo 13, IX e artigo 200, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil. — Publicada no D.O. de 1-12-69	807
5.571 — Lei de 28 de novembro de 1969 — Denomina "Dia da Independência" a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração. — Publicada no D.O. de 1 de dezembro de 1969	807
5.572 — Lei de 1 de dezembro de 1969 — Concede pensão especial ao ex-servidor Leopoldo Vieira Machado, da então Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Vitória, Estado do Espírito Santo. — Publicada no D.O. de 2-12-69	808
5.573 — Lei de 1 de dezembro de 1969 — Altera o artigo 407, do Decreto-Lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Código Penal. — Publicada no D.O. de 2-12-69	810
5.574 — Lei de 10 de dezembro de 1969 — Denomina Ginásio Agrícola "Clemente Medrado", o atual Ginásio Agrícola de Salinas, no Estado de Minas Gerais. — Publicada no D.O. de 11-12-69	810
5.575 — Lei de 17 de dezembro de 1969 — Reconhece de utilidade pública as unidades do "Lions Clube" e do Rotary Club do Brasil, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19-12-69	810

ÍNDICE DO APENSO

Págs.	Págs.
727 — Decreto-lei de 1 de agosto de 1969 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1970. (Publicado em Suplemento ao "Diário Oficial" de 1-8-69). — Retificado no D.O. de 19 de novembro de 1969	813
752 — Decreto-lei de 8 de agosto de 1969 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício Financeiro de 1970 (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 11 de agosto de 1969 — Suplemento ao nº 151) — Retificado no D. O. de 21-10	813
777 — Decreto-lei de 20 de agosto de 1969 — Dispõe sobre a Instituição da Fundação Museu do Café e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 21 de agosto de 1969) — Retificado no D. O. de 12-12-69	814
841 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Altera o disposto no Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969 e dá outras providências (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 10 de setembro de 1969) — Retificado no D.O. de 10-10-69	814
842 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Altera a redação do artigo 47 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências — Publicado no D. O. de 1-10-69 ..	814
845 — Decreto-lei de 9 de setembro de 1969 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de NCr\$ 13.500.000,00 para o fim que especifica (Publicado no Diário Oficial — Seção I Parte I, de 10 de setembro de 1969) — Retificado no D. O. de 11-12-69	814
862 — Decreto-lei de 12 de setembro de 1969 — Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes S. A. (EMBRAFILME), e dá outras providências (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I de 12 de setembro de 1969 — Retificado no D. O. de 22-10-69	815
893 — Decreto-lei de 26 de setembro de 1969 — Altera a Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, que integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências — Republicado no D. O. de 9-10-69	815
900 — Decreto-lei de 29 de setembro de 1969 — Altera disposições do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências (Publicado no Diário Oficial — Seção I Parte I, de 30 de setembro de 1969 — Retificado no D. O. de 2-10-69	816
901 — Decreto-lei de 30 de setembro de 1969 — Provê sobre a transferência de Colégio Industrial — Publicado no D. O. de 1-10-69	816
902 — Decreto-lei de 30 de setembro de 1969 — Dispõe sobre a forma de Tributação dos Rendimentos da Exploração Agrícola ou Pastoril e dá outras providências — Publicado no D. O. de 1-10 e retificado no de 1-10-69	816
903 — Decreto-lei de 30 de setembro de 1969 — Altera a redação do artigo 2º do Decreto-lei nº 771, de 19 de agosto de 1969, e dá outras providências Publicado no D. O. de 1-10-69	818

Figuram neste volume a Constituição da República Federativa do Brasil, os Atos Institucionais, os Atos Complementares, a Lei Complementar, os Decretos-Leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1969, foram publicadas no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 1, DE 17 DE
OUTUBRO DE 1969

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e,

CONSIDERANDO que, nos termos do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo Federal fica autorizado a legislar sobre todas as matérias, conforme o disposto no § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a elaboração de emendas à Constituição, compreendida no processo legislativo (artigo 49, I), está na atribuição do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição de 24 de janeiro de 1967, na sua maior parte, deve ser mantida, pelo que, salvo emendas de redação, continuam inalterados os seguintes dispositivos: artigo 1.º e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; artigo 2.º; artigo 3.º; artigo 4.º e itens II, IV e V; artigo 5.º; artigo 6.º e seu parágrafo único; artigo 7.º e seu parágrafo único; artigo 8.º, seus itens I, II, III, V, VI, VII e suas alíneas *a*, *c* e *d*, VIII, IX, X, XI, XII, XV e suas alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, XVI, XVII e suas alíneas *a*, *d*, *e*, *f*, *g*, *h*, *j*, *l*, *m*, *n*, *o*, *p*, *q*, *r*, *t*, *u* e *v* e § 2.º; artigo 9.º e seus itens I e III; artigo 10 e seus itens I, II, IV, V e alíneas *a*, *b* e *c*, VI, VII e suas alíneas *a*, *b*, *d*, *e*, *f* e *g*; artigo 11, seu § 1.º e suas alíneas *a*, *b* e *c*, e seu § 2.º; artigo 12 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; artigo 13 e seus itens I, II, III e IV, e seus §§ 2.º, 3.º e 5.º; artigo 14; artigo 15; artigo 16, seu item II e suas alíneas *a* e *b*, e seus §§ 1.º e suas alíneas *a* e *b*, 3.º e suas alíneas *a* e *b*, e 5.º; artigo 17 e seus §§ 1.º e 3.º; artigo 19 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º, 4.º, 5.º e 6.º; artigo 20 e seus itens I e III e suas alíneas *a*, *b*, *c* e *d*; artigo 21 e seus itens I, II e III; artigo 22 e seus itens III, VI e VII, e seus §§ 1.º e 4.º; artigo 23; artigo 24 e seu § 7.º; artigo 25 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, alínea *a*, e 2.º; § 3.º do artigo 26; artigo 28 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas *a* e *b*; artigo 29; artigo 30; § 3.º do artigo 31; artigo 33; § 5.º do artigo 34; artigo 36 e seus itens I, alíneas *a* e *b*, e II, alíneas *a*, *b*, *c* e *d*; artigo 37 e seu item I; § 2.º do artigo 38; artigo 39; §§ 1.º e 2.º do artigo 40; § 1.º do artigo 41; artigo 42 e seus itens I e II; §§ 1.º e 2.º do artigo 43; artigo 44, seus itens I e II, e seu parágrafo único; itens III, IV e V do artigo 45; artigo 46 e seus itens I, II, V, VII e VIII; artigo 47 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; artigo 48; artigo 49 e seus itens I a VII; artigo 50 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 52; artigo 53; artigo 54 e seus §§ 2.º, 3.º e 5.º; artigo 55 e seu parágrafo único e item I; artigo 56; artigo 57 e seu parágrafo único; artigo 58 e seu item I, e seu parágrafo único; artigo 59 e seu parágrafo único; artigo 60 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas *a* e *b*; artigo 61 e seus §§ 1.º e 2.º; §§ 4.º e 5.º do artigo 62; artigo 63 e seu item I e seu parágrafo único; artigo 64 e alíneas *b* e *c* de seu § 1.º, e seu § 2.º; §§ 1.º e 5.º do artigo 65; artigo 67 e seu § 1.º; § 4.º do artigo 68; artigo 69 e seu § 2.º e alíneas *a*, *b* e *c*; artigo 71 e seus parágrafos; artigo 72 e seus itens I, II e III; artigo 73 e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, alíneas *a*, *b* e *c* do § 5.º, e §§ 6.º, 7.º e 8.º; artigo 74; § 3.º do artigo 76; artigo 77 e

seus §§ 1.º e 2.º; artigo 78 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 79 *caput*; artigo 80; artigo 81; artigo 82; artigo 83 e seus itens I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX; artigo 84 e seus itens I a VII, e seu parágrafo único; artigo 85 e seus parágrafos; artigo 87 e seus itens I, II e III; artigo 89; artigo 90 e seu § 2.º; artigo 91 e alíneas *a*, *b* e *c* do item II e item III, e parágrafo único; artigo 92 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 93 e seu parágrafo único; artigo 94 e seus §§ 1.º e 3.º; artigo 95 e seu § 2.º; artigo 96; artigo 97 e seus itens I a IV, e seus §§ 1.º a 3.º; artigo 99 *caput*; artigo 100 e seus itens I, II e III e seu § 1.º; artigo 101 e seus itens I, alíneas *a* e *b*, II, e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; § 2.º do artigo 102; artigo 103 e seus itens I e II, e seu parágrafo único; artigo 105 e seu parágrafo único; artigo 107 e seus itens I a V; artigo 108 e seus itens I e II e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 109 e seus itens I, II e III; artigo 110 e seus itens I, II e III; artigo 111; artigo 112 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 114 e seu item I, alíneas *f*, *g*, *j*, *l*, *m* e *n*, item II, alínea *c*, alíneas *a*, *b* e *c* do item III; artigo 115 e seu parágrafo único e alíneas *a*, *b*, *c* e *d*; artigo 116 e seu § 2.º; artigo 117 e seu item I, alíneas *a* e *c*, item II e parágrafo único; artigo 119 e seus itens III, IV, V, VI, VII, IX e X, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 120; artigo 121, alíneas *a* e *b* de seu § 1.º, e seu § 2.º; artigo 122 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; artigo 123 e seus itens I a IV, e seu parágrafo único; item II do artigo 124 e alínea *b* do seu item I; artigo 125; artigo 126 e seus itens I, alíneas *a* e *b*, II, III, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 127; artigo 129; artigo 130 e seus itens I a VIII; artigo 131 e seus itens I a IV; artigo 133 e seus itens, seu § 1.º, alíneas *a* e *b*, e seus §§ 2.º a 5.º; artigo 134 e seu § 1.º; artigo 135; artigo 136 e seus itens I, II, alínea *b*, III, IV, seu § 1.º e alíneas *a*, *b* e *c*, e seus §§ 2.º e 6.º; artigo 137; § 1.º do artigo 138; artigo 139; artigo 140 e seus itens I, alíneas *a*, *b* e *c*, e II, alíneas *a* e *b* e números 1, 2 e 3; artigo 141 e seus itens I, II e III; artigo 142 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º, alíneas *a*, *b* e *c*; alíneas *b* e *c* do item II do artigo 144; artigo 145 e seu parágrafo único e alíneas *a*, *b* e *c*; artigo 149 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; artigo 150 e seus §§ 1.º a 7.º, 9.º e 10, 12 a 17, 19 e 20, 23 a 27, 30 a 32, 34 e 35; artigo 152 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º, alíneas *a* a *f* e 3.º; artigo 153 e seu § 1.º; artigo 154; artigo 155; artigo 156; itens I, II, III, IV e VI do artigo 157 e seus §§ 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10; artigo 158 e seus itens I a XV e XVIII a XXI, e seu § 1.º; artigo 159 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 160 e seus itens I, II e III; artigo 161 e seus §§ I a IV; artigo 162; artigo 163 e seus §§ 1.º e 3.º;

artigo 164 e seu parágrafo único; artigo 165 e seu parágrafo único; artigo 166 e seus itens I, II e III, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 167 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; §§ 1.º, 2.º e 3.º e seus itens I a V, do artigo 168; artigo 169 e seus §§ 1.º e 2.º; parágrafo único do artigo 170; artigo 171 e seu parágrafo único; e artigo 172 e seu parágrafo único;

CONSIDERANDO as emendas modificativas e supressivas que, por esta forma, são ora adotadas quanto aos demais dispositivos da Constituição, bem como as emendas aditivas que nela são introduzidas;

CONSIDERANDO que, feitas as modificações mencionadas, tôdas em caráter de Emenda, a Constituição poderá ser editada de acôrdo com o texto que adiante se publica,

PROMULGAM a seguinte Emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967:

Art. 1.º A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Título I

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2º São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 2º O Distrito Federal é a Capital da União.

Art. 3º A criação de Estados e Territórios dependerá de lei complementar.

Art. 4º Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de terras devolutas indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais;

II — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro; as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III — a plataforma continental;

IV — as terras ocupadas pelos silvícolas;

V — os que atualmente lhe pertencem; e

VI — o mar territorial.

Art. 5º Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios que nêles têm nascente e foz, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Art. 6º São Podêres da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Podêres delegar atribuições; quem fôr investido na função de um dêles não poderá exercer a de outro.

Art. 7º Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único. É vedada a guerra de conquista.

CAPÍTULO II

DA UNIÃO

Art. 8º Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas;

V — planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais;

VI — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

VII — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VIII — organizar e manter a polícia federal com a finalidade de:

a) executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas afins;

c) apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; e

d) prover a censura de diversões públicas;

IX — emitir moeda;

X — fiscalizar as operações de crédito, capitalização e seguros;

XI — estabelecer o plano nacional de viação;

XII — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XIII — organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a sêca e as inundações;

XIV — estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde, bem como planos regionais de desenvolvimento;

XV — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão:

- a) os serviços de telecomunicações;
- b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;
- c) a navegação aérea; e
- d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de Estado ou Território;

XVI — conceder anistia; e

XVII — legislar sobre:

- a) cumprimento da Constituição e execução dos serviços federais;
- b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- c) normas gerais sobre orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;
- d) produção e consumo;
- e) registros públicos e juntas comerciais;
- f) desapropriação;
- g) requisições civis e militares em tempo de guerra;
- h) jazidas, minas e outros recursos minerais; metalurgia; florestas, caça e pesca;
- i) águas, telecomunicações, serviço postal e energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra);
- j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

l) política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;

m) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;

n) tráfego e trânsito nas vias terrestres;

o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;

p) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sôbre desportos;

r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas;

s) símbolos nacionais;

t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;

u) sistema estatístico e sistema cartográfico nacionais; e

v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

Parágrafo único. A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sôbre as matérias das alíneas *c*, *d*, *e*, *n*, *q* e *v* do item XVII, respeitada a lei federal.

Art. 9º A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra;

II — estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público,

na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar; e

III — recusar fé aos documentos públicos.

Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção ou a corrupção no poder público estadual;

IV — assegurar o livre exercício de qualquer dos Podêres estaduais;

V — reorganizar as finanças do Estado que:

a) suspender o pagamento de sua dívida fundada, durante dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos municípios as quotas tributárias a êles destinadas; e

c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas em lei federal;

VI — prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária; e

VII — exigir a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) temporariedade dos mandatos eletivos cuja duração não excederá a dos mandatos federais correspondentes;

c) independência e harmonia dos Podêres;

d) garantias do Poder Judiciário;

e) autonomia municipal;

f) prestação de contas da administração; e

g) proibição ao deputado estadual da prática de ato ou do exercício de cargo, função ou emprego mencionados nos itens I e II do artigo 34, salvo a função de secretário de Estado.

Art. 11. Compete ao Presidente da República decretar a intervenção.

§ 1º A decretação da intervenção dependerá:

a) no caso do item IV do artigo 10, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação fôr exercida contra o Poder Judiciário;

b) no caso do item VI do artigo 10, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, segundo a matéria, ressalvado o disposto na alínea c deste parágrafo;

c) do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso do item VI, assim como nos do item VII, ambos do artigo 10, quando se tratar de execução de lei federal.

§ 2º Nos casos dos itens VI e VII do artigo 10, o decreto do Presidente da República limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida tiver eficácia.

Art. 12. O decreto de intervenção, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, dentro de cinco dias, especificará a sua amplitude, prazo e condições de execução e, se couber, nomeará o interventor.

§ 1º Se não estiver funcionando, o Congresso Nacional será convocado, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para apreciar o ato do Presidente da República.

§ 2º Nos casos do § 2º do artigo anterior, ficará dispensada a apreciação do decreto do Presidente da República pelo Congresso Nacional, se a suspensão do ato houver produzido os seus efeitos.

§ 3º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a eles voltarão, salvo impedimento legal.

CAPÍTULO III

DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Art. 13. Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitadas, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

I — os mencionados no item VII do artigo 10;

II — a forma de investidura nos cargos eletivos;

III — o processo legislativo;

IV — a elaboração do orçamento, bem como a fiscalização orçamentária e a financeira, inclusive a da aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos municípios;

V — as normas relativas aos funcionários públicos, inclusive a aplicação, aos servidores estaduais e municipais, dos limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal;

VI — a proibição de pagar, a qualquer título, a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios e da ajuda de custo atribuídos em lei aos deputados federais, bem como de remunerar mais de oito sessões extraordinárias mensais;

VII — a emissão de títulos da dívida pública de acôrdo com o estabelecido nesta Constituição;

VIII — a aplicação aos deputados estaduais do disposto no artigo 35 e seus parágrafos, no que couber; e

IX — a aplicação, no que couber, do disposto nos itens I a III do artigo 114 aos membros dos Tribunais de Contas, não podendo o seu número ser superior a sete.

§ 1º Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 3º A União, os Estados e os Municípios poderão celebrar convênios para execução de suas leis, serviços ou decisões, por intermédio de funcionários federais, estaduais ou municipais.

§ 4º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército.

§ 5º Não será concedido, pela União, auxílio a Estado ou Município, sem a prévia entrega, ao órgão federal competente, do plano de sua aplicação. As contas do Governador e as do Prefeito serão prestadas nos prazos e na forma da lei e precedidas de publicação no jornal oficial do Estado.

§ 6º O número de deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara Federal e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

Art. 14. Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de municípios.

Parágrafo único. A organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei.

Art. 15. A autonomia municipal será assegurada:

I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o País, em data diferente das eleições gerais para senadores, deputados federais e deputados estaduais;

II — pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; e

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1º Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual; e

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Sòmente farão jus a remuneração os vereadores das capitais e dos municípios de população superior a duzentos mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

§ 3º A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, sòmente podendo ocorrer quando:

a) se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

c) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

d) o Tribunal de Justiça do Estado der provimento a representação formulada pelo Chefe do Ministério Público local para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição estadual, bem como para prover à execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade;

e) forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção; e

f) não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

§ 4º O número de vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do município.

Art. 16. A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

§ 2º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas ou órgão estadual mencionado no § 1º, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

§ 3º Somente poderão instituir Tribunais de Contas os municípios com população superior a dois milhões de habitantes e renda tributária acima de quinhentos milhões de cruzeiros novos.

CAPÍTULO IV

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caberá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2º O Governador do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 18. Além dos impostos previstos nesta Constituição, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

I — taxas, arrecadadas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e

II — contribuição de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas, que terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência nessa matéria entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder de tributar.

§ 2º Para cobrança de taxas não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos.

§ 3º Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.

§ 4º Ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em municípios competem, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não fôr dividido em municípios, os impostos municipais.

§ 5º A União poderá, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos previstos nesta Constituição, instituir outros impostos, além dos mencionados nos artigos 21 e 22 e que não sejam da competência tributária privativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, assim como transferir-lhes o exercício da competência residual em relação a impostos, cuja incidência seja definida em lei federal.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II — estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; e

III — instituir impôsto sôbre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§ 1º O disposto na alínea a do item III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impôsto que incidir sôbre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

§ 2º A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interêsse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.

Art. 20. É vedado:

I — à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou implique distinção ou preferência em relação a qualquer Estado ou Município em prejuízo de outro;

II — à União tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios, em níveis superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes; e

III — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou destino.

Art. 21. Compete à União instituir impôsto sôbre:

I — importação de produtos estrangeiros, facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar-lhe as alíquotas ou as bases de cálculo;

II — exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados, observado o disposto no final do item anterior;

III — propriedade territorial rural;

IV — renda e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos na forma da lei;

V — produtos industrializados, também observado o disposto no final do item I;

VI — operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII — serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e de energia elétrica, impôsto que incidirá uma só vez sôbre qualquer dessas operações, excluída a incidência de outro tributo sôbre elas; e

IX — a extração, a circulação, a distribuição ou o consumo dos minerais do País enumerados em lei, impôsto que incidirá uma só vez sôbre qualquer dessas operações, observado o disposto no final do item anterior.

§ 1º A União poderá instituir outros impostos, além dos mencionados nos itens anteriores, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos previstos nos artigos 23 e 24.

§ 2º A União pode instituir:

I — contribuições, nos termos do item I dêste artigo, tendo em vista intervenção no domínio econômico e o interesse da previdência social ou de categorias profissionais; e

II — empréstimos compulsórios, nos casos especiais definidos em lei complementar, aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do direito tributário.

§ 3º O imposto sobre produtos industrializados será seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nas anteriores.

§ 4º A lei poderá destinar a receita dos impostos enumerados nos itens II e VI dêste artigo à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico.

§ 5º A União poderá transferir o exercício supletivo de sua competência tributária aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

§ 6º O imposto de que trata o item III dêste artigo não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Art. 22. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos, ou não, em sua competência tributária, os quais serão suprimidos gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Art. 23. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I — transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos à sua aquisição; e

II — operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes, impostos que não serão cumulativos e dos quais se

abaterá, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.

§ 1º O produto da arrecadação do imposto a que se refere o item IV do artigo 21, incidente sobre rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública pagos pelos Estados e pelo Distrito Federal, será distribuído a estes, na forma que a lei estabelecer, quando forem obrigados a reter o tributo.

§ 2º O imposto de que trata o item I compete ao Estado onde está situado o imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal por proposta do Presidente da República, na forma prevista em lei.

§ 3º O imposto a que se refere o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de capital de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante dessa entidade fôr o comércio desses bens ou direitos ou a locação de imóveis.

§ 4º Lei complementar poderá instituir, além das mencionadas no item II, outras categorias de contribuintes daquele imposto.

§ 5º A alíquota do imposto a que se refere o item II será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais; o Senado Federal, mediante resolução tomada por iniciativa do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas para as operações internas, as interestaduais e as de exportação.

§ 6º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênios, celebrados e ratificados pelos Estados, segundo o disposto em lei complementar.

§ 7º O imposto de que trata o item II não incidirá sobre as operações que destinem ao exterior produtos industrializados e outros que a lei indicar.

§ 8º Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item II, oitenta por cento constituirão receita dos

Estados e vinte por cento, dos municípios. As parcelas pertencentes aos municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal.

Art. 24. Compete aos municípios instituir impôsto sôbre:

I — propriedade predial e territorial urbana; e

II — serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 1º Pertence aos municípios o produto da arrecadação do impôsto mencionado no item III do artigo 21, incidente sôbre os imóveis situados em seu território.

§ 2º Será distribuído aos municípios, na forma que a lei estabelecer, o produto da arrecadação do impôsto de que trata o item IV do artigo 21, incidente sôbre rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública por êles pago:, quando forem obrigados a reter o tributo.

§ 3º Independentemente de ordem superior, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data da arrecadação, e sob pena de demissão, as autoridades arrecadadoras dos tributos mencionados no § 1º entregarão aos municípios as importâncias que a êles pertencerem, à medida que forem sendo arrecadadas.

§ 4º Lei complementar poderá fixar as alíquotas máximas do impôsto de que trata o item II.

Art. 25. Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do artigo 21, a União distribuirá doze por cento na forma seguinte:

I — cinco por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e

III — dois por cento a Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei.

§ 1º A aplicação dos fundos previstos nos itens I e II será regulada por lei federal, que incumbirá o Tribunal de Contas da União de fazer o cálculo das

quotas estaduais e municipais, ficando a sua entrega a depender:

a) da aprovação de programas de aplicação elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal;

b) da vinculação de recursos próprios, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, para execução dos programas citados na alínea a;

c) da transferência efetiva, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de encargos executivos da União; e

d) do recolhimento dos impostos federais arrecadados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e da liquidação das dívidas dessas entidades ou de seus órgãos de administração indireta, para com a União, inclusive as oriundas de prestação de garantia.

§ 2º Para efeito de cálculo da porcentagem destinada aos Fundos de Participação, excluir-se-á a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos artigos 23, § 1º, e 24, § 2º, pertence aos Estados e Municípios.

Art. 26. A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos mencionado no item VIII do artigo 21;

II — sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre energia elétrica mencionado no item VIII do artigo 21; e

III — noventa por cento do produto da arrecadação do imposto sobre minerais do País mencionado no item IX do artigo 21.

§ 1º A distribuição será feita nos termos de lei federal, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, conforme os seguintes critérios:

a) nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicionan-

do-se, quando couber, no tocante ao item II, quota compensatória da área inundada pelos reservatórios;

b) no caso do item III, proporcional à produção.

§ 2º As indústrias consumidoras de minerais do País poderão abater o impôsto a que se refere o item IX do artigo 21 do impôsto sôbre a circulação de mercadorias e do impôsto sôbre produtos industrializados, na proporção de noventa por cento e dez por cento, respectivamente.

CAPÍTULO VI

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I — Disposições Gerais

Art. 27. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 28. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultâneamente em todo o País.

Art. 29. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da União, de 31 de março a 30 de novembro.

§ 1º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

a) pelo Presidente do Senado, em caso de decretação de estado de sítio ou de intervenção federal; ou

b) pelo Presidente da República, quando êste a entender necessária.

§ 2º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional sômente deliberará sôbre a matéria para a qual fôr convocado.

§ 3º Além de reuniões para outros fins previstos nesta Constituição, reunir-se-ão, em sessão conjunta, funcionando como Mesa a do Senado Federal, êste e a Câmara dos Deputados, para:

I — inaugurar sessão legislativa;

II — elaborar regimento comum; e

III — discutir e votar o orçamento.

§ 4º Cada uma das Câmaras reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas.

Art. 30. A cada uma das Câmaras compete elaborar seu regimento interno, dispor sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

a) na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara;

b) não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia;

c) não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

d) a Mesa da Câmara dos Deputados ou a do Senado Federal encaminhará, por intermédio da Presidência da República, somente pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização do Congresso Nacional ou de suas Casas;

e) não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

f) a comissão parlamentar de inquérito funcionará na sede do Congresso Nacional, não sendo permitidas despesas com viagens para seus membros;

g) não será de qualquer modo subvencionada viagem de congressista ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária, de caráter diplomático ou cultural, mediante prévia designação do Poder Executivo e concessão de licença da Câmara a que pertencer o deputado ou senador; e

h) será de dois anos o mandato para membro da Mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição.

Art. 31. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 32. Os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional.

§ 1º Durante as sessões, e quando para elas se dirigirem ou delas regressarem, os deputados e senadores não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime comum ou perturbação da ordem pública.

§ 2º Nos crimes comuns, os deputados e senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 3º A incorporação, às forças armadas, de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença da Câmara respectiva.

§ 4º As prerrogativas processuais dos senadores e deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão, se deixarem eles de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, o convite judicial.

Art. 33. O subsídio, dividido em parte fixa e parte variável, e a ajuda de custo de deputados e senadores serão iguais e estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

§ 1º Por ajuda de custo entender-se-á a compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocada na forma do § 1º do artigo 29.

§ 2º O pagamento da ajuda de custo será feito em duas parcelas, somente podendo o congressista receber a segunda se houver comparecido a dois terços da sessão legislativa ordinária ou de sessão legislativa extraordinária.

§ 3º O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do congressista e à participação nas votações.

§ 4º Serão remuneradas, até o máximo de oito por mês, as sessões extraordinárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; pelo comparecimento a essas sessões e às do Congresso Nacional, será paga remuneração não excedente, por sessão, a um trinta avos da parte variável do subsídio mensal.

Art. 34. Os deputados e senadores não poderão:

I — desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades constantes da alínea anterior;

II — desde a posse:

- a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo, função ou emprego, de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea a do item I;
- c) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal; e
- d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do item I.

Art. 35. Perderá o mandato o deputado ou senador:

I — que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II — cujo procedimento fôr declarado incompatível com o decôro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III — que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara a que pertencer, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela respectiva Casa;

IV — que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; ou

V — que praticar atos de infidelidade partidária, segundo o previsto no parágrafo único do artigo 152.

§ 1º Além de outros casos definidos no regimento interno, considerar-se-á incompatível com o decôro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao congressista ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º Nos casos dos itens I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político.

§ 3º No caso do item III, a perda do mandato poderá ocorrer por provocação de qualquer dos membros da Câmara, de partido político ou do primeiro suplente do partido, e será declarada pela Mesa da Câmara a que pertencer o representante, assegurada plena defesa e podendo a decisão ser objeto de apreciação judicial.

§ 4º Se ocorrerem os casos dos itens IV e V, a perda será automática e declarada pela respectiva Mesa.

Art. 36. Não perderá o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado.

§ 1º Dar-se-á a convocação de suplente apenas no caso de vaga em virtude de morte, renúncia ou investidura na função de Ministro de Estado. Não havendo suplente, só será feita a eleição do substituto em caso de vaga, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2º Com licença de sua Câmara, poderá o deputado ou senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

Art. 37. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Art. 38. Os Ministros de Estado serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado

Federal ou qualquer de suas comissões, quando uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações acêrca de assunto prèviamente determinado.

§ 1º A falta de comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.

§ 2º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as comissões ou o plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção.

Seção II — Da Câmara dos Deputados

Art. 39. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, entre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 1º Cada legislatura durará quatro anos.

§ 2º O número de deputados por Estado será estabelecido em lei, na proporção dos eleitores nêle inscritos, conforme os seguintes critérios:

- a) até cem mil eleitores, três deputados;
- b) de cem mil e um a três milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de cem mil ou fração superior a cinqüenta mil;
- c) de três milhões e um a seis milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de trezentos mil ou fração superior a cento e cinqüenta mil; e
- d) além de seis milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de quinhentos mil ou fração superior a duzentos e cinqüenta mil.

§ 3º Excetuado o de Fernando de Noronha, cada Território será representado na Câmara por um deputado.

§ 4º O número de deputados não vigorará na legislatura em que fôr fixado.

Art. 40. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — declarar, por dois terços dos seus membros, a procedência de acusação contra o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II — proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III — propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

Seção III — Do Senado Federal

Art. 41. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto secreto e direto, dentre os cidadãos maiores de trinta e cinco anos, no exercício de seus direitos políticos, segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado elegerá três senadores, com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 2º Cada senador será eleito com seu suplente.

Art. 42. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aquêles;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade;

III — aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos determinados pela Constituição, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, do Governador do Distrito Federal, bem como dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente;

IV — autorizar empréstimos, operações ou acôrdos externos, de qualquer natureza, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ouvido o Poder Executivo Federal;

V — legislar para o Distrito Federal, segundo o disposto no § 1º do artigo 17, e nêle exercer a fiscali-

zação financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas;

VI — fixar, por proposta do Presidente da República e mediante resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios; estabelecer e alterar limites de prazo, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações por êles emitidas; e proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações dessas entidades;

VII — suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

VIII — expedir resoluções; e

IX — propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos itens I e II, funcionará como Presidente do Senado Federal o do Supremo Tribunal Federal; somente por dois terços de votos será proferida a sentença condenatória, e a pena limitar-se-á à perda do cargo, com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária.

Seção IV — Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 43. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre tôdas as matérias de competência da União, especialmente:

I — tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

II — orçamento anual e plurianual; abertura e operação de crédito; dívida pública; emissões de curso forçado;

III — fixação dos efetivos das forças armadas para o tempo de paz;

IV — planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento;

V — criação de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos, ressalvado o disposto no item III do artigo 55;

VI — limites do território nacional; espaço aéreo e marítimo; bens do domínio da União;

VII — transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII — concessão de anistia; e

IX — organização administrativa e judiciária dos Territórios.

Art. 44. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, nos casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;

IV — aprovar ou suspender a intervenção federal ou o estado de sítio;

V — aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

VI — mudar temporariamente a sua sede;

VII — fixar, para vigor na legislatura seguinte, a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes, os do Presidente e os do Vice-Presidente da República;

VIII — julgar as contas do Presidente da República; e

IX — deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas sessões.

Art. 45. A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.

Seção V — Do Processo Legislativo

Art. 46. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I — emendas à Constituição;
- II — leis complementares à Constituição;
- III — leis ordinárias;
- IV — leis delegadas;
- V — decretos-leis;
- VI — decretos legislativos; e
- VII — resoluções.

Art. 47. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I — de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; ou
- II — do Presidente da República.

§ 1º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.

§ 2º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio.

§ 3º No caso do item I, a proposta deverá ter a assinatura de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 48. Em qualquer dos casos do artigo anterior, itens I e II, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas.

Art. 49. A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 50. As leis complementares somente serão aprovadas, se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Art. 51. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.

§ 1º A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.

§ 2º Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro do prazo de quarenta dias.

§ 3º Na falta de deliberação dentro dos prazos estipulados neste artigo e parágrafos anteriores, considerar-se-ão aprovados os projetos.

§ 4º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á, nos casos previstos neste artigo e em seu § 1º, no prazo de dez dias; findo este, serão tidas por aprovadas, se não tiver havido deliberação.

§ 5º Os prazos do artigo 48, deste artigo e de seus parágrafos e do § 1º do artigo 55 não correrão nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação.

Art. 52. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, comissão do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.

Parágrafo único. Não serão objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, nem os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nem a legislação sobre:

I — a organização dos juízos e tribunais e as garantias da magistratura;

II — a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos e o direito eleitoral; e

III — o sistema monetário.

Art. 53. No caso de delegação a comissão especial, sobre a qual disporá o regimento do Congresso Nacional, o projeto aprovado será remetido a sanção, salvo se, no prazo de dez dias da sua publicação, a maioria dos membros da comissão ou um quinto da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua votação pelo plenário.

Art. 54. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício.

Parágrafo único. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas, inclusive normas tributárias; e

III — criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido por aprovado.

§ 2º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência.

Art. 56. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao Presidente da República e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. A discussão e votação dos projetos de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados, salvo o disposto no § 2º do artigo 51.

Art. 57. É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

I — disponham sobre matéria financeira;

II — criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;

III — fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;

IV — disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal, bem como sobre organização judiciária, administrativa e matéria tributária dos Territórios;

V — disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

VI — concedam anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos cuja iniciativa seja da exclusiva competência do Presidente da República; ou

b) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais.

Art. 58. O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação.

§ 1º Se a Câmara revisora o aprovar, o projeto será enviado a sanção ou a promulgação; se o emendar, volverá à Casa iniciadora, para que aprecie a emenda; se o rejeitar, será arquivado.

§ 2º O projeto de lei, que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de tôdas as comissões, será tido como rejeitado.

§ 3º A matéria constante do projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo

projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras, ressalvadas as proposições de iniciativa do Presidente da República.

Art. 59. Nos casos do artigo 43, a Câmara na qual se haja concluído a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará; para o mesmo fim, ser-lhe-ão remetidos os projetos havidos por aprovados nos termos do § 3º do artigo 51.

§ 1º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Se a sanção fôr negada, quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2º Decorrida a quinzena, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 3º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que, dentro de quarenta e cinco dias, em votação pública, obtiver o voto de dois terços dos membros de cada uma das Casas. Nesse caso, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será considerado mantido.

§ 5º Se a lei não fôr promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos do § 2º e do § 3º, o Presidente do Senado Federal a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Federal.

§ 6º Nos casos do artigo 44, após a aprovação final, a lei será promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

§ 7º No caso do item V do artigo 42, o projeto de lei vetado será submetido apenas ao Senado Federal, aplicando-se, no que couber, o disposto no § 3º.

Seção VI — Do Orçamento

Art. 60. A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita; e

II — as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

Parágrafo único. As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar.

Art. 61. A lei federal disporá sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1º É vedada:

a) a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; e

d) a realização, por qualquer dos Podêres, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 62. O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Podêres, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1º A inclusão, no orçamento anual, da despesa e da receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão legal dos seus recursos.

§ 2º Ressalvados os impostos mencionados nos itens VIII e IX do artigo 21 e as disposições desta Constituição e de leis complementares, é vedada a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 3º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução.

§ 4º Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização fôr promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Art. 63. O orçamento plurianual de investimento consignará dotações para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 64. Lei complementar estabelecerá os limites para as despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 65. É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1º Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.

§ 2º Observado, quanto ao projeto de lei orçamentária anual, o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo seguinte, os projetos de lei mencionados neste artigo somente receberão emendas nas comissões do Congresso Nacional, sendo final o pronunciamento das

comissões, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, que se fará sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

Art. 66. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, para votação conjunta das duas Casas, até quatro meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se, até trinta dias antes do encerramento do exercício financeiro, o Poder Legislativo não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 1º Organizar-se-á comissão mista de senadores e deputados para examinar o projeto de lei orçamentária e sobre ele emitir parecer.

§ 2º Somente na comissão mista poderão ser oferecidas emendas.

§ 3º O pronunciamento da comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo se um terço dos membros da Câmara dos Deputados e mais um terço dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na comissão.

§ 4º Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas à elaboração legislativa.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 67. As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não excederão a quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro e, até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Parágrafo único. Excetuadas as operações da dívida pública, a lei que autorizar operação de crédito, a qual deva ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 68. O numerário correspondente às dotações destinadas à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos Tribunais Federais será entregue no início de cada trimestre, em quotas estabelecidas na programação financeira do Tesouro Nacional, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

Art. 69. As operações de resgate e de colocação de títulos do Tesouro Nacional, relativas à amortização de empréstimos internos, não atendidas pelo orçamento anual, serão reguladas em lei complementar.

Seção VII — Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1º O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º O Tribunal de Contas da União dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente; não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo aquêle Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3º A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas da União, a que caberá realizar as inspeções necessárias.

§ 4º O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamento das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções mencionadas no parágrafo anterior.

§ 5º As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicar-se-ão às autarquias.

Art. 71. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I — criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa;

II — acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento; e

III — avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 72. O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal, tem jurisdição em todo o País.

§ 1.º O Tribunal exerce, no que couber, as atribuições previstas no artigo 115.

§ 2.º A lei disporá sobre a organização do Tribunal, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por êle verificados.

§ 5.º O Tribunal, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das auditorias financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, exceto em relação a contrato;

c) solicitar ao Congresso Nacional, em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 6.º O Congresso Nacional deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea c do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 7.º O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5.º, *ad referendum* do Congresso Nacional.

§ 8.º O Tribunal de Contas da União julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, não dependendo de sua decisão as melhorias posteriores.

CAPÍTULO VII

DO PODER EXECUTIVO

Seção I — Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 73. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 74. O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1.º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 2.º Cada Assembleia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3.º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 75. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

§ 1.º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos.

§ 2.º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples.

§ 3.º O mandato do Presidente da República é de cinco anos.

Art. 76. O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional e, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Congresso Nacional.

Art. 77. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1.º O candidato a Vice-Presidente, que deverá satisfazer os requisitos do artigo 74, considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado; o seu mandato é de cinco anos e na sua posse observar-se-á o disposto no artigo 76 e seu parágrafo único.

§ 2.º O Vice-Presidente, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 78. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 79. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta

a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

Art. 80. O Presidente e o Vice-Presidente não poderão ausentar-se do País sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Seção II — Das Atribuições do Presidente da República

Art. 81. Compete privativamente ao Presidente da República:

I — exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

II — iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

III — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

IV — vetar projetos de lei;

V — dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal;

VI — nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios;

VII — aprovar a nomeação dos prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional;

VIII — prover e extinguir os cargos públicos federais;

IX — manter relações com os Estados estrangeiros;

X — celebrar tratados, convenções e atos internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;

XI — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou, sem prévia autorização, no caso de agressão estrangeira ocorrida no intervalo das sessões legislativas;

XII — fazer a paz, com autorização ou *ad referendum* do Congresso Nacional;

XIII — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nêle permaneçam temporariamente;

XIV — exercer o comando supremo das forças armadas;

XV — decretar a mobilização nacional, total ou parcialmente;

XVI — decretar o estado de sítio;

XVII — decretar e executar a intervenção federal;

XVIII — autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprego ou comissão de govêrno estrangeiro;

XIX — enviar proposta de orçamento ao Congresso Nacional;

XX — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior;

XXI — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias; e

XXII — conceder indulto e comutar penas com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá outorgar ou delegar as atribuições mencionadas nos itens V, VIII, primeira parte, XVIII e XXII dêste artigo aos Ministros de Estado ou a outras autoridades, que observarão os limites traçados nas outorgas e delegações.

Seção III — Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 82. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Podêres constitucionais dos Estados;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária; e

VII — o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 83. O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.

§ 1º Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções.

§ 2º Se, decorrido o prazo de sessenta dias, o julgamento não estiver concluído, será arquivado o processo.

Seção IV — Dos Ministros de Estado

Art. 84. Os Ministros de Estado, auxiliares do Presidente da República, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

Art. 85. Compete ao Ministro de Estado, além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem:

I — exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente;

II — expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III — apresentar ao Presidente da República relatório anual dos serviços realizados no Ministério; e

IV — praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Seção V — Da Segurança Nacional

Art. 86. Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 87. O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional.

Art. 88. O Conselho de Segurança Nacional é presidido pelo Presidente da República e dele participam, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República e todos os Ministros de Estado.

Parágrafo único. A lei regulará a sua organização, competência e funcionamento e poderá admitir outros membros natos ou eventuais.

Art. 89. Ao Conselho de Segurança Nacional compete:

I — estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional;

II — estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessem à segurança nacional;

III — indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse;

IV — dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; e

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

V — modificar ou cassar as concessões ou autorizações mencionadas no item anterior; e

VI — conceder licença para o funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras, bem como autorizar a filiação das nacionais a essas entidades.

Parágrafo único. A lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional e as áreas a esta indispensáveis, cuja utilização regulará, sendo assegurada, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

Seção VI — Das Forças Armadas

Art. 90. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 91. As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da República a direção da política da guerra e a escolha dos Comandantes-Chefes.

Art. 92. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Art. 93. As patentes, com as vantagens, prerrogativas e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva como aos reformados.

§ 1º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos dos militares da ativa, da reserva ou reformados. Os uniformes serão usados na forma que a lei determinar.

§ 2º O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 3º O militar condenado por tribunal civil ou militar a pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, por sentença condenatória passada em julgado,

será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

§ 4º O militar da ativa empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 5º A lei regulará a situação do militar da ativa nomeado para qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta. Enquanto permanecer em exercício, ficará ele agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade, e esta se dará depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei.

§ 6º Enquanto perceber remuneração do cargo a que se refere o parágrafo anterior, o militar da ativa não terá direito aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

§ 7º A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições de transferência para a inatividade.

§ 8º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos militares em serviço ativo; ressalvados os casos previstos em lei, os proventos da inatividade não poderão exceder a remuneração percebida pelo militar da ativa no posto ou graduação correspondentes aos dos seus proventos.

§ 9º A proibição de acumular proventos de inatividade não se aplicará aos militares da reserva e aos reformados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Seção VII — Do Ministério Público

Art. 94. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juízes e tribunais federais.

Art. 95. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2º Nas comarcas do interior, a União poderá ser representada pelo Ministério Público estadual.

Art. 96. O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no § 1º do artigo anterior.

Seção VIII — Dos Funcionários Públicos

Art. 97. Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

§ 1º A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

§ 2º Prescindirá de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 98. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

Parágrafo único. Respeitado o disposto neste artigo, é vedada vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

Art. 99. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

- I — a de juiz com um cargo de professor;
- II — a de dois cargos de professor;
- III — a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou

IV — a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º Em qualquer dos casos, a acumulação sòmente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, emprêsas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3º Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, poderá estabelecer, no interêsse do serviço público, outras exceções à proibição de acumular, restritas a atividades de natureza técnica ou científica ou de magistério, exigidas, em qualquer caso, correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 4º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 100. Serão estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários nomeados por concurso.

Parágrafo único. Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 101. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
ou

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço;

Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é de trinta anos para as mulheres.

Art. 102. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se do feminino; ou

b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 101.

§ 1º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Art. 103. Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Art. 104. O funcionário público investido em mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do exercício do cargo e somente por antiguidade será promovido.

§ 1º O período do exercício de mandato federal ou estadual será contado como tempo de serviço apenas para efeito de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 2º A lei poderá estabelecer outros impedimentos para o funcionário candidato a mandato eletivo, diplomado para exercê-lo ou já em seu exercício.

§ 3º O funcionário municipal investido em mandato gratuito de vereador fará jus à percepção de vantagens de seu cargo nos dias em que comparecer às sessões da Câmara.

Art. 105. A demissão somente será aplicada ao funcionário:

I — vitalício, em virtude de sentença judiciária;

II — estável, na hipótese do número anterior ou mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo único. Invalidada por sentença a demissão, o funcionário será reintegrado; e exonerado quem lhe

ocupava o lugar ou, se ocupava outro cargo, a êste reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 106. O regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada será estabelecido em lei especial.

Art. 107. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único. Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 108. O disposto nesta Seção aplica-se aos funcionários dos três Podêres da União e aos funcionários, em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, e dos Municípios.

§ 1º Aplicam-se, no que couber, aos funcionários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário da União e dos Estados, e aos das Câmaras Municipais, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo.

§ 2º Os Tribunais federais e estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais sòmente poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, por lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.

§ 3º A lei a que se refere o parágrafo anterior será votada em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre êles.

§ 4º Aos projetos de lei de que tratam os §§ 2º e 3º sòmente serão admitidas emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros das respectivas casas legislativas.

Art. 109. Lei federal, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, respeitado o disposto no artigo 97 e seu § 1º e no § 2º do artigo 108, definirá:

I — o regime jurídico dos servidores públicos da União, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — a forma e as condições de provimento dos cargos públicos; e

III — as condições para aquisição de estabilidade.

Art. 110. Os litígios decorrentes das relações de trabalho dos servidores com a União, inclusive as autarquias e as empresas públicas federais, qualquer que seja o seu regime jurídico, processar-se-ão e julgar-se-ão perante os juizes federais, devendo ser interposto recurso, se couber, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 111. A lei poderá criar contencioso administrativo e atribuir-lhe competência para o julgamento das causas mencionadas no artigo anterior.

CAPÍTULO VIII

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I — Disposições Preliminares

Art. 112. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I — Supremo Tribunal Federal;

II — Tribunais Federais de Recursos e juizes federais;

III — Tribunais e juizes militares;

IV — Tribunais e juizes eleitorais;

V — Tribunais e juizes do trabalho;

VI — Tribunais e juizes estaduais.

Parágrafo único. Para as causas ou litígios, que a lei definirá, poderão ser instituídos processo e julgamento de rito sumariíssimo, observados os critérios de descentralização, de economia e de comodidade das partes.

Art. 113. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juizes gozarão das seguintes garantias:

I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — inamovibilidade, exceto por motivo de interesse publico, na forma do § 2º; e

III — irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda, e os impostos extraordinários previstos no artigo 22.

§ 1º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos êsses casos com os vencimentos integrais.

§ 2º O Tribunal competente poderá determinar, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus juizes efetivos, a remoção ou a disponibilidade do juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juizes.

Art. 114. É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistério e nos casos previstos nesta Constituição;

II — receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, porcentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento; e

III — exercer atividade político-partidária.

Art. 115. Compete aos Tribunais:

I — eleger seus Presidentes e demais titulares de sua direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos; e

III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juizes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 116. Sômente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

Art. 117. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Caberá ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Seção II — Do Supremo Tribunal Federal

Art. 118. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Deputados e Senadores, os Ministros de Estado e o Procurador-Geral da República;

b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no item I do artigo 42, os membros dos Tribunais Superiores da União

e dos Tribunais de Justiça dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Territórios;

d) as causas e conflitos entre a União e os Estados ou Territórios ou entre uns e outros, inclusive os respectivos órgãos de administração indireta;

e) os conflitos de jurisdição entre Tribunais Federais de categorias diversas e entre Tribunais de Estados e os do Distrito Federal;

f) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União ou entre autoridades judiciárias de um Estado e as administrativas de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre as destes e as da União;

g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas corpus*, quando o coator ou o paciente fôr Tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal ou se tratar de crime sujeito à mesma jurisdição em única instância;

i) os mandados de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado Federal, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, bem como os impetrados pela União contra atos de governos estaduais;

j) a declaração de suspensão de direitos na forma do artigo 154;

l) a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados; e

n) a execução das sentenças, nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atos processuais;

II — julgar em recurso ordinário:

- a) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- b) os casos previstos no artigo 129, § 1º e § 2º; e
- c) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos tribunais federais ou tribunais de justiça dos Estados, se denegatória a decisão, não podendo o recurso ser substituído por pedido originário;

III — julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou lei federal;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal; ou
- d) der à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha dado outro Tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. As causas a que se refere o item III, alíneas *a* e *d*, dêste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie ou valor pecuniário.

Art. 120. O Supremo Tribunal Federal funcionará em plenário ou dividido em turmas.

Parágrafo único. O regimento interno estabelecerá:

- a) a competência do plenário, além dos casos previstos nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d*, *i*, *j* e *l*, do item I do artigo 119, que lhe são privativos;
- b) a composição e a competência das turmas;
- c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso; e
- d) a competência de seu Presidente para conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

Seção III — Dos Tribunais Federais de Recursos

Art. 121. O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do artigo 118.

§ 1º Lei complementar poderá criar Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco, um no de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e o número de Ministros, cuja escolha se fará na forma dêste artigo, bem como poderá dispor sobre a divisão do atual e dos novos em câmaras de competência privativa, e manter ou reduzir o número de seus juizes.

§ 2º É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3º Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário, câmaras ou turmas.

Art. 122. Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

b) os juizes federais, os juizes do trabalho e os membros dos tribunais regionais do trabalho, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e os do Distrito Federal, nos crimes comuns e de responsabilidade;

c) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal ou de suas câmaras ou turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal ou de juiz federal;

d) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado ou a responsável pela direção geral da polícia federal ou juiz federal; e

e) os conflitos de jurisdição entre juizes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas câmaras ou turmas; entre juizes federais de vária categoria; entre juizes federais subordinados a tribunais diferentes;

entre juizes de Estados diversos; entre juizes de Estados e do Distrito Federal ou dos Territórios; entre juizes do Distrito Federal e dos Territórios; e os conflitos entre juizes de um Território e os de outro; e

II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais.

Parágrafo único. A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

Seção IV — Dos Juizes Federais

Art. 123. Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os juizes federais substitutos, alternadamente, por antiguidade e por escolha em lista triplíce de merecimento, organizada pelo Tribunal Federal de Recursos com jurisdição na circunscrição judiciária onde houver ocorrido a vaga.

Parágrafo único. O provimento do cargo de juiz federal substituto far-se-á mediante concurso público de provas e títulos organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição, devendo os candidatos satisfazer os requisitos de idoneidade moral e de idade maior de vinte e cinco anos.

Art. 124. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juizes federais caberão aos juizes da justiça local, na forma que a lei dispuser. O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Art. 125. Aos juizes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I — as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Militar;

II — as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e municípios ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III — as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV — os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V — os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI — os crimes contra a organização do trabalho ou decorrentes de greve;

VII — os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII — os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX — as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea; e

X — os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

§ 1º As causas em que a União fôr autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território onde tiver domicílio a outra parte; as intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor; e na Capital do Estado onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa ou ainda no Distrito Federal.

§ 2º As causas propostas perante outros juizes, se a União nelas intervier, como assistente ou oponente, passarão a ser da competência do juiz federal respectivo.

§ 3º Processar-se-ão e julgar-se-ão na justiça estadual, no fôro do domicílio dos segurados ou beneficiários as causas em que fôr parte instituição de previdência social e cujo objeto fôr benefício de natureza pecuniária, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal. O recurso, que no caso couber, deverá ser interposto para o Tribunal Federal de Recursos.

§ 4º Nos portos e aeroportos onde não existir vara da justiça federal, serão processadas perante a justiça estadual as ratificações de protestos formados a bordo de navio ou aeronave.

Art. 126. A lei poderá permitir que a ação fiscal e outras sejam promovidas no fôro de Estado ou Território e atribuir ao Ministério Público respectivo a representação judicial da União.

Seção V — Dos Tribunais e Juizes Militares

Art. 127. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e juizes inferiores instituídos por lei.

Art. 128. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha, quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica e cinco entre civis.

§ 1º Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, sendo:

- a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos; e
- b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 2º Os juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

§ 3º Excepcionalmente, oficial-general da reserva de primeira classe poderá ser nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar.

Art. 129. À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º Esse fôro especial estender-se-á aos civis, nos casos expressos em lei, para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 2º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes de que trata o § 1º.

§ 3º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar.

Seção VI — Dos Tribunais e Juizes Eleitorais

Art. 130. Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes:

- I — Tribunal Superior Eleitoral;
- II — Tribunais Regionais Eleitorais;
- III — Juizes Eleitorais;
- IV — Juntas Eleitorais.

Parágrafo único. Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos; os substitutos serão escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 131. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da União, compor-se-á:

- I — mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) de três juizes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal; e
 - b) de dois juizes, entre os membros do Tribunal Federal de Recursos da Capital da União;
- II — por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis advogados de notável saber jurídico e

idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e seu Vice-Presidente entre os três Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 132. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Art. 133. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I — mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; e

b) de dois juizes, dentre juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II — de juiz federal e, havendo mais de um, do que fôr escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos; e

III — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

§ 2º O número dos juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais é irredutível, mas poderá ser elevado, por lei, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 134. A lei disporá sobre a organização das juntas eleitorais, que serão presididas por juiz de direito e cujos membros serão aprovados pelo Tribunal Regional Eleitoral e nomeados pelo seu Presidente.

Art. 135. Os juizes de direito exercerão as funções de juizes eleitorais, com jurisdição plena e na forma da lei.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juizes competência para funções não decisórias.

Art. 136. Os juizes e membros dos tribunais e juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes fôr aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Art. 137. A lei estabelecerá a competência dos juízes e Tribunais Eleitorais, incluindo entre as suas atribuições:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos, assim como a fiscalização das suas finanças;

II — a divisão eleitoral do País;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação das datas das eleições, quando não determinadas por disposição constitucional ou legal;

V — o processamento e apuração das eleições e a expedição dos diplomas;

VI — a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e os que lhes são conexos, bem como os de *habeas corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o julgamento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos; e

IX — a decretação da perda de mandato de senadores, deputados e vereadores nos casos do parágrafo único do artigo 152.

Art. 138. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, quando:

I — forem proferidas contra expressa disposição de lei;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III — versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais; ou

IV — denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Art. 139. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus*, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 140. Os Territórios Federais do Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando de Noronha ficam sob

a jurisdição, respectivamente, dos Tribunais Regionais Eleitorais do Pará, Amazonas, Acre e Pernambuco.

*Seção VII — Dos Tribunais e Juízos
do Trabalho*

Art. 141. Os órgãos da Justiça do Trabalho são os seguintes:

- I — Tribunal Superior do Trabalho;
- II — Tribunais Regionais do Trabalho;
- III — Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete juizes com a denominação de ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal; sete entre magistrados da Justiça do Trabalho; dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do artigo 118; e

b) seis classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos trabalhadores, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o que a lei dispuser e vedada a recondução por mais de dois períodos.

§ 2º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes e instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito.

§ 3º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 4º A lei, observado o disposto no § 1º, disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de empregadores e trabalhadores.

§ 5º Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de dois terços de juizes togados vitalícios e um terço de juizes classistas temporários, assegurada,

entre os juizes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, nas proporções estabelecidas na alínea a do § 1º.

Art. 142. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e, mediante lei, outras controvérsias oriundas de relação de trabalho.

§ 1º A lei especificará as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

§ 2º Os litígios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios.

Art. 143. As decisões do Tribunal Superior do Trabalho serão irrecorríveis, salvo se contrariarem esta Constituição, caso em que caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VIII — Dos Tribunais e Juizes Estaduais

Art. 144. Os Estados organizarão a sua justiça, observados os artigos 113 a 117 desta Constituição e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com participação do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista tríplice;

II — a promoção de juizes far-se-á de entrância a entrância, por antiguidade e por merecimento alternadamente, observado o seguinte:

a) apurar-se-á na entrância a antiguidade e o merecimento, êste em lista tríplice;

b) no caso de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) somente após três anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago;

III — o acesso aos Tribunais de segunda instância dar-se-á por antiguidade e por merecimento, alternadamente. A antiguidade apurar-se-á na última entrância, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça. Neste caso, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria dos desembargadores, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação. No caso de merecimento, a lista triplíce compor-se-á de nomes escolhidos dentre os juizes de qualquer entrância;

IV — na composição de qualquer Tribunal um quinto dos lugares será preenchido por advogados, em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados em lista triplíce.

§ 1º A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça:

a) tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado ou de espécies ou de umas e outras;

b) juizes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e poderão substituir juizes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei e com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou irrecorríveis;

d) justiça militar estadual de primeira instância constituída pelos Conselhos de Justiça, que terão como órgãos de segunda instância o próprio Tribunal de Justiça.

§ 2º Em caso de mudança da sede do juízo, será facultado ao juiz remover-se para ela ou para comarca de igual entrância ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais.

§ 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça processar e julgar os membros do Tribunal de Alçada

e os juizes de inferior instância, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

§ 4º Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores e não podendo nenhum membro da justiça estadual perceber mensalmente importância total superior ao limite máximo estabelecido em lei federal.

§ 5º Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciárias, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos.

§ 6º Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do número de seus membros ou dos membros dos tribunais inferiores de segunda instância.

Título II

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

CAPÍTULO I

DA NACIONALIDADE

Art. 145. São brasileiros:

I — natos:

a) os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos fora do território nacional, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior ou, não registrados, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade; neste caso, alcançada esta, deverão, dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira.

II — naturalizados:

a) os que adquiriram a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, itens IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

b) pela forma que a lei estabelecer:

1 — os nascidos no estrangeiro, que hajam sido admitidos no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, estabelecidos definitivamente no território nacional. Para preservar a nacionalidade brasileira, deverão manifestar-se por ela, inequivocamente, até dois anos após atingir a maioridade;

2 — os nascidos no estrangeiro que, vindo residir no País antes de atingida a maioridade, façam curso superior em estabelecimento nacional e requeiram a nacionalidade até um ano depois da formatura;

3 — os que, por outro modo, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigidas aos portugueses apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

Parágrafo único. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Senador, Deputado Federal, Governador do Distrito Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos, os de Embaixador e os das carreiras de Diplomata, de Oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Art. 146. Perderá a nacionalidade o brasileiro que:

I — por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — sem licença do Presidente da República, aceitar comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro; ou

III — em virtude de sentença judicial, tiver cancelada a naturalização por exercer atividade contrária ao interesse nacional.

Parágrafo único. Será anulada por decreto do Presidente da República a aquisição de nacionalidade obtida em fraude contra a lei.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 147. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

§ 2º Os militares serão alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

§ 3º Não poderão alistar-se eleitores:

- a) os analfabetos;
- b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; e
- c) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 149. Assegurada ao paciente ampla defesa, poderá ser declarada a perda ou a suspensão dos seus direitos políticos.

§ 1º O Presidente da República decretará a perda dos direitos políticos:

- a) nos casos dos itens I, II e parágrafo único do artigo 146;
- b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral; ou
- c) pela aceitação de condecoração ou título nobiliário estrangeiros que importem restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

§ 2º A perda ou a suspensão dos direitos políticos dar-se-á por decisão judicial:

- a) no caso do item III do artigo 146;
- b) por incapacidade civil absoluta, ou

c) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos.

§ 3º Lei complementar disporá sobre a especificação dos direitos políticos, o gozo, o exercício, a perda ou suspensão de todos ou de qualquer deles e os casos e as condições de sua requalificação.

Art. 150. São inelegíveis os inalistáveis.

§ 1º Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao candidatar-se a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao candidatar-se a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado para tratar de interesse particular; e

c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a inatividade, nos termos da lei.

§ 2º A elegibilidade, a que se referem as alíneas a e b do parágrafo anterior, não depende, para o militar da ativa, de filiação político-partidária que seja ou venha a ser exigida por lei.

Art. 151. Lei complementar estabelecerá os casos de inelegibilidade e os prazos dentro dos quais cessará esta, visando a preservar:

I — o regime democrático;

II — a probidade administrativa;

III — a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego públicos da administração direta ou indireta, ou do poder econômico; e

IV — a moralidade para o exercício do mandato, levada em consideração a vida pregressa do candidato.

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas, desde já em vigor, na elaboração da lei complementar:

a) a irreelegibilidade de quem haja exercido cargo de Presidente e de Vice-Presidente da República, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de

Vice-Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;

b) a inelegibilidade de quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, haja sucedido ao titular ou o tenha substituído em qualquer dos cargos indicados na alínea a;

c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outra no prazo marcado pela lei, o qual não será maior de seis nem menor de dois meses anteriores ao pleito;

d) a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou de Território, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito; e

e) a obrigatoriedade de domicílio eleitoral no Estado ou no município por prazo entre um e dois anos, fixado conforme a natureza do mandato ou função.

CAPÍTULO III

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;

III — atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV — fiscalização financeira;

V — disciplina partidária;

VI — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;

VII — exigência de cinco por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, em sete Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um dêles; e

VIII — proibição de coligações partidárias.

Parágrafo único. Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

§ 6º Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.

§ 7º Sem caráter de obrigatoriedade, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às forças armadas e auxiliares, e, nos estabelecimentos

de internação coletiva, aos interessados que a solicitarem, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais.

§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.

§ 9º É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas.

§ 10. A casa é o asilo inviolável do indivíduo; ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.

§ 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício do cargo, função ou emprego na Administração Pública, direta ou indireta.

§ 12. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal.

§ 13. Nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente. A lei regulará a individualização da pena.

§ 14. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

§ 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá fôro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 16. A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior, no relativo ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu.

§ 17. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 18. É mantida a instituição do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 19. Não será concedida a extradição do estrangeiro por crime político ou de opinião, nem, em caso algum, a de brasileiro.

§ 20. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá *habeas corpus*.

§ 21. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 22. É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no artigo 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

§ 23. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 24. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como a propriedade das marcas de indústria e comércio e a exclusividade do nome comercial.

§ 25. Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.

§ 26. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, nêle permanecer ou dêle sair, respeitados os preceitos da lei.

§ 27. Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.

§ 28. É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial.

§ 29. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, ressaltados a tarifa alfandegária e a de transporte, o impôsto sôbre produtos industrializados e o impôsto lançado por motivo de guerra e demais casos previstos nesta Constituição.

§ 30. É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Podêres Públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridade.

§ 31. Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

§ 32. Será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei.

§ 33. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*.

§ 34. A lei disporá sôbre a aquisição da propriedade rural por brasileiro e estrangeiro residente no País, assim como por pessoa natural ou jurídica, estabelecendo condições, restrições, limitações e demais exigências, para a defesa da integridade do território, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade.

§ 35. A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 36. A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Art. 154. O abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.

Parágrafo único. Quando se tratar de titular de mandato eletivo, o processo não dependerá de licença da Câmara a que pertencer.

CAPÍTULO V

DO ESTADO DE SÍLIO

Art. 155. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de:

I — grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;

II — guerra.

§ 1º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que essa providência abrangerá, bem como as normas que serão observadas, e nomeará as pessoas incumbidas de sua execução.

§ 2º O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:

a) obrigação de residência em localidade determinada;

b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;

c) busca e apreensão em domicílio;

d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;

e) censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; e

f) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício de cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

§ 3º A fim de preservar a integridade e a independência do País, o livre funcionamento dos Poderes e

a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei.

Art. 156. A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a 180 dias, podendo ser prorrogada, se persistirem as razões que o determinarem.

§ 1º O decreto de estado de sítio ou de sua prorrogação será submetido, dentro de cinco dias, com a respectiva justificação, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

§ 2º Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo seu Presidente.

Art. 157. Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no artigo 154, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único. As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio por deliberação da Casa a que eles pertencerem.

Art. 158. Findo o estado de sítio, cessarão os seus efeitos e o Presidente da República, dentro de trinta dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificação das providências adotadas.

Art. 159. A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário.

Título III

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 160. A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I — liberdade de iniciativa;

II — valorização do trabalho como condição da dignidade humana;

III — função social da propriedade;

IV — harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção;

V — repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros; e

VI — expansão das oportunidades de emprego produtivo.

Art. 161. A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 1º A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxa dos juros, prazo e condições do resgate.

§ 2º A desapropriação de que trata este artigo é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o acima disposto, conforme for estabelecido em lei.

§ 3º A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 4º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

§ 5º Os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade sujeita a desapropriação na forma deste artigo.

Art. 162. Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

Art. 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por

motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

Parágrafo único. Para atender a intervenção de que trata êste artigo, a União poderá instituir contribuições destinadas ao custeio dos respectivos serviços e encargos, na forma que a lei estabelecer.

Art. 164. A União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócio-econômica.

Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família;

II — salário-família aos seus dependentes;

III — proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, côr e estado civil;

IV — salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V — integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo fôr estabelecido em lei;

VI — duração diária do trabalho não excedente a oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII — repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;

VIII — férias anuais remuneradas;

IX — higiene e segurança do trabalho;

X — proibição de trabalho, em indústrias insalubres, a mulheres e menores de dezoito anos, de trabalho noturno a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de doze anos;

XI — descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo e do salário;

XII — fixação das porcentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente;

XIV — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI — previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;

XVII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XVIII — colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XIX — aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral; e

XX — greve, salvo o disposto no artigo 162.

Parágrafo único. Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 166. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1º Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas.

§ 2º É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

Art. 167. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I — obrigação de manter serviço adequado;

II — tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato; e

III — fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

Art. 168. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3º A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

Art. 169. A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

Art. 170. Às empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

§ 1º Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.

§ 2º Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações.

§ 3º A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Art. 171. A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência para aquisição, até cem hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família.

Parágrafo único. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 172. A lei regulará, mediante prévio levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de terras sujeitas a intempéries e calamidades. O mau uso da terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílios do Governo.

Art. 173. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

§ 1º Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, serão brasileiros natos.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos navios nacionais de pesca, sujeitos a regulamentação em lei federal.

Art. 174. A propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão, são vedadas:

- I — a estrangeiros;
- II — a sociedades por ações ao portador; e
- III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos.

§ 1º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo caberão somente a brasileiros natos.

§ 2º Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

Título IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Podêres Públicos.

§ 1º O casamento é indissolúvel.

§ 2º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedimentos e prescrições da lei, o ato fôr inscrito no registro público, a requerimento do celebrante ou de qualquer interessado.

§ 3º O casamento religioso celebrado sem as formalidades do parágrafo anterior terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, fôr inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º Lei especial disporá sôbre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sôbre a educação de excepcionais.

Art. 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§ 1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Podêres Públicos.

§ 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Podêres Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I — o ensino primário sômente será ministrado na língua nacional;

II — o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;

III — o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;

IV — o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará;

V — o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio;

VI — o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá, sempre, de prova de habilitação, que consistirá em concurso público de provas e títulos, quando se tratar de ensino oficial; e

VII — a liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério, ressalvado o disposto no artigo 154.

Art. 177. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 1º A União prestará assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para desenvolvimento dos seus sistemas de ensino.

§ 2º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional, que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 178. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquêlê fim, mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. As emprêsas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.

Art. 179. As ciências, as letras e as artes são livres, ressalvado o disposto no parágrafo 8º do artigo 153.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico.

Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Título V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 181. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — os atos do Governo Federal, com base nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos Ministros Militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República, com base no Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969;

II — as resoluções, fundadas em Atos Institucionais, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos e vereadores quando no exercício dos referidos cargos; e

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares indicados no item I.

Art. 182. Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses Atos ou dos seus dispositivos que forem considerados desnecessários.

Art. 183. O mandato do Presidente e o do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, terminarão em 15 de março de 1974.

Art. 184. Cessada a investidura no cargo de Presidente da República, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Se o Presidente da República, em razão do exercício do cargo, fôr atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de tratamento médico e hospitalar correrão por conta da União.

Art. 185. São inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Governador e Vice-Governador, de Prefeito e Vice-Prefeito, e demais cargos eletivos, os cidadãos que, mediante decreto do Presidente da República, com fundamento em Ato Institucional, hajam sofrido a suspensão dos seus direitos políticos.

Art. 186. O mandato das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no período que se iniciará em 31 de março de 1970, será de um ano, não podendo ser reeleito qualquer de seus membros para a Mesa do período seguinte.

Art. 187. Durante a legislatura que findará em 31 de janeiro de 1971, não perderá o mandato o deputado ou senador investido na função de Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

Art. 188. Sòmente a partir da próxima legislatura prevalecerá a redução do número de deputados federais e deputados estaduais.

Art. 189. A eleição para Governadores e Vice-Governadores dos Estados, em 1970, será realizada, em sessão pública e mediante votação nominal, pelo sufrágio de um colégio eleitoral constituído pelas respectivas Assembléias Legislativas.

Parágrafo único. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa do Estado, no dia 3 de outubro de 1970, e a eleição deverá processar-se nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 75.

Art. 190. Sòmente para o exercício de mandato na atual legislatura não se aplica a proibição de atividade

político-partidária aos ministros ou juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 191. Continuará em funcionamento apenas o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, salvo deliberação em contrário da respectiva Câmara, sendo declarados extintos todos os outros tribunais de contas municipais.

Art. 192. São mantidos como órgãos de segunda instância da justiça militar estadual os tribunais especiais criados, para o exercício dessas funções, antes de 15 de março de 1967.

Art. 193. O título de Ministro é privativo dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos da carreira de Diplomata.

Parágrafo único. Os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal terão o título de Conselheiros.

Art. 194. Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até 15 de março de 1967, assim como a estabilidade de funcionários amparados pela legislação anterior àquela data.

Art. 195. Os atuais substitutos de auditor e promotor da Justiça Militar da União, que tenham adquirido estabilidade nessas funções, poderão ser aproveitados em cargo inicial dessas carreiras, respeitados os direitos dos candidatos aprovados em concurso.

Art. 196. É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 197. Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;

b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no § 1º do artigo 97;

c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração direta ou indireta ou contribuinte da Previdência Social; e

d) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

Art. 199. Respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 145, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros.

Art. 200. As disposições constantes desta Constituição ficam incorporadas, no que couber, ao direito constitucional legislado dos Estados.

Parágrafo único. As Constituições dos Estados poderão adotar o regime de leis delegadas, proibidos os decretos-leis».

Art. 2º A presente Emenda entrará em vigor no dia 30 de outubro de 1969.

Brasília, 17 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

I — ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL Nº 16, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no exercício da Presidência da República, ouvido o Alto Comando das Forças Armadas, e

Considerando ter sido o Presidente da República, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, atacado de lamentável e grave enfermidade;

Considerando estar Sua Excelência totalmente impedido, no momento, para o pleno exercício de suas funções, não obstante achar-se em estado de lucidez;

Considerando a conclusão exarada em laudo médico proferido, aos vinte e cinco de setembro próximo passado e confirmada em novo laudo, com data de quatro do corrente, pelos renomados especialistas que o assistem, de que “se eventualmente o Presidente da República, lúcido como está, vier a atingir a recuperação completa desejada por todos, poderá reassumir suas funções, ficando, porém, novamente exposto a situações de “stress” que contribuiriam para sua enfermidade atual”;

Considerando que, diante disso, a reassunção de seu cargo, se para tanto viesse a readquirir condições, não se poderia dar sem grave e irreparável risco para sua saúde;

Considerando que a conjuntura nacional impõe encargos cada vez mais pesados ao Chefe do Poder Executivo;

Considerando que o Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, com o conhecimento da sua família, manifestou desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo;

Considerando que os superiores interesses do País exigem o preenchimento imediato, em caráter permanente, do cargo de Presidente da República; e

Considerando, por fim, que o Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto do corrente ano, no seu artigo 1º, atribuiu aos Ministros Militares a substituição do Presidente da República no seu impedimento temporário, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º É declarada a vacância do cargo de Presidente da República, visto que o seu titular, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, está inabilitado para exercê-lo, em razão da enfermidade que o acometeu.

Art. 2º É declarado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse do novo Presidente e Vice-Presidente, a vigência do artigo 80 da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Art. 3º Enquanto não se realizarem a eleição e posse do Presidente da República, a Chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos Ministros Militares.

Art. 4º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, de que trata este Ato, será realizada no dia 25 do corrente mês de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º A sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para os fins deste artigo, será dirigida pela Mesa da primeira dessas Casas do Congresso.

§ 2º Os partidos políticos, por seus Diretórios Nacionais, inscreverão, perante a Mesa do Senado Federal, os candidatos a Presidência e Vice-Presidência da República até vinte e quatro horas antes do dia marcado para o pleito.

§ 3º O Diretório Nacional de cada partido funcionará, para escolha dos candidatos a que se refere o parágrafo anterior, com poderes de convenção nacional, dispersados os prazos e as demais formalidades estabelecidas pela Lei Eleitoral.

§ 4º Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver maioria absoluta de votos.

§ 5º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 6º O candidato a Vice-Presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado.

§ 7º Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.

§ 8º A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República dar-se-á no dia 30 de outubro do corrente ano, em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 5º O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do artigo anterior, terminará a 15 de março de 1974.

Art. 6º Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, poderão, até 30 do corrente mês de outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante, legislar, mediante Decreto-lei, sobre todas as matérias de competência da União.

Art. 7º As atuais mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, irrecogíveis para o período imediato, têm seus mandatos prorrogados até 31 de março de 1970, elegendo-se, todavia, novos membros para as vagas existentes ou que vierem a ocorrer.

Art. 8º Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente ato institucional e atos complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

Art. 9º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL Nº 17, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º, do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, e

Considerando que se torna imperiosa a adoção de medidas que preservem a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e a harmonia política e social do Brasil;

Considerando que as Forças Armadas, como instituições que servem de sustentáculo dos poderes constituídos, da lei e da ordem, são organizadas com base nos princípios da hierarquia e da disciplina, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. A sanção prevista neste artigo aplicar-se-á quando, em face dos antecedentes, do valor próprio e dos serviços prestados à Marinha, ao Exército, à Aeronáutica e à Revolução, for de presumir-se que o militar assim punido possa vir a reintegrar-se no espírito e nos deveres próprios da instituição militar.

Art. 2º O afastamento temporário do serviço ativo não implicará, salvo declaração em contrário, qualquer restrição quanto às atividades civis nem à percepção de vencimentos e vantagens a que fizer jus, de acordo com o posto e o tempo de serviço.

Art. 3º Findo o prazo previsto no artigo 1º, o Ministro de Estado, ouvido o Alto Comando ou órgão correspondente do respectivo Ministério Militar, promoverá ou a reversão do militar ao serviço ativo, ou a sua transferência definitiva para a reserva.

Art. 4º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como seus respectivos efeitos.

Art. 5º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 69, DE 6 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LIRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tasso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Sámas

ATO COMPLEMENTAR Nº 70, DE 6 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 71, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º, do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, e tendo em conta o disposto no artigo 1º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Até 15 de março de 1971, o Marechal Arthur da Costa e Silva terá direito a honras de Chefe de Estado e disporá de um gabinete pessoal, constituído por um chefe de gabinete, um secretário particular e três ajudantes-de-ordens, de sua livre escolha.

Parágrafo único. Ficará à disposição do Marechal Arthur da Costa e Silva, até a mesma data, para sua residência, o Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com os serviços necessários ao seu pleno funcionamento.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Newton Burlamaqui Barreira
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 72, DE 15 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 22 de outubro corrente, o recesso do Congresso Nacional, decretado pelo Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 73, DE 15 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º É convocado o Congresso Nacional para, nos termos do artigo 4º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, proceder, no dia 25 do corrente mês, às 15,00 horas, à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Art. 2º A diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República, a serem eleitos na data a que se refere o artigo anterior, caberá à Mesa do Senado Federal.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuva Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 74, DE 20 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que o art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, que dispôs sobre o imposto de renda, facultou às pessoas jurídicas, de modo geral, a correção do valor original dos bens do seu ativo imobilizado, outorgando-lhes benefício fiscal representado pela redução do mesmo imposto;

Considerando que a Lei nº 4.357, de 24 de julho de 1964, revogando a faculdade até então vigente, criou a correção monetária obrigatória dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas, excluindo expressamente dessa obrigatoriedade as empresas concessionárias de serviços públicos,

Considerando que o Decreto nº 54.295, de 23 de setembro de 1964, ao pretender regulamentar, tão-só em relação às concessionárias de serviços portuários, o artigo 57, da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, já anteriormente revogado, equiparou, em seu artigo 1º, o ativo imobilizado daquelas empresas ao seu capital da concessão (capital inicial e adicionais);

Considerando que, com base nas duas leis acima indicadas, de objetivos preponderantemente fiscais, procurou-se alcançar resultados manifestamente inconvenientes quanto à remuneração anual do capital das concessionárias dos serviços portuários e com efeitos mais desvantajosos, ainda, com relação aos pagamentos a serem feitos pelo Tesouro Nacional, nos termos da lei portuária, pela reversão dos bens ao término das concessões,

Considerando que o capital da concessão de serviços portuários, abrangendo a totalidade dos investimentos feitos desde o início das concessões, compreende inclusive bens desaparecidos, colocados em desuso ou totalmente deteriorados, que jamais serão restituídos à União, como Poder Concedente;

Considerando que o Tesouro Nacional já vem sendo onerado, atualmente, de forma direta pelos encargos referentes à renovação, reposição e substituição de materiais utilizados nos portos nacionais, ou indiretamente quando aquelas providências correm à conta de custeio;

Considerando que nas concessões dos serviços portuários e na legislação especial que regula a remuneração do capital ali aplicado não ficou prevista ou autorizada qualquer forma específica de atualização do valor do capital da concessão, não se justificando a aplicação de um regime especial de correção monetária às empresas em causa, nem, portanto, que o Poder Concedente continue sujeito, sem qualquer contrapartida, a prejuízos decorrentes do considerável aumento da remuneração anual prevista na lei portuária, e das indenizações que, afinal, deverá pagar às concessionárias dos serviços portuários;

Considerando que o Decreto-lei nº 188, de 23 de fevereiro de 1967, declarou nulas e de nenhum efeito as disposições do Decreto nº 54.295, de 23 de setembro de 1964, que equiparam "investimento" feito no porto pela respectiva concessionária a "capital imobilizado" desta e "ativo imobilizado" do capital da concessionária ao próprio "capital da concessão (capital inicial e adicionais)", e determinou ainda a dedução obrigatória da depreciação sofrida pelo bem quando da apuração do respectivo valor corrigido;

Considerando, finalmente, a necessidade de, em definitivo, serem fixadas normas para correta aplicação da correção monetária às concessionárias dos serviços portuários, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º — Na correção monetária, a partir de 28 de novembro de 1958, do registro contábil do valor original dos bens lançados no ativo imobilizado do capital das concessionárias de serviços portuários, para efeito de fixação do respectivo Capital Reconhecido, serão atendidos todos os princípios da lei tributária, especialmente o referente à prévia dedução da depreciação sofrida pelo bem reavaliado.

§ 1º — A correção monetária será feita sobre os valores dos bens objeto dos projetos de obras aprovados e não sobre os valores do crédito representado pelo capital de concessão.

§ 2º — Os valores iniciais do ativo imobilizado corresponderão aos valores iniciais dos bens objeto dos projetos de obras aprovados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais ou pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, ficando esses bens sujeitos à depreciação para o efeito da aplicação da correção monetária de que trata esse artigo.

§ 3º — No cálculo da depreciação serão, também, levados em conta os valores correspondentes a investimentos feitos no porto, pelo Poder Concedente, diretamente, ou por órgão descentralizado, ou a investimentos feitos por conta de custeio, visando à reposição, substituição ou conservação dos bens de que trata o artigo anterior.

§ 4º — A dedução no ativo sujeito à correção monetária será integral quando verificada a baixa física do bem, sua depreciação total ou sua alienação.

§ 5º — O valor das depreciações deduzidas no ativo imobilizado não ficará sujeito à correção monetária, continuando a integrar, pelo seu valor original, nos termos da legislação portuária, o capital reconhecido da concessionária.

§ 6º — As importâncias relativas aos Fundos de Amortização destinados à restituição do valor do capital reconhecido somente serão corrigidos monetariamente enquanto permanecerem em poder das concessionárias.

Art. 2º — Procedida a verificação das correções monetárias efetuadas pelas empresas concessionárias de serviços portuários, os resultados apurados de acordo com este Ato Complementar, constituirão, ano a ano, o "Capital Reconhecido" (Inicial e adicionais) de cada empresa para todos os efeitos da legislação portuária.

§ 1º — O Ministério da Fazenda e o Ministério dos Transportes procederão à verificação de que trata este artigo, apurando o efetivo Capital Reconhecido de cada concessionária a partir de 28 de novembro de 1958.

§ 2º — O Capital Reconhecido de cada concessionária, resultante da aplicação da correção monetária, terá a aprovação final do Ministro dos Transportes.

§ 3º — Quando o capital da concessão declarado pela concessionária fôr superior ao Capital Reconhecido apurado na forma do disposto neste Ato Complementar, e tiver servido de base para a remuneração anual de 10 % (dez por cento), prevista na lei portuária, os valores excedentes serão considerados como remuneração anual antecipada, a ser deduzida de futuras remunerações ou compensada quando do término da concessão.

§ 4º — As parcelas de qualquer Fundo ou Reserva constituídos por remuneração não distribuída do capital declarado e que se incluam no excesso de que trata o parágrafo anterior, serão acrescidas ao Fundo de Amortização de que trata o art. 11 do Decreto nº 24.599, de 16 de junho de 1934 e art. 18 da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958.

§ 5º — Os saldos do Fundo de Amortização referido no parágrafo anterior existentes após o pagamento pelo término da concessão, serão incorporação ao Fundo Portuário Nacional, como receita eventual.

Art. 3º — As empresas concessionárias de portos nacionais não poderão, a partir da data deste Ato Complementar, corrigir monetariamente o valor de quaisquer bens do seu ativo imobilizado, exceto quando dessa correção não implique direta ou indiretamente em aumento do valor do capital reconhecido.

Art. 4º — A Lei estabelecerá as normas necessárias para cumprimento deste Ato Complementar, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreasza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 75, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 3º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprégo ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União,

como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.

Art. 2º Ficam nulos, de pleno direito, os atos praticados em desacôrdo com as disposições do presente Ato Complementar.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 76, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em conta o disposto nos arts. 75, § 3º, e 183 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os artigos 1º, 7º, 8º e 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 O Poder Executivo elaborará Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração igual à do mandato do Presidente da República, os quais serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional até 15 de setembro do primeiro ano do mandato presidencial.

Art. 7º Aplicam-se ao Orçamento Plurianual de Investimentos o art. 65 e seus parágrafos da Constituição.

Art. 8º O Congresso Nacional apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de (90) noventa dias e na forma prevista no art. 66, e seus parágrafos, da Constituição.

Art. 10. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento será encaminhado ao Congresso Nacional até 15 de setembro de 1971 e terá vigência nos exercícios de 1972, 1973 e 1974.”

Art. 2º O próximo Orçamento Plurianual de Investimentos, abrangendo os exercícios de 1971, 1972 e 1973, será encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de março de 1971.

Art. 3º O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 77, DE 27 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que, pelos motivos constantes do Ato Complementar número 66, de 19 de setembro de 1969, as Convenções Nacionais dos partidos políticos foram transferidas para o dia 5 de março de 1970, e

Considerando que as razões determinantes para aquele adiamento não mais subsistem, sendo aconselhável a antecipação das referidas Convenções, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º As Convenções Nacionais, que deverão proceder à eleição dos Diretórios Nacionais dos partidos políticos, de acordo com o que prescreve o Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, alterado pelo Ato Complementar nº 56, de 18 de junho de 1969, serão realizadas no dia 20 de novembro de 1969.

Art. 2º Terminará no dia 5 de novembro de 1969 o prazo para o registro de candidatos ao Diretório Nacional dos partidos políticos, nos termos do artigo 10 do Ato Complementar nº 54, de 20 de maio de 1969, ficando reduzidos pela metade os prazos de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo 13, §§ 1º e 2º do artigo 14 e artigo 15 do mesmo Ato Complementar e tão-somente para as Convenções referidas no presente Ato Complementar.

Art. 3º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

III — LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 4 — DE 2
DE DEZEMBRO DE 1969

Concede isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias:

I — As saídas de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular;

II — As saídas de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome;

III — As saídas de mercadorias destinadas ao mercado interno e produzidas em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional, com participação de indústrias do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

IV — As entradas de mercadorias em estabelecimento do importador, quando importadas do exterior e destinadas à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno, como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do País, contra pagamento com recursos provenientes de divisas conversíveis, provenientes de financiamento a longo prazo de ins-

tituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

V — As entradas de mercadorias importadas do exterior, quando destinadas à utilização como matéria prima em processos de industrialização, em estabelecimento do importador, desde que as saídas dos produtos industrializados resultantes fiquem efetivamente sujeitas ao pagamento do imposto;

VI — As entradas de mercadorias cuja importação estiver isenta do imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros;

VII — As entradas, em estabelecimento do importador de mercadorias importadas do exterior sob o regime de *draw back*;

VIII — As saídas de estabelecimento de empreiteiro de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas às construções, obras ou serviços referidos, a cargo do remetente;

IX — As saídas de mercadorias de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situado no mesmo Estado;

X — As saídas de mercadorias de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimentos, no mesmo Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou da federação de cooperativa de que a cooperativa remetente faça parte;

XI — As saídas de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia e de suas soluções, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfatos de amônia, de enxofre de estabelecimento onde se processado a respectiva industrialização;

a) a estabelecimentos onde se industrializem atubos simples ou compostos e fertilizantes;

b) a outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se tiver processado a industrialização;

c) a estabelecimento produtor.

XII — As saídas dos produtos mencionados no inciso anterior do estabelecimento referido na alínea b do mesmo inciso, com destino a estabelecimento onde se industrializem adubos simples e compostos ou fertilizantes e a estabelecimento produtor;

XIII — As saídas, de quaisquer estabelecimentos, de rações balanceadas para animais, adubos simples ou compostos, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, sarnicidas, pintos de um dia, mudas de plantas e sementes certificadas pelos órgãos competentes;

XIV — As saídas, de quaisquer estabelecimentos, de máquinas e implementos agrícolas, e de tratores, aquêles e estes quando produzidos no País.

§ 1º As isenções de que trata o inciso XIII aplicam-se exclusivamente aos produtos destinados ao uso na pecuária, na avicultura e na agricultura.

§ 2º A isenção de que trata o inciso XIV vigorará até o dia 31 de dezembro de 1974.

Art. 2º As empresas produtoras de discos fonográficos e de outros materiais de gravação de som poderão abater do montante do imposto de circulação de mercadorias, o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa, no mesmo período, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no País, assim como aos seus herdeiros e sucessores, mesmo através de entidades que os representem.

Art. 3º Nas saídas de bens de capital de origem estrangeira, promo-

vidas pelo estabelecimento que, com a isenção prevista no inciso VI do art. 1º, houver realizado a importação, a base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias será a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo da aquisição dos referidos bens.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, consideram-se bens de capital as máquinas e aparelhos, bem como suas peças, acessórios e sobressalentes, classificados nos capítulos 84 (oitenta e quatro) a 90 (noventa) da Tabela Anexa ao regulamento do imposto sobre produtos industrializados, quando, por sua natureza, se destinem a emprego direto na produção agrícola ou industrial e na prestação de serviços.

Art. 4º Não serão aplicadas penalidades aos contribuintes do imposto sobre circulação de mercadorias por infrações, praticadas entre 1º de janeiro de 1969 e 31 de dezembro do mesmo ano, relativas às entradas e saídas dos bens de capital de origem estrangeira que tenham importado.

Art. 5º Continuam em vigor o art. 4º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior pertinente à matéria nêle tratada; o art. 5º do Decreto-lei nº 244, de 28 de fevereiro de 1967 e o art. 2º do Decreto-lei nº 932, de 10 de outubro de 1969.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1969: 148ª da Independência e 81ª da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Antônio Delfim Netto

IV — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 904 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1969

*Dispõe sobre entidades do Ministério
da Saúde.*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, instituída pela lei nº 3.750, de 11 de abril de 1960, passa a denominar-se Fundação Serviços de Saúde Pública, que terá por finalidade promover, coordenar e, supletivamente, executar atividades de prevenção e controle de doenças no território nacional.

Parágrafo único. A Fundação passará a reger-se por novo estatuto, a ser expedido pelo Presidente da República, em face de proposta do Ministro de Estado da Saúde.

Art. 2º A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, instituída pela lei nº 5.019, de 7 de junho de 1966, passa a denominar-se Fundação de Recursos Humanos para a Saúde, e a Escola Nacional de Saúde Pública (art. 5º da lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954) integrará a estrutura da mesma Fundação com a organização que vier a ser estabelecida no novo estatuto a ser expedido pelo Presidente da República, em face de proposta do Ministro de Estado da Saúde.

§ 1º A Fundação de Recursos Humanos para a Saúde tem por finalidade a avaliação dos quantitativos e da qualificação do pessoal de que pode dispor o sistema brasileiro de proteção e recuperação da saúde bem como sua distribuição, a pro-

moção de medidas para a formação e aperfeiçoamento do mesmo pessoal pelos setores educacionais, e, supletivamente à ação desses setores, o preparo e aperfeiçoamento de profissionais de saúde.

§ 2º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 2º e artigos 8º, 9º, 10, 11, 18 e o parágrafo único do artigo 22 da lei nº 5.019, de 7 de junho de 1966.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, observadas as disposições da legislação em vigor, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, sujeita a regime administrativo e financeiro estabelecido em seu estatuto, a ser expedido pelo Presidente da República, em face de proposta do Ministro de Estado da Saúde.

§ 1º A Fundação Instituto Oswaldo Cruz tem por finalidade a coordenação ou execução de pesquisas de interesse médico-biológico.

§ 2º A instituição da Fundação ficará condicionada à satisfação dos seguintes requisitos e condições:

a) dotação específica de patrimônio, gerido pelos órgãos de direção da entidade segundo os objetivos estabelecidos no parágrafo anterior;

b) participação de recursos privados no patrimônio e nos dispêndios correntes da entidade, equivalente a, no mínimo, um terço do total.

§ 3º A Fundação gozará de isenção de direitos de importação de materiais, produtos químicos e equipamentos destinados às suas atividades, de outro, tributos federais, estaduais e municipais, e dos privilégios concedidos à Fazenda Pública.

§ 4º Nas operações em que a Fundação figurar como alienante, adquirente, cedente, cessionário, doador ou donatário de bens ou direitos, o disposto no parágrafo anterior não alcançará as outras partes contratan-

tes, cabendo a estas os ônus que lhes são atribuídos em lei.

§ 5º Para a constituição do patrimônio da Fundação, a cargo do Ministério da Saúde, o estatuto da entidade poderá dispor sobre:

I — incorporação, transferência e utilização de bens imóveis e equipamentos e materiais de uso permanente, pertencentes à União e sob a guarda do Ministério da Saúde.

II — recursos orçamentários ou extra-orçamentários disponíveis para a constituição de capital ou fundos dos órgãos e entidades.

Art. 4º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1969; 143º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Leonel Miranda

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 905 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Modifica a redação da letra "a" do § 1º do artigo 58 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966 que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. A letra "a" do § 1º do artigo 58 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) São Membros Natos o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e o Comandante do Comando Geral do Pessoal".

Art. 2º. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1969; 143º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 906 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere para o Ministério das Relações Exteriores cargo do Ministério da Fazenda.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12 de 31 de agosto de 1969, e com apoio no § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, com o respectivo ocupante — Murilo Ladeira de Godoy — para o Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores um cargo de Fiel do Tesouro, Nível 18, do Quadro de Pessoal, do Ministério da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1969; 143º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 907 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Cria cargos na carreira do Ministério Público dos Territórios Federais e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Mi-

litar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam criados, na carreira do Ministério Público dos Territórios Federais, três cargos de Curador, três de Promotor e sete de Defensor Público, providos mediante concurso público, na forma da lei.

Parágrafo único. Os membros do Ministério Público serão lotados nas comarcas dos Territórios de acordo com a necessidade de serviço.

Art. 2º Os cargos ora criados terão os mesmos vencimentos atribuídos aos de igual denominação do Ministério Público do Distrito Federal, acrescidos da gratificação prevista no artigo 12 do Decreto-Lei número 113, de 25 de janeiro de 1967.

Art. 3º Os membros do Ministério Público dos Territórios Federais concorrerão, em igualdade de condições com os do Ministério Público do Distrito Federal, à composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Art. 4º O provimento dos cargos criados pelo artigo 1º condiciona-se à existência de recursos disponíveis nas dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 908 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Eleva à categoria de Delegacia Regional as Subdelegacias Regionais que especifica e dá outras providências.

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato

Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º As atuais Subdelegacias Regionais do Departamento de Polícia Federal, nos Estados de Mato Grosso, de Minas Gerais e do Ceará, com sede, respectivamente, nas cidades de Campo Grande, Belo Horizonte e Fortaleza, ficam transformadas em Delegacia Regionais de 3ª Categoria.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Departamento de Polícia Federal, 3 cargos, em comissão, símbolo 3-C, de Delegado Regional de 3ª Categoria.

Art. 3º As despesas resultantes da execução deste Decreto-Lei serão atendidas com recursos orçamentários consignados ao Departamento de Polícia Federal e, se for o caso, suplementada em conformidade com o artigo 10 da Lei número 5.546, de 29 de novembro de 1968.

Art. 4º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 909 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1969

Concede pensão especial ao Professor Fructuoso de Lima Vianna.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É concedida ao Professor, brasileiro, Fructuoso de Lima Vianna, por sua relevante contribuição à música erudita nacional, uma pensão especial, vitalícia e intransferível, no valor mensal correspondente à dife-

rença entre seus proventos de aposentadoria e os vencimentos do nível 19.

Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo será automaticamente reajustada sempre que majorados os proventos da inatividade.

Art. 2º A despesa decorrente da execução deste Decreto-lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada aos pensionistas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 910 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Altera dispositivos da Lei número 4.510, de 1º de dezembro de 1964, que reorganiza a Casa da Moeda.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 6º e seu parágrafo único da Lei número 4.510, de 1º de dezembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei número 801, de 28 de agosto de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Conselho Deliberativo, composto de seis membros, será integrado pelo Diretor-Executivo da Casa de Moeda que nele exercerá as funções de Presidente, e por dois representantes da Secretaria da Receita Federal, um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, um da Procuradoria da Fazenda Nacio-

nal e um do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Diretor-Executivo, a Presidência do Conselho Deliberativo será exercida pelo Conselheiro mais antigo”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 911 — DE 1º DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 66. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

§ 1º A alienação fiduciária somente se prova por escrito e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, será obrigatoriamente arquivado, por cópia ou microfilme, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do credor,

sob pena de não valer contra terceiros, e conterá, além de outros dados, os seguintes:

- a) o total da dívida cuja estimativa;
- b) o local e a data do pagamento;
- c) a taxa de juros, as comissões cuja cobrança fôr permitida e, eventualmente, a cláusula penal e a estipulação de correção monetária, com indicação dos índices aplicáveis;
- d) a descrição do bem objeto da alienação fiduciária e os elementos indispensáveis à sua identificação.

§ 2º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não fôr proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se transferirá ao credor no momento da aquisição da propriedade pelo devedor, independentemente de qualquer formalidade posterior.

§ 3º Se a coisa alienada em garantia não se identifica por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor.

§ 4º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 5º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

§ 6º É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não fôr paga no seu vencimento.

§ 7º Aplica-se à alienação fiduciária em garantia o disposto nos artigos 758, 762, 763 e 802 do Código Civil, no que couber.

§ 8º O devedor que alienar, ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, ficará sujeito à pena prevista no art. 171, § 2º, inciso I, do Código Penal.

§ 9º Não se aplica à alienação fiduciária o disposto no artigo 1279 do Código Civil.

§ 10. A alienação fiduciária em garantia de veículo automotor, deverá, para fins probatórios, constar do certificado de Registro, a que se refere o artigo 52 do Código Nacional de Trânsito."

Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, nesta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.

§ 1º O crédito a que se refere o presente artigo abrange o principal, juros e comissões, além das taxas, cláusula penal e correção monetária, quando expressamente convencionados pelas partes.

§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.

§ 3º A mora e o inadimplemento de obrigações contratuais garantidas por alienação fiduciária, ou a ocorrência legal ou convencional de algum dos casos de antecipação de vencimento da dívida facultarão ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a morosidade ou o inadimplemento do no re-

§ 1º Despachada a inicial e executada a liminar, o réu será citado para, em tres dias, apresentar contestação ou, se já tiver pago 40% (quarenta por cento) do preço financiado, requerer a purgação de mora.

§ 2º Na contestação só se poderá alegar o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 3º Requerida a purgação de mora tempestivamente, o Juiz marcará data para o pagamento que deverá ser feito em prazo não superior a dez dias, remetendo, outrossim, os autos ao contador para cálculo do débito existente, na forma do art. 2º e seu parágrafo primeiro.

§ 4º Contestado ou não o pedido e não purgada a mora, o Juiz dará sentença de plano em cinco dias, após o decurso do prazo de defesa, independentemente da avaliação do bem.

§ 5º A sentença do Juiz, de que cabe agravo de instrumento, sem efeito suspensivo, não impedirá a venda extrajudicial do bem alienado fiduciariamente e consolidará a propriedade e a posse plena e exclusiva nas mãos do proprietário fiduciário. Preferida pelo credor a venda judicial, aplicar-se-á o disposto no título VI, Livro V, do Código de Processo Civil.

§ 6º A busca e apreensão prevista no presente artigo constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior.

Art. 4º Se o bem alienado fiduciariamente não fôr encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá intentar ação de depósito, na forma prevista no Título XII, Livro IV, do Código de Processo Civil.

Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se fôr o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.

Parágrafo único. Não se aplica à alienação fiduciária o disposto nos incisos IX, XI e XIII do artigo 642 do Código de Processo Civil.

Art. 6º O avalista, fiador ou terceiro interessado que pagar a dívida do alienante ou devedor, se subrogará, de pleno direito no crédito e na garantia constituída pela alienação fiduciária.

Art. 7º Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor ou proprietário fiduciário o direito de pedir, na forma prevista na lei, a restituição do bem alienado fiduciariamente.

Parágrafo único. Efetivada a restituição o proprietário fiduciário agirá na forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 8º O Conselho Nacional de Trânsito, no prazo máximo de 60 dias, a contar da vigência do presente Decreto-lei, expedirá normas regulamentares relativas à alienação fiduciária de veículos automotores.

Art. 9º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo, aos processos em curso, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELO

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Deljim Netto

DECRETO-LEI Nº 912 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1969

Modifica a redação do artigo 47 e a da alínea a, do inciso XXX do artigo 89 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.

Os Ministros da Marinha de Guerra do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 47 e a alínea a, inciso XXX, do artigo 89 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 47. É proibido o uso, nos veículos, de emblemas, escudos, ou distintivos com as cores da Bandeira Nacional, salvo

para os de representação dos Presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, bem como os de representação pessoal do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, do Chefe do Serviço Nacional de Informações e dos Chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar da Presidência da República."

"Art. 89. É proibido a todo o condutor de veículos:

I —

XXX — Transitar com o veículo:

a) produzindo fumaça, em níveis superiores aos fixados pelo CONTRAN."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 913 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Superintendência de Marinha Mercante, o crédito especial de NCr\$ 1.070.386,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor da Superintendência Nacional de Marinha Mercante, antiga Comissão de Marinha Mercante (Decreto nº 64.125, de 19 de fevereiro de 1969), o crédito especial no valor de NCr\$ 1.070.386,00 (um

milhão, setenta mil e trezentos e oitenta e seis cruzeiros novos) para atender a despesas da Companhia de Navegação do São Francisco.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão da anulação de dotações orçamentárias constante do Decreto-lei nº 736, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 914 — DE 7 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera disposições da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, que regula a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os artigos 4º, 5º, 7º e 9º da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º São contribuintes do imposto os tomadores de crédito e os segurados".

"Art. 5º São responsáveis pela cobrança do imposto e pelo seu recolhimento ao Banco Central do Brasil, ou a quem este determinar, nos prazos fixados pelo Conselho Monetário Nacional:

I — Nas operações de crédito, as instituições financeiras a que se re-

fere o artigo 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

II — Nas Operações de seguro, o segurador ou as instituições financeiras a quem este encarregar da cobrança dos prêmios”.

“Art. 7º A instituição financeira ou seguradora, que, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher espontaneamente o imposto fora do prazo previsto, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do imposto, a qual será incluída na mesma guia correspondente ao tributo, sem necessidade de autorização ou despacho.

Parágrafo único. O pagamento do imposto, sem a multa a que se refere este artigo, importará na aplicação das penalidades do artigo 6º.

“Art. 9º O Conselho Monetário Nacional baixará normas para execução do presente Decreto-lei, estabelecendo inclusive o processo fiscal aplicável às controvérsias a respeito do imposto.

§ 1º Enquanto não for expedida a regulamentação de que trata este artigo, aplicar-se-ão as normas de processo fiscal relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

§ 2º O julgamento dos processos contraditórios caberá:

I — em primeira instância, ao órgão ou autoridade que o Conselho Monetário Nacional designar;

II — em segunda instância, ao Terceiro Conselho de Contribuintes”.

Art. 2º São isentas do imposto:

I — As operações em que figurem como tomadores de crédito as cooperativas;

II — As operações realizadas entre as cooperativas de crédito e seus associados;

III — As operações, sob qualquer modalidade, em que o tomador do crédito ou o segurado seja órgão da administração federal, estadual e municipal, direta ou autárquica;

IV — As operações de crédito imobiliário vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação e os seguros obrigatórios estipulados pelo Banco Nacional da Habitação, até o limite de 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

V — As operações de crédito à exportação na forma que for estabele-

cida pelo Conselho Monetário Nacional;

VI — O seguro de crédito à exportação e o de transporte internacional de mercadorias;

VII — As operações de crédito moral, observado o limite de até 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

VIII — As operações das Caixas Econômicas sob garantia de:

a) penhor civil de jóias, pedras preciosas e outros objetos;

b) consignação em folha de vencimentos ou salários.

Art. 3º São válidas todos os atos praticados, até a data da publicação deste Decreto-lei, com fundamento no item VII da Resolução nº 40, de 28 de outubro de 1966, do Banco Central do Brasil.

Art. 4º Ficam expressamente revogadas, com relação ao imposto a que se refere este Decreto-lei, todas as isenções gerais ou especiais constantes da legislação anterior.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LIRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 915 — DE 7 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O caput do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de

1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias será de seis horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 916 — DE 7 DE
OUTUBRO DE 1969

Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC — e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária — CINCRUTAC, com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para implantação nas Universidades brasileiras de programas que visam a:

I — Ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas;

II — Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos específicos de cada unidade, a realização de

atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional;

III — Promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos;

IV — Proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio;

V — Proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos.

Art. 2º A Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, que terá como Presidente o Ministro da Educação e Cultura, será constituída de:

I — Um representante do Ministério da Educação e Cultura;

II — Um representante do Ministério do Interior;

III — Um representante do Ministério da Agricultura;

IV — Um representante do Ministério da Saúde;

V — Um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; e

VI — Um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto-lei, os Ministérios interessados indicarão os representantes respectivos e o Ministro da Educação e Cultura instalará a Comissão.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura designará um dos membros da Comissão para, em tempo integral, exercer a função de coordenador e executor das deliberações da CINCRUTAC.

§ 3º A Comissão solicitará a colaboração de órgãos especializados, sempre que julgar necessário.

Art. 3º Fica criado um Fundo Especial de natureza contábil, destinado

a atender despesas com o desenvolvimento das atividades da CINCRUTAC, constituído por:

I — Dotações consignadas especificamente no Orçamento Geral da União;

II — Créditos adicionais aberto em seu favor;

III — Doações, legados e contribuições de qualquer origem;

IV — Juros de depósitos bancários; e

V — Outras rendas.

Art. 4º Os recursos da CINCRUTAC serão creditados em conta especial do Banco do Brasil S.A., e gerido pela CINCRUTAC, segundo as normas legais em vigor.

Art. 5º A CINCRUTAC, para atender aos seus serviços administrativos, poderá requisitar, na forma da lei, servidores da Administração Pública Federal.

Art. 6º A CINCRUTAC poderá remunerar a execução de serviços de natureza técnica e os que se fizerem necessários, desde que existam recursos disponíveis, de acordo com as normas legais.

Art. 7º Com o fim de manter a uniformidade necessária aos respectivos trabalhos, as Universidades que adotarem o Programa, previsto no artigo 1º, manterão a sigla CRUTAC — Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — seguida da abreviatura da unidade federativa correspondente.

Art. 8º A Comissão fixará as condições mediante as quais as Universidades poderão candidatar-se à assistência técnica e ao auxílio financeiro, para a instalação e manutenção do CRUTAC.

Art. 9º Cada Universidade, com a sua finalidade e autonomia, organizará e dirigirá o respectivo CRUTAC, de acordo com as suas peculiaridades, atendendo ao princípio do trabalho associado definido neste Decreto-lei.

Parágrafo único. As comunidades participarão do CRUTAC, integrando-se nas suas diversas atividades e contribuindo com recursos materiais, humanos e financeiros, de modo a assegurar unidade de ação do Programa.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 917 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o emprêgo da Aviação Agrícola no País e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Compete ao Ministério da Agricultura propor a política para o emprêgo da Aviação Agrícola, visando à coordenação, orientação, supervisão e fiscalização de suas atividades, ressalvada a competência de outros Ministérios, notadamente:

a) do Ministério da Aeronáutica, em relação às normas do Código Brasileiro do Ar e ao disposto nos artigos 63 e 162, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e demais legislação complementar pertinente;

b) do Ministério da Saúde, em relação ao Código Brasileiro de Alimentos (Decreto-lei nº 209, de 27 de fevereiro de 1967) à política nacional de saúde e ao controle de drogas, às medidas de segurança sanitária do País (Decreto-lei nº 12, de 27 de fevereiro de 1967) e à poluição ambiental (Decreto-lei nº 303, de 28 de fevereiro de 1967);

c) do Ministério da Indústria e do Comércio, em relação a marcas e patentes (Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967) e ao desenvolvi-

mento industrial e comercial e ao registro de comércio.

d) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em relação à higiene e à segurança do trabalho e normas legais do trabalho.

Art. 2º Através do Ministério da Agricultura, a Administração Federal objetivará conciliar a missão pioneira do poder público, em relação a pesquisas, treinamento de pessoal e demonstração de equipamentos e técnicas, com o princípio de que cabe à iniciativa privada operar e desenvolver essas atividades de Aviação Agrícola.

§ 1º Os equipamentos, que poderão ser objeto de demonstração pela Aviação Agrícola, são os destinados à aspersão e pulverização, conforme se especificar em regulamento.

§ 2º As atividades da Aviação Agrícola compreendem:

- a) emprêgo de defensivos;
- b) emprêgo de fertilizantes;
- c) semeadura;
- d) povoamento de águas;
- e) combate a incêndios em campos ou florestas;
- f) outros empregos que vierem a ser aconselhados.

§ 3º Enquanto a iniciativa privada não estiver em condições de desenvolver as atividades de pesquisa e treinamento de pessoal, em relação à Aviação Agrícola, o Ministério da Agricultura delas se incumbirá.

Art. 3º Ao Ministério da Agricultura, ouvidos, quando for o caso, os demais Ministérios interessados, incumbem:

- a) registrar e manter o cadastro de empresas que, sob qualquer forma, incluam a exploração da Aviação Agrícola entre seus objetivos, ou a realize em consonância com os interesses da sua exploração agropecuária;
- b) manter registro estatístico da pesquisa tecnológica e econômica e outras necessárias, relativas à utilização da Aviação Agrícola;
- c) homologar e fazer publicar a relação dos produtos químicos em condições de serem aplicados por Aviação Agrícola, atendidas as normas de proteção biológica, de proteção à saúde, e de defesa geral do interesse público;
- d) realizar testes operacionais de aeronaves e ensaios de equipamentos quanto aos seus desempenhos como

máquinas de aplicação aérea em trabalhos agrícolas, propondo ao Ministério da Aeronáutica o atestado liberatório da aeronave equipada, abrangendo:

- Aeronaves e equipamentos já em uso no território nacional,
- Aeronaves requeridas para importação; e
- Aeronaves de fabricação nacional.

e) participar das decisões sobre concessão de incentivos fiscais e favores creditícios oficiais em benefício de empresas que utilizem ou explorem Aviação Agrícola, juntamente com os demais órgãos especializados na matéria;

f) fiscalizar as atividades da Aviação Agrícola no concernente a observância das normas de proteção à vida e à saúde, do ponto-de-vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e à flora, articulando-se com os órgãos ou autoridades competentes para aplicação de sanções, quando for o caso;

g) na falta de sanções específicas previstas em leis e regulamentos, aplicar multas de até (100) cem salários mínimos mensais, suspender ou cancelar o registro de empresas de Aviação Agrícola que tenham infringido as normas de proteção à vida e à saúde, bem como as de proteção à fauna e à flora, pelo prazo e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 4º A Administração Federal, através do Ministério da Agricultura, assegurará a Aviação Agrícola:

- a) assistência creditícia através dos órgãos oficiais do Sistema Bancário Nacional;
- b) orientação técnica e econômica à exploração dessa atividade;
- c) estabelecimento de padrões técnico-operacionais de segurança de tripulantes e normas de proteção às pessoas e bens, objetivando a redução de riscos oriundos de emprêgo de produtos de defesa agropecuária;
- d) apoio às pesquisas e às operações de Aviação Agrícola realizadas por Universidades e Escolas Superiores do País;
- e) publicação periódica e atualizada de leis, regulamentos e outras matérias que interessem, especificamente, à Aviação Agrícola, ouvido o Ministério da Aeronáutica quanto aos aspectos técnicos pertinentes.

Art. 5º O Ministério da Agricultura poderá, em convênio com Universidades Federais, Órgãos da União e dos Estados, realizar cursos de treinamento, pesquisas e experimentação, levantamentos e análises técnicas, visando ao racional aproveitamento da infraestrutura técnico-científica do País e à realização e divulgação de pesquisas tecnológicas, com a utilização de recursos ou planos integrados de cooperação interadministrativa, em proveito da Aviação Agrícola.

Parágrafo único. Os candidatos ao curso de Aviação Agrícola deverão ser titulares da licença de piloto comercial ou privado.

Art. 6º O Ministério da Agricultura poderá, inicialmente, observado o disposto na letra *d* do artigo 3º, como forma de incentivo ao desenvolvimento da Aviação Agrícola adquirir aeronaves e equipamentos agrícolas, para fins de arrendamento, e promover esquema de financiamento da venda de aeronaves e equipamentos com a condição de serem empregados exclusivamente nas atividades previstas no § 2º do artigo 2º.

§ 1º No caso de Universidades Federais e Órgãos de pesquisa criados e mantidos pela União, ou pelos Estados, as aeronaves e equipamentos poderão ser cedidos a título gratuito, conforme se estipular em cada caso.

§ 2º Nos demais casos de arrendamento, cobrar-se-á aluguel a ser fixado em tabela aprovada pelo Ministério da Agricultura.

§ 3º As condições para revenda serão estabelecidas em regulamento.

Art. 7º Este Decreto-lei, que deverá ser regulamentado no prazo de noventa (90) dias, entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Ido Arzua Pereira

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 913 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército — e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Passam a vigorar com as modificações constantes deste Decreto-lei as seguintes disposições da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterada pelas Leis nº 4.720, de 8 de julho de 1965, nº 5.074, de 22 de agosto de 1966, nº 5.302, de 3 de julho de 1967, nº 5.393, de 23 de fevereiro de 1968, e pelo Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967:

“Art. 39.

§ 1º Desde que satisfaçam os requisitos estabelecidos nesta lei, serão também incluídos nos Quadros de Acesso os oficiais que estiverem “sub judice” e os que se encontrarem nas situações especificadas nos itens 1, 2 e 5 do § 1º do artigo 49.

§ 2º Só os oficiais incluídos nos Quadros de Acesso poderão ser promovidos pelos princípios mencionados neste artigo.

§ 3º Esses Quadros serão organizados separadamente, e por Arma, Quadro de Material Bélico e Serviços, para as promoções por antiguidade, merecimento e escolha e deverão ser submetidos à consideração do Ministro do Exército, normalmente, até o dia 10 dos meses de fevereiro e junho de cada ano, ou, extraordinariamente, quando aquela autoridade determinar.

§ 4º Para a promoção pelo princípio de escolha, será também organizado o Quadro de Acesso dos oficiais engenheiros militares.

§ 5º Cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) fixar e comunicar as datas e as condições para que todos os documentos e informações necessários à organização dos Quadros de Acesso sejam ela-

borados e remetidos a tempo pelas autoridades competentes.

§ 6º Aprovados pelo Ministro do Exército, os Quadros de Acesso serão publicados em Boletim Reservado do Exército, dentro do prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento exclusivo dos oficiais.

§ 7º Ao oficial que discordar de sua classificação ou de qualquer seu concorrente no Quadro de Acesso caberá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da leitura do Boletim, a que se refere o parágrafo anterior, na Organização Militar em que estiver servindo, recurso ao Ministro do Exército."

"Art. 48

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Será também excluído dos Quadros de Acesso por merecimento e escolha o oficial que fôr agregado pelos motivos constantes dos itens 3 e 4 do § 1º do artigo 49."

"Art. 49.

§ 1º

§ 2º Para poder concorrer à promoção pelos princípios de merecimento ou escolha, o oficial abrangido pelos itens 1, 2 e 5 do parágrafo anterior deverá reverter ao serviço ativo pelo menos 30 (trinta) dias antes da data de promoção.

§ 3º

§ 4º"

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 919 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda

— Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam transferidos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, com os respectivos ocupantes, os cargos abaixo relacionados, pertencentes aos Quadros de Pessoal dos órgãos indicados:

PARTE PERMANENTE

Alzira Botelho de Amorim Gorayeb, Enfermeira, nível 22-C, do Território Federal de Rondônia;

Maria Cândida Amazonas de Siqueira Menezes, Oficial de Administração, nível 16-C, do Ministério dos Transportes;

Neusa Bossatto Costa — Oficial de Administração, nível 14-B, do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos (Ministério das Comunicações);

Cleusa Faria — Oficial de Administração, nível 14-B, do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos (Ministério das Comunicações);

Yvonne C. Barros Machado — Oficial de Administração, nível 14-B, do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos (Ministério das Comunicações);

Elisabeth Batista da Fonseca — Oficial de Administração, nível 12-A, do Ministério da Saúde;

Maria Izabel Cardoso Ferreira — Escriturário, nível 10-B, do Ministério da Saúde;

Aurea Jesuina Macedo de Freitas — Datilógrafo, nível 9-B, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

PARTE ESPECIAL

Neyde Campos Pereira — Oficial de Administração, nível 16-C, da antiga Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Superintendência Nacional do Abastecimento).

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Ant. ~ Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Leonel Miranda

José Costa Cavalcânti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 920 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre acréscimo dos efetivos de oficiais dos Quadros de Oficiais-Auxiliares da Marinha, fixados pela Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1968, e modificada pelo Decreto-lei nº 741, de 6 de agosto de 1969, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os efetivos dos Oficiais do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha ficam acrescidos da forma seguinte:

Capitão-de-Fragata 5

Art. 2º Os efetivos dos Oficiais do Quadro de Oficiais-Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais ficam acrescidos na forma seguinte:

Capitão-de-Fragata 2

Art. 3º A complementação dos efetivos decorrente deste Decreto-Lei será regulada pelo Ministério da Marinha, em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 4º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 921 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os artigos 7º, 9º, 10 e seus parágrafos da Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor composto de sete (7) membros.

§ 1º O Reitor da Universidade é membro nato e Presidente do Conselho Diretor e será substituído, em suas faltas ou impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Reitor e pelo Diretor de Unidade por ele designado.

§ 2º Os demais membros do Conselho Diretor deverão ser escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor é de quatro (4) anos, sendo o Conselho renovado pela metade de seus membros de dois (2) em dois (2) anos.

§ 4º O mandato do Reitor está vinculado ao exercício do cargo.

§ 5º Os membros do Conselho Diretor poderão ter seu mandato renovado por 1 (um) período, sendo a função considerada de caráter relevante.

§ 6º A designação dos membros do Conselho Diretor será feita por ato do Presidente da República, que escolherá em lista tripartite apresentada, obedecido o seguinte critério:

a) 2 (dois) de listas tripartites apresentadas pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior;

b) 2 (dois) de listas triplices apresentadas pelas congregações da Faculdade de Direito de São Luis e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis do Maranhão;

c) 2 (dois) de livre escolha do Presidente da República.

§ 7.º Para substituir os membros do Conselho Diretor em seus eventuais impedimentos serão designados dois (2) suplentes, observados os mesmos princípios estabelecidos para a designação dos titulares e indicados nos itens a e b do parágrafo anterior.

Art. 9.º A Universidade gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação vigente e do Estatuto.

Parágrafo único. A estrutura e funcionamento da Universidade, seus órgãos e unidades serão objeto de Estatuto a ser elaborado e submetido dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, à apreciação do Conselho Federal de Educação para fins de aprovação pelo Poder Executivo.

Art. 10. O regime jurídico do pessoal da Fundação Universidade do Maranhão será o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação subsequente.

Parágrafo único. Aos atuais professores das Faculdades integrantes da Universidade Católica do Maranhão, incorporadas à Fundação, será assegurada a contratação em situações correspondentes."

Art. 2.º O Conselho Diretor deverá elaborar, dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto-lei, o novo Estatuto da Fundação, de acordo com as normas e preceitos da organização universitária do País.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 922 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do § 2º do artigo 8º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O § 2º do artigo 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º De dois em dois anos, cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho Federal de Educação, vedada a recondução do Conselheiro que haja exercido dois mandatos completos e consecutivos".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário ao presente Decreto-lei, que entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 923 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a comercialização do leite.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica proibida a venda de leite cru, para consumo direto da população, em todo o território nacional, ressalvadas as disposições do artigo 2º.

Art. 2º Poderá ser permitida, em caráter precário, a venda de leite cru em localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado.

Art. 3º O Ministério da Agricultura promoverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a regulamentação do presente Decreto-lei, especificando as proibições e cominando penalidades.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 924 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Exclui das disposições do Decreto-lei nº 494, de 10 de março de 1969, as aquisições de áreas rurais necessárias aos empreendimentos industriais que menciona.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam excluídas das disposições do Decreto-lei nº 494, de 10 de março de 1969, as aquisições de áreas rurais necessárias à execução de empreendimentos industriais considerados de interesse para a economia nacional, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 925 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452 de 1 de maio de 1943.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 526, da Seção III, do Capítulo I do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 526. Os empregados do sindicato serão nomeados pela diretoria respectiva *ad referendum* da assembléia geral, não podendo recair tal nomeação nos que estiverem nas condições previstas nos itens “II”, “IV”, “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do artigo 530 e, na hipótese de o nomeado haver sido dirigente sindical, também nas do item “I” do mesmo artigo.”

Art. 2º Ao artigo 530, da Seção IV do Capítulo I do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, adita-se o item VIII, na forma seguinte:

“Art. 530

VIII) Os que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical.”

Art. 3º O Art. 545 da seção VI — “Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados” — do Capítulo I — do Título V da CLT, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de um parágrafo único:

“Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados, salvo quanto à contribuição sindical, cujo desconto independe dessas formalidades.

Parágrafo único. O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser feito até o 10º (décimo) dia subsequente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no art. 553 e das cominações penais relativas à apropriação indébita."

Art. 4º Na seção VII — "Da gestão financeira do Sindicato e sua fiscalização" — do Capítulo I — do Título V da CLT, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 550, acrescido de um § 4º, o artigo 551, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, e o art. 552 passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 550

§ 1º As entidades sindicais são obrigadas a possuir devidamente rubricados pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social o seguinte:

a) um livro Diário, para registro sistemático e em perfeita ordem dos atos e fatos administrativos da gestão financeira e patrimonial;

b) um livro Caixa, para registro exclusivo do movimento financeiro da contribuição sindical;

c) um livro Caixa, para registro exclusivo do movimento financeiro das rendas próprias;

d) um livro de inventário, para registro obrigatório dos bens, de qualquer natureza, de propriedade da entidade.

§ 2º Para efeitos contábeis sindicais, o ano financeiro coincidirá com o ano civil.

§ 3º Os livros a que se refere o parágrafo primeiro serão sempre visados pelo Conselho Fiscal da respectiva entidade nas ocasiões de apreciação de contas da diretoria.

§ 4º A insuficiência de receita resultará na cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical.

Art. 551. Os sindicatos, as federações e as confederações enviarão ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, até 30 de junho de cada ano o relatório das principais ocorrências do exercício anterior e instruído com os seguintes elementos:

I — comparativo da receita arrecada com a arrecadada;

II — comparativo da despesa autorizada com a realizada;

III — balanço financeiro;

IV — balanço patrimonial;

V — demonstração das variações patrimoniais;

VI — termo de conferência dos valores em caixa;

VII — extrato de conta corrente ou memorando de confirmação dos saldos em depósito, na data do balanço, fornecido pelo estabelecimento bancário em que a entidade mantenha conta corrente;

VIII — demonstração especial da aplicação da contribuição sindical arrecadada.

§ 1º A exatidão do documento referido no item VI, visado pelo Contador da entidade, será atestada pelo presidente, pelo tesoureiro e pelos membros do conselho fiscal.

§ 2º O termo de conferência dos valores em caixa poderá ser substituído por um certificado de auditoria externa, se assim o determinar o conselho fiscal.

§ 3º Quando o saldo contábil não corresponder ao fornecido pelo estabelecimento bancário, deverá a entidade justificar a ocorrência.

§ 4º Na mesma assembléia geral convocada para tomada e aprovação de contas da diretoria poderá realizar-se a discussão e aprovação da previsão orçamentária para o exercício subsequente, desde que conste o fato da ordem do dia do edital de convocação.

§ 5º Com prévia autorização do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nas entidades de grau superior, tanto a tomada e aprovação das contas da diretoria como a previsão orçamentária poderão constituir item especial da ordem do dia da assembléia geral convocada para a realização das eleições.

§ 6º Verificada a autorização prevista no § 5º, os prazos dos artigos 550 e 551 ficam prorrogados até ao décimo dia útil subsequente à realização das eleições referidas, se estas ocorrerem após 30 de junho.

Art. 552. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais ficam equiparados ao crime de peculato julgado e punido na conformidade da legislação penal."

Art. 5º Na seção VIII — "Das penalidades" — do Capítulo I — do Título V da CLT, ao artigo 553, transformado em § 1º o atual parágrafo único, fica acrescido um § 2º com a seguinte redação:

"Art. 553

§ 2º Poderá o Ministro do Trabalho e Previdência Social determinar o afastamento preventivo de cargo ou representação sindicais seus exercentes, com fundamento em elementos constantes de denúncia formalizada que constituam indício veemente ou início de prova bastante do fato e da autoria denunciados."

Art. 6º O § 1º do Art. 558 da seção IX — "Disposições Gerais" — do Capítulo I — do Título V da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 558

§ 1º O registro a que se refere o presente artigo competirá às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou às repartições autorizadas em virtude da lei."

Art. 7º Fica revogado o art. 563 da seção IX — "Disposições Gerais" — do Capítulo I — do Título V da CLT.

Art. 8º O § 3º do art. 576 do Capítulo II — "Do enquadramento sindical" do Título V da CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 576

§ 3º — será de 3 (três) anos o mandato dos representantes das categorias econômica e profissional."

Art. 9º Na seção I — "Da fixação e do recolhimento da Contribuição Sindical" — do Capítulo III — do Título V da CLT, a alínea "b" do art. 580, o art. 581, os itens I e III do § 1º do art. 582 e o § 2º deste artigo passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 580

b) para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 10% (dez por cento) do maior salário-mínimo vigente no país.

"Art. 581. Para os fins da alínea "c" do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, na proporção das correspondentes operações econômicas, do que darão conhecimento às delegacias regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou às repartições autorizadas em virtude de lei nos Estados, conforme a localidade da sede da empresa.

"Art. 582

§ 1º

I — a importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário ajustado entre o empregador e o empregado, se este for mensalista.

III — a importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

§ 2º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba habitualmente gorjetas ou gratificações de terceiros, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado ao Instituto Nacional de Previdência Social."

Art. 10. Fica revogado o art. 583, da seção I — "Da fixação e do recolhimento da Contribuição Sindical" — do Capítulo III — do Título V da CLT.

Art. 11. Na seção I — "Da fixação e do recolhimento da Contribuição Sindical" — do Capítulo III — do Título V da CLT, o art. 584 e o § 2º do art. 588 passam a vigorar com a redação seguinte, acrescentando-se um § 4º ao art. 589:

"Art. 584. Servirá de base para o pagamento da contribuição sindical, pelos agentes ou trabalha-

dores autônomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos e, na falta destes, pelas federações ou confederações coordenadoras da categoria.

"Art. 588

§ 2º O Banco do Brasil remeterá ao Departamento Nacional de Trabalho, quando solicitado, os extratos de conta corrente das entidades sindicais.

"Art. 589

§ 4º A entidade sindical que não der cumprimento ao que determina o parágrafo primeiro deste artigo, ficará impedida de movimentar a respectiva conta bancária, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 598."

Art. 12. Na seção II — "Da aplicação da Contribuição Sindical" — do Capítulo III — do Título V da CLT, os itens II, III e IV e os §§ 1º e 2º, todos do art. 592, a que fica acrescido um § 3º, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 592

II — de empregados:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social;
- b) na assistência à maternidade;
- c) em assistência médica, dentária e hospitalar;
- d) em assistência judiciária;
- e) na manutenção de estabelecimentos de ensino, inclusive de formação profissional e, ainda, na qualificação de mão-de-obra;
- f) em cooperativa de crédito e de consumo;
- g) em colônias de férias;
- h) em bibliotecas;
- i) em finalidades esportivas e sociais;
- j) em auxílio-funeral;
- k) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente Capítulo.

III — De profissionais liberais:

- a) em bibliotecas especializadas;
- b) em congressos e conferências;
- c) em estudos científicos;

- d) em assistência judiciária;
- e) em assistência médica, dentária e hospitalar;
- f) em auxílios de viagem;
- g) em cooperativas de consumo;
- h) em bolsas de estudo;
- i) na manutenção de estabelecimentos de ensino, inclusive de formação profissional e, ainda, na qualificação de mão de obra;
- j) em prêmios anuais científicos;
- k) em finalidades esportivas e sociais;
- l) em assistência à maternidade;
- m) em auxílio-funeral;
- n) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente Capítulo.

IV — De trabalhadores autônomos:

- a) em assistência à maternidade;
- b) em assistência médica, dentária e hospitalar;
- c) em assistência judiciária;
- d) na manutenção de estabelecimentos de ensino, inclusive de formação profissional e, ainda, na qualificação de mão-de-obra;
- e) em cooperativas de crédito e consumo;
- f) em colônias de férias;
- g) em bibliotecas;
- h) em finalidades esportivas e sociais;
- i) em auxílio-funeral;
- j) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente Capítulo.

§ 1º A programação prevista neste artigo ficará a critério de cada sindicato, que para tal fim obedecerá sempre às peculiaridades da respectiva categoria, sendo facultado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social permitir a inclusão de novos programas, desde que assegurados os serviços assistenciais fundamentais da entidade.

§ 2º Os saldos verificados em cada exercício poderão ser mobilizados como recursos para aplicação nas despesas programadas nos orçamentos dos exercícios subsequentes, obedecida a destinação estabelecida neste artigo.

§ 3º Não mobilizados os saldos na forma do parágrafo anterior serão os mesmos obrigatoriamente aplicados em bens patrimoniais destinados aos serviços do sindicato e em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional."

Art. 13. O artigo 606 da seção V — "Disposições Gerais" — do Capítulo III do Título V da CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 606. As entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social."

Art. 14. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 926 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica instituída a Carteira de Trabalho e Previdência Social, que substituirá a Carteira Profissional, a Carteira de Trabalho do Menor e a Carteira Profissional do Trabalhador Rural.

Parágrafo único. Entendem-se como concernentes à Carteira de Trabalho e Previdência Social, as referências da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943) e do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963), à Carteira Profissional, à Carteira de Trabalho do Menor e à Carteira do Trabalhador Rural.

Art. 2º A Seção I do Capítulo I do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho fica intitulada "Da Carteira de Trabalho e Previdência Social", passando seu artigo 13 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, a quem:

I — proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;

II — em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º A Carteira de Trabalho e Previdência Social e respectiva Ficha de Declaração obedecerão aos modelos que o Ministério do Trabalho e Previdência Social adotar.

§ 3º Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, temporariamente, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.

§ 4º Na hipótese do § 3º:

I — o empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento;

II — se o empregado ainda não possuir a carteira na data em que for dispensado, o empregador lhe fornecerá atestado de que conste o histórico da relação empregatícia."

Art. 3º A Seção II do Capítulo I do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho fica intitulada "Da Emissão da Carteira", passando seus artigos 14 a 21 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta.

Parágrafo único. Na falta dos órgãos indicados neste artigo, será admitido convênio com sindicato, para o mesmo fim.

Art. 15. Para obtenção da carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emitente, onde será identificado e prestará as declarações necessárias.

Art. 16. A Carteira de Trabalho e Previdência Social conterá, além do número, série e data da emissão, os seguintes elementos quanto ao portador.

I — fotografia de frente, de 3x4 centímetros, com data, de menos de um ano;

II — impressão digital;

III — nome, filiação, data e lugar de nascimento e assinatura;

IV — especificação do documento que tiver servido de base para a emissão;

V — contratos de trabalho;

VI — decreto de naturalização, ou data da chegada ao Brasil e demais elementos constantes da Carteira de Estrangeiro, quando for o caso;

VII — nome, idade e estado civil dos dependentes.

Parágrafo único. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida mediante a apresentação, pelo interessado, dos seguintes elementos:

a) duas fotografias com as características do item I;

b) certidão de idade, ou documento legal que a substitua;

c) decreto de naturalização ou Carteira de Estrangeiro quando for o caso;

d) autorização do pai, mãe, responsável legal ou juiz de menores, quando se tratar de menor de 18 anos;

e) atestado médico de capacidade física e mental;

f) prova de alistamento ou de quitação com o serviço militar;

g) outro documento hábil que contenha os dados previstos neste artigo.

Art. 17. Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por duas testemunhas, lavrando-se na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas.

§ 1º Tratando-se de menor de 18 anos, as declarações previstas neste artigo serão prestadas por seu responsável legal.

§ 2º Se o interessado não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura a rogo.

Art. 18. A anotação da profissão na Carteira de Trabalho e Previdência Social só será feita se o interessado apresentar um dos seguintes documentos.

I — diploma de escola oficial ou reconhecida;

II — comprovação de habilitação, quando se tratar de profissão regulamentada;

III — certificado da habilitação profissional, emitido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou por estabelecimento de ensino profissional oficial ou reconhecido;

IV — declaração da empresa ou do sindicato, nos demais casos.

Art. 19. Além do interessado, o empregador ou o sindicato poderão solicitar a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social, proibida a intervenção de pessoas estranhas.

Art. 20. As anotações relativas a alteração do estado civil e aos dependentes do portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e somente em sua falta por qualquer dos órgãos emittentes.

Art. 21. Esgotando-se o espaço destinado aos registros e anotações, o interessado deverá obter outra Carteira, que terá numeração própria e da qual constarão o número e a série anterior."

Art. 4º Os artigos 30 e 52 da Consolidação das Leis do Trabalho passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional de Previdência Social na carteira do acidentado.

Art. 52. O extravio ou inutilização da Carteira de Trabalho e Previdência Social por culpa da empresa sujeitará esta a multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional."

Art. 5º O Instituto Nacional de Previdência Social poderá participar do custeio da confecção da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 6º Fica mantida para os fins da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, a validade das Carteiras Profissionais, Carteiras de Trabalho do Menor e Carteiras Profissionais do Trabalhador Rural de modelo atual, emitidas até 31 de dezembro de 1969.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os §§ 1º e 2º do artigo 18, os §§ 1º e 2º do artigo 21, os artigos 22, 23 e 24 todos da Consoli-

dação das Leis do Trabalho, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

— — —

DECRETO-LEI Nº 927 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a composição do Plenário do Conselho Nacional do Petróleo, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O Plenário do Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia, organizado pelo Decreto-lei nº 538, de 7 de julho de 1938, alterado pelo Decreto-lei número 3.594, de 5 de setembro de 1941, passa a ter a seguinte composição:

- 1 — Presidente.
- 2 — Um representante do Ministério do Exército.
- 3 — Um representante do Ministério da Marinha.
- 4 — Um representante do Ministério da Fazenda.
- 5 — Um representante do Ministério da Agricultura.
- 6 — Um representante do Ministério dos Transportes.
- 7 — Um representante do Ministério da Aeronáutica.
- 8 — Um representante da Confederação Nacional da Indústria.
- 9 — Um representante da Federação das Associações Comerciais do Brasil.
- 10 — Um representante do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 2º O Presidente do Conselho Nacional do Petróleo participará, automaticamente, da sua composição e será o Presidente do Plenário.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

Mário David Andreazza

Ivo Arzuva Pereira

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 928 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contrair um empréstimo a ser concedido pela Union de Banquiers Suisses, Genebra-Suíça, com o aval do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a contrair um empréstimo a ser concedido, com o aval do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pela Union de Banquiers Suisses, Genebra-Suíça, sendo agente fiduciário e coordenador do negócio, o Guarantee Trust of Jersey Ltd. de Jersey, Inglaterra, no valor de DM. 40.000.000,00 (quarenta milhões de marcos alemães), equivalente a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para pagamento no prazo de dez anos, sendo os cinco primeiros de c.ência, aos juros de até 8,7% (oito inteiros e sete décimos por cento), ao ano, podendo assinar o respectivo contrato, emitir notas promissórias e ou outros títulos cambiários.

Art. 2º O contrato de empréstimo deverá atender às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 929 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Estabelece normas para enquadramento dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não classificados nos termos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os atuais pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja formação científica se processou antes da instalação dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade, ressalvado o disposto no artigo 2º, ficam enquadrados nas diferentes classes do magistério superior, levando-se em conta não só a respectiva situação, como também o tempo de produção científica e os títulos que possuam.

§ 1º Os atuais pesquisadores, que em data da vigência do Decreto-lei nº 485, de 11 de fevereiro de 1969, contavam dez (10) ou mais anos de permanente produção científica ou eram portadores de títulos de Docente-livre ou de Doutor e contavam, no mínimo, cinco (5) anos de permanente produção científica, segundo os critérios estabelecidos no § 3º deste artigo, serão enquadrados como professor adjunto.

§ 2º Os demais pesquisadores não aludidos no parágrafo anterior serão enquadrados como professor assistente.

§ 3º O tempo de produção científica, de que trata o § 1º deste artigo, será contado a partir da defesa de tese para o grau de Mestre ou da publicação, após a graduação universitária, do primeiro trabalho com caráter de pesquisa científica original, divulgado em periódico categorizado a juízo do Conselho de Pesquisas e Ensino para Graduados, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 2º Quando se tratar de pesquisadores lotados no Museu Nacional o enquadramento nas diferentes classes do Magistério Superior obedecerá aos seguintes critérios:

a) serão enquadrados como professor titular os atuais ocupantes efetivos de cargos de pesquisador-antropólogo, pesquisador-botânico, pesquisador-geólogo e pesquisador-zoólogo, que sejam portadores de diploma de nível superior ou que tenham sido providos por concurso e tenham, na data da vigência deste Decreto, mais de 15 (quinze) anos de serviços ininterruptos e mais de 10 (dez) anos de produtividade científica permanente;

b) serão enquadrados como professor adjunto os atuais ocupantes efetivos de cargo de pesquisador-antropólogo, pesquisador-botânico, pesquisador-geólogo e pesquisador-zoólogo, portadores de diploma de nível superior, que tenham na data da vigência deste Decreto pelo menos 10 (dez) anos de serviço ininterruptos de permanente produtividade científica ou que hajam ingressado mediante concurso e tenham mais de 5 (cinco) anos de produtividade científica permanente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 930 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Banco do Estado do Amazonas S.A. na qualidade de Agente Financeiro do Estado a contratar financiamento externo e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e para os fins do artigo 45, II da Constituição de 24 de janeiro de 1967 e das Leis números 1.518, de 31 de dezembro de 1951, 4.457, de 6 de novembro de 1964 e ... 5.000, de 24 de maio de 1966, decretam:

Art. 1º Fica o Banco do Estado do Amazonas S.A., na qualidade de Agente Financeiro do Governo do Estado do Amazonas, autorizado a contratar financiamento externo no valor de até DM 40.000.000,00 (quarenta milhões de marcos alemães) com Bankers Trust Co.

Art. 2º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder a garantia da República Federativa do Brasil a referida operação, prestadas as contragarantias referidas no artigo 4º da Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 931 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargos, com os respectivos ocupantes, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica para o do Conselho Nacional de Pesquisas.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Mi-

litar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam transferidos do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Conselho Nacional de Pesquisas, um (1) cargo de Técnico de Administração, código AF-601.21-B e um (1) cargo de Oficial de Administração, código AF-201.14-B, com os seus respectivos ocupantes, Carlote Latt e Jacob Burd.

Art. 2º As despesas decorrentes da transferência de que cogita o presente Decreto-lei serão atendidas pelos recursos próprios do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA FAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 932 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre os Impostos sobre Serviços e Circulação de Mercadorias e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando a necessidade de se dirimir dúvidas surgidas quanto à aplicação do item XXIII, da lista de atividades prevista no artigo 8º, do

Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, no período de sua vigência até a edição do Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969;

Considerando que o item VII, do artigo 3º, do Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969, alterou e desdobrou aquele item XXIII para melhor especificar a parcela sobre a qual deve recair o pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) por parte das indústrias;

Considerando, ainda, a política do Governo Federal no sentido de implantar e desenvolver no país a indústria aeronáutica em todos os seus ramos de atividade, decretam:

Art. 1º Serão canceladas as multas fiscais, aplicadas a oficinas de conservação, lubrificação ou manutenção, na vigência do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, desde que tenha sido pago o imposto sobre Serviços ou o imposto sobre Circulação de Mercadorias, em decorrência de controvérsia na interpretação daquele Decreto-lei.

§ 1º É vedada, em qualquer caso, a restituição do valor de um tributo ou de outro, que, em virtude da interpretação aplicada, tenha sido liquidado.

§ 2º Para efeito de conceituação das atividades referidas no "caput" deste artigo aplicam-se os termos da lista de serviços que acompanha o Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969.

Art. 2º Os serviços previstos na lista que acompanha o artigo 8º, do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação original ou com a do Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969, não estão sujeitos ao pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) sobre a parcela de mercadorias neles utilizados, desde que tais serviços tenham sido prestados por empresas devidamente homologadas pelo Centro Técnico de Aeronáutica, na forma da legislação vigente, e que se dediquem aos trabalhos de lubrificação, conserto e recondicionamento de aeronaves, seus motores, peças e componentes.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 1º de janeiro de 1968 os

seus favores e revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 933 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Da nova redação ao art. 2º, item I e II, do Decreto-lei nº 732, de 5 de agosto de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 2º e seus itens I e II do Decreto-lei nº 732, de 5 de agosto de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para o resgate de seus débitos, é facultado às empresas mutualistas optar, por escrito dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar desta data, por uma das seguintes modalidades:

I — Ajustada a venda do imóvel, em cumprimento às exigências contidas no inciso I do artigo 3º do Decreto-lei nº 21, de 17 de setembro de 1969, o sinal mínimo de 20% (vinte por cento) do valor do empréstimo será imputado no pagamento da dívida podendo a respectiva Caixa Econômica financiar, ao comprador, o saldo remanescente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, em prestações mensais, de acordo com suas normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto neste artigo.

II — Se não realizar a venda, poderá a empresa devedora liquidar seu débito, pagando 30% (vinte por cento) no ato da apresentação da respectiva proposta à Caixa credora,

o saldo restante em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de acordo com suas normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto neste artigo."

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 934 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargo do Ministério da Fazenda para o Ministério das Minas e Energia.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido com a respectiva ocupante Alba Moraes Pires, o cargo de Oficial de Administração, nível 16-C, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Fazenda, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 935 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Universidade Federal de Juiz de Fora, o crédito especial de NCr\$ 11.994,48 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Universidade Federal de Juiz de Fora, o crédito especial no valor de NCr\$ 11.994,48 (onze mil novecentos e noventa e quatro cruzeiros novos e quarenta e oito centavos) destinado ao atendimento de despesas com pessoal.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura	
5.05.21 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Vinculados).	
Universidade Federal de Juiz de Fora	
08.06.07.2.138 — Administração e Manutenção do Ensino	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.2 — Entidades Federais	NCr\$
Pessal — Salário Família	11.994,48

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNX TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 936 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 5.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) para atender despesas de auxílio para funeral.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste Decreto-Lei decorrerão de anulação parcial de dotações consignadas na Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, ao Subanexo 5.09.00, a saber:

5.09.00 — Ministério do Interior
5.09.04 — Território Federal de Rondônia

01.01.11.2.093 — Coordenação de Serviço

- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
- 3.1.1.0 — Pessoa
- 3.1.1.1 — Pessoal Civil

02.00 — Despesas Variáveis com Pessoal Civil 5.000,00

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 937 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 51 e parágrafos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º — O artigo 51 e parágrafos, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. As empresas públicas e privadas são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.”

“Parágrafo único. Os portadores de carta-de-ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.”

Art. 2º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
 GRÜNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

X DECRETO-LEI Nº 938 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Provê sobre as profissões de fisioterapia e terapia ocupacional, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É assegurado o exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, observado o disposto no presente Decreto-lei.

Art. 2º O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, diplomados por escolas e cursos reconhecidos, são profissionais de nível superior.

Art. 3º É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e

técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente.

Art. 4º É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreativas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.

Art. 5º Os profissionais de que tratam os artigos 3º e 4º poderão, ainda, no campo de atividades específicas de cada um:

I — Dirigir serviços em órgãos e estabelecimentos públicos ou particulares, ou assessorá-los tecnicamente;

II — Exercer o magistério nas disciplinas de formação básica ou profissional, de nível superior ou médio;

III — supervisionar profissionais e alunos em trabalhos técnicos e práticos.

Art. 6º Os profissionais de que trata o presente Decreto-lei, diplomados por escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem, poderão reviver seus diplomas.

Art. 7º Os diplomas conferidos pelas escolas ou cursos a que se refere o artigo 2º deverão ser registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º Os portadores de diplomas expedidos até a data da publicação do presente Decreto-lei, por escolas ou cursos reconhecidos, terão seus direitos assegurados, desde que requeram, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o respectivo registro observando, quando for o caso, o disposto no final do art. 6º.

Art. 9º É assegurado, a qualquer entidade pública ou privada que mantenha cursos de fisioterapia ou de terapia ocupacional, o direito de requerer seu reconhecimento, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 10º Todos aqueles que, até a data da publicação do presente Decreto-lei exerçam sem habilitação profissional, em serviço público atividade de que cogita o artigo 1º serão mantidos nos níveis funcionais que ocupam e poderão ter as denominações de auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional, se obtiverem certificado em exame de suficiência.

§ 1º O disposto no artigo é extensivo, no que couber, aos que, em idênticas condições e sob qualquer vínculo empregatício, exerçam suas atividades em hospitais e clínicas particulares.

§ 2º A Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura promoverá a realização, junto às instituições universitárias competentes, dos exames de suficiência a que se refere este artigo.

Art. 11 Ao órgão competente do Ministério da Saúde caberá fiscalizar em todo o território nacional, diretamente ou através das repartições sanitárias congêneres dos Estados, Distrito Federal e Territórios, o exercício das profissões de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 12 O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, é acrescido das categorias profissionais de fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tanco Dutra

Leonel Miranda

DECRETO-LEI Nº 939 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º

do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. No mesmo Estado não poderá ser criada mais de uma entidade, salvo quanto àquelas que poderão ser constituídas, se for necessário, para explorar terminais salineiros a serem construídos no Estado do Rio Grande do Norte, e o Porto de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.”

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 940 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Estende o disposto na Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965, a beneficiários de ex-servidores públicos civis, nas condições que indica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O disposto na Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965, fica estendido aos beneficiários dos servidores civis da Administração Pública Federal, direta e indireta, demitidos em decorrência dos Atos Institucionais nº 2, de 27 de outubro de 1965, e nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que gozavam de estabilidade à data dos mesmos Atos.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Newton Burlamaqui Barretra

DECRETO-LEI Nº 941 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

TÍTULO I

Da entrada de estrangeiro no Brasil

CAPÍTULO I

Da admissão

Art. 1º Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 2º Ao estrangeiro que pretenda ingressar no território brasileiro poderá, conforme o caso, ser concedido “visto”:

- I — De trânsito;
- II — De turista;
- III — Temporário;
- IV — Permanente;
- V — Oficial;
- VI — Diplomático.

Art. 3º Os vistos serão concedidos, no exterior, pelas Missões diplomáticas, Consulados de carreira, Consulados privativos e honorários, estes últimos, quando devidamente autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, e, no Brasil, quando for o caso, por este Ministério.

Art. 4º A concessão de visto ao estrangeiro poderá estender-se a pessoas que vivam sob sua dependência, observado o disposto no artigo 5º.

Art. 5º Não se concederá visto ao estrangeiro:

I — Menor de 18 (dezoito) anos, salvo se viajar acompanhado de responsável, para a companhia deste ou com sua autorização expressa;

II — Nocivo à ordem pública;

III — Anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV — Condenado ou processado em outro país por crime passível de extradition segundo a lei brasileira;

V — Que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas, em regulamento, pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º O visto de trânsito será concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de desembarcar em território brasileiro.

§ 1º Não se exigirá o visto de trânsito ao estrangeiro que passe pelo território brasileiro em viagem contínua, como tal considerada a que só se interrompe para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.

§ 2º No caso a que se refere o parágrafo anterior, a autoridade competente determinará a localidade em que o estrangeiro deverá permanecer, e o prazo de estada não poderá exceder o necessário ao prosseguimento da viagem.

Art. 7º O visto de trânsito será válido pelo prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis.

Art. 8º Para obter visto de trânsito, o estrangeiro deverá apresentar:

I — Passagem para o país de destino;

II — Passaporte ou documento equivalente;

III — Certificado internacional de imunização.

Parágrafo único. Os documentos exigidos neste artigo deverão ser apresentados pelo estrangeiro, portador de visto de trânsito, à autoridade brasileira, no momento do desembarque em território brasileiro.

Art. 9º O visto de turista será concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita.

Art. 10. Para obter visto de turista, o estrangeiro deverá apresentar:

I — Passaporte ou documento equivalente;

II — Certificado internacional de imunização;

III — Prova de meio de subsistência ou bilhete de viagem que o habilite a entrar e a se retirar do Brasil.

Parágrafo único. O estrangeiro, portador de visto de turista, deverá apresentar à autoridade brasileira os documentos previstos nos itens I e II deste artigo, ao desembarcar no território brasileiro.

Art. 11. Poderá ser dispensada a exigência de visto, prevista no artigo 9º deste Decreto-lei, aos turistas, nacionais de países americanos com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas.

§ 1º O disposto neste artigo estende-se, em igual condição, aos nacionais dos demais países, que dispensem aos brasileiros idêntico tratamento.

§ 2º O Poder Executivo, na regulamentação deste Decreto-lei, indicará os países, cujos nacionais gozarão do benefício previsto neste artigo.

Art. 12. O turista isento de visto, nos termos do artigo 11, deverá apresentar à autoridade policial, no momento em que chegar ao território brasileiro:

I — Passaporte, documento equivalente, ou carteira de identidade, esta quando expressamente admitida;

II — Certificado internacional de imunização.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, quanto à legitimidade da condição de turista, a autoridade competente poderá exigir prova de meios de subsistência ou do bilhete de viagem.

Art. 13. O prazo de estada no Brasil do turista (artigos 9º e 11) será de 90 (noventa) dias, prorrogáveis, no máximo, por igual período.

Art. 14. Em caso de excursão turística, a entidade promotora da viagem poderá preparar listas de, no mínimo, 15 (quinze) passageiros, para os efeitos do disposto nos artigos 10 e 12.

Art. 15. O visto temporário será concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil:

I — Em viagem cultural ou em missão de estudos;

II — Em viagem de negócios;

III — Como artista ou desportista;

IV — Como estudante;

V — Como técnico, professor ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro.

Art. 16. O prazo de estada no Brasil, nos casos dos itens I, II e III do artigo 15, será de 180 (cento e oitenta) dias e, nos demais, o correspondente à duração do curso, contrato ou prestação de serviços, comprovada perante a autoridade consular.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos itens I, II e III do artigo 15, o prazo de estada poderá ser prorrogado, uma só vez, por igual período e, nos de que tratam os itens IV e V, do mesmo artigo, a prorrogação poderá ser concedida pelo tempo por que se estender, comprovadamente, a alteração na duração do curso, prestação de serviço ou vigência do contrato.

Art. 17. Para obter visto temporário o estrangeiro deverá apresentar:

I — Passaporte ou documento equivalente;

II — Atestado de saúde e certificado internacional de imunização;

III — Prova de meio de subsistência;

IV — Atestado de antecedentes penais ou documento equivalente, a critério da autoridade consular.

§ 1º No momento em que chegar ao território brasileiro, o estrangeiro, portador de visto temporário, deverá apresentar à autoridade competente os documentos previstos nos itens I e II deste artigo.

§ 2º Para a obtenção do visto, os estrangeiros referidos nos itens III e V do artigo 15, deverão apresentar cópia do contrato visado pelo Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, salvo no caso de prestação do serviço ao Governo brasileiro.

Art. 18. O visto permanente, a ser concedido ao estrangeiro que pretenda

fixar-se definitivamente no Brasil, será:

I — Comum, para o que espontaneamente o requeira;

II — Especial, para o que venha sob o regime de imigração dirigida.

Art. 19. Para obter visto permanente o estrangeiro deverá apresentar:

I — Passaporte ou documento equivalente;

II — Atestado de saúde e certificado internacional de imunização;

III — Atestado de antecedentes penais ou documento equivalente;

IV — Certidão de nascimento ou de casamento.

§ 1º Para a obtenção do visto permanente, o estrangeiro deverá, ainda, satisfazer às exigências de caráter especial previstas nas normas disciplinadoras da seleção de imigrantes, estabelecidas pelos órgãos federais competentes, das quais poderão ficar dispensados os cidadãos de nacionalidade portuguesa.

§ 2º O estrangeiro, portador de visto permanente, deverá apresentar à autoridade brasileira competente, ao desembarcar, os documentos referidos nos itens I e II deste artigo.

Art. 20. A concessão, prorrogação, dispensa a gratuidade dos vistos diplomático e oficial, assim como nos casos previstos no artigo seguinte competem ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 21. Pela concessão dos vistos serão cobradas taxas consulares, exceptuados os casos de imigração dirigida e os regulados por acordos que concedam gratuidade.

Art. 22. A validade para a utilização de qualquer dos vistos é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua concessão, podendo ser prorrogada pela autoridade consular uma só vez, por igual prazo, cobrando-se as taxas devidas.

Parágrafo único. O prazo de validade do visto não deve estar esgotado no momento em que o estrangeiro chegar ao território brasileiro, salvo em casos de força maior, a critério da autoridade competente para fiscalizar o desembarque.

Art. 23. Os documentos apresentados para a obtenção dos vistos serão autenticados gratuitamente pela autoridade consular.

Art. 24. Recusado o visto, por se tratar de estrangeiro que não satisfaça as condições dos itens II, III, IV ou V do artigo 5º, a autoridade consular anotará o nome, idade, nacionalidade e profissão indicados no passaporte ou documento equivalente e comunicará o motivo da recusa ao Ministério das Relações Exteriores, o qual, a respeito, expedirá circular a todas as autoridades consulares brasileiras no exterior e fará conhecimento ao Departamento de Justiça do Ministério da Justiça.

Art. 25. Todo estrangeiro, ao chegar a território brasileiro, deverá entregar à autoridade competente documento de embarque-desembarque.

Art. 26. Aos nacionais dos países limítrofes, a autoridade encarregada da fiscalização poderá permitir a entrada e livre circulação nos municípios fronteiriços de seus respectivos territórios, bastando, para esse fim, a prova de identidade.

Parágrafo único. O estrangeiro a que se refere este artigo poderá exercer atividades remuneradas naqueles municípios.

Art. 27. Ao conceder o visto, a autoridade consular anotará no passaporte ou documento equivalente a classificação com que o estrangeiro poderá ingressar no Brasil.

Art. 28. Para a obtenção de visto, o apátrida deverá apresentar, além dos demais documentos, prova oficial de que poderá regressar ao país de procedência ou de sua residência, salvo impedimento, a critério de autoridade consular.

CAPÍTULO II

Do desembarque e do impedimento

SEÇÃO I

Do desembarque

Art. 29. Salvo as exceções legais, exigir-se-á para o desembarque de estrangeiro no território brasileiro a apresentação de "visto" concedido por qualquer das autoridades a que se refere o artigo 3º e nos termos dos artigos subsequentes do Capítulo I.

Art. 30. A entrada no território brasileiro far-se-á somente pelos locais onde houver fiscalização aduaneira, sanitária e do Departamento de Polícia Federal.

Art. 31. Todos os passageiros destinados ao Brasil, seja qual for o meio de transporte utilizado, serão inspecionados pelas autoridades sanitárias e do Departamento de Polícia Federal, no primeiro porto, aeroporto ou local de desembarque no território brasileiro, nos termos da legislação respectiva.

Art. 32. As autoridades do Departamento de Polícia Federal cabe examinar os documentos apresentados pelo passageiro e fiscalizar a observância do disposto neste decreto-lei, quanto às condições de entrada no território brasileiro.

Art. 33. Quando não constar do visto a classificação do estrangeiro ou ocorrer engano, as autoridades do Departamento de Polícia Federal permitirão desembarque condicional e remeterão o passaporte ou documento equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, para que promova a devida classificação ou correção.

Art. 34. As autoridades do Departamento de Polícia Federal poderão permitir o desembarque condicional do passageiro impedido na forma do artigo 38, mediante autorização por escrito da autoridade sanitária, quando dela vier o impedimento.

Art. 35. A empresa transportadora será responsável pelo desembarque, reembarque, manutenção e demais despesas dos passageiros em viagem contínua e dos tripulantes que não estiverem presentes por ocasião da saída do meio de transporte.

Art. 36. Cabe às autoridades do Departamento de Polícia Federal permitir transbordo ao passageiro em viagem contínua ou tripulante que, por motivo imperioso, seja obrigado a interromper a viagem no território brasileiro.

Art. 37. Nenhum passageiro, procedente do exterior, poderá desembarcar, afastar-se do local de fiscalização ou retirar sua bagagem, sem que seu passaporte ou documento equivalente haja recebido o visto de desembarque das autoridades do Departamento de Polícia Federal.

SEÇÃO II

Do impedimento

Art. 38. O visto concedido pelas autoridades consulares apenas configura mera expectativa de direito para o estrangeiro, cujo desembarque no território brasileiro poderá ser

obstado se se verificar a ocorrência de qualquer dos casos do artigo 5º ou a inconveniência de sua entrada no país.

Art. 39. Os impedimentos por motivo de saúde serão opostos pela autoridade sanitária, cabendo ao Departamento de Polícia Federal anotar o fato no passaporte ou documento equivalente, que reterá em seu poder até a saída do estrangeiro.

Art. 40. Da decisão da autoridade em serviço, caberá recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem efeito suspensivo.

Art. 41. A empresa transportadora e o responsável pelo meio de transporte respondem, solidariamente, pela saída do território brasileiro, assim do clandestino como do impedido, neste último caso, se ocorrer culpa de qualquer daqueles.

§ 1º Em caso de desembarque de clandestino ou de passageiro impedido, nas condições previstas neste artigo, a empresa transportadora depositará, no Banco do Brasil S. A. ou na Caixa Econômica Federal, importância equivalente a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no Brasil por impedido ou clandestino, depósito esse que será levantado mediante prova da saída do mesmo do território brasileiro, e responderá, igualmente, pelas respectivas despesas de manutenção até o reembarque, sem prejuízo do disposto nos artigos 146 e 147 e da custódia policial a que fica sujeito o clandestino.

§ 2º O impedimento do chefe de família estender-se-á a seus dependentes, mas o desembarque destes, no entanto, poderá ser autorizado desde que pessoa domiciliada no país, de comprovada idoneidade moral e financeira, assuma a responsabilidade por sua manutenção e eventual retirada do território brasileiro.

TÍTULO II

Do registro do estrangeiro e suas modificações

CAPÍTULO I

Do registro

Art. 42. O estrangeiro, admitido no Brasil em caráter temporário ou permanente, é obrigado a registrar-se dentro dos 15 (quinze) primeiros dias úteis seguintes ao desembarque.

§ 1º O registro, a cargo de Departamento de Polícia Federal, processar-se-á sumariamente, mediante identificação e exame do passaporte ou documento equivalente, que será restituído sem qualquer formalidade.

§ 2º Constarão do registro as indicações seguintes: nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, datas do nascimento e da chegada ao Brasil, e meio de transporte utilizado.

§ 3º O estudante, beneficiário de convênio cultural, será registrado, ainda, no Ministério das Relações Exteriores.

Art. 43. Ao estrangeiro registrado será fornecido documento comprobatório de identidade.

Parágrafo único. Ao portador de visto diplomático e oficial, ao funcionário e empregado de Missões diplomáticas e Repartições consulares estrangeiras, ao funcionário de Organizações Internacionais de que o Brasil faça parte e ao beneficiário de convênio cultural, o Ministério das Relações Exteriores expedirá carteira de identidade especial.

Art. 44. O nome e a nacionalidade do estrangeiro, para os efeitos de registro, serão os constantes do passaporte ou de documento equivalente.

Parágrafo único. Se o passaporte ou documento equivalente não consignar a nacionalidade do titular, o estrangeiro será registrado como apátrida, salvo se provar, por outra forma idônea, que possui nacionalidade determinada.

Art. 45. É facultado o fornecimento de documento comprobatório de identidade aos menores de 18 anos.

Art. 46. O estrangeiro que fôr admitido no Brasil em virtude de concessão de asilo diplomático ou territorial terá registro e documento de identidade especiais.

Art. 47. O estrangeiro registrado é obrigado a comunicar ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, a mudança de domicílio.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere este artigo poderá ser feita pessoalmente ou pelo correio, com registro postal.

Art. 48. O estrangeiro, registrado como permanente, que, ausentando-se do país, a ele retorne com excesso

dos prazos previstos no artigo 67 e seu parágrafo único, é obrigado a revalidar o registro, no Departamento de Polícia Federal, no prazo fixado no artigo 42.

Art. 49. O Departamento de Polícia Federal centralizará, mantendo-o devidamente atualizado, o registro geral dos estrangeiros identificados no Brasil e remeterá uma cópia da ficha datiloscópica de cada um à autoridade policial do Estado ou Território onde seja domiciliado.

CAPÍTULO II

Das Modificações do Registro

SEÇÃO I

Da Prorrogação do Prazo de Estada

Art. 50. O estrangeiro registrado como temporário poderá obter prorrogação na estada no Brasil (artigo 16, parágrafo único), desde que o requeira até 15 (quinze) dias antes do término do prazo concedido anteriormente.

Art. 51. A concessão da prorrogação ficará sempre condicionada à conveniência e ao interesse nacionais.

Art. 52. As prorrogações, até 180 (cento e oitenta) dias, somente poderão ser concedidas pelo Departamento de Polícia Federal e, quando excederem esse prazo, pelo Departamento de Justiça do Ministério da Justiça.

Art. 53. A prorrogação será anotada no passaporte ou documento equivalente.

SEÇÃO II

Da Permanência

Art. 54. Para os fins desta lei, entende-se como permanência a estada do estrangeiro no Brasil, sem limitação de tempo.

Art. 55. O estrangeiro, classificado nos artigos 9º, 11 e 15, poderá obter permanência definitiva, desde que preencha as condições para o visto permanente.

Art. 56. Ao portador de visto oficial e diplomático poderá ser concedida permanência no Brasil.

§ 1º A concessão de permanência, nessa hipótese, importará cessação de todas as prerrogativas, privilégios,

direitos e vantagens decorrentes desses vistos.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, o Departamento de Justiça do Ministério da Justiça consultará o Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º A expedição do documento de identidade só se efetuará depois da apresentação, ao Departamento de Polícia Federal, do passaporte com o visto diplomático ou oficial cancelado pelo Ministério das Relações Exteriores e da devolução da carteira de identidade por este expedida.

Art. 57. O pedido de concessão de permanência deverá ser feito até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de estada concedido pela autoridade competente.

Art. 58. Não prejudicará o processamento ou o deferimento do pedido de permanência a saída do estrangeiro do Brasil, desde que não exceda o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 59. A concessão da permanência subordinar-se-á sempre à conveniência e ao interesse nacionais.

Art. 60. A concessão da permanência ficará, automaticamente, sem efeito, se o documento de identidade não for reclamado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação no órgão oficial, do deferimento do pedido.

SEÇÃO III

Da Retificação de Assentamentos

Art. 61. O estrangeiro que vier a adquirir nacionalidade diversa da constante do registro deverá, nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente seguintes, requerer a averbação, em seus assentamentos, da nova nacionalidade.

Art. 62. O nome do estrangeiro, constante do registro, poderá ser alterado:

I — Se estiver comprovadamente errado;

II — Se tiver sentido pejorativo ou expuser a pessoa ao ridículo;

III — Se for de pronúncia e compreensão difíceis e puder ser traduzido ou adaptado à prosódia da língua portuguesa.

Parágrafo único. A expressão nome, tão-somente para os fins deste decreto-lei, compreende o prenome e os apelidos de família do estrangeiro.

Art. 63. Compete ao Ministro da Justiça autorizar a retificação de assentamentos constantes do registro de estrangeiros.

Art. 64. Qualquer alteração de nome será sempre precedida de investigação sobre o comportamento do requerente, que deverá instruir o pedido com folha corrida e atestado de bons antecedentes, fornecidos pelas autoridades policiais dos locais onde haja residido, e ainda certidão negativa de protestos de títulos e distribuições de ações.

Art. 65. As alterações consequentes a divórcio decretado em país estrangeiro só serão autorizadas depois da homologação da sentença pelo Supremo Tribunal Federal, quando for o caso.

TÍTULO III

Da Saída e do Retorno

Art. 66. O estrangeiro registrado na forma do artigo 42 deverá, para deixar o território brasileiro, obter visto de saída, observadas as disposições regulamentares.

Parágrafo único. Para ausentar-se do país, ser-lhe-á sempre exigido documento de embarque-desembarque.

Art. 67. O estrangeiro registrado como permanente, que se ausentar do Brasil, poderá regressar independentemente de visto, se o fizer dentro de 2 (dois) anos, salvo se for português ou tiver cônjuge ou filho brasileiro residente no país, hipótese em que poderá fazê-lo dentro de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Findos os prazos a que se refere este artigo, o reingresso no país, como permanente, dependerá da concessão de novo visto, observadas as disposições dos artigos 5º e 19.

Art. 68. O estrangeiro registrado como temporário, que se ausentar do Brasil por prazo não superior a 60 (sessenta) dias, poderá regressar, independentemente de novo visto, se o fizer dentro do prazo de validade de sua estada no país.

Art. 69. O visto de saída a asilados políticos somente será concedido com expressa autorização do Ministro da Justiça.

TÍTULO IV

Do Passaporte para Estrangeiro

Art. 70. O passaporte para estrangeiro será individual e concedido somente no Brasil.

§ 1º Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro:

I — A nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outro país encarregado de protegê-lo;

II — Ao apátrida;

III — A asilado ou refugiado político, como tal admitido e registrado no país.

§ 2º Poderão ser incluídos no passaporte de estrangeiro os filhos menores de 18 (dezoito) anos.

§ 3º A concessão do passaporte, nos casos dos itens I e III deste artigo, dependerá sempre de prévia autorização do Departamento de Justiça do Ministério da Justiça.

Art. 71. Em caso de extravio ou perda de passaporte para estrangeiro, poderá ser concedido pelas autoridades diplomáticas ou consulares brasileiras, satisfeitas as condições legais, documento de retorno ao Brasil.

Art. 72. O prazo de validade do passaporte para estrangeiro, respeitado o disposto no artigo 68, será fixado pela autoridade que autorizar a concessão, assegurado, durante sua vigência, o direito de retorno ao Brasil do respectivo titular, desde que possua a condição de permanente.

Parágrafo único. O prazo de validade do passaporte expedido na forma do artigo 70 não poderá ser prorrogado, devendo o documento ser recolhido pela autoridade encarregada da fiscalização do desembarque, por ocasião do reingresso do estrangeiro.

TÍTULO V

Da Expulsão

Art. 73. É passível de expulsão o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais.

§ 1º Dar-se-á, também, a expulsão do estrangeiro que:

I — Praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;

II — Havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for assinado para fazê-lo, não sendo possível a deportação;

III — Entregar-se à vadiagem e à mendicância;

IV — Desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para o estrangeiro.

§ 2º Não se procederá à expulsão se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira.

Art. 74. Não será expulso o estrangeiro que tiver:

I — Cônjuge brasileiro do qual não esteja desquitado ou separado; ou

II — Filho brasileiro dependente da economia paterna.

Parágrafo único. Não constitui impedimento à expulsão o casamento com brasileiro ou a adoção de filho brasileiro supervenientes à instauração do inquérito com aquela finalidade.

Art. 75. Caberá exclusivamente ao Presidente da República, mediante decisão resolver sobre conveniência e oportunidade da expulsão ou de sua evocação.

Art. 76. Desde que seja conveniente o interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou já se tenha efetivado sua condenação.

Art. 77. Os Tribunais e Juizes remeterão ao Ministério da Justiça, de ofício, até trinta dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença condenatória de estrangeiro como autor de crime doloso, ou de qualquer crime contra a segurança nacional, a ordem política e social, a economia popular e a saúde pública, assim como da folha de antecedentes penais constante dos autos.

Parágrafo único. — O Ministério da Justiça, recebidos os documentos referidos neste artigo, poderá ordenar a instauração de inquérito para a expulsão do estrangeiro.

Art. 78. O Ministro da Justiça, a qualquer tempo, poderá determinar a prisão do estrangeiro submetido a processo de expulsão, no máximo por 90 (noventa) dias, e, para assegurar

a execução da medida, mantê-la por igual prazo.

Art. 79. Compete ao Ministério da Justiça, de ofício ou mediante solicitação fundamentada, determinar ao Departamento de Polícia Federal a instauração de inquérito para a expulsão de estrangeiro.

§ 1º O inquérito será iniciado mediante portaria da autoridade policial competente.

§ 2º O expulsando será notificado da instauração do inquérito e do dia e hora fixados para o interrogatório, com a antecedência mínima de três dias úteis.

§ 3º Comparecendo o expulsando, será interrogado, identificado, qualificado e fotografado, podendo, nessa oportunidade, indicar defensor.

§ 4º Se o expulsando não o indicar, ou se ocorrer a hipótese prevista no final do parágrafo seguinte, a autoridade processante designar-lhe-á defensor dativo, ressalvada a êle a faculdade de substituí-lo a qualquer tempo, por outro de sua confiança.

§ 5º Se o expulsando estiver preso, será requisitado à autoridade competente e, se não for encontrado, será notificado por edital, com o prazo de 10 (dez) dias, publicado duas vezes, no órgão oficial local, e, em sua falta, em periódico de grande circulação na região, valendo a notificação para todos os atos do processo.

§ 6º Encerrada a instrução do inquérito, abrir-se-á, com o prazo de 5 (cinco) dias, vista ao expulsando e a seu defensor para apresentação de defesa.

§ 7º Se o expulsando, ou o seu defensor, não apresentar defesa, a autoridade processante dar-lhe-á defensor dativo, nos termos do § 4º deste artigo, concedendo-lhe novo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 80. Findo o prazo do artigo anterior, a autoridade policial, nos 10 (dez) dias imediatos, envia o inquérito, acompanhado de relatório conclusivo, ao Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, o qual o encaminhará, com parecer, ao Ministro da Justiça, que o submeterá à decisão do Presidente da República.

Art. 81. Em se tratando de procedimento contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para es-

trangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de 5 (cinco) dias dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, dispensar-se-á a investigação sumária quando o estrangeiro houver prestado depoimento em inquérito policial ou inquérito policial militar ou administrativo, no qual se apure haja ele se tornado passível de expulsão.

Art. 82. Salvo o caso de expulsão sumária (artigo 81), caberá pedido de reconsideração no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do decreto, no órgão oficial da União.

Art. 83. Publicado o decreto de expulsão, o Departamento de Justiça do Ministério da Justiça remeterá ao Departamento de Polícia Federal, às autoridades policiais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério das Relações Exteriores e a qualquer autoridade a quem o fato possa interessar, exemplares da fotografia e da individual dactiloscópica do expulsando.

Art. 84. Enquanto aguardar a execução da medida, o estrangeiro, cuja prisão não se torne necessária, permanecerá no lugar designado pelo Ministro da Justiça, devendo:

I — Apresentar-se à autoridade policial incumbida de sua vigilância uma vez por semana, pelo menos;

II — Observar, rigorosamente, as normas de conduta que lhe forem estabelecidas pela autoridade policial.

Art. 85. A qualquer tempo, o Ministro da Justiça poderá modificar, de ofício ou a pedido, as normas de conduta impostas ao estrangeiro e designar outro lugar para sua residência.

Art. 86. Compete ao Ministro da Justiça expedir instruções destinadas a uniformizar os termos e atos do processo de expulsão.

TÍTULO VI

Da Extradição

Art. 87. A extradição de estrangeiro poderá ser concedida quando o governo de outro país a solicitar, invocando convenção ou tratado firmado com o Brasil e, em sua falta, a existência de reciprocidade de tratamento.

Art. 88. Não se concederá a extradição:

I — De brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato determinante do pedido;

II — Quando o fato que a motivar não fôr considerado crime pela lei brasileira ou do Estado requerente;

III — Quando o Brasil fôr competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

IV — Quando a lei brasileira impuser ao ilícito pena de prisão igual ou inferior a um ano;

V — Quando o extraditando estiver sendo processado ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

VI — Quando se tiver verificado a prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII — Quando se tratar de crime político;

VIII — Quando o extraditando tiver de responder, no país requerente, perante Tribunal ou juízo de exceção.

§ 1º A exceção do inciso VII não impedirá a extradição, quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

§ 2º Caberá exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal a apreciação do caráter da infração.

§ 3º O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou qualquer outra pessoa que exerça autoridade, assim como os atos de anarquismo, terrorismo, ou sabotagem, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social.

Art. 89. São condições para concessão da extradição:

I — Ter sido o crime cometido no território do Estado requerente, ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado;

II — Existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por juiz, tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, ressalvado o disposto no artigo 93.

Art. 90. Quando mais de um Estado requerer a extradição da mesma pessoa pelo mesmo fato, terá preferência o pedido daquele em cujo território a infração foi cometida.

§ 1.º Tratando-se de atos diversos, terão preferência, sucessivamente:

I — O Estado requerente em cujo território haja sido cometido o crime mais grave, segundo a lei brasileira;

II — O que em primeiro lugar houver solicitado a entrega, sendo igual a gravidade do crime;

III — O Estado de origem, ou, na sua falta, o domicílio do extraditando, se os pedidos forem simultâneos;

IV — Nos demais casos, a preferência fica à discrição do Governo brasileiro.

§ 2.º Havendo tratado ou convenção com algum dos Estados requerentes, prevalecerão suas estipulações, no que disserem respeito à preferência de que cuida este artigo.

Art. 91. A extradição será solicitada por via diplomática ou, na falta de agente diplomático do Estado requerente, diretamente de governo a governo, devendo o pedido ser acompanhado de cópia ou traslado autêntico da sentença condenatória, ou das decisões de pronúncia ou prisão preventiva, proferidas por juiz ou autoridade competente. Dêsse documento ou de outros que se juntarem deverão constar indicações precisas sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato criminoso, identidade do extraditando e ainda cópia dos textos legais sobre o crime e a pena e sua prescrição.

Parágrafo único. O encaminhamento do pedido por via diplomática confere autenticidade aos documentos apresentados.

Art. 92. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministro da Justiça, que providenciará a prisão do extraditando e sua apresentação ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 93. Em caso de urgência, poderá ser concedida a prisão preventiva do extraditando, mediante requisição hábil, feita por qualquer meio de comunicação, por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado requerente.

§ 1.º A requisição a que se refere este artigo indicará qual o crime cometido e fundar-se-á em sentença

condenatória, auto de prisão em flagrante, mandado de prisão, ou, ainda, fuga do indiciado.

§ 2.º Dentro de 90 (noventa) dias da data em que houver sido solicitada a prisão, o Estado requerente deverá apresentar o pedido formal de extradição, acompanhado dos documentos indicados no artigo 91.

§ 3.º A prisão, com base neste artigo, não será mantida além do prazo referido no parágrafo anterior, nem se admitirá novo pedido pelo mesmo fato, sem que a extradição haja sido formalmente apresentada.

Art. 94. Nenhum pedido de extradição será atendido sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão que for proferida.

Art. 95. Efetuada a prisão do extraditando (artigo 92), o pedido de extradição será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.

§ 1.º A prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitida a concessão de liberdade vigiada.

§ 2.º Ao despachar o pedido, o Ministro relator designará dia para o interrogatório do extraditando, nomeando-lhe curador, se for o caso, ou advogado, se não tiver, e conceder-lhe-á o prazo de 10 (dez) dias para a defesa.

§ 3.º A defesa do extraditando só poderá consistir em não ser ele a pessoa reclamada, defeito de forma dos documentos apresentados e ilegalidade da extradição.

§ 4.º Não estando o processo devidamente instruído, o Tribunal, a requerimento do Procurador-Geral da República, poderá converter o julgamento em diligência, para o fim de ser o pedido corrigido ou completado no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, decorridos os quais o processo será julgado definitivamente, esteja, ou não, realizada a diligência.

§ 5.º Negada a extradição, não poderá o pedido ser renovado com base no mesmo fato.

Art. 96. Quando o extraditando estiver sendo processado ou tiver sido condenado no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade, a extradição só se efetivará após a conclusão do processo ou o cumprimento da pena, ressalvado, entretanto, o disposto no artigo 76.

Parágrafo único. A entrega ficará igualmente adiada, se a sua efetivação puser em risco a vida do extraditando, em virtude de enfermidade grave, comprovada por laudo médico oficial.

Art. 97. O Governo poderá fazer a entrega do extraditando, ainda que submetido a processo ou condenado por contravenção.

Art. 98. Não será efetuada a entrega do extraditando sem que o Estado requerente assumo o compromisso:

I — De não ser o extraditando prêso, nem processado, por outros fatos anteriores, ao pedido de extradição;

II — De computar o tempo de prisão no Brasil como de prisão preventiva, quando este deva ser contado.

III — De comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte, ressalvado, quanto à última, os casos em que a lei brasileira permitir a sua aplicação;

IV — De não ser o extraditando entregue a outro Estado, que o reclame sem consentimento do Brasil;

V — De não considerar, fim ou motivo político para agravar a pena.

Art. 99. A entrega do extraditando, de acordo com as leis brasileiras e respeitados os direitos de terceiros, será feita com todos os objetos encontrados em seu poder, quer sejam produto da infração, quer se trate de peças que possam servir para prová-la.

Art. 100. A entrega dos objetos a que se refere o artigo anterior poderá fazer-se, se fôr pedida pelo Estado requerente, ainda que o extraditando venha a morrer ou desaparecer.

Art. 101. Comunicada a concessão da extradição ao agente diplomático do Estado requerente, deverá este, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, retirar o extraditando do território brasileiro, e, não o fazendo, será ele pôsto em liberdade, sem prejuízo de responder a processo de expulsão, se o motivo da extradição o recomendar.

Art. 102. O estrangeiro que, depois de entregue ao Estado requerente e durante o processo e o julgamento, conseguir escapar à ação da Justiça e refugiar-se no Brasil, ou por ele transitar, será detido mediante requisição direta ou por via

diplomática, e novamente entregue, sem outras formalidades.

Art. 103. Salvo motivo de ordem pública, poderá ser permitido o trânsito, pelo território brasileiro, de pessoas cuja extradição se processou entre Estados estrangeiros, bem como o da respectiva guarda, mediante a apresentação de documentos habéis, comprobatórios da concessão da medida.

TÍTULO VII

Da Deportação

Art. 104. Nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território brasileiro no prazo determinado, a autoridade policial promoverá a sua imediata deportação.

Art. 105. A deportação far-se-á para o país de origem ou de procedência do estrangeiro, ou para outro que consinta em recebê-lo.

Art. 106. Não sendo possível efetivar-se a responsabilidade do transportador pelas despesas com a viagem do deportando, nem podendo este ou terceiro por elas responder, serão as mesmas custeadas pela União Federal.

Art. 107. O estrangeiro poderá ser dispensado de qualquer penalidade relativa à entrada ou estada irregular no Brasil, ou formalidade cujo cumprimento possa dificultar a deportação.

Art. 108. Não sendo exequível a deportação imediata, ou quando existirem indícios sérios de periculosidade ou indesejabilidade do estrangeiro, proceder-se-á à sua expulsão.

Art. 109. Não se dará a deportação se esta implicar em extradição vedada pela lei brasileira.

Art. 110. O estrangeiro, enquanto não se efetivar a deportação, poderá ser recolhido à prisão por ordem do Ministro da Justiça.

Parágrafo único. A prisão, no caso deste artigo, não se estenderá por tempo superior a 60 (sessenta) dias, findos os quais o estrangeiro será pôsto em liberdade, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 84.

TÍTULO VIII

Da Condição do Asilado

Art. 111. O estrangeiro admitido no território brasileiro na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe são im-

postos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições d'este decreto-lei.

Art. 112. Enquanto não caracterizadas as condições que justifiquem a concessão do asilo, o estrangeiro poderá ser mantido em prisão especial, por determinação do Ministro da Justiça, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias).

Parágrafo único. Se as condições alegadas para o asilo não ficarem caracterizadas, o estrangeiro será considerado clandestino e ficará sujeito às sanções cabíveis.

Art. 113. O estrangeiro registrado como asilado (artigo 46) sujeitar-se-á às condições especiais que lhe fixar o Governo brasileiro, além das impostas ao estrangeiro em geral.

Art. 114. O estrangeiro admitido no Brasil como asilado não poderá dele sair sem prévia comunicação ao Governo brasileiro e obtenção do respectivo visto (art. 69).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo valerá renúncia ao asilo e impedirá o reingresso do estrangeiro no território brasileiro.

TÍTULO IX

Dos Direitos e deveres do estrangeiro

Art. 115. O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição Federal e das leis.

Art. 116. O estrangeiro, sempre que a autoridade o exigir, deverá exibir o documento comprobatório de que está legalmente no país.

Art. 117. Ao estrangeiro, classificado nos arts. 6º, 9º e 11 desta lei, é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada no país.

Parágrafo único. O estrangeiro que houver entrado no Brasil sob o regime de imigração dirigida, para exercer atividade determinada, (art. 18 item II), não poderá, dentro do prazo contratual ou do que lhe for fixado na oportunidade da concessão do visto, dedicar-se a atividade diferente, salvo em casos excepcionais e sempre mediante autorização expressa do Ministro da Justiça.

Art. 118. É especialmente vedado ao estrangeiro qualquer que seja a sua situação no país:

I — Ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional, inclu-

ve nos serviços de navegação fluvial e lacustre;

II — Ser proprietário de empresas jornalísticas, políticas ou simplesmente noticiosas, e de empresa de televisão e de radiodifusão, ou acionista de sociedade anônima proprietária dessas empresas;

III — Ser responsável ou orientador intelectual ou administrativo das empresas mencionadas no item anterior;

IV — Obter concessão ou autorização para a pesquisa, prospecção, exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica;

V — Ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira, observado o disposto na legislação específica;

VI — Ser corvetor de navios, de navios públicos, leiloeiro e despachante aduaneiro;

VII — Ser proprietário de terras ou de estabelecimentos industriais ou comerciais na faixa de fronteiras, observado o disposto em leis especiais;

VIII — Participar da administração ou representação de sindicatos ou associações sindicais;

IX — Ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais;

X — Possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, salvo reciprocidade de tratamento;

XI — Prestar assistência religiosa às forças armadas e auxiliares e também nos estabelecimentos de internação coletiva.

Parágrafo único. Ao estrangeiro não residente no Brasil é vedado, nos termos da Lei nº 494, de 10 de março de 1969, adquirir propriedade rural em seu território.

Art. 119. O estrangeiro admitido no território brasileiro não pode exercer qualquer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país, sendo-lhe especialmente vedado:

I — Organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II — Exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de

obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas do país de origem ou de outro;

III — Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou dêles participar, com os fins a que se referem os incisos I e II deste artigo.

Art. 120. É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, religiosos, recreativos, beneficentes ou de assistência; filiar-se a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participar de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de mais da metade de associados estrangeiros, somente poderão funcionar mediante prévia autorização do Ministério da Justiça.

Art. 121. A entidade que houver obtido registro mediante falsa declaração de seus fins, ou que passar, depois de registrada, a exercer atividades proibidas, terá sumariamente cassado o respectivo registro, por ato do Ministro da Justiça e suspenso seu funcionamento até que seja judicialmente dissolvida.

Art. 122. O Ministro da Justiça poderá, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas.

TÍTULO X

Da Naturalização

CAPÍTULO I

Das Condições

Art. 123. A concessão da naturalização nos casos previstos na Constituição Federal, é faculdade exclusiva do Poder Executivo e será feita pelo Ministro da Justiça, em portaria registrada no Departamento de Justiça do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Sendo coletiva a portaria, dela constará a perfeita individualização de cada naturalizando.

Art. 124. São condições para a naturalização:

I — Capacidade civil do naturalizando, segundo a lei brasileira;

II — Residência contínua no território brasileiro, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

III — Ler e escrever a língua portuguesa, levadas em conta as condições de naturalizando;

IV — Exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

V — Bom procedimento;

VI — Inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil, por crime doloso cuja pena mínima, absolutamente considerada, seja superior a um ano de prisão;

VII — Boa saúde.

§ 1º Aos portugueses não se exigirão os requisitos dos n.ºs. III e IV deste artigo, e, quanto ao de nº II, bastará a residência ininterrupta durante 1 (um) ano.

§ 2º Não se exigirá a prova de boa saúde a nenhum estrangeiro, quando residir no país há mais de 2 (dois) anos.

§ 3º A condenação a que se refere o item VI deste artigo não impedirá a concessão da naturalização, a juízo do Ministro da Justiça, decorridos 5 (cinco) anos de sua reabilitação.

§ 4º Ter-se-á como satisfeita a condição do item IV, se o naturalizando:

I — Perceber proventos de aposentadoria em virtude do exercício de emprego no Brasil.

II — Sendo estudante, com até vinte e cinco anos de idade, fôr sustentado pelo pai, mãe, ascendente, irmão ou tutor;

III — De sexo feminino, fôr conjugada de brasileiro ou tiver sua subsistência provida por ascendente ou descendente possuidor de recurso bastante à satisfação do dever legal de prestar alimentos.

§ 5º Quando exigida residência contínua por 4 (quatro) anos para a naturalização, não lhe obstarão ao deferimento as viagens do naturalizando ao exterior, se determinadas por motivo relevante, a critério do Ministro da Justiça, e se a soma dos períodos de duração delas não ultrapassar de 18 (dezoito) meses.

§ 6º Verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de quaisquer dos requisitos exigidos neste artigo e nos artigos 125 e 126 deste decreto-lei, será declarado, pelo Mi-

nistro da Justiça, nulo o ato de naturalização, sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida.

Art. 125. O prazo de residência fixado no art. 124, nº II, poderá ser reduzido quando o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

- I — Ter filho ou cônjuge brasileiro;
- II — Ser filho de brasileiro;
- III — Ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça;
- IV — Recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística;
- V — Ser agricultor ou trabalhador especializado em qualquer setor industrial;
- VI — Ser proprietário, no Brasil, de bem imóvel cujo valor corresponda, pelo menos, a cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no país; ser industrial que disponha de fundos de igual valor; ou possuir cota de ações integralizadas de montante, no mínimo, idêntico, em sociedade comercial ou civil destinada, principal e permanentemente, ao exercício da indústria ou da agricultura.

Parágrafo único. A residência será, no mínimo, de 1 (um) ano, nos casos de ns. I, II e III; de 2 (dois) anos, nos casos de ns. IV e V e de 3 (três) anos, no de nº VI.

Art. 126. Dispensar-se-á o requisito da residência, exigindo-se apenas a presença no país nos sessenta dias anteriores ao pedido, quando se tratar:

- I — De cônjuge estrangeiro casado há mais de 5 (cinco) anos com diplomata brasileiro em atividade;
- II — De estrangeiro empregado em missão diplomática ou repartição consular no Brasil, que contar mais de 10 (dez) anos de serviços ininterruptos.

Art. 127. O estrangeiro que pretender naturalizar-se deverá requerê-lo ao Ministro da Justiça, declarando na petição o nome por extenso, nacionalidade, naturalidade, filiação, estado civil, dia, mês e ano de nascimento, profissão, os lugares onde haja residido anteriormente, no Brasil e no exterior, bem como se satisfaz o requisito a que alude o artigo 124, nº VI, desta lei, e se deseja, ou não, traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa.

§ 1º A petição será assinada pelo naturalizando, mas, se for português, poderá sê-lo por mandatário com poderes especiais, e instruída com:

- I — Documento de identidade para estrangeiro;
- II — Atestado policial de residência contínua no Brasil;
- III — Atestado policial de bons antecedentes e folha corrida, passados pelos serviços competentes do lugar de sua residência no Brasil;
- IV — Carteira profissional ou documento hábil à comprovação da condição constante do artigo 124, nº IV;
- V — Atestado oficial de sanidade física, observado o disposto no artigo 124, § 2º;
- VI — Certidões ou atestados que proveem, quando for o caso, as condições do art. 125, ns. I a VI;
- VII — Certidão negativa do Imposto de Renda.

§ 2º Se o documento de identidade, de que trata o nº I do parágrafo anterior, omitir qualquer dado relativo à qualificação do naturalizando, deverá ser apresentado outro que o comprove.

§ 3º Os estrangeiros a que se refere o artigo 126 deverão instruir o pedido:

- I — No caso do inciso I, com a prova do casamento, devidamente autorizado pelo Governo brasileiro;
- II — No caso do inciso II, com documentos fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores, que proveem que estão em efetivo exercício, contem mais de dez anos de serviços ininterruptos e se recomendem à naturalização.

§ 4º Aos estrangeiros que tiverem sido admitidos no Brasil até a idade de 5 (cinco) anos, radicados definitivamente no território nacional, serão exigidos apenas os documentos referidos nos itens I, II e III deste artigo, desde que requeram a naturalização até 2 (dois) anos após atingir a maioridade. Na hipótese de o documento mencionado no item I deste artigo omitir a data do ingresso no país, o estrangeiro deverá apresentar passaporte ou certidão de desembarque.

§ 5º Ao estrangeiro que tenha vindo residir no Brasil antes de atingida a maioridade e haja feito curso superior em estabelecimento nacional de ensino, serão exigidos, apenas, os do-

cumentos citados nos itens I e III d'este artigo, se requerida a naturalização até 1 (um) ano depois da formatura.

Art. 128. O estrangeiro que tiver sido admitido no Brasil até a idade de 5 (cinco) anos, radicado definitivamente no país, poderá, enquanto menor, requerer ao Ministro da Justiça, por intermédio de representante legal, a expedição de certificado provisório de naturalização, que valerá como prova de nacionalidade brasileira até 2 (dois) anos depois de atingida a maioridade.

Parágrafo único. A naturalização a que se refere este artigo se tornará definitiva, se o titular do certificado provisório, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, confirmar expressamente a intenção de continuar brasileiro, em petição dirigida ao Ministro da Justiça.

Art. 129. A petição de que trata o art. 127 será apresentada, no Distrito Federal, ao Ministério da Justiça que, após examiná-la, a remeterá ao Departamento de Polícia Federal, para a sindicância prevista no § 1º do artigo seguinte.

Art. 130. Nos Estados e Territórios, a petição, dirigida ao Ministro da Justiça, será apresentada à Secretaria de Segurança ou órgão correspondente do Governo local, podendo, entretanto, ser encaminhada através da Prefeitura do Município em que tiver domicílio o naturalizando.

§ 1º A Secretaria de Segurança, antes de opinar sobre a naturalização, fará a remessa das individuais datiloscópicas do naturalizando aos órgãos congêneres dos Estados onde haja, ele residido, e fará sindicâncias sobre a sua vida pregressa.

§ 2º O processo deverá ultimar-se em 90 (noventa) dias, findos os quais será devolvido, imediatamente, no Distrito Federal, ao Ministério da Justiça, e, nos Estados e Territórios, aos respectivos Governadores.

§ 3º O Departamento de Polícia Federal, a Secretaria de Segurança Pública, ou o órgão congêneres dos Estados e Territórios, quando ouvidos pelo serviço que houver sido inicialmente provocado, deverão prestar as informações dentro em 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade dos funcionários culpados pela demora.

§ 4º Recebidas, ou não, as informações, será o processo devolvido diretamente ao Ministério da Justiça, pelo Departamento de Polícia Federal, ou pela repartição correspondente dos Estados ou Territórios, por intermédio do Governador.

Art. 131. Recebido o processo pelo Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, este, se não julgar necessário novas diligências, ou depois de realizadas as que determinar, submetê-lo-á, com parecer, ao Ministro da Justiça.

§ 1º O Diretor-Geral do Departamento de Justiça do Ministério da Justiça mandará arquivar o pedido, se o naturalizando não satisfizer a quaisquer das condições previstas no art. 125, cabendo, do arquivamento, pedido de reconsideração àquela autoridade, com recurso para o Ministro de Estado, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato.

§ 2º Quando houver despacho cujo cumprimento dependa do naturalizando, ser-lhe-á marcado prazo para esse fim e não cumprido o despacho dentro do prazo ou não justificada a emissão, o pedido será arquivado e só poderá ser renovado com o cumprimento de todas as exigências do artigo 127.

§ 3º Se a diligência determinada independe do interessado, a repartição ou o serviço a que for requisitada deverá executá-la dentro de 30 (trinta) dias.

§ 4º Das exigências feitas, a Seção competente do Ministério da Justiça dará conhecimento ao interessado, mediante carta registrada.

Art. 132. Uma vez publicada, a portaria de naturalização será arquivada, no Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, que extrairá, de ofício, certidão relativa a cada naturalizando, assinada pelo respectivo Diretor-Geral.

§ 1º As certidões serão remetidas ao Juiz Federal do Estado onde tenham domicílio os interessados, a fim de lhes serem solenemente entregues, em audiência pública, individual ou coletivamente, e na qual o Magistrado explicará a significação do ato, advertindo-os quanto aos deveres e direitos dele decorrentes.

§ 2º Onde houver mais de um Juiz Federal, a entrega será feita pelo da 1ª Vara.

Art. 133. A entrega da certidão constará de termo lavrado no livro de audiência, assinado pelo Juiz e pelo naturalizando, devendo este:

I — Demonstrar que sabe ler e escrever a língua portuguesa, segundo a sua condição, pela leitura de trechos da Constituição Federal;

II — Declarar, expressamente, que renuncia à nacionalidade anterior;

III — Assumir o compromisso de bem cumprir os deveres de brasileiro.

§ 1º Ao naturalizando de nacionalidade portuguesa não se aplica o disposto no item I deste artigo.

§ 2º Será anotada na certidão a data em que o naturalizando prestou o compromisso, bem como a circunstância de haver sido lavrado o respectivo termo.

§ 3º A entrega da certidão aos naturalizando referidos no artigo 126 poderá ser feita pelo Chefe da Missão diplomática ou repartição consular brasileira no país onde exerçam sua atividade, observando-se as demais formalidades cabíveis previstas neste decreto-lei.

§ 4º O Departamento de Justiça do Ministério da Justiça comunicará à repartição encarregada do recrutamento militar as naturalizações concedidas, à proporção que as entregas se anotarem no livro competente.

§ 5º O ato de naturalização ficará sem efeito se a certidão não for solicitada pelo naturalizando, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da publicação, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 6º Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, será a certidão devolvida ao Diretor-Geral do Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, que, por simples despacho, mandará arquivá-la, anotando-se esta circunstância no respectivo registro.

§ 7º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, a critério do Ministro da Justiça, comprovado motivo de força maior, poderá fazer-se a expedição de nova certidão.

§ 8º Se o naturalizando, no curso do processo, mudar de domicílio, poderá requerer lhe seja efetuada a entrega da certidão no lugar para onde se houver mudado. Neste caso, será ela sempre precedida da verificação a que se refere o artigo 135.

Art. 134. Durante o processo de naturalização, poderá qualquer do povo impugná-la, desde que o faça fundamentadamente.

Art. 135. Suspender-se-á a entrega da certidão, quando verificada, pelas autoridades federais ou estaduais, mudança nas condições que autorizavam a naturalização.

Art. 136. A satisfação das condições previstas neste decreto-lei não assegura ao estrangeiro direito à naturalização.

CAPÍTULO II

Das Efeitos da Naturalização

Art. 137. A naturalização, salvo a hipótese do artigo 128, só produzirá efeitos após a entrega da certidão, na forma dos artigos 132 e 133, e confere ao naturalizando o gozo de todos os direitos civis e políticos, excetuados os que a Constituição Federal atribui exclusivamente a brasileiros natos.

Art. 138. A naturalização não importa a aquisição da nacionalidade brasileira pelo cônjuge e filhos do naturalizando, nem autoriza estes a entrar ou radicar-se no Brasil, sem que satisfaçam as exigências legais.

Art. 139. A naturalização não isenta o naturalizando das obrigações de caráter civil ou penal a que estava anteriormente sujeito perante o seu país de origem.

TÍTULO XI

Das infrações e penalidades e seu processo

CAPÍTULO I

Das infrações e penalidades

Art. 140. As infrações ao disposto neste decreto-lei serão punidas na conformidade deste Título.

Art. 141. Introduzir-se o estrangeiro no Brasil, sem estar devidamente autorizado:

Pena: deportação.

Art. 142. Demorar-se no território nacional após esgotado o prazo legal:

Pena: multa de 3%, (três por cento) do maior salário-mínimo vigente

no Brasil por dia de excesso, e deportação, caso não se retire no prazo fixado.

Art. 143. Deixar de registrar-se perante a autoridade competente, dentro dos prazos estabelecidos neste decreto-lei:

Pena: multa de 3% (três por cento) do maior salário-mínimo vigente no Brasil por dia de excesso.

Art. 144. Não efetuar, de acordo com o prescrito neste Decreto-lei (artigo 47), a comunicação de mudança de endereço:

Pena: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do maior salário-mínimo vigente no Brasil.

Art. 145. Desrespeitar o expulsando as normas de conduta que lhe foram prescritas:

Pena: multa de 1 (uma) vez o maior salário-mínimo vigente no Brasil.

Art. 146. Deixar a empresa transportadora de atender ao sustento e repatriação do estrangeiro impedido que desembarcar:

Pena: multa de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no Brasil por estrangeiro impedido, sem prejuízo da cassação do registro da empresa nos casos de reincidência.

Art. 147. Transportar para o Brasil estrangeiro que esteja sem a documentação em ordem:

Pena: multa de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo vigente no Brasil, por estrangeiro.

Art. 148. Empregar ou manter a seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer, no país, atividade remunerada:

Pena: multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo vigente no Brasil.

Art. 149. Deixar de cumprir o disposto no artigo 61:

Pena: multa de 1 (uma) vez o maior salário-mínimo vigente no Brasil.

Art. 150. Infringir o disposto nos artigos 117 e seu parágrafo único, 118 e 119 deste decreto-lei:

Pena: 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e expulsão.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das entidades a que se refere o item I do artigo 119, bem como a quaisquer responsáveis pela atividade proibida.

Art. 151. Introduzir estrangeiro clandestinamente ou ocultar clandestino:

Pena: 1 (um) a 3 (três) anos de detenção.

Art. 152. Fazer declaração falsa em processo de registro, de naturalização, ou para a obtenção de passaporte:

Pena: 1 (um) a 3 (três) anos de reclusão.

Art. 153. Infringir ou deixar de observar qualquer disposição deste decreto-lei ou de seu regulamento para a qual não seja cominada sanção especial:

Pena: multa de 3% (três por cento) e a 15% (quinze por cento) do maior salário-mínimo vigente no Brasil.

Art. 154. As multas previstas neste capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quintuplo.

CAPÍTULO II

Do processo das infrações

Art. 155. As infrações punidas com multa serão apuradas em processo administrativo, que terá por base o respectivo auto.

§ 1º O auto deverá relatar circunstanciadamente a infração e conter a sua classificação.

§ 2º Depois de assinado pela autoridade, o auto será submetido à assinatura do infrator, ou de seu representante, e das testemunhas que assistirem à lavratura.

§ 3º Se o infrator, ou seu representante, não puder ou não quiser assinar o auto, disto se fará menção nele.

Art. 156. É competente para lavrar o auto de infração a autoridade incumbida de aplicar este Decreto-lei, dentro da respectiva área de competência.

Art. 157. Lavrado o auto de infração, a autoridade processante deter-

minará a notificação do infrator para, dentro de 10 (dez) dias úteis, apresentar defesa escrita.

§ 1º Findo o prazo a que se refere este artigo, com ou sem a defesa, o processo subirá a julgamento.

§ 2º Da decisão que impuser penalidade será intimado o infrator, que poderá interpor recurso para a instância superior dentro de 10 (dez) dias úteis da intimação.

§ 3º Interposto recurso, a autoridade recorrida remetê-lo-á, dentro de 5 (cinco) dias úteis, à autoridade superior.

§ 4º Negado provimento ao recurso, poderá o recorrente pedir reconsideração, dentro de 5 (cinco) dias úteis da intimação.

§ 5º Proferida a decisão final, a autoridade julgadora devolverá o processo, em 5 (cinco) dias úteis, à repartição de origem.

Art. 158. Em caso de recurso, o recorrente depositará, sempre, o valor da multa aplicada, em moeda corrente, ou prestará fiança idônea, sob pena de arquivamento definitivo.

§ 1º Provido o recurso, a autoridade processante autorizará o levantamento da importância depositada ou da fiança.

§ 2º Negado provimento ao recurso, a autoridade processante recolherá a importância da multa ao Tesouro Nacional.

Art. 159. Nos casos dos artigos 150, 151 e 152, observar-se-á o Código de Processo Penal, e, nos de expulsão e deportação, o disposto nos Títulos V e VII deste Decreto-lei, respectivamente.

TÍTULO XIII

Disposições gerais e transitórias

Art. 160. O Poder Executivo providenciará a uniformização dos prazos de estada de turistas fixados em acordos internacionais, de conformidade com o disposto neste Decreto-lei.

Art. 161. Aplica-se o disposto neste Decreto-lei aos requerimentos de naturalização em curso no Ministério da Justiça.

Art. 162. Ao estrangeiro que, na data da vigência da Constituição de 24 de janeiro de 1967, se encontrava nas condições previstas no seu ar-

tigo 140, item II, alínea "b", incisos 1 e 2, fica assegurado o direito de pleitear a naturalização, nos termos do artigo 127, §§ 4º e 5º, deste Decreto-lei, até 2 (dois) anos após a sua publicação.

Art. 163. Haverá, no Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, três livros especiais destinados:

a) ao índice nominal das naturalizações concedidas;

b) ao registro dos títulos declaratórios e

c) ao registro dos certificados provisórios de naturalização expedidos nos termos do art. 128 deste Decreto-lei.

Art. 164. O estrangeiro que se encontrar no território brasileiro, na data da publicação deste Decreto-lei, poderá obter autorização de permanência definitiva, no país, desde que satisfaça as condições a que alude o art. 55, *in fine*, e a requiera dentro de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 165. A União, através do Ministério da Justiça, poderá promover, com as unidades da Federação, os convênios necessários ao cumprimento das atribuições a ela conferidas neste Decreto-lei.

Art. 166. O Orçamento Geral da União consignará dotação especial ao Departamento de Polícia Federal para atender às despesas de qualquer natureza com:

I — A manutenção, no Brasil, de asilado político, até o máximo de 30 (trinta) dias;

II — A movimentação de extraditando para fins processuais;

III — A custódia do estrangeiro;

IV — A retirada de expulsando e deportando.

Art. 167. Fica aprovada a tabela de taxas, que acompanha o presente Decreto-lei.

Art. 168. Nos Estados e Territórios onde não exista repartição do Departamento de Polícia Federal, o inquérito para a expulsão de estrangeiro será realizado pela Secretaria de Segurança Pública ou órgão correspondente.

Art. 169. Este Decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis ns. 2.526, de 5 de julho de 1955 e 4.473, de 12

de novembro de 1964, estas a partir da regulamentação do artigo 11 d'este Decreto-lei.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

TABELA DE EMOLUMENTOS E TAXAS A QUE SE REFERE O DECRETO-LEI Nº 941, DE 18 DE OUTUBRO DE 1969

EMOLUMENTOS CONSULARES

Visto em passaportes de estrangeiros:

Permanente comum, temporário (viagem de negócios, artistas e desportistas, técnicos, professores ou profissionais de outra categoria, sob o regime de contrato) — NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos).

Temporário (turistas; viagem cultural; missão de estudos; estudantes; trânsito) — NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos).

Visto em lista coletiva — NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) por pessoa.

Taxas:

Visto de saída — NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos).

Pedido de autorização de permanência — NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) por pessoa.

Pedido de prorrogação de prazo de estada dos portadores de visto de turista ou temporários — NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) por pessoa.

Pedido de passaporte para estrangeiro — NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) por passaporte.

Pedido de retificação de assentamentos no registro de estrangeiro — NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) por pessoa.

Pedido de registro de Sociedade — NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) por Sociedade.

Pedido de naturalização.....
NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) por pessoa.

Pedido de reconsideração de despacho e recursos — Metade da taxa devida no pedido inicial.

Pedido de reconsideração em processo de expulsão — NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) por pessoa.

Observações:

I — É isento de taxa o pedido de prorrogação de prazo, ou de autorização de permanência estendida a pessoa incluída no passaporte de estrangeiro que a obteve.

II — O pedido de prorrogação, ou autorização de permanência, estendida a quem viva na dependência econômica do estrangeiro que a obteve, obriga somente ao pagamento da quinta parte da taxa respectiva, por pessoa.

III — Estão isentos dos pagamentos das taxas, a que alude esta tabela, os pedidos em tramitação no Ministério da Justiça, na data da publicação desta lei, excetuados os recursos que venham a ser interpostos.

IV — As taxas e multas, quando cobradas por autoridades estaduais, em decorrência do disposto no artigo 165 desta lei, serão pagas, na forma estabelecida em regulamento, e recolhidas, observado o percentual fixado em convênio, ao Tesouro Nacional e aos cofres da unidade federada.

V — As taxas previstas nesta tabela sofrerão correção monetária, incidente sobre o valor do dispositivo ou item infringido, calculada tomando-se por base o índice percentual de variação do mais elevado salário-mínimo vigente do País.

DECRETO-LEI Nº 942 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o crédito suplementar de NCr\$ 350.000.000,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, tendo das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 3, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o crédito suplementar no valor de NCr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros novos) para prover recursos ao Fundo de Reserva Orçamentária.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei são os constatados na forma do artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Hálio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 943 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera disposições do Decreto-lei número 266, de 28 de fevereiro de 1967, e dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 2º e seu parágrafo único e o artigo 4º do Decreto-lei número 266, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os direitos, vantagens e deveres do pessoal das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior são os previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e na legislação complementar subsequente.

Parágrafo único. A admissão de pessoal será obrigatoriamente

feita mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 4º Os atuais servidores das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior, sob relação jurídica estatutária, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data em que forem aprovados os respectivos quadros de pessoal e tabelas de retribuição, organizados em função do regime trabalhista, poderão optar pela permanência como funcionários autárquicos federais, constituindo quadro suplementar a extinguir-se”.

Art. 2º Aos servidores das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior, sujeitos ao regime estatutário, que exercerem o direito de opção pelo regime da legislação trabalhista, serão asseguradas, como vantagem pessoal, nominalmente identificável, e somente nos valores absolutos à data em que se efetivar a opção, as vantagens do regime anterior, vedada a percepção cumulativa de vantagens da mesma natureza, previstas em ambos os regimes.

§ 1º É assegurada aos servidores abrangidos no presente artigo a estabilidade prevista na legislação anterior.

§ 2º Não prevalecerá, para quaisquer efeitos, entre os servidores referidos neste artigo e os que foram ou vierem a ser admitidos após 28 de fevereiro de 1967, o disposto no artigo 461, e seus parágrafos, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º Fica instituído o regime de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais para os servidores regidos segundo as normas do presente Decreto-lei, inclusive os que permanecerem sob o regime estatutário.

Art. 4º Para a instauração do inquérito previsto no artigo 853 da Consolidação das Leis do Trabalho, as Caixas Econômicas Federais ou o Conselho Superior apresentarão reclamação por escrito à autoridade judiciária competente no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável a critério do Ministro da Fazenda, contado o prazo da data da suspensão do empregado.

Art. 5º Os servidores das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior, admitidos pelo regime estatutário, continuarão regidos por essa legislação até o término do prazo es-

tabelecido no artigo 4º do Decreto nº 266, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 1º do presente Decreto-lei.

§ 1º Os servidores referidos neste artigo não poderão manifestar opção pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho enquanto não começar a fluir o prazo estipulado para esse fim.

§ 2º Não serão admitidas quaisquer reclamações com fundamento na legislação trabalhista por parte dos servidores a que se refere o presente artigo antes de vencido o prazo estabelecido para a opção, quando ficarão filiados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, se não optarem pela situação de funcionários autárquicos federais.

§ 3º As reclamações apresentadas com inobservância do disposto neste artigo serão arquivadas, qualquer que seja a fase processual em que se encontrarem.

Art. 6º As autoridades administrativas continuam competentes para apreciar e julgar quaisquer reivindicações fundadas na legislação estatutária e para a imposição de sanções disciplinares à vista de procedimento funcional dos servidores no tempo em que foram regidos por aquela legislação.

Art. 7º As readaptações ou qualquer outra situação individual pendentes de solução definitiva fundadas no regime estatutário interessando aos servidores que optarem pela legislação trabalhista serão decididas pelos Conselhos Administrativos das Caixas e homologadas pelo Conselho Superior, para o efeito exclusivo de enquadramento dos servidores atingidos, tendo em vista sua posição como integrantes dos novos quadros de pessoal.

Art. 8º Aos servidores admitidos sob o regime estatutário, que tenham sido filiados ao sistema da legislação trabalhista, fica assegurado o direito de retorno à condição de funcionário autárquico federal, desde que o requeriram dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Decreto-lei, sem direito à percepção de quaisquer vantagens financeiras pretéritas.

Art. 9º São declaradas sem efeito as normas, instruções, portarias e resoluções administrativas baixadas em

desacôrdo com o Decreto-lei nº 266, de 28 de fevereiro de 1967, e com o presente Decreto-lei, bem como todo e qualquer ato nelas fundado.

Art. 10. O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 944 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de
NCr\$ 1.544.651,97 para o fim que especifica.*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 1.544.651,97 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um cruzeiros novos e noventa e sete centavos), para atender a parte das despesas, relativas ao exercício de 1968, decorrentes do aumento de pensões militares autorizado pela Lei nº 5.475, de 23 de julho de 1968.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão aplicados da seguinte forma:

5.06.00 — Ministério do Exército

5.06.01 — Ministério do Exército

03.07.08.2.006 — Pagamento de Inativos e Pensionistas.

3.0.0.0 — D despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.5.0 — Despesas de Exercícios Anteriores — NCr\$ 1.544.651,97

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento do crédito especial de que trata o artigo 1º deste Decreto-lei são aqueles decorrentes de anulação de dotações orçamentárias determinadas através do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 945 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de NCr\$ 992.500,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 992.500,00 (novecentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros novos) para atender despesas com a aquisição de residências em Brasília.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 4.01.00, a saber:

	NCr\$
4.00.00 — Poder Judiciário	
4.01.00 — Supremo Tribunal Federal	
10.05.02.1.002 — Construção de Residências em Brasília	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.1.0 — Obras Públicas	992.500,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 946 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Ministério da Justiça a ceder o uso do jazigo 1.419 "F", quadra 2, do Cemitério de São João Batista, à "Associação dos Veteranos da F.E.B.".

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Ministério da Justiça autorizado a ceder à "Associação dos Veteranos da F.E.B.", fundada em 16 de julho de 1963, e sediada

no Estado da Guanabara, o uso perpétuo do jazigo 1.419 "F", Quadra 2, do Cemitério de São João Batista, para que nele sejam sepultados os Veteranos da Campanha da Itália.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado o Decreto-lei número 888 de 29 de novembro de 1938, e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 947 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de NCr\$ 2.800.000,00 para o fim que especifica, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial no valor de..... NCr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros novos) para atender despesas relacionadas a ampliação do Departamento de Censos.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.13.00, a saber:

	NCr\$
5.13.00 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
5.13.03 — Secretaria-Geral (Órgãos Vinculados)	
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
01.02.15.1.016 — Ampliação do Departamento de Censos	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas	1.500.000,00
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações..	700.000,00
01.02.15.1.005 — Planejamento e Trabalhos Preparatórios do Censo de 1970	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.2 — Entidades Federais	
Diversos	600.000,00
TOTAL	2.800.000,00

Art. 3º Ficam revogados o Decreto-lei nº 565, de 2 de maio de 1969 e o Decreto nº 64.446, de 2 de maio de 1969.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 948 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de NCr\$ 7.000.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial no valor de.... NCr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros novos) e destinado ao Fundo Nacional de Saúde.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.15.00, a saber:

5.15.00 — Ministério da Saúde	NCr\$
5.15.02 — Secretaria-Geral	
Projeto — 14.04.17.1.005	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	7.000.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 949 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre aplicações de recursos pelo BNH nas operações de financiamento para saneamento e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Banco Nacional da Habitação — BNH — autorizado a aplicar, nas operações de financiamento para saneamento, além de seus próprios recursos, os do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, de que trata a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Parágrafo único. Compreende-se como operações de financiamento para saneamento de que trata este Decreto-lei a concessão, pelo BNH, e/ou por entidades públicas ou privadas que com ele se associem, de empréstimos destinados, diretamente ou através de estímulos, a:

I — Implantação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água;

II — Implantação ou melhoria de sistemas de esgotos que visem ao controle da poluição das águas.

Art. 2º Será assegurada preferência, nas operações de que trata este Decreto-lei, às regiões compreendidas nos Estados e/ou Municípios que tenham constituído Fundos de Financiamento para Água e Esgotos, observadas sempre, nessas operações, as condições estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação.

Art. 3º Em todas as operações de financiamento para saneamento, de que trata o parágrafo único do artigo 1º, deverá ser adotada cláusula de correção monetária de acordo com o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966.

Parágrafo único. Compreendem-se nas operações deste artigo todas as aplicações de recursos pelo Banco Nacional da Habitação e pelos Fundos de Financiamento para Água e Esgotos, constituídos em convênio com o Banco Nacional da Habitação, bem como os refinanciamentos por seus

Agentes Financeiros, para a implantação ou melhoria dos sistemas referidos no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Poderá o Banco Nacional da Habitação aceitar outra garantia que não a de natureza real, quando, nas aplicações dos recursos de que trata o art. 2º, o mutuário for estabelecimento de crédito, organizado sob a forma de sociedade anônima.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 950 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XII, da Constituição Federal.

Art. 2º Constituem recursos do FUNCAP:

a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência

a populações atingidas em caso de calamidade pública;

c) os saldos dos créditos extraordinários abertos para calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;

a) outros recursos eventuais.

Art. 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art. 4º Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art. 5º O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades, as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;

b) reembolso de despesas de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art. 6º O regulamento do presente Decreto-lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 951 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera Quadros de Pessoal dos Ministérios da Aeronáutica e da Educação e Cultura e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Aeronáutica, com a exclusão de 1 (um) cargo código AF-202-14.B, da Série de Classes de Oficial de Administração, que é transferido com a sua atual ocupante Marivalva Gomes Tavares, para igual Quadro e Parte do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 952 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Concede pensão especial aos três últimos trinetos de Tiradentes.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É concedida a Pedro de Almeida Beltrão Junior, Maria Custódia dos Santos e Zoé Cândida dos Santos, os três últimos membros da quinta geração do Alferes Joaquim

José da Silva Xavier, o Protomártir da Independência do Brasil, pensão especial, individual, equivalente a duas vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo anterior será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Turso Dutra

DECRETO-LEI Nº 953 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre remissão parcial de créditos tributários.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que, tendo em vista os altos interesses sociais, os Ministros da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social firmaram protocolo mediante o qual são previstos incentivos para a preservação da indústria a que se dedica a empresa Metalúrgica Paulista S.A., com a transferência de parte de seu ativo e passivo ao grupo de empresas Wallig;

Considerando que, entre esses incentivos, figura a consolidação e parcelamento das dívidas fiscais e previdenciárias, com a relevação de multa;

Considerando que o Código Tributário Nacional, no artigo 172, itens I e IV, prevê a hipótese de, mediante lei, ser a autoridade administrativa

autorizada a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial de crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo e a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso, decretam:

Art. 1º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder remissão das multas e das participações percentuais a que fazem jus a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativamente aos débitos fiscais de Metalúrgica Paulista S.A., que forem encampados pelo grupo de empresas Wallig e que forem objeto de parcelamento, nos termos do Protocolo e Aditivo assinados pelos Ministros da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e aplicar-se-á aos executivos fiscais já ajuizados e julgados, desde que se incluam nas condições previstas no art. 1º.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Newton Burlamaqui Barreto

DECRETO-LEI Nº 954 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Concede pensão especial ao pintor Homero Massena.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É concedida ao pintor brasileiro, Professor Homero Massena, por sua relevante contribuição à arte nacional, uma pensão especial, vitalícia e intransferível, no valor mensal

correspondente à diferença entre seus proventos de aposentadoria e o valor de 4 (quatro) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo será automaticamente reajustada sempre que majorados os proventos da inatividade.

Art. 2º A despesa decorrente da execução deste Decreto-Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada aos pensionistas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 955 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera o Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967, incluindo a rodovia que menciona.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica incluída no Plano Nacional de Viação — Setor Rodoviário, constituindo a BR-421, a ligação Ariqueemes — Alto Candeias — Guajará-Mirim.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 956 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre aposentadoria dos servidores públicos e autárquicos cedidos à Rede Ferroviária Federal S.A., bem como dos seus empregados em regime especial e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º As diferenças ou complementações de proventos, gratificações adicionais ou quinquênios e outras vantagens, excetuado o salário-família, de responsabilidade da União, presentemente auferidas pelos ferroviários servidores públicos e autárquicos federais ou em regime especial aposentados na previdência social, serão mantidas e pagas pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional, como parcela complementar da aposentadoria, a qual será com esta reajustada na forma da Lei Orgânica da Previdência Social.

Parágrafo único. Para efeito do cálculo da pensão será tomada por base a aposentadoria com a respectiva parcela complementar.

Art. 2º Fica assegurada aos servidores de que trata este Decreto-lei, quando aposentados, a percepção de salário-família, de acordo com a legislação aplicável aos servidores públicos, devendo o pagamento ser efetuado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional.

Art. 3º As gratificações adicionais ou quinquênios percebidos pelos ferroviários servidores públicos e autárquicos ou em regime especial, seguros da previdência social, integrarão o respectivo salário de contribuição, de acordo com o que estabelece o artigo 69, § 1º, da Lei Orgânica da Previdência Social, na redação dada pelo artigo 18 do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

§ 1º Fica dispensada a incidência de descontos sobre as importâncias percebidas como adicionais ou quinquênios antes do 12º mês precedente ao em que entrar em vigor o presente Decreto-lei.

§ 2º A incidência dos descontos sobre os adicionais ou quinquênios, só abrangerá os servidores que, na data da publicação deste Decreto-lei, estiverem em atividade.

Art. 4º Por força do disposto no artigo 3º, os ferroviários servidores públicos e autárquicos ou em regime especial que vierem a se aposentar pela previdência social, na vigência deste diploma legal, não farão jus à percepção, por parte da União, dos adicionais ou quinquênios que percebiam em atividade.

Art. 5º As diferenças ou complementações de pensão devidas pela União aos dependentes dos ferroviários servidores públicos, na forma das Leis ns. 4.259, de 12 de setembro de 1963, e 5.057, de 29 de junho de 1966, serão mantidas e pagas pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional, como parcela complementar do benefício, a qual será com este reajustada, na forma da Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 6º Por morte de servidor público que estiver em gozo de dupla aposentadoria, segundo entendimento dado à Lei nº 2.752, de 10 de abril de 1956, sendo a aposentadoria da União superior à da previdência social, a pensão concedida na forma da Lei Orgânica da Previdência Social será acrescida da diferença entre o valor desse benefício e o da pensão que seria devida, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, com base na aposentadoria da União.

Parágrafo único. A diferença de que trata este artigo, de responsabilidade da União, será mantida, reajustada e paga na forma do que dispõe o artigo 5º.

Art. 7º Fica assegurada aos dependentes dos servidores de que trata o presente Decreto-lei a percepção de salário-família, na forma da legislação aplicável aos servidores públicos, devendo o pagamento ser efetuado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional.

Art. 8º Aos servidores públicos que, com base no entendimento dado à Lei nº 2.752, de 10 de abril de 1956, se encontrem em gozo de dupla aposentadoria, bem como aos respectivos dependentes, não se aplica o disposto nos artigos 1º, 2º e 7º.

Art. 9º O disposto nos artigos 1º e 5º aplicar-se-á a quaisquer importan-

cias que, a título de complementação e com base em legislação anteriormente vigente, sejam consideradas devidas pela União aos servidores de que trata o presente Decreto-lei e aos respectivos dependentes, ressalvadas as complementações de pensões especiais, que obedecem a regulamentação própria.

Art. 10. O Tesouro Nacional porá à disposição do Instituto Nacional de Previdência Social, à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento da União, os recursos indispensáveis ao pagamento do salário-família de que tratam os artigos 2º e 7º e à manutenção e reajustamento dos encargos referidos no artigo 1º, inclusive em seu parágrafo único, e nos artigos 5º e 6º, em cotas trimestrais, de acordo com a programação financeira da União.

Art. 11. Ficam revogados o Decreto-lei nº 3.769, de 28 de outubro de 1941, a Lei nº 5.235, de 20 de janeiro de 1967, a Lei nº 4.259, de 12 de setembro de 1963, na parte referente aos funcionários da União que contribuem obrigatoriamente para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, bem como a Lei nº 5.057, de 29 de junho de 1966.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Newton Burlamaqui Barreira

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 957 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação aos artigos 141, e seus parágrafos 1º e 3º, e 182, do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Vencimentos dos Militares

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que

lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os atuais artigos 141, e seus parágrafos 1º e 3º, e 182, do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 141. O militar em atividade, inclusive o de que trata o artigo 143 deste Código, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do artigo 139 terá direito ao Auxílio-Invalidez no valor de 20% (vinte por cento) da “base de cálculo” de que trata o art. 138, ao passar para a inatividade, desde que considerado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e satisfaça ainda a uma das condições abaixo especificadas, devidamente declaradas por Junta Militar de Saúde:

1 — necessitar de hospitalização permanente;

2 — necessitar de assistência ou de cuidados permanentes de enfermagem.

§ 1º Fará jus ao mesmo benefício o militar enquadrado nos artigos 2º e 3º do Decreto-lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1946, desde que se encontre nas condições estabelecidas neste artigo.

§ 2º

§ 3º O Auxílio-Invalidez será suspenso automaticamente, pela autoridade competente, se for verificado que o militar beneficiado exerce ou tenha exercido, após o recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se, em inspeção de saúde, for constatado não se encontrar nas condições citadas neste artigo.

Art. 182. O militar que se encontra reformado na data da publicação deste Decreto-lei e que vinha percebendo a “diária de asilado” de que tratava o artigo 143 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, ora revogada, passará a perceber o Auxílio-Invalidez previsto no presente Decreto-lei, na forma do artigo 141 e seus parágrafos”.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 958 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Assegura 50 % (cinquenta por cento) das vagas anualmente existentes nos Cursos de Formação Especial ou de Adaptação, destinados ao ingresso nos Quadros de Saúde ou de Veterinária das Forças Armadas, aos militares que especifica e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Aos integrantes dos Quadros de Oficiais Auxiliares, de Oficiais e Administração e de Oficiais Especialistas, aos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos, das Forças Armadas, diplomados em Medicina, Odontologia, Farmácia ou Veterinária, por escolas ou faculdades oficialmente reconhecidas, são asseguradas 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas à matrícula em Cursos de Formação Especial ou de Adaptação de Oficiais de Saúde ou de Veterinária, nas respectivas Forças.

Parágrafo único. Reverterão em favor dos militares, ou dos civis, conforme o caso, as vagas asseguradas e não preenchidas.

Art. 2º A matrícula em cursos de que trata o artigo anterior dependerá:

a) de habilitação em concurso de seleção;

b) de exame de saúde e psicológico e de outras exigências no âmbito de cada Força.

Parágrafo único. As vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação resultante do concurso.

Art. 3º A idade máxima fixada para os inscritos na forma do artigo 1º será a de 35 (trinta e cinco) anos, referida a 31 de dezembro do ano da inscrição.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito ao limite de 38 (trinta e oito) anos de idade aos candidatos militares que, na data da publicação do presente Decreto-lei, sejam diplomados ou estejam matriculados em escolas superiores oficialmente reconhecidas que os habilitem ao ingresso no Curso de Formação de Oficiais Médicos, Farmacêuticos, Dentistas ou Veterinários das Forças Armadas.

Art. 4º Aos oficiais da reserva de 2ª Classe ou não remunerada, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas ou Veterinários, quando convocados para a prestação de estágio, se aplicará o disposto no Decreto nº 63.704, de 29 de novembro de 1968.

Art. 5º Os Ministros Militares estabelecerão as normas concernentes à execução do presente Decreto-lei, nas respectivas Forças.

Art. 6º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 3.579, de 10 de julho de 1959 e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 959 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a contribuição devida ao Instituto Nacional de Previdência Social pela empresa que remunerar serviços a ela prestados por trabalhador autônomo, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A empresa que, a qualquer título, remunerar serviços a ela

prestados por trabalhador autônomo, sem vínculo empregatício, fixa obrigação a contribuir para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) nos termos do artigo 69, § 2º da Lei nº 3.897, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), na redação dada pelo artigo 18 do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, e nas condições estabelecidas neste decreto-lei.

§ 1º A contribuição será igual a 3% (oitto por cento) da remuneração efetivamente paga ou devida no ano civil, limitada, em relação a cada empresa e por trabalhador autônomo, a doze vezes o maior salário-base da categoria, vigente na respectiva região, ou, na falta deste, a doze vezes o salário-mínimo regional de adulto, não prevalecendo para esse efeito o limite mensal estabelecido no item III do artigo 69 da Lei Orgânica da Previdência Social.

§ 2º Sobre o valor da remuneração de que trata este artigo não será devida nenhuma outra das contribuições arrecadadas pelo INPS.

Art. 2º Na documentação referente à remuneração dos serviços prestados por trabalhador autônomo nos casos previstos neste decreto-lei deverão ser discriminadas as parcelas correspondentes a:

- a) serviços profissionais próprios;
- b) serviços de terceiros a ele prestados;
- c) outras despesas.

Parágrafo único. Na falta dessa discriminação, servirá de base para o cálculo da contribuição o total da remuneração.

Art. 3º Equipara-se à empresa, para fins de previdência social, o trabalhador autônomo que remunerar serviços a ele prestados por outro trabalhador autônomo, bem como a cooperativa de trabalho e a sociedade civil, de direito ou de fato, prestadora de serviços.

Art. 4º Caberá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos surgidos na execução deste Decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor no primeiro dia útil do mês

seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Newton Burlamaqui Barreira

DECRETO-LEI Nº 960 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Revoga o Decreto-Lei nº 9.049, de 11 de março de 1946.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que a autorização contida no Decreto-Lei nº 9.049, de 11 de março de 1946, para aforamento condicional de terreno acrescido de marinha não foi até agora regularizada na forma do disposto no aludido decreto-lei; e

Considerando que o terreno referido é imprescindível ao atendimento de instalação de órgãos do serviço público federal, decretam:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-Lei nº 9.049, de 11 de março de 1946, que excluiu das disposições do Decreto-Lei nº 2.803, de 21 de novembro de 1940, terreno acrescido de marinha, situado na Esplanada do Castelo, Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, e autorizou o aforamento condicional do mencionado terreno.

Art. 2º O Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, providenciará a distribuição do terreno de que trata o artigo anterior ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 3º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 961 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Fixa o número de vereadores para os municípios dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o que consta da Exposição de Motivos nº 196, de 10 de outubro de 1969, o Ministro de Estado do Interior, decretam:

Art. 1º As Câmaras Municipais, nos Territórios Federais, terão a seguinte composição em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 51 do Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1968, e atendido o número de eleitores das respectivas circunscrições:

I — Municípios de Mazagão, Calceone, Amapá e Oiapoque, no Território Federal do Amapá: 5 (cinco) vereadores;

II — Município de Guajará-Mirim, no Território Federal de Rondônia: 5 (cinco) vereadores;

III — Município de Canacarai, no Território Federal de Roraima: 5 (cinco) vereadores;

IV — Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima: 8 (oito) vereadores;

V — Município de Macapá, no Território Federal de Amapá: 9 (nove) vereadores;

VI — Município de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia: 9 (nove) vereadores.

Art. 2º Competirão à Justiça Eleitoral as modificações posteriores

quanto ao número de vereadores estabelecidos neste decreto-lei, em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1968.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

M. DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 962 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Aprova a aposentadoria de Manoel Alves Mendes Júnior, no cargo de Assessor para Assuntos Legislativos do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 13 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 1º do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É aprovada a aposentadoria de Manoel Alves Mendes Júnior, no cargo de Assessor para Assuntos Legislativos do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, tornando-se definitiva a Portaria nº 116, de 29 de fevereiro de 1968, do Diretor-Geral do mesmo Departamento, publicada no *Diário Oficial* — Seção I, Parte I, de 3 de março de 1968, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, ao Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA MELLO

DECRETO-LEI Nº 963 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Distrito Federal a celebrar contrato de financiamento.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Distrito Federal autorizado a celebrar contrato de financiamento para a construção do Parque Nacional de Exposição e Feira Agropecuária em Brasília, até o montante de NCr\$ 18.184.000,00 (dezoito milhões cento e oitenta e quatro mil cruzeiros novos), devendo constar dos orçamentos de 1971, 1972 e 1973 as verbas de NCr\$ 6.061.330,00 (seis milhões sessenta e um mil trezentos e trinta cruzeiros novos) em cada um, acrescidos dos juros, para a liquidação das responsabilidades e seus acessórios.

Parágrafo único. Os recursos que custearão o financiamento de que trata este artigo correrão por conta de receitas próprias do Distrito Federal.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 964 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Altera o Decreto-lei nº 830, de 8 de setembro de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Fica incluído na tabela a que se refere o artigo 1.º do Decreto-lei nº 830, de 8 de setembro de 1969, um cargo isolado de provimento em comissão de Chefe de Portaria, símbolo PJ.3, na situação anterior e na

situação nova, e majorado, de um para três, o cargo isolado de provimento efetivo de Contador, símbolo PJ.4 na situação nova.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data da vigência do Decreto-lei nº 830 de 8 de setembro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antonio da Gama e Silva

Hélio Bellão

DECRETO-LEI Nº 965 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal Federal de Recursos, em favor deste Tribunal, o crédito especial de NCr\$ 45.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Tribunal Federal de Recursos, o crédito especial no valor de NCr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros novos) e destinado ao pagamento de despesas de exercícios anteriores e auxílio-doença.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 4.02.00, a saber:

	NCr\$
4.00.00 — Poder Judiciário	
4.02.00 — Tribunal Federal de Recursos	
Atividade 01.06.02.2.004	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.5 — Pessoal — Indenizações Trabalhistas	10.000,00
Atividade 03.07.02.2.005	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.3.0 — Transferências de Assistência e Previdência Social	
3.2.3.1 — Inativos	35.000,00
	<hr/>
	45.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 143º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 966 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial de NCr\$ 427.107,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1968, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial no valor de NCr\$ 427.107,00 (quatrocentos e vinte sete mil, cento e sete cruzeiros novos) para o atendimento de despesas com a Fundação Universidade Federal de Viçosa.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber.

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura

NCr\$

5.05.20 — Diretoria do Ensino Superior

08.06.07.1.097 — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino Superior para atendimento de compromisso firmado com o BID.
1) Universidade de São Paulo

4.0.0.0 -- Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas 427.107,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 143º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 967 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Gabinete do Ministro e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito especial de NCr\$ 7.541.300,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Gabinete do Ministro e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito especial no valor de NCr\$ 7.541.300,00 (sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil e trezentos cruzeros novos), para atender às despesas conspícuas da alteração pelo Decreto-lei nº 555-69, na legislação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Sombustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.12.00, a saber:

	NCr\$
5.12.00 — Ministério das Minas e Energia	
5.12.07 — Conselho Nacional do Petróleo	
09.07.14.1.032 — Programa de Desenvolvimento da Produção Petrolífera a cargo da PETROBRAS — Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.3.0.0 — Transferências de Capital	
4.3.7.0 — Contribuições Diversas (Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos)	7.541.300,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVAKES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 968 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o exercício da supervisão ministerial relativamente às entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de

1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. As entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais, que sejam mantidas com recursos próprios e não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União, regular-se-ão pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de cará-

ter geral, relativas à administração interna das autarquias federais.

Parágrafo único. As entidades de que trata este artigo estão sujeitas à supervisão ministerial prevista nos artigos 19 e 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 restrita à verificação da efetiva realização dos correspondentes objetivos legais de interesse público.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Newton Burlamaqui Barreira

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 969 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do

ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial ao valor de NCr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos) para atender despesas com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações, Instituída pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei, decorrerão da anulação a que se refere o Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 970 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 6ª Região, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 6ª Região, o crédito especial no valor de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos) para atender despesas de exercícios anteriores devidas aos juizes daquele Tribunal.

Art. 2º O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 4.05.00, a saber:

	NCR\$
4.00.00 — Poder Judiciário	
4.05.00 — Justiça do Trabalho	
4.05.01 — Tribunal Superior do Trabalho	
01.06.02.1.017 — Mudança do Tribunal para Brasília	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	50.000,00
4.05.07 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Juizamento da 6ª Região	
01.06.02.2.109 — Processamento de Causas Trabalhistas	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	17.500,00
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	30.000,00
03.07.02.2.111 — Pagamento de Inativos	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.3.0 — Transferências de Assistência e Previdência Social	
3.2.3.1 — Inativos	52.500,00
	<hr/>
	150.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 971 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1969

Considera como tempo de serviço militar o prestado por servidores civis nos Ministérios Militares durante a Segunda Guerra Mundial e que posteriormente ingressaram nos Quadros ou Serviços de Saúde das Forças Armadas.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º E' considerado como militar para todos os efeitos, o tempo de ser-

viço prestado por servidores civis nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, como médico, dentista ou farmacêutico, durante a Segunda Guerra Mundial, que posteriormente ingressaram nos Quadros ou Serviços de Saúde das Forças Armadas e nelas permanecem em atividade.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 972 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1969

*Dispõe sobre o exercício da profissão
de jornalista.*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O exercício da profissão de jornalista é livre, em todo o território nacional, aos que satisfizerem as condições estabelecidas neste Decreto-Lei.

Art. 2º A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, escrita ou não comentário;

b) comentário ou crônica pelo rádio ou pela televisão;

c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea "a";

f) ensino de técnicas de jornalismo;

g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

Art. 3º Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste Decreto-Lei, aquela que tenha como atividade

de a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

§ 1º Equipara-se a empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agência de publicidade, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º.

§ 2º O órgão da administração pública direta ou autarquia que mantiver jornalista sob vínculo de direito público prestara, para fins de registro, a declaração de exercício profissional ou de cumprimento de estágio.

§ 3º A empresa não-jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada a circulação externa promoverá o cumprimento desta lei relativamente aos jornalistas que contratar, observado, porém, o que determina o artigo 8º, § 4º.

Art. 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de:

I — prova de nacionalidade brasileira;

II — folha corrida;

III — carteira profissional;

IV — declaração de cumprimento de estágio em empresa jornalística;

V — diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de "a" a "g", no artigo 6º.

§ 1º O estágio de que trata o item IV será disciplinado em regulamento, devendo compreender período de trabalho não inferior a um ano precedido de registro no mesmo órgão a que se refere este artigo.

§ 2º O aluno do último ano de curso de jornalismo poderá ser contratado como estagiário, na forma do parágrafo anterior em qualquer das funções enumeradas no artigo 6º.

§ 3º O regulamento disporá ainda sobre o registro especial de:

a) colaborador, assim entendido aquele que exerça, habitual e remuneradamente atividade jornalística, sem relação de emprego;

b) funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as do artigo 2º;

c) provisionados na forma do artigo 12.

§ 4º O registro de que tratam as alíneas "a" e "b" do parágrafo anterior não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso da alínea "b", os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

Art. 5º Haverá, ainda, no mesmo órgão, a que se refere o artigo anterior, o registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo jornalistas, respondam pelas respectivas publicações.

§ 1º Para esse registro, serão exigidos:

I — prova de nacionalidade brasileira;

II — folha corrida;

III — prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística, com o inteiro teor do seu ato constitutivo;

IV — prova do depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;

V — para empresa já existente na data deste Decreto-Lei, conforme o caso:

a) trinta exemplares do jornal;

b) doze exemplares da revista;

c) trinta recortes ou cópia de noticiário com datas diferentes e prova de sua divulgação.

§ 2º Tratando-se de empresa nova, o registro será provisório com validade por dois anos, tornando-se definitivo após o cumprimento do disposto no item V.

§ 3º Não será admitida a renovação de registro provisório nem a prorrogação do prazo de sua validade.

§ 4º Na hipótese do § 2º do artigo 3º, será obrigatório o registro especial do responsável pela publicação, na forma do presente artigo para os efeitos do § 4º do artigo 8º.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais, como empregados, serão assim classificadas:

a) Redator: aquele que além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;

b) Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de aprecia-

c) Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícia ou informações, preparando-a para divulgação;

d) Repórter de Setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pre-determinados, preparando-as para divulgação;

e) Rádio-Repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;

f) Arquivista-Pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

g) Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

h) Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

i) Repórter-Fotográfico: aquele a quem cabe registrar, fotograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

j) Repórter-Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico.

l) Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.

Parágrafo único: Também serão privativas de jornalista profissional as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão.

Art. 7º Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada, ainda que pública, respeitadas a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei.

Art. 8º Será passível de trancamento, voluntário ou de ofício, o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal deixar de exercer a profissão por mais de dois anos.

§ 1º Não incide na cominação deste artigo o afastamento decorrente de:

a) suspensão ou interrupção do

b) aposentadoria como jornalista;
c) viagem ou bolsa de estudos, para aperfeiçoamento profissional.

d) desemprego, apurado na forma da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

§ 2º O trancamento de ofício será da iniciativa do órgão referido no artigo 4º ou a requerimento da entidade sindical de jornalistas.

§ 3º Os órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social prestarão aos sindicatos de jornalistas as informações que lhes forem solicitadas, especialmente quanto ao registro de admissões e dispensas nas empresas jornalísticas, realizando as inspeções que se tornarem necessárias para a verificação do exercício da profissão de jornalista.

§ 4º O exercício da atividade prevista no artigo 3º, § 3º, não constituirá prova suficiente de permanência na profissão se a publicação e seu responsável não tiverem registro legal.

§ 5º O registro trancado suspende a titularidade e o exercício das prerrogativas profissionais, mas pode ser revalidado mediante a apresentação dos documentos previstos nos itens II e III do artigo 4º, sujeitando-se a definitivo cancelamento se, um ano após, não provar o interessado novo e efetivo exercício da profissão, perante o órgão que deferir a revalidação.

Art. 9º O salário de jornalista não poderá ser ajustado nos contratos individuais de trabalho, para a jornada normal de cinco horas, em base inferior à do salário estipulado, para a respectiva função, em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou sentença normativa da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Em negociação ou dissídio coletivos poderão os sindicatos de jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalista em mais de um veículo de comunicação coletiva.

Art. 10. Até noventa dias após a publicação do regulamento deste Decreto-Lei, poderá obter registro de jornalista profissional quem comprovar o exercício atual da profissão, em qualquer das atividades descritas no

artigo 2º, desde doze meses consecutivos ou vinte e quatro intercalados, mediante:

I — os documentos previstos nos itens I, II e III do artigo 4º;

II — atestado de empresa jornalística, do qual conste a data de admissão, a função exercida e o salário ajustado;

III — prova de contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social, relativa à relação de emprego com a empresa jornalística atestante.

§ 1º Sobre o pedido, opinará, antes da decisão da autoridade regional competente, o Sindicato de Jornalistas da respectiva base territorial.

§ 2º Na instrução do processo relativo ao registro de que trata este artigo, a autoridade competente determinará verificação minuciosa dos assentamentos na empresa, em especial, as folhas de pagamento do período considerado, registro de empregados, livros contábeis, relações anuais de empregados e comunicações mensais de admissão e dispensa, guias de recolhimento ao INPS e registro de ponto diário.

Art. 11. Dentro do primeiro ano de vigência deste Decreto-Lei, o Ministério do Trabalho e Previdência Social promoverá a revisão de registro de jornalistas profissionais cancelando os viciados por irregularidade insanável.

§ 1º A revisão será disciplinada em regulamento, observadas as seguintes normas:

I — A verificação será feita em comissão de três membros, sendo um representante do Ministério, que a presidirá, outro da categoria econômica e outro da categoria profissional, indicados pelos respectivos sindicatos, ou, onde não os houver, pela correspondente federação;

II — O interessado será notificado por via postal, contra recibo ou, se ineficaz a notificação postal, por edital publicado três vezes em órgão oficial ou de grande circulação na localidade do registro;

III — A notificação ou edital fixará o prazo de quinze dias para regularização das falhas do processo de registro, se for o caso, ou para apresentação de defesa;

IV — Decorrido o prazo da notificação ou edital, a comissão diligenciará no sentido de instruir o processo e esclarecer as dúvidas existentes, emitindo a seguir seu parecer conclusivo;

V — Do despacho caberá recurso, inclusive por parte dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais ou de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, no prazo de quinze dias, tornando-se definitiva a decisão da autoridade regional após o decurso desse prazo sem a interposição de recurso ou se confirmada pelo Ministro.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido neste artigo, os registros de jornalista profissional e de diretor de empresa jornalística serão havidos como legítimos e definitivos, vedada a instauração ou renovação de quaisquer processos de revisão administrativa, salvo o disposto no artigo 8º.

§ 3º Responderá administrativa e criminalmente a autoridade que indevidamente autorizar o registro de jornalista profissional ou de diretor de empresa jornalística, ou que se omitir no processamento da revisão de que trata este artigo.

Art. 12. A admissão de jornalistas, nas funções relacionadas de "a" a "g" no artigo 6º, e com dispensa da exigência constante do item V do artigo 4º, será permitida, enquanto o Poder Executivo não dispuser em contrário, até o limite de um terço das novas admissões, a partir da vigência deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. A fixação, em decreto, de limites diversos do estipulado neste artigo, assim como do prazo da autorização nele contida, será precedida de amplo estudo de sua viabilidade, a cargo do Departamento Nacional de Mão-de-obra.

Art. 13. A fiscalização do cumprimento dos preceitos deste Decreto-Lei se fará na forma do artigo 626 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo aplicável aos infratores multa variável de uma a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Aos Sindicatos de Jornalistas incumbe representar as autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão.

Art. 14. O regulamento deste Decreto-Lei será expedido dentro de sessenta dias de sua publicação.

Art. 15. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições que dependem de regulamentação e revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 310 e 314 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Brasília, 17 de outubro de 1969; 148º da Independência e 21º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LIXA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 973 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1969

Regula a aplicação da correção monetária às concessionárias de serviços portuários.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Na correção monetária, a partir de 28 de novembro de 1958, do registro contábil do valor original dos bens lançados no ativo imobilizado do capital das concessionárias de serviços portuários, para efeito de fixação do respectivo Capital Reconhecido, serão atendidos todos os princípios da lei tributária, especialmente o referente à prévia dedução da depreciação sofrida pelo bem reavaliado.

§ 1º. A correção monetária será feita sobre os valores dos bens objeto dos projetos de obras aprovados e não sobre os valores do crédito representado pelo capital de concessão.

§ 2º. Os valores iniciais do ativo imobilizado corresponderão aos valores iniciais dos bens objeto dos projetos de obras aprovados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios

e Canais ou pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

§ 3º. No cálculo da depreciação dos bens serão, também, levados em conta os valores correspondentes a investimentos feitos no porto pelo Poder Concedente, diretamente ou por órgão descentralizado, ou a investimentos feitos por conta de custeio, visando à reposição, substituição ou conservação dos bens de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º. A dedução nos valores do ativo sujeito à correção monetária será integral quando verificada a baixa física do bem, sua depreciação total ou sua alienação.

§ 5º. O valor das depreciações deduzidas no ativo imobilizado não ficará sujeita à correção monetária, continuando a integrar, pelo seu valor original, nos termos da legislação portuária, o capital reconhecido da concessionária.

§ 6º. As importâncias relativas aos Fundos de Amortização destinados à restituição do valor do capital reconhecido, somente serão corrigidas monetariamente enquanto permanecerem em poder das concessionárias.

Art. 2º. As correções monetárias dos valores dos bens integrantes do ativo imobilizado das concessionárias dos serviços portuários observarão o procedimento estabelecido no Decreto nº 60.439, de 13 de março de 1967, e só produzirão qualquer efeito previsto na legislação portuária, após aprovação do Ministro dos Transportes.

Parágrafo único. Com a aprovação Ministerial prevista neste artigo, as correções passam a ter vigência a partir da data da respectiva Assembléia Geral de Acionistas que deliberou sobre a matéria.

Art. 3º. A aprovação Ministerial de que trata o artigo anterior, só pode ser outorgada em processo específico e referente a cada exercício financeiro, no qual a concessionária de portos apresente demonstração contábil que atenda às normas tributárias, às da legislação relativa a sociedades comerciais, às do Decreto-lei nº 188, de 23 de fevereiro de 1967 e do presente Decreto-lei.

§ 1º. Na demonstração contábil a que se refere este artigo cada bem será individualizado, com indicação da correção respectiva.

§ 2º. A correção monetária de qualquer bem não poderá ser superior ao seu real valor de venda.

Art. 4º. Antes da aprovação Ministerial de que trata o artigo 2º, será procedida pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, a apuração do efetivo capital reconhecido de cada concessionária dos serviços portuários, a partir de 28 de novembro de 1958 e até a data deste Decreto-lei.

§ 1º. Os resultados apurados, de acordo com este Decreto-lei, após aprovação do Ministro dos Transportes, constituirão, ano a ano, o "Capital Reconhecido" (Inicial e Adicionais) de cada empresa, para todos os efeitos da legislação portuária.

§ 2º. Quando o capital da concessão declarado pela concessionária for superior ao Capital Reconhecido apurado na forma do disposto neste Decreto-lei e tiver servido de base para a remuneração anual de 10% (dez por cento) prevista na lei portuária, os valores excedentes serão considerados como remuneração anual antecipada, a ser deduzida de futuras remunerações ou compensada quando do término da concessão.

§ 3º. As parcelas de qualquer Fundo ou Reserva constituídos por remuneração não distribuída do capital declarado e que se incluíam no excesso de que trata o parágrafo anterior, serão acrescidas ao Fundo de Amortização de que trata o Art. 11, do Decreto nº 24.599, de 16 de junho de 1934 e art. 18 da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958.

§ 4º. Os saldos do Fundo de Amortização referido na parte final do parágrafo anterior, existentes após o pagamento pelo término da concessão, serão incorporados ao Fundo Portuário Nacional, como receita eventual.

Art. 5º. O Governo Federal, por Decreto do Presidente da República, fixará quais os bens que continuaram considerados como integrantes do Ativo imobilizado das concessionárias dos portos, apesar de, por interesse do Poder Concedente, terem sido destinados a outros fins.

Parágrafo único. Os bens de que trata este artigo continuam sujeitos às mesmas normas de depreciação e obsolescência, tal como se estivessem em utilização pela concessionária.

Art. 6º. Os bens alienados pela concessionária de serviços portuários

terão a respectiva baixa contábil na data da alienação, passando o seu valor, para efeito da fixação do "Capital Reconhecido", a integrar, na mesma data, o ativo não imobilizado e não sujeito a qualquer correção monetária.

Art. 7º. Se os valores do Capital Reconhecido de cada concessionária de portos, aprovados na forma deste Decreto-lei, forem inferiores àqueles declarados pela concessionária, as remunerações futuras sobre o efetivo Capital Reconhecido a que faria jus a empresa, não poderão ser a esta atribuídas enquanto o valor do efetivo Capital Reconhecido não alcançar o montante do excesso de remuneração apurado na forma deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, as remunerações ainda não distribuídas aos acionistas e recebidas pela empresa sob qualquer título, serão incorporadas ao Fundo Portuário Nacional, como receita eventual, o mesmo acontecendo com as remunerações futuras, até que seja alcançado o valor do excesso de remuneração aludido neste artigo.

Art. 8º. Apurado, ano a ano, os valores do efetivo Capital Reconhecido das concessionárias de portos, como estabelecido neste Decreto-lei, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis fará levantamento das remunerações já percebidas pelas empresas, a partir de 1958, a fim de apurar o eventual excesso dessas remunerações.

Parágrafo único. Após atendido o estabelecido no § 1º do artigo 7º deste Decreto-lei, o eventual saldo do excesso encontrado será, então, compensado quando do término da concessão.

Art. 9º. As concessionárias de serviços portuários, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentarão inventário de qualquer bem por ela adquirido, que esteja em seu nome e que não conste das relações de que tratam os artigos anteriores.

Art. 10. No caso de novos investimentos a serem feitos pelas concessionárias de serviços portuários e que resultarem em parcela de Capital Reconhecido, o Ministério da Fazenda poderá fixar, para determinados bens, o respectivo período de vida útil.

Art. 11. Uma vez finda a concessão de serviço portuário ou verificada a encampação desta por Decreto do Poder Executivo, a União será imitada na posse das instalações portuárias respectivas, independentemente de qualquer questão referente à fixação do exato valor do pagamento que o Governo Federal deverá fazer à concessionária, nos termos dos artigos 12 e 13 do Decreto nº 24.599, de 6 de julho de 1934.

Art. 12. A correção monetária dos bens do ativo imobilizado facultado às concessionárias de serviços portuários não poderá ser aplicada, a partir da data deste Decreto-lei, de modo a produzir direta ou indiretamente, aumento no valor do capital reconhecido dessas concessionárias.

Art. 13. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 974 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a emitir apólice da Dívida Pública da União.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 6 de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir apólices da Dívida Pública da União, no valor de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), especialmente destinadas a qualquer dos pagamentos, a empresas privadas concessionárias de portos nacionais, previstos nos artigos 12 e 13

do Decreto nº 24.599, de 6 de julho de 1934.

Parágrafo único. As apólices a que se refere este artigo serão entregues, em custódia, até o dia 31 de dezembro de 1969, ao Banco Central do Brasil que contabilizara o seu valor em um Fundo Especial de Reserva, retendo-as, total ou parcialmente, até que, extintas ou encampadas as concessões, seja efetuada por determinação do Ministro da Fazenda sua entrega física em pagamento às concessionárias.

Art. 2º. Os orçamentos dos anos de 1971 a 1984 consignarão dotações orçamentárias para o pagamento de juros, à taxa de 10% (dez por cento) ao ano, sobre o valor nominal dos títulos referidos no art. 1º.

Art. 3º. Os orçamentos dos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984, consignarão dotações orçamentárias para a amortização e resgate dos títulos referidos no art. 1º, na seguinte proporção:

I — até 15%, ou NCr\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), em 1981;

II — até 20%, ou NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), em 1982;

III — até 30%, ou NCr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros novos), em 1983;

IV — até 35%, ou NCr\$ 62.500.000,00 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), em 1984.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 975 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1969

Define os crimes de contrabando e transporte de terroristas e subversivos, praticados por meio de aeronaves e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que o contrabando de aeronaves, ou de mercadorias, inclusive armamentos, munições, minérios, pedras preciosas e entorpecentes, e o transporte de terroristas, subversivos e elementos indesejáveis ao País, por meio de aeronaves, continuam a ocorrer, apesar das medidas repressivas adotadas pelo Governo;

Considerando que a prática desses crimes, sobre constituir grave risco à Segurança Nacional, acarreta, ainda, incalculáveis prejuízos à Nação, decretam:

Art. 1º Além dos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, serão também considerados crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social:

I — Contrabandear aeronave, ou tentar fazê-lo, sobrevoando ou pouso em território nacional sem prévia autorização das autoridades competentes, ou, ainda, sobrevoar ou pousar, respectivamente, em áreas ou aeródromos diferentes dos indicados na autorização para sobrevôo e pouso, contrariando, assim, os artigos 47, 52 e 67 do Código Brasileiro do Ar e legislação vigente;

II — Transportar em aeronaves contrabandeadas, ou não, registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro "RAB", ou não, terroristas, subversivos, contrabandistas ou indivíduos que estejam sendo procurados pelas autoridades civis ou militares, ou, ainda, concorrer, através desses vôos ilegais, para a locomoção, entrada ou saída do País, de tais elementos;

III — Transportar em aeronaves contrabandeadas, ou não, registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro "RAB", ou não, mercadorias contrabandeadas de qualquer espécie, in-

clusive armas, munições, minérios, pedras preciosas, ou entorpecentes;

IV — Construir ou permitir sejam construídas, sem autorização das autoridades competentes, pistas de pouso de quaisquer natureza;

V — Permitir ou facilitar, para os fins condenados neste Decreto-lei, sejam efetuados pousos ou decolagens em locais improvisados, ou não;

VI — Permitir ou facilitar a separação ou manutenção de aeronaves que tenham pousado irregularmente, em locais improvisados, ou não;

VII — Efetuar, o técnico ou mecânico, reparos de qualquer natureza ou manutenção em aeronaves, tendo ciência de sua utilização criminoso, ou, ainda, mudar sua cor ou prefixo, sem autorização da autoridade competente;

VIII — Utilizar meios de comunicação para facilitar a prática de contrabando, ou subversão;

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

§ 1º Incidirão nas mesmas penas os que concorrerem para a prática dos crimes previstos neste Decreto-lei: os proprietários de aeronaves que, dolosamente, as tenham cedido, ainda que sem vantagens de ordem material, para o transporte ilegal; os tripulantes responsáveis pelos vôos ilegais dessas aeronaves; os financiadores, os agenciadores e os que, tendo conhecimento da prática desses crimes, deixarem de comunicá-los, com a possível urgência, à autoridade civil ou militar mais próxima.

§ 2º Nos casos dos incisos V e VI, exceptuam-se os pousos de emergência, desde que a autoridade civil ou militar mais próxima seja informada imediatamente após a ocorrência.

§ 3º A pena será aumentada de um terço na hipótese do inciso II d'este artigo, ou se a aeronave for contrabandeada, ou tiver transportado armas ou munições.

Art. 2º As aeronaves privadas, registradas no "RAB", ou não, utilizadas na prática de crimes previstos neste Decreto-lei, serão apreendidas pela autoridade competente da Aeronáutica e, na ausência desta, pela autoridade militar ou civil, federal ou estadual, mais próxima do local de pouso, sua tripulação será detida pela mesma autoridade, que agirá, dessa

forma, em nome do Comandante da respectiva Zona Aérea.

Parágrafo único. Imediatamente após a apreensão da aeronave deverá o fato ser comunicado, com urgência, pelo meio mais rápido, ao Comando da Zona Aérea, responsável pela jurisdição onde ocorrer a prática do delito, contendo a comunicação, o indicativo de Segurança Nacional e, tanto quanto possível, as informações sobre: matrícula, tipo de aeronave, identificação da tripulação, sua habilitação técnica e número dos certificados, sua procedência e destino, data, hora e local da última decolagem, assim como data, hora e local onde foi apreendida e qualificação da autoridade que efetuou a apreensão.

Art. 3º O Comandante da Zona Aérea, onde tiver sido efetuada a apreensão, determinará, no prazo de 36 horas, a instauração de Inquérito Policial Militar, devendo o encarregado comparecer ao local da apreensão, com urgência, tendo sua missão a prioridade prevista na legislação em vigor, para as investigações de interesse da Segurança Nacional; no local da apreensão ouvirá as autoridades, testemunhas, implicados, apreendendo toda a documentação relativa à aeronave, tripulantes, implicados e ao material contrabandeado.

§ 1º Após essas providências o encarregado do Inquérito Policial Militar determinará:

a) a entrega do material contrabandeado, se houver, à autoridade competente, mediante o devido termo de entrega e recebimento, para os fins do Decreto-lei nº 37, de 28 de novembro de 1968, e legislação vigente, com exceção de armas, munições, equipamentos de comunicação e viaturas, que ficarão depositados no Quartel General da Zona Aérea;

b) a seu critério, o transporte da aeronave apreendida, dos tripulantes e dos implicados, para a Unidade ou Seção do Quartel General da Zona Aérea, onde se processará o Inquérito Policial Militar, de acordo com o Código da Justiça Militar; a aeronave, viaturas, armas, munições e equipamentos de comunicação, se houver, serão, recolhidos à Unidade que for designada pelo Comandante da Zona Aérea

§ 2º A aeronave, viaturas e equipamentos de comunicação, se houver,

ficarão à disposição da Zona Aérea, para os fins do artigo 4º deste Decreto-lei.

§ 3º O encarregado do Inquérito Policial Militar, além dos recursos e prerrogativas estabelecidos pelo Código da Justiça Militar e legislação vigente, deverá, mediante solicitação, em nome do Comandante da Zona Aérea, receber todas as informações solicitadas aos órgãos públicos ou entidades privadas e ampla assistência e cooperação das autoridades militares e civis, federais, estaduais e municipais.

Art. 4º A aeronave, viaturas e equipamentos de comunicação apreendidos, ficarão, durante o Inquérito Policial Militar e até a decisão final da Justiça Militar, depositados na Zona Aérea onde se procedeu a apreensão, e o seu respectivo Comandante será designado fiel depositário.

§ 1º O Comandante da Zona Aérea, responsável, assim, pela guarda desse material o manterá, na medida do possível, no mesmo estado da apreensão, e este deverá ser descrito no "Auto de Apreensão"; a aeronave será mantida em condições de navegabilidade, se o seu estado técnico o permitir, dentro dos limites mínimos de segurança.

§ 2º O Ministério da Aeronáutica, se as condições técnicas das aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação o permitir, poderá autorizar a Zona Aérea, responsável pela apreensão, a utilizá-los rigorosamente a serviço, desde que sejam efetuadas regularmente as respectivas manutenções, incluindo-se, no caso de aeronaves e viaturas, o respectivo seguro contra acidentes.

§ 3º A utilização dessas aeronaves e viaturas, e suas manutenções, deverão ser controladas e as respectivas despesas, inclusive com substituições de peças, devidamente contabilizadas.

§ 4º O Ministério da Aeronáutica, se a aeronave apreendida for liberada por decisão judicial, será ressarcido pelo proprietário ou responsável pelas despesas de manutenção, substituições de peças necessárias a manutenção, seguro e taxas de depósito, descontando-se as despesas relativas aos vãos efetuados sem ser para fins de manutenção.

Art. 5º O Ministério da Aeronáutica poderá, em casos especiais, delegar a função de fiel depositário das aeronaves apreendidas, atribuída ao Comandante da Zona Aérea, de acordo com o artigo anterior, a outro Ministério, desde que o mesmo se comprometa a cumprir as exigências dos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo anterior, mantendo, dessa forma, a aeronave em perfeitas condições de navegabilidade.

Art. 6º Concluído o Inquérito Policial Militar e apurada a existência de crime previsto no presente Decreto-lei, serão os autos remetidos à respectiva Auditoria da Aeronáutica, de acordo com as disposições do Código da Justiça Militar, aplicando-se, também, no que couber, a Lei de Segurança Nacional.

§ 1º No caso de abandono de aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação, não comparecendo o seu proprietário à Zona Aérea onde houver ocorrida a apreensão, o Comandante da referida Zona Aérea fará publicar edital de convocação no *Diário Oficial* da União Federal e, pelo menos, em um dos órgãos da imprensa escrita de maior divulgação na sua jurisdição, dando o prazo de 8 (oito) dias, a contar da última publicação, para o seu comparecimento.

§ 2º O não atendimento da convocação, na forma do parágrafo anterior, implicará na pena de perda, por abandono, da aeronave, viatura e equipamentos de comunicação e sua automática incorporação ao patrimônio do Ministério da Aeronáutica.

Art. 7º Após transitar em julgado a sentença da Justiça Militar que atinja, inclusive, os proprietários de aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação, serão aplicadas, ainda, as penalidades previstas no Código Brasileiro do Ar, naquilo que não colidir com as disposições deste Decreto-lei, bem como a pena de perda dessas aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação, que serão incorporados ao patrimônio do Ministério da Aeronáutica, dando-lhe este o destino conveniente, assim como as armas e munições também apreendidas.

Disposições Transitórias

Art. 8º Os Comandantes das Zonas Aéreas, em cujas jurisdições tenham sido apreendidas aeronaves, viaturas

e equipamentos de comunicação até a presente data, em consequência: a) de Inquérito Policial Militar na 4ª Zona Aérea, de acordo com a Portaria reservada nº 01-67, de 30 de maio de 1967, do Comandante da 4ª Zona Aérea; b) de outros Inquéritos Policiais Militares; ou, c) de Inquéritos Policiais, instaurados de acordo com a legislação vigente, avocação, no prazo de 36 horas após a publicação deste Decreto-lei, ditos inquéritos, ficando os respectivos Comandantes, designados, automaticamente, fiéis depositários das mencionadas aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação, para os fins previstos no art. 4º do presente Decreto-lei.

§ 1º Para o imediato cumprimento deste artigo, os Comandantes das Zonas Aéreas poderão, ainda, avocar todos os Inquéritos concluídos ou em andamento nas respectivas Delegacias de Polícia Federal e Delegacias de Polícia Estadual, os quais hajam sido instaurados em consequência dos Inquéritos Policiais Militares referidos neste artigo.

§ 2º Enquanto tiver vigência a Comissão Geral de Investigações (CGI), criada pelo Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, se o Comandante da Zona Aérea concluir pela culpabilidade de dos indiciados nos inquéritos referidos no parágrafo anterior, remeterá os autos originais à Justiça Militar, para o devido procedimento e, concomitantemente, encaminhará cópia dos mesmos à aludida CGI, que poderá propor ao Presidente da República, após a respectiva investigação sumária, a aplicação da pena de perda das aeronaves, viaturas e equipamentos de comunicação, que serão incorporados ao patrimônio do Ministério da Aeronáutica; também caberá à CGI sugerir o confisco de bens, de acordo com o Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, e a legislação que rege a matéria.

§ 3º Aplica-se ao presente artigo as disposições constantes dos §§ 1º e 2º do art. 6º deste Decreto-lei.

Art. 9º O Ministério da Aeronáutica baixará, no prazo de 30 (trinta) dias, ato regulamentando e criando os formulários que forem julgados necessários e recomendando controle:

a) de passageiros transportados gratuitamente, por aeronaves priva-

das, dos Aero-Clubes e Escolas de Aviação Civil;

b) de passageiros transportados por táxi-aéreos;

c) da carga dessas aeronaves;

d) da movimentação dessas aeronaves em todo o território nacional, principalmente nas faixas próximas às fronteiras.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 976 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação ao § 1º do artigo 1º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º — O § 1º do artigo 1º do Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.

§ 1º — A Comissão compor-se-á de nove membros, nomeados entre servidores civis e militares, ou profissionais liberais, de reconhecida idoneidade, pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Justiça, que será seu Presidente.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 977 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal do Amapá, o crédito especial de NCr\$ 420.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha, da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1968 combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior em favor do Território Federal do Amapá, o crédito especial no valor de NCr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros novos) para atender despesas de Contribuições de Previdência Social.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.09.00 — 5.09.03, a saber:

	NCr\$
5.09.00 — Ministério do Interior	
5.09.03 — Território Federal do Amapá	
Atividade — 01.01.11.2.079	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
02.00 — Despesas Variáveis com o Pessoal Civil	295.000,00
Atividade — 01.03.11.2.080	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	15.000,00
Atividade — 08.01.11.2.087	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.4.0 — Encargos Diversos	5.000,00
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	10.000,00
Atividade — 15.06.01.2.091	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	10.000,00
Projeto — 08.01.11.1.339	
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	10.000,00
4.1.4.0 — Material Permanente	75.000,00
Total	420.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República

AUGUSTO HAMANN BAILEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 978 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1969

Provê sobre a utilização de imóvel de propriedade da União, para fins educacionais.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 31 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Universidade Federal de Santa Maria é autorizada a utilizar, na medida das exigências das atividades de ensino e pesquisa, a área territorial e as instalações da Fazenda das Cinco Cruzes, de propriedade da União, em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, para funcionamento, como extensão universitária, de um Curso Básico de Ciências Rurais.

Art. 2º A Universidade Federal de Santa Maria promoverá, oportunamente, os entendimentos destinados a fixar a divisão da Fazenda a que se refere o artigo anterior, entre as instituições federais que devam utilizá-la, na área de atuação de cada uma.

Art. 3º O convênio a ser celebrado, como resultante do ajuste previsto, deverá ser aprovado por decreto executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento do Curso de que trata este Decreto-lei, serão consignadas na proposta de orçamento da Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 979 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera disposições da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º — O artigo 3º e respectivo parágrafo único da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Fundação Nacional de Material Escolar terá por finalidade definir as diretrizes quanto à produção e distribuição de material didático, inclusive livros, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização bem assim quanto à formulação de programa editorial e correspondentes planos de ação, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Fundação Nacional de Material Escolar não visará fins lucrativos e o material que produzir será distribuído pelo preço de custo, facultada a distribuição gratuita, estabelecida em convênio com entidades públicas e privadas que proporcionem recursos para essa finalidade.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 980 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a cobrança de direitos autorais nas exibições cinematográficas.

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º

do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que é notório o dissídio entre exibidores cinematográficos e entidades interessadas na arrecadação de direitos autorais, notadamente no tocante aos que correspondem às composições musicais incluídas em filmes;

Considerando ser necessário estabelecer uma solução de equilíbrio que, resguardando os direitos autorais, limite razoavelmente os encargos dos exibidores, não raro onerados em proporção não suportada pela capacidade econômica de seus negócios, gerando situações não desejáveis, que ao Estado cabe prevenir ou eliminar;

Considerando que as execuções musicais realizadas através da exibição de filmes cinematográficos devem merecer tratamento especial, no que concerne ao pagamento de direitos autorais, por ser o cinema, como diversão pública popular, excelente meio de divulgação e valorização dessas composições;

Considerando que o artigo 13, número 2, da Convenção de Berna Para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Bruxelas, em 26 de junho de 1948, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 59, de 19 de novembro de 1951, e promulgada pelo Decreto nº 34.954, de 18 de janeiro de 1954, dispõe que compete à legislação dos países signatários regular as condições do exercício do direito de autor e à autoridade competente fixar remuneração equitativa dos titulares desses direitos, na falta de acordo entre as partes;

Considerando que o Instituto Nacional do Cinema foi constituído em órgão destinado a formular a política estatal relativa ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e ao seu fomento cultural, objetivos em que repercute penosamente o conflito de interesses existente entre os exibidores e as entidades arrecadoras de direitos autorais;

Considerando que as atividades do Instituto Nacional do Cinema o indicam como o órgão adequado a promover a arrecadação dos direitos autorais correspondentes às músicas dos filmes cinematográficos e o Instituto declara aceitar o encargo, decretam:

Art. 1º Os direitos autorais e os conexos relativos a obras litero-musicais e fonogramas incluídos em filmes e exibidos nos cinemas ou exibidos nos intervalos das sessões serão devidos na proporção de meio por cento (0,5%) sobre o preço da venda ao público do ingresso padronizado fornecido pelo Instituto Nacional do Cinema.

Parágrafo único. A importância correspondente à percentagem fixada neste artigo será depositada nos órgãos indicados pelo Instituto Nacional do Cinema, pelos exibidores, obrigatoriamente, quando da aquisição dos ingressos padronizados e constituirá conta especial para o fim específico a que se destina.

Art. 2º O pagamento dos direitos, na forma do artigo antecedente, exclui toda e qualquer reivindicação a esse título, contra os exibidores.

Art. 3º Cabe ao Instituto Nacional do Cinema, constituído em órgão arrecador dos direitos autorais de que trata este Decreto-lei, distribuí-los entre seus titulares ou entidades que comprovarem legítima representação destes ou subrogação em seus direitos.

Parágrafo único. Se mais de uma entidade comprovar a existência de obras litero-musicais ou de fonogramas de representados seus num mesmo filme, o montante da arrecadação a este equivalente será rateado entre os concorrentes em partes proporcionais ao número de composições de cada autor.

Art. 4º O disposto nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.790, de 2 de janeiro de 1924, e 1º do Decreto número 1.023, de 17 de maio de 1962, não se aplica às autorizações para apresentação destes ou sub-rogação em filmes ou de fonogramas, nos intervalos das sessões.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 981 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação ao artigo 18 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. O artigo 18 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, alterado pelo art. 8º da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. A aquisição parcial de uma edificação, ou de um conjunto de edificações, ainda que por força de desapropriação, importará no ingresso do adquirente no condomínio, ficando sujeito às disposições desta lei, bem assim às da convenção do condomínio e do regulamento interno”.

Art. 2º. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 982 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Transforma, sem aumento de despesa, cargos do Quadro de Pessoal - Parte Permanente — do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969,

combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam transformados, sem aumento de despesa, 30 (trinta) cargos vagos da série de classes de Inspetor de Ensino, código EC-401.20.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Educação e Cultura, em 10 (dez) cargos da série de classes de Contador, código TC-302.20.A, e 20 (vinte) da série de classes de Técnico de Contabilidade, código P-701.13.A.

Art. 2º A despesa com a execução deste Decreto-lei continuará a ser atendida pela dotação orçamentária própria do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 983 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza a doação da área de terreno que menciona, situada no município de Curemas, no Estado da Paraíba e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16 de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — a doar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF, — mediante escritura pública, a área de terreno, constituída de 11.250 m2 (onze mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), situada no município de Curemas, Estado da Paraíba, definida nas plantas que com este baixa, devidamente rubricadas pelo Secretário-Geral do Ministério do Interior.

Art. 2º A mencionada area de terreno destina-se à instalação da Sub-estação Abai adora de Curemas, a cargo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF.

Art. 3º O Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF — fica autorizado a aceitar a doação.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 984 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Aprova a reforma do ex-cabo Ozeas Raphael Balbino, cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas da União.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É aprovada a reforma do ex-cabo Ozeas Raphael Balbino, tornando-se definitivo o ato praticado em 15 de outubro de 1969, de acordo com a autorização concedida, na forma do artigo 73, § 7º, da Constituição, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 22-DF, de 18 de setembro de 1969, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 985 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a transferência de imóveis da União para a Prefeitura do Distrito Federal.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Não se incluem entre os bens do Patrimônio da União, que o Poder Executivo foi autorizado a transferir para a Prefeitura do Distrito Federal, pelo artigo 9º do Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966, os imóveis que estão sendo utilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e cujo uso foi cedido ao Departamento de Polícia Federal, pelo Serviço do Patrimônio da União, conforme termo registrado no Livro 3-G, fls. 61, do Registro de Imóveis de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 986 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A defesa e a proteção da saúde individual ou coletiva, no to-

cante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo, serão reguladas, em todo território nacional, pelas disposições deste Decreto-lei.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto-lei considera-se:

I — *Alimento*: toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II — *Matéria-prima alimentar*: toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica;

III — *Alimento in natura*: todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

IV — *Alimento enriquecido*: todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutritiva com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo;

V — *Alimento dietético*: todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais destinado a ser ingerido por pessoas sãs;

VI — *Alimento de fantasia ou artificial*: todo alimento preparado com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado;

VII — *Alimento irradiado*: todo alimento que tenha sido intencionalmente submetido à ação de radiações ionizantes, com a finalidade de preservá-lo ou para outros fins lícitos, obedecendo as normas que vierem a ser elaboradas pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

VIII — *Aditivo intencional*: toda substância ou mistura de substâncias, dotadas, ou não, de valor nutritivo, ajuntada ao alimento com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento;

IX — *Aditivo incidental*: toda substância residual ou migrada, presente no alimento em decorrência dos tratamentos prévios a que tenham sido submetidos a matéria-prima alimentar e o alimento *in natura* e do contato do alimento com os artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabrico, manipulação, embalagem, estocagem, transporte ou venda;

X — *Produto alimentício*: todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento *in natura*, adicionado, ou não, de outras substâncias permitidas, obtido por processo tecnológico adequado;

XI — *Padrão de identidade e qualidade*: o estabelecido pelo órgão competente do Ministério da Saúde dispondo sobre a denominação, lei, nomenclatura e composição de alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos *in natura* e aditivos intencionais, fixando requisitos de higiene, normas de envasamento, rotulagem, métodos de amostragem e análise;

XII — *Rótulo*: qualquer identificação impressa ou litografada, ou em qualquer outro suporte, como os dizeres pintados ou gravados a fogo, por pressão ou decalcação aplicados sobre o recipiente, embalagem, envoltório, cartucho ou qualquer outro tipo de embalagem do alimento ou sobre o que acompanha o conteúdo;

XIII — *Embalagem*: qualquer forma pela qual o alimento tenha sido acondicionado, guardado, empacotado ou envasado;

XIV — *Propaganda*: a difusão, por quaisquer meios, de indicações e a distribuição de alimentos relacionados com a venda, e o emprego de matéria-prima alimentar, alimento *in natura*, materiais utilizados no seu fabrico ou preservação, objetivando promover ou incrementar o seu consumo;

XV — *Órgão competente*: o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, congêneres, devidamente credenciados;

XVI — *Laboratório oficial*: o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos congêneres federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, devidamente credenciados;

XVII — Autoridade fiscalizadora competente: o funcionário do órgão competente do Ministério da Saúde ou dos demais órgãos fiscalizadores federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal;

XVIII — Análise de controle: aquela que é efetuada imediatamente após o registro do alimento, quando da sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade;

XIX — Análise fiscal: a efetuada sobre o alimento apreendido pela autoridade fiscalizadora competente a que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos deste Decreto-lei e de seus Regulamentos;

XX — Estabelecimento: o local onde se fabrique, produza, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, armazene, deposite para venda, distribua ou venda alimento, matéria-prima alimentar, alimento *in natura*, aditivos intencionais, materiais, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos.

CAPÍTULO II

Do Registro e do Controle

Art. 3º Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 1º O registro a que se refere este artigo será válido em todo território nacional e será concedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega do respectivo requerimento, salvo os casos de inobservância dos dispositivos deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.

§ 2º O registro deverá ser renovado cada 10 (dez) anos, mantido o mesmo número de registro anteriormente concedido.

§ 3º O registro de que trata este artigo não exclui aqueles exigidos por lei para outras finalidades que não as de exposição à venda ou à entrega ao consumo.

§ 4º Para a concessão do registro a autoridade competente obedecerá às normas e padrões fixados pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 4º A concessão do registro a que se refere este artigo implicará no

pagamento, ao órgão competente do Ministério da Saúde, de taxa de registro equivalente a 1/3 (um terço) do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 5º Estão, igualmente, obrigados a registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I — Os aditivos intencionais;

II — as embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;

III — Os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 6º Ficam dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde.

I — As matérias primas alimentares e os alimentos *in natura*;

II — Os aditivos intencionais e os coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimentos dispensados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos;

III — Os produtos alimentícios, quando destinados ao emprego na preparação de alimentos industrializados, em estabelecimentos devidamente licenciados, desde que incluídos em Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 7º Concedido o registro, fica obrigada a firma responsável a comunicar ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, a data da entrega do alimento ao consumo.

§ 1º Após o recebimento da comunicação deverá a autoridade fiscalizadora competente providenciar a coleta de amostra para a respectiva análise de controle, que será efetuada no alimento tal como se apresenta ao consumo.

§ 2º A análise de controle observará as normas estabelecidas para a análise fiscal.

§ 3º O laudo de análise de controle será remetido ao órgão competente do Ministério da Saúde para arquivamento e passará a constituir o elemento de identificação do alimento.

§ 4º Em caso de análise condenatória, e sendo o alimento considerado impróprio para o consumo, será cancelado o registro anteriormente con-

cedido e determinada a sua apreensão em todo território brasileiro.

§ 5º No caso de constatação de falhas, erros ou irregularidades sanáveis, e sendo o alimento considerado próprio para o consumo, deverá o interessado ser notificado da ocorrência, concedendo-se o prazo necessário para a devida correção, decorrido o qual proceder-se-á a nova análise de controle. Persistindo as falhas, erros ou irregularidade ficará o infrator sujeito às penalidades cabíveis.

§ 6º Qualquer modificação, que implique em alteração de identidade, qualidade, tipo ou marca do alimento já registrado, deverá ser previamente comunicada ao órgão competente do Ministério da Saúde, procedendo-se a nova análise de controle, podendo ser mantido o número de registro anteriormente concedido.

Art. 8º A análise de controle, a que se refere o § 1º do art. 7º, implicará no pagamento, ao laboratório oficial que a efetuar, da taxa de análise a ser estabelecida por ato do Poder Executivo, equivalente, no mínimo, a 1/3 (um terço) do maior salário-mínimo vigente na região.

Art. 9º O registro de aditivos intencionais, de embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e de coadjuvantes da tecnologia da fabricação que tenha sido declarado obrigatório, será sempre precedido de análise prévia.

Parágrafo único. O laudo de análise será encaminhado ao órgão competente que expedirá o respectivo certificado de registro.

CAPÍTULO III

Da Rotulagem

Art. 10. Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com as disposições deste Decreto-lei e demais normas que regem o assunto.

Parágrafo único. As disposições deste artigo se aplicam aos aditivos intencionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como às matérias-primas alimentares e alimentos *in natura* quando acondicionados em embalagem que os caracterizem.

Art. 11. Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I — A qualidade, a natureza e o tipo do alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso de alimento de fantasia ou artificial, ou de alimento não padronizado;

II — Nome e/ou a marca do alimento;

III — Nome do fabricante ou produtor;

IV — Sede da fábrica ou local de produção;

V — Número de registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde;

VI — Indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertencer;

VII — Número de identificação da partida, lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;

VIII — O peso ou o volume líquido;

IX — Outras indicações que venham a ser fixadas em regulamentos.

§ 1º Os alimentos rotulados no País, cujos rótulos contenham palavras em idioma estrangeiro, deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada.

§ 2º Os rótulos de alimentos destinados à exportação poderão trazer as indicações exigidas pela lei do país a que se destinam.

§ 3º Os rótulos dos alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, deverão mencionar a alteração autorizada.

§ 4º Os nomes científicos que forem inscritos nos rótulos de alimentos deverão, sempre que possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.

Art. 12. Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificial não poderão mencionar indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou que induzam o consumidor a erro ou engano quanto

à sua origem, natureza ou composição.

Art. 13. Os rótulos de alimentos que contiverem corantes artificiais deverão trazer na rotulagem a declaração "Colorido Artificialmente".

Art. 14. Os rótulos de alimentos adicionados de essências naturais ou artificiais, com o objetivo de reforçar ou reconstituir o sabor natural do alimento deverão trazer a declaração "Contém Aromatizante ...", seguido do código correspondente e da declaração "Aromatizado Artificialmente", no caso de ser empregado aroma artificial.

Art. 15. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências naturais deverão trazer as indicações "Sabor de ..." e "Contém Aromatizante", seguido do código correspondente.

Art. 16. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências artificiais deverão trazer a indicação "Sabor Imitação ou Artificial de ..." seguido da declaração "Aromatizado Artificialmente".

Art. 17. As indicações exigidas pelos artigos 11, 12, 13 e 14 deste Decreto-lei, bem como as que servirem para mencionar o emprego de aditivos, deverão constar do painel principal do rótulo do produto em forma facilmente legível.

Art. 18. O disposto nos artigos 11, 12, 13 e 14 se aplica, no que couber, à rotulagem dos aditivos intencionais e coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimento.

§ 1º Os aditivos intencionais, quando destinados ao uso doméstico, deverão mencionar no rótulo a forma de emprego, o tipo de alimento em que pode ser adicionado e a quantidade a ser empregada, expressa sempre que possível em medidas de uso caseiro.

§ 2º Os aditivos intencionais e os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, declarados isentos de registro pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, deverão ter essa condição mencionada no respectivo rótulo.

§ 3º As etiquetas de utensílios ou recipientes destinados ao uso doméstico deverão mencionar o tipo de alimento que pode ser neles acondicionados.

Art. 19. Os rótulos dos alimentos enriquecidos e dos alimentos dietéticos e de alimentos irradiados deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente legíveis.

Parágrafo único. A declaração de "Alimento Dietético" deverá ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto expresso em linguagem de fácil entendimento.

Art. 20. As declarações superlativas de qualidade de um alimento só poderão ser mencionadas na respectiva rotulagem, em consonância com a classificação constante do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 21. Não poderão constar da rotulagem denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade do alimento, ou que lhe atribuam qualidades ou características nutritivas superiores àquelas que realmente possuem.

Art. 22. Não serão permitidas na rotulagem quaisquer indicações relativas à qualidade do alimento que não sejam as estabelecidas por este Decreto-lei e seus Regulamentos.

Art. 23. As disposições deste Capítulo se aplicam aos textos e matérias de propaganda de alimentos qualquer que seja o veículo utilizado para sua divulgação.

CAPÍTULO IV

Dos Aditivos

Art. 24. Só será permitido o emprego de aditivo intencional, quando:

I — Comprovada a sua inocuidade;

II — Préviamente aprovado pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos;

III — Não induzir o consumidor a erro ou confusão;

IV — Utilizado no limite permitido.

§ 1º A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos estabelecerá o tipo de alimento, ao qual poderá ser incorporado, o respectivo limite máximo de adição e o código de identificação de que trata o item VI, do art. 11.

§ 2º Os aditivos aprovados ficarão sujeitos à revisão periódica, podendo o seu emprego ser proibido desde que nova concepção científica ou tecnológica modifique convicção anterior quanto a sua inocuidade ou limites de tolerância.

§ 3º A permissão do emprego de novos aditivos dependerá da demonstração das razões de ordem tecnológica que o justifiquem e da comprovação da sua inocuidade documentada, com literatura técnica e científica idônea, ou cuja tradição de emprego seja reconhecida pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 25. No interesse da saúde pública poderão ser estabelecidos limites residuais para os aditivos incidentais presentes no alimento, desde que:

I — Considerados toxicologicamente toleráveis;

II — Empregada uma adequada tecnologia de fabricação do alimento.

Art. 26. A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos regulará o emprego de substâncias, materiais, artigos, equipamentos ou utensílios, suscetíveis de cederem ou transmitirem resíduos para os alimentos.

Art. 27. Por motivos de ordem tecnológica e outros julgados procedentes, mediante prévia autorização do órgão competente, será permitido exportar à venda alimento adicionado de aditivo não previsto no padrão de identidade e qualidade do alimento, por prazo não excedente de 1 (um) ano.

Parágrafo único. O aditivo empregado será expressamente mencionado na rotulagem do alimento.

CAPÍTULO V

Padrões de Identidade e Qualidade

Art. 28. Será aprovado para cada tipo ou espécie de alimento um padrão de identidade e qualidade dispondo sobre:

I — Denominação, definição e composição, compreendendo a descrição do alimento, citando o nome científico quando houver e os requisitos que permitam fixar um critério de qualidade;

II — Requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias con-

cretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro, comestível e de qualidade comercial;

III — Aditivos intencionais que possam ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego e o limite de adição;

IV — Requisitos aplicáveis a peso e medida;

V — Requisitos relativos à rotulagem e apresentação do produto;

VI — Métodos de colheita de amostra, ensaio e análise do alimento;

§ 1º — Os requisitos de higiene abrangerão também o padrão microbiológico do alimento e o limite residual de pesticidas e contaminantes tolerados.

§ 2º Os padrões de identidade e qualidade poderão ser revistos pelo órgão competente do Ministério da Saúde, por iniciativa própria ou a requerimento da parte interessada, devidamente fundamentado.

§ 3º Poderão ser aprovados subpadrões de identidade e qualidade devendo os alimentos por ele abrangidos serem embalados e rotulados de forma a distingui-los do alimento padronizado correspondente.

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização

Art. 29. A ação fiscalizadora será exercida:

I — Pela autoridade federal, no caso de alimento em trânsito de uma para outra unidade federativa e no caso de alimento exportado ou importado;

II — Pela autoridade estadual ou municipal, dos Territórios ou do Distrito Federal nos casos de alimentos produzidos ou expostos à venda na área da respectiva jurisdição.

Art. 30. A autoridade fiscalizadora competente terá livre acesso a qualquer local em que haja fabrico, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte, depósito, distribuição ou venda de alimentos.

Art. 31. A fiscalização de que trata este Capítulo se estenderá à publicidade e à propaganda de alimentos qualquer que seja o veículo empregado para a sua divulgação.

CAPÍTULO VII

Do Procedimento Administrativo

Art. 32. As infrações dos preceitos deste Decreto-lei serão apuradas mediante processo administrativo realizado na forma do Decreto-lei nº 785, de 25 de agosto de 1969.

Art. 33. A interdição de alimento para análise fiscal será iniciada com a lavratura de termo de apreensão assinado pela autoridade fiscalizadora competente e pelo possuidor ou detentor da mercadoria ou, na sua ausência, por duas testemunhas, onde se especifique a natureza, tipo, marca, procedência, nome do fabricante e do detentor do alimento.

§ 1º Do alimento interditado será colhida amostra representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável para que se assegurem as características de conservação e autenticidade sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável pelo alimento, para servir de contraprova, e as duas outras encaminhadas imediatamente ao laboratório oficial de controle.

§ 2º Se a quantidade ou a natureza do alimento não permitir a colheita das amostras de que trata o § 1º deste artigo, será o mesmo levado para o laboratório oficial onde, na presença do possuidor ou responsável e do perito por ele indicado ou, na sua falta, de duas testemunhas, será efetuada de imediato a análise fiscal.

§ 3º No caso de alimentos perecíveis a análise fiscal não poderá ultrapassar de 24 (vinte e quatro) horas, e de 30 (trinta) dias nos demais casos a contar da data do recebimento da amostra.

§ 4º O prazo de interdição não poderá exceder de 60 (sessenta) dias, e para os alimentos perecíveis de 48 (quarenta e oito) horas, findo o qual a mercadoria ficará imediatamente liberada.

§ 5º A interdição tornar-se-a definitiva no caso de análise fiscal condenatória.

§ 6º Se a análise fiscal não comprovar infração a qualquer preceito deste Decreto-lei ou de seus Regulamentos, o alimento interditado será liberado.

§ 7º O possuidor ou responsável pelo alimento interditado fica proibido de

entregá-lo ao consumo, desviá-lo ou substituí-lo, no todo ou em parte.

Art. 34. Da análise fiscal será lavrado laudo, do qual serão remetidas cópias para a autoridade fiscalizadora competente, para o detentor ou responsável e para o produtor do alimento.

§ 1º Se a análise fiscal concluir pela condenação do alimento a autoridade fiscalizadora competente notificará o interessado para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita.

§ 2º Caso discorde do resultado do laudo de análise fiscal, o interessado poderá requerer, no mesmo prazo do parágrafo anterior, pericia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando o seu perito.

§ 3º Decorrido o prazo mencionado no § 1º deste artigo, sem que o infrator apresente a sua defesa, o laudo da análise fiscal será considerado como definitivo.

Art. 35. A pericia de contraprova será efetuada sobre a amostra em poder do detentor ou responsável, no laboratório oficial de controle que tenha realizado a análise fiscal, presente o perito do laboratório que expediu o laudo condenatório.

Parágrafo único. A pericia de contraprova não será efetuada no caso da amostra apresentar indícios de alteração ou violação.

Art. 36. Aplicar-se-á à pericia de contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto ao emprego de outro.

Art. 37. Em caso de divergência entre os peritos quanto ao resultado da análise fiscal condenatória ou discordância entre os resultados desta última com a da pericia de contraprova, caberá recurso da parte interessada ou do perito responsável pela análise condenatória à autoridade competente, devendo esta determinar a realização de novo exame pericial sobre a amostra em poder do laboratório oficial de controle.

§ 1º O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da conclusão da pericia de contraprova.

§ 2º A autoridade que receber o recurso deverá decidir sobre o mesmo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do seu recebimento.

§ 3º Esgotado o prazo referido no § 2º, sem decisão do recurso, prevalecerá o resultado da perícia de contra-prova.

Art. 38. No caso de partida de grande valor econômico, confirmada a condenação do alimento em perícia de contra-prova, poderá o interessado solicitar nova apreensão do mesmo, aplicando-se nesse caso, adequada técnica de amostragem estatística.

§ 1º Entende-se por partida de grande valor econômico aquela cujo valor seja igual ou superior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2º Excetuados os casos de presença de organismos patogênicos ou suas toxinas, considerar-se-á liberada a partida que indicar um índice de alteração ou deterioração inferior a 10% (dez por cento) do seu total.

Art. 39. No caso de alimentos condenados oriundos de unidade federativa diversa daquela em que está localizado o órgão apreensor, o resultado da análise condenatória será, obrigatoriamente, comunicado ao órgão competente do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO VIII

Das Infrações e Penalidades

Art. 40. A inobservância ou desobediência aos preceitos deste Decreto-lei e demais disposições legais e regulamentares dará lugar à aplicação do disposto no Decreto-lei nº 785, de 25 de agosto de 1969.

Art. 41. Consideram-se alimentos corrompidos, adulterados, falsificados, alterados ou avariados os que forem fabricados, vendidos, expostos à venda, depositados para a venda ou de qualquer forma, entregues ao consumo, como tal configurados na legislação penal vigente.

Art. 42. A inutilização do alimento previsto no artigo 12 do Decreto-lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, não será efetuada quando, através análise de laboratório oficial, ficar constatado não estar o alimento impróprio para o consumo imediato.

§ 1º O alimento nas condições deste artigo poderá, após suas interdição, ser distribuído às instituições públicas, ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas.

§ 2º Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, expostos à venda em estabelecimentos de gêneros alimentícios, serão apreendidos, quando puderem ser destinadas ao plantio ou a fins industriais.

Art. 43. A condenação definitiva de um alimento determinará a sua apreensão em todo o território brasileiro, cabendo ao órgão fiscalizador competente do Ministério da Saúde comunicar o fato aos demais órgãos congêneres federais, estaduais, municipais, territoriais e do Distrito Federal para as providências que se fizerem necessárias à apreensão e inutilização do alimento, sem prejuízo dos respectivos processos administrativo e penal, cabíveis.

Art. 44. Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

CAPÍTULO IX

Dos Estabelecimentos

Art. 45. As instalações e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimento ficam submetidos às exigências deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.

Art. 46. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará.

Art. 47. Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou a venda de substâncias que possam corrompê-los, alterá-los, adulterá-los, falsificá-los ou avariá-los.

Parágrafo único. Só será permitido, nos estabelecimentos de venda ou con-

sumo de alimentos, o comércio de saneantes, desinfetantes e produtos similares, quando o estabelecimento interessado possuir local apropriado e separado, devidamente aprovado pela autoridade fiscalizadora competente.

CAPÍTULO X

Disposições Gerais

Art. 48. Somente poderão ser expostos à venda alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos *in natura*, aditivos para alimentos, materiais, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos matérias-primas alimentares e alimentos *in natura*, que:

I — Tenham sido previamente registrados no órgão competente do Ministério da Saúde;

II — Tenham sido elaborados, reembalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciado;

III — Tenham sido rotulados segundo as disposições deste Decreto-lei e de seus Regulamentos;

IV — Obedeçam, na sua composição, às especificações do respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimento padronizado ou aquelas que tenham sido declaradas no momento do respectivo registro, quando se tratar de alimento de fantasia ou artificial, ou ainda não padronizado.

Art. 49. Os alimentos sucedâneos deverão ter aparência diversa daquela do alimento genuíno ou permitir por outra forma a sua imediata identificação.

Art. 50. O emprego de produtos destinados à higienização de alimentos, matérias-primas alimentares e alimentos *in natura* ou de recipientes ou utensílios destinados a entrar em contato com os mesmos, dependerá de prévia autorização do órgão competente do Ministério da Saúde, segundo o critério a ser estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos disporá, através de Resolução, quanto às substâncias que poderão ser empregadas no fabrico dos produtos a que se refere este artigo.

Art. 51. Será permitido, excepcionalmente, expor à venda, sem necessidade de registro prévio, alimentos elaborados em caráter experimental e destinados à pesquisa de mercado.

§ 1º A permissão a que se refere este artigo deverá ser solicitada pelo interessado, que submeterá à autoridade competente a fórmula do produto e indicará o local e o tempo de duração da pesquisa.

§ 2º O rótulo do alimento nas condições deste artigo deverá satisfazer às exigências deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.

Art. 52. A permissão excepcional de que trata o artigo anterior será dada mediante a satisfação prévia dos requisitos que vierem a ser fixados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 53. O alimento importado, bem como os aditivos e matérias-primas empregados no seu fabrico, deverão obedecer às disposições deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.

Art. 54. Os alimentos destinados à exportação poderão ser fabricados de acordo com as normas vigentes no país para o qual se destinam.

Art. 55. Aplica-se o disposto neste Decreto-lei às bebidas de qualquer tipo ou procedência, aos complementos alimentares, aos produtos destinados a serem mascados e a outras substâncias, dotadas ou não de valor nutritivo, utilizadas no fabrico, preparação e tratamento de alimentos, matérias-primas alimentares e alimentos *in natura*.

Art. 56. Excluem-se do disposto neste Decreto-lei os produtos com finalidade medicamentosa ou terapêutica, qualquer que seja a forma como se apresentem ou o modo como são ministrados.

Art. 57. A importação de alimentos, de aditivos para alimentos e de substâncias destinadas a serem empregadas no fabrico de artigos, utensílios e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos, fica sujeita ao disposto neste Decreto-lei e em seus Regulamentos, sendo a análise de controle efetuada obrigatoriamente, no momento do seu desembarque no País.

Art. 58. Os produtos referidos no artigo anterior ficam desobrigados de registro perante o órgão competente do Ministério da Saúde, quando importados na embalagem original.

Art. 59. O Poder Executivo baixará os regulamentos necessários ao cumprimento deste Decreto-lei.

Art. 60. As peças, maquinarias, utensílios e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos, nas diversas fases de fabrico, manipulação, estocagem, acondicionamento ou transporte não deverão interferir nocivamente na elaboração do produto, nem alterar o seu valor nutritivo ou as suas características organolépticas.

Art. 61. Os alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, só poderão ser expostos à venda mediante autorização expressa do órgão competente do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 62. Os alimentos que, na data em que este Decreto-lei entrar em vigor, estiverem registrados em qualquer repartição federal, há menos de 10 (dez) anos, ficarão dispensados de novo registro até que se complete o prazo fixado no § 2º do artigo 3º deste Decreto-lei.

Art. 63. Até que venham a ser aprovados os padrões de identidade e qualidade a que se refere o Capítulo V deste Decreto-lei, poderão ser adotados os preceitos bromatológicos constantes dos regulamentos federais vigentes ou, na sua falta, os dos regulamentos estaduais pertinentes, ou as normas e padrões, internacionalmente aceitos.

Parágrafo único. Os casos de divergência na interpretação dos dispositivos a que se refere este artigo serão esclarecidos pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 64. Fica vedada a elaboração de quaisquer normas contendo definições, ou dispondo sobre padrões de identidade, qualidade e envasamento de alimentos, sem a prévia audiência do órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 65. Será concedido prazo de 1 (um) ano, prorrogável em casos devidamente justificados, para a utilização de rótulos e embalagens com o número de registro anterior ou com dizeres em desacordo com as disposições deste Decreto-lei ou de seus Regulamentos.

Art. 66. Ressalvado o disposto neste Decreto-lei, continuam em vigor os preceitos do Decreto nº 55.871, de 26 de março de 1965 e as tabelas a ele anexas com as alterações adotadas pela extinta Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos e pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 67. Fica revogado o Decreto-lei nº 209, de 27 de fevereiro de 1967, e as disposições em contrário.

Art. 68. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYNRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva
Leonel Miranda

DECRETO-LEI Nº 987 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera o artigo 1º do Decreto-lei número 803, de 28 de agosto de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica incluído o seguinte parágrafo único ao artigo 1º do Decreto-lei nº 803, de 28 de agosto de 1969:

“Art. 1º
Parágrafo único. A aplicação de recursos prevista neste artigo será objeto de compensação nas suas contas de que trata o § 3º do artigo 4º do Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, por

ocasião da programação financeira do FNDE."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO LE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 988 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a arrecadação de prestações ou aluguéis de imóveis incorporados ao patrimônio do ... SERFHAU e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica concedida às Caixas Econômicas Federais atribuição para arrecadarem as prestações mensais ou aluguéis dos imóveis construídos, em todo o território nacional, pela extinta Fundação da Casa Popular e incorporados ao patrimônio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, nos termos do artigo 54, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, outorgando, quando for o caso, as respectivas escrituras de compra e venda.

Art. 2º Fica igualmente transferida para as Caixas Econômicas Federais competência para processarem e executarem a venda, na conformidade das leis em vigor, dos imóveis edificadas pela extinta Fundação da Casa Popular, ainda não comprometidos, bem como dos terrenos vagos

que pertenciam à mencionada Fundação, em todo o país.

Art. 3º As Caixas Econômicas Federais providenciarão, nas épocas próprias, os recolhimentos dos prêmios de seguros e outros encargos legais resultantes das operações previstas neste Decreto-lei, deduzindo-os da receita constituída com o recebimento das prestações ou aluguéis referidos no artigo 1º.

Art. 4º As importâncias líquidas que as Caixas Econômicas Federais vierem a receber em decorrência do disposto nos artigos 1º e 2º, constituirão crédito imediato em conta corrente especial a ser aberta em nome do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, órgão sucessor da antiga Fundação da Casa Popular, nos termos do artigo 54, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, assegurada às referidas Caixas, a título de retribuição por todos os seus serviços de administração a percepção de uma taxa de 10% (dez por cento) sobre o montante da receita que for constituída.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Federais deverão prestar contas das arrecadações efetuadas, trimestralmente, a partir da data do recebimento da documentação relativa aos imóveis, a ser fornecida pelo SERFHAU, apresentando extrato de contas das quantias efetivamente recolhidas no período.

Art. 5º Para a execução das medidas preconizadas no presente Decreto-lei, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo outorgará às Caixas Econômicas Federais todos os poderes necessários, por mais especiais que sejam, judiciais e extrajudiciais, inclusive os excetuados no artigo 108 do Código de Processo Civil.

Art. 6º Excetuam-se do presente Decreto-lei os imóveis constituídos pela ex-Fundação da Casa Popular em Brasília — DF e que se encontram sob controle da Coordenação de Desenvolvimento de Brasília — ... CODEBRAS, os imóveis de propriedade do SERFHAU afetados aos seus serviços, bem como quaisquer outros que entender de reservar para sua livre utilização.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 989 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a fixação de preços de petróleo bruto e seus derivados e a fixação de tarifa de energia elétrica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Não se aplicam à sistemática de fixação de preços de petróleo bruto e seus derivados, bem como à de fixação das tarifas de energia elétrica, as disposições do Decreto-lei nº 808, de 4 de setembro de 1969.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela fixação de preços do petróleo bruto e seus derivados e tarifas de energia elétrica ficam obrigados a fornecer, na data de sua aprovação, ao Conselho Interministerial de Preços, para seu conhecimento, os estudos que deram origem a aqueles preços e tarifas.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO-LEI Nº 990 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Aprova Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, firmado pelo Brasil, em Montevideu, a 19 de outubro de 1966.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando da atribuição que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É aprovado o Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, firmado pelo Brasil em Montevideu, a 19 de outubro de 1966.

Art. 2º Após depósito do Instrumento brasileiro de Ratificação do Ato acima referido, o texto do mesmo será promulgado por decreto.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José de Magalhães Pinto

DECRETO-LEI Nº 991 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo de nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os arts. 63, 64 e 66 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterados pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969,

passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. O Ministério da Aeronáutica administra os negócios da Aeronáutica e tem como atribuições principais a preparação da Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional e a orientação, a coordenação e o controle das atividades da Aviação Civil.

Parágrafo único. Cabe ao Ministério da Aeronáutica:

I — Estudar e propor diretrizes para a Política Aeroespacial Nacional.

II — Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Aérea Brasileira, inclusive de elementos para integrar as Forças Combinadas ou Conjuntas.

III — Orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil, tanto comerciais como privadas e desportivas.

IV — Estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, a infra-estrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea.

V — Orientar, incentivar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Aeronáutica, obedecido, quanto às de interesse militar, ao prescrito no item IV do art. 50 da presente lei.

VI — Operar o Correio Aéreo Nacional."

"Art. 64. O Ministro da Aeronáutica exerce a direção geral das atividades do Ministério e é o Comandante-em-Chefe da Força Aérea Brasileira."

"Art. 65. A Força Aérea Brasileira é a parte da Aeronáutica organizada e aparelhada para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. Constitui a reserva da Aeronáutica todo o pessoal sujeito à incorporação na Força Aérea Brasileira, mediante mobilização ou convocação, e as organizações auxiliares, conforme fixado em lei."

"Art. 66. O Ministério da Aeronáutica compreende:

I — Órgãos de Direção Geral:
Alto Comando da Aeronáutica

— Estado-Maior da Aeronáutica

— Inspeção Geral da Aeronáutica

II — Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24):

— Departamento de Aviação Civil

— Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento

III — Órgãos de Assessoramento:

— Gabinete do Ministro

— Consultoria Jurídica

— Conselhos e Comissões

IV — Órgãos de Apoio:

— Comandos, Diretorias, Institutos, Serviços e outros órgãos

V — Força Aérea Brasileira:

— Comandos Aéreos (inclusive elementos para integrar Forças Combinadas ou Conjuntas)

— Comandos Territoriais."

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor a 30 de outubro de 1969.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 992 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha, para o do Ministério da Educação e Cultura.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando da atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Marinha, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura,

um (1) cargo da Série de Classes de Conservador de Patrimônio Histórico e Artístico, código EC-604.19.A, com seu respectivo ocupante Vicente de Paula Alencar.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI nº 993 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargos do Ministério da Aeronáutica para o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ficam transferidos, com os respectivos ocupantes, Liete de Oliveira Cruz e Jorge Hugo Coutinho, um (1) cargo de Oficial de Administração, Código AF.201.14-B, e um (1) cargo de Oficial de Administração, Código AF.201.12.A, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica para idênticos Parte e Quadro do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 994 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a Fundação Presidente Antônio Carlos.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Fundação Presidente Antônio Carlos, instituída pela Lei Estadual nº 3.038, de 19 de dezembro de 1963, do Estado de Minas Gerais, e sediada na cidade de Barbacena, no mesmo Estado, poderá manter estabelecimentos de ensino e cursos de extensão universitária, na forma da legislação vigente inclusive realizando quaisquer ajustes com o Poder Público.

Art. 2º A Fundação terá a posse e administração dos bens de sua propriedade, incluindo entre estes os patrimônios das Faculdades de Filosofia "Mater Divinae Gratiae" e de Ciências Econômicas, de Barbacena, e os de outros estabelecimentos de ensino superior que organizar.

Parágrafo único. A Fundação poderá propor ao Governo Federal a incorporação, ao seu patrimônio, mediante lei especial, do Colegto e dos bens de que trata o Decreto número 62.720, de 17 de maio de 1968.

Art. 3º O Conselho Curador da Fundação será integrado de onze membros, com mandato de seis anos, sendo três indicados pelo Ministro da Educação e Cultura, três pelo Governador do Estado de Minas Gerais e cinco eleitos pela Assembleia-Geral da entidade.

§ 1º Poderão fazer parte da Assembleia-Geral representantes de várias categorias sociais, especialmente, da indústria, comércio, agropecuária, operariado, profissões liberais, setores culturais e de assistência social da comunidade regional.

§ 2º Os atuais membros do Conselho Curador exercerão o mandato estabelecido neste Decreto-lei, devendo o seu número ser completado pelos representantes da Assembleia-Geral da Fundação e do Ministério da Educação e Cultura, de acordo com o que dispuser o estatuto da entidade.

§ 3º São mantidos os títulos honoríficos instituídos pela Fundação,

que poderá criar outras investiduras honorárias.

Art. 4º Compete ao Conselho Curador deliberar sobre o estatuto da Fundação, ouvida a Assembléia-Geral, e encaminhá-lo ao Ministério da Educação e Cultura, para a sua aprovação.

Art. 5º A Fundação Presidente Antônio Carlos será autorizada a receber as dotações orçamentárias e as rendas pertencentes ou destinadas aos estabelecimentos de ensino mencionados no art. 2º e seu parágrafo único, deste Decreto-lei, devendo prestar contas ao órgão competente, na forma da lei.

Parágrafo único. Os servidores públicos colocados à disposição, transferidos ou lotados nas unidades de ensino pertencentes à Fundação ficarão subordinados à respectiva administração de pessoal, com garantia de seus vencimentos, direitos e vantagens, de conformidade com a respectiva legislação.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 995 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre as tabelas de representação a que se refere o Decreto-lei nº 9.202, de 1946.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e considerando os termos dos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 900, de 25 de fevereiro de 1967, decretam:

Art. 1º Caberá ao Ministro de Estado das Relações Exteriores exercer as atribuições constantes do artigo 15, § 2º, do Decreto-lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José de Mello e Silva Pinto

DECRETO-LEI Nº 996 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. — RFFSA a ceder bens, na forma que determina.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a importância assistencial que representa o Hospital "Hermínio Amorim" para a população do Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, situado ao longo do leito da extinta Estrada de Ferro Bahia e Minas;

Considerando que a Rede Ferroviária Federal S. A. — RFFSA não tem condições de manter em funcionamento o referido nosocômio, não só pelo fato da extinção daquela Unidade de Operação, mas, também, por fugir aos objetivos para os quais foi criada essa empresa pública;

Considerando que a administração da Grande Loja de Minas Gerais, sociedade civil com personalidade jurídica, reconhecida de interesse público, se propôs a dar continuidade ao funcionamento do citado hospital e ampliar o atendimento aos que dele necessitem, decretam:

Art. 1º Fica a Rede Ferroviária Federal S. A. — RFFSA autorizada a ceder, a título gratuito, todo o acervo patrimonial do Hospital "Hermínio Amorim" da extinta Estrada de Ferro Bahia e Minas, situado no Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, constituído de terreno, benfeitorias, instalações e material hospitalar.

§ 1º O terreno a que se refere este artigo tem as seguintes característi-

cas e dimensões: área de 25.000 metros quadrados, começando do marco nº 1 na confluência das ruas Adib E. Cadar e Ari Graça, seguindo em uma linha de 98 metros, sempre pela Rua Adib E. Cadar até o marco número 2, situado na esquina da rua Otávio Otoni. Deste ponto à esquerda margeando a rua Otávio Otoni, segue numa distância de 185 metros, até encontrar o antigo leito da Rede Ferroviária onde existe o marco número 3, deste ponto atravessando o leito da referida Rede, uma distância de 30 metros, até a praça Antônio Carlos, onde se encontra o marco nº 4; deste ponto à esquerda segue uma distância de 135 metros até o marco nº 5, sempre divisando com a Praça Antonio Carlos. Daí à esquerda numa distância de 15 metros até o marco nº 6; daí à direita segue numa distância de 135 metros até o marco nº 7, divisando com as instalações da CASEMG e a estrada que margeia o antigo leito da ferrovia; deste ponto segue à esquerda numa distância de 24 metros, até o marco nº 8, situado na falda do morro, atravessando o antigo leito da ferrovia; deste ponto segue à esquerda numa distância de 105 metros até o marco nº 9, divisando com terrenos de terceiros; deste ponto, segue à direita numa distância de 154 metros até encontrar o marco inicial nº 1, situado na confluência das ruas Ari Graça e Adib E. Cadar

§ 2º A cessão de que trata este Decreto-lei far-se-á mediante termo ou contrato no qual constarão, expressamente, as condições estabelecidas, tornando-se nula, independentemente de ato especial, se se der aos bens aplicação diversa da que lhes tenha sido destinada, cabendo, ainda, à Rede Ferroviária Federal S. A.-RFFSA proceder de acordo com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 61.525, de 13 de outubro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 997 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Integra estabelecimentos isolados de ensino superior em Universidades das áreas geo-educacionais em que estão situados.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º, do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que o artigo 2º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, considera apenas com caráter excepcional a existência de estabelecimentos isolados de ensino superior; e

Considerando que, por isso, os artigos 8º e 10 da mesma lei instituem a regra de que as escolas isoladas se aglutinem, sempre que possível, às universidades existentes no mesmo distrito geo-educacional, decretam:

Art. 1º A Escola de Educação Física de Minas Gerais, a Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul e a Escola de Serviço Social de Natal ficam, para todos os efeitos, incorporadas, respectivamente, às Universidades Federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

Art. 2º Os Reitores das Universidades, a que se refere o artigo anterior, tomarão a iniciativa de todos os atos necessários à completa integração das instituições indicadas, cujas despesas correrão à conta de recursos expressamente previstos ou consignados.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 998 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 540.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros novos) para atender despesas com Inativos.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.09.00, a saber:

NCr\$

5.09.00 — *Ministério do Interior*

5.09.04 — *Território Federal de Rondônia*

Atividade 01.01.11.2.093

3.0.0.0 — *Despesas Correntes*

3.2.0.0 — *Transferências Correntes*

3.2.3.0 — *Transferência de Assistência e Previdência Social*

3.2.3.1 — *Inativos* 540.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 999 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

institui Taxa Rodoviária Única, incidente sobre o registro e licenciamento de veículos e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º, do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, inciso XVII, alíneas c e n da Constituição,

Considerando a existência de múltiplos tributos, cobrados dos proprietários de veículos automotores para o registro anual e licenciamento, em todo o país;

Considerando que a Constituição permite aos Estados e Municípios, como à União, cobrarem taxas remunerativas do seu poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos utilizados ou postos à disposição do contribuinte, desde que sejam específicos e divisíveis;

Considerando que a circulação assegurada aos veículos em todo o território nacional, qualquer que seja o local de seu registro, conduz a que os contribuintes utilizem serviços de outras unidades da federação, sem que tenham remunerado esses serviços, o que desvirtua, em tal hipótese, o preceito constitucional de que o serviço seja perfeitamente específico e divisível;

Considerando a desigualdade de valores e critérios de cobrança obser-

vada nas diversas unidades da Federação, que leva a tratamento discriminatório e enseja evasões de receita;

Considerando que o sistema tributário nacional deve conter tributação uniforme para proteção do contribuinte e salvaguarda da receita tributária das diversas unidades federadas;

Considerando, ainda, a necessidade de simplificar e aperfeiçoar os processos de arrecadação no interesse do Poder Público e do contribuinte, decretam:

Art. 1º É instituída a Taxa Rodoviária Única, devida pelos proprietários de veículos automotores registrados e licenciados em todo território nacional.

§ 1º A referida taxa, que será cobrada previamente ao registro do veículo ou à renovação anual da licença para circular, será o único tributo incidente sobre tal fato gerador.

§ 2º A Taxa Rodoviária Única será arrecadada pelos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Art. 2º A Taxa Rodoviária Única será cobrada, segundo tabelas baixadas, anualmente, pelo Ministro dos Transportes e terá como base de cálculo, o peso, a capacidade de transporte e o modelo, de tal modo que o seu valor não ultrapasse de 2% do valor venal do veículo.

§ 1º A taxa será devida anualmente e paga até a data do licenciamento do veículo.

§ 2º Fica estabelecido, para todo o território nacional, o seguinte sistema para renovação de registro e de licenciamento de veículos automotores:

I — Veículos com placa de identificação terminada nos algarismos 1, 2 e 3, até o dia 31 de março de cada ano;

II — Veículos com placa terminada nos algarismos 4, 5 e 6, até o dia 30 de junho;

III — Veículos com placa cujo último algarismo seja 7, 8, 9 e 0, até o dia 31 de outubro.

§ 3º Exceto para o registro inicial de veículo, admitir-se-á, a requerimento do contribuinte, o parcelamen-

to do valor devido da Taxa Rodoviária Única em prestações não excedentes a três. Neste caso o licenciamento anual só será definitivo após o último pagamento.

Art. 3º São isentos do pagamento da Taxa Rodoviária Única:

a) A União, os Territórios, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios e respectivas Autarquias, bem como as sociedades de economia mista ou empresas estatais, apenas enquanto subvencionadas pela União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

b) as instituições de caridade;

c) os proprietários de veículos empregados em serviços agrícolas, que transitem apenas dentro dos limites das propriedades a que pertençam ou, quando utilizando vias públicas, não sejam usados em transportes de natureza comercial;

d) os turistas estrangeiros, portadores de "certificados internacionais de circular e conduzir" pelo prazo estabelecido nesses certificados, mas nunca superior a um ano e desde que o país de origem adote medida recíproca para com os veículos do Brasil;

e) o Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro;

f) os proprietários de ambulâncias;

g) os proprietários de máquinas agrícolas e de terraplenagem, desde que não circulem em vias públicas abertas à circulação.

Art. 4º Os proprietários ou possuidores de veículos motorizados que, depois da época de pagamento da Taxa Rodoviária Única, transitarem sem o comprovante desse pagamento, ficarão sujeitos a multa igual ao valor do maior salário mínimo vigente no país, sem prejuízo da retenção do veículo da circulação.

Art. 5º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal entregarão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem 40% do que arrecadarem da Taxa Rodoviária Única.

Parágrafo único. A Lei estadual fixará os critérios de rateio entre o Estado e seus Municípios, levando em conta o total arrecadado e o número de veículos licenciados.

Art. 6º O produto arrecadado da Taxa Rodoviária Única, na parte

que couber ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, segundo o disposto no artigo 4º, deste Decreto-lei, integrará o Fundo Especial de Conservação e Segurança de Tráfego criado pelo artigo 4º, inciso II, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios disporão, nas suas leis orçamentárias, sobre a aplicação da parte que lhes couber, em gastos de conservação melhoramentos e sinalização de vias públicas e despesas administrativas de custeio dos serviços de arrecadação da taxa e de registro de veículos e respectiva fiscalização.

Art. 7º A fiscalização, pela União, da execução deste Decreto-lei, compete ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 8º Ao instante da renovação das licenças para 1970, ficam os contribuintes obrigados a comprovar, perante a autoridade arrecadadora da Taxa Rodoviária Única, o pagamento da Taxa Rodoviária Federal instituída pelo Decreto-lei nº 397, de 30 de dezembro de 1968 e, se não o fizerem, pagarão o valor da Taxa Rodoviária Única, acrescida do valor da Taxa Rodoviária Federal, mais a multa prevista no artigo 3º do mencionado Decreto-lei.

Parágrafo único. Os valores arrecadados da Taxa Rodoviária Federal e multas, de que trata este artigo, serão creditados integralmente, no Banco do Brasil S. A., à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 9º O registro inicial de veículos automotores, quando feito até 31 de março de cada ano, ensejará o pagamento integral do valor anual da Taxa Rodoviária Única. O registro, dentro de cada trimestre subsequente, determinará a dedução de 1/4 do valor da taxa, por trimestre.

Art. 10. Este Decreto-lei entra em vigor a 1º de janeiro de 1970, revogado o Decreto-lei nº 397, de 30 de dezembro de 1968 e todas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 1.000 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DIVISÃO

Art. 1º Os serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil para autenticidade, segurança e

validade dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido neste decreto-lei.

§ 1º Êsses registros são:

- I — o registro civil das pessoas naturais;
- II — o registro civil das pessoas jurídicas;
- III — o registro de títulos e documentos;
- IV — o registro de imóveis;
- V — o registro de propriedade literária, científica e artística.

§ 2º O registro mercantil continuará a ser regido pelos dispositivos da legislação comercial.

Art. 2º Os registros indicados nos números I a IV do artigo anterior ficarão a cargo dos serventuários privativos, nomeados de acôrdo com a legislação em vigor, respeitado o disposto no art. 177 da Constituição do Brasil, e serão feitos:

I — o de nº I, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de nascimento, de casamento e de óbitos;

II — os de ns. II e III, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de títulos e documentos;

III — o de nº IV, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de imóveis.

Art. 3º O registro constante do art. 1º, nº V, ficará a cargo da administração federal, por intermédio das repartições técnicas indicadas no Título VI dêste decreto-lei.

Art. 4º As leis de organização judiciária discriminarão os direitos e deveres dos serventuários, sua subordinação administrativa e judiciária, as substituições, os auxiliares, as horas de serviço e os emolumentos que lhes competirão.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO

Art. 5º Os livros serão, em todo o país, uniformes, e obedecerão aos modelos atualmente usados, ficando sua aquisição a cargo dos respectivos serventuários, sujeitos, porém, à correição da autoridade competente.

Parágrafo único. Para facilidade do serviço, poderão tais livros ser impressos e de fôlhas sôlta, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Art. 6º Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Art. 7º Conforme o movimento dos registros, o juiz, ao qual estiver sujeito o oficial, poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros, até a terça parte do consignado neste decreto-lei.

Art. 8º Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinações com a primeira, com a segunda, e, assim, indefinidamente.

Exemplo: 3 — A a 3 — Z; 3 — AB a 3 — AZ; 3 — BA a 3 — BZ, etc.

Art. 9º Os números de ordem dos registros não serão interrompidos, no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes, da mesma espécie.

CAPÍTULO III

ORDEM DO SERVIÇO

Art. 10. O serviço começará e terminará à mesma hora, em todos os dias úteis.

Parágrafo único. O registro civil das pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.

Art. 11. Serão nulos os registros lavrados fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, salvo a exceção do parágrafo único do artigo anterior, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.

Art. 12. Todos os títulos que, em tempo, forem apresentados e que não puderem ser registrados antes da hora do encerramento do serviço, aguardarão o registro, no dia seguinte, em que terão preferência.

Parágrafo único. O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

Art. 13. Os oficiais adotarão o melhor regime interno, de modo a assegurar às partes a precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Art. 14. Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento no protocolo, com o respectivo número de ordem, nos casos em que dessa formalidade decorrerem direitos de prioridade para o apresentante.

Art. 15. Os atos do registro não poderão ser praticados *ex officio*, senão a requerimento por escrito dos interessados e,

quando a lei autorizar, do Ministério Público ou por ordem judicial, salvo as anotações e as averbações obrigatórias.

§ 1º O reconhecimento da firma nas comunicações ao registro civil poderá ser exigido pelo respectivo oficial.

§ 2º Embora independa de homologação, a emancipação concedida por sentença judicial será anotada às expensas do interessado.

Art. 16. As despesas do registro incumbirão ao interessado que o requerer e serão pagas no ato da apresentação do requerimento instruído com o título.

Art. 17. Quando o oficial, ou algum seu parente, em grau proibido, fôr interessado no registro, este deverá ser feito pelo substituto, designado na respectiva Lei de Organização Judiciária.

CAPÍTULO IV

PUBLICIDADE

Art. 18. Os oficiais, bem como as repartições encarregadas dos registros, serão obrigados:

1º) a passar as certidões requeridas;

2º) a mostrar às partes, sem prejuízo da regularidade do serviço, os livros de registro, dando-lhes, com urbanidade, os esclarecimentos verbais que pedirem.

Art. 19. Qualquer pessoa poderá requerer certidão do registro, sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Art. 20. As certidões serão passadas sem dependência de qualquer despacho judicial, devendo referir-se aos livros de registro, ou a documentos pertinentes aos arquivos do cartório.

Art. 21. As certidões serão passadas por inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, facultada, no primeiro caso, a reprodução do documento por sistema autorizado em lei e devidamente autenticada pela autoridade competente, não podendo o oficial retardá-las, em qualquer caso, por mais de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. As certidões de nascimento mencionarão sempre a data em que foi feito o assento.

Art. 22. No caso de recusa ou de demora da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade judiciária ou administrativa, competente, que deverá providenciar com presteza, aplicando, se fôr o caso, a pena disciplinar estabelecida.

Art. 23. Para tornar possível a verificação da demora, o oficial, logo que receber alguma petição, dará à parte uma nota de entrega, devidamente autenticada.

Art. 24. Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

Parágrafo único. O termo de alteração deverá constar, em inteiro teor, nas respectivas certidões.

CAPÍTULO V

CONSERVAÇÃO

Art. 25. Os livros de registro, salvo caso de força maior ou exigência legal, não sairão do cartório respectivo por nenhum motivo ou pretexto.

Art. 26. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais, que exigirem a apresentação de qualquer livro, ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Art. 27. Os oficiais deverão manter, permanentemente, em segurança, os livros e documentos sob sua responsabilidade, utilizando-se, sempre, dos sistemas de preservação mais indicados.

Art. 28. Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados com rótulo do ano a que pertencerem e divididos em maços relativos às suas diferentes classes, facultada a utilização de microfilmagem e de outros processos de reprodução autorizados em lei.

Art. 29. Os livros e papéis pertencerão ao arquivo do cartório indefinidamente, só sendo permitida a sua desintegração quando autorizada em lei e obedecidas as prescrições nela estabelecidas.

Art. 30. Dividido um cartório, por critério geográfico, ou de distribuição de atos, serão válidos os antigos registros feitos até a instalação do novo ofício, pertencendo o arquivo ao antigo.

Parágrafo único. Proceder-se-á da mesma forma quando desdobrados os serviços confiados a um só serventuário.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADE

Art. 31. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, por culpa ou dolo, causarem, pessoalmente, ou por seus prepostos e substitutos, estes quando de sua indicação, aos interessados no registro.

Parágrafo único. A responsabilidade civil independará da criminal, pelos delitos que praticarem.

Art. 32. Os oficiais ficarão, também, responsáveis pela ordem e conservação dos respectivos livros, documentos e papéis, sob as penas legais.

TÍTULO II

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Serão inscritos no registro civil das pessoas naturais:

I — os nascimentos;

II — os casamentos;

III — os óbitos;

IV — as emancipações por outorga do pai ou da mãe, ou por sentença do juiz;

V — as interdições dos loucos, surdos-mudos e pródigos;

VI — as sentenças declaratórias de ausência;

VII — as opções de nacionalidade.

§ 1º Serão averbados no registro:

I — as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

II — as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que provarem a filiação legítima;

III — os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

IV — os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

V — as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

VI — as alterações ou abreviaturas de nomes.

§ 2º É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou do de seus pais.

Quando residirem no estrangeiro, a inscrição se fará no 1º ofício do Distrito Federal.

Art. 34. Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil, e respectiva certidão, das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente, passado me-

diante requisição do juiz togado ou a pedido do oficial de registro.

Art. 35. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercante em viagem e no Exército em campanha serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos ministérios, a fim de que, pelo da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

Art. 36. Os assentos de nascimentos, óbitos ou casamentos de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar que forem tomados, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1º Tais assentos serão, porém, transcritos nos cartórios do 1º ofício, do domicílio do registrando, ou no 1º ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio, quando tiverem de produzir efeito no país ou antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º O filho de brasileiro ou brasileira, antes da opção a que se referem o artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil e artigo 3º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, poderá requerer o registro nos termos do artigo 4º da referida Lei nº 818, no juízo do seu domicílio (Lei nº 5.010, de 30-5-66, artigo 10, nº X), registro esse que será efetuado pelo oficial do cartório do 1º ofício do registro civil no livro. E, fazendo-se constar do termo e das respectivas certidões que os mesmos só valerão como prova de nacionalidade brasileira até 4 (quatro) anos após atingida pelo registrado a capacidade civil.

§ 3º A opção pela nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil, e artigo 3º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, será pleiteada pela forma estabelecida na Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, artigo 10, nº X, devendo o respectivo registro ser lavrado no livro E do cartório do 1º ofício do domicílio do optante e assinado por este ou por seu procurador.

§ 4º O filho de brasileiro nascido no estrangeiro, cujos pais não estejam a serviço do Brasil, se registrado no Consulado Brasileiro, poderá transcrever o seu nascimento, no 1º ofício do registro civil de seu domicílio, nos termos do artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil.

§ 5º Verificada a hipótese prevista no § 3º, o oficial cancelará, independentemente de requerimento, o registro provisório a que alude o § 2º, se existente no mesmo ofício.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO E ORDEM DE SERVIÇO

Art. 37. Haverá em cada cartório os seguintes livros, todos com trezentas fôlhas:

- a) de registro de nascimentos;
- b) de registro de casamentos.
- c) de registro de óbitos;
- d) de registro de editais de proclamas.

Parágrafo único. No cartório do 1º ofício ou da 1ª subdivisão judiciária, em cada comarca, haverá outro livro para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, designado sob a letra «E», com 150 (cento e cinquenta) fôlhas, podendo, nas comarcas de grande movimento, o juiz competente autorizar o seu desdobramento em livros especiais de emancipações, interdições e ausências.

Art. 38. Os livros obedecerão aos modelos usuais; a cada um deles juntará o oficial um índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem.

Parágrafo único. Poderá o índice, a critério do oficial, ser substituído pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.

Art. 39. A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas.

Entre cada dois assentos será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

Art. 40. Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na direita espaço para as notas, averbações e retificações.

§ 1º Os livros de editais de proclamas serão escriturados cronologicamente, com o resumo do que constar de editais expedidos pelo cartório ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.

§ 2º As despesas com os editais serão pagas pelo interessado, excluídas as da publicação oficial.

Art. 41. As partes ou seus procuradores assinarão êsses assentos, insertas as declarações feitas, de acôrdo com o requisito legal ou ordenadas por decisão judicial. As procurações serão

arquivadas, além da declaração, no termo, da sua data e do livro, fôlha e ofício em que foram passadas, quando por instrumento público.

§ 1º Se algumas dessas pessoas ou as testemunhas não puderem escrever, por qualquer circunstância, far-se-á declaração no assento, assinando a rôgo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2º As custas com a autuação e arquivamento das procurações ficarão a cargo dos interessados.

Art. 42. Antes da assinatura dos assentos, serão êstes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção, como se pratica nas escrituras públicas.

Art. 43. Tendo havido erro ou omissão, de modo que seja necessário fazer emenda ou adição, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Art. 44. Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser feita por decisão judicial, nos termos dos artigos 105 a 108.

Art. 45. Serão consideradas não existentes e sem efeitos judiciais quaisquer emendas ou alterações posteriores não ressalvadas ou lançadas na forma indicada, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Art. 46. As testemunhas para os assentos de registro deverão satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo admitidos os parentes, em qualquer grau, do registrando.

Parágrafo único. Quando as testemunhas não forem conhecidas do oficial do registro, deverão apresentar documentos hábeis para prova da respectiva identidade, fazendo-se no assento expressa menção dêsses documentos.

Art. 47. As certidões relativas ao nascimento de filhos legitimados por subsequente matrimônio poderão ser dadas sem o teor da declaração ou averbação a êsse respeito, como se fôsem legítimos; na certidão de casamento também poderá ser omitida a referência àqueles filhos, salvo havendo pedido expresso, em qualquer dos casos.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE

Art. 48. Nenhuma declaração será atendida após o decurso do prazo legal sem despacho do juiz togado competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/5 (um quinto) do salário mínimo da região, poden-

do aquêle exigir justificação, nos têrmos dos artigos 105 a 109, ou outra prova suficiente.

§ 1º Será dispensada do pagamento da multa a parte pobre, nos têrmos do artigo 34.

§ 2º Será dispensado o despacho do juiz, nos casos de registro de nascimento fora dos prazos estabelecidos nos artigos 53 e 54, quando o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.

§ 3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, sendo o registrando maior de 12 (doze) anos, o juiz só deverá exigir justificação, ou outra prova suficiente, quando suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4º Os assentos de que trata êste artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado.

§ 5º Se o juiz não fixar prazo menor, o official terá o de 30 (trinta) dias para lavar o assento, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.

Art. 49. Se os officiaes do registro civil recusarem fazer ou demorarem qualquer registro, averbação, anotação ou certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá com a maior brevidade.

§ 1º Sendo injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao official multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida a certidão, sob pena de prisão de 5 (cinco) a 20 (vinte) dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo official do registro civil, atendidos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 50. Os juizes togados e o Ministério Público farão correição e fiscalização nos livros de registro conforme as leis de organização judiciária.

Art. 51. Os officiaes do registro civil remeterão directamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos que houverem registrado no trimestre anterior.

§ 1º O mencionado Instituto fornecerá os mapas necessários para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos officiaes do registro que façam as correções que forem precisas.

§ 2º Os officiaes que não remeterem em tempo os mapas exigidos incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da

região, que será cobrada executivamente como dívida ativa da União, para ser recolhida aos cofres federais, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 52. Os oficiais do registro serão ainda obrigados a satisfazer as exigências da legislação federal sobre alistamento e sorteio militar, sob as sanções estabelecidas no respectivo regulamento.

CAPÍTULO IV

NASCIMENTO

Art. 53. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no cartório do lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro em 15 (quinze) dias, ampliando-se até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.

§ 1º Não estão obrigados ao registro os índios nascidos em território nacional enquanto não civilizados.

§ 2º Os menores de 21 e maiores de 18 anos, poderão pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil, requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 4º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Art. 54. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do artigo 68, deverão ser declarados dentro em 5 (cinco) dias, a contar da chegada do navio ou da aeronave no local de destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 55. São obrigados a fazer a declaração de nascimento:

1º) o pai;

2º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias;

3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior e achando-se presente;

4º) na sua falta e impedimento, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5º) pessoa idônea que tiver ciência do nascimento ocorrido fora da residência da mãe;

6º) finalmente, as pessoas encarregadas da guarda do menor.

Art. 56. Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas, que não forem os pais e tiverem visto o mesmo recém-nascido.

Parágrafo único. Tratando-se de registro fora do prazo legal, o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 57. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

Art. 58. O assento do nascimento deverá conter:

- 1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;
- 2º) o sexo e a cor do recém-nascido;
- 3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;
- 4º) a declaração de ser legítimo, ilegítimo, ou exposto;
- 5º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;
- 6º) a declaração de que nasceu morta ou morreu no ato ou logo depois do parto;
- 7º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;
- 8º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais; o lugar e cartório onde casaram e a sua residência atual;
- 9º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;
- 10º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.

Art. 59. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá o caso, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Art. 60. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bas-

tante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, fazendo-se a averbação com as mesmas formalidades e publicações pela imprensa.

Art. 61. Qualquer alteração posterior de nome, só por exceção e motivadamente será permitida por despacho do juiz togado a que estiver sujeito o registro e audiência do Ministério Público, arquivando-se o mandado, quando fôr o caso, e publicando-se pela imprensa.

Parágrafo único. Poderá também ser averbado nos mesmos termos o nome abreviado usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

Art. 62. O prenome será imutável.

Parágrafo único. Quando, entretanto, fôr evidente o êrro gráfico do prenome e desde que não se altere sua pronúncia, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante decisão do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do artigo 59, se o oficial não o houver impugnado.

Art. 63. Sendo o filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai, sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar ou, não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rôgo o respectivo assento com duas testemunhas.

Art. 64. Serão omitidas se daí resultar escândalo, quaisquer das declarações indicadas no artigo 58, que fizerem conhecida a filiação.

Parágrafo único. Deverá, entretanto, conter o registro o nome do pai ou mãe, quando qualquer destes fôr o declarante.

Art. 65. Tratando-se de exposto, o registro será feito de acôrdo com as declarações que os estabelecimentos de caridade, nos lugares onde existem com êsse fim, as autoridades ou os particulares, comunicarem ao oficial competente, nos prazos mencionados no artigo 53, a partir do achado ou entrega sob as penas dos artigos 48 e 49, apresentando ao oficial, salvo motivo de força maior comprovado, o exposto e os objetos a que se refere a segunda parte do artigo seguinte.

Parágrafo único. Declarar-se-á o dia, mês e ano, o lugar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado e a sua idade aparente. Nesse caso, o envoltório, roupas e quaisquer outros objetos e sinais que trouxer a criança e que possam a todo o tempo fazê-la reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em caixa lacrada e selada, com o seguinte rótulo — «pertence ao exposto tal, assento de fls. ... de livro ...» — e remetidos imediatamente, com uma guia em duplicata, ao juiz a quem competir, para serem recolhidos a lugar de segurança. Recebida a

duplicata com o competente conhecimento do depósito, que serão arquivados, far-se-ão à margem do assento as notas convenientes.

Art. 66. O registro de nascimento de menor abandonado, sob jurisdição do Juiz de Menores, poderá fazer-se por iniciativa dêste titular, à vista dos elementos de que dispuser e com observância, no que fôr aplicável, do que preceitua o artigo anterior.

Art. 67. Sendo gêmeos, será declarada no assento especial de cada um a ordem de nascimento. Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo a se poderem distinguir uns dos outros.

Parágrafo único. Também serão obrigados a duplo prenome ou nome completo diverso os filhos de idade diferente a que se pretender dar o mesmo prenome.

Art. 68. Os assentos de nascimento no mar, a bordo de navio brasileiro mercante ou de guerra, serão lavrados, logo que o fato se verificar, pelo modo estabelecido nos regulamentos consulares e de marinha e nêle se observarão tôdas as disposições dêsses e do presente decreto-lei.

Art. 69. No primeiro pôrto a que se chegar, o comandante depositará imediatamente, na capitania do pôrto, ou em falta, na estação fiscal, ou, ainda, no consulado, se se tratar de pôrto estrangeiro, duas cópias autenticadas, uma das quais será remetida por intermédio do Ministério da Justiça ao official de registro para a inscrição no lugar de residência dos pais ou, se não fôr possível descobri-la, no 1º officio do Distrito Federal.

Uma terceira cópia será entregue pelo comandante ao interessado que, após conferência na capitania do pôrto, por ela poderá também promover a transcrição, no cartório competente.

Parágrafo único. Os nascimentos ocorridos a bordo de quaisquer aeronaves, ou de navio estrangeiro, poderão ser dados a registro pelos pais brasileiros no cartório ou consulado do local do desembarque.

Art. 70. Em campanha, poderão ser tomados assentos de nascimento de filhos de militares ou assemelhados em livros criados pela administração militar mediante declarações feitas pelos interessados ou remetidas pelos comandantes de unidades. Êsses assentos serão publicados em boletim das unidades e, logo que possível, trasladados por cópias autenticadas, *ex officio* ou a requerimento dos interessados, para o cartório de registro civil a que competir ou para o do 1º officio do Distrito Federal, quando não puder ser conhecida a residência do pai.

Parágrafo único. Essa providência será extensiva aos assentos de nascimentos de filhos de civis, quando, em consequência das operações de guerra, não funcionarem os cartórios locais.

CAPÍTULO V

CASAMENTO

Art. 71. Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

1º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges;

2º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data de nascimento ou da morte, domicílio e residência atual dos pais;

3º) os nomes e prenomes do cônjuge precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando fôr o caso;

4º) a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento;

5º) a relação dos documentos apresentados ao oficial de registro;

6º) os nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;

7º) o regime do casamento, com declaração da data e do cartório em cujas notas foi passada a escritura antenupcial, quando o regime não fôr o da comunhão ou o legal que, sendo conhecido, será declarado expressamente;

8º) o nome que passa a ter a mulher, em virtude do casamento;

9º) os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento.

Parágrafo único. As testemunhas serão duas, salvo o caso previsto no artigo 193, parágrafo único, do Código Civil.

Art. 72. O reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso obedecerá ao disposto na Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950.

Art. 73. O registro dos editais de casamento conterà todas as indicações necessárias quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também os editais remetidos por outro oficial processante.

CAPÍTULO VI

ÓBITO

Art. 74. Nenhum enterramento será feito sem certidão de oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavra-

tura do assento de óbito, em vista do atestado do médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas, que tiverem presenciado ou verificado o óbito.

Parágrafo único. Antes de proceder a assento de óbito de criança de menos de um ano, o oficial indagará se foi registrado o nascimento, e fará a verificação no respectivo livro, quando houver sido no seu cartório; em caso de falta, tomará previamente o assento omitido.

Art. 75. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 53.

Art. 76. São obrigados a fazer declaração de óbito:

1º) o chefe de família a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito do irmão, e demais pessoas de casa, indicadas no nº 1º; o parente mais próximo, maior e presente;

4º) o administrador, diretor, gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nêle falecerem, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou o vizinho, que do falecimento tiver notícia;

6º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Art. 77. O assento de óbito deverá conter:

1º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2º) lugar do falecimento, com indicação precisa;

3º) o prenome, nome, sexo, idade, côr, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório do casamento, em ambos os casos;

5º) a declaração de que era filho legítimo ou ilegítimo, de pais incógnitos ou expostos;

6º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

7º) se faleceu com testamento conhecido;

8º) se deixou filhos legítimos ou ilegítimos reconhecidos, nome e idade de cada um;

9º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;

10º) o lugar do sepultamento;

11º) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos.

Art. 78. Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se fôr possível, côr, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, se mencionará esta circunstância e o lugar em que foi encontrado e o da necrópsia, se tiver havido.

Parágrafo único. Neste caso, será extraída a individual dactiloscópica, se no local existir êsse serviço.

Art. 79. O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rôgo, se não souber ou não puder assinar.

Art. 80. Quando o assento fôr posterior ao entêrrô, faltando atestado de médico, ou de duas pessoas qualificadas, assinarão com a que fizer a declaração duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao entêrrô e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

Art. 81. Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acôrdo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes fôr aplicável, com as referências constantes do artigo 77, salvo se o entêrrô fôr feito no pôrto, onde será tomado o assento.

Art. 82. Os óbitos verificados em campanha serão registrados em livro próprio para êsse fim designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro nas condições especificadas dos óbitos que se derem no próprio local do combate.

Art. 83. Os óbitos a que se refere o artigo anterior serão publicados em boletim da corporação e inscritos no registro civil mediante relações autenticadas remetidas ao Ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil, designação dos corpos a que pertenciam, lugar de residência ou de mobilização, dia, mês e ano e lugar do falecimento e do sepultamento para, à vista dessas relações, se fazerem os assentamentos de conformidade do que a respeito está disposto no artigo 70.

Parágrafo único. No caso dos óbitos ocorridos no estrangeiro, as obrigações correspondentes serão atribuídas aos adidos

militares e, na falta dêstes, aos agentes diplomáticos ou consulares com exercício no local do falecimento ou no mais próximo.

Art. 84. O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público, será feito, em falta de declaração de parentes, segundo as da respectiva administração, observadas as disposições dos artigos 77 a 80, e o do que fôr relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo o conhecimento do fato.

Art. 85. Poderão os juizes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em campanha, naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando não fôr possível encontrar-se o cadáver para exame e estiver provada a sua presença no local do desastre.

CAPÍTULO VII

EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA

Art. 86. Nas comarcas em que não houver officios privados, serão registradas, em livro especial, no cartório do 1º officio, as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nas mesmas domiciliados.

Art. 87. O registro será feito mediante transcrição da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, no caso de escritura pública, às referências da data, livro, fôlha e officio em que fôr passada, sem dependência da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante; dêle sempre constarão:

- 1º) data do registro e da emancipação;
- 2º) nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento;
- 3º) nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

Art. 88. Quando o juiz conceder emancipação, deverá communicá-la *ex officio* ao official de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado êste dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único. Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito.

Art. 89. As interdições serão registradas no mesmo cartório e no mesmo livro de que trata o artigo 86, salvo a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do artigo 37, declarando-se:

- 1º) data do registro;

2º) nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito, data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se fôr casado;

3º) data da sentença, nome e vara do juiz que a proferiu;

4º) nome, profissão, estado civil, domicílio e residência do curador;

5º) nome do requerente da interdição e causa desta;

6º) limites da curadoria, quando fôr parcial a interdição, nos termos do artigo 451 do Código Civil e do artigo 27, § 1º, do Decreto nº 24.559, de 3 de julho de 1934.

7º) lugar onde está internado o interdito, nos casos do artigo 457 do Código Civil.

Art. 90. A comunicação, com os dados precisos, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo juiz ao cartório, para registro *ex officio*, se o curador ou o promovente não o tiverem feito dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único. Antes de registrada a sentença, não poderá o curador assinar o respectivo termo.

Art. 91. A inscrição das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador (Código Civil, artigos 463 e 464), será feita no cartório do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição, declarando-se:

1º) data do registro;

2º) nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que foram registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se fôr casado;

3º) tempo de ausência até a data da sentença;

4º) o nome do promotor do processo;

5º) data da sentença e nome e vara do juiz que a proferiu;

6º) nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.

CAPÍTULO VIII

ADOÇÃO

Art. 92. Serão inscritas no registro de nascimentos, como registro fora do prazo, as sentenças de legitimação adotiva, nêle se consignando os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos, se já falecidos ou, sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestado por escrito sua adesão ao ato (Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, artigo 6º).

Parágrafo único. O mandado será arquivado, dêle não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segrêdo de justiça, para salvaguarda de direitos (Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, artigo 8º, parágrafo único).

Art. 93. Feito o registro, será cancelado o assento original do menor.

CAPÍTULO IX

AVERBAÇÃO

Art. 94. A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento, à vista de sentença, mandado, certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Art. 95. A averbação, será feita à margem do assento, e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Art. 96. No livro de casamento será feita a averbação das sentenças de nulidade e anulação de casamento e de desquite, declarando-se a data da sentença e de sua definitiva confirmação, o juiz que a proferiu e a sua conclusão, bem como o nome das partes na causa.

§ 1º Antes de averbadas, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros.

§ 2º As sentenças de nulidade ou anulação de casamento não poderão ser averbadas enquanto sujeitas a recurso, qualquer que seja o seu efeito.

§ 3º A averbação a que se refere o parágrafo anterior será feita à vista de mandado expedido pelo juiz do feito, do qual constem os requisitos do *caput* dêste artigo e, ainda, certidão do trânsito em julgado da sentença.

§ 4º O oficial do registro comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito o mandado.

§ 5º Ao oficial que deixar de cumprir as obrigações consignadas nos parágrafos anteriores se aplicará a multa de 5 (cinco) salários mínimos da região e a suspensão do cargo até 6 (seis) meses, aplicando-se, em caso de reincidência, em dôbro a pena pecuniária, e sujeito o oficial à perda do cargo.

Art. 97. Será também averbado, com as mesmas indicações e efeitos, o ato de restabelecimento de sociedade conjugal.

Art. 98. No livro de nascimento serão averbadas:

1º) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento;

- 2º) as sentenças que declararem legítimas a filiação;
- 3º) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;
- 4º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;

5º) a perda da nacionalidade brasileira, quando comunicado pelo Ministério da Justiça.

Art. 99. Será ainda feita, mesmo *ex officio*, diretamente quando no mesmo cartório, ou por comunicação do oficial que registrar o casamento, a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento relativo a este.

Art. 100. A averbação será feita nos termos do artigo 95; mediante a indicação minuciosa dos característicos extrínsecos e intrínsecos, das sentenças ou atos que determinarem a operação do registro, análogamente ao disposto no artigo 95.

Art. 101. No livro de emancipações, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo a interdição, das substituições dos curadores de interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único. Será também averbada, no assento de ausência, a sentença de abertura de sucessão provisória, após haver passado em julgado, com referência especial ao testamento do ausente, se houver, e indicação de seus herdeiros habilitados.

CAPÍTULO X

ANOTAÇÕES

Art. 102. Sempre que fizer o oficial algum registro ou averbação, deverá obrigatoriamente, anotá-lo nos atos anteriores, se lançados em seu cartório; em caso contrário, fará comunicação com o resumo do assento ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre, a forma prescrita no artigo 95.

Art. 103. O óbito deverá ser anotado, com remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento e o casamento no deste.

A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança de nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação, ou desquite. Todas as comunicações ficarão arquivadas. A dissolução e anulação do casamento e o restabe-

lecimento da sociedade conjugal serão também anotados nos assentos de nascimento dos cônjuges.

Art. 104. Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, serão responsabilizados civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa das comunicações que tiverem que fazer a outros cartórios.

CAPÍTULO XI

RETIFICAÇÕES E SUPRIMENTOS

Art. 105. O juiz competente admitirá as partes a justificarem perante êle, com audiência do Ministério Público, a necessidade de suprir a sua falta, retificar ou restaurar o registro que contiver engano, êrro ou omissão. Julgado por sentença, com recurso voluntário interposto por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, fará o oficial respectivo a retificação ou a abertura de assento, expedindo o juiz, quando necessário, o competente mandado.

Parágrafo único. Dispensar-se-á justificação sempre que a prova documental fôr suficiente, a critério do Ministério Público ou do juiz.

Art. 106. As retificações serão feitas à margem de registro com as indicações necessárias ou transcrição do mandado, quando fôr o caso, que ficará autuado e arquivado. Se não houver espaço, abrir-se-á nôvo assento com as remissões à margem do registro original.

Art. 107. Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação ou abertura de assento, será entregue à parte.

Art. 108. Em qualquer tempo poderá ser apreciado o valor probante da justificação, em original ou por traslado, pela autoridade judiciária, competente ao conhecer de ações que se relacionarem com os fatos justificados.

Art. 109. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

TÍTULO III

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

ESCRITURAÇÃO

Art. 110. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I — os contratos, os atos constitutivos, os estatutos ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas

ou literárias, e os das associações de utilidade pública e das fundações;

II — as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais.

Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de rádio-difusão e agências de notícias a que se refere o artigo 8º da Lei nº 5.249, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 111. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas quando o seu objeto ou circunstância relevante indique destino ou atividade ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, *ex officio*, ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de inscrição e suscitará dúvida para o juiz sob cuja jurisdição estiver, o qual a decidirá, concedendo ou negando o registro.

Art. 112. Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros:

Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do artigo 110, com 300 fôlhas;

Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais e periódicos, com 150 fôlhas.

Art. 113. Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatutos e de publicações, registrados e arquivados, serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilitem a busca e o exame.

Art. 114. Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.

Art. 115. A existência legal das pessoas jurídicas só começará com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo único. Quando a lei exigir autorização para funcionamento da sociedade, o registro não poderá ser feito antes daquela, bem como, nas fundações, sem aprovação dos estatutos pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

PESSOA JURÍDICA

Art. 116. O registro das sociedades consistirá na declaração, feita no livro, pelo oficial, do número de ordem, da data de apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

I — a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração;

II — o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III — se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis, no tocante à administração, e de que modo;

IV — se os membros respondem ou não subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

V — as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio nesse caso;

VI — os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da Diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado e profissão de cada um, bem com o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Art. 117. Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial, em que houverem sido publicados os estatutos, compromissos ou contratos, além de um exemplar destes, quando a publicação não fôr integral, por aquêles se fará a inscrição mediante petição, com firma reconhecida, do representante legal da sociedade, lançando o oficial nos dois exemplares a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e fôlha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em cartório, rubricando o oficial as fôlhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

CAPÍTULO III

REGISTRO DE JORNAIS, OFICINAS IMPRESSORAS,
EMPRESAS DE RÁDIO-DIFUSÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Art. 118. Estão sujeitos a registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

I — os jornais e demais publicações periódicas;

II — as oficinas impressoras de quaisquer naturezas, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — as empresas de rádio-difusão que mantenham serviços de notícias; reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 119. O pedido de registro conterá as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I — no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias, ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova da nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária;

II — no caso de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social se pertencentes a pessoa jurídica;

III — no caso de empresas de rádiodifusão:

a) designação, da emissora, sede da sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, documentários, debates e entrevistas;

IV — no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas no registro no prazo de oito dias.

Art. 120. A falta de registro das declarações exigidas no artigo anterior ou de averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários mínimos da região.

§ 1º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a vinte dias, para registro ou alteração das declarações.

§ 2º A multa será liminarmente aplicada pela autoridade judiciária, cobrada por processo executivo, mediante ação do Ministério Público, depois que, marcado pelo juiz, não fôr cumprido o despacho.

§ 3º Se o registro ou alteração não fôr efetivado no prazo referido no § 1º dêste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) tôda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 121. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do artigo 118, de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário.

Art. 122. No exame dos requisitos a que se refere o artigo 119, atenderá o oficial do registro, no que couber, ao disposto na Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 123. O processo do registro será o mesmo prescrito na parte final do artigo 117.

TÍTULO IV

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES

Art. 124. No registro de títulos e documentis será feito o registro:

I — dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor, bem como da cessão de créditos e de outros direitos por êles criados, para valer contra terceiros, e do pagamento com sub-rogação;

II — do penhor comum sôbre coisas móveis;

III — da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bôlsa, ao portador;

IV — do contrato de penhor de animais não compreendido nas disposições do artigo 10 da Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937;

V — do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

VI — do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (artigo 19, § 2º, do Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934);

VII — facultativa de quaisquer documentos, para sua conservação;

§ 1º À margem das respectivas transcrições, serão averbadas quaisquer ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas, que nos atos figurem, inclusive a prorrogação dos prazos.

§ 2º Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

Art. 125. Serão, também, aceitos pelos oficiais os contratos a que se referem os ns. II, IV e V do artigo anterior, constantes de escrituras públicas, quando levadas a registro.

Art 126. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para valerem contra terceiros:

1º) os contratos de locação de prédios não compreendidos nas disposições do artigo 1.197 do Código Civil;

2º) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia do cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos;

3º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual fôr a natureza do compromisso por elas abonado;

4º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições;

5º) os contratos de compra e venda em prestações, a prazo, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessa de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária;

6º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, quando têm que produzir efeitos em repartições da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios, e dos municípios, ou em qualquer instância, juízo ou tribunal;

7º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor dêstes, qualquer que seja a forma que revistam;

8º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais fôr determinada a entrega pelas alfândegas e mesas de rendas, de bens e mercadorias procedentes do exterior;

9º) os instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.

Art. 127. Dentro do prazo de sessenta dias da data da assinatura pelas partes, todos os atos enumerados no artigo 124 e seu § 1º, serão registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, o registro se fará em tôdas elas.

Art. 128. Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição, devendo, entretanto, o oficial, nas comarcas em que houver distribuidor, remeter ao mesmo, no prazo de 3 (três) dias, a nota respectiva.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO

Art. 129. No Registro de Títulos e Documentos haverá os seguintes livros, todos com 300 fôlhas:

Livro A — protocolo para apontamento de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diàriamente, para serem registrados, ou averbados;

Livro B — para transcrição integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;

Livro C — para registro, por extrato de títulos e documentos, para validade contra terceiros e autenticação de data;

Livro D — para registro de penhõres, cauções e contratos de parceria;

Livro E — Índice, por ordem cronológica e alfabética, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurem, por qualquer modo, nos livros de registros.

Art. 130. Os livros obedecerão os modelos atualmente usados e terão o comprimento e a largura dos utilizados pelos tabeliães de notas. Na parte superior de cada página se escreverá o título, a letra, o número e o ano que começar, além da autenticação, mecânica ou não, a que se refere o artigo 6º.

Art. 131. O juiz competente, em caso de afluência de serviço, poderá autorizar o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração, em ordem rigorosa.

Parágrafo único. Esses livros desdobrados terão as indicações de F, G, H, etc.

Art. 132. O protocolo deverá conter colunas para as seguintes anotações:

- 1.º) número de ordem, continuando, indefinidamente, nos seguintes;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) natureza do título e qualidade do lançamento (integral, resumido penhor, etc.);
- 4.º) nome do apresentante;
- 5.º) anotações e averbações.

Parágrafo único. Em seguida ao registro, farse-á, no protocolo, remissão ao número da página do livro em que foi êle lançado, mencionado-se, também, o número e página de outros livros em que houver quaisquer notas ou declarações concernentes ao mesmo ato.

Art. 133. O livro de registro integral de títulos conterá colunas, de acôrdo com o modelo e será escriturado como o livro de notas dos tabeliães, sendo antes de cada transcrição declarados o número de ordem e data do protocolo, e o nome do apresentante, ficando margem para anotações e averbações.

Art. 134. O livro de registro, por extrato, conterá coluna para as seguintes declarações:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) espécie e resumo do título;
- 4.º) anotações e averbações para lançamento das ocorrências que se derem a respeito do título, documento ou papel, no ato do apontamento ou depois dos respectivos lançamentos.

Art. 135. O livro do registro de penhóres, caução e contratos de parceria, será, também, escriturado por extrato, seguidamente com as seguintes colunas, abrangendo o verso de uma fôlha e a face da seguinte:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) espécie de ônus e especificação dos bens;
- 4.º) título;
- 5.º) nome, nacionalidade, profissão e domicílio do credor;
- 6.º) nome, nacionalidade, profissão e domicílio do devedor;
- 7.º) valor da dívida, juros, prazos, condições e penalidades;
- 8.º) averbações e anotações.

Parágrafo único. Na última coluna serão averbadas as prorrogações, cancelamentos, cessões, etc., sendo cada transcrição separada da outra por um traço horizontal, observadas as normas de escrituração do registro de imóveis no que forem aplicáveis.

Art. 136. O indicador pessoal será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de tôdas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro, e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.

Art. 137. Se a mesma pessoa já estiver mencionada no indicador, somente se fará, na coluna das anotações, uma referência ao número de ordem, página e número do livro em que estiver lançado o novo registro ou averbação.

Art. 138. Se no mesmo registro, ou averbação, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações.

Art. 139. Ao oficial é facultado efetuar o registro através de microfilmagem, nos termos da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e seu regulamento, desde que transcrito o documento, por extrato, em livro próprio.

CAPÍTULO III

REGISTRO E AVERBAÇÃO

Art. 140. O registro integral dos documentos consistirá na transcrição completa dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referências às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, às alterações, aos defeitos e vícios que tiver o original apresentado, e bem assim com menção precisa aos seus característicos exteriores, às formalidades legais, à qualidade e importância de selo pago, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita pela mesma forma em que estiverem escritos, se o interessado quiser.

§ 1.º Em seguida, na mesma linha, de maneira a não ficar espaço em branco, será conferido, concertado e feito o seu encerramento com as formalidades usadas pelos tabeliães, depois do que o oficial assinará o seu nome por inteiro.

§ 2.º Tratando-se de documento impresso, idêntico a outro já anteriormente registrado na íntegra, no mesmo livro, poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes, as características do objeto e demais dados constantes dos claros

preenchidos, fazendo-se remissão, quanto ao mais, àquele já registrado.

Art. 141. O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento da firma por tabelião, se houver, o nome dêste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo e da averbação, a importância e a qualidade do selo pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial.

Art. 142. O registro de contratos de penhor, caução e parceria, será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimentos e especificação dos objetos apenhados, em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem.

Parágrafo único. Serão considerados, nos contratos de parceria, credor, o parceiro proprietário, e, devedor, o parceiro cultivador ou criador.

Art. 143. Qualquer dos interessados poderá levar a registro os contratos de penhor e caução.

CAPÍTULO IV

ORDEM DE SERVIÇO

Art. 144. Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie do lançamento a fazer (registro integral, ou resumido, penhor ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie do lançamento no corpo do título do documento ou do papel.

Art. 145. Em seguida será feito no livro respectivo o lançamento (registro integral ou resumido ou averbação), e concluído este, se declarará no corpo do título, do documento ou do papel, número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando o oficial esta declaração e as demais folhas do título, do documento ou do papel.

Art. 146. Os títulos, os documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, quando para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no país e para valerem contra terceiros deverão, entretanto, ser ver-

tidos em português e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações passadas em língua estrangeira.

Parágrafo único. Para o registro resumido, tais documentos deverão ser sempre traduzidos.

Art. 147. Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial.

Art. 148. O apontamento do título do documento ou do papel no protocolo será feito em seguida e imediatamente um depois do outro, ainda que diversos os apresentados pela mesma pessoa e diferente a natureza do lançamento a fazer e, onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha horizontal, separando-o do seguinte, sendo, no fim do expediente diário, lavrado o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por este datado e rubricado.

Art. 149. O lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento no protocolo, quando não fôr obstado por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguem-se os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada pelo competente apontamento.

Art. 150. Cada registro ou averbação será dado e assinado por inteiro, de per si, pelo oficial, e separado um do outro por uma linha horizontal.

Art. 151. Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma pessoa, o registro e a averbação deverão ser imediatos, e, quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da prenotação. Em qualquer desses casos, o oficial, depois de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas, fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o número de ordem desta no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado, recibo que será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.

Art. 152. Nos termos de encerramento diário do protocolo, lavrados ao findar a hora regulamentar, deverão ser mencionados, pelos respectivos números, os títulos apresentados, cujos registros ficarem adiados, com a declaração dos motivos do adiamento.

Parágrafo único. Ainda que o expediente continue para ultimateção do serviço, nenhuma nova apresentação será admitida depois da hora regulamentar.

Art. 153. Quando o título, já registrado por extrato fôr levado a registro integral, ou exigido, simultaneamente pelo apresentante, o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior, e nas anotações do protocolo se farão referências reciprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.

Art. 154. O official não poderá recusar o registro de título, documento ou papel que lhe seja apresentado, salvo em se tratando dos atos enumerados nos artigos 124 e 125, caso em que serão observadas as disposições dos artigos 201 e 205, no que lhes fôr applicável.

§ 1.º Se tiver suspeita de falsificação, poderá sobrestar o registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo, entretanto, submeter a dúvida ao juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando, também os termos das alegações por este aduzidas.

§ 2.º O official não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, do título ou do papel, mas, tão somente pelos erros ou vícios no processo do registro, salvo quando agir de má fé, devidamente comprovada.

Art. 155. As procurações de próprio punho deverão trazer reconhecidas a letra e a firma do outorgante.

Art. 156. As fôlhas do título, do documento ou do papel, que tiver sido registrado, e as das certidões, serão rubricadas pelo official, antes de entregues aos apresentantes. As declarações no protocolo, bem como as dos registros e das averbações lançadas no título, no documento ou no papel, e as respectivas datas, poderão ser apostas por carimbo, sendo, porém, para autenticação, de próprio punho do official, ou de quem suas vêzes fizer, a assinatura ou a rubrica.

Art. 157. O official será obrigado, quando o apresentante requerer, a notificar do registro ou da averbação os demais interessados que figurarem no título, no documento, ou no papel apresentado, e a quaisquer terceiros que lhe sejam indicados, podendo requisitar dos officiaes de registro, em outros municípios, as notificações necessárias. Por esse processo, também poderão ser feitos avisos, denúncias e notificações, quando não fôr exigida a intervenção judicial.

§ 1.º Os certificados de notificação ou de entrega de registros serão lavrados nas colunas das anotações, no livro competente, à margem dos respectivos registros.

§ 2.º O oficial poderá propor à autoridade judiciária a que estiver subordinado um ou mais suboficiais juramentados para o serviço das notificações e demais diligências.

Art. 158. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, nos termos do artigo 138 do Código Civil, ressalvado o incidente de falsidade dêstes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1.º O apresentante do título para registro integral poderá, também, deixá-lo arquivado, em cartório ou a sua fotografia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.

§ 2.º Quando houver acúmulo de trabalho, um dos suboficiais poderá ser autorizado pelo juiz, a pedido do oficial, e sob sua responsabilidade, a passar e subscrever certidões.

Art. 159. O fato da apresentação de um título, de um documento ou de um papel, para registro ou averbação, não constituirá para o apresentante direito sobre o mesmo, desde que não seja o próprio interessado.

Art. 160. O título, documento ou papel, não compreendido nos artigos 124 a 126, poderá ser registrado, em resumo, ou integralmente, em qualquer tempo, para produzir efeitos contra terceiros, salvo se não tiver sido atendido o disposto no artigo 135 do Código Civil.

Art. 161. O contrato de penhor poderá, também, ser registrado no livro B, sem prejuízo do registro no livro D.

Art. 162. Os tabeliães e escrivães nos atos que praticarem farão sempre referência ao livro e fôlhas do registro de títulos e documentos, em que tenha sido lançada a transcrição dos mandatos de origem estrangeira, a que tenham de reportar-se.

CAPÍTULO V

CANCELAMENTO

Art. 163. O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença, ou de documento autêntico, de quitação ou de exoneração do título registrado.

Art. 164. Apresentado qualquer dêstes documentos, o oficial certificará na coluna das averbações, do livro respectivo, o cancelamento e a razão dêle, mencionando ainda o documento que o autorizou, datando e assinando a certidão, de tudo fazendo referência, nas anotações do protocolo.

Parágrafo único. Quando não fôr suficiente o espaço da coluna das averbações, será feito nôvo registro, com referências recíprocas, na dita coluna.

Art. 165. Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

Art. 166. O cancelamento do penhor poderá ser feito a pedido do devedor, apresentada a quitação do credor, com a firma reconhecida, se o documento fôr particular.

Parágrafo único. O mesmo direito competirá ao adquirente do objeto do penhor, por adjudicação, por compra, por sucessão ou remição, exibindo seu título, que será restituído, depois de registrado em sua íntegra.

TÍTULO V REGISTRO DE MÓVEIS

CAPÍTULO I ATRIBUIÇÕES

Art. 167. No registro de imóveis será feita:

a) a inscrição:

I — do instrumento público da instituição do bem de família;

II — do instrumento público das convenções antenupciais;

III — das hipóteses legais ou convencionais;

IV — dos empréstimos por obrigações ao portador, sociedades por ações, inclusive as conversíveis em ações (artigo 44 da Lei n° 4.728, de 14 de julho de 1965);

V — do penhor de máquinas e aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com seus respectivos pertences;

VI — das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;

VII — das citações de ações reais, ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis;

VIII — do memorial de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes a prazo em prestações (Decreto-lei n° 58, de 1937; Lei n° 4.591, de 1964; e Decreto-lei n° 271, de 28 de fevereiro de 1967).

IX — do contrato de locação de prédio, no qual tenha sido consignada cláusula de vigência, no caso de alienação da coisa locada (Código Civil, artigo 1.197);

X — dos títulos das servidões não aparentes, para a sua constituição;

XI — do usufruto e de uso sôbre imóveis e sôbre a habitação, quando não resultarem do direito de família;

XII — das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis por disposição de última vontade;

XIII — do contrato de penhor rural (Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937);

XIV — da promessa de compra e venda de imóvel não loteado, cujo preço deva pagar-se a prazo, em uma ou mais prestações, bem como das escrituras de promessa de venda de imóveis em geral (artigo 22 do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938);

XV — da enfiteuse;

XVI — da anticrese;

XVII — do memorial de incorporação (Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964);

XVIII — da cédula de crédito industrial (Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969);

XIX — das cédulas de crédito rural (Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1964).

b) a transcrição:

I — da sentença de desquite e de nulidade ou de anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a transcrição;

II — dos títulos relativos aos direitos reais sôbre imóveis, quer para a aquisição do domínio, quer para a validade contra terceiros;

III — dos títulos translativos da propriedade imóvel, entre vivos, para sua aquisição e extinção;

IV — dos julgados, nas divisórias, pelos quais se puser termo à indivisão;

V — das sentenças que, nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;

VI — dos atos de entrega de legados de imóveis, dos formais de partilha e das sentenças de adjudicação em inventários, quando não houver partilha;

VII — da arrematação e da adjudicação em hasta pública;

VIII — da sentença declaratória de usucapião para servir de título ao adquirente;

IX — da sentença declaratória da posse incontestada e contínua de uma servidão aparente nos termos do artigo 551 do Código Civil, para servir de título aquisitivo.

X — dos títulos transmissíveis ou dos atos renunciativos, para a perda da propriedade imóvel.

c) a averbação:

I — das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes ou posteriormente adquiridos pela cláusula do regime legal;

II — na inscrição da sentença de separação de dote;

III — do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;

IV — da cláusula de inalienabilidade imposta a imóveis pelos testadores e doadores;

V — por cancelamento da extinção dos direitos reais;

VI — dos contratos de promessa de compra e venda de terreno loteado, em conformidade com as disposições do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937;

VII — na transcrição da mudança de numeração, da construção, da reconstrução, da demolição e do desmembramento de imóveis;

VIII — da alteração do nome por casamento ou desquite;

IX — das promessas de cessão, da cessão ou da caução dos respectivos direitos aquisitivos.

Art. 168. Todos os atos enumerados no artigo 167 são obrigatórios e serão efetuados no cartório da situação do imóvel.

Parágrafo único. Em se tratando de imóveis situados em comarcas ou circunscrições territoriais limítrofes, o registro deverá ser feito em tôdas elas; o desmembramento territorial posterior não exige, porém, repetição do registro, já feito, no novo cartório.

Art. 169. Os atos relativos a vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha.

CAPÍTULO II ESCRITURAÇÃO

Art. 170. Haverá no registro de imóveis os seguintes livros, todos com 300 folhas:

Livro n.º 1 — protocolo;

Livro n.º 2 — registro geral;

Livro n.º 3 — emissão de debêntures;

- Livro n.º 4 — indicador real;
- Livro n.º 5 — indicador pessoal;
- Livro n.º 6 — registro de loteamentos;
- Livro n.º 7 — registro de incorporações;
- Livro n.º 8 — registro das cédulas de crédito rural;
- Livro n.º 9 — registro de cédulas de crédito industrial.

Parágrafo único. Além desses, haverá um livro auxiliar, também com 300 fôlhas.

Art. 171. O livro n.º 1 — Protocolo — será a chave do registro geral e servirá de apontamento de todos os títulos apresentados diariamente para serem registrados. Este livro determinará a quantidade e a qualidade de títulos, bem como a data de sua apresentação, o nome do apresentante e o seu número de ordem que seguirá, indefinidamente, nos livros posteriores, sem interrupção.

Art. 172. O livro n.º 2 — Registro Geral — será destinado ao registro dos atos translativos da propriedade, à inscrição dos direitos reais e aos demais atos não atribuídos especificamente a outros livros, e será escriturado pela forma seguinte:

a) o registro abrangerá o verso de uma fôlha e mais a face da seguinte;

b) este espaço será dividido e riscado em linhas perpendiculares, em número bastante para formar tantas colunas, quantos os requisitos do registro, inclusive a que deverá ficar em branco para as averbações;

c) em cada fôlha poderão ser feitos tantos registros quantos nelas couberem, conforme o número de imóveis e de seus requisitos e em atenção à probabilidade do número de averbações;

d) se todos, ou alguns dos requisitos, tiverem de ocupar mais de uma página, serão transportados para a seguinte, quando, porém, somente um dos requisitos do registro tiver de continuar no verso da fôlha seguinte, prosseguirá o respectivo lançamento, ocupando toda a largura disponível da mesma fôlha, até se completar, deixando-se, em todo o caso, livre a coluna destinada às averbações.

Parágrafo único. Os oficiais, mediante autorização do respectivo juiz, poderão — respeitada a precedência da prenotação — desdobrar o livro n.º 2 em tantos outros quantos se tornarem necessários para atender ao movimento do cartório até o limite de dez, classificando-os de acordo com o algarismo final do registro.

Art. 173. No livro n.º 3 — Emissão de Debêntures — dividido em colunas correspondentes aos requisitos exigidos, além da de averbações, serão inscritas as emissões de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, no livro n.º 2, da hipoteca, da anticrese e do penhor que abonarem, especialmente, ditas emissões.

Parágrafo único. A prioridade entre as séries de obrigações emitidas por uma sociedade se firmará pela ordem de inscrição.

Art. 174. O livro n.º 4 — Indicador Real — Será o repertório de todos os imóveis que figurarem nos livros ns. 2, 3, 6, 7, 8 e 9.

Art. 175. Para auxiliar a consulta, os oficiais que não se utilizarem do livro n.º 4 pelo sistema de ficha, farão um índice pelas ruas e números de cada circunscrição, quando se tratar de imóveis urbanos e pelos nomes e situações, quando rurais, podendo adotar, sob sua exclusiva responsabilidade, o sistema de fichas.

Parágrafo único. As repartições competentes do Distrito Federal, estados, territórios e municípios, são obrigadas a comunicar, ao oficial da circunscrição, nos dez dias seguintes a sua efetivação, tôdas as alterações ocorridas no sistema urbano, inclusive, no que concerne a nomes de logradouros e sua numeração, que serão averbadas *ex officio*, no registro de imóveis.

Art. 176. O livro n.º 5 — Indicador Pessoal — será dividido, alfabeticamente, e nêle se escreverão, por extenso, os nomes de tôdas as pessoas que, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro.

Art. 177. Se a mesma pessoa ou o mesmo imóvel, já estiver no indicador, real ou no pessoal, sòmente se fará referência na respectiva coluna ao número de ordem e à página do livro em o qual se lavrar o nôvo registro.

Art. 178. Se no mesmo ato figurar mais de uma pessoa, direta ou indiretamente, o nome de cada uma será lançado distintamente no indicador pessoal.

Art. 179. As indicações do indicador real ou do pessoal terão seu número de ordem especial, correspondendo o número de ordem dos imóveis à circunscrição onde estão situados.

Art. 180. Esgotadas as fôlhas destinadas a uma circunscrição no indicador real e pessoal, a escrituração continuará no livro seguinte, averbando-se o transporte no livro antecedente, ou no mesmo, em fôlhas aproveitáveis, feita a referência recíproca, no transporte. Da mesma forma proceder-se-á no caso de nova circunscrição criada ou transferida para o cartório.

Art. 181. No caso do artigo anterior, caberá, na distribuição das fôlhas do livro seguinte, maior número delas à circunscri-

ção cujas folhas estiverem esgotadas antes das distribuídas às outras circunscrições.

Art. 182. O livro n.º 6 — Registro de Loteamentos — na forma da lei respectiva, destinado à inscrição da propriedade loteada para a venda de lotes a prazo, em prestações sucessivas e periódicas, dividir-se-á em colunas correspondentes, aos requisitos, além de averbações, e será escriturado nos moldes e de acôrdo com o modelo previsto no anexo dêste Decreto-lei.

Art. 183. O livro n.º 7 — Registro de Incorporações — é destinado, na forma da lei respectiva, ao registro dos memoriais de incorporação.

Art. 184. O livro n.º 8 — Registro das Cédulas de Crédito Rural — é destinado ao registro de cédulas de crédito rural de que trata o Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, e obedecerá ao modelo criado pelo Decreto n.º 62.124, de 16 de janeiro de 1968.

Art. 185. O livro n.º 9 — Registro de Cédulas de Crédito Industrial — é destinado ao registro de cédulas de crédito industrial, de que trata o Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969.

Art. 186. O livro auxiliar será escriturado como livro de notas dos tabeliães, havendo, porém, entre os registros, um espaço formado por duas linhas horizontais, para nêle se escreverem o número de ordem e do registro e a referência aos números de ordem e as páginas dos demais livros, além da margem para as averbações.

Esse registro só se fará em casos expressos em lei, ou a requerimento da parte e às suas expensas, independentemente do que couber em outros livros.

Art. 187. No livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal serão registradas por extrato as convenções antenupciais, com referência aos nomes dos cônjuges, data, cartório, livro e fôlha onde foi lavrada a escritura e as cláusulas da convenção, sem prejuízo da averbação dos imóveis existentes e que forem sendo adquiridos, sujeitos a regime diverso do comum. Nêle serão registradas, ainda, em resumo, as convenções de condomínio (Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, art. 9.º), ficando arquivada no cartório uma via do respectivo instrumento.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE REGISTRO

Art. 188. Todos os títulos tomarão no protocolo a data de sua apresentação e o número de ordem que, em razão dela, lhe

competir, sendo nêle lançado o nome do apresentante e a identidade do título, reproduzindo-se neste a data e o número de ordem.

Parágrafo único. A prenotação será feita respeitando-se a ordem rigorosa de apresentação, comprovada pela nota de entrega do título, obedecerá a numeração infinita e conterá o nome do apresentante e a identidade do título.

Art. 189. A escrituração do protocolo incumbirá ao oficial titular, ao seu substituto legal ou a serventuário expressamente designado por aquêle e autorizado pelo juiz competente.

Art. 190. O número de ordem determinará a prioridade do título, e, esta, a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título, simultaneamente.

Art. 191. Pertencendo os imóveis permutados à jurisdição do mesmo officio, serão feitos dois registros com indicações recíprocas e números de ordem seguidos no protocolo e no livro respectivo, sendo também distintas e com referências recíprocas as anotações nos indicadores real e pessoal.

Art. 192. Tomada a data da apresentação e o número de ordem do protocolo, proceder-se-á ao registro, salvo nos casos adiante consignados.

Art. 193. Se fôr apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa a existência de outra anterior, o official, depois de prenotá-lo, esperará trinta dias que o interessado na outra promova o registro, com a devida preferência.

Esgotado êsse prazo, que correrá da data da apresentação, sem que apareça o primeiro título, o segundo será registrado e obterá preferência sôbre aquêle.

Art. 194. Não serão registrados no mesmo dia direitos reais contraditórios sôbre o mesmo imóvel.

Art. 195. Se as escrituras forem de dias diversos, prevalecerá, quando apresentadas no mesmo dia, a que primeiro foi lavrada.

Art. 196. O registro será feito pela simples exhibição do título, sem dependência de extratos.

Art. 197. Se o título fôr de natureza particular, deverá ser apresentado, ao menos, em duplicata, ficando um dos exemplares arquivado no cartório e sendo o outro, ou os demais, devolvido ao interessado, após o registro.

Parágrafo único. Em caso de permuta, serão pelo menos três os exemplares, sendo a transcrição feita obrigatoriamente em todos os imóveis permutados, ainda que só um dos interessados promova o registro.

Art. 198. Se existir uma só via do título, a parte apresentará com esta, que ficará arquivada, certidão do Registro de Títulos e Documentos.

Art. 199. Todo o registro será feito por extrato, salvo se a parte pedir que se faça por extenso, no livro auxiliar, sem prejuízo daquele, e com anotações recíprocas.

Art. 200. Se o imóvel não estiver lançado em nome do outorgante, o oficial exigirá a transcrição do título anterior, qualquer que seja sua natureza, para manter a continuidade do registro.

Parágrafo único. Quando o título anterior estiver registrado em outro cartório, o novo título será apresentado juntamente com certidão atualizada comprovadora do registro anterior e da inexistência de ônus.

Art. 201. Tomada a nota da apresentação e conferido o número de ordem, em conformidade com o artigo 192, o oficial verificará a legalidade e a validade do título, procedendo ao registro, se o mesmo estiver em conformidade com a lei, no prazo máximo de dez dias úteis, salvo no caso previsto no parágrafo único do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, em que o prazo será de três dias.

§ 1.º O oficial fará essa verificação no prazo improrrogável de cinco dias úteis, e poderá exigir que o apresentante ponha o documento em conformidade com a lei, concedendo-lhe, para isso, prazo razoável. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não podendo satisfazê-la, será o título, a seu requerimento e com a declaração da dívida, remetido ao juízo competente para decidi-la.

§ 2.º Em se tratando de propriedade territorial rural, desapropriada nos termos do Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, a verificação a que alude o parágrafo anterior será feita em quarenta e oito horas.

Art. 202. Prenotado o título e lançado nêla a dúvida, rubricará o oficial tôdas as suas fôlhas, remetendo-a ao juízo competente.

Art. 203. Comparecendo em juízo, o apresentante impugnará a dúvida do oficial, com os documentos que entender, e requererá ao juiz competente que, não obstante ela, mande proceder ao registro.

Parágrafo único. Se o apresentante se conformar com as razões da dúvida e preferir satisfazê-las, ser-lhe-á devolvido o título.

Art. 204. Decidindo o juiz que a dúvida procede, o respectivo escrivão remeterá, incontinenti, mandado contra o oficial, que cancelará a prenotação.

Parágrafo único. A denegação ao registro não impedirá, porém, o uso do processo contencioso competente.

Art. 205. Sendo a dúvida julgada improcedente, o interessado apresentará de novo o seu título, com o respectivo mandado, e o oficial procederá logo ao registro, declarando, na coluna das anotações, que a dúvida foi havida por improcedente por despacho do juiz.

Parágrafo único. O título que fôr objeto de dúvida, decidida esta, será restituído ao interessado, independentemente de traslado.

Art. 206. Da decisão que julgar a dúvida caberá apelação.

Art. 207. A prenotação valerá por trinta dias. Findo esse prazo cessarão, automaticamente, os seus efeitos, salvo nos casos do processos de dúvida para o juízo competente ou de registro da instituição do bem de família e do memorial de loteamento, hipótese em que seu perecimento ocorrerá após trinta dias da data da publicação do último edital.

Art. 208. Na impossibilidade de ser o título registrado, ou por não desejar o apresentante ultimar o registro, as despesas de que trata o artigo 17, serão restituídas ao apresentante, deduzida a importância correspondente à busca, cancelando-se a respectiva prenotação.

Art. 209. O registro começado dentro das horas fixadas não será interrompido, salvo motivo de força maior declarado, prorrogando-se a hora até ser concluído.

Art. 210. Durante a prorrogação, nenhuma nova apresentação será admitida, lavrando-se termo de encerramento no protocolo.

Art. 211. Todos os atos serão assinados pelo oficial, seu substituto legal ou serventuário expressamente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente. No título será declarado o registro feito, sendo restituído ao apresentante, depois de rubricadas tôdas as folhas.

Art. 212. De todos os atos do registro farão os oficiais, no título, um lançamento resumido, nêle consignando, obrigatoriamente, os ônus que porventura recaiam sobre o imóvel registrado.

Art. 213. Se o teor do registro não exprimir a verdade poderá o prejudicado reclamar sua retificação, por meio do processo próprio.

Art. 214. Os erros cometidos na tomada de indicação constantes dos títulos poderão ser retificados, a requerimento do interessado, mas só produzirão efeitos daí em diante, salvo quanto

aos enganos evidentes cometidos no registro e que não possam acarretar prejuízos a terceiros, os quais serão corrigidos pelo oficial, com as devidas cautelas.

Art. 215. As nulidades de pleno direito do registro uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.

Art. 216. São nulos os registros feitos após sentença de abertura de falência ou do termo legal nela fixado, salvo se a apresentação tiver sido feita anteriormente.

Art. 217. Também o registro poderá ser retificado ou anulado pelas decisões contenciosas proferidas em ações, anulações de atos jurídicos ou que declararem sua nulidade de pleno direito sobre fraude de credores, quer em ação direta, quer indiretamente, quando rejeitados embargos de terceiro senhor e possuidor, em execução ou em ação executiva, salvo os direitos adquiridos por estranhos, de boa fé e a título oneroso.

CAPÍTULO IV

PESSOAS

Art. 218. O registro será promovido por qualquer interessado.

Parágrafo único. Nos atos a título gratuito, o registro poderá ser também promovido pelo transferente, acompanhado da prova da aceitação do beneficiado.

Art. 219. O registro do penhor rural independe do consentimento do credor hipotecário.

Art. 220. As despesas com o registro incumbirão ao interessado que o requer, salvo convenção em contrário.

Art. 221. Serão considerados, para os fins da escrituração, credores e devedores, respectivamente:

Nas servidões, o dono do prédio dominante e serviente;

No uso, o usuário e o proprietário;

Na habitação, o habitante e o proprietário;

Na anticrese, o mutuante e o mutuário;

No usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;

Na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;

Na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;

Na locação, o locatário e o locador;

Nas promessas de compra e venda, o promitente-comprador e o promitente-vendedor;

Nas penhoras e ações, o autor e o réu.

CAPÍTULO V

TÍTULOS

Art. 222. Serão sòmente admitidos a registro:

a) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas.

Parágrafo único. Quando o instrumento de que trata a letra "a" fôr lavrado em outra comarca, ficará o mesmo arquivado no cartório em que se proceder ao registro.

c) autos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público legalizados e traduzidos, competentemente, no idioma nacional e registrados no cartório de títulos e documentos;

d) cartas de sentença, mandados, formais de partilha e certidões extraídas de processo.

Art. 223. Em tôdas as escrituras e atos relativos a imóveis, os tabeliães e escrivães farão referência ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários nos autos de partilha.

Parágrafo único. Nas escrituras lavradas em decorrência de autorização judicial; serão mencionados por certidão, e breve relatório, com tôdas as minúcias que permitam identificá-los, os respectivos alvarás.

CAPÍTULO VI

TRANSCRIÇÃO

Art. 224. Estarão sujeitos a registro no livro n. 2, para operarem a transferência do domínio, os seguintes atos :

I — compra e venda pura ou condicional;

II — permuta;

III — dação em pagamento;

IV — transferência de quota a sociedades, quando fôr constituída por imóveis;

V — doação entre vivos;

VI — dote;

VII — arrematação e adjudicação em hasta pública;

VIII — sentença que, nos inventários e partilhas, adjudicar bens em pagamento de dívidas da herança;

IX — em geral, os demais contratos translativos de imóveis.

Art. 225. Serão registrados no livro n.º 2, para valerem contra terceiros e permitir a disponibilidade dos imóveis, as sentenças declaratórias que servirem de título ao adquirente por usucapião.

Art. 226. Serão registrados no livro n.º 2, os formais de partilha em inventários, conseqüentes à sentença de desquite, e de nulidade ou de anulação de casamento, em relação aos imóveis nêles compreendidos, para valerm contra terceiros e para permitirem a disponibilidade, com as mesmas indicações.

Art. 227. Serão sujeitos a registro no livro n.º 2, em qualquer tempo, simplesmente para permitirem a disponibilidade dos imóveis, os julgados nas ações de divisão, de demarcação e de partilha, bem como os atos *inter vivos* de demarcação amigável e aquêles pelos quais se puser termo à indivisão.

Art. 228. Também serão registrados, para o mesmo fim, a do livro n.º 2, os atos de entrega de legados de imóveis e as sentenças de adjudicação em inventário.

Art. 229. Em qualquer caso, não se poderá fazer o registro sem que antes tenha sido registrado o título anterior, e, quando nenhum haja, do último anterior ao Código Civil, salvo se este não estivesse obrigado a registro, segundo direito então vigente, de modo a assegurar a continuidade do registro de cada imóvel, entendendo-se por disponibilidade a faculdade de registrar alienações ou onerações dependentes, assim, do registro anterior.

Parágrafo único. Quando houver promessa de venda, será esta registrada ou averbada, sem qualquer ônus, para que possa ser registrada a escritura definitiva.

Art. 230. O registro do título do domínio direto aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa, e será feito no livro n.º 2.

Art. 231. O cancelamento dos registros decorre das subseqüentes transferências, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 232. São requisitos do registro para a transferência da propriedade imóvel, em qualquer caso:

- 1.º) o número de ordem e o da anterior transcrição;
- 2.º) a data;
- 3.º) a circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local;
- 4.º) A denominação do imóvel, se rural, e a rua e número, se urbano;
- 5.º) as características e confrontações do imóvel;
- 6.º) o nome, domicílio, estado civil, nacionalidade e profissão do adquirente;
- 7.º) o nome, domicílio, estado civil, nacionalidade e profissão do transmitente;
- 8.º) a forma do título, data e nome do tabelião, ou do juiz e do escrivão;

- 9.º) o título de transmissão;
- 10.º) o valor do contrato;
- 11.º) as condições do contrato, com tôdas as cláusulas adjetadas que possam afetar a terceiros e de necessária publicidade.

Parágrafo único. Serão dispensados os requisitos referidos nos itens 3º, 4º e 5º nos registros posteriores, se, com relação aos mesmos não tiver havido qualquer alteração.

Art. 233. Para efeito do disposto no artigo anterior, os tabeliães e escrivães farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais os outorgantes e autôres indiquem, com precisão, as confrontações e a localização do prédio ou do terreno, mencionando os nomes dos confrontantes, e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este fica do lado par ou ímpar do logradouro e a que distância métrica do prédio ou da esquina mais próxima", exigindo dos mesmos certidões do registro imobiliário.

CAPÍTULO VII

INSCRIÇÃO

Art. 234. Estão sujeitos a registro no mesmo livro nº 2º usufruto, o uso e a habitação, salvo quando resultarem de direito de família, a constituição de rendas vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade, e as servidões, mesmo aparentes.

Art. 235. O registro da anticrese no livro nº 2 declarará, também, o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.

Art. 236. Estão sujeitos a registro no livro nº 2 tôdas as constituições de direitos reais reconhecidas por lei, quer entre vivos, quer *mortis-causa*, para valerem contra terceiros e permitirem a disponibilidade, sendo declarados os seguintes requisitos:

- 1º) o número de ordem e o da transcrição do imóvel;
- 2º) a data;
- 3º) a circunscrição onde está situado o imóvel;
- 4º) a denominação do imóvel, se rural, e a rua e número, se urbano;
- 5º) as características e confrontações;
- 6º) o nome, civil, profissão, nacionalidade do credor;
- 7º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade do devedor;
- 8º) o ônus;
- 9º) o título do ônus, com tôdas as condições e especificações;
- 10) o valor da coisa ou da dívida, prazo desta e mais indicações, conforme o caso.

Parágrafo único. Quando o imóvel já constar transcrito no livro nº 2 serão dispensados os requisitos dos itens 3º, 4º e 5º.

Art. 237. Será registrada no livro nº 2, para validade com relação a terceiros, e com os mesmos requisitos do artigo 236, a promessa de venda de imóvel não loteado.

Art. 238. Será, também, registrada no livro nº 2, simplesmente para permitir a constituição, se fôr o caso, ou disponibilidade, a sentença declaratória de posse de uma servidão aparente pelo decurso de 10 (dez) a 15 (quinze) anos. (Código Civil, artigo 698).

Art. 239. Será registrado no livro nº 2, o penhor rural com os mesmos requisitos dos números I a VII do § 2º da Lei nº 492, de 30 de julho de 1937.

Art. 240. Serão registrados no livro nº 2 os contratos de locação de imóveis com cláusula expressa de vigência contra adquirente, sob os mesmos requisitos indicados no artigo 236, e mais o valor do contrato, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento, e a pena convencional.

Art. 241. Será registrado no livro nº 2 o penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences.

Art. 242. Serão registradas no livro nº 2 as hipotecas de qualquer espécie, inclusive as que abonarem emissões de debêntures, devendo o registro conter, além dos requisitos enumerados no artigo 236, mais os seguintes:

1º) valor de crédito e do imóvel, ou sua estimativa por acôrdo entre as partes;

2º) juros, penas e mais condições necessárias.

Parágrafo único. Quando o imóvel pertencer a terceiro que o tiver hipotecado em garantia de dívida alheia, serão também registrados o seu nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio.

Art. 243. As hipotecas legais e judiciais devem ser especializadas para o registro, sendo renovada a especialização ao cabo de 20 (vinte) anos, embora o registro valha enquanto perdurar a obrigação.

Parágrafo único. No registro das hipotecas legais serão declaradas, na coluna das averbações, a data de início e a origem da responsabilidade.

Art. 244. O registro das hipotecas convencionais valerá por vinte anos, findos os quais só será mantido o número anterior, se tiverem sido reconstituídas por novo título e novo registro.

Art. 245. A prioridade das hipotecas de qualquer natureza será regulada exclusivamente pelo número de ordem do protocolo, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 193 e 195.

Art. 246. A hipoteca legal será especializada para determinação do valor da responsabilidade e da designação dos imóveis, de acordo com o disposto nas leis processuais, devendo constar sempre do título os requisitos exigidos para o registro.

Art. 247. Incumbirá ao marido, ou ao pai, requerer o registro e a especialização da hipoteca legal da mulher casada, da forma da legislação processual.

§ 1º O oficial público que lavrar escritura do dote, ou lançar em nota a relação dos bens particulares da mulher, comunicá-los-á, *ex-officio*, com todos os elementos necessários, aos oficiais de registro em que estiverem situados os imóveis, a que se referir a escritura, bem como notificará ao responsável, para efetuar a inscrição da hipoteca em seus bens, no prazo de 8 (oito) dias, o que tudo anotará à margem do livro.

§ 2º Esse aviso servirá para o oficial levantar dúvida quanto a registros posteriores e será declarado nas certidões pedidas sobre os ditos imóveis, mas não importará, por si só, em ônus real.

§ 3º Considerar-se-ão interessados em requerer o registro dessa hipoteca, no caso de não o fazer o marido, ou o pai, no prazo de 8 (oito) dias, o dotador, a própria mulher e qualquer de seus parentes sucessíveis, bem como o testamenteiro do espólio em que houver legado ou herança nesses casos.

Art. 248. Incumbirá requerer o registro e especialização da hipoteca legal dos incapazes:

I — ao pai, à mãe, ao tutor, ou ao curador, antes de assumir a administração dos respectivos bens, e, em falta daqueles, ao Ministério Público e ao juiz competente;

II — ao inventariante ou ao testamenteiro, antes de entregar o legado ou a herança;

III — não o fazendo as pessoas acima indicadas, no prazo de 8 (oito) dias, qualquer parente sucessível do incapaz poderá fazê-lo.

Parágrafo único. O escrivão, em se assinando termo de tutela ou de curatela, remeterá *ex-officio*, e com a possível brevidade, uma cópia dele instruída com a relação dos imóveis do incapaz, ao ofício do registro, nos mesmos termos e sob os mesmos efeitos consignados nos §§ 1º e 2º do artigo anterior, sem prejuízo da comunicação ao interessado para que promova o registro.

Art. 249. Incumbirá ao ofendido ou aos seus herdeiros promover o registro da hipoteca legal que lhe assistir.

§ 1º Se fôr incapaz, caberá ao seu representante legal promovê-la, para satisfação do estatuído no item VI do artigo 827 do Código Civil.

§ 2º Ao Ministério Público competirá requerer o registro no caso do nº VII do artigo 827 do Código Civil, e, *ex-officio*, quando o ofendido o solicitar.

Art. 250. O registro da hipoteca dos bens dos responsáveis para com a Fazenda Pública será requerido por eles mesmos e, em sua falta, pelos seus procuradores e representantes fiscais.

Art. 251. As pessoas a quem incumbir o registro e a especialização das hipotecas legais, ficarão sujeitas a perdas e danos pela omissão, bem como os escrivães e tabeliães aos quais incumbirá remessa de avisos e comunicações e os juizes encarregados da fiscalização.

§ 1º Os testamenteiros, tutores ou curadores que não promoverem o registro perderão suas vintenas e prêmios e não terão julgadas suas contas sem a comprovação do cumprimento daquele ato, devendo os últimos ser imediatamente removidos.

§ 2º A indenização não isentará os funcionários culpados da responsabilidade criminal; incorrerão, também, nas penas do crime de estelionato, os responsáveis que, antes do registro da hipoteca legal, alienarem ou onerarem, imóveis sujeitos a responsabilidade.

Art. 252. Considerar-se-á especializada e, apenas, dependente de registro, mediante formal de partilha, a hipoteca de co-herdeiro sobre o imóvel adjudicado ao reponente.

Parágrafo único. Será, também, permitido o registro da hipoteca a favor ou contra os cônjuges meeiros, nos termos da partilha.

Art. 253. Serão considerados especializadas, quanto ao valor da responsabilidade, as hipotecas do marido para garantir o dote estimado na escritura de pacto antenupcial, ou os bens excluídos da comunhão, e da Fazenda Pública quanto às fianças contadas.

Art. 254. Tornando-se insuficientes os bens dados em hipoteca legal, será exigível o seu refôrço, podendo a mesma ser também substituída por caução de títulos da dívida pública federal ou estadual recebidos pelo valor de sua cotação mínima, no ano em curso.

Art. 255. Considerar-se-á, também, especializada, e apenas dependente de registro, a hipoteca judicial, mediante mandado ou

carta de sentença, quando esta fôr líquida, quanto aos bens existentes em posse do condenado, ou alienados em fraude de execução. Em caso contrário, apurar-se-á, provisoriamente, o valor da responsabilidade sem prejuízo do processo de liquidação.

§ 1º Mesmo a sentença recorrida, qualquer que seja o seu efeito, autorizará o registro, com caráter condicional, fazendo-se observação a respeito.

§ 2º O credor indicará, em petição, os imóveis sôbre os quais deve recair o registro com os requisitos necessários ficando salvo ao devedor, requerer ao juiz competente a redução ou substituição dos imóveis apontados.

Art. 256. Serão registradas, também no livro nº 2, as hipotecas, anticreses e penhões que abonarem especialmente empréstimos, sob debêntures, no cartório da situação dos imóveis, nos termos da legislação em vigor, registro que será provisório para ratificação dentro de 6 (seis) meses, a requerimento da sociedade ou de qualquer credor.

Art. 257. No livro nº 3 será feito, porém, o registro das emissões de debêntures, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, e sob os seguintes requisitos:

- 1º) número de ordem;
- 2º) data;
- 3º) nome, objeto e sede da sociedade;
- 4º) data da publicação na fôlha oficial, de seus estatutos, bem como das alterações por que tiverem passado;
- 5º) data da publicação oficial da ata da assembléia geral que resolveu a emissão e lhe fixou as condições, precisando-se os jornais em que essa publicação foi feita;
- 6º) importe dos empréstimos anteriormente emitidos pela sociedade;
- 7º) o número e valor nominal das obrigações, cuja emissão se pretende, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições de amortização, ou do resgate e do pagamento dos juros;
- 8º) e, tratando-se de debêntures conversíveis em ações, além dos requisitos acima, os prazos fixados para o exercício do direito à conversão e as bases dela, relativamente ao número de ações a serem emitidas por debêntures ou entre o valor do principal destas e das ações em que forem convertidas (Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 44).

Art. 258. Serão, ainda, registrados no livro nº 2 os instrumentos públicos de instituição do bem de família, após publicados os editais exigidos pela lei processual civil.

Art. 259. Serão registrados no livro nº 2 as penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis, à vista da certidão do escrivão, da qual conste, além dos requisitos a que se refere o artigo 236, o nome e a categoria do juiz, do depositário e os das partes, e a natureza do processo.

Parágrafo único. A certidão será dada pelo escrivão, com a declaração do fim especial a que se destina, após a entrega do mandado, devidamente cumprido em cartório.

Art. 260. O registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

Art. 261. No livro nº 6 será feito o registro da propriedade loteada para a venda de lotes a prazo, em prestações, com os mesmos requisitos do artigo 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.

Art. 262. No livro nº 7 será registrado o memorial de incorporação de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 263. No livro nº 8 serão registradas as cédulas de crédito rural de que trata a Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 264. No livro nº 9 serão registradas as cédulas de crédito industrial, a que se refere o Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969.

Art. 265. Serão registradas no livro auxiliar as convenções de condomínio (Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964).

Art. 266. As escrituras antenupciais serão registradas no livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal, nos termos do artigo 187, sem prejuízo de sua averbação obrigatória, no lugar da situação dos imóveis existentes, ou que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

Parágrafo único. Sempre que fôr possível, será feita essa averbação nos casos de casamento, em que o regime fôr determinado por lei, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência.

CAPÍTULO VIII

AVERBAÇÃO E CANCELAMENTO

Art. 267. Em todos os livros de registro haverá uma coluna própria destinada:

I — ao cancelamento:

a) das ações reais, ou pessoais reipersecutórias, inclusive possessórias, quando fôr o caso;

b) das ações de retificação de registro;

II — da averbação:

a) das decisões, recursos e seus efeitos;

b) das sentenças de separação de dote;

c) do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;

d) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como a constituição de fideicomisso;

e) da mudança de numeração, da edificação, da reconstrução, do desmembramento, da demolição, da alteração do nome por casamento ou desquite, ou, ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nêles interessadas.

Parágrafo único. A averbação das circunstâncias a que se refere o item II, letra «e», será feita a requerimento do interessado, com a firma que comprove a ocorrência, fornecido pela autoridade competente. A alteração do nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do registro civil.

Art. 268. As averbações serão feitas pela mesma forma prevista no parágrafo único do artigo anterior, e abrangerão, também, além dos casos já expressamente indicados, as promessas de cessão, as cessões, as cauções de direitos aquisitivos, as cédulas hipotecárias, as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterarem o registro, em relação aos imóveis, e às pessoas que, nêles, figurem, inclusive a prorrogação do prazo da hipoteca, nos termos do artigo 817 do Código Civil.

Art. 269. À margem do registro da propriedade loteada, no livro nº 6, serão averbados os contratos de promessa de compra e venda de lotes a prazo em prestações, quer por escrito particular, quer por escritura pública, não só para sua validade jurídica, como para assegurar ao promitente-comprador direito real oponível a terceiros, nos termos do artigo 5º do Decreto-lei nº 56, e Decreto nº 3.079, de 10 de dezembro de 1937, e 15 de setembro de 1931, respectivamente.

Art. 270. À margem do registro do memorial de incorporação, no livro nº 7, serão averbados os contratos de compra e venda, de promessa de venda, de promessa de cessão ou de cessão das unidades autônomas, bem como as transferências ou rescisões dos respectivos atos compromissórios, e, ainda, as cauções de direitos aquisitivos.

Art. 271. O cancelamento efetuar-se-á mediante certidão escrita na coluna das averbações do livro competente, datada e

assinada pelo oficial, por seu substituto legal ou por serventuário por êle expressamente designado e autorizado pelo juiz competente, que certificará a razão do cancelamento e o título em virtude do qual foi êle feito.

Art. 272. O cancelamento poderá ser total, ou parcial, e se referir a qualquer dos atos do registro, sendo promovido pelos interessados, mediante sentença definitiva, ou documento hábil, ou, ainda, a requerimento de ambas as partes, se capazes e conhecidas do oficial.

Art. 273. O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.

Art. 274. O dono do prédio serviente terá direito a cancelar a servidão, nos casos dos artigos 709 e 710 do Código Civil.

Art. 275. O foreiro poderá averbar a renúncia de seu direito, sem dependência do consentimento do senhorio direto, nos termos do artigo 687 do Código Civil.

Art. 276. O registro, enquanto não fôr cancelado, produzirá todos os seus efeitos legais, ainda que por outra maneira se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

Parágrafo único. Aos terceiros prejudicados, será lícito, em juízo, fazer: prova da extinção dos ônus reais e promover o seu cancelamento.

Art. 277. O cancelamento não poderá ser feito em virtude de sentença sujeita a recurso, qualquer que seja seu efeito, mesmo o extraordinário, interposto para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 278. O cancelamento do registro não importará em extinção do direito real que não estiver extinto, sendo, em tal caso, lícito ao credor promover novo registro o qual, no entanto, só será possível a terceiros a partir da renovação do registro.

Parágrafo único. Outrossim, se o cancelamento se fundar na nulidade do registro e não na do título, poderá ser aquêle renovado, só valendo, porém, desde a nova data.

Art. 279. O cancelamento da hipoteca só poderá ser feito em virtude de execução promovida pelo credor hipotecário, ou em processo administrativo, ou contencioso, em que tiver sido notificado, nos termos do artigo 826 do Código Civil; em caso contrário, a hipoteca continuará gravando o imóvel, mesmo registrado em nome do adquirente.

TÍTULO VI

REGISTRO DA PROPRIEDADE

LITERÁRIA, CIENTÍFICA E ARTÍSTICA

Art. 280. O registro da propriedade literária, científica e artística será feito na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional de Música ou na Escola Nacional de Belas Artes, conforme a natureza da produção, para segurança do direito do proprietário.

Art. 281. Sendo a produção de caráter misto, será registrada no estabelecimento que fôr mais compatível com a natureza predominante da mesma produção, podendo o interessado registrá-la em todos os estabelecimentos com os quais tiver relação.

Art. 282. As obras literárias e científicas, cartas geográficas e quaisquer outros escritos, inclusive composições teatrais, serão registrados na Biblioteca Nacional; as composições musicais, no Instituto Nacional de Música, e as obras de caráter artístico, inclusive fotografias e filmes cinematográficos, na Escola Nacional de Belas Artes.

Art. 283. Para obter o registro, o autor ou o proprietário da obra nos termos da lei civil original ou traduzida, divulgada por tipografia, litografia, gravura, modelagem ou qualquer outro sistema de reprodução, deverá requerê-lo, por si ou por procurador, ao diretor do estabelecimento que competir e aí depositará dois exemplares em perfeito estado de conservação.

§ 1º As composições teatrais poderão ser registradas mediante duas cópias datilografadas, rubricadas pelo autor.

§ 2º As obras de pintura, arquitetura, desenho, planos, gravuras, esboços ou de outra natureza, mediante dois exemplares das respectivas fotografias, perfeitamente nítidas, conferidas com o original, com as dimensões mínimas de 0,18 m x 0,24 m.

Art. 284. A cada obra a ser registrada deverá corresponder um requerimento, em o qual se fará declaração expressa da nacionalidade e do domicílio do autor, da nacionalidade e do domicílio do proprietário atual no caso de ter havido transferência de direitos, do título da obra, do lugar e do tempo da publicação, do sistema de reprodução que houver sido empregado e de todos os característi-

cos que à mesma obra forem essenciais, de modo a ser possível distingui-la em todo o tempo de qualquer outra congênere.

Parágrafo único. Qualquer dos colaboradores da obra, feita em comum, poderá requerer o registro.

Art. 285. O diretor do estabelecimento em que tiver de se efetuar o registro poderá exigir, quando julgar necessário, prova da nacionalidade e do domicílio do autor, ou do proprietário, bem como a do tempo da publicação.

Art. 286. No caso de permissão para ser traduzida ou reduzida a compêndio alguma obra não entregue ao domínio comum, assim como no de contrato de edição ou no de cessão e sucessão, é indispensável que se faça a respectiva prova.

Art. 287. Haverá para o registro, em cada um dos estabelecimentos, um livro especial, que será aberto e encerrado pelo diretor e no qual será lavrado, em relação a cada obra, um termo diferente, que conterà um número de ordem, e todos os esclarecimentos necessários e que será assinado pelo secretário.

Art. 288. Um dos exemplares depositados será arquivado na secretaria, devidamente acondicionado, e o outro será destinado às coleções do estabelecimento, sendo lançado em ambos o número de ordem e a data do registro, e aplicado um carimbo com o nome do estabelecimento e as palavras do autor".

Art. 289. A certidão do registro, assinada pelo secretário e autenticada pelo diretor, conterà a transcrição integral do termo, com o número de ordem e o do livro em que o registro foi feito.

Parágrafo único. Às certidões do registro induzem a propriedade da obra, salvo prova em contrário.

Art. 290. Se duas ou mais pessoas requererem, ao mesmo tempo, o registro de uma mesma obra, ou de obras que pareçam idênticas ou sobre cuja autoria se tenha suscitado discussão ou controvérsia, não se fará o registro sem que se haja decidido, por acôrdo das partes ou em juízo competente, a quem cabem os direitos de autor.

Art. 291. Do mesmo modo se procederá, quando, depois de efetuado o registro de uma, fôr êle novamente requerido em nome de outra pessoa, caso em que, sendo decidido que os direitos cabem ao último requerente, se lavrará nôvo termo de registro, fazendo-se o cancelamento do anterior.

Art. 292. À margem dos termos do registro, serão averbadas as cessões, transferências, contratos de edições e mais atos

que disserem respeito à propriedade, que os interessados queiram tornar conhecidos de terceiros.

Art. 293. A relação das obras registradas será publicada, mensalmente, no *Diário Oficial*.

Art. 294. Das decisões dos diretores de estabelecimentos, admitindo ou negando registro por desconhecer o caráter literário, científico ou artístico da obra, ou por qualquer outro motivo, haverá recurso para o ministro de estado a que estiver subordinado o estabelecimento, sem prejuízo da ação judicial para registro, cancelamento ou averbação, subordinada em todos os seus termos, prescrições e regras às ações relativas à propriedade industrial e facultada a mesma defesa usual nos processos criminais relativos ao assunto.

Parágrafo único. O diretor do estabelecimento poderá ouvir, previamente, o parecer da Congregação, ou o Conselho Técnico do estabelecimento.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 295. Os oficiais do registro, com as necessárias cautelas, poderão substituir os livros referidos neste decreto-lei pelos de folhas soltas, que deverão conter os mesmos requisitos daqueles livros e cujo modelo deverá ser previamente submetido à aprovação da autoridade judiciária competente.

Art. 296. É dever dos oficiais de registro manter irrepreensível compostura e dignidade nas suas funções, acatar as ordens e determinações de seus superiores hierárquicos, cumprindo as suas decisões e exercendo com absoluta probidade o seu ofício.

Art. 297. É dever imperioso dos oficiais de registro o cumprimento das prescrições legais concernentes às suas atribuições e à fiel observância do regimento de custas.

Art. 298. Os oficiais de registro ficam sujeitos, no que lhes for aplicável, às disposições das respectivas leis de organiza-

ção judiciária referentes a nomeações, direitos, deveres e penalidades, substituições e impedimentos.

Art. 299. No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

Art. 300. Os emolumentos devidos pelos atos relativos ao sistema financeiro do Banco Nacional de Habitação gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 301. Nos casos de incorporação de bens imóveis do patrimônio público para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações da administração indireta ou para a formação do patrimônio de empresa pública, o oficial do respectivo registro de imóveis fará o novo registro em nome da entidade a que os mesmos foram incorporados ou transferidos, valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confrontações constantes do anterior.

§ 1º Servirá como título hábil para o novo registro o instrumento pelo qual a incorporação ou transferência se verificou, em cópia autêntica ou exemplar do órgão oficial no qual foi aquêle publicado.

§ 2º Na hipótese de não coincidência das características do imóvel com as constantes do registro existente, deverá a entidade ao qual foi o mesmo incorporado ou transferido promover a respectiva correção mediante termo aditivo ao instrumento de incorporação ou transferência e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações, sua descrição e caracterização.

§ 3º Para fins do registro de que trata o presente artigo, considerar-se-á como valor de transferência dos bens o constante do instrumento a que alude o § 1º.

Art. 302. Este decreto-lei entrará em vigor, em todo o território nacional, decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação, revogados a Lei nº 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939,

e demais disposições em contrário. Nesse dia lavrarão os oficiais termo de encerramento nos livros e dêle remeterão cópia ao juiz a que estiverem subordinados, podendo ser aproveitados os livros antigos que não contiverem grandes alterações, até o seu esgotamento, sem prejuízo do cumprimento integral das disposições dêste decreto-lei e iniciando-se nova numeração.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

Luís Antônio da Gama e Silva

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ANO 1919 1920 1921	REGISTRO ESPECIAL - LIVRO Nº 6 REGISTRO	MEMORIAL DE LOTAMENTO AVERBAÇÕES	ANO
021	038	043	050

[illegible]

ANO	REGISTRO ESPECIAL-LIVRO Nº 7	ANO	MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO
REGISTRO		AVERBAÇÕES	

[illegible]

DECRETO-LEI Nº 1.001 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal Militar

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CÓDIGO PENAL MILITAR

PARTE GERAL

LIVRO ÚNICO

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Princípio de legalidade

Art. 2º Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.

Lei supressiva de incriminação

§ 1º A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Retroatividade de lei mais benéfica

§ 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

Apuração da maior benignidade

Medidas de segurança

Art. 3º. As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

Lei excepcional ou temporária

Art. 4º. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Tempo do crime

Art. 5º. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

Lugar do crime

Art. 6º. Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

Territorialidade. Extraterritorialidade

Art. 7º. Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte, no território nacional, ou fora dêle, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

Território nacional por extensão

§ 1º. Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, ainda que de propriedade privada.

Ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros

§ 2º. É também aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Conceito de navio

§ 3º. Para efeito da aplicação dêste Código, considera-se navio toda embarcação sob comando militar.

Pena cumprida no estrangeiro

Art. 8º. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

Crimes militares
em tempo de paz

I — os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II — os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

f) por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, use armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal;

III — os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;

c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquêle fim, ou em obediência a determinação legal superior.

**Crimes militares
em tempo de
guerra**

Art. 10. Consideram-se crimes militares, em tempo de guerra:

I — os especialmente previstos neste Código para o tempo de guerra;

II — os crimes militares previstos para o tempo de paz;

III — os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente:

a) em território nacional, ou estrangeiro, militarmente ocupado;

b) em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo;

IV — os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

**Militares
estrangeiros**

Art. 11. Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

**Equiparação
a militar da
ativa**

Art. 12. O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra êle é praticado crime militar.

Militar da reserva
ou reformado

Art. 14. O defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime.

Defeito de incor-
poração

Art. 15. O tempo de guerra, para os efeitos da aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra, ou com o decreto de mobilização se nêle estiver compreendido aquêlê reconhecimento; e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.

Tempo de guerra

Art. 16. No cômputo dos prazos inclui-se o dia do comêço. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Contagem de
prazo

Art. 17. As regras gerais dêste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei penal militar especial, se esta não dispõe de modo diverso. Para os efeitos penais, salário mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da sentença.

Legislação espe-
cial. Salário-
mínimo

Art. 18. Ficam sujeitos às disposições dêste Código os crimes praticados em prejuízo de país em guerra contra país inimigo do Brasil:

Crimes praticados
em prejuízo de
país aliado

I — se o crime é praticado por brasileiro;

II — se o crime é praticado no território nacional, ou em território estrangeiro, militarmente ocupado por fôrça brasileira, qualquer que seja o agente.

Art. 19. Êste Código não compreende as infrações dos regulamentos disciplinares.

Infrações
disciplinares

Art. 20. Aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de um têrço.

Crimes praticados
em tempo de
guerra

Art. 21. Considera-se assemelhado o servidor, efetivo ou não, dos Ministérios da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, submetido a preceito de disciplina militar, em virtude de lei ou regulamento.

Assemelhado

Pessoa considera-
da militar

Art. 22. É considerada militar, para efeito da aplicação d'este Código, qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em pôsto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.

Equiparação a
comandante

Art. 23. Equipara-se ao comandante, para o efeito da aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.

Conceito de
superior

Art. 24. O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual pôsto ou graduação, considera-se superior, para efeito da aplicação da lei penal militar.

Crime praticado
em presença do
inimigo

Art. 25. Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

Referência a
«brasileiro» ou
«nacional»

Art. 26. Quando a lei penal militar se refere a «brasileiro» ou «nacional», compreende as pessoas enumeradas como brasileiros na Constituição do Brasil.

Estrangeiros

Parágrafo único. Para os efeitos da lei penal militar, são considerados estrangeiros os apátridas e os brasileiros que perderam a nacionalidade.

Os que se com-
preendem, como
funcionários da
Justiça Militar

Art. 27. Quando este Código se refere a funcionários, compreende, para efeito da sua aplicação, os juizes, os representantes do Ministério Público, os funcionários e auxiliares da Justiça Militar.

Casos de preva-
lência do Código
Penal Militar

Art. 28. Os crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares, definidos neste Código, excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.

TÍTULO II

DO CRIME

Relação de cau-
salidade

Art. 29. O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

§ 1º A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado. Os fatos anteriores, imputam-se, entretanto, a quem os praticou.

§ 2º A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; a quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua superveniência.

Art. 30. Diz-se o crime:

I — consumado, quando nêle se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

Crime consumado

II — tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Tentativa

Parágrafo único. Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

Pena de tentativa

Art. 31. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

Art. 32. Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime, nenhuma pena é aplicável.

Crime impossível

Art. 33. Diz-se o crime:

I — doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

Culpabilidade

II — culposo, quando o agente, deixando de empregar a cautela, atenção, ou diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levemente que não se realizaria ou que poderia evitá-lo.

**Excepcionalidade
do crime culposo**

Parágrafo único. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

**Nenhuma pena
sem culpabilidade**

Art. 34. Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado, pelo menos, culposamente.

Erro de direito

Art. 35. A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

Erro de fato

Art. 36. É isento de pena quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

Erro culposo

§ 1º Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente, se o fato é punível como crime culposo.

Erro provocado

§ 2º Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

**Erro sobre a
pessoa**

Art. 37. Quando o agente, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atinge uma pessoa em vez de outra, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir. Devem ter-se em conta não as condições e qualidades da vítima, mas as da outra pessoa, para configuração, qualificação ou exclusão do crime, e agravação ou atenuação da pena.

**Erro quanto ao
bem jurídico**

§ 1º Se, por erro ou outro acidente na execução, é atingido bem jurídico diverso do visado pelo agente, responde este por culpa, se o fato é previsto como crime culposo.

**Duplicidade do
resultado**

§ 2º Se, no caso do artigo, é também atingida a pessoa visada, ou, no caso do parágrafo anterior, ocorre ainda o resultado pretendido, aplica-se a regra do art. 79.

Art. 38. Não é culpado quem comete o crime:

a) sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade;

**Coação
irresistível**

b) em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

Obediência hierárquica

§ 1º. Responde pelo crime o autor da coação ou da ordem.

§ 2º. Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior.

Art. 39. Não é igualmente culpado quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.

Estado de necessidade, como excludente de culpabilidade

Art. 40. Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.

Coação física ou material

Art. 41. Nos casos do art. 38, letras a e b, se era possível resistir à coação, ou se a ordem não era manifestamente ilegal; ou, no caso do art. 39, se era razoavelmente exigível o sacrifício do direito ameaçado, o juiz, tendo em vista as condições pessoais do réu, pode atenuar a pena.

Atenuação de pena

Art. 42. Não há crime quando o agente pratica o fato:

Exclusão de crime

I — em estado de necessidade;

II — em legítima defesa;

III — em estrito cumprimento do dever legal;

IV — em exercício regular de direito.

Parágrafo único. Não há igualmente crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgen-

tes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

Estado de necessidade, como excludente do crime

Art. 43. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, é consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não era legalmente obrigado a arrostar o perigo.

Legítima defesa

Art. 44. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Excesso culposo

Art. 45. O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.

Excesso escusável

Parágrafo único. Não é punível o excesso quando resulta de escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação.

Excesso doloso

Art. 46. O juiz pode atenuar a pena ainda quando punível o fato por excesso doloso.

Elementos não constitutivos do crime

Art. 47. Deixam de ser elementos constitutivos do crime:

I — a qualidade de superior ou a de inferior, quando não conhecida do agente;

II — a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa a agressão.

TÍTULO III

DA IMPUTABILIDADE PENAL

Inimputáveis

Art. 48. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

Parágrafo único. Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, não fica excluída a imputabilidade, mas a pena pode ser atenuada, sem prejuízo do disposto no art. 113.

Redução facultativa da pena

Art. 49. Não é igualmente imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Embriaguez

Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 50. O menor de dezoito anos é inimputável, salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.

Menores

Art. 51. Equiparam-se aos maiores de dezoito anos, ainda que não tenham atingido essa idade:

Equiparação a maiores

- a) os militares;
- b) os convocados, os que se apresentam à incorporação e os que, dispensados temporariamente desta, deixam de se apresentar, decorrido o prazo de licenciamento;
- c) os alunos de colégios ou outros estabelecimentos de ensino, sob direção e disciplina militares, que já tenham completado dezessete anos.

Art. 52. Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezesseis inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.

TÍTULO IV

DO CONCURSO DE AGENTES

Co-autoria

Art. 53. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

Condições ou circunstâncias pessoais

§ 1º A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Agravação da pena

§ 2º A pena é agravada em relação ao agente que:

I — promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes;

II — coage outrem à execução material do crime;

III — instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;

IV — executa o crime, ou nêle participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

Atenuação da pena

§ 3º A pena é atenuada com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.

Cabeças

§ 4º Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

§ 5º Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

Casos de impunibilidade

Art. 54. O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

TÍTULO V

DAS PENAS

CAPÍTULO I

DAS PENAS PRINCIPAIS

Art. 55. As penas principais são:

Penas principais

- a) morte;
- b) reclusão;
- c) detenção;
- d) prisão;
- e) impedimento;
- f) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função;
- g) reforma.

Art. 56. A pena de morte é executada por fuzilamento.

Pena de morte

Art. 57. A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de sete dias após a comunicação.

Comunicação

Parágrafo único. Se a pena é imposta em zona de operações de guerra, pode ser imediatamente executada, quando o exigir o interesse da ordem e da disciplina militares.

Art. 58. O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos.

Mínimos e máximos genéricos

Art. 59. A pena de reclusão ou de detenção por tempo até dois anos, imposta a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida:

Pena até dois anos imposta a militar

I — pelo oficial, em recinto de estabelecimento militar;

II — pela praça, em estabelecimento penal militar, onde ficará separada de presos que estejam cumprindo pena disciplinar ou pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos.

Separação de praças especiais e graduadas

Parágrafo único. Para efeito de separação, no cumprimento da pena de prisão, atender-se-á, também, à condição das praças especiais e à das graduadas, ou não; e, dentre as graduadas, à das que tenham graduação especial.

Pena do assemelhado

Art. 60. O assemelhado cumpre a pena conforme o pôsto ou graduação que lhe é correspondente.

Pena dos não assemelhados

Parágrafo único. Para os não assemelhados dos Ministérios Militares e órgãos sob contrôlo destes, regula-se a correspondência pelo padrão de remuneração.

Pena superior a dois anos, imposta a militar

Art. 61. A pena privativa de liberdade por mais de dois anos, imposta a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta desta, em penitenciária civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime do estabelecimento a que seja recolhido.

Pena privativa da liberdade imposta a civil

Art. 62. O civil cumpre a pena imposta pela Justiça Militar em penitenciária civil ou, à falta, em seção especial de prisão comum, ficando sujeito ao regime do estabelecimento a que seja recolhido.

Cumprimento em penitenciária militar

Parágrafo único. Por crime militar praticado em tempo de guerra poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte, em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença.

Pena de impedimento

Art. 63. A pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar.

Pena de suspensão do exercício do pôsto, graduação, cargo ou função

Art. 64. A pena de suspensão do exercício do pôsto, graduação, cargo ou função consiste na agregação, no afastamento, no licenciamento ou na disponibilidade do condenado, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço. Não será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena.

Parágrafo único. Se o condenado, quando proferida a sentença, já estiver na reserva, ou reformado ou aposentado, a pena prevista neste artigo será convertida em pena de detenção, de três meses a um ano.

Caso de reserva,
reforma ou apo-
sentadoria

Art. 65. A pena de reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, não podendo perceber mais de um vinte e cinco avos do sôlido, por ano de serviço, nem receber importância superior à do sôlido.

Pena de reforma

Art. 66. O condenado a que sobrevenha doença mental deve ser recolhido a manicômio judiciário ou, na falta dêste, a outro estabelecimento adequado, onde lhe seja assegurada custódia e tratamento.

Superveniência de
doença mental

Art. 67. Computam-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, e o de internação em hospital ou manicômio, bem como o excesso de tempo, reconhecido em decisão judicial irrecurável, no cumprimento da pena, por outro crime, desde que a decisão seja posterior ao crime de que se trata.

Tempo
computável

Art. 68. O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.

Transferência de
condenados

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 69. Para fixação da pena privativa de liberdade, o juiz aprecia a gravidade do crime praticado e a personalidade do réu, devendo ter em conta a intensidade do dolo ou grau da culpa, a maior ou menor extensão do dano ou perigo de dano, os meios empregados, o modo de execução, os motivos determinantes, as circunstâncias de tempo e lugar, os antecedentes do réu e sua atitude de insensibilidade, indiferença ou arrependimento após o crime.

Fixação da pena
privativa de
liberdade

§ 1º Se são cominadas penas alternativas, o juiz deve determinar qual delas é aplicável.

Determinação da
pena

Limites legais
da pena

§ 2º Salvo o disposto no art. 76, é fixada dentro dos limites legais a quantidade da pena aplicável.

Circunstâncias
agravantes

Art. 70. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime:

I — a reincidência;

II — ter o agente cometido o crime:

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) depois de embriagar-se, salvo se a embriaguez decorre de caso fortuito, engano ou força maior;

d) à traição, de emboscada, com surpresa, ou mediante outro recurso insidioso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima;

e) com o emprego de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

f) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, velho ou enfermo;

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, enchimento, inundação, ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) estando de serviço;

m) com emprego de arma, material ou instrumento de serviço, para esse fim procurado;

n) em auditório da Justiça Militar ou local onde tenha sede a sua administração;

o) em país estrangeiro.

Parágrafo único. As circunstâncias das letras c, salvo no caso de embriaguez preordenada, l, m e o, só agravam o crime quando praticado por militar.

Art. 71. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

Reincidência

§ 1º Não se toma em conta, para efeito da reincidência, a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e o crime posterior, decorreu período de tempo superior a cinco anos.

Temporiedade da reincidência

§ 2º Para efeito da reincidência, não se consideram os crimes anistiados.

Crimes não considerados para efeito da reincidência

Art. 72. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

Circunstâncias atenuantes

I — ser o agente menor de vinte e seis ou maior de setenta anos;

II — ser meritório seu comportamento anterior;

III — ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ignorada ou imputada a outrem;

e) sofrido tratamento com rigor não permitido em lei.

Parágrafo único. Nos crimes em que a pena máxima cominada é de morte, ao juiz é facultado atender, ou não, às circunstâncias atenuantes enumeradas no artigo.

Não atendimento de atenuantes

Art. 73. Quando a lei determina a agravção ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

"Quantum" da agravção ou atenuação

Mais de uma
agravante ou
atenuante

Art. 74. Quando ocorre mais de uma agravante ou mais de uma atenuante, o juiz poderá limitar-se a uma só agravação ou a uma só atenuação.

Concurso de
agravantes e atenuantes

Art. 75. No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente, e da reincidência. Se há equivalência entre umas e outras, é como se não tivessem ocorrido.

Majorantes
e minorantes

Art. 76. Quando a lei prevê causas especiais de aumento ou diminuição da pena, não fica o juiz adstrito aos limites da pena cominada ao crime, senão apenas aos da espécie de pena aplicável (art. 58).

Parágrafo único. No concurso dessas causas especiais, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

Pena-base

Art. 77. A pena que tenha de ser aumentada ou diminuída, de quantidade fixa ou dentro de determinados limites, é a que o juiz aplicaria, se não existisse a circunstância ou causa que importa o aumento ou diminuição.

Criminoso habitual ou por tendência

Art. 78. Em se tratando de criminoso habitual ou por tendência, a pena a ser imposta será por tempo indeterminado. O juiz fixará a pena correspondente à nova infração penal, que constituirá a duração mínima da pena privativa da liberdade, não podendo ser, em caso algum, inferior a três anos.

Limite da pena indeterminada

§ 1º A duração da pena indeterminada não poderá exceder a dez anos, após o cumprimento da pena imposta.

Habitualidade presumida

§ 2º Considera-se criminoso habitual aquele que:

a) reincide pela segunda vez na prática de crime doloso da mesma natureza, punível com pena privativa de liberdade em período de tempo não superior a cinco anos, descontado o que se refere a cumprimento de pena;

b) embora sem condenação anterior, comete sucessivamente, em período de tempo não superior a cinco anos, quatro ou mais crimes dolosos da mesma natureza, puníveis com pena privativa de liberdade, e demonstra, pelas suas condições de vida e pelas circunstâncias dos fatos apreciados em conjunto, acentuada inclinação para tais crimes.

Habitualidade
reconhecível pelo
juiz

§ 3º Considera-se criminoso por tendência aquêle que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

Criminoso por
tendência

§ 4º Fica ressalvado, em qualquer caso, o disposto no art. 113.

Ressalva do
art. 113

§ 5º Consideram-se crimes da mesma natureza os previstos no mesmo dispositivo legal, bem como os que, embora previstos em dispositivos diversos, apresentam, pelos fatos que os constituem ou por seus motivos determinantes, caracteres fundamentais comuns.

Crimes da mesma
natureza

Art. 79. Quando o agente, mediante uma só ou mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, as penas privativas de liberdade devem ser unificadas. Se as penas são da mesma espécie, a pena única é a soma de todas; se, de espécies diferentes, a pena única é a mais grave, mas com aumento correspondente à metade do tempo das menos graves, ressalvado o disposto no art. 58.

Concurso de
crimes

Art. 80. Aplica-se a regra do artigo anterior, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser considerados como continuação do primeiro.

Crime continuado

Parágrafo único. Não há crime continuado quando se trata de fatos ofensivos de bens jurídicos inerentes à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima.

Limite da pena
unificada

Art. 81. A pena unificada não pode ultrapassar de trinta anos, se é de reclusão, ou de quinze anos, se é de detenção.

Redução facultativa da pena

§ 1º A pena unificada pode ser diminuída de um sexto a um quarto, no caso de unidade de ação ou omissão, ou de crime continuado.

Graduação no caso de pena de morte

§ 2º Quando cominada a pena de morte como grau máximo e a de reclusão como grau mínimo, aquela corresponde, para o efeito de graduação, à de reclusão por trinta anos.

Cálculo da pena aplicável à tentativa

§ 3º Nos crimes punidos com a pena de morte, esta corresponde à de reclusão por trinta anos, para cálculo da pena aplicável à tentativa, salvo disposição especial.

Ressalva do art. 78, § 2.º, letra "b"

Art. 82. Quando se apresenta o caso do art. 78, § 2º, letra *b*, fica sem aplicação o disposto quanto ao concurso de crimes idênticos ou ao crime continuado.

Penas não privativas de liberdade

Art. 83. As penas não privativas de liberdade são aplicadas distinta e integralmente, ainda que previstas para um só dos crimes concorrentes.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

Pressupostos da suspensão

Art. 84. Pode ser suspensão por dois a seis anos a execução da pena de detenção não superior a dois anos ou, no caso de reclusão por igual prazo, se o réu era, ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, desde que:

I — não tenha o réu sofrido condenação anterior, por crime revelador de má índole;

II — os seus antecedentes e personalidade, os motivos e circunstâncias de seu crime, bem como sua conduta posterior a este, indicativa de arrependimento ou do sincero desejo de reparação do dano, autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Restrições

Parágrafo único. A suspensão não se estende às penas de reforma, suspensão do exercício do pôsto, graduação ou função ou à pena acessória, nem exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.

Art. 85. A sentença deve especificar as condições a que fica subordinada a suspensão.

Condições

Art. 86. A suspensão é revogada se, no curso do prazo, o beneficiário:

Revogação obrigatória da suspensão

I — é condenado, por sentença irrecorrível, na Justiça Militar ou na comum, em razão de crime, ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa de liberdade;

II — não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano;

III — sendo militar, é punido por infração disciplinar considerada grave.

Revogação facultativa

§ 1.º A suspensão pode ser também revogada, se o condenado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.

§ 2º Quando facultativa a revogação, o juiz pode, ao invés de decretá-la, prorrogar o período de prova até o máximo, se este não foi o fixado.

Prorrogação de prazo

§ 3º Se o beneficiário está respondendo a processo que, no caso de condenação, pode acarretar a revogação, considera-se prorrogado o prazo da suspensão até o julgamento definitivo.

Art. 87. Se o prazo expira sem que tenha sido revogada a suspensão, fica extinta a pena privativa de liberdade.

Extinção da pena

Art. 88. A suspensão condicional da pena não se aplica:

Não aplicação da suspensão condicional da pena

I — ao condenado por crime cometido em tempo de guerra;

II — em tempo de paz:

a) por crime contra a segurança nacional, de aliciação e incitamento, de violência contra superior, oficial de dia, de serviço ou de quarto, sentinela, vigia ou plantão, de desrespeito a superior, de insubordinação, ou de deserção; serção;

b) pelos crimes previstos nos arts. 160, 161, 162, 235, 291 e seu parágrafo único, ns. I a IV.

CAPÍTULO IV

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

Requisitos

Art. 89. O condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que:

I — tenha cumprido:

- a) metade da pena, se primário;
- b) dois terços, se reincidente;

II — tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pelo crime;

III — sua boa conduta durante a execução da pena, sua adaptação ao trabalho e às circunstâncias atinentes a sua personalidade, ao meio social e à sua vida pregressa permitem supor que não voltará a delinquir.

Penas em concurso de infrações

§ 1º No caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena unificada.

Condenação de menor de 21 ou maior de 70 anos

§ 2º Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço.

Especificação das condições

Art. 90. A sentença deve especificar as condições a que fica subordinado o livramento.

Preliminares da concessão

Art. 91. O livramento somente se concede mediante parecer do Conselho Penitenciário, ouvidos o diretor do estabelecimento em que está ou tenha estado o liberando e o representante do Ministério Público da Justiça Militar; e, se imposta medida de segurança detentiva, após perícia conclusiva da não periculosidade do liberando.

Observação cautelar e proteção do liberado

Art. 92. O liberado fica sob observação cautelar e proteção realizadas por patronato oficial ou particular, dirigido aquêle e inspecionado este pelo Conselho Penitenciário. Na falta de patronato, o liberado fica sob observação cautelar realizada por serviço social penitenciário ou órgão similar.

Art. 93. Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado, em sentença irre-corrível, a pena privativa de liberdade:

Revogação obrigatoria

I — por infração penal cometida durante a vigência do benefício;

II — por infração penal anterior, salvo se, tendo de ser unificadas as penas, não fica prejudicado o requisito do art. 89, nº I, letra a.

§ 1º. O juiz pode, também, revogar o livramento se o liberado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou é irre-corrivelmente condenado, por motivo de contra-venção, a pena que não seja privativa de liberdade; ou, se militar, sofre penalidade por transgressão disciplinar considerada grave.

Revogação facultativa

§ 2º. Para os efeitos da revogação obrigatória, são tomadas, também, em consideração, nos termos dos n.ºs. I e II d'este artigo, as infrações sujeitas à jurisdição penal comum; e, igualmente, a contravenção compreendida no § 1.º, se assim, com prudente arbítrio, o entender o juiz.

Infração sujeita à jurisdição penal comum

Art. 94. Revogado o livramento, não pode ser novamente concedido e, salvo quando a revogação resulta de condenação por infração penal anterior ao benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.

Efeitos da revogação

Art. 95. Se, até o seu termo, o livramento não é revogado, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.

Extinção da pena

Parágrafo único. Enquanto não passa em julgado a sentença em processo, a que responde o liberado por infração penal cometida na vigência do livramento, deve o juiz abster-se de declarar a extinção da pena.

Art. 96. O livramento condicional não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.

Não aplicação do livramento condicional

Art. 97. Em tempo de paz, o livramento condicional por crime contra a segurança externa do país, ou de revolta, motim, aliciação e incitamento, violência contra superior ou militar de serviço, só será concedido após o cumprimento de dois terços da pena, observado ainda o dis-

Casos especiais do livramento condicional

posto no art. 89, preâmbulo, seus números II e III e §§ 1.º e 2.º.

CAPÍTULO V

DAS PENAS ACESSÓRIAS

Penas acessórias

Art. 98. São penas acessórias:

- I — a perda de pôsto e patente;
- II — a indignidade para o oficialato;
- III — a incompatibilidade com o oficialato;
- IV — a exclusão das fôrças armadas;
- V — a perda da função pública, ainda que eletiva;
- VI — a inabilitação para o exercício de função pública;
- VII — a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela;
- VIII — a suspensão dos direitos políticos.

Função pública
equiparada

Parágrafo único. Equipará-se à função pública a que é exercida em empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, o Estado ou o Município como acionista majoritário.

Perda de pôsto e
patente

Art. 99. A perda de pôsto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, e importa a perda das condecorações.

Indignidade para
o oficialato

Art. 100. Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou cobardia, ou em qualquer dos definidos nos arts. 161, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312.

Incompatibilidade
com o oficialato

Art. 101. Fica sujeito à declaração de incompatibilidade com o oficialato o militar condenado nos crimes dos arts. 141 e 142.

Exclusão das fôr-
ças armadas

Art. 102. A condenação da praça a pena privativa de liberdade, por tempo superior a dois anos, importa sua exclusão das fôrças armadas.

Perda da função
pública

Art. 103. Incorre na perda da função pública o assemelhado ou o civil:

I — condenado a pena privativa de liberdade por crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública;

II — condenado, por outro crime, a pena privativa de liberdade por mais de dois anos.

Parágrafo único. O disposto no artigo aplica-se ao militar da reserva, ou reformado, se estiver no exercício de função pública de qualquer natureza.

Art. 104. Incorre na inabilitação para o exercício de função pública, pelo prazo de dois até vinte anos, o condenado a reclusão por mais de quatro anos, em virtude de crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública.

Inabilitação para o exercício de função pública

Parágrafo único. O prazo da inabilitação para o exercício de função pública começa ao termo da execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou da data em que se extingue a referida pena.

Térmo inicial

Art. 105. O condenado a pena privativa de liberdade por mais de dois anos, seja qual fôr o crime praticado, fica suspenso do exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, enquanto dura a execução da pena, ou da medida de segurança imposta em substituição (art. 113).

Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela

Parágrafo único. Durante o processo pode o juiz decretar a suspensão provisória do exercício do pátrio poder, tutela ou curatela.

Suspensão provisória

Art. 106. Durante a execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou enquanto perdura a inabilitação para função pública, o condenado não pode votar, nem ser votado.

Suspensão dos direitos políticos

Art. 107. Salvo os casos dos arts. 99, 103, n.º II, e 106, a imposição da pena acessória deve constar expressamente da sentença.

Imposição de pena acessória

Art. 108. Computa-se no prazo das inabilitações temporárias o tempo de liberdade resultante da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, se não sobrevém revogação.

Tempo computável

CAPÍTULO VI

DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Art. 109. São efeitos da condenação:

Obrigação de re-
parar o dano

I — tornar certa a obrigação de reparar o dano resultante do crime;

Perda em favor
da Fazenda Na-
cional

II — a perda, em favor da Fazenda Nacional, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a sua prática.

TÍTULO VI

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Espécies de me-
didas de segu-
rança

Art. 110. As medidas de segurança são pessoais ou patrimoniais. As da primeira espécie subdividem-se em detentivas e não detentivas. As detentivas são a internação em manicômio judiciário e a internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro. As não detentivas são a cassação de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares. As patrimoniais são a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação, e o confisco.

Pessoas sujeitas
às medidas de
segurança

Art. 111. As medidas de segurança somente podem ser impostas:

I — aos civis;

II — aos militares ou assemelhados, condenados a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, ou aos que de outro modo hajam perdido função, posto e patente, ou hajam sido excluídos das forças armadas;

III — aos militares ou assemelhados, no caso do art. 48;

IV — aos militares ou assemelhados, no caso do art. 115, com aplicação dos seus §§ 1.º, 2.º e 3.º.

Art. 112. Quando o agente é inimputável (art. 48), mas suas condições pessoais e o fato praticado revelam que êle oferece perigo à incolumidade alheia, o juiz determina sua internação em manicômio judiciário.

Manicômio judiciário

§ 1.º A internação, cujo mínimo deve ser fixado de entre um a três anos, é por tempo indeterminado, perdurando enquanto não fôr averiguada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade do internado.

Prazo de internação

§ 2.º Salvo determinação da instância superior, a perícia médica é realizada ao término do prazo mínimo fixado à internação e, não sendo esta revogada, deve aquela ser repetida de ano em ano.

Perícia médica

§ 3.º A desinternação é sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior, se o individuo, antes do decurso de um ano, vem a praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

Desinternação condicional

§ 4.º Durante o período de prova, aplica-se o disposto no art. 92.

Art. 113. Quando o condenado se enquadra no parágrafo único do art. 48 e necessita de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro.

Substituição da pena por internação

§ 1.º Sobrevindo a cura, pode o internado ser transferido para o estabelecimento penal, não ficando excluído o seu direito a livramento condicional.

Superveniência de cura

§ 2.º Se, ao término do prazo, persistir o mórbido estado psíquico do internado, condicionante de periculosidade atual, a internação passa a ser por tempo indeterminado, aplicando-se o disposto nos §§ 1.º a 4.º do artigo anterior.

Persistência do estado mórbido

**Ébrios habituais
ou toxicômanos**

§ 3.º À idêntica internação para fim curativo, sob as mesmas normas, ficam sujeitos os condenados reconhecidos como ébrios habituais ou toxicômanos.

**Regime de inter-
nação**

Art. 114. A internação, em qualquer dos casos previstos nos artigos precedentes, deve visar não apenas ao tratamento curativo do internado, senão também ao seu aperfeiçoamento a um regime educativo ou de trabalho, lucrativo ou não, segundo o permitirem suas condições pessoais.

**Cassação de licença
para dirigir
veículos motori-
zados**

Art. 115. Ao condenado por crime cometido na direção ou relacionadamente à direção de veículos motorizados, deve ser cassada a licença para tal fim, pelo prazo mínimo de um ano, se as circunstâncias do caso e os antecedentes do condenado revelam a sua inaptidão para essa atividade e conseqüente perigo para a incolumidade alheia.

§ 1.º O prazo da interdição se conta do dia em que termina a execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança detentiva, ou da data da suspensão condicional da pena ou da concessão do livramento ou desinternação condicionais.

§ 2.º Se, antes de expirado o prazo estabelecido, é averiguada a cessação do perigo condicionante da interdição, esta é revogada; mas, se o perigo persiste ao termo do prazo, prorrogase este enquanto não cessa aquêle.

§ 3.º A cassação da licença deve ser determinada ainda no caso de absolvição do réu em razão de inimizabilidade.

Exílio local

Art. 116. O exílio local, aplicável quando o juiz o considera necessário como medida preventiva, a bem da ordem pública ou do próprio condenado, consiste na proibição de que este resida ou permaneça, durante um ano, pelo menos, na localidade, município ou comarca em que o crime foi praticado.

Parágrafo único. O exílio deve ser cumprido logo que cessa ou é suspensa condicionalmente a execução da pena privativa de liberdade.

Art. 117. A proibição de frequentar determinados lugares consiste em privar o condenado, durante um ano, pelo menos, da faculdade de acesso a lugares que favoreçam, por qualquer motivo, seu retôrno à atividade criminosa.

Proibição de frequentar determinados lugares

Parágrafo único. Para o cumprimento da proibição, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 118. A interdição de estabelecimento comercial ou industrial, ou de sociedade ou associação, pode ser decretada por tempo não inferior a quinze dias, nem superior a seis meses, se o estabelecimento, sociedade ou associação serve de meio ou pretexto para a prática de infração penal.

Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação

§ 1.º A interdição consiste na proibição de exercer no local o mesmo comércio ou indústria, ou a atividade social.

§ 2.º A sociedade ou associação, cuja sede é interdita, não pode exercer em outro local as suas atividades.

Art. 119. O juiz, embora não apurada a autoria, ou ainda quando o agente é inimputável, ou não punível, deve ordenar o confisco dos instrumentos e produtos do crime, desde que consistam em coisas:

Confisco

I — cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitui fato ilícito;

II — que, pertencendo às forças armadas ou sendo de uso exclusivo de militares, estejam em poder ou em uso do agente, ou de pessoa não devidamente autorizada;

III — abandonadas, ocultas ou desaparecidas.

Parágrafo único. É ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, nos casos dos ns. I e III.

Art. 120. A medida de segurança é imposta em sentença, que lhe estabelecerá as condições, nos têrmos da lei penal militar.

Imposição da medida de segurança

Parágrafo único. A imposição da medida de segurança não impede a expulsão do estrangeiro.

TÍTULO VII

DA AÇÃO PENAL

Propositura da
ação penal

Art. 121. A ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público da Justiça Militar.

Dependência de
requisição

Art. 122. Nos crimes previstos nos arts. 136 a 141, a ação penal, quando o agente fôr militar ou assemelhado, depende da requisição do Ministério Militar a que aquêle estiver subordinado; no caso do art. 141, quando o agente fôr civil e não houver co-autor militar, a requisição será do Ministério da Justiça.

TÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Causas extintivas

Art. 123. Extingue-se a punibilidade:

I — pela morte do agente;

II — pela anistia ou indulto;

III — pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV — pela prescrição;

V — pela reabilitação;

VI — pelo ressarcimento do dano, no peculato culposo (art. 303, § 4º).

Parágrafo único. A extinção da punibilidade de crime, que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro, não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um dêles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

Espécies de pres-
crição

Art. 124. A prescrição refere-se à ação penal ou à execução da pena.

Prescrição da
ação penal

Art. 125. A prescrição da ação penal, salvo o disposto no § 1º dêste artigo, regula-se pelo

máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

- I — em trinta anos, se a pena é de morte;
- II — em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;
- III — em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito e não excede a doze;
- IV — em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro e não excede a oito;
- V — em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro;
- VI — em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;
- VII — em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

§ 1º Sobrevindo sentença condenatória, de que somente o réu tenha recorrido, a prescrição passa a regular-se pela pena imposta, e deve ser logo declarada, sem prejuízo do andamento do recurso se, entre a última causa interruptiva do curso da prescrição (§ 5º) e a sentença, já decorreu tempo suficiente.

Superveniência de sentença condenatória de que somente o réu recorre

§ 2º A prescrição da ação penal começa a correr:

Térmo inicial da prescrição da ação penal

- a) do dia em que o crime se consumou;
- b) no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa;
- c) nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência;
- d) nos crimes de falsidade, da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 3º No caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.

Caso de concurso de crimes ou de crime continuado

§ 4º A prescrição da ação penal não corre:

Suspensão da prescrição

I — enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime;

II — enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

Interrupção da
prescrição

§ 5º O curso da prescrição da ação penal interrompe-se:

- I — pela instauração do processo;
- II — pela sentença condenatória recorrível.

§ 6º A interrupção da prescrição produz efeito relativamente a todos os autores do crime; e nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, a interrupção relativa a qualquer deles estende-se aos demais.

Prescrição da execução da pena ou da medida de segurança que a substitui

Art. 126. A prescrição da execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança que a substitui (art. 113) regula-se pelo tempo fixado na sentença e verifica-se nos mesmos prazos estabelecidos no art. 125, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é criminoso habitual ou por tendência.

§ 1º Começa a correr a prescrição:

- a) do dia em que passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional;
- b) do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.

§ 2º No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento ou desinternação condicional, a prescrição se regula pelo restante tempo da execução.

§ 3º O curso da prescrição da execução da pena suspende-se enquanto o condenado está preso por outro motivo, e interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena, ou pela reincidência.

Prescrição no caso de reforma ou suspensão de exercício

Art. 127. Verifica-se em quatro anos a prescrição nos crimes cuja pena cominada, no máximo, é de reforma ou de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.

Disposições comuns a ambas as espécies de prescrição

Art. 128. Interrompida a prescrição, salvo o caso do § 3º, segunda parte, do art. 126, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

Redução

Art. 129. São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao

tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta.

Art. 130. É imprescritível a execução das penas acessórias.

Imprescritibilidade das penas acessórias

Art. 131. A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de trinta anos.

Prescrição no caso de insubmissão

Art. 132. No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta.

Prescrição no caso de deserção

Art. 133. A prescrição, embora não alegada, deve ser declarada de ofício.

Declaração de ofício

Art. 134. A reabilitação alcança quaisquer penas impostas por sentença definitiva.

Reabilitação

§ 1º A reabilitação poderá ser requerida decorridos cinco anos do dia em que fôr extinta, de qualquer modo, a pena principal ou terminar a execução desta ou da medida de segurança aplicada em substituição (art. 113), ou do dia em que terminar o prazo da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, desde que o condenado:

a) tenha tido domicílio no País, no prazo acima referido;

b) tenha dado, durante êsse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;

c) tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre absoluta impossibilidade de o fazer até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

§ 2º A reabilitação não pode ser concedida:

a) em favor dos que foram reconhecidos perigosos, salvo prova cabal em contrário;

b) em relação aos atingidos pelas penas acessórias do art. 98, inciso VII, se o crime

fôr de natureza sexual em detrimento de filho, tutelado ou curatelado.

Prazo para renovação do pedido

§ 3º Negada a reabilitação, não pode ser novamente requerida senão após o decurso de dois anos.

§ 4º Os prazos para o pedido de reabilitação serão contados em dôbro no caso de criminoso habitual ou por tendência.

Revogação

§ 5º A reabilitação será revogada de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, se a pessoa reabilitada fôr condenada, por decisão definitiva, ao cumprimento de pena privativa da liberdade.

Cancelamento do registro de condenações penais

Art. 135. Declarada a reabilitação, serão cancelados, mediante averbação, os antecedentes criminais.

Sigilo sôbre antecedentes criminais

Parágrafo único. Concedida a reabilitação, o registro oficial de condenações penais não pode ser comunicado senão à autoridade policial ou judiciária, ou ao representante do Ministério Público, para instrução de processo penal que venha a ser instaurado contra o reabilitado.

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS

Hostilidade contra país estrangeiro

Art. 136. Praticar o militar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra:

Pena — reclusão, de oito a quinze anos.

Resultado mais grave

§ 1º Se resulta ruptura de relações diplomáticas, represália ou retorsão:

Pena — reclusão, de dez a vinte e quatro anos.

§ 2º Se resulta guerra:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

Art. 137. Provocar o militar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional:

Provocação a país estrangeiro

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

Art. 138. Praticar o militar, indevidamente, no território nacional, ato de jurisdição de país estrangeiro, ou favorecer a prática de ato dessa natureza:

Ato de jurisdição indevida

Pena — reclusão, de cinco a quinze anos.

Art. 139. Violar o militar território estrangeiro, com o fim de praticar ato de jurisdição em nome do Brasil:

Violação de território estrangeiro

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Art. 140. Entrar ou tentar entrar o militar em entendimento com país estrangeiro, para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra:

Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra

Pena — reclusão, de seis a doze anos.

Art. 141. Entrar em entendimento com país estrangeiro, ou organização nêle existente, para gerar conflito ou divergência de caráter internacional entre o Brasil e qualquer outro país, ou para lhes perturbar as relações diplomáticas:

Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil

Pena — reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º Se resulta ruptura de relações diplomáticas:

Resultado mais grave

Pena — reclusão, de seis a dezoito anos.

§ 2º Se resulta guerra:

Pena — reclusão, de dez a vinte e quatro anos.

Art. 142. Tentar:

Tentativa contra a soberania do Brasil

I — submeter o território nacional, ou parte dêle, à soberania de país estrangeiro;

II — desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional, desde que o fato atente contra a segurança externa do Brasil ou a sua soberania;

III — internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional:

Pena — reclusão, de quinze a trinta anos, para os cabeças; de dez a vinte anos, para os demais agentes.

Consecução de
notícia, informa-
ção ou documen-
to para fim de
espionagem

Art. 143. Conseguir, para o fim de espionagem militar, notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil:

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

§ 1º A pena é de reclusão de dez a vinte anos:

I — se o fato compromete a preparação ou eficiência bélica do Brasil, ou o agente transmite ou fornece, por qualquer meio, mesmo sem remuneração, a notícia, informação ou documento, a autoridade ou pessoa estrangeira;

II — se o agente, em detrimento da segurança externa do Brasil, promove ou mantém no território nacional atividade ou serviço destinado à espionagem;

III — se o agente se utiliza, ou contribui para que outrem se utilize, de meio de comunicação, para dar indicação que ponha ou possa pôr em perigo a segurança externa do Brasil.

Modalidade
culposa

§ 2º Contribuir culposamente para a execução do crime:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, no caso do artigo; ou até quatro anos, no caso do § 1º, nº I.

Revelação de no-
tícia, informação
ou documento

Art. 144. Revelar notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil:

Pena — reclusão, de três a oito anos.

Fim de espiona-
gem militar

§ 1º Se o fato é cometido com o fim de espionagem militar:

Pena — reclusão, de seis a doze anos.

Resultado mais
grave

§ 2º Se o fato compromete a preparação ou a eficiência bélica do país:

Pena — reclusão, de dez a vinte anos.

§ 3º Se a revelação é culposa:

Modalidade
culposa

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, no caso do artigo; ou até quatro anos, nos casos dos §§ 1º e 2º.

Art. 145. Suprimir, subtrair, deturpar, alterar, desviar, ainda que temporariamente, objeto ou documento concernente à segurança externa do Brasil:

Turbação de
objeto ou do-
cumento

Pena — reclusão, de três a oito anos.

§ 1º Se o fato compromete a segurança ou a eficiência bélica do país:

Resultado mais
grave

Pena — Reclusão, de dez a vinte anos.

§ 2º Contribuir culposamente para o fato:

Modalidade
culposa

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 146. Penetrar, sem licença, ou introduzir-se clandestinamente ou sob falso pretexto, em lugar sujeito à administração militar, ou centro industrial a serviço de construção ou fabricação sob fiscalização militar, para colher informação destinada a país estrangeiro ou agente seu:

Penetração com
o fim de espio-
nagem

Pena — reclusão, de três a oito anos.

Parágrafo único. Entrar, em local referido no artigo, sem licença de autoridade competente, munido de máquina fotográfica ou qualquer outro meio hábil para a prática de espionagem:

Pena — reclusão, até três anos.

Art. 147. Fazer desenho ou levantar plano ou planta de fortificação, quartel, fábrica, arsenal, hangar ou aeródromo, ou de navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado, utilizados ou em construção sob administração ou fiscalização militar, ou fotografá-los ou filmá-los:

Desenho ou le-
vantamento de
plano ou planta
de local militar
ou de engenho de
guerra

Pena — reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 148. Sobrevoar local declarado interdito:

Sobrevoação em local
interdito

Pena — reclusão, até três anos.

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE
OU DISCIPLINA MILITAR

CAPÍTULO I

DO MOTIM E DA REVOLTA

Motim

Art. 149. Reunirem-se militares ou assemelhados:

I — agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

II — recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência;

III — assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior;

IV — ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer dêles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar:

Pena — reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Revolta

Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena — reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Organização de grupo para a prática de violência

Art. 150. Reunirem-se dois ou mais militares ou assemelhados, com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar;

Pena — reclusão, de quatro a oito anos.

Omissão de lealdade militar

Art. 151. Deixar o militar ou assemelhado de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo:

Pena — reclusão, de três a cinco anos.

Art. 152. Concertarem-se militares ou assemelhados para a prática do crime previsto no artigo 149:

Conspiração

Pena — reclusão, de três a cinco anos.

Parágrafo único. É isento de pena aquêle que, antes da execução do crime e quando era ainda possível evitar-lhe as conseqüências, denuncia o ajuste de que participou.

Isenção de pena.

Art. 153. As penas dos arts. 149 e 150 são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Cumulação de penas

CAPÍTULO II

DA ALICIAÇÃO E DO INCITAMENTO

Art. 154. Aliciar militar ou assemelhado para a prática de qualquer dos crimes previstos no capítulo anterior:

Aliciação para motim ou revolta

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 155. Incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar:

Incitamento

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem introduz, afixa ou distribui, em lugar sujeito à administração militar, impressos, manuscritos ou material mimeografado, fotocopiado ou gravado, em que se contenha incitamento à prática dos atos previstos no artigo.

Art. 156. Fazer apologia de fato que a lei militar considera crime, ou do autor do mesmo, em lugar sujeito à administração militar:

Apologia de fato criminoso ou do seu autor

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

CAPÍTULO III

DA VIOLENCIA CONTRA SUPERIOR OU MILITAR DE SERVIÇO

Art. 157. Praticar violência contra superior:

Violência contra superior

Pena — detenção, de três meses a dois anos.

§ 1.º Se o superior é comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general:

Formas qualificadas

Pena — reclusão, de três a nove anos.

§ 2.º Se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um terço.

§ 3.º Se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.

§ 4.º Se da violência resulta morte:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

§ 5.º A pena é aumentada da sexta parte, se o crime ocorre em serviço.

Violência contra
militar de serviço

Art. 158. Praticar violência contra oficial de dia, de serviço, ou de quarto, ou contra sentinela, vigia ou plantão:

Pena — reclusão, de três a oito anos.

Formas qualifi-
cadas

§ 1.º Se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um terço.

§ 2.º Se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.

§ 3.º Se da violência resulta morte:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

Ausência de dolo
no resultado

Art. 159. Quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena do crime contra a pessoa é diminuída de metade.

CAPÍTULO IV

DO DESRESPEITO A SUPERIOR E A SÍMBOLO NACIONAL OU A FARDA

Desrespeito a
superior

Art. 160. Desrespeitar superior diante de outro militar:

Pena — detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Desrespeito a co-
mandante, oficial
geral ou oficial
de serviço

Parágrafo único. Se o fato é praticado contra o comandante da unidade a que pertence o agente, oficial-general, oficial de dia, de serviço ou de quarto, a pena é aumentada da metade.

Desrespeito a
símbolo nacional

Art. 161. Praticar o militar diante da tropa, ou em lugar sujeito à administração militar, ato que se traduza em ultraje a símbolo nacional:

Pena — detenção, de um a dois anos.

Art. 162. Despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo, por menos-prêzo ou vilipêndio:

Despojamento
desprezível

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o fato é praticado diante da tropa, ou em público.

CAPÍTULO V

DA INSUBORDINAÇÃO

Art. 163. Recusar obedecer a ordem do superior sôbre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever impôsto em lei, regulamento ou instrução:

Recusa de obediência

Pena — detenção, de um a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 164. Opor-se às ordens da sentinela:

Oposição a ordem
de sentinela

Pena — detenção, de seis meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 165. Promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar:

Reunião ilícita

Pena — detenção, de seis meses a um ano a quem promove a reunião; de dois a seis meses a quem dela participa, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:

Publicação ou
crítica indevida

Pena — detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO VI

DA USURPAÇÃO E DO EXCESSO OU ABUSO DE AUTORIDADE

Art. 167. Assumir o militar, sem ordem ou autorização, salvo se em grave emergência, qual-

Assunção de comando sem ordem
ou autorização

quer comando, ou a direção de estabelecimento militar:

Pena — reclusão, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Conservação ilegal de comando

Art. 168. Conservar comando ou função legitimamente assumida, depois de receber ordem de seu superior para deixá-los ou transmiti-los a outrem:

Pena — detenção, de um a três anos.

Operação militar sem ordem superior

Art. 169. Determinar o comandante, sem ordem superior e fora dos casos em que essa se dispensa, movimento de tropa ou ação militar:

Pena — reclusão, de três a cinco anos.

Forma qualificada

Parágrafo único. Se o movimento da tropa ou ação militar é em território estrangeiro ou contra força, navio ou aeronave de país estrangeiro:

Pena — reclusão, de quatro a oito anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Ordem arbitrária de invasão

Art. 170. Ordenar, arbitrariamente, o comandante de força, navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado a entrada de comandados seus em águas ou território estrangeiro, ou sobrevoá-los:

Pena — suspensão do exercício do posto, de um a três anos, ou reforma.

Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia

Art. 171. Usar o militar ou assemelhado, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia de posto ou graduação superior:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa

Art. 172. Usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito:

Pena — detenção, até seis meses.

Abuso de requisição militar

Art. 173. Abusar do direito de requisição militar, excedendo os poderes conferidos ou recusando cumprir dever imposto em lei:

Pena — detenção, de um a dois anos.

Art. 174. Exceder a faculdade de punir o subordinado, fazendo-o com rigor não permitido, ou ofendendo-o por palavra, ato ou escrito:

Rigor excessivo

Pena — suspensão do exercício do pôsto, por dois a seis meses, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 175. Praticar violência contra inferior:

Violência contra inferior

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Parágrafo único. Se da violência resulta lesão corporal ou morte é também aplicada a pena do crime contra a pessoa, atendendo-se, quando fôr o caso, ao disposto no art. 159.

Resultado mais grave

Art. 176. Ofender inferior, mediante ato de violência que, por natureza ou pelo meio empregado, se considere aviltante:

Ofensa aviltante a inferior

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

CAPÍTULO VII

DA RESISTÊNCIA

Art. 177. Opor-se à execução de ato legal, mediante ameaça ou violência ao executor, ou a quem esteja prestando auxílio:

Resistência mediante ameaça ou violência

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se o ato não se executa em razão da resistência:

Forma qualificada

Pena — reclusão de dois a quatro anos.

§ 2º As penas dêste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência, ou ao fato que constitua crime mais grave.

Cumulação de penas

CAPÍTULO VIII

DA FUGA, EVASÃO, ARREBATAMENTO E AMOTINAMENTO DE PRESOS

Art. 178. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente prêsa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Fuga de prêso ou internado

Formas qualificadas	<p>Pena — detenção, de seis meses a dois anos.</p> <p>§ 1.º Se o crime é praticado a mão armada ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento:</p> <p>Pena — reclusão, de dois a seis anos.</p> <p>§ 2.º Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.</p> <p>§ 3.º Se o crime é praticado por pessoa sob cuja guarda, custódia ou condução está o prêso ou internado:</p> <p>Pena — reclusão, até quatro anos.</p>
Modalidade culposa	<p>Art. 179. Deixar, por culpa, fugir pessoa legalmente prêsa, confiada à sua guarda ou condução:</p> <p>Pena — detenção, de três meses a um ano.</p>
Evasão de prêso ou internado	<p>Art. 180. Evadir-se, ou tentar evadir-se o prêso ou internado, usando de violência contra a pessoa:</p> <p>Pena — detenção, de um a dois anos, além da correspondente à violência.</p> <p>§ 1.º Se a evasão ou a tentativa ocorre mediante arrombamento da prisão militar:</p> <p>Pena — detenção, de seis meses a um ano.</p>
Cumulação de penas	<p>§ 2.º Se ao fato sucede deserção, aplicam-se cumulativamente as penas correspondentes.</p>
Arrebatamento de prêso ou internado	<p>Art. 181. Arrebatado prêso ou internado, a fim de maltratá-lo, do poder de quem o tenha sob guarda ou custódia militar:</p> <p>Pena — reclusão, até quatro anos, além da correspondente à violência.</p>
Amotinamento	<p>Art. 182. Amotinarem-se presos, ou internados, perturbando a disciplina do recinto de prisão militar:</p> <p>Pena — reclusão, até três anos, aos cabeças; aos demais, detenção de um a dois anos.</p>
Responsabilidade de partícipe ou de oficial	<p>Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem participa do amotinamento ou, sendo oficial e estando presente, não usa os meios ao seu alcance para debelar o amotinamento ou evitar-lhe as conseqüências.</p>

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO
MILITAR E O DEVER MILITAR

CAPÍTULO I

DA INSUBMISSÃO

Art. 183. Deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação:

Insubmissão

Pena — impedimento, de três meses a um ano.

§ 1.º Na mesma pena incorre quem, dispensado temporariamente da incorporação, deixa de se apresentar, decorrido o prazo de licenciamento.

Caso assimilado

§ 2.º A pena é diminuída de um terço:

Diminuição da
pena

a) pela ignorância ou a errada compreensão dos atos da convocação militar, quando escusáveis;

b) pela apresentação voluntária dentro do prazo de um ano, contado do último dia marcado para a apresentação.

Art. 184. Criar ou simular incapacidade física, que inabilite o convocado para o serviço militar:

Criação ou simulação de incapacidade física

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 185. Substituir-se o convocado por outrem na apresentação ou na inspeção de saúde.

Substituição de
convocado

Pena — detenção, de seus meses a dois anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem substitui o convocado.

Art. 186. Dar asilo a convocado, ou tomá-lo a seu serviço, ou proporcionar-lhe ou facilitar-lhe transporte ou meio que obste ou dificulte a incorporação, sabendo ou tendo razão para saber que cometeu qualquer dos crimes previstos neste capítulo:

Favorecimento a
convocado

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Parágrafo único. Se o favorecedor é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Isenção de pena

CAPÍTULO II

DA DESERÇÃO

Deserção

Art. 187. Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos; se oficial, a pena é agravada.

Casos
assimilados

Art. 188. Na mesma pena incorre o militar que:

I — não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias;

II — deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra;

III — tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de oito dias;

IV — consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

Art. 189. Nos crimes dos arts. 187 e 188, ns. I, II e III:

Atenuante
especial

I — se o agente se apresenta voluntariamente dentro em oito dias após a consumação do crime, a pena é diminuída de metade; e de um terço, se de mais de oito dias e até sessenta;

Agravante
especial

II — se a deserção ocorre em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena é agravada de um terço.

Deserção especial

Art. 190. Deixar o militar de apresentar-se no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou da partida ou do deslocamento da unidade ou força em que serve:

Pena — detenção, até três meses, se após a partida ou deslocamento, se apresentar, dentro em vinte e quatro horas, à autoridade militar do

lugar, ou, na falta desta, à autoridade policial, para ser comunicada a apresentação a comando militar da região, distrito ou zona.

§ 1º Se a apresentação se der dentro de prazo superior a vinte e quatro horas e não excedente a cinco dias:

Pena — detenção, de dois a oito meses.

§ 2º Se superior a cinco dias e não excedente a dez dias:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

§ 3º Se se tratar de oficial, a pena é agravada.

Art. 191. Concertarem-se militares para a prática da deserção:

Concôrto para deserção

I — se a deserção não chega a consumir-se:

Pena — detenção, de três meses a um ano;

II — se consumada a deserção:

Modalidade complexa

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 192. Evadir-se o militar do poder da escolta, ou de recinto de detenção ou de prisão, ou fugir em seguida à prática de crime para evitar prisão, permanecendo ausente por mais de oito dias:

Deserção por evasão ou fuga

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 193. Dar asilo a desertor, ou tomá-lo a seu serviço, ou proporcionar-lhe ou facilitar-lhe transporte ou meio de ocultação, sabendo ou tendo razão para saber que cometeu qualquer dos crimes previstos neste capítulo:

Favorecimento a desertor

Pena — detenção, de quatro meses a um ano.

Parágrafo único. Se o favorecedor é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Isenção de pena

Art. 194. Deixar o oficial de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os seus comandados:

Omissão de oficial

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

CAPÍTULO III

DO ABANDONO DE PÔSTO E DE OUTROS
CRIMES EM SERVIÇO

Abandono de pôsto	Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o pôsto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo: Pena — detenção, de três meses a um ano.
Descumprimento de missão	Art. 196. Deixar o militar de desempenhar a missão que lhe foi confiada: Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave. § 1º Se é oficial o agente, a pena é aumentada de um terço. § 2º Se o agente exercia função de comando, a pena é aumentada de metade.
Modalidade culposa	§ 3º Se a abstenção é culposa: Pena — detenção, de três meses a um ano.
Retenção indevida	Art. 197. Deixar o oficial de restituir, por ocasião da passagem de função, ou quando lhe é exigido, objeto, plano, carta, cifra, código ou documento que lhe haja sido confiado: Pena — suspensão do exercício do pôsto, de três a seis meses, se o fato não constitui crime mais grave. Parágrafo único. Se o objeto, plano, carta, cifra, código, ou documento envolve ou constitui segredo relativo à segurança nacional: Pena — detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.
Omissão de eficiência da força	Art. 198. Deixar o comandante de manter a força sob seu comando em estado de eficiência: Pena — suspensão do exercício do pôsto, de três meses a um ano.
Omissão de providências para evitar danos	Art. 199. Deixar o comandante de empregar todos os meios ao seu alcance para evitar perda, destruição ou inutilização de instalações

militares, navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado em perigo:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Parágrafo único. Se a abstenção é culposa:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Modalidade
culposa

Art. 200. Deixar o comandante, em ocasião de incêndio, naufrágio, encalhe, colisão, ou outro perigo semelhante, de tomar tôdas as providências adequadas para salvar os seus comandados e minorar as conseqüências do sinistro, não sendo o último a sair de bordo ou a deixar a aeronave ou o quartel ou sede militar sob seu comando:

Omissão de pro-
vidências para
salvar coman-
dados

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único. Se a abstenção é culposa:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Modalidade
culposa

Art. 201. Deixar o comandante de socorrer, sem justa causa, navio de guerra ou mercante, nacional ou estrangeiro, ou aeronave, em perigo, ou náufragos que hajam pedido socorro:

Omissão de so-
corro

Pena — suspensão do exercício do pôsto, de um a três anos ou reforma.

Art. 202. Embriagar-se o militar, quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo:

Embriaguez em
serviço

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 203. Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante:

Dormir em
serviço

Pena — detenção, de três meses a um ano.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO DE COMÉRCIO

Art. 204. Comerciar o oficial da ativa, ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade comercial, ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou cotista em sociedade

Exercício de co-
mércio por oficial

anônima, ou por cotas de responsabilidade limitada:

Pena — suspensão do exercício do pôsto, de seis meses a dois anos, ou reforma.

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DO HOMICÍDIO

Homicídio simples

Minoração facul- tativa da pena

Art. 205. Matar alguém:

Pena — reclusão, de seis a vinte anos.

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena, de um sexto a um terço.

Homicídio quali- ficado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I — por motivo fútil;

II — mediante paga ou promessa de recompensa, por cupidez, para excitar ou saciar desejos sexuais, ou por outro motivo torpe;

III — com emprêgo de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV — à traição, de emboscada, com surpresa ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima;

V — para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

VI — prevalecendo-se o agente da situação de serviço:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

Homicídio culposo

Art. 206. Se o homicídio é culposo:

Pena — detenção, de um a quatro anos.

§ 1º A pena pode ser agravada se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

Multiplicidade de vítimas

§ 2º Se, em consequência de uma só ação ou omissão culposa, ocorre morte de mais de uma

peessoa ou também lesões corporais em outras pessoas, a pena é aumentada de um sexto até metade.

Art. 207. Instigar ou induzir alguém a suicidar-se, ou prestar-lhe auxílio para que o faça, vindo o suicídio a consumir-se:

Provocação direta ou auxílio a suicídio

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º Se o crime é praticado por motivo egoístico, ou a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer motivo, a resistência moral, a pena é agravada.

Agravação de pena

§ 2º Com a detenção de um a três anos, será punido quem, desumana e reiteradamente, inflige maus tratos a alguém, sob sua autoridade ou dependência, levando-o, em razão disso, à prática de suicídio.

Provocação indireta ao suicídio

§ 3º Se o suicídio é apenas tentado, e da tentativa resulta lesão grave, a pena é reduzida de um a dois terços.

Redução de pena

CAPÍTULO II

DO GENOCÍDIO

Art. 208. Matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo:

Genocídio

Pena — reclusão, de quinze a trinta anos.

Parágrafo único. Será punido com reclusão, de quatro a quinze anos, quem, com o mesmo fim:

Casos assimilados

I — inflige lesões graves a membros do grupo;

II — submete o grupo a condições de existência, físicas ou morais, capazes de ocasionar a eliminação de todos os seus membros ou parte deles;

III — força o grupo à sua dispersão;

IV — impõe medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

V — efetua coativamente a transferência de crianças do grupo para outro grupo.

CAPÍTULO III

DA LESÃO CORPORAL E DA RIXA

Lesão leve	Art. 209. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena — detenção, de três meses a um ano.
Lesão grave	§ 1º Se se produz, dolosamente, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias: Pena — reclusão, até cinco anos. § 2º Se se produz, dolosamente, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho, ou deformidade duradoura: Pena — reclusão, de dois a oito anos.
Lesões qualificadas pelo resultado	§ 3º Se os resultados previstos nos §§ 1º e 2º forem causados culposamente, a pena será de detenção, de um a quatro anos; se da lesão resultar morte e as circunstâncias evidenciarem que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena será de reclusão, até oito anos.
Minoração facultativa da pena	§ 4º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor moral ou social ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena, de um sexto a um terço. § 5º No caso de lesões leves, se estas são recíprocas, não se sabendo qual dos contendores atacou primeiro, ou quando ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços.
Lesão levíssima	§ 6º No caso de lesões levíssimas, o juiz pode considerar a infração como disciplinar.
Lesão culposa	Art. 210. Se a lesão é culposa: Pena — detenção, de dois meses a um ano.

§ 1º A pena pode ser agravada se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

§ 2º Se, em consequência de uma só ação ou omissão culposa, ocorrem lesões em várias pessoas, a pena é aumentada de um sexto até metade.

Aumento de pena

Art. 211. Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

Participação em rixa

Pena — detenção, até dois meses.

Parágrafo único. Se ocorre morte ou lesão grave, aplica-se, pelo fato de participação na rixa, a pena de detenção, de seis meses a dois anos.

CAPÍTULO IV

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA OU DA SAÚDE

Art. 212. Abandonar o militar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Abandono de pessoa

Pena — detenção, de seis meses a três anos.

§ 1º Se do abandono resulta lesão grave:

Formas qualificadas pelo resultado

Pena — reclusão, até cinco anos.

§ 2º Se resulta morte:

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

Art. 213. Expor a perigo a vida ou saúde, em lugar sujeito à administração militar ou no exercício de função militar, de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para o fim de educação, instrução, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalhos excessivos ou inadequados, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Maus tratos

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

§ 1º Se do fato resulta lesão grave:

Formas qualificadas pelo resultado

Pena — reclusão, até quatro anos.

§ 2º Se resulta morte:

Pena — reclusão, de dois a dez anos.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia	<p>Art. 214. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:</p> <p>Pena — detenção, de seis meses a dois anos.</p> <p>§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.</p>
Exceção da verdade	<p>§ 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não é admitida:</p> <p>I — se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;</p> <p>II — se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 218;</p> <p>III — se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.</p>
Difamação	<p>Art. 215. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:</p> <p>Pena — detenção, de três meses a um ano.</p> <p>Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se a ofensa é relativa ao exercício da função pública, militar ou civil, do ofendido.</p>
Injúria	<p>Art. 216. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro:</p> <p>Pena — detenção, até seis meses.</p>
Injúria real	<p>Art. 217. Se a injúria consiste em violência, ou outro ato que atinja a pessoa, e, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considera aviltante:</p> <p>Pena — detenção, de três meses a um ano, além da pena correspondente à violência.</p>
Disposições comuns	<p>Art. 218. As penas cominadas nos antecedentes artigos d'este capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:</p> <p>I — contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;</p> <p>II — contra superior;</p> <p>III — contra militar, ou funcionário público civil, em razão das suas funções;</p>

IV — na presença de duas ou mais pessoas, ou de inferior do ofendido, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

Parágrafo único. Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dôbro, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 219. Propalar fatos, que sabe inverídicos, capazes de ofender a dignidade ou abalar o crédito das forças armadas ou a confiança que estas merecem do público:

Ofensa às forças armadas

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

Parágrafo único. A pena será aumentada de um terço, se o crime é cometido pela imprensa, rádio ou televisão.

Art. 220. Não constitui ofensa punível, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar, difamar ou caluniar:

Exclusão de pena

I — a irrogada em juízo, na discussão da causa, por uma das partes ou seu procurador contra a outra parte ou seu procurador;

II — a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica;

III — a apreciação crítica às instituições militares, salvo quando inequívoca a intenção de ofender;

IV — o conceito desfavorável em apreciação ou informação prestada no cumprimento do dever de ofício.

Parágrafo único. Nos casos dos ns. I e IV, responde pela ofensa quem lhe dá publicidade.

Art. 221. Se a ofensa é irrogada de forma imprecisa ou equívoca, quem se julga atingido pode pedir explicações em juízo. Se o interpelado se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

Equivocidade da ofensa

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE

*Seção I — Dos crimes contra a liberdade individual***Constrangimento
ilegal**

Art. 222. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer ou a tolerar que se faça, o que ela não manda:

Pena — detenção, até um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1.º A pena aplica-se em dôbro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprêgo de arma, ou quando o constrangimento é exercido com abuso de autoridade, para obter de alguém confissão de autoria de crime ou declaração como testemunha.

§ 2.º Além da pena cominada, aplica-se a correspondente à violência.

**Exclusão de
crime**

§ 3.º Não constitui crime:

I — Salvo o caso de transplante de órgãos, a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada para conjurar iminente perigo de vida ou de grave dano ao corpo ou à saúde;

II — a coação exercida para impedir suicídio.

Ameaça

Art. 223. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de lhe causar mal injusto e grave:

Pena — detenção, até seis meses, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. Se a ameaça é motivada por fato referente a serviço de natureza militar, a pena é aumentada de um terço.

**Desafio para
duelo**

Art. 224. Desafiar outro militar para duelo ou aceitar-lhe o desafio, embora o duelo não se realize:

Pena — detenção, até três meses, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 225. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Seqüestro ou
cárcere privado

Pena — reclusão, até três anos.

§ 1.º A pena é aumentada de metade:

Aumento de pena

I — se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II — se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III — se a privação de liberdade dura mais de quinze dias.

§ 2º Se resulta à vítima, em razão de maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral;

Formas qualificadas pelo resultado

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

§ 3.º Se, pela razão do parágrafo anterior, resulta morte:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

Seção II — Do crime contra a inviolabilidade do domicílio

Art. 226. Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Violação de domicílio

Pena — detenção, até três meses.

§ 1.º Se o crime é cometido durante o repouso noturno, ou com emprêgo de violência ou de arma, ou mediante arrombamento, ou por duas ou mais pessoas:

Forma qualificada

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

§ 2.º Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por militar em serviço ou por funcionário público civil, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades prescritas em lei, ou com abuso de poder.

Agravação de pena

§ 3.º Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

Exclusão de crime

I — durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência em cumprimento de lei ou regulamento militar;

II — a qualquer hora do dia ou da noite para acudir vítima de desastre ou quando alguma

infração penal está sendo ali praticada ou na iminência de o ser.

Compreensão do
térmo "casa"

§ 4.º O termo «casa» compreende:

I — qualquer compartimento habitado;

II — aposento ocupado de habitação coletiva;

III — compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

§ 5.º Não se compreende no termo «casa»:

I — hotel, hospedaria, ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior;

II — taverna, boate, casa de jôgo e outras do mesmo gênero.

Seção III — Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação

Violação de cor-
respondência

Art. 227. Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência privada dirigida a outrem:

Pena — detenção, até seis meses.

§ 1.º Nas mesmas penas incorre:

I — quem se apossa de correspondência alheia, fechada ou aberta, e, no todo ou em parte, a sonega ou destrói;

II — quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza, abusivamente, comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre outras pessoas;

III — quem impede a comunicação ou a conversação referida no número anterior.

Aumento de pena

§ 2.º A pena aumenta-se de metade, se há dano para outrem.

§ 3.º Se o agente comete o crime com abuso de função, em serviço postal, telegráfico, radioelétrico ou telefônico:

Pena — detenção, de um a três anos.

§ 4.º Salvo o disposto no parágrafo anterior, qualquer dos crimes previstos neste artigo só é considerado militar no caso do art. 9.º, n.º II, letra a.

Natureza militar
do crime

Seção IV — Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular

Art. 228. Divulgar, sem justa causa, conteúdo de documento particular sigiloso ou de correspondência confidencial, de que é detentor ou destinatário, desde que da divulgação possa resultar dano a outrem:

Divulgação de
segrêdo

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 229. Violar, mediante processo técnico o direito ao recato pessoal ou o direito ao resguardo das palavras que não forem pronunciadas publicamente.

Violação de
recato

Pena — detenção, até um ano.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem divulga os fatos captados.

Art. 230. Revelar, sem justa causa, segredo de que tem ciência, em razão de função ou profissão, exercida em local sob administração militar, desde que da revelação possa resultar dano a outrem;

Violação de
segrêdo profis-
sional

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Art. 231. Os crimes previstos nos arts. 228 e 229 sòmente são considerados militares no caso do art. 9.º, n.º II, letra a.

Natureza militar
do crime

CAPÍTULO VII

DOS CRIMES SEXUAIS

Art. 232. Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça;

Estupro

Pena — reclusão, de três a oito anos, sem prejuízo da correspondente à violência.

Art. 233. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a presenciar, a praticar ou permitir que com êle pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal;

Atentado violento
ao pudor

Pena — reclusão, de dois a seis anos, sem prejuízo da correspondente à violência.

**Corrupção de
menores**

Art. 234. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de dezoito e maior de quatorze anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo;

Pena — reclusão, até três anos.

**Pederastia ou
outro ato de libi-
dinagem**

Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com êle se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar;

Pena — detenção, de seis meses a um ano.

**Presunção de
violência**

Art. 236. Presume-se a violência, se a vítima:

I — não é maior de quatorze anos, salvo fundada suposição contrária do agente;

II — é doente ou deficiente mental, e o agente conhecia esta circunstância;

III — não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Aumento de pena

Art. 237. Nos crimes previstos neste capítulo, a pena é agravada, se o fato é praticado:

I — com o concurso de duas ou mais pessoas;

II — por oficial, ou por militar em serviço.

CAPÍTULO VIII

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno

Art. 238. Praticar ato obsceno em lugar sujeito à administração militar:

Pena — detenção de três meses a um ano.

Parágrafo único. A pena é agravada, se o fato é praticado por militar em serviço ou por oficial.

**Escrito ou objeto
obsceno**

Art. 239. Produzir, distribuir, vender, expor à venda, exhibir, adquirir ou ter em depósito para o fim de venda, distribuição ou exibição, livros, jornais, revistas, escritos, pinturas, gravuras, estampas, imagens, desenhos ou qualquer outro objeto de caráter obsceno, em lugar sujeito à administração militar, ou durante o período de exercício ou manobras:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem distribui, vende, oferece à venda ou exhibe a militares em serviço objeto de caráter obsceno.

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

DO FURTO

Art. 240. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Furto simples

Pena — reclusão, até seis anos.

§ 1.º Se o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou considerar a infração como disciplinar. Entende-se pequeno o valor que não exceda a um décimo da quantia mensal do mais alto salário mínimo do país.

Furto atenuado

§ 2.º A atenuação do parágrafo anterior é igualmente aplicável no caso em que o criminoso, sendo primário, restitui a coisa ao seu dono ou repara o dano causado, antes de instaurada a ação penal.

§ 3.º Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Energia de valor econômico

§ 4.º Se o furto é praticado durante a noite:

Furto qualificado

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

§ 5.º Se a coisa furtada pertence à Fazenda Nacional:

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

§ 6.º Se o furto é praticado:

I — com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II — com abuso de confiança ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III — com emprêgo de chave falsa;

IV — mediante concurso de duas ou mais pessoas:

Pena — reclusão, de três a dez anos.

§ 7.º Aos casos previstos nos §§ 4.º e 5.º são aplicáveis as atenuações a que se referem os §§ 1.º e 2.º. Aos previstos no § 6.º é aplicável a atenuação referida no § 2.º.

Furto de uso

Art. 241. Se a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava:

Pena — detenção, até seis meses.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se a coisa usada é veículo motorizado; e de um terço, se é animal de sela ou de tiro.

CAPÍTULO II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo simples

Art. 242. Subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante emprêgo ou ameaça de emprêgo de violência contra pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer modo, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena — reclusão, de quatro a quinze anos.

§ 1.º Na mesma pena incorre quem, em seguida à subtração da coisa, emprega ou ameaça empregar violência contra pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para outrem.

Roubo qualificado

§ 2.º A pena aumenta-se de um terço até metade:

I — se a violência ou ameaça é exercida com emprêgo de arma;

II — se há concurso de duas ou mais pessoas;

III — se a vítima está em serviço de transporte de valores, e o agente conhece tal circunstância;

IV — se a vítima está em serviço de natureza militar;

V — se é dolosamente causada lesão grave;

VI — se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis êsse resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.

Latrocínio

§ 3.º Se, para praticar o roubo, ou assegurar a impunidade do crime, ou a detenção da coisa, o agente ocasiona dolosamente a morte de alguém, a pena será de reclusão, de quinze a trinta anos, sendo irrelevante se a lesão patrimonial deixa de

consumar-se. Se há mais de uma vítima dessa violência à pessoa, aplica-se o disposto no art. 79.

Art. 243. Obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, constringendo alguém, mediante violência ou grave ameaça:

Extorsão simples

a) a praticar ou tolerar que se pratique ato lesivo do seu patrimônio, ou de terceiro;

b) a omitir ato de interesse do seu patrimônio, ou de terceiro:

Pena — reclusão, de quatro a quinze anos.

§ 1.º Aplica-se à extorsão o disposto no § 2.º do art. 242.

Formas qualificadas

§ 2.º Aplica-se à extorsão, praticada mediante violência, o disposto no § 3.º do art. 242.

Art. 244. Extorquir ou tentar extorquir para si ou para outrem, mediante seqüestro de pessoa, indevida vantagem econômica:

Extorsão mediante seqüestro

Pena — reclusão, de seis a quinze anos.

§ 1º Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, ou se o seqüestrado é menor de dezesseis ou maior de sessenta anos, ou se o crime é cometido por mais de duas pessoas, a pena é de reclusão de oito a vinte anos.

Formas qualificadas

§ 2º Se à pessoa seqüestrada, em razão de maus tratos ou da natureza do seqüestro, resulta grave sofrimento físico ou moral, a pena de reclusão é aumentada de um terço.

§ 3º Se o agente vem a empregar violência contra a pessoa seqüestrada, aplicam-se, correspondentemente, as disposições do art. 242, § 2º, ns. V e VI, e § 3º.

Art. 245. Obter ou tentar obter de alguém, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica, mediante a ameaça de revelar fato, cuja divulgação pode lesar a sua reputação ou de pessoa que lhe seja particularmente cara:

Chantagem

Pena — reclusão, de três a dez anos.

Parágrafo único. Se a ameaça é de divulgação pela imprensa, radiodifusão ou televisão, a pena é agravada.

Extorsão indireta

Art. 246. Obter de alguém, como garantia de dívida, abusando de sua premente necessidade, documento que pode dar causa a procedimento penal contra o devedor ou contra terceiro:

Pena — reclusão, até três anos.

Aumento de pena

Art. 247. Nos crimes previstos neste capítulo, a pena é agravada, se a violência é contra superior, ou militar de serviço.

CAPÍTULO III

DA APROPRIAÇÃO INDEBITA

Apropriação indebita simples

Art. 248. Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção:

Pena — reclusão, até seis anos.

Agravação de pena

Parágrafo único. A pena é agravada, se o valor da coisa excede vinte vezes o maior salário mínimo, ou se o agente recebeu a coisa:

I — em depósito necessário;

II — em razão de ofício, emprêgo ou profissão.

Apropriação de coisa havida acidentalmente

Art. 249. Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por êrro, caso fortuito ou força da natureza:

Pena: — detenção, até um ano.

Apropriação de coisa achada

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de quinze dias.

Art. 250. Nos crimes previstos neste capítulo, aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 240.

CAPÍTULO IV

DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

Art. 251. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em êrro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena — reclusão, de dois a sete anos.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I — vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia, coisa alheia como própria;

Disposição de coisa alheia como própria

II — vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

III — defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Defraudação de penhor

IV — defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que entrega a adquirente;

Fraude na entrega de coisa

V — defrauda de qualquer modo o pagamento de cheque que emitiu a favor de alguém.

Fraude no pagamento de cheque

§ 2º Os crimes previstos nos ns. I a V do parágrafo anterior são considerados militares somente nos casos do art. 9º, nº II, letras a e e.

§ 3º A pena é agravada, se o crime é cometido em detrimento da administração militar.

Agravação de pena

Art. 252. Abusar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de função, em unidade, reparação ou estabelecimento militar, da necessidade, paixão ou inexperiência, ou da doença ou deficiência mental de outrem, induzindo-o à prática de ato que produza efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro, ou em detrimento da administração militar;

Abuso de pessoa

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Art. 253. Nos crimes previstos neste capítulo, aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 240.

CAPÍTULO V

DA RECEPÇÃO

Art. 254. Adquirir, receber ou ocultar em proveito próprio ou alheio, coisa proveniente de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Recepção

Pena — reclusão, até cinco anos.

Parágrafo único. São aplicáveis os §§ 1º e 2º do art. 240.

**Receptação
culposa**

Art. 255. Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela manifesta desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena — detenção, até um ano.

Parágrafo único. Se o agente é primário e o valor da coisa não é superior a um décimo do salário mínimo, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

**Punibilidade da
receptação**

Art. 256. A receptação é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

CAPÍTULO VI

DA USURPAÇÃO

**Alteração de
limites**

Art. 257. Suprimir ou deslocar tapume, marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel sob administração militar:

Pena — detenção, até seis meses.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

**Usurpação de
águas**

I — desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas sob administração militar;

**Invasão de pro-
priedade**

II — invade, com violência à pessoa ou à coisa, ou com grave ameaça, ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, terreno ou edifício sob administração militar.

**Pena correspon-
dente à violência**

§ 2º Quando há emprêgo de violência, fica ressalvada a pena a esta correspondente.

**Aposição, supres-
são ou alteração
de marca**

Art. 258. Apor, suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, sob guarda ou administração militar, marca ou sinal indicativo de propriedade:

Pena — detenção, de seis meses a três anos.

CAPÍTULO VII

DO DANO

Dano simples

Art. 259. Destruir, inutilizar, deteriorar ou fazer desaparecer coisa alheia:

Pena — detenção, até seis meses.

Parágrafo único. Se se trata de bem público:

Pena — detenção, de seis meses a três anos.

Art. 260. Nos casos do artigo anterior, se o criminoso é primário e a coisa é de valor não excedente a um décimo do salário mínimo, o juiz pode atenuar a pena, ou considerar a infração como disciplinar.

Dano atenuado

Parágrafo único. O benefício previsto no artigo é igualmente aplicável, se, dentro das condições nêle estabelecidas, o criminoso repara o dano causado antes de instaurada a ação penal.

Art. 261. Se o dano é cometido:

Dano qualificado

I — com violência à pessoa ou grave ameaça;

II — com emprêgo de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III — por motivo egoístico ou com prejuízo considerável:

Pena — reclusão, até quatro anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 262. Praticar dano em material ou aparelhamento de guerra ou de utilidade militar, ainda que em construção ou fabricação, ou em efeitos recolhidos a depósito, pertencentes ou não às forças armadas:

Dano em material ou aparelhamento de guerra

Pena — reclusão, até seis anos.

Art. 263. Causar a perda, destruição, inutilização, encalhe, colisão ou alagamento de navio de guerra ou de navio mercante em serviço militar, ou nêle causar avaria:

Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar

Pena — reclusão, de três a dez anos.

§ 1º Se resulta lesão grave, a pena correspondente é aumentada da metade; se resulta a morte, é aplicada em dôbro.

§ 2º Se, para a prática do dano previsto no artigo, usou o agente de violência contra a pessoa, ser-lhe-á aplicada igualmente a pena a ela correspondente.

Art. 264. Praticar dano:

Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares

I — em aeronave, hangar, depósito, pista ou instalações de campo de aviação, engenho de guerra motomecanizado, viatura em comboio militar, arsenal, dique, doca, armazém, quartel, alojamento ou em qualquer outra instalação militar;

II — em estabelecimento militar sob regime industrial, ou centro industrial a serviço de construção ou fabricação militar:

Pena — reclusão, de dois a dez anos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nos parágrafos do artigo anterior.

**Desaparecimento,
consumção ou
extravio**

Art. 265. Fazer desaparecer, consumir ou extraviar combustível, armamento, munição, peças de equipamento de navio ou de aeronave ou de engenho de guerra motomecanizado:

Pena — reclusão, até três anos, se o fato não constitui crime mais grave.

**Modalidades
culposas**

Art. 266. Se o crime dos arts. 262, 263, 264 e 265 é culposo, a pena é de detenção de seis meses a dois anos; ou, se o agente é oficial, suspensão do exercício do posto de um a três anos, ou reforma; se resulta lesão corporal ou morte, aplica-se também a pena cominada ao crime culposo contra a pessoa, podendo ainda, se o agente é oficial, ser imposta a pena de reforma.

CAPÍTULO VIII

DA USURA

Usura pecuniária

Art. 267. Obter ou estipular, para si ou para outrem, no contrato de mútuo de dinheiro, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade do mutuário, juro que excede a taxa fixada em lei, regulamento ou ato oficial:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

**Casos assimi-
lados**

§ 1º Na mesma pena incorre quem, em repartição ou local sob administração militar, recebe vencimento ou provento de outrem, ou permite que estes sejam recebidos, auferindo ou permitindo que outrem aufera proveito cujo valor excede a taxa de três por cento.

**Agravação de
pena**

§ 2º A pena é agravada, se o crime é cometido por superior ou por funcionário em razão da função.

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Art. 268. Causar incêndio em lugar sujeito à administração militar, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Incêndio

Pena — reclusão, de três a oito anos.

§ 1º A pena é agravada:

Agravação de pena

I — se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária para si ou para outrem;

II — se o incêndio é:

a) em casa habitada ou destinada a habitação;

b) em edifício público ou qualquer construção destinada a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura;

c) em navio, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo;

d) em estação ferroviária, rodoviária, aeródromo ou construção portuária;

e) em estaleiro, fábrica ou oficina;

f) em depósito de explosivo, combustível ou inflamável;

g) em poço petrolífero ou galeria de mineração;

h) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

§ 2º Se culposo o incêndio:

Incêndio culposo

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 269. Causar ou tentar causar explosão, em lugar sujeito à administração militar, expondo a perigo a vida, a integridade ou o patrimônio de outrem:

Explosão

Pena — reclusão, até quatro anos.

§ 1º Se a substância utilizada é dinamite ou outra de efeitos análogos:

Forma qualificada

Pena — reclusão, de três a oito anos.

Agravação de pena	§ 2º A pena é agravada se ocorre qualquer das hipóteses previstas no § 1º, nº I, do artigo anterior, ou é visada ou atingida qualquer das coisas enumeradas no nº II do mesmo parágrafo.
	§ 3º Se a explosão é causada pelo desencadeamento de energia nuclear:
	Pena — reclusão, de cinco a vinte anos.
Modalidade culposa	§ 4º No caso de culpa, se a explosão é causada por dinamite ou substância de efeitos análogos, a pena é detenção, de seis meses a dois anos; se é causada pelo desencadeamento de energia nuclear, detenção de três a dez anos; nos demais casos, detenção de três meses a um ano.
Emprego de gás tóxico ou asfixiante	Art. 270. Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, em lugar sujeito à administração militar, usando de gás tóxico ou asfixiante ou prejudicial de qualquer modo à incolumidade da pessoa ou da coisa:
	Pena — reclusão, até cinco anos.
Modalidade culposa	Parágrafo único. Se o crime é culposos:
	Pena — detenção, de seis meses a dois anos.
Abuso de radiação	Art. 271. Expor a perigo a vida ou a integridade física de outrem, em lugar sujeito à administração militar, pelo abuso de radiação ionizante ou de substância radioativa:
	Pena — reclusão, até quatro anos.
Modalidade culposa	Parágrafo único. Se o crime é culposos:
	Pena — detenção, de seis meses a dois anos.
Inundação	Art. 272. Causar inundação, em lugar sujeito à administração militar, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:
	Pena — reclusão, de três a oito anos.
Modalidade culposa	Parágrafo único. Se o crime é culposos:
	Pena — detenção, de seis meses a dois anos.
Perigo de inundação	Art. 273. Remover, destruir ou inutilizar obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, em lugar sujeito à administração militar:
	Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 274. Causar desabamento ou desmoro-
namento, em lugar sujeito à administração mi-
litar, expondo a perigo a vida, a integridade fí-
sica ou o patrimônio de outrem:

**Desabamento ou
desmoroamento**

Pena — reclusão, até cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

**Modalidade
culposa**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 275. Subtrair, ocultar ou inutilizar, por
ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou
outro desastre ou calamidade, aparelho, material
ou qualquer meio destinado a serviço de combate
ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir
ou dificultar serviço de tal natureza:

**Subtração, ocul-
tação ou inuti-
lização de mate-
rial de socorro**

Pena — reclusão, de três a seis anos.

Art. 276. Praticar qualquer dos fatos pre-
vistas nos artigos anteriores dêste capítulo, ex-
pondo a perigo, embora em lugar não sujeito à
administração militar, navio, aeronave, material ou
engenho de guerra motomecanizado ou não, ainda
que em construção ou fabricação, destinados às
forças armadas, ou instalações especialmente a
serviço delas:

**Fatos que expõem
a perigo apare-
lhamento militar**

Pena — reclusão de dois a seis anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

**Modalidade
culposa**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 277. Se do crime doloso de perigo co-
mum resulta, além da vontade do agente, lesão
grave, a pena é aumentada de metade; se resulta
morte, é aplicada em dôbro. No caso de culpa,
se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-
se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena
cominada ao homicídio culposo, aumentada de um
têrço.

**Formas qualifica-
das pelo resul-
tado**

Art. 278. Difundir doença ou praga que
possa causar dano a floresta, plantação, pastagem
ou animais de utilidade econômica ou militar, em
lugar sob administração militar:

**Difusão de epi-
zootia ou praga
vegetal**

Pena — reclusão, até três anos.

Parágrafo único. No caso de culpa, a pena
é de detenção, até seis meses.

**Modalidade
culposa**

Embriaguez ao volante

Art. 279. Dirigir veículo motorizado, sob administração militar, na via pública, encontrando-se em estado de embriaguez, por bebida alcoólica, ou qualquer outro inebriante:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Perigo resultante de violação de regra de trânsito

Art. 280. Violar regra de regulamento de trânsito, dirigindo veículo sob administração militar, expondo a efetivo e grave perigo a incolumidade de outrem:

Pena — detenção, até seis meses.

Fuga após acidente de trânsito

Art. 281. Causar, na direção de veículo motorizado, sob administração militar, ainda que sem culpa, acidente de trânsito, de que resulte dano pessoal, e, em seguida, afastar-se do local, sem prestar socorro à vítima que dêle necessite:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, sem prejuízo das cominadas nos arts. 206 e 210.

Isenção de prisão em flagrante

Parágrafo único. Se o agente se abstém de fugir e, na medida que as circunstâncias o permitam, presta ou providencia para que seja prestado socorro à vítima, fica isento de prisão em flagrante.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA OS MEIOS DE TRANSPORTE E DE COMUNICAÇÃO

Perigo de desastre ferroviário

Art. 282. Impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro, sob administração ou requisição militar emanada de ordem legal:

I — danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante ou de tração, obra de arte ou instalação;

II — colocando obstáculo na linha;

III — transmitindo falso aviso acerca do movimento dos veículos, ou interrompendo ou embaraçando o funcionamento dos meios de comunicação;

IV — praticando qualquer outro ato de que possa resultar desastre:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

Desastre efetivo

§ 1º Se do fato resulta desastre:

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

§ 2º Se o agente quis causar o desastre ou assumiu o risco de produzi-lo:

Pena — reclusão, de quatro a quinze anos.

§ 3º No caso de culpa, ocorrendo desastre:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

§ 4º Para os efeitos dêste artigo, entende-se por «estrada de ferro» qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou por meio de cabo aéreo.

Art. 283. Expor a perigo aeronave, ou navio próprio ou alheio, sob guarda, proteção ou requisição militar emanada de ordem legal, ou em lugar sujeito à administração militar, bem como praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação aérea, marítima, fluvial ou lacustre sob administração, guarda ou proteção militar:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

§ 1º Se do fato resulta naufrágio, submersão ou encalhe do navio, ou a queda ou destruição da aeronave:

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

§ 2º No caso de culpa, se ocorre o sinistro:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 284. Expor a perigo viatura ou outro meio de transporte militar, ou sob guarda, proteção ou requisição militar emanada de ordem legal, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

Pena — reclusão, até três anos.

§ 1º Se do fato resulta desastre, a pena é reclusão de dois a cinco anos.

§ 2º No caso de culpa, se ocorre desastre:

Pena — detenção, até um ano.

Art. 285. Se de qualquer dos crimes previstos nos arts. 282 a 284, no caso de desastre ou sinistro, resulta morte de alguém, aplica-se o disposto no art. 277.

Art. 286. Arremessar projétil contra veículo militar, em movimento, destinado a transporte por terra, por água ou pelo ar:

Pena — detenção, até seis meses.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal, a pena é de detenção, de seis meses a

Modalidade
culposa

Conceito de "estrada de ferro"

Atentado contra
transporte

Superveniência do
sinistro

Modalidade
culposa

Atentado contra
viatura ou outro
meio de trans-
porte

Desastre efetivo

Modalidade
culposa

Formas qualifi-
cadas pelo resul-
tado

Arremêso de
projétil

Forma qualifica-
da pelo resultado

dois anos; se resulta morte, a pena é a do homicídio culposo, aumentada de um terço.

**Atentado contra
serviço de utili-
dade militar**

Art. 287. Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou acesso, ou qualquer outro de utilidade, em edifício ou outro lugar sujeito à administração militar:

Pena — reclusão, até cinco anos.

Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de um terço até metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento do serviço.

**Interrupção ou
perturbação de
serviço ou meio
de comunicação**

Art. 288. Interromper, perturbar ou dificultar serviço telegráfico, telefônico, telemétrico, de televisão, telepercepção, sinalização, ou outro meio de comunicação militar; ou impedir ou dificultar a sua instalação em lugar sujeito à administração militar, ou desde que para esta seja de interesse qualquer daqueles serviços ou meios:

Pena — detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

Art. 289. Nos crimes previstos neste capítulo, a pena será agravada, se forem cometidos em ocasião de calamidade pública.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE

**Tráfico, posse ou
uso de entorpe-
cente ou substân-
cia de efeito si-
milat**

Art. 290. Receber, preparar, produzir, vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ainda que para uso próprio, guardar, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena — reclusão, até cinco anos.

Casos assimilados

§ 1º Na mesma pena incorre, ainda que o fato incriminado ocorra em lugar não sujeito à administração militar:

I — o militar que fornece, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a outro militar;

II — o militar que, em serviço ou em missão de natureza militar, no país ou no estrangeiro, pratica qualquer dos fatos especificados no artigo;

III — quem fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a militar em serviço, ou em manobras ou exercício.

§ 2º Se o agente é farmacêutico, médico, dentista ou veterinário:

Forma qualificada

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Art. 291. Prescrever o médico ou dentista militar, ou aviar o farmacêutico militar receita, ou fornecer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, fora dos casos indicados pela terapêutica, ou em dose evidentemente maior que a necessária, ou com infração de preceito legal ou regulamentar, para uso de militar, ou para entrega a este; ou para qualquer fim, a qualquer pessoa, em consultório, gabinete, farmácia, laboratório ou lugar, sujeitos à administração militar:

Receita ilegal

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre:

Casos assimilados

I — o militar ou funcionário que, tendo sob sua guarda ou cuidado substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em farmácia, laboratório, consultório, gabinete ou depósito militar, dela lança mão para uso próprio ou de outrem, ou para destino que não seja lícito ou regular;

II — quem subtrai substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou dela se apropria, em lugar sujeito à administração militar, sem prejuízo da pena decorrente da subtração ou apropriação indébita;

III — quem induz ou instiga militar em serviço ou em manobras ou exercício a usar substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;

IV — quem contribui, de qualquer forma, para incentivar ou difundir o uso de substância

entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em quartéis, navios, arsenais, estabelecimentos industriais, alojamentos, escolas, colégios ou outros quaisquer estabelecimentos ou lugares sujeitos à administração militar, bem como entre militares que estejam em serviço, ou o desempenhem em missão para a qual tenham recebido ordem superior ou tenham sido legalmente requisitados.

Epidemia

Art. 292. Causar epidemia, em lugar sujeito à administração militar, mediante propagação de germes patogênicos:

Pena — reclusão, de cinco a quinze anos.

Forma qualificada

§ 1º Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

**Modalidade
culposa**

§ 2º No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

**Envenenamento
com perigo ex-
tensivo**

Art. 293. Envenenar água potável ou substância alimentícia ou medicinal, expondo a perigo a saúde de militares em manobras ou exercício, ou de indefinido número de pessoas, em lugar sujeito à administração militar:

Pena — reclusão, de cinco a quinze anos.

Caso assimilado

§ 1º Está sujeito à mesma pena quem em lugar sujeito à administração militar, entrega a consumo, ou tem em depósito, para o fim de ser distribuída, água ou substância envenenada.

**Forma
qualificada**

§ 2º Se resulta a morte de alguém:

Pena — reclusão, de quinze a trinta anos.

**Modalidade
culposa**

§ 3º Se o crime é culposos, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; ou, se resulta a morte, de dois a quatro anos.

**Corrupção ou po-
lução de água
potável**

Art. 294. Corromper ou poluir água potável de uso de quartel, fortaleza, unidade, navio, aeronave ou estabelecimento militar, ou de tropa em manobras ou exercício, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

**Modalidade
culposa**

Parágrafo único. Se o crime é culposos:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

**Fornecimento
de substância
nociva**

Art. 295. Fornecer às forças armadas substância alimentícia ou medicinal corrompida, adulterada ou falsificada, tornada, assim, nociva à saúde:

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Modalidade
culposa

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 296. Fornecer às forças armadas substância alimentícia ou medicinal alterada, reduzindo, assim, o seu valor nutritivo ou terapêutico:

Fornecimento de
substância alte-
rada

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Modalidade
culposa

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 297. Deixar o médico militar, no exercício da função, de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória:

Omissão de noti-
ficação de
doença

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

TÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR

CAPÍTULO I

DO DESACATO E DA DESOBEDIÊNCIA

Art. 298. Desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade:

Desacato a su-
perior

Pena — reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é agravada, se o superior é oficial general ou comandante da unidade a que pertence o agente.

Agravação da
pena

Art. 299. Desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela:

Desacato a
militar

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui outro crime.

Art. 300. Desacatar assemelhado ou funcionário civil no exercício de função ou em razão dela, em lugar sujeito à administração militar:

Desacato a asse-
melhado ou fun-
cionário

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui outro crime.

Desobediência

Art. 301. Desobedecer a ordem legal de autoridade militar:

Pena — detenção, até seis meses.

Ingresso clandestino

Art. 302. Penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, por onde seja defeso ou não haja passagem regular, ou iludindo a vigilância da sentinela ou de vigia:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO II

DO PECULATO

Peculato

Art. 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena — reclusão, de três a quinze anos.

§ 1.º A pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo.

Peculato-furto

§ 2.º Aplica-se a mesma pena a quem, embora não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário.

Peculato culposo

§ 3.º Se o funcionário ou o militar contribui culposamente para que outrem subtraia ou desvie o dinheiro, valor ou bem, ou dêle se aproprie:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Extinção ou minoração da pena

§ 4.º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Art. 304. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo ou comissão, recebeu por êrro de outrem:

**Peculato median-
te aproveitamen-
to do êrro de
outrem**

Pena — reclusão, de dois a sete anos.

CAPÍTULO III

DA CONCUSSÃO, EXCESSO DE EXAÇÃO E DESVIO

Art. 305. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Concussão

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Art. 306. Exigir impôsto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

**Excesso de exa-
ção**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 307. Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão do cargo ou função, para recolher aos cofres públicos:

Desvio

Pena — reclusão, de dois a doze anos.

CAPÍTULO IV

DA CORRUPÇÃO

Art. 308. Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Corrupção passiva

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

§ 1.º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o agente retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Aumento de pena

**Diminuição de
pena**

§ 2º Se o agente pratica, deixa de praticar ou retarda o ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Corrupção ativa

Art. 309. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional:

Pena — reclusão, até oito anos.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem, dádiva ou promessa, é retardado ou omitido o ato, ou praticado com infração de dever funcional.

**Participação
ilícita**

Art. 310. Participar, de modo ostensivo ou simulado, diretamente ou por interposta pessoa, em contrato, fornecimento, ou concessão de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre que deva informar ou exercer fiscalização em razão do ofício:

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem adquire para si, direta ou indiretamente, ou por ato simulado, no todo ou em parte, bens ou efeitos em cuja administração, depósito, guarda, fiscalização ou exame, deve intervir em razão de seu emprego ou função, ou entra em especulação de lucro ou interesse, relativamente a esses bens ou efeitos.

CAPÍTULO V**DA FALSIDADE****Falsificação de
documento**

Art. 311. Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena — sendo documento público, reclusão, de dois a seis anos; sendo documento particular, reclusão, até cinco anos.

Art. 315. Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores:

Uso de documento
falso

Pena — a cominada à falsificação ou à alteração.

Art. 316. Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento verdadeiro, de que não podia dispor, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Supressão de documento

Pena — reclusão, de dois a seis anos, se o documento é público; reclusão, até cinco anos, se o documento é particular.

Art. 317. Usar, como próprio, documento de identidade alheia, ou de qualquer licença ou privilégio em favor de outrem, ou ceder a outrem documento próprio da mesma natureza, para que dêle se utilize, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Uso de documento
pessoal alheio

Pena — detenção, até seis meses, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Art. 318. Atribuir-se, ou a terceiro, perante a administração militar, falsa identidade, para obter vantagem em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:

Falsa identidade

Pena — detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA O DEVER FUNCIONAL

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Prevaricação

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Agravação da pena	§ 1.º A pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.
Documento por equiparação	§ 2.º Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.
Falsidade ideológica	Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar: Pena — reclusão, até cinco anos, se o documento é público; reclusão, até três anos, se o documento é particular.
Cheque sem fundos	Art. 313. Emitir cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, se a emissão é feita de militar em favor de militar, ou se o fato atenta contra a administração militar: Pena — reclusão, até cinco anos.
Circunstância irrelevante	§ 1.º Salvo o caso do art. 245, é irrelevante ter sido o cheque emitido para servir como título ou garantia de dívida.
Atenuação de pena	§ 2.º Ao crime previsto no artigo aplica-se o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 240.
Certidão ou atestado ideologicamente falso	Art. 314. Atestar ou certificar falsamente, em razão de função, ou profissão, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo, posto ou função, ou isenção de ônus ou de serviço, ou qualquer outra vantagem, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar: Pena — detenção, até dois anos.
Agravação de pena	Parágrafo único. A pena é agravada se o crime é praticado com o fim de lucro ou em prejuízo de terceiro.

Art. 320. Violar, em qualquer negócio de que tenha sido incumbido pela administração militar, seu dever funcional para obter especulativamente vantagem pessoal, para si ou para outrem:

Violação do dever funcional com o fim de lucro

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Art. 321. Extraviar livro oficial, ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Pena — reclusão, de dois a seis anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 322. Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Condescendência criminosa

Pena — se o fato foi praticado por indulgência, detenção até seis meses; se por negligência, detenção até três meses.

Art. 323. Deixar, no exercício de função, de incluir, por negligência, qualquer nome em relação ou lista para o efeito de alistamento ou de convocação militar:

Não inclusão de nome em lista

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 324. Deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar:

Inobservância de lei, regulamento ou instrução

Pena — se o fato foi praticado por tolerância, detenção até seis meses; se por negligência, suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, de três meses a um ano.

Art. 325. Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência dirigida à administração militar, ou por esta expedida:

Violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação

Pena — detenção, de dois a seis meses, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, ainda que não seja funcionário, mas desde que o fato atente contra a administração militar:

I — indevidamente se se apossa de correspondência, embora não fechada, e no todo ou em parte a sonega ou destrói;

II — indevidamente divulga, transmite a outrem, ou abusivamente utiliza comunicação de interesse militar;

III — impede a comunicação referida no número anterior.

Violação de sigilo funcional

Art. 326. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, em prejuízo da administração militar:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Violação de sigilo de proposta de concorrência

Art. 327. Devassar o sigilo de proposta de concorrência de interesse da administração militar ou proporcionar a terceiro o ensino de devassá-lo:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Obstáculo à hasta pública, concorrência ou tomada de preços

Art. 328. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de hasta pública, concorrência ou tomada de preços, de interesse da administração militar:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Exercício funcional ilegal

Art. 329. Entrar no exercício de posto ou função militar, ou de cargo ou função em repartição militar, antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar o exercício, sem autorização, depois de saber que foi exonerado, ou afastado, legal e definitivamente, qualquer que seja o ato determinante do afastamento:

Pena — detenção, até quatro meses, se o fato não constitui crime mais grave.

Abandono de cargo

Art. 330. Abandonar cargo público, em repartição ou estabelecimento militar:

Pena — detenção, até dois meses.

Formas qualificadas

§ 1.º Se do fato resulta prejuízo à administração militar:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

§ 2.º Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena — detenção, de um a três anos.

Art. 331. Dar às verbas ou ao dinheiro público aplicação diversa da estabelecida em lei:

Aplicação ilegal de verba ou dinheiro

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 332. Abusar da confiança ou boa-fé de militar, assemelhado ou funcionário, em serviço ou em razão deste, apresentando-lhe ou remetendo-lhe, para aprovação, recebimento, anuência ou aposição de visto, relação, nota, empenho de despesa, ordem ou folha de pagamento, comunicação, ofício ou qualquer outro documento, que sabe, ou deve saber, serem inexatos ou irregulares, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Abuso de confiança ou boa-fé

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º A pena é agravada, se do fato decorre prejuízo material ou processo penal militar para a pessoa de cuja confiança ou boa-fé se abusou.

Forma qualificada

§ 2º Se a apresentação ou remessa decorre de culpa:

Modalidade culposa

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 333. Praticar violência, em repartição ou estabelecimento militar, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Violência arbitrária

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, além da correspondente à violência.

Art. 334. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de funcionário ou de militar:

Patrocínio indébito

Pena — detenção, até três meses.

Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO
MILITAR**Usurpação de
função**

Art. 335. Usurpar o exercício de função em repartição ou estabelecimento militar:

Pena — detenção, de três meses a dois anos.

**Tráfico de in-
fluência**

Art. 336. Obter para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em militar ou assemelhado ou funcionário de repartição militar, no exercício de função:

Pena — reclusão, até cinco anos.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao militar ou assemelhado, ou ao funcionário.

**Subtração ou inu-
tilização de livro,
processo ou do-
cumento**

Art. 337. Subtrair ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou qualquer documento, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

**Inutilização de
edital ou de sinal
oficial**

Art. 338. Rasgar, ou de qualquer forma inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem da autoridade militar; violar ou inutilizar sêlo ou sinal empregado, por determinação legal ou ordem de autoridade militar, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena — detenção, até um ano.

**Impedimento,
perturbação ou
fraude de concor-
rência**

Art. 339. Impedir, perturbar ou fraudar em prejuízo da Fazenda Nacional, concorrência, hasta pública ou tomada de preços ou outro qualquer processo administrativo para aquisição ou venda de coisas ou mercadorias de uso das forças armadas, seja elevando arbitrariamente os preços, auferindo lucro excedente a um quinto do valor

da transação, seja alterando substância, qualidade ou quantidade da coisa ou mercadoria fornecida, seja impedindo a livre concorrência de outros fornecedores, ou por qualquer modo tornando mais onerosa a transação:

Pena — detenção, de um a três anos.

§ 1º Na mesma pena incorre o intermediário na transação.

§ 2º É aumentada a pena de um terço, se o crime ocorre em período de grave crise econômica.

TÍTULO VIII

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 340. Recusar o militar ou assemelhado exercer, sem motivo legal, função que lhe seja atribuída na administração da Justiça Militar:

Pena — suspensão do exercício do posto ou cargo, de dois a seis meses.

Art. 341. Desacatar autoridade judiciária militar no exercício da função ou em razão dela:

Pena — reclusão, até quatro anos.

Art. 342. Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona, ou é chamada a intervir em inquérito policial, processo administrativo ou judicial militar:

Pena — reclusão, até quatro anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 343. Dar causa à instauração de inquérito policial ou processo judicial militar contra alguém, imputando-lhe crime sujeito à jurisdição militar, de que o sabe inocente:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto.

Art. 344. Provocar a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime sujeito à jurisdição militar, que sabe não se ter verificado:

Pena — detenção, até seis meses.

**Recusa de função
na Justiça Militar**

Desacato

Coação

**Denunciação ca-
luniosa**

**Agravação de
pena**

**Comunicação
falsa de crime**

**Auto-acusação
falsa**

Art. 345. Acusar-se, perante a autoridade, de crime sujeito à jurisdição militar, inexistente ou praticado por outrem:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

**Falso testemunho
ou falsa perícia**

Art. 346. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em inquérito policial, processo administrativo ou judicial, militar:

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Aumento de pena

§ 1º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado mediante suborno.

Retratação

§ 2º O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença o agente se retrata ou declara a verdade.

**Corrupção ativa
de testemunha,
perito ou intér-
prete**

Art. 347. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação, em inquérito policial, processo administrativo ou judicial, militar, ainda que a oferta não seja aceita:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

**Publicidade
opressiva**

Art. 348. Fazer pela imprensa, rádio ou televisão, antes da intercorrência de decisão definitiva em processo penal militar, comentário tendente a exercer pressão sobre declaração de testemunha ou laudo de perito:

Pena — detenção, até seis meses.

**Desobediência a
decisão judicial**

Art. 349. Deixar, sem justa causa, de cumprir decisão da Justiça Militar, ou retardar ou fraudar o seu cumprimento:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

§ 1º No caso de transgressão dos arts. 116, 117 e 118, a pena será cumprida sem prejuízo da execução da medida de segurança.

§ 2º Nos casos do art. 118 e seus §§ 1º e 2º, a pena pela desobediência é aplicada ao representante, ou representantes legais, do estabelecimento, sociedade ou associação.

Art. 350. Auxiliar a subtrair-se à ação da autoridade autor de crime militar, a que é cominada pena de morte ou reclusão:

Favorecimento pessoal

Pena — detenção, até seis meses.

§ 1º Se ao crime é cominada pena de detenção ou impedimento, suspensão ou reforma:

Diminuição de pena

Pena — detenção, até três meses.

§ 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento da pena.

Isenção de pena

Art. 351. Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Favorecimento real

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Art. 352. Inutilizar, total ou parcialmente, sonegar ou dar descaminho a autos, documento ou objeto de valor probante, que tem sob guarda ou recebe para exame:

Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante

Pena — detenção, de seis meses a três anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. Se a inutilização ou o descaminho resulta de ação ou omissão culposa:

Modalidade culposa

Pena — detenção, até seis meses.

Art. 353. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, na Justiça Militar:

Exploração de prestígio

Pena — reclusão, até cinco anos.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se o agente alega ou insinua que o

Aumento de pena

dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas no artigo.

Desobediência a
decisão sobre
perda ou suspen-
são de atividade
ou direito

Art. 354. Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão da Justiça Militar:

Pena — detenção, de três meses a dois anos.

LIVRO II

DOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA

TÍTULO I

DO FAVORECIMENTO AO INIMIGO

CAPÍTULO I

DA TRAIÇÃO

Traição

Art. 355. Tomar o nacional armas contra o Brasil ou Estado aliado, ou prestar serviço nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Favor ao inimigo

Art. 356. Favorecer ou tentar o nacional favorecer o inimigo, prejudicar ou tentar prejudicar o bom êxito das operações militares, comprometer ou tentar comprometer a eficiência militar:

I — empreendendo ou deixando de empreender ação militar;

II — entregando ao inimigo ou expondo a perigo dessa consequência navio, aeronave, força ou posição, engenho de guerra motomecanizado, provisões ou qualquer outro elemento de ação militar;

III — perdendo, destruindo, inutilizando, deteriorando ou expondo a perigo de perda, destruição, inutilização ou deterioração, navio, aeronave, engenho de guerra motomecanizado, provisões ou qualquer outro elemento de ação militar;

IV — sacrificando ou expondo a perigo de sacrificio fôrça militar;

V — abandonando posição ou deixando de cumprir missão ou ordem:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 357. Praticar o nacional o crime definido no art. 142:

Tentativa contra a soberania do Brasil

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 358. Entrar o nacional em conluio, usar de violência ou ameaça, provocar tumulto ou desordem com o fim de obrigar o comandante a não empreender ou a cessar ação militar, a recuar ou render-se:

Coação a comandante

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 359. Prestar o nacional ao inimigo informação ou auxílio que lhe possa facilitar a ação militar:

Informação ou auxílio ao inimigo

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 360. Aliciar o nacional algum militar a passar-se para o inimigo ou prestar-lhe auxílio para êsse fim:

Aliciação de militar

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 361. Provocar o nacional, em presença do inimigo, a debandada de tropa, ou guarnição, impedir a reunião de uma ou outra ou causar alarme, com o fim de nelas produzir confusão, desalento ou desordem:

Ato prejudicial à eficiência da tropa

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO II

DA TRAIÇÃO IMPRÓPRIA

Art. 362. Praticar o estrangeiro os crimes previstos nos arts. 356, ns. I, primeira parte, II, III e IV, 357 a 361:

Traição imprópria

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de dez anos, grau mínimo.

CAPÍTULO III

DA COBARDIA

Cobardia

Art. 363. Subtrair-se ou tentar subtrair-se o militar, por temor, em presença do inimigo, ao cumprimento do dever militar:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Cobardia qualificada

Art. 364. Provocar o militar, por temor, em presença do inimigo, a debandada de tropa ou guarnição; impedir a reunião de uma ou outra, ou causar alarme com o fim de nelas produzir confusão, desalento ou desordem:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Fuga em presença do inimigo

Art. 365. Fugir o militar, ou incitar à fuga, em presença do inimigo:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO IV

DA ESPIONAGEM

Espionagem

Art. 366. Praticar qualquer dos crimes previstos nos arts. 143 e seu § 1º, 144 e seus §§ 1º e 2º, e 146, em favor do inimigo ou comprometendo a preparação, a eficiência ou as operações militares:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Caso de concurso

Parágrafo único. No caso de concurso por culpa, para execução do crime previsto no art. 143, § 2º, ou de revelação culposa (art. 144, § 3º):

Pena — reclusão, de três a seis anos.

Penetração de estrangeiro

Art. 367. Entrar o estrangeiro em território nacional, ou insinuar-se em força ou unidade em operações de guerra, ainda que fora do território nacional, a fim de colher documento, notícia ou informação de caráter militar, em benefício do inimigo, ou em prejuízo daquelas operações:

Pena — reclusão, de dez a vinte anos, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO V

DO MOTIM E DA REVOLTA

Art. 368. Praticar qualquer dos crimes definidos nos arts. 149 e seu parágrafo único, e 152:

**Motim, revolta
ou conspiração**

Pena — aos cabeças, morte, grau máximo; reclusão, de quinze anos, grau mínimo. Aos co-autores, reclusão, de dez a trinta anos.

Parágrafo único. Se o fato é praticado em presença do inimigo:

Forma qualificada

Pena — aos cabeças, morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo. Aos co-autores, morte, grau máximo; reclusão, de quinze anos, grau mínimo.

Art. 369. Praticar o crime previsto no artigo 151:

**Omissão de lealdade
militar**

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

CAPÍTULO VI

DO INCITAMENTO

Art. 370. Incitar militar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar:

Incitamento

Pena — reclusão, de três a dez anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem introduz, afixa ou distribui, em lugar sujeito à administração militar, impressos, manuscritos ou material mimeografado, fotocopiado ou gravado, em que se contenha incitamento à prática dos atos previstos no artigo.

Art. 371. Praticar qualquer dos crimes previstos no art. 370 e seu parágrafo, em presença do inimigo:

**Incitamento em
presença do ini-
migo**

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de dez anos, grau mínimo.

CAPÍTULO VII

DA INOBSERVANCIA DO DEVER MILITAR

Rendição ou capitulação

Art. 372. Render-se o comandante, sem ter esgotado os recursos extremos de ação militar; ou, em caso de capitulação, não se conduzir de acôrdo com o dever militar:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Omissão de viglância

Art. 373. Deixar-se o comandante surpreender pelo inimigo.

Pena — detenção, de um a três anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Resultado mais grave

Parágrafo único. Se o fato compromete as operações militares:

Pena — reclusão, de cinco a vinte anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Descumprimento do dever militar

Art. 374. Deixar, em presença do inimigo, de conduzir-se de acôrdo com o dever militar:

Pena — reclusão, até cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Falta de cumprimento de ordem

Art. 375. Dar causa, por falta de cumprimento de ordem, à ação militar do inimigo:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Resultado mais grave

Parágrafo único. Se o fato expõe a perigo fôrça, posição ou outros elementos de ação militar:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Entrega ou abandono culposo

Art. 376. Dar causa, por culpa, ao abandono ou à entrega ao inimigo de posição, navio, aeronave, engenho de guerra, provisões, ou qualquer outro elemento de ação militar:

Pena — reclusão, de dez a trinta anos.

Captura ou sacrifício culposo

Art. 377. Dar causa, por culpa, ao sacrifício ou captura de fôrça sob o seu comando:

Pena — reclusão, de dez a trinta anos.

**Separação repro-
vável**

Art. 378. Separar o comandante, em caso de capitulação, a sorte própria da dos oficiais e praças:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Art. 379. Abandonar comboio, cuja escolta lhe tenha sido confiada:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Se do fato resulta avaria grave, ou perda total ou parcial do comboio:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

§ 2º Separar-se, por culpa, do comboio ou da escolta:

Pena — reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem, de igual forma, abandona material de guerra, cuja guarda lhe tenha sido confiada.

Art. 380. Permanecer o oficial, por culpa, separado do comando superior:

Pena — reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 381. Deixar, por culpa, evadir-se prisioneiro:

Pena — reclusão, até quatro anos.

Art. 382. Entrar o militar, sem autorização, em entendimento com outro militar ou emissário de país inimigo, ou servir, para esse fim, de intermediário:

Pena — reclusão, até três anos, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO VIII

DO DANO

Art. 383. Praticar ou tentar praticar qualquer dos crimes definidos nos arts. 262, 263, §§ 1º e 2º, e 264, em benefício do inimigo, ou comprometendo ou podendo comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Parágrafo único. Se o crime é culposos:

Pena — detenção, de quatro a dez anos.

Art. 384. Danificar serviço de abastecimento de água, luz ou força, estrada, meio de transporte, instalação telegráfica ou outro meio de comunicação, depósito de combustível, infla-

Abandono de comboio

Resultado mais grave

Modalidade culposa

Caso assimilado

Separação culposa de comando

Tolerância culposa

Entendimento com o inimigo

Dano especial

Modalidade culposa

Dano em bens de interesse militar

máveis, matérias-primas necessárias à produção, depósito de víveres ou forragens, mina, fábrica, usina ou qualquer estabelecimento de produção de artigo necessário à defesa nacional ou ao bem-estar da população e, bem assim, rebanho, lavoura ou plantação, se o fato compromete ou pode comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares, ou de qualquer forma atenta contra a segurança externa do país:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

**Envenenamento,
corrupção ou
epidemia**

Art. 385. Envenenar ou corromper água potável, víveres ou forragens, ou causar epidemia mediante a propagação de germes patogênicos, se o fato compromete ou pode comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares, ou de qualquer forma atenta contra a segurança externa do país:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

**Modalidade
culposa**

Parágrafo único. Se o crime é culposos: .

Pena — detenção, de dois a oito anos.

CAPÍTULO IX

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

**Crimes de perigo
comum**

Art. 386. Praticar crime de perigo comum definido nos arts. 268 a 276 e 278, na modalidade dolosa:

I — se o fato compromete ou pode comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares;

II — se o fato é praticado em zona de efetivas operações militares e dêle resulta morte:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO X

DA INSUBORDINAÇÃO E DA VIOLENCIA

**Recusa de obe-
diência ou opo-
sição**

Art. 387. Praticar, em presença do inimigo, qualquer dos crimes definidos nos arts. 163 e 164:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de dez anos, grau mínimo.

Art. 388. Exercer coação contra oficial general ou comandante da unidade, mesmo que não seja superior, com o fim de impedir-lhe o cumprimento do dever militar:

Coação contra
oficial general ou
comandante

Pena — reclusão, de cinco a quinze anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 389. Praticar qualquer dos crimes definidos nos arts. 157 e 158, a que esteja cominada, no máximo, reclusão, de trinta anos:

Violência contra
superior ou mili-
tar de serviço

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Parágrafo único. Se ao crime não é cominada, no máximo, reclusão de trinta anos, mas é praticado com arma e em presença do inimigo:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de quinze anos, grau mínimo.

CAPÍTULO XI

DO ABANDONO DE PÔSTO

Art. 390. Praticar, em presença do inimigo, crime de abandono de pôsto, definido no art. 195:

Abandono de
pôsto

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO XII

DA DESERÇÃO E DA FALTA DE APRESENTAÇÃO

Art. 391. Praticar crime de deserção definido no Capítulo II, do Título III, do Livro I, da Parte Especial:

Deserção

Pena — a cominada ao mesmo crime, com aumento da metade, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. Os prazos para a consumação do crime são reduzidos de metade.

Art. 392. Desertar em presença do inimigo:

Deserção em pre-
sença do inimigo

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Falta de apre-
sentação

Art. 393. Deixar o convocado, no caso de mobilização total ou parcial, de apresentar-se, dentro do prazo marcado, no centro de mobilização ou ponto de concentração:

Pena — detenção, de um a seis anos.

Parágrafo único. Se o agente é oficial da reserva, aplica-se a pena com aumento de um terço.

CAPÍTULO XIII

DA LIBERTAÇÃO, DA EVASÃO E DO AMOTINAMENTO DE PRISIONEIRO

Libertação de
prisioneiro

Art. 394. Promover ou facilitar a libertação de prisioneiro de guerra sob guarda ou custódia de força nacional ou aliada:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de quinze anos, grau mínimo.

Evasão de pri-
sioneiro

Art. 395. Evadir-se prisioneiro de guerra e voltar a tomar armas contra o Brasil ou Estado aliado:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Parágrafo único. Na aplicação deste artigo, serão considerados os tratados e as convenções internacionais, aceitos pelo Brasil relativamente ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Amotinamento
de prisioneiros

Art. 396. Amotinarem-se prisioneiros em presença do inimigo:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO XIV

DO FAVORECIMENTO CULPOSO AO INIMIGO

Favorecimento
culposo

Art. 397. Contribuir culposamente para que alguém pratique crime que favoreça o inimigo:

Pena — reclusão, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

TÍTULO II

DA HOSTILIDADE E DA ORDEM
ARBITRÁRIA

Art. 398. Prolongar o comandante as hostilidades, depois de oficialmente saber celebrada a paz ou ajustado o armistício.

**Prolongamento
de hostilidades**

Pena — reclusão, de dois a dez anos.

Art. 399. Ordenar o comandante contribuição de guerra, sem autorização, ou excedendo os limites desta:

Ordem arbitrária

Pena — reclusão, até três anos.

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DO HOMICÍDIO

Art. 400. Praticar homicídio, em presença do inimigo:

Homicídio simples

I — no caso do art. 205:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos;

II — no caso do § 1º do art. 205, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço;

III — no caso do § 2º do art. 205:

Homicídio qualificado

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

CAPÍTULO II

DO GENOCÍDIO

Art. 401. Praticar, em zona militarmente ocupada, o crime previsto no art. 208:

Genocídio

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

Casos
assimilados

Art. 402. Praticar, com o mesmo fim e na zona referida no artigo anterior, qualquer dos atos previstos nos ns. I, II, III, IV ou V, do parágrafo único, do art. 208:

Pena — reclusão, de seis a vinte e quatro anos.

CAPÍTULO III

DA LESÃO CORPORAL

Lesão leve

Art. 403. Praticar, em presença do inimigo, o crime definido no art. 209:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Lesão grave

§ 1º No caso do § 1º do art. 209:

Pena — reclusão, de quatro a dez anos.

§ 2º No caso do § 2º do art. 209:

Pena — reclusão, de seis a quinze anos.

Lesões qualifica-
das pelo resul-
tado

§ 3º No caso do § 3º do art. 209:

Pena — reclusão, de oito a vinte anos no caso de lesão grave; — reclusão, de dez a vinte e quatro anos, no caso de morte.

Minoração facul-
tativa da pena

§ 4º No caso do § 4º do art. 209, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

§ 5º No caso do § 5º do art. 209, o juiz pode diminuir a pena de um terço.

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Furto

Art. 404. Praticar crime de furto definido nos arts. 240 e 241 e seus parágrafos, em zona de operações militares ou em território militarmente ocupado:

Pena — reclusão, no dobro da pena cominada para o tempo de paz.

Roubo
ou extorsão

Art. 405. Praticar crime de roubo, ou de extorsão definidos nos arts. 242, 243 e 244, em zona de operações militares ou em território militarmente ocupado:

Pena — morte, grau máximo, se cominada pena de reclusão de trinta anos; reclusão pelo

dôbro da pena para o tempo de paz, nos outros casos.

Art. 406. Praticar o saque em zona de operações militares ou em território militarmente ocupado:

Saque

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo.

TÍTULO V

DO RAPTO E DA VIOLÊNCIA CARNAL

Art. 407. Raptar mulher honesta, mediante violência ou grave ameaça, para fim libidinoso, em lugar de efetivas operações militares:

Rapto

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

§ 1º Se da violência resulta lesão grave:

Resultado mais grave

Pena — reclusão, de seis a dez anos.

§ 2º Se resulta morte:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

§ 3º Se o autor, ao efetuar o rapto, ou em seguida a êste, pratica outro crime contra a raptada, aplicam-se, cumulativamente, a pena correspondente ao rapto e a cominada ao outro crime.

Cumulação de pena

Art. 408. Praticar qualquer dos crimes de violência carnal definidos nos arts. 232 e 233, em lugar de efetivas operações militares:

Violência carnal

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

Parágrafo único. Se da violência resulta:

Resultado mais grave

a) lesão grave:

Pena — reclusão, de oito a vinte anos;

b) morte:

Pena — morte, grau máximo; reclusão, de quinze anos, grau mínimo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 409. São revogados o Decreto-lei número 6.227, de 24 de janeiro de 1944, e demais disposições contrárias a este Código, salvo as leis especiais que definem os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

Art. 410. Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1970.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva.

DECRETO-LEI Nº 1.002 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código de Processo Penal Militar

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

LIVRO I

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DA LEI DE PROCESSO PENAL MILITAR E DA SUA APLICAÇÃO

Art. 1º O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe fôr estritamente aplicável.

**Fontes de Direito
Judiciário Militar**

§ 1º Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.

**Divergência de
normas**

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, as normas deste Código aos processos regulados em leis especiais.

**Aplicação
subsidiária**

Art. 2º A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expres-

**Interpretação
literal**

sões. Os termos técnicos hão de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.

**Interpretação
extensiva ou res-
tritiva**

§ 1º Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva, quando fôr manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção.

**Casos de inad-
missibilidade de
interpretação não
literal**

§ 2º Não é, porém, admissível qualquer dessas interpretações, quando:

- a) cercear a defesa pessoal do acusado;
- b) prejudicar ou alterar o curso normal do processo, ou lhe desvirtuar a natureza;
- c) desfigurar de plano os fundamentos da acusação que deram origem ao processo.

**Suprimento dos
casos omissos**

Art. 3º Os casos omissos neste Código serão supridos:

- a) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar;
- b) pela jurisprudência;
- c) pelos usos e costumes militares;
- d) pelos princípios gerais de Direito;
- e) pela analogia.

**Aplicação
no espaço e no
tempo**

Art. 4º Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplicam-se as normas dêste Código:

Tempo de paz

I — em tempo de paz:

- a) em todo o território nacional;
- b) fora do território nacional ou em lugar de extraterritorialidade brasileira, quando se tratar de crime que atente contra as instituições militares ou a segurança nacional, ainda que seja o agente processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira;

c) fora do território nacional, em zona ou lugar sob administração ou vigilância da força militar brasileira, ou em ligação com esta, de força militar estrangeira no cumprimento de missão de caráter internacional ou extraterritorial;

d) a bordo de navios, ou quaisquer outras embarcações, e de aeronaves, onde quer que se encontrem, ainda que de propriedade privada, desde que estejam sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem de autoridade militar competente;

e) a bordo de aeronaves e navios estrangeiros desde que em lugar sujeito à administração militar, e a infração atente contra as instituições militares ou a segurança nacional;

II — em tempo de guerra:

Tempo de guerra

a) aos mesmos casos previstos para o tempo de paz;

b) em zona, espaço ou lugar onde se realizem operações de força militar brasileira, ou estrangeira que lhe seja aliada, ou cuja defesa, proteção ou vigilância interesse à segurança nacional, ou ao bom êxito daquelas operações;

c) em território estrangeiro militarmente ocupado.

Art. 5º As normas dêste Código aplicar-se-ão a partir da sua vigência, inclusive nos processos pendentes, ressalvados os casos previstos no art. 711, e sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Aplicação
intertemporal

Art. 6º Obedecerão às normas processuais previstas neste Código, no que forem aplicáveis, salvo quanto à organização de Justiça, aos recursos e à execução de sentença, os processos da Justiça Militar Estadual, nos crimes previstos na Lei Penal Militar a que responderem os oficiais e praças das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares.

Aplicação
à Justiça Militar
Estadual

TÍTULO II

CAPÍTULO ÚNICO

DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

Exercício da po-
licia judiciária
militar

Art. 7º A polícia judiciária militar é exercida nos termos do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

a) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;

b) pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam sob sua jurisdição;

c) pelos chefes de Estado-Maior e pelo secretário-geral da Marinha, nos órgãos, forças e unidades que lhes são subordinados;

d) pelos comandantes de Exército e pelo comandante-chefe da Esquadra, nos órgãos, forças e unidades compreendidos no âmbito da respectiva ação de comando;

e) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios;

f) pelo secretário do Ministério do Exército e pelo chefe de Gabinete do Ministério da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados;

g) pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

h) pelos comandantes de forças, unidades ou navios;

Delegação
do exercício

§ 1º Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições

enumeradas neste artigo poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.

§ 2º Em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá aquela recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.

§ 3º Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

§ 4º Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, não prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.

§ 5º Se o posto e a antiguidade de oficial da ativa excluïrem, de modo absoluto, a existência de outro oficial da ativa nas condições do § 3º, caberá ao ministro competente a designação de oficial da reserva de posto mais elevado para a instauração do inquérito policial militar; e, se este estiver iniciado, avocá-lo, para tomar essa providência.

Designação de delegado e avocamento de inquérito pelo ministro

Art. 8º Compete à polícia judiciária militar:

Competência da polícia judiciária militar

- a) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria;
- b) prestar aos órgãos e juizes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas;
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar;
- d) representar a autoridades judiciárias militares acêrca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado;
- e) cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e res-

ponsabilidade, bem como as demais prescrições dêste Código, nesse sentido;

f) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo;

g) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar;

h) atender, com observância dos regulamentos militares, a pedido de apresentação de militar ou funcionário de repartição militar à autoridade civil competente, desde que legal e fundamentado o pedido.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Finalidade do inquérito

Art. 9º O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

Parágrafo único. São, porém, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código.

Modos por que pode ser iniciado

Art. 10. O inquérito é iniciado mediante portaria:

a) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator;

b) por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica ou radiotelefônica e confirmada, posteriormente, por ofício;

c) em virtude de requisição do Ministério Público;

d) por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25;

e) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja representação caiba à Justiça Militar;

f) quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.

§ 1º Tendo o infrator pôsto superior ou igual ao do comandante, diretor ou chefe de órgão ou serviço, em cujo âmbito de jurisdição militar haja ocorrido a infração penal, será feita a comunicação do fato à autoridade superior competente, para que esta torne efetiva a delegação, nos termos do § 2º do art. 7º.

Superioridade
ou igualdade de
pôsto do infrator

§ 2º O aguardamento da delegação não obsta que o oficial responsável por comando, direção ou chefia, ou aquêle que o substitua ou esteja de dia, de serviço ou de quarto, tome ou determine que sejam tomadas imediatamente as providências cabíveis, previstas no art. 12, uma vez que tenha conhecimento de infração penal que lhe incumba reprimir ou evitar.

Providências
antes do inqué-
rito

§ 3º Se a infração penal não fôr, evidentemente, de natureza militar, comunicará o fato à autoridade policial competente, a quem fará apresentar o infrator. Em se tratando de civil, menor de dezoito anos, a apresentação será feita ao Juiz de Menores.

Infração de na-
tureza não mi-
litar

§ 4º Se o infrator fôr oficial general, será sempre comunicado o fato ao ministro e ao chefe de Estado-Maior competentes, obedecidos os trâmites regulamentares.

Oficial general
como infrator

§ 5º Se, no curso do inquérito, o seu encarregado verificar a existência de indícios contra oficial de pôsto superior ao seu, ou mais antigo, tomará as providências necessárias para que as

Indícios contra
oficial de pôsto
superior ou mais
antigo no curso
do inquérito

suas funções sejam delegadas a outro oficial, nos termos do § 2º do art. 7º.

**Escrivão
do inquérito**

Art. 11. A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquêlê fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado fôr oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.

**Compromisso
legal**

Parágrafo único. O escrivão prestará compromisso de manter o sigilo do inquérito e de cumprir fielmente as determinações dêste Código, no exercício da função.

**Medidas prelimi-
nares ao inqué-
rito**

Art. 12. Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal militar, verificável na ocasião, a autoridade a que se refere o § 2º do art. 10 deverá, se possível:

a) dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário;

b) apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato;

c) efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244;

d) colher tôdas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

**Formação
do inquérito**

Art. 13. O encarregado do inquérito deverá, para a formação dêste:

**Atribuição do seu
encarregado**

a) tomar as medidas previstas no art. 12, se ainda não o tiverem sido;

b) ouvir o ofendido;

c) ouvir o indiciado;

d) ouvir testemunhas;

e) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas, e acareações;

f) determinar, se fôr o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias;

g) determinar a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houve indébita apropriação;

h) proceder a buscas e apreensões, nos termos dos arts. 172 a 184 e 185 a 189;

i) tomar as medidas necessárias destinadas à proteção de testemunhas, peritos ou do ofendido, quando coactos ou ameaçados de coação que lhes tolha a liberdade de depor, ou a independência para a realização de perícias ou exames.

Parágrafo único. Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.

**Reconstituição
dos fatos**

Art. 14. Em se tratando da apuração de fato delituoso de excepcional importância ou de difícil elucidação, o encarregado do inquérito poderá solicitar do procurador-geral a indicação de procurador que lhe dê assistência.

**Assistência
de procurador**

Art. 15. Será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente; e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial superior, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.

**Encarregado de
inquérito. Re-
quisitos**

Art. 16. O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dêle tome conhecimento o advogado do indiciado.

**Sigilo
do inquérito**

Art. 17. O encarregado do inquérito poderá manter incomunicável o indiciado, que estiver legalmente preso, por três dias no máximo.

**Incomunicabili-
dade do indiciado.
Prazo.**

Art. 18. Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por

**Detenção
de indiciado**

mais vinte dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.

Prisão preventiva e menagem. Solicitação

Parágrafo único. Se entender necessário, o encarregado do inquérito solicitará, dentro do mesmo prazo ou sua prorrogação, justificando-a, a decretação da prisão preventiva ou de menagem, do indiciado.

Inquirição durante o dia

Art. 19. As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.

Inquirição. Assentada de início, interrupção e encerramento.

§ 1º O escrivão lavrará assentada do dia e hora do início das inquirições ou depoimentos; e, da mesma forma, do seu encerramento ou interrupções, no final daquele período.

Inquirição. Limite de tempo.

§ 2º A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.

§ 3º Não sendo útil o dia seguinte, a inquirição poderá ser adiada para o primeiro dia que o fôr, salvo caso de urgência.

Prazos para terminação do inquérito

Art. 20. O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado êsse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Prorrogação de prazo

§ 1º Este último prazo poderá ser prorrogado por mais vinte dias pela autoridade militar superior, desde que não estejam concluídos exames ou perícias já iniciados, ou haja necessidade de diligência, indispensáveis à elucidação do fato.

O pedido de prorrogação deve ser feito em tempo oportuno, de modo a ser atendido antes da terminação do prazo.

§ 2º Não haverá mais prorrogação, além da prevista no § 1º, salvo dificuldade insuperável, a juízo do ministro de Estado competente. Os laudos de perícias ou exames não concluídos nessa prorrogação, bem como os documentos colhidos depois dela, serão posteriormente remetidos ao juiz, para a juntada ao processo. Ainda, no seu relatório, poderá o encarregado do inquérito indicar, mencionando, se possível, o lugar onde se encontram as testemunhas que deixaram de ser ouvidas, por qualquer impedimento.

Diligências não
concluídas até o
inquérito

§ 3º São deduzidas dos prazos referidos neste artigo as interrupções pelo motivo previsto no § 5º do art. 10.

Dedução em fa-
vor dos prazos

Art. 21. Todas as peças do inquérito serão, por ordem cronológica, reunidas num só processado e dactilografadas, em espaço dois, com as folhas numeradas e rubricadas, pelo escrivão.

Reunião e ordem
das peças de in-
quérito

Parágrafo único. De cada documento junto, a que precederá despacho do encarregado do inquérito, o escrivão lavrará o respectivo termo, mencionando a data.

Juntada
de documento

Art. 22. O inquérito será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais.

Relatório

§ 1º No caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito, o seu encarregado enviá-lo-á à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solu-

Solução

ção, aplique penalidade, no caso de ter sido apurada infração disciplinar, ou determine novas diligências, se as julgar necessárias.

Advocação

§ 2º Discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade que o delegou poderá avocá-lo e dar solução diferente.

Remessa do inquérito à Auditoria da Circunscrição

Art. 23. Os autos do inquérito serão remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, acompanhados dos instrumentos desta, bem como dos objetos que interessem à sua prova.

Remessa a Auditorias Especializadas

§ 1º Na Circunscrição onde houver Auditorias Especializadas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, atender-se-á, para a remessa, à especialização de cada uma. Onde houver mais de uma na mesma sede, especializada ou não, a remessa será feita à primeira Auditoria, para a respectiva distribuição. Os incidentes ocorridos no curso do inquérito serão resolvidos pelo juiz a que couber tomar conhecimento do inquérito, por distribuição.

§ 2º Os autos de inquérito instaurado fora do território nacional serão remetidos à 1ª Auditoria da Circunscrição com sede na Capital da União, atendida, contudo, a especialização referida no § 1º.

Arquivamento de inquérito. Prolibação.

Art. 24. A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado.

Instauração de novo inquérito

Art. 25. O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressaltados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

§ 1º Verificando a hipótese contida neste artigo, o juiz remeterá os autos ao Ministério Público, para os fins do disposto no art. 10, letra c.

§ 2º O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos, se entender inadequada a instauração do inquérito.

Art. 26. Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser:

Devolução de autos de inquérito

I — mediante requisição do Ministério Público, para diligências por êle consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia;

II — por determinação do juiz, antes da denúncia, para o preenchimento de formalidades previstas neste Código, ou para complemento de prova que julgue necessária.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos, o juiz marcará prazo, não excedente de vinte dias, para a restituição dos autos.

Art. 27. Se, por si só, fôr suficiente para a elucidação do fato e sua autoria, o auto de flagrante delito constituirá o inquerito, dispensando outras diligências, salvo o exame de corpo de delito no crime que deixe vestígios, a identificação da coisa e a sua avaliação, quando o seu valor influir na aplicação da pena. A remessa dos autos, com breve relatório da autoridade policial militar, far-se-á sem demora ao juiz competente, nos termos do art. 20.

Suficiência do auto de flagrante delito

Art. 28. O inquérito poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público:

Dispensa de inquérito

a) quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais;

b) nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado;

c) nos crimes previstos nos arts. 341 e 349 do Código Penal Militar.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DA AÇÃO PENAL MILITAR E DO SEU EXERCÍCIO

Promoção
da ação penal

Art. 29. A ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.

Obrigatoriedade

Art. 30. A denúncia deve ser apresentada sempre que houver:

- a) prova de fato que, em tese, constitua crime;
- b) indícios de autoria.

Dependência de
requisição do
Governo

Art. 31. Nos crimes previstos nos arts. 136 a 141 do Código Penal Militar, a ação penal; quando o agente fôr militar ou assemelhado, depende de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado; no caso do art. 141 do mesmo Código, quando o agente fôr civil e não houver co-autor militar, a requisição será do Ministério da Justiça.

Comunicação ao
procurador-geral
da República

Parágrafo único. Sem prejuízo dessa disposição, o procurador-geral da Justiça Militar dará conhecimento ao procurador-geral da República de fato apurado em inquérito que tenha relação com qualquer dos crimes referidos neste artigo.

Proibição
de existência da
denúncia

Art. 32. Apresentada a denúncia, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Exercício
do direito de
representação

Art. 33. Qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção.

Informações

§ 1.º As informações, se escritas, deverão estar devidamente autenticadas; se verbais, serão tomadas por termo perante o juiz, a pedido do órgão do Ministério Público, e na presença deste.

§ 2º Se o Ministério Público as considerar procedentes, dirigir-se-á à autoridade policial militar para que esta proceda às diligências necessárias ao esclarecimento do fato, instaurando inquérito, se houver motivo para esse fim.

Requisição
de diligências

TÍTULO V

DO PROCESSO PENAL MILITAR EM GERAL

CAPÍTULO ÚNICO

DO PROCESSO

Art. 34. O direito de ação é exercido pelo Ministério Público, como representante da lei e fiscal da sua execução, e o de defesa pelo acusado, cabendo ao juiz exercer o poder de jurisdição, em nome do Estado.

Direito de ação
e defesa. Poder
de jurisdição.

Art. 35. O processo inicia-se com o recebimento da denúncia pelo juiz, efetiva-se com a citação do acusado e extingue-se no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível, quer resolva o mérito, quer não.

Relação proces-
sual. Início e
extinção

Parágrafo único. O processo suspende-se ou extingue-se nos casos previstos neste Código.

Casos
de suspensão

TÍTULO VI

DO JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO

CAPÍTULO I

DO JUIZ E SEUS AUXILIARES

Seção I — Do Juiz

Art. 36. O juiz proverá a regularidade do processo e a execução da lei, e manterá a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força militar.

Função do juiz

§ 1º Sempre que este Código se refere a juiz abrange, nesta denominação, quaisquer autoridades judiciárias, singulares ou colegiadas, no

exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.

Independência da
função

§ 2.º No exercício das suas atribuições, o juiz não deverá obediência senão, nos termos legais, à autoridade judiciária que lhe é superior.

Impedimento
para exercer a
jurisdição

Art. 37. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

a) como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive;

b) êle próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

d) êle próprio ou seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, fôr parte ou diretamente interessado.

Inexistência de
atos

Parágrafo único. Serão considerados inexistentes os atos praticados por juiz impedido, nos termos dêste artigo.

Casos de suspei-
ção do juiz

Art. 38. O juiz dar-se-á por suspeito e, se o não fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

a) se fôr amigo íntimo ou inimigo de qualquer delas;

b) se êle, seu cônjuge, ascendente ou descendente, de um ou de outro, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

c) se êle, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim até o segundo grau inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

d) se êle, seu cônjuge, ou parente, a que alude a alínea anterior, sustentar demanda contra qualquer das partes ou tiver sido procurador de qualquer delas;

- e) se tiver dado parte oficial do crime;
- f) se tiver aconselhado qualquer das partes;
- g) se ele ou seu cônjuge fôr herdeiro presuntivo, donatário ou usufrutuário de bens ou empregador de qualquer das partes;
- h) se fôr presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo;
- i) se fôr credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

Art. 39. A suspeição entre adotante e adotado será considerada nos mesmos termos da resultante entre ascendente e descendente, mas não se estenderá aos respectivos parentes e cessará no caso de se dissolver o vínculo da adoção.

Suspeição entre
adotante e ado-
tado

Art. 40. A suspeição ou impedimento decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe deu causa, salvo sobrevivendo descendentes. Mas, ainda que dissolvido o casamento, sem descendentes, não funcionará como juiz o parente afim em primeiro grau na linha ascendente ou descendente ou em segundo grau na linha colateral, de quem fôr parte do processo.

Suspeição por
afinidade

Art. 41. A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz, ou de propósito der motivo para criá-la.

Suspeição provo-
cada

Seção II — Dos auxiliares do juiz

Art. 42. Os funcionários ou serventuários da Justiça Militar são, nos processos em que funcionam, auxiliares do juiz, a cujas determinações devem obedecer.

Funcionários
e serventuários
da Justiça

Art. 43. O escrivão providenciará para que estejam em ordem e em dia as peças e termos dos processos.

Escrivão

Art. 44. O oficial de justiça realizará as diligências que lhe atribuir a lei de organização judiciária militar e as que lhe forem ordenadas por despacho do juiz, certificando o ocorrido, no respectivo instrumento, com designação de lugar, dia e hora.

Oficial
de Justiça

Diligências

§ 1.º As diligências serão feitas durante o dia, em período que medeie entre as seis e as dezoito horas e, sempre que possível, na presença de duas testemunhas.

Mandados

§ 2.º Os mandados serão entregues em cartório, logo depois de cumpridos, salvo motivo de força maior.

Convocação de substituto. Nomeação ad hoc

Art. 45. Nos impedimentos do funcionário ou serventuário de justiça, o juiz convocará o substituto; e, na falta deste, nomeará um *ad hoc*, que prestará compromisso de bem desempenhar a função, tendo em atenção as ordens do juiz e as determinações de ordem legal.

Suspeição de funcionário ou serventuário

Art. 46. O funcionário ou serventuário de justiça fica sujeito, no que for aplicável, às mesmas normas referentes a impedimento ou suspeição do juiz, inclusive o disposto no art. 41.

Seção III — Dos peritos e intérpretes**Nomeação de peritos**

Art. 47. Os peritos e intérpretes serão de nomeação do juiz, sem intervenção das partes.

Preferência

Art. 48. Os peritos ou intérpretes serão nomeados de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.

Compromisso legal

Parágrafo único. O perito ou intérprete prestará compromisso de desempenhar a função com obediência à disciplina judiciária e de responder fielmente aos quesitos propostos pelo juiz e pelas partes.

Encargo obrigatório

Art. 49. O encargo de perito ou intérprete não pode ser recusado, salvo motivo relevante que o nomeado justificará, para apreciação do juiz.

Penalidade em caso de recusa

Art. 50. No caso de recusa irrelevante, o juiz poderá aplicar multa correspondente até três dias de vencimentos, se o nomeado os tiver fixos por exercício de função; ou, se isto não acontecer, arbitrará-lo em quantia que irá de um décimo à metade do maior salário mínimo do país.

Casos extensivos

Parágrafo único. Incorrerá na mesma pena o perito ou o intérprete que, sem justa causa:

a) deixar de acudir ao chamado da autoridade;

b) não comparecer no dia e local designados para o exame;

c) não apresentar o laudo, ou concorrer para que a perícia não seja feita, nos prazos estabelecidos.

Art. 51. No caso de não comparecimento do perito, sem justa causa, o juiz poderá determinar sua apresentação, oficiando, para esse fim, à autoridade militar ou civil competente, quando se tratar de oficial ou de funcionário público.

Não comparecimento do perito

Art. 52. Não poderão ser peritos ou intérpretes:

Impedimentos dos peritos

a) os que estiverem sujeitos a interdição que os inabilite para o exercício de função pública;

b) os que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia;

c) os que não tiverem habilitação ou idoneidade para o seu desempenho;

d) os menores de vinte e um anos.

Art. 53. É extensivo aos peritos e intérpretes, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição de juizes.

Suspeição de peritos e intérpretes

CAPÍTULO II

DAS PARTES

Seção I — Do acusador

Art. 54. O Ministério Público é o órgão de acusação no processo penal militar, cabendo ao procurador-geral exercê-la nas ações de competência originária no Superior Tribunal Militar e aos procuradores nas ações perante os órgãos judiciais de primeira instância.

Ministério Público

Parágrafo único. A função de órgão de acusação não impede o Ministério Público de opinar pela absolvição do acusado, quando entender que, para aquêle efeito, existem fundadas razões de fato ou de direito.

Pedido de absolvição

**Fiscalização e
função especial
do Ministério
Público**

Art. 55. Cabe ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei penal militar, tendo em atenção especial o resguardo das normas de hierarquia e disciplina, como bases da organização das Forças Armadas.

**Independência
do Ministério
Público**

Art. 56. O Ministério Público desempenhará as suas funções de natureza processual sem dependência a quaisquer determinações que não emanem de decisão ou despacho da autoridade judiciária competente, no uso de atribuição prevista neste Código e regularmente exercida, havendo no exercício das funções recíproca independência entre os órgãos do Ministério Público e os da ordem judiciária.

**Subordinação
direta ao
procurador-geral**

Parágrafo único. Os procuradores são diretamente subordinados ao procurador-geral.

Impedimentos

Art. 57. Não pode funcionar no processo o membro do Ministério Público:

a) se nêle já houver intervindo seu cônjuge ou parente consangüíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, como juiz, defensor do acusado, autoridade policial ou auxiliar de justiça;

b) se êle próprio houver desempenhado qualquer dessas funções;

c) se êle próprio ou seu cônjuge ou parente consangüíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, fôr parte ou diretamente interessado no feito.

suspeição

Art. 58. Ocorrerá a suspeição do membro do Ministério Público:

a) se fôr amigo íntimo ou inimigo do acusado ou ofendido;

b) se êle próprio, seu cônjuge ou parente consangüíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado pelo acusado ou pelo ofendido;

c) se houver aconselhado o acusado;

d) se fôr tutor ou curador, credor ou devedor do acusado;

e) se fôr herdeiro presuntivo, ou donatário ou usufrutário de bens, do acusado ou seu empregador;

f) se fôr presidente, diretor ou administrador de sociedade ligada de qualquer modo ao acusado.

Art. 59. Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto nos arts. 39, 40 e 41.

Aplicação extensiva de disposição

Seção II — Do assistente

Art. 60. O ofendido, seu representante legal e seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do Ministério Público.

Habilitação do ofendido como assistente

Parágrafo único. Para os efeitos dêste artigo, considera-se representante legal o ascendente ou descendente, tutor ou curador do ofendido, se menor de dezoito anos ou incapaz; e sucessor, o seu ascendente, descendente ou irmão, podendo qualquer dêles, com exclusão dos demais, exercer o encargo, ou constituir advogado para êsse fim, em atenção à ordem estabelecida neste parágrafo, cabendo ao juiz a designação se entre êles não houver acôrdo.

Representante e sucessor do ofendido

Art. 61. Cabe ao juiz do processo, ouvido o Ministério Público, conceder ou negar a admissão de assistente de acusação.

Competência para admissão do assistente

Art. 62. O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

Oportunidade da admissão

Art. 63. Pode ser assistente o advogado da Justiça Militar, desde que não funcione no processo naquela qualidade ou como procurador de qualquer acusado.

Advogado de ofício como assistente

Art. 64. O ofendido que fôr também acusado no mesmo processo não poderá intervir como assistente, salvo se absolvido por sentença passada em julgado, e daí em diante.

Ofendido que fôr também acusado

Intervenção
do assistente no
processo

Art. 65. Ao assistente será permitido, com aquiescência do juiz e ouvido o Ministério Público:

- a) propor meios de prova;
- b) requerer perguntas às testemunhas, fazendo-o depois do procurador;
- c) apresentar quesitos em pericia determinada pelo juiz ou requerida pelo Ministério Público;
- d) juntar documentos;
- e) arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público;
- f) participar do debate oral.

Arrolamento de
testemunhas e
interposição de
recursos

§ 1.º Não poderá arrolar testemunhas, exceto requerer o depoimento das que forem referidas, nem requerer a expedição de precatória ou rogatória, ou diligência que retarde o curso do processo, salvo, a critério do juiz e com audiência do Ministério Público, em se tratando de apuração de fato do qual dependa o esclarecimento do crime. Não poderá, igualmente, impetrar recursos, salvo de despacho que indeferir o pedido de assistência.

Efeito
do recurso

§ 2.º O recurso do despacho que indeferir a assistência não terá efeito suspensivo, processando-se em autos apartados. Se provido, o assistente será admitido ao processo no estado em que este se encontrar.

Assistente em
processo perante
o Superior Tri-
bunal Militar

§ 3.º Caberá ao relator do feito, em despacho irrecorrível, após audiência do procurador-geral, admitir ou não o assistente, em processo da competência originária do Superior Tribunal Militar. Nos julgamentos perante esse Tribunal, se o seu presidente consentir, o assistente poderá falar após o procurador-geral, por tempo não superior a dez minutos. Não poderá opor embargos, mas lhe será consentido impugná-los, se oferecidos pela defesa, e depois de o ter feito o procurador-geral.

Notificação
do assistente

Art. 66. O processo prosseguirá independentemente de qualquer aviso ao assistente, salvo notificação para assistir ao julgamento.

Art. 67. O juiz poderá cassar a admissão do assistente, desde que este tumultue o processo ou infrinja a disciplina judiciária.

Cassação
de assistência

Art. 68. Da assistência não poderá decorrer impedimento do juiz, do membro do Ministério Público ou do escrivão, ainda que supervenientes na causa. Neste caso, o juiz cassará a admissão do assistente, sem prejuízo da nomeação de outro, que não tenha impedimento, nos termos do art. 60.

Não decorrência
de impedimento

Seção III — Do acusado, seus defensores e curadores

Art. 69. Considera-se acusado aquêle a quem é imputada a prática de infração penal em denúncia recebida.

Personalidade do
acusado

Art. 70. A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará o processo, quando certa sua identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo ou da execução da sentença, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

Identificação do
acusado

Art. 71. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Nomeação
obrigatória de
defensor

§ 1º A constituição de defensor independe de instrumento de mandado, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório ou em qualquer outra fase do processo por termo nos autos.

Constituição de
defensor

§ 2º O juiz nomeará defensor ao acusado que o não tiver, ficando a este ressalvado o direito de, a todo o tempo, constituir outro, de sua confiança.

Defensor dativo

§ 3º A nomeação de defensor não obsta ao acusado o direito de a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação; mas o juiz manterá a nomeação, salvo recusa expressa do acusado, a qual constará dos autos.

Defesa própria
do acusado

Nomeação
preferente de
advogado

§ 4.º E', salvo motivo relevante, obrigatória a aceitação do patrocínio da causa, se a nomeação recair em advogado.

Defesa
de praças

§ 5.º As praças serão defendidas pelo advogado de ofício, cujo patrocínio é obrigatório, devendo preferir a qualquer outro.

Proibição
de abandono do
processo

§ 6.º O defensor não poderá abandonar o processo, senão por motivo imperioso, a critério do juiz.

Sanções no caso
de abandono do
processo

§ 7.º No caso de abandono sem justificativa, ou de não ser esta aceita, o juiz, em se tratando de advogado, comunicará o fato à Seção da Ordem dos Advogados do Brasil onde estiver inscrito, para que a mesma aplique as medidas disciplinares que julgar cabíveis. Em se tratando de advogado de ofício, o juiz comunicará o fato ao presidente do Superior Tribunal Militar, que aplicará ao infrator a punição que no caso couber.

Nomeação
de curador

Art. 72. O juiz dará curador ao acusado incapaz.

Prerrogativa
do pôsto ou
graduação

Art. 73. O acusado que fôr oficial ou graduado não perderá, embora sujeito à disciplina judiciária, as prerrogativas do pôsto ou graduação. Se prêso ou compelido a apresentar-se em juízo, por ordem da autoridade judiciária, será acompanhado por militar de hierarquia superior a sua.

Parágrafo único. Em se tratando de praça que não tiver graduação, será escoltada por graduado ou por praça mais antiga.

Não compareci-
mento de de-
fensor

Art. 74. A falta de comparecimento do defensor, se motivada, adiará o ato do processo, desde que nêle seja indispensável a sua presença. Mas, em se repetindo a falta, o juiz lhe dará substituto para efeito do ato, ou, se a ausência perdurar, para prosseguir no processo.

Direitos
e deveres do
advogado

Art. 75. No exercício da sua função no processo, o advogado terá os direitos que lhe são assegurados e os deveres que lhe são impostos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, salvo disposição em contrário, expressamente prevista neste Código.

Art. 76. Não poderá funcionar como defensor o cônjuge ou o parente consanguâneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, do juiz, do membro do Ministério Público ou do escrivão. Mas, se em idênticas condições, qualquer destes fôr superveniente no processo, tocar-lhe-á o impedimento, e não ao defensor, salvo se dativo, caso em que será substituído por outro.

Impedimentos do defensor

TÍTULO VII

CAPÍTULO ÚNICO

DA DENÚNCIA

Art. 77. A denúncia conterà:

Requisitos da denúncia

- a) a designação do juiz a que se dirigir;
- b) o nome, idade, profissão e residência do acusado, ou esclarecimentos pelos quais possa ser qualificado;
- c) o tempo e o lugar do crime;
- d) a qualificação do ofendido e a designação da pessoa jurídica ou instituição prejudicada ou atingida, sempre que possível;
- e) a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias;
- f) as razões de convicção ou presunção da delinqüência;
- g) a classificação do crime;
- h) o rol das testemunhas, em número não superior a seis, com a indicação da sua profissão e residência; e o das informantes com a mesma indicação.

Parágrafo único. O rol de testemunhas poderá ser dispensado, se o Ministério Público dispuser de prova documental suficiente para oferecer a denúncia.

Dispensa de testemunhas

Art. 78. A denúncia não será recebida pelo juiz:

Rejeição da denúncia

- a) se não contiver os requisitos expressos no artigo anterior;

b) se o fato narrado não constituir evidentemente crime da competência da Justiça Militar;

c) se já estiver extinta a punibilidade;

d) se fôr manifesta a incompetência do juiz ou a ilegitimidade do acusador.

Preenchimento
de requisitos

§ 1º No caso da alínea a, o juiz antes de rejeitar a denúncia, mandará, em despacho fundamentado, remeter o processo ao órgão do Ministério Público para que, dentro do prazo de três dias, contados da data do recebimento dos autos, sejam preenchidos os requisitos que não o tenham sido.

Ilegitimidade do
acusador

§ 2º No caso de ilegitimidade do acusador, a rejeição da denúncia não obstará o exercício da ação penal, desde que promovida depois por acusador legítimo, a quem o juiz determinará a apresentação dos autos.

Incompetência do
juiz. Declaração

§ 3º No caso de incompetência do juiz, este a declarará em despacho fundamentado, determinando a remessa do processo ao juiz competente.

Prazo para oferecimento da
denúncia

Art. 79. A denúncia deverá ser oferecida, se o acusado estiver prêso, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquele fim; e, dentro do prazo de quinze dias, se o acusado estiver solto. O auditor deverá manifestar-se sobre a denúncia, dentro do prazo de quinze dias.

Prorrogação de
prazo

§ 1º O prazo para o oferecimento da denúncia poderá, por despacho do juiz, ser prorrogado ao dobro; ou ao triplo, em caso excepcional e se o acusado não estiver prêso.

§ 2º Se o Ministério Público não oferecer a denúncia dentro deste último prazo, ficará sujeito à pena disciplinar que no caso couber, sem prejuízo da responsabilidade penal em que incorrer, competindo ao juiz providenciar no sentido de ser a denúncia oferecida pelo substituto legal, dirigindo-se, para este fim, ao procurador-geral, que, na falta ou impedimento do substituto, designará outro procurador.

Art. 80. Sempre que, no curso do processo, o Ministério Público necessitar de maiores esclarecimentos, de documentos complementares ou de novos elementos de convicção, poderá requisitá-los, diretamente, de qualquer autoridade militar ou civil, em condições de os fornecer, ou requerer ao juiz que os requisite.

Complementação
de
esclarecimentos

Art. 81. A extinção da punibilidade poderá ser reconhecida e declarada em qualquer fase do processo, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvido o Ministério Público, se dêste não fôr o pedido.

Extinção
da punibilidade.
Declaração.

Parágrafo único. No caso de morte, não se declarará a extinção sem a certidão de óbito do acusado.

Morte
do acusado

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

DO FÔRO MILITAR

Art. 82. O fôro militar é especial e a êle estão sujeitos, em tempo de paz:

Fôro militar em
tempo de paz

I — nos crimes definidos em lei contrà as instituições militares ou a segurança nacional:

Pessoas sujeitas
ao fôro militar

a) os militares em situação de atividade e os assemelhados na mesma situação;

b) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;

c) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;

d) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros, Militares, quando incorporados às Forças Armadas;

II — nos crimes funcionais contra a administração militar ou contra a administração da Justiça Militar, os auditores, os membros do Ministério Público, os advogados de ofício e os funcionários da Justiça Militar.

Crimes
funcionais

**Extensão
do fôro militar**

Parágrafo único. O fôro militar se estenderá aos militares da reserva, aos reformados e aos civis, nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares, como tais definidos em lei.

**Fôro militar
em tempo de
guerra**

Art. 83. O fôro militar, em tempo de guerra, poderá, por lei especial, abranger outros casos, além dos previstos no artigo anterior e seu parágrafo.

Assemelhado

Art. 84. Considera-se assemelhado o funcionário efetivo, ou não, dos Ministérios da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, submetidos a preceito de disciplina militar, em virtude de lei ou regulamento.

TÍTULO IX

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA EM GERAL

**Determinação
da competência**

Art. 85. A competência do fôro militar será determinada:

I — de modo geral:

- a) pelo lugar da infração;
- b) pela residência ou domicílio do acusado;
- c) pela prevenção;

II — de modo especial, pela sede do lugar de serviço.

**Na Circunscrição
Judiciária**

Art. 86. Dentro de cada Circunscrição Judiciária Militar, a competência será determinada:

- a) pela especialização das Auditorias;
- b) pela distribuição;
- c) por disposição especial deste Código.

**Modificação
da competência**

Art. 87. Não prevalecem os critérios de competência indicados nos artigos anteriores, em caso de:

- a) conexão ou continência;
- b) prerrogativa de posto ou função;
- c) desaforamento.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO

Art. 88. A competência será, de regra, determinada pelo lugar da infração; e, no caso de tentativa, pelo lugar em que fôr praticado o último ato de execução.

Lugar
da infração

Art. 89. Os crimes cometidos a bordo de navio ou embarcação sob comando militar ou militarmente ocupado em pôrto nacional, nos lagos e rios fronteiriços ou em águas territoriais brasileiras, serão, nos dois primeiros casos, processados na Auditoria da Circunscrição Judiciária correspondente a cada um daqueles lugares; e, no último caso, na 1ª Auditoria da Marinha, com sede na Capital do Estado da Guanabara.

A bordo de navio

Art. 90. Os crimes cometidos a bordo de aeronave militar ou militarmente ocupada, dentro do espaço aéreo correspondente ao território nacional, serão processados pela Auditoria da Circunscrição em cujo território se verificar o pouso após o crime; e se êste se efetuar em lugar remoto ou em tal distância que torne difíceis as diligências, a competência será da Auditoria da Circunscrição de onde houver partido a aeronave, salvo se ocorrerem os mesmos óbices, caso em que a competência será da Auditoria mais próxima da 1ª, se na Circunscrição houver mais de uma.

A bordo de
aeronave

Art. 91. Os crimes militares cometidos fora do território nacional serão, de regra, processados em Auditoria da Capital da União, observado, entretanto, o disposto no artigo seguinte.

Crimes fora do
território nacional

Art. 92. No caso de crime militar sômente em parte cometido no território nacional, a competência do fóro militar se determina de acôrdo com as seguintes regras:

Crimes praticados
em parte no ter-
ritório nacional

a) se, iniciada a execução em território estrangeiro, o crime se consumir no Brasil, será competente a Auditoria da Circunscrição em que o crime tenha produzido ou devia produzir o resultado;

b) se, iniciada a execução no território nacional, o crime se consumir fora dêle, será competente a Auditoria da Circunscrição em que se houver praticado o último ato ou execução.

Diversidade
de Auditorias ou
de sedes

Parágrafo único. Na Circunscrição onde houver mais de uma Auditoria na mesma sede, obedecer-se-á à distribuição e, se fôr o caso, à especialização de cada uma. Se as sedes forem diferentes, atender-se-á ao lugar da infração.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA RESIDÊNCIA OU DOMICÍLIO DO ACUSADO

Residência
ou domicílio do
acusado

Art. 93. Se não fôr conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do acusado, salvo o disposto no art. 96.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO

Prevenção. Re-
gra

Art. 94. A competência firmar-se-á por prevenção, sempre que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com competência cumulativa, um dêles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a êste relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia.

Casos em que
pode ocorrer

Art. 95. A competência pela prevenção pode ocorrer:

a) quando incerto o lugar da infração, por ter sido praticado na divisa de duas ou mais jurisdições;

b) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições;

c) quando se tratar de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições;

d) quando o acusado tiver mais de uma residência ou não tiver nenhuma, ou forem vários os acusados e com diferentes residências.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA PELA SEDE DO LUGAR
DE SERVIÇO

Art. 96. Para o militar em situação de atividade ou assemelhado na mesma situação, ou para o funcionário lotado em repartição militar, o lugar da infração, quando este não puder ser determinado, será o da unidade, navio, fôrça ou órgão onde estiver servindo, não lhe sendo aplicável o critério da prevenção, salvo entre Auditorias da mesma sede e atendida a respectiva especialização.

Lugar
de serviço

CAPÍTULO VI

DA COMPETÊNCIA PELA ESPECIALIZAÇÃO
DAS AUDITORIAS

Art. 97. Nas Circunscrições onde existirem Auditorias Especializadas, a competência de cada uma decorre de pertencerem os oficiais e praças sujeitos a processo perante elas aos quadros da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Como oficiais, para os efeitos deste artigo, se compreendem os da ativa, os da reserva, remunerada ou não, e os reformados.

Auditorias
Especializadas

Parágrafo único. No processo em que forem acusados militares de corporações diferentes, a competência da Auditoria especializada se regulará pela prevenção. Mas esta não poderá prevalecer em detrimento de oficial da ativa, se os co-réus forem praças ou oficiais da reserva ou reformados, ainda que superiores, nem em detrimento destes, se os co-réus forem praças.

Militares
de corporações
diferentes

CAPÍTULO VII

DA COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO

Art. 98. Quando, na sede de Circunscrição, houver mais de uma Auditoria com a mesma competência, esta se fixará pela distribuição.

Distribuição

**Juízo preventivo
pela
distribuição**

Parágrafo único. A distribuição realizada em virtude de ato anterior à fase judicial do processo prevenirá o juízo.

CAPÍTULO VIII

DA CONEXÃO OU CONTINÊNCIA

Casos de conexão

Art. 99. Haverá conexão:

a) se, ocorridas duas ou mais infrações, tiverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

b) se, no mesmo caso, umas infrações tiverem sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

c) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

**Casos
de continência**

Art. 100. Haverá continência:

a) quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração;

b) na hipótese de uma única pessoa praticar várias infrações em concurso.

**Regras para
determinação**

Art. 101. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

**Concurso
e prevalência**

I — no concurso entre a jurisdição especializada e a cumulativa, preponderará aquela;

II — no concurso de jurisdições cumulativas:

a) prevalecerá a do lugar da infração, para a qual é cominada pena mais grave;

b) prevalecerá a do lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

Prevenção

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos demais casos, salvo disposição especial dêste Código;

III — no concurso de jurisdição de diversas categorias, predominará a de maior graduação.

Art. 102. A conexão e a continência determinarão a unidade do processo, salvo:

a) no concurso entre a jurisdição militar e a comum;

b) no concurso entre a jurisdição militar e a do Juízo de Menores.

Parágrafo único. A separação do processo, no concurso entre a jurisdição militar e a civil, não quebra a conexão para o processo e julgamento, no seu fóro, do militar da ativa, quando este, no mesmo processo, praticar em concurso crime militar e crime comum.

Art. 103. Em caso de conexão ou continência, o juízo prevalente, na conformidade do art. 101, terá a sua competência prorrogada para processar as infrações cujo conhecimento, de outro modo, não lhe competiria.

Art. 104. Verificada a reunião dos processos, em virtude de conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará ele competente em relação às demais infrações.

Art. 105. Separar-se-ão somente os julgamentos:

a) se, de vários acusados, algum estiver foragido e não puder ser julgado à revelia;

b) se os defensores de dois ou mais acusados não acordarem na suspeição de juiz de Conselho de Justiça, superveniente para compô-lo, por ocasião do julgamento.

Art. 106. O juiz poderá separar os processos:

a) quando as infrações houverem sido praticadas em situações de tempo e lugar diferentes;

b) quando fôr excessivo o número de acusados, para não lhes prolongar a prisão;

Categorias

**Unidade
do processo**

Casos especiais

**Jurisdição militar
e civil no mesmo
processo**

**Prorrogação
de competência**

**Reunião
de processos**

**Separação
de julgamento**

**Separação
de processos**

c) quando ocorrer qualquer outro motivo que êle próprio reputar relevante.

Recurso de ofício

§ 1º Da decisão de auditor ou de Conselho de Justiça em qualquer desses casos, haverá recurso de ofício para o Superior Tribunal Militar.

§ 2º O recurso a que se refere o parágrafo anterior subirá em traslado com as cópias autênticas das peças necessárias, e não terá efeito suspensivo, prosseguindo-se a ação penal em todos os seus termos.

**Avocação
de processo**

Art. 107. Se, não obstante a conexão ou a continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juizes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, a unidade do processo só se dará ulteriormente, para efeito de soma ou de unificação de penas.

CAPÍTULO IX

DA COMPETÊNCIA PELA PRERROGATIVA DO PÔSTO OU DA FUNÇÃO

**Natureza
do pôsto ou
função**

Art. 108. A competência por prerrogativa do pôsto ou da função decorre da sua própria natureza e não da natureza da infração, e regula-se estritamente pelas normas expressas neste Código.

CAPÍTULO X

DO DESAFORAMENTO

**Caso de desa-
foramento**

Art. 109. O desaforamento do processo poderá ocorrer:

a) no interesse da ordem pública, da Justiça ou da disciplina militar;

b) em benefício da segurança pessoal do acusado;

c) pela impossibilidade de se constituir o Conselho de Justiça ou quando a dificuldade de

constituí-lo ou mantê-lo retarde demasiadamente o curso do processo.

§ 1º O pedido de desaforamento poderá ser feito ao Superior Tribunal Militar:

a) pelos Ministros da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;

b) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, ou autoridades que lhe forem superiores, conforme a respectiva jurisdição;

c) pelos Conselhos de Justiça ou pelo auditor;

d) mediante representação do Ministério Público ou do acusado.

§ 2º Em qualquer dos casos, o pedido deverá ser justificado e sobre ele ouvido o procurador-geral, se não provier de representação deste.

§ 3º Nos casos das alíneas c e d, o Superior Tribunal Militar, antes da audiência ao procurador-geral ou a pedido deste, poderá ouvir as autoridades a que se refere a alínea b.

§ 4º Se deferir o pedido, o Superior Tribunal Militar designará a Auditoria onde deva ter curso o processo.

Art. 110. O pedido de desaforamento, embora denegado, poderá ser renovado se o justificar motivo superveniente.

Competência do Superior Tribunal Militar
Autoridades que podem pedir

Justificação do pedido e audiência do procurador-geral

Audiência a autoridades

Auditoria onde correrá o processo

Renovação do pedido

TÍTULO X

CAPÍTULO ÚNICO

DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA

Art. 111. As questões atinentes à competência resolver-se-ão assim pela exceção própria como pelo conflito positivo ou negativo.

Art. 112. Haverá conflito:

I — em razão da competência:

a) positivo, quando duas ou mais autoridades judiciárias entenderem, ao mesmo tempo, que lhes cabe conhecer do processo;

Questões atinentes à competência

Conflito de competência

Positivo

Negativo	b) negativo, quando cada uma de duas ou mais autoridades judiciárias entender, ao mesmo tempo, que cabe a outra conhecer do mesmo processo;
Controvérsia sobre função ou separação de processo	II — em razão da unidade de juízo, função ou separação de processos, quando, a êsse respeito, houver controvérsia entre duas ou mais autoridades judiciárias.
Suscitantes do conflito	Art. 113. O conflito poderá ser suscitado: <ul style="list-style-type: none"> a) pelo acusado; b) pelo órgão do Ministério Público; c) pela autoridade judiciária.
Órgão suscitado	Art. 114. O conflito será suscitado perante o Superior Tribunal Militar pelos auditores ou os Conselhos de Justiça, sob a forma de representação, e pelas partes interessadas, sob a de requerimento, fundamentados e acompanhados dos documentos comprobatórios. Quando negativo o conflito, poderá ser suscitado nos próprios autos do processo.
Suspensão da marcha do processo	Parágrafo único. O conflito suscitado pelo Superior Tribunal Militar será regulado no seu Regimento Interno. Art. 115. Tratando-se de conflito positivo, o relator do feito poderá ordenar, desde logo, que se suspenda o andamento do processo, até a decisão final.
Pedido de informações. Prazo, requisição de autos	Art. 116. Expedida, ou não, a ordem de suspensão, o relator requisitará informações às autoridades em conflito, remetendo-lhes cópia da representação ou requerimento, e, marcando-lhes prazo para as informações, requisitará, se necessário, os autos em original.
Andiência do procurador-geral e decisão	Art. 117. Ouvido o procurador-geral, que dará parecer no prazo de cinco dias, contados da data da vista, o Tribunal decidirá o conflito na primeira sessão, salvo se a instrução do feito depender de diligência.
Remessa de cópias do acórdão	Art. 118. Proferida a decisão, serão remetidas cópias do acórdão, para execução, às auto-

ridades contra as quais tiver sido levantado o conflito ou que o houverem suscitado.

Art. 119. Da decisão final do conflito não caberá recurso.

Inexistência do recurso

Art. 120. O Superior Tribunal Militar, mediante advocatória, restabelecerá sua competência sempre que invadida por juiz inferior.

Advocatória do Tribunal

Art. 121. A decisão de conflito entre a autoridade judiciária da Justiça Militar e a da Justiça comum será atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

Atribuição ao Supremo Tribunal Federal

TÍTULO XI

CAPÍTULO ÚNICO

DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS

Art. 122. Sempre que o julgamento da questão de mérito depender de decisão anterior de questão de direito material, a segunda será prejudicial da primeira.

Decisão prejudicial

Art. 123. Se a questão prejudicial versar sobre estado civil de pessoa envolvida no processo, o juiz:

Estado civil da pessoa

a) decidirá se a arguição é séria e se está fundada em lei;

b) se entender que a alegação é irrelevante ou que não tem fundamento legal, prosseguirá no feito;

Alegação irrelevante

c) se reputar a alegação séria e fundada, colherá as provas inadiáveis e, em seguida, suspenderá o processo, até que, no juízo cível, seja a questão prejudicial dirimida por sentença transitada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição de testemunhas e de outras provas que independam da solução no outro juízo.

Alegação séria e fundada

**Suspensão
do processo.
Condições**

Art. 124. O juiz poderá suspender o processo e aguardar a solução, pelo juízo cível, de questão prejudicial que se não relacione com o estado civil das pessoas, desde que:

- a) tenha sido proposta ação civil para dirimi-la;
- b) seja ela de difícil solução;
- c) não envolva direito ou fato cuja prova a lei civil limite.

**Prazo
da suspensão**

Parágrafo único. O juiz marcará o prazo da suspensão, que poderá ser razoavelmente prorrogado, se a demora não fôr imputável à parte. Expirado o prazo sem que o juiz do cível tenha proferido decisão, o juiz criminal fará prosseguir o processo, retomando sua competência para resolver de fato e de direito toda a matéria da acusação ou da defesa.

**Autoridades
competentes**

Art. 125. A competência para resolver a questão prejudicial caberá:

- a) ao auditor, se argüida antes de instalado o Conselho de Justiça;
- b) ao Conselho de Justiça, em qualquer fase do processo, em primeira instância;
- c) ao relator do processo, no Superior Tribunal Militar, se argüida pelo procurador-geral ou pelo acusado;
- d) a esse Tribunal, se iniciado o julgamento.

**Promoção
de ação no juízo
cível**

Art. 126. Ao juiz ou órgão a que competir a apreciação da questão prejudicial, caberá dirigir-se ao órgão competente do juízo cível, para a promoção da ação civil ou prosseguimento da que tiver sido iniciada, bem como de quaisquer outras providências que interessem ao julgamento do feito.

**Providências
de ofício**

Art. 127. Ainda que sem arguição de qualquer das partes, o julgador poderá, de ofício, tomar as providências referidas nos artigos anteriores.

TÍTULO XII

DOS INCIDENTES

CAPÍTULO I

DAS EXCEÇÕES EM GERAL

Art. 128. Poderão ser opostas as exceções de:

Exceções
admitidas

- a) suspeição ou impedimento;
- b) incompetência de juízo;
- c) litispendência;
- d) coisa julgada.

Seção 1 — Da exceção de suspeição ou impedimento

Art. 129. A arguição de suspeição ou impedimento precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.

Precedência
da arguição de
suspeição

Art. 130. O juiz que se declarar suspeito ou impedido motivará o despacho.

Motivação
do despacho

Parágrafo único. Se a suspeição fôr de natureza íntima, comunicará os motivos ao auditor corregedor, podendo fazê-lo sigilosamente.

Suspeição
de natureza
íntima

Art. 131. Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, fa-lo-á em petição assinada por ela própria ou seu representante legal, ou por procurador com poderes especiais, aduzindo as razões, acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas, que não poderão exceder a duas.

Recusa do juiz.

Art. 132. Se reconhecer a suspeição ou impedimento, o juiz sustará a marcha do processo, mandará juntar aos autos o requerimento do recusante com os documentos que o instruem e, por despacho, se declarará suspeito, ordenando a remessa dos autos ao substituto.

Reconhecimento
da suspeição
alegada

Art. 133. Não aceitando a suspeição ou impedimento, o juiz mandará autuar em separado o requerimento, dará a sua resposta dentro

Arguição
de suspeição não-
aceita pelo juiz

em três dias, podendo instruí-la e oferecer testemunhas. Em seguida, determinará a remessa dos autos apartados, dentro em vinte e quatro horas, ao Superior Tribunal Militar, que processará e decidirá a arguição.

Juiz do Conselho de Justiça

§ 1.º Proceder-se-á, da mesma forma, se o juiz argüido de suspeito fôr membro de Conselho de Justiça.

Manifesta improcedência da arguição

§ 2.º Se a arguição fôr de manifesta improcedência, o juiz ou o relator a rejeitará liminarmente.

Reconhecimento preliminar da arguição do Superior Tribunal Militar

§ 3.º Reconhecida, preliminarmente, a relevância da arguição, o relator, com intimação das partes, marcará dia e hora para inquirição das testemunhas, seguindo-se o julgamento, independentemente de mais alegações.

Nulidade dos atos praticados pelo juiz suspeito

Art. 134. Julgada procedente a arguição de suspeição ou impedimento, ficarão nulos os atos do processo principal.

Suspeição declarada de ministro do Superior Tribunal Militar

Art. 135. No Superior Tribunal Militar, o ministro que se julgar suspeito ou impedido declará-lo-á em sessão. Se relator ou revisor, a declaração será feita nos autos, para nova distribuição.

Arguição de suspeição de ministro ou do procurador-geral. Processo

Parágrafo único. Argüida a suspeição ou o impedimento de ministro ou do procurador-geral, o processo, se a alegação fôr aceita, obedecerá às normas previstas no Regimento do Tribunal.

Suspeição declarada do procurador-geral

Art. 136. Se o procurador-geral se der por suspeito ou impedido, delegará a sua função, no processo, ao seu substituto legal.

Suspeição declarada de procurador, perito, intérprete ou auxiliar de justiça

Art. 137. Os procuradores, os peritos, os intérpretes e os auxiliares da Justiça Militar poderão, motivadamente, dar-se por suspeitos ou impedidos, nos casos previstos neste Código; os primeiros e os últimos, antes da prática de qualquer ato no processo, e os peritos e intérpretes, logo que nomeados. O juiz apreciará de plano os motivos da suspeição ou impedimento; e, se os considerar em termos legais, providenciará imediatamente a substituição.

Art. 138. Se argüida a suspeição ou impedimento de procurador, o auditor, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo, antes, admitir a produção de provas no prazo de três dias.

Argüição de suspeição de procurador

Art. 139. Os peritos e os intérpretes poderão ser, pelas partes, argüidos de suspeitos ou impedidos; e os primeiros, por elas impugnados, se não preencherem os requisitos de capacidade técnico-profissional para as perícias que, pela sua natureza, os exijam, nos termos dos arts. 52, letra c, e 318.

Argüição de suspeição de perito e intérprete

Art. 140. A suspeição ou impedimento, ou a impugnação a que se refere o artigo anterior, bem como a suspeição ou impedimento argüidos, de serventuário ou funcionário da Justiça Militar, serão decididas pelo auditor, de plano e sem recurso, à vista da matéria alegada e prova imediata.

Decisão do plano irrecorrível

Art. 141. A suspeição ou impedimento poderá ser declarada pelo juiz ou Tribunal, se evidente nos autos.

Declaração de suspeição quando evidente

Art. 142. Não se poderá opor suspeição ao encarregado do inquérito, mas deverá êste declarar-se suspeito quando ocorrer motivo legal, que lhe seja aplicável.

Suspeição do encarregado de inquérito

Seção II — Da exceção de incompetência

Art. 143. A exceção de incompetência poderá ser oposta verbalmente ou por escrito, logo após a qualificação do acusado. No primeiro caso, será tomada por termo nos autos.

Oposição da exceção de incompetência

Art. 144. Alegada a incompetência do juízo, será dada vista dos autos à parte contrária, para que diga sobre a argüição, no prazo de quarenta e oito horas.

Vista à parte contrária

Art. 145. Se aceita a alegação, os autos serão remetidos ao juízo competente. Se rejeitada, o juiz continuará no feito. Mas, neste caso, caberá recurso, em autos apartados, para o Superior Tribunal Militar, que, se lhe der

Aceitação ou rejeição da exceção. Recurso em autos apartados. Nulidade de autos

provimento, tornará nulos os atos praticados pelo juiz declarado incompetente, devendo os autos do recurso ser anexados aos do processo principal.

**Alegação antes do
oferecimento da
denúncia. Recur-
so nos próprios
autos**

Art. 146. O órgão do Ministério Público poderá alegar a incompetência do juízo, antes de oferecer a denúncia. A arguição será apreciada pelo auditor, em primeira instância; e, no Superior Tribunal Militar, pelo relator, em se tratando de processo originário. Em ambos os casos, se rejeitada a arguição, poderá, pelo órgão do Ministério Público, ser impetrado recurso, nos próprios autos, para aquêle Tribunal.

**Declaração
de incompetên-
cia de ofício**

Art. 147. Em qualquer fase do processo, se o juiz reconhecer a existência de causa que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos e os remeterá ao juízo competente.

Seção III — Da exceção de litispendência

**Litispendência,
quando existe.
Reconhecimento
e processo**

Art. 148. Cada feito somente pode ser objeto de um processo. Se o auditor ou o Conselho de Justiça reconhecer que o litígio proposto a seu julgamento já pende de decisão em outro processo, na mesma Auditoria, mandará juntar os novos autos aos anteriores. Se o primeiro processo correr em outra Auditoria, para ela serão remetidos os novos autos, tendo-se, porém, em vista, a especialização da Auditoria e a categoria do Conselho de Justiça.

**Arguição de liti-
pendência**

Art. 149. Qualquer das partes poderá arguir, por escrito, a existência de anterior processo sobre o mesmo feito.

**Instrução
do pedido**

Art. 150. A arguição de litispendência será instruída com certidão passada pelo cartório do juízo ou pela Secretaria do Superior Tribunal Militar, perante o qual esteja em curso o outro processo.

**Prazo
para a prova da
alegação**

Art. 151. Se o argüente não puder apresentar a prova da alegação, o juiz poderá conceder-lhe prazo para que o faça, ficando-lhe, nesse caso, à discrição, suspender ou não o curso do processo.

Art. 152. O juiz ouvirá a parte contrária a respeito da arguição, e decidirá de plano, irrecorivelmente.

**Decisão de plano
irrecorível**

Seção IV — Da exceção de coisa julgada

Art. 153. Se o juiz reconhecer que o feito sob seu julgamento já foi, quanto ao fato principal, definitivamente julgado por sentença irrecorível, mandará arquivar a nova denúncia, declarando a razão por que o faz.

**Existência
de coisa julgada.
Arquivamento de
denúncia**

Art. 154. Qualquer das partes poderá argüir, por escrito, a existência de anterior sentença passada em julgado, juntando-lhe certidão.

**Arguição de coisa
julgada**

Parágrafo único. Se a arguição fôr do acusado, o juiz ouvirá o Ministério Público e decidirá de plano, recorrendo de ofício para o Superior Tribunal Militar, se reconhecer a existência da coisa julgada.

**Arguição
do acusado. De-
cisão de plano.
Recurso de ofício**

Art. 155. A coisa julgada opera somente em relação às partes, não alcançando quem não foi parte no processo.

**Limite de efeito
da coisa julgada**

CAPÍTULO II

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL
DO ACUSADO

Art. 156. Quando, em virtude de doença ou deficiência mental, houver dúvida a respeito da imputabilidade penal do acusado, será ele submetido a perícia médica.

**Dúvida a respeito
de imputabilidade**

§ 1.º A perícia poderá ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado, em qualquer fase do processo.

**Ordenação
de perícia**

§ 2.º A perícia poderá ser também ordenada na fase do inquérito policial militar, por iniciativa do seu encarregado ou em atenção a requerimento de qualquer das pessoas referidas no parágrafo anterior.

**Na fase
do inquérito**

**Internação para
a perícia**

Art. 157. Para efeito da perícia, o acusado, se estiver prêso, será internado em manicômio judiciário, onde houver; ou, se estiver solto e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado, que o juiz designará.

**Apresentação
do laudo**

§ 1.º O laudo pericial deverá ser apresentado dentro do prazo de quarenta e cinco dias, que o juiz poderá prorrogar, se os peritos demonstrarem a necessidade de maior lapso de tempo.

**Entrega
dos autos a
perito**

§ 2.º Se não houver prejuízo para a marcha do processo, o juiz poderá autorizar a entrega dos autos aos peritos, para lhes facilitar a tarefa. A mesma autorização poderá ser dada pelo encarregado do inquérito, no curso dêste.

**Não sustentação
do processo e
caso excepcional**

Art. 158. A determinação da perícia, quer na fase policial militar quer na fase judicial, não sustará a prática de diligências que possam ficar prejudicadas com o adiamento, mas sustará o processo quanto à produção de prova em que seja indispensável a presença do acusado submetido ao exame pericial.

**Quesitos
pertinentes**

Art. 159. Além de outros quesitos que, pertinentes ao fato, lhes forem oferecidos, e dos esclarecimentos que julgarem necessários, os peritos deverão responder aos seguintes:

**Quesitos
obrigatórios**

a) se o indiciado, ou acusado, sofre de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado;

b) se no momento da ação ou omissão, o indiciado, ou acusado, se achava em algum dos estados referidos na alínea anterior;

c) se, em virtude das circunstâncias referidas nas alíneas antecedentes, possuía o indiciado, ou acusado, capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento;

d) se a doença ou deficiência mental do indiciado, ou acusado, não lhe suprimindo, diminuiu-lhe, entretanto, consideravelmente, a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, quando o praticou.

Parágrafo único. No caso de embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, formular-se-ão quesitos congêneres, pertinentes ao caso.

Art. 160. Se os peritos concluírem pela inimputabilidade penal do acusado, nos termos do art. 48 (preâmbulo) do Código Penal Militar, o juiz, desde que concorde com a conclusão do laudo, nomear-lhe-á curador e lhe declarará, por sentença, a inimputabilidade, com aplicação da medida de segurança correspondente.

**Inimputabilidade.
Nomeação de
curador. Medida
de segurança.**

Parágrafo único. Concluindo os peritos pela inimputabilidade relativa do indiciado, ou acusado, nos termos do parágrafo único do artigo 48 do Código Penal Militar, o inquérito ou o processo prosseguirá, com a presença de defensor neste último caso. Sendo condenatória a sentença, será aplicada a medida de segurança prevista no art. 113 do mesmo Código.

**Inimputabilidade
relativa. Prosse-
guimento do in-
quérito ou de
processo. Medida
de segurança**

Art. 161. Se a doença mental sobrevier ao crime, o inquérito ou o processo ficará suspenso, se já iniciados, até que o indiciado ou acusado se restabeleça, sem prejuízo das diligências que possam ser prejudicadas com o adiamento.

**Doença mental
superveniente**

§ 1.º O acusado poderá, nesse caso, ser internado em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento congênere.

**Internação
em manicômio**

§ 2.º O inquérito ou o processo retomará o seu curso, desde que o acusado se restabeleça, ficando-lhe assegurada a faculdade de reinquirir as testemunhas que houverem prestado depoimento sem a sua presença ou a repetição de diligência em que a mesma presença teria sido indispensável.

**Restabelecimento
do acusado**

Art. 162. A verificação de insanidade mental correrá em autos apartados, que serão apensos ao processo principal somente após a apresentação do laudo.

**Verificação em
autos apartados**

§ 1.º O exame de sanidade mental requerido pela defesa, de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido

ao Conselho, até a data marcada para o julgamento. Neste caso, aquêles acusados serão julgados oportunamente.

**Procedimento
no inquérito**

§ 2.º Da mesma forma se procederá no curso do inquérito, mas êste poderá ser encerrado sem a apresentação do laudo, que será remetido pelo encarregado do inquérito ao juiz, nos termos do § 2.º do art. 20.

CAPÍTULO III

DO INCIDENTE DE FALSIDADE DE DOCUMENTO

**Arguição
de falsidade**

Art. 163. Argüida a falsidade de documento constante dos autos, o juiz, se o reputar necessário à decisão da causa:

**Autuação
em apartado**

a) mandará autuar em apartado a impugnação e, em seguida, ouvirá a parte contrária, que, no prazo de quarenta e oito horas, oferecerá a resposta;

**Prazo para a
prova**

b) abrirá dilação probatória num tríduo, dentro do qual as partes aduzirão a prova de suas alegações;

Diligências

c) conclusos os autos, poderá ordenar as diligências que entender necessárias, decidindo a final;

**Reconhecimento.
Decisão irrecorrí-
vel. Desanexação
do documento**

d) reconhecida a falsidade, por decisão que é irrecorrível, mandará desentranhar o documento e remetê-lo, com os autos do processo incidente, ao Ministério Público.

Arguição oral

Art. 164. Quando a arguição de falsidade se fizer oralmente, o juiz mandará tomá-la por termo, que será autuado em processo incidente.

Por procurador

Art. 165. A arguição de falsidade, feita por procurador, exigirá poderes especiais.

**Verificação
de ofício**

Art. 166. A verificação de falsidade poderá proceder-se de ofício.

Art. 167. Se o documento reputado falso fôr oriundo de repartição ou órgão com sede em lugar sob jurisdição de outro juízo, nêle se procederá à verificação da falsidade, salvo se esta fôr evidente, ou puder ser apurada por perícia no juízo do feito criminal.

**Documento
oriundo de outro
juízo**

Parágrafo único. Caso a verificação deva ser feita em outro juízo, o juiz do feito criminal dará, para aquêlê fim, as providências necessárias.

**Providências
do juiz do feito**

Art. 168. O juiz poderá sustar o feito até a apuração da falsidade, se imprescindível para a condenação ou absolvição do acusado, sem prejuízo, entretanto, de outras diligências que não dependam daquela apuração.

Sustação do feito

Art. 169. Qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal.

**Limite
da decisão**

TÍTULO XIII

DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SÔBRE COISAS OU PESSOAS

Seção I — Da busca

Art. 170. A busca poderá ser domiciliar ou pessoal.

Espécies de busca

Art. 171. A busca domiciliar consistirá na procura material portas adentro da casa.

**Busca
domiciliar**

Art. 172. Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

Finalidade

a) prender criminosos;

b) apreender coisas obtidas por meios criminosos ou guardadas ilicitamente;

c) apreender instrumentos de falsificação ou contrafação;

d) apreender armas e munições e instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;

e) descobrir objetos necessários à prova da infração ou à defesa do acusado;

f) apreender correspondência destinada ao acusado ou em seu poder, quando haja fundada suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

g) apreender pessoas vítimas de crime;

h) colher elemento de convicção.

**Compreensão
do termo "casa"**

Art. 173. O termo "casa" compreende:

a) qualquer compartimento habitado;

b) aposento ocupado de habitação coletiva;

c) compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

Não compreensão

Art. 174. Não se compreende no termo "casa":

a) hotel, hospedaria ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto abertas, salvo a restrição da alínea b do artigo anterior;

b) taverna, boate, casa de jôgo e outras do mesmo gênero;

c) a habitação usada como local para a prática de infrações penais.

**Oportunidade
da busca
domiciliar**

Art. 175. A busca domiciliar será executada de dia, salvo para acudir vítimas de crime ou desastre.

Parágrafo único. Se houver consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.

Art. 176. A busca domiciliar poderá ser ordenada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, ou determinada pela autoridade policial militar.

Ordem da busca

Parágrafo único. O representante do Ministério Público, quando assessor no inquérito, ou dêste tomar conhecimento, poderá solicitar do seu encarregado a realização da busca.

Art. 177. Deverá ser precedida de mandado a busca domiciliar que não fôr realizada pela própria autoridade judiciária ou pela autoridade que presidir o inquérito.

Precedência de mandado

Art. 178. O mandado de busca deverá:

Conteúdo do mandado

a) indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do seu morador ou proprietário; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que a sofrerá ou os sinais que a identifiquem;

b) mencionar o motivo e os fins da diligência;

c) ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

Parágrafo único. Se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado.

Art. 179. O executor da busca domiciliar procederá da seguinte maneira:

Procedimento

I — se o morador estiver presente:

Presença do morador

a) ler-lhe-á o mandado, ou, se fôr o próprio autor da ordem, identificar-se-á e dirá o que pretende;

b) convidá-lo-á a franquear a entrada, sob pena de a forçar se não fôr atendido;

c) uma vez dentro da casa, se estiver à procura de pessoa ou coisa, convidará o morador a apresentá-la ou exhibi-la;

d) se não fôr atendido ou se se tratar de pessoa ou coisa incerta, procederá à busca;

e) se o morador ou qualquer outra pessoa recalcitrar ou criar obstáculo usará da força necessária para vencer a resistência ou remover o empecilho e arrombará, se necessário, quaisquer móveis ou compartimentos em que, presumivelmente, possam estar as coisas ou pessoas procuradas;

**Ausência
do morador**

II — se o morador estiver ausente:

a) tentará localizá-lo para lhe dar ciência da diligência e aguardará a sua chegada, se puder ser imediata;

b) no caso de não ser encontrado o morador ou não comparecer com a necessária presença, convidará pessoa capaz, que identificará para que conste do respectivo auto, a fim de testemunhar a diligência;

c) entrará na casa, arrombando-a, se necessário;

d) fará a busca, rompendo, se preciso, todos os obstáculos em móveis ou compartimentos onde, presumivelmente, possam estar as coisas ou pessoas procuradas;

Casa desabitada

III — se a casa estiver desabitada, tentará localizar o proprietário, procedendo da mesma forma como no caso de ausência do morador.

**Rompimento
de obstáculo**

§ 1.º o rompimento de obstáculos deve ser feito com o menor dano possível à coisa ou compartimento passível da busca, providenciando-se, sempre que possível, a intervenção de serralheiro ou outro profissional habilitado, quando se tratar de remover ou desmontar fechadura, ferrolho, peça de segredo ou qualquer outro aparelhamento que impeça a finalidade da diligência.

Reposição

§ 2.º Os livros, documentos, papéis e objetos que não tenham sido apreendidos devem ser repostos nos seus lugares.

§ 3.º Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável ao bom êxito da diligência.

Art. 180. A busca pessoal consistirá na procura material feita nas vestes, pastas, malas e outros objetos que estejam com a pessoa revista-da e, quando necessário, no próprio corpo.

Busca pessoal

Art. 181. Proceder-se-á à revista, quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo:

Revista pessoal

- a) instrumento ou produto do crime;
- b) elementos de prova.

Art. 182. A revista independe de manda-do:

Revista indepen-
dentemente de
mandado

a) quando feita no ato da captura de pes-soa que deve ser prêsa;

b) quando determinada no curso da busca domiciliar;

c) quando ocorrer o caso previsto na ali-neia a do artigo anterior;

d) quando houver fundada suspeita de que o revistando traz consigo objetos ou papéis que constituam corpo de delito;

e) quando feita na presença da autoridade judiciária ou do presidente do inquérito.

Art. 183. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

Busca em mulher

Art. 184. A busca domiciliar ou pessoal por mandado será, no curso do processo, execu-tada por oficial de justiça; e, no curso do inquérito, por oficial, designado pelo encarregado do inqué-rito, atendida a hierarquia do pôsto ou gradua-ção de quem a sofrer, se militar.

Busca no curso
do processo ou
do inquérito

Parágrafo único. A autoridade militar po-derá requisitar da autoridade policial civil a rea-lização da busca.

Requisição
a autoridade civil

Seção II — Da apreensão

Art. 185. Se o executor da busca encon-trar as pessoas ou coisas a que se referem os ar-tigos 172 e 181, deverá apreendê-las. Fâ-lo-á,

Apreensão
de pessoas ou
coisas

igualmente, de armas ou objetos pertencentes às Forças Armadas ou de uso exclusivo de militares, quando estejam em posse indevida, ou seja incerta a sua propriedade.

Correspondência
aberta

§ 1.º A correspondência aberta ou não, destinada ao indiciado ou ao acusado, ou em seu poder, será apreendida se houver fundadas razões para suspeitar que pode ser útil à elucidação do fato.

Documento
em poder do
defensor

§ 2.º Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

Território
de outra juris-
dição

Art. 186. Quando, para a apreensão, o executor fôr em seguimento de pessoa ou coisa, poderá penetrar em território sujeito a outra jurisdição.

Parágrafo único. Entender-se-á que a autoridade ou seus agentes vão em seguimento de pessoa ou coisa, quando:

a) tendo conhecimento de sua remoção ou transporte, a seguirem sem interrupção, embora depois a percam de vista;

b) ainda que não a tenham avistado, mas forem em seu encalço, sabendo, por informações fidedignas ou circunstâncias judiciárias, que está sendo removida ou transportada em determinada direção.

Apresentação
à autoridade
local

Art. 187. O executor que entrar em território de jurisdição diversa deverá, conforme o caso, apresentar-se à respectiva autoridade civil ou militar, perante a qual se identificará. A apresentação poderá ser feita após a diligência, se a urgência desta não permitir solução de continuidade.

Pessoa
sob custódia

Art. 188. Descoberta a pessoa ou coisa que se procura, será imediatamente apreendida e posta sob custódia da autoridade ou de seus agentes.

Requisitos
do auto

Art. 189. Finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assi-

nado por duas testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.

Parágrafo único. Constarão do auto, ou dêle farão parte em anexo devidamente rubricado pelo executor da diligência, a relação e descrição das coisas apreendidas, com a especificação:

Conteúdo do auto

a) se máquinas, veículos, instrumentos ou armas, da sua marca e tipo e, se possível, da sua origem, número e data da fabricação;

b) se livros, o respectivo título e o nome do autor;

c) se documentos, a sua natureza.

Seção III — Da restituição

Art. 190. As coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

Restituição
de coisas

§ 1.º As coisas a que se referem o art. 109, n.º II, letra a, e o art. 119, ns. I e II, do Código Penal Militar, não poderão ser restituídas em tempo algum.

§ 2.º As coisas a que se refere o art. 109, n.º II, letra b, do Código Penal Militar, poderão ser restituídas somente ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Art. 191. A restituição poderá ser ordenada pela autoridade policial militar ou pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que:

Ordem
de restituição

a) a coisa apreendida não seja irrestituível, na conformidade do artigo anterior;

b) não interesse mais ao processo;

c) não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

Direito duvidoso

Art. 192. Se duvidoso o direito do reclamante, sòmente em juízo poderá ser decidido, atuando-se o pedido em apartado e assinando-se o prazo de cinco dias para a prova, findo o qual o juiz decidirá, cabendo da decisão recurso para o Superior Tribunal Militar.

**Questão de alta
indagação**

Parágrafo único. Se a autoridade judiciária militar entender que a matéria é de alta indagação, remeterá o reclamante para o juízo cível, continuando as coisas apreendidas até que se resolva a controvérsia.

**Coisa em poder
de terceiro**

Art. 193. Se a coisa houver sido apreendida em poder de terceiro de boa-fé, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) se a restituição fôr pedida pelo próprio terceiro, o juiz do processo poderá ordená-la, se estiverem preenchidos os requisitos do art. 191;

b) se pedida pelo acusado ou pelo lesado e, também, pelo terceiro, o incidente autuar-se-á em apartado e os reclamantes terão, em conjunto, o prazo de cinco dias para apresentar provas e o de três dias para arrazoar, findos os quais o juiz decidirá, cabendo da decisão recurso para o Superior Tribunal Militar.

**Persistência
de dúvida**

§ 1.º Se persistir dúvida quanto à propriedade da coisa, os reclamantes serão remetidos para o juízo cível, onde se decidirá aquela dúvida, com efeito sobre a restituição no juízo militar, salvo se motivo superveniente não tornar a coisa irrestituível.

**Nomeação
de depositário**

§ 2.º A autoridade judiciária militar poderá, se assim julgar conveniente, nomear depositário idôneo, para a guarda da coisa, até que se resolva a controvérsia.

**Audiência
do Ministério
Público**

Art. 194. O Ministério Público será sempre ouvido em pedido ou incidente de restituição.

Parágrafo único. Salvo o caso previsto no art. 195, caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Superior Tribunal Militar, do despacho do juiz que ordenar a restituição da coisa.

Art. 195. Tratando-se de coisa facilmente deteriorável, será avaliada e levada a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado em estabelecimento oficial de crédito determinado em lei.

Coisa
deteriorável

Art. 196. Decorrido o prazo de noventa dias, após o trânsito em julgado de sentença condenatória, proceder-se-á da seguinte maneira em relação aos bens apreendidos:

Sentença
condenatória

a) os referidos no art. 109, nº II, letra a, do Código Penal Militar, serão inutilizados ou recolhidos a Museu Criminal ou entregues às Forças Armadas, se lhes interessarem;

Destino
das coisas

b) quaisquer outros bens serão avaliados e vendidos em leilão público, recolhendo-se ao fundo da organização militar correspondente ao Conselho de Justiça o que não couber ao lesado ou terceiro de boa-fé.

Art. 197. Transitando em julgado sentença absolutória, proceder-se-á da seguinte maneira:

Destino em caso
de sentença
absolutória

a) se houver sido decretado o confisco (Código Penal Militar, art. 119), observar-se-á o disposto na letra a do artigo anterior;

b) nos demais casos, as coisas serão restituídas àquele de quem houverem sido apreendidas.

Art. 198. Fora dos casos previstos nos artigos anteriores, se, dentro do prazo de noventa dias, a contar da data em que transitar em julgado a sentença final, condenatória ou absolutória, os objetos apreendidos não forem reclamados por quem de direito, serão vendidos em leilão, depositando-se o saldo à disposição do juiz de ausentes.

Venda em leilão

CAPÍTULO II

DAS PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SÔBRE COISAS

Seção I — Do seqüestro

Art. 199. Estão sujeitos a seqüestro os bens adquiridos com os proventos da infração penal, quando desta haja resultado, de qualquer modo,

Bens sujeitos a
seqüestro

lesão a patrimônio sob administração militar, ainda que já tenham sido transferidos a terceiros por qualquer forma de alienação, ou por abandono ou renúncia.

§ 1.º Estão, igualmente, sujeitos a seqüestro os bens de responsáveis por contrabando, ou outro ato ilícito, em aeronave ou embarcação militar, em proporção aos prejuízos e riscos por estas sofridos, bem como os dos seus tripulantes, que não tenham participado da prática do ato ilícito.

**Bens
insusceptíveis de
seqüestro**

§ 2.º Não poderão ser seqüestrados bens, a respeito dos quais haja decreto de desapropriação da União, do Estado ou do Município, se anterior à data em que foi praticada a infração penal.

**Requisito para
o seqüestro**

Art. 200. Para decretação do seqüestro é necessária a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

**Fases da sua
determinação**

Art. 201. A autoridade judiciária militar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo; e, antes da denúncia, se o solicitar, com fundado motivo, o encarregado do inquérito.

**Providências
a respeito**

Art. 202. Realizado o seqüestro, a autoridade judiciária militar providenciará:

a) se de imóvel, a sua inscrição no Registro de Imóveis;

b) se de coisa móvel, o seu depósito, sob a guarda de depositário nomeado para esse fim.

**Autuação
em embargos**

Art. 203. O seqüestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos, assim do indiciado ou acusado como de terceiro, sob os fundamentos de:

I — se forem do indiciado ou acusado:

a) não ter ele adquirido a coisa com os proventos da infração penal;

b) não ter havido lesão a patrimônio sob administração militar.

II — se de terceiro)

a) haver adquirido a coisa em data anterior à da infração penal praticada pelo indiciado ou acusado;

b) havê-la, em qualquer tempo, adquirido de boa-fé.

§ 1.º Apresentada a prova da alegação dentro em dez dias e ouvido o Ministério Público, a autoridade judiciária militar decidirá de plano, aceitando ou rejeitando os embargos, cabendo da decisão recurso para o Superior Tribunal Militar.

§ 2.º Se a autoridade judiciária militar entender que se trata de matéria de alta indagação, remeterá o embargante para o juízo cível e manterá o seqüestro até que seja dirimida a controvérsia.

§ 3.º Da mesma forma procederá, desde logo, se não se tratar de lesão ao patrimônio sob administração militar.

Art. 204. O seqüestro será levantado no juízo penal militar:

a) se forem aceitos os embargos, ou negado provimento ao recurso da decisão que os aceitou;

b) se a ação penal não fôr promovida no prazo de sessenta dias, contado da data em que foi instaurado o inquérito;

c) se o terceiro, a quem tiverem sido transferidos os bens, prestar caução real ou fidejussória que assegure a aplicação do disposto no artigo 109, ns. I e II, letra b, do Código Penal Militar;

d) se fôr julgada extinta a ação penal ou absolvido o acusado por sentença irrecorrível.

Art. 205. Transitada em julgada a sentença condenatória, a autoridade judiciária militar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público.

§ 1.º Do dinheiro apurado, recolher-se-á ao Tesouro Nacional o que se destinar a ressarcir prejuízo ao patrimônio sob administração militar.

§ 2.º O que não se destinar a êsse fim será restituído a quem de direito, se não houver con-

Prova. Decisão.
Recurso.

Remessa ao juízo
cível

Levantamento
do seqüestro

Sentença conde-
natória. Avalia-
ção da venda.

Recolhimento
de dinheiro

trovêrsia; se esta existir, os autos de seqüestro serão remetidos ao juízo cível, a cuja disposição passará o saldo apurado.

Seção II — Da hipoteca legal

Bens sujeitos a
hipoteca legal

Art. 206. Estão sujeitos a hipoteca legal os bens imóveis do acusado, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob administração militar.

Inscrição
especialização
da hipoteca

Art. 207. A inscrição e a especialização da hipoteca legal serão requeridas à autoridade judiciária militar, pelo Ministério Público, em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração penal e indícios suficientes de autoria.

Estimação do va-
lor da obrigação
e do imóvel

Art. 208. O requerimento estimará o valor da obrigação resultante do crime, bem como indicará e estimará o imóvel ou imóveis, que ficarão especialmente hipotecados; será instruído com os dados em que se fundarem as estimativas e com os documentos comprobatórios do domínio.

Arbitramento

Art. 209. Pedida a especialização, a autoridade judiciária militar mandará arbitrar o montante da obrigação resultante do crime e avaliar o imóvel ou imóveis indicados, nomeando perito idôneo para esse fim.

§ 1º Ouvidos o acusado e o Ministério Público, no prazo de três dias, cada um, a autoridade judiciária militar poderá corrigir o arbitramento do valor da obrigação, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

Liquidação após
a condenação

§ 2º O valor da obrigação será liquidado definitivamente após a condenação, podendo ser requerido novo arbitramento se o acusado ou o Ministério Público não se conformar com o anterior à sentença condenatória.

Oferecimento
de caução

§ 3º Se o acusado oferecer caução suficiente, real ou fidejussória, a autoridade judiciária militar poderá deixar de mandar proceder à inscrição da hipoteca.

§ 4.º Sòmente deverá ser autorizada a inscrição da hipoteca dos imóveis necessários à garantia da obrigação.

**Limite
da inscrição**

Art. 210. O processo da inscrição e especialização correrá em autos apartados.

**Processos em
autos apartados**

§ 1.º Da decisão que a determinar, caberá recurso para o Superior Tribunal Militar.

Recurso

§ 2.º Se o caso comportar questão de alta indagação, o processo será remetido ao juízo cível, para a decisão.

Art. 211. A hipoteca legal não poderá recair em imóvel com cláusula de inalienabilidade.

**Imóvel clausula-
do de inaliena-
bilidade**

Art. 212. No caso de hipoteca anterior ao fato delituoso, não ficará prejudicado o direito do patrimônio sob administração militar à constituição da hipoteca legal, que se considerará segunda hipoteca, nos termos da lei civil.

**Caso de hipoteca
anterior**

Art. 213. Das rendas dos bens sob hipoteca legal, poderão ser fornecidos recursos, arbitrados pela autoridade judiciária militar, para a manutenção do acusado e sua família.

**Renda dos bens
hipotecados**

Art. 214. A inscrição será cancelada:

**Cancelamento
da inscrição**

a) se, depois de feita, o acusado oferecer caução suficiente, real ou fidejussória;

b) se fôr julgada extinta a ação penal ou absolvido o acusado por sentença irrecorrível.

Seção III — Do arresto

Art. 215. O arresto de bens do acusado poderá ser decretado pela autoridade judiciária militar, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob a administração militar:

**Bens sujeitos a
arresto**

a) se imóveis, para evitar artifício fraudulento que os transfira ou grave, antes da inscrição e especialização da hipoteca legal;

b) se móveis e representarem valor apreciável, tentar ocultá-los ou dêles tentar realizar tradição que burle a possibilidade da satisfação do dano, referida no preâmbulo dêste artigo.

Revogação do arresto	§ 1.º Em se tratando de imóvel, o arresto será revogado, se, dentro em quinze dias, contados da sua decretação, não fôr requerida a inscrição e especialização da hipoteca legal.
Na fase do inquérito	§ 2.º O arresto poderá ser pedido ainda na fase do inquérito.
Preferência	Art. 216. O arresto recairá de preferência sobre imóvel, e somente se estenderá a bem móvel se aquêle não tiver valor suficiente para assegurar a satisfação do dano; em qualquer caso, o arresto somente será decretado quando houver certeza da infração e fundada suspeita da sua autoria.
Bens insuscetíveis de arresto	Art. 217. Não é permitido arrestar bens que, de acôrdo com a lei civil, sejam insuscetíveis de penhora, ou, de qualquer modo, signifiquem conforto indispensável ao acusado e à sua família.
Coisas deterioráveis	Art. 218. Se os bens móveis arrestados forem coisas facilmente deterioráveis, serão levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado em conta corrente de estabelecimento de crédito oficial.
Processo em autos apartados	Art. 219. O processo de arresto correrá em autos apartados, admitindo embargos, se se tratar de coisa móvel, com recurso para o Superior Tribunal Militar da decisão que os aceitar ou negar.
Disposições de seqüestro	Parágrafo único. No processo de arresto seguir-se-ão as disposições a respeito do seqüestro, no que forem applicáveis.

CAPÍTULO III

DAS PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE
PESSOAS*Seção I — Da prisão provisória*

DISPOSIÇÕES GERAIS

Definição	Art. 220. Prisão provisória é a que ocorre durante o inquérito, ou no curso do processo, antes da condenação definitiva.
Legalidade da prisão	Art. 221. Ninguém será prêso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.

Art. 222. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade judiciária competente, com a declaração do local onde a mesma se acha sob custódia e se está, ou não, incomunicável.

Comunicação
ao juiz

Art. 223. A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo.

Prisão
de militar

Art. 224. Se, ao tomar conhecimento da comunicação, a autoridade judiciária verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la imediatamente.

Relaxamento
da prisão

Art. 225. A autoridade judiciária ou o encarregado do inquérito que ordenar a prisão fará expedir em duas vias o respectivo mandado, com os seguintes requisitos:

Expedição
de mandado

a) será lavrado pelo escrivão do processo ou do inquérito, ou *ad hoc*, e assinado pela autoridade que ordenar a expedição;

Requisitos

b) designará a pessoa sujeita a prisão com a respectiva identificação e moradia, se possível;

c) mencionará o motivo da prisão;

d) designará o executor da prisão.

Parágrafo único. Uma das vias ficará em poder do prêso, que assinará a outra; e, se não quiser ou não puder fazê-lo, certificá-lo-á o executor do mandado, na própria via deste.

Assinatura
do mandado

Art. 226. A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias relativas à inviolabilidade do domicílio.

Tempo e lugar
da captura

Art. 227. Para cumprimento do mandado, a autoridade policial militar ou a judiciária poderá expedir tantos outros quantos necessários às diligências, devendo em cada um deles ser fielmente reproduzido o teor do original.

Desdobramento
do mandado

Art. 228. Se o capturando estiver em lugar estranho à jurisdição do juiz que ordenar a prisão, mas em território nacional, a captura será pedida por precatória, da qual constará o mesmo que se contém nos mandados de prisão; no curso do inquérito policial militar a providência será solicitada

Expedição
de precatória ou
ofício

pelo seu encarregado, com os mesmos requisitos, mas por meio de ofício, ao comandante da Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, respectivamente.

**Via telegráfica
ou radiográfica**

Parágrafo único. Havendo urgência, a captura poderá ser requisitada por via telegráfica ou radiográfica, autenticada a firma da autoridade requisitante, o que se mencionará no despacho.

**Captura
no estrangeiro**

Art. 229. Se o capturando estiver no estrangeiro, a autoridade judiciária se dirigirá ao Ministro da Justiça para que, por via diplomática, sejam tomadas as providências que no caso couberem.

**Caso
de flagrante**

Art. 230. A captura se fará:

a) em caso de flagrante, pela simples voz de prisão;

Caso de mandado

b) em caso de mandado, pela entrega ao capturando de uma das vias e conseqüente voz de prisão dada pelo executor, que se identificará.

Recaptura

Parágrafo único. A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, e poderá ser feita por qualquer pessoa.

**Captura
em domicílio**

Art. 231. Se o executor verificar que o capturando se encontra em alguma casa, ordenará ao dono dela que o entregue, exibindo-lhe o mandado de prisão.

Caso de busca

Parágrafo único. Se o executor não tiver certeza da presença do capturando na casa, poderá proceder à busca, para a qual, entretanto, será necessária a expedição do respectivo mandado, a menos que o executor seja a própria autoridade competente para expedir-lo.

**Recusa
da entrega do
capturando**

Art. 232. Se não fôr atendido, o executor convocará duas testemunhas e procederá da seguinte forma:

a) sendo dia, entrará à força na casa, arrombando-lhe a porta, se necessário;

b) sendo noite, fará guardar tôdas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombar-lhe-á a porta e efetuará a prisão.

Parágrafo único. O morador que se recusar à entrega do capturando será levado à presença da autoridade, para que contra ele se proceda, como de direito, se sua ação configurar infração penal.

Art. 233. No caso de prisão em flagrante que se deva efetuar no interior de casa, observar-se-á o disposto no artigo anterior, no que fôr aplicável.

**Flagrante
no interior de
casa**

Art. 234. O emprêgo de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros, poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do ofensor. De tudo se lavrará auto subscrito pelo executor e por duas testemunhas.

Emprêgo de força

§ 1º O emprêgo de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do prêso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o art. 242.

**Emprêgo
de algemas**

§ 2º O recurso ao uso de armas só se justifica quando absolutamente necessário para vencer a resistência ou proteger a incolumidade do executor da prisão ou a de auxiliar seu.

Uso de armas

Art. 235. Se o indiciado ou acusado, sendo perseguido, passar a território de outra jurisdição, observar-se-á, no que fôr aplicável, o disposto nos arts. 186, 187 e 188.

**Captura fora da
jurisdição**

Art. 236. Ao receber precatória para a captura de alguém, cabe ao auditor deprecado:

**Cumprimento
de precatória**

a) verificar a autenticidade e a legalidade do documento;

b) se o reputar perfeito, apor-lhe o *cumpra-se* e expedir mandado de prisão;

c) cumprida a ordem, remeter a precatória e providenciar a entrega do prêso ao juiz deprecante.

Parágrafo único. Se o juiz deprecado verificar que o capturando se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz militar, remeter-

**Remessa
dos autos a outro
juiz**

lhe-á os autos da precatória. Se não tiver notícia do paradeiro do capturando, devolverá os autos ao juiz deprecante.

Entrega de prêso
Formalidades.

Art. 237. Ninguém será recolhido à prisão sem que ao responsável pela custódia seja entregue cópia do respectivo mandado, assinada pelo executor, ou apresentada guia expedida pela autoridade competente, devendo ser passado recibo da entrega do prêso, com declaração do dia, hora e lugar da prisão.

Recibo

Parágrafo único. O recibo será passado no próprio exemplar do mandado, se este fôr o documento exibido.

Transferência
de prisão

Art. 238. Nenhum prêso será transferido de prisão sem que o responsável pela transferência faça a devida comunicação à autoridade judiciária que ordenou a prisão, nos termos do art. 18.

Recolhimento
a nova prisão

Parágrafo único. O prêso transferido deverá ser recolhido à nova prisão com as mesmas formalidades previstas no art. 237 e seu parágrafo único.

Separação
de prisão

Art. 239. As pessoas sujeitas a prisão provisória deverão ficar separadas das que estiverem definitivamente condenadas.

Local da prisão

Art. 240. A prisão deve ser em local limpo e arejado, onde o detento possa repousar durante a noite, sendo proibido o seu recolhimento a masmorra, solitária ou cela onde não penetre a luz do dia.

Respeito à inte-
gridade do prêso
e assistência

Art. 241. Impõe-se à autoridade responsável pela custódia o respeito à integridade física e moral do detento, que terá direito a presença de pessoa da sua família e a assistência religiosa, pelo menos uma vez por semana, em dia previamente marcado, salvo durante o período de incomunicabilidade, bem como à assistência de advogado que indicar, nos termos do art. 71, ou, se estiver impedido de fazê-lo, à do que fôr indicado por seu cônjuge, ascendente ou descendente.

Parágrafo único. Se o detento necessitar de assistência para tratamento de saúde, ser-lhe-á prestada por médico militar.

Art. 242. Serão recolhidos a quartel ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes de condenação irrecorrível:

Prisão especial

- a) os ministros de Estado;
- b) os governadores ou interventores de Estados, ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários e chefes de Polícia;
- c) os membros do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembléias Legislativas dos Estados;
- d) os cidadãos inscritos no Livro de Mérito das ordens militares ou civis reconhecidas em lei;
- e) os magistrados;
- f) os oficiais das Fôrças Armadas, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares, inclusive os da reserva, remunerada ou não, e os reformados;
- g) os oficiais da Marinha Mercante Nacional;
- h) os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional;
- i) os ministros do Tribunal de Contas;
- j) os ministros de confissão religiosa.

Parágrafo único. A prisão de praças especiais e a de graduados atenderá aos respectivos graus de hierarquia.

Prisão de praças

Seção II — Da prisão em flagrante

Art. 243. Qualquer pessoa poderá e os militares deverão prender quem fôr insubmisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito.

Pessoas que efetuam prisão em flagrante

Art. 244. Considera-se em flagrante delito aquêlê que:

Sujeição a flagrante delito

- a) está cometendo o crime;
- b) acaba de cometê-lo;

c) é perseguido logo após o fato delituoso em situação que faça acreditar ser êle o seu autor;

d) é encontrado, logo depois, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.

**Infração
permanente**

Parágrafo único. Nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

**Lavratura
do auto**

Art. 245. Apresentado o prêso ao comandante ou ao oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou autoridade correspondente, ou à autoridade judiciária, será, por qualquer dêles, ouvido o condutor e as testemunhas que o acompanharrem, bem como inquirido o indiciado sobre a imputação que lhe é feita, e especialmente sobre o lugar e hora em que o fato aconteceu, lavrando-se de tudo auto, que será por todos assinado.

§ 1º Em se tratando de menor inimputável, será apresentado, imediatamente, ao juiz de menores.

**Ausência
de testemunhas**

§ 2º A falta de testemunhas não impedirá o auto de prisão em flagrante, que será assinado por duas pessoas, pelo menos, que hajam testemunhado a apresentação do prêso.

**Recusa
ou impossibilidade
de assinatura do
auto**

§ 3º Quando a pessoa conduzida se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto será assinado por duas testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura na presença do indiciado, do condutor e das testemunhas do fato delituoso.

**Designação
de escrivão**

§ 4º Sendo o auto presidido por autoridade militar, designará esta, para exercer as funções de escrivão, um capitão, capitão-tenente, primeiro ou segundo-tenente, se o indiciado fôr oficial. Nos demais casos, poderá designar um subtenente, suboficial ou sargento.

**Falta
ou impedimento
de escrivão**

§ 5º Na falta ou impedimento de escrivão ou das pessoas referidas no parágrafo anterior, a autoridade designará, para lavrar o auto, qualquer pessoa idônea, que, para êsse fim, prestará o compromisso legal.

**Recolhimento
a prisão. Diligências.**

Art. 246. Se das respostas resultarem fundadas suspeitas contra a pessoa conduzida, a

autoridade mandará recolhê-la à prisão, procedendo-se, imediatamente, se fôr o caso, a exame de corpo de delito, à busca e apreensão dos instrumentos do crime e a qualquer outra diligência necessária ao seu esclarecimento.

Art. 247. Dentro em vinte e quatro horas após a prisão, será dada ao prêso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

Nota de culpa

§ 1º Da nota de culpa o prêso passará recibo que será assinado por duas testemunhas, quando êle não souber, não puder ou não quizer assinar.

Recibo da nota de culpa

§ 2º Se, ao contrário da hipótese prevista no art. 246, a autoridade militar ou judiciária verificar a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida, relaxará a prisão. Em se tratando de infração penal comum, remeterá o prêso à autoridade civil competente.

Relaxamento da prisão

Art. 248. Em qualquer hipótese, de tudo quanto ocorrer será lavrado auto ou termo, para remessa à autoridade judiciária competente, a fim de que esta confirme ou infirme os atos praticados.

Registro das ocorrências

Art. 249. Quando o fato fôr praticado em presença da autoridade, ou contra ela, no exercício de suas funções, deverá ela própria prender e autuar em flagrante o infrator, mencionando a circunstância.

Fato praticado em presença da autoridade

Art. 250. Quando a prisão em flagrante fôr efetuada em lugar não sujeito à administração militar, o auto poderá ser lavrado por autoridade civil, ou pela autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorrer a prisão.

Prisão em lugar não sujeito à administração militar

Art. 251. O auto de prisão em flagrante deve ser remetido imediatamente ao juiz competente, se não tiver sido lavrado por autoridade judiciária; e, no máximo, dentro em cinco dias, se depender de diligência prevista no art. 246.

Remessa do auto de flagrante ao juiz

**Passagem do prêso
à disposição do
juiz**

Parágrafo único. Lavrado o auto de flagrante delito, o prêso passará imediatamente à disposição da autoridade judiciária competente para conhecer do processo.

**Devolução
do auto**

Art. 252. O auto poderá ser mandado ou devolvido à autoridade militar, pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, se novas diligências forem julgadas necessárias ao esclarecimento do fato.

**Concessão
de liberdade
provisória**

Art. 253. Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato nas condições dos arts. 35, 38, observado o disposto no art. 40, e dos arts. 39 e 42, do Código Penal Militar, poderá conceder ao indiciado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogar a concessão.

Seção III — Da prisão preventiva

**Competência
e requisitos para
a decretação**

Art. 254. A prisão preventiva pode ser decretada pelo auditor ou pelo Conselho de Justiça, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade encarregada do inquérito policial-militar, em qualquer fase dêste ou do processo, concorrendo os requisitos seguintes:

- a) prova do fato delituoso;
- b) indícios suficientes de autoria.

**No Superior
Tribunal Militar**

Parágrafo único. Durante a instrução de processo originário do Superior Tribunal Militar, a decretação compete ao relator.

**Casos
de decretação**

Art. 255. A prisão preventiva, além dos requisitos do artigo anterior, deverá fundar-se em um dos seguintes casos:

- a) garantia da ordem pública;
- b) conveniência da instrução criminal;
- c) periculosidade do indiciado ou acusado;
- d) segurança da aplicação da lei penal militar;

e) exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

Art. 256. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado; e, da mesma forma, o seu pedido ou requisição, que deverá preencher as condições previstas nas letras a e b, do art. 254.

**Fundamentação
do despacho**

Art. 257. O juiz deixará de decretar a prisão preventiva, quando, por qualquer circunstância evidente dos autos, ou pela profissão, condições de vida ou interesse do indiciado ou acusado, presumir que este não fuja, nem exerça influência em testemunha ou perito, nem impeça ou perturbe, de qualquer modo, a ação da justiça.

**Desnecessidade
da prisão**

Parágrafo único. Essa decisão poderá ser revogada a todo o tempo, desde que se modificar qualquer das condições previstas neste artigo.

**Modificação
de condições**

Art. 258. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, ter o agente praticado o fato nas condições dos arts. 35, 38, observado o disposto no art. 40, e dos arts. 39 e 42, do Código Penal Militar.

Proibição

Art. 259. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivos para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

**Revogação
e nova
decretação**

Parágrafo único. A prorrogação da prisão preventiva dependerá de prévia audiência do Ministério Público.

Art. 260. A prisão preventiva executar-se-á por mandado, com os requisitos do art. 225. Se o indiciado ou acusado já se achar detido, será notificado do despacho que a decretar pelo escrivão do inquérito, ou do processo, que o certificará nos autos.

**Execução da pri-
são preventiva**

Art. 261. Decretada a prisão preventiva, o preso passará à disposição da autoridade judiciária, observando-se o disposto no art. 237.

**Passagem
à disposição do
juiz**

CAPÍTULO IV

DO COMPARECIMENTO ESPONTANEO

**Tomada
de declarações**

Art. 262. Comparecendo espontâneamente o indiciado ou acusado, tomar-se-ão por t rmo as declarações que fizer. Se o comparecimento não se der perante a autoridade judiciária, a esta serão apresentados o t rmo e o indiciado ou acusado, para que delibere acêrca da prisão preventiva ou de outra medida que entender cabível.

Parágrafo  nico. O t rmo será assinado por duas testemunhas presenciais do ocorrido; e, se o indiciado ou acusado não souber ou não puder assinar, sê-lo-  por uma pessoa a seu r go, além das testemunhas mencionadas.

CAPÍTULO V

DA MENAGEM

**Competência
e requisitos para
a concessão**

Art. 263. A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

**Lugar
da menagem**

Art. 264. A menagem a militar poderá efetuar-se no lugar em que residia quando ocorreu o crime ou seja sede do juízo que o estiver apurando, ou, atendido o seu p sto ou graduação, em quartel, navio, acampamento, ou em estabelecimento ou sede de órgão militar. A menagem a civil será no lugar da sede do juízo, ou em lugar sujeito   administração militar, se assim o entender necessário a autoridade que a conceder.

**Audiência
do Ministério
Público**

  1  O Ministério Público será ouvido, pr viamente, sôbre a concessão da menagem, devendo emitir parecer dentro do prazo de três dias.

**Pedido
de informa  a**

  2  Para a menagem em lugar sujeito   administração militar, será pedida informação, a respeito da sua conveniência, à autoridade responsável pelo respectivo comando ou direção.

Art. 265. Será cassada a menagem àquele que se retirar do lugar para o qual foi ela concedida, ou faltar, sem causa justificada, a qualquer ato judicial para que tenha sido intimado ou a que deva comparecer independentemente de intimação especial.

**Cassação
da menagem**

Art. 266. O insubmisso terá o quartel por menagem, independentemente de decisão judicial, podendo, entretanto, ser cassada pela autoridade militar, por conveniência de disciplina.

**Menagem
do insubmisso**

Art. 267. A menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado.

**Cessaçao
da menagem**

Parágrafo único. Salvo o caso do artigo anterior, o juiz poderá ordenar a cessação da menagem, em qualquer tempo, com a liberação das obrigações dela decorrentes, desde que não a julgue mais necessária ao interesse da Justiça.

Art. 268. A menagem concedida em residência ou cidade não será levada em conta no cumprimento da pena.

**Contagem
para a pena**

Art. 269. Ao reincidente não se concederá menagem.

Reincidência

CAPÍTULO VI

DA LIBERDADE PROVISÓRIA

Art. 270. O indiciado ou acusado livrar-se-á sôlto no caso de infração a que não fôr cominada pena privativa de liberdade.

**Casos de liber-
dade provisória**

Parágrafo único. Poderá livrar-se sôlto:

a) no caso de infração culposa, salvo se compreendida entre as previstas no Livro I, Título I, da Parte Especial, do Código Penal Militar;

b) no caso de infração punida com pena de detenção não superior a dois anos, salvo as previstas nos arts. 157, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 173, 176, 177, 178, 187, 192, 235, 299 e 302, do Código Penal Militar.

Suspensão

Art. 271. A superveniência de qualquer dos motivos referidos no art. 255 poderá determinar a suspensão da liberdade provisória, por despacho da autoridade que a concedeu, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

CAPÍTULO VII

DA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA

**Casos
de aplicação**

Art. 272. No curso do inquérito, mediante representação do encarregado, ou no curso do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, enquanto não fôr proferida sentença irrecorrível, o juiz poderá, observado o disposto no art. 111, do Código Penal Militar, submeter às medidas de segurança que lhes forem aplicáveis:

a) os que sofram de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, ou outra grave perturbação de consciência;

b) os ébrios habituais;

c) os toxicômanos;

d) os que estejam no caso do art. 115, do Código Penal Militar.

**Interdição
de estabelecimen-
to ou sociedade**

§ 1º O juiz poderá, da mesma forma, decretar a interdição, por tempo não superior a cinco dias, de estabelecimento industrial ou comercial, bem como de sociedade ou associação, que esteja no caso do art. 118, do Código Penal Militar, a fim de ser nela realizada busca ou apreensão ou qualquer outra diligência permitida neste Código, para elucidação de fato delituoso.

Fundamentação

§ 2º Será fundamentado o despacho que aplicar qualquer das medidas previstas neste artigo.

**Irrecorribilidade
de despacho**

Art. 273. Não caberá recurso do despacho que decretar ou denegar a aplicação provisória da medida de segurança, mas esta poderá ser revogada, substituída ou modificada, a critério

do juiz, mediante requerimento do Ministério Público, do indiciado ou acusado, ou de representante legal de qualquer destes, nos casos das letras a e c do artigo anterior.

Art. 274. A aplicação provisória da medida de segurança, no caso da letra a do art. 272, não dispensa nem supre a realização da perícia médica, nos termos dos arts. 156 e 160.

Necessidade
da perícia
médica

Art. 275. Decretada a medida, atender-se-á, no que fôr aplicável, às disposições relativas à execução da sentença definitiva.

Normas
supletivas

Art. 276. A suspensão provisória do exercício do pátrio poder, da tutela ou da curatela, para efeito no juízo penal militar, deverá ser processada no juízo civil.

Suspensão do pá-
trio poder, tutela
ou curatela

TÍTULO XIV

CAPÍTULO ÚNICO

DA CITAÇÃO, DA INTIMAÇÃO E DA NOTIFICAÇÃO

Art. 277. A citação far-se-á por oficial de justiça:

Formas
de citação

I — mediante mandado, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal;

II — mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País;

III — mediante requisição, nos casos dos arts. 280 e 282;

IV — pelo correio, mediante expedição de carta;

V — por edital:

a) quando o acusado se ocultar ou opuser obstáculo para não ser citado;

b) quando estiver asilado em lugar que goze de extraterritorialidade de país estrangeiro;

- c) quando não fôr encontrado;
- d) quando estiver em lugar incerto ou não sabido;
- e) quando incerta a pessoa que tiver de ser citada.

Parágrafo único. Nos casos das letras a, c e d, o oficial de justiça, depois de procurar o acusado por duas vezes, em dias diferentes, certificará, cada vez, a impossibilidade da citação pessoal e o motivo. No caso da letra b, o oficial de justiça certificará qual o lugar em que o acusado está asilado.

**Requisitos
do mandado**

Art. 278. O mandado, do qual se extrairão tantas duplicatas quantos forem os acusados, para servirem de contrafé, conterá:

- a) o nome da autoridade judiciária que o expedir;
- b) o nome do acusado, seu pôsto ou graduação, se militar; seu cargo, se assemelhado ou funcionário de repartição militar, ou, se fôr desconhecido, os seus sinais característicos;
- c) a transcrição da denúncia, com o rol das testemunhas;
- d) o lugar, dia e hora em que o acusado deverá comparecer a juízo;
- e) a assinatura do escrivão e a rubrica da autoridade judiciária.

**Assinatura
do mandado**

Parágrafo único. Em primeira instância a assinatura do mandado compete ao auditor, e, em ação originária do Superior Tribunal Militar, ao relator do feito.

**Requisitos
da citação por
mandado**

Art. 279. São requisitos da citação por mandado:

- a) a sua leitura ao citando pelo oficial de justiça, e entrega da contrafé;
- b) declaração do recebimento da contrafé pelo citando, a qual poderá ser feita na primeira via do mandado;
- c) declaração do oficial de justiça, na certidão, da leitura do mandado.

Parágrafo único. Se o citando se recusar a ouvir a leitura do mandado, a receber a contrafé ou a declarar o seu recebimento, o oficial de justiça certificá-lo-á no próprio mandado. Do mesmo modo procederá, se o citando, embora recebendo a contrafé, estiver impossibilitado de o declarar por escrito.

Recusa ou impossibilidade da parte do citando

Art. 280. A citação a militar em situação de atividade ou a assemelhado far-se-á mediante requisição à autoridade sob cujo comando ou chefia estiver, a fim de que o citando se apresente para ouvir a leitura do mandado e receber a contrafé.

Citação a militar

Art. 281. A citação a funcionário que servir em repartição militar deverá, para se realizar dentro desta, ser precedida de licença do seu diretor ou chefe, a quem se dirigirá o oficial de justiça, antes de cumprir o mandado, na forma do art. 279.

Citação a funcionário

Art. 282. A citação de acusado preso por ordem de outro juízo ou por motivo de outro processo, far-se-á nos termos do art. 279, requisitando-se, por ofício, a apresentação do citando ao oficial de justiça, no recinto da prisão, para o cumprimento do mandado.

Citação a preso

Art. 283. A precatória de citação indicará:

Requisitos da precatória

- a) o juiz deprecado e o juiz deprecante;
- b) a sede das respectivas jurisdições;
- c) o fim para que é feita a citação, com todas as especificações;
- d) o lugar, dia e hora de comparecimento do acusado.

Parágrafo único. Se houver urgência, a precatória, que conterà em resumo os requisitos dêste artigo, poderá ser expedida por via telegráfica, depois de reconhecida a firma do juiz, o que a estação expedidora mencionará.

Urgência

Art. 284. A precatória será devolvida ao juiz deprecante, independentemente de traslado, depois de lançado o «cumpra-se» e de feita a citação por mandado do juiz deprecado, com os requisitos do art. 279.

Cumprimento da precatória

§ 1º Verificado que o citando se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz, a este o juiz deprecado remeterá os autos, para efetivação da diligência, desde que haja tempo para se fazer a citação.

§ 2º Certificada pelo oficial de justiça a existência de qualquer dos casos referidos no nº V, do art. 277, a precatória será imediatamente devolvida, para o fim previsto naquele artigo.

Carta citatória

Art. 285. Estando o acusado no estrangeiro, mas em lugar sabido, a citação far-se-á por meio de carta citatória, cuja remessa a autoridade judiciária solicitará ao Ministério das Relações Exteriores, para ser entregue ao citando, por intermédio de representante diplomático ou consular do Brasil, ou preposto de qualquer deles, com jurisdição no lugar onde aquêle estiver. A carta citatória conterá o nome do juiz que a expedir e as indicações a que se referem as alíneas *b*, *c* e *d*, do art. 283.

Caso especial de militar

§ 1º Em se tratando de militar em situação de atividade, a remessa, para o mesmo fim, será solicitada ao Ministério em que servir.

Carta citatória considerada cumprida

§ 2º A citação considerar-se-á cumprida desde que, por qualquer daqueles Ministérios, seja comunicada ao juiz a entrega ao citando da carta citatória.

Ausência do citando

§ 3º Se o citando não fôr encontrado no lugar, ou se ocultar ou opuser obstáculo à citação, publicar-se-á edital para este fim, pelo prazo de vinte dias, de acôrdo com o art. 286, após a comunicação, naquele sentido, à autoridade judiciária.

Exilado ou foragido em país estrangeiro

§ 4º O exilado ou foragido em país estrangeiro, salvo se internado em lugar certo e determinado pelo Governo desse país, será citado por edital, conforme o parágrafo anterior.

§ 5º A publicação do edital a que se refere o parágrafo anterior somente será feita após certidão do oficial de justiça, afirmativa de estar o citando exilado ou foragido em lugar incerto e não sabido.

Requisitos do edital

Art. 286. O edital de citação conterá, além dos requisitos referidos no art. 278, a declaração

do prazo, que será contado do dia da respectiva publicação na imprensa, ou da sua afixação.

§ 1º Além da publicação por três vezes em jornal oficial do lugar ou, na falta dêste, em jornal que tenha ali circulação diária, será o edital afixado em lugar ostensivo, na portaria do edificio onde funciona o juízo. A afixação será certificada pelo official de justiça que a houver feito e a publicação provada com a página do jornal de que conste a respectiva data.

§ 2º Sendo por demais longa a denúncia, dispensar-se-á a sua transcrição, resumindo-se o edital às indicações previstas nas alíneas a, b, d e e, do art. 278 e à declaração do prazo a que se refere o preâmbulo dêste artigo. Da mesma forma se procederá, quando o número de accusados exceder a cinco.

Edital resumido

Art. 287. O prazo do edital será conforme o art. 277, nº V:

Prazo do edital

- a) de cinco dias, nos casos das alíneas a e b;
- b) de quinze dias, no caso da alínea c;
- c) de vinte dias, no caso da alínea d;
- d) de vinte a noventa dias, no caso da alínea e.

Parágrafo único. No caso da alínea a, dêste artigo, bastará publicar o edital uma só vez.

Art. 288. As intimações e notificações, para a prática de atos ou seu conhecimento no curso do processo, poderão, salvo determinação especial do juiz, ser feitas pelo escrivão às partes, testemunhas e peritos, por meio de carta, telegrama ou comunicação telefônica, bem como pessoalmente, se estiverem presentes em juízo, o que será certificado nos autos.

Intimação e notificação pelo escrivão

§ 1º A intimação ou notificação a pessoa que residir fora da sede do juízo poderá ser feita por carta ou telegrama, com assinatura da autoridade judiciária.

Residente fora da sede do juízo

§ 2º A intimação ou notificação ao advogado constituído nos autos com poderes *ad iudicia*, ou de ofício, ao defensor dativo ou ao curador

Intimação ou notificação a advogado ou curador

judicial, supre a do acusado, salvo se este estiver prêso, caso em que deverá ser intimado ou notificado pessoalmente, com conhecimento do responsável pela sua guarda, que o fará apresentar em juízo, no dia e hora designados, salvo motivo de força maior, que comunicará ao juiz.

**Intimação
ou notificação a
militar**

§ 3º A intimação ou notificação de militar em situação de atividade, ou assemelhado, ou de funcionário lotado em repartição militar, será feita por intermédio da autoridade a que estiver subordinado. Estando prêso, o oficial deverá ser apresentado, atendida a sua hierarquia, sob a guarda de outro oficial, e a praça sob escolta, de acordo com os regulamentos militares.

**Dispensa
de
comparecimento**

§ 4º O juiz poderá dispensar a presença do acusado, desde que, sem dependência dela, possa realizar-se o ato processual.

**Agregação
de oficial
processado**

Art. 289. Estando solto, o oficial sob processo será agregado em unidade, força ou órgão, cuja distância da sede do juízo lhe permita comparecimento imediato aos atos processuais. A sua transferência, em cada caso, deverá ser comunicada à autoridade judiciária processante.

**Mudança de resi-
dência de acusa-
do civil**

Art. 290. O acusado civil, solto, não poderá mudar de residência ou dela ausentar-se por mais de oito dias, sem comunicar à autoridade judiciária processante o lugar onde pode ser encontrado.

**Antecedência
da citação**

Art. 291. As citações, intimações ou notificações serão sempre feitas de dia e com a antecedência de vinte e quatro horas, pelo menos, do ato a que se referirem.

**Revelia
do acusado**

Art. 292. O processo seguirá à revelia do acusado que, citado, intimado ou notificado para qualquer ato do processo, deixar de comparecer sem motivo justificado.

**Citação inicial
do acusado**

Art. 293. A citação feita no início do processo é pessoal, bastando, para os demais têrmos, a intimação ou notificação do seu defensor, salvo se o acusado estiver prêso, caso em que será, da mesma forma, intimado ou notificado.

TÍTULO XV

DOS ATOS PROBATÓRIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294. A prova no juízo penal militar, salvo quanto ao estado das pessoas, não está sujeita às restrições estabelecidas na lei civil.

**Irrestrição
da prova**

Art. 295. É admissível, nos termos dêste Código, qualquer espécie de prova, desde que não atente contra a moral, a saúde ou a segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares.

**Admissibilidade
do tipo de prova**

Art. 296. O ônus da prova compete a quem alegar o fato, mas o juiz poderá, no curso da instrução criminal ou antes de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante. Realizada a diligência, sobre ela serão ouvidas as partes, para dizerem nos autos, dentro em quarenta e oito horas, contadas da intimação, por despacho do juiz.

**Ônus da prova.
Determinação de
diligência.**

§ 1º Inverte-se o ônus de provar se a lei presume o fato até prova em contrário.

**Inversão
do ônus da prova**

§ 2º Ninguém está obrigado a produzir prova que o incrimine, ou ao seu cônjuge, descendente, ascendente ou irmão.

Isenção

Art. 297. O juiz formará convicção pela livre apreciação do conjunto das provas colhidas em juízo. Na consideração de cada prova, o juiz deverá confrontá-la com as demais, verificando se entre elas há compatibilidade e concordância.

**Avaliação
de prova**

Art. 298. Os atos do processo serão expressos na língua nacional.

**Prova na língua
nacional**

§ 1º Será ouvido por meio de intérprete o acusado, a testemunha ou quem quer que tenha de prestar esclarecimento oral no processo, desde que não saiba falar a língua nacional ou nela não consiga, com exatidão, enunciar o que pretende ou compreender o que lhe é perguntado.

Intérprete

Tradutor

§ 2º Os documentos em língua estrangeira serão traduzidos para a nacional, por tradutor público ou por tradutor nomeado pelo juiz, sob compromisso.

Interrogatório ou inquirição do mudo, do surdo e do surdo-mudo

Art. 299. O interrogatório ou inquirição do mudo, do surdo, ou do surdo-mudo será feito pela forma seguinte:

- a) ao surdo, serão apresentadas por escrito as perguntas, que elle responderá oralmente;
- b) ao mudo, as perguntas serão feitas oralmente, respondendo-as elle por escrito;
- c) ao surdo-mudo, as perguntas serão formuladas por escrito, e por escrito dará elle as respostas.

§ 1º Caso o interrogado ou inquirido não saiba ler ou escrever, intervirá no ato, como intérprete, pessoa habilitada a entendê-lo.

§ 2º Aplica-se ao ofendido o disposto neste artigo e § 1º.

Consignação das perguntas e respostas

Art. 300. Sem prejuizo da exposição que o ofendido, o acusado ou a testemunha quizer fazer, a respeito do fato delituoso ou circunstâncias que tenham com este relação direta, serão consignadas as perguntas que lhes forem dirigidas, bem como, imediatamente, as respectivas respostas, devendo estas obedecer, com a possível exatidão, aos termos em que foram dadas.

Oralidade e formalidades das declarações

§ 1º As perguntas e respostas serão orais, podendo estas, entretanto, ser dadas por escrito, se o declarante, embora não seja mudo, estiver impedido de enunciá-las. Obedecida esta condição, o mesmo poderá ser admitido a respeito da exposição referida neste artigo, desde que escrita no ato da inquirição e sem intervenção de outra pessoa.

§ 2º Nos processos de primeira instância compete ao auditor e nos originários do Superior Tribunal Militar ao relator fazer as perguntas ao declarante e ditar as respostas ao escrivão. Qualquer dos membros do Conselho de Justiça poderá, todavia, fazer as perguntas que julgar necessárias e que serão consignadas com as respectivas respostas.

§ 3º As declarações do ofendido, do acusado e das testemunhas, bem como os demais incidentes que lhes tenham relação, serão reduzidos a termo pelo escrivão, assinado pelo juiz, pelo declarante e pelo defensor do acusado, se o quiser. Se o declarante não souber escrever ou se recusar a assiná-lo, o escrivão o declarará à fé do seu cargo, encerrando o termo.

Art. 301. Serão observadas no inquérito as disposições referentes às testemunhas e sua acareação, ao reconhecimento de pessoas e coisas, aos atos periciais e a documentos, previstas neste Título, bem como quaisquer outras que tenham pertinência com a apuração do fato delituoso e sua autoria.

Observância
no inquérito

CAPÍTULO II

DA QUALIFICAÇÃO E DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Art. 302. O acusado será qualificado e interrogado num só ato, no lugar, dia e hora designados pelo juiz, após o recebimento da denúncia; e, se presente à instrução criminal ou prêso, antes de ouvidas as testemunhas.

Tempo e lugar do
interrogatório

Parágrafo único. A qualificação e o interrogatório do acusado que se apresentar ou fôr prêso no curso do processo, serão feitos logo que ele comparecer perante o juiz.

Comparecimento
no curso do
processo

Art. 303. O interrogatório será feito, obrigatoriamente, pelo juiz, não sendo nêle permitida a intervenção de qualquer outra pessoa.

Interrogatório
pelo juiz

Parágrafo único. Findo o interrogatório, poderão as partes levantar questões de ordem, que o juiz resolverá de plano, fazendo-as consignar em ata com a respectiva solução, se assim lhe fôr requerido.

Questões
de ordem

Art. 304. Se houver mais de um acusado, será cada um dêles interrogado separadamente.

Interrogatório
em separado

Art. 305. Antes de iniciar o interrogatório, o juiz observará ao acusado que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que lhe

Observações
ao acusado

forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.

Perguntas
não respondidas

Parágrafo único. Consignar-se-ão as perguntas que o acusado deixar de responder e as razões que invocar para não fazê-lo.

Forma
e requisitos do
interrogatório

Art. 306. O acusado será perguntado sobre o seu nome, naturalidade, estado, idade, filiação, residência, profissão ou meios de vida e lugar onde exerce a sua atividade, se sabe ler e escrever e se tem defensor. Respondidas essas perguntas, será cientificado da acusação pela leitura da denúncia e estritamente interrogado da seguinte forma:

a) onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta e de que forma;

b) se conhece a pessoa ofendida e as testemunhas arroladas na denúncia, desde quando e se tem alguma coisa a alegar contra elas;

c) se conhece as provas contra êle apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas;

d) se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer dos objetos com ela relacionados e que tenham sido apreendidos;

e) se é verdadeira a imputação que lhe é feita;

f) se, não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que deva atribuí-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada a prática do crime e se com elas esteve antes ou depois dêsse fato;

g) se está sendo ou já foi processado pela prática de outra infração e, em caso afirmativo, em que juízo, se foi condenado, qual a pena imposta e se a cumpriu;

h) se tem quaisquer outras declarações a fazer.

Nomeação
de defensor ou
curador

§ 1º Se o acusado declarar que não tem defensor, o juiz dar-lhe-á um, para assistir ao

interrogatório. Se menor de vinte e um anos, nomear-lhe-á curador, que poderá ser o próprio defensor.

§ 2º Se o acusado confessar a infração, será especialmente interrogado:

Caso de confissão

a) sobre quais os motivos e as circunstâncias da infração;

b) sobre se outras pessoas concorreram para ela, quais foram e de que modo agiram.

§ 3º Se o acusado negar a imputação no todo ou em parte, será convidado a indicar as provas da verdade de suas declarações.

Negativa
da imputação

CAPÍTULO III

DA CONFISSÃO

Art. 307. Para que tenha valor de prova, a confissão deve:

Validade
da confissão

a) ser feita perante autoridade competente;

b) ser livre, espontânea e expressa;

c) versar sobre o fato principal;

d) ser verossímil;

e) ter compatibilidade e concordância com as demais provas do processo.

Art. 308. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

Silêncio
do acusado

Art. 309. A confissão é retratável e divisível, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Retratabilidade
e divisibilidade

Art. 310. A confissão, quando feita fora do interrogatório, será tomada por termo nos autos, observado o disposto no art. 304.

Confissão fora do
interrogatório

CAPÍTULO IV

DAS PERGUNTAS AO OFENDIDO

Art. 311. Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser

Qualificação
do ofendido.
Perguntas.

seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por t rmo as suas declarações.

**Falta
de
comparecimento**

Parágrafo  nico. Se, notificado para êsse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, poderá ser conduzido à presença da autoridade, sem ficar sujeito, entretanto, a qualquer sanção.

**Presença
do acusado**

Art. 312. As declarações do ofendido serão feitas na presença do acusado, que poderá contraditá-las no todo ou em parte, após a sua conclusão, bem como requerer ao juiz que o ofendido esclareça ou torne mais precisa qualquer das suas declarações, não podendo, entretanto, repergunt -lo.

**Isenção
de resposta**

Art. 313. O ofendido não está obrigado a responder pergunta que possa incriminá-lo, cu seja estranha ao processo.

CAPÍTULO V

DAS PERÍCIAS E EXAMES

**Objeto
da perícia**

Art. 314. A perícia pode ter por objeto os vestígios materiais deixados pelo crime ou as pessoas e coisas, que, por sua ligação com o crime, possam servir-lhe de prova.

Determinação

Art. 315. A perícia pode ser determinada pela autoridade policial militar ou pela judiciária, ou requerida por qualquer das partes.

Negação

Parágrafo  nico. Salvo no caso de exame de corpo de delito, o juiz poderá negar a perícia, se a reputar desnecessária ao esclarecimento da verdade.

**Formulação
de quesitos**

Art. 316. A autoridade que determinar a perícia formular  os quesitos que entender necessários. Poderão, igualmente, fazê-lo: no inq rito, o indiciado; e, durante a instrução criminal, o Ministério Público e o acusado, em prazo que lhes f r marcado para aquêle fim, pelo auditor.

Requisitos

Art. 317. Os quesitos devem ser específicos, simples e de sentido inequívoco, não podendo ser sugestivos nem conter implícita a resposta.

§ 1º O juiz, de ofício ou a pedido de qualquer dos peritos, poderá mandar que as partes especifiquem os quesitos genéricos, dividam os complexos ou esclareçam os duvidosos, devendo indeferir os que não sejam pertinentes ao objeto da perícia, bem como os que sejam sugestivos ou contenham implícita a resposta.

**Exigência
de especificação e
esclarecimento**

§ 2º Ainda que o quesito não permita resposta decisiva do perito, poderá ser formulado desde que tenha por fim esclarecimento indispensável de ordem técnica, a respeito de fato que é objeto da perícia.

**Esclarecimento
de ordem técnica**

Art. 318. As perícias serão, sempre que possível, feitas por dois peritos, especializados no assunto ou com habilitação técnica, observado o disposto no art. 48.

**Número
dos peritos e
habilitação**

Art. 319. Os peritos descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão com clareza e de modo positivo aos quesitos formulados, que serão transcritos no laudo.

**Resposta
aos quesitos**

Parágrafo único. As respostas poderão ser fundamentadas, em seqüência a cada quesito.

Fundamentação

Art. 320. Os peritos poderão solicitar da autoridade competente a apresentação de pessoas, instrumentos ou objetos que tenham relação com o crime, assim como os esclarecimentos que se tornem necessários à orientação da perícia.

**Apresentação
de pessoas e
objetos**

Art. 321. A autoridade policial militar e a judiciária poderão requisitar dos institutos médico-legais, dos laboratórios oficiais e de quaisquer repartições técnicas, militares ou civis, as perícias e exames que se tornem necessários ao processo, bem como, para o mesmo fim, homologar os que nêles tenham sido regularmente realizados.

**Requisição
de perícia ou
exame**

Art. 322. Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto de exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro. Se êste divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos.

**Divergência
entre os peritos**

**Suprimento
do laudo**

Art. 323. No caso de inobservância de formalidade ou no caso de omissão, obscuridade ou contradição, a autoridade policial militar ou judiciária mandará suprir a formalidade, ou completar ou esclarecer o laudo. Poderá igualmente, sempre que entender necessário, ouvir os peritos, para qualquer esclarecimento.

**Procedimento
de novo exame**

Parágrafo único. A autoridade poderá, também, ordenar que se proceda a novo exame, por outros peritos, se julgar conveniente.

**Ilustração
dos laudos**

Art. 324. Sempre que conveniente e possível, os laudos de perícias ou exames serão ilustrados com fotografias, microfotografias, desenhos ou esquemas, devidamente rubricados.

**Prazo
para apresentação
do laudo**

Art. 325. A autoridade policial militar ou a judiciária, tendo em atenção a natureza do exame, marcará prazo razoável, que poderá ser prorrogado, para a apresentação dos laudos.

Vista do laudo

Parágrafo único. Do laudo será dada vista às partes, pelo prazo de três dias, para requererem quaisquer esclarecimentos dos peritos ou apresentarem quesitos suplementares para esse fim, que o juiz poderá admitir, desde que pertinentes e não infrinjam o art. 317 e seu § 1º.

**Liberdade
de apreciação**

Art. 326. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

**Perícias em lugar
sujeito à administração militar
ou repartição**

Art. 327. As perícias, exames ou outras diligências que, para fins probatórios, tenham que ser feitos em quartéis, navios, aeronaves, estabelecimentos ou repartições, militares ou civis, devem ser precedidos de comunicações aos respectivos comandantes, diretores ou chefes, pela autoridade competente.

**Infração que
deixa vestígios**

Art. 328. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

**Corpo de delito
indireto**

Parágrafo único. Não sendo possível o exame de corpo de delito direto, por haverem desaparecido os vestígios da infração, supri-lo-á a prova testemunhal.

Art. 329. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Oportunidade
do exame

Art. 330. Os exames que tiverem por fim comprovar a existência de crime contra a pessoa abrangirão:

Exame nos crimes
contra a pessoa

- a) exames de lesões corporais;
- b) exames de sanidade física;
- c) exames de sanidade mental;
- d) exames cadavéricos, precedidos ou não de exumação;
- e) exames de identidade de pessoa;
- f) exames de laboratório;
- g) exames de instrumentos que tenham servido à prática do crime.

Art. 331. Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar, por determinação da autoridade policial militar ou judiciária, de ofício ou a requerimento do indiciado, do Ministério Público, do ofendido ou do acusado.

Exame pericial
incompleto

§ 1º No exame complementar, os peritos terão presente o auto de corpo de delito, a fim de suprir-lhe a deficiência ou retificá-lo.

Suprimento
de deficiência

§ 2º Se o exame complementar tiver por fim verificar a sanidade física do ofendido, para efeito da classificação do delito, deverá ser feito logo que decorra o prazo de trinta dias, contado da data do fato delituoso.

Exame de sanidade
física

§ 3º A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

Suprimento
do exame
complementar

§ 4º O exame complementar pode ser feito pelos mesmos peritos que procederam ao de corpo de delito.

Realização pelos
mesmos peritos

Art. 332. Os exames de sanidade mental obedecerão, em cada caso, no que fôr aplicável, às normas prescritas no Capítulo II, do Título XII.

Exame de sanidade
mental

Art. 333. Haverá autópsia:

Autópsia

- a) quando, por ocasião de ser feito o corpo de delito, os peritos a julgarem necessária;

b) quando existirem fundados indícios de que a morte resultou, não da ofensa, mas de causas mórbidas anteriores ou posteriores à infração;

c) nos casos de envenenamento.

Ocasão
da autópsia

Art. 334. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais da morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Impedimento
de médico

Parágrafo único. A autópsia não poderá ser feita por médico que haja tratado o morto em sua última doença.

Casos de morte
violenta

Art. 335. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno, para a verificação de alguma circunstância relevante.

Fotografia
de cadáver

Art. 336. Os cadáveres serão, sempre que possível, fotografados na posição em que forem encontrados.

Identidade
do cadáver

Art. 337. Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, pela inquirição de testemunhas ou outro meio de direito, lavrando-se auto de reconhecimento e identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações.

Arrecadação
de objetos

Parágrafo único. Em qualquer caso, serão arrecadados e autenticados todos os objetos que possam ser úteis para a identificação do cadáver.

Exumação

Art. 338. Haverá exumação, sempre que esta fôr necessária ao esclarecimento do processo.

Designação
de dia e hora

§ 1º A autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência e o exame cadavérico, dos quais se lavrará auto circunstanciado.

§ 2º O administrador do cemitério ou por ele responsável indicará o lugar da sepultura, sob pena de desobediência.

**Indicação
de lugar**

§ 3º No caso de recusa ou de falta de quem indique a sepultura, ou o lugar onde esteja o cadáver, a autoridade mandará proceder às pesquisas necessárias, o que tudo constará do auto.

Pesquisas

Art. 339. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticado o crime, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas, até a chegada dos peritos.

**Conservação
do local do
crime**

Art. 340. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.

**Perícias
de laboratório**

Art. 341. Nos crimes em que haja destruição, danificação ou violação da coisa, ou rompimento de obstáculo ou escalada para fim criminoso, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.

**Danificação
da coisa**

Art. 342. Proceder-se-á à avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto de crime.

Avaliação direta

Parágrafo único. Se impossível a avaliação direta, os peritos procederão à avaliação por meio dos elementos existentes nos autos e dos que resultem de pesquisas ou diligências.

Avaliação indireta

Art. 343. No caso de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dêle tiver resultado para a vida e para o patrimônio alheio, e, especialmente, a extensão do dano e o seu valor, quando atingido o patrimônio sob administração militar, bem como quaisquer outras circunstâncias que interessem à elucidação do fato. Será recolhido no local o material que os peritos julgarem necessário para qualquer exame, por eles ou outros peritos especializados, que o juiz nomeará, se entender indispensáveis.

Caso de incêndio

**Reconhecimento
de escritos**

Art. 344. No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á o seguinte:

a) a pessoa a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito, será intimada para o ato, se fôr encontrada;

b) para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que ela reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida;

**Requisição
de documentos**

c) a autoridade, quando necessário, requisitará, para o exame, os documentos que existirem em arquivos ou repartições públicas, ou nêles realizará a diligência, se dali não puderem ser retirados;

d) quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe fôr ditado;

**Ausência
da pessoa**

e) se estiver ausente a pessoa, mas em lugar certo, esta última diligência poderá ser feita por precatória, em que se consignarão as palavras a que a pessoa será intimada a responder.

**Exame de instru-
mentos do crime**

Art. 345. São sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática de crime, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência e, sempre que possível, a origem e propriedade.

Precatória

Art. 346. Se a perícia ou exame tiver de ser feito em outra jurisdição, policial militar ou judiciária, expedir-se-á precatória, que obedecerá, no que lhe fôr aplicável, às prescrições dos artigos 283, 359, 360 e 361.

Parágrafo único. Os quesitos da autoridade deprecante e os das partes serão transcritos na precatória.

CAPÍTULO VI

DAS TESTEMUNHAS

**Notificação
de testemunhas**

Art. 347. As testemunhas serão notificadas em decorrência de despacho do auditor ou deliberação do Conselho de Justiça, em que será

declarado o fim da notificação e o lugar, dia e hora em que devem comparecer.

§ 1º O comparecimento é obrigatório, nos termos da notificação, não podendo dêle eximir-se a testemunha, salvo motivo de força maior, devidamente justificado.

Comparecimento obrigatório

§ 2º A testemunha que, notificada regularmente, deixar de comparecer sem justo motivo, será conduzida por oficial de justiça e multada pela autoridade notificante na quantia de um vigésimo a um décimo do salário mínimo vigente no lugar. Havendo recusa ou resistência à condução, o juiz poderá impor-lhe prisão até quinze dias, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência.

Falta de comparecimento

Art. 348. A defesa poderá indicar testemunhas, que deverão ser apresentadas independentemente de intimação, no dia e hora designados pelo juiz para inquirição, ressalvado o disposto no art. 349.

Oferecimento de testemunhas

Art. 349. O comparecimento de militar, assemelhado, ou funcionário público será requisitado ao respectivo chefe, pela autoridade que ordenar a notificação.

Requisição de militar ou funcionário

Parágrafo único. Se a testemunha fôr militar de patente superior à da autoridade notificante, será compelida a comparecer, sob as penas do § 2º do art. 347, por intermédio da autoridade militar a que estiver imediatamente subordinada.

Militar de patente superior

Art. 350. Estão dispensados de comparecer para depor:

Dispensa de comparecimento

a) o presidente e o vice-presidente da República, os governadores e interventores dos Estados, os ministros de Estado, os senadores, os deputados federais e estaduais, os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, o prefeito do Distrito Federal e dos Municípios, os secretários dos Estados, os membros dos Tribunais de Contas da União e dos Estados, o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e os presidentes do Conselho Federal e dos Con-

selhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, os quais serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre elles e o juiz;

b) as pessoas impossibilitadas por enfermidade ou por velhice, que serão inquiridas onde estiverem.

**Capacidade para
ser testemunha**

Art. 351. Qualquer pessoa poderá ser testemunha.

**Declaração
da testemunha**

Art. 352. A testemunha deve declarar seu nome, idade, estado civil, residência, profissão e lugar onde exerce atividade, se é parente, e em que grau, do acusado e do ofendido, quais as suas relações com qualquer dêles, e relatar o que sabe ou tem razão de saber, a respeito do fato delituoso narrado na denúncia e circunstâncias que com o mesmo tenham pertinência, não podendo limitar o seu depoimento à simples declaração de que confirma o que prestou no inquérito. Sendo numerária ou referida, prestará o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe fôr perguntado.

**Dúvida sobre
a identidade da
testemunha**

§ 1º Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação pelos meios ao seu alcance, podendo, entretanto, tomar-lhe o depoimento desde logo.

**Não deferimento
de compromisso**

§ 2º Não se deferirá o compromisso aos doentes e deficientes mentais, aos menores de quatorze anos, nem às pessoas a que se refere o art. 354.

**Contradita
de testemunha
antes do
depoimento**

§ 3º Antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou argüir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fê. O juiz fará consignar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só não lhe deferirá compromisso ou a excluirá, nos casos previstos no parágrafo anterior e no art. 355.

**Após
o depoimento**

§ 4º Após a prestação do depoimento, as partes poderão contestá-lo, no todo ou em parte, por intermédio do juiz, que mandará consignar a arguição e a resposta da testemunha, não permitindo, porém, réplica a essa resposta.

Art. 353. As testemunhas serão inquiridas cada uma de *per si*, de modo que uma não possa ouvir o depoimento da outra.

**Inquirição
separada**

Art. 354. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Excetuam-se o ascendente, o descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, e o irmão do acusado, bem como pessoa que, com ele, tenha vínculo de adoção, salvo quando não fôr possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

**Obrigação
e recusa de
depor**

Art. 355. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

**Proibição
de depor**

Art. 356. O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

**Testemunhas
suplementares**

§ 1º Se ao juiz parecer conveniente, ainda que não haja requerimento das partes, serão ouvidas as pessoas a que as testemunhas se referirem.

**Testemunhas
referidas**

§ 2º Não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa.

**Testemunha
não computada**

Art. 357. O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

**Manifestação
de opinião pessoal**

Art. 358. Se o juiz verificar que a presença do acusado, pela sua atitude, poderá influir no ânimo de testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor. Neste caso, deverá constar da ata da sessão a ocorrência e os motivos que a determinaram.

**Caso de cons-
trangimento da
testemunha**

Art. 359. A testemunha que residir fora da jurisdição do juízo poderá ser inquirida pelo auditor do lugar da sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, nos termos do art. 283, com prazo razoável, intimadas as partes, que formularão quesitos, a fim de serem respondidos pela testemunha.

**Expedição
de precatória**

Sem efeito
suspensivo

Juntada posterior

Precatória a juiz
do fôro comum

Precatória
a autoridade
militar

Inquirição
deprecada do
ofendido

Mudança de resi-
dência da teste-
munha

Antecipação
de depoimento

Afirmação falsa
de testemunha

§ 1º A expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal.

§ 2º Findo o prazo marcado, e se não fôr prorrogado, poderá realizar-se o julgamento, mas, a todo tempo, a carta precatória, uma vez devolvida, será junta aos autos.

Art. 360. Caso não seja possível, por motivo relevante, o comparecimento da testemunha perante auditor, a carta precatória poderá ser expedida a juiz criminal de comarca onde resida a testemunha ou a esta seja acessível, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 361. No curso do inquérito policial militar, o seu encarregado poderá expedir carta precatória à autoridade militar superior do local onde a testemunha estiver servindo ou residindo, a fim de notificá-la e inquiri-la, ou designar oficial que a inquirir, tendo em atenção as normas de hierarquia, se a testemunha fôr militar. Com a precatória, enviará cópias da parte que deu origem ao inquérito e da portaria que lhe determinou a abertura, e os quesitos formulados, para serem respondidos pela testemunha, além de outros dados que julgar necessários ao esclarecimento do fato.

Parágrafo único. Da mesma forma, poderá ser ouvido o ofendido, se o encarregado do inquérito julgar desnecessário solicitar-lhe a apresentação à autoridade competente.

Art. 362. As testemunhas comunicarão ao juiz, dentro de um ano, qualquer mudança de residência, sujeitando-se, pela simples omissão, às penas do não comparecimento.

Art. 363. Se qualquer testemunha tiver de ausentar-se ou, por enfermidade ou idade avançada, inspirar receio de que, ao tempo da instrução criminal, esteja impossibilitado de depor, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.

Art. 364. Se o Conselho de Justiça ou o Superior Tribunal Militar, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fêz afir-

mação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito.

CAPÍTULO VII

DA ACAREAÇÃO

Art. 365. A acareação é admitida, assim na instrução criminal como no inquérito, sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes:

**Admissão
da acareação**

- a) entre acusados;
- b) entre testemunhas;
- c) entre acusado e testemunha;
- d) entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida;
- e) entre as pessoas ofendidas.

Art. 366. A autoridade que realizar a acareação explicará aos acusados quais os pontos em que divergem e, em seguida, os reinquirirá, a cada um de *per si* e em presença do outro.

**Pontos
de divergência**

§ 1º Da acareação será lavrado termo, com as perguntas e respostas, obediência às formalidades prescritas no § 3º do art. 300 e menção na ata da audiência ou sessão.

§ 2º As partes poderão, por intermédio do juiz, reperguntar as testemunhas ou os ofendidos acareados.

Art. 367. Se ausente alguma testemunha, cujas declarações divirjam das de outra, que esteja presente, a esta se darão a conhecer os pontos da divergência, consignando-se no respectivo termo o que explicar.

**Ausência de tes-
temunha diver-
gente**

CAPÍTULO VIII

DO RECONHECIMENTO DE PESSOA E DE COISA

Art. 368. Quando houver necessidade de se fazer o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

**Formas
do procedimento**

a) a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida;

b) a pessoa cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se a apontá-la quem houver de fazer o reconhecimento;

c) se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não seja vista por aquela.

§ 1º O disposto na alínea c só terá aplicação no curso do inquérito.

§ 2º Do ato de reconhecimento lavrar-se-á termo pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

**Reconhecimento
de coisa**

Art. 369. No reconhecimento de coisa, proceder-se-á com as cautelas estabelecidas no artigo anterior, no que fôr aplicável.

**Variedade
de pessoas ou
coisas**

Art. 370. Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou coisa, cada uma o fará em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas. Se forem várias as pessoas ou coisas que tiverem de ser reconhecidas, cada uma o será por sua vez.

CAPÍTULO IX

DOS DOCUMENTOS

Natureza

Art. 371. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

**Presunção
de veracidade**

Art. 372. O documento público tem a presunção de veracidade, quer quanto à sua formação quer quanto aos fatos que o serventuário, com fé pública, declare que ocorreram na sua presença.

**Identidade
de prova**

Art. 373. Fazem a mesma prova que os respectivos originais:

a) as certidões textuais de qualquer peça do processo, do protocolo das audiências ou de outro qualquer livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por êle, ou sob sua vigilância e por êle subscriptas;

b) os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de escritos lançados em suas notas;

c) as fotocópias de documentos, desde que autenticadas por oficial público.

Art. 374. As declarações constantes de documento particular escrito e assinado, ou sòmente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

**Declaração
em documento
particular**

Parágrafo único. Quando, porém, contiver declaração de ciência, tendente a determinar o fato, documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo o ônus de provar o fato a quem interessar a sua veracidade.

Art. 375. A correspondência particular, interceptada ou obtida por meios criminosos, não será admitida em juízo, devendo ser desentranhada dos autos se a êstes tiver sido junta, para a restituição a seus donos.

**Correspondência
obtida por meios
criminosos**

Art. 376. A correspondência de qualquer natureza poderá ser exibida em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa do seu direito, ainda que não haja consentimento do signatário ou remetente.

**Exibição de cor-
respondência em
juízo**

Art. 377. A letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.

**Exame pericial de
letra e firma**

Art. 378. Os documentos poderão ser apresentados em qualquer fase do processo, salvo se os autos dêste estiverem conclusos para julgamento, observado o disposto no art. 379.

**Apresentação
de documentos**

§ 1.º Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento das partes, para a sua juntada aos autos, se possível.

**Providências
do juiz**

§ 2.º Poderá, igualmente, requisitar às repartições ou estabelecimentos públicos as certi-

**Requisição
de certidões ou
cópias**

dões ou cópias autênticas necessárias à prova de alegações das partes. Se, dentro do prazo fixado, não fôr atendida a requisição, nem justificada a impossibilidade do seu cumprimento, o juiz representará à autoridade competente contra o funcionário responsável.

**Providências
do curso do
inquérito**

§ 3.º O encarregado de inquérito policial militar poderá, sempre que necessário ao esclarecimento do fato e sua autoria, tomar as providências referidas nos parágrafos anteriores.

**Audiências
das partes sobre
documento**

Art. 379. Sempre que, no curso do processo, um documento fôr apresentado por uma das partes, será ouvida, a respeito dêle, a outra parte. Se junto por ordem do juiz, serão ouvidas ambas as partes, inclusive o assistente da acusação e o curador do acusado, se o requererem.

**Conferência
da pública-forma**

Art. 380. O juiz, de ofício ou a requerimento das partes, poderá ordenar diligência para a conferência de pública-forma de documento que não puder ser exibido no original ou em certidão ou cópia autêntica revestida dos requisitos necessários à presunção de sua veracidade. A conferência será feita pelo escrivão do processo, em dia, hora e lugar previamente designados, com ciência das partes.

**Devolução
de documentos**

Art. 381. Os documentos originais, juntos a processo findo, quando não exista motivo relevante que justifique a sua conservação nos autos, poderão, mediante requerimento, e depois de ouvido o Ministério Público, ser entregues à parte que os produziu, ficando traslado nos autos; ou recibo, se se tratar de traslado ou certidão de escritura pública. Neste caso, do recibo deverão constar a natureza da escritura, a sua data, os nomes das pessoas que a assinaram e a indicação do livro e respectiva fôlha do cartório em que foi celebrada.

CAPÍTULO X

DOS INDÍCIOS

Definição

Art. 382. Indício é a circunstância ou fato conhecido e provado, de que se induz a exis-

tência de outra circunstância ou fato, de que não se tem prova.

Art. 383. Para que o indício constitua prova, é necessário:

Requisitos

a) que a circunstância ou fato indicante tenha relação de causalidade, próxima ou remota, com a circunstância ou o fato indicado;

b) que a circunstância ou fato coincida com a prova resultante de outro ou outros indícios, ou com as provas diretas colhidas no processo.

LIVRO II

Dos Processos em Espécie

TÍTULO I

DO PROCESSO ORDINÁRIO

Capítulo único

DA INSTRUÇÃO CRIMINAL

Seção I — Da prioridade de instrução. Da polícia e ordem das sessões. Disposições Gerais

Art. 384. Terão preferência para a instrução criminal:

Preferência para a instrução criminal

a) os processos, a que respondam os acusados presos;

b) dentre os presos, os de prisão mais antiga;

c) dentre os acusados soltos e os revéis, os de prioridade de processo.

Parágrafo único. A ordem de preferência poderá ser alterada por conveniência da justiça ou da ordem militar.

Alteração da preferência

Art. 385. A polícia e a disciplina das sessões da instrução criminal serão, de acordo com o art. 36 e seus §§ 1.º e 2.º, exercidas pelo pre-

Polícia das sessões

sidente do Conselho de Justiça, e pelo auditor, nos demais casos.

Conduta
da assistência

Art. 386. As partes, os escrivães e os espectadores poderão estar sentados durante as sessões. Levantar-se-ão, porém, quando se dirigirem aos juizes ou quando estes se levantarem para qualquer ato do processo.

Prerrogativas

Parágrafo único. O representante do Ministério Público e os advogados poderão falar sentados, e estes terão, no que fôr aplicável, as prerrogativas que lhes assegura o art. 89 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Publicidade
da instrução
criminal

Art. 387. A instrução criminal será sempre pública, podendo, excepcionalmente, a juízo do Conselho de Justiça, ser secreta a sessão, desde que o exija o interesse da ordem e disciplina militares, ou a segurança nacional.

Sessões fora
da sede

Art. 388. As sessões e os atos processuais poderão, em caso de necessidade, realizar-se fora da sede da Auditoria, em local especialmente designado pelo auditor, intimadas as partes para esse fim.

Conduta
inconveniente do
acusado

Art. 389. Se o acusado, durante a sessão, se portar de modo inconveniente, será advertido pelo presidente do Conselho; e, se persistir, poderá ser mandado retirar da sessão, que prosseguirá sem a sua presença, perante, porém, o seu advogado ou curador. Se qualquer destes se recusar a permanecer no recinto, o presidente nomeará defensor ou curador *ad hoc* ao acusado, para funcionar até o fim da sessão. Da mesma forma procederá o auditor, em se tratando de ato da sua competência.

Caso de desacato

Parágrafo único. No caso de desacato a juiz, ao procurador ou ao escrivão, o presidente do Conselho ou o auditor determinará a lavratura do auto de flagrante delito, que será remetido à autoridade judiciária competente.

Prazo
para a instrução
criminal

Art. 390. O prazo para a conclusão da instrução criminal é de cinquenta dias, estando o acusado preso, e de noventa, quando solto, contados do recebimento da denúncia.

§ 1.º Não será computada naqueles prazos a demora determinada por doença do acusado ou defensor, por questão prejudicial ou por outro motivo de força maior justificado pelo auditor, inclusive a inquirição de testemunhas por precatória ou a realização de exames periciais ou outras diligências necessárias à instrução criminal, dentro dos respectivos prazos.

Não computação
de prazo

§ 2.º No caso de doença do acusado, ciente o seu advogado ou curador e o representante do Ministério Público, poderá o Conselho de Justiça ou o auditor, por delegação d'este, transportar-se ao local onde aquêlê se encontrar, procedendo aí ao ato da instrução criminal.

Doença
do acusado

§ 3.º No caso de doença do defensor, que o impossibilite de comparecer à sede do juízo, comprovada por atestado médico, com a firma de seu signatário devidamente reconhecida, será adiado o ato a que aquêlê devia comparecer, salvo se a doença perdurar por mais de dez dias, caso em que lhe será nomeado substituto, se outro defensor não estiver ou não fôr constituído pelo acusado. No caso de ausência do defensor, por outro motivo ou sem justificativa, ser-lhe-á nomeado substituto, para assistência ao ato e funcionamento no processo, enquanto a ausência persistir, ressalvado ao acusado o direito de constituir outro defensor.

Doença e ausên-
cia do defensor

§ 4.º Para a devolução de precatória, o auditor marcará prazo razoável, findo o qual, salvo motivo de força maior, a instrução criminal prosseguirá, podendo a parte juntar, posteriormente, a precatória, como documento, nos têrmos dos arts. 378 e 379.

Prazo para devo-
lução de precató-
ria

§ 5.º Salvo o interrogatório do acusado, a acareação nos têrmos do art. 365 e a inquirição de testemunhas, na sede da Auditoria, todos os demais atos da instrução criminal poderão ser procedidos perante o auditor, com ciência do advogado, do curador, do acusado e do representante do Ministério Público.

Atos procedidos
perante o
auditor

§ 6.º Para os atos probatórios em que é necessária a presença do Conselho de Justiça,

bastará o comparecimento da sua maioria. Se ausente o presidente, será substituído, na ocasião, pelo oficial imediato em antiguidade ou em pòsto.

**Junta da fé
de ofício ou
anteriores**

Art. 391. Juntar-se-á aos autos do processo o extrato da fé de ofício ou dos assentamentos do acusado militar. Se o acusado fôr civil será junta a fôlha de antecedentes penais e, além desta, a de assentamentos, se servidor de repartição ou estabelecimento militar.

**Individual
datiloscópica**

Parágrafo único. Sempre que possível, juntar-se-á a individual datiloscópica do acusado.

**Proibição
de transferência
ou remoção**

Art. 392. O acusado ficará à disposição exclusiva da Justiça Militar, não podendo ser transferido ou removido para fora da sede da Auditoria, até a sentença final, salvo motivo relevante que será apreciado pelo auditor, após comunicação da autoridade militar, ou a requerimento do acusado, se civil.

**Proibição
de transferência
para a reserva**

Art. 393. O oficial processado, ou sujeito a inquérito policial militar, não poderá ser transferido para a reserva, salvo se atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

**Dever do exercí-
cio de função ou
serviço militar**

Art. 394. O acusado sôlto não será dispensado do exercício das funções ou do serviço militar, exceto se, no primeiro caso, houver incompatibilidade com a infração cometida.

Lavratura de ata

Art. 395. De cada sessão será, pelo escrivão, lavrada ata, da qual se juntará cópia autêntica aos autos, dela constando os requerimentos, decisões e incidentes ocorridos na sessão.

**Retificação
de ata**

Parágrafo único. Na sessão seguinte, por determinação do Conselho ou a requerimento de qualquer das partes, a ata poderá ser retificada, quando omitir ou não houver declarado fielmente fato ocorrido na sessão.

Seção II — Do início do processo ordinário

**Início do processo
ordinário**

Art. 396. O processo ordinário inicia-se com o recebimento da denúncia.

**Falta de elemen-
tos para a de-
núncia**

Art. 397. Se o procurador, sem prejuízo da diligência a que se refere o art. 26, nº I,

entender que os autos do inquérito ou as peças de informação não ministram os elementos indispensáveis ao oferecimento da denúncia, requererá ao auditor que os mande arquivar. Se este concordar com o pedido, determinará o arquivamento; se dele discordar, remeterá os autos ao procurador-geral.

§ 1.º Se o procurador-geral entender que há elementos para a ação penal, designará outro procurador, a fim de promovê-la; em caso contrário, mandará arquivar o processo.

**Designação
de
outro procurador**

§ 2.º A mesma designação poderá fazer, avocando o processo, sempre que tiver conhecimento de que, existindo em determinado caso elementos para a ação penal, esta não foi promovida.

**Avocamento
do processo**

Art. 398. O procurador, antes de oferecer a denúncia, poderá alegar a incompetência do juízo, que será processada de acordo com o art. 146.

**Alegação de in-
competência do
juízo**

Seção III — Da instalação do Conselho de Justiça

Art. 399. Recebida a denúncia, o auditor:

**Providências
do auditor**

a) providenciará, conforme o caso, o sorteio do Conselho Especial ou a convocação do Conselho Permanente, de Justiça;

**Sorteio
ou Conselho**

b) designará dia, lugar e hora para a instalação do Conselho de Justiça;

**Instalação
do Conselho**

c) determinará a citação do acusado, de acordo com o art. 277, para assistir a todos os termos do processo até decisão final, nos dias, lugar e horas que forem designados, sob pena de revelia, bem como a intimação do representante do Ministério Público;

**Citação
do acusado e do
procurador militar**

d) determinará a intimação das testemunhas arroladas na denúncia, para comparecerem no lugar, dia e hora que lhes fôr designado, sob as penas de lei; e se couber, a notificação do ofendido, para os fins dos arts. 311 e 312.

**Intimação
das testemunhas
arroladas e do
ofendido**

Compromisso
legal

Art. 400. Tendo à sua direita o auditor, à sua esquerda o oficial de pôsto mais elevado ou mais antigo e, nos outros lugares, alternadamente, os demais juizes, conforme os seus postos ou antigüidade, ficando o escrivão em mesa próxima ao auditor e o procurador em mesa que lhe é reservada — o presidente, na primeira reunião do Conselho de Justiça, prestará em voz alta, de pé, descoberto, o seguinte compromisso: "Prometo apreciar com imparcial atenção os fatos que me forem submetidos e julgá-los de acôrdo com a lei e a prova dos autos." Esse compromisso será também prestado pelos demais juizes, sob a fórmula: "Assim o prometo."

Parágrafo único. Dêsse ato, o escrivão lavrará certidão nos autos.

Assento
dos advogados

Art. 401. Para o advogado será destinada mesa especial, no recinto, e, se houver mais de um, serão, ao lado da mesa, colocadas cadeiras para que todos possam assentar-se.

Designação para
a qualificação e
interrogatório

Art. 402. Prestado o compromisso pelo Conselho de Justiça, o auditor poderá, desde logo, se presentes as partes e cumprida a citação prevista no art. 277, designar lugar, dia e hora para a qualificação e interrogatório do acusado, que se efetuará pelo menos sete dias após a designação.

Presença
do acusado

Art. 403. O acusado prêso assistirá a todos os têrmos do processo, inclusive ao sorteio do Conselho de Justiça, quando Especial.

Seção IV — Da qualificação e do interrogatório do acusado. Das exceções que podem ser opostas. Do comparecimento do ofendido

Normas da qualificação e interrogatório

Art. 404. No lugar, dia e hora marcados para a qualificação e interrogatório do acusado, que obedecerão às normas prescritas nos artigos 302 a 306, ser-lhe-ão lidos, antes, pelo escrivão, a denúncia e os nomes das testemunhas nela arroladas, com as respectivas identidades.

§ 1.º O acusado poderá solicitar, antes do interrogatório ou para esclarecer qualquer pergunta dêle constante, que lhe seja lido determinado depoimento, ou trechos dêle, prestado no inquérito, bem como as conclusões do relatório do seu encarregado.

**Solicitação
da leitura de
peças do inqué-
rito**

§ 2.º Serão dispensadas as perguntas enumeradas no art. 306 que não tenham relação com o crime.

**Dispensa
de perguntas**

Art. 405. Presentes mais de um acusado, serão interrogados separadamente, pela ordem de atuação no processo, não podendo um ouvir o interrogatório do outro.

**Interrogatórios
em separado**

Art. 406. Durante o interrogatório o acusado ficará de pé, salvo se o seu estado de saúde não o permitir.

**Postura
do acusado**

Art. 407. Após o interrogatório e dentro em quarenta e oito horas, o acusado poderá opor as exceções de suspeição do juiz, procurador ou escrivão, de incompetência do juízo, de litispendência ou de coisa julgada, as quais serão processadas de acôrdo com o Título XII, Capítulo I, Seções I a IV do Livro I, no que fôr aplicável.

**Exceções opostas
pelo acusado**

Parágrafo único. Quaisquer outras exceções ou alegações serão recebidas como matéria de defesa para apreciação no julgamento.

**Matéria
de defesa**

Art. 408. O procurador, no mesmo prazo previsto no artigo anterior, poderá opor as mesmas exceções em relação ao juiz ou ao escrivão.

**Exceções opostas
pelo procurador
militar**

Art. 409. A declaração de menoridade do acusado valerá até prova em contrário. Se, no curso da instrução criminal, ficar provada a sua maioridade, cessarão as funções do curador, que poderá ser designado advogado de defesa. A verificação da maioridade não invalida os atos anteriormente praticados em relação ao acusado.

**Presunção
da menoridade**

Art. 410. Na instrução criminal em que couber o comparecimento do ofendido, proceder-se-á na forma prescrita nos arts. 311, 312 e 313.

**Comparecimento
do ofendido**

Seção V — *Da revelia*

**Revelia do acusa-
do prêso**

Art. 411. Se o acusado prêso recusar-se a comparecer à instrução criminal, sem motivo justificado, ser-lhe-á designado o advogado de ofício para defendê-lo, ou outro advogado se este estiver impedido, e, independentemente da qualificação e interrogatório, o processo prosseguirá à sua revelia.

**Qualificação
e interrogatório
posteriores**

Parágrafo único. Comparecendo mais tarde, será qualificado e interrogado mas sem direito a opor qualquer das exceções previstas no art. 407 e seu parágrafo único.

**Revelia do acusa-
do sôlto**

Art. 412. Será considerado revel o acusado que, estando sôlto e tendo sido regularmente citado, não atender ao chamado judicial para o início da instrução criminal, ou que, sem justa causa, se prêviamente cientificado, deixar de comparecer a ato do processo em que sua presença seja indispensável.

**Acompanhamento
posterior do
processo**

Art. 413. O revel que comparecer após o início do processo acompanhá-lo-á nos termos em que este estiver, não tendo direito à repetição de qualquer ato.

**Defesa do revel.
Recursos que
pode interpor.**

Art. 414. O curador do acusado revel se incumbirá da sua defesa até o julgamento, podendo interpor os recursos legais, excetuada a apelação de sentença condenatória.

*Seção VI — Da inquirição de testemu-
nhas, do reconhecimento de pessoa ou
coisa e das diligências em geral*

**Normas
de inquirição**

Art. 415. A inquirição das testemunhas obedecerá às normas prescritas nos arts. 347 a 364, além dos artigos seguintes.

**Leitura
da denúncia**

Art. 416. Qualificada a testemunha, o escrivão far-lhe-á a leitura da denúncia, antes da prestação do depoimento. Se presentes várias testemunhas, ouvirão tôdas, ao mesmo tempo, aquela leitura, finda a qual se retirarão do recinto da sessão as que não forem depor em seguida, a fim de que uma não possa ouvir o depoimento da outra, que a preceder.

Parágrafo único. As partes poderão requerer ou o auditor determinar que à testemunha seja lido depoimento seu prestado no inquérito, ou peça dêste, a respeito da qual seja esclarecedor o depoimento prestado na instrução criminal.

Leitura de peças
do inquérito

Art. 417. Serão ouvidas, em primeiro lugar, as testemunhas arroladas na denúncia e as referidas por estas, além das que forem substituídas ou incluídas posteriormente pelo Ministério Público, de acôrdo com o § 4.º dêste artigo. Após estas, serão ouvidas as testemunhas indicadas pela defesa.

Precedência
na inquirição

§ 1.º Havendo mais de três acusados, o procurador poderá requerer a inquirição de mais três testemunhas numerárias, além das arroladas na denúncia.

Inclusão de ou-
tras testemunhas

§ 2.º As testemunhas de defesa poderão ser indicadas em qualquer fase da instrução criminal, desde que não seja excedido o prazo de cinco dias, após a inquirição da última testemunha de acusação. Cada acusado poderá indicar até três testemunhas, podendo ainda requerer sejam ouvidas testemunhas referidas ou informantes, nos têrmos do § 3.º.

Indicação
das testemunhas
de defesa

§ 3.º As testemunhas referidas, assim como as informantes, não poderão exceder a três.

Testemunhas re-
feridas e infor-
mantes

§ 4.º Quer o Ministério Público quer a defesa poderá requerer a substituição ou desistência de testemunha arrolada ou indicada, bem como a inclusão de outras, até o número permitido.

Substituição,
desistência e
inclusão

Art. 418. As testemunhas serão inquiridas pelo auditor e, por intermédio dêste, pelos juizes militares, procurador, assistente e advogados. Às testemunhas arroladas pelo procurador, o advogado formulará perguntas por último. Da mesma forma o procurador, às indicadas pela defesa.

Inquirição pelo
auditor

Art. 419. Não poderão ser recusadas as perguntas das partes, salvo se ofensivas ou impertinentes ou sem relação com o fato descrito na denúncia, ou importarem repetição de outra pergunta já respondida.

Recusa
de perguntas

**Consignação
em ata**

Parágrafo único. As perguntas recusadas serão, a requerimento de qualquer das partes, consignadas na ata da sessão, salvo se ofensivas e sem relação com o fato descrito na denúncia.

**Testemunha em
lugar incerto.
Caso de prisão.**

Art. 420. Se não fôr encontrada, por estar em lugar incerto, qualquer das testemunhas, o auditor poderá deferir o pedido de substituição. Se averiguar que a testemunha se esconde para não depor, determinará a sua prisão para êsse fim.

**Notificação
prévia**

Art. 421. Nenhuma testemunha será inquirida sem que, com três dias de antecedência pelo menos, sejam notificados o representante do Ministério Público, o advogado e o acusado, se estiver prêso.

**Redução a termo,
leitura e assi-
natura de depoi-
mento**

Art. 422. O depoimento será reduzido a termo pelo escrivão e lido à testemunha que, se não tiver objeção, assiná-lo-á após o presidente do Conselho e o auditor. Assinarão, em seguida, conforme se trate de testemunha de acusação ou de defesa, o representante do Ministério Público e o assistente ou o advogado e o curador. Se a testemunha declarar que não sabe ler ou escrever, certificá-lo-á o escrivão e encerrará o termo, sem necessidade de assinatura a rôgo da testemunha.

**Pedido
de retificação**

§ 1.º A testemunha poderá, após a leitura do depoimento, pedir a retificação de tópico que não tenha, em seu entender, traduzido fielmente declaração sua.

**Recusa
de assinatura**

§ 2.º Se a testemunha ou qualquer das partes se recusar a assinar o depoimento, o escrivão o certificará, bem como o motivo da recusa, se êste fôr expresso e o interessado requerer que conste por escrito.

**Térmo
de assinatura**

Art. 423. Sempre que, em cada sessão, se realizar inquirição de testemunhas, o escrivão lavrará termo de assentada, do qual constarão lugar, dia e hora em que se iniciou a inquirição.

**Período
da inquirição**

Art. 424. As testemunhas serão ouvidas durante o dia, das sete às dezoito horas, salvo prorrogação autorizada pelo Conselho de Justiça,

por motivo relevante, que constará da ata da sessão.

Art. 425. A acareação entre testemunhas poderá ser determinada pelo Conselho de Justiça, pelo auditor ou requerida por qualquer das partes, obedecendo ao disposto nos arts. 365, 366 e 367.

**Determinação
de acareação**

Art. 426. O reconhecimento de pessoa e de coisa, nos termos dos arts. 368, 369 e 370, poderá ser realizado por determinação do Conselho de Justiça, do auditor ou a requerimento de qualquer das partes.

**Determinação
de reconhecimento
to de pessoa ou
coisa**

Art. 427. Após a inquirição da última testemunha de defesa, os autos irão conclusos ao auditor, que dêles determinará vista em cartório às partes, por cinco dias, para requererem, se não o tiverem feito, o que fôr de direito, nos termos deste Código.

**Conclusão
dos autos ao
auditor**

Parágrafo único. Ao auditor, que poderá determinar de ofício as medidas que julgar convenientes ao processo, caberá fixar os prazos necessários à respectiva execução, se, a êsse respeito, não existir disposição especial.

**Determinação
de ofício e
fixação de prazo**

Art. 428. Findo o prazo aludido no artigo 427 e se não tiver havido requerimento ou despacho para os fins nêle previstos, o auditor determinará ao escrivão abertura de vista dos autos para alegações escritas, sucessivamente, por oito dias, ao representante do Ministério Público e ao advogado do acusado. Se houver assistente, constituído até o encerramento da instrução criminal, ser-lhe-á dada vista dos autos, se o requerer, por cinco dias, imediatamente após as alegações apresentadas pelo representante do Ministério Público.

**Vista para
as alegações
escritas**

§ 1º Se ao processo responderem mais de cinco acusados e diferentes forem os advogados, o prazo de vista será de doze dias, correndo em cartório e em comum para todos. O mesmo prazo terá o representante do Ministério Público.

**Dilatação
do prazo**

§ 2º O escrivão certificará, com a declaração do dia e hora, o recebimento das alegações escritas, à medida da apresentação. Se recebidas

**Certidão
do recebimento
das alegações. De-
sentranhamento.**

fora do prazo, o auditor mandará desentranhá-las dos autos, salvo prova imediata de que a demora resultou de óbice irremovível materialmente.

**Observância
de linguagem
decorosa nas
alegações**

Art. 429. As alegações escritas deverão ser feitas em termos convenientes ao decôro dos tribunais e à disciplina judiciária e sem ofensa à autoridade pública, às partes ou às demais pessoas que figuram no processo, sob pena de serem riscadas, de modo que não possam ser lidas, por determinação do presidente do Conselho ou do auditor, as expressões que infrinjam aquelas normas.

**Sanação da nul-
dade ou falta.
Designação de
dia e hora do
julgamento.**

Art. 430. Findo o prazo concedido para as alegações escritas, o escrivão fará os autos conclusos ao auditor, que poderá ordenar diligência para sanar qualquer nulidade ou suprir falta prejudicial ao esclarecimento da verdade. Se achar o processo devidamente preparado, designará dia e hora para o julgamento, cientes os demais juizes do Conselho de Justiça e as partes, e requisição do acusado prêso à autoridade que o detinha, a fim de ser apresentado com as formalidades previstas neste Código.

Seção VII — Da sessão do julgamento e da sentença

**Abertura
da sessão**

Art. 431. No dia e hora designados para o julgamento, reunido o Conselho de Justiça e presentes todos os seus juizes e o procurador, o presidente declarará aberta a sessão e mandará apresentar o acusado.

**Comparecimento
do revel**

§ 1º Se o acusado revel comparecer nessa ocasião, sem ter sido ainda qualificado e interrogado, proceder-se-á a êstes atos, na conformidade dos arts. 404, 405 e 406, perguntando-lhe antes o auditor se tem advogado. Se declarar que não o tem, o auditor nomear-lhe-á um, cessando a função do curador, que poderá, entretanto, ser nomeado advogado.

**Revel de menor
idade**

§ 2º Se o acusado revel fôr menor, e a sua menoridade só vier a ficar comprovada na fase

de julgamento, o presidente do Conselho de Justiça nomear-lhe-á curador, que poderá ser o mesmo já nomeado pelo motivo da revelia.

§ 3º Se o acusado, estando prêso, deixar de ser apresentado na sessão de julgamento, o auditor providenciará quanto ao seu comparecimento à nova sessão que fôr designada para aquêlê fim.

Falta de apresentação de acusado prêso

§ 4º O julgamento poderá ser adiado por uma só vez, no caso de falta de comparecimento de acusado sôlto. Na segunda falta, o julgamento será feito à revelia, com curador nomeado pelo presidente do Conselho.

Adiamento de julgamento no caso de acusado sôlto

§ 5º Ausente o advogado, será adiado o julgamento uma vez. Na segunda ausência, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, será o advogado substituído por outro.

Falta de comparecimento de advogado

§ 6º Não será adiado o julgamento, por falta de comparecimento do assistente ou seu advogado, ou de curador de menor ou revel, que será substituído por outro, de nomeação do presidente do Conselho de Justiça.

Falta de comparecimento de assistente ou curador

§ 7º Se o estado de saúde do acusado não lhe permitir a permanência na sessão, durante todo o tempo em que durar o julgamento, êste prosseguirá com a presença do defensor do acusado. Se o defensor se recusar a permanecer na sessão, a defesa será feita por outro, nomeado pelo presidente do Conselho de Justiça, desde que advogado.

Saída do acusado por motivo de doença

Art. 432. Iniciada a sessão de julgamento, o presidente do Conselho de Justiça ordenará que o escrivão proceda à leitura das seguintes peças do processo:

Leitura de peças do processo

- a) a denúncia e seu aditamento, se houver;
- b) o exame de corpo de delito e a conclusão de outros exames ou perícias fundamentais à configuração ou classificação do crime;
- c) o interrogatório do acusado;
- d) qualquer outra peça dos autos, cuja leitura fôr proposta por algum dos juizes, ou requerida por qualquer das partes, sendo, neste caso,

ordenada pelo presidente do Conselho de Justiça, se deferir o pedido.

**Sustentação oral
da acusação e
defesa**

Art. 433. Terminada a leitura, o presidente do Conselho de Justiça dará a palavra, para sustentação das alegações escritas ou de outras alegações, em primeiro lugar ao procurador, em seguida ao assistente ou seu procurador, se houver, e, finalmente, ao defensor ou defensores, pela ordem de autuação dos acusados que representam, salvo acôrdo manifestado entre êles.

**Tempo para
acusação e defesa**

§ 1º O tempo, assim para a acusação como para a defesa, será de três horas para cada uma, no máximo.

**Réplica
e tréplica**

§ 2º O procurador e o defensor poderão, respectivamente, replicar e treplicar por tempo não excedente a uma hora, para cada um.

**Prazo para
o assistente**

§ 3º O assistente ou seu procurador terá a metade do prazo concedido ao procurador para a acusação e a réplica.

**Defesa de vários
acusados**

§ 4º O advogado que tiver a seu cargo a defesa de mais de um acusado terá direito a mais uma hora, além do tempo previsto no § 1º, se fizer a defesa de todos em conjunto, com alteração, neste caso, da ordem prevista no preâmbulo do artigo.

**Acusados
excedentes a dez**

§ 5º Se os acusados excederem a dez, cada advogado terá direito a uma hora para a defesa de cada um dos seus constituintes, pela ordem da respectiva autuação, se não usar da faculdade prevista no parágrafo anterior. Não poderá, entretanto, exceder a seis horas o tempo total, que o presidente do Conselho de Justiça marcará, e o advogado distribuirá, como entender, para a defesa de todos os seus constituintes.

Uso da tribuna

§ 6º O procurador, o assistente ou seu procurador, o advogado e o curador desenvolverão a acusação ou a defesa, da tribuna para êsse fim destinada, na ordem que lhes tocar.

**Disciplina
dos debates**

§ 7º A linguagem dos debates obedecerá às normas do art. 429, podendo o presidente do Conselho de Justiça, após a segunda advertência, cassar a palavra de quem as transgredir, nomeando-lhe substituto *ad hoc*.

§ 8º Durante os debates poderão ser dados apartes, desde que permitidos por quem esteja na tribuna, e não tumultuem a sessão.

**Permissão
de apartes**

Art. 434. Concluídos os debates e decidida qualquer questão de ordem levantada pelas partes, o Conselho de Justiça passará a deliberar em sessão secreta, podendo qualquer dos juizes militares pedir ao auditor esclarecimentos sobre questões de direito que se relacionem com o fato sujeito a julgamento.

**Conclusão
dos debates**

Art. 435. O presidente do Conselho de Justiça convidará os juizes a se pronunciarem sobre as questões preliminares e o mérito da causa, votando em primeiro lugar o auditor; depois, os juizes militares, por ordem inversa de hierarquia, e finalmente o presidente.

**Pronunciamento
dos juizes**

Parágrafo único. Quando, pela diversidade de votos, não se puder constituir maioria para a aplicação da pena, entender-se-á que o juiz que tiver votado por pena maior, ou mais grave, terá virtualmente votado por pena imediatamente menor ou menos grave.

**Diversidade
de votos**

Art. 436. A sessão de julgamento será permanente. Poderá, porém, ser interrompida na fase pública por tempo razoável, para descanso ou alimentação dos juizes, auxiliares da Justiça e partes. Na fase secreta não se interromperá por motivo estranho ao processo, salvo moléstia de algum dos juizes, caso em que será transferida para dia designado na ocasião.

**Interrupção
da sessão na
fase pública**

Parágrafo único. Prorrogar-se-á a jurisdição do Conselho Permanente de Justiça, se o novo dia designado estiver incluído no trimestre seguinte àquele em que findar a sua jurisdição, fazendo-se constar o fato de ata.

**Conselho Perma-
nente. Prorroga-
ção de jurisdição.**

Art. 437. O Conselho de Justiça poderá:

a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público em alegações escritas e a outra parte tenha tido a oportunidade de respondê-la;

**Definição
do fato pelo
Conselho**

Condenação e reconhecimento de agravante não argüida

b) proferir sentença condenatória por fato articulado na denúncia, não obstante haver o Ministério Público opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravante objetiva, ainda que nenhuma tenha sido argüida.

Conteúdo da sentença

Art. 438. A sentença conterá:

- a) o nome do acusado e, conforme o caso, seu pôsto ou condição civil;
- b) a exposição sucinta da acusação e da defesa;
- c) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- d) a indicação, de modo expresso, do artigo ou artigos de lei em que se acha incurso o acusado;
- e) a data e as assinaturas dos juizes do Conselho de Justiça, a começar pelo presidente e por ordem de hierarquia e declaração dos respectivos postos, encerrando-as o auditor.

Declaração de voto

§ 1º Se qualquer dos juizes deixar de assinar a sentença, será declarado, pelo auditor, o seu voto, como vencedor ou vencido.

Redação da sentença

§ 2º A sentença será redigida pelo auditor, ainda que discorde dos seus fundamentos ou da sua conclusão, podendo, entretanto, justificar o seu voto, se vencido, no todo ou em parte, após a assinatura. O mesmo poderá fazer cada um dos juizes militares.

Sentença datilografada e rubricada

§ 3º A sentença poderá ser datilografada, rubricando-a, neste caso, o auditor, fôlha por fôlha.

Sentença absoluta. Requisitos.

Art. 439. O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça:

- a) estar provada a inexistência do fato, ou não haver prova da sua existência;
- b) não constituir o fato infração penal;
- c) não existir prova de ter o acusado incorrido para a infração penal;
- d) existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do agente (arts. 38, 39, 42, 48 e 52 do Código Penal Militar);

e) não existir prova suficiente para a condenação;

f) estar extinta a punibilidade.

§ 1º Se houver várias causas para a absolvição, serão tôdas mencionadas.

Especificação

§ 2º Na sentença absolutória determinar-se-á:

Providências

a) pôr o acusado em liberdade, se fôr o caso;

b) a cessação de qualquer pena acessória e, se fôr o caso, de medida de segurança provisoriamente aplicada;

c) a aplicação de medida de segurança cabível.

Art. 440. O Conselho de Justiça ao proferir sentença condenatória:

Sentença condenatória. Requisitos.

a) mencionará as circunstâncias apuradas e tudo o mais que deva ser levado em conta na fixação da pena, tendo em vista obrigatoriamente o disposto no art. 69 e seus parágrafos do Código Penal Militar;

b) mencionará as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no citado Código, e cuja existência reconhecer;

c) imporá as penas, de acôrdo com aquêles dados, fixando a quantidade das principais e, se fôr o caso, a espécie e o limite das acessórias;

d) aplicará as medidas de segurança que, no caso, couberem.

Art. 441. Reaberta a sessão pública e proclamado o resultado do julgamento pelo presidente do Conselho de Justiça, o auditor expedirá mandado de prisão contra o réu, se êste fôr condenado a pena privativa de liberdade, ou alvará de soltura, se absolvido. Se presente o réu, ser-lhe-á dada voz de prisão pelo presidente do Conselho de Justiça, no caso de condenação. A aplicação de pena não privativa de liberdade será comunicada à autoridade competente, para os devidos efeitos.

Proclamação do julgamento e prisão do réu

**Permanência
do acusado absol-
vido na prisão**

§ 1º Se a sentença fôr absolutória, por maioria de votos, e a acusação versar sobre crime a que a lei comina pena, no máximo por tempo igual ou superior a vinte anos, o acusado continuará prêso, se interposta apelação pelo Ministério Público, salvo se se tiver apresentado espontaneamente à prisão para confessar crime, cuja autoria era ignorada ou imputada a outrem.

**Cumprimento
anterior do tem-
po de prisão**

§ 2º No caso de sentença condenatória, o réu será pôsto em liberdade se, em virtude de prisão provisória, tiver cumprido a pena aplicada.

§ 3º A cópia da sentença, devidamente conferida e subscrita pelo escrivão e rubricada pelo auditor, ficará arquivada em cartório.

**Indícios
de outro crime**

Art. 442. Se, em processo submetido a seu exame, o Conselho de Justiça, por ocasião do julgamento, verificar a existência de indícios de outro crime, determinará a remessa das respectivas peças, por cópia autêntica, ao órgão do Ministério Público competente, para os fins de direito.

**Leitura da sen-
tença em sessão
pública e inti-
mação**

Art. 443. Se a sentença ou decisão não fôr lida na sessão em que se proclamar o resultado do julgamento, sê-lo-á pelo auditor em pública audiência, dentro do prazo de oito dias, e dela ficarão, desde logo, intimados o representante do Ministério Público, o réu e seu defensor, se presentes.

**Intimação do re-
presentante do
Ministério Pú-
blico**

Art. 444. Salvo o disposto no artigo anterior, o escrivão, dentro do prazo de três dias, após a leitura da sentença ou decisão, dará ciência dela ao representante do Ministério Público, para os efeitos legais.

**Intimação de sen-
tença condena-
tória**

Art. 445. A intimação da sentença condenatória será feita, se não o tiver sido nos termos do art. 443:

- a) ao defensor de ofício ou dativo;
- b) ao réu, pessoalmente, se estiver prêso;
- c) ao defensor constituído pelo réu.

**Intimação a réu
sôlto ou revel**

Art. 446. A intimação da sentença condenatória a réu sôlto ou revel far-se-á após a prisão, e bem assim ao seu defensor ou advogado

que nomear por ocasião da intimação, e ao representante do Ministério Público.

Parágrafo único. Na certidão que lavrar da intimação, o oficial de justiça declarará se o réu nomeou advogado e, em caso afirmativo, intimá-lo-á também da sentença. Em caso negativo, dará ciência da sentença e da prisão do réu ao seu defensor de ofício ou dativo.

Requisitos
da certidão de
intimação

Art. 447. O escrivão lavrará nos autos, em todos os casos, as respectivas certidões de intimação, com a indicação do lugar, dia e hora em que houver sido feita.

Certidões
nos autos

Art. 448. O escrivão lavrará ata circunstanciada de tôdas as ocorrências na sessão de julgamento.

Lavratura de ata

Parágrafo único. Da ata será anexada aos autos cópia autêntica datilografada e rubricada pelo escrivão.

Anexação
de cópia da ata

Art. 449. São efeitos da sentença condenatória recorível:

Efeitos
da sentença
condenatória

- a) ser o réu prêso ou conservado na prisão;
- b) ser o seu nome lançado no rol dos culpados.

Art. 450. Aplicam-se à sessão de julgamento, no que couber, os arts. 385, 386 e seu parágrafo único, 389, 411, 412 e 413.

Aplicação
de artigos

TÍTULO II

DOS PROCESSOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA DESERÇÃO EM GERAL

Art. 451. Consumado o crime de deserção, nos casos previstos na lei penal militar, o comandante ou autoridade correspondente, ou ainda a autoridade superior, fará lavrar, sem demora, o respectivo termo, que poderá ser impresso ou dativo.

Térmo de deserção.
Formalidades.

lografado, sendo por êle assinado e por duas testemunhas, além do militar incumbido da lavratura.

Parágrafo único. No caso previsto no artigo 190 do Código Penal Militar, a lavratura do termo será imediata.

Efeitos do termo de deserção

Art. 452. O termo de deserção, juntamente com a parte de ausência, equivalerá à instrução criminal, sujeitando o desertor à prisão.

Retardamento do processo

Art. 453. O desertor que não fôr julgado dentro em sessenta dias será pôsto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE DESERÇÃO DE OFICIAL

Lavratura do termo de deserção e sua publicação em boletim

Art. 454. Transcorrido o prazo para consumir-se o crime de deserção, o comandante, ou autoridade correspondente, ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com duas testemunhas, fazendo-se nos livros respectivos os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim ou documento equivalente, o termo de deserção, acompanhado da parte de ausência.

Remessa do termo de deserção e documentos à Auditoria

§ 1º Feita a publicação, a autoridade militar remeterá em seguida o termo de deserção à Auditoria respectiva, juntamente com a parte de ausência, a cópia do boletim ou documento equivalente e o extrato da fê de ofício do desertor.

Autuação e vista ao Ministério Público

§ 2º Recebidos o termo de deserção e demais peças, o auditor mandará autuá-los e dar vista do processo, por cinco dias, ao procurador, que o examinará sob o aspecto formal, podendo requerer o que fôr de direito, sendo o processo mandado arquivar por despacho do auditor, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.

Apresentação ou captura do desertor. Sorteio do Conselho

Art. 455. Apresentando-se ou sendo capturado o desertor, a autoridade militar fará a comunicação ao auditor, com a informação sobre

a data e o lugar onde o mesmo se apresentou ou foi capturado, além de quaisquer outras circunstâncias concernentes ao fato criminoso. Em seguida, procederá o auditor ao sorteio e à convocação do Conselho Especial de Justiça, expedindo o mandado de citação do acusado, para ser processado e julgado. Nesse mandado será transcrito o termo de deserção.

§ 1º Reunido o Conselho Especial de Justiça, presentes o procurador, o defensor e o acusado, o presidente ordenará a leitura do termo de deserção, seguindo-se o interrogatório do acusado, que poderá oferecer documentos de defesa e requerer, no ato, a inquirição de testemunhas, até o número de três, que serão arroladas dentro do prazo de três dias e ouvidas, independentemente de notificação, dentro de igual prazo, que o Conselho poderá prorrogar até o dôbro, ouvido o Ministério Público.

Rito processual

§ 2º Findo o interrogatório e se nada fôr requerido ou determinado, ou finda a inquirição das testemunhas e realizadas as diligências ordenadas, o Conselho passará ao julgamento, observando-se o rito prescrito neste Código.

Julgamento

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE DESERÇÃO DE PRAÇA, COM OU SEM GRADUAÇÃO, E DE PRAÇA ESPECIAL, NO EXÉRCITO

Art. 456. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de uma praça, o comandante da respectiva subunidade ou autoridade correspondente apresentará parte circunstanciada ao comandante ou chefe da respectiva organização, que mandará inventariar os bens deixados ou extraviados pelo ausente, com a assistência de duas testemunhas, sendo uma, obrigatoriamente, oficial.

Inventário dos bens deixados ou extraviados pelo ausente

§ 1º Quando a ausência se verificar em subunidade isolada ou em destacamento, o res-

pectivo comandante, oficial, ou não, providenciará o inventário, assinando-o com duas testemunhas idôneas.

Diligências para
localização e re-
tôrno do ausente

§ 2º No tempo compreendido entre a formalização da ausência e a consumação da deserção, o comandante da subunidade ou seu correspondente, em se tratando de estabelecimento militar, determinará, compulsoriamente, as necessárias diligências para a localização e retôrno do ausente à sua unidade, mesmo sob prisão, se assim o exigirem as circunstâncias.

Parte de ausên-
cia e remessa do
inventário

§ 3º Decorrido o prazo marcado em lei para se configurar a deserção, o comandante da subunidade ou autoridade correspondente enviará ao comandante, ou chefe competente, uma parte acompanhada do inventário, de que ficará cópia autêntica.

Lavratura
de termo de
deserção

§ 4º Recebida a parte, fará o comandante, ou autoridade correspondente, lavrar o termo de deserção, onde se mencionarão tôdas as circunstâncias do fato. Este termo poderá ser lavrado por uma praça, especial ou graduada, e será assinado pelo comandante e por duas testemunhas, de preferência oficiais.

Exclusão
do serviço ativo

§ 5º Comprovada a deserção de cadete, sargento, graduado ou soldado, será êle imediatamente excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim, o termo de deserção.

Arquivamento
do termo de
deserção

Art. 457. O comandante do corpo ou autoridade competente, que tiver lavrado o termo de deserção, fá-lo-á arquivar, acompanhado de cópia do boletim e de um extrato dos assentamentos, contendo as datas de nascimento, praça, engajamento, promoção, ausência e alterações que possam influir no julgamento.

Inspeção
de saúde

§ 1º O desertor que se apresentar ou fôr capturado deve ser submetido a inspeção de saúde e, se julgado incapaz definitivamente, fica isento do processo e da reinclusão.

§ 2º A ata de inspeção de saúde e os papéis relativos à deserção serão remetidos ao Con-

selho de Justiça da unidade, ou estabelecimento, com urgência, para que seja determinado o arquivamento do processo e feitas as comunicações, para os fins de direito.

§ 3º Reincluído que seja o cadete, sargento, graduado ou soldado, desertor, o comandante da unidade ou estabelecimento, providenciará, com urgência, sob pena de responsabilidade, a remessa ao respectivo Conselho de Justiça dos papéis e mais documentos relativos à deserção.

Reinclusão

§ 4º Se nesse Conselho funcionar, como juiz, oficial que tenha dado a parte acusatória ou assinado o respectivo termo de deserção ou de inventário, será êle substituído no processo em que se achar impedido.

**Substituição
por impedimento**

§ 5º Recebidos os documentos comprobatórios da deserção, o presidente do Conselho fará autuar pelo escrivão, e, verificando, pelo extrato de assentamentos, ser o acusado menor de vinte e um anos, nomear-lhe-á curador, que será um oficial da mesma unidade. O curador prestará o compromisso, que constará dos autos, de bem defender o acusado.

**Nomeação
de curador**

§ 6º Se o acusado fôr maior de vinte e um anos e não tiver advogado, o oficial da unidade designado pelo presidente do Conselho se incumbirá de sua defesa. Não pode ser designado para êste fim oficial que tiver dado a parte ou assinado o termo de deserção ou de inventário.

**Designação
de advogado**

§ 7º Se houver testemunhas de defesa indicadas pelo acusado, o presidente designará dia para serem ouvidas perante o Conselho, presentes o acusado e seu advogado ou curador. Se as testemunhas de defesa deixarem de ser, com justa causa, apresentadas pelo acusado, no dia designado para a sessão, poderá o Conselho marcar nova sessão, para aquêle fim, ou determinar, desde logo, que prossigam os demais termos do processo, mandando os autos com vista ao advogado ou curador. Não se expedirá precatória para inquirição de testemunha de defesa.

**Audição
de testemunhas**

§ 8º O curador ou advogado do acusado terá vista dos autos para examinar suas peças e

Vista dos autos

apresentar, dentro do prazo de três dias, as razões de defesa.

**Dia e hora
do julgamento**

§ 9º Voltando os autos ao presidente, designará este dia e hora para o julgamento.

Interrogatório

§ 10. Reunido o Conselho, será o acusado interrogado, em presença do seu advogado, ou curador se fôr menor, assinando com o advogado ou curador, após os juizes, o auto de interrogatório, lavrado pelo escrivão.

Defesa oral

§ 11. Em seguida, feita a leitura do processo pelo escrivão, o presidente do Conselho dará a palavra ao advogado ou curador do acusado, para que, dentro do prazo máximo de trinta minutos, apresente defesa oral, passando o Conselho a funcionar, desde logo, em sessão secreta.

**Comunicação de
sentença condenatória ou alvará
de soltura**

§ 12. Terminado o julgamento, se o acusado fôr condenado, o presidente do Conselho fará expedir imediatamente a devida comunicação à autoridade competente; e, se fôr absolvido ou já tiver cumprido o tempo de prisão que na sentença lhe houver sido impôsto, providenciará, sem demora, para que o acusado seja, mediante alvará de soltura, pôsto em liberdade, se por outro motivo não estiver prêso. O relator, no prazo de quarenta e oito horas, redigirá a sentença, que será assinada por todos os juizes.

**Remessa
à Auditoria**

Art. 458. Dentro do prazo previsto no § 12 do artigo anterior, após a assinatura da sentença, far-se-á a remessa dos autos à Auditoria respectiva. O auditor mandará imediatamente intimar o procurador e o advogado de ofício, se o acusado não tiver sido assistido por advogado de sua escolha, para, no prazo de cinco dias, oferecerem prova documental ou testemunhal, e, no prazo de quarenta e oito horas, interponem os recursos legais.

Recurso

Art. 459. Havendo recurso, abrir-se-á vista, sucessivamente, pelo prazo de cinco dias, às partes, para suas alegações. Não havendo recurso, o auditor, dentro daquele prazo, fará comunicação à autoridade militar competente de ter a sentença transitado em julgado.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE DESERÇÃO DE PRAÇA, COM
OU SEM GRADUAÇÃO, E DE PRAÇA ESPECIAL,
NA MARINHA E NA AERONÁUTICA

Art. 460. Vinte e quatro horas após a verificação da ausência de praça, graduado, sargento, suboficial ou praça especial, o comandante ou autoridade sob cujas ordens servir, mandará proceder ao inventário dos bens deixados ou extraviados pelo ausente, com observância das formalidades previstas no art. 456 e do disposto no § 2º do mesmo artigo.

**Inventário dos
bens deixados ou
extraviados pelo
agente**

§ 1º Decorrido o prazo estabelecido para que se consume a deserção, será enviado ao comandante, ou autoridade competente, uma parte acompanhada do inventário, de que ficará cópia autêntica.

**Decorrência
de prazo**

§ 2º Recebidos esses documentos, o comandante, ou autoridade correspondente, fará lavrar o termo de deserção, no qual se mencionarão todas as circunstâncias do fato. O termo será escrito ou datilografado por um escrevente ou graduado, e assinado pelo comandante, ou autoridade que determinou a lavratura, e por duas testemunhas, de preferência oficiais.

**Lavratura
do termo de
deserção**

§ 3º Comprovada, assim, a deserção, será o desertor excluído do serviço ativo, lançando-se, nos respectivos livros, os assentamentos necessários, e publicando-se, em boletim ou detalhe de serviço, o termo de deserção.

**Exclusão
do serviço ativo**

Art. 461. A autoridade que tiver mandado lavrar o termo de deserção remetê-lo-á, em seguida, à Auditoria competente, acompanhado do inventário, boletim ou detalhe de serviço.

Remessa do termo

§ 1º Recebidos esses documentos, mandará o auditor autuá-los e abrir vista ao representante do Ministério Público, pelo prazo de cinco dias.

**Autuação
e vista**

§ 2º O representante do Ministério Público verificará se foram cumpridas as exigências legais. Se alguma dessas exigências ou formalidades tiver sido omitida, requererá ao auditor providências

**Cumprimento
de formalidades
e citação do
acusado**

para que sejam satisfeitas. Nada tendo a requerer, pedirá a citação do acusado, se apresentado ou capturado, para se ver processar e julgar, transcrevendo-se no mandado o termo de deserção.

**Inquirição
de testemunhas,
interrogatório e
julgamento**

§ 3º Citado o acusado, iniciar-se-á, em dia e hora previamente designados, a inquirição das testemunhas de acusação e de defesa, se as houver, procedendo-se, em seguida, ao interrogatório e julgamento, observadas, no que fôr aplicável, as formalidades estabelecidas neste Código.

**Aplicação de ou-
tras disposições**

Art. 462. Aplicam-se à Marinha e à Aeronáutica as disposições previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 457, sendo feitas, porém, ao Conselho de Justiça competente para o julgamento, as remessas referidas nos §§ 2º e 3º.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE CRIME DE INSUBMISSÃO

**Lavratura
do termo de
insubmissão**

Art. 463. Consumado o crime de insubmissão, o comandante ou autoridade correspondente da unidade, ou estabelecimento para que fôra designado o insubmisso, fará lavrar o termo de insubmissão, circunstanciadamente, com indicação de nome, filiação, naturalidade e classe a que pertencer o insubmisso e a data em que êste deveria apresentar-se, sendo o termo assinado pelo referido comandante, ou autoridade correspondente, e duas testemunhas, podendo ser impresso ou datilografado. Êsse termo equivalerá à instrução criminal, sujeito o insubmisso a captura, para o efeito de incorporação.

**Arquivamento
do termo**

§ 1º O comandante, ou autoridade competente, que tiver lavrado o termo de insubmissão, fâ-lo-á arquivar, acompanhado dos demais documentos, relativos à insubmissão.

**Inclusão
do insubmisso**

§ 2º Incluído o insubmisso, o comandante do corpo ou autoridade correspondente providenciará, com urgência, a remessa ao presidente do Conselho dos papéis arquivados e dos que, a bêm de sua defesa, o acusado apresentar.

§ 3º De posse dêsses documentos, o presidente do Conselho procederá como foi estabelecido para os crimes de deserção, podendo, entretanto, julgar vários processos na mesma sessão.

Art. 464. O insubmisso que se apresentar ou fôr capturado tem direito ao quartel por menagem. Deve ser submetido a inspeção de saúde e, se julgado incapaz definitivamente, fica isento do processo e da inclusão.

§ 1º A ata de inspeção de saúde e os papéis relativos à insubmissão são remetidos ao Conselho de Justiça da unidade, com urgência, para que seja determinado o arquivamento do processo e feitas as comunicações, para os fins de direito.

§ 2º O insubmisso que não fôr julgado no prazo máximo de sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação ou captura, sem que para isso tenha dado causa, será pôsto em liberdade e responderá sôlto ao processo até a sentença final.

Art. 465. Autuado o processo, observar-se-á, conforme o caso, o disposto neste Código, com relação aos processos por crime de deserção.

Parágrafo único. Na Marinha e na Aeronáutica, o processo será enviado à Auditoria competente, observando-se o disposto no art. 461 e seus parágrafos, podendo o Conselho de Justiça, na mesma sessão, julgar mais de um processo.

Procedimento

Menagem e inspeção de saúde

Remessa ao Conselho da unidade

Liberdade do insubmisso

Equiparação ao processo de deserção

Remessa à Auditoria competente

CAPÍTULO VI

DO "HABEAS CORPUS"

Art. 466. Dar-se-á «habeas corpus» sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Parágrafo único. Excetua-se, todavia, os casos em que a ameaça ou a coação resultar:

a) de punição aplicada de acôrdo com os Regulamentos Disciplinares das Fôrças Armadas;

Cabimento da medida

Exceção

b) de punição aplicada aos oficiais e praças das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares, de acôrdo com os respectivos Regulamentos Disciplinares;

c) da prisão administrativa, nos têrmos da legislação em vigor, de funcionário civil responsável para com a Fazenda Nacional, perante a administração militar;

d) da aplicação de medidas que a Constituição do Brasil autoriza durante o estado de sítio;

e) nos casos especiais previstos em disposição de caráter constitucional.

Abuso de poder
e ilegalidade.
Existência.

Art. 467. Haverá ilegalidade ou abuso de poder:

a) quando o cerceamento da liberdade fôr ordenado por quem não tinha competência para tal;

b) quando ordenado ou efetuado sem as formalidades legais;

c) quando não houver justa causa para a coação ou constrangimento;

d) quando a liberdade de ir e vir fôr cerceada fora dos casos previstos em lei;

e) quando cessado o motivo que autorizava o cerceamento;

f) quando alguém estiver prêso por mais tempo do que determina a lei;

g) quando alguém estiver processado por fato que não constitua crime em tese;

h) quando estiver extinta a punibilidade;

i) quando o processo estiver evidentemente nulo.

Concessão
após sentença
condenatória

Art. 468. Poderá ser concedido «habeas corpus», não obstante já ter havido sentença condenatória:

a) quando o fato imputado, tal como estiver narrado na denúncia, não constituir infração penal;

b) quando a ação ou condenação já estiver prescrita;

c) quando o processo fôr manifestamente nulo;

d) quando fôr incompetente o juiz que proferiu a condenação.

Art. 469. Compete ao Superior Tribunal Militar o conhecimento do pedido de «habeas corpus».

Competência
para a concessão

Art. 470. O «habeas corpus» pode ser impetrado por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público. O Superior Tribunal Militar pode concedê-lo de ofício, se, no curso do processo submetido à sua apreciação, verificar a existência de qualquer dos motivos previstos no art. 467.

Pedido. Concessão
de ofício.

§ 1º O pedido será rejeitado se o paciente a êle se opuser.

Rejeição
do pedido

§ 2º Durante as férias do Superior Tribunal Militar seu presidente terá competência para conhecer e deferir a impetração, *ad referendum* do Tribunal, após as mesmas férias, ouvido o representante do Ministério Público.

Competência ad
referendum do
Superior Tribunal
Militar

Art. 471. A petição de «habeas corpus» conterà:

Petição. Requi-
sitos.

a) o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem é responsável pelo exercício da violência, coação ou ameaça;

b) a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de ameaça de coação, as razões em que o impetrante funda o seu temor;

c) a assinatura do impetrante, ou de alguém a seu rôgo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências.

Parágrafo único. O pedido de «habeas corpus» pode ser feito por telegrama, com as indicações enumeradas neste artigo e a transcrição literal do reconhecimento da firma do impetrante, por tabelião.

Forma do pedido

Art. 472. Despachada a petição e distribuída, serão, pelo relator, requisitadas imediatamente informações ao detentor ou a quem fizer a ameaça, que deverá prestá-las dentro do prazo

Pedido
de informações

**Prisão por ordem
de autoridade
superior**

de cinco dias, contados da data do recebimento da requisição.

§ 1º Se o detentor informar que o paciente está preso por determinação de autoridade superior, deverá indicá-la, para que a esta sejam requisitadas as informações, a fim de prestá-las na forma mencionada no preâmbulo deste artigo.

**Soltura
ou remoção do
preso**

§ 2º Se informar que não é mais detentor do paciente, deverá esclarecer se este já foi solto ou removido para outra prisão. No primeiro caso, dirá em que dia e hora; no segundo, qual o local da nova prisão.

**Vista ao
procurador-geral**

§ 3º Imediatamente após as informações, o relator, se as julgar satisfatórias, dará vista do processo, por quarenta e oito horas, ao procurador-geral.

**Julgamento
do pedido**

Art. 473. Recebido de volta o processo, o relator apresentá-lo-á em mesa, sem demora, para o julgamento, que obedecerá ao disposto no Regimento Interno do Tribunal.

**Determinação
de diligências**

Art. 474. O relator ou o Tribunal poderá determinar as diligências que entender necessárias, inclusive a requisição do processo e a apresentação do paciente, em dia e hora que designar.

**Apresentação
obrigatória do
preso**

Art. 475. Se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará o detentor de apresentá-lo, salvo:

a) enfermidade que lhe impeça a locomoção ou a não aconselhe, por perigo de agravamento do seu estado mórbido;

b) não estar sob a guarda da pessoa a quem se atribui a detenção.

**Diligência
no local da prisão**

Parágrafo único. Se o paciente não puder ser apresentado por motivo de enfermidade, o relator poderá ir ao local em que ele se encontrar; ou, por proposta sua, o Tribunal, mediante ordem escrita, poderá determinar que ali compareça o seu secretário ou, fora da Circunscrição Judiciária de sua sede, o auditor que designar, os quais prestarão as informações necessárias, que constarão do processo.

**Prosseguimento
do processo**

Art. 476. A concessão de «habeas corpus» não obstará o processo nem lhe porá termo,

desde que não conflite com os fundamentos da concessão.

Art. 477. Se o «habeas corpus» fôr concedido em virtude de nulidade do processo, será este renovado, salvo se do seu exame se tornar evidente a inexistência de crime.

**Renovação
do processo**

Art. 478. As decisões do Tribunal sobre «habeas corpus» serão lançadas em forma de sentença nos autos. As ordens necessárias ao seu cumprimento serão, pelo secretário do Tribunal, expedidas em nome do seu presidente.

**Forma
da decisão**

Art. 479. Se a ordem de «habeas corpus» fôr concedida para frustrar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto, assinado pelo presidente do Tribunal.

Salvo-conduto

Art. 480. O detentor do prêso ou responsável pela sua detenção ou quem quer que, sem justa causa, embarace ou procrastine a expedição de ordem de «habeas corpus», as informações sobre a causa da prisão, a condução e apresentação do paciente, ou desrespeite salvo-conduto expedido de acôrdo com o artigo anterior, ficará sujeito a processo pelo crime de desobediência a decisão judicial.

**Sujeição
a processo**

Parágrafo único. Para êsse fim, o presidente do Tribunal oficiará ao procurador-geral para que êste promova ou determine a ação penal, nos termos do art. 28, letra c.

**Promoção
da ação penal**

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 481. Os autos originais de processo penal militar extraviados ou destruídos, em primeira ou segunda instância, serão restaurados.

**Obrigatoriedade
da restauração**

§ 1º Se existir e fôr exibida cópia autêntica ou certidão do processo, será uma ou outra considerada como original.

**Existência
de certidão ou
cópia autêntica**

§ 2º Na falta de cópia autêntica ou certidão do processo, o juiz mandará, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, que:

**Falta de cópia
autêntica ou
certidão**

a) o escrivão certifique o estado do processo, segundo a sua lembrança, e reproduza o

**Certidão
do escrivão**

que houver a respeito em seus protocolos e registros;

Requisições

b) sejam requisitadas cópias do que constar a respeito do processo no Instituto Médico Legal, no Instituto de Identificação e Estatística, ou em estabelecimentos congêneres, repartições públicas, penitenciárias, presídios ou estabelecimentos militares;

Citação das partes

c) sejam citadas as partes pessoalmente ou, se não forem encontradas, por edital, com o prazo de dez dias, para o processo de restauração.

Restauração em primeira instância. Execução.

§ 3º Proceder-se-á à restauração em primeira instância, ainda que os autos se tenham extraviado na segunda, salvo em se tratando de processo originário do Superior Tribunal Militar, ou que nêle transite em grau de recurso.

Auditoria competente

§ 4º O processo de restauração correrá em primeira instância perante o auditor, na Auditoria onde se iniciou.

Audiência das partes

Art. 482. No dia designado, as partes serão ouvidas, mencionando-se em termo circunstanciado os pontos em que estiverem acordes e a exibição e a conferência das certidões e mais reproduções do processo, apresentadas e conferidas.

Instrução

Art. 483. O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, observando-se o seguinte:

a) caso ainda não tenha sido proferida a sentença, reinquirir-se-ão as testemunhas, podendo ser substituídas as que tiverem falecido ou se encontrarem em lugar não sabido;

b) os exames periciais, quando possível, serão repetidos, e de preferência pelos mesmos peritos;

c) a prova documental será reproduzida por meio de cópia autêntica ou, quando impossível, por meio de testemunhas;

d) poderão também ser inquiridas, sôbre os autos do processo em restauração, as autoridades, os serventuários, os peritos e mais pessoas que tenham nêle funcionado;

e) o Ministério Público e as partes poderão oferecer testemunhas e produzir documentos, para provar o teor do processo extraviado ou destruído.

Art. 484. Realizadas as diligências que, salvo motivo de força maior, deverão terminar dentro em quarenta dias, serão os autos conclusos para julgamento.

Conclusão

Parágrafo único. No curso do processo e depois de subirem os autos conclusos para sentença, o juiz poderá, dentro em cinco dias, requisitar de autoridades ou repartições todos os esclarecimentos necessários à restauração.

Art. 485. Julgada a restauração, os autos respectivos valerão pelos originais.

Eficácia
probatória

Parágrafo único. Se no curso da restauração aparecerem os autos originais, nestes continuará o processo, sendo a eles apensos os da restauração.

Art. 486. Até a decisão que julgue restaurados os autos, a sentença condenatória em execução continuará a produzir efeito, desde que conste da respectiva guia arquivada na prisão onde o réu estiver cumprindo pena, ou de registro que torne inequívoca a sua existência.

Prosseguimento
da execução

Art. 487. A restauração perante o Superior Tribunal Militar caberá ao relator do processo em andamento, ou a ministro que fôr sorteado para aquêle fim, no caso de não haver relator.

Restauração no
Superior Tribunal
Militar

Art. 488. O causador do extravio ou destruição responderá criminalmente pelo fato, nos termos do art. 352 e seu parágrafo único, do Código Penal Militar.

Responsabilidade
criminal

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Seção I — Da instrução criminal

Art. 489. No processo e julgamento dos crimes da competência do Superior Tribunal Mili-

Denúncia.
Oferecimento

tar, a denúncia será oferecida ao Tribunal e apresentada ao seu presidente para a designação de relator.

Juiz instrutor

Art. 490. O relator será um ministro togado, escolhido por sorteio, cabendo-lhe as atribuições de juiz instrutor do processo.

Recurso
do despacho do
relator

Art. 491. Caberá recurso do despacho do relator que:

- a) rejeitar a denúncia;
- b) decretar a prisão preventiva;
- c) julgar extinta a ação penal;
- d) concluir pela incompetência do fôro militar;
- e) conceder ou negar menagem.

Recebimento
da denúncia

Art. 492. Recebida a denúncia, mandará o relator citar o denunciado e intimar as testemunhas.

Função do Minis-
tério Público, do
escrivão e do
oficial de justiça

Art. 493. As funções do Ministério Público serão desempenhadas pelo procurador-geral. As de escrivão por um funcionário graduado da Secretaria, designado pelo presidente, e as de oficial de justiça, pelo chefe da portaria ou seu substituto legal.

Rito da instrução
criminal

Art. 494. A instrução criminal seguirá o rito estabelecido para o processo dos crimes da competência do Conselho de Justiça, desempenhando o ministro instrutor as atribuições conferidas a esse Conselho.

Despacho
saneador

Art. 495. Findo o prazo para as alegações escritas, o escrivão fará os autos conclusos ao relator, o qual, se encontrar irregularidades sanáveis ou falta de diligências que julgar necessárias, mandará saná-las ou preenchê-las.

Seção II — Do julgamento

Julgamento

Art. 496. Concluída a instrução, o Tribunal procederá, em sessão plenária, ao julgamento do processo, observando-se o seguinte:

Designação
de dia e hora

- a) por despacho do relator, os autos serão conclusos ao presidente, que designará dia e hora para o julgamento, cientificados o réu, seu advogado e o Ministério Público;

b) aberta a sessão, com a presença de todos os ministros em exercício, será apregoado o réu e, presente este, o presidente dará a palavra ao relator, que fará o resumo das principais peças dos autos e da prova produzida;

c) se algum dos ministros solicitar a leitura integral dos autos ou de parte dêles, poderá o relator ordenar seja ela efetuada pelo escrivão;

d) findo o relatório, o presidente dará, sucessivamente, a palavra ao procurador-geral e ao acusado, ou a seu defensor, para sustentarem oralmente as suas alegações finais;

e) o prazo tanto para a acusação como para a defesa será de duas horas, no máximo;

f) as partes poderão replicar e treplicar em prazo não excedente de uma hora;

g) encerrados os debates, passará o Tribunal a funcionar em sessão secreta, para proferir o julgamento, cujo resultado será anunciado em sessão pública;

h) o julgamento efetuar-se-á em uma ou mais sessões, a critério do Tribunal;

i) se fôr vencido o relator, o acórdão será lavrado por um dos ministros vencedores, observada a escala.

Parágrafo único. Se o réu sôlto deixar de comparecer, sem causa legítima ou justificada, será julgado à revelia, independentemente de publicação de edital.

Art. 497. Das decisões definitivas ou com força de definitivas, unânimes ou não, proferidas pelo Tribunal, cabem embargos, que deverão ser oferecidos dentro em cinco dias, contados da intimação do acórdão. O réu revel não pode embarcar, sem se apresentar à prisão.

**Resumo
do processo**

**Acusação
e defesa**

**Prazo para as
alegações orais**

**Réplica
e tréplica**

**Normas a serem
observadas para
o julgamento**

Revelia

**Recurso admissível
das decisões
definitivas ou
com força de
definitivas**

CAPÍTULO IX

DA CORREIÇÃO PARCIAL

Art. 498. O Superior Tribunal Militar poderá proceder à correção parcial:

**Casos de correção
parcial**

a) a requerimento das partes, para o fim de ser corrigido erro ou omissão inescusáveis, abuso ou ato tumultuário, em processo, cometido ou consentido por juiz, desde que, para obviar tais fatos, não haja recurso previsto neste Código;

b) mediante representação do auditor corregedor, para corrigir arquivamento irregular em inquérito ou processo.

§ 1º É de cinco dias o prazo para o requerimento ou a representação, devidamente fundamentados, contados da data do ato que os motivar.

Disposição
regimental

§ 2º O Regimento do Superior Tribunal Militar disporá a respeito do processo e julgamento da correção parcial.

LIVRO III

Das Nulidades e Recursos em Geral

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS NULIDADES

Sem prejuízo não
há nulidade

Art. 499. Nenhum ato judicial será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Casos
de nulidade

Art. 500. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

I — por incompetência, impedimento, suspeição ou suborno do juiz;

II — por ilegitimidade de parte;

III — por preterição das fórmulas ou termos seguintes:

a) a denúncia;

b) o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 328;

c) a citação do acusado para ver-se processar e o seu interrogatório, quando presente;

d) os prazos concedidos à acusação e à defesa;

e) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal;

f) a nomeação de defensor ao réu presente que não o tiver, ou de curador ao ausente e ao menor de dezoito anos;

g) a intimação das testemunhas arroladas na denúncia;

h) o sorteio dos juizes militares e seu compromisso;

i) a acusação e a defesa nos termos estabelecidos por este Código;

j) a notificação do réu ou seu defensor para a sessão de julgamento;

l) a intimação das partes para a ciência da sentença ou decisão de que caiba recurso;

IV — por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do processo.

Art. 501. Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.

Impedimento
para a arguição
da nulidade

Art. 502. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

Nulidade
não declarada

Art. 503. A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar o direito da parte.

Falta ou nulidade da citação, da intimação ou da notificação. Presença do interessado. Consequência.

Art. 504. As nulidades deverão ser arguidas:

Oportunidade
para a arguição

a) as da instrução do processo, no prazo para a apresentação das alegações escritas;

b) as ocorridas depois do prazo das alegações escritas, na fase do julgamento ou nas razões de recurso.

Parágrafo único. A nulidade proveniente de incompetência do juízo pode ser declarada a requerimento da parte ou de ofício, em qualquer fase do processo.

**Silêncio
das partes**

Art. 505. O silêncio das partes sana os atos nulos, se se tratar de formalidade de seu exclusivo interesse.

**Renovação
e retificação**

Art. 506. Os atos, cuja nulidade não houver sido sanada, serão renovados ou retificados.

**Nulidade de um
ato e sua conse-
quência**

§ 1º A nulidade de um ato, uma vez declarada, envolverá a dos atos subseqüentes.

Especificação

§ 2º A decisão que declarar a nulidade indicará os atos a que ela se estende.

**Revalidação
de atos**

Art. 507. Os atos da instrução criminal, processados perante juízo incompetente, serão revalidados, por termo, no juízo competente.

**Anulação dos
atos decisórios**

Art. 508. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando fôr declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

**Juiz irregular-
mente investido,
impedido ou
suspeito**

Art. 509. A sentença proferida pelo Conselho de Justiça com juiz irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo, salvo se a maioria se constituir com o seu voto.

TÍTULO II

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

REGRAS GERAIS

**Cabimento
dos recursos**

Art. 510. Das decisões do Conselho de Justiça ou do auditor poderão as partes interpor os seguintes recursos:

- a) recurso em sentido estrito;
- b) apelação.

**Os que podem
recorrer**

Art. 511. O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo réu, seu procurador, ou defensor.

Parágrafo único. Não se admitirá, entretanto, recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

Inadmissibilidade por falta de interesse

Art. 512. O Ministério Público não poderá desistir do recurso que haja interposto.

Proibição da desistência

Art. 513. O recurso será interposto por petição e esta, com o despacho do auditor, será, até o dia seguinte ao último do prazo, entregue ao escrivão, que certificará, no termo da juntada, a data da entrega; e, na mesma data, fará os autos conclusos ao auditor, sob pena de sanção disciplinar.

Interposição e prazo

Art. 514. Salvo a hipótese de má fé, não será a parte prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

Erro na interposição

Parágrafo único. Se o auditor ou o Tribunal reconhecer a impropriedade do recurso, mandará processá-lo de acôrdo com o rito do recurso cabível.

Propriedade do recurso

Art. 515. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

Efeito extensivo

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO

Art. 516. Caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que:

Cabimento

a) reconhecer a inexistência de crime militar, em tese;

b) indeferir o pedido de arquivamento, ou a devolução do inquérito à autoridade administrativa;

c) absolver o réu no caso do art. 48 do Código Penal Militar;

d) não receber a denúncia no todo ou em parte, ou seu aditamento;

e) concluir pela incompetência da Justiça Militar, do auditor ou do Conselho de Justiça;

f) julgar procedente a exceção, salvo de suspeição;

g) julgar improcedente o corpo de delito ou outros exames;

h) decretar, ou não, a prisão preventiva, ou revogá-la;

i) conceder ou negar a menagem;

j) decretar a prescrição, ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;

l) indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade;

m) conceder, negar, ou revogar o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena;

n) anular, no todo ou em parte, o processo da instrução criminal;

o) decidir sobre a unificação das penas;

p) decretar, ou não, a medida de segurança;

q) não receber a apelação ou recurso.

Recursos sem
efeito suspensivo

Parágrafo único. Esses recursos não terão efeito suspensivo, salvo os interpostos das decisões sobre matéria de competência, das que julgarem extinta a ação penal, ou decidirem pela concessão do livramento condicional.

Recurso
nos próprios autos

Art. 517. Subirão, sempre, nos próprios autos, os recursos a que se referem as letras a, b, d, e, i, j, m, n e p do artigo anterior.

Prazo
de interposição

Art. 518. Os recursos em sentido estrito serão interpostos no prazo de três dias, contados da data da intimação da decisão, ou da sua publicação ou leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores, por meio de requerimento em que se especificarão, se fôr o caso, as peças dos autos de que se pretenda traslado para instruir o recurso.

Prazo
para extração de
traslado

Parágrafo único. O traslado será extraído, conferido e concertado no prazo de dez dias, e dele constarão, sempre, a decisão recorrida e a

certidão de sua intimação, se por outra forma não fôr possível verificar-se a oportunidade do recurso.

Art. 519. Dentro em cinco dias, contados da vista dos autos, ou do dia em que, extraído o traslado, dêle tiver vista o recorrente, oferecerá êste as razões do recurso, sendo, em seguida, aberta vista ao recorrido, em igual prazo.

Prazo
para as razões

Parágrafo único. Se o recorrido fôr o réu, será intimado na pessoa de seu defensor.

Art. 520. Com a resposta do recorrido ou sem ela, o auditor ou o Conselho de Justiça, dentro em cinco dias, poderá reformar a decisão recorrida ou mandar juntar ao recurso o traslado das peças dos autos, que julgar convenientes para a sustentação dela.

Reforma
ou sustentação

Parágrafo único. Se reformada a decisão recorrida, poderá a parte prejudicada, por simples petição, recorrer da nova decisão, quando, por sua natureza, dela caiba recurso. Neste caso, os autos subirão imediatamente à instância superior, assinado o termo de recurso independentemente de novas razões.

Recurso da parte
prejudicada

Art. 521. Não sendo possível ao escrivão extrair o traslado no prazo legal, poderá o auditor prorrogá-lo até o dôbro.

Prorrogação
de prazo

Art. 522. O recurso será remetido ao Tribunal dentro em cinco dias, contados da sustentação da decisão.

Prazo para
a sustentação

Art. 523. Distribuído o recurso, irão os autos com vista ao procurador-geral, pelo prazo de oito dias, sendo, a seguir, conclusos ao relator que, no intervalo de duas sessões, o colocará em pauta para o julgamento.

Julgamento
na instância

Art. 524. Anunciado o julgamento, será feito o relatório, sendo facultado às partes usar da palavra pelo prazo de dez minutos. Discutida a matéria, proferirá o Tribunal a decisão final.

Decisão

Art. 525. Publicada a decisão do Tribunal, os autos baixarão à instância inferior para o cumprimento do acórdão.

Devolução para
cumprimento do
acórdão

CAPÍTULO III

DA APELAÇÃO

Admissibilidade
da apelação

Art. 526. Cabe apelação:

a) da sentença definitiva de condenação ou de absolvição:

b) de sentença definitiva ou com força de definitiva, nos casos não previstos no capítulo anterior.

Parágrafo único. Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

Recolhimento
à prisão

Art. 527. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão.

Recurso
sobrestado

Art. 528. Será sobrestado o recurso se, depois de haver apelado, fugir o réu da prisão.

Interposição
e prazo

Art. 529. A apelação será interposta por petição escrita, dentro do prazo de cinco dias, contados da data da intimação da sentença ou da sua leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores.

Revelia
e intimação

§ 1º O mesmo prazo será observado para a interposição do recurso de sentença condenatória de réu solto ou revel. A intimação da sentença só se fará, entretanto, depois de seu recolhimento à prisão.

Apelação sustada

§ 2º Se revel, solto ou foragido o réu, ficará sustado o seguimento da apelação do Ministério Público, sem prejuízo de sua interposição no prazo legal.

Os que podem
apelar

Art. 530. Só podem apelar o Ministério Público e o réu, ou seu defensor.

Razões. Prazo

Art. 531. Recebida a apelação, será aberta vista dos autos, sucessivamente, ao apelante e ao apelado pelo prazo de dez dias, a cada um, para oferecimento de razões.

§ 1º Se houver assistente, poderá este arrazoar, no prazo de três dias, após o Ministério Público.

§ 2º Quando forem dois ou mais os apelantes, ou apelados, os prazos serão comuns.

Art. 532. A apelação da sentença absolutória não obstará que o réu seja imediatamente pôsto em liberdade, salvo se a acusação versar sôbre crime a que a lei comina pena de reclusão, no máximo, por tempo igual ou superior a vinte anos, e não tiver sido unânime a sentença absolutória.

Efeitos da sentença absolutória

Art. 533. A apelação da sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo o disposto nos arts. 272, 527 e 606.

Sentença condenatória. Efeito suspensivo.

Art. 534. Findos os prazos para as razões, com ou sem elas, serão os autos remetidos ao Superior Tribunal Militar, no prazo de cinco dias, ainda que haja mais de um réu e não tenham sido, todos, julgados.

Subida dos autos à instância superior

Art. 535. Distribuída a apelação, irão os autos imediatamente com vista ao procurador-geral e, em seguida, passarão ao relator e ao revisor.

Distribuição da apelação

§ 1º O recurso será pôsto em pauta pelo relator, depois de restituídos os autos pelo revisor.

Processo a julgamento

§ 2º Anunciado o julgamento pelo presidente, fará o relator a exposição do feito e, depois de ouvido o revisor, concederá o presidente, pelo prazo de vinte minutos, a palavra aos advogados ou às partes que a solicitarem, e ao procurador-geral.

§ 3º Discutida a matéria pelo Tribunal, se não fôr ordenada alguma diligência, proferirá êle sua decisão.

§ 4º A decisão será tomada por maioria de votos; no caso de empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao réu.

§ 5º Se o Tribunal anular o processo, mandará submeter o réu a nôvo julgamento, reformados os têrmos invalidados.

§ 6º Será secreto o julgamento da apelação, quando o réu estiver solto.

Julgamento secreto

Art. 536. Se fôr condenatória a decisão do Tribunal, mandará o presidente comunicá-la

Comunicação de condenação

imediatamente ao auditor respectivo, a fim de que seja expedido mandado de prisão ou tomadas as medidas que, no caso, couberem.

Parágrafo único. No caso de absolvição, a comunicação será feita pela via mais rápida, devendo o auditor providenciar imediatamente a soltura do réu.

Intimação

Art. 537. O diretor-geral da Secretaria do Tribunal remeterá ao auditor cópia do acórdão condenatório para que ao réu, seu advogado ou curador, conforme o caso, sejam feitas as devidas intimações.

§ 1º Feita a intimação ao réu e ao seu advogado ou curador, será enviada ao diretor-geral da Secretaria, para juntada aos autos, a certidão da intimação passada pelo oficial de justiça ou por quem tiver sido encarregado da diligência.

§ 2º O procurador-geral terá ciência nos próprios autos.

CAPÍTULO IV**DOS EMBARGOS****Cabimento
e modalidade**

Art. 538. O Ministério Público e o réu poderão opor embargos de nulidade, infringentes do julgado e de declaração, às sentenças finais proferidas pelo Superior Tribunal Militar.

Inadmissibilidade

Art. 539. Não caberão embargos de acórdão unânime ou quando proferido em grau de embargos, salvo os de declaração, nos termos do art. 542.

Restrições

Parágrafo único. Se fôr unânime a condenação, mas houver divergência quanto à classificação do crime ou à quantidade ou natureza da pena, os embargos só serão admissíveis na parte em que não houve unanimidade.

Prazo

Art. 540. Os embargos serão oferecidos por petição dirigida ao presidente, dentro do prazo de cinco dias, contados da data da intimação do acórdão.

§ 1º Para os embargos, será designado nôvo relator.

§ 2º É permitido às partes oferecerem embargos independentemente de intimação do acórdão.

Art. 541. Os embargos de nulidade ou infringentes do julgado serão oferecidos juntamente com a petição, quando articulados, podendo ser acompanhados de documentos.

Art. 542. Nos embargos de declaração indicará a parte os pontos em que entende ser o acórdão ambíguo, obscuro, contraditório ou omissão.

Parágrafo único. O requerimento será apresentado ao Tribunal pelo relator e julgado na sessão seguinte à do seu recebimento.

Art. 543. Os embargos deverão ser apresentados na Secretaria do Tribunal ou no cartório da Auditoria onde foi feita a intimação.

Parágrafo único. Será em cartório a vista dos autos para oferecimento de embargos.

Art. 544. O auditor remeterá à Secretaria do Tribunal os embargos oferecidos, com a declaração da data do recebimento, e a cópia do acórdão com a intimação do réu e seu defensor.

Art. 545. Do despacho do relator que não receber os embargos terá ciência a parte, que, dentro em três dias, poderá requerer serem os autos postos em mesa, para confirmação ou reforma do despacho. Não terá voto o relator.

Art. 546. Recebidos os embargos, serão juntos, por termo, aos autos, e conclusos ao relator.

Art. 547. É de cinco dias o prazo para as partes impugnarem ou sustentarem os embargos.

Art. 548. O julgamento dos embargos obedecerá ao rito da apelação.

Art. 549. O réu condenado a pena privativa da liberdade não poderá embargar sem se recolher à prisão.

Dispensa
de intimação

Infringentes
e de nulidade

De declaração

Apresentação
dos embargos

Remessa
à Secretaria do
Tribunal

Medida contra o
despacho de não
recebimento

Juntada
aos autos

Prazo para
impugnação ou
sustentação

Marcha
do julgamento

Recolhimento
à prisão

CAPÍTULO V

DA REVISÃO

Cabimento	Art. 550. Caberá revisão dos processos findos em que tenha havido êrro quanto aos fatos, sua apreciação, avaliação e enquadramento.
Casos de revisão	Art. 551. A revisão dos processos findos será admitida: a) quando a sentença condenatória fôr contrária à evidência dos autos; b) quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; c) quando, após a sentença condenatória, se descobrirem novas provas que invalidem a condenação ou que determinem ou autorizem a diminuição da pena.
Não exigência de prazo	Art. 552. A revisão poderá ser requerida a qualquer tempo.
Reiteração do pedido. Condições.	Parágrafo único. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se baseado em novas provas ou novo fundamento.
Os que podem requerer revisão	Art. 553. A revisão poderá ser requerida pelo próprio condenado ou por seu procurador; ou, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
Competência	Art. 554. A revisão será processada e julgada pelo Superior Tribunal Militar, nos processos findos na Justiça Militar.
Processo de revisão	Art. 555. O pedido será dirigido ao presidente do Tribunal e, depois de autuado, distribuído a um relator e a um revisor, devendo funcionar como relator, de preferência, ministro que não tenha funcionado anteriormente como relator ou revisor. § 1º O requerimento será instruído com certidão de haver transitado em julgado a sentença condenatória e com as peças necessárias à comprovação dos fatos argüidos. § 2º O relator poderá determinar que se apensem os autos originais, se dessa providência não houver dificuldade à execução normal da sentença.

Art. 556. O procurador-geral terá vista do pedido.

Vista ao
procurador-geral

Art. 557. No julgamento da revisão serão observadas, no que fôr aplicável, as normas previstas para o julgamento da apelação.

Julgamento

Art. 558. Julgando procedente a revisão, poderá o Tribunal absolver o réu, alterar a classificação do crime, modificar a pena ou anular o processo.

Efeitos
do julgamento

Parágrafo único. Em hipótese alguma poderá ser agravada a pena imposta pela sentença revista.

Proibição
de agravamento
da pena

Art. 559. A absolvição implicará no restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude da condenação, devendo o Tribunal, se fôr o caso, impor a medida de segurança cabível.

Efeitos
da absolvição

Art. 560. À vista da certidão do acórdão que cassar ou modificar a decisão revista, o auditor providenciará o seu inteiro cumprimento.

Providência
do auditor

Art. 561. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa cuja condenação tiver de ser revista, o presidente nomeará curador para a defesa.

Curador nomeado
em caso de morte

Art. 562. Não haverá recurso contra a decisão proferida em grau de revisão.

Recurso.
Inadmissibilidade.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 563. Cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal:

Cabimento
do recurso

a) das sentenças proferidas pelo Superior Tribunal Militar, nos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, praticados por civil ou governador de Estado e seus secretários;

b) das decisões denegatórias de «habeas corpus»;

c) quando extraordinário.

CAPÍTULO VII

DO RECURSO NOS PROCESSOS CONTRA CIVIS
E GOVERNADORES DE ESTADO
E SEUS SECRETÁRIOS

Recurso ordinário	Art. 564. É ordinário o recurso a que se refere a letra a do art. 563.
Prazo para a interposição	Art. 565. O recurso será interposto por petição dirigida ao relator, no prazo de três dias, contados da intimação ou publicação do acórdão, em pública audiência, na presença das partes.
Prazo para as razões	Art. 566. Recebido o recurso pelo relator, o recorrente e, depois dêle, o recorrido, terão o prazo de cinco dias para oferecer razões.
Subida do recurso	Parágrafo único. Findo êsse prazo, subirão os autos ao Supremo Tribunal Federal.
Normas complementares	Art. 567. O Regimento Interno do Superior Tribunal Militar estabelecerá normas complementares para o processo do recurso.

CAPÍTULO VIII

DO RECURSO DAS DECISÕES DENEGATÓRIAS
DE "HABEAS CORPUS"

Recurso em caso de "habeas corpus"	Art. 568. O recurso da decisão denegatória de «habeas corpus» é ordinário e deverá ser interposto nos próprios autos em que houver sido lançada a decisão recorrida.
Subida ao Supremo Tribunal Federal	Art. 569. Os autos subirão ao Supremo Tribunal Federal logo depois de lavrado o termo de recurso, com os documentos que o recorrente juntar à sua petição, dentro do prazo de quinze dias, contado da intimação do despacho, e com os esclarecimentos que ao presidente do Superior Tribunal Militar ou ao procurador-geral parecerem convenientes.

CAPÍTULO IX

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Competência	Art. 570. Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal das decisões
-------------	--

proferidas em última ou única instância pelo Superior Tribunal Militar, nos casos previstos na Constituição.

Art. 571. O recurso extraordinário será interposto dentro em dez dias, contados da intimação da decisão recorrida ou da publicação das suas conclusões no órgão oficial.

Art. 572. O recurso será dirigido ao presidente do Superior Tribunal Militar.

Art. 573. Recebida a petição do recurso, publicar-se-á aviso de seu recebimento. A petição ficará na Secretaria do Tribunal à disposição do recorrido, que poderá examiná-la e impugnar o cabimento do recurso, dentro em três dias, contados da publicação do aviso.

Art. 574. Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, os autos serão conclusos ao presidente do Tribunal, tenha ou não havido impugnação, para que decida, no prazo de cinco dias, do cabimento do recurso.

Parágrafo único. A decisão que admitir, ou não, o recurso, será sempre motivada.

Art. 575. Admitido o recurso e intimado o recorrido, mandará o presidente do Tribunal abrir vista dos autos, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, para que cada um, no prazo de dez dias, apresente razões, por escrito.

Parágrafo único. Quando o recurso subir em traslado, dêste constará cópia da denúncia, do acórdão, ou da sentença, assim como das demais peças indicadas pelo recorrente, devendo ficar concluído dentro em sessenta dias.

Art. 576. O recurso considerar-se-á deserto se o recorrente não apresentar razões dentro do prazo.

Art. 577. Apresentadas as razões do recorrente, e findo o prazo para as do recorrido, os autos serão remetidos, dentro do prazo de quinze dias, à Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Art. 578. O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo.

Interposição

A quem deve ser dirigido

Aviso de seu recebimento e prazo para a impugnação

Decisão sobre o cabimento do recurso

Motivação

Prazo para a apresentação de razões

Traslado

Deserção

Subida do recurso

Efeito

**Agravo da decisão
denegatória**

Art. 579. Se o recurso extraordinário não fôr admitido, cabe agravo de instrumento da decisão denegatória.

**Cabimento
do mesmo recurso**

Art. 580. Cabe, igualmente, agravo de instrumento da decisão que, apesar de admitir o recurso extraordinário, obste a sua expedição ou seguimento.

**Requerimento
das peças do
agravo**

Art. 581. As peças do agravo, que o recorrente indicará, serão requeridas ao diretor-geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar, nas quarenta e oito horas seguintes à decisão que denegar o recurso extraordinário.

**Prazo para a
entrega**

Art. 582. O diretor-geral dará recibo da petição à parte, e, no prazo máximo de sessenta dias, fará a entrega das peças, devidamente conferidas e concertadas.

**Normas
complementares**

Art. 583. O Regimento Interno do Superior Tribunal Militar estabelecerá normas complementares para o processamento do agravo.

CAPÍTULO X

DA RECLAMAÇÃO

**Admissão
da reclamação**

Art. 584. O Superior Tribunal Militar poderá admitir reclamação do procurador-geral ou da defesa, a fim de preservar a integridade de sua competência ou assegurar a autoridade do seu julgado.

**Avocamento
do processo**

Art. 585. Ao Tribunal competirá, se necessário:

a) avocar o conhecimento do processo em que se verifique manifesta usurpação de sua competência, ou desrespeito de decisão que haja proferido;

b) determinar lhe sejam enviados os autos de recurso para êle interposto e cuja remessa esteja sendo indevidamente retardada.

**Sustentação
do pedido**

Art. 586. A reclamação, em qualquer dos casos previstos no artigo anterior, deverá ser instruída com prova documental dos requisitos para a sua admissão.

§ 1.º A reclamação, quando haja relator do processo principal, será a êste distribuída, incumbindo-lhe requisitar informações da autoridade, que as prestará dentro em quarenta e oito horas. Far-se-á a distribuição por sorteio, se não estiver em exercício o relator do processo principal.

§ 2.º Em face da prova, poderá ser ordenada a suspensão do curso do processo, ou a imediata remessa dos autos ao Tribunal.

§ 3.º Qualquer dos interessados poderá impugnar por escrito o pedido do reclamante.

§ 4.º Salvo quando por êle requerida, o procurador-geral será ouvido, no prazo de três dias, sobre a reclamação.

Art. 587. A reclamação será incluída na pauta da primeira sessão do Tribunal que se realizar após a devolução dos autos, pelo relator, à Secretaria.

Parágrafo único. O presidente do Tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se depois o respectivo acórdão.

Distribuição

Suspensão
ou remessa dos
autos

Impugnação pelo
interessado

Audiência
do
procurador-geral

Inclusão em
pauta

Cumprimento
imediato

LIVRO IV

Da Execução

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 588. A execução da sentença compete ao auditor da Auditoria por onde correu o processo, ou, nos casos de competência originária do Superior Tribunal Militar, ao seu presidente.

Art. 589. Será integralmente levado em conta, no cumprimento da pena, o tempo de prisão provisória, salvo o disposto no art. 268.

Art. 590. Todos os incidentes da execução serão decididos pelo auditor, ou pelo presidente do Superior Tribunal Militar, se fôr o caso.

Competência

Tempo de prisão

Incidentes
da execução

Apelação de réu
que já sofreu
prisão

Art. 591. Verificando nos processos pen-
dentes de apelação, unicamente interposta pelo
réu, que este já sofreu prisão por tempo igual
ao da pena a que foi condenado, mandará o re-
lator pô-lo imediatamente em liberdade.

Quando se torna
execúvel

Art. 592. Sòmente depois de passada em
julgado, será exeqüível a sentença.

Comunicação

Art. 593. O presidente, no caso de sen-
tença proferida originariamente pelo Tribunal,
e o auditor, nos demais casos, comunicarão à
autoridade, sob cujas ordens estiver o réu, a sen-
tença definitiva, logo que transite em julgado.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

Carta de guia

Art. 594. Transitando em julgado a sen-
tença que impuser pena privativa da liberdade,
se o réu já estiver prêso ou vier a ser prêso, o au-
ditor ordenará a expedição da carta de guia, para
o cumprimento da pena.

Formalidades

Art. 595. A carta de guia, extraída pelo
escrivão e assinada pelo auditor, que rubricará
tôdas as fôlhas, será remetida para a execução
da sentença:

a) ao comandante ou autoridade corres-
pondente da unidade ou estabelecimento militar
em que tenha de ser cumprida a pena, se esta não
ultrapassar de dois anos, imposta a militar ou
assemelhado;

b) ao diretor da penitenciária em que te-
nha de ser cumprida a pena, quando superior a
dois anos, imposta a militar ou assemelhado ou
a civil.

Conteúdo

Art. 596. A carta de guia deverá conter:

a) o nome do condenado, naturalidade,
filiação, idade, estado civil, profissão, pôsto ou
graduação;

b) a data do início e da terminação da
pena;

c) o teor da sentença condenatória.

Art. 597. Expedida a carta de guia para o cumprimento da pena, se o réu estiver cumprindo outra, só depois de terminada a execução desta será aquela executada. Retificar-se-á a carta de guia sempre que sobrevenha modificação quanto ao início ou ao tempo de duração da pena.

Início
do cumprimento

Art. 598. Remeter-se-ão ao Conselho Penitenciário cópia da carta de guia e de seus aditamentos, quando o réu tiver de cumprir pena em estabelecimento civil.

Conselho
Penitenciário

Art. 599. Se impostas cumulativamente penas privativas da liberdade, será executada primeiro a de reclusão e depois a de detenção.

Execução quando
impostas penas
de reclusão e de
detenção

Art. 600. O condenado a que sobrevier doença mental, verificada por perícia médica, será internado em manicômio judiciário ou, à falta, em outro estabelecimento adequado, onde lhe sejam assegurados tratamento e custódia.

Internação por
doença mental

Parágrafo único. No caso de urgência, o comandante ou autoridade correspondente, ou o diretor do presídio, poderá determinar a remoção do sentenciado, comunicando imediatamente a providência ao auditor, que, tendo em vista o laudo médico, ratificará ou revogará a medida.

Art. 601. A autoridade militar ou o diretor do presídio comunicará imediatamente ao auditor a fuga, a soltura ou o óbito do condenado.

Fuga ou óbito
do condenado

Parágrafo único. A certidão de óbito acompanhará a comunicação.

Art. 602. A recaptura do condenado evadido não depende de ordem judicial, podendo ser efetuada por qualquer pessoa.

Recaptura

Art. 603. Cumprida ou extinta a pena, o condenado será pôsto imediatamente em liberdade, mediante alvará do auditor, no qual se ressaltará a hipótese de dever o sentenciado continuar na prisão, caso haja outro motivo legal.

Cumprimento
da pena

Parágrafo único. Se houver sido imposta medida de segurança detentiva, irá o condenado para estabelecimento adequado.

Medida
de segurança

CAPÍTULO III

DAS PENAS PRINCIPAIS NÃO PRIVATIVAS
DA LIBERDADE E DAS ACESSÓRIAS

Comunicação

Art. 604. O auditor dará à autoridade administrativa competente conhecimento da sentença transitada em julgado, que impuser a pena de reforma ou suspensão do exercício do pôsto, graduação, cargo ou função, ou de que resultar a perda de pôsto, patente ou função, ou a exclusão das forças armadas.

Inclusão na folha
de antecedentes e
rol dos culpados

Parágrafo único. As penas acessórias também serão comunicadas à autoridade administrativa militar ou civil, e figurarão na folha de antecedentes do condenado, sendo mencionadas, igualmente, no rol dos culpados.

Comunicação
complementar

Art. 605. Iniciada a execução das interdições temporárias, o auditor, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do condenado, fará as devidas comunicações do seu termo final, em complemento às providências determinadas no artigo anterior.

TÍTULO II

DOS INCIDENTES DA EXECUÇÃO

CAPÍTULO I

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

Competência e
condições para
a concessão do
benefício

Art. 606. O Conselho de Justiça, o auditor ou o Tribunal poderá suspender a execução da pena de detenção não superior a dois anos, ou, no caso de reclusão por igual prazo, se o réu era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta, desde que:

a) não tenha o réu sofrido condenação anterior por crime revelador de má índole;

b) os antecedentes e personalidade, os motivos e circunstâncias do seu crime, bem como sua conduta posterior a êste, indicativa de arrependimento ou de sincero desejo de reparação do

dano, autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Parágrafo único. A suspensão não se estende às penas de reforma, suspensão do exercício do pôsto, graduação ou função, ou à pena acessória, nem exclui a medida de segurança não detentiva.

Restrições

Art. 607. O Conselho de Justiça ou o Tribunal, na sentença condenatória, deverá pronunciar-se sobre a suspensão condicional da pena, concedendo-a ou denegando-a, e dando, em qualquer caso, os motivos da decisão.

Pronunciamento

Art. 608. No caso de concessão do benefício, a sentença estabelecerá as condições e regras a que ficará sujeito o condenado durante o prazo fixado, começando êste a correr da audiência em que fôr dado conhecimento da sentença ao beneficiário.

Condições e regras impostas ao beneficiário

Art. 609. Em caso de co-autoria, a suspensão poderá ser concedida a uns e negada a outros.

Co-autoria

Art. 610. O auditor, em audiência previamente marcada, lerá ao réu a sentença que concedeu a suspensão da pena, advertindo-o das consequências de nova infração penal e da transgressão das obrigações impostas.

Leitura da sentença

Art. 611. Quando a suspensão da pena fôr concedida pelo Tribunal, a êste competirá estabelecer-lhe as condições, cabendo ao relator do acórdão presidir à audiência.

Estabelecimento de condição pelo Tribunal

Art. 612. Se, intimado pessoalmente ou por edital, com o prazo de dez dias, não comparecer o réu à audiência, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena, salvo prova de justo impedimento, caso em que será marcada nova audiência.

Suspensão sem efeito por ausência do réu

Art. 613. A suspensão também ficará sem efeito se, em virtude de recurso interposto pelo Ministério Público, fôr aumentada a pena, de modo que exclua a concessão do benefício.

Suspensão sem efeito em virtude de recurso

Art. 614. A medida será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário:

Revogação

a) fôr condenado, na justiça militar ou na comum, em razão de crime, ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa da liberdade;

b) não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano;

c) sendo militar, fôr punido por transgressão disciplinar considerada grave;

d) se deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.

Revogação facultativa

§ 1º Quando facultativa a revogação da medida, o juiz pode, ao invés de decretá-la, prorrogar o período de prova até o máximo, se este não foi o fixado.

Declaração de prorrogação

§ 2º Se o beneficiário estiver respondendo a processo, que, no caso de condenação, poderá acarretar a revogação, o juiz declarará, por despacho, a prorrogação do prazo da suspensão até o julgamento definitivo, fazendo as comunicações necessárias, nesse sentido.

Extinção da pena

Art. 615. Expirado o prazo da suspensão, ou da prorrogação, sem que tenha havido motivo de revogação, a pena privativa da liberdade será declarada extinta.

Averbação

Art. 616. A condenação será inscrita, com a nota de suspensão, em livro especial do Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere, civil ou militar, averbando-se, mediante comunicação do auditor ou do Tribunal, a revogação da suspensão ou a extinção da pena. Em caso de revogação, será feita averbação definitiva no Registro Geral.

§ 1º O registro será secreto, salvo para efeito de informações requisitadas por autoridade judiciária, em caso de novo processo.

§ 2º Não se aplicará o disposto no § 1º quando houver sido imposta, ou resultar de condenação, pena acessória consistente em interdição de direitos.

Crimes que impedem a medida

Art. 617. A suspensão condicional da pena não se aplica:

I — em tempo de guerra;

II — em tempo de paz:

a) por crime contra a segurança nacional, de aliciação e incitamento, de violência contra superior, oficial de serviço, sentinela, vigia ou plantão, de desrespeito a superior e desacato, de insubordinação, insubmissão ou de deserção;

b) pelos crimes previstos nos arts. 160, 161, 162, 235, 291 e parágrafo único, n.ºs I a IV, do Código Penal Militar.

CAPÍTULO II

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

Art. 618. O condenado a pena de reclusão ou detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que:

Condições para a obtenção do livramento condicional

I — tenha cumprido:

- a) a metade da pena, se primário;
- b) dois terços, se reincidente;

II — tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pelo crime;

III — sua boa conduta durante a execução da pena, sua adaptação ao trabalho e às circunstâncias atinentes à sua personalidade, ao meio social e à sua vida pregressa permitam supor que não voltará a delinquir.

§ 1º No caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena unificada.

Atenção à pena unificada

§ 2º Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço.

Redução do tempo

Art. 619. O livramento condicional poderá ser concedido mediante requerimento do sentenciado, de seu cônjuge ou parente em linha reta, ou por proposta do diretor do estabelecimento penal, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário, ou órgão equivalente, incumbindo a decisão ao auditor, ou ao Tribunal se a sentença houver sido proferida em única instância.

Os que podem requerer a medida

§ 1º A decisão será fundamentada.

§ 2º São indispensáveis a audiência prévia do Ministério Público e a do Conselho Penitenciário, ou órgão equivalente, se dêste não fôr a iniciativa.

Verificação
das condições

Art. 620. As condições de admissibilidade, conveniência e oportunidade da concessão da medida serão verificadas em cada caso pelo Conselho Penitenciário ou órgão equivalente, a cujo parecer não ficará, entretanto, adstrito o juiz ou tribunal.

Relatório
do diretor do
presídio

Art. 621. O diretor do estabelecimento penal remeterá ao Conselho Penitenciário minucioso relatório sobre:

a) o caráter do sentenciado, tendo em vista os seus antecedentes e a sua conduta na prisão;

b) a sua aplicação ao trabalho, trato com os companheiros e grau de instrução e aptidão profissional;

c) a sua situação financeira e propósitos quanto ao futuro.

Prazo para
a remessa do
relatório

Parágrafo único. O relatório será remetido, dentro em vinte dias, com o prontuário do sentenciado. Na falta dêste, o Conselho opinará livremente, comunicando à autoridade competente a omissão do diretor da prisão.

Medida de segurança
detentiva.
Exame para comprovar
a cessação da periculosidade.

Art. 622. Se tiver sido imposta medida de segurança detentiva, não poderá ser concedido o livramento, sem que se verifique, mediante exame das condições do sentenciado, a cessação da periculosidade.

Exame mental no
caso de medida
de segurança
detentiva

Parágrafo único. Se consistir a medida de segurança na internação em casa de custódia e tratamento, proceder-se-á a exame mental do sentenciado.

Petição
ou proposta de
livramento

Art. 623. A petição ou proposta de livramento será remetida ao auditor ou ao Tribunal pelo Conselho Penitenciário, com a cópia do respectivo parecer e do relatório do diretor da prisão.

Remessa ao juiz
do processo

§ 1º Para emitir parecer, poderá o Conselho Penitenciário requisitar os autos do processo.

§ 2º O juiz ou o Tribunal mandará juntar a petição ou a proposta com os documentos que acompanharem os autos do processo, e proferirá a decisão, depois de ouvido o Ministério Público.

Art. 624. Na ausência de qualquer das condições previstas no art. 618, será liminarmente indeferido o pedido.

**Indeferimento
"in limine"**

Art. 625. Sendo deferido o pedido, a decisão especificará as condições a que ficará subordinado o livramento.

**Especificação
das condições**

Art. 626. Serão normas obrigatórias impostas ao sentenciado que obtiver o livramento condicional:

Normas obrigatórias para obtenção do livramento

a) tomar ocupação, dentro de prazo razoável, se fôr apto para o trabalho;

b) não se ausentar do território da jurisdição do juiz, sem prévia autorização;

c) não portar armas ofensivas ou instrumentos capazes de ofender;

d) não freqüentar casas de bebidas alcoólicas ou de tavolagem;

e) não mudar de habitação, sem aviso prévio à autoridade competente.

Art. 627. Se fôr permitido ao liberado residir fora da jurisdição do juiz da execução, será remetida cópia da sentença à autoridade judiciária do local para onde se houver transferido, ou ao patronato oficial, ou órgão equivalente.

Residência do liberado fora da jurisdição do juiz da execução

Parágrafo único. Na falta de patronato oficial ou órgão equivalente, ou de particular, dirigido ou inspecionado pelo Conselho Penitenciário, ficará o liberado sob observação cautelar realizada por serviço social penitenciário ou órgão similar.

Vigilância da autoridade policial

Art. 628. Salvo em caso de insolvência, o liberado ficará sujeito ao pagamento de custas e taxas penitenciárias.

Pagamento de custas e taxas

Art. 629. Concedido o livramento, será expedida carta de guia com a cópia de sentença em duas vias, remetendo-se uma ao diretor da prisão e a outra ao Conselho Penitenciário, ou órgão equivalente.

Carta de guia

Art. 630. A vigilância dos órgãos dela incumbidos, exercer-se-á para o fim de:

Finalidade da vigilância

a) proibir ao liberado a residência, estada ou passagem nos locais indicados na sentença;

b) permitir visitas e buscas necessárias à verificação do procedimento do liberado;

c) deter o liberado que transgredir as condições estabelecidas na sentença, comunicando o fato não só ao Conselho Penitenciário, como também ao juiz da execução, que manterá, ou não, a detenção.

Transgressão das condições impostas ao liberado

Parágrafo único. Se o liberado transgredir as condições que lhe foram impostas na sentença, poderá o Conselho Penitenciário representar ao auditor, ou ao Conselho de Justiça, ou ao Tribunal, para o efeito de ser revogado o livramento.

Revogação da medida por condenação durante a sua vigência

Art. 631. Se por crime ou contravenção penal vier o liberado a ser condenado a pena privativa da liberdade, por sentença irrecorrível, será revogado o livramento condicional.

Revogação por outros motivos

Art. 632. Poderá também ser revogado o livramento se o liberado:

a) deixar de cumprir quaisquer das obrigações constantes da sentença;

b) fôr irrecorrivelmente condenado, por motivo de contravenção penal, embora a pena não seja privativa da liberdade;

c) sofrer, se militar, punição por transgressão disciplinar considerada grave.

Nôvo livramento. Soma do tempo de infrações.

Art. 633. Se o livramento fôr revogado por motivo de infração penal anterior à sua vigência, computar-se-á no tempo da pena o período em que esteve sôlto, sendo permitida, para a concessão do nôvo livramento, a soma do tempo das duas penas.

Tempo em que esteve sôlto o liberado

Art. 634. No caso de revogação por outro motivo, não se computará na pena o tempo em que esteve sôlto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, nôvo livramento.

Órgãos e autoridades que podem requerer a revogação

Art. 635. A revogação será decretada a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do Conselho Penitenciário, ou dos patronatos oficiais, ou do órgão a que incumbir a vigilância, ou de ofício, podendo ser ouvido antes

o liberado e feitas diligências, permitida a produção de provas, no prazo de cinco dias, sem prejuízo do disposto no art. 630, letra c.

Art. 636. O auditor ou o Tribunal, a requerimento do Ministério Público ou do Conselho Penitenciário, dos patronatos ou órgão de vigilância, poderá modificar as normas de conduta impostas na sentença, devendo a respectiva decisão ser lida ao liberado por uma das autoridades ou um dos funcionários indicados no art. 639, letra a, com a observância do disposto nas letras b e c, e §§ 1º e 2º do mesmo artigo.

**Modificação
das condições
impostas**

Art. 637. Praticando o liberado nova infração, o auditor ou o Tribunal poderá ordenar a sua prisão, ouvido o Conselho Penitenciário, ficando suspenso o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, dependerá da decisão final do novo processo.

**Processo
no curso do
livramento**

Art. 638. O juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, do Ministério Público ou do Conselho Penitenciário, julgará extinta a pena privativa da liberdade, se expirar o prazo do livramento sem revogação ou, na hipótese do artigo anterior, fôr o liberado absolvido por sentença irrecorrível.

**Extinção
de pena**

Art. 639. A cerimônia do livramento condicional será realizada solenemente, em dia marcado pela autoridade que deva presidi-la, observando-se o seguinte:

**Cerimônia
do livramento**

a) a sentença será lida ao liberando, na presença dos demais presos, salvo motivo relevante, pelo presidente do Conselho Penitenciário, ou por quem o represente junto ao estabelecimento penal, ou na falta, pela autoridade judiciária local;

b) o diretor do estabelecimento penal chamará a atenção do liberando para as condições impostas na sentença que concedeu o livramento;

c) o priso deverá, a seguir, declarar se aceita as condições.

§ 1º De tudo se lavrará termo em livro próprio, subscrito por quem presidir a cerimônia, e pelo liberando, ou alguém a rogo, se não souber ou não puder escrever.

Caderneta e conteúdo para o fim de a exhibir às autoridades

§ 2º Dêse termo se enviará cópia à Auditoria por onde correu o processo, ou ao Tribunal.

Art. 640. Ao deixar a prisão, receberá o liberado, além do saldo do seu pecúlio e do que lhe pertencer, uma caderneta que exhibirá à autoridade judiciária ou administrativa, sempre que lhe fôr exigido.

Conteúdo da caderneta

Art. 641. A caderneta conterá:

- a) a reprodução da ficha de identidade, com o retrato do liberado, sua qualificação e sinais característicos;
- b) o texto impresso ou datilografado dos artigos do presente capítulo;
- c) as condições impostas ao liberado.

Salvo-conduto

Parágrafo único. Na falta da caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, de que constem as condições do livramento, podendo substituir-se a ficha de identidade e o retrato do liberado pela descrição dos sinais que o identifiquem.

Crimes que excluem o livramento condicional

Art. 642. Não se aplica o livramento condicional ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.

Casos especiais

Parágrafo único. Em tempo de paz, pelos crimes referidos no art. 97 do Código Penal Militar, o livramento condicional só será concedido após o cumprimento de dois terços da pena, observado ainda o disposto no art. 618, ns. I, letra c, II e III, e §§ 1º e 2º.

TÍTULO III

DO INDULTO, DA COMUTAÇÃO DA PENA, DA ANISTIA E DA REABILITAÇÃO

CAPÍTULO I

DO INDULTO, DA COMUTAÇÃO DA PENA E DA ANISTIA

Requerimento

Art. 643. O indulto e a comutação da pena são concedidos pelo presidente da República e poderão ser requeridos pelo condenado ou, se

não souber escrever, por procurador ou pessoa a seu rôgo.

Art. 644. A petição será remetida ao ministro da Justiça, por intermédio do Conselho Penitenciário, se o condenado estiver cumprindo pena em penitenciária civil.

**Caso de remessa
ao ministro da
Justiça**

Art. 645. O Conselho Penitenciário, à vista dos autos do processo, e depois de ouvir o diretor do estabelecimento penal a que estiver recolhido o condenado, fará, em relatório, a narração do fato criminoso, apreciará as provas, apontará qualquer formalidade ou circunstância omitida na petição e exporá os antecedentes do condenado, bem como seu procedimento durante a prisão, opinando, a final, sobre o mérito do pedido.

**Audiência
do Conselho
Penitenciário**

Art. 646. Em se tratando de condenado militar ou assemelhado, recolhido a presídio militar, a petição será encaminhada ao Ministério a que pertencer o condenado, por intermédio do comandante, ou autoridade equivalente, sob cuja administração estiver o presídio.

**Condenado mili-
tar. Encaminha-
mento do pedido.**

Parágrafo único. A autoridade militar que encaminhar o pedido fará o relatório de que trata o art. 645.

**Relatório da au-
toridade militar**

Art. 647. Se o presidente da República decidir, de iniciativa própria, conceder o indulto ou comutar a pena, ouvirá, antes, o Conselho Penitenciário ou a autoridade militar a que se refere o art. 646.

**Faculdade
do Presidente da
República de con-
ceder espontânea-
mente o indulto
e a comutação**

Art. 648. Concedido o indulto ou comutada a pena, o juiz de ofício, ou por iniciativa do interessado ou do Ministério Público, mandará juntar aos autos a cópia do decreto, a cujos termos ajustará a execução da pena, para modificá-la, ou declarar a extinção da punibilidade.

**Modificação da
pena ou extinção
da punibilidade**

Art. 649. O condenado poderá recusar o indulto ou a comutação da pena.

Recusa

Art. 650. Concedida a anistia, após transitar em julgado a sentença condenatória, o auditor, de ofício, ou por iniciativa do interessado ou do Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

**Extinção
da punibilidade
pela anistia**

CAPÍTULO II

DA REABILITAÇÃO

**Requerimentos
e requisitos**

Art. 651. A reabilitação poderá ser requerida ao Auditor da Auditoria por onde correu o processo, após cinco anos contados do dia em que fôr extinta, de qualquer modo, a pena principal ou terminar sua execução, ou do dia em que findar o prazo de suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, desde que o condenado tenha tido, durante aquêlê prazo, domicílio no País.

Parágrafo único. Os prazos para o pedido serão contados em dôbro no caso de criminoso habitual ou por tendência.

**Instrução
do requerimento**

Art. 652. O requerimento será instruído com:

a) certidões comprobatórias de não ter o requerente respondido, nem estar respondendo a processo, em qualquer dos lugares em que houver residido durante o prazo a que se refere o artigo anterior;

b) atestados de autoridades policiais ou outros documentos que comprovem ter residido nos lugares indicados, e mantido, efetivamente, durante êsse tempo, bom comportamento público e privado;

c) atestados de bom comportamento fornecidos por pessoas a cujo serviço tenha estado;

d) prova de haver ressarcido o dano causado pelo crime ou da absoluta impossibilidade de o fazer até o dia do pedido, ou documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

**Ordenação
de diligências**

Art. 653. O auditor poderá ordenar as diligências necessárias para a apreciação do pedido, cercando-as do sigilo possível e ouvindo, antes da decisão, o Ministério Público.

**Recurso
de officio**

Art. 654. Haverá recurso de officio da decisão que conceder a reabilitação.

Art. 655. A reabilitação, depois da sentença irrecorrível, será comunicada ao Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere.

Comunicação
ao Instituto de
Identificação e
Estatística

Art. 656. A condenação ou condenações anteriores não serão mencionadas na fôlha de antecedentes do reabilitado, nem em certidão extraída dos livros do juízo, salvo quando requisitadas por autoridade judiciária criminal.

Menção proibida
de condenação

Art. 657. Indeferido o pedido de reabilitação, não poderá o condenado renová-lo, senão após o decurso de dois anos, salvo se o indeferimento houver resultado de falta ou insuficiência de documentos.

Renovação
do pedido de
reabilitação

Art. 658. A revogação da reabilitação será decretada pelo auditor, de ofício ou a requerimento do interessado, ou do Ministério Público, se a pessoa reabilitada fôr condenada, por decisão definitiva, ao cumprimento de pena privativa da liberdade.

Revogação
da reabilitação

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Art. 659. Durante a execução da pena ou durante o tempo em que a ela se furtar o condenado, poderá ser imposta medida de segurança, se não a houver decretado a sentença, e fatos anteriores, não apreciados no julgamento, ou fatos subseqüentes, demonstrarem a sua periculosidade.

Aplicação das
medidas de seguran-
ça durante a
execução da pena

Art. 660. Ainda depois de transitar em julgado a sentença absolutória, poderá ser imposta medida de segurança, enquanto não decorrer tempo equivalente ao de sua duração mínima, ao agente absolvido no caso do art. 48 do Código Penal Militar, ou a que a lei, por outro modo, presuma perigoso.

Imposição da me-
dida ao agente
isento de pena,
ou perigoso

Art. 661. A aplicação da medida de segurança, nos casos previstos neste capítulo, incumbirá ao juiz da execução e poderá ser decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

Aplicação pelo
juiz

Fatos
indicativos de
periculosidade

Parágrafo único. O diretor do estabelecimento que tiver ciência de fatos indicativos de periculosidade do condenado a quem não tiver sido imposta medida de segurança, deverá logo comunicá-los ao juiz da execução.

Diligências

Art. 662. Depois de proceder às diligências que julgar necessárias, o juiz ouvirá o Ministério Público e o condenado, concedendo a cada um o prazo de três dias para alegações.

§ 1º Será dado defensor ao condenado que o requerer.

§ 2º Se o condenado estiver foragido, o juiz ordenará as diligências que julgar convenientes, ouvido o Ministério Público, que poderá apresentar provas dentro do prazo que lhe fôr concedido.

§ 3º Findos os prazos concedidos ao condenado e ao Ministério Público, o juiz proferirá a sua decisão.

Tempo
da internação

Art. 663. A internação, no caso previsto no art. 112 do Código Penal Militar, é por tempo indeterminado, perdurando enquanto não fôr averiguada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade do internado.

Perícia médica

§ 1º A perícia médica é realizada no prazo mínimo fixado à internação e, não sendo esta revogada, deve ser repetida de ano em ano.

§ 2º A desinternação é sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o indivíduo, dentro do decurso de um ano, vier a praticar fato indicativo de persistência da periculosidade.

Internação
de indivíduos em
estabelecimentos
adequados

Art. 664. Os condenados que se enquadrem no parágrafo único do art. 48 do Código Penal Militar, bem como os que forem reconhecidos como ébrios habituais ou toxicômanos, recolhidos a qualquer dos estabelecimentos a que se refere o art. 113 do referido Código, não serão transferidos para a prisão, se sobrevier a cura.

Nôvo
exame mental

Art. 665. O juiz, no caso do art. 661, ouvirá o curador já nomeado ou que venha a nomear, podendo mandar submeter o paciente a nôvo exame mental, internando-o, desde logo, em estabelecimento adequado.

Art. 666. O trabalho nos estabelecimentos referidos no art. 113 do Código Penal Militar será educativo e remunerado, de modo a assegurar ao internado meios de subsistência, quando cessar a internação.

Art. 667. O exílio local consiste na proibição ao condenado de residir ou permanecer, durante um ano, pelo menos, na comarca, município ou localidade em que o crime foi praticado.

Parágrafo único. Para a execução dessa medida, o juiz comunicará sua decisão à autoridade policial do lugar ou dos lugares onde o exilado está proibido de permanecer ou residir.

Art. 668. A proibição de frequentar determinados lugares será também comunicada à autoridade policial, para a devida vigilância.

Art. 669. A medida de fechamento de estabelecimento ou interdição de associação será executada pela autoridade policial, mediante mandado judicial.

Art. 670. O transgressor de qualquer das medidas de segurança a que se referem os arts. 667, 668 e 669, será responsabilizado por crime de desobediência contra a administração da Justiça Militar, devendo o juiz, logo que a autoridade policial lhe faça a devida comunicação, mandá-la juntar aos autos, e dar vista ao Ministério Público, para os fins de direito.

Art. 671. A cessação, ou não, da periculosidade é verificada ao fim do prazo mínimo da duração da medida de segurança, pelo exame das condições da pessoa a que tiver sido imposta, observando-se o seguinte:

a) o diretor do estabelecimento de internação ou a autoridade incumbida da vigilância, até um mês antes de expirado o prazo da duração mínima da medida, se não fôr inferior a um ano, ou a quinze dias, nos outros casos, remeterá ao juiz da execução minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a cessação ou permanência da medida;

b) se o indivíduo estiver internado em manicomio judiciário ou em qualquer dos estabelecimen-

**Regime
dos internados**

Exílio local

Comunicação

**Proibição
de frequentar
determinados
lugares**

**Fechamento
de
estabelecimentos
e interdição de
associações**

**Transgressão
das medidas de
segurança**

**Cessaçã
da periculosidade.
Verificação.**

Relatório

**Acompanhamento
do laudo**

tos a que se refere o art. 113 do Código Penal Militar, o relatório será acompanhado do laudo de exame pericial, feito por dois médicos designados pelo diretor do estabelecimento;

**Conveniência
ou revogação da
medida**

c) o diretor do estabelecimento de internação, ou a autoridade policial, deverá, no relatório, concluir pela conveniência, ou não, da revogação da medida de segurança;

**Ordenação
de diligências**

d) se a medida de segurança fôr de exílio local, ou proibição de freqüentar determinados lugares, o juiz da execução, até um mês ou quinze dias antes de expirado o prazo mínimo de duração, ordenará as diligências necessárias, para verificar se desapareceram as causas da aplicação da medida;

**Audiência
das partes**

e) junto aos autos o relatório, ou realizadas as diligências, serão ouvidos, sucessivamente, o Ministério Público e o curador ou defensor, no prazo de três dias;

**Ordenação de no-
vas diligências**

f) o juiz, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências, ainda que expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

Decisão e prazo

g) ouvidas as partes ou realizadas as diligências a que se refere o parágrafo anterior, será proferida a decisão no prazo de cinco dias.

**Revogação
da licença para
direção de veículo**

Art. 672. A interdição prevista no art. 115 do Código Penal Militar poderá ser revogada antes de expirado o prazo estabelecido, se fôr averiguada a cessação do perigo condicionante da sua aplicação; se, porém, o perigo persiste ao término do prazo, será êste prorrogado enquanto não cessar aquêle.

Confisco

Art. 673. O confisco de instrumentos e produtos do crime, no caso previsto no art. 119 do Código Penal Militar, será decretado no despacho de arquivamento do inquérito.

**Restrições
quanto aos mili-
tares**

Art. 674. Aos militares ou assemelhados, que não hajam perdido essa qualidade, sòmente são aplicáveis as medidas de segurança previstas nos casos dos arts. 112 e 115 do Código Penal Militar.

LIVRO V

TÍTULO ÚNICO

DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

CAPÍTULO I

DO PROCESSO

Art. 675. Os autos do inquérito, do flagrante, ou documentos relativos ao crime serão remetidos à Auditoria, pela autoridade militar competente.

**Remessa
do inquérito à
Justiça**

§ 1º O prazo para a conclusão do inquérito é de cinco dias, podendo, por motivo excepcional, ser prorrogado por mais três dias.

§ 2º Nos casos de violência praticada contra inferior para compeli-lo ao cumprimento do dever legal ou em repulsa a agressão, os autos do inquérito serão remetidos diretamente ao Conselho Superior, que determinará o arquivamento, se o fato estiver justificado; ou, em caso contrário, a instauração de processo.

Art. 676. Recebidos os autos do inquérito, do flagrante, ou documentos, o auditor dará vista imediata ao procurador que, dentro em vinte e quatro horas, oferecerá a denúncia, contendo:

**Oferecimento
da denúncia o
seu conteúdo e
regras**

a) o nome do acusado e sua qualificação;
b) a exposição sucinta dos fatos;
c) a classificação do crime;
d) a indicação das circunstâncias agravantes expressamente previstas na lei penal e a de todos os fatos e circunstâncias que devam influir na fixação da pena;

e) a indicação de duas a quatro testemunhas.

Parágrafo único. Será dispensado o rol de testemunhas, se a denúncia se fundar em prova documental.

Art. 677. Recebida a denúncia, mandará o auditor citar incontinenti o acusado e intimar as testemunhas, nomeando-lhe defensor o advogado de ofício, que terá vista dos autos em cartório,

**Recebimento
da denúncia e
citação**

pelo prazo de vinte e quatro horas, podendo, dentro dêsse prazo, oferecer defesa escrita e juntar documentos.

Parágrafo único. O acusado poderá dispensar a assistência de advogado, se estiver em condições de fazer sua defesa.

**Julgamento
à revelia**

Art. 678. O réu prêso será requisitado, devendo ser processado e julgado à revelia, independentemente de citação, se se ausentar sem permissão.

**Instrução
criminal**

Art. 679. Na audiência de instrução criminal, que será iniciada vinte e quatro horas após a citação, qualificação e interrogatório do acusado, proceder-se-á à inquirição das testemunhas de acusação, pela forma prescrita neste Código.

§ 1º Em seguida, serão ouvidas até duas testemunhas de defesa, se apresentadas no ato.

§ 2º As testemunhas de defesa que forem militares poderão ser requisitadas, se o acusado o requerer, e fôr possível o seu comparecimento em juízo.

§ 3º Será na presença do escrivão a vista dos autos às partes, para alegações escritas.

**Dispensa
de
comparecimento
do réu**

Art. 680. É dispensado o comparecimento do acusado à audiência de julgamento, se assim o desejar.

**Questões
preliminares**

Art. 681. As questões preliminares ou incidentes, que forem suscitadas, serão resolvidas, conforme o caso, pelo auditor ou pelo Conselho de Justiça.

**Rejeição
da denúncia**

Art. 682. Se o procurador não oferecer denúncia, ou se esta fôr rejeitada, os autos serão remetidos ao Conselho Superior de Justiça Militar, que decidirá de forma definitiva a respeito do oferecimento.

**Julgamento
de praça ou civil**

Art. 683. Sendo praça ou civil o acusado, o auditor procederá ao julgamento em outra audiência, dentro em quarenta e oito horas. O procurador e o defensor terão, cada um, vinte minutos, para fazer oralmente suas alegações.

Parágrafo único. Após os debates orais, o auditor lavrará a sentença, dela mandando intimar o procurador e o réu, ou seu defensor.

Art. 684. No processo a que responder oficial até o posto de tenente-coronel, inclusive, proceder-se-á ao julgamento pelo Conselho de Justiça, no mesmo dia da sua instalação.

**Julgamento
de oficiais**

Parágrafo único. Prestado o compromisso pelos juizes nomeados, serão lidas pelo escrivão as peças essenciais do processo e, após os debates orais, que não excederão o prazo fixado pelo artigo anterior, passará o Conselho a deliberar em sessão secreta, devendo a sentença ser lavrada dentro do prazo de vinte e quatro horas.

**Lavratura
da sentença**

Art. 685. A nomeação dos juizes do Conselho constará dos autos do processo, por certidão.

**Certidão
da nomeação dos
juizes militares**

Parágrafo único. O procurador e o acusado, ou seu defensor, serão intimados da sentença no mesmo dia em que esta fôr assinada.

Art. 686. A falta do extrato da fé de officio ou dos assentamentos do acusado poderá ser suprida por outros meios informativos.

**Suprimento
do extrato da fé
de officio ou dos
assentamentos**

Art. 687. Os órgãos da Justiça Militar, tanto em primeira como em segunda instância, poderão alterar a classificação do crime, sem todavia inovar a acusação.

**Classificação
do crime**

Parágrafo único. Havendo impossibilidade de alterar a classificação do crime, o processo será anulado, devendo ser oferecida nova denúncia.

Art. 688. Quando, na denúncia, figurarem diversos acusados, poderão ser processados e julgados em grupos, se assim o aconselhar o interesse da Justiça.

**Julgamento em
grupos no mes-
mo processo**

Art. 689. Nos processos a que responderem oficiais gerais, coronéis ou capitães-de-mar-e-guerra, as funções do Ministério Público serão desempenhadas pelo procurador que servir junto ao Conselho Superior de Justiça Militar.

**Procurador em
processo originá-
rio perante o
Conselho Superior**

§ 1º A instrução criminal será presidida pelo auditor que funcionar naquele Conselho, cabendo-lhe ainda relatar os processos para julgamento.

§ 2º O oferecimento da denúncia, citação do acusado, intimação de testemunhas, nomeação de defensor, instrução criminal, julgamento e lavratura da sentença, reger-se-ão, no que lhes fôr apli-

cável, pelas normas estabelecidas para os processos da competência do auditor e do Conselho de Justiça.

Crimes
de
responsabilidade

Art. 690. Oferecida a denúncia, nos crimes de responsabilidade, o auditor mandará intimar o denunciado para apresentar defesa dentro do prazo de dois dias, findo o qual decidirá sobre o recebimento, ou não, da denúncia, submetendo o despacho, no caso de rejeição, à decisão do Conselho.

Recursos
das decisões do
Conselho Superior
de Justiça

Art. 691. Das decisões proferidas pelo Conselho Superior de Justiça, nos processos de sua competência originária, somente caberá o recurso de embargos.

Desempenho
da função de
escrivão

Art. 692. As funções de escrivão serão desempenhadas pelo secretário do Conselho, e as de oficial de justiça por uma praça graduada.

Processo
e julgamento de
desertores

Art. 693. No processo de deserção observar-se-á o seguinte:

I — após o transcurso do prazo de graça, o comandante ou autoridade militar equivalente, sob cujas ordens servir o oficial ou praça, fará lavrar um termo com tôdas as circunstâncias, assinado por duas testemunhas, equivalendo êsse termo à formação da culpa;

II — a publicação da ausência em boletim substituirá o edital;

III — os documentos relativos à deserção serão remetidos ao auditor, após a apresentação ou captura do acusado, e permanecerão em cartório pelo prazo de vinte e quatro horas, com vista ao advogado de ofício, para apresentar defesa escrita, seguindo-se o julgamento pelo Conselho de Justiça, conforme o caso.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS

Recurso
das decisões do
Conselho e do
auditor

Art. 694. Das sentenças de primeira instância caberá recurso de apelação para o Conselho Superior de Justiça Militar.

Parágrafo único. Não caberá recurso de decisões sobre questões incidentes, que poderão, entretanto, ser renovadas na apelação.

Art. 695. A apelação será interposta dentro em vinte e quatro horas, a contar da intimação da sentença ao procurador e ao defensor do réu, revel ou não.

Art. 696. Haverá recurso de ofício:

a) da sentença que impuser pena restritiva da liberdade superior a oito anos;

b) quando se tratar de crime a que a lei comina pena de morte e a sentença fôr absoluta, ou não aplicar a pena máxima.

Art. 697. As razões do recurso serão apresentadas, com a petição, em cartório. Concluídos os autos ao auditor, este os remeterá, incontinenti, à instância superior.

Art. 698. Os autos serão logo conclusos ao relator, que mandará abrir vista ao representante do Ministério Público, a fim de apresentar parecer, dentro em vinte e quatro horas.

Art. 699. O relator estudará os autos no intervalo de duas sessões.

Art. 700. Anunciado o julgamento pelo presidente, o relator fará a exposição dos fatos.

Art. 701. Findo o relatório, poderão o defensor e o procurador fazer alegações orais por quinze minutos, cada um.

Art. 702. Discutida a matéria, o Conselho Superior proferirá sua decisão.

§ 1º O relator será o primeiro a votar, sendo o presidente o último.

§ 2º O resultado do julgamento constará da ata que será junta ao processo. A decisão será lavrada dentro em dois dias, salvo motivo de força maior.

Art. 703. As sentenças proferidas pelo Conselho Superior, como Tribunal de segunda instância, não são suscetíveis de embargos.

Art. 704. A apelação do Ministério Público devolve o pleno conhecimento do feito ao Conselho Superior.

**Prazo
para a apelação**

Recurso de ofício

**Razões
do recurso**

**Processo
de recurso e seu
julgamento**

**Estudo dos autos
pelo relator**

**Exposição pelo
relator**

Alegações orais

**Decisão
pelo Conselho**

**Não cabimento
de embargos**

**Efeitos
da apelação**

**Casos
de embargos**

Art. 705. O recurso de embargos, nos processos originários, seguirá as normas estabelecidas para a apelação.

**Não cabimento
de
"habeas corpus"
ou revisão**

Art. 706. Não haverá «habeas corpus» nem revisão.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS À JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

**Execução da pena
de morte**

Art. 707. O militar que tiver de ser fuzilado sairá da prisão com uniforme comum e sem insígnias, e terá os olhos vendados, salvo se o recusar, no momento em que tiver de receber as descargas. As vozes de fogo serão substituídas por sinais.

§ 1º O civil ou assemelhado será executado nas mesmas condições, devendo deixar a prisão decentemente vestido.

Socorro espiritual

§ 2º Será permitido ao condenado receber socorro espiritual.

**Data
para a execução**

§ 3º A pena de morte só será executada sete dias após a comunicação ao presidente da República, salvo se imposta em zona de operações de guerra e o exigir o interesse da ordem e da disciplina.

Lavratura de ata

Art. 708. Da execução da pena de morte lavrar-se-á ata circunstanciada que, assinada pelo executor e duas testemunhas, será remetida ao comandante-chefe, para ser publicada em boletim.

**Sentido da ex-
pressão "forças
em operação de
guerra"**

Art. 709. A expressão «forças em operação de guerra» abrange qualquer força naval, terrestre ou aérea, desde o momento de seu deslocamento para o teatro das operações até o seu regresso, ainda que cessadas as hostilidades.

**Comissionamento
em
postos militares**

Art. 710. Os auditores, procuradores, advogados de ofício e escrivães da Justiça Militar, que acompanharem as forças em operação de guerra, serão comissionados em postos militares, de acordo com as respectivas categorias funcionais.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 711. Nos processos pendentes na data da entrada em vigor deste Código, observar-se-á o seguinte:

a) aplicar-se-ão à prisão provisória as disposições que forem mais favoráveis ao indiciado ou acusado;

b) O prazo já iniciado, inclusive o estabelecido para a interposição de recurso, será regulado pela lei anterior, se esta não estatuir prazo menor do que o fixado neste Código.

c) se a produção da prova testemunhal tiver sido iniciada, o interrogatório do acusado far-se-á de acordo com as normas da lei anterior;

d) as perícias já iniciadas, bem como os recursos já interpostos, continuarão a reger-se pela lei anterior.

Art. 712. Os processos da Justiça Militar não são sujeitos a custas, enolumentos, selos ou portes de correio, terrestre, marítimo ou aéreo.

Art. 713. As certidões, em processos findos arquivados no Superior Tribunal Militar, serão requeridas ao diretor-geral da sua Secretaria, com a declaração da respectiva finalidade.

Art. 714. Os juizes e os membros do Ministério Público poderão requisitar certidões ou cópias autênticas de peças de processo arquivado, para instrução de processo em andamento, dirigindo-se, para aquêle fim, ao serventuário ou funcionário responsável pela sua guarda. No Superior Tribunal Militar, a requisição será feita por intermédio do diretor-geral da Secretaria daquele Tribunal.

Art. 715. As penas pecuniárias cominadas neste Código serão cobradas executivamente e, em seguida, recolhidas ao erário federal. Tratando-se de militares, funcionários da Justiça Militar ou dos respectivos Ministérios, a execução da pena pecuniária será feita mediante desconto na respectiva folha de pagamento. O desconto não excederá, em cada mês, a dez por cento dos respectivos vencimentos.

Art. 716. O presidente do Tribunal, o procurador-geral e o auditor requisitarão diretamente das companhias de transportes terrestres, marítimos ou aéreos, nos termos da lei e para fins exclusivos do serviço judiciário, que serão declarados na requisição, passagens para si, juizes dos Conselhos, procuradores e auxiliares da Justiça Militar. Terão, igualmente, bem como os procuradores, para os mesmos fins, franquia postal e telegráfica.

Art. 717. O serviço judicial pretere a qualquer outro, salvo os casos previstos neste Código.

Art. 718. Este Código entrará em vigor a 1º de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.003 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Lei da Organização Judiciária Militar

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3.º, do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do art. 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA
JUSTIÇA MILITAR

CAPÍTULO I

DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Art. 1.º O território nacional, para efeito da administração da Justiça Militar, em tempo de paz, divide-se em doze Circunscrições, constituídas:

- a) a 1ª pelos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- b) a 2ª pelo Estado de São Paulo;
- c) a 3ª pelo Estado do Rio Grande do Sul;
- d) a 4ª pelo Estado de Minas Gerais;
- e) a 5ª pelos Estados do Paraná e Santa Catarina;
- f) a 6ª pelos Estados da Bahia e Sergipe;
- g) a 7ª pelos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas;
- h) a 8ª pelo Estado do Pará e pelo Território do Amapá;
- i) a 9ª pelo Estado de Mato Grosso;

- j) a 10ª pelos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí;
- l) a 11ª pelo Distrito Federal e pelo Estado de Goiás;
- m) a 12ª pelos Estados do Amazonas e Acre e pelos Territórios de Rondônia e Roraima.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto na última parte do § 2.º do art. 3.º, a sede da Circunscrição judiciária coincidirá com a da Região Militar.

CAPÍTULO II

DAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

Art. 2.º São autoridades judiciárias:

- a) o Superior Tribunal Militar;
- b) os Conselhos de Justiça Militar;
- c) os auditores.

Art. 3.º Cada Circunscrição terá uma Auditoria, exceto a 1ª que terá sete: duas com jurisdição privativa da Marinha, três do Exército e duas da Aeronáutica; a 2ª, que terá duas, e a 3ª, que terá três.

§ 1.º Quando houver mais de uma em cada Circunscrição, as Auditorias serão designadas por ordem numérica, tomando as privativas a denominação das Corporações sobre as quais exercem jurisdição.

§ 2.º Nas Circunscrições com uma só Auditoria, terá esta jurisdição mista; e, nas que houver mais de uma, com essa jurisdição, caberá à primeira conhecer dos processos relativos à Marinha e à Aeronáutica, coincidindo sua sede com a da Região Militar. Quanto às demais, terão sua sede e jurisdição determinadas por decreto, de acordo com os limites que este fixar.

§ 3.º Na sede da Circunscrição onde houver mais de uma Auditoria, o auditor mais antigo distribuirá o serviço entre a sua e as demais, por ordem de entrada dos processos, ressalvada a jurisdição privativa das Auditorias.

§ 4.º Nos processos em que forem indiciados somente civis, em crime previsto na Lei de Segurança Nacional, a distribuição será feita indistintamente entre as Auditorias da mesma Circunscrição.

§ 5.º A criação de novas Circunscrições ou Auditorias será feita por lei.

Art. 4.º Além das Auditorias referidas nos artigos anteriores, haverá, junto ao Superior Tribunal Militar, uma Auditoria de Correição.

Art. 5.º A Auditoria de Correição é de 3ª entrância, as de 1ª e 11ª Circunscrições de 2ª e as demais de 1ª.

Art. 6.º O Ministério Público da Justiça Militar, cuja organização é regulada em lei especial, terá um representante junto ao Superior Tribunal Militar e um em cada Auditoria, exceto a de Correição.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 7.º O Superior Tribunal Militar compõe-se de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais gerais da ativa da Marinha, quatro entre oficiais gerais da ativa do Exército, três entre oficiais gerais da ativa da Aeronáutica, e cinco entre civis.

§ 1.º Excepcionalmente, oficial general da reserva de primeira classe poderá ser nomeado ministro do Superior Tribunal Militar.

§ 2.º Os ministros civis serão brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, livremente escolhidos pelo Presidente da República, sendo:

a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos;

b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 3.º Será alternada a nomeação de auditores e membros do Ministério Público, a que se refere a letra *b* do § 2.º d'este artigo.

§ 4.º Os juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

Art. 8.º A eleição do presidente e a do vice-presidente do Superior Tribunal Militar será regulada em seu regimento interno.

Art. 9.º Os ministros do Superior Tribunal Militar serão aposentados, compulsoriamente, aos setenta anos de idade, ou, a qualquer tempo, por invalidez comprovada, facultando-se-lhes, também, a aposentadoria em razão de serviço público, definido em lei, prestado por mais de trinta anos.

§ 1.º Os ministros aposentados terão proventos nunca inferiores aos vencimentos e vantagens dos ministros em atividade, sendo aquêles revistos sempre que êstes forem modificados.

§ 2.º As mesmas normas são aplicadas aos vencimentos dos ministros em disponibilidade.

Art. 10. Os ministros militares ficarão pertencendo a quadros especiais da ativa, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Art. 11. As decisões do Superior Tribunal Militar, quer judiciais, quer administrativas, serão sempre dadas em sessão plena por maioria de votos, presentes, pelo menos, seis ministros militares e dois civis, além do presidente, salvo *quorum* especial exigido por lei.

Art. 12. Junto ao Superior Tribunal Militar, com assento no seu recinto, funciona o procurador-geral, que é o Chefe do Ministério Público da Justiça Militar, com as atribuições decorrentes da lei processual militar e da Lei de Organização do Ministério Público Federal.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

Art. 13. Os Conselhos de Justiça têm as seguintes categorias:

a) Conselho Especial de Justiça, para processar e julgar oficiais, exceto oficiais gerais;

b) Conselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os acusados que não sejam oficiais, exceto o disposto no art. 40, nº IX, letras b e c, e na letra seguinte deste artigo;

c) Conselho de Justiça nos corpos, formações e estabelecimentos do Exército, para o julgamento de deserção de praças e de insubmissos.

§ 1.º Os Conselhos Especiais de Justiça serão constituídos do auditor e de quatro juizes militares, sob a presidência de um oficial superior, ou de oficial general, de posto mais elevado que o dos demais juizes, ou de maior antigüidade, no caso de igualdade de posto.

§ 2. Os Conselhos Permanentes de Justiça serão constituídos do auditor, de um oficial superior, como presidente, e de três oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente.

§ 3.º Os Conselhos de Justiça nos corpos, formações e estabelecimentos serão constituídos por um capitão, como presidente, e dois oficiais de menor posto, sendo relator o que se seguir em posto ao presidente. Servirá de escrivão um sargento designado pela autoridade que houver nomeado o Conselho.

Art. 14. Os juizes militares que integrarem os Conselhos Especiais serão de pòsto superior ao do acusado, ou do mesmo pòsto, porém de maior antigüidade.

Art. 15. Os juizes militares dos Conselhos Especiais ou Permanentes serão sorteados dentre oficiais da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, em serviço ativo na sede da Auditoria, recorrendo-se a oficiais fora dêste local, porém no âmbito da Circunscrição Judiciária da Auditoria, sòmente quando os da sede forem insuficientes.

§ 1.º O Conselho Especial de Justiça será constituído para cada processo e se dissolverá depois de concluídos os seus trabalhos, reunindo-se novamente, por convocação do auditor, se sobrevier nulidade do processo ou do julgamento, ou diligência determinada pelo Superior Tribunal Militar.

§ 2º O Conselho Permanente de Justiça, uma vez constituído, funcionará durante três meses consecutivos.

§ 3º Se, na convocação, estiver impedido de funcionar algum dos juizes, será sorteado outro oficial para substituí-lo.

Art. 16. Os Conselhos Especiais ou Permanentes funcionarão na sede das Auditorias, salvo casos especiais, por motivo relevante de ordem pública ou de interesse da justiça e pelo tempo indispensável, mediante deliberação do Superior Tribunal Militar.

Art. 17. Os Conselhos de Justiça nos corpos, formações ou estabelecimentos militares funcionarão por um trimestre, sendo-lhes submetidos, sucessivamente, os processos de deserção ou insubmissão, cujos acusados tenham sido capturados ou se tenham apresentado.

§ 1.º Os juizes, nesses Conselhos, serão nomeados segundo escala previamente organizada pelos respectivos comandantes de unidades, formações ou chefes de estabelecimentos. Os Conselhos funcionarão na unidade, formação ou estabelecimento em que servir o acusado.

§ 2.º Caso não haja na unidade, formação ou estabelecimento oficiais em número suficiente para a constituição do Conselho, será o desertor ou o insubmisso julgado na unidade, formação ou estabelecimento mais próximo, em que puder ser formado o Conselho, a critério do comandante da Região. Para êsse efeito será o acusado transferido ou mandado adir a uma daquelas organizações até ser julgado afinal.

§ 3.º Qualquer dos juizes, que funcione em Conselho julgador de deserção ou de insubmissão, poderá ser substituído pela autoridade nomeante, quando o exigirem os interesses do serviço militar, e mediante a necessária justificação.

Art. 18. O Conselho de Justiça poderá instalar-se ou funcionar com a maioria dos seus membros, sendo obrigatória, porém, a presença do auditor.

Parágrafo único. Na sessão de julgamento, exige-se o comparecimento e voto de todos os juizes.

Art. 19. Nas respectivas Circunscrições Judiciárias, os comandantes de Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea organizarão, de três em três meses, a relação, nos termos desta lei, de todos os oficiais em serviço ativo, com o posto, a antiguidade de cada um e o lugar onde servirem. Esta relação será publicada em boletim e remetida ao auditor competente, até o dia cinco do último mês do trimestre.

§ 1.º As alterações que se verificarem na relação devem ser comunicadas, mensalmente, à Auditoria, inclusive a existência de novos oficiais, nas Circunscrições Judiciárias, em condições de servirem como juizes.

§ 2.º Não sendo remetida, no devido tempo, a relação de oficiais, os juizes serão sorteados pela relação do trimestre anterior, consideradas as alterações que ocorrerem.

§ 3.º Não serão incluídos na relação:

- a) os ministros de Estado e os oficiais dos seus Gabinetes;
- b) o chefe e oficiais do Gabinete Militar da Presidência da República;
- c) o chefe e os subchefes do Estado-Maior das Forças Armadas;
- d) o chefe e o subchefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- e) o secretário-geral da Marinha e oficiais do seu Gabinete;
- f) os inspetores, chefes de departamentos e diretores-gerais do pessoal, da Marinha e da Aeronáutica, o comandante-chefe da Esquadra, os comandantes de Exército, e diretores de Armas e Serviços, os comandantes de Distritos Navais, Regiões Militares e Zonas Aéreas, bem como os oficiais que estiverem servindo em seus Gabinetes ou Estados-Maiores;
- g) o secretário do Ministério do Exército e oficiais de seu Gabinete;
- h) os comandantes ou diretores, instrutores e alunos das escolas e cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento.

Art. 20. O sorteio do Conselho Especial de Justiça será feito pelo auditor, na presença do procurador e do escrivão, em audiência pública, do mesmo Conselho.

§ 1º O sorteio dos juizes para o Conselho Permanente de Justiça será realizado pela mesma forma entre os dias cinco e dez do último mês do trimestre anterior.

§ 2º O resultado do sorteio dos juizes constará dos autos e de ata lavrada, pelo escrivão, em livro próprio, assinada pelo auditor e pelo procurador, e será comunicado à autoridade militar competente, para providenciar a apresentação dos oficiais sorteados à sede da Auditoria, no prazo de cinco dias.

§ 3º O oficial que houver integrado o Conselho Permanente, em um trimestre, não será sorteado para o Conselho seguinte, salvo se, para a constituição dêste último, houver insuficiência de oficiais.

Art. 21. Os juizes militares dos Conselhos de Justiça ficarão dispensados, nos dias de sessão, dos serviços militares.

Art. 22. Se fôr sorteado oficial que esteja no gôzo de férias regulamentares ou no desempenho de comissão ou serviço fora da sede da Auditoria e, por isso, não possa comparecer à sessão de instalação do Conselho, será sorteado outro que o substitua definitivamente.

§ 1º. Será também substituído, de modo definitivo, o oficial que fôr prêso, responder a inquérito ou a processo, entrar em licença, ou deixar o serviço ativo das Forças Armadas.

§ 2º. Tratando-se de nojo ou gala, o oficial sorteado em substituição de outro servirá pelo tempo da falta legal do substituído. No caso de suspeição, porém, substituirá o juiz impedido somente no processo em que aquela ocorrer.

Art. 23. O oficial será descontado em quantia correspondente ao têrço de um dia de vencimento por sessão que faltar, sem causa justificada participada a tempo, após comunicação feita, nesse sentido, pelo auditor à autoridade sob cujas ordens estiver servindo o oficial.

Parágrafo único. Se faltar o auditor, sem justa causa, ser-lhe-á feito idêntico desconto, por ordem do presidente do Superior Tribunal Militar, após comunicação do presidente do Conselho. Da mesma forma se procederá no caso de falta do advogado de ofício. No caso de falta do procurador, a comunicação, para os mesmos fins, será feita ao procurador-geral.

Art. 24. No côncurso de mais de um acusado no mesmo processo, servirá de base à constituição do Conselho a patente do acusado de maior pôsto.

§ 1.º Se a acusação abranger oficial e praça, ou civil, haverá um só Conselho Especial de Justiça, perante o qual responderão todos os acusados.

§ 2.º Aplica-se a mesma regra em se tratando de assemelhado a oficial, ou de praça.

CAPÍTULO V

DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO

Art. 25. A Auditoria de Correição é constituída de um auditor corregedor, um escrivão e demais auxiliares constantes de quadro previsto em lei.

Art. 26. O auditor corregedor é nomeado dentre os auditores de segunda entrância, mediante lista tríplice organizada pelo Superior Tribunal Militar, em sessão secreta.

Parágrafo único. Para a inclusão em lista, é necessário o interstício de dois anos, pelo menos, na entrância.

CAPÍTULO VI

DAS AUDITORIAS

Art. 27. Cada Auditoria terá um auditor, um auditor substituto, um procurador, um advogado de ofício e respectivos substitutos, um escrivão, dois escreventes juramentados, um oficial de justiça e demais auxiliares constantes de quadro previsto em lei.

Art. 28. A carreira da magistratura civil da Justiça Militar inicia-se no cargo de auditor substituto de primeira entrância, sendo providos, por promoção, subsequente, os cargos de auditor-substituto de segunda entrância, e os de auditor de primeira, de segunda e de terceira entrância.

Art. 29. O auditor substituto de primeira entrância será nomeado, dentre brasileiros natos, bacharéis em direito, com idade não inferior a vinte e cinco anos nem superior a quarenta e cinco, aprovados em concurso de provas, e por ordem de classificação, na forma das instruções estabelecidas pelo Superior Tribunal Militar.

Art. 30. Os cargos de auditores substitutos de segunda entrância e os de auditores de primeira e segunda entrância serão providos pelo critério alternado da antiguidade e do merecimento, do seguinte modo: os auditores substitutos de segunda dentre os substitutos de primeira, os auditores de primeira dentre os substi-

tutos de segunda entrância e os auditores de segunda dentre os auditores de primeira entrância.

Parágrafo único. Antes da promoção por merecimento, a existência da vaga será comunicada aos auditores ou auditores-substitutos da entrância em que aquela ocorrer, para terem, respectivamente, preferência na remoção, observada a ordem de antiguidade nas suas entrâncias.

Art. 31. A promoção por antiguidade caberá ao juiz mais antigo na entrância, observando-se, no caso de empate, o disposto no art. 65.

Parágrafo único. O mesmo critério será observado em relação aos auditores substitutos.

Art. 32. As promoções por merecimento far-se-ão mediante lista triplíce organizada pelo Superior Tribunal Militar, em sessão secreta.

Parágrafo único. Para concorrer à promoção, deverá o juiz contar dois anos, pelo menos, de interstício na entrância.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 33. A Secretaria do Superior Tribunal Militar e seus serviços auxiliares serão organizados por ato do mesmo Tribunal.

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA OFICIAL

Art. 34. A defesa das praças das Fôrças Armadas, nos processos criminais a que forem submetidas, será feita obrigatoriamente por advogado de ofício, salvo se, por iniciativa do acusado, fôr constituído outro advogado.

Art. 35. Os advogados de ofício são de primeira ou segunda entrância, conforme a Auditoria em que servirem. A nomeação inicial será para a primeira entrância, dentre brasileiros natos, bacharéis em direito, com prática forense de, pelo menos, dois anos, e idade não superior a quarenta anos, de idoneidade moral, por ordem de classificação em concurso público de provas, na forma das instruções estabelecidas pelo Superior Tribunal Militar.

§ 1.º Cada advogado de ofício terá dois substitutos, bacharéis em direito, de idoneidade moral, que funcionarão nas faltas ou impedimentos do titular, percebendo, nestes casos, vencimentos equivalentes aos do substituído.

§ 2.º Os substitutos não têm garantias de estabilidade.

Art. 36. A promoção do advogado de ofício para a segunda entrância far-se-á, alternadamente, por antigüidade e por merecimento.

§ 1º A promoção por merecimento será mediante lista tri-plice organizada em escrutínio secreto pelo Superior Tribunal Militar, dentre os advogados de ofício de primeira entrância.

§ 2.º Antes da promoção, a existência da vaga será comunicada aos advogados de ofício de segunda entrância, que terão preferência para a remoção, observada a ordem de antigüidade na entrância.

CAPÍTULO IX

DOS CARTÓRIOS

Art. 37. Haverá um cartório em cada Auditoria de primeira e de segunda entrância, com os funcionários mencionados no artigo 27.

Art. 38. Constituirão uma carreira, em cada entrância, e da primeira até a terceira, os cargos de auxiliar de escrevente, escrevente juramentado e escrivão, sendo a primeira investidura por ordem de classificação em concurso público de provas, de acôrdo com as instruções estabelecidas pelo Superior Tribunal Militar.

Parágrafo único. As promoções far-se-ão alternadamente, por antigüidade e por merecimento, sendo esta mediante lista tri-plice, organizada pelo Superior Tribunal Militar, em sessão secreta.

Art. 39. Os escrivães e os escreventes juramentados, bem como os seus substitutos quando no exercício daqueles cargos, e os oficiais de justiça, têm fé pública nos atos do seu ofício.

Parágrafo único. A mesma fé têm os atos dos demais auxiliares efetivos do cartório, quando subscritas pelo escrivão.

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA ATRIBUTIVA DOS ÓRGÃOS E AUTORIDADES DA JUSTIÇA MILITAR

CAPÍTULO I

DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 40. Compete ao Superior Tribunal Militar:

I — eleger o seu presidente e vice-presidente, dar-lhes posse e, bem como aos seus membros, deferir-lhes o compromisso legal;

II — elaborar o seu regimento interno, modificá-lo ou reformá-lo; organizar os seus serviços auxiliares e prover-lhes os cargos na forma da lei, bem como propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos naqueles serviços e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder licenças aos seus membros, bem como licenças e férias aos auditores, auditores-substitutos e serventuários que lhe forem imediatamente subordinados;

IV — providenciar a organização de lista para a promoção por merecimento de auditor, auditor-substituto e advogado de ofício, bem como a indicação dos mesmos para a promoção por antiguidade;

V — baixar instruções para a realização de concurso de auditores-substitutos, advogado de ofício, auxiliares de escrevente e demais funcionários da Justiça Militar;

VI — organizar a lista de promoção por merecimento ou fazer a indicação por antiguidade, para o preenchimento de vaga na carreira de escrivão, nas Auditorias;

VII — remover, a pedido, para Auditoria da mesma entrância, auditor, auditor-substituto, advogado de ofício ou seu substituto, e funcionário judiciário, no caso de ocorrência de vaga nos respectivos cargos;

VIII — determinar, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto, a remoção ou a disponibilidade de auditor ou auditor substituto, pelo voto de dois terços dos seus membros efetivos, assegurando-lhes defesa; e proceder da mesma forma quanto à disponibilidade de qualquer dos seus membros;

IX — processar e julgar originariamente:

a) os oficiais gerais das Forças Armadas, nos crimes militares e nos crimes contra a segurança nacional, definidos em lei;

b) os governadores de Estado e seus secretários, nos crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares;

c) o procurador-geral, os auditores, os auditores substitutos, os procuradores e os advogados de ofício e respectivos substitutos, nos crimes referidos na letra anterior e nos de responsabilidade;

d) o *habeas corpus*, nos casos permitidos em lei;

e) a revisão dos seus julgados;

f) a reclamação, para preservar a integridade da competência ou assegurar a autoridade do seu julgado;

X — julgar:

a) os embargos às suas decisões, nos casos previstos em lei;

b) as apelações e os recursos de decisões ou despachos dos juízes inferiores, nos casos previstos em lei;

- c) os pedidos de correção parcial;
- d) os incidentes processuais, nos termos da lei processual militar;
- e) os mandados de segurança contra ato administrativo do seu presidente;
- f) os recursos de penas disciplinares aplicadas pelo seu presidente;
- g) os recursos de despacho de relator, previstos na lei processual militar, ou no regimento interno;

XI — decidir os conflitos de competência de Conselhos de Justiça e de auditores entre si, ou entre estes e aquêles, bem como os de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária, militares;

XII — restabelecer, mediante advocatória, a sua competência, quando invadida por juiz inferior;

XIII — conceder desaforamento de processo;

XIV — resolver, por decisão sua ou despacho do relator, nos termos da lei processual militar, questão prejudicial surgida no curso de processo submetido ao seu julgamento, com a determinação das providências que se tornarem necessárias;

XV — determinar as medidas preventivas e assecuratórias previstas na lei processual militar, em processo originário seu, ou durante o julgamento de recurso, em decisão sua ou por intermédio do relator;

XVI — decretar a prisão preventiva, revogá-la ou restabelecê-la, por decisão sua, ou por intermédio do relator, em processo originário seu, ou mediante representação de encarregado de inquérito policial militar, em que se apure crime de indiciado, sujeito a seu julgamento, em processo originário;

XVII — conceder ou revogar menagem ou liberdade provisória, por despacho seu ou do relator, em processo originário;

XVIII — aplicar medida provisória de segurança, por despacho seu ou do relator, em processo originário;

XIX — determinar a restauração de autos extraviados ou destruídos, nos termos da lei processual militar;

XX — declarar, por sentença, nos termos da lei, a indignidade de oficial ou a sua incompatibilidade para com o oficialato;

XXI — remeter ao procurador-geral ou à autoridade que competente fôr, para o procedimento legal cabível, cópia de peça ou documento constante de processo sob seu julgamento, quando em qualquer dêles verificar existência de crime, que deva ser submetido a outro processo;

XXII — apreciar representação que lhe seja feita pelo procurador-geral, Conselho de Justiça ou auditor, no interesse da Justiça Militar;

XXIII — determinar ao auditor corregedor, quando julgar necessário, correição geral, ou correição especial em Auditoria ou Cartório;

XXIV — determinar a instauração de sindicância ou inquérito administrativo, sempre que julgar necessário;

XXV — promover, pela forma estabelecida em disposição legal, os funcionários pertencentes aos quadros da sua Secretaria e serviços auxiliares;

XXVI — decidir, em sessão secreta, a classificação de auditor, auditor substituto e advogado de ofício, ou seu substituto, para promoção por merecimento, enviando a respectiva lista ao Presidente da República, a fim de ser feita a nomeação, ou indicar, para o mesmo fim, no caso de promoção por antiguidade;

XXVII — praticar todos os demais atos de que decorra a sua competência, por força de lei, ou do Regimento Interno do Tribunal.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 41. Compete ao presidente do Superior Tribunal Militar:

I — presidir as sessões do Tribunal, apurando o vencido, e bem assim não consentindo interrupções nem o uso da palavra a quem não a houver obtido;

II — manter a regularidade dos trabalhos do Tribunal, mandando retirar da sala das sessões as pessoas que perturbarem a ordem e autuá-las no caso de desacato a ministro, ao procurador-geral ou ao secretário;

III — corresponder-se com as autoridades públicas sobre todos os assuntos que se relacionem com a administração da Justiça Militar;

IV — representar o Tribunal nas solenidades e atos oficiais;

V — dar posse e deferir o compromisso legal a auditor, auditor substituto, advogado de ofício e seu substituto e ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal;

VI — exercer o voto de qualidade, no caso de empate, observado o disposto nos itens VII e VIII;

VII — declarar, no caso de empate, a favor do réu, decisão que importe aplicação de pena, bem como, a favor do paciente, decisão em pedido de *habeas corpus*;

VIII — proferir voto, inclusive o de qualidade, no caso de empate, nas questões de ordem administrativa, exceto em recurso de decisão sua;

IX — decidir questões de ordem suscitadas por ministro, pelo procurador-geral ou por advogado, ou submetê-las ao Tribunal, se a êste couber a decisão;

X — fazer ao Tribunal, em sessão secreta ou não, as comunicações que entender necessárias;

XI — convocar sessão extraordinária, secreta ou não, do Tribunal, quando entender necessário, ou convertê-la em secreta nos casos previstos em lei ou no Regimento Interno;

XII — suspender a sessão, se assim entender necessário, para ordem nas discussões e resguardo da sua autoridade;

XIII — conceder a palavra ao procurador-geral e, pelo tempo permitido no Regimento Interno, a advogado de ofício que funcione no feito ou a advogado ou assistente nêle constituído, podendo, após advertência, cassar-lhes a palavra, no caso de uso de linguagem desrespeitosa ao Tribunal, ou autoridade judiciária ou administrativa;

XIV — velar pelo funcionamento regular da Justiça Militar e perfeita exação das autoridades judiciárias e funcionários no cumprimento dos seus deveres, expedindo as portarias, recomendações e provimentos que entender convenientes;

XV — determinar sindicância ou instauração de inquérito administrativo, quando julgar necessário;

XVI — presidir ao sorteio de relator e revisor e encaminhar-lhes os processos;

XVII — providenciar o cumprimento dos julgados do Tribunal, por autoridade judiciária ou administrativa a que incumba fazê-lo;

XVIII — decidir sôbre o cabimento de recurso extraordinário e, no caso de deferimento, mandar encaminhá-lo ao Supremo Tribunal Federal, nos têrmos da lei;

XIX — providenciar a execução da sentença nos processos da competência originária do Tribunal;

XX — aplicar penas disciplinares da sua competência, reconsiderá-las, relevá-las ou revê-las;

XXI — julgar desertos e renunciados, por simples despacho, os recursos de pena disciplinar que aplicar, quando não interpostos no prazo legal;

XXII — dar as providências necessárias para a realização de concurso, de acôrdo com as instruções expedidas pelo Tribunal, nomeando os examinadores;

XXIII — assinar os atos de nomeação dos cargos, cujo provimento pertença ao Tribunal;

XXIV — assinar, com os ministros, os acórdãos do Tribunal e, com o secretário-geral, as atas das suas sessões, depois de aprovadas;

XXV — determinar as medidas necessárias para a publicação em dia dos julgados e trabalhos do Tribunal;

XXVI — conhecer de reclamação por escrito de interessado, em caso que especificar, relativamente a atendimento de funcionário do Tribunal, em serviço que lhe couber, pela natureza do cargo;

XVII — conhecer e deferir *ad referendum* do Tribunal, durante as férias dêste, pedido de *habeas corpus*, ouvido o representante do Ministério Público;

XXVIII — expedir salvo-conduto a paciente, em caso de *habeas corpus* preventivo concedido, ou para preservação da liberdade, quando lhe fôr requerido e julgar procedente o pedido;

XXIX — requisitar força federal ou policial para garantia dos trabalhos do Tribunal ou dos seus juizes, bem como para garantia do exercício da Justiça Militar;

XXX — requisitar oficial para acompanhar oficial condenado, quando êste estiver no Tribunal, após o julgamento, tendo em atenção o seu pôsto e a Força a que pertencer, a fim de ser apresentado à autoridade militar competente;

XXXI — convocar, para as substituições necessárias, os oficiais gerais das Forças Armadas e auditores, de acôrdo com a lei;

XXXII — aplicar as dotações orçamentárias destinadas aos serviços do Tribunal;

XXXIII — apresentar, anualmente, até primeiro de abril, ao Tribunal, relatório circunstanciado dos trabalhos dêste e dos demais órgãos da Justiça Militar;

XXXIV — praticar todos os demais atos que lhe tocarem pela natureza do cargo.

CAPÍTULO III

DO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 42. Compete ao vice-presidente substituir o presidente, nos casos de licença ou impedimento temporário.

§ 1º O cargo de vice-presidente não impede que o seu titular seja contemplado na distribuição dos processos e funcione como juiz.

§ 2º O vice-presidente, em exercício temporário da presidência, não será substituído nos feitos que já lhe houverem sido distribuídos como relator, ou estiverem em seu poder como revisor, mas, por ocasião do julgamento, passará a presidência ao mais antigo dos ministros, que não fôr também relator ou revisor, no mesmo processo.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

Art. 43. Compete aos Conselhos Especiais e Permanentes de Justiça:

I — processar e julgar os delitos previstos na legislação penal militar ou em lei especial, ressalvada a competência privativa do Superior Tribunal Militar; e a dos Conselhos de corpos, formações e estabelecimentos militares;

II — decretar a prisão preventiva do denunciado, revogá-la ou restabelecê-la;

III — converter em prisão preventiva a detenção de indiciado, ou ordenar-lhe a soltura, desde que não se justifique a sua necessidade;

IV — conceder menagem e liberdade provisória, bem como revogá-las;

V — decretar medidas preventivas e assecuratórias, nos processos pendentes do seu julgamento;

VI — declarar a inimizabilidade de indiciado ou de acusado nos termos da lei penal militar, quando, no inquérito ou no curso do processo, tiver sido verificada aquela condição, mediante exame médico legal;

VII — decidir as questões de direito ou de fato suscitadas durante a instrução criminal ou o julgamento;

VIII — ouvir o representante do Ministério Público, para se pronunciar na sessão, a respeito das questões nela suscitadas;

IX — praticar os demais atos que lhe competirem por força da lei processual militar.

Parágrafo único. Compete aos Conselhos de corpos, formações e estabelecimentos militares a instrução criminal e o julgamento de praças e graduados ou não, e praças especiais, conforme o art. 13, letra c, desta lei.

CAPÍTULO V

DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

Art. 44. Compete ao presidente dos Conselhos Especiais e Permanentes de Justiça:

I — abrir as sessões, presidi-las e apurar o vencido;

II — nomear advogado ao acusado que não o tiver e curador ao ausente ou de menor idade;

III — manter a regularidade dos trabalhos de instrução e julgamento dos processos, mandando retirar da sala da sessão as pessoas que perturbarem a ordem e autuá-las, no caso de desacato a juiz, procurador ou escrivão;

IV — conceder, pelo tempo legal, a palavra ao procurador ou assistente, e ao defensor, podendo, após advertência, cassar-lhes a palavra, no caso do uso de linguagem desrespeitosa ao Conselho ou a autoridade judiciária ou administrativa;

V — prender os que assistirem à sessão com armas proibidas e fazê-los apresentar à autoridade competente;

VI — resolver questões de ordem suscitadas pelas partes ou submetê-las à decisão do Conselho, ouvido, na ocasião, o representante do Ministério Público;

VII — receber os recursos interpostos no curso do julgamento e as apelações quando o Conselho não houver encerrado a sessão;

VIII — mandar constar da ata da sessão incidente nela ocorrido;

IX — mandar proceder, em cada sessão, à leitura da ata anterior.

Parágrafo único. São extensivas ao presidente do Conselho de corpos, formações e estabelecimentos militares, no que couber, as atribuições previstas nos números I a VI, dêste artigo.

CAPÍTULO VI

DOS AUDITORES

Seção I — Do auditor corregedor

Art. 45. Ao auditor corregedor, com jurisdição em todo o território nacional, compete:

I — substituir a ministro civil, mediante convocação do presidente do Tribunal;

II — proceder à correição:

a) nos autos de inquérito policial militar, quando não se tenha apurado a existência de crime ou transgressão disciplinar, remetendo à Auditoria competente os autos, desde que entenda haver crime a punir e indícios da sua autoria;

b) nos processos findos e nos inquéritos policiais militares arquivados pelo auditor;

c) nos autos em andamento, nas Auditorias, de ofício, ou por determinação do Superior Tribunal Militar;

III — representar ao Superior Tribunal Militar, dentro em dez dias, após a correição, sobre os casos de arquivamento que considere infundados;

IV — verificar, em processos em andamento ou findos, se foram tomadas as providências relativas a medidas preventivas e assecuratórias previstas em lei, para o resguardo de bens da Fazenda Pública, sob a administração militar;

V — receber e apurar representações dos serventuários das Auditorias, dando-lhes decisão, da qual caberá recurso para o Superior Tribunal Militar, pelo interessado, dentro do prazo de dez dias, a contar de sua ciência;

VI — requisitar das autoridades judiciárias e administrativas, civis ou militares, os esclarecimentos e informações que julgar necessários ao exercício de suas funções;

VII — determinar, mediante provimento, as providências ou instruções que entender convenientes ao regular funcionamento dos serviços que lhe incumbe fiscalizar;

VIII — percorrer, de acôrdo com o plano que propuser e fôr aprovado pelo Tribunal, as Auditorias das Circunscrições Judiciárias, para exame dos processos em andamento e dos livros e documentos existentes em cartório, de modo que tôdas tenham, pelo menos, uma inspeção em cada dois anos;

IX — receber e apurar representação a respeito de irregularidade atribuída a servidor de Auditoria;

X — comunicar, imediatamente, ao presidente do Superior Tribunal Militar, a existência de fato grave, que exija pronta solução, verificado durante inspeção aos cartórios das Auditorias, independentemente das providências que, desde logo, possa tomar;

XI — elaborar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros necessários aos registros na Auditoria;

XII — aplicar penas disciplinares aos funcionários que lhe são subordinados, bem como instaurar inquérito administrativo, quando julgar necessário e tiver ciência de irregularidades praticadas pelos referidos funcionários.

Seção II — Dos auditores de 1ª e 2ª entrância

Art. 46. Compete ao auditor:

I — substituir, por convocação do presidente do Superior Tribunal Militar, a ministro civil, se já convocado o auditor corregedor, ou este estiver impedido;

II — decidir sobre o recebimento da denúncia, pedido de arquivamento do processo ou devolução do inquérito ou representação;

III — relaxar, em despacho fundamentado, a prisão que lhe fôr comunicada por autoridade encarregada de investigações policiais;

IV — decretar ou não, em despacho fundamentado, a prisão preventiva de indiciado em inquérito, a pedido do respectivo encarregado;

V — requisitar das autoridades civis ou militares as providências necessárias ao andamento do processo e esclarecimento do fato;

VI — requisitar a realização de exames e perícias;

VII — determinar as diligências necessárias ao esclarecimento de processo;

VIII — nomear peritos;

IX — relatar os processos nos Conselhos de Justiça e redigir, no prazo de oito dias, as sentenças e decisões;

X — proceder, em presença do procurador, ao sorteio dos Conselhos;

XI — expedir mandados e alvarás de soltura;

XII — decidir sobre o recebimento dos recursos interpostos;

XIII — executar as sentenças, exceto as proferidas em processo originário do Superior Tribunal Militar, salvo delegação dêste;

XIV — renovar, de seis em seis meses, junto às autoridades competentes, diligências para a captura de condenados;

XV — comunicar à autoridade a que estiver subordinado o acusado as decisões a êste relativas, logo que lhe cheguem ao conhecimento;

XVI — decidir do livramento condicional, observadas as disposições legais;

XVII — remeter à Auditoria de Correição, dentro do prazo de dez dias, os autos de inquéritos arquivados ou processos julgados, dos quais não hajam sido interpostos recursos;

XVIII — apresentar ao presidente do Superior Tribunal Militar, até o dia trinta de janeiro, relatório dos trabalhos da Auditoria no ano anterior;

XIX — aplicar penas disciplinares aos funcionários que lhe são subordinados;

XX — instaurar inquérito administrativo, quando entender necessário e tiver ciência de irregularidade praticada por funcionário que lhe é subordinado;

XXI — distribuir alternativamente, entre si e o auditor substituto, na ordem de entrada, os processos aforados em sua Auditoria;

XXII — dar cumprimento às normas legais sobre a administração financeira e orçamentária e a escrituração de carga e descarga de material;

XXIII — praticar os demais atos que, em decorrência de lei, tocarem à sua atribuição.

CAPÍTULO VII

DO ADVOGADO DE OFÍCIO

Art. 47. Ao advogado de ofício incumbe:

I — nos processos a que respondem praças:

a) acompanhar-lhes todos os termos até final decisão;

b) arrazoá-los e fazer a defesa oral do acusado, perante os Conselhos de Justiça;

c) arrolar testemunhas, inquiri-las e reinquiri-las, bem como requerer diligências e informações;

d) interpor recursos e requerer os remédios legais, inclusive oferecer embargos a acórdãos do Superior Tribunal Militar;

e) apelar obrigatoriamente das sentenças condenatórias, nos processos de deserção e de insubmissão;

f) requerer revisão criminal;

g) requerer suspensão de pena e livramento condicional do condenado, nos casos permitidos em lei;

h) requerer a extinção da punibilidade e a reabilitação;

II — em quaisquer processos, servir de curador ou defensor, quando nomeado pelo presidente do Conselho, ou pelo auditor;

III — representar ao Conselho de Justiça ou ao auditor, quanto ao cumprimento de suas decisões ou despachos em benefício de praças ou para a proteção destas, nos termos da lei, quando prêsas ou sujeitas a prisão, em decorrência de processo criminal.

CAPÍTULO VIII

DOS PROCURADORES

Art. 48. Os procuradores exercem perante os Conselhos de Justiça e os auditores as atribuições decorrentes da lei processual militar e da Lei de Organização do Ministério Público.

CAPÍTULO IX

DOS ESCRIVÃES E ESCRIVENTES

Art. 49. São atribuições do escrivão:

I — estar presente em cartório durante o expediente;

II — ter em boa guarda os autos e papéis a seu cargo e os que, por força do ofício, receber das partes;

III — conservar o cartório em boa ordem e classificar por espécie, número e ordem cronológica os autos e papéis a seu cargo, quer em andamento quer arquivados;

IV — escrever em forma legal e de modo legível, ou datilografar, os termos do processo, mandados, precatórias, depoimentos, atas das sessões dos Conselhos e demais atos próprios de seu ofício;

V — providenciar com diligência o cumprimento de decisões ou despachos de Conselho de Justiça ou auditor, para notificação ou intimação das partes, testemunhas, advogado,

ofendido e acusado, a fim de comparecerem em dia, lugar e hora determinados, no curso do processo, bem como cumprir quaisquer outros atos que lhe incumba, por dever de ofício;

VI — lavrar procuração *apud acta*;

VII — prestar às partes interessadas informações verbais, que lhe forem pedidas, sobre processos em andamento, salvo no caso de se proceder em segredo de justiça;

VIII — dar, independentemente de despacho, certidões *verbo ad verbum*, ou em relatório, se pedidas por advogado ou representante do Ministério Público, e não versarem sobre objeto de segredo;

IX — acompanhar o juiz nas diligências de ofício;

X — numerar e rubricar as folhas dos autos e quaisquer peças dêles extraídas;

XI — ter em dia e lançar em livro próprio a relação de todos os móveis e utensílios do cartório;

XII — providenciar o registro das sentenças e decisões dos Conselhos de Justiça e do auditor;

XIII — anotar, por ordem alfabética, os nomes dos réus condenados e a data exata da condenação, bem como a pena aplicada e a sua terminação;

XIV — anotar, em ordem cronológica, a entrada dos processos e sua remessa à instância superior ou a outro juízo, bem como as devoluções que tiverem ocorrido;

XV — providenciar para que o cartório seja provido dos livros, classificadores, fichas e demais material necessário à boa guarda e à ordem dos processos;

XVI — fornecer ao auditor, de seis em seis meses, a relação dos processos parados em cartório;

XVII — distribuir o serviço do cartório pelos escreventes juramentados e demais auxiliares, fiscalizando-o e representando ao auditor sobre irregularidade que ocorrer, em prejuízo do andamento de processo ou da boa ordem do serviço, desde que as suas determinações não sejam obedecidas;

XVIII — providenciar a correspondência administrativa do cartório;

XIX — remeter anualmente ao auditor, até o dia quinze de janeiro, relatório das atividades do cartório.

Parágrafo único. O escrivão, assim como os escreventes juramentados são diretamente subordinados ao auditor perante quem servirem.

Art. 50. Incumbe ao escrevente juramentado:

- a) comparecer à hora marcada às audiências e estar presente em cartório durante o expediente;
- b) auxiliar o escrivão, podendo, neste caráter, ser encarregado de todo o serviço de cartório, inclusive exercer as atribuições a que se refere o nº IV do artigo anterior, sendo os atos referendados pelo escrivão;
- c) lavrar procuração *apud acta*, quando estiver funcionando em audiência.

Art. 51. Incumbe aos demais auxiliares de cartório exercer as atribuições pertinentes aos seus cargos, que lhes forem determinadas pelo auditor ou distribuídas pelo escrivão.

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

CAPÍTULO X

Art. 52. São atribuições do oficial de justiça:

I — fazer, de acôrdo com a lei processual militar, as citações por mandado, bem como as notificações e intimações de que fôr incumbido pelo escrivão;

II — dar contrafé, bem como certidão dos atos e diligências que tiver cumprido;

III — lavrar autos e efetuar prisões, bem como medida preventiva ou assecuratória que haja sido determinada por Conselho de Justiça ou auditor;

IV — convocar pessoas idôneas que testemunhem atos de seu ofício, quando a lei o exigir;

V — executar as ordens do presidente do Conselho de Justiça e do auditor, em matéria de serviço;

VI — apregoar a abertura e o encerramento das sessões do Conselho de Justiça;

VII — fazer a chamada das partes e testemunhas;

VIII — passar certidão de pregões e afixação de editais;

IX — auxiliar o serviço nas Auditorias, pela forma ordenada pelo auditor ou pelo escrivão.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

DO COMPROMISSO, POSSE E EXERCÍCIO

Art. 53. Nenhum magistrado ou funcionário da Justiça Militar poderá tomar posse e entrar em exercício sem que tenha prestado o compromisso de fiel cumprimento dos seus deveres e atribuições.

Parágrafo único. Para a posse, serão apresentados os seguintes documentos, salvo se a qualidade ou condição da pessoa, por presunção de direito, dispensar qualquer deles:

a) título de nomeação ou exemplar do *Diário Oficial* da União de que conste integralmente o respectivo ato;

b) certidão de idade ou documento equivalente;

c) certificado ou documento equivalente que prove estar quite com as obrigações militares;

d) cartão de identidade;

e) declaração de junta médica oficial, do gozo de boa saúde;

f) certidão ou documento equivalente do preenchimento de condições especiais, prescritas em lei, para a investidura em determinados cargos ou carreiras.

Art. 54. Será lançada, obrigatoriamente, em seguida ao termo de posse, a indicação dos bens e valores que constituírem o patrimônio do nomeado.

Art. 55. Os ministros, o procurador-geral, os auditores, os advogados de ofício, os procuradores, o secretário do Tribunal, os escrivães e os oficiais de justiça usarão, nas sessões e audiências, os vestuários e insígnias estabelecidas no regimento interno do Tribunal.

Parágrafo único. A função de secretário é desempenhada pelo vice-diretor-geral dos serviços auxiliares do mesmo Tribunal.

Art. 56. No exercício das funções há recíproca independência entre os órgãos do Ministério Público e de ordem judiciária.

Art. 57. O prazo para a posse e exercício é de trinta dias, prorrogável por mais trinta, se houver legítimo impedimento.

§ 1º O prazo é contado da data do conhecimento da publicação do ato no *Diário Oficial* da União.

§ 2º Não se verificando a posse ou o exercício, dentro dos prazos legais, considera-se de nenhum efeito o ato de nomeação, promoção ou remoção.

§ 3º Tratando-se de promoção ou remoção, a posse efetua-se mediante a simples apresentação do respectivo título ou do «Diário Oficial da União», que publicou o ato, completando-se com a comunicação de haver o servidor entrado em exercício.

Art. 58. São competentes para dar posse:

- a) o Superior Tribunal Militar aos seus ministros;
- b) o presidente do Tribunal aos auditores e advogados de ofício e seus respectivos substitutos e ao diretor-geral da Secretaria, secretário-geral da Presidência e vice-diretor-geral;
- c) os auditores aos funcionários que lhe são subordinados;
- d) o diretor-geral, aos funcionários dos serviços auxiliares do Tribunal.

CAPÍTULO II

DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 59. Não podem servir conjuntamente juizes, membros do Ministério Público, advogados e escrivães que tenham, entre si, parentesco consanguíneo ou afim da linha ascendente ou descendente ou na colateral, até o terceiro grau, e, bem assim, os que tenham vínculo de adoção.

§ 1º Quando a incompatibilidade se der com advogado, é este que deve ser substituído.

§ 2º No caso de nomeação, a incompatibilidade se resolve antes da posse, contra o último nomeado ou contra o menos idoso, se a nomeação fôr da mesma data; depois da posse, contra o que lhe deu causa; e, se a incompatibilidade fôr imputada a ambos, contra o mais moderno.

Art. 60. Os cargos judiciários e os do Ministério Público são incompatíveis entre si.

Art. 61. Os titulares de cargos judiciários não podem exercer outros cargos, ressalvados os casos previstos na Constituição.

Parágrafo único. A aceitação de cargo incompatível importa a perda do cargo judiciário e das vantagens correspondentes, exceto a do montepio.

Art. 62. São nulos os atos praticados pelos titulares de cargos judiciários, depois de se tornarem incompatíveis.

CAPÍTULO III

DA ANTIGÜIDADE

Art. 63. Entende-se por antigüidade o tempo de serviço no cargo, deduzidas as interrupções, exceto:

- a) férias;
- b) gala;
- c) nojo;
- d) licença especial;
- e) licença a gestante;
- f) licença por acidente em serviço;
- g) período de trânsito;
- h) tempo de comissão em serviço inerente ao próprio cargo;
- i) tempo de suspensão do exercício em virtude de inquérito ou processo administrativo ou criminal, de que não tenha sido apurada a sua culpabilidade;
- j) afastamento para servir em júri ou outros serviços obrigatórios por lei.

Art. 64. A antigüidade de auditor, a de advogado de ofício e seus respectivos substitutos, e a de escrivão, escrevente juramentado e auxiliar de escrevente, para efeito de promoção ou remoção, apurar-se-á na entrância a que pertencerem, observado o disposto no artigo seguinte, desde que dois ou mais tenham tomado posse na mesma data.

Parágrafo único. O Tribunal poderá, por motivo de interesse público, recusar o mais antigo, pelo voto de dois terços dos seus juizes efetivos, em escrutínio secreto, repetindo-se a votação até se fixar a indicação.

Art. 65. Quando as datas da posse coincidirem, a preferência caberá ao que maior tempo tiver de efetivo exercício em cargo anterior do serviço federal, prevalecendo, neste caso, o de serviço na Justiça Militar. Persistindo o empate, decidir-se-á pela idade, em benefício do que a tiver maior. Na apuração do tempo de serviço deduzir-se-ão, em qualquer caso, as interrupções que não estejam previstas no art. 63.

Art. 66. O Superior Tribunal Militar organizará, anualmente, e fará publicar no *Diário da Justiça*, até quinze de janeiro, a lista de antigüidade dos auditores e advogados de ofício.

Art. 67. As reclamações contra a lista de antigüidade serão processadas e julgadas pelo Superior Tribunal Militar, observadas as disposições seguintes:

a) a reclamação será apresentada na Diretoria-Geral ou posta no correio, dentro em sessenta dias, contados da data da publicação da lista no «Diário da Justiça»;

b) examinada pelo relator e discutida pelo Tribunal, poderá este julgá-la desde logo improcedente, por falta de fundamento; ou, em caso contrário, mandar ouvir os interessados, marcando-lhes prazo razoável, que não excederá a sessenta dias.

CAPÍTULO IV

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 68. Os ministros, auditores, advogados de ofício e funcionários dos serviços auxiliares da Justiça são substituídos nas suas licenças, faltas ou impedimentos:

a) o presidente do Tribunal, pelo vice-presidente e, na falta deste, pelo ministro mais antigo;

b) os ministros militares, mediante convocação do presidente do Tribunal, por oficiais gerais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, preferentemente do mais alto posto, e respectivamente escolhidos dentre os da lista enviada pelos ministros daquelas pastas;

c) os ministros civis, pelo auditor corregedor e na sua falta ou impedimento, por auditor de segunda entrância, convocado dentre os três de maior antigüidade;

d) os auditores, pelos seus substitutos legais, salvo o corregedor, que será substituído, por convocação do presidente do Tribunal, dentre os três auditores de maior antigüidade na segunda entrância;

e) o presidente de Conselho Especial ou Permanente, pelo oficial imediato em posto ou antigüidade, se fôr oficial superior ou oficial general;

f) os juizes de Conselho Especial ou Permanente de Justiça mediante sorteio;

g) o presidente e os juizes de Conselho dos corpos, formações, ou estabelecimentos militares, por oficial designado pelo comandante da unidade ou estabelecimento;

h) os advogados de ofício, pelos seus substitutos; e, na falta destes, por advogado designado pelo presidente do Conselho ou auditor;

i) os escrevães, por escrevente juramentado, e este por outro auxiliar de cartório, mediante designação do auditor e ordem de antigüidade;

j) os oficiais de justiça, pelos respectivos substitutos.

§ 1º A convocação de ministro, a que se referem as letras b e c, só se fará quando a licença, falta ou impedimento fôr

superior a sessenta dias, salvo nos casos em que, por disposição legal, fôr exigido *quorum* especial para a decisão.

§ 2º Nas Circunscrições Judiciárias em que, na mesma sede, houver mais de uma Auditoria, os auditores e advogados de ofício, desde que não haja substitutos disponíveis, se substituirão respectivamente e sem prejuízo das suas funções, nos casos de licença, falta ou impedimento em outras Auditorias.

CAPÍTULO V

DAS LICENÇAS E INTERRUPÇÕES DO EXERCÍCIO

Art. 69. As licenças serão concedidas:

I — pelo Superior Tribunal Militar aos seus ministros, aos auditores e auditores substitutos;

II — pelo presidente do Superior Tribunal Militar:

a) aos advogados de ofício e seus substitutos;

b) aos funcionários dos serviços auxiliares do Tribunal;

III — pelo auditor ao escrivão e demais funcionários da Auditoria.

Art. 70. Os ministros do Superior Tribunal Militar terão dois meses de férias a serem gozadas coletivamente, nos períodos determinados pelo regimento interno.

Art. 71. Os auditores, auditores substitutos e advogados de ofício terão direito a sessenta dias de férias a serem gozadas de uma só vez ou em parcelas de trinta dias.

Art. 72. O substituto de advogado de ofício, que estiver em exercício por mais de um ano, terá direito a férias, por período igual ao do respectivo titular.

Art. 73. Os funcionários dos serviços auxiliares do Tribunal e das Auditorias terão direito a trinta dias de férias.

Art. 74. Em casos não previstos neste Capítulo, quanto a licenças e férias, bem como a interrupções de exercício, aplicam-se as disposições de legislação especial reguladora do assunto.

CAPÍTULO VI

DA DISCIPLINA JUDICIÁRIA

Art. 75. Os advogados de ofício, os escrivães e demais funcionários das Auditorias são passíveis das seguintes penas disciplinares:

a) repreensão;

b) multa;

c) suspensão;

d) demissão.

Parágrafo único. A advertência, embora não se considere pena disciplinar nem deva constar dos assentamentos funcionais,

poderá ser feita pela autoridade competente, verbalmente ou por escrito, em caráter sigiloso ou não, inclusive em acórdão ou sentença, em se tratando de autoridade judiciária de primeira instância, advogado de ofício, escrivão, escrevente juramentado ou oficial de justiça, sempre que haja necessidade de chamar a atenção sobre erro ou omissão que se verificar em processo.

Art. 76. Os auditores e auditores substitutos somente são passíveis das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão.

Art. 77. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço judiciário.

Art. 78. A pena de repreensão será aplicada por escrito, em caráter sigiloso ou não, nos casos de desobediência e falta de cumprimento dos deveres funcionais ou descortesia no trato com autoridades ou com outras pessoas, no exercício da função.

Art. 79. A pena de suspensão, que não excederá, cada vez, a trinta dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, obrigado o punido, neste caso, a permanecer no serviço.

Art. 80. A pena de demissão aplica-se nos mesmos casos previstos para os demais funcionários públicos civis da União, pelo seu Estatuto.

§ 1º O funcionário estável somente poderá ser demitido após processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa, instaurado de ofício ou mediante representação escrita de autoridade ou de pessoa interessada, que nêle deverá depor.

§ 2º Se não fôr estável, será, entretanto, ouvido antes sobre o fato que lhe é imputado, salvo se demissível *ad nutum*.

§ 3º O ato de demissão mencionará a causa da penalidade.

§ 4º Se, no processo administrativo, não ficar apurada falta determinante de demissão, mas outra de menor gravidade, a pena correspondente será aplicada pela autoridade que ordenou a instauração do processo.

§ 5º O processo administrativo por infração de que possa resultar demissão será instaurado por determinação do Superior Tribunal Militar.

§ 6º Independe de processo administrativo a aplicação das penas de repreensão, multa e suspensão.

Art. 81. As infrações disciplinares dos procuradores e seus substitutos, perante autoridade judiciária, ou no curso de processo, serão comunicadas ao procurador-geral, para os fins de direito.

Art. 82. As punições são aplicadas:

a) pelo Superior Tribunal Militar, por intermédio do seu presidente, aos auditores, auditores substitutos e advogados de ofício;

b) pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ao diretor-geral, ao secretário-geral da Presidência, ao vice-diretor-geral e aos diretores de serviço;

c) pelo auditor, aos servidores que lhe são subordinados;

d) pelo diretor-geral, aos funcionários que pertencerem aos serviços auxiliares do Tribunal, não compreendidos na letra b.

Art. 83. O auditor ou funcionário, a quem tiver sido imposta pena disciplinar, poderá pedir a sua reconsideração ou relevação.

Parágrafo único. Não é permitido segundo pedido de reconsideração ou relevação, no mesmo caso ou sua reincidência.

Art. 84. Os recursos para o Superior Tribunal Militar, das penas aplicadas pelo seu presidente, ou por auditor, serão interpostos dentro do prazo de cinco dias, contados da data da aplicação, ou do indeferimento do pedido de reconsideração ou relevação, e, dentro do mesmo prazo, ao presidente do Tribunal, de pena aplicada pelo diretor-geral.

Art. 85. Aplicar-se-á o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União relativamente às transgressões disciplinares praticadas por funcionários dos serviços auxiliares do Superior Tribunal Militar, nos casos não previstos nesta lei.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

Art. 86. São as seguintes as autoridades da Justiça Militar na vigência do estado de guerra, junto às forças em operações:

a) os Conselhos Superiores de Justiça Militar;

b) os Conselhos de Justiça Militar;

c) os auditores.

Art. 87. Compete, de modo geral, às autoridades mencionadas no artigo anterior, processar e julgar os crimes praticados nas zonas de operações ou em território estrangeiro militarmente ocupado por forças brasileiras, ressalvado o disposto em convenções ou tratados internacionais.

Parágrafo único. E' ressaltada a competência do Superior Tribunal Militar quanto aos crimes praticados dentro dos limites territoriais do País.

Art. 88. Os Conselhos Superiores de Justiça Militar são órgãos de segunda instância, tendo a sua constituição e jurisdição reguladas por decreto do presidente da República. Dêle fará parte um magistrado de carreira da Justiça Militar.

Art. 89. O Conselho de Justiça compor-se-á do auditor e dois oficiais de patente superior ou igual à do acusado, desde que mais antigo, nomeados pelo comandante-chefe das forças em operações, ou de grandes unidades, por delegação sua.

Parágrafo único. Esse Conselho será constituído para cada caso, e dissolvido logo depois de terminado o julgamento.

Art. 90. Haverá, junto às forças de terra, mar e ar, em operações, tantas Auditorias quantas necessárias.

Art. 91. Cada Auditoria compor-se-á de um auditor, um procurador, um advogado de ofício, um escrivão, e dos auxiliares que forem necessários, podendo estas duas últimas funções ser desempenhadas por praças graduadas.

Parágrafo único. Um dos auxiliares exercerá, por designação do auditor, a função de oficial de justiça.

Art. 92. Na falta de substituto de procurador ou de advogado de ofício, poderão essas funções ser exercidas por oficiais da ativa, ou da reserva, desde que formados em Direito.

Parágrafo único. Se nomeado oficial da reserva, será convocado para este fim.

Art. 93. As Auditorias funcionarão junto ao Comando, que lhes fixará a jurisdição.

Art. 94. Compete ao Conselho Superior de Justiça:

- a) processar e julgar originariamente os oficiais gerais e coronéis ou capitães-de-mar-e-guerra;
- b) julgar as apelações interpostas das sentenças proferidas pelos Conselhos de Justiça e auditores;
- c) julgar os embargos opostos às sentenças proferidas nos processos de sua competência originária.

Parágrafo único. Os comandantes-chefes responderão perante o Superior Tribunal Militar, dependendo a ação penal de requisição do Governo.

Art. 95. Compete ao Conselho de Justiça julgar os oficiais até o posto de tenente-coronel ou capitão-de-fragata, inclusive.

Art. 96. Compete ao auditor:

a) presidir a instrução criminal quando o acusado fôr oficial, assemelhado, praça ou civil, observado o disposto na letra a, do art. 94;

b) presidir a instrução criminal e julgar as praças, seus assemelhados, e civis.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 97. Os substitutos de auditor e de advogado de ofício, com estabilidade no cargo e vencimentos permanentes, têm direito à aposentadoria, nos termos da legislação em vigor na data da sua concessão.

§ 1º Aos substitutos de auditor e de advogado de ofício, não compreendidos neste artigo, é assegurada a aposentadoria, ao atingirem o limite de idade previsto na legislação em vigor.

§ 2º Os substitutos de auditor e de advogado de ofício incluídos no preâmbulo dêste artigo, além dos demais períodos de efetivo exercício que possam ser computados, para efeito de aposentadoria, contarão o seu tempo de serviço, ininterruptamente, a partir da data em que foram declarados estáveis.

§ 3º Os atuais substitutos de auditor e procurador da Justiça Militar da União, que tenham adquirido estabilidade nessas funções, poderão ser aproveitados em cargo inicial dessas carreiras, respeitados os direitos dos candidatos aprovados em concurso.

§ 4º O ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, pertencente aos quadros da Justiça Militar, que tenha participado efetivamente de operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Força do Exército poderá, independentemente de concurso, desde que possua os requisitos previstos em lei, ingressar no cargo inicial da carreira da magistratura ou de advogado de ofício.

§ 5º Os substitutos de auditor, de advogado de ofício, com estabilidade e vencimentos, nas condições do parágrafo anterior, serão aproveitados como titulares, nas vagas que ocorrerem na mesma entrância.

Art. 98. Êste Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

Augusto Hamman Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 1.004 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

PARTE GERAL

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Art. 1.º Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Princípio
de
legalidade

Art. 2.º Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.

Lei supressiva
de
incriminação

§ 1.º A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorecer o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Retroatividade
de lei mais
benigna

§ 2.º Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

Apuração
da
maior benignidade

Art. 3.º As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

Medidas
de
segurança

Lei excepcional
ou
temporária

Art. 4.º A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Tempo do crime

Art. 5.º O crime se entende praticado no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

Lugar do crime

Art. 6.º Considera-se praticado o fato no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

Territorialidade

Art. 7.º Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

Território
nacional por
extensão

§ 1.º Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional os navios e aeronaves brasileiros de natureza pública ou a serviço do Governo brasileiro, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e os navios brasileiros, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, em alto mar ou espaço aéreo correspondente.

Ampliação
a aeronaves ou
navios
estrangeiros

§ 2.º É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estes em porto ou mar territorial do Brasil.

Extraterritorialidade

Art. 8.º Ficam sujeitos à lei brasileira, embora praticados no estrangeiro:

I — os crimes:

a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;

b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, de Estado ou Município;

c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;

d) de genocídio, quando o agente é brasileiro ou domiciliado no Brasil.

II — os crimes:

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- b) praticados por brasileiro;
- c) praticados em aeronaves ou navios brasileiros, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

§ 1.º Nos casos do n.º I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que já tenha sido julgado no estrangeiro.

§ 2.º Nos casos do n.º II, a aplicação da lei brasileira depende das seguintes condições:

- a) entrar o agente no território nacional;
- b) ser o fato também punível no país em que foi praticado;
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

§ 3.º A lei brasileira aplica-se igualmente ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições mencionadas no parágrafo anterior:

- a) não foi pedida ou foi negada a extradição;
- b) houve requisição do Ministro da Justiça.

Art. 9.º A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

Art. 10. A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:

- I — obrigar o condenado a reparação do dano, restituições e outros efeitos civis;
- II — sujeitá-lo às penas acessórias e medidas de segurança;
- III — reconhecê-lo como reincidente ou criminoso habitual.

Crime de estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil

Pena cumprida no estrangeiro

Eficácia da sentença estrangeira

Parágrafo único. A homologação, no caso do nº I, depende de iniciativa da parte interessada; nos demais casos, de requerimento do Ministério Público.

Contagem
de prazo

Art. 11. No cômputo dos prazos inclui-se o dia do comêço. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Legislação
especial
salário-mínimo

Art. 12. As regras gerais dêste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispõe de modo diverso. Para os efeitos penais, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da sentença.

TÍTULO II

DO CRIME

Relação
de causalidade

Art. 13. O resultado, de que depende a existência do crime, sòmente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

§ 1.º A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado. Os fatos anteriores imputam-se, entretanto, a quem os praticou.

§ 2.º A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; a quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua superveniência.

Art. 14. Diz-se o crime:

Crime consumado

I — consumado, quando nêle se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

Tentativa

II — tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Parágrafo único. Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de

excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

Art. 15. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

Art. 16. Não se pune a tentativa, quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Crime impossível

Art. 17. Diz-se o crime:

Culpabilidade

I — doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

II — culposo, quando o agente, deixando de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levianamente que não se realizaria ou que poderia evitá-lo.

Parágrafo único. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

Excepcionalidade do crime culposo

Art. 18. Não há crime quando o fato resulta de caso fortuito ou força maior.

Caso fortuito ou força maior

Art. 19. Pelos resultados que agravem especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado, pelo menos, culposamente.

Art. 20. A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave, quando o agente, por escusável ignorância ou erro de interpretação da lei, supõe lícito o fato.

Erro de direito

Art. 21. É isento de pena quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui, ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

Erro de fato

§ 1.º Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente, quando o fato é punível como crime culposo.

Erro culposo

Erro provocado

§ 2.º Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

Erro sobre a pessoa

Art. 22. Quando o agente, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atinge uma pessoa em vez de outra, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir. Devem ter-se em conta não as condições e qualidades da vítima, mas as da outra pessoa, para configuração, qualificação ou exclusão do crime, e agravação ou atenuação da pena.

Erro quanto ao bem jurídico

§ 1.º Se, por erro ou outro acidente na execução, é atingido bem jurídico diverso do visado pelo agente, responde este por dolo, se assumiu o risco de causar este resultado, ou por culpa, se o previu, ou podia prever, e o fato é punível como crime culposos.

Duplicidade de resultado

§ 2.º Se, no caso do artigo, é também atingida a pessoa visada, ou, no caso do parágrafo anterior, ocorre ainda o resultado pretendido, aplica-se a regra do art. 65.

Coação física

Art. 23. Não é autor do crime quem o pratica sob coação física irresistível, respondendo tão-somente o coator.

Art. 24. Não é culpado quem comete o crime:

Coação moral

a) sob coação moral, que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade;

Obediência hierárquica

b) em obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.

Parágrafo único. Responde pelo crime o autor da coação ou da ordem.

Estado de necessidade como excludente de culpabilidade

Art. 25. Não é igualmente culpado quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.

Atenuação de pena

Art. 26. Nos casos do art. 23 e do art. 24, letras a e b, se era possível resistir à coação, ou se a ordem não era manifestamente ilegal; ou, no

caso do art. 25, se era razoavelmente exigível o sacrifício do direito ameaçado, o juiz, tendo em vista as condições pessoais do réu, pode atenuar a pena.

Art. 27. Não há crime quando o agente pratica o fato:

Exclusão de crime

- I — em estado de necessidade;
- II — em legítima defesa;
- III — em estrito cumprimento de dever legal;
- IV — em exercício regular de direito.

Art. 28. Considera-se em estado de necessidade quem pratica um mal para preservar direito seu ou alheio de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, pela sua natureza e importância, é consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não era legalmente obrigado a arrostar o perigo.

Estado de necessidade como excludente do crime

Art. 29. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Legítima defesa

Art. 30. O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível a título de culpa.

Excesso culposo

§ 1.º Não é punível o excesso quando resulta de escusável medo, surpresa, ou perturbação de ânimo em face da situação.

Excesso escusável

§ 2.º Ainda quando punível o fato por excesso doloso, o juiz pode atenuar a pena.

Excesso doloso

TÍTULO III

DA IMPUTABILIDADE PENAL

Art. 31. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento,

Inimputáveis

Redução facultativa da pena

em virtude de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

Parágrafo único. Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, não fica excluída a imputabilidade, mas a pena pode ser atenuada, sem prejuízo do disposto no art. 94.

Embriaguez

Art. 32. Não é igualmente imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Menores

Art. 33. O menor de dezoito anos é inimputável salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.

Art. 34. Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezesseis inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.

TÍTULO IV

DO CONCURSO DE AGENTES

Co-autoria

Art. 35. Quem, de qualquer modo, concorrer para o crime incide nas penas a este cominadas.

Condições ou circunstâncias pessoais

§ 1º A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou

circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

§ 2º A pena é agravada em relação ao agente que:

Agravação
de pena

I — promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes;

II — coage outrem à execução material do crime;

III — instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;

IV — executa o crime, ou nêle participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

§ 3º A pena é atenuada em relação ao agente cuja participação no crime é de somenos importância.

Atenuação
de pena

TÍTULO V

DAS PENAS

CAPÍTULO I

DAS PENAS PRINCIPAIS

Art. 36. As penas principais são:

Penas principais

I — reclusão;

II — detenção;

III — multa.

Seção I — Da reclusão e da detenção

Art. 37. A pena de reclusão e a de detenção devem ser cumpridas, sempre que possível, em estabelecimentos separados ou em seções especiais do mesmo estabelecimento, e devem ser executadas de modo que exerçam sobre o condenado uma individualizada ação educativa, no sentido de sua recuperação social.

Fim da pena

§ 1º O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo, de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de quinze dias, e o máximo, de dez anos.

Mínimos e máximos genéricos

§ 2º O condenado é obrigado a trabalhar, na medida de suas forças e aptidões. Exercido du-

Obrigação
de trabalho

rante o dia e em comum, o trabalho é remunerado e deve obedecer à finalidade de proporcionar ao condenado a aprendizagem ou aperfeiçoamento de ofício que lhe sirva, de futuro, como meio de vida honesto.

**Isolamento
celular**

§ 3º O isolamento celular é obrigatório durante as horas do repouso noturno.

**Separação
dos sexos**

§ 4º As mulheres cumprem pena em estabelecimentos especiais ou, na falta, em seção adequada de estabelecimento penal comum, com inteira separação da destinada aos homens.

**Menores de 21
anos**

§ 5º Cumprem pena separadamente os menores de vinte e um anos, dos condenados adultos.

**Detenção
substitutiva**

Art. 38. A pena de reclusão não superior a dois anos pode ser substituída pela de detenção, desde que o réu seja primário e de bons antecedentes, e tenha realizado o ressarcimento do dano antes da sentença condenatória.

**Tipos de estabe-
lecimentos penais**

Art. 39. Os estabelecimentos penais são de tipo industrial, ou agrícola, ou misto.

**Estabelecimento
penal aberto**

Art. 40. As penas de reclusão e de detenção podem ser cumpridas em estabelecimento penal aberto, sob regime de semiliberdade e confiança, desde que o condenado seja primário e de nenhuma ou escassa periculosidade, e a duração da pena imposta não seja superior a seis anos.

§ 1º A internação em estabelecimento penal aberto pode também constituir fase de execução, precedendo a concessão do livramento condicional do condenado de bom comportamento que demonstre readaptabilidade social.

§ 2º O estabelecimento penal aberto, instalado, de preferência, nas cercanias de centro urbano, deve dispor de suficiente espaço para o trabalho rural e de oficinas para o trabalho industrial ou artesanato.

§ 3º Se o internado fugir, não mais lhe pode ser concedida a regalia e perde o direito ao livramento condicional.

**Superveniência
de doença mental**

Art. 41. O condenado a que sobrevenha doença mental deve ser recolhido a manicômio judiciário ou, na falta, a outro estabelecimento adequado, onde lhe sejam assegurados a custódia e o tratamento.

Art. 42. Computam-se, na pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, e o de internação em hospital ou manicômio, bem como o excesso de tempo, reconhecido em decisão judicial irrecorrível, no cumprimento da pena por outro crime, desde que a decisão seja posterior ao crime de que se trata.

**Tempo
computável na
duração da pena**

Art. 43. O condenado pela justiça de um Estado pode cumprir pena em estabelecimento de outro Estado ou da União.

**Transferência
de condenados**

Seção II — Da pena de multa

Art. 44. A pena de multa consiste no pagamento, ao Tesouro Nacional, de uma soma em dinheiro, que é fixada em dias-multa. Seu montante é, no mínimo, um dia-multa e, no máximo, trezentos dias-multa.

Multa

Parágrafo único. O montante do dia-multa é fixado segundo o prudente arbítrio do juiz, mas não pode ser inferior ao valor de um trigésimo do salário mínimo, nem superior a um têrço dele.

**Fixação
do dia-multa**

Art. 45. Quando um crime é praticado com o fim de lucro, ou por cupidez, deve ser aplicada a pena de multa, ainda que não esteja expressamente cominada. Em tal caso, a multa não poderá exceder de cem dias-multa.

**Crime com fim
de lucro**

Art. 46. A pena de detenção não superior a seis meses pode ser substituída pela de multa desde que o réu seja primário, de escassa ou nenhuma periculosidade e tenha realizado o ressarcimento do dano antes da sentença condenatória, se é de esperar que a multa baste para servir de advertência ao condenado. Na conversão, a cada dia de detenção corresponderá um dia-multa.

**Multa
substitutiva**

Art. 47. Tal seja a situação econômica do condenado, o juiz pode conceder um prazo não inferior a três meses e não superior a um ano, a contar da data do trânsito em julgado da sentença condenatória, para o pagamento da multa, ou permitir que este se faça a prestações mensais, dentro no mesmo prazo, com ou sem garantias.

**Facilitação
de pagamento**

Revogam-se tais favores se o condenado é im-
pontual ou vem a melhorar de situação econômica.

Pagamento com
prestação de
trabalho livre

Art. 48. Se o condenado é insolvente, mas possui capacidade laborativa, pode ser-lhe permitido o resgate da multa mediante prestação de trabalho livre em obras públicas ou empresa pública, entidade autárquica ou sociedade de economia mista.

Desconto na re-
muneração do
trabalho penal

Art. 49. Quando imposta cumulativamente com pena privativa de liberdade, e enquanto esta perdura, a multa é cobrada mediante desconto de quarta parte da remuneração do trabalho penal.

Conversão
em detenção

Art. 50. A multa converte-se em detenção, quando o condenado solvente frustra o seu pagamento.

Modo
da conversão

§ 1º Para o efeito da conversão, um dia-multa corresponde a um dia de detenção, não podendo esta, entretanto, exceder de um ano ou do mínimo da pena privativa de liberdade cumulativa ou alternativamente cominada ao crime, quando inferior a um ano.

Revogação
da conversão

§ 2º A conversão fica sem efeito se, a qualquer tempo, o condenado paga a multa ou lhe assegura o pagamento mediante caução real ou fidejussória.

Suspensão
da execução da
multa

Art. 51. É suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DA PENA

Fixação da pena
privativa de
liberdade

Art. 52. Para fixação da pena privativa de liberdade, o juiz aprecia a gravidade do crime praticado e a personalidade do réu, devendo ter em conta a intensidade do dolo ou grau da culpa, a maior ou menor extensão do dano ou perigo de dano, os meios empregados, o modo de execução, os motivos determinantes, as circunstâncias de tempo e lugar, os antecedentes do réu e sua atitude de insensibilidade, indiferença ou arrependimento após o crime.

Art. 53. Na fixação da pena de multa, o juiz deve ter em conta, principalmente, a situação pessoal e econômica do condenado.

Fixação da pena de multa

Parágrafo único. A multa pode ser aumentada até o triplo, embora não possa exceder o máximo genérico (art. 44), se o juiz considera que, em virtude da situação econômica do condenado, é ineficaz a cominada, ainda que no máximo, ao crime de que se trate.

Art. 54. Desprezam-se, na pena privativa de liberdade, as frações de dia e, na multa, as frações de NCr\$ 0,10.

Frações não computáveis

Art. 55. Na sentença devem ser expressamente referidos os fundamentos da medida da pena.

Fundamentação da medida da pena

Art. 56. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime:

Circunstâncias agravantes

I — a reincidência;

II — ter o agente cometido o crime:

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) depois de embriagar-se propositadamente para cometê-lo;

d) à traição, de emboscada, com surpresa, ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima;

e) com emprêgo de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel ou de que podia resultar perigo comum;

f) mediante paga ou promessa de recompensa;

g) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

h) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

i) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

j) contra criança, velho ou enfermo;

l) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

m) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.

Reincidência

Art. 57. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

§ 1º Não se toma em conta, para o efeito da reincidência, a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e o crime posterior decorreu período de tempo superior a cinco anos.

Crimes não considerados para efeito de reincidência

§ 2º Para o efeito da reincidência, não se consideram os crimes puramente militares ou políticos.

Circunstâncias atenuantes

Art. 58. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I — ser o agente menor de vinte e um ou maior de setenta anos;

II — ser meritório seu comportamento anterior;

III — ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria de crime ignorada ou impunita a outrem;

e) cometido o crime sob a influência da multidão em tumulto, se, lícita a reunião, não provocou o tumulto.

Quantum da agravação ou atenuação

Art. 59. Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e

um têrço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

Art. 60. Quando ocorre mais de uma agravante ou atenuante, o juiz poderá limitar-se a uma só agravação ou a uma só atenuação.

Mais de uma
agravante ou
atenuante

Art. 61. No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência. Se há equivalência entre umas e outras, é como se não tivessem ocorrido.

Concurso
de agravantes
atenuantes

Art. 62. Quando a lei prevê causas especiais de aumento ou diminuição da pena, não fica o juiz adstrito aos limites da pena cominada ao crime, senão apenas aos da espécie de pena aplicável.

Majorantes
e minorantes

Parágrafo único. No concurso dessas causas especiais, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

Art. 63. A pena que tenha de ser aumentada ou diminuída, de quantidade fixa ou dentro de determinados limites, é a que o juiz aplicaria, se não existisse a circunstância ou causa que importe o aumento ou a diminuição.

Pena-base

Art. 64. Em se tratando de criminoso habitual ou por tendência, a pena a ser imposta será por tempo indeterminado. O juiz fixará a pena correspondente à nova infração penal, que constituirá a duração mínima da pena privativa da liberdade, não podendo ser, em caso algum, inferior a três anos.

Criminoso
habitual ou por
tendência

§ 1º A duração da pena indeterminada não poderá exceder a dez anos, após o cumprimento da pena imposta.

Limite da pena
indeterminada

§ 2º Considera-se criminoso habitual aquêle que:

Habitualidade
presumida

a) reincide pela segunda vez na prática de crime doloso da mesma natureza, punível com pena privativa de liberdade em período de tempo não superior a cinco anos, descontado o que se refere a cumprimento de pena;

Habitualidade
reconhecível pelo
juiz

b) embora sem condenação anterior, comete sucessivamente, em período de tempo não superior a cinco anos, quatro ou mais crimes da mesma natureza, puníveis com pena privativa de liberdade, e demonstra, pelas suas condições de vida e pelas circunstâncias dos fatos apreciados em conjunto, acentuada inclinação para tais crimes.

Criminoso
por tendência

§ 3º Considera-se criminoso por tendência aquele que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

Ressalva
do art. 94
Crimes da mesma
natureza

§ 4º Fica ressalvado, em qualquer caso, o disposto no art. 94.

§ 5º Consideram-se crimes da mesma natureza os previstos no mesmo dispositivo legal, bem como os que, embora previstos em dispositivos diversos, apresentam, pelos fatos que os constituem ou por seus motivos determinantes, caracteres fundamentais comuns.

Concurso
de crimes

Art. 65. Quando o agente, mediante uma só ou mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, as penas privativas de liberdade devem ser unificadas. Se as penas são da mesma espécie, a pena única é a soma de todas; se de espécies diferentes, a pena única é a mais grave, mas com aumento correspondente à metade do tempo das menos graves, ressalvado o disposto no art. 37, § 1º.

Crime
continuado

Art. 66. Aplica-se a regra do artigo anterior, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser considerados como continuação do primeiro.

Inexistência
de crime
continuado

Parágrafo único. Não há crime continuado quando se trata de fatos ofensivos de bens jurídicos inerentes à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima.

Pena unificada

Art. 67. A pena unificada não pode ultrapassar de trinta anos, se é de reclusão, ou de quinze anos, se é de detenção.

Parágrafo único. A pena unificada pode ser diminuída de um sexto a um quarto no caso de unidade de ação ou omissão ou de crime continuado.

Art. 68. No caso do art. 64, § 2º, letra b, não tem aplicação o disposto no art. 66.

Art. 69. No concurso de crime e contravenção, a pena de reclusão ou de detenção absorve a de prisão simples, mas é aumentada à razão de três dias de prisão simples por um dia de reclusão ou de detenção.

Art. 70. As penas não privativas de liberdade são aplicadas distinta e integralmente, ainda que previstas para um só dos crimes concorrentes.

**Redução
facultativa da
pena**

**Reserva
do art. 64,
§ 2º, "b"**

**Concurso
de crime e
contravenção**

**Penas
não privativas de
liberdade**

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

Art. 71. Pode ser suspensão por dois a seis anos a execução da pena de detenção não superior a dois anos ou, no caso de reclusão por igual prazo, se o réu era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta, desde que:

I — não tenha o réu sofrido condenação anterior, por crime ou por contravenção reveladora de má índole;

II — os seus antecedentes e personalidade, os motivos e circunstâncias de seu crime, bem como sua conduta posterior a este, indicativa de arrependimento ou de sincero desejo de reparação do dano, autorizam a presunção de que não tornará a delinquir.

Parágrafo único. A suspensão não se estende à pena de multa ou à pena acessória, nem exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.

Art. 72. A sentença deve especificar as condições a que fica subordinada a suspensão.

Art. 73. A suspensão é revogada se, no curso do prazo, o beneficiário:

I — é condenado, por sentença irrecorrível, em razão de crime ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa de liberdade;

**Pressupostos
da suspensão**

**O que a
suspensão não
abrange**

Condições

**Revogação
obrigatória da
suspensão**

II — frustra, embora solvente, o pagamento da multa, ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.

**Revogação
facultativa**

§ 1º A suspensão pode ser também revogada, se o condenado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.

**Prorrogação
de prazo**

§ 2º Quando facultativa a revogação, o juiz pode, ao invés de decretá-la, prorrogar o período de prova até o máximo, se este não foi o fixado.

§ 3º Se o beneficiário está respondendo a processo que, no caso de condenação, pode acarretar a revogação, considera-se prorrogado o prazo da suspensão até o julgamento definitivo.

Extinção de pena

Art. 74. Se o prazo expira sem que tenha sido revogada a suspensão, fica extinta a pena privativa de liberdade.

CAPÍTULO IV

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

Requisitos

Art. 75. O condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que:

I — tenha cumprido:

a) metade da pena, se primário;

b) dois terços, se reincidente;

II — tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pelo crime;

III — sua boa conduta durante a execução da pena, sua adaptação ao trabalho e as circunstâncias atinentes à sua personalidade, ao seu meio social e à sua vida pregressa permitem supor que não voltará a delinquir.

**Penas
em concurso de
infrações**

§ 1º No caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena unificada.

**Condenação
de menor de 21
ou maior de 70
anos**

§ 2º Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço.

Art. 76. Se o condenado é criminoso habitual ou por tendência, o livramento condicional pode ser concedido, cumprido o mínimo da pena indeterminada, e, a seguir, a cada dois anos, atendendo-se ao disposto no art. 75, II e III.

Criminoso habitual ou por tendência

§ 1º O juiz fixará um período de prova entre três a cinco anos.

§ 2º Se o livramento condicional fôr revogado, não poderá ser novamente concedido antes de três anos.

Art. 77. A sentença deve especificar as condições a que fica subordinado o livramento.

Especificação das condições

Art. 78. Antes de se pronunciar sobre o livramento, o juiz deve solicitar as informações necessárias e ouvir o Conselho Penitenciário.

Preliminares da concessão

Art. 79. O liberado fica sob observação cautelar e proteção realizadas por patronato oficial ou particular, dirigido aquêle e inspecionado este pelo Conselho Penitenciário. Na falta de patronato, o liberado fica sob observação cautelar realizada por serviço social penitenciário ou órgão similar.

Observação cautelar e proteção do liberado

Art. 80. Revoga-se o livramento se o liberado vem a ser condenado, em sentença irreversível, à pena privativa de liberdade:

Revogação obrigatória

I — por crime doloso cometido durante a vigência do benefício;

II — por crime anterior, salvo se, tendo de ser unificadas as penas, não fica prejudicado o requisito do art. 75, número I, letra a.

Parágrafo único. O juiz pode também revogar o livramento se o liberado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou é irreversivelmente condenado, por motivo de crime culposo ou contravenção, à pena que não seja privativa de liberdade.

Revogação facultativa

Art. 81. Revogado o livramento, não pode ser novamente concedido e, salvo quando a revogação resulta de condenação por infração penal anterior ao benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.

Efeitos da revogação

Art. 82. Se até o seu termo o livramento não é revogado, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.

Extinção de pena

Parágrafo único. Enquanto não passa em julgado a sentença, em processo a que responde o liberado por infração penal cometida na vigência do livramento, deve o juiz abster-se de declarar a extinção da pena.

CAPÍTULO V

DAS PENAS ACESSÓRIAS

Penas acessórias

Art. 83. São penas acessórias:

I — a perda de função pública ainda que cletiva;

II — a inabilitação para o exercício de função pública;

III — a inabilitação para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela;

IV — suspensão dos direitos políticos;

V — a publicação da sentença.

Função pública equiparada

Parágrafo único. Equipara-se à função pública a que é exercida em empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

Perda de função pública

Art. 84. Incorre na perda de função pública:

I — o condenado à pena privativa de liberdade por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública;

II — o condenado, por outro qualquer crime, à pena privativa de liberdade por mais de dois anos.

Inabilitação para o exercício de função pública

Art. 85. Incorre na inabilitação para o exercício de função pública, pelo prazo de dois até vinte anos, o condenado à reclusão por mais de quatro anos, em virtude de crime praticado com abuso do poder ou violação de dever inerente a função pública.

Inabilitação para o pátrio poder, tutela ou curatela

Art. 86. À inabilitação para o exercício do pátrio poder, da tutela ou da curatela, fica sujeito, permanentemente ou pelo prazo de dois até quinze anos, o condenado por crime praticado com abuso do pátrio poder, tutela ou curatela.

§ 1º Ao condenado à pena privativa de liberdade por mais de dois anos, seja qual fôr o crime praticado, fica suspenso o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, enquanto dura a execução da pena ou da medida de segurança, imposta em substituição (art. 94).

Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela

§ 2º Durante o processo, pode o juiz decretar a suspensão provisória do exercício do pátrio poder, tutela ou curatela.

Suspensão provisória

Art. 87. Durante a execução da pena privativa de liberdade, ou da medida de segurança imposta em substituição, ou enquanto perdura a inabilitação para função pública, o condenado não pode votar, nem ser votado.

Suspensão dos direitos políticos

Art. 88. Salvo os casos do art. 84, nº I, e do artigo anterior, a imposição da pena acessória deve constar expressamente da sentença.

Imposição da pena acessória

Art. 89. O prazo das inabilitações temporárias começa ao têrmo da execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou da data em que se extingue a pena ou finda a execução da medida de segurança.

Têrmo inicial

Parágrafo único. Computa-se no prazo o tempo de liberdade resultante da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, se não sobrevém revogação.

Tempo computável

Art. 90. A publicação da sentença é decretada de ofício pelo juiz, sempre que o exija o interesse público.

Publicação da sentença

§ 1º A publicação é feita em jornal de ampla circulação, à custa do condenado ou, se este é insolvente, em jornal oficial.

§ 2º A sentença é publicada em resumo, salvo se razões especiais justificam a publicação na íntegra.

CAPÍTULO VI

DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Art. 91. São efeitos da condenação:

I — tornar certa a obrigação de reparar o dano resultante do crime;

Obrigação de reparar o dano

Perda dos instru-
mentos, produto
e proveito do
crime

II — a perda, em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé:

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a sua prática.

TÍTULO VI

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Espécies
de medidas de
segurança

Art. 92. As medidas de segurança são pessoais ou patrimoniais. As da primeira espécie subdividem-se em detentivas e não detentivas. As detentivas são a internação em manicômio judiciário e a internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro. As não detentivas são a interdição de exercício de profissão, a cassação de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de freqüentar determinados lugares. As patrimoniais são a interdição de estabelecimento ou de sociedade ou associação e o confisco.

Manicômio
judiciário

Art. 93. Quando o agente é inimputável (art. 31), mas suas condições pessoais e o fato praticado revelam que êle oferece perigo à incolumidade alheia, o juiz determina sua internação em manicômio judiciário.

Prazo
de internação

§ 1º A internação, cujo mínimo deve ser fixado entre um e três anos, é por tempo indeterminado, perdurando enquanto não fôr averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade do internado.

Perícia médica

§ 2º A perícia médica é realizada ao termo do prazo mínimo fixado à internação e, não sendo esta revogada, deve aquela ser repetida de ano em ano, ou a qualquer tempo, se o determina a instância superior.

Desinternação
condicional

§ 3º A desinternação é sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior, se o indivíduo, antes do decurso de um ano, vem a praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

§ 4º Durante o periodo de prova, applica-se o disposto no art. 79.

Art. 94. Quando o condenado se enquadra no parágrafo único do art. 31 e necessita de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal ou em seção especial de um ou de outro.

**Substituição
da pena por
internação**

§ 1º Sobrevindo a cura, pode o internado ser transferido para o estabelecimento penal, não ficando excluído o seu direito a livramento condicional.

**Superveniência
de cura**

§ 2º Se, ao t rmo do prazo, persistir o m r-bido estado psíquico do internado, condicionante de periculosidade atual, a internação passa a ser por tempo indeterminado, applicando-se o disposto nos §§ 1º a 4º do art. 93.

**Persistência
do
estado mórbido**

§ 3º A idêntica internação para fim curativo, sob as mesmas normas, ficam sujeitos os condenados reconhecidos como ébrios habituais ou toxicômanos.

** brios habituais
ou toxicômanos**

Art. 95. A internação, em qualquer dos casos previstos nos artigos precedentes, deve visar não apenas ao tratamento curativo do internado, senão também ao seu afeiçoamento a um regime educativo ou de trabalho, lucrativo ou não, segundo o permitirem suas condições pessoais.

**Regime
de intern  o**

Art. 96. Ao condenado por crime cometido no exercício abusivo de sua profissão ou com grave transgressão de seus deveres profissionais deve o juiz proibir, pelo prazo de um a dez anos, que continue a exercer a profissão, desde que, pela apreciação conjunta das circunstâncias do fato e dos antecedentes e condições do condenado, se deva presumir que êste voltará   prática de crime semelhante.

**Interdição
de exercício de
profissão**

§ 1º O prazo de interdição se conta do dia em que termina a execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança detentiva, ou da data da suspensão condicional da pena ou da concessão do livramento ou desintern  o condicionais.

§ 2º Durante a interdição, não pode o condenado fazer exercer por outrem, sob suas ordens ou instruções, a profissão de que se trate.

§ 3º Antes de expirado o prazo, deve cessar a interdição, se demonstrada a intercorrente desnecessidade dela.

§ 4º A interdição de profissão, nos termos acima, é aplicável ainda quando o autor do fato vem a ser absolvido por ausência de imputabilidade.

**Cassação
de licença para
dirigir veículos**

Art. 97. Ao condenado por crime cometido na direção ou relacionadamente à direção de veículos motorizados, na via pública, deve ser cassada a licença para tal fim, pelo prazo mínimo de um ano, se as circunstâncias do caso e os antecedentes do condenado revelam a sua inaptidão para essa atividade e conseqüente perigo para a incolumidade alheia.

§ 1º O prazo da interdição inicia-se na conformidade do disposto no § 1º do artigo anterior, ou na data em que é condicionalmente suspensa a execução da pena.

§ 2º Se, antes de expirado o prazo estabelecido, é averiguada a cessação do perigo condicionante da interdição, esta é revogada; mas, por outro lado, se o perigo persiste ao termo do prazo, prorroga-se este enquanto não cessa aquele.

§ 3º A cassação da licença deve ser determinada ainda no caso de absolvição do réu em razão da inimputabilidade.

Exílio local

Art. 98. O exílio local, aplicável quando o juiz o considera necessário como medida preventiva a bem da ordem pública ou do próprio condenado, consiste na proibição de que este resida ou permaneça, durante um ano, pelo menos, na localidade, município ou comarca em que o crime foi praticado.

Parágrafo único. O exílio deve ser cumprido logo que cessa ou é suspensa condicionalmente a execução da pena privativa de liberdade.

**Proibição
de frequentar
determinados
lugares**

Art. 99. A proibição de frequentar determinados lugares consiste em privar o condenado durante um ano, pelo menos, da faculdade de acesso a lugares que favoreçam, por qualquer motivo, seu retorno à atividade criminosa.

Parágrafo único. Para cumprimento da proibição, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 100. A interdição do estabelecimento comercial ou industrial, ou de sociedade ou associação, pode ser decretada por tempo não inferior a quinze dias, nem superior a seis meses, se o estabelecimento, sociedade ou associação serve de meio ou pretexto para a prática de infração penal.

Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação

§ 1º A interdição de estabelecimento consiste na proibição, ao condenado ou a terceiro, a quem ele o tenha transferido, de exercer no local o mesmo comércio ou indústria.

§ 2º A sociedade ou associação cuja sede é interditada não pode exercer em outro local as suas atividades.

Art. 101. O juiz, embora não apurada a autoria, ou ainda quando o agente é inimputável ou não punível, deve ordenar o confisco dos instrumentos e produtos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitui fato ilícito, ressalvado, porém, o direito do lesado ou de terceiro de boa fé.

Confisco

TÍTULO VII

DA AÇÃO PENAL

Art. 102. A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

Ação penal pública e ação penal privada

§ 1º A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

§ 2º A ação penal privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tem qualidade para representá-lo.

§ 3º No caso de morte do ofendido, salvo quando este haja deixado declaração em contrário, ou já tivesse renunciado, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação transfere-se ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 103. Quando a lei considera como elementos constitutivos ou circunstâncias agravantes

Ação penal no crime complexo

res de um crime fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe a ação pública em relação àquele, desde que em relação a qualquer destes se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.

**Irretratabilidade
da
representação**

Art. 104. A representação é irretratável depois de iniciada a ação penal.

Decadência do direito de queixa ou representação

Art. 105. Salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal decai do direito de queixa ou de representação, se não o exerce dentro do prazo de seis meses, contados do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.

**Renúncia
do direito de
queixa**

Art. 106. O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.

**Perdão
do ofendido**

Art. 107. O perdão do titular do direito de ação privada obsta ao prosseguimento desta.

§ 1º O perdão, no processo, ou fora d'ele, expresso ou tácito:

I — se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita;

II — se concedido por um dos titulares da ação privada, não prejudica o direito dos outros;

III — se o querelado o recusa, não produz efeito.

§ 2º Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.

§ 3º Não é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória.

TÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Causas extintivas

Art. 108. Extingue-se a punibilidade:

I — pela morte do agente;

II — pela anistia ou indulto;

III — pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV — pela prescrição, decadência ou preempção;

V — pelo perdão judicial;

VI — pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VII — pela reabilitação;

VIII — pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

IX — pelo casamento do agente com a ofendida, nos crimes contra os costumes, previstos nos capítulos I, II e III, do Título VI, da Parte Especial;

X — pelo ressarcimento do dano, no peculato culposo.

Art. 109. A extinção de punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a éste. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um dêles não impede, quanto aos outros, a agravação de pena resultante da conexão.

Art. 110. A prescrição refere-se à ação penal ou à execução da pena.

Art. 111. A prescrição da ação penal, salvo o disposto no § 1º dêste artigo, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

I — em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II — em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito e não excede de doze;

III — em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV — em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V — em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano, ou, sendo superior, não excede a dois;

VI — em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

§ 1º A prescrição, depois de sentença condenatória de que sômente o réu tenha recorrido, regula-se também, daí por diante, pela pena imposta e verifica-se nos mesmos prazos.

§ 2º A prescrição da ação penal começa a correr:

Caso de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou qualificativo de outro ou em conexão com outros

Prescrição

Prescrição da ação penal

Superveniência de sentença condenatória de que sômente o réu recorre

Térmo inicial da prescrição

- a) do dia em que o crime se consumou;
- b) no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa;
- c) nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência ou a continuação;
- d) nos de bigamia e nos de falsidade ou alteração de assentamento do Registro Civil, da data em que o fato se tornou conhecido;

Caso de concurso de crimes ou de crime continuado

§ 3º No caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.

§ 4º A prescrição da ação penal não corre:

Suspensão da prescrição

I — enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência de crime;

II — enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

Interrupção da prescrição

§ 5º O curso da prescrição da ação penal interrompe-se:

I — pela instauração do processo;

II — pela pronúncia;

III — pela decisão confirmatória da pronúncia;

IV — pela sentença condenatória recorrível.

§ 6º A interrupção da prescrição produz efeito relativamente a todos os autores do crime; e nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, a interrupção relativa a qualquer deles se estende aos demais.

Prescrição da execução da pena ou da medida de segurança que a substitui

Art. 112. A prescrição da execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança que a substitui (art. 94) regula-se pelo tempo fixado na sentença e verifica-se nos mesmos prazos estabelecidos no art. 111, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é criminoso habitual ou por tendência.

§ 1º Começa a correr a prescrição:

- a) no dia em que passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional;

b) do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.

§ 2º No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento ou desinternação condicionais, a prescrição se regula pelo restante tempo da execução.

§ 3º O curso da prescrição da execução da pena suspende-se enquanto o condenado está prêso por outro motivo, e interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena, ou pela reincidência.

Art. 113. Interrompida a prescrição, salvo o caso do § 3º, 2ª parte, do artigo anterior, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

Art. 114. São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos.

Art. 115. A prescrição opera-se em dois anos, quando a pena de multa foi a única imposta ou é a que ainda não foi cumprida.

Art. 116. É imprescritível a execução das penas acessórias.

Art. 117. A reabilitação alcança quaisquer penas impostas por sentença definitiva.

§ 1º A reabilitação poderá ser requerida decorridos cinco anos do dia em que fôr extinta, de qualquer modo, a pena principal ou terminar a execução desta ou da medida de segurança aplicada em substituição (art. 94), e do dia em que terminar o prazo da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, desde que o condenado:

a) tenha tido domicílio no País no prazo acima referido;

b) tenha dado, durante êsse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;

c) tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer até o dia do pedido, ou exhiba documento

Disposições
comuns às duas
espécies de pres-
crição

Prescrição
da execução da
pena de multa

Imprescritibilida-
de das
penas acessórias

Reabilitação

que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

§ 2º A reabilitação não pode ser concedida:

a) em favor dos que foram reconhecidos perigosos, salvo prova cabal em contrário;

b) em relação à incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela, curatela ou autoridade marital, se imposta por crime contra os costumes, cometidos pelo condenado em detrimento de filho, tutelado ou curatelado, ou por crime de lenocínio.

Prazo para renovação do pedido

§ 3º Negada a reabilitação, não pode ser novamente requerida senão após o decurso de dois anos.

§ 4º Os prazos para o pedido de reabilitação serão contados em dôbro no caso de criminoso habitual ou por tendência.

Revogação

Art. 118. A reabilitação será revogada de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, se a pessoa reabilitada fôr condenada, por decisão definitiva, ao cumprimento da pena privativa da liberdade.

Cancelamento do registro de condenações penais

Art. 119. Declarada a reabilitação, serão cancelados, mediante averbação, os antecedentes criminais.

Sigilo sobre antecedentes criminais

Art. 120. Concedida a reabilitação, o registro oficial de condenações penais não pode ser comunicado senão à autoridade policial ou judiciária, ou ao representante do Ministério Público, para instrução de processo penal que venha a ser instaurado contra o reabilitado.

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena — reclusão, de seis a vinte anos.

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena, de um sexto a um terço.

**Minoração
facultativa da
pena**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

**Homicídio
qualificado**

I — por motivo fútil;

II — mediante paga ou promessa de recompensa, por cupidez, para excitar ou saciar desejos sexuais, ou por outro motivo torpe;

III — com emprêgo de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo ou outro meio dissimulado ou cruel; ou de que possa resultar perigo comum;

IV — à traição, de emboscada, com surpresa ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima;

V — para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Homicídio culposo

Pena — detenção, de um a quatro anos.

§ 4º A pena pode ser agravada se o homicídio culposo resulta de inobservância de regra técnica, de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

§ 5º Se, em consequência de uma só ação ou omissão culposa, ocorre morte de mais de uma pessoa ou também lesões corporais em outras pessoas, a pena é aumentada de um sexto até metade.

**Multiplicidade
de vítimas**

Art. 122. Matar a mãe o próprio filho, para ocultar sua desonra, durante ou logo após o parto:

Infanticídio

Pena — detenção, de dois a seis anos.

Art. 123. Instigar ou induzir alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça, vindo o suicídio a consumar-se:

**Provocação direta
ou auxílio a
suicídio**

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º Se o crime é praticado por motivo egoístico, ou a vítima é menor ou tem diminuída,

Agravação de pena

por qualquer motivo, a resistência moral, a pena é agravada.

Provocação indireta ao suicídio

§ 2º Com detenção de um a três anos, será punido quem, desumana e reiteradamente, inflige maus tratos a alguém, sob sua autoridade ou dependência, levando-o, em razão disso, à prática do suicídio.

Redução de pena

§ 3º Se o suicídio é apenas tentado, e da tentativa resulta lesão grave, a pena é reduzida de um a dois terços.

Auto-aborto

Art. 124. Provocar a gestante o próprio aborto:

Pena — detenção, de um a quatro anos.

Aborto com o consentimento da gestante

Art. 125. Provocar aborto, com o consentimento da gestante:

Pena — detenção, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre a gestante consenciente.

Ausência ou invalidade do consentimento da gestante

Art. 126. Provocar aborto sem o consentimento da gestante, ou se esta é menor de dezesseis anos, doente ou deficiente mental, ou se o seu consentimento é obtido mediante fraude ou coação:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Aborto qualificado

Art. 127. As penas cominadas no *caput* do art. 125 e no art. 126 são aumentadas de um terço até a metade, se, em consequência do aborto, ou dos meios empregados ou do modo de empregá-los, a gestante vem a morrer ou sofre lesão grave.

Aborto por motivo de honra

Art. 128. Provocar aborto em si mesma, para ocultar desonra própria:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem provoca o aborto, com o consentimento da gestante, para ocultar-lhe a desonra.

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Aborto preterdolo

Art. 129. Empregar violência contra mulher, cuja gravidez não ignora ou é manifesta, causando-lhe involuntariamente o aborto:

Pena — detenção, de três meses a um ano, além da pena correspondente à violência.

Art. 130. Não constitui crime o abôrto praticado por médico:

Abôrto terapêutico ou quando a gravidez resulta de estupro

I — quando é o único recurso para evitar a morte da gestante;

II — se a gravidez resultou de estupro, seja real ou presumida a violência.

Parágrafo único. No caso do nº I, deve preceder, sempre que possível, a confirmação ou concordância de outro médico, e, no caso do nº II, deve anteceder o consentimento da vítima ou, quando esta é incapaz, de seu representante legal, desde que comprovada a existência do crime.

CAPÍTULO II

DO GENOCÍDIO

Art. 131. Matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo:

Genocídio

Pena — reclusão, de quinze a trinta anos.

§ 1º Será punido com reclusão, de quatro a quinze anos, quem, com o mesmo fim:

Casos assimilados

I — inflige lesões graves a membros do grupo;

II — submete o grupo a condições de existência, físicas ou morais, capazes de ocasionar a eliminação de todos os seus membros ou parte deles;

III — força o grupo à sua dispersão;

IV — impõe medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

V — efetua coativamente a transferência de crianças do grupo para outro grupo.

§ 2º A pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado por governante ou mediante determinação deste.

Aumento de pena

CAPÍTULO III

DA LESÃO CORPORAL

Lesão leve

Art. 132. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Lesão grave

§ 1º Se se produz, dolosamente, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias:

Pena — reclusão, até cinco anos.

§ 2º Se se produz, dolosamente, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho, ou deformidade duradoura:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

Lesões qualificadas pelo resultado

§ 3º Se os resultados previstos nos §§ 1º e 2º forem causados culposamente, a pena será de detenção, de um a quatro anos; se da lesão resultar morte e as circunstâncias evidenciarem que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena será de reclusão, até oito anos.

Minoração facultativa da pena

§ 4º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor moral ou social ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena, de um sexto a um terço.

Substituição de pena

§ 5º No caso de lesões leves, se estas são recíprocas, não se sabendo qual dos contendores atacou primeiro, ou quando ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior, o juiz pode substituir a pena de detenção pela de pagamento de dois a cinco dias-multa, ou deixar de aplicar qualquer pena.

Lesão culposa

Art. 133. Se a lesão é culposa:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

§ 1º A pena pode ser agravada se o crime resulta de inobservância de regra técnica, de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

§ 2º Se, em consequência de uma só ação ou omissão culposa, ocorrem lesões em várias pessoas, a pena é aumentada de um sexto até metade.

Aumento de pena

Art. 134. Se a lesão corporal é leve ou culposa, somente se procede mediante representação.

Ação penal

CAPÍTULO IV

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA OU DA SAÚDE

Art. 135. Expor a vida ou saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Perigo para a vida ou saúde

Pena — detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 136. Abandonar quem está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Abandono de pessoa

Pena — detenção, de seis meses a três anos.

§ 1º Se, em consequência de abandono, resulta à vítima lesão grave:

Formas qualificadas pelo resultado

Pena — reclusão, até cinco anos.

Se resulta morte: reclusão, de quatro a doze anos.

§ 2º As penas são agravadas:

Agravação de pena

I — se o abandono ocorre em lugar êrmo;

II — se o agente é ascendente, descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.

Art. 137. Expor ou abandonar a mãe, por motivo de honra, seu filho recém-nascido:

Exposição ou abandono de recém-nascido

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se do fato resulta à vítima lesão grave, a pena é aumentada de metade; se resulta morte, a pena é duplicada.

Formas qualificadas

Art. 138. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a criança abandonada ou extraviada, ou a pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, desde

Omissão de socorro

que possível e oportuno, o socorro da autoridade pública:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de dez a quarenta dias-multa.

**Formas
qualificadas**

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão grave, e triplicada, se resulta morte.

Maus tratos

Art. 139. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena — detenção, de dois meses a um ano, ou pagamento de dez a quarenta dias-multa.

Parágrafo único. Se do fato resulta lesão grave:

Pena — reclusão, de um a quatro anos; se resulta morte, reclusão, de dois a dez anos.

Rixa simples

Art. 140. Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

Pena — detenção, de vinte dias a dois meses, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

Rixa complexa

Art. 141. Participar de rixa, em que ocorre morte ou lesão grave:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, sem prejuízo das penas correspondentes à morte ou lesão grave.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia

Art. 142. Caluniar alguém imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de dez a quarenta dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não é admitida:

**Exceção
da verdade**

I — se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II — se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 146;

III — se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Art. 143. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Difamação

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de cinco a trinta dias-multa.

Parágrafo único. À exceção da verdade sômente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Art. 144. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro:

Injúria

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de sessenta dias-multa, no máximo.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I — se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II — no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Art. 145. Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Injúria real

Pena — detenção, de três meses a um ano e pagamento de cinco a vinte dias-multa, além das penas correspondentes à violência.

Art. 146. As penas cominadas nos antecedentes artigos dêste capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

Agravantes

I — contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;

II — contra funcionário público, em razão de suas funções;

III — na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa.

Parágrafo único. Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dôbro.

**Ofensa à memória
dos mortos**

Art. 147. Caluniar, difamar ou injuriar a memória de pessoa morta:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de sessenta dias-multa, no máximo.

**Ofensa a pessoa
jurídica**

Art. 148. Propalar fatos, que sabe inverídicos, capazes de abalar o crédito de uma pessoa jurídica ou a confiança que esta merece do público:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, ou pagamento não excedente a sessenta dias-multa.

**Agravação
de pena**

Parágrafo único. A pena é agravada, se o crime é cometido pela imprensa, rádio ou televisão.

Exclusão de pena

Art. 149. Não constitui injúria ou difamação punível, salvo quando inequívoca a intenção de ofender:

I — a irrogada em juízo, na discussão da causa, por uma das partes ou seu procurador contra a outra parte ou seu procurador;

II — a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica;

III — o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento do dever de ofício.

Parágrafo único. Nos casos dos ns. I e III, responde pela ofensa quem lhe dá publicidade.

Retratação

Art. 150. O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da ofensa irrogada, fica isento de pena.

**Equivocidade
da ofensa**

Art. 151. Se a ofensa é irrogada de forma imprecisa ou equivocada, quem se julga atingido pode pedir explicações em juízo. Se o interpelado se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

Ação penal

Art. 152. Nos crimes previstos neste capítulo, somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 145, resulta lesão corporal (art. 134).

Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça no caso do nº I do art. 146, e mediante representação do ofendido no caso do nº II do mesmo artigo.

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE

Seção I — Dos crimes contra a liberdade individual

Art. 153. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer ou tolerar que se faça o que ela não manda:

**Constrangimento
ilegal**

Pena — detenção, de um mês a um ano, ou pagamento de cinco a vinte dias-multa.

§ 1º As penas aplicam-se cumulativamente e em dôbro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais três pessoas, ou há emprêgo de arma ou quando o constrangimento é exercido por funcionário público com abuso de autoridade, para obter de alguém confissão de autoria de crime ou declaração como testemunha.

Aumento de pena

§ 2º Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º Não constitui crime:

Exclusão de crime

I — Salvo o caso de transplante de órgão, a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada para conjurar iminente perigo de vida ou de grave dano ao corpo ou à saúde;

II — a coação exercida para impedir suicídio.

Art. 154. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de lhe causar mal injusto e grave:

Ameaça

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento não excedente a trinta dias-multa.

Parágrafo único. Sômente se procede mediante representação.

**Seqüestro
ou
cárcere privado**

Art. 155. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena — reclusão, até três anos.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de metade:

I — se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II — se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III — se a privação de liberdade dura mais de quinze dias.

**Formas
qualificadas pelo
resultado**

§ 2º Se resulta à vítima, em razão de maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

§ 3º Se, pela razão do parágrafo anterior, resulta morte:

Pena — reclusão, de doze a trinta anos.

**Redução
a cativoiro**

Art. 156. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo:

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

**Compra e venda
de pessoa**

Art. 157. Tirar proveito econômico de ajuste tendo por objeto pessoa humana:

Pena — detenção, até três anos.

Seção II — Do crime contra a inviolabilidade do domicílio

**Violação
de
domicílio**

Art. 158. Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento não excedente a vinte dias-multa.

**Forma
qualificada**

§ 1º Se o crime é cometido durante o repouso noturno ou em lugar êrmo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou mediante arbombamento, ou por duas ou mais pessoas:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

§ 2º A pena é agravada, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades prescritas em lei, ou com abuso de poder.

Agravação de pena

§ 3º Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

Exclusão de crime

I — durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência policial ou judicial;

II — a qualquer hora do dia ou da noite, quando alguma infração penal está sendo ali praticada ou na iminência de o ser.

§ 4º O termo «casa» compreende:

Compreensão
do
termo «casa»

I — qualquer compartimento habitado;

II — aposento ocupado de habitação coletiva;

III — compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

§ 5º Não se compreende no termo «casa»:

I — hotel, hospedaria, ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do nº II do parágrafo anterior;

II — taverna, boate, casa de jôgo e outras do mesmo gênero.

Seção III — Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação

Art. 159. Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência dirigida a outrem:

Violação
de
correspondência.

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento não excedente a vinte dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre:

Casos
assimilados

I — quem se apossa de correspondência alheia, embora não fechada, e, no todo ou em parte, a sonega ou destrói;

II — quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza, abusivamente, comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre outras pessoas;

III — quem impede a comunicação ou a conversação referida no número anterior.

§ 2º As penas aumentam-se de metade, se há dano para outrem.

Aumento de pena.

§ 3º Se o agente comete o crime com abuso de função, em serviços postal telegráfico, radio-êtrico ou telefônico:

Pena — detenção, de um a três anos.

Ação penal

§ 4º Sòmente se procede mediante representação, salvo no caso do § 3º.

Correspondência
comercial

Art. 160. Abusar da condição de sócio ou empregado de estabelecimento comercial para, no todo ou em parte, desviar, sonegar, subtrair ou suprimir correspondência ou revelar a estranho o seu conteúdo:

Pena — detenção, de três meses a dois anos.

Parágrafo único. Sòmente se procede mediante representação.

Seção IV — Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Divulgação
de segredo

Art. 161. Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento sigiloso ou de correspondência confidencial, de que é detentor ou destinatário, desde que da divulgação possa resultar dano a outrem:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Violação
de intimidade

Art. 162. Violar, mediante processo técnico, o direito à intimidade da vida privada ou o direito ao resguardo das palavras ou discursos que não forem pronunciados públicamente.

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento não excedente a cinquenta dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem divulga os fatos captados.

Ação penal

§ 2º Sòmente se procede mediante queixa.

Segredo
profissional

Art. 163. Revelar alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, desde que da revelação possa resultar dano a outrem:

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de cinquenta dias-multa, no máximo.

Ação penal

Art. 164. Em qualquer dos casos previstos nesta seção, sòmente se procede mediante representação.

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

DO FURTO

Art. 165. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Furto simples

Pena — reclusão, até seis anos, e pagamento de quinze a sessenta dias-multa.

§ 1º Se o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa. Entende-se pequeno o valor que não exceda a quantia de um décimo do salário-mínimo.

Furto atenuado

§ 2º A atenuação do parágrafo anterior é igualmente aplicável no caso em que o criminoso, sendo primário, restitui a coisa ao seu dono ou repara o dano causado, antes de instaurada a ação penal.

§ 3º Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Energia de valor econômico

§ 4º Se o furto é praticado durante a noite:

Pena — reclusão, de dois a oito anos, mais o pagamento de vinte a oitenta dias-multa.

Furto qualificado

§ 5º Se o furto é praticado:

I — com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II — com abuso de confiança ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III — com emprêgo de chave falsa;

IV — mediante concurso de duas ou mais pessoas:

Pena — reclusão, de três a dez anos, mais o pagamento trinta a cem dias-multa.

§ 6º A mesma pena do parágrafo anterior é cominada ao furto de animais bovinos ou eqüinos deixados em currais, campos ou retiros.

Furto de uso

Art. 166. Se a coisa, não fungível, é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento não excedente a trinta dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. As penas são aumentadas de metade, se a coisa usada é veículo motorizado, e de um terço se é animal de sela ou de tiro.

Furto de coisa comum

Art. 167. Subtrair o condômino ou co-herdeiro, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de quarenta a oitenta dias-multa.

§ 1º Sòmente se procede mediante representação.

§ 2º Se a coisa subtraída é fungível e seu valor não excede o quinhão a que tem direito o agente, fica êste isento de pena.

CAPÍTULO II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo simples

Art. 168. Subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante emprêgo ou ameaça de emprêgo de violência contra pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer modo, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena — reclusão de quatro a quinze anos, mais o pagamento de trinta a cem dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, em seguida à subtração da coisa, emprega ou ameaça empregar violência contra pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para outrem.

Roubo qualificado

§ 2º As penas aumentam-se de um terço até metade:

I — se a violência ou ameaça é exercida com emprêgo de arma;

II — se há concurso de duas ou mais pessoas;

III — se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância;

IV — se é dolosamente causada lesão grave;

V — se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis êsse resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

§ 3º Se, para praticar o roubo ou assegurar a impunidade, do crime ou a detenção da coisa, o agente ocasiona dolosamente a morte de alguém, a pena será reclusão de quinze a trinta anos, além da multa, sendo irrelevante se a lesão patrimonial deixa de consumir-se. Se há mais de uma vítima dessa violência à pessoa, aplica-se o disposto no art. 65.

Latrocínio

Art. 169. Obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, constringendo alguém, mediante violência ou grave ameaça:

Extorsão simples

a) a praticar ou tolerar que se pratique ato lesivo do seu patrimônio, ou de terceiro;

b) a omitir ato de interesse do seu patrimônio, ou de terceiro:

Pena — reclusão, de quatro a quinze anos, e pagamento de trinta a cem dias-multa.

§ 1º Aplica-se à extorsão o disposto no § 2º do art. 168 e seus incisos.

Formas qualificadas

§ 2º Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do art. 168.

Art. 170. Extorquir ou tentar extorquir para si ou para outrem, mediante seqüestro de pessoa, indevida vantagem econômica:

Extorsão mediante seqüestro

Pena — reclusão, de seis a quinze anos, e pagamento de trinta a cem dias-multa.

§ 1º Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, ou se o seqüestrado é menor de dezesseis anos, ou se o crime é cometido por mais de duas pessoas, a pena de reclusão é de oito a vinte anos.

Formas qualificadas

§ 2º Se a pessoa seqüestrada, em razão de maus tratos ou da natureza do seqüestro, resulta grave sofrimento físico ou moral, a pena de reclusão é aumentada de um terço.

§ 3º Se o agente vem a empregar violência contra a pessoa seqüestrada, aplicam-se as disposições do art. 168, § 2º, ns. IV e V, e § 3º.

Chantagem

Art. 171. Obter ou tentar obter de alguém, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica, mediante a ameaça de revelar fato, cuja divulgação pode lesar gravemente a sua reputação ou de pessoa que lhe seja particularmente cara:

Pena — reclusão, de dois a dez anos, e pagamento de trinta a oitenta dias-multa.

Agravação de pena

Parágrafo único. Se a ameaça é de divulgação pela imprensa, radiodifusão ou televisão, a pena é agravada.

Extorsão indireta

Art. 172. Obter de alguém, como garantia de dívida, abusando de sua premente necessidade, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra o devedor ou contra terceiro:

Pena — detenção, até três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

CAPÍTULO III

DA USURPAÇÃO

Alteração de limites

Art. 173. Suprimir ou deslocar tapume, marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena — detenção, até seis meses e pagamento de vinte dias-multa, no máximo.

Usurpação de águas

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I — desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

Ebulho possessório

II — invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

Pena correspondente à violência

§ 2º Quando há emprego de violência, fica ressalvada a pena a esta correspondente.

Aumento de pena

§ 3º As penas são agravadas se os crimes do *caput* do artigo ou dos §§ 1º e 2º são cometidos contra terras ou águas de posse de grupos indígenas.

Ação penal

§ 4º Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Art. 174. Apor, suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade:

**Supressão
ou alteração de
marca em ani-
mais**

Pena — detenção, de seis meses a três anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

CAPÍTULO IV

DO DANO

Art. 175. Destruir, inutilizar, deteriorar ou fazer desaparecer coisa alheia:

Dano simples

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Se o crime é cometido:

Dano qualificado

I — com violência à pessoa ou grave ameaça;

II — com emprêgo de substância inflamável ou explosiva;

III — contra o patrimônio da União, de Estado, de Município, de empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário;

IV — por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena — detenção, de seis meses a três anos e pagamento de cinco a vinte dias-multa, além da pena correspondente à violência.

Art. 176. Introduzir ou deixar animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito, desde que do fato, resulte prejuízo:

**Introdução
ou abandono de
animais em pro-
priedade alheia**

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de quinze dias-multa, no máximo.

Art. 177. Destruir, inutilizar, deteriorar ou fazer desaparecer coisa tombada pela autoridade competente, em virtude de seu valor artístico, paisagístico, arqueológico, histórico, etnográfico ou bibliográfico:

**Dano em coisa
tombada**

Pena — detenção, até quatro anos, e pagamento de trinta a oitenta dias-multa.

**Alteração de local
especialmente
protegido**

Art. 178. Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de dez a cinquenta dias-multa.

**Ação penal e
perdão judicial**

Art. 179. Nos casos dos arts. 175 e seu parágrafo único, nº IV, e 176, sòmente se procede mediante queixa, e se o agente repara o dano, antes da sentença final, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

CAPÍTULO V

DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

**Apropriação
indébita simples**

Art. 180. Apropriar-se, em proveito próprio ou de outrem, de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção:

Pena — reclusão, até seis anos, e pagamento de quinze a sessenta dias-multa.

Agravação de pena

Parágrafo único. A pena é agravada, se o valor de coisa excede vinte vèzes o maior salário-mínimo, ou se o agente recebeu a coisa:

I — em depósito necessário;

II — na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;

III — em razão de ofício, emprego ou profissão.

**Apropriação
de coisa havida
acidentalmente**

Art. 181. Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por êrro, caso fortuito ou força da natureza:

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de quinze dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre:

**Apropriação
de tesouro**

I — quem acha tesouro em prédio alheio e se apropria no todo ou em parte, da cota a que tem direito o proprietário do prédio;

**Apropriação
de coisa achada**

II — quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de quinze dias.

Art. 182. Apropriar-se o condômino ou co-herdeiro, em proveito próprio ou de outrem, da coisa comum de que tem a posse ou detenção:

Apropriação
indébita de coisa
comum

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de quarenta a cinquenta dias-multa.

§ 1º Sômente se procede mediante representação.

§ 2º Se a coisa indêbitamente apropriada é fungível e não excede a cota a que tem direito o agente, fica êste isento de pena.

Art. 183. Nos crimes previstos neste capítulo, applica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 165.

Apropriação
atenuada

CAPÍTULO VI

DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Art. 184. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em êrro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento:

Estelionato

Pena — reclusão, de dois a sete anos, e pagamento de quinze a sessenta dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I — vende, permuta, dá em pagamento, ou em garantia, coisa alheia como própria;

Disposição
de coisa alheia
como própria

II — vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia, coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sôbre qualquer dessas circunstâncias;

Alienação
ou oneração
fraudulenta de
coisa própria

III — defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Defraudação
de penhor

IV — defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que entrega a adquirente;

Fraude
na entrega da
coisa

V — obtém indenização ou valor de seguro, mediante destruição total ou parcial ou ocultação de coisa própria, ou lesão do próprio corpo ou de sua saúde, ou agravação das conseqüências da lesão ou doença;

Fraude
para obtenção de
seguro

**Frustração
do pagamento de
cheque**

VI — frustra, sem justa causa, o pagamento de cheque que emitiu em favor de alguém.

Agravação de pena

§ 2º A pena é agravada, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público, de empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário ou de instituição de economia popular, assistência social ou beneficência.

**Estelionato
atenuado**

§ 3º Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 165.

**Fraude em jogo
desportivo ou
competição**

Art. 185. Empregar substância excitante ou deprimente, ou qualquer outro ardil, para fraudar jogo desportivo ou competição de animais, não vedada em lei, com o fim de obter vantagem econômica, para si ou para outrem:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Abuso
de incapazes**

Art. 186. Abusar, em proveito próprio ou alheio, da necessidade, paixão ou inexperiência de menor ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato que produza efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro:

Pena — reclusão, de dois a seis anos e pagamento de cinco a dezesseis dias-multa.

**Induzimento
à especulação**

Art. 187. Abusar, em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta, ou à especulação em títulos ou mercadorias, que lhe resulte lesiva:

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Fraude
no comércio**

Art. 188. Enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor:

I — vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

II — entregando uma mercadoria por outra:

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1º Entregar obra que lhe é encomendada, com defraudação da qualidade do metal empregado, ou substituindo, no mesmo caso, pedra ver-

dadeira por falsa ou por outra de menor valor; vender pedra falsa por verdadeira; vender, como precioso, metal de outra qualidade:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

§ 2º São aplicáveis os §§ 1º e 2º do art. 165.

Art. 189. Alojarse em hotel sem dispor de recursos para efetuar o pagamento:

Hospedagem fraudulenta

Pena — detenção, até dois meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Sômente se procede mediante representação.

Ação penal

Art. 190. Promover a fundação de sociedade por ações, fazendo, em prospeto ou em comunicação ao público ou à assembléia, afirmação falsa sôbre a constituição da sociedade, ou ocultando fraudulentamente fato a ela relativo:

Fraudes e abusos na fundação e administração de sociedade por ações

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de dez a quarenta dias-multa, se o fato não constitui crime contra a economia popular.

§ 1º Incorrem na mesma pena, feita a mesma ressalva:

I — o diretor, o gerente ou o fiscal de sociedade por ações, que:

a) em prospeto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou à assembléia, faz afirmação falsa sôbre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo;

b) promove, por qualquer artifício, falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade;

c) por interposta pessoa, ou conluiado com acionistas, consegue a aprovação de conta ou parecer;

II — o diretor ou gerente que:

a) toma empréstimo à sociedade ou usa, em proveito próprio ou de terceiro, dos bens ou haveres sociais, sem prévia autorização da assembléia geral;

b) compra ou vende, por conta da sociedade, ações por ela emitidas, salvo quando a lei o permite;

c) como garantia de crédito social, aceita em penhor ou em caução, ações da própria sociedade;

d) na falta de balanço, ou em desacôrdo com êste, ou mediante balanço falso, distribui lucros ou dividendos fictícios;

III — o liquidante, nos casos das letras *a*, *b* e *c* do nº I e *a*, *b* e *c* do nº II;

IV — o representante de sociedade anônima estrangeira, autorizada a funcionar no país, que pratica os atos mencionados nas letras *a* e *b* do nº I.

§ 2º Incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a trinta dias-multa, o acionista que, a fim de obter vantagem para si ou para outrem, negocia o voto nas deliberações de assembléia geral.

**Títulos
irregulares**

Art. 191. Fabricar ações, debêntures, partes beneficiárias ou outros títulos negociáveis de sociedade anônima, ou cautelas que os representem, sem autorização escrita e assinada pela representação legal da sociedade e com firma reconhecida:

Pena — detenção, de um a três anos, e pagamento de dez a cinqüenta dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I — fabrica ou distribui prospecto ou material de propaganda para a venda de títulos ou cautelas de sociedade anônima, sem autorização da representação legal desta;

II — coloca no mercado títulos ou cautelas, fabricados irregularmente.

**Autorização
de empréstimo a
dirigente da pró-
pria instituição
financeira**

Art. 192. Autorizar o responsável por instituição financeira a concessão de empréstimo a diretor, membro do conselho consultivo ou administrativo, fiscal ou semelhante, ou ao respectivo cônjuge:

Pena — reclusão, de um a quatro anos, e pagamento de dez a cinqüenta dias-multa.

Art. 193. Fazer atuar instituição financeira, ou atuar individualmente como tal, sem expressa autorização da autoridade monetária competente:

**Atuação abusiva
de instituição
financeira**

Pena — detenção, de um a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem exercer intermediação no mercado de capitais, sem expressa autorização da autoridade monetária competente.

Art. 194. Violar o sigilo da operação ativa ou passiva de instituição financeira, ou de serviço por ela prestado:

**Violação de sigilo
de instituição
financeira**

Pena — reclusão, de um a quatro anos, e pagamento de dez a cinquenta dias-multa.

Parágrafo único. O diretor, gerente ou outro administrador de instituição financeira que omitir medidas legais administrativas para a efetiva preservação do sigilo de que fala o artigo será punido com a pena de detenção até três anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

CAPÍTULO VII

DA USURA

Art. 195. Obter ou estipular, para si ou para outrem, no contrato de mútuo de dinheiro, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade do mutuário, juro que exceda a taxa fixada em lei, regulamento ou ato oficial:

Usura pecuniária

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de vinte a cem dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, em qualquer outro contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade do outro contratante, vem a obter lucro patrimonial que excede o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Usura real

§ 2º Incide nas mesmas penas o adquirente ou cessionário do crédito que, ciente do que ocorre, vem também a beneficiar-se, dados o preço e condições da aquisição ou cessão, com o juro ou lucro excessivo.

**Transferência
do crédito**

Agravação de pena

§ 3º As penas são agravadas, se o crime é cometido:

I — em época de grave crise econômica ou se ocasiona grave dano à vítima;

II — com dissimulação da natureza usurária do contrato;

III — por funcionário público ou por pessoa cuja condição econômico-social é manifestamente superior à da vítima.

CAPÍTULO VIII

DA RECEPÇÃO

Recepção dolosa

Art. 196. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa proveniente de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de quinze a sessenta dias-multa.

Aumento de pena

§ 1º A pena é agravada, no caso de bens e instalações de entidade de direito público, de empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário ou empresa concessionária de serviços públicos.

Recepção culposa

Art. 197. Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela manifesta desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de três a dez dias-multa.

Perdão judicial

Parágrafo único. Se o agente é primário e o valor da coisa não é superior a um décimo do salário mínimo o juiz pode deixar de aplicar qualquer pena.

Punibilidade da recepção

Art. 198. A recepção é punível, ainda que desconhecido, ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 199. É isento de pena quem comete os crimes previstos neste título, em prejuízo:

Isenção de pena

I — do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II — de parente em linha reta, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, civil ou natural.

Art. 200. Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

Ação penal

I — do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II — de irmão, legítimo ou ilegítimo, ou de cunhado, durante o cunhadio;

III — de tio ou sobrinho, com que o agente coabita.

Art. 201. Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

Inaplicabilidade dos dois artigos anteriores

I — se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprêgo de grave ameaça ou violência à pessoa;

II — ao estranho que participa do crime.

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 202. Violar direito de autor de obra literária, científica ou artística:

Violação de direito autoral

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda, adquire, oculta ou tem em depósito, para o fim de venda, obra literária, científica ou artística, produzida com violação de direito autoral.

Usurpação de nome,
pseudônimo
ou sinal alheio

Art. 203. Atribuir falsamente a alguém, mediante o uso de nome, pseudônimo ou sinal por êle adotado para designar seus trabalhos, a autoria de obra literária, científica ou artística:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Ação penal

Art. 204. Nos crimes previstos neste capítulo, somente se procede mediante queixa, salvo quando praticados em prejuízo de entidade de direito público, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA PATENTE DE INVENÇÃO, DE MODELO DE UTILIDADE, DE DESENHO OU MODELO INDUSTRIAL

Violação
de patente de
invenção

Art. 205. Violar privilégio decorrente de patente de invenção:

I — fabricando, sem autorização de quem de direito, o produto protegido pela patente;

II — usando, sem a devida autorização, o meio ou processo patenteado;

III — importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo para o fim da venda produto fabricado com violação de patente:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, e pagamento de vinte a cinquenta dias-multa.

Violação
de patente de
modelo de utilidade

Art. 206. Violar direito assegurado por patente de modelo de utilidade:

I — fabricando, sem autorização de quem de direito, modelo de utilidade patenteado;

II — importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo para o fim de venda, modelo de utilidade fabricado com violação da patente;

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Art. 207. Violar direito assegurado por patente de desenho ou modelo industrial:

**Violação
de patente de de-
senho ou modelo
industrial**

I — reproduzindo ou explorando, sem autorização de quem de direito, o desenho ou modelo industrial patenteado;

II — importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo para o fim de venda, desenho ou modelo industrial confeccionado com violação da patente:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Art. 208. As penas dos três artigos antecedentes são aumentadas de um terço:

Aumento de pena

I — se o agente foi ou é mandatário, preposto ou empregado do titular ou concessionário da patente;

II — se o agente entrou em conluio com representante, mandatário, preposto ou empregado do titular ou concessionário, para conhecer o objeto da patente, ou o modo de seu emprêgo ou fabricação.

Art. 209. Exercer, como patenteada, indústria que não o seja, ou depois de anulada, suspensão ou caduca a patente:

**Falsa atribuição
de patente**

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre o titular de patente que, em prospectos, letreiros, anúncio ou outro meio de publicidade, faz menção da patente, sem especificar-lhe o objeto.

Art. 210. Usar em modelo de utilidade ou em desenho ou modelo industrial, expressão que o dê, falsamente, como depositado ou patenteado, ou mencioná-lo, em anúncio ou papel comercial, como depositado ou patenteado, sem o ser:

**Falsa menção
de depósito ou
patente**

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 211. Nos crimes previstos neste capítulo, somente se procede mediante queixa, salvo quando praticados em prejuízo de entidades de direito público ou sociedade de economia mista.

Ação penal

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA
OU COMÉRCIO

Violação
do direito de
marca

Art. 212. Violar direito de marca de indústria ou de comércio:

I — reproduzindo, indevidamente, no todo ou em parte, marca registrada de outrem, ou imitando-a, de modo que possa induzir em erro ou confusão;

II — usando marca reproduzida ou imitada nos termos do n° I;

III — usando marca legítima de outrem em produto ou artigo que não é de sua fabricação:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de dez a cinquenta dias-multa.

§ 1° Nas mesmas penas incorre quem expõe à venda ou tem em depósito:

a) artigo ou produto revestido de marca registrada, abusivamente imitada ou reproduzida, no todo ou em parte;

b) artigo ou produto que tem marca registrada de outrem e não é de fabricação dêste.

§ 2° Sòmente se procede mediante queixa, salvo quando o crime é praticado em prejuízo de entidade de direito público, emprêsa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

CAPÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA O NOME COMERCIAL,
O TÍTULO DE ESTABELECIMENTO, A
INSIGNIA OU A EXPRESSÃO
OU SINAL DE PROPAGANDA

Violação
do direito à de-
nominação ou
insignia

Art. 213. Usar indevidamente, em detrimento do titular do registro, nome comercial, título de estabelecimento ou insignia alheios:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda ou tem em depósito artigo ou produto revestido de nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.

Art. 214. Usar expressão ou sinal de propaganda alheios, devidamente registrados, ou imitá-los de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos:

Uso indevido ou imitação de expressão ou sinal de propaganda

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de trinta dias-multa, no máximo.

Art. 215. Nos crimes previstos neste capítulo, só se procede mediante queixa, salvo quando praticado em prejuízo de entidade de direito público, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

Ação penal

CAPÍTULO V

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Art. 216. Comete crime de concorrência desleal quem:

Atos de concorrência desleal

I — publica pela imprensa, ou por outro modo, falsa afirmação, em detrimento do concorrente, com o fim de obter vantagem indevida;

II — presta ou divulga, com intuito de lucro, acerca de concorrente, falsa informação capaz de causar-lhe prejuízo;

III — emprega meio fraudulento para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV — produz, importa, exporta, armazena, vende ou expõe à venda mercadoria com falsa indicação de procedência;

V — usa em artigo ou produto, em recipiente ou invólucro, em cinta, rótulo, fatura, circular, cartaz ou em outro meio de divulgação ou propaganda, termos retificativos, tais como "tipo", "espécie", "gênero", "sistema", "semelhante", "sucedâneo", "idêntico" ou equivalente, não ressaltando a verdadeira procedência do artigo ou produto;

VI — substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em mercadoria de outro produtor, o nome ou razão social dêste, sem o seu consentimento;

VII — se atribui, como meio de propaganda de indústria, comércio ou ofício, recompensa ou distinção que não obteve;

VIII — vende, ou expõe à venda, em recipiente ou invólucro de outro produtor, mercadoria adulterada ou falsificada, ou dele se utiliza para negociar com mercadoria da mesma espécie, embora não adulterada ou falsificada, se o fato não constitui crime mais grave;

IX — dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que, faltando ao dever do emprêgo, lhe proporcione vantagem indevida;

X — recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar a concorrente do empregador vantagem indevida;

XI — divulga ou explora, sem autorização, quando a serviço de outrem, ou depois de havê-lo deixado, segredo de fábrica ou de comércio, que lhe foi confiado ou de que teve conhecimento em razão do serviço;

XII — registra ou tenta registrar, como própria, indevidamente, invenção alheia ainda não patenteada:

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de quarenta dias-multa, no máximo.

Ação penal

Parágrafo único. Sòmente se procede mediante queixa, salvo nos casos dos ns. IX a XI, em que cabe ação pública mediante representação.

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA ARMAS, BRASÕES OU DISTINTIVOS PÚBLICOS E DE FALSA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

Uso indevido de
armas, brasões ou
distintivos
públicos

Art. 217. Reproduzir, sem a necessária autorização, ou imitar, de modo que possa criar confusão, em marcas de indústria ou comércio,

nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, as armas, ou brasões ou distintivos públicos nacionais ou estrangeiros:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de vinte dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem usa marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda nos termos dêste artigo, ou vende ou expõe à venda produto ou artigo com êles assinalados.

Art. 218. Usar marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda, que indique procedência que não a verdadeira, ou vender ou expor à venda produto ou artigo com êles assinalados:

Falsa indicação
de procedência

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de vinte dias-multa, no máximo.

Parágrafo único. Sòmente se procede mediante queixa, salvo quando o crime é praticado em prejuízo de entidade de direito público, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

Ação penal

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE OU ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 219. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

Atentado contra
a liberdade de
trabalho

I — a exercer ou não exercer ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias;

II — a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de *lockout* ou paralisação de atividade econômica:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa, além da pena correspondente à violência,

**Atentado contra
a liberdade de
contrato de
trabalho**

Art. 220. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar, ou não, contrato de trabalho:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa, além da correspondente à violência.

**Bolcotagem
violenta**

Art. 221. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa, além da correspondente à violência.

Greve violenta

Art. 222. Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa:

Pena — detenção, de um mês a um ano, e pagamento de cinco a vinte dias-multa, além da correspondente à violência.

**Concelto
de
abandono coletivo**

Parágrafo único. Entende-se por abandono coletivo de trabalho o deliberado pela totalidade ou maioria dos empregados de uma ou várias empresas, acarretando a cessação de tôdas ou de algumas das respectivas atividades.

**Aliciamento para
suspensão ou
abandono do
trabalho**

Art. 223. Aliciar participantes para suspensão ou abandono de trabalho, sendo estranho ao grupo de empregadores e empregados em dissídio:

Pena — detenção, de um mês a um ano, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

**Interrupção
de obra pública
ou serviço de in-
teresse coletivo**

Art. 224. Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

**Invasão de es-
tabelecimento de
trabalho: sabota-
gem.**

Art. 225. Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, impedindo ou embaraçando o curso normal do trabalho, ou, com o mesmo fim, danificar o estabelecimento ou as coisas nêle existentes ou delas dispor:

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa,

Art. 226. Frustrar ou restringir, mediante fraude ou violência, direito assegurado ao empregado pela legislação do trabalho:

Frustração de direito assegurado por lei trabalhista

Pena — detenção, até um ano, e pagamento não excedente a vinte dias-multa, além da correspondente à violência.

Art. 227. Deixar o empregador de observar, no estabelecimento ou local de trabalho, as prescrições legais ou regulamentares relativas a medidas de higiene e técnicas de segurança do trabalho, atinentes à vida ou à saúde dos empregados:

Omissão de medidas de higiene e segurança

Pena — detenção, até um ano, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Art. 228. Frustrar obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho:

Frustração de lei sobre nacionalização do trabalho

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Art. 229. Exercer atividade de que está impedido por decisão administrativa:

Exercício de atividade com desrespeito a decisão administrativa

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 230. Aliciar trabalhadores para o fim de emigração:

Aliciamento para emigração

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Art. 231. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Aliciamento para êxodo de um local para outro dentro do País

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Art. 232. Escarnecer de alguém, na presença de várias pessoas, por motivo de crença ou função religiosa:

Ultraje por motivo de religião

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de três a dez dias-multa.

Vilipêndio
a ato ou objeto
de culto

Art. 233. Vilipendiar públicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena — detenção, de um mês a um ano, e pagamento de três a dez dias-multa.

Impedimento
ou perturbação
de culto

Art. 234. Impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso:

Pena — detenção, até um ano, e pagamento de três a dez dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. Se há emprêgo de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento
ou perturbação
de cerimônia
funerária

Art. 235. Impedir ou perturbar entêrro ou cerimônia funerária:

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. Se há emprêgo de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Violação
de sepultura ou
urna funerária

Art. 236. Violar ou profanar sepultura ou urna funerária:

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Destruição, sub-
tração ou oculta-
ção de cadáver

Art. 237. Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dêle:

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Vilipêndio
a cadáver ou
suas cinzas

Art. 238. Vilipendiar cadáver, parte dêle, ou suas cinzas:

Pena — detenção, até dois anos, ou pagamento não excedente a trinta dias-multa.

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A DISPONIBILIDADE SEXUAL

Art. 239. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Estupro

Pena — reclusão, de três a oito anos.

Art. 240. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a presenciar, praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diversos da conjunção carnal:

**Atentado
violento ao
pudor**

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Art. 241. Ter conjunção carnal com mulher honesta mediante fraude:

**Posse sexual
mediante fraude**

Pena — reclusão, até três anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de dezoito e maior de quatorze anos:

Aumento de pena

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Art. 242. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

**Ofensa ao pudor
mediante fraude**

Pena — reclusão, até dois anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de dezoito e maior de quatorze anos:

Aumento de pena

Pena — reclusão, de um a quatro anos.

CAPÍTULO II

DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES

Art. 243. Seduzir mulher virgem, menor de dezoito e maior de quatorze anos, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança:

Sedução

Pena — reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 244. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de dezoito e maior de quatorze anos, com ela praticando ato de libidinagem ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

**Corrupção
de menores**

Pena — reclusão, até três anos.

CAPÍTULO III

DO RAPTO

Rapto

Art. 245. Raptar mulher honesta para fim libidinoso, mediante subtração ou retenção, empregando violência, grave ameaça ou fraude:

Pena — reclusão, de dois a quatro anos, sem prejuízo da correspondente ao crime de natureza sexual que acaso se seguir ao rapto.

Rapto consensual

Parágrafo único. Se a raptada é maior de quatorze e menor de dezoito anos e o rapto ocorre com o seu consentimento:

Pena — detenção, de um a três anos.

Diminuição de pena

Art. 246. É diminuída a pena de um terço se o rapto é para fim de casamento, e de metade, se o agente, sem ter praticado com a vítima qualquer ato de libidinagem, a restitui à liberdade ou a coloca em lugar seguro à disposição da família.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Penas da violência

Art. 247. Quando há emprêgo de violência, ficam ressalvadas as penas a esta correspondentes.

Presunção de violência

Art. 248. Presume-se a violência, se a vítima;

I — não é maior de quatorze anos, salvo fundada suposição contrária do agente;

II — é doente ou deficiente mental, e o agente conhecia esta circunstância;

III — não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Ação penal

Art. 249. Nos crimes definidos nos capítulos I, II e III, sòmente se procede mediante queixa.

§ 1º Procede-se, entretanto, mediante ação pública:

I — se, do emprêgo de violência, resulta à vítima lesão grave ou morte;

II — se a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo, sem privar-se de re-

curso indispensáveis à manutenção própria ou da família;

III — se o crime é cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.

§ 2º No caso do nº II do parágrafo anterior, a ação do Ministério Público depende de representação.

Art. 250. A pena é aumentada de um terço:

Aumento de pena

I — se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas;

II — se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela;

III — se o agente é casado ou desquitado.

CAPÍTULO V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE MULHERES

Art. 251. Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Proxenetismo

Pena — reclusão, até três anos.

§ 1º Se a vítima é maior de quatorze e menor de dezoito anos ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor, curador ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:

Formas qualificadas

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º Se o crime é cometido com emprêgo de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena — reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 252. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone:

Favorecimento da prostituição

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do artigo anterior:

Formas qualificadas

Pena — reclusão, de três a oito anos.

§ 2º Se o crime é cometido com emprêgo de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena — reclusão, de quatro a dez anos, além da correspondente à violência.

**Local
de prostituição**

Art. 253. Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar habitualmente destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro, ou mediação direta do proprietário ou gerente:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de dez a quarenta dias-multa.

**Dissimulação
irrelevante**

Parágrafo único. É irrelevante o fato da dissimulação do local, sob aparência de hotel, pensão, hospedaria ou casa de cômodos, ainda que mediante licença para seu funcionamento como tal.

Rufianismo

Art. 254. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de cinco a quarenta dias-multa.

**Formas
qualificadas**

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 251:

Pena — reclusão, de três a seis anos, além da multa.

§ 2º Se há emprêgo de violência ou grave ameaça:

Pena — reclusão, de dois a oito anos, sem prejuízo da correspondente à violência.

**Tráfico
de mulheres**

Art. 255. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nêle venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

Pena — reclusão, de três a oito anos, e pagamento de cinco a quarenta dias-multa.

**Formas
qualificadas**

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 251:

Pena — reclusão, de quatro a dez anos, além da multa.

§ 2º Se há emprêgo de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena — reclusão, de cinco a doze anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

Disposição geral

Art. 256. Nos crimes de que trata este capítulo, é aplicável o disposto no art. 248.

CAPÍTULO VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Art. 257. Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público:

Ato obsceno

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de três a dez dias-multa.

Art. 258. Produzir, distribuir, vender, expor à venda, exhibir publicamente, importar, exportar, adquirir ou ter em depósito para o fim de venda, distribuição ou exhibição pública, livros, jornais, revistas, escritos, pinturas, gravuras, estampas, imagens, desenhos ou qualquer outro objeto de caráter obsceno:

Escrito
ou
objeto obsceno

Pena — detenção de seis meses a dois anos, ou pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem:

I — faz ou promove representação de caráter obsceno em teatro, cinema, circo, televisão, ou qualquer lugar público ou acessível ao público;

II — realiza, em lugar público ou acessível ao público, ou pelo rádio, audição ou recitação de caráter obsceno.

TÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A MORAL FAMILIAR

Art. 259. Ter conjunção carnal com descendente ou ascendente, com irmã ou irmão:

incesto

Pena — reclusão, até três anos.

Parágrafo único. A pena é agravada, se o crime fôr praticado em relação a menor de dezoito anos.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Art. 260. Contrair alguém, sendo casado, novo casamento:

Bigamia

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º Aquêlê que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de um a três anos.

§ 2º Anulado, por qualquer motivo, o primeiro casamento, ou o outro por motivo que não a bigamia, considera-se inexistente o crime.

Induzimento
a erro essencial
ou ocultação de
impedimento

Art. 261. Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

Ação penal

Parágrafo único. A ação penal depende de queixa do contraente enganado e não pode ser intentada senão depois de transitar em julgado a sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento.

Conhecimento
prévio de impe-
dimento absoluto

Art. 262. Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Simulação
de autoridade
para celebrar
casamento

Art. 263. Atribuir-se falsamente autoridade para celebração de casamento:

Pena — detenção, até três anos.

Simulação
do casamento

Art. 264. Simular casamento mediante engano de outra pessoa:

Pena — detenção, até três anos.

Art. 265. Cometer adultério:

Pena — detenção, até seis meses.

Ação penal

§ 1º Incorre na mesma pena o co-réu.

§ 2º A ação penal somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido, e dentro de um mês após o conhecimento do fato.

§ 3º A ação penal não pode ser intentada:

I — pelo cônjuge desquitado;

II — pelo cônjuge que consentiu no adultério ou o perdoou, expressa ou tacitamente.

Perdão judicial

§ 4º — O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I — se havia cessado a vida em comum dos cônjuges;

II — se o querelante havia praticado qualquer dos atos que, pela lei civil, autorizam a ação de desquite judicial.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Art. 266. Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente:

Pena — reclusão, de dois a seis anos.

Art. 267. Registrar como seu o filho de outrem; dar parto alheio como próprio; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena — reclusão, até seis anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Art. 268. Permitir a mulher casada, sem que o consinta o marido, a própria fecundação artificial com sêmen de outro homem:

Pena — detenção, até dois anos.

Parágrafo único. Só se procede mediante queixa.

Art. 269. Deixar em asilo de expostos, ou outra instituição de assistência, filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a trinta dias-multa.

Registro de nascimento inexistente

Parto suposto, ocultação ou substituição de recém-nascido

Diminuição de pena

Fecundação artificial

Ação penal

Sonegação do estado de filiação

CAPÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTENCIA FAMILIAR

Art. 270. Deixar, sem justa causa, de prover à subsistência do cônjuge, ou de filho menor de dezoito anos ou inapto para o trabalho ou de ascendente inválido ou enfermo, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente gravemente enfermo:

Pena — detenção, até quatro anos, e pagamento de trinta a cento e cinquenta dias-multa.

Abandono material

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou elide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprêgo ou função, o pagamento de pensão alimentícia, judicialmente acordada, fixada ou majorada.

Abandono
de
mulher grávida

Art. 271. Abandonar na indigência, ou sem assistência, a mulher que tornou grávida e se acha na impossibilidade de prover a própria subsistência, em razão da gravidez ou do parto:

Pena — detenção, até seis meses, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Entrega de filho
menor a pessoa
indônea

Art. 272. Entregar filho menor de dezesseis anos a pessoa com a qual saiba ou deva saber que fica moral ou materialmente em perigo:

Pena — detenção, até seis meses.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é aumentada da sexta parte, aplicando-se cumulativamente com a de pagamento de cinco a quinze dias-multa, se o agente é movido por fim de lucro.

Abandono
intelectual

Art. 273. Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

Pena — detenção, até um mês, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Abandono moral

Art. 274. Permitir que menor de dezesseis anos, sujeito ao seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância:

I — freqüente casa de jôgo ou mal afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida;

II — freqüente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza;

III — resida ou trabalhe em casa de prostituição;

IV — mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiserção pública:

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 275. Omitir, quando podia fazê-lo, cuidados e providências que preservem de corrupção moral menor de dezesseis anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância.

Pena — detenção, até três meses ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A GUARDA
DE INCAPAZES

Art. 276. Induzir menor de dezesseis anos, ou interdito, a fugir do lugar onde se acha por determinação de quem sobre elle exerce autoridade, em virtude de lei ou de ordem judicial; confiar a outrem, sem ordem do pai, do tutor ou do curador, algum menor de dezesseis anos, ou interdito, ou deixar, sem justa causa, de entregá-lo a quem legítimamente o reclame;

Induzimento
à fuga, entrega
arbitrária ou
sonegação de
incapazes

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 277. Subtrair menor de dezesseis anos, ou interdito, ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Subtração
dos incapazes

Pena — detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.

Perdão judicial

TÍTULO VIII

DOS CRIMES CONTRA A
INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Art. 278. Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Incêndio

Pena — reclusão, de três a oito anos, e pagamento de cinco a trinta dias-multa.

§ 1º As penas são agravadas:

Agravação de pena

I — se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária para si ou para outrem;

II — se o incêndio é:

- a) em casa habitada ou destinada à habitação;
- b) em edifício público ou qualquer construção destinada a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura;
- c) em embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo;
- d) em estação ferroviária, rodoviária, aeródromo ou construção portuária;
- e) em estaleiro, fábrica ou oficina;
- f) em depósito de explosivo, combustível ou inflamável;
- g) em poço petrolífero ou galeria de mineração;
- h) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

Incêndio culposo

§ 2º Se culposo o incêndio, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos.

Explosão

Art. 279. Causar ou tentar causar explosão, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a trinta dias-multa.

Formas qualificadas

§ 1º Se a substância utilizada é dinamite ou outra de efeitos análogos:

Pena — reclusão, de três a seis anos, e pagamento de dez a quarenta dias-multa.

Agravação de pena

§ 2º As penas são agravadas se ocorre qualquer das hipóteses previstas no § 1º, nº I, do artigo anterior, ou é visada ou atingida qualquer das coisas enumeradas no nº II, do mesmo parágrafo.

§ 3º Se a explosão é causada pelo desencadeamento de energia nuclear:

Pena — reclusão, de cinco a vinte anos, e pagamento de cem a trezentos dias-multa.

Modalidade culposa

§ 4º No caso de culpa, se a explosão é causada por dinamite ou substância de efeitos análogos, a pena é detenção, de seis meses a dois anos; se é causada pelo desencadeamento de energia nuclear, detenção de três a dez anos; nos demais casos, detenção, de três meses a um ano.

Emprêgo de gás tóxico ou asfixiante

Art. 280. Expor a perigo a vida ou a integridade física de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante:

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Se culposo o crime, a pena é detenção, de seis meses a dois anos.

**Modalidade
culposa**

Art. 281. Expor a perigo a vida ou a integridade física de outrem, pelo abuso de radiação ionizante ou de substância radioativa:

**Abuso
de radiação**

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

**Modalidade
culposa**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 282. Fabricar, fornecer, possuir ou transportar substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou substância radioativa, expondo a perigo a vida, integridade física ou patrimônio de outrem:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Art. 283. Causar inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Inundação

Pena — reclusão, de três a seis anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

**Modalidade
culposa**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 284. Remover, destruir ou inutilizar, em prédio próprio ou alheio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação:

**Perigo
de inundação**

Pena — reclusão, de seis meses a três anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Art. 285. Causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

**Desabamento
ou
desmoronamento**

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

**Modalidade
culposa**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 286. Subtrair, ocultar, ou inutilizar, por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio ou outro desastre ou calamidade, aparelho, material ou qualquer meio destinado a serviço de combate ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza:

**Subtração,
ocultação ou inu-
tilização de ma-
terial de salva-
mento, ou im-
pedimento de seu
uso**

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

**Formas
qualificadas pelo
resultado**

Art. 287. Se do crime doloso de perigo comum resulta, além da vontade do agente, lesão grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade, se resulta morte, é aplicada em dôbro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço.

**Difusão
de epizootia ou
praga vegetal**

Art. 288. Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica:

Pena — detenção, de seis meses a três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Modalidade
culposa**

Parágrafo único. No caso de culpa, a pena é de detenção, até seis meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

**Embriaguez
ao volante**

Art. 289. Dirigir veículo motorizado na via pública, encontrando-se em estado de embriaguez por bebida alcoólica ou qualquer outro inebriante.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de dez a quarenta dias-multa.

**Perigo resultante
de violação de
regra de trânsito**

Art. 290. Violar regra de regulamento de trânsito, expondo a efetivo e grave perigo a incolumidade de outrem:

Pena — detenção, de um a seis meses, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

**Fuga do local do
acidente, com
abandono da
vítima**

Art. 291. Causar, na direção de veículo motorizado, ainda que sem culpa, acidente de trânsito, de que resulte dano pessoal, e, em seguida, afastar-se do local, sem prestar socorro à vítima que dêle necessite:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, sem prejuízo das cominadas nos §§ 3.º e 4.º do art. 121 e no art. 133.

**Isenção
de prisão em
flagrante**

Parágrafo único. Se o agente se abstém de fugir e, na medida que as circunstâncias o permitam, presta, ou providencia para que seja prestado socorro à vítima, fica isento de prisão em flagrante.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 292. Impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro, se resulta perigo de desastre:

Perigo de desastre ferroviário

I — danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante ou de tração, obra de arte ou instalação;

II — colocando obstáculo na linha;

III — transmitindo falso aviso acêrca do movimento dos veículos, ou interrompendo ou embarçando o funcionamento dos meios de comunicação;

IV — praticando qualquer outro ato, que atente contra a segurança do serviço ferroviário:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1.º Se do fato resulta desastre:

Desastre efetivo

Pena — reclusão, de quatro a doze anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

§ 2.º Se o agente quis causar o desastre ou assumiu o risco de produzi-lo:

Pena — reclusão, de quatro a quinze anos, e pagamento de vinte a cinquenta dias-multa.

§ 3º No caso de culpa, ocorrendo desastre:

Modalidade culposa

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

§ 4º Para os efeitos dêste artigo entende-se por estrada de ferro qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou por meio de cabo aéreo.

Conceito de "estrada de ferro"

Art. 293. Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial, lacustre ou aérea:

Atentado contra transporte por água ou pelo ar

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

§ 1.º Se do fato resulta naufrágio, submersão ou encalhe de embarcação ou a queda ou destruição da aeronave:

Superveniência de sinistro

Pena — reclusão, de quatro a doze anos, e multa de dez a trinta dias-multa.

Modalidade culposa	§ 2º No caso de culpa, se ocorre o sinistro: Pena — detenção, de seis meses a dois anos.
Atentado contra outro meio de transporte	Art. 294. Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento: Pena — detenção, de um a cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.
Desastre efetivo	§ 1.º Se do fato resulta desastre, a pena é reclusão de dois a oito anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.
Modalidade culposa	§ 2º No caso de culpa se ocorre desastre: Pena — detenção, até seis meses.
Formas qualificadas pelo resultado	Art. 295. Se de qualquer dos crimes previstos nos arts. 292 a 294, no caso de desastre ou sinistro, resulta morte de alguém, aplica-se o disposto no art. 287.
Arremêso de projétil	Art. 296. Arremessar projétil contra veículo em movimento, destinado a transporte por terra, por água ou pelo ar: Pena — detenção, até seis meses.
Forma qualificada pelo resultado	Parágrafo único. Se do fato resulta lesão corporal, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; se resulta morte, a pena é a do homicídio culposo, aumentada de um terço.
Atentado contra serviço de utili- dade pública	Art. 297. Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força, ou qualquer outro de utilidade pública: Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.
Aumento de pena	Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de um terço até metade se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento do serviço.
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico	Art. 298. Interromper ou perturbar serviço telegráfico ou telefônico ou impedir ou dificultar a sua instalação: Pena — detenção, de um a três anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa.
Aumento de pena	Parágrafo único. Aplicam-se as penas em dobro, se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 299. Causar epidemia, mediante propagação de germes patogênicos:

Pena — reclusão, de cinco a quinze anos.

§ 1.º Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dôbro.

§ 2.º No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Art. 300. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena — detenção, até um ano, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

Art. 301. Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 302. Envenenar água potável ou substância alimentícia ou medicinal, expondo a perigo a saúde de número indeterminado de pessoas:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de vinte a cinquenta dias-multa.

§ 1.º Está sujeito às mesmas penas quem entrega a consumo ou tem em depósito, para o fim de ser distribuída, água ou substância envenenada.

§ 2.º Se resulta a morte de alguém:

Pena — reclusão, de quinze a trinta anos.

§ 3.º Se o crime é culposo:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 303. Poluir lagos e cursos de água ou, nos lugares habitados, as praias e a atmosfera, infringindo prescrições legais ou regulamentares federais:

Epidemia

Forma
qualificada

Modalidade
culposa

Infração de medida sanitária preventiva

Agravação de pena

Omissão de notificação de doença

Envenenamento com perigo extensivo

Caso assimilado

Forma
qualificada

Modalidade
culposa

Poluição de fluidos

Corrupção
ou poluição de
água potável

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a vinte e cinco dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção, de dois meses a um ano.

Art. 304. Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

Modalidade
culposa

Corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal

Art. 305. Corromper, adulterar ou falsificar substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo, tornando-a nociva à saúde:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância corrompida, adulterada ou falsificada.

Modalidade
culposa

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Alteração de substância alimentícia ou medicinal

Art. 306. Alterar substância alimentícia ou medicinal, reduzindo-lhe o valor nutritivo ou terapêutico:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância alterada.

Modalidade
culposa

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena — detenção, até seis meses, e pagamento de cinco a dez dias-multa.

Emprego
de processo ou
ingrediente não
permitido

Art. 307. Empregar, no fabrico de produto destinado ao consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária:

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 308. Inculcar, em invólucro ou recipiente de produto alimentício ou medicinal, a existência de substância, de valor nutritivo ou terapêutico, que não se encontra em seu conteúdo ou que nêle existe em quantidade menor do que a mencionada:

**Invólucro
ou recipiente com
falsa indicação**

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Art. 309. Vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo produto nas condições dos dois artigos anteriores:

Entrega a consumo de produtos nas condições dos dois artigos anteriores

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 310. Vender, expor à venda, ter em depósito para vender, ou ceder substância destinada à falsificação de produto alimentício ou medicinal:

Substância destinada à falsificação

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 311. Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal:

Outras substâncias nocivas à saúde

Pena — detenção, até três anos, e pagamento de dez a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

Modalidade culposa

Art. 312. Vender, ter em depósito para vender, expor à venda ou, de qualquer forma, entregar a consumo substância alimentícia ou medicinal avariada:

Substância avariada

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou multa de quinze a trinta dias-multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Modalidade culposa

Art. 313. Fornecer substância medicinal em desacôrdo com a receita médica:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Medicamento em desacôrdo com a receita médica

Modalidade culposa	<p>Parágrafo único. Se o crime é culposos:</p> <p>Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de cinco dias-multa, no máximo.</p>
Comércio, posse ou facilitação do uso de entorpe- cente ou substân- cia de efeito similar	<p>Art. 314. Importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor à venda, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:</p> <p>Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cem a trezentos dias-multa.</p>
Matérias-primas ou plantas desti- nadas à prepara- ção de entorpe- centes ou de subs- tâncias de efeito similar	<p>§ 1.º Nas mesmas penas incorre quem ilegalmente:</p> <p>I — importa ou exporta, vende ou expõe à venda, fornece, ainda que a título gratuito, transporta, traz consigo ou tem em depósito ou sob sua guarda matérias-primas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica;</p> <p>II — faz ou mantém o cultivo de plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica;</p>
Porte de entor- pecente para uso próprio	<p>III — traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.</p>
Forma qualificada	<p>§ 2.º Se o agente é farmacêutico, médico, dentista ou veterinário:</p> <p>Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de cento e cinquenta a trezentos dias-multa.</p>
Receita ilegal	<p>§ 3.º Prescrever o médico ou dentista substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, fora dos casos indicados pela terapêutica, ou em dose evidentemente maior que a necessária ou com infração de preceito legal ou regulamentar:</p> <p>Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinquenta a duzentos dias-multa.</p>

§ 4.º As penas do parágrafo anterior são aplicadas àquele que:

I — instiga ou induz alguém a usar entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica;

II — utiliza local, de que tem a propriedade, posse, administração ou vigilância, ou consente que outrem dêle se utilize, ainda que a título gratuito, para uso ou guarda ilegal de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica;

III — contribui, de qualquer forma, para incentivar ou difundir o uso de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

§ 5.º As penas aumentam-se de um terço, se a substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, é vendida, ministrada, fornecida ou prescrita a menor de dezesseis anos.

Art. 315. Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, de dentista ou de farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:

Pena — detenção, até dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado com fim de lucro, fica o agente também sujeito ao pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 316. Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 317. Exercer o curandeirismo:

I — prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II — usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III — fazendo diagnósticos:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito ao pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Induzimento ao uso de entorpecente ou de substância de efeito similar

Local destinado ao uso de entorpecente ou de substância de efeito similar

Incentivo ou difusão do uso de entorpecente ou de substância de efeito similar

Aumento de pena

Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica

Charlatanismo

Curandeirismo

Formas
qualificadas

Art. 318. Aplica-se o disposto no art. 287 aos crimes previstos nos arts. 300 a 317.

TÍTULO IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação
a crime

Art. 319. Incitar, publicamente, à prática de crime:

Pena — detenção, de três a seis meses, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Apologia de crime ou criminoso

Art. 320. Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena — detenção, de três a seis meses, ou pagamento de multa de cinco a quinze dias-multa.

Quadrilha
ou bando

Art. 321. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena — reclusão, até três anos.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

TÍTULO X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa

Art. 322. Falsificar, fabricando-a ou adulterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no País ou no estrangeiro:

Pena — reclusão, de três a doze anos, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa.

§ 1.º Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

§ 2º Quem, tendo recebido de boa fé, como verdadeira, moeda falsificada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 3.º É punido com reclusão, de três a quinze anos, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa o funcionário que, em exercício em entidade pública responsável pela fabricação ou emissão de moeda, fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão:

**Casos
assimilados**

I — de papel-moeda ou moeda metálica com características diferentes das determinadas pelo órgão competente;

II — de papel-moeda ou moeda metálica em quantidade superior à autorizada.

Art. 323. Fazer circular papel-moeda ou moeda metálica, cuja circulação não estava ainda autorizada, ou que fôra fabricada com características diferentes das determinadas pelo órgão competente:

**Distribuição
de moeda não
autorizada**

Pena — reclusão, de três a doze anos, e pagamento de quinze a cinquenta dias-multa.

Art. 324. Formar cédula representativa de papel-moeda, com fragmentos de cédulas verdadeiras; recompor cédula recolhida e inutilizada, para o fim de restituí-la à circulação; restituir à circulação cédula em tais condições ou já recolhida para o fim de inutilização:

**Crimes especiais
com papel-moeda**

Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Parágrafo único. O máximo da reclusão é elevado a doze anos e o da multa a cinquenta dias-multa, se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem ingresso em razão do cargo.

Aumento de pena

Art. 325. Fabricar, adquirir, fornecer, ainda que a título gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação da moeda:

**Petrechos para
falsificação de
moeda**

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Fica isento de pena o agente que, antes de qualquer uso, destrói tais objetos.

Isenção de pena

Art. 326. Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, cupom, vale, ficha, bônus, título, brinde, ou semelhante, com o propósito de exercer função de dinheiro ou moeda:

**Criação de moeda
paralela**

Pena — detenção, de um a seis meses, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, na eventual escassez de papel-moeda ou moeda metálica, emite cheques de importâncias correspondentes às moedas escassas.

§ 2º Quem recebe ou utiliza como dinheiro qualquer dos documentos referidos no artigo e seu § 1º incorre na pena de detenção, até três meses, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

CAPÍTULO II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

**Falsificação
de selos e papéis
públicos**

Art. 327. Falsificar, fabricando-os ou adulterando-os:

I — sêlo postal ou qualquer papel de emissão legal, destinado à arrecadação de imposto ou taxa;

II — papel de crédito público, que não seja moeda de curso legal;

III — vale postal;

IV — cautelas de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

V — talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo à arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

VI — bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou Município, ou empresa autárquica:

Pena — reclusão, até oito anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Uso dos
selos ou papéis
falsificados**

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou usa qualquer dos selos ou papéis falsificados a que se refere este artigo.

§ 2º Suprimir, em qualquer dêsses selos ou papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:

**Supressão
de sinais de
utilização**

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 3º Incorre nas mesmas penas do parágrafo anterior quem usa, vende, fornece ou guarda, depois de alterado, qualquer dos selos ou papéis aí referidos.

§ 4º Quem usa ou restitui à circulação, embora recebidos de boa fé, qualquer dos papéis falsificados, a que se referem êste artigo e seu § 2º, depois de conhecer a falsidade, incorre na pena de detenção, de três meses a um ano, ou no pagamento de três a dez dias-multa.

Art. 328. Fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis mencionados no artigo anterior:

**Petrechos
de falsificação de
selos e papéis**

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 325.

Isenção de pena

Art. 329. Se qualquer dos crimes do presente capítulo é praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

Agravação de pena

CAPÍTULO III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Art. 330. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, com o propósito de obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita ou de prejudicar direito ou interesse alheio:

**Falsificação
de documento
público**

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

Agravação de pena

§ 2º Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade de direito público, de empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de empresa industrial ou sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

**Falsificação
de documento
particular**

Art. 331. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, com o propósito de obter vantagem ilícita, para si ou para outrem, ou de prejudicar direito ou interesse alheio:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Falsidade
ideológica**

Art. 332. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa, se o documento é público, e reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a dez dias multa, se o documento é particular.

**Documento por
equiparação**

Art. 333. Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.

Agravação de pena

Art. 334. Se o agente da falsidade documental é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil, a pena é agravada.

**Cheque
sem fundos**

Art. 335. Emitir cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado:

Pena — reclusão, de um a cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1º Salvo o caso do art. 172, é irrelevante ter sido o cheque emitido para servir como título ou garantia de dívida.

§ 2º Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 165.

Art. 336. Expedir ou aceitar duplicata que não corresponda, juntamente com a fatura respectiva, a uma venda efetiva de bens ou a uma real prestação de serviço:

**Duplicata
simulada**

Pena — detenção, de um a cinco anos, e pagamento de vinte a cinqüenta dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre aquêle que falsificar, fabricando ou adulterando, a escrituração do livro de registro de duplicatas.

Art. 337. Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

**Falso
reconhecimento
de firma ou letra**

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa, se o documento é público, e reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa, se o documento é particular.

Art. 338. Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo, função ou emprego público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

**Certidão ou atestado ideológica-
mente falso**

Pena — detenção, até dois anos.

§ 1º Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

**Falsidade mate-
rial de atestado
ou certidão**

Pena — detenção, até três anos.

§ 2º Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, também, a de pagamento de cinco a dez dias-multa.

Art. 339. Dar o médico, no exercício de sua profissão, atestado falso:

**Falsidade
de atestado do
médico**

Pena — detenção, até um ano, ou multa de cinco a quinze dias-multa.

Uso de documento
falso

Art. 340. Fazer uso de qualquer dos documentos a que se refere o presente capítulo, falsificados ou alterados por outrem:

Pena — a cominada à falsidade ou alteração.

Supressão
de documento

Art. 341. Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento verdadeiro, de que não podia dispor:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa, se o documento é público, e reclusão, até cinco anos, e pagamento de cinco a dez dias-multa, se o documento é particular.

CAPÍTULO IV

DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação de
sinal oficial no
contraste de me-
tal nobre ou na
fiscalização adua-
neira, ou para
outros fins

Art. 342. Falsificar, fabricando-o ou adulterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Se a marca ou sinal falsificado é o que usa a autoridade pública para o fim de fiscalização sanitária, ou para autenticar ou encerrar determinados objetos, ou comprovar o cumprimento de formalidade legal:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Falsa
identidade

Art. 343. Atribuir-se, ou a terceiro, falsa identidade para obter vantagem para si ou para outrem, ou para causar prejuízo alheio, se o fato não constitui crime mais grave:

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Uso de documento
pessoal alheio

Art. 344. Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista, carteira profissional, ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dêle se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

Pena — detenção, de quatro meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 345. Usar o estrangeiro, para entrar ou permanecer no país, nome que não é o seu:

**Fraude de lei
sobre estrangeiro**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem atribui a estrangeiro falsa qualidade, para promover-lhe a entrada no país.

Art. 346. Prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens:

Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade

Pena — detenção, de seis meses a três anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 347. Se o crime contra a fé pública fôr o único meio empregado na prática de outro crime, o agente responderá tão-somente pela falsidade, mas com a pena aumentada de um a dois terços.

Falsidade como meio de outro crime

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Art. 348. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em virtude do cargo, função ou emprego, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Peculato

Pena — reclusão, de três a quinze anos, e pagamento de vinte a cem dias-multa.

§ 1º As penas aumentam-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo.

Aumento de pena

Peculato-furto

§ 2º Aplicam-se as mesmas penas, se o funcionário público, embora não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 3º Se o funcionário contribui culposamente para qualquer dos crimes acima:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem

Art. 349. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício de cargo, função ou emprego publico, recebeu por erro de outrem:

Pena — reclusão, de dois a sete anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Peculato de uso

Art. 350. Usar, para fins alheios ao serviço, ou permitir que outrem, indevidamente, faça uso de veículos ou qualquer outra coisa infungível de não pequeno valor, que, pertencente à administração pública ou sob sua guarda, lhe tenha sido entregue em razão do cargo:

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento não excedente a vinte dias-multa.

Violação de dever funcional com fim de lucro

Art. 351. Obter, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica, ainda que sem prejuízo da Fazenda Pública, em qualquer negócio ou atividade, de que tenha sido incumbido pela administração:

Pena — reclusão, de três a dez anos, e pagamento de vinte a cinquenta dias-multa.

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 352. Extraviar livro ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, função ou emprego; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 353. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 354. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, indevida vantagem econômica:

Concussão

Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Art. 355. Exigir impôsto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Excesso de exação

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 356. Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Desvio

Pena — reclusão, de dois a doze anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.

Art. 357. Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Corrupção passiva

Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Aumento de pena

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Diminuição de pena

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa de três a dez dias-multa.

Prevaricação	Art. 358. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.
Desobediência a decisão judicial	Art. 359. Deixar, sem justa causa, de cumprir, ou retardar o cumprimento de decisão judicial: Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.
Facilitação de contrabando ou descaminho	Art. 360. Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 375): Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.
Condescendência criminosa	Art. 361. Deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, função ou emprêgo público, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente: Pena — detenção, até um mês, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.
Patrocínio indébito	Art. 362. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário: Pena — detenção, de um a três meses, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.
Forma qualificada	Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo: Pena — detenção, de três meses, além da multa.
Violência arbitrária	Art. 363. Praticar violência, no exercício de função, ou a pretexto de exercê-la: Pena — detenção, de seis meses a três anos, além da correspondente à violência.
Abandono de cargo, função ou emprêgo	Art. 364. Abandonar cargo, função ou emprêgo público, se do fato resulta ou pode resultar prejuízo ao interesse administrativo: Pena — detenção, até um ano, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Forma
qualificada

Pena — detenção, de um a três anos, e pagamento de dez a vinte dias-multa.

Art. 365. Entrar no exercício de cargo, função ou emprego público antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-lo, sem autorização, depois de saber que foi exonerado, removido, substituído, suspenso ou aposentado:

Exercício funcio-
nal ilegalmente
antecipado ou
prolongado

Pena — detenção, até um mês, ou pagamento de dez dias-multa, no máximo.

Art. 366. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Violação
de
sigilo funcional

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

Art. 367. Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Violação
de
sigilo de proposta
de concorrência

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 368. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitória ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

Conceito
de funcionário
público

Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em autarquia, sociedade de economia mista ou sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário.

público por
equiparação

CAPÍTULO II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Art. 369. Usurpar o exercício de cargo, função ou emprego público:

Usurpação
de cargo, função
ou emprego
público

Pena — detenção, de três meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Parágrafo único. Se do fato o agente auferir vantagem:

Forma
qualificada

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Resistência

Art. 370. Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena — detenção, de dois meses a dois anos.

Forma qualificada

§ 1º Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena — reclusão, até três anos.

Ressalva da pena relativa à violência

§ 2º As penas dêste artigo são aplicáveis sem prejuízo da correspondente à violência.

Desobediência

Art. 371. Desobedecer a ordem legal emanada de funcionário público:

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Desacato

Art. 372. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

Tráfico de influência

Art. 373. Obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em funcionário público no exercício da função:

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de quinze a quarenta dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

Corrupção ativa

Art. 374. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena — reclusão, até oito anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Art. 375. Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, e exigível na própria repartição aduaneira:

**Contrabando
ou descaminho**

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

**Contrabando
ou descaminho
por assimilação**

a) pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

b) pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho;

c) vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

d) adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para efeitos dêste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercício em residências.

§ 3º As penas aplicam-se em dôbro, se o contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo.

Aumento de pena

Art. 376. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar qualquer outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, a pagamento de imposto ou taxa, se o montante do tributo sonegado ou a sonegar é superior ao salário mínimo.

**Fraude contra o
fisco**

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de vinte a cinquenta dias-multa, sem prejuízo da multa fiscal.

Aumento de pena

Parágrafo único. Se o montante do tributo sonegado ou a sonegar é superior a dez vezes o salário mínimo:

Pena — detenção, até três anos, e pagamento de cinquenta a cem dias-multa, sem prejuízo da multa fiscal.

**Impedimento,
perturbação ou
fraude de con-
corrência**

Art. 377. Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração pública ou entidade de direito público, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, sociedade de que participe a União, Estado ou Município como acionista majoritário; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

**Inutilização
de edital ou de
sinal oficial**

Art. 378. Rasgar, ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem legal de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado por determinação ou ordem legal de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena — detenção, até um ano, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Subtração ou inu-
tilização de livro,
processo ou
documento**

Art. 379. Subtrair ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e pagamento de quinze a trinta dias-multa.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

**Denunciação
caluniosa**

Art. 380. Dar causa à instauração de investigação policial ou de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:

Pena — reclusão, de dois a oito anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1º A pena é agravada, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto.

Agravação de pena

§ 2º Se a falsa imputação é de prática de contravenção:

Falsa imputação de contravenção

Pena — detenção, de três meses a um ano, e pagamento de três a dez dias-multa.

Art. 381. Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

Comunicação falsa de crime ou contravenção

Pena — detenção, até seis meses, ou pagamento de cinco a dez dias-multa.

Art. 382. Acusar-se, perante a autoridade pública, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Auto-acusação falsa

Pena — detenção, de três meses a dois anos, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 383. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em inquérito policial, processo administrativo ou judicial, em juízo arbitral ou inquérito de comissão parlamentar:

Falso testemunho ou falsa perícia

Pena — reclusão, até três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, as penas são aplicadas em dobro, e, se intervêm suborno, aumentam-se de um terço.

Aumento de pena

§ 2º O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.

Retratação

Art. 384. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução, ou interpretação, ainda que a oferta não seja aceita:

Corrupção ativa de testemunha ou perito

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Aumento de pena Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

Coação no curso do processo Art. 385. Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em inquérito policial, processo administrativo ou judicial, em juízo arbitral ou inquérito de comissão parlamentar:

Pena — reclusão, até quatro anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Publicidade opressiva Art. 386. Fazer, pela imprensa, rádio ou televisão, antes da intercorrência de decisão definitiva em processo penal, comentários com o fim de exercer pressão relativamente a declarações de testemunhas ou decisão judicial:

Pena — detenção, até seis meses, ou multa de cinco a quinze dias-multa.

Fraude à execução Art. 387. Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou pagamento de dez a vinte dias-multa.

Ação penal Parágrafo único. Somente se procede mediante queixa.

Desobediência em caso de pensão alimentícia Art. 388. Deixar o empregador ou funcionário público de prestar ao juízo competente as informações necessárias à instrução de processo ou execução de sentença ou acôrdo que fixe pensão alimentícia:

Pena — detenção, de seis meses a um ano, e pagamento de dez a cinquenta dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, de qualquer modo, ajuda o devedor a eximir-se ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, ou se recusa, ou procrastina a executar a ordem de desconto em folha de pagamento, expedida pelo juiz.

Art. 389. Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

**Exercício
arbitrário das
próprias razões**

Pena — detenção, até um mês, ou multa de cinco a dez dias-multa, sem prejuízo da correspondente à violência acaso empregada.

Parágrafo único. Se não há emprêgo de violência, sòmente se procede mediante queixa.

Ação penal

Art. 390. Subtrair, suprimir ou danificar, coisa própria, que se acha em poder de terceiro, por determinação judicial ou convenção:

**Subtração, supressão ou dani-
ficação de coisa
própria no legít-
timo poder de
terceiro**

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 391. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a êrro o juiz ou perito:

**Fraude
processual**

Pena — detenção, de três meses a dois anos, e pagamento de cinco a vinte dias-multa.

Parágrafo único. Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dôbro.

Aumento de pena

Art. 392. Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão;

**Favorecimento
pessoal**

Pena — detenção, de um a seis meses, e pagamento de três a quinze dias-multa.

§ 1º Se ao crime é cominada pena de detenção:

Pena — detenção, até três meses, e multa de cinco a quinze dias-multa.

§ 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Isenção de pena

Art. 393. Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

**Favorecimento
real**

Pena — detenção, de um a seis meses, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

**Exercício
arbitrário ou
abuso de poder**

Art. 394. Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder:

Pena — detenção, de um mês a um ano.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre o funcionário que:

I — ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado à execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança detentiva;

II — prolonga a execução de pena ou de medida de segurança detentiva, deixando de expedir, em tempo oportuno, ou executar imediatamente, a ordem de liberdade;

III — submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado por lei.

**Fuga de prêso
ou internado**

Art. 395. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente prêsa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

§ 2º Se há emprêgo de violência contra pessoa, aplica-se, também, a pena correspondente à violência.

§ 3º A pena é de reclusão, até quatro anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja guarda ou custódia está o prêso ou internado.

**Modalidade
culposa**

§ 4º No caso de culpa do funcionário incumbido da guarda ou custódia, aplica-se a pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa de cinco a quinze dias-multa.

Evasão de prêso

Art. 396. Evadir-se ou tentar evadir-se o prêso, usando de violência contra pessoa:

Pena — detenção, de três meses a um ano, além da correspondente à violência.

Art. 397. Arrebatat prêso ou internado, a fim de maltratá-lo, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda:

**Arrebatamento
de prêso ou
internado**

Pena — reclusão, até quatro anos, além da correspondente à violência.

Art. 398. Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

Motim de presos

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, além da correspondente à violência acaso praticada contra pessoa.

Art. 399. Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Patrocínio infiel

Pena — detenção, de seis meses a três anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas o advogado ou procurador judicial que defende, na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

**Patrocínio simultâneo de partes
contrárias ou
tergiversação**

Art. 400. Prestar assistência jurídica a outrem, sem autorização legal e mediante remuneração:

**Exercício ilegal
da advocacia**

Pena — detenção, até três meses, ou pagamento de três a quinze dias-multa.

Art. 401. Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador:

**Sonegação de papel ou objeto de
valor probatório**

Pena — detenção, de seis meses a três anos, e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Art. 402. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

**Exploração
de prestígio**

Pena — reclusão, até cinco anos, e pagamento de dez a trinta dias-multa.

Aumento de pena

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

Reingresso de estrangeiro expulso

Art. 403. Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

Pena — reclusão, até quatro anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

Violência ou fraude em arrematação judicial

Art. 404. Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena — detenção, de dois meses a um ano, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa, além da correspondente à violência.

Desobediência a decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito

Art. 405. Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial:

Pena — detenção, de três meses a dois anos, ou pagamento de cinco a quinze dias-multa.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 406. Ressalvada a legislação especial sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, os crimes de falência, os crimes contra a honra por meio da imprensa, os crimes contra a economia popular, os crimes relacionados à telecomunicação, os crimes especiais de greve ou *lockout*, os crimes de responsabilidade e os crimes militares, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 407. Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1970.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.005 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código da Propriedade Industrial

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial se efetua mediante:

- a) concessão de privilégios:
 - de invenção;
 - de modelos industriais e
 - de desenhos industriais;
- b) concessão de registros:
 - de marcas de indústria, de comércio e de serviço;
 - de títulos de estabelecimento e
 - de expressões ou sinais de propaganda;
- c) repressão a falsas indicações de proveniência;
- d) repressão à concorrência desleal.

Art. 2º As disposições dêste Código são aplicáveis também aos pedidos de privilégio e de registros depositados no estrangeiro e que tenham proteção assegurada por tratados ou convenções de que o Brasil seja signatário, desde que depositados regularmente no País.

Art. 3º Toda pessoa física ou jurídica, domiciliada no Brasil, com legítimo interesse, poderá, administrativa ou judicialmente, solicitar a aplicação, em igualdade de condições, de qualquer dispositivo de tratados ou convenções a que o Brasil aderir.

TÍTULO I

DOS PRIVILÉGIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I — Dos autores ou requerentes

Art. 4º Aos autores de invenção, de modelo industrial e de desenho industrial, será assegurado o direito de obter patente que lhes garanta a propriedade e o uso exclusivo, nas condições estabelecidas neste Código.

§ 1º Para efeito de concessão de patente, presume-se autor o requerente do privilégio.

§ 2º O privilégio poderá ser requerido pelo autor da invenção, seus herdeiros e sucessores, pessoas jurídicas autorizadas ou eventuais cessionários dos respectivos direitos, mediante apresentação de documento hábil, dispensada a legalização ou a autenticação do mesmo.

§ 3º Em caso de invenção por duas ou mais pessoas, em conjunto, o privilégio poderá ser requerido por tôdas ou qualquer delas, ressalvados os respectivos direitos, mediante nomeação e qualificação de todos os inventores.

Seção II — Das invenções, dos modelos e dos desenhos privilegiáveis

Art. 5º São privilegiáveis a invenção, o modelo industrial e o desenho industrial considerados novos e suscetíveis de utilização industrial.

Parágrafo único. Consideram-se novos a invenção, o modelo e o desenho que, até a data do depósito do pedido de patente, não tenham sido depositados, patenteados, divulgados ou explorados no Brasil, nem patenteados, divulgados ou explorados no estrangeiro, ressalvado o disposto nos arts. 6º e 17 do presente Código.

Seção III — Da garantia de prioridade

Art. 6º Aquêlle que, antes de requerer patente, pretenda fazer demonstrações, comunicações a associações científicas ou exibições do invento em exposições oficiais ou oficialmente reconheci-

das, deverá, para ressalva de prioridade, requerer ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial a respectiva garantia, apresentando relatório descritivo circunstanciado, bem como os desenhos, quando fôr o caso, e a prova de haver pago a taxa correspondente.

§ 1º Dêse ato lavrar-se-á termo de depósito, vigorando desde então a garantia de prioridade por um ano, para os casos de invenção e por seis meses para os de modelo e desenho.

§ 2º Dentro desses prazos deverá o interessado depositar o pedido de privilégio, nas condições e para os efeitos dos artigos 13 e 15, prevalecendo a data do termo de depósito a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º O pedido de garantia de prioridade dispensa as formalidades de exame e publicação, que serão aplicáveis, entretanto, ao respectivo pedido de privilégio.

Art. 7º Findos os prazos estabelecidos no § 1º, sem que o interessado tenha requerido o privilégio, extinguir-se-á automaticamente a garantia de prioridade, considerando-se do domínio público o que tenha sido objeto de requerimento.

CAPÍTULO II

DAS INVENÇÕES NÃO PRIVILEGIÁVEIS

Art. 8º Não são privilegiáveis:

a) as invenções de finalidade contrária às leis, à moral, à saúde, à segurança pública, aos cultos religiosos e aos sentimentos dignos de respeito e veneração;

b) as substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos, ressalvando-se, porém, a privilegiabilidade dos respectivos processos de obtenção ou modificação;

c) as substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos, de qualquer espécie, bem como os respectivos processos de obtenção ou modificação;

d) as misturas e ligas metálicas em geral, ressalvando-se, porém, as que, não compreendidas na alínea anterior, apresentarem qualidades intrínsecas específicas, precisamente caracterizadas pela sua composição qualitativa, definida quantitativamente, ou por tratamento especial a que tenham sido submetidas;

e) as justaposições de processos, meios ou órgãos conhecidos, a simples mudança de forma, proporções, dimensões ou de ma-

teriais, salvo se daí resultar, no conjunto, um efeito técnico novo ou diferente, não compreendido nas proibições das alíneas anteriores, ou se tratar de invenções que constituam objetos que se prestem a trabalho ou uso prático e tragam à função a que se destinam melhor utilização;

f) os usos ou empregos relacionados com descobertas, inclusive de variedades ou espécies de microrganismos, para fim determinado;

g) as técnicas operatórias ou cirúrgicas ou de terapêutica, não incluídos os dispositivos, aparelhos ou máquinas;

h) os sistemas, os planos ou os esquemas de escrituração comercial, de cálculos, de financiamento, de crédito, de sorteios, de especulação ou de propaganda;

i) as concepções puramente teóricas.

CAPÍTULO III

DOS MODELOS E DOS DESENHOS INDUSTRIAIS

Seção I — Dos modelos e dos desenhos privilegiáveis

Art. 9º São privilegiáveis como modelos industriais tôdas as formas plásticas, que possam servir de tipo de fabricação de um produto industrial e ainda se caracterizem por nova configuração ornamental.

Art. 10. São privilegiáveis como desenhos industriais tôdas as disposições ou conjuntos novos de linhas ou côres que possam ser aplicados, com fins industriais ou comerciais, à ornamentação de um produto, por quaisquer meios manuais, mecânicos ou químicos, singelos ou combinados.

Art. 11. São ainda privilegiáveis como modelos ou desenhos industriais aquêles que, embora não se apresentem inteiramente como novos, realizem combinações originais de elementos conhecidos ou disposições diferentes de elementos conhecidos e dêem aos respectivos objetos novo aspecto geral característico.

Parágrafo único. Considerar-se-ão como um só modelo ou um só desenho os que, embora compostos de várias partes, constituam um todo ou um conjunto característico.

Seção II — Dos modelos e dos desenhos não privilegiáveis

Art. 12. Não são privilegiáveis como modelos ou como desenhos industriais:

a) o que não fôr privilegiável como invenção, nos termos do disposto no art. 8º;

b) as obras de escultura, arquitetura, pintura, gravura, esmalte, bordados, fotografias e quaisquer outros modelos ou desenhos de caráter puramente artístico;

c) o que constituir objeto de privilégio de invenção ou de registros previstos na alínea b do art. 1º.

CAPÍTULO IV

DOS PEDIDOS DE PRIVILÉGIO

Art. 13. O pretendente a privilégios de invenção, de modelo ou de desenho industrial deverá apresentar o seu pedido ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, acompanhado do relatório descritivo, com os respectivos desenhos, quando fôr o caso.

§ 1º O requerimento, que só poderá referir-se a uma única invenção, especificando sempre sua natureza, deverá conter o respectivo título explicativo da invenção, o qual será o mesmo do relatório, bem como a qualificação completa do requerente e de seu procurador, se houver.

§ 2º O relatório, sempre escrito em português, deverá satisfazer às seguintes condições:

a) descrever, de maneira clara e precisa, a invenção, de modo que o técnico no assunto possa realizá-la; indicar sua natureza e sua finalidade e conter o título explicativo da invenção, o qual deverá ser o mesmo do requerimento;

b) apresentar com clareza os pontos característicos da invenção, os quais servirão para estabelecer e delimitar os direitos do inventor;

c) apresentar desenhos, quando necessário.

Art. 14. Sempre que o inventor quiser garantir isoladamente qualquer particularidade de sua invenção, poderá requerê-la em pedido separado, desde que possa ser destacada do conjunto e não tenha sido, antes, descrita pormenorizadamente.

CAPÍTULO V

DO DEPÓSITO DOS PEDIDOS DE PRIVILÉGIO

Art. 15. Apresentado o pedido, devidamente instruído e com a comprovação do pagamento da taxa correspondente, lavrar-se-á o respectivo termo de depósito, que deverá ser assinado pelo requerente, ou seu procurador, e pelo funcionário encarregado.

Parágrafo único. Do termo de depósito constarão hora, dia, mês, ano e número de ordem da apresentação do pedido, título e natureza da invenção, indicação de prioridade, quando reivindicada, e nome do requerente e de seu procurador, se houver, sendo fornecida certidão ao depositante, mediante pagamento da taxa devida.

Art. 16. Somente os pedidos de garantia de prioridade e os iniciais de privilégio, bem como as petições de cumprimento de exigências por partes que não tenham procurador junto ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, poderão ser apresentados também nas Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio, lavrando-se os respectivos termos de depósito, nos dois primeiros casos, na forma do artigo 15 e seu parágrafo único.

Parágrafo único. Lavrado o termo de depósito, ou recebida a petição de cumprimento de exigências, a Delegacia providenciará a remessa da documentação respectiva ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro de cinco dias, contados da data do recebimento.

CAPÍTULO VI

DOS DEPÓSITOS FEITOS NO ESTRANGEIRO

Art. 17. Ao inventor que tiver depositado, regularmente, em Estado com o qual o Brasil mantenha acôrdo internacional, pedido de privilégio de invenção, de modelo ou de desenho industrial, ficará assegurado direito de prioridade para apresentar igual pedido no Brasil, pelo prazo estipulado no respectivo acôrdo. A prioridade em nenhum caso poderá ser invalidada por fatos ocorridos durante esse prazo, tais como pedido idêntico, publicação da invenção, do modelo ou do desenho, seu uso, exploração ou concessão da patente.

§ 1º A reivindicação de prioridade será averbada no termo de depósito e constará da patente a ser expedida, desde que comprovado o respectivo direito, mediante apresentação de certificado do depósito do pedido no país de origem ou da patente, de certidão ou cópia autenticada de um destes documentos.

§ 2º A apresentação do comprovante mencionado no parágrafo anterior deverá ser feita no prazo máximo de noventa dias, contado da data do depósito do pedido, sob pena de perda do direito de prioridade.

CAPÍTULO VII

DO EXAME FORMAL E TÉCNICO DOS PEDIDOS DE PRIVILÉGIO

Art. 18. Lavrado o termo de depósito, o processo será submetido a exame formal e a exame técnico preliminar, de conformidade com as prescrições regulamentares, mantendo-se em sigilo até seu arquivamento definitivo ou a publicação dos pontos característicos, ressalvado o direito de vista a quem o requeira, quando o processo tenha sido apontado como colidente com o seu pedido.

§ 1º Verificado, quer pelo exame formal, quer pelo exame técnico preliminar, que o processo está em desacôrdo com as normas aplicáveis, será notificado o interessado ou seu procurador, se houver, para regularizá-lo, cumprindo ou contestando a exigência, dentro do prazo de sessenta dias, contado da data da notificação.

§ 2º Esgotado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, sem que o interessado tenha promovido o completo saneamento do processo, incidirá êste em arquivamento, de cujo despacho caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, desde que satisfeita ou contestada a exigência, concomitantemente com o requerimento, dentro do prazo de sessenta dias da data da notificação do arquivamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento da exigência formal, ou de ser improcedente a contestação à mesma, o processo será definitivamente arquivado, de cujo despacho não caberá qualquer recurso administrativo.

§ 4º Em caso de não cumprimento de exigência técnica, mas de contestação à mesma, do despacho do Diretor-Geral do Departamento sobre o pedido de reconsideração caberá recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 5º Se o despacho do Ministro confirmar a decisão recorrida, encerrar-se-á a fase administrativa; em caso contrário, o processo terá prosseguimento.

Art. 19. Por ocasião do exame técnico preliminar será verificado, desde logo, se o pedido infringe as disposições dos artigos 8º e 12 dêste Código, se há anterioridade e se está tècnicamente bem definido, a fim de se apurar a viabilidade de privilégio.

§ 1º. Quando o parecer fôr denegatório, o técnico indicará as anterioridades ou as colidências que forem encontradas, assim como outras razões que o levaram a considerar imprivilegiável o pedido.

§ 2º. Nas condições do parágrafo anterior, o pedido poderá ser desde logo indeferido, sem necessidade de formulação de exigências, e de publicação de pontos característicos e de cópia dos desenhos.

§ 3º. Do despacho denegatório previsto no parágrafo anterior caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, no prazo de sessenta dias.

§ 4º. Se o Diretor-Geral do Departamento mantiver o despacho denegatório previsto no § 2º, caberá recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio, no prazo de sessenta dias.

§ 5º. Se o despacho do Ministro confirmar a decisão recorrida, encerrar-se-á a fase administrativa; em caso contrário, o processo terá prosseguimento, de conformidade com os artigos 20 e seguintes.

Art. 20. Verificado, pelo exame técnico preliminar, que há viabilidade de privilégio, será publicado pelo menos um ponto característico da invenção, citando-se o total de pontos, acompanhado de cópia de, pelo menos, um desenho, e da indicação de prioridade, se houver, para apresentação de eventuais oposições pelos interessados, dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Da data da notificação da oposição correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

Art. 21. Não sendo apresentada oposição, o pedido poderá ser deferido e do despacho de deferimento não caberá qualquer recurso administrativo.

§ 1º. No caso do indeferimento do pedido, decorrente de condição impeditiva argüida pelo próprio Departamento Nacional da Propriedade Industrial, caberá pedido de reconsideração ao seu Diretor-Geral, no prazo de sessenta dias.

§ 2º. Da decisão do Diretor-Geral que mantiver o despacho de indeferimento caberá recurso, no prazo de sessenta dias, ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

§ 3º. Da data da notificação do recurso correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

Art. 22. Surgindo oposição, proceder-se-á ao exame técnico complementar, podendo ser solicitada pelo Departamento Nacional

da Propriedade Industrial, em caráter supletivo, a audiência de outros serviços técnicos, seja da Administração Pública, seja de organizações reconhecidas pelo Governo como órgãos de consulta, seja de membros dos corpos docentes das universidades de ensino superior, mediante o pagamento de «pro-labore» ao técnico credenciado.

Parágrafo único. O encarregado do exame técnico poderá solicitar, fundamentando a exigência, os esclarecimentos que julgar necessários, bem como novos relatórios descritivos, pontos característicos e desenhos, aplicando-se o disposto no artigo 18 e seus parágrafos.

Art. 23. Concluído o exame técnico, do despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial caberá recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Da data da notificação do recurso correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

Art. 24. Quando houver pedido correspondente para a mesma invenção, depositada ou concedida em país estrangeiro, o requerente, sempre que solicitado, fundamentadamente, pelo Departamento, será obrigado a comunicar tôdas as objeções formuladas contra aquêle pedido.

CAPÍTULO VIII

DA EXPEDIÇÃO DAS PATENTES

Art. 25. Transitada em julgado a decisão concessiva do privilégio, será iniciado o decurso do prazo de sessenta dias para pagamento concomitante da taxa de expedição da patente e da primeira anuidade de duração da mesma, independentemente de qualquer notificação.

§ 1º Não sendo comprovado, junto ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, o pagamento de qualquer das referidas taxas, dentro do prazo dêste artigo, será arquivado o processo, facultada a respectiva restauração, mediante petição ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, apresentada dentro dos trinta dias seguintes à data da publicação do despacho de arquivamento e acompanhada de prova do pagamento daquelas taxas e da de restauração.

§ 2º Comprovado o pagamento das taxas devidas, será a patente entregue ao requerente ou a seu procurador, mediante recibo.

§ 3º Da patente deverão constar o número respectivo, nome, nacionalidade, profissão e domicílio do inventor, de seu sucessor ou cessionário, se houver, o título da invenção e o prazo de sua duração, ressaltando-se os direitos de terceiros e a responsabilidade do Governo quanto à novidade e à utilidade da invenção, anexando-se-lhe uma das vias do relatório definitivo, bem como dos desenhos, se houver.

Art. 26. No Departamento Nacional da Propriedade Industrial existirão registros próprios para as patentes de invenção, para as de modelo industrial e para as de desenho industrial, cada um com numeração própria.

Art. 27. Os privilégios que forem concedidos pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial terão a mais ampla divulgação possível, através de publicação no órgão oficial do mesmo Departamento e em outros meios de comunicação, mediante convênios com entidades governamentais ou de classe.

Art. 28. Se entre a data do depósito do pedido de privilégio e a da expedição da patente houver exploração não autorizada da invenção, por terceiro, ficará este obrigado a indenizar o titular da patente, após a expedição desta, de conformidade com o que for decidido e apurado em ação própria.

CAPÍTULO IX

DA DURAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS

Art. 29. Os privilégios de invenção, de modelo e de desenho industrial vigorarão, desde que pagas regularmente as anuidades devidas, pelo prazo de 15 anos, contado da data da expedição das respectivas patentes.

§ 1º Findo o prazo de vigência do privilégio, o objeto da patente cairá automaticamente no domínio público.

§ 2º Os privilégios concedidos nos termos deste Código vigorarão pelo prazo previsto neste artigo, ainda que extintos ou caducos os privilégios correspondentes em Estado estrangeiro.

CAPÍTULO X

DAS TAXAS RELATIVAS AS ANUIDADES DOS PRIVILÉGIOS

Art. 30. O pagamento da taxa relativa ao primeiro ano de duração do privilégio deverá ser feito juntamente com o da taxa de expedição, nos termos do artigo 25.

§ 1º Dentro dos primeiros cento e oitenta dias de cada um dos períodos anuais seguintes à data de expedição da patente deverão ser pagas as demais anuidades, conforme tabela anexa, facultado o pagamento antecipado.

§ 2º O pagamento da importância correspondente às 12ª, 13ª, 14ª e 15ª unidades será, entretanto, feito antecipadamente, por ocasião do pagamento relativo à 11ª anuidade.

CAPÍTULO XI

DA TRANSFERÊNCIA, DA ALTERAÇÃO DE NOME E DA SEDE DOS TITULARES DOS PEDIDOS DE PRIVILÉGIOS E DAS PATENTES E DOS CONTRATOS DE LICENÇA PARA A EXPLORAÇÃO DESTAS

Art. 31. A propriedade da invenção pode ser transferida por ato «inter-vivos» ou em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Art. 32. A transferência, seja a título gratuito ou oneroso, poderá ser total ou parcial.

Parágrafo único. A transferência será total, quando abranger todos os direitos resultantes do privilégio ou do pedido de patente ou parcial, quando compreender somente parte desses direitos ou houver restrição quanto ao tempo de uso ou zona de utilização.

Art. 33. A anotação de transferência de patente ou de pedido deverá ser requerida ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante apresentação do respectivo título e dos instrumentos originais de transferência, ou de suas certidões, e do comprovante do pagamento da taxa regulamentar.

§ 1º A transferência só produzirá efeito em relação a terceiros depois de anotada no Departamento.

§ 2º A anotação será feita no registro próprio e averbada na respectiva patente ou no pedido de patente.

§ 3º Os documentos relativos à transferência ficarão arquivados no Departamento, não cabendo restituição dos mesmos.

§ 4º A requerimento dos interessados poderão ser fornecidas certidões ou fotocópias autenticadas dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, que produzirão os efeitos jurídicos dos originais.

Art. 34. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial qualquer alteração quanto ao nome ou quanto à sede do titular do privilégio ou do pedido de patente.

Parágrafo único. Serão igualmente anotados os atos que se refiram à suspensão, limitação ou extinção dos privilégios, por despacho de autoridade administrativa ou judiciária; neste último caso, por comunicação da autoridade ou quando os interessados o requererem, juntando documentos hábeis.

Art. 35. A anotação da alteração do nome ou da sede do titular deverá ser requerida ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante apresentação do respectivo título, acompanhado de documentos hábeis e do comprovante do pagamento da taxa regulamentar.

Parágrafo único. A anotação será feita no registro próprio e averbada na respectiva patente ou no pedido de patente.

Art. 36. A anotação de transferência dos direitos de patente ou de pedido de patente e de alteração do nome e da sede do titular será efetuada dentro de sessenta dias da data da publicação do despacho respectivo, não se admitindo qualquer recurso administrativo.

Art. 37. Os proprietários de privilégio de invenção, de modelo ou de desenho industrial, seus herdeiros ou sucessores, poderão conceder licença para exploração do invento patenteado.

Art. 38. A concessão de licença será feita mediante ato revestido das formalidades legais, ficando consignadas expressamente as restrições impostas à exploração do invento.

Art. 39. O ato concessivo de licença para exploração de invento patenteado só produzirá efeito, em relação a terceiros, depois de averbado no registro próprio do Departamento Nacional da Propriedade Industrial e na patente.

Art. 40. Da decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que denegar a anotação de transferência de patente ou de pedido de patente caberá recurso, dentro do prazo de sessenta dias da data da publicação daquele despacho.

Art. 41. A requerimento de qualquer pessoa, com legítimo interesse, que tenha iniciado processo judicial de falsidade ou relativo à ineficácia dos atos referentes a anotação de transferência de direitos de patentes, ou de pedidos de patentes, ou a averbação de contrato de exploração, poderá o Juiz, motivando seu ato, ordenar a suspensão do processo de anotação de transferência ou de averbação, até decisão final.

CAPÍTULO XII

DA LICENÇA OBRIGATÓRIA PARA A EXPLORAÇÃO DO PRIVILÉGIO

Art. 42. O titular do privilégio que não houver iniciado a exploração da patente de modo efetivo, no País, dentro dos dois anos que se seguirem a sua expedição, ou que a tenha interrompido por tempo superior a um ano, salvo motivo de força maior comprovado, ficará obrigado a conceder, a terceiro que o requeira, licença para exploração da mesma, nos termos e condições estabelecidos neste Código, sob pena de caducidade.

§ 1º Por motivo de interesse público, demonstrado em expediente encaminhado ao Ministro da Indústria e do Comércio por qualquer outro Ministro de Estado ou Governador de Estado ou de Território, poderá também ser concedida, a terceiro que a requeira, licença obrigatória especial, não exclusiva, para a exploração de patente em desuso, ainda que parcialmente.

§ 2º Não será considerada exploração efetiva, para os efeitos deste artigo, aquela cuja produção fôr substituída ou suplementada, em qualquer parcela, por importação feita pelo titular da patente ou qualquer cessionário.

§ 3º Para os fins previstos neste artigo, bem como no artigo 59, o titular da patente deverá comprovar perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro dos três primeiros meses seguintes ao terceiro ano de vigência da mesma, e até o terceiro mês de cada ano que se seguir, a exploração efetiva de seu objeto no País, quer diretamente, quer por terceiros autorizados.

Art. 43. Qualquer pessoa que pretender licença obrigatória para a exploração do invento deverá requerê-la ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, indicando as condições que oferece ao titular da patente e instruindo seu pedido com documentos que comprovem sua idoneidade técnica e econômico-financeira.

§ 1º Dêsse requerimento será oficialmente notificado o titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de sessenta dias para manifestar-se.

§ 2º Findo o prazo do parágrafo anterior, sem manifestação do notificado, entender-se-á aceita a proposta nas condições oferecidas.

§ 3º No caso de contestação, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial deverá ordenar inves-

tigações, perícias, colher informações, bem como providenciar tudo quanto, a seu juízo, se faça mister ao esclarecimento do assunto e da idoneidade técnica e econômico-financeira do pretendente à licença, para permitir avaliar-se e determinar-se a retribuição a ser estipulada.

§ 4º Para atender ao disposto no parágrafo anterior o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial designará uma comissão constituída de três técnicos, a qual deverá apresentar parecer conclusivo dentro de sessenta dias, e, em seguida, decidirá, cabendo recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 5º Para constituir a comissão referida no parágrafo quarto poderá o Diretor-Geral valer-se, também, do concurso de técnicos estranhos ao quadro do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante o pagamento de «pro-labore», na forma da lei.

Art. 44. O detentor da licença obrigatória deverá iniciar a exploração efetiva de seu objeto dentro dos doze meses seguintes à data de sua concessão, não podendo interrompê-la por prazo superior a um ano, sob pena de cancelamento, nos termos do artigo 46, salvo motivo de força maior comprovado.

Art. 45. Caberá ao titular da patente o direito de fiscalizar a produção, o montante das vendas e a boa utilização do invento, conforme os termos da licença, bem como o de exigir a retribuição estipulada.

Art. 46. O titular da patente poderá obter o cancelamento da licença de exploração, junto ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, quando provar que o cessionário deixou de atender ao disposto nos artigos 44 e 45.

Art. 47. O detentor da licença de exploração do invento ficará investido de poderes de representação que lhe permitam agir administrativa ou judicialmente em defesa do privilégio.

CAPÍTULO XIII

DA DESAPROPRIAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS

Art. 48. O Governo Federal poderá promover, na forma da lei, a desapropriação de qualquer privilégio, quando o interesse nacional exigir sua vulgarização ou sua exploração exclusiva por entidade ou órgão da administração federal ou de que esta participe.

§ 1º A desapropriação decorrerá de proposta do Ministro da Indústria e do Comércio ao Presidente da República, em face de parecer e avaliação de comissão técnica para esse fim designada, observado, quanto a sua constituição, o disposto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 43, em cada caso, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 2º A constituição da comissão e o estudo da conveniência da desapropriação serão promovidos pelo Diretor-Geral do Departamento, em face de solicitação de qualquer órgão ou entidade da administração pública ou de que esta participe.

§ 3º Não aceitando o titular da patente o valor arbitrado, proceder-se-á judicialmente, na forma da lei.

CAPÍTULO XIV

DOS INVENTOS OCORRIDOS NA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Art. 49. Pertencem ao empregador os inventos do empregado realizados durante contrato de trabalho em que a atividade inventiva do assalariado tenha sido prevista ou decorra da própria natureza da atividade contratada.

§ 1º Salvo disposição expressa do contrato, a compensação do trabalho relativo à invenção limita-se ao salário ou à remuneração percebida pelo empregado.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se feita durante a vigência do contrato de trabalho a invenção cuja patente for requerida pelo empregado durante o ano seguinte à terminação do contrato, salvo ajuste em contrário.

§ 3º Sempre que a patente resultante de contrato de trabalho for requerida pelo empregador, esta circunstância e o nome do inventor serão, obrigatoriamente, mencionados no requerimento e na patente.

Art. 50. Pertencem ao empregado as invenções que realizar sem relação com seu contrato de trabalho e sem qualquer concurso do empregador ou utilização de instalações ou equipamentos de sua empresa.

Art. 51. As invenções do empregado não compreendidas no artigo 49, mas que hajam dependido de dados, meios e instalações do empregador, serão de propriedade comum, em partes

iguais, garantido ao empregador o direito exclusivo de licença de exploração, assegurada ao empregado a remuneração que fôr ajustada.

§ 1º A exploração do objeto da patente deverá ser iniciada pelo empregador dentro do prazo de um ano, a contar da data da expedição da patente, sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade do invento.

§ 2º O empregador poderá ainda requerer o privilégio no estrangeiro, desde que assegurada ao empregado remuneração correspondente, a ser estipulada.

§ 3º Caso não haja acôrdo quanto à remuneração, será ela fixada por arbitramento, mediante requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, observado, no que couber, o disposto nos artigos 43 a 47.

§ 4º Em caso de alienação da patente, terá o empregador preferência, em igualdade de condições.

Art. 52. Aplica-se o disposto neste Capítulo aos empregados das entidades de direito público interno, suas autarquias e sociedades.

CAPÍTULO XV

DAS INVENÇÕES DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL

Art. 53. Os pedidos de privilégios cujo objeto seja declarado de interesse da defesa nacional, "ex-officio" ou mediante solicitação do inventor, sempre a critério do Estado-Maior das Forças Armadas, deverão ser depositados e processados em sigilo.

Parágrafo único. Feito o depósito do pedido, o relatório descritivo será encaminhado pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial ao Estado-Maior das Forças Armadas, o qual deverá pronunciar-se definitivamente sobre a conveniência de ser mantida sob sigilo a invenção, dando, ao mesmo tempo, parecer técnico conclusivo sobre os requisitos exigidos para a concessão da patente.

Art. 54. Os pedidos a que se refere o artigo precedente, embora recebam numeração comum no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, não terão publicados seus pontos caracte-

rísticos, conservando-se em sigilo as patentes dêles resultantes e enviando-se cópias das mesmas ao Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Art. 55. As invenções consideradas de interêsse da defesa nacional poderão ser desapropriadas na forma do artigo 48, após resolução do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 56. A violação do sigilo das invenções que interessarem à defesa nacional, assim declaradas nos termos do artigo 53, será punida como crime contra a segurança nacional.

Art. 57. As invenções de que trata o presente capítulo ficam isentas do pagamento de tôda e qualquer taxa no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

CAPÍTULO XVI

DA EXTINÇÃO E DA CADUCIDADE DOS PRIVILÉGIOS

Art. 58. Os privilégios de invenção, de modelo ou desenho industrial extinguem-se:

- a) pela expiração do prazo de proteção legal;
- b) pela renúncia do respectivo proprietário, constante de declaração em forma legal;
- c) pela caducidade.

Art. 59. Caducará o privilégio de invenção, de modelo ou de desenho industrial:

a) mediante requerimento de qualquer interessado, ou "ex officio", desde que comprovado não ter sido iniciada a exploração do invento, de modo efetivo, no País, dentro de três anos da data da expedição da patente, ou que tal exploração tenha sido interrompida por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior comprovado;

b) na hipótese da aplicação da penalidade prevista no artigo 42.

Art. 60. Caducarão automaticamente as patentes de invenção, de modelo ou de desenho industrial, se não forem pagas as respectivas anuidades nos prazos estabelecidos no artigo 30 e seus parágrafos, ressalvado o caso de restauração.

Art. 61. Dentro de trinta dias da data da ocorrência da caducidade, por falta de pagamento da taxa devida, poderá ser requerida a restauração da patente, mediante o pagamento daquela taxa e da de restauração.

Art. 62. Considera-se uso efetivo a exploração comprovada, contínua e regular da invenção em escala industrial, seja através de produção pelo titular da patente, seja por produção através de concessão de licenças de exploração a terceiros, observado o disposto no § 3º do artigo 42.

Art. 63. Apresentado o pedido de caducidade por falta de uso efetivo, será notificado o titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de sessenta dias para dizer o que fôr do seu interesse.

Art. 64. A caducidade da patente será decretada por despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 1º Do despacho que conceder ou denegar o pedido de caducidade, caberá recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Transitado em julgado o despacho de caducidade, será expedida portaria pelo Diretor-Geral do Departamento, para conhecimento de terceiros, caindo a invenção em domínio público.

§ 3º Publicada a portaria prevista no parágrafo anterior, a caducidade será anotada no registro próprio.

CAPÍTULO XVII

DA NULIDADE DOS PRIVILÉGIOS

Art. 65. São nulos os privilégios de invenção, de modelo ou de desenho industrial:

- a) comprovado que seu objeto não preenche os requisitos exigidos nos artigos 5º, 9º, 10 e 11;
- b) se tiverem sido concedidos com infração dos artigos 8º e 12;
- c) se tiverem sido concedidos com preterição de direitos de terceiros;
- d) se o título do invento não corresponder ao seu verdadeiro objetivo;
- e) se o autor, no relatório descritivo do invento, tiver desatendido as prescrições do § 2º do art. 13.

Parágrafo único. A nulidade poderá incidir sobre todos os pontos característicos da invenção ou sobre qualquer deles.

Art. 66. A arguição de nulidade de privilégios de invenção, de modelo ou de desenho industrial só poderá ser apreciada judicialmente.

Parágrafo único. A ação de nulidade poderá ser proposta em qualquer tempo de vigência do privilégio.

Art. 67. São competentes para promover a ação de nulidade de patente:

I — qualquer interessado;

II — a União, através dos Procuradores da República.

Art. 68. As ações de nulidade de patente serão processadas e julgadas conforme o que dispuser a respeito o Código de Processo Civil, podendo ser cumuladas com as de indenização.

TÍTULO II

DAS MARCAS DE INDÚSTRIA, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇO, TÍTULOS DE ESTABELECIMENTO E EXPRESSÕES OU SINAIS DE PROPAGANDA

CAPÍTULO I

DAS MARCAS DE INDÚSTRIA, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇO

Seção I — Disposições Gerais

Art. 69. Será garantido em todo o território nacional o uso exclusivo de marca de indústria e de comércio ou de serviço ao industrial, comerciante ou profissional que obtiver o registro de acordo com o presente Código, para distinguir seus produtos, mercadorias ou serviços, de outros idênticos ou semelhantes de procedência diversa.

Parágrafo único. O Governo poderá, por motivo de ordem pública, tornar obrigatório o registro de marca em relação a determinados produtos, mercadorias ou serviços.

Art. 70. As marcas de indústria e de comércio podem ser usadas diretamente em produtos, mercadorias, recipientes, invólucros, rótulos ou etiquetas.

Art. 71. Considera-se marca de indústria aquela que é usada pelo fabricante, industrial, agricultor ou artífice para distinguir os seus produtos, e de comércio a usada pelo comerciante para assinalar as mercadorias de seu negócio.

Art. 72. Considera-se marca de serviço aquela destinada a distinguir serviços ou atividades profissionais.

Art. 73. Só podem registrar marcas as pessoas de direito privado, em função de atividade lícita que exerçam, bem como a União, os Estados, os Territórios, Municípios, o Distrito Federal e seus órgãos de administração direta ou indireta.

Art. 74. Os preceitos dêste capítulo serão aplicáveis, no que couber, aos títulos de estabelecimento e expressões ou sinais de propaganda.

Seção II — Das marcas registráveis

Art. 75. São registráveis, como marca de indústria, de comércio e de serviço, nomes, palavras, denominações, monogramas, emblemas, figuras e quaisquer outros sinais distintivos que não estejam compreendidos nas proibições legais.

Parágrafo único. Quando na marca de indústria, de comércio ou de serviço, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, figurarem recompensas já concedidas, o respectivo pedido deverá ser instruído com prova da obtenção destas.

Seção III — Das marcas não registráveis

Art. 76. Não podem ser registrados como marca de indústria, de comércio e de serviço:

1) brasões, armas, medalhas, emblemas, distintivos e monumentos públicos ou correlatos, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como as respectivas designações, figuras ou imitações;

2) letras, algarismos e números, isoladamente, bem como nomes, denominações, sinais, figuras ou símbolos, de uso necessário, comum ou vulgar, quando tiverem relação com os produtos, mercadorias ou serviços a distinguir, salvo quando se revestirem de suficiente forma distintiva;

3) expressões, figuras ou desenhos contrários à moral e aos bons costumes e os que envolvam ofensa individual ou atentem contra cultos religiosos ou idéias e sentimentos dignos de respeito e veneração;

4) designações e siglas de repartições ou estabelecimentos oficiais, nomes comerciais, títulos de estabelecimento e insígnias, já existentes, que legitimamente não possa usar o registrante;

5) denominações genéricas ou sua representação gráfica, expressões empregadas comumente para designar gênero, espécie, natureza, origem, nacionalidade, procedência, destino, peso, medida, valor, qualidade, salvo quando figurarem nas marcas como elementos verídicos e com suficiente forma distintiva;

6) a cor, o formato e o envoltório dos produtos ou mercadorias, bem como as cores em geral, salvo quando combinadas em conjunto original;

7) nome ou indicação de país, região, localidade ou estabelecimento notoriamente conhecidos como centros de extração, produção ou fabricação do produto, bem como as imitações suscetíveis de confusão, esteja ou não junto a tal nome ou indicação um nome suposto ou alheio;

8) as medalhas de fantasia passíveis de confusão com as concedidas em exposições, feiras ou congressos, ou a título de condecoração;

9) o nome civil, ou pseudônimo, e a efígie de terceiros, salvo com expresso consentimento do titular ou de seus sucessores diretos;

10) os termos técnicos usados nas indústrias, nas ciências e nas artes, que tenham relação com os produtos, as mercadorias ou serviços a distinguir;

11) a reprodução ou imitação de cunhos oficiais, regularmente adotados para garantia de metais preciosos, de armas de fogo e de padrões oficiais de qualquer gênero ou natureza;

12) os nomes de obras literárias, artísticas ou científicas, de peças teatrais, cinematográficas, ou que possam ser divulgadas por quaisquer meios de comunicação, bem como os desenhos artísticos, impressos por qualquer forma, de que legitimamente não possa usar o registrante;

13) a reprodução ou imitação de títulos, apólices, moedas e cédulas da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios, do Distrito Federal ou de países estrangeiros;

14) as denominações simplesmente descritivas dos produtos, mercadorias ou serviços a que se apliquem;

15) a reprodução, no todo, em parte ou com acréscimos, de marca alheia, anteriormente registrada para distinguir produtos, mercadorias ou serviços idênticos, semelhantes ou pertencentes a gênero de indústria, de comércio ou relativo a atividades idênticas ou afins, ou a imitação dessas marcas, que possibilite erro, dúvida ou confusão, considerando-se existente tal possibilidade sempre que as diferenças entre as marcas não se evidenciem sem exame ou confrontação;

16) as marcas constituídas de elementos passíveis de proteção como modelo ou desenho industrial.

Art. 77. Excetuada a expressão que constitua a marca propriamente dita, não poderá esta ser registrada quando destinada a produtos e mercadorias ou serviços nacionais, para consumo ou uso no País, se contiver dizeres ou indicações em língua estrangeira.

Art. 78. Não será ainda registrada a marca que constituir reprodução ou imitação de marca de terceiro, ainda não registrada, mas em uso comprovado no Brasil, desde que o respectivo utente ofereça impugnação válida, nos termos do artigo 104 deste Código.

Seção IV — Das marcas notórias

Art. 79. Será assegurada proteção especial às marcas notórias no Brasil, mediante admissão de impugnações, oposições ou recursos manifestados regular e tempestivamente pelo seu titular contra pedidos de registro de marca que as reproduza ou imite, mesmo que se destine a produtos, mercadorias ou serviços diferentes, mas haja possibilidade de confusão quanto à origem de tais produtos, mercadorias ou serviços, ou prejuízo para a reputação da marca.

§ 1º Se a marca considerada notória no Brasil não estiver registrada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, seu proprietário só poderá gozar da proteção de que trata este artigo se requerer o registro concomitantemente com o oferecimento da impugnação, manifestada contra pedido de registro de marca idêntica ou semelhante.

§ 2º O uso indevido de marca que reproduza ou imite marca notória, devidamente registrada no Brasil, constituirá agravante de crime previsto na lei própria.

Seção V — Das marcas estrangeiras

Art. 80. As marcas registradas por pessoas domiciliadas em países com os quais o Brasil mantenha tratados ou convenções gozarão dos direitos ali assegurados, em igualdade de condições com as marcas nacionais.

Art. 81. As marcas estrangeiras poderão ser registradas no Brasil desde que, comprovadamente, tenham sido registradas ou estejam sendo usadas, no país de origem, e este assegure, por tratado ou convenção, reciprocidade de direitos para o registro das marcas brasileiras.

Art. 82. Aquêlê que tiver depositado regularmente, em Estado com o qual o Brasil mantenha acôrdo internacional, pedido de registro de marca de indústria, de comércio e de serviço, e expressão ou sinal de propaganda, gozará de prioridade, sob reserva dos direitos de terceiros, para fazer igual pedido no Brasil, pelo prazo estipulado no respectivo acôrdo. A prioridade, em caso algum, será invalidada durante êsse período pelo emprêgo, por terceiros, das marcas de indústria, de comércio e de serviço depositadas.

§ 1º Aquêlê que reivindicar prioridade de depósito anterior deverá comprová-la com o certificado do depósito ou registro efetuado no país de origem.

§ 2º A comprovação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser feita no prazo de noventa dias da data da reivindicação da prioridade no Brasil.

Seção VI — Das indicações de proveniência

Art. 83. O uso do nome de lugar de proveniência cabe, indistintamente, a todos os produtores ou fabricantes nêle estabelecidos, não podendo tal indicação servir de elemento característico de marca.

Parágrafo único. Entende-se por indicação de proveniência a designação de nome de localidade, cidade, região ou país que sejam notôriamente conhecidos como lugar de extração, produção ou fabricação de determinadas mercadorias ou produtos.

Art. 84. É vedado o registro e o emprêgo de nome de lugar de extração, produção ou fabricação de determinado artigo, em marca destinada a artigos provenientes de lugar diverso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos nomes de lugares que não sejam notoriamente conhecidos como produtores dos artigos a que a marca se destina.

Art. 85. Não será considerada falsa indicação de proveniência:

- 1) a utilização de nome geográfico que se houver tornado comum para designar natureza ou gênero de mercadoria ou artigo, exceto tratando-se de produtos vinícolas;
- 2) a utilização de nome de localidade da sede ou do estabelecimento principal na denominação de filial, sucursal, agência ou representação, desde que autorizado o seu uso e feita a referência correspondente.

CAPÍTULO II

DOS TÍTULOS DE ESTABELECIMENTO

Seção I — Disposições Gerais

Art. 86. Constituem títulos de estabelecimento as designações dêste, acompanhadas ou não de siglas, emblemas ou figuras características.

Art. 87. O registro do título de estabelecimento somente prevalecerá para o município em que estiver situado o estabelecimento, considerando-se como municípios, para êsse efeito, o Distrito Federal e o Estado da Guanabara.

Seção II — Dos títulos de estabelecimento registráveis

Art. 88. São registráveis como título de estabelecimento:

- 1) as denominações de fantasia ou as necessárias, desde que apresentem suficiente cunho distintivo;
- 2) os nomes ou pseudônimos dos industriais, comerciantes ou agricultores, por extenso ou abreviados;
- 3) os nomes que, embora não correspondam ao do proprietário do estabelecimento, por êle possam ser legitimamente usados;
- 4) as designações de imóveis destinados a exploração de qualquer atividade lícita;
- 5) os nomes dos antecessores, desde que usados legitimamente.

Art. 89. O título de estabelecimento, consistente em nome comercial, só poderá ser registrado mediante juntada, quando da apresentação do pedido, de certidão de arquivamento ou registro dos atos constitutivos da entidade titular no Registro do Comércio competente.

Art. 90. O título de estabelecimento não poderá ser empregado para distinguir produtos, mercadorias ou serviços, se não estiver registrado como marca.

Seção III — Dos títulos de estabelecimento não registráveis

Art. 91. Não podem ser registrados como título de estabelecimento:

1) as expressões “antigo armazém...”, “antiga fábrica...”, “sucursal”, “filial”, “depósito” e outras equivalentes, a menos que o requerente comprove o direito de usá-las;

2) as indicações “antigo empregado...”, “antigo chefe...”, “antigo gerente...” ou outras equivalentes, sem expressa licença da firma ou do estabelecimento a que se referirem;

3) as palavras “sucessor de...”, ou “sucessores de...”, salvo se o interessado comprovar o direito de usá-las;

4) a declaração “representante de...”, sem licença expressa da pessoa a que se referir;

5) a denominação que não se distinga suficientemente de outra já registrada como marca de terceiro, para o mesmo gênero de negócio ou atividade;

6) a denominação que constitua imitação ou reprodução de outra anteriormente registrada como título de estabelecimento pertencente a empresa situada no mesmo município, de propriedade de terceiro e destinada a exploração de gêneros, de negócio ou atividades idênticos ou semelhantes;

7) os títulos que incidirem nos mesmos impedimentos de marcas de indústria, de comércio ou de serviço.

CAPÍTULO III

DAS EXPRESSÕES OU SINAIS DE PROPAGANDA

Seção I — Disposições Gerais

Art. 92. Entende-se por expressão ou sinal de propaganda toda legenda, anúncio, reclame, frase, palavra, combinação de

palavras, desenhos, gravuras, originais e característicos que se destinem a emprêgo como meio de recomendar quaisquer atividades lícitas, realçar qualidades de produtos, mercadorias ou serviços, ou a atrair a atenção dos consumidores ou usuários.

§ 1º Pode requerer o registro de expressão ou sinal de propaganda todo aquêle que exercer qualquer atividade lícita.

§ 2º As expressões ou sinais de propaganda podem ser usados em cartazes, tabuletas, papéis avulsos, impressos em geral ou em quaisquer meios de comunicação.

Art. 93. A marca de indústria, de comércio ou de serviço poderá fazer parte de expressão ou sinal de propaganda, quando devidamente registrada em nome do mesmo titular, na classe ou nas classes correspondentes ao objeto da propaganda.

Art. 94. O registro de expressão ou sinal de propaganda valerá para todo o território nacional.

Seção II — Das expressões ou sinais de propaganda não registráveis

Art. 95. Não podem ser registrados como expressões ou sinais de propaganda:

- 1) palavras ou combinações de palavras ou frase exclusivamente descritivas das qualidades dos artigos ou atividades;
 - 2) cartazes, tabuletas, anúncios ou reclames que não apresentem cunho de originalidade ou que sejam conhecidos e usados publicamente em relação a outros artigos ou serviços por terceiros;
 - 3) anúncios, reclames, frases ou palavras contrárias à moral, ou que contenham ofensas ou alusões individuais, ou atentem contra idéias, religiões ou sentimentos veneráveis;
 - 4) todo cartaz, anúncio ou reclame que inclua marca, título de estabelecimento, insígnia, nome de empresa ou recompensa, dos quais legitimamente não possa usar o registrante;
 - 5) palavras, frases, cartazes, anúncios, reclames ou dísticos que já tenham sido registrados por terceiros ou sejam capazes de originar erro ou confusão com tais anterioridades;
 - 6) o que estiver compreendido em quaisquer das proibições concernentes ao registro de marcas.
-

CAPÍTULO IV

DO PEDIDO DE REGISTRO

Art. 96. O pretendente a registro de marca de indústria, de comércio ou de serviço, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda deverá apresentar o seu pedido ao Director-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, acompanhado de quatro exemplares descritivos e de um clichê tipográfico do objeto do pedido de registro.

§ 1º O requerimento, que só poderá referir-se a um único registro, deverá conter a qualificação completa do requerente e de seu procurador, se houver, e a indicação da classe para a qual é reivindicado o registro.

§ 2º Nos pedidos de registro de marca somente poderá ser reivindicada uma classe para cada registro e nos pedidos de registro de títulos de estabelecimento e sinal ou expressão de propaganda deverá ser indicada a classe ou classes que corresponderem ao respectivo gênero de negócio.

§ 3º Os exemplares, sempre escritos em português, deverão reproduzir e descrever o clichê da marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, em todos os seus detalhes, e discriminar precisamente os artigos ou serviços ou gênero de negócio a que se destinam.

§ 4º Nos exemplares deverá ainda ser indicada precisamente a forma como serão usados a marca, o título de estabelecimento e a expressão ou sinal de propaganda, em seus elementos característicos, com referência às exclusões ou restrições quanto ao emprego desses elementos, cuja utilização não seja ou não possa ser reivindicada pelo requerente.

§ 5º Quando se tratar de produtos farmacêuticos ou veterinários, os exemplares deverão indicar precisamente, ainda, os respectivos fins terapêuticos, bem como ser acompanhados de comprovante do licenciamento no órgão fiscalizador.

§ 6º No caso de títulos de estabelecimento os exemplares deverão indicar o município em que estiver situado o estabelecimento, não sendo permitida a indicação de mais de um município para cada pedido, devendo o requerente apresentar, concomitantemente, a comprovação de sua existência legal.

CAPÍTULO V

DO DEPÓSITO DOS PEDIDOS

Art. 97. Apresentado o pedido, devidamente instruído e com a comprovação do pagamento da taxa correspondente, lavrar-se-á o respectivo termo de depósito, que será assinado pelo requerente, ou seu procurador, e pelo funcionário encarregado.

Parágrafo único. Do termo de depósito constarão hora, dia, mês, ano e número de ordem da apresentação do pedido, sua natureza, indicação de prioridade, quando reivindicada, e nome do requerente e de seu procurador, se houver, sendo fornecida certidão ao depositante, mediante pagamento da taxa devida.

Art. 98. Somente os pedidos iniciais de registro, bem como as petições de cumprimento de exigências por partes que não tenham procurador junto ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, poderão ser apresentados também nas Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio, lavrando-se os respectivos termos de depósito no primeiro caso, na forma do artigo 97 e seu parágrafo único.

Parágrafo único. Lavrado o termo de depósito, ou recebida a petição de cumprimento de exigência, a Delegacia providenciará a remessa da documentação respectiva ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro de cinco dias, contados da data do recebimento.

CAPÍTULO VI

DO EXAME FORMAL E TÉCNICO E DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO

Art. 99. Lavrado o termo de depósito, o processo será submetido a exame formal e a exame técnico preliminar, de conformidade com as prescrições regulamentares.

§ 1º. Verificado, quer pelo exame formal, quer pelo exame técnico preliminar, que o processo está em desacordo com as normas aplicáveis, será notificado o interessado ou seu procurador, se houver, a regularizá-lo, cumprindo ou contestando a exigência dentro do prazo de sessenta dias, contado da data da notificação.

§ 2º. Esgotado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, sem que o interessado tenha promovido o completo saneamento do processo, incidirá este em arquivamento, de cujo despacho

caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, desde que satisfeita ou contestada a exigência, concomitantemente com o requerimento, dentro do prazo de sessenta dias da data da notificação do arquivamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento de exigência formal ou de ser improcedente a contestação à mesma, o processo será definitivamente arquivado, de cujo despacho não caberá qualquer recurso administrativo.

§ 4º Em caso de não cumprimento de exigência técnica mas de contestação à mesma, do despacho do Diretor-Geral do Departamento sobre o pedido de reconsideração caberá recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 5º Se o despacho do Ministro confirmar a decisão recorrida, encerrar-se-á a fase administrativa; em caso contrário, o processo terá prosseguimento.

§ 6º Por ocasião do exame técnico do pedido de registro observar-se-á o seguinte:

1) a precedência do dia e hora da lavratura do termo de depósito estabelece prioridade em favor do requerente;

2) no caso de simultaneidade de apresentação de pedidos referentes a marcas, títulos de estabelecimento e expressões ou sinais de propaganda, idênticos ou semelhantes, a prioridade pertencerá àquele que provar uso mais antigo dentro de noventa dias da data da publicação do clichê;

3) no caso do item anterior, se houver dúvida sobre o uso precedente de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial sustará o prosseguimento do processo até solução final, em juízo, da questão da prioridade.

Art. 100. Por ocasião do exame técnico preliminar será verificado; desde logo, se o pedido infringe os artigos 76, 77, 91 e 95 d'este Código, se há anterioridade e se está tecnicamente definido, a fim de se apurar a viabilidade de registro.

§ 1º Quando o parecer fôr denegatório, o técnico indicará as anterioridades ou as colidências que forem encontradas, assim como outras razões que o levaram a considerar irregistrável o pedido.

§ 2º Nas condições do parágrafo anterior, o pedido poderá ser desde logo indeferido, sem necessidade de formulação de exigências e de publicação de clichê.

§ 3º Do despacho denegatório previsto no parágrafo anterior caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, no prazo de sessenta dias.

§ 4º Se o Diretor-Geral do Departamento mantiver o despacho denegatório do § 2º, caberá recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio, no prazo de sessenta dias.

§ 5º Se o despacho do Ministro confirmar a decisão recorrida, encerrar-se-á a fase administrativa; em caso contrário, o processo terá prosseguimento de conformidade com os artigos 101 a 103.

Art. 101. Verificado pelo exame técnico preliminar que há viabilidade de registro, será publicado o clichê, para apresentação de eventuais oposições ou impugnações pelos interessados, dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Da data da notificação da oposição ou da impugnação correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

Art. 102. Não sendo apresentada oposição, o pedido poderá ser deferido, e do despacho de deferimento não caberá qualquer recurso administrativo, ressalvado o direito de impugnação previsto nos artigos 78 e 104 e seus parágrafos.

§ 1º No caso de indeferimento do pedido, decorrente de condição impeditiva argüida pelo próprio Departamento Nacional da Propriedade Industrial, ou revelada por oposição ou impugnação, caberá pedido de reconsideração ao seu Diretor, no prazo de sessenta dias.

§ 2º Da decisão do Diretor-Geral do Departamento que mantiver o despacho de indeferimento caberá recurso, no prazo de sessenta dias, ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

§ 3º Da data da notificação do recurso correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

Art. 103. Surgindo oposição, proceder-se-á ao exame técnico complementar, e da decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial somente caberá recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, observados os prazos e as prescrições previstas nos parágrafos 2º e 3º do artigo anterior.

CAPÍTULO VII

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 104. Aquêlê que pretenda oferecer impugnação a pedido de registro de marca, de título de estabelecimento, de expressão ou sinal de propaganda, sòmente poderá fazê-lo durante a tramitação do processo registrando, no máximo até sessenta dias da data da publicação do despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que conceder o registro impugnado, desde que requeira, concomitantemente, o registro a que se julgue com direito.

§ 1º Oferecida a impugnação, será notificado o registrante para apresentar réplica no prazo de sessenta dias.

§ 2º Do despacho do Diretor-Geral do Departamento que decidir sôbre a impugnação caberá recurso ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro do prazo de sessenta dias.

§ 3º Da data da notificação do recurso correrá o prazo de sessenta dias para apresentação de réplica.

§ 4º Apresentada a impugnação, ficará suspenso o andamento dos processos relativos aos pedidos de registros em litígio, até que se decida sôbre a mesma, após o que serão tais processos examinados e decididos em conjunto, o que se observará também com relação a todos os outros eventualmente apontados como colidentes.

CAPÍTULO VIII

DA EXPEDIÇÃO DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO

Art. 105. Transitada em julgado a decisão concessiva do registro de marca de indústria, de comércio ou de serviço, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, será iniciado o decurso do prazo de sessenta dias para pagamento da taxa de expedição, independentemente de qualquer notificação.

§ 1º Não sendo comprovado, junto ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, o pagamento da referida taxa, dentro do prazo dêste artigo, será arquivado o processo, facultada a respectiva restauração, mediante petição ao Diretor-Geral do Departamento, apresentada dentro dos trinta dias seguintes à data

da publicação do despacho de arquivamento e acompanhada de prova de pagamento das taxas de expedição e de restauração.

§ 2º Comprovado o pagamento das taxas devidas, será entregue ao requerente ou a seu procurador o certificado de registro, mediante recibo.

§ 3º Do certificado deverão constar o número do registro respectivo, nome, nacionalidade, profissão e domicílio do requerente, de seu sucessor ou cessionário, se houver, a natureza do registro, bem como a data de sua extinção, anexando-se-lhe um dos exemplares descritivos.

Art. 106. Para gozar da proteção dêste Código, o uso da marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda deverá ser feito tal como consta do registro, devendo ser requerido novo registro se introduzida qualquer alteração nos seus elementos característicos.

Art. 107. No caso de extravio do certificado de registro, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá emitir segunda via, mediante requerimento e pagamento da taxa devida.

CAPÍTULO IX

DA DURAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DOS REGISTROS

Art. 108. Os registros de marca de indústria, de comércio ou de serviço, título de estabelecimento e os de expressão ou sinal de propaganda vigorarão pelo prazo de dez anos, contado da data da expedição do certificado, podendo êsse prazo ser prorrogado por períodos idênticos e sucessivos.

Parágrafo único. A prorrogação somente poderá ser requerida na vigência do último ano do decênio de proteção legal, mediante pagamento da taxa prevista na tabela anexa.

Art. 109. A prorrogação dos registros, requerida dentro dos prazos fixados no artigo anterior, será automática e independente de publicação, não comportando oposições nem recursos.

§ 1º O pedido de prorrogação de registro poderá ser instruído com o certificado respectivo, para efeito de anotação, devendo porém ser juntado o comprovante do pagamento da taxa devida.

§ 2º A anotação da prorrogação será feita no registro próprio e no respectivo certificado quando apresentado.

DA TRANSFERÊNCIA, DA ALTERAÇÃO DE NOME E DE SEDE DOS TITULARES DE REGISTROS E DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO

Art. 110. A propriedade de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda pode ser transferida por ato "inter-vivos" ou em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Art. 111. A anotação de transferência de registro ou de pedido de registro deverá ser requerida ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante apresentação do respectivo certificado e dos documentos originais de transferência ou de suas certidões, bem como de comprovante do pagamento da taxa devida.

§ 1º A transferência só produzirá efeito depois de anotada no Departamento.

§ 2º A anotação será feita no registro próprio e averbada no respectivo certificado ou no pedido de registro.

§ 3º Os documentos relativos à transferência ficarão arquivados no Departamento, não cabendo restituição dos mesmos.

§ 4º A requerimento dos interessados, poderão ser fornecidas certidões ou fotocópias autenticadas dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, que produzirão os efeitos jurídicos dos originais.

Art. 112. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, à vista de documentos hábeis, qualquer alteração quanto ao nome e à sede do titular do registro ou de pedido de registro.

Parágrafo único. Serão igualmente anotados os atos que se refiram à suspensão, limitação ou extinção dos registros por decisão de autoridade administrativa ou judiciária; neste último caso, por comunicação da autoridade ou quando os interessados o requererem, juntando documentos hábeis.

Art. 113. A anotação da alteração de nome ou da sede do titular de registro deverá ser requerida ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante apresentação do respectivo certificado, acompanhado de documentos hábeis e do comprovante do pagamento da taxa regulamentar.

Art. 114. A anotação de transferência dos direitos do registro ou do pedido de registro e de alteração do nome ou da sede do titular será efetuada dentro de sessenta dias da data da publicação do despacho respectivo, não se admitindo qualquer recurso administrativo.

Art. 115. No caso de transferência de registro de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, existindo outros registros, ou pedidos de registros, colidentes, para os mesmos objetos, de propriedade do mesmo titular, ficará este obrigado a transferi-lo simultaneamente ao mesmo cessionário, sob pena de cancelamento "ex-officio" dos registros não transferidos, não se admitindo qualquer recurso administrativo.

Art. 116. Os titulares de marcas, títulos de estabelecimento e expressões ou sinais de propaganda registrados no Brasil poderão autorizar o seu uso por terceiros, devidamente estabelecidos, mediante contrato de exploração.

§ 1º O contrato de exploração deverá consignar a obrigação do titular do registro de exercer controle efetivo sobre as especificações, natureza e qualidade dos respectivos artigos ou serviços.

§ 2º O contrato de exploração só produzirá efeito em relação a terceiros depois de averbado no registro próprio do Departamento Nacional da Propriedade Industrial e no certificado de registro.

Art. 117. Do despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que denegar a anotação de transferência caberá recurso dentro do prazo de sessenta dias da data da respectiva publicação.

Art. 118. A requerimento de qualquer pessoa, com legítimo interesse, que tenha iniciado processo judicial de falsidade, ou relativo à ineficácia dos atos referentes a anotação de transferência de direitos do registro ou do pedido de registro, ou a averbação de contrato de exploração de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, poderá o Juiz, motivando seu ato, ordenar a suspensão do processo de anotação de transferência ou de averbação, até decisão final.

CAPÍTULO XI

DA EXTINÇÃO E DA CADUCIDADE DOS REGISTROS

Art. 119. Os registros de marca de indústria, de comércio ou de serviço, de título de estabelecimento e de expressão ou sinal de propaganda extinguem-se:

1) expirado o prazo de vigência, deixando o titular de requerer a prorrogação, na forma estabelecida neste Código;

2) se o respectivo titular ou seus sucessores a êle renunciarem expressamente, mediante documento hábil.

Art. 120. Caducará o registro de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda, se qualquer pessoa, com legítimo interesse, provar perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial que o respectivo titular, ou seu sucessor, salvo motivo de força maior comprovado, deixou de usá-lo durante dois anos consecutivos, tanto no primeiro prazo de proteção legal, como no das sucessivas prorrogações.

Art. 121. Apresentado o pedido de caducidade, será notificado o titular do registro, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de sessenta dias para dizer o que fôr de seu interesse.

Art. 122. Não impedirá a decretação de caducidade o uso de marca, título de estabelecimento e expressão ou sinal de propaganda com infração do disposto no art. 106.

Art. 123. A caducidade do registro será decretada por despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 1º Do despacho que conceder ou denegar a caducidade caberá recurso dentro do prazo de sessenta dias da data da respectiva publicação.

§ 2º Transitado em julgado o despacho concessivo, a caducidade será anotada no registro próprio.

CAPÍTULO XII

DA NULIDADE DO REGISTRO

Art. 124. São nulos os registros de marcas de indústria, de comércio ou de serviço, títulos de estabelecimento e expressões ou sinais de propaganda que forem efetuados contra as determinações dêste Código.

Parágrafo único. A ação de nulidade de qualquer dêsses registros poderá ser proposta dentro do prazo de cinco anos contado da data da expedição do registro, exceto se obtido êste de má fé, caso em que a ação poderá ser proposta em qualquer época.

Art. 125. A arguição de nulidade de registros só poderá ser apreciada judicialmente.

Art. 126. São competentes para promover a ação de nulidade:

I — qualquer interessado;

II — a União, através dos Procuradores da República.

Art. 127. As ações de nulidade de registro serão processadas e julgadas conforme o que dispuser a respeito o Código de Processo Civil, podendo ser cumuladas com as de indenização.

TÍTULO III

DO CONSELHO DE RECURSOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Art. 128. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, ao qual compete o julgamento dos recursos previstos neste Código, salvo os previstos nos arts. 18 e seu § 4º, 19 e seu § 4º, 99 e seu § 4º, 100 e seu § 4º, e 152 e seu § 3º, será composto de nove membros e se regerá pelo regimento interno elaborado pelos mesmos membros e aprovado por decreto executivo.

Parágrafo único. Juntamente com os membros do Conselho serão nomeados os respectivos suplentes, que os substituirão em suas faltas e impedimentos.

Art. 129. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial será constituído de três Câmaras, compostas de três membros cada uma, sendo uma para julgar os recursos sobre pedidos de privilégios e duas para o julgamento dos recursos sobre pedidos de registros.

Art. 130. Presidirá o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial o membro que fôr designado pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. As Câmaras serão presididas por um de seus membros, por período de dois anos, mediante rodízio e escolha dos próprios membros de cada Câmara, segundo prescrever o regimento interno.

Art. 131. Os membros do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por períodos idênticos, sucessivos ou não, até o máximo de dois.

Art. 132. Os membros do Conselho e respectivos Suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, mediante escolha dentre profissionais liberais, de nível universitário, de reconhecida

idoneidade moral e capacidade profissional, sendo pelo menos cinco juristas, cujos nomes lhe forem submetidos pelo Ministro da Indústria e do Comércio em listas tríplexes organizadas pelo Secretário Geral do mesmo Ministério, de acordo com as indicações fornecidas, por sua solicitação, pelos órgãos da Administração Pública e pelas entidades de classe federais próprias, respeitada a proporção de representatividade estabelecida em lei.

§ 1º Antes da posse os membros do Conselho deverão apresentar relação de bens.

§ 2º Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro sessões consecutivas sem causa justificada.

Art. 133. Os membros do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial perceberão gratificação «pro-labore» por sessão a que comparecerem, fixada, na forma da lei, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, correndo a despesa por conta de verba orçamentária própria.

Art. 134. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semana, podendo ser convocadas sessões extraordinárias quando fôr necessário.

Art. 135. Os recursos serão processados e julgados na ordem cronológica de sua apresentação, na forma que dispuser o regimento interno, admitida a preferência a que se refere o art. 153 e seu parágrafo.

Art. 136. Quando unânimes, as decisões das Câmaras do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial serão irrecorribais, pondo termo ao processo administrativo.

§ 1º Em caso contrário, das decisões das Câmaras poderão ser interpostos embargos, com efeito suspensivo, para o Conselho, por maioria de seus membros, no prazo de trinta dias da data da publicação do acórdão, admitidas contra-razões, em igual prazo, a contar da data da notificação da apresentação dos embargos, na Secretaria do Conselho.

§ 2º A decisão do Conselho, proferida nos recursos a que se refere o parágrafo anterior, porá fim à instância administrativa.

§ 3º O julgamento e a votação dos recursos e dos embargos serão processados de conformidade com o regimento interno, e as decisões serão tomadas por maioria, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 137. O Conselho, por maioria de seus membros, e para os julgamentos previstos nos parágrafos do artigo anterior, será

constituído do Presidente do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, que presidirá as sessões, e de mais quatro conselheiros, sorteados, para cada sessão, entre os membros de duas Câmaras, excluídos, porém, os membros da Câmara que tenha prolatado a decisão recorrida.

Art. 138. A Secretaria do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial competirá executar os serviços necessários ao pleno funcionamento do Conselho.

Parágrafo único. A lotação da Secretaria do Conselho será constituída de funcionários do Ministério da Indústria e do Comércio, designados pelo Ministro.

TÍTULO IV

DOS TÉCNICOS CREDENCIADOS

Art. 139. O Departamento Nacional da Propriedade Industrial manterá, além do quadro permanente para o exame dos pedidos de privilégios de invenção, de modelo e de desenho industrial, uma relação de nomes de técnicos credenciados, em caráter supletivo, aos quais poderá ser atribuído o exame técnico complementar a que se refere o art. 22.

Parágrafo único. Os técnicos a que se refere este artigo serão selecionados e credenciados pelo Diretor-Geral do Departamento, dentre os nomes de profissionais de nível universitário, constantes de relações a êle encaminhadas, por sua solicitação, pelos órgãos técnicos da Administração Pública, pelas organizações reconhecidas pelo Governo como órgãos de consulta e pelas universidades de ensino superior, estas dentre membros de seus corpos docentes.

Art. 140. Anualmente será publicada, no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, a relação atualizada dos técnicos credenciados, que exercerão suas funções enquanto bem servirem, a critério do Diretor-Geral do Departamento.

Art. 141. Os técnicos credenciados deverão emitir pareceres, devidamente fundamentados e conclusivos, de conformidade com as instruções do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro do prazo de trinta dias, contados da data em que receberem os respectivos processos.

Parágrafo único. Caso não restitua o processo, com parecer fundamentado e conclusivo, no prazo consignado neste artigo, o

técnico credenciado poderá ser excluído da relação própria e o processo distribuído a outro técnico, a critério do Diretor-Geral do Departamento.

Art. 142. Os técnicos credenciados receberão o «pro-labore» que o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial fixar, anualmente, através de portaria, correndo a despesa por conta de verba orçamentária própria.

Parágrafo único. Nenhum técnico credenciado poderá receber mais de dez processos por mês, para emitir parecer.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DOS ATOS, DOS DESPACHOS E DOS PRAZOS

Art. 143. Os atos, despachos e decisões proferidas nos processos administrativos, referentes a direitos relativos à Propriedade Industrial, só produzirão efeito depois de publicados no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. Os despachos interlocutórios poderão ter dispensada a formalidade da respectiva publicação, desde que feita a notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado ou seu procurador, no processo.

Art. 144. Todos os prazos consignados neste Código contam-se a partir da data da publicação ou da ciência da notificação de que trata o artigo anterior.

Art. 145. Na ausência de disposição em contrário, o prazo para a adoção de providências determinadas por este Código será de sessenta dias.

Parágrafo único. Expirado o prazo fixado neste artigo, sem que tenha sido adotada a providência devida, o processo a ele relativo será automaticamente arquivado.

Art. 146. O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, fundamentando o seu ato, poderá reconsiderar «ex-officio» ou a requerimento da parte prejudicada, dentro do prazo de sessenta dias, seus despachos, quando estes resultarem de equívoco, informação errônea ou omissão, por parte do próprio Departamento.

CAPÍTULO II

DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO, DAS OPOSIÇÕES,
DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 147. Das decisões definitivas de primeira instância, previstas neste Código, serão admitidos recursos para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, exceto os previstos nos §§ 4º do art. 18, 4º do art. 19, 4º do art. 99, 4º do art. 100 e 3º do art. 152.

Art. 148. Não serão admitidos, sendo desde logo arquivados, os pedidos de reconsideração, as oposições, as impugnações ou os recursos:

- a) quando apresentados fora dos prazos legais;
- b) desacompanhados de fundamentação legal;
- c) sem o pagamento das taxas devidas.

Art. 149. Serão riscadas das petições, recursos ou quaisquer outros documentos do processo as expressões desrespeitosas à Administração ou injuriosas a quaisquer pessoas.

Art. 150. Os recursos previstos neste Código somente deverão ser encaminhados à instância superior depois de devidamente informados pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial quanto aos requisitos do art. 148.

Parágrafo único. Verificando o Diretor-Geral do Departamento que ocorre a hipótese prevista no art. 146, poderá, em lugar de encaminhar o recurso, reconsiderar seu despacho, ficando porém ressalvado, a quem provar legítimo interesse, o direito de novo recurso, dentro do prazo de sessenta dias.

CAPÍTULO III

DAS CERTIDÕES, DAS FOTOCÓPIAS E DAS BUSCAS
DE ANTERIORIDADES

Art. 151. Para o efeito de verificação de anterioridade, ou para outros fins de direito, qualquer pessoa, mediante o pagamento da taxa devida, poderá obter do Departamento Nacional da Propriedade Industrial certidão ou fotocópia sobre a existência de depósitos, de patentes ou de registros, ou de documentos a elle relativos, observado, quando fôr o caso, o devido sigilo.

§ 1º As certidões ou as fotocópias serão fornecidas sem responsabilidade do Departamento quanto à eventual concessão de patente ou de registro, que venham a ser requeridos.

§ 2º No caso de se tratar de patente ou de pedidos de patentes, com pontos característicos já publicados ou arquivados, será facultada a busca pessoal.

CAPÍTULO IV

DOS PEDIDOS DE PREFERÊNCIA

Art. 152. Poderão ser deferidos pedidos de preferência para despacho de processos de concessão de privilégios ou de registros, desde que comprovado, efetivamente, através de documentação hábil, que os interessados estejam sofrendo concorrência desleal, ou que haja interesse público imediato.

§ 1º A preferência por interesse público imediato somente poderá ser deferida mediante recomendação do Ministro da Indústria e do Comércio, por iniciativa própria, ou em virtude de expediente a êle encaminhado por qualquer outro Ministro de Estado, Governador de Estado ou de Território.

§ 2º Os pedidos de preferência só serão admitidos mediante o pagamento da taxa prevista neste Código.

§ 3º Os pedidos de preferência serão decididos pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro de trinta dias da data de sua apresentação, admitido recurso, em caso de indeferimento, para o Ministro da Indústria e do Comércio, dentro de trinta dias da data da publicação do despacho.

Art. 153. Poderão ser deferidos, igualmente, pedidos de preferência para decisão de processos relativos a recursos pendentes de julgamento pelo Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, desde que atendidas as condições constantes do artigo anterior e seus §§ 1º e 2º.

Parágrafo único. Os pedidos de preferência relativos a processos pendentes de julgamento pelo Conselho de Recursos serão decididos pelo Presidente dêste, no prazo de trinta dias da data de sua apresentação na Secretaria do Conselho, e após audiência do relator do processo relativo ao recurso, ou, caso não tenha ainda sido o processo distribuído, do relator que fôr designado para o pedido de preferência.

Art. 154. No caso de ser concedida a preferência, deverão ser examinados e decididos, em conjunto, todos os processos que tenham sido apontados como colidentes.

CAPÍTULO V

DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS E DOS REGISTROS

Art. 155. Os processos de privilégios ou de garantia de prioridade, bem como os de registros, serão classificados conforme os quadros que forem aprovados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, e que poderão ser modificados mediante ato do mesmo Ministro, quando necessário aperfeiçoá-los, complementá-los ou harmonizá-los com classificações internacionais a que tenha o Brasil aderido.

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS DE SERVIÇOS FEDERAIS

Art. 156. O pagamento das taxas relativas aos serviços previstos neste Código será efetuado de conformidade com a tabela anexa.

Art. 157. O recolhimento das taxas a que se refere o artigo anterior será efetuado através de guia aprovada pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial e processada na repartição federal competente ou segundo fôr regulamentado.

Art. 158. O comprovante do pagamento das taxas devidas só valerá, perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, se apresentado nos prazos previstos neste Código.

Art. 159. Em caso algum serão restituídas as taxas devidamente recolhidas.

Art. 160. Os valores das taxas constantes deste Código serão atualizados anualmente, dentro dos três primeiros meses de cada ano, a partir do ano de mil novecentos e setenta, inclusive, através de ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, de acôrdo com os índices oficiais de correção monetária, devendo a atualização entrar em vigor a partir do primeiro dia útil do segundo semestre de cada ano civil.

CAPÍTULO VII

DAS PROCURAÇÕES

Art. 161. As petições em geral, as oposições, as impugnações ou os recursos, quando apresentados por advogados ou agentes da Propriedade Industrial, deverão ser acompanhados de procuração, em original ou fotocópia, dispensada a legalização ou a autenticação.

Parágrafo único. A procuração, quando não apresentada inicialmente, deverá ser juntada por petição protocolada e independente de qualquer notificação, no prazo máximo de sessenta dias, contado da data da apresentação da petição, da oposição, da impugnação ou do recurso, sob pena de arquivamento automático do processo ou do respectivo expediente, conforme o caso.

Art. 162. A pessoa domiciliada no estrangeiro, para depositar pedidos de privilégios ou de registros, deverá constituir procurador domiciliado no Brasil, que a represente perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial durante o prazo de vigência do privilégio ou do registro, e possa receber citações judiciais relativas à Propriedade Industrial.

Parágrafo único. O prazo para a contestação de ações em que a citação se fizer na forma dêste artigo será de sessenta dias.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 163. Os requisitos de patenteabilidade e de registrabilidade serão regulados pela lei em vigor na data dos pedidos, porém o processamento dêste rege-se-á pelo presente Código.

§ 1º Os pedidos de privilégio de invenção, de modelo de utilidade e de modelo ou de desenho industrial, depositados antes da data da vigência do presente Código, cujos pontos característicos tenham sido publicados e cujo exame técnico esteja concluído, poderão ser ultimados sem necessidade de repetição dessas formalidades.

§ 2º Os pedidos de privilégio de modelo de utilidade apresentados de acordo com a legislação anterior serão regulados e processados como pedidos de privilégios de invenção ou de modelo industrial, nos termos dêste Código.

Art. 164. Os privilégios de invenção, de modelo de utilidade e de modelo ou de desenho industrial, concedidos até a data do início da vigência do presente Código, gozarão dos prazos e das condições de proteção próprios, estabelecidos pela legislação anterior, desde que pagas regularmente as taxas devidas, nos termos do artigo seguinte e seu parágrafo único.

Art. 165. Os privilégios de invenção, de modelo de utilidade e de modelo ou de desenho industrial, concedidos até a data do início de vigência dêste Código, passarão a pagar, a partir de tal data, as anuidades devidas pelo restante dos respectivos prazos de proteção, de acordo com a tabela anexa.

Parágrafo único. Os privilégios que estiverem com períodos pagos de acôrdo com o Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967, só ficarão sujeitos às anuidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 30 dêste Código, depois de vencidos tais períodos.

Art. 166. A proteção ao nome comercial ou de empresa, em todo o território nacional, é adquirida através do arquivamento ou registro dos atos constitutivos da firma ou sociedade no Registro do Comércio ou no Registro Civil das pessoas jurídicas, conforme o caso.

§ 1º Os pedidos de registro de nomes comerciais ou de empresas e de recompensas industriais, apresentados ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial até a data do início de vigência dêste Código, e ainda não concedidos, serão arquivados automática e definitivamente.

§ 2º Os registros de nomes comerciais ou de empresas, insígnias e recompensas industriais, concedidos até a data do início de vigência dêste Código, extinguir-se-ão, definitivamente, expirados os respectivos prazos de vigência.

§ 3º Os pedidos de registro de insígnias, em andamento, poderão, a requerimento dos interessados, apresentado dentro de sessenta dias do início de vigência dêste Código, prosseguir como pedidos de registro de marca de serviço, quando couber; na ausência de requerimento, dentro do prazo previsto, ou quando não fôr caso de transformação em marca de serviço, os pedidos de insígnia serão também arquivados automática e definitivamente.

Art. 167. As expressões ou sinais de propaganda, registrados até a data do início de vigência do presente Código, vigorarão pelos prazos originários, podendo ser prorrogados pelos prazos previstos neste Código, desde que requerido dentro do último ano de duração dos respectivos registros.

Art. 168. A partir do início de vigência dêste Código os pedidos deverão continuar a ser apresentados com remissão às classificações dos Quadros I e II, anexos ao Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º As prorrogações de registro de marcas serão processadas de acôrdo com a nova classificação que venha a ser adotada, sendo obrigatória, entretanto, a remissão à classificação do Quadro II, anexo ao Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2º Os processos de registro de marcas, títulos de estabelecimento, expressões ou sinais de propaganda, em andamento na data do início de vigência dêste Código, serão reclassificados de acôrdo com a nova classificação que fôr adotada, antes de ser proferido o despacho final pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 169. Aplicam-se às marcas internacionais, enquanto estiverem em vigor no Brasil, os mesmos direitos estabelecidos neste Código para as marcas estrangeiras no que se refere a transferência, alteração de nome, cancelamento, desistência, caducidade e prorrogação.

Art. 170. Os pedidos para registro de marca em mais de uma classe, apresentados na vigência do Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967, deverão ser desdobrados de acordo com o § 2º do art. 96 deste Código, a requerimento dos interessados, dentro do prazo de sessenta dias do início de vigência do mesmo, sob pena de arquivamento automático e definitivo.

Art. 171. Os pedidos de reconsideração e de recursos, a que se referem os arts. 14 e 15 da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, interpostos até a data do início de vigência do Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967, serão decididos, respectivamente, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial e pelo Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

Art. 172. O presente Código entrará em vigor sessenta dias depois da data de sua publicação, devendo, dentro deste prazo, ser decretada sua regulamentação, bem como a reestruturação do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD.

AURÉLIO DE LYRA TAVARES.

MÁRCIO DE SOZA E MELLO.

Edmundo de Macedo Soares.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

TABELA DISCRIMINATIVA DAS TAXAS DE SERVIÇOS FEDERAIS

ANEXA AO DECRETO-LEI Nº 1.005, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

I — PRIVILÉGIOS

	NCR\$
1. Depósito de pedido de privilégio de invenção, de modelo ou de desenho industrial:	
a) até cinco pontos característicos	75,00
b) por ponto característico que exceder de cinco, mais	7,50

NCR\$

2.	Busca de Patente:	
a)	busca pessoal, por assunto	7,50
b)	busca nominal, por certidão de fôlha única ..	15,00
c)	busca prevista na alínea «b», por fôlha excedente	1,50
3.	Taxa suplementar pela alteração de relatório ou de desenho, quando não exigido pelo D.N.P.I.	30,00
4.	Taxa suplementar pela apresentação, quando posterior ao depósito do pedido de privilégio de invenção, de modelo ou de desenho industrial, do certificado de depósito feito no país de origem ...	15,00
5.	Pedido de restauração de processo relativo a invenção, a modelo ou a desenho industrial	30,00
6.	Expedição de patente de invenção, de modelo ou de desenho industrial, ou segunda via da mesma .	75,00
7.	Taxa de anuidade de patente de invenção, de modelo ou de desenho industrial, e de modelo de utilidade	50,00
8.	Pedido de garantia de prioridade	15,00
9.	Pedido de concessão de licença obrigatória	30,00
10.	Pedido de caducidade de patente	30,00

II — REGISTROS

11.	Depósito de pedido de registro de marca, título de estabelecimento e de expressão ou sinal de propaganda	45,00
a)	taxa suplementar por artigo que exceder de 10, no pedido de marca	5,00
b)	taxa suplementar, por classe, nos depósitos de títulos de estabelecimento e de expressão ou sinal de propaganda, que excederem de três classes	15,00
12.	Busca sobre a existência de marcas, de títulos de estabelecimento e de expressão ou sinal de propaganda	15,00

NCr\$

13.	Taxa suplementar pela apresentação, quando posterior ao depósito do pedido de registro de marca, do certificado de depósito feito no país de origem	15,00
14.	Pedido de restauração de processos relativos a marcas, a títulos de estabelecimento e a expressão ou sinal de propaganda	30,00
15.	Expedição de certificado de registro ou segunda via do mesmo	45,00
16.	Pedido de prorrogação do prazo de vigência de registro de marca, de título de estabelecimento e de expressão ou sinal de propaganda	45,00
17.	Pedido de caducidade de registro	30,00

III — DIVERSOS

18.	Interposição de oposição, impugnação, pedido de reconsideração, réplica e aditamento	30,00
19.	Anotação de transferência, de alteração de nome ou da sede do titular ou do requerente de privilégios e de registros, e apostila	30,00
20.	Anotação de contrato de licença para exploração de privilégios e de registros	50,00
21.	Certidão de termos de depósito de privilégio e de registros, e segunda via dos mesmos	3,00
22.	Certidão não especificada por fôlha	5,00
23.	Fotocópia autenticada de livro ou documento, por fôlha	5,00
24.	Recurso ao Ministro da Indústria e do Comércio	50,00
25.	Recurso ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial	75,00
26.	Pedido de preferência para despacho do D.N.P.I. ou para decisão do Conselho de Recursos	100,00
27.	Petição não especificada, quando não resultar de exigência feita pelo D.N.P.I.	10,00
28.	Pedido de cancelamento de anotações e de apostilas	20,00

DECRETO-LEI Nº 1.006 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Transfere, para o Estado-Maior das Forças Armadas, cargo, com o respectivo ocupante, do Quadro de Pessoal do Ministério do Exército.

Os Ministros da Marinha, de Guerra, de Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, com o respectivo ocupante, Maria da Penha

Figueira Sbrocca, um (1) cargo da classe A, nível 3, da Série de Classes de Escriturário, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério do Exército para idênticos Parte e Quadro do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.007 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Fundação Universidade de Brasília, o crédito especial de NCr\$ 720.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Fundação Universidade de Brasília, o crédito especial no valor de NCr\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros novos) destinado ao atendimento de despesas com a urbanização do "campus universitário".

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

NCr\$

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura

5.05.21 — Diretoria do Ensino Superior

(Órgãos Vinculados)

Fundação Universidade de Brasília

Projeto 03.11.07.1.114

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas 190.000,00

Projeto 08.11.07.1.115

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas 530.000,00

TOTAL. 720.000,00

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.008 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de NCr\$ 1.310,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial no valor de NCr\$ 1.310,00 (um mil e trezentos e dez cruzeiros novos) para atender despesas de exercícios anteriores.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 4.04.00, a saber:

NCr\$

4.00.00 — Poder Judiciário

4.04.00 — Justiça Eleitoral

4.04.20 — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Atividade — 01.06.02.2085

3 0 0 0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.2.0 — Material de Consumo 310,00

3.1.4.0 — Encargos Diversos 1.000,00

TOTAL 1.310,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.009 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 383.700,00 (trezentos e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros novos), para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo o crédito especial no valor de NCr\$ 383.700,00 (trezentos e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros novos) para atender às despesas relacionadas com "Auxílio Funeral", a saber:

	NCr\$
5.06.00 — Ministério do Exército	
5.06.01 — Ministério do Exército	
07.05.08.2.025 — Pagamento de Pessoal Civil e Militar	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.5 — Pessoas	
Auxílio Funeral	383.700,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.06.00, a saber:

	NCr\$
5.06.01 — Ministério do Exército	
Atividade — 07.05.08.2.025	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	
3.2.7.5 — Pessoas	
Auxílio-Doença	383.700,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.010 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, em favor do mesmo, o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir em favor do Ministério do Exército o crédito especial no valor de NCr\$ 10.000,00 (dez mil

cruzeiros novos) para atender a parte das despesas, relativas ao exercício de 1968, decorrentes do aumento de pensões militares autorizado pela Lei número 5.475, de 23 de julho de 1968, e aplicado da seguinte forma:

NCr\$

5.06.00	— Ministério do Exército	
5.06.01	— Ministério do Exército	
03.07.08 2 006	— Pagamento de Inativos e Pensionistas	
3.0.0.0	— Despesas Correntes	
3.1.0.0	— Despesas de Custeio	
3.1.5.0	— Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-Lei são aqueles decorrentes de anulação de dotações orçamentárias determinadas através do Decreto-Lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.011 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em favor da Secretaria Geral (Recursos sob Contrôlo do Órgão Central de Orçamento), o crédito especial de NCr\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil cruzeiros novos) para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em favor da Secretaria Geral (Recursos sob Contrôlo do Órgão Central de Orçamento), o crédito especial de NCr\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil cruzeiros novos), para atender despesas de qualquer natureza com a Consolidação da Capital Federal (Plano de Mudança).

Art. 2º A despesa resultante da abertura do crédito especial autorizado neste Decreto-Lei, será coberta com os recursos oriundos da anulação de dotações orçamentárias, constante do Decreto-Lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.012 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o crédito especial de NCr\$ 2.242.000,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o crédito especial no valor de NCr\$ 2.242.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil cruzeiros novos), destinado ao Financiamento de Projetos de Abastecimento d'Água.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.09.00, a saber:

5.09.00 — MINISTÉRIO DO INTERIOR

5.09.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Vinculados)

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Projeto 14.09.11.1.160 —

NCr\$

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 230.000,00

Projeto 14.09.11.1.161 —

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 1.150.000,00

Projeto 14.09.11.1.162 —

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 345.000,00

Projeto 14.09.11.1.164 —

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 57.000,00

Projeto 14.09.11.1.166 —

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 230.000,00

Projeto 14.09.11.1.168 —

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílio para Obras Públicas 230.000,00

T O T A L 2.242.000,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.013 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o resgate de comprovantes de recolhimento do adicional restituível e dos empréstimos compulsórios, referentes a pessoas físicas.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica abolido o escalonamento previsto no artigo 6º, do Decreto-lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, para utilização dos recibos do adicional restituível instituído pelas Leis nºs. 1.474, de 26 de novembro de 1951 e 2.973, de 26 de novembro de 1956, referente às pessoas físicas.

Art. 2º Os comprovantes de recolhimento do adicional instituído pelas Leis nºs. 1.474, de 26 de novembro de 1951 e 2.973, de 26 de novembro de 1956, não atingidos pela prescrição estabelecida no § 4º do artigo 6º, do Decreto-lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, e os dos empréstimos compulsórios criado, pelas Leis nºs. 4.069 de 11 de junho de 1962 e 4.242, de 17 de julho de 1963, referentes as pessoas físicas, serão resgatados pelo Ministério da Fazenda, que restituíra, em espécie, os valores correspondentes.

Art. 3º O resgate será efetivado independentemente de requerimento e

não importará em quitação com a Fazenda Nacional, devendo os comprovantes ser apresentados, pelos respectivos titulares e portadores, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, às repartições da Secretaria da Receita Federal no Ministério da Fazenda.

Parágrafo Único. A não apresentação dos comprovantes no prazo fixado neste artigo acarretará a decadência do direito ao resgate ou a restituição.

Art. 4º O Ministério da Fazenda expedirá os atos normativos que se fizerem necessários à execução deste Decreto-lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de NCr\$.. 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros novos), para atender às despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei.

Art. 6º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei são os constituídos na forma do artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURELIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.014 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Interior em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial no valor de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos), para atender ao Fundo Especial para Calamidades Públicas conforme o Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.09.00, a saber:

5.09.00 — MINISTÉRIO DO INTERIOR

5.09.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Vinculados)

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

Atividade 13.04.11.2.069-A

3.0.0.0 — Despesas Correntes

NCr\$

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Helo Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.015 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a responsabilidade da União no pagamento do pessoal transferido para o Estado da Guanabara ou neste reincluído, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A responsabilidade da União no pagamento do pessoal transferido para o Estado da Guanabara ou neste reincluído, em virtude do disposto, respectivamente, na Lei número 3.752, de 14 de abril de 1960 e nos Decretos-leis nºs. 10, de 28 de junho de 1966 e 149, de 8 de fevereiro de 1967, passa a ser regulada pelo presente Decreto-lei.

Art. 2º Além dos inativos e pensionistas referidos no art. 3º deste Decreto-lei, a União pagará:

I — no exercício de 1970, a despesa referente ao pessoal militar ativo enquadrado no art. 1º;

II — no exercício de 1971, 50% (cinquenta por cento) da despesa de que trata o item anterior.

Art. 3º A partir do exercício de 1972, cessará a responsabilidade da União pelo pagamento do pessoal ativo, competindo-lhe somente pagar os

inativos e pensionistas, abrangidos pelo disposto no artigo 1º cujos proventos e pensões hajam sido concedidos até a vigência deste decreto-lei.

Parágrafo único. Os pagamentos dos proventos de inatividade e pensões que doravante vierem a ser concedidas ao pessoal mencionado no art. 1º serão divididos entre a União e o Estado da Guanabara, proporcionalmente ao tempo de serviço prestado a cada um.

Art. 4º A execução do disposto no presente Decreto-lei será objeto de Convênio a ser firmado entre a União e o Estado da Guanabara.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o § 2º do artigo 3º da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, o artigo 2º do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966 e o artigo 2º do Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967, ambos na parte relativa à aplicação do § 2º do artigo 3º da mencionada Lei nº 3.752, de 1960, e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969.
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.016 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o pagamento de serviços industriais ou comerciais prestados por órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os serviços industriais ou comerciais solicitados por entidades privadas ou da administração pública a qualquer dos órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério dos Transportes, só serão atendidos mediante:

I — Pagamento imediato em dinheiro.

II — Requisição apresentada pelo órgão interessado e a ser-lhe cobrada de acordo com as normas legais vigentes, quando se tratar de órgão da administração pública, direta ou indireta.

III — Modalidade de pagamento previamente contratada.

Art. 2º Ficam desobrigados do pagamento a que se refere o artigo anterior:

I — Os navios de guerra, quando não empregados em viagem de caráter comercial, nacionais ou estrangeiros, estes em caso de reciprocidade de tratamento, conforme comunicação a ser feita pelo Ministério da Marinha ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

II — Os serviços prestados em decorrência de atos internacionais firmados pelo Brasil sendo, nesse caso, o pedido da dispensa encaminhado ao Ministério dos Transportes através do Ministério das Relações Exteriores.

III — As entidades privadas dedicadas à educação ou assistência social gratuita, devidamente registradas no Ministério da Educação e Cultura e quando o serviço solicitado interessar diretamente à assistência ou educação realizadas gratuitamente.

IV — As entidades privadas ou públicas da Administração Direta ou Indireta, quando:

a) ocorrerem circunstâncias especiais criadas pelo Governo Federal,

por motivos independentes da vontade do usuário;

b) tratar-se de serviços necessários à segurança nacional ou por comprovada exigência do bem comum, não enquadrados no item III deste artigo.

Parágrafo único. O despacho do Ministro dos Transportes, concessivo da dispensa, poderá referir-se ao total ou parte da importância correspondente ao preço do serviço ou valor da taxa e indicará sempre o item e artigo deste Decreto-lei no qual se fundamenta.

Art. 3º As isenções previstas no artigo anterior abrangem também as taxas portuárias, inclusive as de Melhoria dos Portos e Renovação da Marinha Mercante.

Art. 4º Salvo as exceções previstas neste decreto-lei, os órgãos mencionados no artigo 1º não poderão prestar serviços industriais ou comerciais gratuitos ou com abatimento de preço.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MARCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.017 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Concede isenção parcial das Taxas de Renovação da Marinha Mercante e de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista a importância do aumento da produção

agrícola na conjuntura econômica do País, decretam:

Art. 1º Ficam obrigados os importadores de fertilizantes ao pagamento de, apenas, 50% (cinquenta por cento) das Taxas de Renovação da Marinha Mercante e de Melhoramentos dos Portos de que tratam, respectivamente, o Decreto-lei nº 432, de 23 de janeiro de 1969, a Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, quando o transporte dos fertilizantes for feito em navios de bandeira norte-americana, e a importação realizada sob a égide do Acôrdio AID-512-L-061, pelo qual a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional concedeu financiamento ao Governo do Brasil para a compra de fertilizantes.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 1.013 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Transfere cargo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Justiça.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 13, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica transferido, nos termos do § 3º do artigo 7º do Decreto número 61.776, de 24 de novembro de 1967, com o respectivo ocupante, José de Siqueira Rodrigues Filho, um cargo de Assistente de Migração, nível 16, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, para o Quadro de Pessoal — Parte Suplementar

do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 1.019 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Extingue cargos no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.

Os Ministros da Marinha de Guerra do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 31 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 489, de 4 de março de 1969, e no Decreto nº 64.241, de 21 de março de 1969, decretam:

Art. 1º Ficam extintos, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo, em comissão, símbolo 4-C, de Diretor da antiga Divisão do Comércio Exterior do Departamento Nacional do Comércio, criado pela Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, e um cargo de Escriturário, código AF.202.10.B (Parte Especial).

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 1.020 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 189, do Decreto-Lei nº 728, de 4 de agosto de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 189, do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que institui o Código de Vencimentos dos Militares, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 189. Ficam excluídos do limite estipulado no artigo 35 do Decreto-Lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, alterado pelo Decreto-Lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967, as gratificações e indenizações previstas neste Código e integrantes de vencimentos ou de proventos bem como o Auxílio-Invalidez e o Adicional de Inatividade de que trata o artigo 126."

Art. 2º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.021 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Altera o Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969 e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 3, de

13 de dezembro de 1968, e considerando que as empresas de que trata o Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, não são concessionárias de serviço portuários, decretam:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 10 do Decreto-lei nº 794, de 31 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Conselho de Administração será constituído de:

a) um Presidente, que será o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis ou seu representante com direito a veto sobre as decisões do Conselho, a ser submetido ao Ministro dos Transportes;

b) o Diretor-Presidente da Sociedade;

c) os Diretores nomeados pelo Ministro dos Transportes, indicados pelo Diretor-Geral do DNPVN;

d) um Conselheiro para cada grupo de acionista pessoas físicas ou jurídicas que representem no mínimo 20% do capital social com direito a voto.

Art. 2º São acrescentados dois parágrafos ao artigo 11 do Decreto-lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, com a seguinte redação:

"§ 1º Os portos ou terminais construídos ou administrados pelas sociedades de que trata este Decreto-lei, serão considerados como portos organizados, para todos os efeitos da lei portuária."

"§ 2º A remuneração do capital das mesmas empresas será calculada à base de 10% (dez por cento) ao ano sobre o seu capital realizado."

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.022 — DE 21
DE OUTUBRO DE 1969

Considera em exercício de cargo militar militares nomeados para o Gabinete Pessoal do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os militares que forem nomeados para constituir o Gabinete Pessoal do Marechal Arthur da Costa e Silva, na forma do artigo 1º do Ato Complementar nº 71, de 14 de outubro de 1969, serão considerados, para todos os efeitos em exercício de cargo militar, com as regalias, vantagens e prerrogativas, nas respectivas funções, correspondentes às de membros do Gabinete Militar da Presidência da República.

Parágrafo único. Os militares de que trata esse artigo ficarão vinculados aos respectivos Ministérios.

Art. 2º As despesas com a execução deste Decreto-lei serão atendidas, até 15 de março de 1971, por crédito a ser aberto ao Ministério da Fazenda.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.023 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a tarifa de utilização de Faróis e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o Artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A taxa de utilização de Faróis, de que trata o § 3º do Artigo 14 do Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, passa a configurar-se, para os efeitos legais, como tarifa, correspondente aos preços públicos cobrados em retribuição à efetiva utilização dos serviços de sinalização náutica de proteção à navegação.

Art. 2º Os navios estrangeiros que demandarem os portos do Brasil, procedentes de portos estrangeiros ou nacionais, com carga ou em lastro, conduzindo passageiros ou não, ficam obrigados ao pagamento da tarifa de utilização de faróis, na forma estabelecida neste Decreto-lei.

§ 1º A tarifa de utilização de faróis será devida tantas vezes quantas forem as entradas que derem os navios em qualquer porto nacional, tanto na viagem de direitura quanto na de torna-viagem, exceção feita aos navios notoriamente reconhecidos como paquetes, isto é, aqueles que conduzem passageiros, correspondência e carga, e os vapores de linhas regulares que forem habilitados pelas autoridades alfandegárias a gozar das regalias atribuídas aos paquetes. Tais navios pagarão a tarifa de que se trata unicamente nos 2 (dois) primeiros portos em que derem entrada, tanto na viagem de direitura como na de torna-viagem, quando receberão certificado que servirá de prova nos demais portos.

§ 2º Considera-se viagem de direitura a que a embarcação realizar até dar entrada, por inteiro, no porto de destino; a torna-viagem é o regresso do navio saído do porto donde tinha dado entrada por inteiro.

§ 3º Se houver alteração na rota e a embarcação fôr, em primeiro lugar, ao porto de destino, a entrada neste

pôrto é considerada o fim da viagem de direita e a saída será torna-viagem.

Art. 3º A tarifa de utilização de faróis será acrescida de 50% (cinquenta por cento) para navios de mais de 50.000 toneladas de arqueação (dead weight) e de 100% (cem por cento) para as demais de 100.000 toneladas.

Art. 4º A tarifa de utilização de faróis não incidirá:

a) sobre as embarcações estrangeiras que, saídas de um pôrto onde hajam pago o imposto, tocarem ou deem entrada em outro do mesmo Estado, ou regressarem ao mesmo pôrto de onde tenham saído, por motivo de arribada ou força maior;

b) sobre as embarcações estrangeiras arribadas por motivos humanitários, de salvação de vidas, para aquisição de medicamentos, água, viveres, material de custeio, reparos necessários, desembarque de naufragos ou doentes, não realizando receita no pôrto;

c) sobre as embarcações de instrução ou de guerra, desde que não façam operação de carga ou descarga, e sobre os navios que conduzirem expedição científica, sempre que não façam operação de comércio; e

d) sobre embarcações de lotação inferior a 1.000 (mil) toneladas de carga.

Art. 5º O valor da tarifa de utilização de faróis de que trata este Decreto-lei é fixado em NCr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos), o qual será atualizado pelo Ministro da Marinha, mediante propos-

ta da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de acôrdo com critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 6º Os recursos provenientes da arrecadação pelo Ministério da Marinha da tarifa de utilização de faróis terão aplicação específica na construção e manutenção do balizamento marítimo e fluvial, a cargo da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Art. 7º O produto da arrecadação da tarifa de utilização de faróis será recolhido, mediante guia, na conformidade do que estabelecer a regulamentação, ao Banco do Brasil S. A., que o creditará, em conta corrente de movimento, não sujeita ao encerramento de Exercício Financeiro da União, à ordem do Ministro da Marinha na rubrica — "Tarifa de Utilização de Faróis — Diretoria de Hidrografia e Navegação".

Art. 8º O Ministro da Marinha submeterá ao Presidente da República a regulamentação deste Decreto-lei, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua vigência.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.024 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a retribuição de servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13-12-68, decretam:

Art. 1º O servidor público federal não poderá perceber quotas-partes de multas, importâncias oriundas de leilão de mercadorias, percentagens sobre a cobrança de dívida ativa da União pagas pelos devedores, ou qualquer importância calculada sobre valores da receita federal.

Art. 2º Fica extinto, para os funcionários do Ministério da Fazenda, o regime de remuneração previsto no artigo 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 3º As séries de classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, do Imposto de Renda e de Rendas Internas são transformadas na de Agente Fiscal dos Tributos Federais, de acordo com as tabelas anexas.

Art. 4º As classes singulares de Fiscal Auxiliar de Impostos Internos e Guarda Aduaneiro, colocadas na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, extintas à medida que vagarem os seus cargos, bem como a de Técnico de Tributação, da Parte Permanente do mesmo Quadro, são organizadas de acordo com as tabelas anexas.

Art. 5º Continua em vigor o artigo 105 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, salvo quanto às vantagens a que se referia o inciso IV do artigo 104, do mesmo Decreto-lei.

Art. 6º As parcelas previstas nas tabelas anexas poderão ser atribuídas a ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia de repartições da Secretaria da Receita Federal, com a finalidade de assegurar hierarquia salarial.

Art. 7º A adjudicação das vantagens previstas neste Decreto-lei será regulamentada mediante instruções do Ministério da Fazenda.

Art. 8º Da execução deste Decreto-lei não poderá decorrer aumento de despesas.

Art. 9º A não autuação de contribuintes incurso em infração de lei fiscal e a não apreensão de mercadoria importada sem obediência às normas legais, configurarão a prática do ilícito de lesão aos cofres públicos, pelo agente fiscal de tributos federais responsável.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 30 de outubro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELO

Antônio Delfim Netto

As tabelas anexas ao presente Decreto foram publicados no D.O. de 21-10-69.

DECRETO-LEI Nº 1.025 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Declara extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida Ativa da União e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 13, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É declarada extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida da União, a que se referem os artigos 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 1º, inciso II, da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, passando a taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo exe-

cutado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União.

Art. 2º Fica fixada em valor correspondente até a um mês do vencimento estabelecido em lei, e será paga mensalmente com este, a parte da remuneração, pela cobrança da dívida ativa e defesa judicial e extrajudicial da Fazenda Nacional, dos cargos de Procurador da República e Procurador da Fazenda Nacional, observado o limite de retribuição fixado para os servidores civis e militares.

§ 1º É fixada no valor correspondente a um mês do vencimento do cargo de Procurador da República de 1ª categoria a parte variável da remuneração dos cargos de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Procurador-Geral da República e Subprocurador-Geral da República.

§ 2º Para efeito do cálculo de proventos da aposentadoria ou disponibi-

lidade, será computada a parte variável de que trata este artigo.

Art. 3º As parcelas de percentagem pela cobrança da Dívida Ativa da União, incorporadas aos proventos da inatividade dos Procuradores da República e dos Procuradores da Fazenda Nacional, nos termos da legislação vigente, somente serão reajustadas quando houver aumento do funcionalismo, na mesma base percentual atribuída para majoração da parte fixa e será calculada, em relação aos que forem aposentados ou requererem aposentadoria até o dia 30 de outubro de 1969, tornando-se por base a média percebida nos últimos doze meses, devendo ser observado, no tocante ao total dos proventos, os tetos previstos em lei.

Art. 4º Da execução deste Decreto-lei não poderá decorrer aumento de despesa.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor a 30 de outubro de 1969, salvo o artigo 3º que entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.026 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera disposições da Lei nº 4.822, de 29 de outubro de 1965, alterada pela Lei nº 5.141, de 14 de outubro de 1966, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha do Brasil, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os dispositivos da Lei número 4.822, de 29 de outubro de 1965, alterada pela Lei nº 5.141, de 14 de outubro de 1966, adiante indicados,

passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º
a)
b)
c)
§ 1º
§ 2º
a)
b)
c) Capitão-de-Corveta — 3 (três) vagas por Merecimento e 1 uma) por antiguidade;

d) Capitão-de-Fragata — critério exclusivo do Merecimento.

§ 3º No Quadro de Oficiais Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais, as promoções ao posto de Capitão-Tenente serão feitas exclusivamente pelo critério do Merecimento.

§ 4º Os Quadros Complementares, pelas suas peculiaridades, têm o assunto definido nas leis que os criaram.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.027 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Reverte ao Fundo Naval a receita proveniente das multas estabelecidas no Regulamento para o Tráfego Marítimo, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A receita proveniente da aplicação de multas estabelecidas no Regulamento para o Tráfego Marítimo, aprovado pelo Decreto nº 5.738, de 11 de junho de 1940, alterado pelo Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961, vincular-se-á ao Fundo Naval,

para cumprimento dos programas e manutenção dos serviços necessários à fiscalização da observância do referido Regulamento, sob as responsabilidades da Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha.

Art. 2º A aplicação das multas de que trata o artigo anterior e a sua contabilidade, continuarão a ser feitas na forma estabelecida pelo Regulamento para o Tráfego Marítimo.

Parágrafo único. Os valores monetários correspondentes às multas referidas neste artigo e os das penalidades previstas no artigo 1º da Lei nº 5 357, de 17 de novembro de 1967, permanecem em vigor, até que novos valores sejam estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.028 -- DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Aprova o estatuto da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha, da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º A Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, federalizada pela Lei nº 3.271, de 30 de setembro de 1957, perde a forma juri-

dica de fundação, que recebeu através da Lei nº 4.730, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. São mantidos os contratos, convênios e acordos celebrados com qualquer das entidades referidas no artigo 3º do Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, transferindo-se para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara os direitos e obrigações deles decorrentes.

Art. 3º Os funcionários de Quadros de Pessoal da Parte Permanente e da Parte Especial, e o pessoal temporário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do serviço público federal, que se encontram em exercício nos órgãos referidos no artigo 3º do Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, ficam transferidos para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e, bem assim, os recursos específicos destinados às despesas com os mesmos.

Art. 4º. O Poder Executivo tomara as medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968 e do Decreto-lei número 727, de 1 de agosto de 1969, devendo ser feita a transferência de recursos, a que se refere o artigo 2º do Decreto-lei nº 841, de 9 de setembro de 1969, e, assim, assegurado o pleno funcionamento da Federação e suas instituições integradas.

Parágrafo único. Ressalvados os recursos que podem ser imediatamente redistribuídos à Federação, as providências previstas neste artigo deverão ser adotadas no prazo de trinta (30) dias, a partir da publicação deste Decreto, as que se referem à Lei nº 5.546 e, no mesmo prazo, a partir de 1º de janeiro de 1970, as relacionadas com o Decreto-lei nº 727.

Art. 5º. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE
DE ESCOLAS FEDERAIS ISOLADAS
DO ESTADO DA GUANABARA

TÍTULO I

Da Fundação e suas Finalidades

Art. 1º. Fica instituída a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), nos termos da autorização contida no artigo 1º, do Decreto-lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara para reunir e integrar, sob a forma jurídica de fundação, estabelecimentos isolados do sistema federal de ensino.

Parágrafo único. A Federação de que trata o artigo gozará de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, na forma da lei e do presente estatuto, pelo qual se regerá, no período de sua duração, que é ilimitado.

Art. 2º. A FEFIEG tem por finalidade:

a) a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior e da pesquisa;

b) a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística;

c) a criação de cursos básicos comuns a uma área de conhecimentos, iniciando, dessa forma, a orientação profissional;

d) a ampliação do número de matrículas nos cursos de nível superior, inclusive por maior racionalidade nos processos de seleção dos estudantes;

e) a integração das atividades das instituições componentes, mediante a adoção de um Regimento Unificado, que fixe critérios comuns de organização e de funcionamento;

f) a atuação no processo de desenvolvimento do País;

g) a realização das demais atividades que forem previstas no Regimento Unificado.

Parágrafo único. A FEFIEG ministrará também, além do ensino graduado de nível superior, cursos técnicos de nível médio e o ensino pós-graduado e desenvolverá, nas unidades hospitalares, atividades de assistência médico-social.

TÍTULO II

Da Estrutura

CAPÍTULO I

Órgãos de Administração Superior

Art. 3º. A Presidência, o Conselho Federativo e o Conselho de Curadores são os órgãos da administração superior da FEFIEG.

Art. 4º. O Presidente será designado pelo Presidente da República dentre os componentes de uma lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Federativo, em votação secreta.

§ 1º. O mandato do Presidente será de 4 (quatro) anos, vedado o exercício de mandatos consecutivos.

§ 2º. A indicação de qualquer nome da lista destinada à escolha do Presidente só se fará quando o mesmo for sufragado pela maioria absoluta dos componentes do Conselho Federativo.

§ 3º. O Presidente, em seus impedimentos eventuais, será substituído pelo Diretor de Unidade, mais antigo no exercício do magistério, da Federação.

§ 4º. No caso de vacância definitiva do cargo, o substituto eventual do Presidente assumirá o exercício da Presidência, com o dever de providenciar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a elaboração, pelo Conselho Federativo, de nova lista sêxtupla, para a designação do Presidente da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, pelo Presidente da República.

§ 5º. O Presidente da FEFIEG exercerá seu mandato em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 5º. O Conselho Federativo, presidido pelo Presidente da FEFIEG é órgão de deliberação e consulta da FEFIEG e será constituído:

a) dos diretores das instituições congregadas e agregadas;

b) de um representante de cada instituição congregada ou agregada, eleito pelas respectivas congregações ou colegiados equivalentes;

c) de três representantes do Corpo Discente da Federação, eleitos por seus pares, em votação direta e escrutínio secreto;

d) de três representantes da comunidade, um da área cultural, um da área profissional e um da área empresarial, escolhidos e designados

pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 1º. Fará parte do Conselho Federativo o último ex-Presidente da FEFIEG, que tenha cumprido integralmente o mandato.

§ 2º. O Conselho Federativo reunirá-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por dois terços dos conselheiros.

§ 3º. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, ainda o voto de qualidade.

§ 4º. Os membros do Conselho Federativo exercerão o mandato por dois anos.

§ 5º. Os membros do Conselho Federativo perceberão, por sessão a que comparecerem, a gratificação que for fixada pelo Conselho de Curadores, até o máximo de 5 (cinco) por mês.

Art. 6º. O Conselho de Curadores, presidido pelo Presidente da Federação, é órgão de controle e fiscalização econômico-financeira da Fundação e será constituído:

a) de dois membros do quadro de pessoal da Federação ou de suas unidades indicados pelo Conselho Federativo;

b) de um representante do Ministério da Educação e Cultura;

c) de um membro indicado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro;

d) de dois representantes da Comunidade, da livre escolha do Ministro da Educação e Cultura;

§ 1º. Todos os membros do Conselho de Curadores serão nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura e terão mandato de 4 (quatro) anos, vedado o exercício de mandatos consecutivos.

§ 2º. O Conselho de Curadores reunirá-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros.

§ 3º. Os membros do Conselho de Curadores perceberão, por sessão a que comparecerem, gratificação igual à que for fixada para os membros do Conselho Federativo, até o máximo de 3 (três) por mês.

CAPÍTULO II

Unidades Congregadas e Agregadas

Art. 7º. A Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara será constituída de unidades congregadas e agregadas, na qualidade de órgãos executivos relativamente autônomos, nos termos da legislação vigente, do Estatuto e do Regulamento Unificado da Federação.

§ 1º. São unidades congregadas na FEFIEG:

a) a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro com a denominação de Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;

b) a Escola de Enfermagem Afredo Pinto;

c) a Escola Central de Nutrição;

d) o Conservatório de Teatro do Serviço Nacional de Teatro, com a denominação de Escola de Teatro;

e) o Instituto Villa-Lobos;

f) o Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, com a denominação de Escola de Biblioteconomia e Documentação;

g) o Instituto Nacional do Câncer.

§ 2º. Mediante deliberação do Conselho Federativo, a Federação poderá criar ou incorporar outras entidades, como unidades congregadas e admitir outras instituições como unidades agregadas.

§ 3º. As unidades agregadas são entidades de direito privado, e ficarão subordinadas à FEFIEG para efeito de orientação normativa, coordenação e controle das atividades de ensino, pesquisa e divulgação.

CAPÍTULO III

Competência do Presidente

Art. 8º. Ao Presidente compete:

I — dirigir a Federação, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais e estatutárias;

II — representar a Fundação e a Federação em juízo e fora dele e em suas relações com terceiros, podendo constituir procuradores;

III — sustar, quando contrariarem a Lei ou os interesses da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, os efeitos de atos administrativos de seus subordinados ou de resoluções do Conselho Fede-

rativo recorrendo, neste caso, a instância superior;

IV — delegar atribuições inerentes a seu cargo a dirigentes de órgãos que lhe forem subordinados;

V — dar posse, em ato público, aos diretores das unidades;

VI — outorgar mandatos universitários, assim como presidir a entrega de títulos honoríficos e dignidades conferidas pela Federação.

Parágrafo único. As demais atribuições do Presidente como coordenador de atividades como dirigente da Fundação ou como executor dos atos dos Conselhos, serão discriminadas no Estatuto e no Regimento Unificado da Federação.

CAPÍTULO IV

Atribuições ao Conselho Federativo e do Conselho de Curadores

Art. 9º São atribuições do Conselho Federativo:

I — elaborar a lista sêxtupla, para a escolha e designação, pelo Presidente da República, do Presidente da Fundação;

II — aprovar o Regimento das unidades congregadas e agregadas;

III — opinar sobre a aceitação de doações, legados e subvenções de qualquer natureza;

IV — decidir sobre a criação ou incorporação de novas unidades congregadas e sobre a admissão de novas unidades agregadas;

V — opinar sobre a proposta orçamentária elaborada pelo Presidente e a ser submetida ao Conselho de Curadores;

VI — exercer outras atribuições que forem previstas no Estatuto e no Regimento Unificado;

VII — opinar sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Unificado da FEFIEG.

Art. 10. São atribuições do Conselho de Curadores:

I — aprovar o orçamento anual e suas alterações;

II — autorizar a abertura de créditos especiais;

III — acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;

IV — emitir parecer sobre as contas da Fundação, antes de serem encaminhadas ao Tribunal de Contas;

V — autorizar despesas decorrentes de acordos ou convênios aprovados

pelo Conselho Federativo, entre as unidades da Federação e entidades públicas ou privadas.

VI — dar parecer sobre a prestação anual de contas do Presidente da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara.

TÍTULO III

Do Patrimônio

Art. 11. O patrimônio da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara será constituído:

a) pelos bens móveis e imóveis das instituições mencionadas no Artigo 7º e seus parágrafos deste Estatuto e conforme o Art. 3º, do Decreto-lei nº 841, de 9 de setembro de 1969;

b) pelos bens móveis e imóveis das unidades que venham, na forma prevista no Estatuto, a ser incorporadas como unidades congregadas;

c) pelos bens móveis e imóveis, doados ou legados à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara pelo Poder Público, pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito privado.

Parágrafo único. Os bens e direitos da FEFIEG serão utilizados ou empregados exclusivamente na colimação de suas finalidades.

TÍTULO IV

Da Testão Econômico-Financeira

Art. 12. São recursos financeiros da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara;

I — as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União;

II — as ajudas financeiras de qualquer origem;

III — as contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;

IV — as rendas oriundas da prestação de serviços, pelas unidades congregadas;

V — as rendas obtidas pelo uso de seu patrimônio;

VI — os saldos de exercícios financeiros encerrados;

VII — as rendas em seu favor constituídas por terceiros;

VIII — as taxas e emolumentos.

Art. 13. O exercício financeiro será iniciado a 1º de março e encerrado no último dia de fevereiro do ano seguinte.

Art. 14. O orçamento da FEFIEG será elaborado pelo Presidente, ouvido o Conselho Federativo e obedecendo os princípios de universalidade e de unidade.

§ 1º A proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes.

§ 2º Qualquer alteração do orçamento será submetida ao mesmo processo referido no parágrafo anterior.

Art. 15. O orçamento próprio da FEFIEG deverá ser executado mediante plano de aplicação, elaborado sob a forma de orçamento-programa, para cada unidade, pelo Conselho Federativo, sujeito a aprovação do Conselho de Curadores, de acordo com o Art. 7º, do Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969.

Art. 16. O Conselho de Curadores deverá discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, durante o mês de fevereiro, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos.

Parágrafo único. Aprovado a proposta orçamentária, ou findo o prazo fixado neste artigo, sem que se tenha verificado a aprovação, fica o Presidente autorizado a executar a proposta orçamentária.

TÍTULO V

Do Pessoal

Art. 17. O regime jurídico do pessoal da FEFIEG será o da Consolidação das Leis do Trabalho, observado o disposto no artigo 37, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 18. O pessoal do serviço público lotado nas unidades congregadas passa automaticamente à disposição da Federação, respeitados os direitos, garantias e vantagens que lhe são segurados em lei.

Parágrafo único. O pessoal referido no artigo deverá cumprir as normas administrativas e disciplinares vigentes na Federação.

Art. 19. Nenhum docente ou servidor poderá ser admitido sem que se verifiquem previamente, a criação da função e a instalação do respectivo serviço.

Art. 20. Os Quadros de Pessoal da FEFIEG e das unidades congregadas serão aprovados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21. A partir da vigência do presente Estatuto, a administração superior da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro será exercida:

- a) por um Diretor;
- b) pela Congregação e
- c) pelo Conselho Departamental.

Art. 22. Fica transferido à FEFIEG o direito de importar, com isenção de impostos alfandegários, excluída a taxa de despacho aduaneiro, equipamentos de laboratório, publicações, material científico e didático de qualquer natureza, desde que não tenham similar na indústria nacional, na forma do que determina o artigo 6º da Lei nº 4.730, de 14 de julho de 1965.

Art. 23. A FEFIEG poderá alterar a denominação de suas unidades congregadas e transformar em estabelecimentos de ensino, cursos e outras entidades.

Art. 24. O Instituto Nacional de Câncer (INCC), além de realizar atividades de ensino e pesquisas, integrando cursos de graduação e graduação, terá como finalidade:

a) a execução dos serviços, programas e assistência médica, tendo em vista a prática da prevenção, diagnóstico, tratamento do câncer e doenças correlatas.

b) a formação de cancerologistas e o treinamento de técnicos especializados;

c) a divulgação entre profissionais de Medicina, Odontologia e Enfermagem, bem assim entre educadores e estudantes, dos conhecimentos essenciais ao pré-diagnóstico do câncer.

Art. 25. O Diretor do Instituto Nacional do Câncer será designado pelo Presidente da Federação, obedecendo ao disposto no Regimento Unificado.

Art. 26. Os regimentos das Unidades da Federação, respeitado o disposto no Regimento Unificado, serão aprovados pelo Conselho Federativo.

Parágrafo único. Até que seja aprovado o Regimento Unificado, pelo Conselho Federal de Educação, continuam em vigor os regimentos das unidades congregadas, naquilo que não contrariar a legislação em vigor.

Art. 27. A FEFIEG poderá promover convênios ou entendimentos com organismos nacionais ou internacionais de educação e cultura para a realização de pesquisas científicas,

curso de pós-graduação, de formação de pesquisadores e de profissionais de níveis médio e superior.

Art. 28. O Instituto Villa Lobos referido no § 1º, do art. 7º, é o Instituto Villa Lobos de Departamento Nacional de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Art. 29. O presente Estatuto entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República. — *Tarso Dutra*.

DECRETO-LEI Nº 1.029 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares e dá outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, convalidado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem, baixar o seguinte Decreto-lei:

ESTATUTO DOS MILITARES

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O Estatuto dos Militares regula os direitos, prerrogativas, deveres e obrigações dos militares das Forças Armadas.

CAPÍTULO I

Generalidades

SEÇÃO I

Das Forças Armadas

Art. 2º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 3º Os membros das Forças Armadas, em razão da destinação cons-

titucional das mesmas, formam uma categoria especial de servidores da Pátria, denominada Militares.

SEÇÃO II

Dos Militares

Art. 4º São militares os brasileiros incorporados às Forças Armadas, com a situação definida neste Estatuto.

Parágrafo único. Militar é a pessoa que pertence aos Quadros, Corpos ou Organizações Militares da ativa das Forças Armadas.

Art. 5º Militar da reserva é o que tenha prestado serviço na ativa, passa a situação de inatividade remunerada ou não.

Parágrafo único. Militar em inatividade remunerada é o que se encontra em uma das duas situações:

I — Reserva Remunerada — quando em inatividade porém sujeito, ainda, a convocação para prestação de serviço na ativa;

II — Reformado — quando dispensado definitivamente de prestação de serviço na ativa.

Art. 6º São equivalentes as expressões "Em Serviço Ativo", "Em Serviço na Ativa", "Em Serviço" ou "Em Atividade", conferidas ao militar no desempenho de cargo, função, encargo, comissão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar, nas Organizações Militares das Forças Armadas, bem como na residência da República e nos seus Órgãos de Assessoramento e nos demais Órgãos previstos em leis ou regulamentos.

Art. 7º A condição jurídica dos militares é definida pelos dispositivos da Constituição que lhes forem aplicáveis, por este Estatuto, pelas leis e pelos regulamentos que lhes outorgam direitos, prerrogativas e lhes impõem deveres e obrigações.

Parágrafo único. Estendem-se às praças especiais as disposições deste artigo.

Art. 8º O disposto neste Decreto-lei aplica-se, no que couber, aos oficiais da reserva não remunerada e aos reservistas, quando convocados ou mobilizados.

SEÇÃO III

Da Carreira Militar

Art. 9º Carreira Militar é a profissão caracterizada por atividade con-

tinuada e inteiramente devotada às finalidades recíprocas das Forças Armadas.

§ 1º A carreira militar é privativa de militar da ativa. Inicia-se com o ingresso nas Forças Armadas e obedece às diversas seqüências de graus hierárquicos.

§ 2º A carreira de oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é privativa dos brasileiros natos.

SEÇÃO IV

Do Ingresso nas Forças Armadas

Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é acessível a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante incorporação, matrícula ou nomeação e observadas as condições prescritas em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º Quando houver conveniência para o serviço de qualquer das Forças Armadas, o brasileiro possuidor de reconhecida competência técnico-profissional ou de notória cultura científica poderá, mediante sua aquiescência e proposta do Ministro da Força interessada, ser incluído, nos Quadros ou Corpos da reserva não remunerada, e convocado para o serviço na ativa em caráter transitório.

§ 2º A inclusão a que se refere o parágrafo anterior será feita no grau hierárquico compatível com as atividades civis exercidas; o convocado, com as responsabilidades que lhes serão atribuídas e nas condições reguladas pelo Ministério interessado.

Art. 11. Para a admissão nos estabelecimentos de ensino militar destinados à formação de oficiais, da ativa e da reserva, e de graduados, além das condições relativas à nacionalidade, à aptidão intelectual e capacidade física, idoneidade moral é necessário que o candidato não professe utimas nocivas às instituições sociais e políticas vigentes no País, nem exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo e no anterior aplicam-se também aos candidatos ao ingresso nos Quadros ou Corpos de Oficiais dos serviços, engenheiros, técnicos, especialistas, em que é exigido o diploma

do estabelecimento de ensino superior reconhecido pelo Governo Federal.

Art. 12. A convocação em tempo de paz é regulada em lei especial.

Parágrafo único. Em tempo de paz e independentemente de convocação, os integrantes da reserva, remunerada ou não, poderão ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária.

CAPÍTULO II

Da Hierarquia Militar

Art. 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência da autoridade.

§ 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre militares da ativa ou da reserva, reformado ou asilado.

§ 3º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

Art. 14. A escala hierárquica nas Forças Armadas, bem como a correspondência entre os postos e as graduações na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, são fixadas nos parágrafos e quadro seguintes:

§ 1º Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Presidente da República ou de Ministro Militar e confirmado em Carta Patente. Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade militar competente.

§ 2º Os postos de Almirante, Marechal e Marechal-do-Ar, somente serão providos em tempo de guerra.

§ 3º Os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, cujos

A) Officiais — (Postos)		MARINHA DE GUERRA	EXERCITO	AERONÁUTICA MILITAR
<i>Círculos</i>		— Almirante	— Marechal	— Marechal-do-Ar
		— Almirante-de-Esquadra	— General-de-Exército	— Tenente-Brigadeiro
		— Vice-Almirante	— General-de-Divisão	— Major-Brigadeiro
		— Contra-Almirante	— General-de-Brigada	— Brigadeiro
— de Officiais-Generais — de Officiais Superiores — de Officiais Intermediários — de Officiais Subalternos (*)		— Capitão-de Mar-e-Guerra	— Coronel	— Coronel
		— Capitão-de-Fragata	— Tenente-Coronel	— Tenente-Coronel
		— Capitão-de-Corveta	— Major	— Major
		— Capitão-Tenente	— Capitão	— Capitão
		— Primeiro-Tenente	— Primeiro-Tenente	— Primeiro-Tenente
		— Segundo-Tenente	— Segundo-Tenente	— Segundo-Tenente
B) Praças — (Graduações)		— Suboficial	— Subtenente	— Suboficial
<i>Círculos</i>		— Primeiro-Sargento	— Primeiro-Sargento	— Primeiro-Sargento
		— Segundo-Sargento	— Segundo-Sargento	— Segundo-Sargento
		— Terceiro-Sargento	— Terceiro-Sargento	— Terceiro-Sargento
— Suboficiais, Subtenentes e Sargentos — Cabos e demais praças (**)		— Cabo	— Cabo	— Cabo
		— Marinheiro e Soldado	— Soldado	— Soldado de 1ª Classe
		— Grumete		— Soldado de 2ª Classe
		— Guarda-Marinha	— Aspirante-a-Oficial	— Aspirante-a-Oficial
C) Praças Especiais (*)		— Aspirante (aluno da Escola Naval)	— Cadete	— Cadete
<i>Círculos</i>		— Aluno do Colégio Naval	— Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército	— Aluno do Centro de Formação de Piloto Militar e da Escola Preparatória
— de (**)		— Aluno de órgão de formação de Officiais da reserva	— Aluno de órgão de formação de Officiais da reserva	
		— Aluno de escola ou centro de formação de sargentos	— Aluno de escola ou centro de formação de sargentos	— Aluno de escola ou centro de formação de graduados
		— Aprendiz-Marinheiro e Recruta	— Aluno de órgão de formação de praça da reserva	

Observações — Os asteriscos (*) e (**) indicam a frequência aos "Círculos" correspondentes.

graus hierárquicos tenham denominação comum quando exercerem qualquer atividade em conjunto, acrescentarão aos mesmos, a indicação da Força Armada a que pertencem, e, se necessário, os respectivos Quadros ou Corpos, conforme os regulamentos ou normas em vigor.

§ 4º A antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da publicação do ato da respectiva promoção, salvo se, em decreto ou ato de autoridade competente, for taxativamente fixada outra data.

§ 5º No caso de ser igual a antiguidade referida no parágrafo anterior a precedência é assegurada:

a) entre os oficiais do mesmo Quadro ou Corpo, pela posição nas respectivas escalas numéricas dos almanques militares;

b) nos demais casos, pela antiguidade nos postos ou graduações anteriores; se, ainda assim, subsistir a igualdade de antiguidade, recorrer-se-á sucessivamente, aos graus hierárquicos anteriores, à data da praça e à data de nascimento para definir a precedência.

§ 6º Em igualdade de posto ou graduação, os militares da ativa têm precedência sobre os da inatividade.

§ 7º Serão regulados em lei especial:

a) quando convocados, a antiguidade dos militares da reserva;

b) a precedência entre militares e civis, em missões diplomáticas ou em comissões, no País ou no estrangeiro;

c) a precedência a obedecer nas solenidades oficiais.

Art. 15. A precedência entre os militares do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antiguidade relativa, salvo nos casos de precedência funcional estabelecidos em lei ou regulamento.

Art. 16. Circulos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo. Os militares das Forças Armadas pertencem aos circulos de:

a) oficiais-generais;

b) oficiais superiores;

c) oficiais intermediários;

d) oficiais subalternos, guardas-marinha e aspirantes a oficial,

e) aspirantes, cadetes e alunos de estabelecimentos de formação de oficiais da ativa e da reserva, de escola preparatória e de colégio naval;

f) suboficiais, subtenentes e sargentos;

g) cabos e demais praças

Art. 17. A precedência das praças especiais é assim regulada:

a) os guardas-marinha e os aspirantes-a-oficial têm precedência sobre as demais praças e frequentam o círculo de oficiais subalternos;

b) os aspirantes (alunos da Escola Naval), os cadetes e os alunos do centro de formação de pilotos militares da Aeronáutica, têm precedência sobre os suboficiais e os subtenentes;

c) os alunos das escolas preparatórias e Colégio Naval são equiparados aos terceiros sargentos e têm precedência sobre os cabos e soldados;

d) os alunos dos estabelecimentos de formação de oficiais da reserva, quando fardados, têm precedência sobre os cabos e soldados;

e) os alunos das escolas ou centros de formação de sargentos são equiparados aos cabos;

Art. 18. Em cada Força Singular será organizado o registro de todos os militares da ativa. Dados desse registro constarão no almanaque militar organizado de acordo com a peculiaridade de cada Força.

Parágrafo único. O "Almanaque" militar, organizado separadamente na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, contém a relação nominal de todos os oficiais da ativa distribuídos pelos respectivos quadros, de acordo com seus postos e antiguidades.

Art. 19. Os Aspirantes (alunos da Escola Naval) e os cadetes (alunos da Academia Militar das Agulhas Negras e da Academia da Força Aérea) são declarados guardas-marinha ou aspirantes a oficial pelos comandantes dos respectivos estabelecimentos de ensino, na forma especificada em seus regulamentos.

Parágrafo único. Os alunos que concluírem satisfatoriamente o curso de Centro de Formação de Pilotos Militares e não forem matriculados na Academia da Força Aérea serão declarados Aspirantes-a-Oficial-Aviador da Reserva da Aeronáutica pelo Comandante daquele Estabelecimento de ensino.

CAPÍTULO III

Da Função Militar

Art. 20. O exercício de atividade específica da profissão nas Forças Armadas, caracteriza a função militar.

§ 1º As funções, exercidas pelas militares da ativa, são definidas nas leis e regulamentos especiais.

§ 2º Quando convocados, os oficiais e praças da reserva exercem funções correspondentes aos da ativa.

Art. 21. Dentro da função militar, o oficial poderá exercer cargo comissão ou encargos compatíveis com o seu posto, e a praça atribuições definidas para cada graduação.

Parágrafo único. O exercício de cargo, comissão ou encargos será definido em regulamento pelas respectivas Forças.

Art. 22. Dentro de uma mesma Organização Militar, a sequência de substituições para o desempenho de funções vagas, ou para a situação de "responder pela função" bem como as normas, atribuições e responsabilidades relativas, serão estabelecidas em legislação específica de cada Força Armada.

Art. 23. O cargo militar é considerado vago desde o momento em que o detentor efetivo ou interino deixá-lo, até que o novo detentor, nomeado ou designado tome posse.

Parágrafo único. Consideram-se vagos os cargos cujos ocupantes foram deslocados em virtude da existência de um outro cargo vago.

Art. 24. O oficial, que se revelar incompatível com a função que exerce, será dela afastado.

§ 1º O afastamento da função acarreta, além de outras providências legais:

a) privação do exercício dessa, ou de qualquer outra função correspondente ao posto, ou graduação.

b) perda da gratificação relativa ao posto, ou graduação.

§ 2º São competentes para determinar a suspensão da função militar,

a) os titulares das pastas respectivas;

b) fora do Distrito Federal, os Comandantes de Exército (ou de Área), Distrito Naval e Zona Aérea, que deverão submeter o ato ao respectivo titular, o qual se o aprovar, mandará

submeter o oficial a julgamento, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 25. O oficial ao ser submetido a Conselho de Justificação, poderá ser afastado de suas funções conforme estabelecido a lei.

Art. 26. O guarda-marinha o aspirante-a-oficial e as praças com estabilidade assegurada, ao serem submetidos a Conselho de Disciplina, serão afastados de suas funções.

Art. 27. No desempenho de Cargo Militar de Encargo ou Comissão o militar faz jus às gratificações e indenizações correspondentes e a outros direitos previstos em legislação específica.

TÍTULO II

Do Dever Militar

CAPÍTULO I

Conceituação

Art. 28. O Dever Militar consiste em um conjunto de vínculos racionais e morais que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreende essencialmente:

a) dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com sacrifício da própria vida;

O culto aos símbolos nacionais;

A probidade e lealdade em todas as circunstâncias;

A disciplina e o respeito à hierarquia;

O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens;

A obrigação de tratar o subordinado, em geral com urbanidade.

CAPÍTULO II

Do Compromisso Militar

Art. 29. Todo cidadão ao ingressar em uma das Forças Armadas mediante incorporação, matrícula em estabelecimento de ensino ou nomeação, prestará compromisso de honra no qual afirmará a sua aceitação consciente dos princípios do dever militar a que refere o Art. 28 e manifestará a sua firme disposição de bem cumprilos.

Art. 30. O compromisso do incorporado, do nomeado e do matriculado a que se refere o artigo anterior, terá caráter solene e será sempre prestado sob a forma de juramento à Bandeira.

deira e na presença de tropa formada, conforme os dizeres estabelecidos nos regulamentos especiais das Forças Armadas, e tão logo o militar tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrantes das Forças Armadas.

Art. 31. O compromisso de Aspirante-a-oficial ou equivalente é prestado nos Estabelecimentos de formação, sendo o cerimonial feito de acordo com os regulamentos daqueles estabelecimentos de ensino.

Art. 32. O aspirante-a-oficial do Exército quando promovido ao primeiro posto, é obrigado a prestar o compromisso de oficial, perante a unidade de tropa onde servir.

CAPÍTULO III

Do Valor e da Ética Militar

SEÇÃO I

Do Valor Militar

Art. 33. São manifestações essenciais do valor militar:

— o patriotismo traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

— o civismo e o culto das tradições históricas;

— a fé na missão elevada das Forças Armadas;

— o espírito de corpo; orgulho do militar pela organização onde serve;

— o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida;

— o aprimoramento técnico-profissional.

SEÇÃO II

Da Ética Militar

Art. 34. O sentimento do dever, o pundonor militar e o decôro da classe impõem a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância, tanto mais rigorosa quanto mais elevado for o grau hierárquico, dos seguintes preceitos da ética militar:

a) amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal;

b) exercer, com autoridade, eficiência e probidade, o cargo, encargo ou comissão;

c) respeitar a dignidade da pessoa humana;

d) cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

e) ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

f) zelar pelo preparo próprio, particularmente moral e intelectual, e também pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

g) empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

h) praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o espírito de cooperação;

i) ser discreto em suas atitudes e maneiras, e em sua linguagem escrita e falada;

j) abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria relativa à segurança nacional, seja de caráter sigiloso ou não;

l) acatar as autoridades civis;

m) cumprir seus deveres de cidadão;

n) proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

o) observar as normas da boa educação;

p) garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

q) conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina e respeito;

r) abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza, ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

s) zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar.

Art. 35. Ao militar da ativa, ressalvado o disposto nos parágrafos 2.º e 3.º deste artigo, é vedado exercer atividades remuneradas em organizações ou empresas privadas de qualquer natureza.

§ 1.º Os militares da reserva, quando convocados, ficam proibidos de tratar nos jornais, repartições públicas civis ou militares, e em qualquer estabelecimento militar, interesses da indústria ou comércio, a que estiverem associados.

§ 2.º Os militares da ativa podem exercer, diretamente, a gestão de seus bens, desde que não infringam o disposto no presente artigo.

§ 3.º Aos militares cujo ingresso nas Forças Armadas se faz, após formação técnico-profissional externa, mediante concurso, no intuito de desenvolver a prática profissional, é permitido o exercício em caráter particular de atividades técnico-profissionais remuneradas, no meio civil, desde que não haja prejuízo para o serviço.

Art. 36. Os militares da ativa e, quando convocados, os integrantes da reserva, remunerada ou não, podem, no interesse da salvaguarda da própria dignidade, ser chamados a prestar contas, pela forma estabelecida nos Ministérios Militares, sobre a origem e natureza de seus bens.

CAPÍTULO IV

Do Comando e de Subordinação

Art. 37. Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização militar. O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, na qual o militar se define e caracteriza como chefe.

Art. 38. A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do militar, e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada das Forças Armadas.

Art. 39. O oficial é destinado a desempenhar as funções mais elevadas da chefia, de comando, de instrução e de serviço militares.

Art. 40. Os suboficiais, os subtenentes e os sargentos são auxiliares dos oficiais em todas as atividades profissionais, particularmente no que se refere à instrução, ao adestramento, à disciplina e à administração.

§ 1.º Incumbe-lhes assegurar, pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas, a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas, mantendo a coesão e o moral das mesmas em todas as circunstâncias.

§ 2.º No comando de elementos de tropa ou no cumprimento dos seus encargos de serviço, de instrução e de adestramento, devem impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica.

Art. 41. Os cabos, os marinheiros, os soldados e os grumetes são essencialmente os elementos de execução.

Art. 42. As praças especiais cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos dos estabelecimentos de ensino militar onde estiverem matriculados, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional.

Art. 43. Cabe ao militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.

Parágrafo único. No cumprimento de ordem recebida, o executante responde pelas omissões, excessos e erros que cometer.

TÍTULO III

Da Violação do Dever Militar

CAPÍTULO I

Seção I

Conceituação

Art. 44. A violação do dever militar constituirá, conforme dispuser a legislação em vigor, crime, contravenção ou transgressão disciplinar.

Parágrafo único. No concurso de crime militar e de contravenção ou transgressão disciplinar, será aplicada somente a pena relativa ao crime.

Art. 45. A inobservância ou falta de exatidão no cumprimento dos deveres especificados nas leis e regulamentos acarreta, para o militar, responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação em vigor.

SEÇÃO II

Dos Regulamentos Disciplinares

Art. 46. Os regulamentos disciplinares das Forças Armadas especificarão e classificarão as contravenções ou transgressões e estabelecerão as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, à classificação do comportamento militar, à interposição de recursos às penas disciplinares, à reabilitação da praça expulsa e à concessão de recompensa.

§ 1.º A pena disciplinar de impedimento, detenção ou prisão não pode ultrapassar trinta dias.

§ 2º A praça especial, aplicam-se, também, as disposições disciplinares previstas no regulamento do estabelecimento de ensino militar onde estiver matriculada.

SEÇÃO III

Da Incapacidade Moral e Profissional

Art. 47. O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

Parágrafo único. O militar condenado por tribunal civil ou militar a pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, por sentença condenatória passada em julgado, será submetido ao julgamento previsto neste artigo.

CAPÍTULO II

Dos Conselhos

SEÇÃO I

Do Conselho de Justificação

Art. 48. O oficial, passível de ser considerado moral ou profissionalmente incapaz de permanecer como militar na ativa, na forma da legislação específica, será submetido ao Conselho de Justificação.

Art. 49. O Conselho de Justificação é regulado em lei específica e se destina a julgar, através de processo especial, da incapacidade moral ou profissional do oficial para permanência na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar.

Parágrafo único. Compete ao Superior Tribunal Militar em tempo de paz, ou ao tribunal especial em tempo de guerra, se julgar provado que o oficial se acha enquadrado em qualquer das disposições citadas no artigo anterior, conforme o caso:

- a) declará-lo indigno para o oficialato, ou com ele incompatível, aplicando-lhe, em consequência, a perda de posto e patente;
- b) ou determinar a sua reforma.

SEÇÃO II

Do Conselho de Disciplina

Art. 50. O Conselho de Disciplina, regulado em decreto comum às Forças Armadas, destina-se a julgar, através de processo especial, da incapacidade moral ou profissional do guarda-marinha e do aspirante-a-oficial com qualquer tempo de serviço, bem como das praças com estabilidade assegurada, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se justificarem.

Parágrafo único. Compete aos Ministros Militares julgar, em última instância, os processos oriundos dos Conselhos de Disciplina convocados no âmbito dos respectivos Ministérios.

Art. 51. O aspirante-a-oficial, ou equivalente, bem como as praças com estabilidade assegurada, passíveis de serem consideradas moral ou profissionalmente incapazes de permanecer como militar na ativa, na forma da legislação específica, serão submetidas, "ex officio", ao Conselho de Disciplina.

TÍTULO IV

Dos Direitos e das Prerrogativas do Militar

CAPÍTULO I

Dos Direitos

SEÇÃO I

Enumeração

Art. 52. São direitos dos militares, ressalvadas as limitações impostas em leis específicas:

- a) a garantia da patente, em toda sua plenitude com as vantagens, prerrogativas e deveres a elas inerentes, quando oficial;
- b) estabilidade, quando praça com dez ou mais anos de efetivo serviço, obedecidas as condições previstas em lei e regulamentos;
- c) uso das designações hierárquicas;
- d) desempenho de cargo ou comissão correspondente ao posto e de atribuições correspondentes à graduação;

- e) percepção de vencimentos ou proventos, na forma que fôr estabelecida em lei específica;
 - f) transporte para si e seus dependentes nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo;
 - g) constituição da pensão militar;
 - h) promoção;
 - i) transferência para a reserva remunerada ou reforma;
 - j) recompensas, dispensas de serviço, férias e licenças;
 - l) demissão e licenciamento voluntários da ativa;
 - m) porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou em inatividade remunerada;
 - n) assistência social e médico-hospitalar para si e seus dependentes, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo;
 - o) assistência funerária;
 - p) percepção do salário família.
- Parágrafo único. O porte de arma pelas praças será regulado em cada Força Armada.

SEÇÃO II

Da Remuneração

Art. 53. Os vencimentos e proventos e outros direitos são estabelecidos em lei específica.

§ 1º Vencimentos são o quantitativo mensal em dinheiro devido ao militar da ativa e compreende:

- a) sôlido;
- b) gratificações.

§ 2º Proventos são o quantitativo em dinheiro que o militar recebe na inatividade quer na reserva remunerada, quer na situação de reformado, constituído pelas seguintes parcelas:

- a) Sôlido ou cotas de sôlido;
- b) Gratificações e Indenizações incorporáveis.

§ 3º A remuneração é devida na conformidade de bases e direitos estabelecidos em lei específica.

Art. 54. O sôlido é irredutível, não está sujeito a penhora, seqüestro ou arresto, senão nos casos especificamente previstos em lei.

Art. 55. Para graus hierárquicos equivalentes e pelo exercício de funções análogas, atribuir-se-á remuneração igual aos militares da Marinha, do Exército e Aeronáutica.

Art. 56. Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisi-

tivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos militares em serviço ativo; ressalvados os casos previstos em lei, os proventos da inatividade não poderão exceder a remuneração percebida pelo militar da ativa no posto ou graduação correspondente ao do seus proventos.

SEÇÃO III

Da promoção

Art. 57. O acesso na hierarquia militar é gradual e sucessivo, mediante promoções para preenchimento das vagas existentes nos efetivos dos postos e graduações, de conformidade com as leis e regulamentos de promoções das Forças Armadas.

Parágrafo único. A promoção é um ato administrativo e tem como objetivo básico a seleção dos militares e o seu estímulo para o exercício de funções mais elevadas.

Art. 58. As promoções serão efetuadas pelos critérios de antiguidade, merecimento e escolha, ou ainda, por bravura e "post mortem".

Parágrafo único. Em casos extraordinários, poderá haver promoção em ressarcimento de preterição.

SEÇÃO IV

Das recompensas

Art. 59. As recompensas constituem reconhecimento dos bons serviços prestados pelos militares.

§ 1º São recompensas militares:

- a) prêmios de Honra ao Mérito;
- b) condecorações por serviços prestados, na paz e na guerra;
- c) elogios, louvores e referência elogiosa;
- d) licença especial;
- e) dispensas de serviço;
- f) proventos correspondentes ao grau hierárquico superior ou melhoria dos mesmos — na forma estabelecida em lei específica, ao militar quando, ao ser transferido para inatividade, contar:

Mais de 35 anos de serviço, se oficial;

Mais de 30 anos de serviço, se praça.

§ 2º As recompensas serão concedidas de acordo com as normas estabelecidas nas leis e regulamentos em vigor na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

SEÇÃO V

Das Dispensas do Serviço e das Férias

Art. 60. As dispensas do serviço são autorizações concedidas aos militares para afastamentos temporários de serviço, de acordo com as disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. As dispensas de serviço serão concedidas a título de:

- a) recompensa;
- b) desconto em férias;
- c) gala;
- d) nojo;
- e) instalação;
- f) trânsito.

Art. 61. As dispensas do serviço serão concedidas com os vencimentos integrais e computadas como tempo de efetivo serviço.

Art. 62. As férias são dispensas totais do serviço concedidas anualmente aos militares, de modo obrigatório e de acordo com as prescrições regulamentares.

§ 1º As punições decorrentes de transgressões disciplinares não impedem o gozo de férias.

§ 2º Somente em caso de interesse da segurança nacional ou de manutenção da ordem, os militares deixarão de gozar o período de férias a que tiverem direito, podendo, neste caso, ocorrer a acumulação de dois períodos.

§ 3º As férias escolares são fixadas pelos regulamentos dos diferentes estabelecimentos de ensino.

SEÇÃO VI

Das licenças

Art. 63. As licenças — autorizações para afastamento temporário do serviço — são concedidas aos militares, obedecendo às disposições legais e regulamentares, para tratar de:

- a) saúde própria ou de pessoa de sua família;
- b) interesse particular.

Parágrafo único. A licença para tratar de interesse particular somente será concedida ao militar que contar mais de dez anos de efetivo serviço e sempre com prejuízo dos vencimentos e da contagem do tempo de serviço.

SEÇÃO VII

Da Licença Especial

Art. 64. A licença especial, prevista na alínea "d" do § 1º do art. 59, deste Estatuto, tem a duração de seis meses para cada decênio de efetivo serviço prestado pelo militar, com os vencimentos previstos na forma da legislação vigente.

§ 1º A licença especial não invalida nem é prejudicada por qualquer outra licença conseqüente de moléstia, ou ferimento em campanha, guerra ou atos de serviço. O período da licença não interrompe a contagem de tempo de efetivo serviço, e os períodos não gozados pelo militar são computados pelo dobro, desde o início da praça, para fins exclusivos de inatividade.

§ 2º A licença especial concedida ao militar poderá ser interrompida:

- a) em caso de mobilização geral das Forças Armadas;
- b) em caso de decretação do estado de sítio;
- c) para cumprimento de sentença ou de punição disciplinar que importe em restrição de liberdade individual; no último caso a critério da autoridade;
- d) em caso de pronúncia em processo criminal ou indicição em inquérito militar, a juízo da autoridade que efetivou a pronúncia ou a indicição.

§ 3º Durante o período de licença especial o militar poderá ser exonerado de cargos ou dispensado das funções que exerça, sendo obrigatório no caso de licença superior a três meses.

Art. 65. A concessão da licença especial é regulada pelos Ministros Militares de acordo com o interesse do serviço.

CAPÍTULO II

Das prerrogativas

SEÇÃO I

Definição e Enumeração

Art. 66. As prerrogativas dos militares representam as honras, dignidades e distinções devidas aos postos, graduações e funções.

§ 1º São prerrogativas dos militares:

a) uso privativo dos uniformes, títulos, insígnias e distintivos militares correspondentes ao posto ou graduação, Quadro ou Corpo, função ou cargo;

b) honras, tratamento e sinais de respeito que lhes sejam assegurados em leis e regulamentos;

c) cumprimento de pena de prisão ou detenção somente em organização militar cujo comandante tenha precedência sobre ele ou, no mínimo, seja do mesmo posto. Não sendo possível observar o disposto nesta alínea, será transferida a prisão para um corpo ou navio, de outra corporação, cujo Comandante ou Chefe tenha a necessária precedência.

d) julgamento em foro especial, nos delitos militares.

§ 2º Aos militares em inatividade é vedado o uso das designações hierárquicas:

a) em atividades político-partidárias;

b) em atividades comerciais;

c) em atividades industriais;

d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado.

Art. 67. Somente em caso flagrante delito o militar poderá ser preso por autoridade policial, ficando esta obrigada a entregá-lo imediatamente à autoridade militar mais próxima, só podendo retê-lo, na delegacia ou posto policial, durante o tempo necessário à lavratura do flagrante.

§ 1º Cabe à autoridade militar competente a iniciativa de responsabilizar a autoridade policial que maltratar, ou consentir que seja maltratado qualquer preso militar, ou não lhe der o tratamento devido ao seu posto ou graduação.

§ 2º Se, durante o processo e julgamento no foro civil, houver perigo de vida para qualquer preso militar, a autoridade militar competente, mediante requisição da autoridade judiciária, mandará guardar os pretórios ou tribunais por força federal.

SEÇÃO II

Do Uso dos Uniformes

Art. 68. O uniforme e símbolo de autoridade militar e dá direito ao gozo das prerrogativas a ele inerentes. O desrespeito ao uniforme importa em crime de desacato.

Art. 69. O uso dos uniformes é privativo dos militares em serviço ativo das Forças Armadas.

§ 1º O militar fardado tem as obrigações correspondentes ao uniforme e às insígnias que usa.

§ 2º O uso indevido do uniforme é crime, ficando o infrator sujeito às penas da lei.

§ 3º O uso dos uniformes no estrangeiro só é permitido no exercício de atividades militares oficialmente determinadas ou autorizadas pelo Governo.

§ 4º É expressamente proibido o uso dos uniformes em manifestações de caráter político-partidário.

Art. 70. Não é permitido sobrepor, ao uniforme, insígnia ou distintivo de qualquer natureza não previsto na legislação competente.

Art. 71. Os militares da inatividade remunerada somente poderão usar uniformes em solenidades militares, cerimônias cívicas comemorativas das grandes datas nacionais e atos sociais solenes.

§ 1º Os militares da inatividade remunerada que praticarem atos indignos poderão, por decisão dos Ministros Militares, ser proibidos de usar uniformes.

§ 2º O uso de uniforme pelos assilados é regulado em legislação especial.

Art. 72. É vedado o uso, por qualquer elemento civil, ou por parte de organizações civis, de uniformes, emblemas, insígnias ou distintivos que ofereçam semelhança com os adotados nas Forças Armadas ou que possam com eles ser confundidos.

Parágrafo único. São responsáveis pela infração das disposições deste artigo os diretores ou chefes de repartições, estabelecimentos de qualquer natureza, firma ou empregadores, empresas, institutos ou departamentos que tenham adotado ou consentido.

TÍTULO V

Do Casamento e da Pensão Militar

CAPÍTULO I

Do Casamento

Art. 73. O militar da ativa pode contrair matrimônio desde que participe oficialmente à autoridade competente e satisfaça a um dos seguintes requisitos:

- a) ser oficial;
- b) ser suboficial, subtenente ou sargento;
- c) ser:

- 1) na Marinha: praça especialista e ter no mínimo, 21 anos de idade.

- 2) No Exército: cabo ou soldado, com permanência assegurada até o limite de idade ou que estejam amparados por lei especial.

Cabo ou soldado destacado em Unidades de Fronteira.

- 3) Na Aeronáutica: cabo com permanência assegurada até o limite de idade.

Parágrafo único. As praças servindo em localidades especiais poderão, de acordo com as normas baixadas pelos Ministros Militares, contrair matrimônio independentemente dos requisitos exigidos neste artigo.

Art. 74. As praças especiais, é vedado contrair matrimônio.

Parágrafo único. Excecuam-se os aspirantes-a-oficial e guardas-marinha, em caráter excepcional e de acordo com as prescrições estabelecidas pelo Ministro da respectiva Força Armada.

Art. 75. Serão excluídas da ativa as praças que contraírem matrimônio em desacordo com o disposto nos artigos 73 e 74 deste Estatuto.

CAPÍTULO II

Da Pensão Militar

Art. 76. A pensão militar destina-se a amparar os beneficiários do militar falecido ou extraviado e será paga conforme o disposto em lei específica.

Art. 77. Todos os militares são contribuintes obrigatórios da pensão

militar correspondente ao seu posto ou graduação com as exceções previstas na lei específica.

Parágrafo único. Todo contribuinte é obrigado a fazer sua declaração de beneficiários, que, salvo prova em contrário, prevalecerá para qualificação dos mesmos à pensão militar.

TÍTULO VI

Disposições Diversas

CAPÍTULO I

Do Tempo de Serviço

Art. 78. Os militares começam a contar tempo de serviço nas Forças Armadas, a partir da data de sua incorporação, em qualquer organização militar da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

§ 1.º Considera-se, como data de incorporação, para os fins deste artigo, a data do ato da inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da Ativa ou a data de matrícula ou admissão em qualquer órgão de formação de oficiais ou de praças das Forças Armadas.

§ 2.º O militar reincluído reconheça a contar tempo de serviço na data de sua reinclusão.

Art. 79. Na apuração de tempo de serviço do militar, será feita distinção entre:

- a) tempo de efetivo serviço;
- b) anos de serviço.

Art. 80. Tempo de efetivo serviço é o espaço de tempo, contado dia a dia, entre a data da incorporação e a data do desligamento do serviço ativo, mesmo que seja parcelado.

§ 1.º O tempo de serviço em campanha é computado, como tempo de efetivo serviço, pelo dobro, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2.º Não serão deduzidos do tempo de efetivo serviço, os períodos em que o militar estiver afastado de suas funções, em consequência de ferimentos recebidos ou moléstia adquirida, no desempenho de função militar normal, ou em gozo de licença especial.

Art. 81. Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço, a que se referem o artigo 80 e os seus parágrafos, com os acréscimos, para fins de inatividade, na forma estabelecida na legislação

específica e sendo considerados ainda os seguintes:

a) tempo de serviço público federal, estadual ou municipal prestado pelo militar, anteriormente à sua incorporação ou reinclusão em qualquer organização militar;

b) um ano, para cada cinco anos de efetivo serviço prestado pelo oficial dos Quadros ou Corpos de Saúde ou Veterinária que possuir curso universitário, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal correspondente ao referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização desse mesmo curso;

c) tempo passado pelos alunos nos cursos de colégio naval, das Escolas Preparatórias de Cadetes do Exército e da Aeronáutica, de centros de formação de pilotos militares e de recrutas, das escolas de aprendizagem marítimos e de órgãos de formação de reservas, na forma da lei e dos regulamentos;

d) tempo relativo a cada licença especial não gozada, contado em dobro;

e) tempo de efetivo serviço passado pelo militar nas guarnições especiais e contado na forma a ser estabelecida em Regulamento assegurados, porém, os direitos e vantagens dos militares amparados pela legislação vigente.

§ 1.º O disposto na letra "b" deste artigo aplica-se, nas mesmas condições e na forma da legislação específica, aos Oficiais do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais e dos Quadros Complementares da Marinha, bem como aos possuidores de cursos universitários, reconhecidos oficialmente, que venham a ser aproveitados como oficiais das Forças Armadas.

§ 2.º Os acréscimos a que se referem as alíneas "b" e "d" deste artigo só serão computados no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive para a percepção definitiva da gratificação de tempo de serviço.

§ 3.º Os acréscimos a que se referem as alíneas "a", "c" e "e" deste artigo só serão computados no momento da passagem do militar à situação da inatividade, e para este fim.

Art. 82. O militar da ativa, nomeado para qualquer cargo público civil

temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro, enquanto permanecer em exercício e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade.

§ 1.º O militar a que se refere este artigo, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a inatividade.

§ 2.º Enquanto perceber remuneração do cargo a que se refere o parágrafo anterior, o militar da ativa não terá direito aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

Art. 83. O tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções, em consequência de ferimentos recebidos, em combate ou na manutenção da ordem pública, ou de moléstia adquirida em campanha, será computado como se ele o tivesse passado no exercício efetivo daquelas funções.

Art. 84. Entende-se por tempo de serviço em campanha o período em que o militar estiver em operações de guerra, contra inimigo externo ou interno, ou em atividades delas dependentes ou decorrentes, na forma regulada em legislação específica.

capítulo II

Da Agregação e da Reversão

seção I

Da Agregação

Art. 85. O militar da ativa será agregado à respectiva Força Armada quando:

a) permanecer afastado de função por mais de três meses, excetuando-se o caso de acumulação de licença especial;

b) entrar em gozo de licença para tratar de interesse particular;

c) houver sido esgotado o prazo que caracteriza o "crime de descção" previsto no Código Penal Militar no caso de oficial ou praça com estabilidade assegurada;

d) fôr considerado extraviado;

e) fôr nomeado para qualquer cargo público civil temporário não eletivo, assim como para órgãos de administração indireta, independentemente do caráter da designação;

f) fôr designado para desempenhar cargo, função ou comissão militar, estabelecida em lei ou decreto, no País ou no estrangeiro, porém não previstos nos quadros de organização, tabelas de lotação ou quadro de distribuição, da respectiva Força Armada;

g) passar a situação de excedente, no respectivo grau hierárquico, em seu Quadro ou Corpo;

h) fôr promovido sem satisfazer os requisitos legais ou excessos;

i) fôr pôsto à disposição de outro Ministério ou de órgão do Governo Federal, de Governo Estadual ou de Território ou do Distrito Federal, para o exercício de qualquer cargo ou função;

j) fôr candidato a cargo eletivo, desde que conte cinco ou mais anos de serviço;

l) quando transferido de quadro, aguardando colocação na escala hierárquica a que faz jus.

m) enquanto estiver aguardando transferência para a reserva por ter atingido a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Parágrafo único. O militar agregado de conformidade com as alíneas "f", "g" e "h" deste artigo, continua a ser considerado para todos os efeitos, como em "serviço ativo".

Art. 86. Durante o período de agregação, o militar permanece no seu Quadro ou Corpo, ou Organização Militar, sem ocupar vaga, na mesma posição relativa que lhe cabe na escala hierárquica da Força Armada a que pertence.

SEÇÃO II

Da Reversão

Art. 87. O militar agregado reverte ao serviço ativo tão logo cesse o motivo que determinou sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe cabe na respectiva escala numérica.

§ 1.º É lícito ao Governo em qualquer tempo, determinar a reversão do militar agregado, exceto nos casos previstos nas alíneas "c", "d", "g", "h" e "l" do artigo 85.

§ 2.º Sempre que a reversão de um militar acarretar excesso no seu Quadro ou Organização Militar ou Corpo, no respectivo pôsto ou graduação o militar figurará no mesmo, homólogo ao que lhe seguirá em an-

tiguidade, ser considerado excedente e devendo entrar na escala numérica na primeira vaga que se verificar.

§ 3.º O militar promovido em excesso ou sem satisfazer os requisitos para promoção só reverte quando a vaga competir ao princípio pelo qual foi promovido e depois de satisfazer às condições estabelecidas em lei para a promoção.

Art. 88. A reversão será efetuada mediante ato do Presidente da República ou de autoridade a qual tenham sido delegados poderes para isso.

CAPÍTULO III

Da Passagem para a Inatividade, Demissão e Licenciamento

SEÇÃO I

Da Passagem para a Inatividade

Art. 89. A passagem do militar à situação de inatividade, mediante transferência para a reserva ou reforma, é regulada em lei específica e se efetua:

- a) pedido;
- b) "ex officio".

§ 1.º A transferência para a reserva remunerada do militar que completar o tempo de serviço que lhe proporciona a recompensa prevista na letra "f" do artigo 59, só será condicionada ao disposto no artigo 90.

§ 2.º A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições para a transferência dos militares à inatividade.

§ 3.º A nomeação do militar da ativa para cargo público permanente estranho a sua carreira, somente se verificará mediante permissão do Presidente da República, resultando em decorrência, a transferência "ex officio" do militar para a reserva com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4.º A proibição de acumular proventos de inatividade não se aplicará aos militares da reserva e aos reformados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 90. O direito à transferência para a reserva remunerada ou à re-

forma, a pedido, pode ser suspenso, a critério do Governo, na vigência de estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização.

Art. 91. O militar da ativa, quando transferido para a reserva ou reformado, continuará no exercício de suas funções até ser desligado da Organização Militar a que pertence.

Parágrafo único. O desligamento deverá ser feito após a publicação, no Boletim Interno da sua Organização Militar, ou em *Diário Oficial*, do ato oficial de sua transferência para a reserva e não poderá exceder de quarenta e cinco dias da data da primeira publicação oficial.

Art. 92. A situação do militar da reserva remunerada, quando reformado por limite de idade não sofre solução de continuidade exceto quanto às condições de mobilização.

Art. 93. A situação do Militar reformado por invalidez definitiva que — julgado apto em inspeção de saúde por junta superior, em graus de recurso ou revisão — reverter ou for transferido para a reserva remunerada, não sofre solução de continuidade, exceto quanto à remuneração e condições de mobilização.

Art. 94. O militar será reformado "ex officio" nos casos previstos neste Estatuto e em lei específica.

Art. 95. Os proventos do militar reformado por alienação mental, enquanto não ocorrer a designação judicial de curador, serão pagos aos beneficiários, desde que estes o tenham sob sua guarda e responsabilidade e, lhe dispensem tratamento humano e condigno.

§ 1º A interdição judicial do militar reformado nas condições deste artigo deverá ser providenciada junto ao Ministério Público, por iniciativa dos parentes, beneficiários ou responsáveis, até 60 (sessenta) dias a contar da data do ato da reforma.

§ 2º A interdição será providenciada pelo Ministério Militar sob cuja responsabilidade houver sido preparado o processo de reforma, devendo o reformado ser internado em instituição apropriada, militar ou não, quando:

a) não houver beneficiários, parentes ou responsáveis

b) não forem satisfeitas as condições de tratamento exigidas neste artigo.

§ 3º Os processos e os atos de registro de interdição do militar, de que trata este artigo, terão andamento sumário, serão instruídos como laudo proferido por junta militar de saúde e isentos de custas.

Art. 96. A passagem para a reserva, ou a reforma, não isenta o militar da indenização de prejuízos causados à Fazenda Nacional, ou a terceiros, nem das pensões decorrentes de sentença judicial.

Art. 97. A reforma do militar, por incapacidade moral ou profissional, será procedida no grau hierárquico por ele ocupado na época da lavratura do ato da reforma, com os proventos a que fizer jus pela legislação vigente.

SEÇÃO II

Da Demissão do Oficial

Art. 98. A demissão do serviço ativo — regulada em lei específica — será:

- a) a pedido;
- b) "ex officio".

Art. 99. A demissão a pedido, sem indenização aos cofres públicos, é facultada ao oficial que contar mais de cinco anos de oficialato.

§ 1º A demissão a pedido, só poderá ser concedida ao oficial que contar menos de cinco anos de oficialato quando este indenizar, aos cofres públicos, as despesas feitas pelo Estado para sua preparação e formação.

§ 2º No caso de o oficial ter feito qualquer curso ou estágio de duração igual ou superior a 6 (seis) meses por conta do Estado, e não tendo decorrido mais de 3 (três) anos de efetivo serviço de seu término, a demissão só será concedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes ao referido curso ou estágio, acrescidas das previstas no § 1º deste artigo e das diferenças de vencimentos, se for o caso.

§ 3º O cálculo da indenização a que se refere o parágrafo 1º será efetuado pelos respectivos Ministérios.

§ 4º O oficial demitido, a pedido, ingressará na reserva não remunerada com o mesmo posto e na situação regulada pela legislação específica.

§ 5º O direito à demissão a pedido pode ser suspenso, a critério do Go-

vêrno, na vigência de estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização.

Art. 100. A demissão "ex officio" do oficial acarreta a perda de posto e patente, se verificada nos seguintes casos:

a) sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva de liberdade individual ultrapasse 2 (dois) anos;

b) declaração, em tempo de paz, pelo Superior Tribunal Militar, ou em tempo de guerra externa, psicológica adversa ou revolucionária ou subversiva, por tribunal especial, de indignidade para o oficialato ou de incompatibilidade com o mesmo, nos seguintes casos:

1) quando houver perdido o oficial a qualidade de cidadão brasileiro.

2) quando fôr reconhecido professor o oficial doutrina nociva à disciplina, à defesa e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

3) nos casos previstos na legislação geral ou em legislação especial concernente à segurança do Estado.

Art. 101. O oficial demitido por sentença judicial só poderá readquirir a situação de militar por outra sentença e nas condições nela estabelecidas.

SEÇÃO III

Do licenciamento

Art. 102. O licenciamento da ativa, com a conseqüente inclusão ou reinclusão na reserva não remunerada, é regulado na legislação vigente nas Forças Armadas, e pode verificar-se:

a) a pedido;

b) "ex officio".

§ 1º No caso de a praça ter feito qualquer curso ou estágio de duração igual ou superior a 6 (seis) meses por conta do Estado e não tendo decorrido mais de 3 (três) anos de efetivo serviço de seu término, o licenciamento, a pedido, só será concedido mediante indenizações de todas as despesas correspondentes ao referido curso ou estágio, acrescidas das feitas pelo Estado para sua preparação e formação, se fôr o caso.

§ 2º O direito ao licenciamento poderá ser suspenso, a critério do Governo, na vigência do estado de guerra, estado de sítio ou em caso de mobilização.

CAPÍTULO IV

Da expulsão e da reabilitação da praça

SEÇÃO I

Da expulsão

Art. 103. Será expulsa a praça que:

a) mesmo com estabilidade assegurada e de qualquer graduação, incidir em transgressões, na forma dos regulamentos disciplinares da respectiva Força Armada, e as que forem declaradas, em tempo de paz, pelo Superior Tribunal Militar — ou em tempo de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva — indigna de pertencer às Forças Armadas ou de incompatibilidade com o serviço militar nos seguintes casos:

1) quando houver perdido a qualidade de cidadão brasileiro;

2) quando fôr reconhecido professor o militar doutrina nociva à disciplina, à defesa e à garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem; e

3) nos casos previstos na legislação geral ou em legislação especial concernente à segurança do Estado.

b) a que fôr passível dessa pena, em virtude de sentença judiciária de Tribunal Militar ou Civil.

Art. 104. É privativo dos Ministros Militares o ato de expulsão do guarda-marinha e do aspirante-a-oficial, bem como das praças com estabilidade assegurada.

Parágrafo único. A competência das demais autoridades para a expulsão de praças é estabelecida nos regulamentos disciplinares.

Art. 105. A expulsão da praça acarreta a perda de seu grau hierárquico e não a isenta das indenizações de prejuízos causados à Fazenda Nacional, ou a terceiros, nem das pensões decorrentes de sentença judicial.

Parágrafo único. A praça expulsa por sentença judicial só poderá readquirir a situação de militar por outra sentença e nas condições nela estabelecidas.

SEÇÃO II

Da reabilitação

Art. 106. A praça expulsa poderá ser relacionada como reservista ou receber certificado de dispensa do

serviço militar, mediante processo de reabilitação iniciado a seu requerimento, desde que comprove ter mantido conduta civil irrepreensível durante, pelo menos, dois anos contados a partir da data da expulsão ou, quando esta tiver sido aplicada em decorrência de crime, a partir da data do término do cumprimento da sentença.

§ 1º A praça reabilitada, conforme o disposto no presente artigo, receberá:

a) Certificado de reservista quando a expulsão não tiver sido aplicada em decorrência de prática de crime;

b) certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, quando a expulsão tiver sido aplicada em decorrência da prática de crime, que, embora doloso, não tenha afetado a honra pessoal, o pundonor militar ou o decôro da classe, e desde que a pena não tenha sido superior a dois anos de privação de liberdade;

c) certificado de dispensa do serviço militar nos casos não abrangidos nas alíneas "a" e "b" acima.

§ 2º As normas relativas ao processo de reabilitação da praça expulsa, bem como ao fornecimento de certificados nos casos especificados no parágrafo anterior, são estabelecidas nos regulamentos das Forças Armadas.

CAPÍTULO V

Do refratário e do insubmisso

Art. 107. Será considerado refratário o brasileiro que não se apresentar durante a época de seleção do contingente de sua classe ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado.

Parágrafo único. Não será considerado refratário o que faltar, apenas, ao alistamento, ato prévio à seleção, bem como o residente em município não tributário, há mais de um ano, referido à data de início da época de seleção de sua classe.

Art. 108. Será considerado insubmisso o convocado, selecionado e designado para incorporação ou matrícula, que deixar de apresentar-se à Organização Militar que lhe for designada, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial de incorporação ou matrícula.

CAPÍTULO VI

Do ausente e do desertor

Art. 109. Será considerado ausente o militar que, por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas:

a) deixar de comparecer à sua organização militar, sem comunicar;

b) ausentar-se, sem licença, da unidade onde serve ou local onde deve permanecer.

Parágrafo único. Decorrido o prazo mencionado neste artigo, serão observadas as formalidades previstas em legislação específica.

Art. 110. O militar será considerado desertor nos casos previstos na legislação penal militar.

§ 1º A reinclusão do militar considerado desertor depende de sentença do Conselho de Justiça.

§ 2º Considera-se interrompido o serviço militar da praça, sem estabilidade assegurada, que desertar.

CAPÍTULO VII

Do Desaparecimento e do Extraviado

Art. 111. É considerado desaparecido o militar que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em campanha ou em casos de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de oito dias.

Parágrafo único. A situação de desaparecido só será considerada quando não houver indício de deserção.

Art. 112. O militar que, na forma do artigo anterior, permanecer desaparecido por mais de trinta dias, será oficialmente considerado extraviado.

CAPÍTULO VIII

Do Reformado por Doença, Moléstia ou Enfermidade

Art. 113. O militar da ativa que foi ou vier a ser reformado por doença, moléstia ou enfermidade que o torne total ou permanentemente inválido para qualquer trabalho e sem possibilidade de prover os meios de sua subsistência durante o período em que, por esse motivo, se encontrar recolhido a Asilo ou internado em Instituição apropriada, militar ou não, fará jus a um auxílio-invalidez.

§ 1º Quando, por deficiência hospitalar, ou prescrição médica, comprovada por Junta Militar de Saúde, o militar, nas condições acima receber tratamento na própria residência, também fará jus ao auxílio-invalidez.

§ 2º O valor do auxílio-invalidez e a forma de seu pagamento serão regulados em lei específica.

TÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 114. As mulheres e os ele-siásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Art. 115. Os militares da ativa, no desempenho de funções militares, são dispensados do serviço de júri na justiça civil.

Art. 116. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo, e agregado para tratar de interesse particular;

c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei.

Art. 117. É vedado o uso, por parte de organizações civis, de designações que possam sugerir sua vinculação às Forças Armadas.

Parágrafo único. Excetuam-se das prescrições deste artigo as associações (clubes, círculos e outros) que congregam membros das Forças Armadas e que se destinam, exclusivamente a promover o intercâmbio social e assistencial entre os militares e suas famílias e entre estes e a sociedade civil local.

Art. 118. Na passagem para a reserva remunerada, aos militares da Aeronáutica obrigados ao voo, serão computados os acréscimos de tempo de efetivo serviço decorrentes das horas de voo realizadas até 20 de outubro de 1946, na forma da legislação vigente até esta última data.

Art. 119. Ficam revogados o Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 e as demais disposições em contrário.

Art. 120. O presente Decreto-lei entra em vigor no dia 30 de outubro de 1969.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.030 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Acrescenta parágrafo único ao artigo 882 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939).

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º, do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Ao artigo 882 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) é acrescido um parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 882.

Parágrafo único. Se proposta ação rescisória, ficará sobrestada, em relação à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, a execução da sentença rescindenda referente a domínio ou posse de imóveis, ou a reclassificação equiparação ou promoção de servidor público civil ou de militar, desde que a parte autora for uma daquelas entidades.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.031 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Acrescenta parágrafo ao artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º E' acrescido um parágrafo ao artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação a seguir, passando seu atual parágrafo único a § 1º:

“§ 2º O sábado não será considerado dia útil para efeito de férias dos empregados que trabalham em regime de cinco dias por semana.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 1.032 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a retroatividade do ato de nomeação que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os efeitos da nomeação de José Viana de Souza para o cargo de Juiz do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Governador Valadares, Minas Gerais, da Terceira Região da Justiça do Trabalho, efetivada por Decreto de

16 de janeiro de 1968, retroagem, para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria e independentemente de posse, a 22 de dezembro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.033 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova destinação aos recursos previstos no artigo 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O Serviço Social do Comércio — SESC e o Serviço Social da Indústria — SESI — aplicarão as parcelas de suas receitas compulsórias a que se refere o artigo 21 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, no desenvolvimento do Programa Especial de Bolsas de Estudo — PEBE — do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º O Ministro da Fazenda fica autorizado a liberar em favor do mesmo Programa os depósitos existentes a esse título em contas bloqueadas no Banco do Brasil e Caixas Econômicas Federais.

§ 2º As Administrações Nacionais do Serviço Social do Comércio, do Serviço Social da Indústria e os órgãos regionais dessas entidades, mediante convênios específicos, transferirão as receitas existentes à conta do citado artigo 21 da Lei nº 4.380, para o Programa Especial de Bolsas de Estudo, até 60 (sessenta) dias a con-

tar da vigência do presente Decreto-lei.

§ 3º O Banco Nacional da Habitação fica isento do pagamento de juros e correção monetária sobre as importâncias depositadas, referidas no § 1º do artigo 1º.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.034 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre medidas de segurança para Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Créditos, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º, do Art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer dependência de estabelecimento de crédito, onde haja recepção de depósitos, guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua, aprovado pela Secretaria de Segurança ou Chefatura de Polícia do respectivo Estado, dispositivo de segurança contra saques, assaltos ou roubos, na forma preceituada neste Decreto-lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no artigo anterior compreendem as instituições bancárias, as caixas econômicas, e as cooperativas de crédito que funcionem em lojas.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão adotar

— no prazo máximo de um ano, contado do início da vigência deste Decreto-lei — dispositivo de segurança contra roubo e assaltos, que consistirá obrigatoriamente, em:

I — Vigilância ostensiva, realizada por serviço de guarda composto de elementos sem antecedentes criminais, mediante aprovação de seus nomes pela Polícia Federal, dando-se ciência ao Serviço Nacional de Informações;

II — Sistema de alarme, com acionadores em diversos locais do estabelecimento e em comunicação direta com a Delegacia, Posto Policial, agência bancária ou estabelecimento de crédito mais próximo.

§ 1º Caberá à autoridade policial competente vistoriar os estabelecimentos de crédito sob sua jurisdição, encaminhando ao Banco Central do Brasil, sempre que julgar necessário, relatório sobre a observância do disposto neste Decreto-lei, indicando as providências complementares que julgar cabíveis.

§ 2º O funcionamento de qualquer unidade bancária, agência ou filial de estabelecimento de crédito, inclusive re-instalação em novo local, dependerá de vistoria e aprovação prévias, na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 3º Mediante prévia aprovação do Ministro da Justiça, o Banco Central do Brasil, quando julgar conveniente, poderá determinar outros requisitos de segurança, além dos mencionados nos incisos I e II deste artigo, tendo em vista, inclusive, os relatórios a que se refere o § 1º.

Art. 3º A dependência de estabelecimento de crédito que não atender às exigências deste Decreto-lei, terá interdito o seu funcionamento pelo Banco Central do Brasil, a menos que seja comprovada a existência de razões imperiosas que tenham impedido seu cumprimento e haja motivos que justifiquem plenamente a dilação do prazo para sua efetivação.

Art. 4º Os estabelecimentos de crédito manterão a seu serviço, admitidos diretamente ou contratados por intermédio de empresas especializadas, os elementos necessárias à sua vigilância, podendo organizar serviço especial para esse fim, mediante apro-

vação do Ministro da Justiça, ou, quando se tratar de serviço local, do Secretário de Segurança ou Chefe de Polícia.

§ 1º A Polícia de cada Estado deverá ministrar instruções especiais aos elementos de segurança dos estabelecimentos de crédito e elaborar recomendações para sua atuação conjugada com a dos órgãos policiais locais.

§ 2º Os elementos de segurança dos estabelecimentos de crédito, quando em serviço, terão as prerrogativas de policiais.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.035 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, em favor do Serviço de Saúde dos Portos, o crédito especial de NCr\$ 16.403,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde, em favor do Serviço de Saúde dos Portos, o crédito especial no valor de NCr\$ 16.403,00 (dezesseis mil, quatrocentos e três cruzeiros novos) para atender despesas relativas a contribuição de Previdência Social.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento ao Subanexo 5.15.00, a saber:

5.15.00 — Ministério da Saúde	
5.15.26 — Serviço de Saúde dos Portos	
14.04.17.2.056 — Defesa Sanitária de Âmbito Internacional Contra Doenças Transmissíveis	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	NCr\$
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	16.403,00

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.036 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Incorpora ao sistema federal de ensino superior, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista parecer emanado do Conselho Federal de Educação, decretam:

Art. 1º A Escola Superior de Agricultura de Mossoró, administrada pela Fundação Universidade Regional no Rio Grande do Norte fica incorporada, para todos os efeitos, ao sistema federal de ensino superior, sob a forma de autarquia em regime especial.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.037 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Distrito Federal a prestar fiança.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Distrito Federal autorizado a dar fiança à Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada — SHIS, empresa descentralizada do Complexo Administrativo do

Distrito Federal, nos contratos a serem celebrados com o Banco Nacional de Habitação para a construção de 5.116 unidades residenciais nas Cidades Satélites de Brasília.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.038 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CAPÍTULO 1

Do Imposto Único e sua incidência

Art. 1º A extração, a circulação e a exportação das substâncias minerais ou fósseis originárias do País, enumeradas neste Decreto-lei, ficam sujeitas ao imposto único sobre minerais, cobrado pela União.

Art. 2º A incidência do imposto único exclui a cota de previdência e qualquer outro tributo sobre os produtos minerais brutos, as operações de extração, tratamento, circulação, distribuição ou consumo das substâncias minerais ou fósseis.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, são consideradas operações de tratamento de substâncias minerais:

I — Os processos de beneficiamento realizados por fragmentação, pul-

verização, classificação, concentração, inclusive por separação magnética e flotação, homogeneização, desagregamento, inclusive secagem, desidratação, filtragem, e levigação;

II — Os demais processos de beneficiamento de que não resulte modificação essencial na identidade dos minerais, ainda que exijam adição de outras substâncias;

III — Os processos de aglomeração realizados por briquetagem, nodulação, sinterização e pelotização.

§ 2º Os processos citados no parágrafo anterior, passíveis de dúvida na sua conceituação, serão objeto de consulta ao Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia.

§ 3º O valor dos depósitos ou jazidas minerais não será levado em conta no lançamento de impostos que incidirem sobre a propriedade do terreno onde estejam localizadas.

§ 4º O disposto neste artigo não abrange o imposto sobre a renda e as taxas pela utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§ 5º A incidência do imposto único é restrita à fase anterior à industrialização e não exclui a dos impostos sobre a produção e a circulação de produtos industrializados, inclusive serrados, polidos ou lapidados, obtidos de substâncias minerais.

Art. 3º Não constituem operações tributáveis a extração e a remoção de terra e pedras simplesmente escavadas, transferidas ou compactadas durante a execução de obras de construção e conservação de estradas de rodagem, pistas de aeroportos, túneis, barragens e outras obras semelhantes.

CAPÍTULO II

Dos Contribuintes

Art. 4º São contribuintes do imposto único sobre minerais:

I — O titular de direitos sobre a substância mineral;

II — O primeiro comprador, quando o mineral for obtido por fiação, garimpagem, cata ou extraído por trabalhos rudimentares;

III — As pessoas físicas ou jurídicas que se dedicarem às atividades

constantes do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º São também responsáveis, com o contribuinte, o beneficiador, o transportador, o adquirente e o consumidor.

CAPÍTULO III

Do Fato Gerador e do Valor Tributável

Art. 6º Constitui fato gerador do imposto:

I — A saída de mineral enumerado na lista anexa da área titulada da jazida ou das áreas limítrofes ou vizinhas onde se situem as suas instalações de beneficiamento, previstas nos incisos I e II do § 1º, do artigo 2º, deste Decreto-lei;

II — A primeira aquisição ao produtor, quando se tratar de mineral enumerado na lista anexa obtido por fiação, garimpagem, cata ou extraído por trabalhos rudimentares.

Parágrafo único. Quando o mineral for consumido dentro da área titulada da jazida ou destinado a instalações nela situadas, em que se realizem processos de aglomeração ou transformação, considera-se ocorrido o fato gerador antes de realizadas essas operações.

Art. 7º Constitui valor tributável:

I — Nos casos dos minérios de ferro e de manganês, o valor industrial do minério na ocorrência do fato gerador, traduzido, respectivamente, por percentuais do preço médio FOB do ano anterior, fixados pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia;

II — No caso do carvão mineral, o preço de venda fixado pelo Governo Federal, deduzido o valor correspondente às cotas do imposto atribuídas à União e aos Estados, na parte referente ao carvão destinado às usinas geradoras de energia elétrica;

III — No caso de substância mineral consumida, transformada, utilizada ou beneficiada pelo próprio titular da jazida, ou remetida a outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica ou firma com a qual mantenha relações de interdependência, o seu valor industrial na ocorrência do fato gerador;

IV — Nos casos não previstos nos itens precedentes, o preço da opera-

ção de que decorrer o fato gerador, incluídas as despesas acessórias debitadas ao comprador ou destinatário, salvo as de transporte e utilização de porto e seguro, efetivamente despendidas ou pagas, nas condições e limites fixados em regulamento, quando escrituradas em separado.

§ 1º Para efeito do inciso III d'este artigo, considera-se valor industrial o somatório das despesas diretas e indiretas das operações de lavra e beneficiamento, acrescidas das parcelas de lucro atribuídas às citadas operações.

§ 2º O Ministério da Fazenda poderá permitir o lançamento do tributo "a posteriori" ou por estimativa nas condições em que especificar:

a) quando o valor tributável de qualquer substância mineral só puder ser conhecido após o fato gerador;

b) quando o local e as características da lavra, carregamento ou transporte de substâncias minerais impossibilitarem ou dificultarem a extração de nota fiscal.

§ 3º Quando as jazidas de minérios de ferro ou de manganês apresentarem condições que dificultem a aplicação do disposto no inciso I, poderá o Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia, adotar o critério constante dos incisos III e IV, d'este artigo.

Art. 8º Não são tributáveis, enquanto não aproveitadas economicamente, as substâncias minerais estéreis eliminadas como rejeito ou resultantes de desmonte.

Art. 9º Para atender a programas específicos de estímulo à indústria extrativa mineral, ou em casos de interesse nacional, o Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia, poderá fixar o valor tributável de qualquer substância mineral.

Art. 10. O imposto único será calculado mediante aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor tributável das substâncias minerais:

I — Metais nobres, pedras preciosas, carbonados e semipreciosas lapidáveis — 1% (hum por cento);

II — Minérios de ferro e de manganês — 7% (sete por cento);

III — Águas minerais — 17% (dezesete por cento);

IV — Demais substâncias minerais — 4% (quatro por cento).

Art. 11. As indústrias consumidoras de minerais do país poderão abater o imposto único pago relativamente aos minerais do País entrados em seus estabelecimentos do imposto sobre a circulação de mercadorias e do imposto sobre produtos industrializados devidos por esses estabelecimentos, na proporção de noventa por cento e dez por cento, respectivamente.

CAPÍTULO IV

Das Isenções

Art. 12. São isentas do imposto único as substâncias minerais extraídas por titular de autorização de pesquisa, de concessão de lavra ou de manifesto de mina, para análise ou ensaio industrial, declarada a isenção, em cada caso, pelo Ministério da Fazenda, de acordo com parecer conclusivo do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.

CAPÍTULO V

Da Receita e sua Destinação

Art. 13. A receita do imposto único sobre minerais, deduzidos 0,5% (cinco décimos por cento) a título de despesas de arrecadação e fiscalização, será assim distribuída:

I — 10% (dez por cento) à União;

II — 70% (setenta por cento) diretamente ao Estado e ao Distrito Federal em cujo território houver sido extraído o mineral produtor da receita;

III — 20% (vinte por cento) diretamente ao Município em cujo território houver sido extraído o mineral produtor da receita.

§ 1º Ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, caberá cumulativamente a cota atribuída aos Municípios.

§ 2º Nos Territórios Federais caberá à União a cota atribuída aos Estados.

§ 3º A cota de que trata o parágrafo anterior será destinada ao Território Federal em que houver sido extraído o mineral produtor da receita.

Art. 14. O imposto único será recolhido por guia ao órgão arrecadador, com jurisdição no município produtor, até o último dia do mês

subsequente àquele em que houver ocorrido o fato gerador.

§ 1º O Ministro da Fazenda poderá, em casos excepcionais, fixar prazos para o recolhimento do tributo, diversos do estabelecido neste artigo;

§ 2º Na hipótese da aquisição de substância mineral, obtida por fiação, garimpagem, cata ou extraída por trabalhos rudimentares, o contribuinte poderá recolher o imposto ao órgão arrecadador de seu domicílio fiscal, indicando o município de origem do produto.

Art. 15. De cada recebimento proveniente do imposto único, o Banco do Brasil S. A. creditará:

I — A cota correspondente à União, à conta e ordem:

a) da Comissão do Plano do Carvão Nacional, a receita proveniente do carvão, observado o disposto nos artigos 2º do Decreto-lei 765, de 15 de agosto de 1969;

b) do Departamento Nacional de Produção Mineral — Fundo Nacional de Mineração — a receita proveniente de outros minerais;

II — As cotas correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, às respectivas contas e ordens;

III — As cotas destinadas aos Territórios Federais, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 13, às respectivas contas e ordens.

Art. 16. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios aplicarão a cota do imposto único sobre minerais da seguinte forma:

I — Os Estados, em investimento e financiamento de obras ou projetos que, direta ou indiretamente, interessem à indústria de mineração;

II — Os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios, prioritariamente, em investimentos nos setores de educação, saúde pública, assistência social, construção de estradas, energia elétrica, bem como em financiamentos e investimentos em outros setores que promovam o desenvolvimento da mineração.

Art. 17. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios apresentarão ao Ministério das Minas e Energia:

I — No 1º trimestre de cada exercício a estimativa da receita e respectivo plano de aplicação para o exercício subsequente;

II — No 1º semestre de cada exercício a prova da aplicação dos re-

ursos oriundos do imposto único, recebidos no exercício anterior, e a do encaminhamento das respectivas contas ao órgão competente para julgá-las.

§ 1º A inobservância das exigências deste artigo autoriza a retenção das cotas subsequentes.

§ 2º A retenção e posterior liberação destas cotas serão feitas pelo Banco do Brasil S. A., mediante instruções do Ministério da Fazenda, por proposta do Ministério das Minas e Energia.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos que tiverem recebido, no exercício anterior ao da elaboração do plano de aplicação, recursos oriundos do imposto único sobre minerais em importância inferior a 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País naquele exercício.

CAPÍTULO VI

Do Fundo Nacional de Mineração

Art. 18. O Fundo Nacional de Mineração, vinculado ao Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, destina-se a prover e financiar trabalhos de prospecção mineral em todo o território nacional, assim como o desenvolvimento dos estudos e pesquisas de qualquer natureza, relacionados com as atividades de produção de bens primários minerais.

Art. 19. O Fundo Nacional de Mineração terá a constituição estabelecida no Decreto-lei nº 765, de 15 de agosto de 1969, com a forma de aplicação de recursos nele prevista.

CAPÍTULO VII

Do Regime Especial de Comercialização

Art. 20. O comércio de pedras preciosas, semi-preciosas, carbonados, metais nobres e demais substâncias minerais, em bruto, cuja extração se faça pelo regime de matrícula definido no artigo 9º do Código de Mineração, somente poderá ser exercido, e a título precário, por pessoas jurídicas autorizadas pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º A autorização só poderá ser dada a pessoa jurídica inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes e que:

preencha as condições estabelecidas em Portaria do Ministro da Fazenda;

§ 2º As pessoas legalmente estabelecidas, registradas na repartição fiscal do Ministério da Fazenda a que estejam jurisdicionadas, independentemente da autorização de que trata o parágrafo anterior para a aquisição dos minerais a que se refere este artigo e dos metais nobres puros ou titulados destinados à aplicação exclusiva nas respectivas indústrias, manufaturas ou atividades afins.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional poderá, por proposta do Ministro da Fazenda, modificar o regime especial de comercialização dos metais nobres de produção nacional ou de procedência estrangeira.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 21. Será aplicada a multa de 100% (cem por cento) do valor comercial das substâncias minerais, a que se refere o artigo anterior, quando encontradas em poder de pessoas que não satisfaçam as exigências nele previstas.

Art. 22. A falta de lançamento do imposto único sobre minerais ou de seu recolhimento ao órgão arrecadador, no prazo e na forma deste Decreto-lei, sujeitará o contribuinte às seguintes multas:

I — De 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, se o contribuinte o lançou devidamente e não efetuou o seu recolhimento até 90 (noventa) dias do término do prazo legal;

II — De 100% (cem por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado, ou que, devidamente lançado, não foi recolhido depois de 90 (noventa) dias do término do prazo legal;

III — De 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido, quando se tratar de infração qualificada.

Parágrafo único. O recolhimento espontâneo feito fora do prazo legal sujeitará o contribuinte a multas de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do imposto, cobrados juntamente com este, na mesma guia, conforme o recolhimento se tenha verificado, res-

pectivamente, até 30 (trinta), 60 (sessenta) e após 60 (sessenta) dias do término do prazo legal do pagamento.

Art. 23. As infrações a este Decreto-lei e ao seu Regulamento, não sujeitas a multas proporcionais ao valor do imposto ou da mercadoria, serão punidas com multas compreendidas, entre os limites mínimo de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) e máximo de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos).

Parágrafo único. O Regulamento disporá sobre a aplicação das multas, fixando-lhes os valores conforme a gravidade da infração.

Art. 24. Sem prejuízo do procedimento penal cabível, fica sujeito à multa de 5 (cinco) vezes o limite máximo previsto no artigo anterior, aquele que:

I — Simular, viciar, ou falsificar documentos ou a escrituração de livros fiscais e comerciais, ou utilizar documentos falsos para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do imposto, se outra maior não couber por falta de lançamento ou pagamento do tributo;

II — Por qualquer meio ou forma, desacatar os agentes da fiscalização, ou embarçar, dificultar ou impedir a sua atividade fiscalizadora, sem prejuízo de qualquer outra penalidade cabível por infração a este Decreto-lei ou seu regulamento.

Art. 25. Iniciado o procedimento para cobrança de débito fiscal, o devedor gozará da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, se liquidar o débito no prazo fixado na intimação, e de 30% (trinta por cento) quando, proferida a decisão administrativa de primeira instância, o débito exigido fôr liquidado no prazo em que caberia interposição de recurso.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. Compete à Secretaria da Receita Federal, no Ministério da Fazenda, a direção dos serviços de fiscalização do imposto único sobre minerais.

Parágrafo único. A fiscalização do embarque de minerais destinados à exportação caberá ao Ministério da Fazenda, ao Conselho Nacional do Comércio Exterior, à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., e ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, nas respectivas áreas de competência.

Art. 27. As normas de escrituração e de fiscalização do imposto, o processo de apuração de infrações, a consulta, aplicação de penalidades, o pagamento de honorários a peritos, a determinação de domicílio fiscal e de competência administrativa para julgamento de questões fiscais suscitadas pela execução deste Decreto-lei, serão fixadas em Regulamento, observada, no que couber, a legislação do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 28. O Regulamento fixará prazo aos atuais compradores de substâncias minerais de que trata o artigo 20, bem como às pessoas jurídicas e profissionais autônomos que não satisfaçam os requisitos deste Decreto-lei, para que se ajustem às suas normas.

Parágrafo único. Findo o prazo previsto neste artigo, caducarão as autorizações já concedidas anteriormente para a mesma finalidade.

Art. 29. Com a entrada em vigor deste Decreto-lei, ficam revogados o Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938, o Decreto-lei nº 5.247, de 12 de fevereiro de 1943, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, o Decreto-lei nº 131, de 2 de fevereiro de 1967, o art. 89 e seu parágrafo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967, e demais disposições em contrário.

Art. 30. Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 30 de outubro de 1969.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO L. SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Antônio Dias Leite Júnior

A Lista de Minerais mencionada no presente Decreto foi publicado no D.O. de 21-10-69.

DECRETO-LEI Nº 1.039 — DE
21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a administração e colocação dos seguros de interesse de Sociedades de Economia Mista e das outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º As sociedades de economia mista que, à data da vigência do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, tenham constituído empresas subsidiárias para a administração e colocação dos seguros de seu interesse, são autorizadas a manter e prorrogar, com ou sem alterações, os contratos celebrados com as mesmas subsidiárias para aquela finalidade, ficando, assim, excluídas do regime estabelecido pelo artigo 23 do citado Decreto-lei nº 73.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a transformação das sociedades subsidiárias a que se refere o artigo anterior em sociedades de economia mista, em cujo capital terão participação majoritária as entidades que as tenham constituído e a que estejam elas vinculadas.

Parágrafo único. A juízo do Poder Executivo, poderão ser fundidas em uma única sociedade de economia mista as sociedades subsidiárias de que trata este artigo.

Art. 3.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.040 — DE
21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º O Conselho Federal de Contabilidade se comporá de até 15 (quinze) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela forma estabelecida neste Decreto-lei.

Parágrafo único. A composição dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade obedecerá à seguinte proporção:

a) 2/3 (dois terços) de contadores;

b) 1/3 (um terço) de técnicos de contabilidade.

Art. 2.º Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral que terá a seguinte constituição:

a) um representante para cada Conselho Regional de Contabilidade, por este eleito em reunião especialmente convocada.

b) um representante, sindicalizado, da entidade sindical dos contabilistas sediada na jurisdição do Conselho Regional de Contabilidade respectiva.

§ 1.º Na eleição de representante de que trata a alínea "b" serão observadas as seguintes normas:

a) na hipótese da existência de uma única entidade sindical, mediante eleição em assembleia geral extraordinária convocada com essa finalidade;

b) na hipótese da existência de mais de uma entidade sindical, mediante eleição pelos delegados-eleitores de todas as entidades.

§ 2.º O colégio eleitoral convocado para a composição do Conselho Federal se reunirá preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

§ 3.º No pleito a ser realizado em 1969, serão eleitos:

a) 1/3 (um terço) com mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1970, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31 de dezembro de 1969;

b) 1/3 (um terço) com mandato de 3 (três) anos, a iniciar-se em 1.º de janeiro de 1971, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31.12.1970.

§ 4.º O terço a ser renovado em 1971 terá mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1972, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31.12.1971.

Art. 3.º Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais terão mandato de 2 (dois) anos e serão eleitos dentre seus respectivos membros contadores, admitida uma única reeleição consecutiva, não podendo o período presidencial ultrapassar o término do mandato como conselheiro.

Art. 4.º Os membros dos Conselhos Regionais da Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos da seguinte forma:

a) 2/3 (dois terços) do total dos membros pelo sistema de eleição direta, sendo o voto pessoal, secreto e obrigatório;

b) 1/3 (um terço) do total dos membros, eleitos pelas entidades sindicais sediadas na jurisdição do respectivo Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1.º Ao eleitor que deixar de votar na eleição direta sem causa justificada será aplicada pena de multa em importância correspondente ao valor da anuidade devida ao Conselho Regional de Contabilidade.

§ 2.º A eleição de que trata a alínea "b" deste artigo obedecerá ao disposto no § 1.º, alíneas "a" e "b" do artigo 2.º deste Decreto-lei.

Art. 5.º As eleições para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais serão realizadas no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos.

Art. 6.º O mandato dos membros e respectivos suplentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade será de 4 (quatro) anos, renovando-se a sua composição de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alter-

nadadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).

§ 1.º No pleito para os Conselhos Regionais, a ser realizado em 1969, serão eleitos, pelo sistema estabelecido na alínea "a" do artigo 4.º:

a) 1/3 (um terço) com mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1970, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31 de dezembro de 1969;

b) 1/3 (um terço) com mandato de 3 (três) anos, a iniciar-se em 1.º de janeiro de 1971, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31.12.1970.

§ 2.º O terço a ser renovado, nos Conselhos Regionais, em 1971, pelo sistema estabelecido na alínea "b" do artigo 4.º, terá mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.º de janeiro de 1972, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31.12.1971.

Art. 7.º O exercício do mandato do membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinados, além das exigências constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

- a) cidadania brasileira;
- b) habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
- c) pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
- d) inexistência da condenação por crime contra o fisco ou contra a segurança nacional.

Art. 8.º Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade se aplicará o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 9.º As eleições do corrente ano para os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão realizadas, nos termos deste Decreto-lei, até os dias 30 de novembro e 20 de dezembro, respectivamente, ficando sem efeito as eleições realizadas nos termos do Decreto-lei n.º 877, de 16 de setembro de 1969.

Art. 10. O Conselho Federal de Contabilidade, com a participação de todos os Conselhos Regionais, promoverá a elaboração e aprovação do Código de Ética Profissional dos Contabilistas.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Contabilidade funcionará como tribunal superior de ética profissional.

Art. 11. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto-lei n.º 877, de 16 de setembro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LLYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI N.º 1.041 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Permite ao segurado da Previdência Social o cômputo do tempo de serviço militar voluntário, para efeito de aposentadoria.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o Art. 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1.º do Art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º É computável, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço militar prestado por segurado da Previdência Social.

Art. 2.º O tempo de serviço militar, voluntário ou obrigatório, deve ser computado para o fim de que trata o artigo anterior, mesmo que tenha sido prestado quando o segurado da previdência social ainda não possuía essa condição.

Art. 3.º Exclui-se do previsto nos artigos 1.º e 2.º o tempo de serviço militar que tenha sido computado para fins de inatividade remunerada nas Forças Armadas e Auxiliares ou para aposentadoria no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-lei nú-

mero 798, de 27 de agosto de 1969, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da
República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jurbas G. Passarinho

Hélio Beltrão

— — —
**DECRETO-LEI N.º 1.042 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969**

*Dispõe sobre regularização de situa-
ções fiscais e dá outras providên-
cias.*

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º As pessoas jurídicas que não tenham contabilizado títulos de crédito de sua responsabilidade poderão fazê-lo até 30 de dezembro de 1969, ficando sujeitas apenas ao imposto de renda, calculado na forma dos parágrafos 5.º e 6.º deste artigo e ao imposto sobre operações financeiras, quando for o caso.

§ 1.º O disposto neste artigo é extensivo às pessoas jurídicas que possuam títulos cambiais de sua responsabilidade, nas condições do artigo 17 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

§ 2.º Com base nesta regularização e até o valor declarado não se cobrará nenhum imposto ou multa federal, estadual ou municipal, ainda que referentes a exercícios anteriores, exceto a tributação especial de que trata este artigo.

§ 3.º A retificação de que trata este artigo identificará obrigatoriamente os respectivos beneficiários e não poderá, sob qualquer fundamento e a qualquer tempo reduzir o lucro tributável.

§ 4.º Os títulos regularizados na forma deste artigo não poderão instruir pedido de falência ou ação exe-

cutiva pelo prazo de seis meses contados da data de sua regularização.

§ 5.º A retificação contábil de que trata este artigo, a ser declarada em modelo próprio, constituirá, isoladamente:

a) lucro tributável das pessoas jurídicas devedoras dos títulos, arbitrado à razão de 10% (dez por cento) do montante declarado;

b) lucro ou renda líquida tributáveis das pessoas físicas ou jurídicas, credoras dos títulos, arbitrados à razão de 30% (trinta por cento) do montante declarado.

§ 6.º O imposto sobre o lucro ou renda líquida tributáveis arbitrados na forma do parágrafo anterior será pago pelas pessoas jurídicas à alíquota de 30% (trinta por cento), e pelas pessoas físicas mediante a aplicação da tabela progressiva em vigor.

§ 7.º Na hipótese prevista na alínea b do parágrafo 5º, fica excluído da tributação especial o valor dos títulos que, até a data da publicação deste Decreto-lei, tenham sido regularizados na forma da legislação em vigor sobre imposto de renda e Registro de títulos de crédito.

§ 8.º Na hipótese prevista no parágrafo 1.º os títulos cambiais ficarão sujeitos ao pagamento do imposto sobre Operações Financeiras na forma das instruções a serem baixadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 9.º As pessoas jurídicas que não procederem à regularização permitida neste artigo ficam sujeitas à tributação normal do imposto de renda, acrescida da multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do imposto devido, independentemente dos demais tributos e sanções cabíveis.

§ 10. As confissões de dívidas entre particulares somente darão oportunidade à execução da dívida que representarem quando feitas por instrumento público.

§ 11. A partir de 1.º de janeiro de 1970, as notas promissórias e letras de câmbio obedecerão a modelos oficiais e sua distribuição será feita segundo normas baixadas pelo Ministro da Fazenda, devendo seu registro nos órgãos da Secretaria da Receita Federal ser efetuado no prazo de vinte dias contados da data de sua aquisição, mantidas as demais disposições do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969.

Art. 2.º Ficam cancelados quaisquer débitos referentes:

I — A impostos incluídos na competência do Ministério da Fazenda e à taxa de despacho aduaneiro, objeto de procedimentos fiscais iniciados até a data da publicação deste Decreto-lei, desde que o valor originário não seja superior a NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos);

II — Ao imposto adicional de renda criado pela Lei n.º 2.862 de 4 de setembro de 1956 e ao adicional instituído pelo artigo 6.º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953;

III — Ao imposto devido pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias, de que trata o Decreto-lei n. 9.330, de 10 de junho de 1946, extinto pelo Decreto-lei número 94, de 30 de dezembro de 1966;

IV — Ao imposto do selo, extinto pela Lei número 5.143, de 20 de outubro de 1966.

Art. 3.º São anistiadas as infrações à legislação fiscal federal praticadas até a data da publicação deste Decreto-lei, por inobservância de obrigações acessórias desde que delas não tenha resultado falta ou insuficiência de recolhimento de tributos.

Art. 4.º O Ministro da Fazenda, em despacho fundamentado, poderá relevar penalidades relativas a infrações de que não tenha resultado falta ou insuficiência no recolhimento de tributos federais atendendo:

I — A erro ou ignorância escusável do infrator, quanto a matéria de fato;

II — A equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso, inclusive ausência de intuito doloso.

§ 1.º A relevação da penalidade pode ser condicionada à correção prévia das irregularidades que tenham dado origem ao processo fiscal.

§ 2.º O Ministro da Fazenda poderá delegar a competência que este artigo lhe atribui.

Art. 5.º O disposto na alínea "c" do artigo 21 do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1966, aplica-se aos casos previstos na alínea "c" do artigo 32, da Lei n. 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 6.º O disposto nos artigos 2.º e 3.º aplica-se aos processos em qualquer fase administrativa ou judicial, mesmo os definitivamente julgados,

vedada qualquer compensação ou restituição.

Art. 7.º Ficam excluídos dos benefícios deste Decreto-lei as operações de qualquer natureza realizadas através de entidades que não tenham sido autorizadas a funcionar no País.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário ficando mantidas as disposições do Decreto-lei n.º 697, de 23 de julho de 1969.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.043 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Estabelece nova exigência para registro de diploma de professor de Educação Física conferido por estabelecimento militar de ensino.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Os diplomas expedidos, a partir do ano letivo de 1943, pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso de Educação Física da Marinha de Guerra e pela Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo, poderão ser admitidos a registro na Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, com a equiparação concedida pelos Decretos-leis números 5.343, de 25 de março de 1943, 5.975, de 9 de novembro de 1943, e 6.936, de 6 de outubro de 1944, para fins de obtenção de registro de professor de Educação Física, desde que o respectivo portador apresente certificado de conclusão do ciclo colegial ou equivalente.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.044 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 15, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a Constituição assegura a todos o direito à educação;

Considerando que condições de saúde nem sempre permitem frequência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem;

Considerando que a legislação admite, de um lado, o regime excepcional de classes especiais, de outro, o da equivalência de cursos e estudos, bem como o da educação peculiar dos excepcionais; decretam:

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições morbitas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes e

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo à que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.045 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a opção e aproveitamento em caráter definitivo de servidores que exerçam cargo de Procurador da República, nos termos da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os membros do Serviço Jurídico da União e de suas autarquias,

e os do Ministério Público do Distrito Federal, que exerçam cargo de Procurador da República, na forma do artigo 91 e seus parágrafos da Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, deverão manifestar opção pela permanência definitiva no exercício do mencionado cargo ou pelo retorno aos seus órgãos de origem, no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 2º O aproveitamento far-se-á em cargo de Procurador da República de igual categoria ou de categoria correspondente ao respectivo vencimento e, se não existir vaga na carreira do Ministério Público Federal, mediante a transformação do cargo de que fôr ocupante.

Art. 3º Os cargos resultantes da transformação determinada neste Decreto-lei serão incluídos no Quadro do Ministério Público Federal, respeitado o direito de promoção dos atuais integrantes da carreira.

Art. 4º Os membros do Serviço Jurídico da União ou de suas autarquias, que, na data da publicação deste Decreto-lei, não estejam exercendo cargo de Procurador da República, poderão ser aproveitados, a juízo exclusivo do Presidente da República, no Ministério Público Federal.

§ 1º O aproveitamento de que trata este artigo condiciona-se ao estágio probatório de 1 (um) ano, no exercício do cargo de Procurador da República.

§ 2º Após o estágio, se o Procurador Geral da República, em despacho fundamentado, opinar contrariamente ao aproveitamento, será determinado o imediato retorno do funcionário à repartição de origem.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.046 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Altera Quadros de Pessoal dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura, com a exclusão de 1 (um) cargo, código EC-101-20-A, da Série de Classes de Bibliotecário, que é transferido, a pedido, com a sua atual ocupante Maria do Rosário de Carvalho Barbosa, para igual Quadro e Parte do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 1.047 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Ins-

titucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e da autorização contida no artigo 10 da Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial no valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para atender à construção do Ginásio Newton Braga, na Base Aérea do Galeão — Estado da Guanabara, em Convênio com o Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

NCr\$

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura

5.05.02 — Secretaria-Geral

Projeto 08.05.07.1.007

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.2.0 — Material de Consumo 300.000,00

Art. 3º Fica revogado o Decreto-lei nº 540, de 17 de abril de 1969.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.048 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Cria a Biblioteca Nacional para assuntos educacionais e científicos, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando a necessidade de dotar o País de instituições que concorram para elevar o padrão da cultura e incentivar o desenvolvimento das investigações científicas e tecnológicas; e

Considerando ser inadiável a participação, em regime de intercâmbio e comunidade, dos centros nacionais de estudos e pesquisas, em trabalhos avançados que as instituições de outros países realizam, no campo das atividades educacionais e científicas; decretam:

Art. 1º Fica criada, com sede em Brasília e atividades extensivas a todo o País, a Biblioteca Nacional para assuntos relacionados com a educação e a ciência.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura é autorizado a celebrar convênio com a Prefeitura do Distrito Federal, para a elaboração de projeto e a execução de obras referentes à instituição de que trata este Decreto-lei.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.049 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Transforma e extingue cargos de Avaliador Privativo da Fazenda.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O cargo de 2º Avaliador, Privativo da Fazenda Nacional, com o respectivo ocupante, fica transformado em cargo de Avaliador-Depositário-Leiloeiro do Quadro de Pessoal da Justiça Federal — Seção da Guanabara, com os vencimentos fixados, na lei, para os demais cargos de idêntica denominação.

Parágrafo único. Ficam extintos os cargos vagos de 1º e 3º Avaliador Privativo da Fazenda Nacional.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.050 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Altera Quadros de Pessoal da Universidade Federal da Paraíba e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica alterado o Quadro Único de Pessoal, da Universidade Federal da Paraíba, com a exclusão

de 1 (um) cargo, código P-1701-14-B, da Série de Classes de Auxiliar de Enfermagem, que é transferido com a sua atual ocupante, Lucia Sales da Silva, para o Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.051 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Provê sobre o aproveitamento em cursos de licenciatura, de estudos realizados em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969,

e considerando os fundamentos da Indicação nº 11, de 11 de julho de 1969, do Conselho Federal de Educação;

e considerando as dúvidas que se apresentam, a respeito da matéria, nas áreas educacionais interessadas; decretam:

Art. 1º Os portadores de diploma de cursos realizados, com a duração mínima de dois anos, em Seminários Maiores, Faculdade Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa, são autorizados a requerer e prestar exames, em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, das disciplinas que, constituindo parte do currículo de curso de licenciatura, tenham sido estudadas para a obtenção dos referidos diplomas.

Art. 2º Em caso de aprovação nos exames preliminares, de que trata o artigo anterior, os interessados poderão matricular-se na Faculdade, desde que haja vaga, independentemente de concurso vestibular, para concluir o curso, nas demais disciplinas do respectivo currículo.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.052 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza a reversão de área de terra à Prefeitura Municipal de São José do Egito.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando ser de conveniência da União, reverter ao Patrimônio da Prefeitura de São José do Egito, do Estado de Pernambuco, uma área de terra do domínio da União, acrescida das respectivas benfeitorias;

Considerando que a área a ser revertida encontra-se, atualmente, em plena zona urbana da cidade, não sendo aconselhável desenvolver qualquer atividade agrícola; decretam:

Art. 1º Fica autorizada a reversão à Prefeitura de São José do Egito, do Estado de Pernambuco, do domínio pleno do imóvel situado na cidade de São José do Egito, doado à União Federal, escritura pública de 11 de abril de 1953, lavrada às fls. 109 a 112 do livro 53 do 2º Ofício, Cartório Corrêa de Aragão, da mesma comarca.

Art. 2º A reversão se efetivará mediante termo que, com força de escritura pública, deverá ser lavrado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI Nº 1.053 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Provê sobre o exercício de mandato em órgão colegiado.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Os membros do Conselho Deliberativo do órgão a que se refere o Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, exercerão seus mandatos pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 31º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.054 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Aproveita servidor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Artigo 1º Fica aproveitada no cargo de Assistente de Educação, Código EC.702.14.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Neuza Bauermann Ehlers, em vaga decorrente da aposentadoria de Dagmar Beltrão de Araújo Carneiro.

Artigo 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.055 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Aproveita servidor no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969, decretam:

Art. 1º Fica aproveitada no cargo de Técnico de Educação, Código EC.701.20.A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Itana Maria Carneiro da Cunha Moraes, em vaga decorrente da exoneração de Julimar Tórres Nunes Leal.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.056 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre prazo de pagamento de imposto de renda das pessoas físicas e das outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Observados os limites mínimos fixados na legislação, o pagamento parcelado do imposto de renda das pessoas físicas, decorrente de declaração de rendimentos apresentada tempestivamente, poderá ser feito em até 12 (doze) cotas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a respectiva notificação.

Art. 2º O Ministro da Fazenda, atendendo a conveniência da política financeira governamental, poderá prorrogar, por período não superior a 120 (cento e vinte) dias, o prazo de recolhimento de impostos federais incluídos na área de competência do respectivo Ministério.

Art. 3º No caso dos artigos 1º e 2º deste Decreto-lei, o pagamento das cotas ou a prorrogação de prazo poderão estender-se ao exercício financeiro seguinte.

Art. 4º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.057 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Transfere para o patrimônio da União o imóvel que especifica, de propriedade do INPS.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e, tendo em vista o que consta da Exposição de Motivos n.º 212, de 22.10.69, do Ministro de Estado do Interior, decretam:

Art. 1º Fica transferido para o patrimônio da União o imóvel, com todas as benfeitorias nele existentes, de propriedade do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS —, situado na rua das Palmeiras número 55, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º O imóvel transferido ficará

sob a administração do Ministério do Interior, enquanto necessário ao funcionamento dos seus serviços ou dos órgãos a ele vinculados.

Art. 3º A transferência será formalizada mediante termo a ser lavrado pelo Serviço do Patrimônio da União, e constituirá documento hábil para efeito de transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AUTO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Pissarinho
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.058 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Extingue cargos do ex-Departamento dos Correios e Telégrafos

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º, do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e de acordo com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto n.º 64.394, de 23 de abril de 1969, decretam:

Art. 1º Ficam extintos do Quadro de Pessoal, do ex-Departamento dos Correios e Telégrafos, deste Ministério, os seguintes cargos em comissão:

Diretores

1 Diretor-Geral	Símbolo 1-C
1 Diretor de Telégrafos	Símbolo 3-C
1 Diretor de Correios	Símbolo 3-C
1 Diretor de Material	Símbolo 4-C
1 Diretor de Pessoal	Símbolo 4-C

Inspetor-Geral

1 Inspetor-Geral	Símbolo 4-C
------------------------	-------------

Superintendentes

1 Superintendente do Tráfego Postal	Símbolo 4-C
1 Superintendente do Tráfego Telegráfico ..	Símbolo 4-C

Diretores Regionais

2 Diretores Regionais	Símbolo 3-C
7 Diretores Regionais	Símbolo 4-C
10 Diretores Regionais	Símbolo 5-C
13 Diretores Regionais	Símbolo 6-C

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 1.059 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito especial de NCr\$ 5.621.162,00, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 5.621.162,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, cento e sessenta e dois cruzeiros novos), para atender despesas relacionadas à restituição do Imposto sobre Produtos Industrializados decorrente dos favores de isenção e do crédito de imposto na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, referente aos exercícios de 1967 e 1968.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei são os constituídos na forma do artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 1.060 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a declaração de bens, dinheiros ou valores, existentes no estrangeiro, a prisão administrativa e o sequestro de bens por infrações fiscais e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Sem prejuízo das obrigações previstas na legislação do imposto de renda, as pessoas físicas ou jurídicas ficam obrigadas, na forma, limites e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a declarar ao Banco Central do Brasil, os bens e valores que possuírem no exterior, podendo ser exigida a justificação dos recursos empregados na sua aquisição.

Parágrafo único. A declaração deverá ser atualizada sempre que houver aumento ou diminuição dos bens, dinheiros ou valores, com a justificação do acréscimo ou da redução.

Art. 2º Incluem-se entre as relações de qualquer natureza, de que trata o artigo 1º do Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, as obrigações de caráter tributário, e as consistentes no recolhimento à Fazenda Pública de valores arrecadados de terceiros, para esse fim, e na declaração ao Banco Central do Brasil de bens, dinheiro ou valores a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Consideram-se produto de enriquecimento ilícito os bens não declarados ou omitidos na declaração ao Banco Central do Brasil na forma do artigo anterior.

Art. 3º O Ministro da Fazenda, mediante despacho fundamentado, poderá propor à Justiça Federal a aplicação da pena de prisão administrativa, por prazo não superior a noventa (90) dias, de quem quer que se tenha locupletado, nos casos do artigo anterior, desde que haja indícios suficientes da existência do fato.

§ 1º Se o beneficiário for pessoa jurídica, a prisão recairá em seus diretores, administradores e gerentes.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, havendo provas ou indícios veementes de locupletamento, poderá também ser decretada a prisão de sócios, prepostos ou outros.

§ 3º O Juiz que decretar a prisão interporá recurso ex officio ao Tribunal Federal de Recursos.

§ 4º No despacho que decretar a prisão administrativa, o juiz determinará o sequestro dos bens do beneficiário, e, se se tratar de pessoa jurídica, também, de bens particulares de seus diretores, administradores, gerentes, prepostos ou sócios, suficientes para garantir o ressarcimento da lesão causada aos cofres públicos.

§ 5º Os bens sequestrados nos termos dos parágrafos anteriores terão o seguinte destino até solução final do litígio:

a) o dinheiro será recolhido ao Banco do Brasil S. A., em conta especial;

b) c) títulos de crédito e de renda e os títulos ou ações de participação em empresa ou valores assemelhados serão depositados no Banco do Brasil S. A.;

c) os demais bens móveis serão depositados em órgãos da Secretaria da Receita Federal;

d) os imóveis serão entregues ao órgão responsável pelo patrimônio da União.

Art. 4º Os processos administrativos e judiciais referentes às infrações de que trata este Decreto-lei deverão ser decididos ou julgados prioritariamente.

Art. 5º Aplicam-se ao crime de sonegação fiscal, definido no artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, as normas que regulam a extinção da punibilidade dos crimes de apropriação indébita previstos no artigo 11, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e no artigo 2º do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967.

Parágrafo único. O ressarcimento do dano não extingue a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando o infrator for reincidente, segundo definido na lei tributária.

Art. 6º As mercadorias de procedência estrangeira, declaradas perdidas em decisão final administrativa e que não devam ser destruídas, poderão ser incorporadas ao patrimônio da Fazenda Nacional, vendidas em concorrência pública ou leiloadas.

Art. 7º O disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º, aplicam-se aos procedimentos administrativos ainda não definitivamente decididos.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.061 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a integração a que se referem o artigo 3º, § 2º, dos Decretos-leis nºs. 762 e 774, respectivamente, de 14 e 20 de agosto de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º É tornado extensivo às instituições de que trata o § 2º do artigo 3º, respectivamente, dos Decretos-leis números 762, de 14 de agosto e 774, de 20 de agosto, ambos de 1969, o disposto no artigo 4º, inciso I, alíneas a e b, do Decreto-lei nº 781, de 22 de agosto de 1969.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 1.062 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Acrescenta § 3º ao artigo 64 do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Venimentos dos Militares.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 64 do Decreto-lei nº 728, de 4 de agosto de 1969, alterado pelos Decretos-leis nº 873, de 16 de setembro de 1969 e nº 957, de 13 de outubro de 1969, um parágrafo terceiro com a seguinte redação:

“§ 3º O valor da indenização de que trata este artigo, no caso do Cadete da Aeronáutica obrigado ao vôo, não poderá ser inferior ao atribuído ao Cabo engajado”.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor a contar de 1º de agosto de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.063 —
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, casos de inelegibilidade, des e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969 combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º São inelegíveis:

I — Para qualquer cargo eletivo:

a) os inalistáveis;

b) os que hajam sido atingidos por qualquer das sanções previstas no § 1º do artigo 7º e no artigo 10 do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, no parágrafo único do artigo 14 e no artigo 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; no artigo 4º e nos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º do Ato Institucional nº 3, de 18 de dezembro de 1968; nos artigos 1º, e seus parágrafos, e 3º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969; no art. 1º do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, assim como no Decreto-lei número 477, de 26 de fevereiro de 1969, estendendo-se estas inelegibilidades, quando casado o punido, ao respectivo cônjuge;

c) os que participem da organização ou do funcionamento de qualquer agrupamento, associação ou Partido Político, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

d) os que, ostensiva ou veladamente, façam parte, ou sejam adeptos de Partidos Políticos cujo registro tenha sido cassado por decisão judicial, transitada em julgado;

e) os que, de qualquer forma, tenham contribuído para tentar reorganizar ou fazer funcionar associações, de direito ou de fato, cujas atividades tenham sido suspensas ou hajam sido dissolvidas, por decisão judicial, nos termos do Decreto-lei nº 3.085, de 25 de março de 1946, modificado pelo Decreto-lei nº 8, de 16 de maio de 1966;

f) os que hajam atentado, em detrimento do regime democrático, contra os direitos individuais concernentes à vida, à liberdade e à segurança e à propriedade;

g) os membros do Poder Legislativo que hajam perdido os mandatos nos termos do art. 35 da Constituição;

h) os que, por ato de subversão ou de improbidade na administração pública, direta ou indireta, ou na particular, tenham sido condenados à destituição de cargo, função ou emprego, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou median-

te processo administrativo, em que se lhe haja assegurado ampla defesa;

i) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis;

j) os que estejam privados, por sentença judicial, transitada em julgado, em processo eleitoral, do direito à elegibilidade, por haver atuado contra o regime democrático, a exação e a probidade administrativa e a lisura ou a normalidade de eleição;

l) os que tenham comprometido por si ou por outrem, mediante abuso do poder econômico, de ato de corrupção ou de influência no exercício de cargo ou função da administração pública, direta ou indireta, ou de entidade sindical, a lisura ou a normalidade de eleição, ou venham a comprometê-la, pela prática dos mesmos abusos, atos ou influências;

m) os que estejam respondendo a processo ou tenham tido confiscados os seus bens, com fundamento no artigo 8º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e sua legislação complementar;

n) os que respondam a processo ou hajam sido condenados, por crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social, a Economia Popular, a Administração Pública, a Fé Pública, o Patrimônio ou pelo delito previsto no art. 16 deste Decreto-lei, enquanto não absolvidos ou penalmente reabilitados;

o) os que hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de liquidação judicial ou extrajudicial;

p) os que tiverem sido afastados ou destituídos de cargos ou funções de direção, administração ou representação de entidade sindical.

II — Para Presidente ou Vice-Presidente da República:

a) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, ou por adoção, do Presidente da República ou de quem o haja substituído nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de suas funções:

1. os Ministros de Estado;

2. os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República;

3. o Chefe do Serviço Nacional de Informações;

4. o Governador do Distrito Federal;

5. o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

6 — os Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7. os Comandantes de Exército;

8. os Magistrados;

9. o Procurador-Geral da República;

10. os Interventores Federais;

11. os Secretários de Estado;

12. os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

13. os membros do Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal;

14. o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

15. os presidentes, diretores ou superintendentes de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

c) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta ou indireta, eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

d) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação, em empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, ou em organização do Poder Público, ou sujeitas a seu controle, assim como em fundações instituídas ou subvencionadas pela União, Estado, Distrito Federal, Território ou Município;

e) os que, dentro dos 6 (seis) meses anteriores à eleição, hajam ocupado cargo ou função de direção nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

f) os que, detendo o controle de empresa ou grupo de empresas que opere, no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da Lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do

pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado do poder econômico ou de que transferiram, por forma regular, o controle das referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou empresa estrangeira ou em entidade mantida por contribuições impostas pelo Poder Público;

h) até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, os presidentes, diretores, ou superintendentes das sociedades, empresas ou estabelecimentos que gozam, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo Poder Público, ou que tenham exclusivamente por objeto operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas;

i) os que hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, em pessoa jurídica ou empresa cuja atividade consista na execução de obras, na prestação de serviços ou no fornecimento de bens por conta ou sob controle do Poder Público.

III — Para Governador e Vice-Governador:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados nas alíneas a e b, do item II, e, no tocante às demais alíneas, se se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado;

b) em cada Estado:

1. o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Governador ou do Interventor Federal ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito os haja substituído;

2. quem não possuir domicílio eleitoral no Estado, pelo menos nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição;

c) até 6 (seis) meses depois de cessado definitivamente o exercício das respectivas funções:

1. os Comandantes de Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea.

2. o Chefe do Ministério Público Estadual;

3. os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador;

4. os Secretários de Administração Municipal ou dirigente de órgão congênere.

IV — Para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador;

b) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Prefeito ou de Interventor, ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito os haja substituído;

c) quem não possuir domicílio eleitoral, no Município, 1 (um) ano, pelo menos, imediatamente anterior à eleição;

d) os membros das Câmaras Municipais que na conformidade da Constituição e das Leis, hajam perdido os respectivos mandatos.

V — Para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado, Prefeito ou Vice-Prefeito Municipal;

b) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, ou por adoção, do Presidente, Governador, Interventor e do Prefeito ou de quem, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, os haja substituído;

c) quem não possuir domicílio eleitoral, no Estado ou Território, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição.

VI — Para as Assembléias Legislativas:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, reduzidos os prazos de desincompatibilização de 1 (um) termo, quando a repartição, associação ou empresa não opere no território do Estado;

b) quem não possuir domicílio eleitoral, no Estado, pelo menos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à eleição.

VII — Para as Câmaras Municipais:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, nas mesmas condições para eles estabelecidas, reduzidos de

dois terços, quando fôr o caso, os prazos de desligamento definitivo do exercício das funções, quando as repartições, associações ou empresas não operarem no Município;

b) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 3 (três) meses anteriores do pleito;

c) quem não possuir domicílio eleitoral, no Município, pelo menos 1 (um) ano imediatamente anterior à eleição.

§ 1º Os preceitos deste artigo se aplicam aos titulares, efetivos ou interinos, dos cargos mencionados.

§ 2º O candidato se desincompatibilizará na data do registro, se este fôr feito antes do termo inicial do prazo de inelegibilidade.

Art. 2º Não podem ser reeleitos os que, no período imediatamente anterior à eleição, hajam exercido os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, de Prefeito e Vice-Prefeito, inclusive os nomeados pelos Governadores de Estado ou Território.

§ 1º Também não podem ser eleitos os que, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam sucedido ao titular ou o tenham substituído em qualquer dos cargos mencionados neste artigo.

§ 2º Para os demais cargos eletivos, as pessoas referidas neste artigo deverão afastar-se definitivamente de seus cargos, até 6 (seis) meses anteriores à eleição.

Art. 3º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante:

I — O Tribunal Superior Eleitoral, se se tratar de candidatos à Presidência ou Vice-Presidência da República;

II — Os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidatos a Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e Deputado Estadual;

III — Os Juízes Eleitorais, relativamente aos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Art. 4º Caberá a qualquer candidato, a Partido Político ou ao Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do requerimento de registro do candidato, a iniciativa da arguição de inelegibilidade.

Art. 5º Quando de iniciativa de candidato ou de Partido Político, a

arguição de inelegibilidade será imediatamente reduzida a termo, assinada pelo argüente e por duas testemunhas, e, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, encaminhada ao Ministério Público.

§ 1º Verificada, ou não, a procedência da arguição, à vista dos elementos de convicção apresentados, o Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, impugnará o registro do candidato, ou requererá o arquivamento da arguição.

§ 2º Indeferido, pelo Juiz ou Tribunal, o pedido de arquivamento, prosseguirá o processo.

§ 3º Deferido o pedido de arquivamento, recorrerá o Juiz ou Tribunal, de ofício, cabendo, ainda, recurso voluntário, no prazo de 3 (três) dias, devendo os autos, em igual prazo ser remetidos à instância superior, que decidirá, dentro de 10 (dez) dias, contados da data de seu recebimento.

Art. 6º Quando de iniciativa do Ministério Público, a arguição de inelegibilidade se processará, desde logo, como impugnação.

Parágrafo único. Não poderá apresentar impugnação ao registro de candidato o membro do Ministério Público que, por 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de Partido Político ou exercido atividades político-partidárias.

Art. 7º Feita a impugnação ao registro de candidato, terá este, com a assistência do Partido Político interessado, o prazo de 3 (três) dias para contestá-la, podendo, dentro dele, juntar documentos e requerer a produção de outras provas.

§ 1º O Juiz ou Tribunal poderá ouvir terceiros a quem as partes ou testemunhas hajam feito referência como conhecedores de fatos ou circunstâncias que possam influir na decisão da causa.

§ 2º Quando o documento indispensável à formação da prova se achar em poder de terceiro, será determinado o respectivo depósito e, se necessário, ouvirá o requerente e o terceiro, em audiência especial.

§ 3º Se o terceiro sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer à audiência, será contra ele expedido mandado de prisão e instaurado processo por crime de desobediência.

Art. 8º Decorrido o prazo de contestação, o Juiz ou Tribunal marcará, em seguida, outro não superior a 10

(dez) dias, para que sejam ouvidas as testemunhas do impugnante e do impugnado e realizadas as diligências que determinar, de ofício, ou a requerimento das partes.

Art. 9º Dentro de 3 (três) dias contados do término do prazo a que se refere o artigo anterior, o impugnante e o impugnado poderão apresentar alegações.

Art. 10. Concluídos os autos, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do término do prazo para alegações, o Juiz ou Tribunal decidirá no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º O Juiz ou Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram o seu convencimento.

§ 2º Da decisão, caberá recurso, em petição fundamentada, no prazo de 3 (três) dias, contados da data de sua publicação ou intimação.

Art. 11. O recurso, na instância superior, será julgado no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 12. Transitada em julgado a decisão que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.

Art. 13. É facultado ao Partido Político, que requereu o registro do candidato considerado inelegível, dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida, após o termo final do prazo de registro.

Art. 14. A declaração de inelegibilidade de candidato a Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito.

Art. 15. Ocorrendo, após a eleição para cargo de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, o cancelamento do diploma de candidato eleito, realizar-se-á nova eleição, dentro de 60 (sessenta) dias após a publicação ou intimação da decisão transitada em julgado.

Art. 16. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato, feita com motivação falsa, ou graciosamente, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro:

Pena: — detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa, de 20

(vinte) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 17. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para execução deste decreto-lei.

Art. 18. O disposto no presente decreto-lei se aplica às eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores designadas para o dia 30 de novembro de 1969, nos termos do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, alterado pelo Ato Institucional nº 15, de 9 de setembro de 1969, podendo a arguição de inelegibilidade ser apresentada até 7 de novembro de 1969, reduzidos pela metade os prazos processuais de que trata este decreto-lei.

Parágrafo único. Se o candidato já estiver registrado, a arguição de inelegibilidade deverá ser apresentada dentro de 5 (cinco) dias, a contar da vigência deste decreto-lei.

Art. 19. Este decreto-lei entrará em vigor no dia 30 de outubro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969: 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 1.064 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 3º e 6º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, decretam:

Art. 1º. O artigo 302 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 302. Promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo;

Pena — reclusão de quatro (4) a seis (6) anos e pagamento de 200 a 300 dias-multa.”

Art. 2º. O Departamento de Polícia Federal ficará à disposição da Justiça Eleitoral, sempre que houver de se realizar eleições, gerais ou parciais, em qualquer parte do Território Nacional.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

tância em cruzeiros equivalente a .. US\$ 110.000.00, para o fim de subcrever, no presente exercício, a quota de contribuição, da República Federativa do Brasil, no Fundo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 1.065 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1969

Aprova a participação da República Federativa do Brasil no "Fundo de Pré-Investimento para a integração da América Latina", sob administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem os artigos 3º e 6º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, decretam:

Art. 1º É aprovada a participação da República Federativa do Brasil no "Fundo de Pré-Investimento para a Integração da América Latina", sob administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com sede em Washington, D. C. Estados Unidos da América, destinado à aplicação de recursos em estudos que permitam identificar e elaborar projetos de alcance multinacional em tôdas as áreas que sejam de importância para a promoção da integração regional, nos termos da "Declaração dos Presidentes da América", subscrita em 14 de abril de 1967, em Punta del Este, Uruguai.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adiantar, ao Tesouro Nacional, para posterior inclusão no orçamento da União, a importância

DECRETO-LEI Nº 1.066 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1969

Organiza os Serviços Administrativos da Vice-Presidência da República e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere os arts. 3º e 6º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e considerando a necessidade de organizar os Serviços Administrativos da Vice-Presidência da República, tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 77 da Emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967 promulgada no dia 17 de outubro de 1969, decretam:

Art. 1º A Vice-Presidência da República terá um Gabinete constituído inicialmente pelos seguintes elementos básicos:

Chefia — um Chefe de Gabinete
— Subchefes — Oficiais de Gabinete e Adjuntos;

Ajudantes-de-Ordens;

Secretário Particular do Vice-Presidente da República;

Assessores e auxiliares.

§ 1º O Chefe do Gabinete, de livre escolha do Vice-Presidente da República, será nomeado pelo Presidente da República.

§ 2º Os Subchefes, Oficiais de Gabinete, Adjuntos, Assessores e Secretário Particular, — civis ou militares — bem como os Ajudantes-de-Ordens, serão nomeados por ato do Presidente da República, por indicação do Vice-Presidente da República.

§ 3º Poderá ser requisitado pelo Vice-Presidente da República o pessoal progressivamente necessário ao atendimento dos serviços auxiliares do Gabinete.

Art. 2º Os militares da ativa, nomeados ou designados para servirem no Gabinete do Vice-Presidente da República, serão considerados, para todos os efeitos, em exercício de cargo militar.

Art. 3º O Poder Executivo disporá, mediante regulamento, quanto às atribuições do Gabinete do Vice-Presidente da República, bem como acerca do respectivo quadro de lotação.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto-lei serão atendidas pelas dotações já previstas para o Gabinete do Vice-Presidente da República e pelos créditos suplementares que se fizerem necessários.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor no dia 30 de outubro de 1969.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

DECRETO-LEI Nº 1.067 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda em favor do Território Federal do Amapá, do Território Federal de Rondônia e do Território Federal de Roraima o crédito especial de NCr\$ 290.753,87, para o fim que especifica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem os artigos 3º e 6º do Ato

Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, decretam:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor do Território Federal do Amapá, do Território Federal de Rondônia e do Território Federal de Roraima, o crédito especial no valor de NCr\$ 290.753,87 (duzentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e três cruzeiros novos e oitenta e sete centavos) para atender a complementação correspondente ao produto da arrecadação do imposto de Circulação de Mercadorias — ICM, dos Municípios situados nos Territórios Federais, no exercício de 1968, segundo o disposto no parágrafo 5º, do artigo 19 e parágrafo 7º do artigo 24 da Constituição.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste Decreto-lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, constantes do Decreto-lei nº 786, de 25 de agosto de 1969.

Art. 3º Aplicam-se aos Municípios dos Territórios as determinações do Decreto-lei nº 380, de 23 de dezembro de 1968, que não colidam com as presentes disposições.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 1.068 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1969

Reestrutura o Quadro de Pessoal do Estado-Maior das Forças Armadas, e as outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem os artigos 3º e 6º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, decretam:

Art. 1º Fica reestruturado, na forma do anexo, o Quadro de Pessoal

do Estado-Maior das Forças Armadas, para atender à sua natural expansão estabelecida no seu Regulamento, aprovado pelo Decreto número 64.775, de 3 de julho de 1969.

Art. 2º A necessidade de servidores não prevista no Quadro de Pessoal de que trata este Decreto-lei poderá ser suprida através de tabela de Pessoal Temporário regido pela Consolidação de Leis do Trabalho, aprovada pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, na forma do artigo 23, item II, letra a, e artigo 24 da Lei número 3.786, de 12 de julho de 1960.

Art. 3º A despesa com a execução deste Decreto-lei será atendida pelos recursos orçamentários próprios do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Hilto Beltrão

O anexo mencionado no art. 1º foi publicado no *Diário Oficial* de 29-10-69.

DECRETO-LEI Nº 1.069 — DE 4 DE
NOVEMBRO DE 1969

Revoga o artigo 18 do Decreto-lei número 1.063, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, e

Considerando que, para as eleições de 30 de novembro de 1969, o registro de candidatos se encerrou às 18 horas do dia 15 de outubro de 1969;

Considerando que, na conformidade do Ato Complementar nº 61, de 14 de agosto de 1969, os pedidos de registro deveriam estar julgados até o dia 31 de outubro, inclusive os que tivessem sido impugnados, e publicadas em Cartório as respectivas sentenças (art. 8º, § 3º);

Considerando que, com o advento do Decreto-lei nº 1.063, publicado a 24 de outubro de 1969, foi reaberto, por força do artigo 18, o processo de arguição de inelegibilidades, assinando-se prazos que dificultam a realização normal das eleições;

Considerando que é desaconselhável o adiamento de eleições que não se realizaram na data previamente marcada;

Considerando que, para a efetiva realização da política nacional, fundada no princípio da segurança, as eleições devem realizar-se obedecendo à orientação já preconizada, decreta:

Art. 1º Fica revogado o artigo 18 do Decreto-lei nº 1.063, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2º As eleições de 30 de novembro de 1969 realizar-se-ão nos termos do Ato Complementar nº 61, de 14 de agosto de 1969, ficando sem efeito quaisquer impugnações oferecidas posteriormente aos prazos nele fixados.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

ALFREDO BUZAI

DECRETO-LEI Nº 1.070 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1969

Complementa a redação do Artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, e

Considerando que a construção de um navio de guerra é constituída pela agregação eficiente de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos prontos de diferentes origens e que incidem de maneira diferente ao longo da construção do navio;

Considerando que a aplicação de um teto de reajustamento de 35% dos preços unitários vigentes na data do contrato é impróprio para o caso de construção de navios de guerra;

ra, uma vez que sua construção se estende por período de dois, três, quatro ou mais anos;

Considerando que a dissolução de um contrato em meio da construção de um navio cria situação insolúvel para a Marinha, dadas as peculiaridades de construção de cada estaleiro e a impossibilidade da retirada da obra, decreta:

Art. 1º Nos contratos para construção de navios e embarcações do Ministério da Marinha, não se aplica o disposto no artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, e Decreto nº 60.706, de 9 de maio de 1967.

Art. 2º Nos contratos mencionados no Artigo 1º deste Decreto-lei as revisões dos preços unitários contratuais ou em parte do valor global contratual serão calculadas segundo fórmula específica a cada contrato.

Art. 3º Compete ao Ministro da Marinha aprovar a fórmula específica a cada contrato, mediante proposta detalhada da Diretoria de Engenharia da Marinha.

Art. 4º O presente Decreto-lei se aplica aos contratos assinados, antes e após a data da publicação do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967.

Art. 5º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição, entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 71º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Adalberto de Barros Nunes

DECRETO-LEI Nº 1.071 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1969

Prorroga o prazo de isenção estabelecido no art. 4º do Decreto-lei número 614, de 6 de junho de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 55 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado para 31 de maio de 1970 o prazo de isenção

estabelecido no art. 4º do Decreto-lei nº 614, de 6 de junho de 1969.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

José Flávio Pécora

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO-LEI Nº 1.072 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1969

Dá nova redação ao art. 3º, letra "a" do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o art. 55, item I e o art. 8º, item XVII, letra v, da Constituição, decreta:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o art. 3º, letra a, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

Art. 2º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da publicação deste decreto-lei, poderão ser aproveitados, no quadro de oficiais das Polícias Militares, os integrantes dos quadros de Guardas-Civis que tenham nível equivalente a oficial e satisfaçam, em estágio de adaptação a que deverão submeter-se, os requisitos que para isso se estabelecerem.

Art. 3º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição, entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Orlando Geisel.

V — DECRETOS-LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1, de 1969

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.069, de 4 de novembro de 1969

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.069, de 4 de novembro de 1969, que revoga o artigo 18 do Decreto-lei nº 1.063, de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1969.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 72, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1969

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, reconhecendo como legal contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Remington Rand do Brasil S. A.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pela Mensagem nº 761-63, relativo a ato proferido por aquela Egrégia Corte, em sessão de 30 de maio de 1962, a fim de ser reconhecido como legal o pagamento de NCr\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzeiros novos) à Remington Rand do Brasil S. A., para a execução, no exercício de 1958, de serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal 24 de novembro de 1969

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1969

Aprova o texto do Decreto-lei nº 358, de 20 de novembro de 1968, que autoriza a realização de operações de crédito adicionais para obtenção do equilíbrio orçamentário da União.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 358, de 20 de novembro de 1968 que autoriza a realização de operações de crédito adicionais, para obtenção do equilíbrio orçamentário da União.

Senado Federal, em 25 de novembro de 1969.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

VI — LEIS

LEI Nº 5.565 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1969

*Altera os artigos 517, 520 e 523 do
Código de Processo Civil.*

O Presidente da República, faço
saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil (Decreto-lei número 1.608, de 13-9-39), o primeiro e o último já alterados pela Lei nº 2.816, de 6 de julho de 1956, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder de 70 (setenta) vezes o maior salário mínimo da região, o processo de inventário e partilha far-se-á de acordo com as regras deste Capítulo aplicadas, quanto ao mais as estabelecidas nos Capítulos anteriores.

Art. 520. Se, à vista das provas ou de impugnações dos interessados, o juiz verificar que o monte excede de 70 (setenta) vezes o maior salário mínimo regional sobrestará o arrolamento, ordenando que se observe o processo regular de inventário e partilha.

Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário do valor superior a 70 (setenta) vezes o maior salário mínimo regional se as partes forem capazes de transigir e neles convierem em termo judicial, assinado por todos.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário a presente Lei entrará em vigor trinta dias depois de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.566 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1969

*Assegura inscrição nos concursos de
habilitação para ingresso nos cursos
de ensino superior aos graduados
em escolas normais.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos graduados em Escolas Normais, oficiais ou particulares, de cinco séries anuais, no mínimo, de acordo com a legislação anterior ao Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, é assegurado o direito à inscrição nos concursos de habilitação para o ingresso nos cursos de graduação dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.567 -- DE 25 DE NOVEMBRO DE 1969

Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei nº 94, de 16 de setembro de 1947, que permite aos Juizes da Fazenda Pública a requisição de processos administrativos para a extração de peças.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O "caput" do artigo 1º da Lei nº 94, de 16 de setembro de 1947, que permite aos Juizes da Fazenda Pública a requisição de processos administrativos para a extração de peças, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nas causas em que forem interessados a União os Estados, os Municípios, ou suas autarquias, os Juizes da Fazenda Pública *ex officio* ou a requerimento das partes, poderão requisitar, por telégrafo ou ofício, os processos administrativos relacionados com o ato ou fato submetido ao Judiciário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.568 -- DE 25 DE NOVEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural onde não funciona o Conselho Arbitral

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 152 da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 152

.....

§ 3º Enquanto não for instalado e funcionar o Conselho Arbitral, o dissídio individual poderá ser formulado diretamente perante a Justiça do Trabalho, e sob o regime de audiência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima

Júlio Barata

LEI Nº 5.569 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1969

Acréscenta dispositivos ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal, e dá outras providências
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

“V — Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.570 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a adaptação dos Tribunais de Contas ao disposto no artigo 13, IX e artigo 200, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A adaptação dos Tribunais de Contas ao disposto no artigo 13, IX e artigo 200, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, far-se-á na forma desta Lei.

Art. 2º O Tribunal de Contas do Estado não poderá ter mais de 7 (sete) membros, sendo-lhe defeso funcionar enquanto seu número não for reduzido a esse limite.

Art. 3º Quando o Tribunal de Contas do Estado tiver mais de 7 (sete) membros, serão postos em disponibilidade, com vencimentos, vantagens e garantias, integrais, os membros mais recentemente empossados até reduzir o total ao limite estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga no Tribunal, os membros em disponibilidade reverterão à atividade em ordem de antiguidade na nomeação.

Art. 4º Nos Estados que já promoveram a redução dos membros do Tribunal de Contas, os respectivos atos legislativos e executivos deverão adaptar-se, dentro de 30 (trinta) dias, ao estabelecido na presente Lei, quando lhe forem contrários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.571 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1969

Denomina “Dia da Independência” a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sob a denominação de “Dia da Independência”, a data de sete de setembro será comemorada anualmente, em todo o território nacional, de

conformidade com o disposto nesta Lei e as instruções que forem expedidas pelas autoridades competentes.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Educação e Cultura, em coordenação com as Secretarias de Educação, dos Estados e com as Prefeituras Municipais, organizar e levar a efeito solenidades e atos civis comemorativos do "Dia da Independência".

Art. 3º Com a finalidade de explicar o significado político do acontecimento, exaltar a idéia de pátria, estimular o amor à liberdade, cultivar as tradições nacionais, estimular os sentimentos de solidariedade e o amor ao trabalho construtivo como fatores de preservação e fortalecimento da independência, os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior farão realizar:

a) no dia útil imediatamente anterior à data histórica, palestras cívicas nos estabelecimentos de ensino, por componentes dos respectivos cor-

pos docentes, discente ou pessoas especialmente convidadas;

b) no dia sete de setembro, festas, e espetáculos públicos, preferentemente de cunho folclórico, palestras e conferências, se possível irradiadas e televisadas, exposições, divulgação de poemas, artigos, estudos, contos, fotografias e outros alusivos à data.

Parágrafo único. Sempre que possível a coincidência, a inauguração de obras públicas, bem como a de partilhulares de real significado para o progresso nacional deverá constar dos atos e solenidades comemorativas do "Dia da Independência".

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.572 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1969

Concede pensão especial ao ex-servidor Leopoldo Vieira Machado, da então Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Leopoldo Vieira Machado, ex-servidor da então Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Vitória, Estado do Espírito Santo, uma pensão especial, mensal, correspondente a 50 % (cinquenta por cento) do vencimento do cargo de Porteiro, nível 9-A, do Quadro III, Parte Permanente, do extinto Ministério da Viação e Obras Públicas, do Quadro de Pessoal do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada aos pensionistas do Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.573 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1969

Altera o artigo 407, do Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Código Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 407 do Decreto-lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 407. Este Código entrará em vigor no dia 1 de agosto de 1970”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI Nº 5.574 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1969

Denomina Ginásio Agrícola “Clemente Medrado”, o atual Ginásio Agrícola de Salinas, no Estado de Minas Gerais

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Ginásio Agrícola “Clemente Medrado” o atual Ginásio Agrícola de Salinas, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jurbas G. Passareinho

LEI Nº 5.575 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969

Reconhece de utilidade pública as unidades do “Lions Clube” e do Rotary Club do Brasil, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São reconhecidas de utilidade pública os “Lions Clube do Brasil”, os “Rotary Club do Brasil” e todas as suas unidades existentes no País sociedades civis sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e filiados, respectivamente, à “Associação Internacional dos Lions Clubes” e “Rotary Internacional”.

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública alcança, também, as sociedades “Casa da Amizade”, constituídas pelas esposas dos integrantes dos “Rotary Club do Brasil”, e dedicadas à prática de assistência aos desvalidos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 727 — DE 1 DE AGOSTO DE 1969

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1970.

(Publicado em Suplemento ao *Diário Oficial* de 1-8-1969)

Retificação

Na página 187, onde se lê:

15.04.25 — Universidade Federal de Pernambuco

Leia-se:

15.04.25 — Universidade Federal Rural de Pernambuco.

DECRETO-LEI Nº 752 — DE 8 DE AGOSTO DE 1969

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1970

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 11 de agosto)

de 1969 — Suplemento ao nº 151)

Retificação

Na página 25, na Secretaria de Agricultura e Produção, na natureza da Despesa, onde se lê:

43.5.00.00	4.3.5.0	Auxílios para Material Permanente
		Entidades do Distrito Federal
		Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

Leia-se:

43.5.00.00	4.3.5.0	Auxílios para Material Permanente
43.5.30.00		Entidades do Distrito Federal
		Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

DECRETO-LEI Nº 777 — DE 20 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a Instituição da Fundação Museu do Café e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 21 de agosto de 1969)

Retificação

Tendo havido erro na numeração dos artigos,

Onde se lê:

2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º

Leia-se:

2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º

DECRETO-LEI Nº 841 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Altera o disposto no Decreto-lei número 773, de 20 de agosto de 1969, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 10 de setembro de 1969).

Retificação

Na página 7.650, 3ª coluna, nas referências, incluir:

Leonel Miranda.

DECRETO-LEI Nº 842 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outra providência.

Os Ministros da Marinha e Guerra, do Exército e da Aeronáutica Mi-

litar usando das atribuições que lhes confiere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, decretam:

Art. 1º É alterado o artigo 47 da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“A autorização para funcionamento e reconhecimento de Universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente”.

Parágrafo único. A competência, a que se refere este artigo, inclui o disposto nas alíneas a e b e § 2º, do artigo 9º, nos artigos 14 e 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969.
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN FLAEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 845 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito

especial de NCr\$ 13.500.000,00 para o fim que especifica

(Publicado no *Diário Oficial* - Seção I - Parte I, de 10 de setembro de 1969)

Retificação

Na página 7.651, no artigo 2º, onde se lê: ... Projeto 07.07.04.1.003 — leia-se: Projeto 07.07.04. 1.008.

DECRETO-LEI Nº 832 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1969

Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME), e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 12 de setembro de 1969).

Retificação

Na pág. 7.731. 4ª coluna, no artigo 4º, onde se lê:

(*) DECRETO-LEI Nº 893 — DE 26
DE SETEMBRO DE 1969

Altera a Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, que integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, fica alterada, da seguinte maneira:

I — a letra b do § 1º do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) a doença, não degenerativa nem inerente a grupos erários, resultante das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho seja executado, desde que, diretamente relacionada com a atividade exercida, cause redução da capacidade para o trabalho que justifique a concessão de benefício por incapacidade previsto nesta lei.”

II — São introduzidas no artigo 15 as seguintes alterações:

a) o *caput* passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. Para reclamação de direitos decorrentes desta Lei, o acidentado, seus dependentes, a empresa ou qualquer outra pessoa somente poderão mover ação

contra a previdência social, diretamente ou por intermédio de advogado, depois de esgotada a via recursal da previdência social.”

b) são acrescentados três parágrafos, que serão o segundo, o terceiro e o quarto, com a seguinte redação:

“§ 2º A prova da decisão final da previdência social é peça essencial para instauração do procedimento judicial de que trata este artigo.

§ 3º A previdência social não será obrigada ao depósito prévio da importância de qualquer condenação para a interposição de recurso, nem estará sujeita a depósito, penhora ou sequestro de dinheiro ou de bens para a garantia da execução de julgados, sendo nulos de pleno direito os atos praticados com esses objetivos.

§ 4º Terão prioridade absoluta para julgamento, nas Juntas de Recursos e no Conselho de Recursos da Previdência Social, os recursos relativos a direitos decorrentes desta Lei.”

c) o atual § 2º passa a § 5º, com a seguinte redação:

“§ 5º Das sentenças finais nas ações de acidentes do trabalho somente caberá agravo de petição, que terá preferência no julgamento pelos tribunais, sendo obrigatório o recurso de ofício quando a previdência social for vencida.”

d) o atual § 3º passa a § 6º, sem alteração:

III — É acrescentado ao artigo 23, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 630, de 16 de junho de 1969, um parágrafo, que será o oitavo, com a seguinte redação.

“§ 8º Os valores das contas vinculadas de que trata a Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, pertencentes às sociedades de seguros e relativas aos empregados não optantes pelo regime

instituído pela mencionada lei, aproveitados ou indenizados na forma deste artigo, serão levantados pelo Instituto Nacional de Previdência Social a partir da data do aproveitamento ou do pagamento da indenização mediante comunicação do Instituto ao Banco depositário, observadas as instruções do Banco Nacional de Habitação (BNH), sobre saques."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI Nº 900 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 30 de setembro de 1969)

Retificação

Na 1ª página, 2ª coluna, onde se lê:

"Art. 21...

Parágrafo único...A atividade-afim dos respectivos Ministérios".

Leia-se:

"Art. 21...

Parágrafo único...A atividade-fim dos respectivos Ministérios".

DECRETO-LEI Nº 901 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1969

Provê sobre a transferência de Colégio Industrial.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, considerando o preceito da descentralização administrativa, recomendado pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

considerando que, na forma do § 3º, do artigo 79, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Universidades podem ser integradas de colégios técnicos correspondentes a cursos superiores em que se desenvolvem os mesmos estudos, decretam:

Art. 1º É o Colégio Industrial Alvaro Leitão, de Irajá RS, transferido, para todos os efeitos com seus bens, instalações, equipamentos e verbas, para a Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 2º O Reitor da Universidade Federal de Santa Maria encaminhará as medidas necessárias à execução do presente Decreto-lei, ressalvado o regime contratual existente com a Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura, para execução de obras no estabelecimento transferido.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

DECRETO-LEI Nº 902 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a forma de tributação dos rendimentos da exploração agrícola ou pastoril e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Mi-

lutar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1963, decretam:

Art. 1º. Para os efeitos de incidência do imposto de renda, o rendimento líquido auferido pelas pessoas físicas oriundo de exploração agrícola ou pastoril e das indústrias extrativas vegetal e animal, da transformação dos produtos agrícolas e pecuários, quando feita pelo próprio agricultor ou criador, com matéria-prima da propriedade explorada e os da exploração de apicultura, sericultura e piscicultura será apurado de acordo com as normas constantes deste Decreto-lei.

Art. 2º. As pessoas físicas que explorarem as atividades enumeradas no artigo anterior, inclusive os parceiros rurais comprovada a parceria mediante contrato escrito, incluíção, na cédula "G" de sua declaração de rendimentos, os resultados efetivamente obtidos por uma das seguintes formas:

I — Resultado contábil, ou escritural, quando a receita bruta no ano-base for superior ao limite de que trata o inciso seguinte:

II — Resultado estimado, quando a receita bruta no ano-base for inferior ao limite fixado pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º. O resultado referido no inciso I deste artigo será comprovado com escrituração tendo em vista a receita bruta do ano-base.

§ 2º. A inobservância do disposto neste artigo, determinará o arbitramento do lucro tributável.

§ 3º. Para os efeitos deste artigo o Ministro da Fazenda baixará normas de escrituração e de arbitramento.

Art. 3º. O resultado estimado será apurado pelo contribuinte e declarado na cédula "G" com a indicação de informes relativos à atividade explorada e à receita bruta do ano-base.

Art. 4º. Como incentivo às atividades rurais e para fins de tributação, será concedida redução do rendimento líquido até o limite de 80% (oitenta por cento) do lucro apurado na forma do artigo 2º.

§ 1º. A redução representativa do incentivo será calculada em função do valor dos investimentos realizados durante o ano-base na exploração da atividade rural.

§ 2º. O Poder Executivo disporá em regulamento o que se considera investimentos e definirá os coeficientes que, a eles aplicados, determinarão o montante da redução referida neste artigo.

§ 3º. Para obtenção desse benefício, os investimentos deverão ser comprovados pelo contribuinte na forma estabelecida em regulamento.

Art. 5º. Os arrendatários e parceiros declararão os rendimentos auferidos, juntamente com os investimentos por eles realizados no curso do ano-base.

Art. 6º. Excepcionalmente, no exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969, poderá ser facultado às pessoas físicas mencionadas no artigo 2º declararem o resultado de suas operações independentemente de escrituração.

Art. 7º. As empresas constituídas nos próximos dez anos para a exploração das atividades referidas no artigo 1º deste Decreto-lei, excetuadas as de transformação de seus produtos e subprodutos, gozarão, a contar de sua constituição, dos seguintes incentivos, respeitadas as condições e os limites máximos abaixo indicados:

I — isenção do imposto de renda no primeiro biênio;

II — 50 % (cinquenta por cento) de redução do imposto de renda devido no terceiro ano;

III — 25% (vinte e cinco por cento) de redução do imposto de renda devido no quarto ano.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder deduções dos lucros das empresas rurais, em função dos investimentos realizados no ano-base, na forma do artigo 4º.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Antônio Delfim Netto
Ivo Arzuva Pereira

DECRETO-LEI Nº 903 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1969

Altera a redação do artigo 2º do Decreto-lei nº 771, de 19 de agosto de 1969, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucio-

nal nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-lei nº 771, de 19 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Nas entidades em que até o dia 20 de agosto do corrente ano não se tenha iniciado, em primeira convocação, o processo eleitoral de votação, ficam prorrogados para 3 (três) anos os mandatos referidos nos artigos 515, letra “b”, e 538, §§ 1º e 4º.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1969;
148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Jarbas G. Passarinho

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME VII — 1969

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

A

AGRICULTURA — Regulamentação da Aviação Agrícola (Decreto número 917, de 7-10-69).

AERONÁUTICA — Promoções — Alteração da Lei nº 5.020, de 7-6-68 — Art. 58. (Decreto-lei nº 905, de 1-10-69).

AERONAVES — Contrabando — Transporte de terroristas. (Decreto lei nº 975, de 20-10-69).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — Normas de processo — Alteração da Lei n: 4.728, de 14-7-65 — Art. 66. (Decreto-lei nº 911, de 1-10-69).

ALIMENTOS — Normas básicas. (Decreto-lei nº 986, de 21-10-69).

ANISTIA FISCAL — Cancelamento de débito. (Decreto-lei nº 1042, de 21-10-69).

APÓLICE DA DIV. PÚBLICA — Emissão. (Decreto-lei nº 974, de 20-10-1969).

APOSENTADORIA — Rede Ferroviária Federal. (Decreto-lei nº 956, de 13-10-69).

— Manoel Alves Mendes Jr. (Decreto-lei nº 962, de 13-10-69).

INPS — Tempo de serviço militar. (Decreto-lei nº 1041, de 21-10-69).

APRENDIZAGEM — Alteração da Lei nº 4024, de 20-12-61 — Art. 51. (Decreto-lei nº 937, de 13-10-69).

AREAS RURAIS — Empreendimentos industriais — Alteração do Decreto-lei nº 494, de 10-3-69. (Decreto-lei n: 924, de 10-10-69).

ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA FEB — Uso do cemitério. (Decreto-lei nº 946, de 13-10-69).

AUTÔNOMOS — Contribuição do INPS. (Decreto-lei nº 959, de 13-10 de 1969).

AVALIADOR PRIVATIVO DA FAZENDA — Extinção de cargos. (Decreto-lei nº 1049, de 21-10-69).

AVIAÇÃO AGRÍCOLA — Regulamentação. (Decreto-lei nº 917, de 7-10-69).

B

BANCARIOS — Horário — Alteração da CLT — Art. 244. (Decreto-lei nº 915, de 7-10-69).

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO — Saneamento. — Recurso do BNH. (Decreto-lei nº 949, de 13-10 de 1969).

BANCOS — Medidas de segurança. (Decreto-lei nº 1034, de 21-10-69).

BENS — Declaração no estrangeiro. (Decreto-lei nº 1060, de 21-10-69).

BIBLIOTECA NACIONAL — Assuntos educacionais e científicos — Criação. (Decreto-lei nº 1.048, de 21 de outubro de 1969).

BOLSAS DE ESTUDO — SESC e SESI. (Decreto-lei nº 1033, de 21-10 de 1969).

C

CAIXAS ECONÔMICAS — Ajuda financeira — Alteração do Decreto-lei nº 732, de 5-3-69 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 933, de 13-10-69).

- Regime de pessoal — Alteração do Decreto-lei nº 266, de 28-7-67 — Art. 2º. (Decreto-lei nº 943, de 13-10-69).
- Medida de segurança. (Decreto-lei nº 1034, de 21-10-69).
- CALAMIDADE PÚBLICA** — Instituição de Fundo Especial. (Decreto-lei nº 950, de 13-10-69).
- CÂMARA DE VEREADORES** — Recesso — São João de Meriti. (Ato Complementar nº 69, de 6-10-69).
- Recesso — Fortaleza. (Ato Complementar nº 70, de 6-10-69).
- CARGO MILITAR** — Gabinete do Presidente Costa e Silva. (Decreto-lei nº 1022, de 21-10-69).
- CARTEIRA PROFISSIONAL** — Alteração da CLT — Arts. 13 a 31, 30 e 52. (Decreto-lei nº 926, de 10-10-69).
- CASA DA MOEDA** — Conselho Deliberativo — Alteração da Lei 4.510, de 1-12-64 — Art. 6º. (Decreto-lei nº 910, de 1-10-69).
- CENTROS UNIVERSITÁRIOS RURAIS** — Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária — Criação. (Decreto-lei nº 916, de 7-10-69).
- CINEMA** — Direitos Autorais. (Decreto-lei nº 980, de 20-10-69).
- CINCRUTAC** — Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária — Criação. (Decreto-lei nº 916, de 7-10-69).
- CÓDIGO CIVIL** — Registros públicos. (Decreto-lei nº 1.000, de 21 de outubro de 1969).
- CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL** — (Decreto-lei 1.005, de 21-10-69).
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL** — Inventário e partilha — Alteração dos Arts. 517 e 520. (Lei nº 5.565, de 5-11-69).
- CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR** — (Decreto-lei nº 1.002, de 21-10-69).
- CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES** — Alteração dos artigos 141 e 182. (Decreto-lei 957, de 13-10-69).
- Alteração do art. 189. (Decreto-lei nº 1.020, de 21-10-69).
- Alteração do art. 64. (Decreto-lei nº 1.062, de 21-10-69).
- CÓDIGO ELEITORAL** — Alteração do art. 302. (Decreto-lei nº 1.064, de 24-10-69).
- CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO** — Uso de distintivos — Alteração dos arts. 47 e 89. (Decreto-lei nº 912, de 1-10-69).
- CÓDIGO PENAL** — (Decreto-lei nº 1.004, de 21-10-69).
- Vigência do Decreto-lei nº 1.004, de 21-10-69. (Lei nº 5.573, de 1 de dezembro de 1969).
- CÓDIGO PENAL MILITAR** — (Decreto-lei nº 1.001, de 21-10-69).
- CONCURSOS DE HABILITAÇÃO** — Ensino Superior. (Lei nº 5.566, de 19-11-69).
- CONDOMÍNIO** — Aquisição de imóveis — Alteração da Lei nº 4.501, de 16-12-64 — Art. 18. (Decreto-lei nº 981, de 21-10-69).
- CONGRESSO NACIONAL** — Suspensão do recesso. (Ato Complementar nº 72, de 15-10-69).
- Convocação. (Ato Complementar nº 73, de 15-10-69).
- CONTRATO** — Remington Rand do Brasil — Denegação de provimento. (Decreto-Legislativo nº 2, de 24-11-69).
- CONVENÇÕES NACIONAIS** — Diretórios. (Ato Complementar nº 77, de 27-10-69).
- COOPERATIVAS DE CRÉDITO** — Medidas de segurança. (Decreto-lei nº 1.034, de 21-10-69).
- CORREÇÃO MONETÁRIA** — Serviços portuários. (Ato Complementar nº 74, de 20-10-69).
- Serviços Portuários. (Decreto-lei nº 973, de 20-10-69).
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO** — Alteração da Lei nº 4.024, de 20-12-61 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 922, de 10-10-69).
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS** — Transferência de cargos. (Decreto-lei nº 931, de 10 de outubro de 1969).
- CONSELHO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO** — Plenário — Alteração do Decreto-lei nº 3.594, de 5 de setembro de 1941. (Decreto-lei nº 927, de 10-10-69).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Horário de bancários — Alteração do art. 244. (Decreto-lei nº 915, de 7-10-69).

— Sindicatos — Alteração dos Artigos 526, 530, 545, 550 a 553, 558, 563, 576, 580 a 584, 588, 589, 592 e 606. (Decreto-lei nº 925, de 10 de outubro de 1969).

— Carteira de Trabalho — Alteração dos artigos 13 a 21, 30 a 52. (Decreto-lei nº 926, de 10-10-69).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Adaptação dos Tribunais de Contas. (Lei nº 5.570, de 28-11-69).

CONTABILIDADE — Conselhos — Eleição. (Decreto-lei nº 1040, de 21-10-69).

CONTRABANDO — Terroristas. (Decreto-lei nº 975, de 20-10-69).

CONVÊNIO — Transporte Internacional — Terrestre — Montevidéu. (Decreto-lei nº 990, de 21-10-69).

CREDITOS ADICIONAIS — Aprovação do Decreto-lei nº. 358, de 20-11-68. (Decreto-legislativo nº 3, de 25-11-69).

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS — Remissão — Metalúrgica Paulista. (Decreto-lei nº 953, de 13-10-68).

CURSOS DE LICENCIATURA — Aproveitamento. (Decreto-lei nº 1051, de 21-10-69).

D

DEMISSÃO — Funcionários — Beneficiários. (Decreto-lei nº 940, de 13-10-69).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PESSOAL CIVIL — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 993, de 21-10-69).

DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELEGRAFOS — Extinção de cargos. (Decreto-lei nº 1058, de 21-10-69).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 967, de 13-10-69).

DESENVOLVIMENTO — Planos nacionais. (Ato Complementar nº 76, de 21-10-69).

DIA DA INDEPENDÊNCIA — Comemoração. (Lei nº 5.571, de 28-11-69).

DIREITOS AUTORAIS — Cinema. Decreto-lei nº 980, de 20-10-69).

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 966, de 13-10-69).

DIRETÓRIOS — Eleições — Convenções. (Ato Complementar nº 77, de 27-10-69).

DISTRITO FEDERAL — Contrato de financiamento. (Decreto-lei nº 963, de 13-10-69).

— Transferência de imóveis. (Decreto-lei nº 985, de 21-10-69).

— Prestação de fiança. (Decreto-lei nº 1037, de 21-10-69).

DÍVIDA ATIVA — Participação. — (Decreto-lei nº 1025, de 21-10-69).

E

EDUCAÇÃO FÍSICA — Registro de professor. (Decreto-lei nº 1043, de 21-10-69).

ELEIÇÕES — Presidente e Vice-Presidente da República — Convocação do Congresso Nacional. (Ato Complementar nº 73, de 15-10-69).

— Convenções nacionais — Diretórios. (Ato Complementar nº 77, de 27-10-69).

— Conselhos de Contabilidade. (Decreto-lei nº 1040, de 21-10-69).

— Inelegibilidades. (Decreto-lei nº 1063, de 21-10-69).

— Alteração do Código Eleitoral — Artigo 302. Decreto-lei 1064, de 24-10-69).

— Alteração do Decreto-lei nº 1063, de 21-10-69 — Artigo 18. (Decreto-lei nº 1069, de 4-11-69).

EMPRÉSTIMO EXTERNO — Rio Grande do Sul. (Decreto-lei nº 928, de 10-10-69).

— Banco do Estado do Amazonas. (Decreto-lei nº 930, de 10-10-69).

ENERGIA ELÉTRICA — Doação — Curemas. (Decreto-lei nº 983, de 21-10-69).

ENSINO — Fundação — Universidade do Maranhão — Alteração da Lei nº 5.152, de 21-10-66 — Artigos 7º, 9º e 10. (Decreto-lei nº 921, de 10-10-69).

— Tratamento de excepcionais. (Decreto-lei nº 1044, de 21-10-69).

ENSINO SUPERIOR — Ingresso nos cursos. (Lei nº 5.566, de 19-11-69).

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA — Incorporação — Mossoró. (Decreto-lei nº 1036, de 21-10-69).

ESTALEIRO — Construção de navio de guerra — Alteração do Decreto-lei nº 185, de 23-2-67 — Artigo 6º. (Lei nº 1070, de 3-12-69. Aprovação. (Decreto-legislativo nº 1, de 4-11-69).

ESTADO DA GUANABARA — Pagamento do pessoal transferido. (Decreto-lei nº 1015, de 21-10-69).

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 1006, de 21-10-69).

— Pessoal — Reestruturação. (Decreto-lei nº 1063, de 29-10-69).

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL — Carteira de Trabalho (Decreto-lei nº 926, de 10-10-69). — Conselho Arbitral — Alteração do Artigo 152. (Lei nº 5.568, de 25-11-69).

ESTATUTO DOS MILITARES — (Decreto-lei nº 1029, de 21-10-69).

ESTRANGEIROS — Estatuto. (Decreto-lei nº 941, de 13-10-69).

— Sequestro de bens. (Decreto-lei nº 1060, de 21-10-69).

EXCEPCIONAIS — Tratamento em ensino. (Decreto-lei nº 1044, de 21-10-69).

EXÉRCITO — Promoções — Alteração da Lei nº 4.448, de 29-10-64 — Artigos 38, 48 e 49. (Decreto-lei nº 918, de 8-10-69).

F

FACULDADES TEOLÓGICAS — Cursos de licenciatura. (Decreto-lei nº 1051, de 21-10-69).

FARÓIS — Tarifa. (Decreto-lei nº 1023, de 21-10-69).

FÉRIAS — Dias úteis — Alteração da CLT — Art. 132.

— Férias — Dias úteis — Alteração do art. 132.

FERTILIZANTES — Importação — Isenção parcial. (Decreto-lei nº 1017, de 21-10-69).

FISIOTERAPEUTA — Regulamentação da profissão. (Decreto-lei nº 933, de 13-10-69).

FUNCIONARIOS — Demissão — Beneficiários. (Decreto-lei nº 940, de 13-10-69).

FUNDAÇÃO — Saúde. (Decreto-lei nº 904, de 1-10-69).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR — Alteração da Lei nº 5.327, de 2-10-67 — Artigo 3º. (Decreto-lei nº 979, de 21-10-69).

FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS — Ensino. (Decreto-lei nº 994, de 21-10-69).

FUNDO DE PRÉ-INVESTIMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA — Participação do Brasil. Decreto-lei nº 1065, de 24-10-69).

FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA — Crédito Suplementar. Decreto-lei nº 942, de 13-10-69).

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO — Alteração do Decreto-lei nº 803, de 28-8-69 — Artigo 1º. (Decreto-lei nº 987, de 21-10-69).

FUNDO NAVAL — Reversão de receita. (Decreto-lei nº 1027, de 21-10-69).

G

GINÁSIO AGRÍCOLA CLEMENTE MEDRADO — Denominação — Salinas. (Lei nº 5.574, de 10-12-69).

I

IMÓVEIS — Caixas Econômicas — Alteração do Decreto-lei nº 732, de 5-3-69 — Artigo 2º. (Decreto-lei nº 933, de 13-10-69).

— Condomínio — Alteração da Lei nº 4.591, de 16-12-64 — Art. 18. (Decreto-lei nº 981, de 21-10-69).

— SERPHAU — Prestações ou aluguéis. (Decreto-lei nº 988, de 21 de outubro de 1969).

— INPS — Transferência — Guanabara. (Decreto-lei nº 1.057, de 21 de outubro de 1969).

IMPORTAÇÃO — Fertilizantes — Isenção parcial. (Decreto-lei nº: 1.017, de 21-10-69).

IMPOSTO DE RENDA — Resgate de comprovantes — Empréstimos compulsórios. (Decreto-lei nº 1.013, de 21-10-69).

— Títulos de Crédito. (Decreto-lei nº 1.042, de 21-10-69).

— Pessoa Física — (Decreto-lei nº 1.058, de 21-10-69).

— Aumento de Capital — Títulos de Renda — Prorrogação de prazo. Alteração do Decreto-lei nº 614, de 8-6-69 — Art. 4º (Decreto-lei nº 1.071, de 5-12-69).

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — Isenção. Lei Complementar nº 4, de 2-12-69).

— Conflito de competência. (Decreto nº 932, de 10-10-69).

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS — Alteração da Lei nº 5.143, de 20-10-66. Arts. 4º, 5º, 7º e 9º (Decreto-lei nº 914, de ... 7-10-69).

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS — Conflito da Competência. (Decreto-lei nº 932, de 10-10-69).

IMPOSTO SOBRE MINERAIS — Normas. (Decreto-lei nº 1.038, de 21-10-69).

INDÚSTRIA RURAL — Alteração do Decreto-lei nº 494, de 10-3-69. (Decreto-lei nº 924, de 10-10-69).

INELEGIBILIDADES — Regulamento. (Decreto-lei nº 1.063, de 21-10-69).

— Alteração do Decreto-lei nº 1.063, de 21-10-69 — Art. 18. (Decreto-lei nº 1.069, de 4-11-69).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 947, de 13-10-69).

INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Transferência de imóvel — Guanabara. (Decreto-lei nº 1.057, de 21-10-69).

INVENTÁRIO — Alteração do Código de Processo Civil — Arts. 517 e 520. (Lei nº 5.565, de 5-11-69).

J

JORNALISTA — Regulamentação de profissão. (Decreto-lei nº 972, de 17-10-69).

JUIZES DA FAZENDA PÚBLICA — Requisição de processos — Alteração da Lei nº 54, de 16-9-47. — Art. 1º (Lei nº 5.567, de 25-11-69).

JUSTIÇA DO TRABALHO — Retroatividade de nomeação. (Decreto-lei nº 1.032, de 21-10-69).

L

LEITE — Comercialização. (Decreto-lei nº 923, de 10-10-65).

LETRAS DO CABO — Modelos Oficiais. (Decreto-lei nº 1.042, de ... 21-10-69).

M

MARINHA — Oficiais Auxiliares — Acréscimo — Alteração da Lei nº 5.520, de 31-10-68. (Decreto-lei nº 920, de 9-10-69).

— Promoções — Alteração da Lei nº 4.822, de 29-10-65 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 1.026, de 21-10-69).

MILITARES — Transferência para a reserva — Medidas de segurança. (Ato Institucional nº 17, de ... 14-10-69).

— Estatuto. (Decreto-lei nº 1.029, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Alteração de Quadros. (Decreto-lei nº 951, de 13-10-69).

— Reforma administrativa — Alterações dos arts. 63, 64 e 66. (Decreto-lei nº 991, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Alteração de Quadro. (Decreto-lei nº 1046, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Alteração de Quadro. (Decreto-lei nº 951, de ... 13-10-69).

— Transformação de cargos. (Decreto-lei nº 982, de 21-10-69).

— Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 992, de 21-10-69).

— Alteração de Quadro. (Decreto-lei nº 1046, de 21-10-69).

— Secretaria Geral — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1047, de ... 21-10-69).

— Aproveitamento de servidor. (Decreto-lei nº 1054, de 21-10-69).

— Aproveitamento de servidor. (Decreto-lei nº 1055, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Transferência de cargos. (Decreto-lei nº 919, de 8-10-69).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Gabinete — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 969, de 13-10-69).

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — Extinção de cargos. (Decreto nº 1019, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DA SAÚDE — Secretaria Geral — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 948, de 13-10-69).

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 934, de 13-10-69).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 906, de 1-10-69).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 944, de 13-10-69).
— Crédito especial. (Decreto-lei nº 1009, de 21-10-69).
— Crédito Especial. (Decreto-lei nº 1010, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1014, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1011, de 21-10-69).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — Serviços industriais ou comerciais — Pagamento. (Decreto-lei nº 1016, de 21-10-69).

MINISTÉRIO PÚBLICO — Territórios — Criação de cargos. (Decreto-lei nº 907, de 1-10-69).

MULTAS — Participação dos servidores da Fazenda. (Decreto-lei nº 1024, de 21-10-69).

N

NAVIO DE GUERRA — Construção — Alteração do Decreto-lei nº 185, de 23-2-67 — Artigo 6º — Decreto-lei nº 1.070, de 3-12-69 — Aprovação. (Decreto-legislativo nº 1, de 4-11-69).

NOTAS PROMISSÓRIAS — Modelos oficiais. (Decreto-lei nº 1042, de 21-10-69).

O

OFICIAIS DA AERONÁUTICA — Promoções — Alteração da Lei nº 5.020, de 7-6-66 — Artigo 58. (Decreto-lei nº 905, de 1-10-69).

OFICIAIS DA MARINHA — Acréscimo dos Auxiliares — Alteração da Lei nº 5.520, de 31-10-68. (Decreto-lei nº 920, de 9-10-69).
— Promoções — Alteração da Lei nº 4822, de 29-10-68 — Artigo 8º. (Decreto-lei nº 1026, de 21-10-69).

OFICIAIS DO EXÉRCITO — Promoções — Alteração da Lei nº 4.448, de 29-10-64 — Artigos 39, 48 e 49. (Decreto-lei nº 918, de .. 8-10-69).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR — (Decreto-lei nº 1003, de 21-10-69).

P

PARTICIPAÇÃO — Multas, indenizações — Servidores da Fazenda. (Decreto-lei nº 1.024, de 21-10-69).
— Dívida Ativa da União. (Decreto-lei nº 1025, de 21-10-69).

PARTILHA — Alteração do Código de Processo Civil — Artigos 517 e 520. (Lei nº 5565, de 5-11-69).

PENSÃO ESPECIAL — Professor Frutuoso de Lima Viana. (Decreto-lei nº 909, de 1-10-69).

PENSÃO ESPECIAL — Pietro Homero Massena. (Decreto-lei nº 954, de 13-10-69).
— Leopoldo Vieira Machado. (Lei nº 5.572, de 1-12-69).

PESQUISADORES — Universidade do Rio de Janeiro. (Decreto-lei nº 929, de 10-10-69).

PETRÓLEO — Preços. (Decreto-lei nº 989, de 21-10-69).

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO — Mandato do Presidente da República — Coincidência. (Ato Complementar nº 76, de 21-10-69).

POLÍCIA FEDERAL — Elevação de categoria. (Decreto-lei nº 908, de 1-10-69).

— Transferência de cargo. (Decreto-lei nº 1018, de 21-10-69).

POLÍCIAS MILITARES — Policiamento ostensivo — Alteração do Decreto-lei nº 667, de 2-7-69 — Artigo 3º. (Decreto-lei nº 1072, de 30-12-69).

PORTOS — Correção monetária. (Ato Complementar nº 74, de 20-10-69).
— Correção monetária. (Decreto-lei nº 973, de 20-10-69).

— Alteração do Decreto-lei nº 794, de 27-8-69 — Artigos 10 e 11. (Decreto-lei nº 1021, de 21-10-69).

PREÇOS — Petróleo bruto. (Decreto-lei nº 989, de 21-10-69).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Declaração de vacância. (Ato Institucional nº 16, de 14-10-69).

— Ex-Chefe de Estado — Honras. (Ato Complementar nº 71, de 6-10-69).

PREVIDÊNCIA SOCIAL — Autônomos — Contribuição do INPS. (Decreto-lei nº 959, de 13-10-69).

— Segurado — Tempo de serviço militar. (Decreto-lei nº 1041, de 21-10-69).

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

— Requisição — Alteração da Lei nº 94, de 16-9-47 — Artigo 1º. (Lei nº 5.567, de 25-11-69).

PROCURADOR DA REPÚBLICA — Opção e aproveitamento. (Decreto-lei nº 1045, de 21-10-69).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA — Registros. (Decreto-lei nº 1043, de 21-10-69).

PROFISSÕES LIBERAIS — Supervisão ministerial. (Decreto-lei nº 968, de 13-10-69).

R

RECESSO — Câmara de Vereadores — São João de Meriti. (Ato Complementar nº 69, de 6-10-69).

— Câmara de Vereadores — Fortaleza. (Ato Complementar nº 70, de 6-10-69).

— Congresso Nacional — Suspensão. (Ato Complementar nº 72, de 15-10-69).

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL — Aposentadoria. (Decreto-lei nº 956, de 13-10-69).

— Cessão de bens. (Decreto-lei nº 996, de 21-10-69).

REFORMA — Ozeas Raphael Balbino. (Decreto-lei nº 984, de 21-10-69).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Ministério de Aeronáutica — Alteração dos artigos 63, 64 e 66. (Decreto-lei nº 991, de 21-10-69).

REGISTROS PÚBLICOS — Execução. (Decreto-lei nº 1.000, de 21 de outubro de 1969).

REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO — Reversão de multas. (Decreto-lei nº 1.027, de 21-10-69).

RELIGIÃO — Aproveitamento em cursos. (Decreto-lei nº 1.051, de 21 de outubro de 1969).

REPRESENTAÇÕES — Ministério das Relações Exteriores — Favelas. (Decreto-lei nº 995, de 21-10-69).

RESERVA — Transferência — Medidas de segurança. (Ato Institucional nº 17, de 14-10-69).

RODOVIAS — Ariquemes — Alto Candeias — Guajará Mirim. (Decreto-lei nº 955 de 13-10-69).

S

SAL — Terminas — Alteração do Decreto-lei nº 794, de 27-8-69 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 939, de 13 de outubro de 1969).

SAÚDE — Fundações. (Decreto-lei nº 904, de 1-1-69).

— Forças Armadas — Cursos de Formação. (Decreto-lei nº 958, de 13-10-69).

— Forças Armadas — Tempo de Serviço Militar. (Decreto-lei nº 971, de 17-10-69).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1.059, de 21-10-69).

SEGURANÇA NACIONAL — Serviços Públicos — Impedimentos. (Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969).

SEGUROS — Sociedade de economia mista. (Decreto-lei nº 1.039, de 21 de outubro de 1969).

SERVIÇO DE SAÚDE DOS PORTOS — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1.035, de 21-10-69).

SERVIÇO MILITAR — Tempo de serviço — Saúde das Forças Armadas. (Decreto-lei nº 971, de 17 de outubro de 1969).

— Tempo de serviço — Segurado da Previdência Social. (Decreto-lei nº 1.041, de 21-10-69).

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA — Bolsas de estudo. (Decreto-lei nº 1.033, de 21-10-69).

SERVIÇOS PORTUÁRIOS — Correção monetária. (Ato Complementar nº 74, de 20-10-69).

— Correção monetária. (Decreto-lei nº 973, de 20-10-69).

— Alteração do Decreto-lei nº 794, de 27-8-69 — Arts. 10 e 11. (Decreto-lei nº 1.021, de 21-10-69).

SEGURANÇA — Bancos, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito. (Decreto-lei nº 1.034, de 21 de outubro de 1969).

SERPHAU — Arrecadação de prestações ou aluguéis. (Decreto-lei nº 988, de 21-10-69).

SINDICATOS — Alteração da CLT — Arts. 526, 530, 545, 550 a 553, 558, 563, 576, 580 a 584, 588, 589, 592 e 606. (Decreto-lei nº 925, de 10 de outubro de 1969).

SONEGAÇÃO FISCAL — Alteração da Lei nº 4.729, de 14-7-65 — Artigo 1º. (Lei nº 5.569, de 25-11-69).

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA — Seguros. (Decreto-lei 1.039, de 21-10-69).

SUBVERSIVOS — Transporte aéreo. (Decreto-lei nº 975, de 20-10-69).

SUPERINTENDÊNCIA DA MARINHA MERCANTE — Crédito especial. (Decreto-lei nº 913, de 6 de outubro de 1969).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA — Crédito especial. (Decreto-lei 1.012, de 21-10-69).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Crédito Especial. (Decreto-lei 945, de 13-10-69).

T

TARIFA DE FARÓIS — Utilização. (Decreto-lei nº 1.023, de 21-10-69).

TAXA RODOVIÁRIA — Instituição. (Decreto-lei nº 999, de 21-10-69).

TERRA — Revisão — São José do Editó. (Decreto-lei nº 1052, de 21-10-69).

TERRENO DE MARINHA — Revogação — Guanahara. (Decreto-lei nº 960, de 13-10-69).

TERRITÓRIO DE RONDÔNIA — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 936, de 13-10-69).

— Crédito especial. (Decreto-lei nº 993, de 21-10-69).

TERRITÓRIO DO AMAPÁ — Crédito especial. (Decreto-lei nº 977, de 20-10-69).

TERRITÓRIOS — Ministério Público — Criação de cargo. (Decreto-lei nº 907, de 1-10-69).

— Números de vereadores. (Decreto-lei nº 961, de 13-10-69).

— Crédito especial. (Decreto-lei número 1037, de 29-10-69).

TERRORISTAS — Transporte aéreo. (Decreto-lei nº 975, de 20-10-69).

TIRADENTES — Trinetos — Pensão. (Decreto-lei nº 952, de 13-10-69).

TÍTULOS DE CRÉDITO — Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 1042, de 21-10-69).

TRABALHADOR RURAL — Conselho Arbitral — Alteração do Estatuto — Art. 152. (Lei nº 5.568, de 25-11-69).

TRIBUNAL DE CONTAS — Adaptação à Constituição. (Lei nº 5.570, de 28-11-69).

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 965, de 13-10-69).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Rio Grande do Sul — Crédito especial. (Decreto-lei nº 1003, de 21-10-69).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (6ª) — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 970, de 13-10-69).

U

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA — Crédito especial. (Decreto-lei número 1007, de 21-10-69).

UNIVERSIDADE DO MARANHÃO — Fundação — Alteração da Lei número 5.152, de 21-10-66. Arts. 7º, 9º e 10. (Decreto-lei nº 921, de 10-10-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA — Alteração de Quadros. (Decreto-lei nº 1050, de 21-10-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA — Crédito especial. (Decreto-lei nº 935, de 13-10-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA — Utilização de área territorial. (Decreto-lei número 978, de 20-10-69).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO — Pesquisadores. (Decreto-lei nº 929, de 10-10-69).

UNIVERSIDADE — Estabelecimentos isolados. (Decreto-lei nº 997, de 21-10-69).

UTILIDADE PÚBLICA — Lions Clube e Rotary Clube. (Lei nº 5.575, de 17-12-69).

V

VACANCIA — Cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. (Ato Institucional nº 16, de 14-10 de 1969).

VEÍCULOS — Alienação fiduciária — Normas de processo — Alteração da Lei nº 4.728, de 14-7-65 — Art. 66. (Decreto-lei nº 911, de 1-10-69). — Fumaça — Uso de distintivos — Alteração do Código Nacional de Trânsito — Art. 47 e 89. (Decreto-lei nº 912, de 1-10-69).

VEREADORES — Territórios — Números. (Decreto-lei nº 961, de 13-10 de 1969).

VETERINÁRIA — Forças Armadas — Cursos de Formação. (Decreto-lei nº 958, de 13-10-69).

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Serviços Administrativos. (Decreto-lei nº 1063, de 28-10-69).

